



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 1449

Quarta-feira - 19 de Março de 2014

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	4
Anchieta.....	8
Antônio Carlos.....	8
Arroio Trinta.....	9
Ascurra.....	9
Balneário Rincão.....	10
Benedito Novo.....	10
Biguaçu.....	10
Bom Jesus do Oeste.....	18
Bom Retiro.....	38
Braço do Trombudo.....	39
Brunópolis.....	52
Brusque.....	52
Caçador.....	52
Camboriú.....	65
Campos Novos.....	67
Canelinha.....	67
Capinzal.....	68
Catanduvas.....	143
Chapadão do Lageado.....	146
Concórdia.....	147
Cordilheira Alta.....	159
Corupá.....	162
Curitibanos.....	165
Dionísio Cerqueira.....	236
Ermo.....	254
Fraiburgo.....	255
Garopaba.....	262
Garuva.....	262
Governador Celso Ramos.....	263
Grão Pará.....	263
Guaramirim.....	264
Guarujá do Sul.....	264
Herval d'Oeste.....	266
Ilhota.....	269
Imbituba.....	269
Iomerê.....	271
Ipumirim.....	272
Irineópolis.....	274
Itá.....	275
Itaiópolis.....	276
Itapiranga.....	276
Jacinto Machado.....	277
Joaçaba.....	280
José Boiteux.....	317
Lages.....	317
Lebon Régis.....	320
Leoberto Leal.....	322
Lindóia do Sul.....	326

Luzerna.....	326
Macieira.....	330
Mafra.....	330
Maracajá.....	331
Maravilha.....	332
Meleiro.....	334
Modelo.....	335
Navegantes.....	338
Novo Horizonte.....	407
Ouro Verde.....	408
Palhoça.....	408
Papanduva.....	430
Passos Maia.....	430
Paulo Lopes.....	431
Peritiba.....	438
Pinheiro Preto.....	438
Porto Belo.....	446
Porto União.....	448
Rio do Sul.....	466
Santa Rosa do Sul.....	474
Santa Terezinha do Progresso.....	475
São Bento do Sul.....	476
São Domingos.....	483
São João do Sul.....	499
São José.....	500
São José do Cedro.....	505
São Lourenço do Oeste.....	505
São Pedro de Alcântara.....	507
Schroeder.....	511
Serra Alta.....	522
Siderópolis.....	532
Timbó.....	532
Três Barras.....	533
Treze Tílias.....	550
Tunápolis.....	550
Turvo.....	578
Vargeão.....	585
Vargem Bonita.....	586
Videira.....	626
Vitor Meireles.....	636
Xavantina.....	637
Xaxim.....	650

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores
Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800
diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 1449

Quarta-feira - 19 de Março de 2014

Florianópolis/SC

Sumário

Associações

AMMVI	651
EGEM	651

Consórcios

AGIR	656
CINCO	681
CIS/AMUREL	681
CISAM	682

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores
Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800
diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br



19 DE MARÇO

Parabéns, São José, por seus 181 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.



Água Doce

PREFEITURA

Resumo Exec.Orçam. 1º Bim14 - FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA**FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE AGUA DOCE**

Resumo da Execução Orçamentária (Artigo 165 da Constituição Federal)

Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2014

1º bimestre

Especificação	Previsto/Fixado	Acumulado até /2014	Bimestre Jan/Fev/2014	Total até Fev/2014
RECEITAS				
RECEITA PATRIMONIAL	3.368,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	108.873,00	0,00	54.771,59	54.771,59
TOTAL DA RECEITA :	112.241,00	0,00	54.771,59	54.771,59
DESPESAS				
Entidade: FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE AGUA DOCE				
FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL DE ÁGUA DOCE	212.241,00	0,00	30.581,13	30.581,13
Total da Entidade:	212.241,00	0,00	30.581,13	30.581,13
TOTAL DA DESPESA :	212.241,00	0,00	30.581,13	30.581,13

AGUA DOCE , 17/03/2014

ORLANDO FÁVERO

Titular da Unidade

NEUSA M. C. S. BISSANI

CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

balancete financ. fev14 - FMAS**ESTADO DE SANTA CATARINA**
FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE AGUA DOCEResumo da Execução Orçamentária (Artigo 165 da Constituição Federal)
Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2014

1º bimestre

Especificação	Previsto/Fixado	Acumulado até /2014	Bimestre Jan/Fev/2014	Total até Fev/2014
RECEITAS				
RECEITA PATRIMONIAL	3.368,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	108.873,00	0,00	54.771,59	54.771,59
TOTAL DA RECEITA :	112.241,00	0,00	54.771,59	54.771,59
DESPESAS				
Entidade: FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE AGUA DOCE				
FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL DE ÁGUA DOCE	212.241,00	0,00	30.581,13	30.581,13
Total da Entidade:	212.241,00	0,00	30.581,13	30.581,13
TOTAL DA DESPESA :	212.241,00	0,00	30.581,13	30.581,13

AGUA DOCE , 17/03/2014

ORLANDO FÁVERO
Titular da Unidade_____
NEUSA M. C. S. BISSANI
CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

Resumo Exec.Orçament.1ºBim.14 SIMA**ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDO MUNIC. DE ASSISTENCIA DE AGUA DOCE**

Resumo da Execução Orçamentária (Artigo 165 da Constituição Federal)

Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2014

1 º bimestre

Especificação	Previsto/Fixado	Acumulado até /2014	Bimestre Jan/Fev/2014	Total até Fev/2014
RECEITAS				
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	113.252,39	0,00	18.068,30	18.068,30
RECEITA PATRIMONIAL	80.336,90	0,00	24.914,00	24.914,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	59.556,71	0,00	7.102,46	7.102,46
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	108.480,00	0,00	18.003,59	18.003,59
TOTAL DA RECEITA :	361.626,00	0,00	68.088,35	68.088,35
DESPESAS				
Entidade: FUNDO MUNIC. DE ASSISTENCIA DE AGUA DOCE				
FUNDO MUN.DE ASSITÊNCIA DE ÁGUA DOCE - SIMA	361.626,00	0,00	35.808,70	35.808,70
Total da Entidade:	361.626,00	0,00	35.808,70	35.808,70
TOTAL DA DESPESA :	361.626,00	0,00	35.808,70	35.808,70

AGUA DOCE , 17/03/2014

ELIAS VIECELI
Presidente do SIMA

NEUSA M. C. S. BISSANI
CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

Balancete Financeiro - fev14 - SIMA**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNIC. DE ASSISTENCIA DE AGUA DOCE**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Fevereiro/2014

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	46.309,04	Despesa Orçamentária	11.094,07
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	8.909,45	Despesas exceto Intra-orçamentárias	11.094,07
RECEITA PATRIMONIAL	24.914,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	11.094,07
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.609,24		
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	8.876,35		
Receita Extra - Orçamentária	11.155,49	Despesa Extra - Orçamentária	11.183,16
DEPÓSITOS	61,42	DEPÓSITOS	61,42
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	61,42	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	61,42
DEPÓSITOS PARA QUEM DE DIREITO	61,42	DEPÓSITOS PARA QUEM DE DIREITO	61,42
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	11.094,07	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	11.121,74
OBRIGAÇÕES A PAGAR	11.094,07	OBRIGAÇÕES A PAGAR	11.121,74
FORNECEDORES	9.997,64	FORNECEDORES	10.327,64
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	1.096,43	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	794,10
Saldos anteriores	1.557.327,95	Saldos atuais	1.592.515,25
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	1.500.000,00	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	1.570.000,00
BANCO C/ MOVIMENTO	57.327,95	BANCO C/ MOVIMENTO	22.515,25
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	1.614.792,48	Total	1.614.792,48

AGUA DOCE , 17/03/2014

ELIAS VIECELI
Presidente do SIMANEUSA M. C. S. BISSANI
CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

Anchieta

PREFEITURA

Processo Seletivo Nº 001/2014 Gabarito Preliminar PREFEITURAMUNICIPALDEANCHIETA-SCPROCESSOSELETIVO EDITALNº001/2014

GABARITOPRELIMINAR(AntesdosRecursos)

	Auxiliar ServiçosGerais	Psicólogo	Nutricionista	Enfermeiro
1	A	D	A	A
2	B	B	B	A
3	C	C	D	B
4	B	A	C	A
5	D	A	A	D
6	A	A	C	C
7	A	C	A	C
8	C	B	C	A
9	D	C	B	D
10	D	D	B	D
11	C	C	C	C
12	A	B	B	B
13	D	A	A	A
14	B	D	D	D
15	C	D	D	D
16	C	A	A	A
17	B	B	B	B
18	D	C	C	C
19	C	C	C	C
20	C	A	A	A

Anchieta-SC,17deMarçode2014.

Antônio Carlos

PREFEITURA

Aviso de Licitação Nº 39/2014 AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: nº 39/2014; Modalidade: Pregão Presencial nº. 28/2014; Tipo: Menor Preço Global; Objeto: contratação de profissional para desenvolver projeto pedagógico com xadrez nas Escolas da Rede Municipal de Educação, do Município de Antonio Carlos - SC. Entrega dos envelopes e abertura: 01 de abril de 2014 às 09:00 horas na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 07:30 às 11:30 das 13:00 as 17:00 horas, fone (48)3272-1123, pelo email licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br ou administracao@antoniocarlos.sc.gov.br ou no site www.antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 18 de março de 2014.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS
Praça Anchieta 10, Centro- Fone/ Fax: (48) 3272-1123
CEP: 88180-000 administracao@antoniocarlos.sc.gov.br

PORTARIA Nº 177/2014

PORTARIA Nº 177/2014.

Prorroga Contratação temporaria.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de ANTONIO CARLOS, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Prorrogar, CONTRATAÇÃO TEMPORARIA, de ANDREA BAUMGARTEN RESENDE, no cargo de MEDICO – 20H, a partir de 07 de março de 2014 a 23 de setembro de 2014, em substituição a LETICIA COELHO BALIEIRO DINIZ JOCA, pediu dispensa, e/ou até a realização de concurso Público.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, em 18 de março de 2014.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 19 de março de 2014.

Portaria Nº 178/2014

PORTARIA Nº 178/2014.

Cessa Portaria nº 538/2012..

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de ANTONIO CARLOS, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Cessar, a pedido, a LICENÇA SEM VENCIMENTO do servidor JOSE NILTON JUNCKES, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO, retornando as suas atividades laborais, a partir de 01 de abril de 2014.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, em 18 de março de 2014.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 19 de março de 2014.

Errata Processo Seletivo Nº 002/2014

ERRATA PROCESSO SELETIVO 002/2014

A Prefeitura Municipal de Antonio Carlos/SC torna pública a ERRATA, comunicando que o inscrito no Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, GEOVANI FABER DE MOURA (nº. 010/2014), não compareceu para realizar a Prova do Certame acima enumerado no dia 09/03/2014.

Desta forma, comunica a todos interessados que, na lista de Aprovados do Processo Seletivo 002/2014 publicado no DOM no dia 18/03/2014, Edição nº 1448, Pagina 6:

onde se lê:

[...]

MOTORISTA CATEGORIA "D"

NOME	Nota Prova Conhec. Geral	Nota Prova Específica	Nota Final
Alfredo Pertussati Filho	9,50	xx	9,50
Ângelo Alves da Silva	9,00	xx	9,00
Ernesto Pereira Da Silva	8,50	xx	8,50
Osni Pires da Silva	8,50	xx	8,50
Geovani Faber De Moura	8,00	xx	8,00
Gabriel Muller	7,50	xx	7,50
Auride Machado	7,00	xx	7,00
Nelson Schmitz	6,50	xx	6,50
Fabio Doglas Silvino	6,50	xx	6,50

Leia-sê:

[...]

MOTORISTA CATEGORIA "D"

NOME	Nota Prova Conhec. Geral	Nota Prova Específica	Nota Final
Alfredo Pertussati Filho	9,50	xx	9,50
Ângelo Alves da Silva	9,00	xx	9,00
Ernesto Pereira Da Silva	8,50	xx	8,50
Osni Pires da Silva	8,50	xx	8,50
Gabriel Muller	7,50	xx	7,50
Auride Machado	7,00	xx	7,00
Nelson Schmitz	6,50	xx	6,50
Fabio Doglas Silvino	6,50	xx	6,50
Geovani Faber De Moura	Não compareceu	xx	Não compareceu

Antônio Carlos, 18 de março de 2014.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 179/2014

PORTARIA Nº 179/2014.

Designa Função Gratificada.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de ANTONIO CARLOS, no uso das atribuições legais, de acordo com a Lei nº 589 de 27 de abril de 1993,

RESOLVE:

Artigo 1º - Designar, FLAVIA DANUBIA JUNKES PETRY, para a Função Gratificada de CHEFE DO SETOR DE MEIO AMBIENTE, com acréscimo de 50% do Salário base de gratificação a partir de 03 de março de 2014.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 18 de março de 2014.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 19 de março de 2014.

Arroio Trinta

PREFEITURA

Pregão Presencial Nº 0007/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0007/2014

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Pregão Presencial nº 0007/2014.

Tipo: Menor Preço Unitário.

Objeto: AQUISIÇÃO DE SEMENTES DE AVEIA PRETA, PARA DISTRIBUIÇÃO AOS AGRICULTORES DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 1.375 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2009.

Regimento: Lei Complementar 123/2006, Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Entrega dos Envelopes (Credenciamento): Até às 09h:00 do dia 04/04/2014.

Abertura dos Envelopes: Às 09h:30m do dia 04/04/2014.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser consultado e obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Rua XV de Novembro, 26, de Segunda a Sexta feira, no horário normal de Expediente.

Informações e esclarecimentos no endereço acima ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta-SC, 18 de março de 2014.

Alcidir Felchilcher

Prefeito Municipal

Ascurra

PREFEITURA

Edital de Pregão 11-2014 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE PREGÃO Nº11/2014

O Prefeito Municipal de Ascurra comunica aos interessados que fará no dia 02/04/2014 às 08 horas, PREGÃO PRESENCIAL, para AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO, MATERIAL HOSPITALAR E MEDICAMENTOS, conforme Edital. Maiores Informações e cópia do Edital poderão ser solicitadas na Prefeitura Municipal de Ascurra, no horário de expediente, e pelo site www.ascurra.sc.gov.br

Ascurra, 19 de março de 2014.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

Balneário Rincão

PREFEITURA

Aviso de Licitação 028/Pmbr/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 028/PMBR/2014
Tipo: MENOR PREÇO.

Data e horário da sessão de abertura: 01/04/2014 às 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneario Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, sn, Centro, do Município de Balneario Rincão - SC.

Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente, para aquisição de forma parcelada, de materiais, para uso na manutenção das vias publicas do Município de Balneário Rincão - SC., para o ano de 2014.

Fone/Fax: (48) 3468-4528/ e-mail: licitacao.rincao@hotmail.com

Balneário Rincão – SC, 18 de Março de 2014.

Pregoeira

Gisele P. Ferreira.

Benedito Novo

PREFEITURA

Aviso de Pregão Presencial Nº 29/2014

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREGÃO PRESENCIAL nº. 29/2014

O Município de Benedito Novo – SC, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS GENUINAS E MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA RECUPERAÇÃO DA MÁQUINA ESVACADEIRA HIDRAULICA KOMATSU PC160LC-7B N.73.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 10:00h do dia 02 de abril de 2014.

ABERTURA: às 10:05h do dia 02 de abril de 2014.

LOCAL: Sala de reuniões no prédio da Prefeitura Municipal.

Licitação regida pelas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas diariamente em horário de expediente no Setor de Compras desta Municipalidade, sito a Rua Celso Ramos, 5070, Centro, pelo Fone/Fax: (47) 3385-0487 ou no site: www.beneditonovo.sc.gov.br.

Benedito Novo (SC), 18 de março de 2014.

Osnir Floriani

Prefeito

Biguaçu

PREFEITURA

Aviso de Licitação - Pregão Presencial Nº. 23/2014 - FMS

AVISO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2014 – FMS

A Comissão Permanente de Licitação do Município de Biguaçu – Santa Catarina, situada na Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu, informa que se encontra aberta a licitação na modalidade Pregão Presencial, com a finalidade de selecionar propostas objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES, EM ESPECIAL TELEFONIA DO TIPO VOIP, INTERNET E TRANSMISSÃO DE IMAGENS cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, o Decreto 5.450/2005, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, o Decreto Municipal nº 134/2005, e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 14h00min do dia 19/03/2014, às 13h59min do dia 31/03/2014;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14h00min do dia 31/03/2014, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu – Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico do Município de Biguaçu www.bigua.sc.gov.br, a partir do dia 19/03/2014.

As dúvidas pertinentes a presente licitação poderão ser esclarecidas através do e-mail: compras@saudebigua.sc.gov.br

Biguaçu, SC, 18 de março de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

PREFEITO MUNICIPAL

Por delegação

Leandro Adriano de Barros

Secretário de Saúde

Portaria Nº 766/2014

PORTARIA nº 766 de 18 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) LISETE ADELAIDE BERGER ZAMBRANO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições,



que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) LISETE ADELAIDE BERGER ZAMBRANO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL, com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 17/02/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 17/02/2014.

Biguaçu, 18 de março de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 767/2014

PORTARIA nº 767 de 18 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) MARIA ELIZETH RAMPA DA SILVEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MARIA ELIZETH RAMPA DA SILVEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL, com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 17/02/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 17/02/2014.

Biguaçu, 18 de março de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 768/2014

PORTARIA nº 768 de 18 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) MARLILETE TEREZINHA DE ABREU, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MARLILETE TEREZINHA DE ABREU, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL, com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 21/02/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 21/02/2014.

Biguaçu, 18 de março de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 769/2014

PORTARIA nº 769 de 18 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) CAMELITA ALVES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) CAMELITA ALVES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL, com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 28/02/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 28/02/2014.

Biguaçu, 18 de março de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 770/2014

PORTARIA nº 770 de 18 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) FABIANA SILVY COUTINHO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) FABIANA SILVY COUTINHO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL, com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/03/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/03/2014.

Biguaçu, 18 de março de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 771/2014

PORTARIA nº 771 de 18 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) CRISTIANE BRITO DE ARAUJO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL, na Secretaria Municipal de

Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) CRISTIANE BRITO DE ARAUJO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL, com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/03/2014 a 01/04/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/03/2014.

Biguaçu, 18 de março de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 772/2014

PORTARIA nº 772 de 18 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) EVA ANILDA SILVEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II – ENSINO FUNDAMENTAL, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) EVA ANILDA SILVEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II – ENSINO FUNDAMENTAL, com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 10/02/2014 a 28/02/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/02/2014.

Biguaçu, 18 de março de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 773/2014

PORTARIA nº 773 de 18 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) MARIA ROSELI QUIRINO MOREIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II – ENSINO FUNDAMENTAL, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MARIA ROSELI QUIRINO MOREIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II – ENSINO FUNDAMENTAL, com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 10/02/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/02/2014.

Biguaçu, 18 de março de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 774/2014

PORTARIA nº 774 de 18 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) ELISIANE APARECIDA FERREIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II – ENSINO FUNDAMENTAL, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ELISIANE APARECIDA FERREIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II – ENSINO FUNDAMENTAL, com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 17/02/2014 a 07/03/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 17/02/2014.

Biguaçu, 18 de março de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 775/2014

PORTARIA nº 775 de 18 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) VALDETE ANDRADE MANES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II – ENSINO FUNDAMENTAL, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) VALDETE ANDRADE MANES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II – ENSINO FUNDAMENTAL, com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 17/02/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 17/02/2014.

Biguaçu, 18 de março de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 776/2014

PORTARIA nº 776 de 18 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) CARMEM SABINO MEURER, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II – ENSINO FUNDAMENTAL, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) CARMEM SABINO MEURER, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II – ENSINO FUNDAMENTAL, com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 20/02/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 20/02/2014.

Biguaçu, 18 de março de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 777/2014

PORTARIA nº 777 de 18 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) MARIA DO CARMO HECK MARTINS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II – ENSINO FUNDAMENTAL, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MARIA DO CARMO HECK MARTINS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II – ENSINO FUNDAMENTAL, com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 24/02/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 24/02/2014.

Biguaçu, 18 de março de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 779/2014

PORTARIA nº 779 de 18 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) ROSELI OLIBONI POZZA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II – ENSINO FUNDAMENTAL, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ROSELI OLIBONI POZZA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II – ENSINO FUNDAMENTAL, com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 12/03/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 12/03/2014.

Biguaçu, 18 de março de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Extrato Contrato Nº 10.020/2014 - Processo: Pregão Presencial - PP Nº 121/2013 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.020/2014
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 121/2013 – FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ENFERMAGEM PARA USO DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Fornecedor: JACQUES BRIAO MOREIRA ME.

Valor: R\$ 13.835,50 (treze mil oitocentos e trinta e cinco reais e cinquenta centavos).
Vigência: 12/03/2014 a 31/12/2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

Extrato Contrato Nº 10.022/2014 - Processo: Pregão Presencial - PP Nº 121/2013 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.022/2014
Processo: Pregão Presencial - PP Nº 121/2013 – FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ENFERMAGEM PARA USO DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Fornecedor: OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA.

Valor: R\$ 32.637,55 (trinta e dois mil seiscentos e trinta e sete reais e cinquenta e cinco centavos).
Vigência: 12/03/2014 a 31/12/2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

Portaria Nº 780/2014

PORTARIA nº 780 de 18 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) JUCIELI MORIEL DE OLIVEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) JUCIELI MORIEL DE OLIVEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 17/02/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 17/02/2014.

Biguaçu, 18 de março de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 781/2014

PORTARIA nº 781 de 18 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) OSNILDA KUHN HASKEL, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) OSNILDA KUHN HASKEL, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 16/02/2014 a 30/04/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 16/02/2014.

Biguaçu, 18 de março de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 782/2014

PORTARIA nº 782 de 18 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) MONICA DE ABREU DOS SANTOS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MONICA DE ABREU DOS SANTOS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 10/03/2014 a 30/06/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/03/2014.

Biguaçu, 18 de março de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 783/2014

PORTARIA nº 783 de 18 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) MARIA DE LOURDES NEVES DA SILVEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MARIA DE LOURDES NEVES DA SILVEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 17/02/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 17/02/2014.

Biguaçu, 18 de março de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 784/2014

PORTARIA nº 784 de 18 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) MARGARETE MARIA DA SILVA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MARGARETE MARIA DA SILVA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 17/02/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 17/02/2014.

Biguaçu, 18 de março de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 785/2014

PORTARIA nº 785 de 18 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) ISABEL DE ALMEIDA GORZONI, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ISABEL DE ALMEIDA GORZONI, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 17/02/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 17/02/2014.

Biguaçu, 18 de março de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 786/2014

PORTARIA nº 786 de 18 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) GLAUCIA FARIAS DE MELO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) GLAUCIA FARIAS DE MELO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 14/02/2014 a 05/04/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 14/02/2014.

Biguaçu, 18 de março de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 787/2014

PORTARIA nº 787 de 18 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) FABIANA SILVY COUTINHO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) FABIANA SILVY COUTINHO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 24/02/2014 a 10/03/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 24/02/2014.

Biguaçu, 18 de março de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 788/2014

PORTARIA nº 788 de 18 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) CHIRLENE BATISTA DE OLIVEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) CHIRLENE BATISTA DE OLIVEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 12/03/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 12/03/2014.

Biguaçu, 18 de março de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 789/2014

PORTARIA nº 789 de 18 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) CHARLENE MARIA LINO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) CHARLENE MARIA LINO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 17/02/2014 a 10/08/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 17/02/2014.

Biguaçu, 18 de março de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 790/2014

PORTARIA nº 790 de 18 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) CARMEM LUCIA KAIR SIQUEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) CARMEM LUCIA KAIR SIQUEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 13/02/2014 a 25/06/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 13/02/2014.

Biguaçu, 18 de março de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 791/2014

PORTARIA nº 791 de 18 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) EVA ANILDA SILVEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II – ENSINO FUNDAMENTAL, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) EVA ANILDA SILVEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II – ENSINO FUNDAMENTAL, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/03/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/03/2014.

Biguaçu, 18 de março de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 792/2014

PORTARIA nº 792 de 18 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) GORETE TEIXEIRA DA COSTA AMORIM, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II – ENSINO FUNDAMENTAL, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) GORETE TEIXEIRA DA COSTA AMORIM, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II – ENSINO FUNDAMENTAL, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 17/02/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 17/02/2014.

Biguaçu, 18 de março de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 793/2014

PORTARIA nº 793 de 18 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) GIOVANI AMORIM, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II – ENSINO FUNDAMENTAL (SEM REGÊNCIA DE CLASSE), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) GIOVANI AMORIM, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II – ENSINO FUNDAMENTAL (SEM REGÊNCIA DE CLASSE), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 10/02/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 17/02/2014.

Biguaçu, 18 de março de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 794/2014

PORTARIA nº 794 de 18 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) SIRLEY ROSA DE OLIVEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II – ENSINO FUNDAMENTAL (SEM REGÊNCIA DE CLASSE), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) SIRLEY ROSA DE OLIVEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II – ENSINO FUNDAMENTAL (SEM REGÊNCIA DE CLASSE), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 10/02/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/02/2014.

Biguaçu, 18 de março de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 795/2014

PORTARIA nº 795 de 18 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) JEDILSON CELSO FERNANDES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II – ENSINO FUNDAMENTAL (SEM REGÊNCIA DE CLASSE), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) JEDILSON CELSO FERNANDES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II – ENSINO FUNDAMENTAL (SEM REGÊNCIA DE CLASSE), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 17/03/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 17/03/2014.

Biguaçu, 18 de março de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 796/2014

PORTARIA nº 796 de 18 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) KARINA ANA DA SILVA FEIJO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II – ENSINO FUNDAMENTAL (SEM REGÊNCIA DE CLASSE), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) KARINA ANA DA SILVA FEIJO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II – ENSINO FUNDAMENTAL (SEM REGÊNCIA DE CLASSE), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/03/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/03/2014.

Biguaçu, 18 de março de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 797/2014

PORTARIA nº 797 de 18 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) LUCIANE BEATRIZ CLAUDINO GARZO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II – ENSINO FUNDAMENTAL (SEM REGÊNCIA DE CLASSE), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) LUCIANE BEATRIZ CLAUDINO GARZO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II – ENSINO FUNDAMENTAL (SEM REGÊNCIA DE CLASSE), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 10/03/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/03/2014.

Biguaçu, 18 de março de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 798/2014

PORTARIA nº 798 de 18 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) TANIA CLEUSA SONNTAG, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (LÍNGUA PORTUGUESA), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) TANIA CLEUSA SONNTAG, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (LÍNGUA PORTUGUESA), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 10/02/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/02/2014.

Biguaçu, 18 de março de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 799/2014

PORTARIA nº 799 de 18 de março de 2014

Admitir o (a) Servidor (a) FABIANA DE FÁTIMA APARECIDA DE OLIVEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (LÍNGUA PORTUGUESA), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do

Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) FABIANA DE FÁTIMA APARECIDA DE OLIVEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (LÍNGUA PORTUGUESA), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 10/02/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/02/2014.

Biguaçu, 18 de março de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

Resolução Nº106/14 de 13 de Março de 2014 Concede Licença A Vereadora Ediane da Silva Bruinsma, Para Tratamento de Saúde.

RESOLUÇÃO Nº106/2014 de 13/03/2014.

CONCEDE LICENÇA A VEREADORA EDIANE DA SILVA BRUINSMA, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE.

Eu, IVALDO DEFENDI RIBEIRO, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do Oeste Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu, promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º. Fica concedida licença, a Vereadora EDIANE DA SILVA BRUINSMA, para tratamento de saúde devidamente comprovada, pelo prazo de 15 (quinze) dias, a contar do período de 12 (doze) de março á 26 (vinte e seis) de março de 2014, de conformidade com o disposto no artigo 95, Inciso I da resolução nº003/97 de 15 de setembro de 1997 – Regimento Interno da Câmara.

Art. 2º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º da Lei do Legislativo nº04/2013 de 18 de setembro de 2013.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do Oeste (SC), aos 13 de março do ano de 2014.

Ivaldo Defendi Ribeiro
Presidente da Câmara

Leisi Rauber Wandscheer
1º Secretária

Lei do Legislativo nº05/14 de 18-03-2014, Autoriza o Presidente a conceder revisão geral anual aos servidores do Poder Legislativo e subsídios dos agentes políticos e reajuste aos servidores da Câmara Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC.

LEI DO LEGISLATIVO Nº 05/2014 DE 18 DE MARÇO DE 2014

Lei do Legislativo nº005/14 de 18 de março de 2014 autoriza o Presidente da Câmara Municipal de Vereadores a conceder revisão geral anual aos servidores públicos municipais do poder Legislativo

e subsídios dos agentes políticos e reajuste aos servidores da câmara Municipal Vereadores de Bom Jesus do Oeste- Santa Catarina.

IVALDO DEFENDI RIBEIRO, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Bom Jesus do Oeste- SC, Estado de Santa Catarina no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu, promulgo a seguinte Lei do Legislativo Municipal.

Art. 1º. Fica o Presidente da Câmara Municipal de Vereadores autorizado a conceder revisão geral de que trata o artigo 37, X, da CF/88, Lei Municipal nº 669/2009 e Lei Complementar do Legislativo nº 001/2013, na remuneração dos servidores públicos do Poder Legislativo e subsídios dos agentes políticos.

Parágrafo único - A remuneração dos servidores públicos do Poder Legislativo e subsídio dos Agentes Políticos, a partir de 1º de março de 2014, ficam revisadas em 5,56%, relativamente à inflação medida pelo IGPM (Índice Geral de Preços do Mercado) acumulado de janeiro de 2013 a dezembro de 2013, conforme data base definido na Lei Municipal nº 669/2009 e Lei Complementar do Legislativo nº 001/2013.

Art. 2º. Fica o Presidente da Câmara Municipal de Vereadores também autorizado a conceder reajuste na remuneração dos servidores públicos do Poder Legislativo.

Parágrafo Único - Além dos valores gerados na forma do Artigo 1º e seu parágrafo único fica, também, concedido aumento real de 3,44% (três vírgula quarenta e quatro por cento) sobre o vencimento de cada servidor, totalizando o valor de 9,00 % (nove por cento).

Art. 3º. A revisão de que trata o Art. 1º e o reajuste de que trata o art. 2º deverá incidir uma única vez e simultaneamente sobre a remuneração de quem fizer jus ao mesmo.

Art. 4º. As despesas provenientes da realização da presente Lei correrão por conta de dotações do Orçamento Municipal Legislativo vigente.

Art. 5º. Esta Lei do Legislativo entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º da Lei do Legislativo nº04/2013 de 18 de setembro de 2013.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara de Vereadores, 18 de março de 2014.
IVALDO DEFENDI RIBEIRO LEISI RAUBER WANDSCHEER
Presidente 1ª Secretária

LEI MUNICIPAL NR 924/2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 924/14 DE 18 DE MARÇO DE 2014.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER REVISÃO GERAL ANUAL E REAJUSTE AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E SUBSÍDIOS DOS AGENTES POLÍTICOS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 41, inciso I da Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar nº 669/09 de 11 de março de 2009, FAZ SABER a todos que a Câmara Municipal de Vereadores votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei.

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a

conceder revisão geral de que trata o artigo 37 X da CF/88 e Lei Complementar nº 669/09 Reajuste na remuneração dos servidores públicos municipais e subsídios dos agentes políticos.

§ 1º A remuneração dos servidores públicos municipais e subsídio dos Agentes Políticos, a partir de 1º de março de 2014, ficam revisadas em 5,56%, relativamente a inflação medida pelo IGPM (Índice Geral de Preços do Mercado) acumulado de janeiro de 2013 a dezembro de 2013, conforme data base definido na Lei Municipal nº 669/2009.

§ 2º Além dos valores gerados na forma do parágrafo primeiro fica, também, concedido um aumento real de 3,44% (três virgula quarenta e quatro por cento) sobre o vencimento de cada servidor, totalizando o valor de 9,00 % (nove por cento) descrito no caput.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotação própria prevista no Orçamento Municipal.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013, com efeitos a retroativos a partir de 1º de março de 2014.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, aos 18 de março de 2014.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

Contrato Administrativo Nr 37/2014.

CONTRATO ADMINISTRATIVO

Nº 37/2014 DE 18.03.2014

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 009/2014

O MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CGC sob nº. 01.594.009/0001-30, com sua sede na Av. Nossa Senhora de Fátima, 120, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor Airton Antonio Reinehr, residente e domiciliado na Rua Eduardo Sehnem, 385, neste Município de Bom Jesus do Oeste - SC, portador do CI, sob nº. 1.835.845 do CIC nº. 569.504.709-91, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado;

E a empresa EXITO PROJETOS, ASSESSORIA E CONSULTORIA EIRELI - ME inscrita no CNPJ sob o Nº 13.177.745/0001-72, estabelecida na Rua Victor Konder, 1005, sala 203, Centro, Cep: 89.820-0000, na cidade de Xanxere, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sócio Administrador Sr. Michael Medeiros, brasileiro, solteiro, engenheiro agrônomo, inscrito no CPF sob nº 028.778.079-16, doravante denominado de CONTRATADA, de comum acordo e com amparo legal na Lei 8.666/93, processo licitatório nº 2826/2013, Edital de Pregão Presencial nº 20/2013, celebram o presente TERMO ADITIVO ao contrato administrativo nº 009/14 de 20 de janeiro de 2014, de conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente contrato é o TERMO ADITIVO ao Contrato nº 009/2014 de 20.01.2014, compreendendo o que segue:

Fica estabelecido mediante acréscimos o objeto do presente, em conformidade com o aumento em quatro o número de vagas disponibilizadas do Edital de Concurso Público nº 001/2014, sendo

que o valor da soma global do aditamento é de R\$ 1.898,68 (Um mil, oitocentos e noventa e oito reais e sessenta e oito centavos).

CLAUSULA SEGUNDA

Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas do contrato administrativo nº 009/2014 ora aditado.

E, por assim acordados estarem, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Bom Jesus do Oeste (SC), 18 de março de 2014.

AIRTON ANTONIO REINEHR
PREFEITO MUNICIPAL

MICHAEL MEDEIROS
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

WALTER NAUJORKS
CIC Nº 446.591.219-68

CELIO FAZZIONI
CIC Nº 892.881.499-53

JOAO PAULO TESSEROLI SIQUEIRA
ASSESSOR JURIDICO

Portaria Nº 076/2014 de 17 de Março de 2014.

PORTARIA Nº 076/2014, DE 17 DE MARÇO DE 2014.

NOMEAR SERVIDORA PARA CARGO DE AUXILIAR DE ENSINO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR a Sra. Fabiane Regina Brambilla Nascimento, portadora do CPF sob nº. 035.216.129-96, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, para ocupar o cargo de Auxiliar de Ensino, com carga horária de 40 horas semanais, percebendo o vencimento base constante no Anexo III: MAG 1000, a partir de 13 de março de 2014, com vencimento no respectivo Plano de Cargos e Carreiras do Magistério Público de Bom Jesus do Oeste – SC, Lei Complementar nº 917/2013 de 20 de dezembro de 2013 e processo seletivo nº 001/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 17 de março de 2014.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

Portaria Nº 077/2014 de 17 de Março de 2014.

PORTARIA Nº 077/2014, DE 17 DE MARÇO DE 2014.

NOMEAR SERVIDORA PARA CARGO DE PROFESSORA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR a Sra. Camila Vivan, portadora do CPF sob nº. 023.174.111-11, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, para ocupar o cargo de Professor I – Educação Infantil, com carga horária de 20 horas semanais, percebendo o vencimento base constante no Anexo I: MAG 0200, a partir de 13 de março de 2014, com vencimento no respectivo Plano de Cargos e Carreiras do Magistério Público de Bom Jesus do Oeste – SC, Lei Complementar nº 917/2013 de 20 de dezembro de 2013 e processo seletivo nº 001/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 17 de março de 2014.
AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

Portaria Nº 078/2014 de 17 de Março de 2014.

PORTARIA Nº 078/2014, DE 17 DE MARÇO DE 2014.
NOMEAR SERVIDORA PARA CARGO DE PROFESSORA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR a Sra. Claise Terezinha Kraemer Cerezoli, portadora do CPF sob nº. 088.309.809-19, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, para ocupar o cargo de Professor II – Ensino Fundamental, com carga horária de 20 horas semanais, percebendo o vencimento base constante no Anexo I: MAG 0300, a partir de 17 de março de 2014, com vencimento no respectivo Plano de Cargos e Carreiras do Magistério Público de Bom Jesus do Oeste – SC, Lei Complementar nº 917/2013 de 20 de dezembro de 2013 e processo seletivo nº 001/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 17 de março de 2014.
AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

Portaria Nº 079/2014 de 17 de Março de 2014.

PORTARIA Nº 079/2014, DE 17 DE MARÇO DE 2014.
PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO SAÚDE PARA SERVIDOR MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais

que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. PRORROGAR licença para tratamento de Saúde ao SR. CLAUDIOMIRO VILMAR ROSSI, inscrito na matrícula nº 340-9, até a realização de perícia médica agendada para o dia 15/04/2014, conforme Requerimento 1563756107.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 17 de março 2014.
AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

Portaria Nº 080/2014 de 17 de Março de 2014.

PORTARIA Nº 080/2014, DE 17 DE MARÇO DE 2014.
READAPTAÇÃO DE FUNÇÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. READAPTAR função de Servidora Municipal Sra. Fabiane Ames Morandini conforme requerimento e atestados médicos, nos termos do art. 66 da lei municipal nº 917/2013 de 20 de dezembro de 2013 – Plano de Cargos e Carreiras do Magistério.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data retroativa de 12/03/2014, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 17 de março 2014.
AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

Portaria Nº 081/2014 de 17 de Março de 2014.

PORTARIA Nº 081/2014, DE 17 DE MARÇO DE 2014.
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO SAÚDE PARA SERVIDOR MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER licença para tratamento de Saúde ao SR. HARI SCHMIDT, inscrito na matrícula nº 353-0, conforme Atestado Médico, no período de 17 de março de 2014 a 31 de março de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data retroativa de sua

assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 17 de março 2014.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

Portaria Nº 082/2014 de 18 de Março de 2014.

PORTARIA Nº 082/2014, DE 18 DE MARÇO DE 2014.

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. PRORROGAR contrato de trabalho da Sra. DAIANA APARECIDA WALKER NASCIMENTO, portadora do CPF sob nº. 071.314.799-77, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, com carga horária de 40 horas semanais, em substituição e servidora Efetiva Sra Ediane F. da Silva Bruinsma, que está em período de férias, até a data de 17/04/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 18 de março de 2014.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

RREO 1B 2014

PÁGINA: 1 DE 3
12/03/2014 07:53

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanco Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2014/Bimestre Janeiro-Fevereiro

R\$ 1,00 = R\$ 1,00							
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR	
			No Bimestre	%	Até o Bimestre		
							(b)
		(a)		(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	12.730.310,00	12.730.310,00	1.831.992,38	14,39	1.831.992,38	14,39	10.898.317,62
Receitas Correntes	10.595.560,00	10.595.560,00	1.831.992,38	17,29	1.831.992,38	17,29	8.763.567,62
Receita Tributária	511.000,00	511.000,00	43.754,51	8,56	43.754,51	8,56	467.245,49
Impostos	419.000,00	419.000,00	35.197,54	8,40	35.197,54	8,40	383.802,46
Taxas	52.000,00	52.000,00	2.581,45	4,96	2.581,45	4,96	49.418,55
Contribuição de Melhoria	40.000,00	40.000,00	5.975,52	14,94	5.975,52	14,94	34.024,48
Receita De Contribuições	20.000,00	20.000,00	2.954,30	14,77	2.954,30	14,77	17.045,70
Contribuições Econômicas	20.000,00	20.000,00	2.954,30	14,77	2.954,30	14,77	17.045,70
Receita Patrimonial	41.000,00	41.000,00	10.870,25	26,51	10.870,25	26,51	30.129,75
Receitas De Valores Mobiliários	41.000,00	41.000,00	10.870,25	26,51	10.870,25	26,51	30.129,75
Receita Agropecuária	45.000,00	45.000,00	4.128,61	9,17	4.128,61	9,17	40.871,39
Outras Receitas Agropecuárias	45.000,00	45.000,00	4.128,61	9,17	4.128,61	9,17	40.871,39
Receita De Serviços	171.000,00	171.000,00	13.482,66	7,88	13.482,66	7,88	157.517,34
Transferências Correntes	9.756.160,00	9.756.160,00	1.755.644,75	18,00	1.755.644,75	18,00	8.000.515,25
Transferências Intergovernamentais	9.756.160,00	9.756.160,00	1.755.644,75	18,00	1.755.644,75	18,00	8.000.515,25
Outras Receitas Correntes	51.400,00	51.400,00	1.157,30	2,25	1.157,30	2,25	50.242,70
Multas E Juros De Mora	19.020,00	19.020,00	453,68	2,39	453,68	2,39	18.566,32
Receita Da Dívida Ativa	32.380,00	32.380,00	703,62	2,17	703,62	2,17	31.676,38
Receitas De Capital	2.134.750,00	2.134.750,00	-	-	-	-	2.134.750,00
Transferências De Capital	2.134.750,00	2.134.750,00	-	-	-	-	2.134.750,00
Transferências de Convênios	2.134.750,00	2.134.750,00	-	-	-	-	2.134.750,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS(III)=(I+II)	12.730.310,00	12.730.310,00	1.831.992,38	14,39	1.831.992,38	14,39	10.898.317,62
OPERAÇÕES DE CRÉDITO-REFINANCIAMENTO(IV)	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-	-	-	-

PÁGINA: 2 DE 3
12/03/2014 07:53

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanco Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2014/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO (LRF, Art.52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)							R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECETAS REALIZADAS			%	SALDO A REALIZAR (a-c)
			No Bimestre (b)	(b/a)	Até o Bimestre (c)	(c/a)	
Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO(V)=(II+IV)	12.730.310,00	12.730.310,00	1.831.992,38	14,39	1.831.992,38	14,39	10.898.317,62
DÉFICIT(VI)	-	-	-	-	67.212,50	-	-
TOTAL(VII)=(V+VI)	12.730.310,00	12.730.310,00	1.831.992,38	14,39	1.895.204,88	14,92	10.831.105,12
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	-	-	-	263.923,95	-	-
Superávit Financeiro	-	831.142,31	-	-	263.923,95	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	-	-	-	-

PÁGINA: 3 DE 3
12/03/2014 07:53

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste-SC

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Balanco Orçamentário

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Janeiro a Fevereiro 2014/Bimestre Janeiro-Feveireiro

R\$ 1,00									
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)=(d+e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR	
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	(f-g)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(VII)	12.730.310,00	263.923,95	12.994.233,95	3.464.023,28	3.464.023,28	1.899.204,88	1.899.204,88	14,62	11.095.029,07
Despesas Correntes	9.093.094,00	263.923,95	9.357.017,95	2.822.637,17	2.822.637,17	1.309.409,97	1.309.409,97	13,99	8.047.607,98
Pessoal E Encargos Sociais	4.791.094,00	112.529,21	4.903.623,21	1.096.537,92	1.096.537,92	734.239,92	734.239,92	14,97	4.169.383,29
Juros E Encargos Da Dívida	100.000,00	-	100.000,00	11.031,69	11.031,69	11.031,69	11.031,69	11,03	88.968,31
Outras Despesas Correntes	4.202.000,00	151.394,74	4.353.394,74	1.715.067,56	1.715.067,56	564.138,36	564.138,36	12,96	3.789.256,38
Despesas De Capital	3.627.216,00	-	3.627.216,00	641.386,11	641.386,11	589.794,91	589.794,91	16,26	3.037.421,09
Investimentos	3.287.216,00	-	3.287.216,00	585.830,55	585.830,55	534.239,35	534.239,35	16,25	2.752.976,65
Amortizacao/Refinanciamento Da Dívida	340.000,00	-	340.000,00	55.555,56	55.555,56	55.555,56	55.555,56	16,34	284.444,44
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00	-	10.000,00	-	-	-	-	-	10.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS(X)(VIII+IX)	12.730.310,00	263.923,95	12.994.233,95	3.464.023,28	3.464.023,28	1.899.204,88	1.899.204,88	14,62	11.095.029,07
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO(XI)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO(XII)= (XI+X)	12.730.310,00	263.923,95	12.994.233,95	3.464.023,28	3.464.023,28	1.899.204,88	1.899.204,88	14,62	11.095.029,07
SUPERÁVIT(XIII)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL(XIV)=(XII+XIII)	12.730.310,00	263.923,95	12.994.233,95	3.464.023,28	3.464.023,28	1.899.204,88	1.899.204,88	14,62	11.095.029,07

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 12/Mar/2014, 07h e 49m.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

WALTER NAUJORKS

Sec. de Adm e Fazenda

NAIRO CEZAR MORANDINI

Contador CRC 020101/0-8

JANDREI LUIZ BRUTSCHER

Controle Interno

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2014/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre	% (c)=(b/a)x100
1-RECEITAS DE IMPOSTOS	443.260,00	443.260,00	35.953,75	35.953,75	8,11
1.1-Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	109.440,00	109.440,00	3.998,58	3.998,58	3,65
1.1.1-IPTU	95.000,00	95.000,00	3.700,62	3.700,62	3,90
1.1.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	2.970,00	2.970,00	16,81	16,81	0,57
1.1.3-Dívida Ativa do IPTU	9.000,00	9.000,00	628,58	628,58	6,98
1.1.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	2.470,00	2.470,00	108,53	108,53	4,39
1.1.5-(-) Deduções da Receita do IPTU	-	-	455,96	455,96	
1.2-Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	102.000,00	102.000,00	5.708,64	5.708,64	5,60
1.2.1-ITBI	102.000,00	102.000,00	5.708,64	5.708,64	5,60
1.2.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	-	-	-	
1.2.3-Dívida Ativa do ITBI	-	-	-	-	
1.2.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	-	-	-	
1.2.5-(-) Deduções da Receita do ITBI	-	-	-	-	
1.3-Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	131.820,00	131.820,00	12.043,70	12.043,70	9,14
1.3.1-ISS	122.000,00	122.000,00	12.119,22	12.119,22	9,93
1.3.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	2.970,00	2.970,00	2,29	2,29	0,08
1.3.3-Dívida Ativa do ISS	4.380,00	4.380,00	-	-	-
1.3.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	2.470,00	2.470,00	-	-	-
1.3.5-(-) Deduções da Receita do ISS	-	-	77,81	77,81	
1.4-Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	100.000,00	100.000,00	14.202,83	14.202,83	14,20
1.4.1-IRRF	100.000,00	100.000,00	14.202,83	14.202,83	14,20
1.4.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	-	-	-	
1.4.3-Dívida Ativa do IRRF	-	-	-	-	
1.4.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	-	-	-	
1.4.5-(-) Deduções da Receita do IRRF	-	-	-	-	
1.5-Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153 §4º, inciso III)	-	-	-	-	
1.5.1-ITR	-	-	-	-	
1.5.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	-	-	-	
1.5.3-Dívida Ativa do ITR	-	-	-	-	
1.5.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	-	-	-	
1.5.5-(-) Deduções da Receita do ITR	-	-	-	-	

PÁGINA: 2 DE 7
18/03/2014 10:26

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2014/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)		R\$ 1,00			
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			(a)	No Bimestre	Até o Bimestre
					(b)
					(c)=(b/a)x100
					%
2-RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS					
2.1-Cota-Parte FPM		9.985.200,00	9.985.200,00	1.805.218,52	1.805.218,52
2.1.1-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b		6.490.000,00	6.490.000,00	1.230.024,25	1.230.024,25
2.1.2-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d		6.490.000,00	6.490.000,00	1.230.024,25	1.230.024,25
2.2-Cota-Parte ICMS		-	-	-	-
2.3-ICMS-Desoneração - L.C. nº 87/1996		3.245.000,00	3.245.000,00	544.272,78	544.272,78
2.4-Cota-Parte IPI-Exportação		47.000,00	47.000,00	3.381,42	3.381,42
2.5-Cota-Parte ITR		60.500,00	60.500,00	8.011,37	8.011,37
2.6-Cota-Parte IPVA		2.700,00	2.700,00	45,55	45,55
2.7-Cota-Parte IOF-Ouro		140.000,00	140.000,00	19.483,15	19.483,15
3-TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1+2)		-	-	-	-
		10.428.460,00	10.428.460,00	1.841.172,27	1.841.172,27
					17,66

PÁGINA: 3 DE 7
18/03/2014 10:26

Prof. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2014/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
4 - RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	-	-	-	-	-
5 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	102.000,00	102.000,00	10.388,83	10.388,83	10,19
5.1 - Transferências do Salário-Educação	61.000,00	61.000,00	10.224,72	10.224,72	16,76
5.2 - Outras Transferências do FNDE	40.000,00	40.000,00	-	-	-
5.3 - Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	1.000,00	1.000,00	164,11	164,11	16,41
6 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	71.000,00	71.000,00	64,39	64,39	0,09
6.1 - Transferências de Convênios	70.000,00	70.000,00	-	-	-
6.2 - Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	1.000,00	1.000,00	64,39	64,39	6,44
7 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-	-
8 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	-	-	-	-	-
9 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4+5+6+7+8)	173.000,00	173.000,00	10.453,22	10.453,22	6,04

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
10 - RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	1.949.040,00	1.949.040,00	361.043,32	361.043,32	18,52
10.1 - Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.1.1)	1.250.000,00	1.250.000,00	246.004,78	246.004,78	19,68
10.2 - Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.2)	649.000,00	649.000,00	108.854,38	108.854,38	16,77
10.3 - ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.3)	9.400,00	9.400,00	676,27	676,27	7,19
10.4 - Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.4)	12.100,00	12.100,00	1.602,28	1.602,28	13,24
10.5 - Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadado Destinados ao FUNDEB-(0% de (1.5 + 2.5)	540,00	540,00	9,10	9,10	1,69
10.6 - Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.6)	28.000,00	28.000,00	3.896,51	3.896,51	13,92
11 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	602.000,00	602.000,00	125.041,49	125.041,49	20,77
11.1 - Transferências de Recursos do FUNDEB	600.000,00	600.000,00	124.278,92	124.278,92	20,71
11.2 - Complementação da União ao FUNDEB	-	-	-	-	-
11.3 - Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	2.000,00	2.000,00	762,57	762,57	38,13
12 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB(11.1-10)¹	-1.349.040,00	-1.349.040,00	-236.764,40	-236.764,40	17,55

[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) > 0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) < 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Janeiro a Fevereiro 2014/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)		R\$ 1,00			
DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		%
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	
					(f)=(e/d)x100
13-PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	373.000,00	373.000,00	75.224,10	75.224,10	20,17
13.1-Com Educação Infantil	-	-	-	-	-
13.2-Com Ensino Fundamental	373.000,00	373.000,00	75.224,10	75.224,10	20,17
14-OUTRAS DESPESAS	229.000,00	229.000,00	14.014,69	14.014,69	6,12
14.1-Com Educação Infantil	-	-	-	-	-
14.2-Com Ensino Fundamental	229.000,00	229.000,00	14.014,69	14.014,69	6,12
15-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB(13+14)	602.000,00	602.000,00	89.238,79	89.238,79	14,82
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					
					VALOR
16-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					-
17-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB					-
18-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16+17)					-
19-MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL ((13-18)/(11)x100)%					60,16
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					
					VALOR
20-RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					
21-DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 ²					

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2014/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72) R\$ 1,00

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre	%
		(a)	(b)	(c)=(b/a)x100	
22-IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS A MDE (25% de 3) ³	2.607.115,00	2.607.115,00	460.293,07	460.293,07	17,66
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE					
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre	%
		(d)	(e)	(f)=(e/d)x100	
23-EDUCAÇÃO INFANTIL	380.575,00	380.575,00	54.165,26	54.165,26	14,23
23.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	-	-	-	-	
23.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	380.575,00	380.575,00	54.165,26	54.165,26	14,23
24-ENSINO FUNDAMENTAL	1.067.000,00	1.067.000,00	169.660,86	169.660,86	15,90
24.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	602.000,00	602.000,00	89.238,79	89.238,79	14,82
24.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	465.000,00	465.000,00	80.422,07	80.422,07	17,30
25-ENSINO MÉDIO	-	-	-	-	
26-ENSINO SUPERIOR	-	-	-	-	
27-ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	-	-	-	-	
28-OUTRAS	-	-	-	-	
29-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23+24+25+26+27+28)	1.447.575,00	1.447.575,00	223.826,12	223.826,12	15,46

PÁGINA: 6 DE 7
18/03/2014 10:26

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2014/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)	R\$ 1,00
DEDUÇÕES/ADIÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR
30-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	-236.764,40
31-DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	-
32-RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50h)	762,57
33-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	-
34-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	-
35-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO 4	-
36-CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46g)	-
37-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30+31+32+33+34+35+36)	-236.001,83
38-TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23+24) - (37))	459.827,95
39-MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE 5 ((38)/(3)x100)%	24,97

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		%
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	
40-DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	-	-	-	-	-
41-DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	61.000,00	76.209,45	16.161,72	16.161,72	21,21
42-DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-	-
43-DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	112.000,00	138.894,11	-	-	-
44-TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40+41+42+43)	173.000,00	215.103,56	16.161,72	16.161,72	7,51
45-TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29+44)	1.620.575,00	1.662.678,56	239.987,84	239.987,84	14,43
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2014 (g)		
46-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	-	-	-	-	-

PÁGINA: 7 DE 7
18/03/2014 10:26

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2014/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)	FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	R\$ 1,00	
		VALOR	
		FUNDEF (h)	FUNDEF
47-SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		-	
48-(+)INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		124.278,92	
49-(-)PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		88.930,79	
50-(+)RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		762,57	
51-(-)SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		36.110,70	

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 18/Mar/2014, 10h e 26m.

¹Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

²Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do § 1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³Caput do artigo 212 da CF/1988.

4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

5 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art.12.1.V.

AIRTON ANTONIO REINEHR WALTER NAUJORKS NAIRO CEZAR MORANDINI JANDREI LUIZ BRUTSCHER
Prefeito Municipal Sec. de Adm e Fazenda Contador CRC 020101/0-8 Controle Interno

PÁGINA: 1 DE 3
18/03/2014 10:06

Prof. Munic de Bom Jesus do Oeste-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2014/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	443.260,00	443.260,00	35.953,75	8,11
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	95.000,00	95.000,00	3.244,66	3,41
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	102.000,00	102.000,00	5.708,64	5,59
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	122.000,00	122.000,00	12.041,41	9,87
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	100.000,00	100.000,00	14.202,83	14,20
Imposto Territorial Rural - ITR	-	-	-	-
Multa, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	5.940,00	5.940,00	19,10	0,32
Dívida Ativa dos Impostos	13.380,00	13.380,00	628,58	4,69
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	4.940,00	4.940,00	108,53	2,19
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	9.985.200,00	9.985.200,00	1.805.218,52	18,07
Cota-Parte FPM	6.490.000,00	6.490.000,00	1.230.024,25	18,95
Cota-Parte ITR	2.700,00	2.700,00	45,55	1,68
Cota-Parte IPVA	140.000,00	140.000,00	19.483,15	13,91
Cota-Parte ICMS	3.245.000,00	3.245.000,00	544.272,78	16,77
Cota-Parte IPI-Exportação	60.500,00	60.500,00	8.011,37	13,24
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	47.000,00	47.000,00	3.381,42	7,19
Desoneração ICMS (LC 87/96)	47.000,00	47.000,00	3.381,42	7,19
Outras	-	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	10.428.460,00	10.428.460,00	1.841.172,27	17,65

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	714.000,00	714.000,00	95.677,20	13,40
Provenientes da União	605.000,00	605.000,00	87.978,20	14,54
Provenientes dos Estados	109.000,00	109.000,00	7.699,00	7,06
Provenientes de Outros Municípios	-	-	-	-
Outras Receitas do SUS	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	-	-	-	-
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	-	-	-	-
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	714.000,00	714.000,00	95.677,20	13,40

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e) x 100	Até o Bimestre (g)	% (g/e) x 100
DESPESAS CORRENTES	2.088.269,00	2.219.794,48	927.953,27	41,80	301.266,14	13,57
Pessoal e Encargos Sociais	1.160.769,00	1.253.497,60	459.498,53	36,65	185.448,53	14,79
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	927.500,00	966.296,88	468.454,74	48,47	115.817,61	11,98
DESPESAS DE CAPITAL	279.000,00	279.000,00	33.603,45	12,04	33.603,45	12,04
Investimentos	279.000,00	279.000,00	33.603,45	12,04	33.603,45	12,04
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	2.367.269,00	2.498.794,48	961.556,72	38,48	334.869,59	13,40

PÁGINA: 2 DE 3
18/03/2014 10:06

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2014/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IV f) x 100	Até o Bimestre (i)	% (i/IV g) x 100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	-	-	-	-	-	-
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	714.000,00	845.525,48	274.846,14	28,58	152.846,14	45,64
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	714.000,00	845.525,48	274.846,14	28,58	152.846,14	45,64
Recursos de Operações de Crédito	-	-	-	-	-	-
Outros Recursos	-	-	-	-	-	-
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	-	-	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES³	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)	714.000,00	845.525,48	274.846,14	28,58	152.846,14	45,64
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	1.653.269,00	1.653.269,00	686.710,58	71,41	182.023,45	54,35
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIB x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5					9,89	
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIB) /100]⁶					-94.152,39	
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE	
Total	-	-	-	-	-	
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS					
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)		Saldo Final (não aplicado)		
Total (VIII)	-	-		-		
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO					
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)		Saldo Final (não aplicado)		
Total (IX)	-	-		-		

PÁGINA: 3 DE 3
18/03/2014 10:06

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2014/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (l)	% (l/ Total l) x 100	Até o Bimestre (m)	% (m/Total m) x 100
Atenção Básica	2.173.269,00	2.304.794,48	844.612,10	87,84	318.274,97	95,04
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	120.000,00	120.000,00	108.434,00	11,28	8.084,00	2,41
Suporte Profilático e Terapêutico	-	-	-	-	-	-
Vigilância Sanitária	54.000,00	54.000,00	5.589,34	0,58	5.589,34	1,67
Vigilância Epidemiológica	20.000,00	20.000,00	2.921,28	0,30	2.921,28	0,87
Alimentação e Nutrição	-	-	-	-	-	-
Outras Subfunções	-	-	-	-	-	-
TOTAL	2.367.269,00	2.498.794,48	961.556,72	100,00	334.869,59	100,00

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 18/Mar/2014, 10h e 06m.

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício

² O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício.

⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $[VI(h+i) - (15 \times IIb)/100]$.

AIRTON ANTONIO REINEHR WALTER NAUJORKS NAIRO CEZAR MORANDINI JANDREI LUIZ BRUTSCHER
Prefeito Municipal Sec. de Adm e Fazenda Contador CRC 020101/0-8 Controle Interno



Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC
Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2014/Bimestre Janeiro-Fevereiro

DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE

PÁGINA: 2 DE 3
12/03/2014 08:02

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC
Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2014/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')										R\$ 1,00	
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas			%	Saldo		
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	%				
										(b/Total b)	(b/a)
Difusão Cultural	126.000,00	126.000,00	9.125,53	9.125,53	9.125,53	9.125,53	0,48	7,24	(a-b)		
Urbanismo	1.578.750,00	1.578.750,00	153.773,03	153.773,03	77.032,89	77.032,89	4,06	4,88	116.874,47		
Infra-Estrutura Urbana	1.156.750,00	1.156.750,00	36.786,05	36.786,05	16.457,95	16.457,95	0,87	1,42	1.501.717,11		
Serviços Urbanos	350.000,00	350.000,00	111.957,10	111.957,10	55.545,06	55.545,06	2,92	15,87	1.140.292,05		
Energia Elétrica	72.000,00	72.000,00	5.029,88	5.029,88	5.029,88	5.029,88	0,26	6,99	294.454,94		
Habitação	33.000,00	33.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	66.970,12		
Habitação Rural	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33.000,00		
Habitação Urbana	23.000,00	23.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00		
Gestão Ambiental	14.500,00	14.500,00	112,00	112,00	112,00	112,00	0,01	0,77	23.000,00		
Preservação e Conservação Ambiental	4.500,00	4.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.388,00		
Extensão Rural	10.000,00	10.000,00	112,00	112,00	112,00	112,00	0,01	1,12	4.500,00		
Agricultura	1.440.000,00	1.440.000,00	504.912,07	504.912,07	286.954,89	286.954,89	15,11	19,93	9.888,00		
Promoção da Produção Animal	125.000,00	125.000,00	58.118,58	58.118,58	10.467,58	10.467,58	0,55	8,37	1.153.045,11		
Extensão Rural	1.315.000,00	1.315.000,00	446.793,49	446.793,49	276.487,31	276.487,31	14,56	21,03	114.532,42		
Comunicações	6.000,00	6.000,00	1.000,00	1.000,00	139,43	139,43	0,01	2,32	1.038.512,69		
Telecomunicações	6.000,00	6.000,00	1.000,00	1.000,00	139,43	139,43	0,01	2,32	5.860,57		
Transporte	1.527.716,00	1.541.362,45	590.107,17	590.107,17	484.952,33	484.952,33	25,53	31,46	5.860,57		
Transporte Rodoviário	1.527.716,00	1.541.362,45	590.107,17	590.107,17	484.952,33	484.952,33	25,53	31,46	1.056.410,12		
Desporto e Lazer	701.500,00	701.500,00	27.551,02	27.551,02	12.617,50	12.617,50	0,66	1,80	688.882,50		
Desporto Comunitário	701.500,00	701.500,00	27.551,02	27.551,02	12.617,50	12.617,50	0,66	1,80	688.882,50		
Encargos Especiais	560.000,00	560.000,00	83.350,41	83.350,41	83.350,41	83.350,41	4,39	14,88	476.649,59		
Serviço da Dívida Interna	560.000,00	560.000,00	83.350,41	83.350,41	83.350,41	83.350,41	4,39	14,88	476.649,59		
Reserva de Contingência	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00		
Reserva de Contingência	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00		
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL (III)=(I+II)	12.730.310,00	12.994.233,95	3.464.023,28	3.464.023,28	1.899.204,88	1.899.204,88	100,00	14,62	11.095.029,07		

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 12/Mar/2014, 07h e 58m.

PÁGINA: 3 DE 3
12/03/2014 08:02

Pref. Munic de Bom Jesus do Oeste - SC
Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2014/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')						R\$ 1,00	
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		Saldo (a-b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre (b)	Até o Bimestre (b/total b) (b/a)	

AIRTON ANTONIO REINEHR Prefeito Municipal	WALTER NAUJORKS Sec. de Adm e Fazenda	NAIRO CEZAR MORANDINI Contador CRC 020101/0-8	JANDREI LUIZ BRUTSCHER Controle Interno
--	--	--	--

Bom Retiro

PREFEITURA

259.03.14 - P. Lic. Trat. Eliane E. R. Rovaris

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 259/14 de 18.03.14

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar consulta médica no dia 14 de março de 2014, a funcionária Eliane Eleusa Rosar Rovaris, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Núcleo Municipal Henrique Hemkmaier.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 18 de março de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

260.03.14 - P. Lic. Trat. Eronete Ap. S. Souza

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 260/14 de 18.03.14

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar consulta médica no dia 14 de março de 2014, a funcionária Eronete Aparecida da Silva Souza, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Núcleo Municipal Henrique Hemkmaier.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 18 de março de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

030.14 - Dec. Suplementação FMAS.Psb E Benef. Ev.

Decreto N.º 30/14 de 18 de março de 2014.

Abre Crédito Suplementar no Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Bom Retiro, Exercício Financeiro de 2014, por excesso de arrecadação.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, devidamente autorizado no art. 5º I e art. 7º da Lei n.º 2204/13 de 12 de dezembro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada a seguinte dotação orçamentária:

11.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0030.2406 - CRAS – CENTRO DE REFERÊNCIA ASSISTÊNCIA SOCIAL

4.0.00.00 - DESPESAS CAPITAL

4.4.90.00 - Aplicações Diretas

Recurso 01.52.00.06 - Recursos Prot.Social.Bás.-Crianças 0 à 6 anos R\$ 4.000,00

Total R\$ 4.000,00

08.244.0028.2404 - MANUTENÇÃO DAS ATIV. FUNDO MUN. ASSISTÊNCIA SOCIAL

3.0.00.00 - DESPESAS CUSTEIO

3.3.90.00 - Aplicações Diretas

Recurso 01.52.00.05 - Recursos Benefícios Eventuais R\$ 4.005,96

Total R\$ 4.005,96

Art. 2º - Para fazer face a presente suplementação, apresenta-se como fonte de recurso o excesso de arrecadação, fonte de Recurso 01.52.00.06 - Recursos Prot.Social.Bás.-Crianças 0 à 6 anos, receita: 17.21.34.00.12 – Proteção Social Básica- Crianças de 0 à 6 anos – transferidos pelo Ministério de Desenvolvimento Social ao município de Bom Retiro – SC, com objetivo de prestação de serviço de proteção social básica ofertado de forma complementar ao Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF), principal serviço de proteção básica, e referenciado ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), tendo por foco o desenvolvimento de atividades com crianças, familiares e comunidade, para fortalecer vínculos e prevenir ocorrência de situações de exclusão social e de risco, em especial a violência doméstica e o trabalho infantil, sendo complementar e diretamente articulado ao PAIF no valor de R\$ 4.000,00, e o excesso de arrecadação, fonte 01.52.00.05- Benefícios eventuais, receita: 17.22.99.00.02 – Benefícios Eventuais.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 18 de março de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Administração e Fazenda

Minuta Edital PP 11/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC

MINUTA EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2014

O Município de Bom Retiro torna público Edital Pregão Presencial 11/2014 para Aquisição de lajotas, tubos, blocos e meio fios de concreto, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos. A abertura dos envelopes será dia 31/03/14 às 10h00min. Maiores informações podem ser obtidas na Prefeitura de Bom Retiro Fone/Fax: (049)32770183, das 09:00/12:00/ 13:30/17:00. Edital completo disponível no website oficial: www.bomretiro.sc.gov.br. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 19 de março de 2014.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito

261.03.14 - P. Lic. Trat. Saude Elisiane L. Menegaz

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 261/14 de 18.03.14

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento odontológico no dia 14 de março de 2014, a funcionária Elisiane de Lins Menegaz, Ocupante do cargo de Professor I – 3 Padrão I - Nível 22, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal do Bem Estar Social.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 18 de março de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

262.03.14 - P. Lic. Trat. Saude Fabiane Gerber

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 262/14 de 18.03.14

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar exames no dia 17 de março de 2014, a funcionária Fabiane Gerber, Ocupante do cargo de Professor I – 3 Padrão I - Nível 22, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Núcleo Municipal Henrique Hemkmaier.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 18 de março de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

Braço do Trombudo**PREFEITURA****Dispensa de Licitação 1/2014**

Dispensa de Licitação 1/2014

Processo Administrativo 10/2014

DISPENSA DE LICITAÇÃO 1/2014

Objeto; Contratação de Transporte Escolar

Valor: 7.961,25 (sete mil novecentos e sessenta e um reais, vinte cinco centavos).

Fundamento Legal: Artigo 24, da Lei 8.666/93, inciso IV.

Braço do Trombudo, 14 de Março de 2014

Romildo Teske

Prefeito em Exercício

Registro de Preços Que Objetiva A Eventual Aquisição de Filtros Para Máquinas, Caminhões E Tratores Para A Secretaria Municipal de Obras.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2013

Página: 1/12

Número do Registro de Preços: 15/2013		Data do Registro: 19/06/2013		Válido até: 19/06/2014			
Objeto da Compra: Registro de Preços que objetiva a eventual aquisição de filtros para máquinas, caminhões e tratores para a Secretaria Municipal de Obras.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

1	Filtro de Combustível pc2/255, p945. (10701)	UND	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (7958)	TECFIL	0	8,7000	1
			FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	8,8000	2
			MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	9,2900	3
2	Filtro de motor W 934 (10657)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	ORIGINALFILT	0	11,5000	1
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (7958)	TECFIL	0	13,0400	2
			MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	14,4400	3
3	Filtro de Ar C 15 165/3 (10656)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	XANFIL	0	25,5000	1
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (7958)	TECFIL	0	25,9500	2
			MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	26,3800	3
4	Filtro Dir Hidráulica H 76. (10657)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	JETFIL	0	7,5000	1
5	Filtro de Combustível pc2/155 p 917 x wk 940/24 (10658)	UND	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (7958)	TECFIL	0	5,1500	1
			FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	5,2000	2
			MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	5,4800	3
6	Filtro de Ar C 18 378. (10659)	UND	Delane Comércio e Importadora de Peças e Equip. Lt (8747)	Xf	0	44,5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2013

Página: 2/12

Número do Registro de Preços: 15/2013 Data do Registro: 19/06/2013 Válido até: 19/06/2014									
Objeto da Compra: Registro de Preços que objetiva a eventual aquisição de filtros para máquinas, caminhões e tratores para a Secretaria Municipal de Obras.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	XANFIL	0	46,2000	2		
			FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	XANFIL	0	49,0000	3		
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (7958)	TECFIL	0	71,9700	4		
7	Filtro de Ar Interno CF 1030. (10660)	UND	Delane Comércio e Importadora de Peças e Equip. Lt (8747)	XI	0	20,6500	1		
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	XANFIL	0	20,7300	2		
			FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	XANFIL	0	25,0000	3		
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (7958)	TECFIL	0	40,5200	4		
8	Filtro Dir. Hidráulica H 119. (10661)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	JETFIL	0	12,7000	1		
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (7958)	TECFIL	0	12,7500	2		
			MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	13,4900	3		
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	FIX	0	14,0700	4		
9	Filtro de Motor W 950/8. (10662)	UND	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (7958)	TECFIL	0	16,0000	1		
			FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	16,2000	2		
			MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	17,3000	3		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2013

Página: 3/12

Número do Registro de Preços: 15/2013 Data do Registro: 19/06/2013 Válido até: 19/06/2014							
Objeto da Compra: Registro de Preços que objetiva a eventual aquisição de filtros para máquinas, caminhões e tratores para a Secretaria Municipal de Obras.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
10	Filtro de Ar C 15 300. (10663)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	26.3900	1
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (7958)	TECFIL	0	26.4000	2
			MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	26.6000	3
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	XANFIL	0	28.0000	4
			Delane Comércio e Importadora de Peças e Equip. Lt (8747)	Xf	0	30.3000	5
11	Filtro de Ar Interno CF 300/1. (10664)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	XANFIL	0	14.5000	1
			Delane Comércio e Importadora de Peças e Equip. Lt (8747)	Xf	0	17.8000	2
12	Filtro de Combustível WK 842. (10665)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	12.3000	1
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (7958)	TECFIL	0	12.3500	2
			MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	14.6100	3
13	Filtro de Motor W 1167. (10666)	UND	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (7958)	TECFIL	0	23.8500	1
			MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	23.9000	2
			FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	27.5000	3
14	Filtro de Ar 17 225/3. (10667)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	XANFIL	0	29.9900	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2013

Página: 4/12

Número do Registro de Preços: 15/2013		Data do Registro: 19/06/2013		Válido até: 19/06/2014			
Objeto da Compra: Registro de Preços que objetiva a eventual aquisição de filtros para máquinas, caminhões e tratores para a Secretaria Municipal de Obras.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

15	Filtro de Ar Interno CF 800. (10668)	UND	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (7958)	TECFIL	0	31,0000	2
			MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	32,3000	3
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	XANFIL	0	33,0000	4
			FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	XANFIL	0	15,0000	1
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	XANFIL	0	17,0000	2
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (7958)	TECFIL	0	20,3900	3
			MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	23,0600	4
16	Filtro de Combustível psl 496, p 945. (10669)	UND	Delane Comércio e Importadora de Peças e Equip. Lt (8747)	Turbo	0	11,5000	1
			FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	11,7000	2
17	Filtro de Combustível FF-5052 WK 723 (10671)	UND	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (7958)	TECFIL	0	7,6000	1
			MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	7,7000	2
			FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	8,0000	3
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (7958)	TECFIL	0	29,5000	1
18	Filtro de Combustível 2 R0127177 WK 950/14. (10672)	UND	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	29,6000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2013

Página: 5/12

Número do Registro de Preços: 15/2013		Data do Registro: 19/06/2013		Válido até: 19/06/2014			
Objeto da Compra: Registro de Preços que objetiva a eventual aquisição de filtros para máquinas, caminhões e tratores para a Secretaria Municipal de Obras.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

19	Filtro de Motor WP 12 121. (10673)		FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	32,5000	3
		UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	ORIGINALFIL	0	89,0000	1
			Delane Comércio e Importadora de Peças e Equip. Lt (8747)	Vox	0	101,0000	2
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (7958)	TECFIL	0	105,7400	3
20	Filtro de Ar 250 129820 C 27 830. (10674)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	MEGAFIL	0	56,7000	1
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (7958)	TECFIL	0	56,8000	2
			MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	65,1100	3
21	Filtro de Ar Interno CF 1552 MANN. (10675)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	XANFIL	0	22,3900	1
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	XANFIL	0	22,4000	2
			Delane Comércio e Importadora de Peças e Equip. Lt (8747)	Xf	0	25,5000	3
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (7958)	TECFIL	0	34,9900	4
22	Filtro de Água WF 2172 WA 923/1 MANN. (10676)	UND	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (7958)	TECFIL	0	25,3000	1
			MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	25,4000	2
			FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	ORIGINALFIL	0	26,3000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2013

Página: 6/12

Número do Registro de Preços: 15/2013 Data do Registro: 19/06/2013 Válido até: 19/06/2014									
Objeto da Compra: Registro de Preços que objetiva a eventual aquisição de filtros para máquinas, caminhões e tratores para a Secretaria Municipal de Obras.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.		
23	Filtro de Combustível WK 947/2 MANN. (10677)	UND	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (7958)	TECFIL	0	32,5000	1		
			MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	32,9000	2		
			FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	36,9000	3		
24	Filtro Dir. Hidráulica H 601/4. (10678)	UND	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (7958)	TECFIL	0	5,9500	1		
			MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	6,0000	2		
			FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	6,2500	3		
			Delane Comércio e Importadora de Peças e Equip. Lt (8747)	Turbo	0	6,8000	4		
25	Filtro de Combustível BFU 707. (10679)	UND	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	XANFIL	0	2,8000	1		
			FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	JETFIL	0	2,8900	2		
			Delane Comércio e Importadora de Peças e Equip. Lt (8747)	Xf	0	3,8000	3		
27	Filtro de Motor H 947/1. (10681)	UND	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (7958)	TECFIL	0	8,6000	1		
			MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	8,9000	2		
			FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	9,6000	3		
28	Filtro de Ar Interno CF 1000. (10682)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	18,0000	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2013

Página: 7/12

Número do Registro de Preços: 15/2013 Data do Registro: 19/06/2013 Válido até: 19/06/2014
Objeto da Compra: Registro de Preços que objetiva a eventual aquisição de filtros para máquinas, caminhões e tratores para a Secretaria Municipal de Obras.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
29	Filtro de Motor W 962. (10683)	UND	Delane Comércio e Importadora de Peças e Equip. Lt (8747)	Turbo	0	21,0000	2
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	TURBO	0	21,9000	3
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (7958)	TECFIL	0	22,8300	4
			FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	ORIGINALFILT	0	14,2000	1
30	Filtro de Ar C 17225/3. (10684)	UND	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (7958)	TECFIL	0	14,3000	2
			MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	16,8000	3
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (7958)	TECFIL	0	31,6000	1
			FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	XANFIL	0	31,7000	2
31	Filtro de AR AP9836. (10685)	UND	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	32,8000	3
			MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	70,9000	1
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (7958)	TECFIL	0	71,0000	2
			FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	XANFIL	0	71,9000	3
32	Filtro de Ar ARS 9837. (10686)	UND	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	71,8000	1
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (7958)	TECFIL	0	71,9000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2013

Página: 8/12

Número do Registro de Preços: 15/2013 Data do Registro: 19/06/2013 Válido até: 19/06/2014									
Objeto da Compra: Registro de Preços que objetiva a eventual aquisição de filtros para máquinas, caminhões e tratores para a Secretaria Municipal de Obras.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor		Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
33	Filtro de Combustível BFU 811. (10687)		FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	XANFIL		0	73,4000	3	
		UND	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (7958)	TECFIL		0	4,5700	1	
			MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	XANFIL		0	6,1700	2	
			FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	JETFIL		0	6,5000	3	
34	Filtro de Combustível BFU 700. (10688)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	JETFIL		0	4,3000	1	
			MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	XANFIL		0	4,4000	2	
			Delane Comércio e Importadora de Peças e Equip. Lt (8747)	XI		0	5,9000	3	
		UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	XANFIL		0	12,1000	1	
35	Filtro de Motor H 12 111. (10689)		SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (7958)	TECFIL		0	12,1500	2	
			MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL		0	12,4000	3	
		UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	MANN		0	18,0000	1	
			Delane Comércio e Importadora de Peças e Equip. Lt (8747)	Mahle		0	23,9500	2	
36	Filtro de Motor PF 1190. (10690)		SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (7958)	TECFIL		0	24,6900	3	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2013

Página: 9/12

Número do Registro de Preços: 15/2013 Data do Registro: 19/06/2013 Válido até: 19/06/2014									
Objeto da Compra: Registro de Preços que objetiva a eventual aquisição de filtros para máquinas, caminhões e tratores para a Secretaria Municipal de Obras.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.		
37	Filtro de Ar A 1114 C 20325/2. (10691)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	XANFIL	0	36.5000	1		
38	Filtro de Combustível WK 940/7. (10692)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	19.7900	1		
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (7958)	TECFIL	0	19.8000	2		
			MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	19.9000	3		
			Delane Comércio e Importadora de Peças e Equip. Lt (8747)	Wega	0	20.5000	4		
39	Filtro de Combustível WK 723. (10693)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	7.7000	1		
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (7958)	TECFIL	0	7.7500	2		
			MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	8.2000	3		
40	Filtro de Motor W 950/16. (10694)	UND	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (7958)	TECFIL	0	20.0000	1		
			FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	21.1000	2		
			MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	21.3000	3		
41	Filtro de Combustível WK 950/13. (10695)	UND	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (7958)	TECFIL	0	15.0000	1		
			MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	16.5300	2		
			FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	17.9000	3		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2013

Página: 10/12

Número do Registro de Preços: 15/2013		Data do Registro: 19/06/2013		Válido até: 19/06/2014		Objeto da Compra: Registro de Preços que objetiva a eventual aquisição de filtros para máquinas, caminhões e tratores para a Secretaria Municipal de Obras.				
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.			
42	Filtro de Motor W 1173. (10696)	UND	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (7958)	TECFIL	0	22,8000	1			
			FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	ORIGINALFILT	0	22,9000	2			
			MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	24,8000	3			
43	Filtro de Ar C 29 624. (10697)	UND	Delane Comércio e Importadora de Peças e Equip. Lt (8747)	Xf	0	78,0000	1			
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	XANFIL	0	83,7200	2			
			FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	XANFIL	0	89,0000	3			
			MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	105,6000	4			
44	Filtro de Ar Interno C 16 140. (10698)	UND	Delane Comércio e Importadora de Peças e Equip. Lt (8747)	Xf	0	49,9000	1			
			FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	XANFIL	0	49,9900	2			
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	XANFIL	0	50,0000	3			
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (7958)	TECFIL	0	114,8600	4			
45	Filtro de Tras Hidráulica H 1074, PH 1960. (10699)	UND	Delane Comércio e Importadora de Peças e Equip. Lt (8747)	Turbo	0	25,8000	1			
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (7958)	TECFIL	0	31,5600	2			
			MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	32,7800	3			

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2013

Página: 11/12

Número do Registro de Preços: 15/2013		Data do Registro: 19/06/2013		Válido até: 19/06/2014			
Objeto da Compra: Registro de Preços que objetiva a eventual aquisição de filtros para máquinas, caminhões e tratores para a Secretaria Municipal de Obras.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
46	Filtro Hidráulico H 837 PH 837. (10700)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	18,5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2013

Página: 12/12

Número do Registro de Preços: 15/2013		Data do Registro: 19/06/2013		Válido até: 19/06/2014	
Objeto da Compra: Registro de Preços que objetiva a eventual aquisição de filtros para máquinas, caminhões e tratores para a Secretaria Municipal de Obras.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)
					Preço Unitário
					Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2013
PROCESSO Nº 26/2013

- (7958) - SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA
- (8747) - Delane Comércio e Importadora de Peças e Equip. Lt
- (8851) - MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA
- (9124) - FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA
- (9125) - JULIO SILVESTRI FILHO ME

Braço do Trombudo, 19 de Junho de 2013.

Brunópolis

PREFEITURA

Lei Mun. Nº 786

LEI 786, de 18 de março de 2014

Dispõe sobre a denominação do Ginásio de Esporte na Comunidade de Galegos.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA, Prefeito Municipal do Município de Brunópolis – SC. faço saber que a Edilidade, em Sessão Plenária aprovou a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica denominado o Ginásio de Esportes do Galegos como: GINÁSIO DE ESPORTE VALMIR NUNES DOS SANTOS.

Art. 2º - O Poder Executivo Municipal deverá providenciar a colocação de placas indicativas com o referido nome.

Art. 3º - Este Projeto de Lei entra em vigor na data de sua publicação. Revogadas as disposições em contrário.

Brunópolis, 18 de março de 2014.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado a presente Lei no DOM.

JOSÉ THIERES ALVES RIBEIRO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FAZENDA

Brusque

PREFEITURA

Processo Licitatório 010/2014 SAMAE

PROCESSO LICITATÓRIO 010/2014
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

Encontra-se aberta no SAMAE de Brusque/SC, o Processo Licitatório 010/2014, na modalidade de Pregão Presencial, para aquisição de bermudas, calças e camisas para o uniforme dos servidores do SAMAE. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 03 de abril de 2014, às 08:30 horas.

O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados junto ao Setor de Compras do SAMAE, sito a Rua Doutor Penido, 297, Centro, Brusque, ou pelo site: www.samaebru.com.br. Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone 47 3255-0500, ramal 207.

Rogério Ristow
Diretor Presidente
SAMAE – Brusque

Caçador

PREFEITURA

Portaria Nº 23.619

PORTARIA Nº 23.619, de 28 de Fevereiro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 90, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais a seguir relacionados, férias regulamentares acrescido do adicional de férias, especificando: código, período de aquisição, nome e período de gozo, conforme segue:

Código	Período Aquisitivo		Nome	Período de Gozo	
1964	01/01/2013	31/12/2013	Adelar Geraldo Piran	03/02/2014	04/03/2014
7983	07/01/2010	06/01/2011	Alcides Correa de Almeida	07/02/2014	26/02/2014
10464	17/01/2013	16/01/2014	Alexandre Granemann Lanzini	12/02/2014	13/03/2014
620	01/01/2013	31/12/2013	Ana Lucia Abdalla Ricardo	10/02/2014	11/03/2014
10832	24/03/2011	23/03/2012	Ana Paula de Castilha Souza	15/02/2014	16/03/2014
11854	21/05/2012	20/05/2013	Ana Paula Petrovich	24/02/2014	15/03/2014
11810	14/05/2012	13/05/2013	Ana Paula Simioni	03/02/2014	17/02/2014
9008	02/01/2013	01/01/82014	Anderson Fabrício Pereira	01/02/2014	02/03/2014
11056	06/06/2012	05/06/2013	Carla Ribeiro	19/02/2014	28/02/2014
7666	16/07/2011	14/02/2013	Carlos Emilio Finger	03/02/2014	04/03/2014
8549	12/06/2011	11/06/2012	Carmem Silvia Battistella	01/02/2014	20/02/2014
13	03/10/2011	02/10/2012	Carolina Fruet de Lima	10/02/2014	20/02/2014
1992	01/01/2008	31/12/2008	Catarina Stankevicz	01/02/2014	08/02/2014
1992	01/01/2009	31/12/2009	Catarina Stankevicz	09/02/2014	10/03/2014
638	20/02/2011	19/02/2012	Cecília Maria Stefanés Benetti	17/02/2014	08/03/2014
1052	01/01/2009	31/12/2009	Célia de Paula	01/02/2014	02/03/2014
8413	01/04/2011	31/03/2012	Claudete Maria Bento Corrente	10/02/2014	01/03/2014

8553	16/06/2012	15/06/2013	Claudete Natus	18/02/2014	27/02/2014
10948	09/05/2012	08/05/2013	Claudinei Rosa de Oliveira	07/02/2014	26/02/2014
854	01/01/2013	31/12/2013	Claudio Antonio Machado	27/01/2014	26/02/2014
10297	18/08/2011	17/08/2012	Claudio Sonogo	03/02/2014	12/02/2014
10302	01/09/2011	31/08/2012	Cristiano Reinaldo Rodrigues Fernandes	09/02/2014	28/02/2014
7993	14/01/2013	13/01/2014	Diogo Borges Barbosa	09/02/2014	28/02/2014
9137	23/02/2013	22/02/2014	Eliana Aparecida Leveck	23/02/2014	24/03/2014
11057	01/06/2012	31/05/2013	Elisa Regina Kruguer Possenti	03/02/2014	22/02/2014
395	01/02/2006	23/08/2008	Elizabeth Mary Kinceler	18/02/2014	09/03/2014
8612	22/07/2010	21/07/2011	Elizeni Batista Amaral	07/02/2014	08/03/2014
521	01/12/2011	30/01/2012	Elizete Regina Bleichuelh	01/02/2014	02/03/2014
3745	01/03/2012	28/02/2013	Erenilda Americano	01/02/2014	02/03/2014
1278	01/01/2013	31/12/2013	Eurico Antonio de Oliveira	01/02/2014	02/03/2014
4256	02/02/2010	01/02/2011	Flavia Morona Maffessoni	04/02/2014	05/03/2014
3167	02/05/2012	01/05/2013	Genesio Pschiski	01/02/2014	02/03/2014
769	01/01/2012	31/12/2012	Geni Aparecida dos Santos	01/02/2014	20/02/2014
11879	21/05/2012	20/05/2013	Hortencia Teresinha Girardi Ramos	01/02/2014	20/02/2014
1210	01/01/2008	31/12/2008	Ivanir Baseggio	01/02/2014	02/03/2014
3510	16/01/2013	15/01/2014	Ivone Vaccari	05/02/2014	06/03/2014
8075	11/02/2011	10/02/2012	Jane Schneider	10/02/2014	19/02/2014
4418	19/02/2010	18/02/2011	Janete de Fátima Pereira	10/02/2014	01/03/2014
342	01/01/2013	31/12/2013	João Pedro Soares	04/02/2014	05/03/2014
10067	03/02/2013	02/02/2014	João Rodrigo de Souza	10/02/2014	11/03/2014
1405	01/01/2011	31/12/2011	Jorge Luiz Antunes de Oliveira	03/02/2014	04/03/2014
970	01/01/2012	31/12/2012	José Gomes de Mattos	10/02/2014	11/03/2014

1451	01/01/2013	31/12/2013	José Vandir Mroz	14/02/2014	15/03/2014
11946	18/06/2012	17/06/2013	Jucinei Pires do Prado	15/02/2014	06/03/2014
1157	01/01/2012	31/12/2012	Julio Cezar de Assis	01/02/2014	02/03/2014
15	01/02/2013	31/02/2014	Juliano Graciano Vaz	01/02/2014	28/02/2014
10457	06/01/2012	05/01/2013	Katia Cilene Bronner	10/02/2014	24/02/2014
10457	06/01/2013	05/01/2014	Katia Cilene Bronner	25/02/2014	06/03/2014
8431	01/01/2012	31/12/2012	Katia Judite Souza de Andrade	08/02/2014	09/03/2014
8457	08/04/2010	07/04/2011	Laura Fátima Jesus do Nascimento	01/02/2014	02/03/2014
9029	01/02/2013	31/01/2014	Leonires Aparecida Constatini Gonçalves	01/02/2014	02/03/2014
11851	21/05/2012	20/05/2013	Letícia Maria Rostrolla	03/02/2014	04/03/2014
11939	18/06/2012	17/06/2013	Lindair Meireles Pereira de Oliveira	03/02/2014	22/02/2014
1081	23/11/2012	22/11/2013	Lindamir Souza Silveira	06/02/2014	07/03/2014
3860	01/01/2013	31/12/2013	Lucinei Xavier Paes	01/02/2014	02/03/2014
9007	02/01/2013	01/01/2014	Luiz Alberto Gioppo	01/02/2014	02/03/2014
57	03/03/2011	02/03/2012	Luiz Roberto de Souza	23/01/2014	22/02/2014
624	05/09/2011	04/09/2012	Mardionice Helena Paris	01/02/2014	20/02/2014
3271	01/01/2005	04/02/2013	Maria Aparecida Boscatto	09/02/2014	28/02/2014
1855	01/09/2012	31/08/2013	Maria Ivonete Bento Rodrigues	17/02/2014	18/03/2014
10511	18/02/2012	17/02/2013	Marisa Cristina Morona	10/02/2014	11/03/2014
64	16/02/2013	15/02/2014	Mauricio de Oliveira	19/02/2014	20/03/2014
12031	06/07/2012	05/07/2013	Miriam Witiuk Fernandes	07/02/2014	26/02/2014
856	02/04/2012	01/04/2013	Paulo Cesar Jarschel	01/02/2014	10/02/2014
59	01/01/2012	31/12/2012	Pedro Antonio Masiero	17/02/2014	19/03/2014
902	31/01/2013	30/01/2014	Pedro Cesar Locatelli	03/02/2014	04/03/2014
210	01/01/2013	31/12/2013	Pedro Henrique Pino Garcia	01/02/2014	20/02/2014
7828	17/09/2011	16/09/2012	Pollyana Sibelio Gioppo	10/02/2014	01/03/2014

9014	11/03/2012	10/03/2013	Ricardo Roberto Cavalet	01/02/2014	02/03/2014
7735	01/08/2011	31/07/2012	Rosane Boff	01/02/2014	20/02/2014
206	02/01/2012	01/01/2013	Rosely Aparecida Sorgatto	01/02/2014	02/03/2014
10897	08/04/2012	07/04/2013	Sabrina Zaffari Farias	11/02/2014	25/02/2014
154	01/01/2013	31/12/2013	Silvio José Ferrareze Godinho	09/02/2014	28/02/2014
9197	02/03/2011	01/03/2012	Simone Aparecida Gonçalves Corrêa Machado	10/02/2014	01/03/2014
627	01/01/2010	31/12/2010	Valdir Medeiros de Oliveira	10/02/2014	11/03/2014
890	14/10/2011	13/10/2012	Vidalmina Prado dos Santos	24/02/2014	25/03/2014
10641	21/02/2012	20/02/2013	Viviane Susamar Chavala	01/02/2014	15/02/2014
10790	17/03/2012	16/03/2013	Wiliam Cardoso Ribeiro	25/02/2014	16/03/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 28 de Fevereiro de 2014.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 23.620

PORTARIA nº 23.620, de 28 de Fevereiro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 93, §2º, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador

RESOLVE

CONCEDER conversão em dinheiro de 1/3 (um terço) que corresponde a 10 (dez) dias de férias aos Servidores Públicos Municipais a seguir relacionados, especificando: código, nome dos servidores, cargo, carga horária, secretaria de lotação e período aquisitivo, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Sec./ Fund.	Período Aquisitivo
2651	Adão Juarez Rosa de Oliveira	Auxiliar de Serviços Gerais	007	05/07/2011 a 04/07/2012
6959	Adriana Moreira Bairro	Professora	005	01/01/2013 a 31/12/2013
7983	Alcides Correa de Almeida	Auxiliar de Obras Públicas	007	07/01/2010 a 06/01/2011
10948	Claudinei Rosa de Oliveira	Auxiliar de Serviços e Obras Públicas	007	09/05/2012 a 08/05/2013

10302	Cristiano Reinaldo Rodrigues Fernandes	Agente Municipal de Segurança e Trânsito	032	01/09/2011 a 31/08/2012
364	Delma Letícia Dri Ficagna	Auxiliar de Enfermagem	006	09/10/2011 a 08/10/2012
7993	Diogo Borges Barbosa	Agente Municipal de Segurança e Trânsito	032	14/01/2013 a 13/01/2014
1452	Evaldo Maurílio	Auxiliar de Serviços Gerais	003	01/12/2011 a 30/11/2012
55	Gilberto Rodrigues Ribeiro	Auxiliar de Serviços Agrícolas e Florestais	Fundema	01/03/2011 a 29/02/2012
10482	Luiz Carlos Teixeira	Auxiliar de Serviços Agrícolas e Florestais	007	01/02/2012 a 31/01/2013
624	Mardionice Helena Pares	Auxiliar de Secretário	007	05/09/2011 a 04/09/2012
3271	Maria Aparecida Boscatto	Procuradora	012	01/01/2005 a 04/02/2013
201	Pedro Henrique Pino Garcia	Motorista de Caminhão	003	01/01/2013 a 31/12/2013
9698	Priscila Michielin Savi	Farmacêutica	006	18/01/2011 a 17/01/2012
999	Samara Aparecida Roaris	Auxiliar de Secretário	002	01/01/2013 a 31/12/2013
918	Samuel Flores Alves	Encanador	003	01/01/2012 a 31/12/2012
154	Silvio José Ferrareze Godinho	Fiscal de Obras	023	01/01/2013 a 31/12/2013

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 28 de Fevereiro de 2014.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 23.621

PORTARIA nº 23.621, de 28 de Fevereiro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, §3º da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador

RESOLVE

CONCEDER os Servidores Públicos Municipais, a seguir relacionados, conversão em dinheiro da licença prêmio, a que fazem jus, por motivos pessoais, especificando: código, nome, cargo, conversão e período de aquisição, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Conversões	Período Aquisitivo
599	Ademir Novais dos Santos	Motorista	1/3	05/10/2008 a 05/10/2013
7987	Alessandro Gonçalves	Agente de Municipal de Segurança e Trânsito	1/3	14/01/2008 a 14/01/2013

1552	Antonio Voitach	Motorista de Caminhão	1/3	26/10/2008 a 26/10/2013
787	Denise Chiarello Hartmann	Engenheiro Florestal	1/3	08/01/2002 a 08/01/2007
7991	Eduardo de Bittencourt	Agente de Municipal de Segurança e Trânsito	1/3	14/01/2008 a 14/01/2013
1278	Eurico Antonio de Oliveira	Operador de Máquinas Pesadas	1/3	18/03/2003 a 18/03/2008
1452	Evaldo Maurilio	Auxiliar de Serviços Gerais	1/3	01/12/2007 a 01/12/2012
8334	Eveline Semke Moraes	Agente de Municipal de Segurança e Trânsito	1/3	12/03/2008 a 12/03/2013
8336	Fernando Antonio Sinhorin	Agente de Municipal de Segurança e Trânsito	1/3	12/03/2008 a 12/03/2013
305	Ginésio Alves de Oliveira	Auxiliar de Serviços Gerais	1/3	03/10/2004 a 03/10/2009
8075	Jane Schneider	Assistente Social	1/3	11/02/2008 a 11/02/2013
8339	Luciara Garcez Coelho	Agente de Municipal de Segurança e Trânsito	1/3	12/03/2008 a 12/03/2013
5059	Márcia Alves de Oliveira Hahn	Secretária Escolar	1/3	01/11/2004 a 01/11/2009
3295	Maria Beatriz Konflanz	Orientadora Educacional	1/3	01/08/2002 a 01/08/2007
780	Oscar Ribeiro Gonçalves	Guarda Municipal	1/3	17/02/2002 a 17/02/2007
204	Terezinha Aparecida Ferreira Baldicera	Orientadora Educacional	1/3	05/10/2008 a 05/10/2013

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 28 de Fevereiro de 2014.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 23.622

PORTARIA Nº 23.622, de 28 de Fevereiro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado

RESOLVE

RESCINDIR, os contratos em caráter temporário dos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, especificando: código, nome dos servidores, cargo, secretaria e data da rescisão, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Sec.	A contar de:
11707	Anderson Roberto Goes	Auxiliar de Serviços Gerais	003	28/02/2014
11782	Fabio José Cordeiro	Operador de Máquinas	003	28/02/2014
11710	Ivo Osmar Machado	Auxiliar de Serviços Gerais	003	28/02/2014
11781	Izaías Izac Zarur	Operador de Máquinas	003	28/02/2014

11708	Luiz Ademar Kraiewski	Auxiliar de Serviços Gerais	003	28/02/2014
12010	Nayara Priscila Camargo	Agente de Serviços e Obras Especiais	003	28/02/2014
11709	Nelson Borges Tibes	Auxiliar de Serviços Gerais	003	28/02/2014
11711	Rubens Jofre Goes	Auxiliar de Serviços Gerais	003	28/02/2014
11783	Rudinei Gregório	Operador de Máquinas	003	28/02/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 28 de Fevereiro de 2014.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 23.623

PORTARIA Nº 23.623, de 28 de Fevereiro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado

RESOLVE

RESCINDIR, os contratos em caráter temporário dos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, especificando: código, nome dos servidores, cargo, secretaria e data da rescisão, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Sec./ Função	A contar de:
38	Adriano de Oliveira Lourenço	Auxiliar de Serviços e Obras Públicas	Fundema	28/02/2014
26	Amilto Mello Cesar	Auxiliar de Serviços e Obras Públicas	Fundema	28/02/2014
36	David Rodrigues Rocha	Auxiliar de Serviços e Obras Públicas	Fundema	28/02/2014
48	Eloir José Weber	Auxiliar de Serviços e Obras Especiais	Fundema	28/02/2014
40	Eloir Souza dos Santos	Auxiliar de Serviços e Obras Públicas	Fundema	28/02/2014
32	Izaltino Fernandes	Auxiliar de Serviços e Obras Públicas	Fundema	28/02/2014
39	José Airton Pereira	Auxiliar de Serviços e Obras Públicas	Fundema	28/02/2014
37	José Maria Gomes	Auxiliar de Serviços e Obras Públicas	Fundema	28/02/2014
41	Marcelo Alves da Silva	Auxiliar de Serviços e Obras Públicas	Fundema	28/02/2014
27	Marcio Silveira Pinto	Auxiliar de Serviços e Obras Públicas	Fundema	28/02/2014



31	Marcos Antonio dos Santos	Auxiliar de Serviços e Obras Públicas	Fundema	28/02/2014
47	Maria Aparecida de Lima	Auxiliar de Serviços e Obras Públicas	Fundema	28/02/2014
44	Miguel Moraes dos Santos Filho	Auxiliar de Serviços e Obras Públicas	Fundema	28/02/2014
49	Milton Gomes Ribeiro	Auxiliar de Serviços e Obras Especiais	Fundema	28/02/2014
45	Nair Goes de Lara	Auxiliar de Serviços e Obras Públicas	Fundema	28/02/2014
50	Nelson Batista	Auxiliar de Serviços e Obras Especiais	Fundema	28/02/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 28 de Fevereiro de 2014.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 23.624

PORTARIA Nº 23.624, de 28 de Fevereiro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado

RESOLVE

RESCINDIR, os contratos em caráter temporário dos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, especificando: código, nome dos servidores, cargo, secretaria e data da rescisão, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Secretaria	A contar de:
11718	Laudor Orlando Bellaver	Pedagogo	006	28/02/2014
12848	Marcelo de Carvalho Tavieria	Médico 20 horas	006	28/02/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 28 de Fevereiro de 2014.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 23.630

PORTARIA Nº 23.630, de 28 de Fevereiro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 178, inciso V, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador

RESOLVE

CONCEDER as Servidoras Públicas Municipais abaixo relacionadas, designadas para comporem Comissão de Processo Administrativo, o pagamento de gratificação a que fazem jus, especificando: código, nome das servidoras, cargo na sindicância ou processo, número sindicância ou processo administrativo, número da portaria de instauração e valor da gratificação, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Nº Sindicância ou Processo Administrativo	Nº Portaria	Valor da Gratif.
1200	Carla Cavalheiro Dalazem	Membro	PA nº 06/2013	23.297	100,00
7671	Francieli Antunes de Macedo	Membro	PA nº 06/2013	23.297	100,00

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 28 de Fevereiro de 2014.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

Roselaine de Almeida Périco

SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO.

Portaria Nº 23.631

PORTARIA Nº 23.631, de 28 de Fevereiro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 178, inciso V, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador

RESOLVE

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, designados para comporem Comissão de Processo Administrativo, o pagamento de gratificação a que fazem jus, especificando: código, nome dos servidores, cargo na sindicância ou processo, número sindicância ou processo administrativo, número da portaria de instauração e valor da gratificação, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Nº Sindicância ou Processo Administrativo	Nº Portaria	Valor da Gratif.
504	Antonio Carlos Castilho	Membro	Sindicância nº 02/2013	22.790	100,00
1200	Carla Cavalheiro Dallazem	Membro	Sindicância nº 03/2013	23.014	100,00
110	Ruthe Klava Silva	Membro	Sindicância nº 03/2013	23.014	100,00
9905	Valquiria Aparecida Alves Ribeiro	Membro	Sindicância nº 02/2013	22.790	100,00

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 28 de Fevereiro de 2014.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

Roselaine de Almeida Périco

SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO.

Portaria Nº 23.638

PORTARIA nº 23.638, de 28 de Fevereiro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 30 e seguintes da Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Vencimentos, Carreira do Servidor Público Municipal e dá outras providências

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados em diversas Secretarias Municipais, ascensão de nível por tempo de serviço, dentro do plano de carreira, especificando: código, nome dos servidores e nível ascendido no período de 01/02/2014 a 28/02/2014, conforme segue:

Cód.	Nome	Nível ascendido
10463	Alice Regina Sturmer Blank Legat	Nível 0 – Nível I
9	Carla Alessandra Demantova	Nível 0 – Nível I
10639	Eliane Fatima Estanislawski	Nível 0 – Nível I
1382	Eurico Wagner	Nível VII – Nível VIII
10496	Gerusa Belo	Nível 0 – Nível I
10488	Gilmar Antonio Gonçalves	Nível 0 – Nível I
10485	Helio Luiz Wirschum	Nível 0 – Nível I
1457	José Vilmar Soares de Miranda	Nível VII – Nível VIII
10620	Luciano Fernandes Valota	Nível 0 – Nível I
10482	Luiz Carlos Teixeira	Nível 0 – Nível I
10511	Marisa Cristina Morona	Nível 0 – Nível I
10449	Michele Adriana Baseggio	Nível 0 – Nível I
1366	Osvaldo Vedana Junior	Nível VII – Nível VII
10514	Osvaldo Vedana Junior	Nível 0 – Nível I
10225	Patricia Sara Antunes	Nível 0 – Nível I
10465	Paulo Eduardo Estanislovski	Nível 0 – Nível I
1164	Sebastião Ribeiro dos Santos	Nível VII – Nível VIII
1376	Veroni Salete Dallaqua	Nível VII – Nível VIII

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 28 de Fevereiro de 2014.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

Resolução 04/2014

Resolução nº 4/2014, de 20 de fevereiro de 2014.

Altera o §1º do art. 6º da Resolução nº 2/11 de 06 de outubro de 2011 e acrescenta dispositivos.

A Presidente do Conselho Municipal de Educação de Caçador, usando da competência que lhe confere a Lei Municipal 2.478 de

21 de setembro de 2007, que dá nova redação a Lei 1067 de 12 de novembro de 1996, alterada pela Lei 2287, de 22 de fevereiro de 2006, que altera a Lei 1801, de 09 de setembro de 2002 que institui o Conselho Municipal de Educação e dá outras providências e com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, Parecer 11/2010 de 7 de julho de 2010 da Câmara de Educação Básica, Resolução nº 7 de 14 de dezembro de 2010 do Conselho Nacional de Educação – Câmara de Educação Básica, fundamentado no Parecer 001/2014 do Conselho Municipal de Educação,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica alterado o §1º do art. 6º da Resolução 002 de 6 de outubro de 2011 que passa a ter a seguinte redação:

“§1º - Mesmo quando o sistema de ensino ou escola, no uso da sua autonomia, fizerem opção pelo regime seriado, será necessário considerar os três anos iniciais do Ensino Fundamental como um bloco pedagógico ou um ciclo sequencial não passível de interrupção no 1º e no 2º ano, voltado para ampliar a todos os alunos as oportunidades de sistematização e aprofundamento das aprendizagens básicas, imprescindíveis para o prosseguimento dos estudos”.

Art. 2º - A avaliação será registrada através de notas de 01 (um) a 10 (dez), através de boletim individual ao final de cada bimestre, com registro do processo de desenvolvimento escolar da criança com a retenção ao final do 3º ano e todos os demais anos subsequentes, se a criança não apresentar domínio das competências exigidas para o final do ciclo.

Art. 3º - Revoga-se o § 1º do art. 6º da Resolução 2/11 de 6 de outubro de 2011 do Conselho Municipal de Educação e demais disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Conselho Municipal de Educação de Caçador, 20 de fevereiro de 2014.

Ieda Moschetta
Presidente

Edital de Convocação

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente da FUNDEMA – Fundação Municipal do meio Ambiente, (a qual foi destinada para avaliar a situação do Cemitério Público Municipal), informa que, em razão da conclusão do laudo técnico acerca da inexistência de espaço físico destinado a sepultamentos no Cemitério Público Municipal, e a grande quantidade de sepulturas não identificadas, faz-se necessário realizar um cadastramento/recadastramento dos jazigos e sepulturas do referido Cemitério Público Municipal.

Nesse sentido, estão CONVOCADOS os familiares ou representantes das pessoas abaixo relacionadas para, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste Edital, realizar o Cadastramento ou Recadastramento do familiar responsável pelo lote (jazigo), bem como do falecido ali sepultado.

O atendimento e demais procedimentos de identificação e cadastro serão realizados na FUNDEMA – Fundação Municipal do meio Ambiente, localizada na Rua Emília Gioppo Brasil, nº 510, Bairro Gioppo, no horário seja, das 07h30min às 16h30min de segunda a sexta-feira, munidos dos seguintes documentos:

Fotocópia do RG do responsável;
Fotocópia do CPF do responsável;
Fotocópia do comprovante de residência do responsável;
Fotocópia da certidão de óbito dos entes sepultados;
Título de aforamento;
Alvará de construção do túmulo/jazigo.

O não comparecimento poderá resultar na perda da titularidade

do lote e a cremação dos ossos.

CAÇADOR/SC, 17 DE MARÇO DE 2014.

ANEXO – QUADRA 6

Nº QUADRA	ENTES SEPULTADOS
6	BOAVENTURA ZANOTTO / MATILDE F. ZANOTTO / CLAUDINO ZANOTTO / JANE M. AUERBACH / JOÃO DE PAULA / ANELY ZANOTTO DE PAULA / GILDA ZANOTTO BOHUN / JANDIR ZANOTTO
6	EMÍLIA GIOPPO BRASIL / JOÃO PEDRO DA SILVA BRASIL
6	ALBERTINA DOS SANTOS / LUIZ C. DOS SANTOS
6	JULIANO WEBER
6	CATARINA MABONI
6	ANA LUCIA LIMA MEIRELES
6	VALDIR PELLER
6	RODOLFO STAPASOLA
6	JOÃO DEBARBA
6	MARCOS ELZINGA
6	IRACEMA DOS REIS
6	CLARICE TOMBOSI
6	PEDRO REPA
6	VERA TEREZINHA OLSEN
6	JOÃO BRUNO OLSEN
6	DESLINDA CORREIA DE ABREU
6	MARIA MACHADO / IRENE A. MACHADO
6	MARIA TEREZINHA MACHADO
6	IRENE MACHADO
6	LEA SIRLEI CARDOSO
6	ERICA KOPERCOSKI
6	NAYARA MARIA COELHO DE SOUZA / SANDOVAL COELHO DE SOUZA / NILDA HOMERICH / EDY W. COELHO DE SOUZA / LYCURGO COELHO DE SOUZA / TAITALO COELHO DE SOUZA / HEIDI H. COELHO DE SOUZA
6	ADEMIR DOS SANTOS DANELUZ / EMA DANELUZ / JOSÉ DANELUZ / RAINILDES DOS SANTOS DANELUZ / ELMÍ B. DANELUZ / JOÃO DANELUZ
6	RITA A. DE MORAES / AUGUSTO A. MORAES / JOÃO A. DE MORAES
6	IRMÃO KORBINIAN NEUMANN / IRMÃO ANTONIO BETZ
6	VANIR P. GILIOLI
6	FRANCISCO MARCON / JOZALINA MARCON
6	JOSÉ COSTA
6	ANTONIO CARAMORI
6	VILMAR RODRIGUES / OZORIO RODRIGUES / ZILDA DOS SANTOS RAMOS
6	JOÃO SOUTTO / DORILDA PEREIRA
6	DIONISIO BORCHAT
6	ARTUR LENZ / IZAURA ABATTI CORDEIRO
6	ELIZARIO DE SOUZA
6	JANDIRA RODRIGUES
6	ADELAR GATERMANN
6	GUILHERME GATTERMANN / VIRGINIA R. GATTERMANN / ADELAR A. GATTERMANN
6	FRANCISCO SCHWARTZ / LANDIR MIGUEL SCHWARTZ / DARCI HERNO SCHWARTZ
6	ROSELI CARVALHO

6	GERMANO RIMELLE / EMILIE RIMMELE / ALBINO A. M. SOBRINHO / MOACIR RIBEIRO
6	BOGIO E CECATTO
6	LILIANE DO ROSSIO MASSUCATTO
6	MIGUEL CZELUSNIACKI
6	JOÃO SIQUEIRA
6	DIONÍSIO SALVAN
6	NATAM ALVES DOS SANTOS
6	MARIA ELENA CHARACH
6	VALMOR MACEDO
6	ALVARO SOMENZI
6	ANTONIO RIBAS
6	ELOY BENETTI
6	EDITE CORDEIRO
6	ROSALETE RIBAS
6	FRANCISCO RIBAS
6	JOSÉ WISNIESKI
6	ROSELI RIBAS
6	MARIA FRANCO
6	NILSON BRANCO MOREIRA
6	JOSÉ ANTONIO CORDEIRO
6	ANTONIO JOSÉ URIO
6	MANOEL PANCERA
6	FERNANDO ZANDONACI
6	IVONE GÖELZER
6	ALFREDO TARTAROTTI
6	LINEO ZEZERINO MELLO
6	NAIR ALVES / JURACI DE OLIVEIRA
6	NELSON GONÇALVES
6	MARIA LINHARES
6	ILSON ALMEIDA
6	FRANCISCO CORDEIRO / ERNESTINA DE A. / MANOEL CORDEIRO
6	MARLI CORDEIRO
6	ADEMIR DE SOUZA / TEREZINHA DE JESUS DE SOUZA
6	SOELI VERÍSSIMO
6	FRANCISCO RIBAS
6	CLAUDEMIR PASTERNAK
6	ELIETE FERNANDES
6	ANA DA SILVA
6	LUCIANA ZIERRUTH
6	MARIA TECLA ZIERRUTH
6	DAYANE MONTIBELLER
6	MARILENA LINDNER
6	IVETE OZOGOWSKI
6	IVONILDA TELES
6	AMARILDO SANTOS
6	LISSANDRA MARIA GIUSTTI
6	JULIO BERTASSONI JUNIOR / EMERSON BERTASSONI
6	ACACIO
6	MARIA SLOGO

6	MARTINHA VALENT
6	LIMARDELLI
6	ROSSETTO
6	FABIO DOS SANTOS
6	VALDEMAR MATTGE
6	ADÃO MONTEIRO
6	JUÇARA CORDEIRO
6	VICTOR MEIRELLES
6	NEUZA GOIS
6	KATHIA ZENI
6	JOSÉ CARMAZEN
6	SIRLEI FERREIRA
6	ANDRÉ BORTOLUZZI
6	MARCOS SILVA
6	SIDNEY ROBERTO MOTTA / LUIZ CARLOS MOTTA / JULIO CESAR MOTTA / CID HELMUTH MOTTA
6	FÁBIO BUENO DOS REIS / JOÃO KURTZ FILHO
6	MARCIA G. CORDEIRO / MARCOS G. CORDEIRO / JOSÉ NELSON CORDEIRO
6	OSVALDO HIRT
6	JOSÉ FAURO
6	ALCEU ANÇAI
6	SIVONEI LAZAREVIZ
6	CARLOS SIKORSKI / ASSUNTA SIKORSKI / SANDRA SIKORSKI / BERNADETE MARINI / FIORINO MARINI / BARBARA ELIDE MARINI / PLINIO MARINI / IRACEMA VIERA MARINI
6	SOLANGE DE JESUS
6	MORAES
6	ANTONIO MENDES / EMILIA E. MENDES / ORLANDINA MENDES KLAUMANN
6	EUSTAQUIO RODRIGUES / AMBROSINA RODRIGUES / LAUDELINA CARNEIRO RODRIGUES
6	CLEONICE VOREL
6	LUCIANE VOREL
6	JURUA DO NASCIMENTO
6	JULINHO SCUDLACKI
6	ITACIR PADILHA
6	NALDIR BARBOSA
6	CONSTANCIO FIQUERÓ
6	NELCI RIBEIRO
6	MANOEL R. DA SILVA
6	ORGENI ALVES DA SILVA
6	DOLORES NACONESKI
6	IRENE HIRT / SERGIO HIRT
6	CORDEIRO
6	ALFREDO BINDER
6	CELIA MARTINS
6	VALDEMAR VRĂGES
6	JOSÉ CASOTE
6	JUCEMARA MAIBERG
6	CLAUDIO LUNARDELLI
6	IODETE TREVIZANI
6	CASSANDRA SILVA

6	CONRADO ALMEIRA
6	MARIA MARQUES
6	JOÃO STAMKEVICZ / SALOMÃO STAMKEVICZ / MALVINA ANDRADE STAMKEVICZ
6	LEVI WILHANS
6	OLYRA THEREZA MARTINS SAMPAIO
6	MALVINA BAJUK
6	ANTONIO CARDOSO DE SOUZA
6	MARIA ZANONI
6	ROSELI LUZA
6	SONIA DE FATIMA MATOS WELER
6	JOSÉ FRANCISCO SODRÉ / OSNY AMARO ROMÃO / SOCRATES C. ROMÃO / ANTONIETA CASSÃO
6	CATARINA MAIBERG / MANOEL R. DIAS
6	OLIVIA LEMONI / LEOPOLDINA LEMONI DOS SANTOS
6	GENUINO BODANESE / AMADEU BODANESE / ERMELINDA R. BODANESE
6	VALDEMAR LAISMANN
6	ALBERTO LUIS FRANÇA
6	AROLD CORDEIRO
6	AROLD DE SOUZA
6	CAROLINA WROBLESVKI
6	JOSÉ COSTA
6	TEREZINHA CARDOSO
6	AMANTINO BURG
6	STELA BONA GALEASSE
6	DEBASTIANE
6	JANETE SOUZA
6	ERVINO BORCHAT
6	FRANCISCO BEUTER
6	NATIVO PALAORO
6	ELOINA DE SOUZA PACHECO
6	SALVADOR FREITAS
6	DILETA DAL SANTO NAVA / LUIGI NAVA
6	MARIA PIMENTEL
6	PEDRO NORA
6	NICANOR PIMENTEL
6	D'OLIVEIRA RODRIGUES
6	BERTOLINI
6	LEONTINA MARQUES / ORIVAL MARQUES DE SOUZA
6	LAUDELINA RODRIGUES LIMA / ARGEMIRO LIMA
6	OLIVEIRA VIEIRA
6	SCHULDS
6	VALDECIR DE SOUZA
6	MANUEL DE BORBA
6	ANTONIO BORGES / IVO BORGES
6	ALDERICO BASEGGIO
6	SILVESTRE POPIA
6	LUIZ AMÉRICO
6	IVO FREITAS
6	MARIA KRAIESKE

6	ORGENI ALVES DA SILVA
6	MARIA PADILHA ANTUNES / JOSÉ TRINDADE ANTUNES / ELOI VALDIVINO ANTUNES
6	RONILDA FRANCISCO
6	FAMÍLIA BALSAN
6	LEONICE LIMA
6	MERCEDES BORGES
6	LUCIANE URBANO DOS SANTOS
6	ROSANGELA KACHINSKI / MARIO KACHINSKI
6	ADRIANA CONTE
6	KEILA ELIKER
6	LIDIANE DA SILVA
6	ARILSON OKOJNIK
6	MARILENE LEÃO
6	MARIA GERSI DA SILVA
6	LUIZ PIERDONÁ
6	JUÇARA CARLIN / LUCIANO CARLIN
6	ADÃO MONTEIRO
6	MARIA KONDRAT
6	TEREZINHA KAYES
6	MARLIZE E. / MARILIZE DOS SANTOS
6	SERGIO SANTOS
6	ANCELMO WEBER
6	MANOEL HIRTCH
6	JULIANO SCHNOR
6	DAYANE CARLETT
6	OSVALDO LEZON
6	JOSÉ ROBERTO DE MIRANDA / SILVIO ROBERTO DE MIRANDA
6	ROSENEI DA SILVA
6	PEDRO BERESOSKI / MARIA DA LUZ N. BERESOSKI
6	MANOEL HIRTCH
6	JOÃO TELLES
6	HENRIQUE OSINSKI
6	VALDEMAR GOMES
6	LEDOINA DOMINGUES
6	LUIZ ANTUNES
6	ROSELI DOS SANTOS
6	ANTONIO LORENZI / JAIME OSNI LORENZI / SILVINA MACHIAVELLI LORENZI / IRENO LORENZI
6	CLAUDINE KUSEN
6	ANDRÉ BORTOLUZZI
6	VERIDIANA IORA
6	ALEXANDRO DA SILVA
6	ADELAR ALVARENGA
6	JOSÉ DAVI CORREA
6	NELSON RODRIGUES
6	CLAUDINO KUCHER
6	GENTIL BERTOTTO
6	ROSA DOS SANTOS CASTILHO
6	TEREZINHA SARUVA

6	EPAMINONDAS MARQUES
6	ELENA MELNISKI
6	LEONTINA MARQUES DE SOUZA
6	JOÃO CACHINSKI / OCALINA VIEIRA CACHINSKI
6	MARCOS VITTO
6	GERALD
6	WALMOR AGENOR DE PROENÇA
6	JOÃO TIBES
6	SEBASTIÃO L. DA SILVA / ASSIS RODRIGUES DA SILVA
6	ANA SANTINI STOKMANN
6	ENRICO ROMAGNA / ANGELA ERNESTA B. ROMAGNA
6	ENRICO ROMAGNA
6	ALEIXO CAVILIA / LUIZ PERRET
6	CECÍLIA DAMO PACHECO
6	ABELINO PONTES
6	MOACIR PACHECO
6	PEDRO JOSÉ DE SOUZA
6	FRANCISCO PACHECO
6	PAULO GONÇALVES
6	LAURO RODRIGUES
6	ALFREDO SCHEMANIESKI
6	CARLOS BOSCHAT
6	AVELINO XAVIER ROSA
6	NIZIO FERNANDES
6	STEFANY A. SCHULZE
6	MARIA DE JESUS SIQUEIRA
6	MAXIMILIANO ECKSTEIN / MARILDES ECHSTEIN / ELVIRA ECKSTEIN
6	ADEMIR FERREIRA
6	LEONILDO NOVAK
6	SUELI NOVAK
6	AUGUSTO IOSS
6	MANOEL J. DA SILVA / ERCILINA DA SILVA / MERCEDES MOSCHETTA / VITOR MOSCHETTA DA SILVA
6	MAZILDA TIBES
6	ADELAIDE TIBES MACIEL / IRACEMA S. MACIEL / JOÃO TIBES SOBRINHO / TRINDADE TIBES PESSOA / DALILA TIBES DALLO / ANITA TIBES NAVEROSK / VITÓRIO NOVASKI
6	REACILVA DOS SANTOS
6	JOSÉ TELES
6	JOÃO TIMOTES PACHECO / ADELMO CARLIN SCHUCKS / EDGAR DA SILVA PACHECO / ANTONIO GONÇALVES SUELLO
6	MANOEL OLIVEIRA
6	JOSÉ KURTZ
6	FAMÍLIA BINOTTO
6	ALFREDO ATIETGEN
6	TEREZINHA DE SOUZA
6	JOSÉ CLAUDINEI HOFMANN
6	JOSÉ AIRO ANTUNES DE LIMA / MARIA DOS PRASERES ANTUNES / FRANCISCO ANTUNES DE LIMA
6	PALMIRO DE SOUZA TRINDADE / ANTONIO BARBOZA / IDALINA DE SOUZA TRINDADE / JOSÉ CARLOS RODRIGUES

6	JULIANO KURTZ
6	MARIA CAVITIOLLI
6	DONIZETE MOREIRA
6	IRENE SCHUK
6	MARIA LIMA
6	EVERTON JASKIU
6	ALEX SAVI MUNDI
6	JANDIRA ALMEIDA
6	CARLA ALMEIDA
6	IVONI FREITAS
6	SALETE COSCODAI
6	ANA PAULA
6	DANIELLA RIBAS
6	CLAUDIO MEDEIRO
6	RODRIGO PEREIRA
6	RODINEI TEIXEIRA
6	MARIA DA CRUZ
6	MARLI OLIVEIRA
6	SIRLEY DAS NEVES
6	VALDEMAR ZAVARIZE / ALICE MARCON ZAVARIZE
6	RODRIGO WEBER
6	ARMANDO DA COSTA
6	IRANI CORDEIRO
6	JOSÉ MARIO ADAMIO
6	ROSELI FERREIRA
6	GONÇALO SPIT
6	ALEX
6	DENISETE COSTE MOREIRA
6	SANTO COLDEBELLA
6	JOSÉ COLDEBELLA
6	MADALENA CORRÊA DE SOUZA
6	ELENA
6	JAISSON LUIZ DE DEUS
6	MENORE KOSIOVAM
6	BALBINOTTI
6	MARIA FERREIRA
6	SOELI KOVALSKI / ROSE BARROS
6	BRUNO RIBAS
6	PEDRO TOSETTI
6	JOSIANE CORDEIRO
6	ANTONIO URIO
6	IVETE LIMA
6	MAURO TOMAZI
6	JOÃO VELASQUES
6	JOSÉ BAIA
6	MARIA VALADÃO
6	NARCISO DE CONTO
6	ABERTINO VIEIRA
6	FRANCISCO CABRAL FILHO
6	IZABEL RODRIGUES DA SILVA

6	JOÃO MARTINS DA SILVA
6	MARIA CRISTINA TRAVASSE
6	CARLOS FREUND
6	ANTONIO DE SOUZA
6	JOSÉ DAVID CORRÊA
6	BASÍLIO KUSMANN
6	JOSÉ ACASIO A. RIBEIRO / LENI RIBEIRO / LEDI RIBEIRO
6	ULISSES COMEL
6	JOSÉ LORENÇO
6	DILETO TESSER / GENTILA TESSER
6	FELÍCIO SANTIA
6	SESTILIO SOLIMANN / GELSI SOLIMANN
6	ANTONIO FANTIN / EDINEI T. FANTIN
6	FORTUNATTO ZATTA
6	LADIR MARIANI / CLEMENTE MARIANI / CATARINA MARIANI / ODARCILA MARIANI
6	OSILIO BELLAVER
6	TEREZA C. DELUCHI / PEDRO ZATTA / MARIA INEZ ZATTA DA LUZ
6	EMYR BELAVER
6	JOÃO A. DA SILVA
6	ARLINDO SCHNEIDER / ELIS REGINA PELICER
6	ANTONIO MATTOS LEMOS
6	NEY CARLOS VISNIEVSKI
6	AMIR J. R. IDALGO / CELIO R. IDALGO
6	LEONEL
6	PAULO H. KOGS
6	VIRISSIMO MOREIRA BRANCO / CONSTANCIA FRANCISCA FIGUEIRÓ
6	EUSTAQUIO RODRIGUES
6	AMBROSINA RODRIGUES
6	PEDRO MOURA
6	JOÃO DE BASTIANI / MARIA G. DE BASTIANI
6	LAURA RODRIGUES / MIGUEL DE SOUZA
6	ALBINO PONTES / ALBINO PONTES NETO
6	EDILTON / JOÃO S. ROCHA / ZIZINHA LIEGEL DA ROCHA
6	VERGINIA PADILHA NICA / CARLOS A. MARTINS NICA / CLEUZA M. VENDRANINI NICA
6	OTACILIO DE OLIVEIRA / NORMELIA DE OLIVEIRA MATIAS
6	MARIA LOPES DE SOUZA / FRANCISCA RODRIGUES DE SOUZA / FRANCISCO LOPES DE SOUZA
6	WALMOR AGENOR PROENÇA / ASTROGILDA TIBES PROENÇA
6	ARTHUR P. DE OLIVEIRA / FRANCISCA M. DE OLIVEIRA
6	GENTIL ARIGONI / CIBELE PASSONI RIBEIRO
6	UMBELINA C. COSTA
6	LUIZA MUENZ / ECLAIR MUENZ
6	MARIA PONTES
6	GUSTAVO RISTAU / GUILHERMINA RISTAU / ANTONIO PEDRO PIVATO CARNEIRO / ITALO JOSÉ DE CESARO
6	ALTAIR MACIEL
6	NICANOR MORONA
6	RONALDO CARNEIRO

6	ROBERTO C. MARTINS / NÉLIO MARTINS / LEONIDES MARTINS
6	VILSON CESAR PAULEK
6	JORGE KONDRAT
6	VERONICA CARAMORI MOROSO / REINALDO MOROSO / ELISEU CARAMORI / LUIZ CARAMORI / CATARINA B. CARAMORI / DEBORA MOR CARAMORI / ALBINO CARAMORI
6	VITOR JOSÉ BENSBERG / EMA HORNES
6	MARIA KELESKI / SEVERINO KELESKI / FLORINDO J. KELESKI / MANOEL DUARTE / JOÃO AUGUSTO REPA BALESTRIN
6	DIMAS J. DOS SANTOS / DAIANE M. DOS SANTOS
6	WLADISLAU PIETROVSKI
6	SALETE A. DE FREITAS
6	JOÃO B. NEVES
6	ANA PAULA PAVARIN / KARINE APARECIDA
6	NOEMIR A. DE AVILA
6	MARILUCI LEITE
6	VILÇO CORDEIRO
6	JULIO CESAR CORREIA
6	EDISON GONÇALVES
6	JUNIOR DE OLIVEIRA / JUARES DE OLIVEIRA
6	MARCELO E. NUNES
6	MARIANA CARPEN
6	REJANE MULLER
6	NILDA VARGAS
6	ANTONIO M. O. RAMOS
6	NAYANE ARNOT
6	MARCIA CARMO
6	ELIZABETE CAMARGO
6	MARIO FAUSTINO DOS SANTOS / BERNARDO FAUSTINO DOS SANTOS
6	JOSÉ R. MAFFIOLETTI
6	AURORA ARRUDA SOUZA FERREIRA
6	JOSÉ LUIZ BORTOTTA
6	ANTONIO FERMINO VIEIRA
6	JOSÉ GERALDO
6	MARIA MAFIOLETTI
6	JAIRO RAMOS / GOMERCINDO VIEIRA
6	JOSÉ V. MARTIN / DANILO MARTIN
6	JOÃO RIBEIRO LEITE / ARLINDA L. RIBEIRO
6	FERMIANO PIRES
6	GUILHERMINA CLARA DA SILVA / ERI DA SILVA SOARES
6	JOSÉ DA SILVA
6	AGENOR A. DOS SANTOS
6	AUGUSTO FRANÇA
6	JOÃO MODESTA DA SILVA
6	LEONINA DOS SANTOS
6	JOSÉ STAVIS / LIDIA B. STAVIS
6	FAMILIA BROCH
6	DOLORES CANDIDO
6	FRANCISCO P. DA SILVA

6	JOAQUIM EVANIR DE MORAES
6	OTÁVIO DOS SANTOS
6	VIVALDINO ANDRADE
6	ANTONIO L. GOMES
6	FERNANDO VARGAS / ANTONIA CORREA / BENJAMIM VARGAS
6	LUIZA DE SOUZA
6	MANOEL DOS SANTOS / ARLETE DOS SANTOS / MARIA DOS SANTOS
6	CIPRIANO R. DO NASCIMENTO
6	ADEMIR DE OLIVEIRA
6	EVALDO KOLZ
6	VALDIVIRO CORREA ANTUNES
6	ESTEFANO MARTCHUK / MICALINA MARTCHUK
6	KARL HERMANN EICHELE / PAULO HERMANN EICHELE
6	MESSIAS BLEICHUWELL / VITOR DAL PONTE / CLAUDETE DAL PONTE
6	MARIA J. PESSOA
6	DIONARDO C. / MARIA J. FREITAS
6	IRACI S. BORGES
6	JOÃO MARIA FERNANDES
6	SEBASTIANA SOUZA / GENI SOUZA RIBEIRO
6	ANTONIO PECHER
6	LAURO F. DOS SANTOS
6	AMALIA MARTELLO / SILVIO MARTELLO / ARTEMIO MARTELLO / LEONILDA MARTELLO MILANI
6	ROSALINA BERTASSI
6	JUSTINA DA S. CASTILHO
6	IVO TORTATTO
6	VALMOR C. GEREMIA
6	IVANIR ALVES DE PAULA / ORILDA C. ALVES / ORILHO ALVES / LUIZ ALVES / ARCIDIA GONÇALVES ALVES
6	ERNA FENDT / HERMANN FENDT / NAPOLEÃO DE BIASI / WALDEMAR FENDT / ELIZA DE BIASI / OSCAR H. FENDT
6	ANTONIO F. MARQUES / ALCIDIO A. MARQUES / DORALICE F. MARQUES
6	ROSA BORTOLOZZO / FRANCISCO MASCARENHAS
6	LAUDELINA PADILHA RIBEIRO / JOÃO GARCIA RIBEIRO
6	SIDNEI VELASQUES / JOANA MASCARENHAS / ADÃO MASCARENHAS / JÚLIO ELIAS MASCARENHAS
6	LUIZ E. DOS SANTOS
6	FRANCISCA G. HARTMANN / HENRI MENDONÇA HARTMANN
6	DAIANE R. DA SILVA
6	ELIAS A. SIQUEIRA
6	ELDER PRESTES
6	ANA ROSSONI
6	VALDECIR QUAGLIOTTO
6	LUIZ CARLOS MULLER
6	ROSE A. ROSA / MAICON A MORAES
6	MARIA DE LURDES ROSA
6	OSVALDO ROSA
6	ERMITA APARECIDA DE OLIVEIRA / VALDEVINO R. DE OLIVEIRA

6	MARIO JOSE ROTTA / DOMITILIA DOS SANTOS ROTTA / MARIO ROTTA
6	ALFRINDO SARTURI
6	ALVARO ALVES DE OLIVEIRA / DEMETILDE ALVES DE SOUZA
6	LORECI FATIMA OLIVEIRA
6	ERNESTO REINHOLO
6	ANTONIO CORREA
6	MATURINO ALVES
6	IRACEMA B. DE OLIVEIRA / ANTENOR DE OLIVEIRA
6	IRACI L. PEDRASSANI / ETELVINO PEDRASSANI
6	NELSON SOARES
6	SEBASTIANA SILVA
6	JULIO AGUSTINHO DA SILVA
6	HENRIQUE SANTOS
6	FAMILIA ROYER
6	JAZIGO
6	ENGELBERT FUCHS
6	MARIA MILARTA CORDEIRO
6	JAIR A. PEREIRA / VALDOVINO A. PEREIRA / ADEMIR A. PEREIRA / ESTELINA DE SOUZA PEREIRA
6	ANTONIO MARIO MILAN / CONSTANTINA Z. MILAN / IRENE S. MILAN
6	ELIAS SKLSKI
6	SEBASTIÃO DA ROCHA / ELZI DA ROCHA
6	AUGUSTINHO SALDANHA / MARIA R. O. SALDNHA / NELCY S. SCZINDROWSKI
6	GALVANO MORA / AGUNTA MORA
6	JOÃO CANDITO DE SOUZA / TEREZA F. MULLER
6	LAIDE APARECIDA DE OLIVEIRA
6	FERMINA A. DE QUADROS / OTAVIANO A. DE QUADROS / ODILA PINTO DE QUADROS
6	OTÁVIO JOSÉ MOREIRA / SEBASTIÃO ALORINDO MOREIRA / ETELVINA DE FREITAS MOREIRA
6	RAMIRA DE MELLO / BERNARDINA C. CLARA / LUIZ G. DA SILVA
6	JORACI PALHANO / NELSON BONATO
6	JOÃO SANTOS CORDEIRO / NELSON JOSÉ BONATTO / JURACI SANTANA PALHANO
6	MAXIMILIANO BORGES / NAHIR MORILHER BORGES / MARIA EDELAIR BORGES
6	MARIA O. ALVES
6	GUILHERMINA C. CANTOS
6	ZULMIRA DA SILVA
6	MARIA D. HIRSCH1957
6	ZEILINDA RISSI ZANELLA
6	ELVIRA DOS SANTOS MASCARENHAS
6	FIORINDO CIVIDINI / DUILIO MISTURINI
6	CLAUDINEI A. VARISTO
6	NOBORU YANAGI / MIKISHIRO YANAGI
6	JOSÉ SAUER / IVO FERREIRA DE AGOSTINHO FILHO / MARIA PEREIRA
6	KIRK WEBER
6	SILVEIRA MARIANO DE GODOY
6	ENNIO DA CRUZ MAIS

6	JARBAS MASCARENHAS / CLEONICE MASCARENHAS
6	JOSÉ CAMILO DE MORAES
6	JOSÉ OSNI CARDOSO DE SOUZA
6	BAJUK
6	ADILSON N. DE BARROS
6	CEZARINA ZINKERER
6	VLDOMIRA R. DRAPOLISKI / MARIA DAS NEVES BECHERT / OSVALDO BECHERT
6	ADELIA CARDOSO
6	JOSE R. SANTOS / JOSEFA T. RIBEIRO / MARTULIM R. DOS SANTOS
6	JOÃO DOS SANTOS
6	BENONI NICA / NIZIA NICA
6	ALCEU FERNANDES / NAIR RIBEIRO FERNANDES / FRANCISCO FERNANDES
6	SIRENE MOREIRA WEBER
6	ROSALINA LOPES / EMILINO A. DE SOUZA
6	JOSÉ SILVA / ANA MARIA SILVA / ANTONIO SILVA
6	PEDRO CARDOSO
6	HONORIO MANTOVANI / RONALDO RUPPEL MANTOVANI
6	ZACARIAS LEITE
6	JOÃO ROMEU ANCHAU / ALFREDO ANCHAU
6	JOVENAL DA SILVA MUNIZ
6	ILDA A. RIBEIRO / ALBERTO A. RIBEIRO
6	LAUDELINA S. VARGAS
6	MATILDE BALSANELLI / JOAQUIM BALSANELLI
6	JOÃO M.A. DE CAMPOS
6	ANTONIO NARRET NIK
6	JOZÉ TOMAL
6	ANTONIO F. DE ALMEIDA
6	EMILIO WILLER / NILSON WILLER / MARIA NOEMIA WILLER
6	CAMILO ALVES DO SANTOS
6	VALDEMIR SANTOS / MURILIO GOETTEM DOS SANTOS
6	ABETINO TELES ALCANTARA
6	JOÃO G. DIAS
6	MARIA F. CARDOSO
6	MOACIR CRISANTO DA SILVA / IDALINA CRISANTE SILVA
6	JACOB EMILIO HAHN / VALDEMIRO HAHN
6	GIOVANE FRAGOSO
6	JEANE DE F. BLIND
6	LUCIANO CASTILHO
6	CLEBERLEY CAVALHEIRO
6	BELISARIO M. ALMEIDA
6	NICOLY DE ANDRADE GANZ
6	RIVAIR X. DA ROSA
6	MARIA APARECIDA SPAGNOLO
6	CLAUDIA SOBIECKI / ANTONIO SOBIECKI
6	EMERSON FRAGOSO
6	LEONORA RIBEIRO / MARIA CRISTINA PADILHA RIBEIRO
6	LINO QUERINO DE ALMEIDA / MARIA DE JESUS PEREIRA QUERINO

6	HELENA WISNIEWSKI
6	CARLOS A. FERRI
6	LUIZ ANTONIO C. PADILHA
6	FRANCISCO FOGAÇA
6	VIDAL BLEICHUEHL / LEANDRO ALVES RIBEIRO
6	TEREZINHA GLADUN
6	SADI J. DALGNOLI / FRANCISCO DALGNOLI / ZENOR DALGNOLI / ARLINDO DALGNOLI
6	VALDIR J. DE MATOS
6	FRANCISCA WEBER
6	AUGUSTO MALESKI / JOSÉ M. ZENERE / OLGA MALESKI / ONORATA I. ZENERE
6	CEZAR RIBEIRO DA SILVA / GUMERCINDO RIBEIRO DA SILVA
6	GELSON SAMPAIO DE MORAIS / JOCIANE SAMPAIO DE MORAIS
6	ORIDES
6	PEDRO FERNANDES DE OLIVEIRA / JOAQUINA MOREIRA FERNANDES
6	LAUDUCENA F. MENA BARRETO
6	JOSÉ WOREL / MARIA WOREL / LINDOLFO WOREL / ALFREDO WOREL
6	DELÍBIO FRAGARI
6	ANTONIA M. GONÇALVES
6	SILVALINA CORDEIRO CAMARGO
6	FRANCELINA G. CORDEIRO
6	DARCI RIBEIRO
6	RODRIGO DE LIMA
6	JANDIRA RODRIGUES
6	AMÉLIA A. PERBONI
6	MASILDA THIBES
6	FRANCISCO RAMOS DOS SANTOS / DOMINGOS RAMOS DOS SANTOS
6	FÁTIMA DA SILVA
6	JOSÉ IOOS / ELI IOOS
6	LEONIDA MENDES ELYAS / LORIVAL ELYAS
6	MAIRA AP. SILVA VALARDÃO / MARIA FERNANDA VALARDÃO
6	WILSON DE BARROS
6	FLORINDO JOSÉ MARTINEZ
6	EVANDRO TORTATO DA COSTA
6	FELICIO SANTIN / HENRIQUETA SANTIN
6	JOSÉ TOMAZINI / JOSEFINA TOMAZINI / AFONSO TOMAZINI / MARCELO TOMAZINI / VICENTE ANTONIO TOMAZINI
6	OZILIO BELAVER
6	IVONE GONÇALVES DO NASCIMENTO
6	NICOLAU MENDONÇA / MATEUS HENRIQUE DOS SANTOS
6	MIGUEL DOS SANTOS LIMA / MARIA LUIZA LIMA / HILDA DOS SANTOS LIMA
6	SEBASTIÃO GONÇALVES DO NASCIMENTO / MARIA SÍDILIA CORRÊA DO NASCIMENTO
6	PEDRO GOMES DE SOUZA / IVONE DE PAULA SOUZA
6	EMÍLIA MARIANO PIMENTEL
6	LIDIA IRENE RODRIGUES / JOÃO P. RODRIGUES / NILVE MARIA RODRIGUES
6	PLINIO MENNA BARRETTO

6	GEORGIUS STASZKOWIAN / PHILOMENA STASZKOWIAN / VITOLDO GURSKI / SOPHIA S. GURSKI
6	MARIARODRIGUES
6	OLIVO J. COFFERI / TEREZA MARIA COFFERI
6	JOSÉ B. TRISTÃO
6	BRENDA VASEN DE MELO
6	JOÃO DOS SANTOS / JOAQUINA DOS SANTOS / ANGELINA ROSA DOS SANTOS RITTER
6	IRAM J. DALLA BARRA
6	JOÃO M. COELHO CARNEIRO / MARIA COELHO CARNEIRO
6	FRANCISCO VELIKONJA
6	JOAQUIM J. DA SILVA / ADIR ANDRÉ DA SILVA / TEREZA DA SILVA / IOLANDA DA SILVA / IVO VILMAR DA SILVA / IRINEU DA SILVA / ANTONIO DA SILVA / JOSÉ ADIR DA SILVA
6	RUDY LICHES
6	JACI THIBES DA LUZ / MARIO DA LUZ
6	JOÃO ELMAR ZART
6	IVO FAVORETO ZAPANI
6	JOVILDE GODOY CORRÊA DE OLIVEIRA
6	OSVALDO CASTILHO LEAL / JOSÉ CAVICHIOILLI SANTIN / CAROLINA CAVICHIOILLI / MARIA CAVICHIOILLI
6	TEREZINHA R. KAIPERS
6	WALDEMAR MATOGE
6	GERSICA PASINI
6	VANCLER PAZINI
6	SOELI VERIZZIMO
6	JOSÉ CLAUDINEI HOFFMANN
6	ROSALINA MORAES DA ROCHA / ANTONIO ALVES DA ROCHA
6	MARCO AURELIO DA SILVA / ANTONIO DA SILVA
6	NAIR OLIVEIRA DOS SANTOS / JURACI PRATES OLIVEIRA DOS SANTOS / MARIA NADIR DOS SANTOS ROTTA / TURIBIO ALVES DOS SANTOS

Aviso de Licitação PR - 01/2014 - FMAS

Estado de Santa Catarina
 Prefeitura Municipal de Caçador-SC
 Fundo Municipal de Assistência Social
 Aviso De Licitação

Edital: Processo de Licitação 02/2014 – Prefeitura
 Pregão Presencial Nº 01/2014

Tipo: Menor Preço.

Objeto: registro de preços para AQUISIÇÃO DE KITS MATERNIDADE DESTINADOS AO AUXÍLIO NATALIDADE.

Entrega dos Envelopes: 14h00min do dia 08/04/2014.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h10min do dia 08/04/2014.

Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Diretoria de Licitações e Contratos, situada Av. Santa Catarina, nº 195, e-mail: licitacao@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor ou pelo site www.cacador.sc.gov.br.

Caçador, 13 de Março de 2014.

Beatriz Ribeiro dos Santos

Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social



Aviso de licitação PR - 05/2014 - FMS

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Caçador-SC
Fundo municipal de Saúde
Aviso de Licitação

Edital: Processo de Licitação 09/2014 – FMS
Pregão Presencial Nº 05/2014

Tipo: Menor Preço

Objeto; REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, sendo, (Chapéu, Boné, Capa de chuva e Protetor Solar).

Entrega dos Envelopes: 14h00min do dia 07/04/2014.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h10min do dia 07/04/2014.

Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Diretoria de Licitações e Contratos, situada Av. Santa Catarina, nº 195, e-mail: licitacao@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor ou pelo site www.cacador.sc.gov.br.

Caçador, 13 de março de 2014.

REJANE SERAFINI.

Secretária de Saúde de Caçador.

CÂMARA MUNICIPAL

Aviso de Dispensa de Licitação Nº. 04/2014

CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR/SC
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 04/2014

A diretoria de compras da entidade CAMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR, no exercício das atribuições que lhe confere a(o) Portaria nº. 01, de 13/01/2013, torna público, para conhecimento dos interessados a contratação por dispensa de licitação realizada em 17/03/2014 e ratificada pela autoridade competente em 17/03/2014. Maiores informações por e-mail licitacao@camaracacador.sc.gov.br.

Objeto da Dispensa de Licitação:

Contratação de empresa especializada na prestação do serviço de ajardinamento da Câmara Municipal, contemplando limpeza, plantio e replantio de flores, poda, reposição de terra e adubação. Fundamento legal: Art. 24, II, da Lei 8666/1993.

Valor da dispensa: R\$ 5.040,0, com pagamento conforme a solicitação dos serviços.

Prazo de execução: Até 31/12/2014.

Caçador, 17 de março de 2014.

Carlos Evandro Luz

Presidente da Câmara Municipal de Caçador/SC

Camboriú

PREFEITURA

Termo de Errata PR 19/14 - PMC

TERMO DE ERRATA

PREGÃO PRESENCIAL 019/2014-PMC

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração vem comunicar às empresas interessadas que o edital do Pregão Presencial 019/2014 - PMC, tendo como objeto a "SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PLOTAGEM PARA PLACAS INDICATIVAS DE OBRAS COMO CALÇAMENTO DE RUAS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ., sofreu a seguinte alteração:

Foi alterado a descrição do item 01 do Anexo I.

- onde lê-se: CONFECÇÃO DE PLACAS COM ESTRUTURA COM PÉ COM PINTURA E COM LONA COM IMPRESSÃO DIGITAL E INSTALAÇÃO PARA DIVULGAÇÃO DE OBRAS

- leia-se: CONFECÇÃO DE PLACAS, MEDINDO 3X2, COM ESTRUTURA, COM PÉ DE MADEIRA, COM PINTURA E COM LONA COM IMPRESSÃO DIGITAL E INSTALAÇÃO PARA DIVULGAÇÃO DE OBRAS. Desta maneira, fica prorrogada a data de abertura das propostas e documentações para o dia 31/03/2014 as 14h00min.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do referido edital.

Camboriú SC, 18 de Março de 2014.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

PR 27/17 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 027/2014-PMC

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRESSÃO COM O FORNECIMENTO DE COPIADORAS E/OU IMPRESSORAS DIGITAIS (OUTSOURCING DE IMPRESSÃO), QUE DEVERÃO SER NOVAS E DE PRIMEIRO USO, EM LINHA DE FABRICAÇÃO, PARA REPRODUÇÃO DE CÓPIAS E IMPRESSÕES MONOCROMÁTICAS, COM FORNECIMENTO DE TODOS OS INSUMOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS (INCLUINDO PAPEL), ALÉM DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Inicialá às 14:00 horas do dia 01º (Primeiro) de Abril de 2014, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriui.sc.gov.br.

Camboriú, 18 de Março de 2014.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Anulação PR 4/14 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

ANULAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 004/2014-PMC

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que resolve anular o Processo Licitatório Nº. 012/2014 cujo objeto é: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO, ATIVAÇÃO, CONFIGURAÇÃO E TREINAMENTO DE SISTEMA DE SEGURANÇA POR CIRCUITO FECHADO DE TELEVISÃO E SISTEMA DE ALARME NAS UNIDADES DE SAÚDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, CONFORME

MEMORIAL DESCRITIVO, como segue: "RESOLVE ANULAR CONFORME ART. 49 CAPUT DA LEI 8.666/1993 E ALTERAÇÕES".
Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 18 de Março de 2014.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Ata de Registro de Preços PR 16/14 - PMC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 016/2014 - PMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 007/2014 - PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA DE ASSENTAMENTO DE TUBOS EM DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 18/03/2015

1ª Publicação.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PR 003/2014 - FMAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 003/2014 - FMAS - Ata do Sistema de Registro de Preços 002/2014 - FMAS - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, OBJETIVANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, E DOS PROGRAMAS SOCIAIS COORDENADOS, CONFORME PRECONIZA O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 18/03/2015

1ª Publicação.

PR 28/14 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 028/2014-PMC

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE SAIBRO BRITADO E PÓ DE BRITA DESTINADO AOS SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO DE VIAS MUNICIPAIS, PARA COLOCAÇÃO EM PÁTIOS MUNICIPAIS, PASSEIOS PÚBLICOS E PRAÇAS PÚBLICAS.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 16:00 horas do dia 31 (Trinta e Um) de Março de 2014, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 18 de Março de 2014.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

PR 29/14 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 029/2014-PMC

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA DE BORRACHARIA, PARA CONSERTO E MONTAGENS DE PNEUS DA FROTA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 10:00 horas do dia 02 (Dois) de Abril de 2014, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 18 de Março de 2014.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Campos Novos

PREFEITURA

Aviso de Licitação - PP 32/2014 - Registro de Preços Para Aquisição de Troféus E Medalhas A Serem Usados Nos Eventos Esportivos do Município de Campos Novos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2014

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 01 de abril de 2014 às 14h30min, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do tipo menor preço por item, tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TROFÉUS E MEDALHAS A SEREM USADOS NOS EVENTOS ESPORTIVOS DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS.

O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 8h30 as 11h00 e das 13h30 às 17h00, diariamente.

Campos Novos, 17 de março de 2014.
Prefeito Municipal
Nelson Cruz

Aviso de Licitação TP 06/2014

AVISO DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
TOMADA DE PREÇO Nº 06/2014

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 03 de abril de 2014 às 16 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, TOMADA DE PREÇO DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL, tendo como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONCLUSÃO DA OBRA DE REFORMA OU RECONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS NO BAIRRO NOSSA SENHORA APARECIDA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO PROJETO BÁSICO. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 13h30min às 18h30min, diariamente.

Campos Novos, 19 de março de 2014.
Nelson Cruz
Prefeito Municipal

Canelinha

PREFEITURA

Extratos Contratos Nº 01 A 04/2014 - Semais

ESTADO DE SANTA CATARINA
SEMAIS - SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA, INFRA-ESTRUTURA E SANEAMENTO DE CANELINHA

CONTRATO Nº.001/2014.CONTRATO DE FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL.CONTRATANTE: SEMAIS – SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA, INFRA-ESTRUTURA E SANEAMENTO DE CANELINHA. CONTRATADO: AUTO POSTO TEQUINHO LTDA. OBJETO: O presente contrato tem por objeto a aquisição parcelada conforme necessidade de combustíveis (gasolina comum e etanol), para consumo da frota do SEMAIS – Serviço Municipal de Água, Infraestrutura e Saneamento de Canelinha, para exercício 2014.VALOR: R\$ 21.339,00 (vinte e um mil trezentos e trinta e nove reais). Canelinha, 02 de janeiro de 2014.GILBERTO ROSA - DIRETOR DO SEMAIS.

CONTRATO Nº.002/2014.TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL Nº. 001/2014. CONTRATANTE: SEMAIS – SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA, INFRA-ESTRUTURA E SANEAMENTO DE CANELINHA. CONTRATADO: AUTO POSTO TEQUINHO LTDA. OBJETO: Fica repacturado o valor unitário do litro da gasolina, passando o custo do litro de R\$ 2,70 para R\$ 2,75 alterando o valor total do item gasolina comum do contrato nº. 001/2014 em 2,0896%. Canelinha, 06 de janeiro de 2014. GILBERTO ROSA - DIRETOR DO SEMAIS.

CONTRATO Nº.003/2014.CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO DE PRODUTOS QUÍMICOS. CONTRATANTE: SEMAIS – SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA, INFRA-ESTRUTURA E SANEAMENTO DE CANELINHA. CONTRATADO: BUSCHLE & LEPPER S.A. OBJETO: O presente contrato tem por objeto, à aquisição parcelada, conforme necessidade de produtos químicos visando à desinfecção e tratamento da água distribuída aos munícipes, para uso na estação de tratamento de água (ETA), conforme quantidades e especificações abaixo especificadas:

Item	Descrição	UN	Quant.
01	fluossilicato de sódio NR 60	KG	1.250.

VALOR: R\$ 3.700,00 (três mil e setecentos reais). Canelinha, 23 de janeiro de 2014. GILBERTO ROSA - DIRETOR DO SEMAIS.

CONTRATO Nº. 004/2014.CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO DE PRODUTOS QUÍMICOS. CONTRATANTE: SEMAIS – SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA, INFRA-ESTRUTURA E SANEAMENTO DE CANELINHA. CONTRATADO: MCA – COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS QUÍMICOS E PETROQUÍMICOS LTDA. OBJETO: O presente contrato tem por objeto, à aquisição parcelada, conforme necessidade de produtos químicos visando à desinfecção e tratamento da água distribuída aos munícipes, para uso na estação de tratamento de água (ETA), conforme quantidades e especificações abaixo especificadas:

Item	Descrição	UN	Quant.
01	hipoclorito de sódio 10% (C12)	LTS	20.000
02	policoreto de alumínio	LTS	1.250.

VALOR: R\$ 21.800,00 (vinte e um mil e oitocentos reais). Canelinha, em 23 de janeiro de 2014. GILBERTO ROSA - DIRETOR DO SEMAIS.

Capinzal

PREFEITURA

PMC Processo Licitatório Nº 0056/2014 - Pregão Presencial Nº 0042/2014

SENHORES FORNECEDORES ATENÇÃO!

PARA ESTE PROCESSO LICITATÓRIO, ESTÁ DISPONÍVEL O ARQUIVO DE AUTO COTAÇÃO. DÚVIDAS, FAVOR ENTRAR EM CONTATO COM O SETOR DE LICITAÇÕES.

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0056/2014

Pregão Presencial Nº 0042/2014

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para Aquisição de MATERIAL DE CONSUMO (higiene e limpeza), para todos os órgãos da Secretaria da Educação Cultura e Esportes, para o ano de 2014, orçado em R\$ 258.574,99.Com RECURSOS PRÓPRIOS E SALÁRIO EDUCAÇÃO.

ENTREGA ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 09:00 horas, para abertura da Seção às 09:05 horas do dia 04/04/2014.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:

No endereço do Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0xx49) 3555-8739 e 3555-8716, FAX Nº (0xx49) 3555-8740.

Capinzal, 19 de março de 2014.

ELISÂNGELA BAGNOLIN

Diretora de Compras e Licitações

Processo Licitatório Nº 0056/2014

Pregão Presencial Nº 0042/2014

PREÂMBULO

1.1. O Município de Capinzal, SC, pessoa jurídica de direito público interno, situada à CARMELLO ZOCOLLI, 155, inscrita no CNPJ sob o nº 82.939.406/0001-07, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. ANDEVIR ISGANZELLA, no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação futura em conformidade com a necessidade do Município do OBJETO abaixo indicado. Os envelopes de "PROPOSTA DE PREÇO" e "DOCUMENTAÇÃO", deverão ser entregues no Setor de licitações mediante protocolo localizado no Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155 neste município. Os envelopes deverão ser entregues nos prazos e horários já descritos supra no Aviso de Licitações e no item 2 deste edital. A presente licitação será do tipo Menor Preço Item, consoantes e em conformidade com as disposições da Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93 e Lei nº 8.883/94, e ainda a Lei nº 123/2006, Decretos Municipais nºs. 012/2014 e 013/2014, de 29/01/2014, bem como as condições a seguir estabelecidas.

LOCAL, DATA E HORA

2.1. A sessão pública será realizada no dia 04/04/2014, com início às 09:00 horas, horário de Brasília – DF.

2.2. Somente poderão participar da sessão pública, as empresas que apresentarem e efetuarem protocolo dos envelopes de PROPOSTAS e DOCUMENTAÇÃO nos prazos e horários fixados por este instrumento.

2.3. Ocorrendo decretação de feriado, ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

OBJETO

3.1. REGISTRO DE PREÇOS para Aquisição de MATERIAL DE CONSUMO (higiene e limpeza), para todos os órgãos da Secretaria da Educação Cultura e Esportes, para o ano de 2014.

PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar do presente Pregão Presencial as empresas que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto a documentação constante deste Edital, e seus Anexos.

4.2. Não será admitida a participação de empresas que se encontrem em regime de recuperação judicial ou em processo de falência, sob concurso de credores, dissolução ou liquidação, que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública, suspensas, ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas.

4.3. Vedada a participação direta ou indireta das pessoas arroladas nos incisos I, II e III do artigo 9º da Lei 8.666/93, conforme Decisão nº 603/97 TCU, bem como as impedidas pela Lei Orgânica do Município de Capinzal.

REPRESENTAÇÃO E CREDENCIAMENTO

5.1. Quando a interessada for representada por pessoa que estatutariamente tenha poder para tal, esta deverá apresentar o ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, a alteração contratual referente à mudança de razão social, na hipótese de haver a referida mudança, bem como, a última alteração devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores.

5.2. Caso seja representada por procurador, este deverá apresentar procuração (podendo utilizar o ANEXO I como modelo) ou documento equivalente, com firma reconhecida do Outorgante, cópia do respectivo RG - Registro Geral e CPF/MF - Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda, DEVENDO APRESENTAR, TAMBÉM, A MESMA DOCUMENTAÇÃO CONSTANTE DO ITEM 5.1. DESTE CAPÍTULO, a fim de comprovar os poderes do outorgante.

5.3. Declaração de Cumprimento Pleno dos Requisitos de Habilitação, conforme modelo (ANEXO IV).

5.4. No caso das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, e, que quiserem utilizar-se das prerrogativas e direitos da LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, deverão apresentar Declaração de que são Microempresas ou Empresa de Pequeno Porte, expedida pela Junta Comercial ou Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas competente.

5.5. Os documentos de credenciamento de que tratam os itens

5.1, 5.2 e 5.3, deverão vir FORA DOS ENVELOPES de documentação e proposta e ficarão retidos nos autos.

5.6. Havendo remessa via postal dos envelopes ou defeito no credenciamento pela ausência de algum dos documentos tratados nos itens 5.1 e 5.2, a licitante não poderá participar da fase de lances, permanecendo com sua proposta fixa, bem como não poderá se manifestar acerca da interposição de recurso quando declarado o vencedor.

5.6.1. A proponente que enviar os envelopes via postal sem a remessa da Declaração referida no item 5.3, ficará automaticamente excluída do certame pela ausência de documento essencial.

5.7. Os documentos devem apresentar prazo de validade, conforme o caso, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pelo Pregoeiro e/ou Equipe de Apoio.

DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1. A proposta deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

MUNICÍPIO DE CAPINZAL/SC
PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2014
REGISTRO DE PREÇOS (RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE)
ENVELOPE Nº 01 - "PROPOSTA DE PREÇOS"

6.2. A proposta necessariamente deverá preencher os seguintes requisitos:

Ser apresentada no formulário ANEXO III ou segundo seu modelo, com prazo de validade mínima de 60 (sessenta) dias, contendo especificação detalhada dos serviços segundo às exigências mínimas apresentadas no Capítulo 1 deste Edital. Não serão permitidas alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas. Recomenda-se aos senhores licitantes que, dentro do possível, utilizem o formulário anexo ao edital, pois agiliza a análise das propostas e reduz os erros de elaboração das mesmas;

Conter o nome do proponente, endereço, identificação (individual ou social), o nº do CNPJ e da Inscrição Estadual ou Municipal;

Suas folhas devem estar assinadas e rubricadas pelo seu representante legal;

Conter declaração de que os preços apresentados compreendem todas as despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como impostos, taxas, encargos sociais e trabalhistas, fretes e seguros;

Conter o preço unitário de cada peça, limitado a 02 (duas) casas decimais para os centavos, prevalecendo;

Conter prazo de validade da Ata de 12 MESES;

6.3. Anexar à proposta, os dados bancários: nome do banco, nº da conta corrente, indicando a agência bancária para recebimento dos créditos (conforme modelo no ANEXO II).

6.4. Anexar à proposta os dados do representante legal da empresa (aquele que assina a proposta): nome completo, cargo ou função, número de identidade e número do CPF/MF (conforme modelo no ANEXO II).

DA HABILITAÇÃO

7.1. Toda a documentação de habilitação deverá ser entregue em

envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

MUNICÍPIO DE CAPINZAL/SC
PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2014
REGISTRO DE PREÇOS (RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE)
ENVELOPE Nº 02 - "DOCUMENTAÇÃO"

7.2. Para habilitação na presente licitação será exigida a entrega dos seguintes documentos:

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual;

Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante;

Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS - CRF);

Prova de Regularidade com a Previdência Social (Certidão Negativa de Débito - CND emitida pelo INSS);

Declaração de que a empresa licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7 da Constituição Federal ("proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;"), em observância à Lei Federal n. 9.854, de 27.10.99, que altera a Lei n. 8.666/93;

Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

7.3. Os documentos devem apresentar prazo de validade, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pelo Pregoeiro/Equipe de Apoio. Não serão aceitas cópias de documentos obtidas por meio de aparelho fac-símile (FAX). Não serão aceitas cópias de documentos ilegíveis.

DAS OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA

8.1. Será de responsabilidade da licitante vencedora:

Entregar os materiais nas condições e formas previstas no presente Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;

Entregar os materiais na sede do município, diretamente na Secretaria ou Departamento solicitado;

Prestar os serviços, somente com autorização expressa e formal do Chefe do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento assinado por ele, no dia e hora que o mesmo solicitar, salvo por motivo de força maior ou urgência comprovada, sob pena de devolução e ou não pagamento da NF;

Enviar, juntamente com a Nota Fiscal, o referido documento assinado pelo mesmo anexado a mesma;

Entregar os produtos licitados, no prazo máximo determinado no ANEXO III e ANEXO VI, com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;

Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com

as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93.

DO RECEBIMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1. No dia, hora e local designados no Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o Pregoeiro, juntamente com a Equipe de Apoio, executará a rotina de credenciamento, conforme disposto no Capítulo 3.

9.2. Verificadas as credenciais e declarada aberta a sessão, o Pregoeiro solicitará e receberá, em envelopes devidamente lacrados, a proposta e os documentos exigidos para habilitação.

9.3. Em nenhuma hipótese serão recebidos envelopes contendo proposta e os documentos de habilitação fora do prazo estabelecido neste Edital.

9.4. Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas de preços, ocasião em que será procedida à verificação da conformidade das mesmas com os requisitos estabelecidos neste instrumento, com exceção do preço, desclassificando-se as incompatíveis.

9.5. No curso da sessão, dentre as propostas que atenderem às exigências constantes do Edital, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços de até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes.

9.6. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecerem lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

9.7. A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra ao licitante, na ordem decrescente dos preços;

9.8. Dos lances ofertados não caberá retratação.

9.9. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da fase de lances e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante.

9.10. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

9.11. Finalizada a fase de lances e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a compatibilidade dos preços ofertados com os praticados no mercado, desclassificando as propostas dos licitantes que apresentarem preço excessivo, assim considerados aqueles acima do preço de mercado.

9.12. Neste momento, após finalizada os lances, será concedido a LICITANTE Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, que no início se credenciou como tal, o direito de preferência, conforme parágrafo 3º do Artigo 45 da LC Nº 123/2006, desde que esteja com proposta dentro do preço compreendido entre a menor proposta apresentada mais 5% (cinco por cento), apresentar no prazo máximo de 05 (cinco) minutos, nova proposta menor que a menor proposta até então apresentada. O disposto neste item somente ser aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

9.13. O Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente que apresentou o menor preço para que seja obtido preço ainda melhor.

9.14. Será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que tiver formulado a proposta de menor preço, para confirmação das suas condições habilitatórias.

9.15. Neste íterim será concedido novamente o direito de preferência, no caso de ter sido vencedora na etapa de lances uma Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, para havendo irregularidades na documentação de Regularidade Fiscal, apresentar as devidas correções e ou substituições no prazo máximo de 02 (dois) dias, prorrogáveis por mais 02 (dois), conforme parágrafo 1º do Art. 43 da LC 123/2006, para regularização da documentação.

9.16. No caso de inabilitação do proponente que tiver apresentado a melhor oferta, serão analisados os documentos habilitatórios do licitante da proposta de segundo menor preço, e assim sucessivamente, até que um licitante atenda às condições fixadas neste instrumento convocatório.

9.17. Verificado o atendimento das exigências habilitatórias, será declarada a ordem de classificação dos licitantes.

9.17.1. Será declarado vencedor o licitante que ocupar o primeiro lugar. Serão registrados os fornecedores na ordem de sua classificação, para fins de convocação remanescente na forma do art. 64, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

9.18. O Pregoeiro somente manterá em seu poder os envelopes com a documentação dos licitantes perdedores quando houver manifestação de recurso previsto no item 14.1 deste Edital;

9.19. Da sessão pública será lavrada Ata circunstanciada, devendo esta ser assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todos os licitantes presentes.

9.20. Todos os documentos e as propostas deverão ser rubricados pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e pelos representantes das licitantes que estiverem presentes.

DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

10.1. A presente licitação será adjudicada à licitante que apresentar proposta de MENOR PREÇO, JULGAMENTO POR ITEM, desde que atendidas as exigências deste Edital.

DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

11.1. Decairão do direito de impugnar os termos desta licitação perante à Administração, os licitantes que não o fizerem até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de propostas, conforme art. 41, § 2º da Lei nº 8.666/93, hipótese que tal comunicação posterior não terá efeito de recurso.

11.2. A propositura de impugnação ou esclarecimento por via postal, não impede a realização do certame, ficando a cargo da proponente, certificar-se que o pedido deverá ser entregue na sede da Prefeitura Municipal, até o prazo previsto no item 09.1, sob pena de não conhecimento do mesmo.

11.3. Somente serão aceitos pedidos de esclarecimento ou impugnações, devidamente formalizados por escrito, pelos proponentes interessados, e regularmente protocolados perante o Setor de Compras e Licitações do Município de Capinzal - SC

11.3.1. A contar do recebimento do pedido de esclarecimento ou impugnação, terá o Presidente da Comissão de Licitações, prazo

não inferior a 48h. (quarenta e oito horas), para promover a resposta.

11.3.2. No caso de pedido protocolado na véspera de abertura do certame, terá o Presidente da Comissão de Licitações, prazo não inferior a 36h. (trinta e seis horas) para promover a resposta.

11.4. Os pedidos de impugnação ou esclarecimento deverão indicar obrigatoriamente, um endereço eletrônico e, concomitantemente, um número de fax, para onde serão remetidas as respostas e decisões, pelo Setor de Compras e Licitações.

11.5. Pedidos de esclarecimento ou impugnações formuladas em desacordo com o previsto nos itens 9.1 a 9.4, e seus subitens, deste Edital, serão tidos como inexistentes, e não receberão resposta, sob nenhuma justificativa.

DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. As obrigações decorrentes da ENTREGA dos produtos constantes no Registro de Preços a serem firmadas entre a Administração, os Órgãos Participantes e o Fornecedor serão formalizadas através da Ata de Registro de Preços, sendo que o prazo de validade do Registro de Preços será de 12(dose) meses, contados da assinatura da mesma.

12.2. O fornecedor classificado em 1º (primeiro) lugar nos preços registrados, será convocado a firmar a Ata de Registro de Preços no prazo de até 3 (três) dias úteis após a homologação, devendo o proponente manter-se nas mesmas condições da habilitação quanto à regularidade fiscal.

12.3. O licitante que, convocado para assinar a Ata, deixar de fazê-lo no prazo fixado, dela será excluído.

12.4. Na hipótese do fornecedor primeiro classificado ter seu registro cancelado, não assinar, não aceitar ou não retirar o contrato no prazo e condições estabelecidas, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação.

12.5. Observados os critérios e condições estabelecidas neste Edital e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

12.6. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

13.1. Os preços serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da presente Ata, salvo por motivo de força maior, devidamente comprovado pelo fornecedor.

DOS RECURSOS E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

14.1. Declarado(s) o(s) vencedor(es), qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

14.2. Não sendo interpostos recursos, o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame à(s) empresa(s) declarada(s) vencedora(s), sendo submetido este resultado ao Prefeito Municipal para homologação.

14.3. O(s) recurso(s), porventura interposto(s), não terá(ão) efeito suspensivo e será(ão) dirigido(s) ao Exmo. Prefeito Municipal, por intermédio do Pregoeiro, a qual poderá reconsiderar sua decisão, em 05 (cinco) dias úteis ou, nesse período, encaminhá-lo(s) ao Prefeito Municipal, devidamente informado(s), para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

14.4. Decididos os recursos eventualmente interpostos, será o resultado da licitação submetido ao Exmo. Prefeito Municipal para o procedimento de homologação com a devida adjudicação do objeto desta licitação à(s) vencedora(s).

14.5. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo de 03 (três) dias a contar da convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas.

14.6. Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes poderão aplicar, ao (s) FORNECEDOR (ES) as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho;

Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

14.7. De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

14.8. Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, o licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.1.1. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

15.1.2. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

15.1.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação

15.1.4. Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

16.1. O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

recusar-se a celebrar o contrato ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

tiver presentes razões de interesse público;

for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

for impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

16.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

16.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

DA DOTAÇÃO

17.1 - As despesas decorrentes da entrega do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2014, como segue:

109 - Manutenção da Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
5 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
4 - Administração
122 - Administração Geral
65 - ENSINO FUNDAMENTAL
2 - Manutenção da Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
33903022000000 - Material de Consumo
1 - Receitas de Impostos e de Transf. de Impostos - Ed
134 - Manutenção do Ensino Fundamental
5 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
12 - Educação
361 - Ensino Fundamental
65 - ENSINO FUNDAMENTAL
2 - Manutenção do Ensino Fundamental
33903022000000 - Material de Consumo
1 - Receitas de Impostos e de Transf. de Impostos - Ed
134 - Manutenção do Ensino Fundamental
5 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
12 - Educação
361 - Ensino Fundamental
65 - ENSINO FUNDAMENTAL
2 - Manutenção do Ensino Fundamental
33903099000000 - Material de Consumo
1 - Receitas de Impostos e de Transf. de Impostos - Ed
136 - Manutenção do Ensino Fundamental
5 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
12 - Educação
361 - Ensino Fundamental
65 - ENSINO FUNDAMENTAL
2 - Manutenção do Ensino Fundamental
33903022000000 - Material de Consumo
58 - Salário Educação
136 - Manutenção do Ensino Fundamental
5 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
12 - Educação
361 - Ensino Fundamental
65 - ENSINO FUNDAMENTAL
2 - Manutenção do Ensino Fundamental
33903099000000 - Material de Consumo
58 - Salário Educação
145 - Manutenção, conservação e ampliação das instalações
5 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
12 - Educação
361 - Ensino Fundamental
65 - ENSINO FUNDAMENTAL
2 - Manutenção, conservação e ampliação das instalações
33903022000000 - Material de Consumo
58 - Salário Educação
185 - Manutenção das creches e pré - escolas
5 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
12 - Educação
365 - Educação Infantil
60 - EDUCAÇÃO INFANTIL
2 - Manutenção das creches e pré - escolas
33903022000000 - Material de Consumo
58 - Salário Educação
189 - Manutenção do Centro Municipal de Educação Infantil
5 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
12 - Educação
365 - Educação Infantil
60 - EDUCAÇÃO INFANTIL
2 - Manutenção do Centro Municipal de Educação Infantil
33903022000000 - Material de Consumo
1 - Receitas de Impostos e de Transf. de Impostos - Ed

189 - Manutenção do Centro Municipal de Educação Infantil
5 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
12 - Educação
365 - Educação Infantil
60 - EDUCAÇÃO INFANTIL
2 - Manutenção do Centro Municipal de Educação Infantil
33903099000000 - Material de Consumo
1 - Receitas de Impostos e de Transf. de Impostos - Ed

202 - Manutenção do Museu Histórico Municipal
5 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
13 - Cultura
391 - Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico
95 - RAIZES CULTURAIS
2 - Manutenção do Museu Histórico Municipal
33903022000000 - Material de Consumo
0 - Recursos Ordinários

202 - Manutenção do Museu Histórico Municipal
5 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
13 - Cultura
391 - Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico
95 - RAIZES CULTURAIS
2 - Manutenção do Museu Histórico Municipal
33903099000000 - Material de Consumo
0 - Recursos Ordinários

211 - Manutenção das atividades da cultura
5 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
13 - Cultura
392 - Difusão Cultural
95 - RAIZES CULTURAIS
2 - Manutenção das atividades da cultura
33903022000000 - Material de Consumo
0 - Recursos Ordinários

211 - Manutenção das atividades da cultura
5 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
13 - Cultura
392 - Difusão Cultural
95 - RAIZES CULTURAIS
2 - Manutenção das atividades da cultura
33903099000000 - Material de Consumo
0 - Recursos Ordinários

216 - Manutenção da Biblioteca Municipal
5 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
13 - Cultura
392 - Difusão Cultural
95 - RAIZES CULTURAIS
2 - Manutenção da Biblioteca Municipal
33903022000000 - Material de Consumo
0 - Recursos Ordinários

216 - Manutenção da Biblioteca Municipal
5 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
13 - Cultura
392 - Difusão Cultural
95 - RAIZES CULTURAIS
2 - Manutenção da Biblioteca Municipal
33903099000000 - Material de Consumo
0 - Recursos Ordinários

218 - Manutenção da Escola Municipal de Música
5 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
13 - Cultura
392 - Difusão Cultural
95 - RAIZES CULTURAIS
2 - Manutenção da Escola Municipal de Música
33903022000000 - Material de Consumo
0 - Recursos Ordinários

218 - Manutenção da Escola Municipal de Música
5 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
13 - Cultura
392 - Difusão Cultural
95 - RAIZES CULTURAIS
2 - Manutenção da Escola Municipal de Música
33903099000000 - Material de Consumo
0 - Recursos Ordinários

222 - Manutenção do Centro Educacional
5 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
13 - Cultura
392 - Difusão Cultural
95 - RAIZES CULTURAIS
2 - Manutenção do Centro Educacional
33903022000000 - Material de Consumo
0 - Recursos Ordinários

222 - Manutenção do Centro Educacional
5 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
13 - Cultura
392 - Difusão Cultural
95 - RAIZES CULTURAIS
2 - Manutenção do Centro Educacional
33903099000000 - Material de Consumo
0 - Recursos Ordinários

245 - Manutenção dos ginásios esportivos
5 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
27 - Desporto e Lazer
812 - Desporto Comunitário
100 - ESPORTE E AÇÃO
2 - Manutenção dos ginásios esportivos
33903022000000 - Material de Consumo
0 - Recursos Ordinários

245 - Manutenção dos ginásios esportivos
5 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
27 - Desporto e Lazer
812 - Desporto Comunitário
100 - ESPORTE E AÇÃO
2 - Manutenção dos ginásios esportivos
33903099000000 - Material de Consumo
0 - Recursos Ordinários

DO PAGAMENTO

18.1. O pagamento pela prestação dos serviços, objeto da presente licitação, será feito em favor da licitante vencedora, mediante crédito em conta corrente de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços devidamente identificados, após as publicações mensais, acompanhados da respectiva Nota Fiscal/Fatura.

18.1.1. Conforme disposição legal contida no Decreto nº 7.507, art. 2º, § 1º, de 27 de junho de 2011, os fornecedores obrigam-se a informar a esta administração, caso sejam vencedores do certame, número de conta em agência de banco oficial federal (BANCO DO BRASIL OU CAIXA ECONOMICA FEDERAL), para receberem seus créditos sem custo adicionais. Caso apresentem número de contas em bancos não oficiais, do ramo privado, ARCARÃO com os custos provenientes da transferência do pagamento.

18.2. O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação .

18.3. A forma de pagamento será mensal, sendo realizada até o 15º (décimo quinto) dia útil do mês subsequentes a realização dos serviços e emissão da nota fiscal.

18.4. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que

lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

19.2. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

19.2.1. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao Órgão Gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

19.2.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

19.2.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

19.2.4. A presente ata poderá ser prorrogada por igual período de 12 meses, nos termos do art. 57 e seus incisos da lei 8666/93 e outros dispositivos legais da lei 10.520.

19.3. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital.

19.4. O resultado desta licitação estará à disposição dos interessados, na sala do Setor de Compras e Licitações, logo após sua homologação.

19.5. Detalhes não citados, referentes a prestação dos serviços, mas que a boa técnica leve a presumir a sua necessidade, não deverão ser omitidos, não sendo aceitas justificativas para sua não apresentação.

19.6. O Prefeito Municipal poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

19.7. O Pregoeiro e a Equipe de Apoio prestarão os esclarecimentos necessários, bem como irão dirimir as dúvidas suscitadas, de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 11:30 hs. e das 13:30 às 17:30 hs., através dos telefones (49) 3555-8739 e 3555-8716 e 3555-8740, pessoalmente (Rua Carmelo Zócolli, 155- Centro – Município de Capinzal - SC), ou ainda pela Home Page www.capinzal.sc.gov.br.

19.8. São partes integrantes deste edital os seguintes ANEXOS:

ANEXO I – Procuração;
ANEXO II – Dados Bancários e Dados do Representante Legal;
ANEXO III – Proposta de Preços;
ANEXO IV – Declaração de Cumprimento Pleno aos Requisitos de Habilitação;
ANEXO V – Modelo de Ata Contrato.
ANEXO VI – Relação dos itens e quantidades do registro de preços e preço máximo;
ANEXO VII – Declaração de cumprimento das obrigações trabalhistas de proteção as crianças e adolescentes.

Capinzal(SC), 19 de março de 2014.

ELISÂNGELA BAGNOLIN

Diretora de Compras e Licitações

ANEXO I

Processo Licitatório Nº 0056/2014

Pregão Presencial Nº 0042/2014

REGISTRO DE PREÇOS

PROCURAÇÃO

<RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO COMPLETO>, por meio de <NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL, RG, CPF E QUALIFICAÇÃO NA EMPRESA>, constitui como suficiente PROCURADOR o Sr. <NOME COMPLETO, RG, CPF>, outorgando-lhe poderes gerais para representar a referida empresa na Licitação <PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2014>, outorgando ainda poderes específicos para efetuar lances, interpor recursos, assinar contratos e praticar todos os demais atos necessários a este procedimento licitatório.

<Cidade/Estado>, <data por extenso>

<nome completo do representante legal e qualificação na empresa>

OBS. Com assinatura do Outorgante reconhecida em Cartório.

ANEXO II

Processo Licitatório Nº 0056/2014

Pregão Presencial Nº 0042/2014

DADOS BANCÁRIOS

Nome do Banco	
Cidade	
Nº Agência	Nº da Conta
Nome do Titular da Conta Corrente	

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

Nome Completo
Cargo ou Função
Nº Identidade
Nº CPF / MF

ANEXO III

Processo Licitatório Nº 0056/2014

Pregão Presencial Nº 0042/2014

PROPOSTA DE PREÇOS

OBJETO DA PROPOSTA

Item	Especificação	Un	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	Água sanitária, composição: hipoclorito de sódio, hidróxido de sódio, cloreto de sódio e água, teor de cloro ativo: 2,0 a 2,5%p/p/embalagem com até 01 litro	UN	2.000,00	2,86	5720,00
2	Álcool 70%, em frascos com (01) litro.com selo do inmetro.	Lt	500,00	4,63	2315,00
3	Álcool de cana de açúcar, 95,2º gl;92,8º inpm.com (01) litro. com selo do inmetro.	Lt	500,00	4,66	2330,00
4	Álcool gel 70%, em frascos de 01 (um) litro com válvula. com selo do inmetro.	Lt	100,00	6,16	616,00
5	Alvejante sem clo- ro para roupas escuras, composição:Peróxido de hidrogênio,aquil benzeno, sulfonato de sódio,álcool etoxilado,tensioativo não iônico, estabilizante, neutralizante,sinergista, per- fume e água, embalagem com 5 litros.	Lt	100,00	15,16	1516,00
6	Alvejante, composição: princi- pio cloro ativo, estabilizante, alcalinizante, perfume e água, embalagem com 1l .	Lt	1.000,00	4,46	4460,00
7	Amaciante para roupas. com- posição: alcool cetosteárilico, acido citrico, cloreto de ben- zalcônico, ácido di-fosfórico, corante, essência e água. com- ponente ativo: cloreto de cetil trimetil amônio. embalagem de 2 litros. fragrância tipo flores do campo,talco e outras.	Lt	300,00	5,13	1539,00
8	Balde em plástico resistente, capacidade p/ 20 litros, com cabo de metal.	un	50,00	14,66	733,00
9	Balde em plástico resistente, capacidade p/ 30 litros, com cabo de metal.	un	50,00	18,83	941,50
10	Bolsa de algodão, alvejada para limpeza, medida 50 x80cm.	un	300,00	4,66	1398,00
11	Bolsa de algodão, não alve- jada, medida 50 x80cm para limpeza.	un	100,00	4,14	414,00
12	Cera líquida amarela/embala- gem com 750ml /composição: agente de polimento, formador de filme,cera natural e sintética , coadjuvante, alcalinizante, plastificante, preservante, es- sência, corante tensioativa não iônica e veículo. Apresentar amostra.	un	500,00	8,80	4400,00

13	Cera líquida incolor/embalagem com 750ml /composição: agen- te de polimento, formador de filme, coadjuvante, alcalinizan- te, plastificante, preservante, essência, corante e veículo.	un	500,00	8,80	4400,00
14	Copo descartável branco com capacidade de 110ml compo- sição: polipropileno e corantes atóxico, unidade com 100 copos,resistência mínima de 0,85N .	un	500,00	4,17	2085,00
15	Copo descartável branco com capacidade de 200 ml - compo- sição: polipropileno e corantes atóxico, unidade com 100 co- pos massa mínima de 2,20 grs, resistência mínima de 0,85N.	un	3.000,00	4,60	13800,00
16	Copo descartável branco com capacidade de 300ml - compo- sição: polipropileno e corantes atóxico, unidade com 100 copos.	un	200,00	5,90	1180,00
17	Desengordurante - composto com: tensoativo, solvente alcalizante preservante, se- questrantes, perfume, corante, água, tensoativo do decil, benzêne sulfonato de sódio/ embalagem com até 500 ml	un	100,00	4,77	477,00
18	Desinfetante de uso ge- ral, na fragrância de limão, talco,lavanda, pinho e outras com eficaz ação germicida e bactericida, em embalagens transparente de 2 litros. com- posição: tensoativo catiônico, signistrante, preservante, opa- cificante, controlador de ph, fragrância e veículo. compo- nente ativo: cloreto de alquil, amido propil, dimetil amônio, cloreto de dialquil dimônio 100% - 0,50%.	Lt	2.000,00	6,00	12000,00
19	Desodorizador aerosol - in- gredientes ativos: cloreto de alquil dimetil benzil amônio e cloreto de alquil dimetil etil benzil amônio 0,07%. composição:ingrediente ativo, solubilizantes, coadjuvantes, perfume e butano/propano, unidade com 440ml	un	10,00	8,87	88,70
20	Desodorizador para vaso sanitário, unidade com 35g - composição: dodecil benzeno sulfonato de sódio, sulfato de sódio, emoliente, perfume e corante, com embalagem plástica resistente transparente em forma de cestinha.	un	10,00	2,73	27,30

21	Desodorizador WC Sanitário Pastilha Adesiva 9g Composição: Alfa-Olefina Sulfonato de Sódio, Bicarbonato de Sódio, Detergente Aniônico, Coadjuvantes, Fragrância e Corantes, cada pastilha dura até 120 descargas, com bicarbonato de sódio, Fragrância LAVANDA. Unidades com 03 pastilhas sanitárias.	un	10,00	7,70	77,00
22	Detergente limpeza pesada para limpeza e conservação de pisos, máquinas, equipamentos diversos, prefeituras, clubes, frigoríficos, etc. características: cor - rosa, odor característico, miscibilidade em água-total, ph diluição 0,010ml para 990ml de água-11,80, agentes umectantes 11¢, emulsionantes 0,2¢. veículo q.s.p 87¢. composição: águas, corantes, metacilato de sódio, silicato de sódio alcalino, cloreto de sódio, conservantes, dispersantes e tripolisfosfato de sódio. classificação: detergente alcalino. unidade com 5 litros - embalagem de 5l.	Lt	250,00	17,50	4375,00
23	Detergente para louças, fragrância NEUTRO, contendo componentes tensoativos biodegradável. composição: tensoativos aniônicos, tensoativo anfótero, sequestrante, 5-cloro-2-metil-4-isotiazolin-3-ona, espessante e água. componentes ativos: linear alqui, sulfonato de sódio, lauril éter sulfato de sódio e propil betaína. Embalagem transparente com 500grs. Deverão ser apresentados juntamente com a proposta os seguintes documentos: Comprovante de Notificação ou registro dos produtos junto a ANVISA e ficha técnica do produto.	un	2.500,00	2,70	6750,00
24	Detergente profissional(alumínio): COR VERMELHO desincrustante ácido super ativado: produto de uso profissional para lavagem metais alumínio, ferro galvanizado, aço inox. Princípio ativo: Ácido fosfórico. Composição química: ativos nonil fenol etoxilado, ácidos minerais (facilite - alumínio). embalados em unidade com 200 litros, com embalagem.	un	2,00	506,67	1013,34

25	Embalagem plástica para freezer e microondas, especial para alimentos, atóxico, inodoro, incolor, capacidade de 8 litros, tamanho 35 x 50 cm. composição: 80% polietileno pead, 20% polietileno pelbd. contendo cada rolo 100 unidades.	un	100,00	6,80	680,00
26	Escova de mão, para roupas, com base de polipropileno, multiuso e cerdas de náilon.	un	50,00	5,13	256,50
27	Escova sanitária, com cerda de polipropileno, com suporte em plástico resistente.	un	50,00	7,37	368,50
28	Esponja abrasiva dupla face de alta performance, tamanho 110mx75mx20m antibactérias, em embalagens individuais . composição: espuma de poliuretano e fibra sintética com abrasivo. unidades individuais..	un	2.000,00	1,80	3600,00
29	Esponja de aço para louça	un	50,00	1,97	98,50
30	Esponja de aço para louça I INOX.	un	200,00	3,17	634,00
31	Esponja lã de aço/embalagem com 8 unidades.	un	1.000,00	2,74	2740,00
32	Filme de PVC transparente, com 30 mx28cm. Para embalagem de alimentos.	un	25,00	5,23	130,75
33	Filtro de papel para café nº 103 unidade com 40 unidades.	un	200,00	4,17	834,00
34	Fósforo para cozinha, unidade com 200 palitos.	un	200,00	2,67	534,00
35	Garrafa térmica cromada em inox com capacidade para 1.8 litros.	un	10,00	106,00	1060,00
36	Hipoclorito de sódio para uso em alimentos, embalagem plástica de 5 litros, cor incolor e levemente amarelado, teor 8 a 12%, solução aquosa. unidade com 5 litros.	un	15,00	17,60	264,00
37	Inseticida aerosol mata baratas, composição: imiprotrina 0,1%, cipermetrina 0,1% solventes, propelente (propano/butano), unidade de 400ml.	un	10,00	9,20	92,00
38	Lâmpada de bulbo transparente, a55 clara, 220 volt, 1350 lúmen, com certificado pelo inmetro, de 100 watts.	un	100,00	5,30	530,00
39	Lâmpada fluorescente (luz do dia) 40/75 watts.	UN	500,00	4,93	2465,00
40	Limpa forno - composto com: soda cáustica dioxida de titâneo, óleo de menta, água e perfume/embalagem c/ até 500 gr .	un	10,00	10,00	100,00
41	Limpa vidros e acrílico, composição: tensoativo aniônico, alcalinizante, solubilizante, coadjuvante, veículo e corante/ unidade de 500 ml.	un	50,00	7,16	358,00

42	Limpador instantâneo, limpeza pesada composição: linear alquil benzeno, sulfonato de sódio, tensoativo não iônico, alcalinizante, sequestrante, solubilizante, éter glicólico, álcool, perfume e água/unidade de 500ml.	un	50,00	6,00	300,00
43	Lixeira para banheiro em polipropileno, com capacidade de 15 litros, com tampa.	un	150,00	12,34	1851,00
44	Lustra móveis, composição: cera microcristalina, óleo parafínico, silicone, alcalinizante, espessante, tensoativo, formaldeído, solvente alifático, perfume e água, unidade com 500 ml .	un	50,00	5,40	270,00
45	Luva de látex (par), forradas, multi-uso flexíveis e resistentes látex 100% natural. forro 100% de algodão, para absorver a transpiração. bordas ajustadas que aumentam a proteção evitando a entrada de água, contendo 1 par por pacote. tamanho M E G.	par	1.000,00	4,90	4900,00
46	Luva em látex com palma diamantada antiderrapante, veste os antebraços, natural sem forro, com 41 cm de comprimento, punho prende-se ao antebraço, palma antiderrapante, aprovada para proteção das mãos do usuário contra agentes abrasivos, escoliantes, corantes e perfurantes. Tamanho M e G.	un	20,00	12,67	253,40
47	Luva térmica para alta temperatura, até 250°C. Luva de segurança, 05 dedos, ambidestra, tricotada em 3 fios de aramida (resistente a corte), tipografatex pesada lado externo, com forro tricotado em 4 fios de algodão tipo grafatex pesado, punho em raspa de 20 cm. utilizada em atividades que demandam proteção a corte médios e pesados e à altas temperaturas em até 250 c com permanência máxima de 15 segundos ou em curtos espaços de tempo e agentes abrasivos, escoriantes e cortantes.	un	14,00	32,80	459,20
48	Luvras de vinil para procedimento, suavemente talcada, unidades com 100 luvas, embaladas com 100 unidades, tamanho M, G.	un	400,00	18,84	7536,00
49	Pá de limpeza, para recolhimento de resíduos, lixo, em plástico resistente.	un	100,00	5,17	517,00

50	Papel higiênico rolo branco, folha dupla, alta alvura, neutro de 1ª qualidade, macio, com 300 mts, com no mínimo 10cm de largura 100% fibras celulósicas naturais, grofado e picotado.	un	4.000,00	10,30	41200,00
51	Papel higiênico, branco, macio, neutro com folhas duplas picotadas e grofadas, 100% fibras celulósicas unidade com 50 metros/fardos com 64 rolos.	un	4.000,00	3,13	12520,00
52	Papel toalha branca - composição: folha dupla picotada, grofada e decorada, 100% pura celulose, unidades com 2 rolos de toalhas, medidas de cada toalha de 22cm x 20cm.	un	300,00	4,67	1401,00
53	Papel toalha interfolhas branca, de 1ª qualidade 23cm (larg) x 22cm(alt), unidades com 1000 folhas, 100% pura celulose.	UN	2.000,00	14,83	29660,00
54	Pilhas alcalinas pequenas, pacotes com quatro unidades.	un	50,00	7,20	360,00
55	Rodo com base de borracha, com sistema de troca da borracha, estrutura e cabo de metal, anatômico com rosca, com 60cm.	un	50,00	33,63	1681,50
56	Rodo com base de borracha, com sistema de troca da borracha, estrutura e cabo de metal, anatômico com rosca, com 40cm. apresentar amostra.	un	50,00	24,73	1236,50
57	Sabão em barra com álcool, Barra de 200 gramas	un	100,00	2,43	243,00
58	Sabão em pó com alvejante seguro, composição: tensoativo aniônico, tamponantes, coadjuvante, sinergista, branqueador óptico, corantes, alvejante, essência, carga e água. contém aquíl benzeno sulfonato de sódio, em embalagens de 1 kg. Apresentar amostra.	kg	1.500,00	8,96	13440,00
59	Sabão em pó com amaciante, composição: tensoativo aniônico, tamponantes, coadjuvante, sinergista, branqueador óptico, corantes, essência, carga e água. contém aquíl benzeno sulfonato de sódio, em embalagens de 1 kg. Apresentar amostra.	kg	1.500,00	9,63	14445,00
60	Sabonete erva-doce cremoso gel, hidratante e emoliente, fragrância, cor-verde-perolado., composição: lauriléter, sulfonato de sódio edta, dietanalimida de ácido graxo de coco, diesteato de polietilenoglicol 6000, diesteato de etilenaglicol, olamida de coco. embalados em unidades de 05 litros.	Lt	300,00	19,30	5790,00

61	Sabonete liquido anticéptico, refil para saboneteira dosadora, unidades com 800 ml.	un	100,00	14,30	1430,00
62	Saco para lixo em rolo capacidade 100l, unidade com 25 sacos.	un	500,00	9,97	4985,00
63	Saco para lixo em rolo capacidade 15l, unidade com 100 sacos.	un	50,00	12,00	600,00
64	Saco para lixo em rolo capacidade 30l, unidade com 50 sacos.	un	250,00	9,83	2457,50
65	Saco para lixo em rolo capacidade 50l, unidade com 50 sacos.	un	300,00	10,96	3288,00
66	Saponáceo cremoso unidade de 300ml. composição: tensoativos, aniônico e não-iônico, espessante, alcalinizantes, abrasivo, preservante, fragrância, veículo, linear alquibenzeno sulfonato de sódio.	un	500,00	5,57	2785,00
67	Saponáceo em pó com detergente e cloro, com 300grs. composição: tensoativo aniônico, alcalinizante, agente abrasivo, agente de branqueamento e essência. componente ativo: dicloroisocianurato de sódio, contém tensoativo biodegradável	un	300,00	4,13	1239,00
68	Shampoo automotivo: produto de uso profissional para lavagem de lataria de automóveis, caminhões. composição química: ácido dodecilbenzenasulfônico, espessante, sequestrante, corante e veículo, (cremope rq 2000) (embalados em unidade com 200 litros), com embalagem.	un	3,00	500,00	1500,00
69	Shampoo super ativado: produto de uso profissional para lavagem de motores, rodas, chassis de veículos. composição química: dodecilbenzenasulfônico, ácido fluorídrico, agente limpador ácido biodegradável de ação penetrante, (facilite - alumínio). embalados em unidade com 200 litros, com embalagem.	un	3,00	500,00	1500,00
70	Toalha branca para louças em 100% algodão alvejado, com barra, tamanho 1,00m x 70 cm.	un	500,00	5,57	2785,00
71	Toalha de banho felpuda 100% algodão med: 70 x 1,35 mts..	un	100,00	16,63	1663,00
72	Toalha de rosto com aproximadamente 50x95 cm, em algodão, atalhada felpuda, cm peso mínimo de 100 grs., cores variadas.	un	10,00	10,83	108,30
73	Touca descartável, branca com elástico, und. com 100 toucas.	un	50,00	6,63	331,50

74	Vassoura de nylon com no mínimo 27cm composição: material sintético, pigmento e metal. cabo de metal revestido com rosca e suporte de material sintético. ideal para pisos lisos.	un	200,00	10,83	2166,00
75	Vassoura de palha, cabo de madeira com 1.3 ,palha com 45 cm de longitudinal e 1.200 kg de palha em média, com cinco cordas.	un	300,00	19,83	5949,00
76	Vassoura de pêlo, tipo bola, aproximadamente de 27cm, cabo em matéria sintética e metal com rosca.	un	10,00	32,30	323,00

Obs. Serão desclassificados as propostas que apresentarem preço superior ao máximo fixado.

Prazo de Vigência: 12 meses.

Local de entrega do serviço:

Secretaria da Educação, Cultura e Esportes

Prazo de entrega dos serviços:

05 dias após a solicitação de compras

Condições de pagamento: mensal

Validade da proposta: 60 dias

Capinzal (SC), ____ de _____ de ____.

Assinatura do Representante da Empresa

com Carimbo CNPJ

ANEXO IV

Processo Licitatório Nº 0056/2014

Pregão Presencial Nº 0042/2014

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO PLENO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

<RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO COMPLETO>, declara, sob as penas da Lei nº 10.520 de 17/07/2002, que cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação no presente processo licitatório.

<Cidade/Estado>, <data por extenso>

<nome completo do representante legal e qualificação na empresa>

ANEXO V

ATA CONTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXXX

Processo Licitatório Nº XXXX

PREGÃO PRESENCIAL Nº XXXX

MINUTA DE CONTRATO

DAS PARTES:

CONTRATANTE:

O _____ de Capinzal, Estado de Santa Catarina, entidade jurídica de Direito Público Interno, estabelecida na Carmelo Zóccoli, 155, nesta cidade de Capinzal, SC, inscrita no CNPJ sob o nº _____, neste ato representado pelo Sr. _____, inscrito no CPF sob o nº _____.

CONTRATADA:

A empresa _____ inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, com sede à _____, na cidade de _____, _____, representada neste ato pelo(a) seu(ua) Administrador/Procurador(a) _____, CPF: _____, doravante simplesmente designada contratada.

Para entrega dos produtos descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - O presente pregão tem como objeto o registro de preços para OBJETO DO CONTRATO.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

2.1 – As quantidades de unidades individuais dos produtos licitados, que serão adquiridos parcial ou total durante o período de vigência da Ata, são os enumerados no edital, ANEXO VII.

2.2 - A licitante vencedora efetuará as entregas dos materiais mediante a solicitação formal do departamento de compras e licitações deste município.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1 – Pela entrega do objeto o FORNECEDOR receberá a importância unitária e total pelas quantidades efetivamente solicitadas e entregues, conforme planilha abaixo:

Item	Especificação	Un	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	Água sanitária, composição: hipoclorito de sódio, hidróxido de sódio, cloreto de sódio e água, teor de cloro ativo: 2,0 a 2,5%p/p/embalagem com até 01 litro	UN	2.000,00	2,86	5720,00
2	Álcool 70%, em frascos com (01) litro.com selo do inmetro.	Lt	500,00	4,63	2315,00
3	Álcool de cana de açúcar, 95,2° gl;92,8° inpm.com (01) litro. com selo do inmetro.	Lt	500,00	4,66	2330,00
4	Álcool gel 70%, em frascos de 01 (um) litro com válvula. com selo do inmetro.	Lt	100,00	6,16	616,00
5	Alvejante sem cloro para roupas escuras, composição:Peróxido de hidrogênio,aquil benzeno, sulfonato de sódio,álcool etoxilado,tenssoativo não iônico, estabilizante, neutralizante,sinergista, perfume e água, embalagem com 5 litros.	Lt	100,00	15,16	1516,00
6	Alvejante, composição: princípio cloro ativo, estabilizante, alcalinizante, perfume e água, embalagem com 1l .	Lt	1.000,00	4,46	4460,00

7	Amaciante para roupas. composição: alcool cetoe-sterárico, ácido cítrico, cloreto de benzalcônico, ácido difosfórico, corante, essência e água. componente ativo: cloreto de cetil trimetil amônio. embalagem de 2 litros. fragrância tipo flores do campo,talco e outras.	Lt	300,00	5,13	1539,00
8	Balde em plástico resistente, capacidade p/ 20 litros, com cabo de metal.	un	50,00	14,66	733,00
9	Balde em plástico resistente, capacidade p/ 30 litros, com cabo de metal.	un	50,00	18,83	941,50
10	Bolsa de algodão, alvejada para limpeza, medida 50 x80cm.	un	300,00	4,66	1398,00
11	Bolsa de algodão, não alvejada, medida 50 x80cm para limpeza.	un	100,00	4,14	414,00
12	Cera líquida amarela/em- balagem com 750ml /compo- sição: agente de polimento, formador de filme,cera natu- ral e sintética , coadjuvante, alcalinizante, plastificante, preservante, essência, co- rante tensoativa não iônica e veículo. Apresentar amostra.	un	500,00	8,80	4400,00
13	Cera líquida incolor/emba- lagem com 750ml /compo- sição: agente de polimento, formador de filme, coadju- vante, alcalinizante, plastifi- cante, preservante, essência, corante e veículo.	un	500,00	8,80	4400,00
14	Copo descartável branco com capacidade de 110ml composição: polipropileno e corantes atóxico, unidade com 100 copos,resistência mínima de 0,85N .	un	500,00	4,17	2085,00
15	Copo descartável branco com capacidade de 200 ml - composição: polipropileno e corantes atóxico, unidade com 100 copos massa míni- ma de2,20 grs, resistência mínima de 0,85N.	un	3.000,00	4,60	13800,00
16	Copo descartável branco com capacidade de 300ml - composição: polipropileno e corantes atóxico, unidade com 100 copos.	un	200,00	5,90	1180,00
17	Desengordurante - composto com: tensoativo, solvente alcalizante preservante, sequestrantes, perfume, corante, água, tensoativo do decil, benzêne sulfonato de sódio/embalagem com até 500 ml	un	100,00	4,77	477,00

18	Desinfetante de uso geral, na fragrância de limão, talco, lavanda, pinho e outras com eficaz ação germicida e bactericida, em embalagens transparente de 2 litros. composição: tensoativo catiônico, signitrante, preservante, opacificante, controlador de ph, fragrância e veículo. componente ativo: cloreto de alquil, amido propil, dimetil amônio, cloreto de dialquil dimônio 100% - 0,50%.	Lt	2.000,00	6,00	12000,00
19	Desodorizador aerosol - ingredientes ativos: cloreto de alquil dimetil benzil amônio e cloreto de alquil dimetil etil benzil amônio 0,07%. composição: ingrediente ativo, solubilizantes, coadjuvantes, perfume e butano/propano, unidade com 440ml	un	10,00	8,87	88,70
20	Desodorizador para vaso sanitário, unidade com 35g - composição: dodecil benzeno sulfonato de sódio, sulfato de sódio, emoliente, perfume e corante, com embalagem plástica resistente transparente em forma de cestinha.	un	10,00	2,73	27,30
21	Desodorizador WC Sanitário Pastilha Adesiva 9g Composição: Alfa-Olefina Sulfonato de Sódio, Bicarbonato de Sódio, Detergente Aniônico, Coadjuvantes, Fragrância e Corantes, cada pastilha dura até 120 descargas, com bicarbonato de sódio, Fragrância LAVANDA. Unidades com 03 pastilhas sanitárias.	un	10,00	7,70	77,00
22	Detergente limpeza pesada para limpeza e conservação de pisos, máquinas, equipamentos diversos, prefeituras, clubes, frigoríficos, etc. características: cor - rosa, odor característico, miscibilidade em água-total, ph diluição 0,010ml para 990ml de água-11,80, agentes umectantes 11¢, emulsionantes 0,2¢. veículo q.s.p 87¢. composição: águas, corantes, metacilicato de sódio, silicato de sódio alcalino, cloreto de sódio, conservantes, dispersantes e tripolisfosfato de sódio. classificação: detergente alcalino. unidade com 5 litros - embalagem de 5l.	Lt	250,00	17,50	4375,00

23	Detergente para louças, fragrância NEUTRO, contendo componentes tensoativos biodegradável. composição: tensoativos aniônicos, tensoativo anfótero, sequestrante, 5-cloro-2-metil-4-isotiazolin-3-ona, espessante e água. componentes ativos: linear alqui, sulfonato de sódio, lauril éter sulfato de sódio e propil betaína. Embalagem transparente com 500grs. Deverão ser apresentados juntamente com a proposta os seguintes documentos: Comprovante de Notificação ou registro dos produtos junto a ANVISA e ficha técnica do produto.	un	2.500,00	2,70	6750,00
24	Detergente profissional(alumínio): COR VERMELHO desincrustante ácido super ativado: produto de uso profissional para lavagem metais alumínio, ferro galvanizado, aço inox. Princípio ativo: Ácido fosfórico. Composição química: ativos nonil fenol etoxilado, ácidos minerais (facilite - alumínio). embalados em unidade com 200 litros, com embalagem.	un	2,00	506,67	1013,34
25	Embalagem plástica para freezer e microondas, especial para alimentos, atóxico, inodoro, incolor, capacidade de 8 litros, tamanho 35 x 50 cm. composição: 80% polietileno pead, 20% polietileno pelbd. contendo cada rolo 100 unidades.	un	100,00	6,80	680,00
26	Escova de mão, para roupas, com base de polipropileno, multiuso e cerdas de náilon.	un	50,00	5,13	256,50
27	Escova sanitária, com cerda de polipropileno, com suporte em plástico resistente.	un	50,00	7,37	368,50
28	Esponja abrasiva dupla face de alta performance, tamanho 110mx75mx20m antibacterias, em embalagens individuais . composição: espuma de poliuretano e fibra sintética com abrasivo.	un	2.000,00	1,80	3600,00
29	Esponja de aço para louça	un	50,00	1,97	98,50
30	Esponja de aço para louça I INOX.	un	200,00	3,17	634,00
31	Esponja lã de aço/embalagem com 8 unidades.	un	1.000,00	2,74	2740,00
32	Filme de PVC transparente, com 30 mx28cm. Para embalagem de alimentos.	un	25,00	5,23	130,75
33	Filtro de papel para café nº 103 unidade com 40 unidades.	un	200,00	4,17	834,00

34	Fósforo para cozinha, unidade com 200 palitos.	un	200,00	2,67	534,00
35	Garrafa térmica cromada em inox com capacidade para 1.8 litros.	un	10,00	106,00	1060,00
36	Hipoclorito de sódio para uso em alimentos, embalagem plástica de 5 litros, cor incolor e levemente amarelado, teor 8 a 12%, solução aquosa.unidade com 5 litros.	un	15,00	17,60	264,00
37	Inseticida aerosol mata baratas, composição: im-protrina 0,1%, cipermetrina 0,1% solventes, propelente (propano/butano), unidade de 400ml.	un	10,00	9,20	92,00
38	Lâmpada de bulbo transparente, a55 clara,220 volt,1350 lúmen, com certificado pelo inmetro, de 100 watts.	un	100,00	5,30	530,00
39	Lâmpada fluorescente (luz do dia) 40/75 watts.	UN	500,00	4,93	2465,00
40	Limpa forno - composto com: soda cáustica dioxida de titâneo, óleo de menta, água e perfume/embalagem c/ até 500 gr .	un	10,00	10,00	100,00
41	Limpa vidros e acrílico, composição: tensoativo aniônico, alcalinizante, solubilizante, coadjuvante, veículo e corante/unidade de 500 ml.	un	50,00	7,16	358,00
42	Limpador instantâneo, limpeza pesada composição: linear alquil benzeno, sulfonato de sódio, tensoativo não iônico, alcalinizante, sequestrante, solubilizante, éter glicólico, álcool, perfume e água/unidade de 500ml.	un	50,00	6,00	300,00
43	Lixeira para banheiro em polipropileno, com capacidade de 15 litros, com tampa.	un	150,00	12,34	1851,00
44	Lustra móveis, composição: cera microcristalina, óleo paraafínico, silicone, alcalinizante, espessante, tensoativo, formaldeído, solvente alifático, perfume e água, unidade com 500 ml .	un	50,00	5,40	270,00
45	Luva de látex (par), forradas, multi-uso flexíveis e resistentes látex 100% natural. forro 100% de algodão, para absorver a transpiração. bordas ajustadas que aumentam a proteção evitando a entrada de água, contendo 1 par por pacote. tamanho M E G.	par	1.000,00	4,90	4900,00

46	Luva em látex com palma diamantada antiderrapante, veste os antebraços, natural sem forro, com 41 cm de comprimento, punho prende-se ao antebraço, palma antiderrapante, aprovada para proteção das mão do usuário contra agentes abrasivos, escoliantes, corantes e perfurantes. Tamanho M e G.	un	20,00	12,67	253,40
47	Luva térmica para alta temperatura, até 250°C. Luva de segurança, 05 dedos, ambidestra, tricotada em 3 fios de aramida (resistente a corte), tipografatex pesada lado externo, com forro tricotado em 4 fios de algodão tipo grafatex pesado, punho em raspa de 20 cm. utilizada em atividades que demandam proteção a corte médios e pesados e à altas temperaturas em até 250 c com permanência máxima de 15 segundos ou em curtos espaços de tempo e agentes abrasivos, escoriantes e cortantes.	un	14,00	32,80	459,20
48	Luvas de vinil para procedimento,suavemente talcada, unidades com 100 luvas, embaladas com 100 unidades, tamanho M, G.	un	400,00	18,84	7536,00
49	Pá de limpeza, para recolhimento de resíduos, lixo, em plástico resistente.	un	100,00	5,17	517,00
50	Papel higiênico rolo branco,folha dupla, alta alvura, neutro de 1ª qualidade, macio, com 300 mts, com no mínimo 10cm de largura 100% fibras celulósicas naturais, grofado e picotado.	un	4.000,00	10,30	41200,00
51	Papel higiênico, branco, macio, neutro com folhas duplas picotadas e grofadas, 100% fibras celulósicas unidade com 50 metros/fardos com 64 rolos.	un	4.000,00	3,13	12520,00
52	Papel toalha branca - composição: folha dupla picotada, grofada e decorada, 100% pura celulose, unidades com 2 rolos de toalhas, medidas de cada toalha de 22cm x 20cm.	un	300,00	4,67	1401,00
53	Papel toalha interfolhas branca, de 1ª qualidade 23cm (larg) x 22cm(alt), unidades com 1000 folhas, 100% pura celulose.	UN	2.000,00	14,83	29660,00
54	Pilhas alcalinas pequenas, pacotes com quatro unidades.	un	50,00	7,20	360,00

55	Rodo com base de borracha, com sistema de troca da borracha, estrutura e cabo de metal, anatômico com rosca, com 60cm.	un	50,00	33,63	1681,50
56	Rodo com base de borracha, com sistema de troca da borracha, estrutura e cabo de metal, anatômico com rosca, com 40cm. apresentar amostra.	un	50,00	24,73	1236,50
57	Sabão em barra com álcool, Barra de 200 gramas	un	100,00	2,43	243,00
58	Sabão em pó com alvejante seguro, composição: tensoativo aniônico, tamponantes, coadjuvante, sinergista, branqueador óptico, corantes, alvejante, essência, carga e água. contém aquil benzeno sulfonato de sódio, em embalagens de 1 kg. Apresentar amostra.	kg	1.500,00	8,96	13440,00
59	Sabão em pó com amaciante, composição: tensoativo aniônico, tamponantes, coadjuvante, sinergista, branqueador óptico, corantes, essência, carga e água. contém aquil benzeno sulfonato de sódio, em embalagens de 1 kg. Apresentar amostra.	kg	1.500,00	9,63	14445,00
60	Sabonete erva-doce cremoso gel, hidratante e emoliente, fragrância, cor-verde-perolado, composição: lauriléter, sulfonato de sódio edta, dietanalmida de ácido graxo de coco, dieste-arato de etilenaglicol, olamida de coco. embalados em unidades de 05 litros.	Lt	300,00	19,30	5790,00
61	Sabonete liquido anticéptico, refil para saboneteira dosadora, unidades com 800 ml.	un	100,00	14,30	1430,00
62	Saco para lixo em rolo capacidade 100l, unidade com 25 sacos.	un	500,00	9,97	4985,00
63	Saco para lixo em rolo capacidade 15l, unidade com 100 sacos.	un	50,00	12,00	600,00
64	Saco para lixo em rolo capacidade 30l, unidade com 50 sacos.	un	250,00	9,83	2457,50
65	Saco para lixo em rolo capacidade 50l, unidade com 50 sacos.	un	300,00	10,96	3288,00
66	Saponáceo cremoso unidade de 300ml. composição: tensoativos, aniônico e não-aniônico, espessante, alcalinizantes, abrasivo, preservante, fragrância, veículo, linear alquibenzeno sulfonato de sódio.	un	500,00	5,57	2785,00

67	Saponáceo em pó com detergente e cloro, com 300grs. composição: tensoativo aniônico, alcalinizante, agente abrasivo, agente de branqueamento e essência. componente ativo: dicloroisocianurato de sódio, contém tensoativo biodegradável	un	300,00	4,13	1239,00
68	Shampoo automotivo: produto de uso profissional para lavagem de lataria de automóveis, caminhões. composição química: ácido dodecilbenzenasulfônico, espessante, sequestrante, corante e veículo, (cremope rq 2000) (embalados em unidade com 200 litros), com embalagem.	un	3,00	500,00	1500,00
69	Shampoo super ativado: produto de uso profissional para lavagem de motores, rodas, chassis de veículos. composição química: dodecilbenzenasulfônico, ácido fluorídrico, agente limpador ácido biodegradável de ação penetrante, (facilite - alumínio). embalados em unidade com 200 litros, com embalagem.	un	3,00	500,00	1500,00
70	Toalha branca para louças em 100% algodão alveado, com barra, tamanho 1,00m x 70 cm.	un	500,00	5,57	2785,00
71	Toalha de banho felpuda 100% algodão med: 70 x 1,35 mts..	un	100,00	16,63	1663,00
72	Toalha de rosto com aproximadamente 50x95 cm, em algodão, atalhada felpuda, cm peso mínimo de 100 grs., cores variadas.	un	10,00	10,83	108,30
73	Touca descartável, branca com elástico, und. com 100 toucas.	un	50,00	6,63	331,50
74	Vassoura de nylon com no mínimo 27cm composição: material sintético, pigmento e metal. cabo de metal revestido com rosca e suporte de material sintético. ideal para pisos lisos.	un	200,00	10,83	2166,00
75	Vassoura de palha, cabo de madeira com 1.3, palha com 45 cm de longitudinal e 1.200 kg de palha em média, com cinco cordas.	un	300,00	19,83	5949,00
76	Vassoura de pêlo, tipo bola, aproximadamente de 27cm, cabo em matéria sintética e metal com rosca.	un	10,00	32,30	323,00

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

4.1 – Os preços serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da presente Ata, salvo por motivo de força maior, devidamente demonstrados e provados.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PAGAMENTOS

5.1 - A forma de pagamento será mensal, sendo realizada até o 15º (décimo quinto) dia útil do mês subsequente a realização das publicações e emissão das notas fiscais.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6.1 – Será de responsabilidade da licitante vencedora:

a) Entregar o objeto ou prestar os serviços licitado nas condições e formas previstas no presente Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;

b) Entregar objeto licitado na sede do município, diretamente na Secretaria ou departamento solicitado;

c) Prestar os serviços do objeto licitado, somente com autorização expressa e formal do Chefe do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento assinado por ele, no dia e hora que o mesmo solicitar, com prazo não superior a 48 (quarenta e oito) horas da data solicitada, salvo por motivo de força maior ou urgência comprovada, sob pena de devolução e ou não pagamento da NF;

d) Enviar, juntamente com a Nota Fiscal, o referido documento assinado pelo mesmo anexado a mesma;

e) Prestar os serviços do objeto licitado com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;

f) Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93;

g) Substituir todo e qualquer produto que for entregue com prazo inferior de 6 (seis) meses para vencimento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 - Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Município ou os Órgãos Participantes poderão aplicar ao FORNECEDOR as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o FORNECEDOR sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho;

c) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da

contratação.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

§1º. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

§2º. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

I - convocar o FORNECEDOR visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II - frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido; e

III - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§3º. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I - liberar o FORNECEDOR do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§4º. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

10.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;

c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) Tiver presentes razões de interesse público;

e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666,

de 21 de junho de 1993;

f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

§1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - As despesas decorrentes da prestação dos serviços de publicações, objetos do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento em exercício na data do pedido, conforme edital.

109 - Manutenção da Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
5 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
4 - Administração

122 - Administração Geral
65 - ENSINO FUNDAMENTAL
2 - Manutenção da Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
33903022000000 - Material de Consumo
1 - Receitas de Impostos e de Transf. de Impostos - Ed

134 - Manutenção do Ensino Fundamental
5 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
12 - Educação
361 - Ensino Fundamental
65 - ENSINO FUNDAMENTAL

2 - Manutenção do Ensino Fundamental
33903022000000 - Material de Consumo
1 - Receitas de Impostos e de Transf. de Impostos - Ed

134 - Manutenção do Ensino Fundamental
5 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
12 - Educação
361 - Ensino Fundamental
65 - ENSINO FUNDAMENTAL

2 - Manutenção do Ensino Fundamental
33903099000000 - Material de Consumo
1 - Receitas de Impostos e de Transf. de Impostos - Ed

136 - Manutenção do Ensino Fundamental
5 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
12 - Educação
361 - Ensino Fundamental
65 - ENSINO FUNDAMENTAL

2 - Manutenção do Ensino Fundamental
33903022000000 - Material de Consumo
58 - Salário Educação

136 - Manutenção do Ensino Fundamental
5 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
12 - Educação
361 - Ensino Fundamental
65 - ENSINO FUNDAMENTAL

2 - Manutenção do Ensino Fundamental
33903099000000 - Material de Consumo
58 - Salário Educação

145 - Manutenção, conservação e ampliação das instalações
5 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
12 - Educação

361 - Ensino Fundamental
65 - ENSINO FUNDAMENTAL

2 - Manutenção, conservação e ampliação das instalações
33903022000000 - Material de Consumo
58 - Salário Educação

185 - Manutenção das creches e pré - escolas
5 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
12 - Educação
365 - Educação Infantil
60 - EDUCAÇÃO INFANTIL

2 - Manutenção das creches e pré - escolas
33903022000000 - Material de Consumo
58 - Salário Educação

189 - Manutenção do Centro Municipal de Educação Infantil
5 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
12 - Educação
365 - Educação Infantil
60 - EDUCAÇÃO INFANTIL

2 - Manutenção do Centro Municipal de Educação Infantil
33903022000000 - Material de Consumo
1 - Receitas de Impostos e de Transf. de Impostos - Ed

189 - Manutenção do Centro Municipal de Educação Infantil
5 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
12 - Educação
365 - Educação Infantil
60 - EDUCAÇÃO INFANTIL

2 - Manutenção do Centro Municipal de Educação Infantil
33903099000000 - Material de Consumo
1 - Receitas de Impostos e de Transf. de Impostos - Ed

202 - Manutenção do Museu Histórico Municipal
5 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
13 - Cultura
391 - Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico
95 - RAIZES CULTURAIS

2 - Manutenção do Museu Histórico Municipal
33903022000000 - Material de Consumo
0 - Recursos Ordinários

202 - Manutenção do Museu Histórico Municipal
5 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
13 - Cultura
391 - Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico
95 - RAIZES CULTURAIS

2 - Manutenção do Museu Histórico Municipal
33903099000000 - Material de Consumo
0 - Recursos Ordinários

211 - Manutenção das atividades da cultura
5 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
13 - Cultura
392 - Difusão Cultural
95 - RAIZES CULTURAIS

2 - Manutenção das atividades da cultura
33903022000000 - Material de Consumo
0 - Recursos Ordinários

211 - Manutenção das atividades da cultura
5 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
13 - Cultura
392 - Difusão Cultural
95 - RAIZES CULTURAIS

2 - Manutenção das atividades da cultura
33903099000000 - Material de Consumo
0 - Recursos Ordinários

216 - Manutenção da Biblioteca Municipal
5 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
13 - Cultura
392 - Difusão Cultural
95 - RAIZES CULTURAIS
2 - Manutenção da Biblioteca Municipal
33903022000000 - Material de Consumo
0 - Recursos Ordinários

216 - Manutenção da Biblioteca Municipal
5 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
13 - Cultura
392 - Difusão Cultural
95 - RAIZES CULTURAIS
2 - Manutenção da Biblioteca Municipal
33903099000000 - Material de Consumo
0 - Recursos Ordinários

218 - Manutenção da Escola Municipal de Música
5 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
13 - Cultura
392 - Difusão Cultural
95 - RAIZES CULTURAIS
2 - Manutenção da Escola Municipal de Música
33903022000000 - Material de Consumo
0 - Recursos Ordinários

218 - Manutenção da Escola Municipal de Música
5 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
13 - Cultura
392 - Difusão Cultural
95 - RAIZES CULTURAIS
2 - Manutenção da Escola Municipal de Música
33903099000000 - Material de Consumo
0 - Recursos Ordinários

222 - Manutenção do Centro Educacional
5 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
13 - Cultura
392 - Difusão Cultural
95 - RAIZES CULTURAIS
2 - Manutenção do Centro Educacional
33903022000000 - Material de Consumo
0 - Recursos Ordinários

222 - Manutenção do Centro Educacional
5 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
13 - Cultura
392 - Difusão Cultural
95 - RAIZES CULTURAIS
2 - Manutenção do Centro Educacional
33903099000000 - Material de Consumo
0 - Recursos Ordinários

245 - Manutenção dos ginásios esportivos
5 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
27 - Desporto e Lazer
812 - Desporto Comunitário
100 - ESPORTE E AÇÃO
2 - Manutenção dos ginásios esportivos
33903022000000 - Material de Consumo
0 - Recursos Ordinários

245 - Manutenção dos ginásios esportivos
5 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
27 - Desporto e Lazer
812 - Desporto Comunitário
100 - ESPORTE E AÇÃO
2 - Manutenção dos ginásios esportivos
33903099000000 - Material de Consumo
0 - Recursos Ordinários

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

12.1 - A presente Ata está vinculado ao Processo Licitatório nº XX, Pregão Presencial nº XX – Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

13.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será da assinatura do presente até 12 (doze) meses adiante.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos/serviços que dele poderão advir.

14.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

14.3 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

14.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

14.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

14.5.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

14.5.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

14.5.3 - As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - É competente o foro da Comarca de Capinzal para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Capinzal, Data.

CONTRATANTE	CONTRATADA
-------------	------------

TESTEMUNHAS:

TESTEMUNHA 1	TESTEMUNHA 2
--------------	--------------

ANEXO VI

Processo Licitatório Nº 0056/2014

Pregão Presencial Nº 0042/2014

RELAÇÃO DE ITENS DO OBJETO DESTA LICITAÇÃO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para Aquisição de MATERIAL DE CONSUMO (higiene e limpeza), para todos os órgãos da Secretaria da Educação Cultura e Esportes, para o ano de 2014.

Item	Especificação	Un	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	Água sanitária, composição: hipoclorito de sódio, hidróxido de sódio, cloreto de sódio e água, teor de cloro ativo: 2,0 a 2,5%p/p/embalagem com até 01 litro	UN	2.000,00	2,86	5720,00
2	Álcool 70%, em frascos com (01) litro.com selo do inmetro.	Lt	500,00	4,63	2315,00
3	Álcool de cana de açúcar, 95,2º gl;92,8º inpm.com (01) litro. com selo do inmetro.	Lt	500,00	4,66	2330,00
4	Álcool gel 70%, em frascos de 01 (um) litro com válvula. com selo do inmetro.	Lt	100,00	6,16	616,00
5	Alvejante sem clo- ro para roupas escuras, composição:Peróxido de hidrogênio,aquil benzeno, sulfonato de sódio,álcool etoxilado,tensioativo não iônico, estabilizante, neutralizante,sinergista, per- fume e água, embalagem com 5 litros.	Lt	100,00	15,16	1516,00
6	Alvejante, composição: princí- pio cloro ativo, estabilizante, alcalinizante, perfume e água, embalagem com 1l .	Lt	1.000,00	4,46	4460,00
7	Amaciante para roupas. com- posição: alcool cetoestearílico, acido cítrico, cloreto de ben- zalcônico, ácido di-fosfórico, corante, essência e água. com- ponente ativo: cloreto de cetil trimetil amônio. embalagem de 2 litros. fragrância tipo flores do campo,talco e outras.	Lt	300,00	5,13	1539,00
8	Balde em plástico resistente, capacidade p/ 20 litros, com cabo de metal.	un	50,00	14,66	733,00
9	Balde em plástico resistente, capacidade p/ 30 litros, com cabo de metal.	un	50,00	18,83	941,50
10	Bolsa de algodão, alvejada para limpeza, medida 50 x80cm.	un	300,00	4,66	1398,00
11	Bolsa de algodão, não alve- jada, medida 50 x80cm para limpeza.	un	100,00	4,14	414,00

12	Cera líquida amarela/embala- gem com 750ml /composição: agente de polimento, formador de filme,cera natural e sintética , coadjuvante, alcalinizante, plastificante, preservante, es- sência, corante tensoativa não iônica e veículo. Apresentar amostra.	un	500,00	8,80	4400,00
13	Cera líquida incolor/embalagem com 750ml /composição: agen- te de polimento, formador de filme, coadjuvante, alcalinizan- te, plastificante, preservante, essência, corante e veículo.	un	500,00	8,80	4400,00
14	Copo descartável branco com capacidade de 110ml compo- sição: polipropileno e corantes atóxico, unidade com 100 copos,resistência mínima de 0,85N .	un	500,00	4,17	2085,00
15	Copo descartável branco com capacidade de 200 ml - compo- sição: polipropileno e corantes atóxico, unidade com 100 co- pos massa mínima de2,20 grs, resistência mínima de 0,85N.	un	3.000,00	4,60	13800,00
16	Copo descartável branco com capacidade de 300ml - compo- sição: polipropileno e corantes atóxico, unidade com 100 copos.	un	200,00	5,90	1180,00
17	Desengordurante - composto com: tensoativo, solvente alcalizante preservante, se- questrantes, perfume, corante, água, tensoativo do decil, benzêne sulfonato de sódio/ embalagem com até 500 ml	un	100,00	4,77	477,00
18	Desinfetante de uso ge- ral, na fragrância de limão, talco,lavanda, pinho e outras com eficaz ação germicida e bactericida, em embalagens transparente de 2 litros. com- posição: tensoativo catiônico, signistrante, preservante, opa- cificante, controlador de ph, fragrância e veículo. compo- nente ativo: cloreto de alquil, amido propil, dimetil amônio, cloreto de dialquil dimônio 100% - 0,50%.	Lt	2.000,00	6,00	12000,00
19	Desodorizador aerosol - in- gredientes ativos: cloreto de alquil dimetil benzil amônio e cloreto de alquil dimetil etil benzil amônio 0,07%. composição:ingrediente ativo, solubilizantes, coadjuvantes, perfume e butano/propano, unidade com 440ml	un	10,00	8,87	88,70

20	Desodorizador para vaso sanitário, unidade com 35g - composição: dodecil benzeno sulfonato de sódio, sulfato de sódio, emoliente, perfume e corante, com embalagem plástica resistente transparente em forma de cestinha.	un	10,00	2,73	27,30
21	Desodorizador WC Sanitário Pastilha Adesiva 9g Composição: Alfa-Olefina Sulfonato de Sódio, Bicarbonato de Sódio, Detergente Aniônico, Coadjuvantes, Fragrância e Corantes, cada pastilha dura até 120 descargas, com bicarbonato de sódio, Fragrância LAVANDA. Unidades com 03 pastilhas sanitárias.	un	10,00	7,70	77,00
22	Detergente limpeza pesada para limpeza e conservação de pisos, máquinas, equipamentos diversos, prefeituras, clubes, frigoríficos, etc. características: cor - rosa, odorcaracterístico, miscibilidade em água-total, ph diluição 0,010ml para 990ml de água-11,80, agentes umectantes 11¢, emulsionantes 0,2¢. veículo q.s.p 87¢. composição: águas, corantes, metacilicato de sódio, silicato de sódio alcalino, cloreto de sódio, conservantes, dispersantes e tripolisfosfato de sódio. classificação: detergente alcalino. unidade com 5 litros - embalagem de 5l.	Lt	250,00	17,50	4375,00
23	Detergente para louças, fragrância NEUTRO, contendo componentes tensoativos biodegradável. composição: tensoativos aniônicos, tensoativo anfótero, sequestrante, 5-cloro-2-metil-4-isotiazolin-3-ona, espessante e água. componentes ativos: linear alqui, sulfonato de sódio, lauril éter sulfato de sódio e propil betaína.Embalagem transparente com 500grs. Deverão ser apresentados juntamente com a proposta os seguintes documentos: Comprovante de Notificação ou registro dos produtos junto a ANVISA e ficha técnica do produto.	un	2.500,00	2,70	6750,00

24	Detergente profissional(alumínio): COR VERMELHO desincrustante ácido super ativado: produto de uso profissional para lavagem metais alumínio, ferro galvanizado,açoinox. Principio ativo: Ácido fosfórico. Composição química: ativos nonil fenol etoxilado,ácidos minerais (facilite - alumínio). embalados em unidade com 200 litros, com embalagem.	un	2,00	506,67	1013,34
25	Embalagem plástica para freezer e microondas, especial para alimentos, atóxico, inodoro, incolor, capacidade de 8 litros, tamanho 35 x 50 cm. composição: 80% polietileno pead,20% polietileno pelbd. contendo cada rolo 100 unidades.	un	100,00	6,80	680,00
26	Escova de mão, para roupas, com base de polipropileno, multiuso e cerdas de náilon.	un	50,00	5,13	256,50
27	Escova sanitária, com cerda de polipropileno, com suporte em plástico resistente.	un	50,00	7,37	368,50
28	Esponja abrasiva dupla face de alta performance,tamanho 110mx75mx20m antibactérias, em embalagens individuais . composição: espuma de poliuretano e fibra sintética com abrasivo.unidades individuais..	un	2.000,00	1,80	3600,00
29	Esponja de aço para louça	un	50,00	1,97	98,50
30	Esponja de aço para louçaI INOX.	un	200,00	3,17	634,00
31	Esponja lã de aço/embalagem com 8 unidades.	un	1.000,00	2,74	2740,00
32	Filme de PVC transparente, com 30 mx28cm.Para embalagem de alimentos.	un	25,00	5,23	130,75
33	Filtro de papel para café nº 103 unidade com 40 unidades.	un	200,00	4,17	834,00
34	Fósforo para cozinha, unidade com 200 palitos.	un	200,00	2,67	534,00
35	Garrafa térmica cromada em inox com capacidade para 1.8 litros.	un	10,00	106,00	1060,00
36	Hipoclorito de sódio para uso em alimentos, embalagem plástica de 5 litros, cor incolor e levemente amarelado, teor 8 a 12%, solução aquosa. unidade com 5 litros.	un	15,00	17,60	264,00
37	Inseticida aerosol mata baratas, composição: improtrina 0,1%, cipermetrina 0,1% solventes, propelente (propano/butano), unidade de 400ml.	un	10,00	9,20	92,00
38	Lâmpada de bulbo transparente, a55 clara,220 volt,1350 lúmen, com certificado pelo inmetro, de 100 watts.	un	100,00	5,30	530,00
39	Lâmpada fluorescente (luz do dia) 40/75 watts.	UN	500,00	4,93	2465,00

40	Limpa forno - composto com: soda cáustica dioxídada de titâneo, óleo de menta, água e perfume/embalagem c/ até 500 gr .	un	10,00	10,00	100,00
41	Limpa vidros e acrílico, composição: tensoativo aniônico, alcalinizante, solubilizante, coadjuvante, veículo e corante/ unidade de 500 ml.	un	50,00	7,16	358,00
42	Limpador instantâneo, limpeza pesada composição: linear alquil benzeno, sulfonato de sódio, tensoativo não iônico, alcalinizante, sequestrante, solubilizante, éter glicólico, álcool, perfume e água/unidade de 500ml.	un	50,00	6,00	300,00
43	Lixeira para banheiro em polipropileno, com capacidade de 15 litros, com tampa.	un	150,00	12,34	1851,00
44	Lustra móveis, composição: cera microcristalina, óleo parafínico, silicone, alcalinizante, espessante, tensoativo, formaldeído, solvente alifático, perfume e água, unidade com 500 ml .	un	50,00	5,40	270,00
45	Luva de látex (par), forradas, multi-uso flexíveis e resistentes látex 100% natural. forro 100% de algodão, para absorver a transpiração. bordas ajustadas que aumentam a proteção evitando a entrada de água, contendo 1 par por pacote. tamanho M E G.	par	1.000,00	4,90	4900,00
46	Luva em látex com palma diamantada antiderrapante, veste os antebraços, natural sem forro, com 41 cm de comprimento, punho prende-se ao antebraço, palma antiderrapante, aprovada para proteção das mãos do usuário contra agentes abrasivos, escoliantes, corantes e perfurantes. Tamanho M e G.	un	20,00	12,67	253,40
47	Luva térmica para alta temperatura, até 250°C. Luva de segurança, 05 dedos, ambidestra, tricotada em 3 fios de aramida (resistente a corte), tipografatex pesada lado externo, com forro tricotado em 4 fios de algodão tipo grafatex pesado, punho em raspa de 20 cm. utilizada em atividades que demandam proteção a corte médios e pesados e à altas temperaturas em até 250 c com permanência máxima de 15 segundos ou em curtos espaços de tempo e agentes abrasivos, escoriantes e cortantes.	un	14,00	32,80	459,20

48	Luvas de vinil para procedimento, suavemente talcada, unidades com 100 luvas, embaladas com 100 unidades, tamanho M, G.	un	400,00	18,84	7536,00
49	Pá de limpeza, para recolhimento de resíduos, lixo, em plástico resistente.	un	100,00	5,17	517,00
50	Papel higiênico rolo branco, folha dupla, alta alvura, neutro de 1ª qualidade, macio, com 300 mts, com no mínimo 10cm de largura 100% fibras celulósicas naturais, grofado e picotado.	un	4.000,00	10,30	41200,00
51	Papel higiênico, branco, macio, neutro com folhas duplas picotadas e grofadas, 100% fibras celulósicas unidade com 50 metros/fardos com 64 rolos.	un	4.000,00	3,13	12520,00
52	Papel toalha branca - composição: folha dupla picotada, grofada e decorada, 100% pura celulose, unidades com 2 rolos de toalhas, medidas de cada toalha de 22cm x 20cm.	un	300,00	4,67	1401,00
53	Papel toalha interfolhas branca, de 1ª qualidade 23cm (larg) x 22cm(alt), unidades com 1000 folhas, 100% pura celulose.	UN	2.000,00	14,83	29660,00
54	Pilhas alcalinas pequenas, pacotes com quatro unidades.	un	50,00	7,20	360,00
55	Rodo com base de borracha, com sistema de troca da borracha, estrutura e cabo de metal, anatômico com rosca, com 60cm.	un	50,00	33,63	1681,50
56	Rodo com base de borracha, com sistema de troca da borracha, estrutura e cabo de metal, anatômico com rosca, com 40cm. apresentar amostra.	un	50,00	24,73	1236,50
57	Sabão em barra com álcool, Barra de 200 gramas	un	100,00	2,43	243,00
58	Sabão em pó com alvejante seguro, composição: tensoativo aniônico, tamponantes, coadjuvante, sinergista, branqueador óptico, corantes, alvejante, essência, carga e água. contém aquil benzeno sulfonato de sódio, em embalagens de 1 kg. Apresentar amostra.	kg	1.500,00	8,96	13440,00
59	Sabão em pó com amaciante, composição: tensoativo aniônico, tamponantes, coadjuvante, sinergista, branqueador óptico, corantes, essência, carga e água. contém aquil benzeno sulfonato de sódio, em embalagens de 1 kg. Apresentar amostra.	kg	1.500,00	9,63	14445,00

60	Sabonete erva-doce cremoso gel, hidratante e emoliente, fragrância, cor-verde-perolado., composição: lauriléter, sulfonato de sódio edta, dietanalimida de ácido graxo de coco, dietearato de polietilenoglicol 6000, diesteato de etilenaglicol, olamida de coco. embalados em unidades de 05 litros.	Lt	300,00	19,30	5790,00
61	Sabonete líquido anticéptico, refil para saboneteira dosadora, unidades com 800 ml.	un	100,00	14,30	1430,00
62	Saco para lixo em rolo capacidade 100l, unidade com 25 sacos.	un	500,00	9,97	4985,00
63	Saco para lixo em rolo capacidade 15l, unidade com 100 sacos.	un	50,00	12,00	600,00
64	Saco para lixo em rolo capacidade 30l, unidade com 50 sacos.	un	250,00	9,83	2457,50
65	Saco para lixo em rolo capacidade 50l, unidade com 50 sacos.	un	300,00	10,96	3288,00
66	Saponáceo cremoso unidade de 300ml. composição: tensoativos, aniônico e não-aniônico, espessante, alcalinizantes, abrasivo, preservante, fragrância, veículo, linear alquibenzeno sulfonato de sódio.	un	500,00	5,57	2785,00
67	Saponáceo em pó com detergente e cloro, com 300grs. composição: tensoativo aniônico, alcalinizante, agente abrasivo, agente de branqueamento e essência. componente ativo: dicloroisocianurato de sódio, contém tensoativo biodegradável	un	300,00	4,13	1239,00
68	Shampoo automotivo: produto de uso profissional para lavagem de lataria de automóveis, caminhões. composição química: ácido dodecilbenzenasulfônico, espessante, sequestrante, corante e veículo, (cremope rq 2000) (embalados em unidade com 200 litros), com embalagem.	un	3,00	500,00	1500,00
69	Shampoo super ativado: produto de uso profissional para lavagem de motores, rodas, chassis de veículos. composição química: dodecilbenzenasulfônico, ácido fluorídrico, agente limpador ácido biodegradável de ação penetrante, (facilite - alumínio). embalados em unidade com 200 litros, com embalagem.	un	3,00	500,00	1500,00
70	Toalha branca para louças em 100% algodão alvejado, com barra, tamanho 1,00m x 70 cm.	un	500,00	5,57	2785,00

71	Toalha de banho felpuda 100% algodão med: 70 x 1,35 mts..	un	100,00	16,63	1663,00
72	Toalha de rosto com aproximadamente 50x95 cm, em algodão, atalhada felpuda, cm peso mínimo de 100 grs., cores variadas.	un	10,00	10,83	108,30
73	Touca descartável, branca com elástico, und. com 100 toucas.	un	50,00	6,63	331,50
74	Vassoura de nylon com no mínimo 27cm composição: material sintético, pigmento e metal. cabo de metal revestido com rosca e suporte de material sintético. ideal para pisos lisos.	un	200,00	10,83	2166,00
75	Vassoura de palha, cabo de madeira com 1.3 , palha com 45 cm de longitudinal e 1.200 kg de palha em média, com cinco cordas.	un	300,00	19,83	5949,00
76	Vassoura de pêlo, tipo bola, aproximadamente de 27cm, cabo em matéria sintética e metal com rosca.	un	10,00	32,30	323,00

Obs. Serão desclassificados as propostas que apresentarem preço superior ao máximo fixado.

Prazo de Vigência: 12 meses.

Local de entrega do serviço:

Secretaria da Educação, Cultura e Esportes

Prazo de entrega dos serviços:

05 dias após a solicitação de compras

Condições de pagamento: mensal

Validade da proposta: 60 dias

ANEXO VII

Processo Licitatório Nº 0056/2014

Pregão Presencial Nº 0042/2014

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO TRABALHISTA DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

Razão Social: _____

Endereço: _____

Cidade / Estado: _____

CNPJ: _____

DECLARAÇÃO

Ref. Pregão Presencial Nº 42/2014

A empresa < _____ >
, inscrita no CNPJ sob o nº _____
, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a)
_____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____,
DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezois anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().



(Obs. em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

<Cidade/Estado>, <data por extenso>

<nome completo do representante legal e número da carteira de identidade e órgão emissor>

PMC Processo Licitatório Nº 0058/2014 - Pregão Presencial Nº 0044/2014

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0058/2014

Pregão Presencial Nº 0044/2014

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para Aquisição de Massa Asfáltica Usinada à Quente (CBUQ) para aplicação à frio utilizado na manutenção de pavimentos (aplicação em tapa-buracos) em vias urbanas do Município embalados em sacas de rafia 25kg

ENTREGA ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 09:00 horas, para abertura da Seção às 09:05 horas do dia 07/04/2014.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:

No endereço do Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0xx49) 3555-8739 e 3555-8716, FAX Nº (0xx49) 3555-8740.

Capinzal, 19 de março de 2014.

ELISÂNGELA BAGNOLIN

Diretora de Compras e Licitações

Processo Licitatório Nº 0058/2014

Pregão Presencial Nº 0044/2014

PREÂMBULO

1.1. O Município de Capinzal, SC, pessoa jurídica de direito público interno, situada à CARMELLO ZOCOLLI, 155, inscrita no CNPJ sob o nº 82.939.406/0001-07, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. ANDEVIR ISGANZELLA, no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação futura em conformidade com a necessidade do Município do OBJETO abaixo indicado. Os envelopes de "PROPOSTA DE PREÇO" e "DOCUMENTAÇÃO", deverão ser entregues no Setor de licitações mediante protocolo localizado no Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155 neste município. Os envelopes deverão ser entregues nos prazos e horários já descritos supra no Aviso de Licitações e no item 2 deste edital. A presente licitação será do tipo Menor Preço Item, consoantes e em conformidade com as disposições da Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93 e Lei nº 8.883/94, e ainda a Lei nº 123/2006, Decretos Municipais nº. 012/2014 e 013/2014, de 29/01/2014, bem como as condições a seguir estabelecidas.

LOCAL, DATA E HORA

2.1. A sessão pública será realizada no dia 07/04/2014, com início às 09:00 horas, horário de Brasília – DF.

2.2. Somente poderão participar da sessão pública, as empresas que apresentarem e efetuarem protocolo dos envelopes de PROPOSTAS e DOCUMENTAÇÃO nos prazos e horários fixados por este instrumento.

2.3. Ocorrendo decretação de feriado, ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

OBJETO

3.1. REGISTRO DE PREÇOS para Aquisição de Massa Asfáltica Usinada à Quente (CBUQ) para aplicação à frio utilizado na manutenção de pavimentos (aplicação em tapa-buracos) em vias urbanas do Município embalados em sacas de rafia 25kg

PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar do presente Pregão Presencial as empresas que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto a documentação constante deste Edital, e seus Anexos.

4.2. Não será admitida a participação de empresas que se encontrem em regime de recuperação judicial ou em processo de falência, sob concurso de credores, dissolução ou liquidação, que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública, suspensas, ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas.

4.3. Vedada a participação direta ou indireta das pessoas arroladas nos incisos I, II e III do artigo 9º da Lei 8.666/93, conforme Decisão nº 603/97 TCU, bem como as impedidas pela Lei Orgânica do Município de Capinzal.

REPRESENTAÇÃO E CREDENCIAMENTO

5.1. Quando a interessada for representada por pessoa que estatutariamente tenha poder para tal, esta deverá apresentar o ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, a alteração contratual referente à mudança de razão social, na hipótese de haver a referida mudança, bem como, a última alteração devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores.

5.2. Caso seja representada por procurador, este deverá apresentar procuração (podendo utilizar o ANEXO I como modelo) ou documento equivalente, com firma reconhecida do Outorgante, cópia do respectivo RG - Registro Geral e CPF/MF - Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda, DEVENDO APRESENTAR, TAMBÉM, A MESMA DOCUMENTAÇÃO CONSTANTE DO ITEM 5.1. DESTE CAPÍTULO, a fim de comprovar os poderes do outorgante.

5.3. Declaração de Cumprimento Pleno dos Requisitos de Habilitação, conforme modelo (ANEXO IV).

5.4. No caso das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, e, que quiserem utilizar-se das prerrogativas e direitos da LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, deverão apresentar Declaração de que são Microempresas ou Empresa de Pequeno Porte, expedida pela Junta Comercial ou Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas competente.

5.5. Os documentos de credenciamento de que tratam os itens 5.1, 5.2 e 5.3, deverão vir FORA DOS ENVELOPES de documentação e

proposta e ficarão retidos nos autos.

5.6. Havendo remessa via postal dos envelopes ou defeito no credenciamento pela ausência de algum dos documentos tratados nos itens 5.1 e 5.2, a licitante não poderá participar da fase de lances, permanecendo com sua proposta fixa, bem como não poderá se manifestar acerca da interposição de recurso quando declarado o vencedor.

5.6.1. A proponente que enviar os envelopes via postal sem a remessa da Declaração referida no item 5.3, ficará automaticamente excluída do certame pela ausência de documento essencial.

5.7. Os documentos devem apresentar prazo de validade, conforme o caso, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pelo Pregoeiro e/ou Equipe de Apoio.

DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1. A proposta deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

MUNICÍPIO DE CAPINZAL/SC
PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2014
REGISTRO DE PREÇOS (RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE)
ENVELOPE Nº 01 - "PROPOSTA DE PREÇOS"

6.2. A proposta necessariamente deverá preencher os seguintes requisitos:

Ser apresentada no formulário ANEXO III ou segundo seu modelo, com prazo de validade mínima de 60 (sessenta) dias, contendo especificação detalhada dos serviços segundo às exigências mínimas apresentadas no Capítulo 1 deste Edital. Não serão permitidas alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas. Recomenda-se aos senhores licitantes que, dentro do possível, utilizem o formulário anexo ao edital, pois agiliza a análise das propostas e reduz os erros de elaboração das mesmas;

Conter o nome do proponente, endereço, identificação (individual ou social), o nº do CNPJ e da Inscrição Estadual ou Municipal;

Suas folhas devem estar assinadas e rubricadas pelo seu representante legal;

Conter declaração de que os preços apresentados compreendem todas as despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como impostos, taxas, encargos sociais e trabalhistas, fretes e seguros;

Conter o preço unitário de cada peça, limitado a 02 (duas) casas decimais para os centavos, prevalecendo;

Conter prazo de validade da Ata de 12 MESES;

6.3. Anexar à proposta, os dados bancários: nome do banco, nº da conta corrente, indicando a agência bancária para recebimento dos créditos (conforme modelo no ANEXO II).

6.4. Anexar à proposta os dados do representante legal da empresa (aquele que assina a proposta): nome completo, cargo ou função, número de identidade e número do CPF/MF (conforme modelo no ANEXO II).

DA HABILITAÇÃO

7.1. Toda a documentação de habilitação deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

MUNICÍPIO DE CAPINZAL/SC
PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2014
REGISTRO DE PREÇOS (RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE)
ENVELOPE Nº 02 - "DOCUMENTAÇÃO"

7.2. Para habilitação na presente licitação será exigida a entrega dos seguintes documentos:

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual;

Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante;

Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS - CRF);

Prova de Regularidade com a Previdência Social (Certidão Negativa de Débito - CND emitida pelo INSS);

Declaração de que a empresa licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7 da Constituição Federal ("proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;"), em observância à Lei Federal n. 9.854, de 27.10.99, que altera a Lei n. 8.666/93;

Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

7.3. Os documentos devem apresentar prazo de validade, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pelo Pregoeiro/Equipe de Apoio. Não serão aceitas cópias de documentos obtidas por meio de aparelho fac-símile (FAX). Não serão aceitas cópias de documentos ilegíveis.

DAS OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA

8.1. Será de responsabilidade da licitante vencedora:

Entregar os materiais nas condições e formas previstas no presente Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;

Entregar os materiais na sede do município, diretamente na Secretaria ou Departamento solicitado;

Prestar os serviços, somente com autorização expressa e formal do Chefe do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento assinado por ele, no dia e hora que o mesmo solicitar, salvo por motivo de força maior ou urgência comprovada, sob pena de devolução e ou não pagamento da NF;

Enviar, juntamente com a Nota Fiscal, o referido documento assinado pelo mesmo anexado a mesma;

Entregar os produtos licitados, no prazo máximo determinado no ANEXO III e ANEXO VI, com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;

Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso

XIII, da Lei 8666/93.

DO RECEBIMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1. No dia, hora e local designados no Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o Pregoeiro, juntamente com a Equipe de Apoio, executará a rotina de credenciamento, conforme disposto no Capítulo 3.

9.2. Verificadas as credenciais e declarada aberta a sessão, o Pregoeiro solicitará e receberá, em envelopes devidamente lacrados, a proposta e os documentos exigidos para habilitação.

9.3. Em nenhuma hipótese serão recebidos envelopes contendo proposta e os documentos de habilitação fora do prazo estabelecido neste Edital.

9.4. Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas de preços, ocasião em que será procedida à verificação da conformidade das mesmas com os requisitos estabelecidos neste instrumento, com exceção do preço, desclassificando-se as incompatíveis.

9.5. No curso da sessão, dentre as propostas que atenderem às exigências constantes do Edital, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços de até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes.

9.6. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecerem lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

9.7. A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra ao licitante, na ordem decrescente dos preços;

9.8. Dos lances ofertados não caberá retratação.

9.9. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da fase de lances e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante.

9.10. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

9.11. Finalizada a fase de lances e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a compatibilidade dos preços ofertados com os praticados no mercado, desclassificando as propostas dos licitantes que apresentarem preço excessivo, assim considerados aqueles acima do preço de mercado.

9.12. Neste momento, após finalizada os lances, será concedido a LICITANTE Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, que no início se credenciou como tal, o direito de preferência, conforme parágrafo 3º do Artigo 45 da LC Nº 123/2006, desde que esteja com proposta dentro do preço compreendido entre a menor proposta apresentada mais 5% (cinco por cento), apresentar no prazo máximo de 05 (cinco) minutos, nova proposta menor que a menor proposta até então apresentada. O disposto neste item somente ser aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

9.13. O Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente que apresentou o menor preço para que seja obtido preço ainda

melhor.

9.14. Será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que tiver formulado a proposta de menor preço, para confirmação das suas condições habilitatórias.

9.15. Neste íterim será concedido novamente o direito de preferência, no caso de ter sido vencedora na etapa de lances uma Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, para havendo irregularidades na documentação de Regularidade Fiscal, apresentar as devidas correções e ou substituições no prazo máximo de 02 (dois) dias, prorrogáveis por mais 02 (dois), conforme parágrafo 1º do Art. 43 da LC 123/2006, para regularização da documentação.

9.16. No caso de inabilitação do proponente que tiver apresentado a melhor oferta, serão analisados os documentos habilitatórios do licitante da proposta de segundo menor preço, e assim sucessivamente, até que um licitante atenda às condições fixadas neste instrumento convocatório.

9.17. Verificado o atendimento das exigências habilitatórias, será declarada a ordem de classificação dos licitantes.

9.17.1. Será declarado vencedor o licitante que ocupar o primeiro lugar. Serão registrados os fornecedores na ordem de sua classificação, para fins de convocação remanescente na forma do art. 64, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

9.18. O Pregoeiro somente manterá em seu poder os envelopes com a documentação dos licitantes perdedores quando houver manifestação de recurso previsto no item 14.1 deste Edital;

9.19. Da sessão pública será lavrada Ata circunstanciada, devendo esta ser assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todos os licitantes presentes.

9.20. Todos os documentos e as propostas deverão ser rubricados pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e pelos representantes das licitantes que estiverem presentes.

DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

10.1. A presente licitação será adjudicada à licitante que apresentar proposta de MENOR PREÇO, JULGAMENTO POR ITEM, desde que atendidas as exigências deste Edital.

DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

11.1. Decairão do direito de impugnar os termos desta licitação perante à Administração, os licitantes que não o fizerem até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de propostas, conforme art. 41, § 2º da Lei nº 8.666/93, hipótese que tal comunicação posterior não terá efeito de recurso.

11.2. A propositura de impugnação ou esclarecimento por via postal, não impede a realização do certame, ficando a cargo da proponente, certificar-se que o pedido deverá ser entregue na sede da Prefeitura Municipal, até o prazo previsto no item 09.1, sob pena de não conhecimento do mesmo.

11.3. Somente serão aceitos pedidos de esclarecimento ou impugnações, devidamente formalizados por escrito, pelos proponentes interessados, e regularmente protocolados perante o Setor de Compras e Licitações do Município de Capinzal - SC

11.3.1. A contar do recebimento do pedido de esclarecimento ou impugnação, terá o Presidente da Comissão de Licitações, prazo não inferior a 48h. (quarenta e oito horas), para promover a resposta.

11.3.2. No caso de pedido protocolado na véspera de abertura do certame, terá o Presidente da Comissão de Licitações, prazo não inferior a 36h. (trinta e seis horas) para promover a resposta.

11.4. Os pedidos de impugnação ou esclarecimento deverão indicar obrigatoriamente, um endereço eletrônico e, concomitantemente, um número de fax, para onde serão remetidas as respostas e decisões, pelo Setor de Compras e Licitações.

11.5. Pedidos de esclarecimento ou impugnações formuladas em desacordo com o previsto nos itens 9.1 a 9.4, e seus subitens, deste Edital, serão tidos como inexistentes, e não receberão resposta, sob nenhuma justificativa.

DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. As obrigações decorrentes da ENTREGA dos produtos constantes no Registro de Preços a serem firmadas entre a Administração, os Órgãos Participantes e o Fornecedor serão formalizados através da Ata de Registro de Preços, sendo que o prazo de validade do Registro de Preços será de 12(dose) meses, contados da assinatura da mesma.

12.2. O fornecedor classificado em 1º (primeiro) lugar nos preços registrados, será convocado a firmar a Ata de Registro de Preços no prazo de até 3 (três) dias úteis após a homologação, devendo o proponente manter-se nas mesmas condições da habilitação quanto à regularidade fiscal.

12.3. O licitante que, convocado para assinar a Ata, deixar de fazê-lo no prazo fixado, dela será excluído.

12.4. Na hipótese do fornecedor primeiro classificado ter seu registro cancelado, não assinar, não aceitar ou não retirar o contrato no prazo e condições estabelecidas, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação.

12.5. Observados os critérios e condições estabelecidas neste Edital e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

12.6. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

13.1. Os preços serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da presente Ata, salvo por motivo de força maior, devidamente comprovado pelo fornecedor.

DOS RECURSOS E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

14.1. Declarado(s) o(s) vencedor(es), qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

14.2. Não sendo interpostos recursos, o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame à(s) empresa(s) declarada(s) vencedora(s), sendo submetido este resultado ao Prefeito Municipal para homologação.

14.3. O(s) recurso(s), porventura interposto(s), não terá(ão) efeito suspensivo e será(ão) dirigido(s) ao Exmo. Prefeito Municipal, por intermédio do Pregoeiro, a qual poderá reconsiderar sua decisão, em 05 (cinco) dias úteis ou, nesse período, encaminhá-lo(s) ao Prefeito Municipal, devidamente informado(s), para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

14.4. Decididos os recursos eventualmente interpostos, será o resultado da licitação submetido ao Exmo. Prefeito Municipal para o procedimento de homologação com a devida adjudicação do objeto desta licitação à(s) vencedora(s).

14.5. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo de 03 (três) dias a contar da convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas.

14.6. Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes poderão aplicar, ao (s) FORNECEDOR (ES) as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho;

Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

14.7. De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

14.8. Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, o licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.1.1. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

15.1.2. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado; frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

15.1.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação

15.1.4. Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

16.1. O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

recusar-se a celebrar o contrato ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

tiver presentes razões de interesse público;

for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

for impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

16.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

16.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

DA DOTAÇÃO

17.1 - As despesas decorrentes da entrega do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2014, como segue:

286 - Manutenção dos serviços urbanos
6 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
15 - Urbanismo
452 - Serviços Urbanos
120 - DESENVOLVIMENTO URBANO
2 - Manutenção dos serviços urbanos
33903099000000 - Material de Consumo
0 - Recursos Ordinários

DO PAGAMENTO

18.1. O pagamento pela prestação dos serviços, objeto da presente licitação, será feito em favor da licitante vencedora, mediante crédito em conta corrente de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços devidamente identificados, após as publicações mensais, acompanhados da respectiva Nota Fiscal/Fatura.

18.1.1. Conforme disposição legal contida no Decreto nº 7.507, art. 2º, § 1º, de 27 de junho de 2011, os fornecedores obrigam-se a informar a esta administração, caso sejam vencedores do certame, número de conta em agência de banco oficial federal (BANCO DO BRASIL OU CAIXA ECONOMICA FEDERAL), para receberem seus créditos sem custo adicionais. Caso apresentem número de contas em bancos não oficiais, do ramo privado, ARCARÃO com os custos provenientes da transferência do pagamento.

18.2. O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

18.3. A forma de pagamento será mensal, sendo realizada até o 15º (décimo quinto) dia útil do mês subsequentes a realização dos serviços e emissão da nota fiscal.

18.4. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

19.2. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

19.2.1. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao Órgão Gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

19.2.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

19.2.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

19.2.4. A presente ata poderá ser prorrogada por igual período de 12 meses, nos termos do art. 57 e seus incisos da lei 8666/93 e outros dispositivos legais da lei 10.520.

19.3. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital.

19.4. O resultado desta licitação estará à disposição dos

interessados, na sala do Setor de Compras e Licitações, logo após sua homologação.

19.5. Detalhes não citados, referentes a prestação dos serviços, mas que a boa técnica leve a presumir a sua necessidade, não deverão ser omitidos, não sendo aceitas justificativas para sua não apresentação.

19.6. O Prefeito Municipal poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

19.7. O Pregoeiro e a Equipe de Apoio prestarão os esclarecimentos necessários, bem como irão dirimir as dúvidas suscitadas, de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 11:30 hs. e das 13:30 às 17:30 hs., através dos telefones (49) 3555-8739 e 3555-8716 e 3555-8740, pessoalmente (Rua Carmelo Zócoli, 155– Centro – Município de Capinzal - SC), ou ainda pela Home Page www.capinzal.sc.gov.br.

19.8. São partes integrantes deste edital os seguintes ANEXOS:

ANEXO I – Procuração;

ANEXO II – Dados Bancários e Dados do Representante Legal;

ANEXO III – Proposta de Preços;

ANEXO IV – Declaração de Cumprimento Pleno aos Requisitos de Habilitação;

ANEXO V – Modelo de Ata Contrato.

ANEXO VI – Relação dos itens e quantidades do registro de preços e preço máximo;

ANEXO VII – Declaração de cumprimento das obrigações trabalhistas de proteção as crianças e adolescentes.

Capinzal(SC), 19 de março de 2014.

ELISÂNGELA BAGNOLIN

Diretora de Compras e Licitações

ANEXO I

Processo Licitatório Nº 0058/2014

Pregão Presencial Nº 0044/2014

REGISTRO DE PREÇOS

PROCURAÇÃO

<RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO COMPLETO>, por meio de <NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL, RG, CPF E QUALIFICAÇÃO NA EMPRESA>, constitui como suficiente PROCURADOR o Sr. <NOME COMPLETO, RG, CPF>, outorgando-lhe poderes gerais para representar a referida empresa na Licitação <PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2014>, outorgando ainda poderes específicos para efetuar lances, interpor recursos, assinar contratos e praticar todos os demais atos necessários a este procedimento licitatório.

<Cidade/Estado>, <data por extenso>

<nome completo do representante legal e qualificação na empresa>

OBS. Com assinatura do Outorgante reconhecida em Cartório.

ANEXO II

Processo Licitatório Nº 0058/2014

Pregão Presencial Nº 0044/2014

DADOS BANCÁRIOS

Nome do Banco	
Cidade	
Nº Agência	Nº da Conta
Nome do Titular da Conta Corrente	

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

Nome Completo
Cargo ou Função
Nº Identidade
Nº CPF / MF

ANEXO III

Processo Licitatório Nº 0058/2014

Pregão Presencial Nº 0044/2014

OBJETO DA PROPOSTA

Item	Especificação	Un	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	Aquisição de Massa Asfáltica Usinada à Quente (CBUQ) preparado com agregados pétreos CAP 50/70, modificado por aditivo processos e mistura não emulsionada para aplicação à frio, utilizado na manutenção de pavimentos(aplicação em tapa-buracos) em vias urbanas do Município embalados em sacas de rafia 25kg. O produto deverá ter o relatório fornecido por laboratório credenciado pelo INMETRO, sendo de acordo com as normas NBR ISSO/IEC contendo: granulometria: não inferior à 97%na peneira 3/8; Teror de betime: entre 5,6 à 6%; Densidade aparente de massa entre: 1,90 e 2,30g/m3; Determinante de Adesividade a Ligante Betuminoso: resultado no mínimo satisfatório de acordo com as normas.	SC	200,00	27,83	5566,00

Obs. Serão desclassificados as propostas que apresentarem preço superior ao máximo fixado.

Prazo de Vigência: 12 meses.

Local de entrega do serviço:

loais indicados pela Secretaria de Infraestrutura

Prazo de entrega dos serviços:

3 dias após a solicitação

Condições de pagamento: mensal
Validade da proposta: 60 dias

Capinzal (SC), ____ de _____ de ____.

Assinatura do Representante da Empresa
com Carimbo CNPJ

ANEXO IV

Processo Licitatório Nº 0058/2014
Pregão Presencial Nº 0044/2014

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO PLENO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

<RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO COMPLETO>, declara, sob as penas da Lei nº 10.520 de 17/07/2002, que cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação no presente processo licitatório.

<Cidade/Estado>, <data por extenso>

<nome completo do representante legal e qualificação na empresa>

ANEXO V

ATA CONTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXXX
Processo Licitatório Nº XXXX
PREGÃO PRESENCIAL Nº XXXX

MINUTA DE CONTRATO

DAS PARTES:

CONTRATANTE:

O _____ de Capinzal, Estado de Santa Catarina, entidade jurídica de Direito Público Interno, estabelecida na Carmelo Zócoli, 155, nesta cidade de Capinzal, SC, inscrita no CNPJ sob o nº _____, neste ato representado pelo Sr. _____, inscrito no CPF sob o nº _____.

CONTRATADA:

A empresa _____ inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, com sede à _____, na cidade de _____, _____, representada neste ato pelo(a) seu(ua) Administrador/Procurador(a) _____, CPF: _____, doravante simplesmente designada contratada.

Para entrega dos produtos descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - O presente pregão tem como objeto o registro de preços para OBJETO DO CONTRATO.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

2.1 – As quantidades de unidades individuais dos produtos licitados, que serão adquiridos parcial ou total durante o período de vigência da Ata, são os enumerados no edital, ANEXO VII.

2.2 - A licitante vencedora efetuará as entregas dos materiais mediante a solicitação formal do departamento de compras e

licitações deste município.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1 – Pela entrega do objeto o FORNECEDOR receberá a importância unitária e total pelas quantidades efetivamente solicitadas e entregues, conforme planilha abaixo:

Item	Especificação	Un	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	Aquisição de Massa Asfáltica Usinada à Quente (CBUQ) preparado com agregados pétreos CAP 50/70, modificado por aditivo processos e mistura não emulsionado para aplicação à frio, utilizado na manutenção de pavimentos(aplicação em tapa-buracos) em vias urbanas do Município embalados em sacas de rafia 25kg. O produto deverá ter o relatório fornecido por laboratório credenciado pelo INMETRO, sendo de acordo com as normas NBR ISSO/IEC contendo: granulometria: não inferior à 97%na peneira 3/8; Teror de betime: entre 5,6 à 6%; Densidade aparente de massa entre: 1,90 e 2,30g/m3; Determinante de Adesividade a Ligante Betuminoso: resultado no mínimo satisfatório de acordo com as normas.	SC	200,00	27,83	5566,00

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

4.1 – Os preços serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da presente Ata, salvo por motivo de força maior, devidamente demonstrados e provados.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PAGAMENTOS

5.1 - A forma de pagamento será mensal, sendo realizada até o 15º (décimo quinto) dia útil do mês subsequente a realização das publicações e emissão das notas fiscais.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6.1 – Será de responsabilidade da licitante vencedora:

a) Entregar o objeto ou prestar os serviços licitado nas condições e formas previstas no presente Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;

b) Entregar objeto licitado na sede do município, diretamente na Secretaria ou departamento solicitado;

c) Prestar os serviços do objeto licitado, somente com autorização expressa e formal do Chefe do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento assinado por ele, no dia e hora que o mesmo solicitar, com prazo não superior a 48 (quarenta e oito) horas da data solicitada, salvo por motivo de força maior ou urgência comprovada, sob pena de devolução e ou não pagamento da NF;

d) Enviar, juntamente com a Nota Fiscal, o referido documento assinado pelo mesmo anexado a mesma;

e) Prestar os serviços do objeto licitado com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;

f) Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93;

g) Substituir todo e qualquer produto que for entregue com prazo inferior de 6 (seis) meses para vencimento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 - Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Município ou os Órgãos Participantes poderão aplicar ao FORNECEDOR as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o FORNECEDOR sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho;

c) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

§1º. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

§2º. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

I - convocar o FORNECEDOR visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II - frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido; e

III - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§3º. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão

gerenciador poderá:

I - liberar o FORNECEDOR do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§4º. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

10.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;

c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) Tiver presentes razões de interesse público;

e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

§1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - As despesas decorrentes da prestação dos serviços de publicações, objetos do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento em exercício na data do pedido, conforme edital.

286 - Manutenção dos serviços urbanos
6 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
15 - Urbanismo
452 - Serviços Urbanos
120 - DESENVOLVIMENTO URBANO
2 - Manutenção dos serviços urbanos
33903099000000 - Material de Consumo
0 - Recursos Ordinários

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

12.1 - A presente Ata está vinculado ao Processo Licitatório nº XX, Pregão Presencial nº XX – Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

13.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será da assinatura do presente até 12 (doze) meses adiante.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos/serviços que dele poderão advir.

14.2 - Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

14.3 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

14.4 - O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

14.5 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

14.5.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

14.5.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

14.5.3 - As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - É competente o foro da Comarca de Capinzal para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 2 (duas) vias de igual teor e forma.
Capinzal, Data.

CONTRATANTE	CONTRATADA
-------------	------------

TESTEMUNHAS:

TESTEMUNHA 1	TESTEMUNHA 2
--------------	--------------

ANEXO VI

Processo Licitatório Nº 0058/2014

Pregão Presencial Nº 0044/2014

RELAÇÃO DE ITENS DO OBJETO DESTA LICITAÇÃO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para Aquisição de Massa Asfáltica Usinada à Quente (CBUQ) para aplicação à frio utilizado na manutenção de pavimentos (aplicação em tapa-buracos) em vias urbanas do Município embalados em sacas de rafia 25kg

Item	Especificação	Un	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	Aquisição de Massa Asfáltica Usinada à Quente (CBUQ) preparado com agregados pétreos CAP 50/70, modificado por aditivo processos e mistura não emulsionada para aplicação à frio, utilizado na manutenção de pavimentos (aplicação em tapa-buracos) em vias urbanas do Município embalados em sacas de rafia 25kg. O produto deverá ter o relatório fornecido por laboratório credenciado pelo INMETRO, sendo de acordo com as normas NBR ISSO/IEC contendo: granulometria: não inferior à 97% na peneira 3/8; Teror de betime: entre 5,6 à 6%; Densidade aparente de massa entre: 1,90 e 2,30g/m3; Determinante de Adesividade a Ligante Betuminoso: resultado no mínimo satisfatório de acordo com as normas.	SC	200,00	27,83	5566,00

Obs. Serão desclassificados as propostas que apresentarem preço superior ao máximo fixado.

Prazo de Vigência: 12 meses.

Local de entrega do serviço:

loais indicados pela Secretaria de Infraestrutura

Prazo de entrega dos serviços:

3 dias após a solicitação

Condições de pagamento: mensal

Validade da proposta: 60 dias

ANEXO VII

Processo Licitatório Nº 0058/2014

Pregão Presencial Nº 0044/2014

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO TRABALHISTA DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

Razão Social: _____

Endereço: _____

Cidade / Estado: _____

CNPJ: _____

DECLARAÇÃO

Ref. Pregão Presencial Nº 44/2014

A empresa < _____ > ,



inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

(Obs. em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

<Cidade/Estado>, <data por extenso>

<nome completo do representante legal e número da carteira de identidade e órgão emissor>

PMC Processo Licitatório Nº 0057/2014 - Pregão Presencial Nº 0043/2014
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0057/2014
Pregão Presencial Nº 0043/2014

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para Contratação de empresa terceirizada para o serviço de transporte de alunos de Capinzal para os Colégios Agrícolas de Água Doce.

ENTREGA ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 14:00 horas, para abertura da Seção às 14:05 horas do dia 07/04/2014.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:

No endereço do Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.
TELEFONE Nº (0xx49) 3555-8739 e 3555-8716, FAX Nº (0xx49) 3555-8740.

Capinzal, 19 de março de 2014.

ELISÂNGELA BAGNOLIN

Diretora de Compras e Licitações

Processo Licitatório Nº 0057/2014
Pregão Presencial Nº 0043/2014

PREÂMBULO

1.1. O Município de Capinzal, SC, pessoa jurídica de direito público interno, situada à CARMELLO ZOCOLLI, 155, inscrita no CNPJ sob o nº 82.939.406/0001-07, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. ANDEVIR ISGANZELLA, no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação futura em conformidade com a necessidade do Município do OBJETO abaixo indicado. Os envelopes de "PROPOSTA DE PREÇO" e "DOCUMENTAÇÃO", deverão ser entregues no Setor

de licitações mediante protocolo localizado no Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155 neste município. Os envelopes deverão ser entregues nos prazos e horários já descritos supra no Aviso de Licitações e no item 2 deste edital. A presente licitação será do tipo Menor Preço Item, consoantes e em conformidade com as disposições da Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93 e Lei nº 8.883/94, e ainda a Lei nº 123/2006, Decretos Municipais nºs. 012/2014 e 013/2014, de 29/01/2014, bem como as condições a seguir estabelecidas.

LOCAL, DATA E HORA

2.1. A sessão pública será realizada no dia 07/04/2014, com início às 14:00 horas, horário de Brasília – DF.

2.2. Somente poderão participar da sessão pública, as empresas que apresentarem e efetuarem protocolo dos envelopes de PROPOSTAS e DOCUMENTAÇÃO nos prazos e horários fixados por este instrumento.

2.3. Ocorrendo decretação de feriado, ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

OBJETO

3.1. REGISTRO DE PREÇOS para Contratação de empresa terceirizada para o serviço de transporte de alunos de Capinzal para os Colégios Agrícolas de Água Doce.

PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar do presente Pregão Presencial as empresas que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto a documentação constante deste Edital, e seus Anexos.

4.2. Não será admitida a participação de empresas que se encontrem em regime de recuperação judicial ou em processo de falência, sob concurso de credores, dissolução ou liquidação, que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública, suspensas, ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas.

4.3. Vedada a participação direta ou indireta das pessoas arroladas nos incisos I, II e III do artigo 9º da Lei 8.666/93, conforme Decisão nº 603/97 TCU, bem como as impedidas pela Lei Orgânica do Município de Capinzal.

REPRESENTAÇÃO E CREDENCIAMENTO

5.1. Quando a interessada for representada por pessoa que estatutariamente tenha poder para tal, esta deverá apresentar o ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, a alteração contratual referente à mudança de razão social, na hipótese de haver a referida mudança, bem como, a última alteração devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores.

5.2. Caso seja representada por procurador, este deverá apresentar procuração (podendo utilizar o ANEXO I como modelo) ou documento equivalente, com firma reconhecida do Outorgante, cópia do respectivo RG - Registro Geral e CPF/MF - Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda, DEVENDO APRESENTAR, TAMBÉM, A MESMA DOCUMENTAÇÃO CONSTANTE DO ITEM 5.1. DESTE CAPÍTULO, a fim de comprovar os poderes do outorgante.

5.3. Declaração de Cumprimento Pleno dos Requisitos de Habilitação, conforme modelo (ANEXO IV).

5.4. No caso das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, e, que quiserem utilizar-se das prerrogativas e direitos da LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, deverão apresentar Declaração de que são Microempresas ou Empresa de Pequeno Porte, expedida pela Junta Comercial ou Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas competente.

5.5. Os documentos de credenciamento de que tratam os itens 5.1, 5.2 e 5.3, deverão vir FORA DOS ENVELOPES de documentação e proposta e ficarão retidos nos autos.

5.6. Havendo remessa via postal dos envelopes ou defeito no credenciamento pela ausência de algum dos documentos tratados nos itens 5.1 e 5.2, a licitante não poderá participar da fase de lances, permanecendo com sua proposta fixa, bem como não poderá se manifestar acerca da interposição de recurso quando declarado o vencedor.

5.6.1. A proponente que enviar os envelopes via postal sem a remessa da Declaração referida no item 5.3, ficará automaticamente excluída do certame pela ausência de documento essencial.

5.7. Os documentos devem apresentar prazo de validade, conforme o caso, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pelo Pregoeiro e/ou Equipe de Apoio.

DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1. A proposta deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

MUNICÍPIO DE CAPINZAL/SC
PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2014
REGISTRO DE PREÇOS (RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE)
ENVELOPE Nº 01 - "PROPOSTA DE PREÇOS"

6.2. A proposta necessariamente deverá preencher os seguintes requisitos:

Ser apresentada no formulário ANEXO III ou segundo seu modelo, com prazo de validade mínima de 60 (sessenta) dias, contendo especificação detalhada dos serviços segundo às exigências mínimas apresentadas no Capítulo 1 deste Edital. Não serão permitidas alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas. Recomenda-se aos senhores licitantes que, dentro do possível, utilizem o formulário anexo ao edital, pois agiliza a análise das propostas e reduz os erros de elaboração das mesmas;

Conter o nome do proponente, endereço, identificação (individual ou social), o nº do CNPJ e da Inscrição Estadual ou Municipal;

Suas folhas devem estar assinadas e rubricadas pelo seu representante legal;

Conter declaração de que os preços apresentados compreendem todas as despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como impostos, taxas, encargos sociais e trabalhistas, fretes e seguros;

Conter o preço unitário de cada peça, limitado a 02 (duas) casas decimais para os centavos, prevalecendo;

Conter prazo de validade da Ata de 12 MESES;

6.3. Anexar à proposta, os dados bancários: nome do banco, nº

da conta corrente, indicando a agência bancária para recebimento dos créditos (conforme modelo no ANEXO II).

6.4. Anexar à proposta os dados do representante legal da empresa (aquele que assina a proposta): nome completo, cargo ou função, número de identidade e número do CPF/MF (conforme modelo no ANEXO II).

DA HABILITAÇÃO

7.1. Toda a documentação de habilitação deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

MUNICÍPIO DE CAPINZAL/SC
PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2014
REGISTRO DE PREÇOS (RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE)
ENVELOPE Nº 02 - "DOCUMENTAÇÃO"

7.2. Para habilitação na presente licitação será exigida a entrega dos seguintes documentos:

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual;

Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante;

Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS - CRF);

Prova de Regularidade com a Previdência Social (Certidão Negativa de Débito - CND emitida pelo INSS);

Declaração de que a empresa licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7 da Constituição Federal ("proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;"), em observância à Lei Federal n. 9.854, de 27.10.99, que altera a Lei n. 8.666/93;

Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

7.3. Os documentos devem apresentar prazo de validade, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pelo Pregoeiro/Equipe de Apoio. Não serão aceitas cópias de documentos obtidas por meio de aparelho fac-símile (FAX). Não serão aceitas cópias de documentos ilegíveis.

DAS OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA

8.1. Será de responsabilidade da licitante vencedora:

Entregar os materiais nas condições e formas previstas no presente Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;

Entregar os materiais na sede do município, diretamente na Secretaria ou Departamento solicitado;

Prestar os serviços, somente com autorização expressa e formal do Chefe do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento assinado por ele, no dia e hora que

o mesmo solicitar, salvo por motivo de força maior ou urgência comprovada, sob pena de devolução e ou não pagamento da NF;

Enviar, juntamente com a Nota Fiscal, o referido documento assinado pelo mesmo anexado a mesma;

Entregar os produtos licitados, no prazo máximo determinado no ANEXO III e ANEXO VI, com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;

Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93.

DO RECEBIMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1. No dia, hora e local designados no Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o Pregoeiro, juntamente com a Equipe de Apoio, executará a rotina de credenciamento, conforme disposto no Capítulo 3.

9.2. Verificadas as credenciais e declarada aberta a sessão, o Pregoeiro solicitará e receberá, em envelopes devidamente lacrados, a proposta e os documentos exigidos para habilitação.

9.3. Em nenhuma hipótese serão recebidos envelopes contendo proposta e os documentos de habilitação fora do prazo estabelecido neste Edital.

9.4. Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas de preços, ocasião em que será procedida à verificação da conformidade das mesmas com os requisitos estabelecidos neste instrumento, com exceção do preço, desclassificando-se as incompatíveis.

9.5. No curso da sessão, dentre as propostas que atenderem às exigências constantes do Edital, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços de até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes.

9.6. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecerem lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

9.7. A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra ao licitante, na ordem decrescente dos preços;

9.8. Dos lances ofertados não caberá retratação.

9.9. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da fase de lances e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante.

9.10. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

9.11. Finalizada a fase de lances e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a compatibilidade dos preços ofertados com os praticados no mercado, desclassificando as propostas dos licitantes que apresentarem preço excessivo, assim considerados aqueles acima do preço de mercado.

9.12. Neste momento, após finalizada os lances, será concedido a LICITANTE Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, que no início se credenciou como tal, o direito de preferência, conforme parágrafo 3º do Artigo 45 da LC Nº 123/2006, desde que esteja com proposta dentro do preço compreendido entre a menor proposta apresentada mais 5%(cinco por cento), apresentar no prazo máximo de 05(cinco) minutos, nova proposta menor que a menor proposta até então apresentada. O disposto neste item somente ser aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

9.13. O Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente que apresentou o menor preço para que seja obtido preço ainda melhor.

9.14. Será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que tiver formulado a proposta de menor preço, para confirmação das suas condições habilitatórias.

9.15. Neste íterim será concedido novamente o direito de preferência, no caso de ter sido vencedora na etapa de lances uma Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, para havendo irregularidades na documentação de Regularidade Fiscal, apresentar as devidas correções e ou substituições no prazo máximo de 02 (dois) dias, prorrogáveis por mais 02(dois), conforme parágrafo 1º do Art. 43 da LC 123/2006, para regularização da documentação.

9.16. No caso de inabilitação do proponente que tiver apresentado a melhor oferta, serão analisados os documentos habilitatórios do licitante da proposta de segundo menor preço, e assim sucessivamente, até que um licitante atenda às condições fixadas neste instrumento convocatório.

9.17. Verificado o atendimento das exigências habilitatórias, será declarada a ordem de classificação dos licitantes.

9.17.1. Será declarado vencedor o licitante que ocupar o primeiro lugar. Serão registrados os fornecedores na ordem de sua classificação, para fins de convocação remanescente na forma do art. 64, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

9.18. O Pregoeiro somente manterá em seu poder os envelopes com a documentação dos licitantes perdedores quando houver manifestação de recurso previsto no item 14.1 deste Edital;

9.19. Da sessão pública será lavrada Ata circunstanciada, devendo esta ser assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todos os licitantes presentes.

9.20. Todos os documentos e as propostas deverão ser rubricados pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e pelos representantes das licitantes que estiverem presentes.

DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

10.1. A presente licitação será adjudicada à licitante que apresentar proposta de MENOR PREÇO, JULGAMENTO POR ITEM, desde que atendidas as exigências deste Edital.

DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

11.1. Decairão do direito de impugnar os termos desta licitação perante à Administração, os licitantes que não o fizerem até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de propostas, conforme art. 41, § 2º da Lei nº 8.666/93, hipótese que tal comunicação posterior não terá efeito de recurso.

11.2. A propositura de impugnação ou esclarecimento por via postal, não impede a realização do certame, ficando a cargo da

proponente, certificar-se que o pedido deverá ser entregue na sede da Prefeitura Municipal, até o prazo previsto no item 09.1, sob pena de não conhecimento do mesmo.

11.3. Somente serão aceitos pedidos de esclarecimento ou impugnações, devidamente formalizados por escrito, pelos proponentes interessados, e regularmente protocolados perante o Setor de Compras e Licitações do Município de Capinzal - SC

11.3.1. A contar do recebimento do pedido de esclarecimento ou impugnação, terá o Presidente da Comissão de Licitações, prazo não inferior a 48h. (quarenta e oito horas), para promover a resposta.

11.3.2. No caso de pedido protocolado na véspera de abertura do certame, terá o Presidente da Comissão de Licitações, prazo não inferior a 36h. (trinta e seis horas) para promover a resposta.

11.4. Os pedidos de impugnação ou esclarecimento deverão indicar obrigatoriamente, um endereço eletrônico e, concomitantemente, um número de fax, para onde serão remetidas as respostas e decisões, pelo Setor de Compras e Licitações.

11.5. Pedidos de esclarecimento ou impugnações formuladas em desacordo com o previsto nos itens 9.1 a 9.4, e seus subitens, deste Edital, serão tidos como inexistentes, e não receberão resposta, sob nenhuma justificativa.

DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. As obrigações decorrentes da ENTREGA dos produtos constantes no Registro de Preços a serem firmadas entre a Administração, os Órgãos Participantes e o Fornecedor serão formalizados através da Ata de Registro de Preços, sendo que o prazo de validade do Registro de Preços será de 12(dose) meses, contados da assinatura da mesma.

12.2. O fornecedor classificado em 1º (primeiro) lugar nos preços registrados, será convocado a firmar a Ata de Registro de Preços no prazo de até 3 (três) dias úteis após a homologação, devendo o proponente manter-se nas mesmas condições da habilitação quanto à regularidade fiscal.

12.3. O licitante que, convocado para assinar a Ata, deixar de fazê-lo no prazo fixado, dela será excluído.

12.4. Na hipótese do fornecedor primeiro classificado ter seu registro cancelado, não assinar, não aceitar ou não retirar o contrato no prazo e condições estabelecidas, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação.

12.5. Observados os critérios e condições estabelecidas neste Edital e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

12.6. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

13.1. Os preços serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da presente Ata, salvo por motivo de força maior, devidamente comprovado pelo fornecedor.

DOS RECURSOS E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

14.1. Declarado(s) o(s) vencedor(es), qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

14.2. Não sendo interpostos recursos, o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame à(s) empresa(s) declarada(s) vencedora(s), sendo submetido este resultado ao Prefeito Municipal para homologação.

14.3. O(s) recurso(s), porventura interposto(s), não terá(ão) efeito suspensivo e será(ão) dirigido(s) ao Exmo. Prefeito Municipal, por intermédio do Pregoeiro, a qual poderá reconsiderar sua decisão, em 05 (cinco) dias úteis ou, nesse período, encaminhá-lo(s) ao Prefeito Municipal, devidamente informado(s), para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

14.4. Decididos os recursos eventualmente interpostos, será o resultado da licitação submetido ao Exmo. Prefeito Municipal para o procedimento de homologação com a devida adjudicação do objeto desta licitação à(s) vencedora(s).

14.5. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo de 03 (três) dias a contar da convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas.

14.6. Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes poderão aplicar, ao (s) FORNECEDOR (ES) as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho;

Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

14.7. De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

14.8. Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, o licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.1.1. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

15.1.2. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

15.1.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação

15.1.4. Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

16.1. O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

recusar-se a celebrar o contrato ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

tiver presentes razões de interesse público;

for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

for impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

16.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

16.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro

de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

DA DOTAÇÃO

17.1 - As despesas decorrentes da entrega do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2014, como segue:

168 - Assistência do educando do ensino médio profission
5 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
12 - Educação
362 - Ensino Médio
70 - ENSINO MÉDIO
2 - Assistência do educando do ensino médio profission
33903999000000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica
1 - Receitas de Impostos e de Transf. de Impostos - Ed

DO PAGAMENTO

18.1. O pagamento pela prestação dos serviços, objeto da presente licitação, será feito em favor da licitante vencedora, mediante crédito em conta corrente de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços devidamente identificados, após as publicações mensais, acompanhados da respectiva Nota Fiscal/Fatura.

18.1.1. Conforme disposição legal contida no Decreto nº 7.507, art. 2º, § 1º, de 27 de junho de 2011, os fornecedores obrigam-se a informar a esta administração, caso sejam vencedores do certame, número de conta em agência de banco oficial federal (BANCO DO BRASIL OU CAIXA ECONOMICA FEDERAL), para receberem seus créditos sem custo adicionais. Caso apresentem número de contas em bancos não oficiais, do ramo privado, ARCARÃO com os custos provenientes da transferência do pagamento.

18.2. O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação .

18.3. A forma de pagamento será mensal, sendo realizada até o 15º (décimo quinto) dia útil do mês subsequentes a realização dos serviços e emissão da nota fiscal.

18.4. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

19.2. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

19.2.1. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao Órgão Gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

19.2.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

19.2.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

19.2.4. A presente ata poderá ser prorrogada por igual período de 12 meses, nos termos do art. 57 e seus incisos da lei 8666/93 e outros dispositivos legais da lei 10.520.

19.3. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital.

19.4. O resultado desta licitação estará à disposição dos interessados, na sala do Setor de Compras e Licitações, logo após sua homologação.

19.5. Detalhes não citados, referentes a prestação dos serviços, mas que a boa técnica leve a presumir a sua necessidade, não deverão ser omitidos, não sendo aceitas justificativas para sua não apresentação.

19.6. O Prefeito Municipal poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

19.7. O Pregoeiro e a Equipe de Apoio prestarão os esclarecimentos necessários, bem como irão dirimir as dúvidas suscitadas, de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 11:30 hs. e das 13:30 às 17:30 hs., através dos telefones (49) 3555-8739 e 3555-8716 e 3555-8740, pessoalmente (Rua Carmelo Zócoli, 155- Centro – Município de Capinzal - SC), ou ainda pela Home Page www.capinzal.sc.gov.br.

19.8. São partes integrantes deste edital os seguintes ANEXOS:

ANEXO I – Procuração;
ANEXO II – Dados Bancários e Dados do Representante Legal;
ANEXO III – Proposta de Preços;
ANEXO IV – Declaração de Cumprimento Pleno aos Requisitos de Habilitação;
ANEXO V – Modelo de Ata Contrato.
ANEXO VI – Relação dos itens e quantidades do registro de preços e preço máximo;
ANEXO VII – Declaração de cumprimento das obrigações trabalhistas de proteção as crianças e adolescentes.

Capinzal(SC), 19 de março de 2014.
ELISÂNGELA BAGNOLIN
Diretora de Compras e Licitações

ANEXO I
Processo Licitatório Nº 0057/2014
Pregão Presencial Nº 0043/2014
REGISTRO DE PREÇOS

PROCURAÇÃO

<RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO COMPLETO>, por meio de <NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL, RG, CPF E QUALIFICAÇÃO NA EMPRESA>, constitui como suficiente PROCURADOR o Sr. <NOME COMPLETO, RG, CPF>, outorgando-lhe poderes

gerais para representar a referida empresa na Licitação <PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2014>, outorgando ainda poderes específicos para efetuar lances, interpor recursos, assinar contratos e praticar todos os demais atos necessários a este procedimento licitatório.

<Cidade/Estado>, <data por extenso>

<nome completo do representante legal e qualificação na empresa>

OBS. Com assinatura do Outorgante reconhecida em Cartório.

ANEXO II
Processo Licitatório Nº 0057/2014
Pregão Presencial Nº 0043/2014

DADOS BANCÁRIOS

Nome do Banco	
Cidade	
Nº Agência	Nº da Conta
Nome do Titular da Conta Corrente	

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

Nome Completo
Cargo ou Função
Nº Identidade
Nº CPF / MF

ANEXO III

Processo Licitatório Nº 0057/2014
Pregão Presencial Nº 0043/2014

PROPOSTA DE PREÇOS OBJETO DA PROPOSTA

Item	Especificação	Un	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	Um veículo utilitário com, no mínimo 16 lugares. alunos transportados; aproximadamente 12 alunos. Saídas as sexta-feiras de capinzal, devendo estar na escola agrotécnica de Água Doce às 16:30h para trazer os alunos de volta a Capinzal, e saída aos DOMINGOS, as 16:30h de Capinzal, levando os alunos de Capinzal para a escola Agrotécnica de Água Doce. Total de Km rodados; 140km.	KM	8.680,00	1,91	16578,80

Obs. Serão desclassificados as propostas que apresentarem preço superior ao máximo fixado.

Prazo de Vigência: 12 meses
Local de entrega do serviço:

Conforme descrito no item
Prazo de entrega dos serviços:
3 dias após a assinatura do contrato

Condições de pagamento: mensal
Validade da proposta: 60 dias

DISPOSIÇÕES GERAIS

O veículo deve ser registrado como veículo de passageiros e ser inspecionado pelo Detran a cada início de ano para verificação dos equipamentos obrigatórios de segurança.

O veículo deve ter uma autorização especial expedida pela Divisão de Fiscalização de Veículos e Condutores do Detran e da Circunscrição Regional de Trânsito (Ciretran).

O veículo deverá ser apresentado para inspeção prévia, nos termos do inciso II do artigo 136 do CTB.

Todos os assentos deverão ter cinto de segurança.

O veículo deverá possuir seguro.

O veículo deverá ter um tacógrafo, cujos discos devem ser apresentados mensalmente ao Departamento de Transporte Escolar.

O veículo deverá ter, no máximo, dez (10) anos de uso.

O motorista deve ter mais de vinte e um (21) anos e possuir habilitação para dirigir veículos na categoria "D" ou "E", ter curso de Formação de Condutor de Transporte Escolar, matrícula específica no Detran, e não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima ou ainda, ser reincidente em infrações médias durante os doze (12) últimos meses.

9. Em caso de troca de motoristas, estes devem obedecer ao item 8 destas Disposições Gerais e a empresa responsável deverá avisar ao Departamento de Licitações para as devidas alterações.

9.1 A empresa contratada deverá apresentar no ato da abertura dos envelopes no setor de licitação nota fiscal de revisão veicular, por veículo, com aval da oficina mecânica, destacando os seguintes itens:

freios;
suspensão;
equipamentos obrigatórios;
sistema elétrico.

10. As empresas vencedoras deverão apresentar, no ato da assinatura do contrato, Departamento de Licitação, cópias autenticadas ou acompanhadas dos respectivos originais, da seguinte documentação:

RG e Carteira de Habilitação do motorista como descrito no item 9 destas Disposições Gerais;
registro do motorista na Carteira de Trabalho e Previdência Social e/ou no Livro Registro de Empregados da empresa ou ainda, Contrato Social;
documentação completa do veículo a ser utilizado como consta nos itens 1 e
atestado de inspeção emitido pela Ciretran (Joaçaba, Videira ou Chapecó).

11. A apresentação dos documentos do item 10 é premissa para a assinatura do contrato.

12 A Secretaria da Educação, Cultura e Esportes comunicará às empresas vencedoras sobre o local e a data em que serão realizadas as vistorias.

13. Para os veículos cujo número de passageiros ultrapassar vinte (20), a empresa contratada deverá providenciar, no mínimo, um (01) auxiliar para atuar no controle e na organização no interior dos veículos.

14. Não será permitida a "sub-contratação" dos serviços.

15. É de responsabilidade da empresa contratada o fornecimento de veículo reserva nos casos em que a situação do atual veículo comprometa a normal execução dos serviços.

15.1. O não cumprimento deste item será considerado inadimplência contratual e estará sujeito às penalidades previstas no Edital.

16. A empresa contratada é responsável pela manutenção e higiene regular do veículo (limpeza interna e externa).

17. É expressamente proibido fumar dentro do veículo.

18. Os roteiros descritos neste Edital estão sujeitos a alterações, devido ao aumento/redução de alunos nas localidades, e/ou conforme a necessidade ou ainda, conforme a demanda de matrículas durante o ano letivo.

18.1. As alterações são contratuais, ou seja, se necessário, será feita nova licitação.

19. As exigências contidas nestas disposições compõem o processo licitatório e serão fiscalizadas pela Administração Municipal. Em caso de não cumprimento de qualquer um destes itens, as empresas serão consideradas inadimplentes, estando sujeitas às penalidades previstas no edital.

Capinzal (SC), ____ de _____ de _____.

Assinatura do Representante da Empresa
com Carimbo CNPJ

ANEXO IV

Processo Licitatório Nº 0057/2014

Pregão Presencial Nº 0043/2014

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO PLENO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

<RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO COMPLETO>, declara, sob as penas da Lei nº 10.520 de 17/07/2002, que cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação no presente processo licitatório.

<Cidade/Estado>, <data por extenso>

<nome completo do representante legal e qualificação na empresa>

ANEXO V

ATA CONTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXXX

Processo Licitatório Nº XXXX

PREGÃO PRESENCIAL Nº XXXX

MINUTA DE CONTRATO

DAS PARTES:

CONTRATANTE:

O _____ de Capinzal, Estado de Santa Catarina, entidade jurídica de Direito Público Interno, estabelecida na Carmelo Zóccoli, 155, nesta cidade de Capinzal, SC, inscrita no CNPJ sob o nº _____, neste ato representado pelo Sr. _____, inscrito no CPF sob o nº _____.

CONTRATADA:

A empresa _____ inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, com sede à _____, na cidade de _____, _____, representada neste ato pelo(a) seu(ua) Administrador/Procurador(a) _____, CPF: _____, doravante simplesmente designada contratada.

Para entrega dos produtos descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - O presente pregão tem como objeto o registro de preços para OBJETO DO CONTRATO.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

2.1 – As quantidades de unidades individuais dos produtos licitados, que serão adquiridos parcial ou total durante o período de vigência da Ata, são os enumerados no edital, ANEXO VII.

2.2 - A licitante vencedora efetuará as entregas dos materiais mediante a solicitação formal do departamento de compras e licitações deste município.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1 – Pela entrega do objeto o FORNECEDOR receberá a importância unitária e total pelas quantidades efetivamente solicitadas e entregues, conforme planilha abaixo:

Item	Especificação	Un	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	Um veículo utilitário com, no mínimo 16 lugares. alunos transportados; aproximadamente 12 alunos. Sairá às sextas-feiras de Capinzal, devendo estar na escola agrotécnica de Água Doce às 16:30h para trazer os alunos de volta a Capinzal, e sair às 16:30h de Capinzal, levando os alunos de Capinzal para a escola Agrotécnica de Água Doce. Total de Km rodados; 140km.	KM	8.680,00	1,91	16578,80

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

4.1 – Os preços serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da presente Ata, salvo por motivo de força maior, devidamente demonstrados e provados.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PAGAMENTOS

5.1 - A forma de pagamento será mensal, sendo realizada até o 15º (décimo quinto) dia útil do mês subsequente à realização das publicações e emissão das notas fiscais.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6.1 – Será de responsabilidade da licitante vencedora:

a) Entregar o objeto ou prestar os serviços licitados nas condições e formas previstas no presente Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;

b) Entregar o objeto licitado na sede do município, diretamente na Secretaria ou departamento solicitado;

c) Prestar os serviços do objeto licitado, somente com autorização expressa e formal do Chefe do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento assinado por ele, no dia e hora que o mesmo solicitar, com prazo não superior a 48 (quarenta e oito) horas da data solicitada, salvo por motivo de força maior ou urgência comprovada, sob pena de devolução e ou não pagamento da NF;

d) Enviar, juntamente com a Nota Fiscal, o referido documento assinado pelo mesmo anexado a mesma;

e) Prestar os serviços do objeto licitado com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;

f) Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93;

g) Substituir todo e qualquer produto que for entregue com prazo inferior de 6 (seis) meses para vencimento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 - Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Município ou os Órgãos Participantes poderão aplicar ao FORNECEDOR as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o FORNECEDOR sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho;

c) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

§1º. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

§2º. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

I - convocar o FORNECEDOR visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II - frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido; e

III - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§3º. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente

comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I - liberar o FORNECEDOR do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§4º. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

10.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;
- e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

§1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - As despesas decorrentes da prestação dos serviços de publicações, objetos do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento em exercício na data do pedido, conforme edital.

168 - Assistência do educando do ensino médio profission
5 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
12 - Educação
362 - Ensino Médio
70 - ENSINO MÉDIO
2 - Assistência do educando do ensino médio profission
33903999000000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica
1 - Receitas de Impostos e de Transf. de Impostos - Ed

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

12.1 - A presente Ata está vinculado ao Processo Licitatório nº XX, Pregão Presencial nº XX – Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

13.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será da assinatura do presente até 12 (dode) meses adiante.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos/serviços que dele poderão advir.

14.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

14.3 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

14.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

14.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

14.5.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

14.5.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

14.5.3 - As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - É competente o foro da Comarca de Capinzal para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 2 (duas) vias de igual teor e forma. Capinzal, Data.

CONTRATANTE	CONTRATADA
-------------	------------

TESTEMUNHAS:

TESTEMUNHA 1	TESTEMUNHA 2
--------------	--------------

ANEXO VI
Processo Licitatório Nº 0057/2014
Pregão Presencial Nº 0043/2014

RELAÇÃO DE ITENS DO OBJETO DESTA LICITAÇÃO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para Contratação de empresa terceirizada para o serviço de transporte de alunos de Capinzal para os Colégios Agrícolas de Água Doce.

Item	Especificação	Un	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	Um veículo utilitário com, no mínimo 16 lugares. alunos transportados; aproximadamente 12 alunos. Sairas as sexta-feiras de Capinzal, devendo estar na escola agrotécnica de Água Doce às 16:30h para trazer os alunos de volta a Capinzal, e saída aos DOMINGOS, às 16:30h de Capinzal, levando os alunos de Capinzal para a escola Agrotécnica de Água Doce. Total de Km rodados; 140km.	KM	8.680,00	1,91	16578,80

Obs. Serão desclassificados as propostas que apresentarem preço superior ao máximo fixado.

Prazo de Vigência: 12 meses

Local de entrega do serviço:

Conforme descrito no item

Prazo de entrega dos serviços:

3 dias após a assinatura do contrato

Condições de pagamento: mensal

Validade da proposta: 60 dias

DISPOSIÇÕES GERAIS

O veículo deve ser registrado como veículo de passageiros e ser inspecionado pelo Detran a cada início de ano para verificação dos equipamentos obrigatórios de segurança.

O veículo deve ter uma autorização especial expedida pela Divisão de Fiscalização de Veículos e Condutores do Detran e da Circunscrição Regional de Trânsito (Ciretran).

O veículo deverá ser apresentado para inspeção prévia, nos termos do inciso II do artigo 136 do CTB.

Todos os assentos deverão ter cinto de segurança.

O veículo deverá possuir seguro.

O veículo deverá ter um tacógrafo, cujos discos devem ser apresentados mensalmente ao Departamento de Transporte Escolar.

O veículo deverá ter, no máximo, dez (10) anos de uso.

O motorista deve ter mais de vinte e um (21) anos e possuir habilitação para dirigir veículos na categoria "D" ou "E", ter curso de Formação de Condutor de Transporte Escolar, matrícula específica no Detran, e não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima ou ainda, ser reincidente em infrações médias durante os doze (12) últimos meses.

9. Em caso de troca de motoristas, estes devem obedecer ao item 8 destas Disposições Gerais e a empresa responsável deverá avisar ao Departamento de Licitações para as devidas alterações.

9.1 A empresa contratada deverá apresentar no ato da abertura dos envelopes no setor de licitação nota fiscal de revisão veicular, por veículo, com aval da oficina mecânica, destacando os seguintes itens:

freios;
suspensão;
equipamentos obrigatórios;
sistema elétrico.

10. As empresas vencedoras deverão apresentar, no ato da assinatura do contrato, Departamento de licitação, cópias autenticadas

ou acompanhadas dos respectivos originais, da seguinte documentação:

RG e Carteira de Habilitação do motorista como descrito no item 9 destas Disposições Gerais;

registro do motorista na Carteira de Trabalho e Previdência Social e/ou no Livro Registro de Empregados da empresa ou ainda, Contrato Social;

documentação completa do veículo a ser utilizado como consta nos itens 1 e

atestado de inspeção emitido pela Ciretran (Joaçaba, Videira ou Chapecó).

11. A apresentação dos documentos do item 10 é premissa para a assinatura do contrato.

12 A Secretaria da Educação, Cultura e Esportes comunicará às empresas vencedoras sobre o local e a data em que serão realizadas as vistorias.

13. Para os veículos cujo número de passageiros ultrapassar vinte (20), a empresa contratada deverá providenciar, no mínimo, um (01) auxiliar para atuar no controle e na organização no interior dos veículos.

14. Não será permitida a "sub-contratação" dos serviços.

15. É de responsabilidade da empresa contratada o fornecimento de veículo reserva nos casos em que a situação do atual veículo comprometa a normal execução dos serviços.

15.1. O não cumprimento deste item será considerado inadimplência contratual e estará sujeito às penalidades previstas no Edital.

16. A empresa contratada é responsável pela manutenção e higiene regular do veículo (limpeza interna e externa).

17. É expressamente proibido fumar dentro do veículo.

18. Os roteiros descritos neste Edital estão sujeitos a alterações, devido ao aumento/redução de alunos nas localidades, e/ou conforme a necessidade ou ainda, conforme a demanda de matrículas durante o ano letivo.

18.1. As alterações são contratuais, ou seja, se necessário, será feita nova licitação.

19. As exigências contidas nestas disposições compõem o processo licitatório e serão fiscalizadas pela Administração Municipal. Em caso de não cumprimento de qualquer um destes itens, as empresas serão consideradas inadimplentes, estando sujeitas às penalidades previstas no edital.

ANEXO VII

Processo Licitatório Nº 0057/2014

Pregão Presencial Nº 0043/2014

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO TRABALHISTA DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

Razão Social: _____

Endereço: _____

Cidade / Estado: _____

CNPJ: _____

DECLARAÇÃO

Ref. Pregão Presencial Nº 43/2014

A empresa < _____ >

, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____,

portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____,

DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezois anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição

de aprendiz ().

(Obs. em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

<Cidade/Estado>, <data por extenso>

<nome completo do representante legal e número da carteira de identidade e órgão emissor>

PMC Processo Licitatório Nº 0055/2014 - Pregão Presencial Nº 0041/2014

SENHORES FORNECEDORES ATENÇÃO!

PARA ESTE PROCESSO LICITATÓRIO, ESTÁ DISPONÍVEL O ARQUIVO DE AUTO COTAÇÃO. DÚVIDAS, FAVOR ENTRAR EM CONTATO COM O SETOR DE LICITAÇÕES.

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0055/2014

Pregão Presencial Nº 0041/2014

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para Aquisição fracionada de materiais de higiene, limpeza e gêneros alimentícios para uso geral das Secretarias Municipais com sede no Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos e Casa da Cidadania.

ENTREGA ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 09:00 horas, para abertura da Seção às 09:05 horas do dia 03/04/2014.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:

No endereço do Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0xx49) 3555-8739 e 3555-8716, FAX Nº (0xx49) 3555-8740.

Capinzal, 19 de março de 2014.

ELISÂNGELA BAGNOLIN

Diretora de Compras e Licitações

Processo Licitatório Nº 0055/2014

Pregão Presencial Nº 0041/2014

PREÂMBULO

1.1. O Município de Capinzal, SC, pessoa jurídica de direito público interno, situada à CARMELLO ZOCOLLI, 155, inscrita no CNPJ sob o nº 82.939.406/0001-07, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. ANDEVIR ISGANZELLA, no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação futura em conformidade com a necessidade do Município do OBJETO abaixo indicado. Os envelopes de "PROPOSTA DE PREÇO" e "DOCUMENTAÇÃO", deverão ser entregues no Setor de licitações mediante protocolo localizado no Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155 neste município. Os envelopes deverão ser entregues nos prazos e horários já descritos supra no Aviso de Licitações e no item 2 deste edital. A presente licitação será do tipo Menor Preço Item, consoantes e em conformidade com as disposições da Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93 e Lei

nº 8.883/94, e ainda a Lei nº 123/2006, Decretos Municipais nºs. 012/2014 e 013/2014, de 29/01/2014, bem como as condições a seguir estabelecidas.

LOCAL, DATA E HORA

2.1. A sessão pública será realizada no dia 03/04/2014, com início às 09:00 horas, horário de Brasília – DF.

2.2. Somente poderão participar da sessão pública, as empresas que apresentarem e efetuarem protocolo dos envelopes de PRO-POSTAS e DOCUMENTAÇÃO nos prazos e horários fixados por este instrumento.

2.3. Ocorrendo decretação de feriado, ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

OBJETO

3.1. REGISTRO DE PREÇOS para Aquisição fracionada de materiais de higiene, limpeza e gêneros alimentícios para uso geral das Secretarias Municipais com sede no Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos e Casa da Cidadania.

PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar do presente Pregão Presencial as empresas que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto a documentação constante deste Edital, e seus Anexos.

4.2. Não será admitida a participação de empresas que se encontrem em regime de recuperação judicial ou em processo de falência, sob concurso de credores, dissolução ou liquidação, que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública, suspensas, ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas.

4.3. Vedada a participação direta ou indireta das pessoas arroladas nos incisos I, II e III do artigo 9º da Lei 8.666/93, conforme Decisão nº 603/97 TCU, bem como as impedidas pela Lei Orgânica do Município de Capinzal.

REPRESENTAÇÃO E CREDENCIAMENTO

5.1. Quando a interessada for representada por pessoa que estatutariamente tenha poder para tal, esta deverá apresentar o ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, a alteração contratual referente à mudança de razão social, na hipótese de haver a referida mudança, bem como, a última alteração devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores.

5.2. Caso seja representada por procurador, este deverá apresentar procuração (podendo utilizar o ANEXO I como modelo) ou documento equivalente, com firma reconhecida do Outorgante, cópia do respectivo RG - Registro Geral e CPF/MF - Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda, DEVENDO APRESENTAR, TAMBÉM, A MESMA DOCUMENTAÇÃO CONSTANTE DO ITEM 5.1. DESTE CAPÍTULO, a fim de comprovar os poderes do outorgante.

5.3. Declaração de Cumprimento Pleno dos Requisitos de Habilitação, conforme modelo (ANEXO IV).

5.4. No caso das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, e, que quiserem utilizar-se das prerrogativas e direitos da LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, deverão apresentar Declaração de que

são Microempresas ou Empresa de Pequeno Porte, expedida pela Junta Comercial ou Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas competente.

5.5. Os documentos de credenciamento de que tratam os itens 5.1, 5.2 e 5.3, deverão vir FORA DOS ENVELOPES de documentação e proposta e ficarão retidos nos autos.

5.6. Havendo remessa via postal dos envelopes ou defeito no credenciamento pela ausência de algum dos documentos tratados nos itens 5.1 e 5.2, a licitante não poderá participar da fase de lances, permanecendo com sua proposta fixa, bem como não poderá se manifestar acerca da interposição de recurso quando declarado o vencedor.

5.6.1. A proponente que enviar os envelopes via postal sem a remessa da Declaração referida no item 5.3, ficará automaticamente excluída do certame pela ausência de documento essencial.

5.7. Os documentos devem apresentar prazo de validade, conforme o caso, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pelo Pregoeiro e/ou Equipe de Apoio.

DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1. A proposta deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

MUNICÍPIO DE CAPINZAL/SC
PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2014
REGISTRO DE PREÇOS (RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE)
ENVELOPE Nº 01 - "PROPOSTA DE PREÇOS"

6.2. A proposta necessariamente deverá preencher os seguintes requisitos:

Ser apresentada no formulário ANEXO III ou segundo seu modelo, com prazo de validade mínima de 60 (sessenta) dias, contendo especificação detalhada dos serviços segundo às exigências mínimas apresentadas no Capítulo 1 deste Edital. Não serão permitidas alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas. Recomenda-se aos senhores licitantes que, dentro do possível, utilizem o formulário anexo ao edital, pois agiliza a análise das propostas e reduz os erros de elaboração das mesmas;

Conter o nome do proponente, endereço, identificação (individual ou social), o nº do CNPJ e da Inscrição Estadual ou Municipal;

Suas folhas devem estar assinadas e rubricadas pelo seu representante legal;

Conter declaração de que os preços apresentados compreendem todas as despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como impostos, taxas, encargos sociais e trabalhistas, fretes e seguros;

Conter o preço unitário de cada peça, limitado a 02 (duas) casas decimais para os centavos, prevalecendo;

Conter prazo de validade da Ata de 12 MESES;

6.3. Anexar à proposta, os dados bancários: nome do banco, nº da conta corrente, indicando a agência bancária para recebimento dos créditos (conforme modelo no ANEXO II).

6.4. Anexar à proposta os dados do representante legal da empresa (aquele que assina a proposta): nome completo, cargo ou função, número de identidade e número do CPF/MF (conforme

modelo no ANEXO II).

DA HABILITAÇÃO

7.1. Toda a documentação de habilitação deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

MUNICÍPIO DE CAPINZAL/SC
PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2014
REGISTRO DE PREÇOS (RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE)
ENVELOPE Nº 02 - "DOCUMENTAÇÃO"

7.2. Para habilitação na presente licitação será exigida a entrega dos seguintes documentos:

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual;

Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante;

Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS - CRF);

Prova de Regularidade com a Previdência Social (Certidão Negativa de Débito - CND emitida pelo INSS);

Declaração de que a empresa licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7 da Constituição Federal ("proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;"), em observância à Lei Federal n. 9.854, de 27.10.99, que altera a Lei n. 8.666/93;

Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

7.3. Os documentos devem apresentar prazo de validade, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pelo Pregoeiro/Equipe de Apoio. Não serão aceitas cópias de documentos obtidas por meio de aparelho fac-símile (FAX). Não serão aceitas cópias de documentos ilegíveis.

DAS OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA

8.1. Será de responsabilidade da licitante vencedora:

Entregar os materiais nas condições e formas previstas no presente Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;

Entregar os materiais na sede do município, diretamente na Secretaria ou Departamento solicitado;

Prestar os serviços, somente com autorização expressa e formal do Chefe do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento assinado por ele, no dia e hora que o mesmo solicitar, salvo por motivo de força maior ou urgência comprovada, sob pena de devolução e ou não pagamento da NF;

Enviar, juntamente com a Nota Fiscal, o referido documento assinado pelo mesmo anexado a mesma;

Entregar os produtos licitados, no prazo máximo determinado no ANEXO III e ANEXO VI, com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;

Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93.

DO RECEBIMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1. No dia, hora e local designados no Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o Pregoeiro, juntamente com a Equipe de Apoio, executará a rotina de credenciamento, conforme disposto no Capítulo 3.

9.2. Verificadas as credenciais e declarada aberta a sessão, o Pregoeiro solicitará e receberá, em envelopes devidamente lacrados, a proposta e os documentos exigidos para habilitação.

9.3. Em nenhuma hipótese serão recebidos envelopes contendo proposta e os documentos de habilitação fora do prazo estabelecido neste Edital.

9.4. Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas de preços, ocasião em que será procedida à verificação da conformidade das mesmas com os requisitos estabelecidos neste instrumento, com exceção do preço, desclassificando-se as incompatíveis.

9.5. No curso da sessão, dentre as propostas que atenderem às exigências constantes do Edital, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços de até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes.

9.6. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecerem lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

9.7. A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra ao licitante, na ordem decrescente dos preços;

9.8. Dos lances ofertados não caberá retratação.

9.9. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da fase de lances e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante.

9.10. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

9.11. Finalizada a fase de lances e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a compatibilidade dos preços ofertados com os praticados no mercado, desclassificando as propostas dos licitantes que apresentarem preço excessivo, assim considerados aqueles acima do preço de mercado.

9.12. Neste momento, após finalizada os lances, será concedido a LICITANTE Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, que no início se credenciou como tal, o direito de preferência, conforme parágrafo 3º do Artigo 45 da LC Nº 123/2006, desde que esteja com proposta dentro do preço compreendido entre a menor proposta apresentada mais 5%(cinco por cento), apresentar no prazo

máximo de 05(cinco) minutos, nova proposta menor que a menor proposta até então apresentada. O disposto neste item somente ser aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

9.13. O Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente que apresentou o menor preço para que seja obtido preço ainda melhor.

9.14. Será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que tiver formulado a proposta de menor preço, para confirmação das suas condições habilitatórias.

9.15. Neste íterim será concedido novamente o direito de preferência, no caso de ter sido vencedora na etapa de lances uma Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, para havendo irregularidades na documentação de Regularidade Fiscal, apresentar as devidas correções e ou substituições no prazo máximo de 02 (dois) dias, prorrogáveis por mais 02(dois), conforme parágrafo 1º do Art. 43 da LC 123/2006, para regularização da documentação.

9.16. No caso de inabilitação do proponente que tiver apresentado a melhor oferta, serão analisados os documentos habilitatórios do licitante da proposta de segundo menor preço, e assim sucessivamente, até que um licitante atenda às condições fixadas neste instrumento convocatório.

9.17. Verificado o atendimento das exigências habilitatórias, será declarada a ordem de classificação dos licitantes.

9.17.1. Será declarado vencedor o licitante que ocupar o primeiro lugar. Serão registrados os fornecedores na ordem de sua classificação, para fins de convocação remanescente na forma do art. 64, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

9.18. O Pregoeiro somente manterá em seu poder os envelopes com a documentação dos licitantes perdedores quando houver manifestação de recurso previsto no item 14.1 deste Edital;

9.19. Da sessão pública será lavrada Ata circunstanciada, devendo esta ser assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todos os licitantes presentes.

9.20. Todos os documentos e as propostas deverão ser rubricados pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e pelos representantes das licitantes que estiverem presentes.

DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

10.1. A presente licitação será adjudicada à licitante que apresentar proposta de MENOR PREÇO, JULGAMENTO POR ITEM, desde que atendidas as exigências deste Edital.

DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

11.1. Decairão do direito de impugnar os termos desta licitação perante à Administração, os licitantes que não o fizerem até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de propostas, conforme art. 41, § 2º da Lei nº 8.666/93, hipótese que tal comunicação posterior não terá efeito de recurso.

11.2. A propositura de impugnação ou esclarecimento por via postal, não impede a realização do certame, ficando a cargo da proponente, certificar-se que o pedido deverá ser entregue na sede da Prefeitura Municipal, até o prazo previsto no item 09.1, sob pena de não conhecimento do mesmo.

11.3. Somente serão aceitos pedidos de esclarecimento ou impugnações, devidamente formalizados por escrito, pelos proponentes

interessados, e regularmente protocolados perante o Setor de Compras e Licitações do Município de Capinzal - SC

11.3.1. A contar do recebimento do pedido de esclarecimento ou impugnação, terá o Presidente da Comissão de Licitações, prazo não inferior a 48h. (quarenta e oito horas), para promover a resposta.

11.3.2. No caso de pedido protocolado na véspera de abertura do certame, terá o Presidente da Comissão de Licitações, prazo não inferior a 36h. (trinta e seis horas) para promover a resposta.

11.4. Os pedidos de impugnação ou esclarecimento deverão indicar obrigatoriamente, um endereço eletrônico e, concomitantemente, um número de fax, para onde serão remetidas as respostas e decisões, pelo Setor de Compras e Licitações.

11.5. Pedidos de esclarecimento ou impugnações formuladas em desacordo com o previsto nos itens 9.1 a 9.4, e seus subitens, deste Edital, serão tidos como inexistentes, e não receberão resposta, sob nenhuma justificativa.

DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. As obrigações decorrentes da ENTREGA dos produtos constantes no Registro de Preços a serem firmadas entre a Administração, os Órgãos Participantes e o Fornecedor serão formalizadas através da Ata de Registro de Preços, sendo que o prazo de validade do Registro de Preços será de 12(dose) meses, contados da assinatura da mesma.

12.2. O fornecedor classificado em 1º (primeiro) lugar nos preços registrados, será convocado a firmar a Ata de Registro de Preços no prazo de até 3 (três) dias úteis após a homologação, devendo o proponente manter-se nas mesmas condições da habilitação quanto à regularidade fiscal.

12.3. O licitante que, convocado para assinar a Ata, deixar de fazê-lo no prazo fixado, dela será excluído.

12.4. Na hipótese do fornecedor primeiro classificado ter seu registro cancelado, não assinar, não aceitar ou não retirar o contrato no prazo e condições estabelecidas, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação.

12.5. Observados os critérios e condições estabelecidas neste Edital e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

12.6. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

DOS REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

13.1. Os preços serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da presente Ata, salvo por motivo de força maior, devidamente comprovado pelo fornecedor.

DOS RECURSOS E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

14.1. Declarado(s) o(s) vencedor(es), qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para

a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

14.2. Não sendo interpostos recursos, o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame à(s) empresa(s) declarada(s) vencedora(s), sendo submetido este resultado ao Prefeito Municipal para homologação.

14.3. O(s) recurso(s), porventura interposto(s), não terá(ão) efeito suspensivo e será(ão) dirigido(s) ao Exmo. Prefeito Municipal, por intermédio do Pregoeiro, a qual poderá reconsiderar sua decisão, em 05 (cinco) dias úteis ou, nesse período, encaminhá-lo(s) ao Prefeito Municipal, devidamente informado(s), para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

14.4. Decididos os recursos eventualmente interpostos, será o resultado da licitação submetido ao Exmo. Prefeito Municipal para o procedimento de homologação com a devida adjudicação do objeto desta licitação à(s) vencedora(s).

14.5. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo de 03 (três) dias a contar da convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas.

14.6. Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes poderão aplicar, ao (s) FORNECEDOR (ES) as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho;

Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

14.7. De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

14.8. Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, o licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.1.1. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

15.1.2. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

15.1.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação

15.1.4. Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

16.1. O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

recusar-se a celebrar o contrato ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

tiver presentes razões de interesse público;

for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

for impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

16.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

16.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

DA DOTAÇÃO

17.1 - As despesas decorrentes da entrega do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2014, como segue:

16 - Manutenção dos serviços gerais da administração
3 - SECRETARIA DA ADMINISTRACAO E FINANÇAS
4 - Administração
122 - Administração Geral
15 - ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANCEIRA
2 - Manutenção dos serviços gerais da administração
33903099000000 - Material de Consumo
0 - Recursos Ordinários

DO PAGAMENTO

18.1. O pagamento pela prestação dos serviços, objeto da presente licitação, será feito em favor da licitante vencedora, mediante crédito em conta corrente de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços devidamente identificados, após as publicações mensais, acompanhados da respectiva Nota Fiscal/Fatura.

18.1.1. Conforme disposição legal contida no Decreto nº 7.507, art. 2º, § 1º, de 27 de junho de 2011, os fornecedores obrigam-se a informar a esta administração, caso sejam vencedores do certame, número de conta em agência de banco oficial federal (BANCO DO BRASIL OU CAIXA ECONOMICA FEDERAL), para receberem seus créditos sem custo adicionais. Caso apresentem número de contas em bancos não oficiais, do ramo privado, ARCARÃO com os custos provenientes da transferência do pagamento.

18.2. O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação .

18.3. A forma de pagamento será mensal, sendo realizada até o 15º (décimo quinto) dia útil do mês subsequentes a realização dos serviços e emissão da nota fiscal.

18.4. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

19.2. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

19.2.1. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao Órgão Gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

19.2.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não

prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

19.2.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

19.2.4. A presente ata poderá ser prorrogada por igual período de 12 meses, nos termos do art. 57 e seus incisos da lei 8666/93 e outros dispositivos legais da lei 10.520.

19.3. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital.

19.4. O resultado desta licitação estará à disposição dos interessados, na sala do Setor de Compras e Licitações, logo após sua homologação.

19.5. Detalhes não citados, referentes a prestação dos serviços, mas que a boa técnica leve a presumir a sua necessidade, não deverão ser omitidos, não sendo aceitas justificativas para sua não apresentação.

19.6. O Prefeito Municipal poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

19.7. O Pregoeiro e a Equipe de Apoio prestarão os esclarecimentos necessários, bem como irão dirimir as dúvidas suscitadas, de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 11:30 hs. e das 13:30 às 17:30 hs., através dos telefones (49) 3555-8739 e 3555-8716 e 3555-8740, pessoalmente (Rua Carmelo Zócoli, 155- Centro – Município de Capinzal - SC), ou ainda pela Home Page www.capinzal.sc.gov.br.

19.8. São partes integrantes deste edital os seguintes ANEXOS:

ANEXO I – Procuração;
ANEXO II – Dados Bancários e Dados do Representante Legal;
ANEXO III – Proposta de Preços;
ANEXO IV – Declaração de Cumprimento Pleno aos Requisitos de Habilitação;
ANEXO V – Modelo de Ata Contrato.
ANEXO VI – Relação dos itens e quantidades do registro de preços e preço máximo;
ANEXO VII – Declaração de cumprimento das obrigações trabalhistas de proteção as crianças e adolescentes.

Capinzal(SC), 19 de março de 2014.

ELISÂNGELA BAGNOLIN

Diretora de Compras e Licitações

ANEXO I

Processo Licitatório Nº 0055/2014

Pregão Presencial Nº 0041/2014

REGISTRO DE PREÇOS

PROCURAÇÃO

<RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO COMPLETO>, por meio de <NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL, RG, CPF E QUALIFICAÇÃO NA EMPRESA>, constitui como suficiente PROCURADOR o Sr. <NOME COMPLETO, RG, CPF>, outorgando-lhe poderes gerais para representar a referida empresa na Licitação <PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2014>, outorgando ainda poderes específicos para efetuar lances, interpor recursos, assinar contratos e praticar todos os demais atos necessários a este procedimento licitatório.

<Cidade/Estado>, <data por extenso>

<nome completo do representante legal e qualificação na empresa>

OBS. Com assinatura do Outorgante reconhecida em Cartório.

ANEXO II

Processo Licitatório Nº 0055/2014

Pregão Presencial Nº 0041/2014

DADOS BANCÁRIOS

Nome do Banco	
Cidade	
Nº Agência	Nº da Conta
Nome do Titular da Conta Corrente	

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

Nome Completo
Cargo ou Função
Nº Identidade
Nº CPF / MF

ANEXO III

Processo Licitatório Nº 0055/2014

Pregão Presencial Nº 0041/2014

PROPOSTA DE PREÇOS OBJETO DA PROPOSTA

Item	Especificação	Un	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	Água sanitária, composição: hipoclorito de sódio, hidróxido de sódio, cloreto de sódio e água, teor de cloro ativo: 2,0 a 2,5%p/p/embalagem com até 01 litro	UN	60,00	2,86	171,60
2	Álcool 70%, em frascos com (01) litro.com selo do inmetro.	Lt	100,00	4,63	463,00
3	Álcool gel 70%, em frascos de 01 (um) litro com válvula. com selo do inmetro.	Lt	50,00	6,16	308,00
4	Alvejante, composição: princípio cloro ativo, estabilizante, alcalinizante, perfume e água, embalagem com 1l .	Lt	60,00	4,46	267,60
5	Amaciante para roupas. composição: alcool cetosteárilico, ácido cítrico, cloreto de benzalcônico, ácido di-fosfórico, corante, essência e água. componente ativo: cloreto de cetil trimetil amônio. embalagem de 2 litros. fragrância tipo flores do campo,talco e outras.	Lt	20,00	5,13	102,60

6	Balde em plástico resistente, capacidade p/ 20 litros, com cabo de metal.	un	10,00	14,66	146,60
7	Balde em plástico resistente, capacidade p/ 30 litros, com cabo de metal.	un	10,00	18,83	188,30
8	Bolsa de algodão, alvejada para limpeza, medida 50 x80cm.	un	60,00	4,66	279,60
9	Bolsa de algodão, não alvejada, medida 50 x80cm para limpeza.	un	60,00	4,14	248,40
10	Cera líquida amarela/embalagem com 750ml /composição: agente de polimento, formador de filme, cera natural e sintética , coadjuvante, alcalinizante, plastificante, preservante, essência, corante tensoativa não iônica e veículo. Apresentar amostra.	un	60,00	8,80	528,00
11	Cera líquida incolor/embalagem com 750ml /composição: agente de polimento, formador de filme, coadjuvante, alcalinizante, plastificante, preservante, essência, corante e veículo.	un	60,00	8,80	528,00
12	Copo descartável branco com capacidade de 110ml composição: polipropileno e corantes atóxico, unidade com 100 copos, resistência mínima de 0,85N .	un	200,00	4,17	834,00
13	Copo descartável branco com capacidade de 200 ml - composição: polipropileno e corantes atóxico, unidade com 100 copos massa mínima de 2,20 grs, resistência mínima de 0,85N.	un	100,00	4,60	460,00
14	Copo descartável branco com capacidade de 300ml - composição: polipropileno e corantes atóxico, unidade com 100 copos.	un	50,00	5,90	295,00
15	Desengordurante - composto com: tensoativo, solvente alcalizante preservante, sequestrantes, perfume, corante, água, tensoativo do decil, benzêno sulfonato de sódio/ embalagem com até 500 ml	un	20,00	4,77	95,40
16	Desinfetante de uso geral, na fragrância de limão, talco, lavanda, pinho e outras com eficaz ação germicida e bactericida, em embalagens transparente de 2 litros. composição: tensoativo catiônico, signistrante, preservante, opacificante, controlador de ph, fragrância e veículo. componente ativo: cloreto de alquil, amido propil, dimetil amônio, cloreto de dialquil dimônio 100% - 0,50%.	Lt	100,00	6,00	600,00

17	Desodorizador aerosol - ingredientes ativos: cloreto de alquil dimetil benzil amônio e cloreto de alquil dimetil etil benzil amônio 0,07%. composição: ingrediente ativo, solubilizantes, coadjuvantes, perfume e butano/propano, unidade com 440ml	un	10,00	8,87	88,70
18	Desodorizador WC Sanitário Pastilha Adesiva 9g Composição: Alfa-Olefina Sulfonato de Sódio, Bicarbonato de Sódio, Detergente Aniônico, Coadjuvantes, Fragrância e Corantes, cada pastilha dura até 120 descargas, com bicarbonato de sódio, Fragrância LAVANDA. Unidades com 03 pastilhas sanitárias.	un	100,00	7,70	770,00
19	Detergente limpeza pesada para limpeza e conservação de pisos, máquinas, equipamentos diversos, prefeituras, clubes, frigoríficos, etc. características: cor - rosa, odor característico, miscibilidade em água-total, ph diluição 0,010ml para 990ml de água-11,80, agentes umectantes 11¢, emulsionantes 0,2¢. veículo q.s.p 87¢. composição: águas, corantes, metacilicato de sódio, silicato de sódio alcalino, cloreto de sódio, conservantes, dispersantes e tripolisfosfato de sódio. classificação: detergente alcalino. unidade com 5 litros - embalagem de 5l.	Lt	10,00	17,50	175,00
20	Detergente para louças, fragrância NEUTRO, contendo componentes tensoativos biodegradável. composição: tensoativos aniônicos, tensoativo anfótero, sequestrante, 5-cloro-2-metil-4-isotiazolin-3-ona, espessante e água. componentes ativos: linear alqui, sulfonato de sódio, lauril éter sulfato de sódio e propil betaína. Embalagem transparente com 500grs. Deverão ser apresentados juntamente com a proposta os seguintes documentos: Comprovante de Notificação ou registro dos produtos junto a ANVISA e ficha técnica do produto.	un	100,00	2,70	270,00
21	Escova de mão, para roupas, com base de polipropileno, multiuso e cerdas de náilon.	un	10,00	5,13	51,30
22	Escova sanitária, com cerda de polipropileno, com suporte em plástico resistente.	un	10,00	7,37	73,70

23	Esponja abrasiva dupla face de alta performance, tamanho 110mx75mx20m antibactérias, em embalagens individuais. composição: espuma de poliuretano e fibra sintética com abrasivo. unidades individuais..	un	100,00	1,80	180,00
24	Esponja de aço para louça	un	60,00	1,97	118,20
25	Esponja lã de aço/embalagem com 8 unidades.	un	60,00	2,74	164,40
26	Esponja de aço para louça I INOX.	un	30,00	3,17	95,10
27	Filtro de papel para café nº 103 unidade com 40 unidades.	un	100,00	4,17	417,00
28	Fósforo para cozinha, unidade com 200 palitos.	un	20,00	2,67	53,40
29	Garrafa térmica cromada em inox com capacidade para 1.8 litros.	un	5,00	106,00	530,00
30	Inseticida aerosol mata baratas, composição: imiprotrina 0,1%, cipermetrina 0,1% solventes, propelente (propano/butano), unidade de 400ml.	un	5,00	9,20	46,00
31	Lâmpada de bulbo transparente, a55 clara, 220 volt, 1350 lúmen, com certificado pelo inmetro, de 100 watts.	un	20,00	5,30	106,00
32	Limpa forno - composto com: soda cáustica dioxida de titânio, óleo de menta, água e perfume/embalagem c/ até 500 gr .	un	5,00	10,00	50,00
33	Lâmpada fluorescente (luz do dia) 40/75 watts.	UN	20,00	4,93	98,60
34	Limpa vidros e acrílico, composição: tensoativo aniônico, alcalinizante, solubilizante, coadjuvante, veículo e corante/ unidade de 500 ml.	un	20,00	7,16	143,20
35	Limpador instantâneo, limpeza pesada composição: linear alquil benzeno, sulfonato de sódio, tensoativo não iônico, alcalinizante, sequestrante, solubilizante, éter glicólico, álcool, perfume e água/unidade de 500ml.	un	100,00	6,00	600,00
36	Lixeira para banheiro em polipropileno, com capacidade de 15 litros, com tampa.	un	20,00	12,34	246,80
37	Lustra móveis, composição: cera microcristalina, óleo parafínico, silicone, alcalinizante, espessante, tensoativo, formaldeído, solvente alifático, perfume e água, unidade com 500 ml .	un	20,00	5,40	108,00

38	Luva de látex (par), forradas, multi-uso flexíveis e resistentes látex 100% natural. forro 100% de algodão, para absorver a transpiração. bordas ajustadas que aumentam a proteção evitando a entrada de água, contendo 1 par por pacote. tamanho M E G.	par	60,00	4,90	294,00
39	Pá de limpeza, para recolhimento de resíduos, lixo, em plástico resistente.	un	10,00	5,17	51,70
40	Papel higiênico, branco, macio, neutro com folhas duplas picotadas e grofadas, 100% fibras celulósicas unidade com 50 metros/fardos com 64 rolos.	un	3.000,00	3,13	9390,00
41	Papel toalha branca - composição: folha dupla picotada, grofada e decorada, 100% pura celulose, unidades com 2 rolos de toalhas, medidas de cada toalha de 22cm x 20cm.	un	50,00	4,67	233,50
42	Papel toalha interfolhas branca, de 1ª qualidade 23cm (larg) x 22cm(alt), unidades com 1000 folhas, 100% pura celulose.	UN	500,00	14,83	7415,00
43	Pilhas alcalinas pequenas, pacotes com quatro unidades.	un	30,00	7,20	216,00
44	Rodo com base de borracha, com sistema de troca da borracha, estrutura e cabo de metal, anatômico com rosca, com 60cm.	un	2,00	33,63	67,26
45	Rodo com base de borracha, com sistema de troca da borracha, estrutura e cabo de metal, anatômico com rosca, com 40cm. apresentar amostra.	un	3,00	24,73	74,19
46	Sabão em barra com álcool, Barra de 200 gramas	un	30,00	2,43	72,90
47	Sabão em pó com alvejante seguro, composição: tensoativo aniônico, tamponantes, coadjuvante, sinergista, branqueador óptico, corantes, alvejante, essência, carga e água. contém aquil benzeno sulfonato de sódio, em embalagens de 1 kg. Apresentar amostra.	kg	30,00	8,96	268,80
48	Sabão em pó com amaciante, composição: tensoativo aniônico, tamponantes, coadjuvante, sinergista, branqueador óptico, corantes, essência, carga e água. contém aquil benzeno sulfonato de sódio, em embalagens de 1 kg. Apresentar amostra.	kg	30,00	9,63	288,90

49	Sabonete erva-doce cremoso gel, hidratante e emoliente, fragrância, cor-verde-perolado., composição: lauriléter, sulfonato de sódio edta, dietanalimida de ácido graxo de coco, dietearato de polietilenoglicol 6000, dieste-arato de etilenaglicol, olamida de coco. embalados em unidades de 05 litros.	Lt	50,00	19,30	965,00
50	Saco para lixo em rolo capacidade 100l, unidade com 25 sacos.	un	100,00	9,97	997,00
51	Saco para lixo em rolo capacidade 15l, unidade com 100 sacos.	un	50,00	12,00	600,00
52	Saco para lixo em rolo capacidade 30l, unidade com 50 sacos.	un	50,00	9,83	491,50
53	Saco para lixo em rolo capacidade 50l, unidade com 50 sacos.	un	50,00	10,96	548,00
54	Saponáceo cremoso unidade de 300ml. composição: tenso-ativos, aniônico e não-iônico, espessante, alcalinizantes, abrasivo, preservante, fragrância, veículo, linear alquil-benzeno sulfonato de sódio.	un	60,00	5,57	334,20
55	Toalha branca para louças em 100% algodão alvejado, com barra, tamanho 1,00m x 70 cm.	un	50,00	5,57	278,50
56	Toalha de rosto com aproximadamente 50x95 cm, em algodão, atalhada felpuda, cm peso mínimo de 100 grs., cores variadas.	un	10,00	10,83	108,30
57	Touca descartável, branca com elástico, und. com 100 toucas.	un	5,00	6,63	33,15
58	Vassoura de nylon com no mínimo 27cm composição: material sintético, pigmento e metal. cabo de metal revestido com rosca e suporte de material sintético. ideal para pisos lisos.	un	10,00	10,83	108,30
59	Vassoura de palha, cabo de madeira com 1.3 ,palha com 45 cm de longitudinal e 1.200 kg de palha em média, com cinco cordas.	un	10,00	19,83	198,30
60	Vassoura de pêlo, tipo bola, aproximadamente de 27cm, cabo em matéria sintética e metal com rosca.	un	10,00	32,00	320,00

61	Café em pó extra forte, produto de 1º qualidade; não contém glúten; embalado alto vácuo com 500 gramas, selo de pureza emitido pela Associação Brasileira da Indústria do Café - ABIC; validade 90 dias após o empacotamento; rotulagem segundo os padrões da Resolução nº 259 de 20/09/2002 do MS. Validade mínima de 1 ano.	KG	100,00	10,99	1099,00
62	Leite esterilizado Integral UHT. Leite Longa Vida Integral Tetrapak, caixas de 1000ml, fonte natural de proteínas e cálcio, manter todas as características naturais do leite in-natura, inclusive teor de gordura. Deverá constar na embalagem do produto, tabela de informações nutricionais, data de fabricação e prazo de validade e registro no Ministério da Agricultura. Validade mínima de 120 dias podendo ficar armazenado em temperatura ambiente	LT	200,00	2,51	502,00
63	Água mineral sem gás - unidade com 500ml	UN	500,00	1,50	750,00
64	Água mineral com gás - unidade com 500ml	UN	200,00	1,90	380,00
65	Gás de cozinha P13	UN	20,00	55,00	1100,00

Obs. Serão desclassificados as propostas que apresentarem preço superior ao máximo fixado.

Os materiais de expediente serão utilizados pelas Secretarias, órgãos e diretorias a seguir especificadas:
Secretaria de Administração e Finanças;
Gabinete do Prefeito;
Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente;
Secretaria de Planejamento;
Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Casa da Cidadania

Prazo de Vigência: 12 meses.
Local de entrega do serviço:
Conforme especificado na solicitação ao compras.

Prazo de entrega dos serviços:
05 dias após a solicitação de fornecimento

Condições de pagamento: mensal
Validade da proposta: 60 dias

Capinzal (SC), ____ de _____ de ____.

Assinatura do Representante da Empresa
com Carimbo CNPJ

ANEXO IV
Processo Licitatório Nº 0055/2014
Pregão Presencial Nº 0041/2014

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO PLENO DOS
REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

<RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO COMPLETO>, declara, sob as penas da Lei nº 10.520 de 17/07/2002, que cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação no presente processo licitatório.

<Cidade/Estado>, <data por extenso>

<nome completo do representante legal e qualificação na empresa>

ANEXO V
ATA CONTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXXX
Processo Licitatório Nº XXXX
PREGÃO PRESENCIAL Nº XXXX

MINUTA DE CONTRATO
DAS PARTES:
CONTRATANTE:

O _____ de Capinzal, Estado de Santa Catarina, entidade jurídica de Direito Público Interno, estabelecida na Carmelo Zócoli, 155, nesta cidade de Capinzal, SC, inscrita no CNPJ sob o nº _____, neste ato representado pelo Sr. _____, inscrito no CPF sob o nº _____.

CONTRATADA:

A empresa _____ inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, com sede à _____, na cidade de _____, _____, representada neste ato pelo(a) seu(ua) Administrador/Procurador(a) _____, CPF: _____, doravante simplesmente designada contratada.

Para entrega dos produtos descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - O presente pregão tem como objeto o registro de preços para OBJETO DO CONTRATO.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

2.1 – As quantidades de unidades individuais dos produtos licitados, que serão adquiridos parcial ou total durante o período de vigência da Ata, são os enumerados no edital, ANEXO VII.

2.2 - A licitante vencedora efetuará as entregas dos materiais mediante a solicitação formal do departamento de compras e licitações deste município.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1 – Pela entrega do objeto o FORNECEDOR receberá a importância unitária e total pelas quantidades efetivamente solicitadas e entregues, conforme planilha abaixo:

Item	Especificação	Un	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	Água sanitária, composição: hipoclorito de sódio, hidróxido de sódio, cloreto de sódio e água, teor de cloro ativo: 2,0 a 2,5%p/p/embalagem com até 01 litro	UN	60,00	2,86	171,60

2	Álcool 70%, em frascos com (01) litro.com selo do inmetro.	Lt	100,00	4,63	463,00
3	Álcool gel 70%, em frascos de 01 (um) litro com válvula.com selo do inmetro.	Lt	50,00	6,16	308,00
4	Alvejante, composição: princípio cloro ativo, estabilizante, alcalinizante, perfume e água, embalagem com 1l .	Lt	60,00	4,46	267,60
5	Amaciante para roupas. composição: álcool cetoeste-arílico, ácido cítrico, cloreto de benzalcônico, ácido difosfórico, corante, essência e água. componente ativo: cloreto de cetil trimetil amônio. embalagem de 2 litros. fragrância tipo flores do campo,talco e outras.	Lt	20,00	5,13	102,60
6	Balde em plástico resistente, capacidade p/ 20 litros, com cabo de metal.	un	10,00	14,66	146,60
7	Balde em plástico resistente, capacidade p/ 30 litros, com cabo de metal.	un	10,00	18,83	188,30
8	Bolsa de algodão, alvejada para limpeza, medida 50 x80cm.	un	60,00	4,66	279,60
9	Bolsa de algodão, não alvejada, medida 50 x80cm para limpeza.	un	60,00	4,14	248,40
10	Cera líquida amarela/embalagem com 750ml /composição: agente de polimento, formador de filme,cera natural e sintética , coadjuvante, alcalinizante, plastificante, preservante, essência, corante tensoativa não iônica e veículo. Apresentar amostra.	un	60,00	8,80	528,00
11	Cera líquida incolor/embalagem com 750ml /composição: agente de polimento, formador de filme, coadjuvante, alcalinizante, plastificante, preservante, essência, corante e veículo.	un	60,00	8,80	528,00
12	Copo descartável branco com capacidade de 110ml composição: polipropileno e corantes atóxico, unidade com 100 copos,resistência mínima de 0,85N .	un	200,00	4,17	834,00
13	Copo descartável branco com capacidade de 200 ml - composição: polipropileno e corantes atóxico, unidade com 100 copos massa mínima de2,20 grs, resistência mínima de 0,85N.	un	100,00	4,60	460,00
14	Copo descartável branco com capacidade de 300ml - composição: polipropileno e corantes atóxico, unidade com 100 copos.	un	50,00	5,90	295,00

15	Desengordurante - composto com: tensoativo, solvente alcalizante preservante, sequestrantes, perfume, corante, água, tensoativo do decil, benzêne sulfonato de sódio/embalagem com até 500 ml	un	20,00	4,77	95,40
16	Desinfetante de uso geral, na fragrância de limão, talco, lavanda, pinho e outras com eficaz ação germicida e bactericida, em embalagens transparente de 2 litros. composição: tensoativo catiônico, signistrante, preservante, opacificante, controlador de ph, fragrância e veículo. componente ativo: cloreto de alquil, amido propil, dimetil amônio, cloreto de dialquil dimônio 100% - 0,50%.	Lt	100,00	6,00	600,00
17	Desodorizador aerosol - ingredientes ativos: cloreto de alquil dimetil benzil amônio e cloreto de alquil dimetil etil benzil amônio 0,07%. composição: ingrediente ativo, solubilizantes, coadjuvantes, perfume e butano/ propano, unidade com 440ml	un	10,00	8,87	88,70
18	Desodorizador WC Sanitário Pastilha Adesiva 9g Composição: Alfa-Olefina Sulfonato de Sódio, Bicarbonato de Sódio, Detergente Aniônico, Coadjuvantes, Fragrância e Corantes, cada pastilha dura até 120 descargas, com bicarbonato de sódio, Fragrância LAVANDA. Unidades com 03 pastilhas sanitárias.	un	100,00	7,70	770,00
19	Detergente limpeza pesada para limpeza e conservação de pisos, máquinas, equipamentos diversos, prefeituras, clubes, frigoríficos, etc. características: cor - rosa, odor característico, miscibilidade em água-total, ph diluição 0,010ml para 990ml de água-11,80, agentes umectantes 11¢, emulsificantes 0,2¢. veículo q.s.p 87¢. composição: águas, corantes, metacilicato de sódio, silicato de sódio alcalino, cloreto de sódio, conservantes, dispersantes e tripolisfosfato de sódio. classificação: detergente alcalino. unidade com 5 litros - embalagem de 5l.	Lt	10,00	17,50	175,00

20	Detergente para louças, fragrância NEUTRO, contendo componentes tensoativos biodegradável. composição: tensoativos aniônicos, tensoativo anfótero, sequestrante, 5-cloro-2-metil-4-isotiazolin-3-ona, espessante e água. componentes ativos: linear alqui, sulfonato de sódio, lauril éter sulfato de sódio e propil betaína. Embalagem transparente com 500grs. Deverão ser apresentados juntamente com a proposta os seguintes documentos: Comprovante de Notificação ou registro dos produtos junto a ANVISA e ficha técnica do produto.	un	100,00	2,70	270,00
21	Escova de mão, para roupas, com base de polipropileno, multiuso e cerdas de náilon.	un	10,00	5,13	51,30
22	Escova sanitária, com cerda de polipropileno, com suporte em plástico resistente.	un	10,00	7,37	73,70
23	Esponja abrasiva dupla face de alta performance, tamanho 110mx75mx20m antibactérias, em embalagens individuais . composição: espuma de poliuretano e fibra sintética com abrasivo. unidades individuais..	un	100,00	1,80	180,00
24	Esponja de aço para louça	un	60,00	1,97	118,20
25	Esponja lã de aço/embalagem com 8 unidades.	un	60,00	2,74	164,40
26	Esponja de aço para louça I INOX.	un	30,00	3,17	95,10
27	Filtro de papel para café nº 103 unidade com 40 unidades.	un	100,00	4,17	417,00
28	Fósforo para cozinha, unidade com 200 palitos.	un	20,00	2,67	53,40
29	Garrafa térmica cromada em inox com capacidade para 1.8 litros.	un	5,00	106,00	530,00
30	Inseticida aerosol mata baratas, composição: imiprotrina 0,1%, cipermetrina 0,1% solventes, propelente (propano/butano), unidade de 400ml.	un	5,00	9,20	46,00
31	Lâmpada de bulbo transparente, a55 clara, 220 volt, 1350 lúmen, com certificado pelo inmetro, de 100 watts.	un	20,00	5,30	106,00
32	Limpa forno - composto com: soda cáustica dióxido de titânio, óleo de menta, água e perfume/embalagem c/ até 500 gr .	un	5,00	10,00	50,00
33	Lâmpada fluorescente (luz do dia) 40/75 watts.	UN	20,00	4,93	98,60

34	Limpa vidros e acrílico, composição: tensoativo aniônico, alcalinizante, solubilizante, coadjuvante, veículo e corante/unidade de 500 ml.	un	20,00	7,16	143,20
35	Limpador instantâneo, limpeza pesada composição: linear alquil benzeno, sulfonato de sódio, tensoativo não iônico, alcalinizante, sequestrante, solubilizante, éter glicólico, álcool, perfume e água/unidade de 500ml.	un	100,00	6,00	600,00
36	Lixeira para banheiro em polipropileno, com capacidade de 15 litros, com tampa.	un	20,00	12,34	246,80
37	Lustra móveis, composição: cera microcristalina, óleo parafínico, silicone, alcalinizante, espessante, tensoativo, formaldeído, solvente alifático, perfume e água, unidade com 500 ml .	un	20,00	5,40	108,00
38	Luva de látex (par), forradas, multi-uso flexíveis e resistentes látex 100% natural. forro 100% de algodão, para absorver a transpiração. bordas ajustadas que aumentam a proteção evitando a entrada de água, contendo 1 par por pacote. tamanho M E G.	par	60,00	4,90	294,00
39	Pá de limpeza, para recolhimento de resíduos, lixo, em plástico resistente.	un	10,00	5,17	51,70
40	Papel higiênico, branco, macio, neutro com folhas duplas picotadas e grofadas, 100% fibras celulósicas unidade com 50 metros/fardos com 64 rolos.	un	3.000,00	3,13	9390,00
41	Papel toalha branca - composição: folha dupla picotada, grofada e decorada, 100% pura celulose, unidades com 2 rolos de toalhas, medidas de cada toalha de 22cm x 20cm.	un	50,00	4,67	233,50
42	Papel toalha interfolhas branca, de 1ª qualidade 23cm (larg) x 22cm(alt), unidades com 1000 folhas, 100% pura celulose.	UN	500,00	14,83	7415,00
43	Pilhas alcalinas pequenas, pacotes com quatro unidades.	un	30,00	7,20	216,00
44	Rodo com base de borracha, com sistema de troca da borracha, estrutura e cabo de metal, anatômico com rosca, com 60cm.	un	2,00	33,63	67,26

45	Rodo com base de borracha, com sistema de troca da borracha, estrutura e cabo de metal, anatômico com rosca, com 40cm. apresentar amostra.	un	3,00	24,73	74,19
46	Sabão em barra com álcool, Barra de 200 gramas	un	30,00	2,43	72,90
47	Sabão em pó com alvejante seguro, composição: tensoativo aniônico, tamponantes, coadjuvante, sinergista, branqueador óptico, corantes, alvejante, essência, carga e água. contém aquil benzeno sulfonato de sódio, em embalagens de 1 kg. Apresentar amostra.	kg	30,00	8,96	268,80
48	Sabão em pó com amaciante, composição: tensoativo aniônico, tamponantes, coadjuvante, sinergista, branqueador óptico, corantes, essência, carga e água. contém aquil benzeno sulfonato de sódio, em embalagens de 1 kg. Apresentar amostra.	kg	30,00	9,63	288,90
49	Sabonete erva-doce cremoso gel, hidratante e emoliente, fragrância, cor-verde-perolado., composição: lauriléter, sulfonato de sódio edta, dietanalimida de ácido graxo de coco, dietearato de polietilenoglicol 6000, dieste-arato de etilenaglicol, olamida de coco. embalados em unidades de 05 litros.	Lt	50,00	19,30	965,00
50	Saco para lixo em rolo capacidade 100l, unidade com 25 sacos.	un	100,00	9,97	997,00
51	Saco para lixo em rolo capacidade 15l, unidade com 100 sacos.	un	50,00	12,00	600,00
52	Saco para lixo em rolo capacidade 30l, unidade com 50 sacos.	un	50,00	9,83	491,50
53	Saco para lixo em rolo capacidade 50l, unidade com 50 sacos.	un	50,00	10,96	548,00
54	Saponáceo cremoso unidade de 300ml. composição: tensoativos, aniônico e não-iônico, espessante, alcalinizantes, abrasivo, preservante, fragrância, veículo, linear alquibenzeno sulfonato de sódio.	un	60,00	5,57	334,20
55	Toalha branca para louças em 100% algodão alvejado, com barra, tamanho 1,00m x 70 cm.	un	50,00	5,57	278,50
56	Toalha de rosto com aproximadamente 50x95 cm, em algodão, atalhada felpuda, cm peso mínimo de 100 grs., cores variadas.	un	10,00	10,83	108,30

57	Touca descartável, branca com elástico, und. com 100 toucas.	un	5,00	6,63	33,15
58	Vassoura de nylon.com no mínimo 27cm composição: material sintético, pigmento e metal. cabo de metal revestido com rosca e suporte de material sintético. ideal para pisos lisos.	un	10,00	10,83	108,30
59	Vassoura de palha, cabo de madeira com 1.3 ,palha com 45 cm de longitudinal e 1.200 kg de palha em média, com cinco cordas.	un	10,00	19,83	198,30
60	Vassoura de pêlo, tipo bola, aproximadamente de 27cm, cabo em matéria sintética e metal com rosca.	un	10,00	32,00	320,00
61	Café em pó extra forte, produto de 1º qualidade; não contém glúten; embalado alto vácuo com 500 gramas, selo de pureza emitido pela Associação Brasileira da Indústria do Café - ABIC; validade 90 dias após o empacotamento; rotulagem segundo os padrões da Resolução nº 259 de 20/09/2002 do MS. Validade mínima de 1 ano.	KG	100,00	10,99	1099,00
62	Leite esterilizado Integral UHT. Leite Longa Vida Integral Tetrapak, caixas de 1000ml, fonte natural de proteínas e cálcio, manter todas as características naturais do leite in-natura, inclusive teor de gordura. Deverá constar na embalagem do produto, tabela de informações nutricionais, data de fabricação e prazo de validade e registro no Ministério da Agricultura. Validade mínima de 120 dias podendo ficar armazenado em temperatura ambiente	LT	200,00	2,51	502,00
63	Água mineral sem gás - unidade com 500ml	UN	500,00	1,50	750,00
64	Água mineral com gás - unidade com 500ml	UN	200,00	1,90	380,00
65	Gás de cozinha P13	UN	20,00	55,00	1100,00

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

4.1 – Os preços serão fixos e irrealizáveis durante a vigência da presente Ata, salvo por motivo de força maior, devidamente demonstrados e provados.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PAGAMENTOS

5.1 - A forma de pagamento será mensal, sendo realizada até o 15º (décimo quinto) dia útil do mês subsequente a realização das publicações e emissão das notas fiscais.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6.1 – Será de responsabilidade da licitante vencedora:

a) Entregar o objeto ou prestar os serviços licitado nas condições e formas previstas no presente Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;

b) Entregar objeto licitado na sede do município, diretamente na Secretaria ou departamento solicitado;

c) Prestar os serviços do objeto licitado, somente com autorização expressa e formal do Chefe do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento assinado por ele, no dia e hora que o mesmo solicitar, com prazo não superior a 48 (quarenta e oito) horas da data solicitada, salvo por motivo de força maior ou urgência comprovada, sob pena de devolução e ou não pagamento da NF;

d) Enviar, juntamente com a Nota Fiscal, o referido documento assinado pelo mesmo anexado a mesma;

e) Prestar os serviços do objeto licitado com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;

f) Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93;

g) Substituir todo e qualquer produto que for entregue com prazo inferior de 6 (seis) meses para vencimento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 - Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Município ou os Órgãos Participantes poderão aplicar ao FORNECEDOR as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o FORNECEDOR sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho;

c) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações,

obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

§1º. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

§2º. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

I - convocar o FORNECEDOR visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II - frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido; e

III - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§3º. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I - liberar o FORNECEDOR do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§4º. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

10.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;
- e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

§1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - As despesas decorrentes da prestação dos serviços de publicações, objetos do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento em exercício na data do pedido, conforme edital.

16 - Manutenção dos serviços gerais da administração
3 - SECRETARIA DA ADMINISTRACAO E FINANÇAS
4 - Administração
122 - Administração Geral
15 - ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANCEIRA
2 - Manutenção dos serviços gerais da administração
33903099000000 - Material de Consumo
0 - Recursos Ordinários

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

12.1 - A presente Ata está vinculado ao Processo Licitatório nº XX, Pregão Presencial nº XX – Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

13.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será da assinatura do presente até 12 (doze) meses adiante.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos/serviços que dele poderão advir.

14.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

14.3 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

14.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

14.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

14.5.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

14.5.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

14.5.3 - As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - É competente o foro da Comarca de Capinzal para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Capinzal, Data.

CONTRATANTE	CONTRATADA
-------------	------------

TESTEMUNHAS:

TESTEMUNHA 1	TESTEMUNHA 2
--------------	--------------

ANEXO VI

Processo Licitatório Nº 0055/2014

Pregão Presencial Nº 0041/2014

RELAÇÃO DE ITENS DO OBJETO DESTA LICITAÇÃO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para Aquisição fracionada de materiais de higiene, limpeza e gêneros alimentícios para uso geral das Secretarias Municipais com sede no Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos e Casa da Cidadania.

OBJETO DA PROPOSTA

Item	Especificação	Un	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	Água sanitária, composição: hipoclorito de sódio, hidróxido de sódio, cloreto de sódio e água, teor de cloro ativo: 2,0 a 2,5%p/p/ embalagem com até 01 litro	UN	60,00	2,86	171,60
2	Álcool 70%, em frascos com (01) litro.com selo do inmetro.	Lt	100,00	4,63	463,00
3	Álcool gel 70%, em frascos de 01 (um) litro com válvula. com selo do inmetro.	Lt	50,00	6,16	308,00
4	Alvejante, composição: princípio cloro ativo, estabilizante, alcalinizante, perfume e água, embalagem com 1l .	Lt	60,00	4,46	267,60
5	Amaciante para roupas. composição: alcool cetosteárilico, ácido cítrico, cloreto de benzalcônio, ácido di-fosfórico, corante, essência e água. componente ativo: cloreto de cetil trimetil amônio. embalagem de 2 litros. fragrância tipo flores do campo,talco e outras.	Lt	20,00	5,13	102,60
6	Balde em plástico resistente, capacidade p/ 20 litros, com cabo de metal.	un	10,00	14,66	146,60

7	Balde em plástico resistente, capacidade p/ 30 litros, com cabo de metal.	un	10,00	18,83	188,30
8	Bolsa de algodão, alvejada para limpeza, medida 50 x80cm.	un	60,00	4,66	279,60
9	Bolsa de algodão, não alvejada, medida 50 x80cm para limpeza.	un	60,00	4,14	248,40
10	Cera líquida amarela/embalagem com 750ml /composição: agente de polimento, formador de filme,cera natural e sintética , coadjuvante, alcalinizante, plastificante, preservante, essência, corante tensoativa não iônica e veículo. Apresentar amostra.	un	60,00	8,80	528,00
11	Cera líquida incolor/ embalagem com 750ml / composição: agente de polimento, formador de filme, coadjuvante, alcalinizante, plastificante, preservante, essência, corante e veículo.	un	60,00	8,80	528,00
12	Copo descartável branco com capacidade de 110ml composição: polipropileno e corantes atóxico, unidade com 100 copos,resistência mínima de 0,85N .	un	200,00	4,17	834,00
13	Copo descartável branco com capacidade de 200 ml - composição: polipropileno e corantes atóxico, unidade com 100 copos massa mínima de 2,20 grs, resistência mínima de 0,85N.	un	100,00	4,60	460,00
14	Copo descartável branco com capacidade de 300ml - composição: polipropileno e corantes atóxico, unidade com 100 copos.	un	50,00	5,90	295,00
15	Desengordurante - composto com: tensoativo, solvente alcalizante preservante, sequestrantes, perfume, corante, água, tensoativo do decil, benzê-ne sulfonato de sódio/embalagem com até 500 ml	un	20,00	4,77	95,40
16	Desinfetante de uso geral, na fragrância de limão, talco,lavanda, pinho e outras com eficaz ação germicida e bactericida, em embalagens transparente de 2 litros. composição: tensoativo catiônico, signistrante, preservante, opacificante, controlador de ph, fragrância e veículo. componente ativo: cloreto de alquil, amido propil, dimetil amônio, cloreto de dialquil dimônio 100% - 0,50%.	Lt	100,00	6,00	600,00

17	Desodorizador aerosol - ingredientes ativos: cloreto de alquil dimetil benzil amônio e cloreto de alquil dimetil etil benzil amônio 0,07%. composição: ingrediente ativo, solubilizantes, coadjuvantes, perfume e butano/propano, unidade com 440ml	un	10,00	8,87	88,70
18	Desodorizador WC Sanitário Pastilha Adesiva 9g Composição: Alfa-Olefina Sulfonato de Sódio, Bicarbonato de Sódio, Detergente Aniônico, Coadjuvantes, Fragrância e Corantes, cada pastilha dura até 120 descargas, com bicarbonato de sódio, Fragrância LAVANDA. Unidades com 03 pastilhas sanitárias.	un	100,00	7,70	770,00
19	Detergente limpeza pesada para limpeza e conservação de pisos, máquinas, equipamentos diversos, prefeituras, clubes, frigoríficos, etc. características: cor - rosa, odor característico, miscibilidade em água-total, ph diluição 0,010ml para 990ml de água-11,80, agentes umectantes 11¢, emulsionantes 0,2¢. veículo q.s.p 87¢. composição: águas, corantes, metacilicato de sódio, silicato de sódio alcalino, cloreto de sódio, conservantes, dispersantes e tripolisfosfato de sódio. classificação: detergente alcalino. unidade com 5 litros - embalagem de 5l.	Lt	10,00	17,50	175,00
20	Detergente para louças, fragrância NEUTRO, contendo componentes tensoativos biodegradável. composição: tensoativos aniônicos, tensoativo anfótero, sequestrante, 5-cloro-2-metil-4-isotiazolin-3-ona, espessante e água. componentes ativos: linear alqui, sulfonato de sódio, lauril éter sulfato de sódio e propil betaína. Embalagem transparente com 500grs. Deverão ser apresentados juntamente com a proposta os seguintes documentos: Comprovante de Notificação ou registro dos produtos junto a ANVISA e ficha técnica do produto.	un	100,00	2,70	270,00

21	Escova de mão, para roupas, com base de polipropileno, multiuso e cerdas de náilon.	un	10,00	5,13	51,30
22	Escova sanitária, com cerda de polipropileno, com suporte em plástico resistente.	un	10,00	7,37	73,70
23	Esponja abrasiva dupla face de alta performance, tamanho 110mx75mx20m antibactérias, em embalagens individuais . composição: espuma de poliuretano e fibra sintética com abrasivo. unidades individuais..	un	100,00	1,80	180,00
24	Esponja de aço para louça	un	60,00	1,97	118,20
25	Esponja lã de aço/embalagem com 8 unidades.	un	60,00	2,74	164,40
26	Esponja de aço para louça I INOX.	un	30,00	3,17	95,10
27	Filtro de papel para café nº 103 unidade com 40 unidades.	un	100,00	4,17	417,00
28	Fósforo para cozinha, unidade com 200 palitos.	un	20,00	2,67	53,40
29	Garrafa térmica cromada em inox com capacidade para 1.8 litros.	un	5,00	106,00	530,00
30	Inseticida aerosol mata baratas, composição: imiprotrina 0,1%, cipermetrina 0,1% solventes, propelente (propano/butano), unidade de 400ml.	un	5,00	9,20	46,00
31	Lâmpada de bulbo transparente, a55 clara, 220 volt, 1350 lúmen, com certificado pelo inmetro, de 100 watts.	un	20,00	5,30	106,00
32	Limpa forno - composto com: soda cáustica dióxido de titânio, óleo de menta, água e perfume/ embalagem c/ até 500 gr .	un	5,00	10,00	50,00
33	Lâmpada fluorescente (luz do dia) 40/75 watts.	UN	20,00	4,93	98,60
34	Limpa vidros e acrílico, composição: tensoativo aniônico, alcalinizante, solubilizante, coadjuvante, veículo e corante/unidade de 500 ml.	un	20,00	7,16	143,20
35	Limpador instantâneo, limpeza pesada composição: linear alquil benzeno, sulfonato de sódio, tensoativo não iônico, alcalinizante, sequestrante, solubilizante, éter glicólico, álcool, perfume e água/unidade de 500ml.	un	100,00	6,00	600,00
36	Lixeira para banheiro em polipropileno, com capacidade de 15 litros, com tampa.	un	20,00	12,34	246,80

37	Lustra móveis, composição: cera microcristalina, óleo parafínico, silicone, alcalinizante, espessante, tensoativo, formaldeído, solvente alifático, perfume e água, unidade com 500 ml .	un	20,00	5,40	108,00
38	Luva de látex (par), forradas, multi-uso flexíveis e resistentes látex 100% natural. forro 100% de algodão, para absorver a transpiração. bordas ajustadas que aumentam a proteção evitando a entrada de água, contendo 1 par por pacote. tamanho M E G.	par	60,00	4,90	294,00
39	Pá de limpeza, para recolhimento de resíduos, lixo, em plástico resistente.	un	10,00	5,17	51,70
40	Papel higiênico, branco, macio, neutro com folhas duplas picotadas e grofadas, 100% fibras celulósicas unidade com 50 metros/fardos com 64 rolos.	un	3.000,00	3,13	9390,00
41	Papel toalha branca - composição: folha dupla picotada, grofada e decorada, 100% pura celulose, unidades com 2 rolos de toalhas, medidas de cada toalha de 22cm x 20cm.	un	50,00	4,67	233,50
42	Papel toalha interfolhas branca, de 1ª qualidade 23cm (larg) x 22cm(alt), unidades com 1000 folhas, 100% pura celulose.	UN	500,00	14,83	7415,00
43	Pilhas alcalinas pequenas, pacotes com quatro unidades.	un	30,00	7,20	216,00
44	Rodo com base de borracha, com sistema de troca da borracha, estrutura e cabo de metal, anatômico com rosca, com 60cm.	un	2,00	33,63	67,26
45	Rodo com base de borracha, com sistema de troca da borracha, estrutura e cabo de metal, anatômico com rosca, com 40cm. apresentar amostra.	un	3,00	24,73	74,19
46	Sabão em barra com álcool, Barra de 200 gramas	un	30,00	2,43	72,90
47	Sabão em pó com alvejante seguro, composição: tensoativo aniônico, tamponantes, coadjuvante, sinergista, branqueador óptico, corantes, alvejante, essência, carga e água. contém aquíl benzeno sulfonato de sódio, em embalagens de 1 kg. Apresentar amostra.	kg	30,00	8,96	268,80

48	Sabão em pó com amaciante, composição: tensoativo aniônico, tamponantes, coadjuvante, sinergista, branqueador óptico, corantes, essência, carga e água. contém aquíl benzeno sulfonato de sódio, em embalagens de 1 kg. Apresentar amostra.	kg	30,00	9,63	288,90
49	Sabonete erva-doce cremoso gel, hidratante e emoliente, fragrância, cor-verde-perolado., composição: lauriléter, sulfonato de sódio edta, dietanalimida de ácido graxo de coco, dietearato de polietilenglicol 6000, diestearato de etilenaglicol, olamida de coco. embalados em unidades de 05 litros.	Lt	50,00	19,30	965,00
50	Saco para lixo em rolo capacidade 100l, unidade com 25 sacos.	un	100,00	9,97	997,00
51	Saco para lixo em rolo capacidade 15l, unidade com 100 sacos.	un	50,00	12,00	600,00
52	Saco para lixo em rolo capacidade 30l, unidade com 50 sacos.	un	50,00	9,83	491,50
53	Saco para lixo em rolo capacidade 50l, unidade com 50 sacos.	un	50,00	10,96	548,00
54	Saponáceo cremoso unidade de 300ml. composição: tensoativos, aniônico e não-iônico, espessante, alcalinizantes, abrasivo, preservante, fragrância, veículo, linear alquibenzeno sulfonato de sódio.	un	60,00	5,57	334,20
55	Toalha branca para louças em 100% algodão alvejado, com barra, tamanho 1,00m x 70 cm.	un	50,00	5,57	278,50
56	Toalha de rosto com aproximadamente 50x95 cm, em algodão, atalhada felpuda, cm peso mínimo de 100 grs., cores variadas.	un	10,00	10,83	108,30
57	Touca descartável, branca com elástico, und. com 100 toucas.	un	5,00	6,63	33,15
58	Vassoura de nylon com no mínimo 27cm composição: material sintético, pigmento e metal. cabo de metal revestido com rosca e suporte de material sintético. ideal para pisos lisos.	un	10,00	10,83	108,30
59	Vassoura de palha, cabo de madeira com 1.3 ,palha com 45 cm de longitudinal e 1.200 kg de palha em média, com cinco cordas.	un	10,00	19,83	198,30

60	Vassoura de pêlo, tipo bola, aproximadamente de 27cm, cabo em matéria sintética e metal com rosca.	un	10,00	32,00	320,00
61	Café em pó extra forte, produto de 1º qualidade; não contém glúten; embalado alto vácuo com 500 gramas, selo de pureza emitido pela Associação Brasileira da Indústria do Café - ABIC; validade 90 dias após o empacotamento; rotulagem segundo os padrões da Resolução nº 259 de 20/09/2002 do MS. Validade mínima de 1 ano.	KG	100,00	10,99	1099,00
62	Leite esterilizado Integral UHT. Leite Longa Vida Integral Tetrapak, caixas de 1000ml, fonte natural de proteínas e cálcio, manter todas as características naturais do leite in-natura, inclusive teor de gordura. Deverá constar na embalagem do produto, tabela de informações nutricionais, data de fabricação e prazo de validade e registro no Ministério da Agricultura. Validade mínima de 120 dias podendo ficar armazenado em temperatura ambiente	LT	200,00	2,51	502,00
63	Água mineral sem gás - unidade com 500ml	UN	500,00	1,50	750,00
64	Água mineral com gás - unidade com 500ml	UN	200,00	1,90	380,00
65	Gás de cozinha P13	UN	20,00	55,00	1100,00

Obs. Serão desclassificados as propostas que apresentarem preço superior ao máximo fixado.

Os materiais de expediente serão utilizados pelas Secretarias, órgãos e diretorias a seguir especificadas:

Secretaria de Administração e Finanças;

Gabinete do Prefeito;

Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente;

Secretaria de Planejamento;

Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Casa da Cidadania

Prazo de Vigência: 12 meses.

Local de entrega do serviço:

Conforme especificado na solicitação ao compras.

Prazo de entrega dos serviços:

05 dias após a solicitação de fornecimento

Condições de pagamento: mensal

Validade da proposta: 60 dias

ANEXO VII

Processo Licitatório Nº 0055/2014

Pregão Presencial Nº 0041/2014

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO TRABALHISTA DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

Razão Social: _____

Endereço: _____

Cidade / Estado: _____

CNPJ: _____

DECLARAÇÃO

Ref. Pregão Presencial Nº 41/2014

A empresa < _____ >
, inscrita no CNPJ sob o nº _____
, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezois anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

(Obs. em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

<Cidade/Estado>, <data por extenso>

<nome completo do representante legal e número da carteira de identidade e órgão emissor>

PMC Processo Licitatório Nº 0054/2014 - Pregão Presencial Nº 0040/2014

SENHORES FORNECEDORES ATENÇÃO!

PARA ESTE PROCESSO LICITATÓRIO, ESTÁ DISPONÍVEL O ARQUIVO DE AUTO COTAÇÃO. DÚVIDAS, FAVOR ENTRAR EM CONTATO COM O SETOR DE LICITAÇÕES.

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0054/2014

Pregão Presencial Nº 0040/2014

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para Aquisição fracionada de materiais de expediente para uso geral das Secretarias Municipais com sede no Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos e Secretaria de Infraestrutura e Casa da Cidadania.

ENTREGA E ABERTURA: Diretamente no Departamento de Licitações e ou protocolo, Propostas e Documentos até as 09:00 horas, para abertura às 09:05 horas do dia 02/04/2014.

ENTREGA ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 09:00 horas, para abertura da Seção às 09:05 horas do dia 02/04/2014.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:

No endereço do Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.
TELEFONE Nº (0xx49) 3555-8739 e 3555-8716, FAX Nº (0xx49) 3555-8740.

Capinzal, 19 de março de 2014.
ELISÂNGELA BAGNOLIN
Diretora de Compras e Licitações

Processo Licitatório Nº 0054/2014
Pregão Presencial Nº 0040/2014

PREÂMBULO

1.1. O Município de Capinzal, SC, pessoa jurídica de direito público interno, situada à CARMELLO ZOCOLLI, 155, inscrita no CNPJ sob o nº 82.939.406/0001-07, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. ANDEVIR ISGANZELLA, no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação futura em conformidade com a necessidade do Município do OBJETO abaixo indicado. Os envelopes de "PROPOSTA DE PREÇO" e "DOCUMENTAÇÃO", deverão ser entregues no Setor de licitações mediante protocolo localizado no Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155 neste município. Os envelopes deverão ser entregues nos prazos e horários já descritos supra no Aviso de Licitações e no item 2 deste edital. A presente licitação será do tipo Menor Preço Item, consoantes e em conformidade com as disposições da Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93 e Lei nº 8.883/94, e ainda a Lei nº 123/2006, Decretos Municipais nºs. 012/2014 e 013/2014, de 29/01/2014, bem como as condições a seguir estabelecidas.

LOCAL, DATA E HORA

2.1. A sessão pública será realizada no dia 02/04/2014, com início às 09:00 horas, horário de Brasília – DF.

2.2. Somente poderão participar da sessão pública, as empresas que apresentarem e efetuarem protocolo dos envelopes de PROPOSTAS e DOCUMENTAÇÃO nos prazos e horários fixados por este instrumento.

2.3. Ocorrendo decretação de feriado, ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

OBJETO

3.1. REGISTRO DE PREÇOS para Aquisição fracionada de materiais de expediente para uso geral das Secretarias Municipais com sede no Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos e Secretaria de Infraestrutura e Casa da Cidadania.

PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar do presente Pregão Presencial as empresas que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto a documentação constante deste Edital, e seus Anexos.

4.2. Não será admitida a participação de empresas que se encontrem em regime de recuperação judicial ou em processo de falência, sob concurso de credores, dissolução ou liquidação, que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública, suspensas, ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas.

4.3. Vedada a participação direta ou indireta das pessoas arroladas nos incisos I, II e III do artigo 9º da Lei 8.666/93, conforme Decisão nº 603/97 TCU, bem como as impedidas pela Lei Orgânica do Município de Capinzal.

REPRESENTAÇÃO E CREDENCIAMENTO

5.1. Quando a interessada for representada por pessoa que estatutariamente tenha poder para tal, esta deverá apresentar o ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, a alteração contratual referente à mudança de razão social, na hipótese de haver a referida mudança, bem como, a última alteração devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores.

5.2. Caso seja representada por procurador, este deverá apresentar procuração (podendo utilizar o ANEXO I como modelo) ou documento equivalente, com firma reconhecida do Outorgante, cópia do respectivo RG - Registro Geral e CPF/MF - Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda, DEVENDO APRESENTAR, TAMBÉM, A MESMA DOCUMENTAÇÃO CONSTANTE DO ITEM 5.1. DESTE CAPÍTULO, a fim de comprovar os poderes do outorgante.

5.3. Declaração de Cumprimento Pleno dos Requisitos de Habilitação, conforme modelo (ANEXO IV).

5.4. No caso das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, e, que quiserem utilizar-se das prerrogativas e direitos da LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, deverão apresentar Declaração de que são Microempresas ou Empresa de Pequeno Porte, expedida pela Junta Comercial ou Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas competente.

5.5. Os documentos de credenciamento de que tratam os itens 5.1, 5.2 e 5.3, deverão vir FORA DOS ENVELOPES de documentação e proposta e ficarão retidos nos autos.

5.6. Havendo remessa via postal dos envelopes ou defeito no credenciamento pela ausência de algum dos documentos tratados nos itens 5.1 e 5.2, a licitante não poderá participar da fase de lances, permanecendo com sua proposta fixa, bem como não poderá se manifestar acerca da interposição de recurso quando declarado o vencedor.

5.6.1. A proponente que enviar os envelopes via postal sem a remessa da Declaração referida no item 5.3, ficará automaticamente excluída do certame pela ausência de documento essencial.

5.7. Os documentos devem apresentar prazo de validade, conforme o caso, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pelo Pregoeiro e/ou Equipe de Apoio.

DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1. A proposta deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

MUNICÍPIO DE CAPINZAL/SC
PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2014
REGISTRO DE PREÇOS (RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE)
ENVELOPE Nº 01 - "PROPOSTA DE PREÇOS"

6.2. A proposta necessariamente deverá preencher os seguintes requisitos:

Ser apresentada no formulário ANEXO III ou segundo seu modelo,

com prazo de validade mínima de 60 (sessenta) dias, contendo especificação detalhada dos serviços segundo às exigências mínimas apresentadas no Capítulo 1 deste Edital. Não serão permitidas alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas. Recomenda-se aos senhores licitantes que, dentro do possível, utilizem o formulário anexo ao edital, pois agiliza a análise das propostas e reduz os erros de elaboração das mesmas;

Conter o nome do proponente, endereço, identificação (individual ou social), o nº do CNPJ e da Inscrição Estadual ou Municipal;

Suas folhas devem estar assinadas e rubricadas pelo seu representante legal;

Conter declaração de que os preços apresentados compreendem todas as despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como impostos, taxas, encargos sociais e trabalhistas, fretes e seguros;

Conter o preço unitário de cada peça, limitado a 02 (duas) casas decimais para os centavos, prevalecendo;

Conter prazo de validade da Ata de 12 MESES;

6.3. Anexar à proposta, os dados bancários: nome do banco, nº da conta corrente, indicando a agência bancária para recebimento dos créditos (conforme modelo no ANEXO II).

6.4. Anexar à proposta os dados do representante legal da empresa (aquele que assina a proposta): nome completo, cargo ou função, número de identidade e número do CPF/MF (conforme modelo no ANEXO II).

DA HABILITAÇÃO

7.1. Toda a documentação de habilitação deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

MUNICÍPIO DE CAPINZAL/SC
PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2014
REGISTRO DE PREÇOS (RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE)
ENVELOPE Nº 02 - "DOCUMENTAÇÃO"

7.2. Para habilitação na presente licitação será exigida a entrega dos seguintes documentos:

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual;

Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante;

Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS - CRF);

Prova de Regularidade com a Previdência Social (Certidão Negativa de Débito - CND emitida pelo INSS);

Declaração de que a empresa licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7 da Constituição Federal ("proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;"), em observância à Lei Federal n. 9.854, de 27.10.99, que altera a Lei n. 8.666/93;

Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

7.3. Os documentos devem apresentar prazo de validade, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pelo Pregoeiro/Equipe de Apoio. Não serão aceitas cópias de documentos obtidas por meio de aparelho fac-símile (FAX). Não serão aceitas cópias de documentos ilegíveis.

DAS OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA

8.1. Será de responsabilidade da licitante vencedora:

Entregar os materiais nas condições e formas previstas no presente Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;

Entregar os materiais na sede do município, diretamente na Secretaria ou Departamento solicitado;

Prestar os serviços, somente com autorização expressa e formal do Chefe do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento assinado por ele, no dia e hora que o mesmo solicitar, salvo por motivo de força maior ou urgência comprovada, sob pena de devolução e ou não pagamento da NF;

Enviar, juntamente com a Nota Fiscal, o referido documento assinado pelo mesmo anexado a mesma;

Entregar os produtos licitados, no prazo máximo determinado no ANEXO III e ANEXO VI, com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;

Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93.

DO RECEBIMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1. No dia, hora e local designados no Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o Pregoeiro, juntamente com a Equipe de Apoio, executará a rotina de credenciamento, conforme disposto no Capítulo 3.

9.2. Verificadas as credenciais e declarada aberta a sessão, o Pregoeiro solicitará e receberá, em envelopes devidamente lacrados, a proposta e os documentos exigidos para habilitação.

9.3. Em nenhuma hipótese serão recebidos envelopes contendo proposta e os documentos de habilitação fora do prazo estabelecido neste Edital.

9.4. Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas de preços, ocasião em que será procedida à verificação da conformidade das mesmas com os requisitos estabelecidos neste instrumento, com exceção do preço, desclassificando-se as incompatíveis.

9.5. No curso da sessão, dentre as propostas que atenderem às exigências constantes do Edital, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços de até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes.

9.6. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecerem lances verbais e sucessivos,

quaisquer que sejam os preços oferecidos.

9.7. A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra ao licitante, na ordem decrescente dos preços;

9.8. Dos lances ofertados não caberá retratação.

9.9. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da fase de lances e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante.

9.10. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

9.11. Finalizada a fase de lances e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a compatibilidade dos preços ofertados com os praticados no mercado, desclassificando as propostas dos licitantes que apresentarem preço excessivo, assim considerados aqueles acima do preço de mercado.

9.12. Neste momento, após finalizada os lances, será concedido a LICITANTE Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, que no início se credenciou como tal, o direito de preferência, conforme parágrafo 3º do Artigo 45 da LC Nº 123/2006, desde que esteja com proposta dentro do preço compreendido entre a menor proposta apresentada mais 5%(cinco por cento), apresentar no prazo máximo de 05(cinco) minutos, nova proposta menor que a menor proposta até então apresentada. O disposto neste item somente ser aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

9.13. O Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente que apresentou o menor preço para que seja obtido preço ainda melhor.

9.14. Será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que tiver formulado a proposta de menor preço, para confirmação das suas condições habilitatórias.

9.15. Neste íterim será concedido novamente o direito de preferência, no caso de ter sido vencedora na etapa de lances uma Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, para havendo irregularidades na documentação de Regularidade Fiscal, apresentar as devidas correções e ou substituições no prazo máximo de 02 (dois) dias, prorrogáveis por mais 02(dois), conforme parágrafo 1º do Art. 43 da LC 123/2006, para regularização da documentação.

9.16. No caso de inabilitação do proponente que tiver apresentado a melhor oferta, serão analisados os documentos habilitatórios do licitante da proposta de segundo menor preço, e assim sucessivamente, até que um licitante atenda às condições fixadas neste instrumento convocatório.

9.17. Verificado o atendimento das exigências habilitatórias, será declarada a ordem de classificação dos licitantes.

9.17.1. Será declarado vencedor o licitante que ocupar o primeiro lugar. Serão registrados os fornecedores na ordem de sua classificação, para fins de convocação remanescente na forma do art. 64, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

9.18. O Pregoeiro somente manterá em seu poder os envelopes com a documentação dos licitantes perdedores quando houver manifestação de recurso previsto no item 14.1 deste Edital;

9.19. Da sessão pública será lavrada Ata circunstanciada, devendo

esta ser assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todos os licitantes presentes.

9.20. Todos os documentos e as propostas deverão ser rubricados pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e pelos representantes das licitantes que estiverem presentes.

DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

10.1. A presente licitação será adjudicada à licitante que apresentar proposta de MENOR PREÇO, JULGAMENTO POR ITEM, desde que atendidas as exigências deste Edital.

DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

11.1. Decairão do direito de impugnar os termos desta licitação perante à Administração, os licitantes que não o fizerem até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de propostas, conforme art. 41, § 2º da Lei nº 8.666/93, hipótese que tal comunicação posterior não terá efeito de recurso.

11.2. A propositura de impugnação ou esclarecimento por via postal, não impede a realização do certame, ficando a cargo da proponente, certificar-se que o pedido deverá ser entregue na sede da Prefeitura Municipal, até o prazo previsto no item 09.1, sob pena de não conhecimento do mesmo.

11.3. Somente serão aceitos pedidos de esclarecimento ou impugnações, devidamente formalizados por escrito, pelos proponentes interessados, e regularmente protocolados perante o Setor de Compras e Licitações do Município de Capinzal - SC

11.3.1. A contar do recebimento do pedido de esclarecimento ou impugnação, terá o Presidente da Comissão de Licitações, prazo não inferior a 48h. (quarenta e oito horas), para promover a resposta.

11.3.2. No caso de pedido protocolado na véspera de abertura do certame, terá o Presidente da Comissão de Licitações, prazo não inferior a 36h. (trinta e seis horas) para promover a resposta.

11.4. Os pedidos de impugnação ou esclarecimento deverão indicar obrigatoriamente, um endereço eletrônico e, concomitantemente, um número de fax, para onde serão remetidas as respostas e decisões, pelo Setor de Compras e Licitações.

11.5. Pedidos de esclarecimento ou impugnações formuladas em desacordo com o previsto nos itens 9.1 a 9.4, e seus subitens, deste Edital, serão tidos como inexistentes, e não receberão resposta, sob nenhuma justificativa.

DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. As obrigações decorrentes da ENTREGA dos produtos constantes no Registro de Preços a serem firmadas entre a Administração, os Órgãos Participantes e o Fornecedor serão formalizados através da Ata de Registro de Preços, sendo que o prazo de validade do Registro de Preços será de 12(dose) meses, contados da assinatura da mesma.

12.2. O fornecedor classificado em 1º (primeiro) lugar nos preços registrados, será convocado a firmar a Ata de Registro de Preços no prazo de até 3 (três) dias úteis após a homologação, devendo o proponente manter-se nas mesmas condições da habilitação quanto à regularidade fiscal.

12.3. O licitante que, convocado para assinar a Ata, deixar de fazê-lo no prazo fixado, dela será excluído.

12.4. Na hipótese do fornecedor primeiro classificado ter seu registro cancelado, não assinar, não aceitar ou não retirar o contrato no prazo e condições estabelecidas, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação.

12.5. Observados os critérios e condições estabelecidas neste Edital e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

12.6. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

13.1. Os preços serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da presente Ata, salvo por motivo de força maior, devidamente comprovado pelo fornecedor.

DOS RECURSOS E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

14.1. Declarado(s) o(s) vencedor(es), qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

14.2. Não sendo interpostos recursos, o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame à(s) empresa(s) declarada(s) vencedora(s), sendo submetido este resultado ao Prefeito Municipal para homologação.

14.3. O(s) recurso(s), porventura interposto(s), não terá(ão) efeito suspensivo e será(ão) dirigido(s) ao Exmo. Prefeito Municipal, por intermédio do Pregoeiro, a qual poderá reconsiderar sua decisão, em 05 (cinco) dias úteis ou, nesse período, encaminhá-lo(s) ao Prefeito Municipal, devidamente informado(s), para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

14.4. Decididos os recursos eventualmente interpostos, será o resultado da licitação submetido ao Exmo. Prefeito Municipal para o procedimento de homologação com a devida adjudicação do objeto desta licitação à(s) vencedora(s).

14.5. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo de 03 (três) dias a contar da convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas.

14.6. Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes poderão aplicar, ao (s) FORNECEDOR (ES) as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade

do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho;

Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

14.7. De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

14.8. Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, o licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.1.1. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

15.1.2. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

15.1.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação

15.1.4. Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

16.1. O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

recusar-se a celebrar o contrato ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

tiver presentes razões de interesse público;

for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

for impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

16.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

16.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

DA DOTAÇÃO

17.1 - As despesas decorrentes da entrega do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2014, como segue:

16 - Manutenção dos serviços gerais da administração
3 - SECRETARIA DA ADMINISTRACAO E FINANÇAS
4 - Administração
122 - Administração Geral
15 - ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANCEIRA
2 - Manutenção dos serviços gerais da administração
33903016000000 - Material de Consumo
0 - Recursos Ordinários

DO PAGAMENTO

18.1. O pagamento pela prestação dos serviços, objeto da presente licitação, será feito em favor da licitante vencedora, mediante crédito em conta corrente de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços devidamente identificados, após as publicações mensais, acompanhados da respectiva Nota Fiscal/Fatura.

18.1.1. Conforme disposição legal contida no Decreto nº 7.507, art. 2º, § 1º, de 27 de junho de 2011, os fornecedores obrigam-se a informar a esta administração, caso sejam vencedores do certame, número de conta em agência de banco oficial federal (BANCO DO BRASIL OU CAIXA ECONOMICA FEDERAL), para receberem seus créditos sem custo adicionais. Caso apresentem número de contas em bancos não oficiais, do ramo privado, ARCARÃO com os custos provenientes da transferência do pagamento.

18.2. O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

18.3. A forma de pagamento será mensal, sendo realizada até o 15º (décimo quinto) dia útil do mês subsequentes a realização dos serviços e emissão da nota fiscal.

18.4. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que

lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

19.2. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

19.2.1. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao Órgão Gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

19.2.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

19.2.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

19.2.4. A presente ata poderá ser prorrogada por igual período de 12 meses, nos termos do art. 57 e seus incisos da lei 8666/93 e outros dispositivos legais da lei 10.520.

19.3. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital.

19.4. O resultado desta licitação estará à disposição dos interessados, na sala do Setor de Compras e Licitações, logo após sua homologação.

19.5. Detalhes não citados, referentes a prestação dos serviços, mas que a boa técnica leve a presumir a sua necessidade, não deverão ser omitidos, não sendo aceitas justificativas para sua não apresentação.

19.6. O Prefeito Municipal poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

19.7. O Pregoeiro e a Equipe de Apoio prestarão os esclarecimentos necessários, bem como irão dirimir as dúvidas suscitadas, de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 11:30 hs. e das 13:30 às 17:30 hs., através dos telefones (49) 3555-8739 e 3555-8716 e 3555-8740, pessoalmente (Rua Carmelo Zócoli, 155- Centro - Município de Capinzal - SC), ou ainda pela Home Page www.capinzal.sc.gov.br.

19.8. São partes integrantes deste edital os seguintes ANEXOS:

ANEXO I – Procuração;

ANEXO II – Dados Bancários e Dados do Representante Legal;

ANEXO III – Proposta de Preços;
 ANEXO IV – Declaração de Cumprimento Pleno aos Requisitos de Habilitação;
 ANEXO V – Modelo de Ata Contrato.
 ANEXO VI – Relação dos itens e quantidades do registro de preços e preço máximo;
 ANEXO VII – Declaração de cumprimento das obrigações trabalhistas de proteção as crianças e adolescentes.

Capinzal(SC), 19 de março de 2014.
 ELISÂNGELA BAGNOLIN
 Diretora de Compras e Licitações

ANEXO I
 Processo Licitatório Nº 0054/2014
 Pregão Presencial Nº 0040/2014
 REGISTRO DE PREÇOS

PROCURAÇÃO

<RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO COMPLETO>, por meio de <NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL, RG, CPF E QUALIFICAÇÃO NA EMPRESA>, constitui como suficiente PROCURADOR o Sr. <NOME COMPLETO, RG, CPF>, outorgando-lhe poderes gerais para representar a referida empresa na Licitação <PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2014>, outorgando ainda poderes específicos para efetuar lances, interpor recursos, assinar contratos e praticar todos os demais atos necessários a este procedimento licitatório.

<Cidade/Estado>, <data por extenso>

<nome completo do representante legal e qualificação na empresa>

OBS. Com assinatura do Outorgante reconhecida em Cartório.

ANEXO II
 Processo Licitatório Nº 0054/2014
 Pregão Presencial Nº 0040/2014

DADOS BANCÁRIOS

Nome do Banco	
Cidade	
Nº Agência	Nº da Conta
Nome do Titular da Conta Corrente	

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

Nome Completo
Cargo ou Função
Nº Identidade
Nº CPF / MF

ANEXO III
 Processo Licitatório Nº 0054/2014
 Pregão Presencial Nº 0040/2014

PROPOSTA DE PREÇOS
 OBJETO DA PROPOSTA

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	Capa plástica (transparente) e Contra Capa plástica cor (preta) tamanho A-4, para encadernações. unidade com 100 capas.	Res	10,00	35,50	355,00
2	Alfinete para mapa, embalados em caixas de 50 unidades.	Kg	1,00	145,00	145,00
3	Almofada para carimbo nº 02 ou 3 ou 4.	Un	10,00	10,00	100,00
4	Apontador retangular de metal lâmina em aço carbono temperado, corpo em metal Liga Zamac, embalagem com 20 unidades.	Un	50,00	1,60	80,00
5	Bobina de plástico adesivo transparente, unidade com 25 metros, com marcador numérica de dimensão, tipo contacto com forte poder de adesão.	Un	1,00	57,00	57,00
6	Bobina papel térmico para Fax 216 x 30 m...	Un	10,00	6,50	65,00
7	Bobinas para máquinas de calcular 57 x 60 mm	UN	100,00	1,20	120,00
8	Borracha de látex p/ lápis, confeccionada em material flexível, cor branca, não tóxica, corpo com marca do fabricante em um dos lados, validade impressa no produto, fabricação recente, unidades com 20 borrachas cada, (apresentar 1 caixa de amostra).	Un	20,00	13,90	278,00
9	Caixa de arquivo morto poliondas.	Un	300,00	4,80	1440,00
10	Calculadora de mesa, com visor LDC com inclinação gradual e números grandes, com 12 dígitos, dupla fonte de energia: solar e bateria, tecla para correção, desligamento automático, peso aproximado 150 grs, dimensões: 160 x 156 x 30mm. apresentar amostra.	Un	30,00	25,00	750,00
11	Caneta esferográfica 07 vip pegada ergonômica conexão cromada, tampa de policarbonato, escrita fina e design moderno cores: azul, preta, vermelha e verde.	Un	300,00	4,95	1485,00

12	Caneta esferográfica não retrátil escrita fina 07mm, cor azul, dimensões comprimento mínimo 145mm, diâmetro 8mm, furo de respiro, escrita uniforme e macia que desliza no papel, resistente a queda - corpo: poliestireno cristal e redondo na ponta e sextavado no restante da caneta, tampa e tampinha na cor da caneta, impressão no corpo da caneta: fabricante, ponta de latão evitando rachaduras, esfera de tungstênio 0,8mm, tinta a base de corantes orgânico, solventes, carga aproximadamente de 0,39 gramas de tinta por esferográfica, tampa antiasfixiante, com clipe, na cor da caneta, produto não perecível, atóxico, impressão no corpo e na caixa do fabricante e modelo, embalagem caixa com 100 unidades.	Un	1.000,00	699	699,00
13	Caneta marca texto amarela unidade com 12 canetas (composição: resinas termoplástica e tinta a base de glicol, corante e água) fabricação recente.	Un	5,00	20,00	100,00
14	CD-R gravável (virgem) embalados individualmente (embalagem acrílica).	Un	300,00	1,99	597,00
15	CD-R-W (regravável) 80 min., embalados individualmente (embalagem acrílica).	Un	200,00	3,00	600,00
16	Clipes niquelado, unidades (caixas) com 500 gramas, sendo 10 kg nº 0/0, 10 kg , nº 3/0 e 10 kg nº 6/0 .	Kg	30,00	17,80	534,00
17	Cola em bastão, com no mínimo 20 grs.	UN	50,00	3,90	195,00
18	Cola escolar com tampa giratória rosqueada, não tóxica e acetado de polvinila, unidade com até 40grs, embalados com 6 unidades em caixas com 144 unidades, prazo de validade de no mínimo 3 anos.	Un	20,00	0,90	18,00
19	Colchetes de Latão nº 15/72, comprimento mínimo de 15 cm, unidades com 72 colchetes.	UN	50,00	10,00	500,00
20	Corretivo líquido multiuso indicado para correção de escrita, fax, xerox, datilografia, impressos. - composição: resina acrílica, pigmentos brancos e solventes não clorados, de segmentos instantâneos, unidade com no mínimo 18 ml, fabricação recente.	Un	50,00	3,40	170,00

21	Creme especial para manuseio de papeis - molha dedo	UN	50,00	3,00	150,00
22	DVD RW (S) 4.7-8x mídia virgem com capa acrílica individual.	Un	100,00	4,00	400,00
23	DVR R 4.7-8x virgem com capa acrílica individual	Un	200,00	3,00	600,00
24	Elástico de latex, unidades com 100 gramas	UN	50,00	2,50	125,00
25	Espiral para encadernação, nº 12mm, plástico, cor transparente.	Un	100,00	0,35	35,00
26	Espiral para encadernação, nº 14mm, plástico cor transparente.	Un	100,00	0,45	45,00
27	Espiral para encadernação, nº 17mm, plástico cor transparente..	Un	100,00	0,45	45,00
28	Espiral para encadernação, nº 9mm, plástico cor transparente.	Un	100,00	0,20	20,00
29	Estilete com lâmina em aço temperado, corpo injetado em polipropileno, cor laranja, dispositivo para travar lâmina, aproximadamente 17 cm.	Un	50,00	2,80	140,00
30	Etiquetas adesivas brancas A4, Ink Jet + Lase, código 6182, com 14 etiquetas por folha, formato 38,1 x 99,00 mm, jato de tinta laser, unidade com 100 folhas/1.400 etiquetas.	UN	10,00	29,90	299,00
31	Extrator de grampo, espátula de aço cromado, própria para extração de grampos 26/6 e 26/8, e outros.	Un	30,00	3,60	108,00
32	Fita adesiva transparente, 12mm x 50m resistente a umidade e peso.	Un	50,00	1,90	95,00
33	Fita adesiva p/ embalagem transparente, medida 45mm x 50m, resistente a umidade e peso.	Un	50,00	3,85	192,50
34	Fita adesiva, papelão Kraft puro liso, cor marrom acetinado um lado, 45mmx50m resistente a umidade e peso de até 60 kg (apresentar amostra)	Un	10,00	23,00	230,00
35	Fita adesiva, papelão Kraft puro, cor marrom acetinado (um lado), 38mmx50m resistente a umidade e peso de até 60 kg (apresentar amostra).	Un	20,00	19,90	398,00
36	Fita para impressora matricial Edpson LX - 350 EDG	UN	10,00	12,00	120,00
37	Fita para máquina de escrever duas cores em nylon 13mm x 9m	UN	20,00	2,90	58,00
38	Folha de papel carbono, na cor preta	UN	500,00	0,30	150,00

39	Grampeador de mesa, estrutura metálica, durável, para alfinetar e grampear grampos 26/6, com capacidade mínima para grampear 08 folhas (grampo aberto) e 20 folhas (grampo fechado), tamanho médio, dimensões: comp. Aproximado 20 cm apresentar amostra.	Un	30,00	14,50	435,00
40	Grampeador grande, estrutura metálica, durável, para alfinetar e grampear, grampos 24/8, 24/10, 23/8, 23/10, 23/13), com capacidade mínima para grampear 20 folhas até 100 folhas, cor cinza, aproximadamente 26 cm de comprimento.	Un	5,00	149,00	745,00
41	Grampo Trilho em lâmina de aço, resistente, com acabamento eletrolítico, para uso em pasta suspensa, trilho 80 mm - unidades com 50 grampos.	UN	50,00	9,00	450,00
42	Grampos p/ grampeador, 26/6, unidades com 5.000 grampos, tipo acobreado.	Un	60,00	4,30	258,00
43	Lápis preto nº 02, não tóxico, com grafite resistente e de fácil deslizamento sobre o papel, com ponta iniciada, corpo com escrita macia, escura, excelente apagabilidade, fácil de apontar, produzido em materiais totalmente atóxico e madeira plantada, pintura semifosca com verniz na cor preta, resistente a quebra da mina, colagem da mina a madeira tornando assim o lápis mais resistente, impressão de cor prata no corpo contendo fabricante do produto, medindo aproximadamente 17,5cm de comprimento, embalados em caixas, apresentar amostra.	Un	300,00	0,50	150,00
44	Livro Ata com páginas numeradas de 01 a 100.	Un	20,00	10,10	202,00
45	Marcador para CD, composição: tinta; solventes; resinas; corantes e aditivos. Tampa e corpo: resinas termoplásticas. Ponta e pavió: poliéster. Produto inflamável. Ponta média: aproximadamente 1,0 mm. Tinta de secagem rápida, resistente à água, à umidade e à luz.	UN	50,00	5,00	250,00
46	Papel Corretivo para erros datilográficos, branco, unidades com 10 folhas.	UN	20,00	9,00	180,00

47	Papel para xerox A4 210mmx297mm 75g/m - resma com 500 folhas, 99,99 não atolamento de papel embalados em caixas com 10 unidades com selo do Inmetro.	Res	2.000,00	15,60	31200,00
48	Papel pardo (Kraft puro), liso, não reciclado, bubinas aproximadamente 8 kg cada unidade, 60 cm de altura e 60 de gramatura, apresentar amostra.	Un	5,00	69,90	349,50
49	Pasta AZ com lombo estreito e com etiqueta de identificação.	UN	20,00	6,00	120,00
50	Pasta AZ Lombo largo, com visor e etiqueta para identificação	UN	20,00	6,00	120,00
51	Pasta catálogo, capa em vinil cor preta, unidade com 100 fis plásticas.	Un	20,00	22,00	440,00
52	Pasta em papel cartão, cor preta, com grampo trilho de metal, para uso da Diretoria de Licitações	UN	500,00	1,50	750,00
53	Pasta em papel cartão, com aba elástica, na cor azul royal.	Un	50,00	4,50	225,00
54	Pasta suspensa papel cartão plastificada colorido, marmorizada, cores, azul, amarela, vermelha, preta, estrutura cromada, com ponteiros plásticos resistentes, embaladas em caixas com 50 unidades.	Un	200,00	2,90	580,00
55	Pen Drive de 04 (quatro) GB de memória	Un	20,00	31,00	620,00
56	Pen Drive de 08 (oito) GB de memória	Un	20,00	35,00	700,00
57	Perfurador de papéis em estrutura metálica e pintura epóxi cromada com capacidade de perfuração mínima de 60 folhas	UN	10,00	60,00	600,00
58	Prancheta em acrílico, tamanho para folha ofício.	Un	20,00	8,00	160,00
59	Régua em plástico resistente, cristal, 30 cm, com marcação numérica na régua.	Un	50,00	0,60	30,00
60	Relete de tinta para calculadora Logus 642	UN	10,00	8,00	80,00
61	Roleta de tinta para calculadora Logus 682	UN	10,00	9,00	90,00
62	Tesoura escolar, ponta arredondada, lâmina em aço inox com 1,2mm (com inscrição na lâmina), com cabo plástico resistente em polipropileno, junção das lâminas de rebite maciço de alumínio, comprimento total da tesoura de 13cm.	Un	20,00	3,99	79,80

63	Tesoura grande para recortar, cabo de polipropileno, resistente, anatômica, lâmina em inox com 12cm, comprimento total da tesoura de 21,5cm, apresenta amostra.	Un	20,00	12,50	250,00
64	Tinta para carimbo de borracha, à base de água, corantes, solventes e aditivos, cor preto, com 42 ml.	Un	20,00	6,85	137,00

Obs. Serão desclassificados as propostas que apresentarem preço superior ao máximo fixado.

Os materiais de expediente serão utilizados pelas Secretarias, órgãos e diretorias a seguir especificadas:

Secretaria de Administração e Finanças;

Gabinete do Prefeito;

Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente;

Secretaria de Planejamento;

Secretaria de Desenvolvimento Econômico;

Secretaria de infraestrutura e Casa da Cidadania

Prazo de Vigência: 12 meses.

Local de entrega do serviço:

Conforme especificado na solicitação ao compras.

Prazo de entrega dos serviços:

05 dias após a solicitação de fornecimento

Condições de pagamento: mensal

Validade da proposta: 60 dias

Capinzal (SC), ____ de ____ de ____.

Assinatura do Representante da Empresa
com Carimbo CNPJ

ANEXO IV

Processo Licitatório Nº 0054/2014

Pregão Presencial Nº 0040/2014

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO PLENO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

<RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO COMPLETO>, declara, sob as penas da Lei nº 10.520 de 17/07/2002, que cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação no presente processo licitatório.

<Cidade/Estado>, <data por extenso>

<nome completo do representante legal e qualificação na empresa>

ANEXO V

ATA CONTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXXX

Processo Licitatório Nº XXXX

PREGÃO PRESENCIAL Nº XXXX

MINUTA DE CONTRATO

DAS PARTES:

CONTRATANTE:

O _____ de Capinzal, Estado de Santa Catarina, entidade jurídica de Direito Público Interno, estabelecida na Carmelo Zócolli, 155, nesta cidade de Capinzal, SC, inscrita no CNPJ sob o nº _____, neste ato representado pelo Sr. _____, inscrito no CPF sob o nº _____.

CONTRATADA:

A empresa _____ inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, com sede à _____, na cidade de _____, _____, representada neste ato pelo(a) seu(u) Administrador/Procurador(a) _____, CPF: _____, doravante simplesmente designada contratada.

Para entrega dos produtos descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - O presente pregão tem como objeto o registro de preços para OBJETO DO CONTRATO.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

2.1 – As quantidades de unidades individuais dos produtos licitados, que serão adquiridos parcial ou total durante o período de vigência da Ata, são os enumerados no edital, ANEXO VII.

2.2 - A licitante vencedora efetuará as entregas dos materiais mediante a solicitação formal do departamento de compras e licitações deste município.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1 – Pela entrega do objeto o FORNECEDOR receberá a importância unitária e total pelas quantidades efetivamente solicitadas e entregas, conforme planilha abaixo:

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	Capa plástica (transparente) e Contra Capa plástica cor (preta) tamanho A-4, para encadernações. unidade com 100 capas.	Res	10,00	35,50	355,00
2	Alfinete para mapa, embalados em caixas de 50 unidades.	Kg	1,00	145,00	145,00
3	Almofada para carimbo nº 02 ou 3 ou 4.	Un	10,00	10,00	100,00
4	Apontador retangular de metal lâmina em aço carbono temperado, corpo em metal Liga Zamac, embalagem com 20 unidades.	Un	50,00	1,60	80,00
5	Bobina de plástico adesivo transparente, unidade com 25 metros, com marcador numérica de dimensão, tipo contacto com forte poder de adesão.	Un	1,00	57,00	57,00
6	Bobina papel térmico para Fax 216 x 30 m...	Un	10,00	6,50	65,00
7	Bobinas para máquinas de calcular 57 x 60 mm	UN	100,00	1,20	120,00

8	Borracha de látex p/ lápis, confeccionada em material flexível, cor branca, não tóxica, corpo com marca do fabricante em um dos lados, validade impressa no produto, fabricação recente, unidades com 20 borrachas cada, (apresentar 1 caixa de amostra).	Un	20,00	13,90	278,00
9	Caixa de arquivo morto poliondas.	Un	300,00	4,80	1440,00
10	Calculadora de mesa, com visor LDC com inclinação gradual e números grandes, com 12 dígitos, dupla fonte de energia: solar e bateria, tecla para correção, desligamento automático, peso aproximado 150 grs, dimensões: 160 x 156 x 30mm.apresentar amostra.	Un	30,00	25,00	750,00
11	Caneta esferográfica 07 vip pegada ergonômica conexão cromada, tampa de policarbonato, escrita fina e design moderno cores: azul, preta, vermelha e verde.	Un	300,00	4,95	1485,00
12	Caneta esferográfica não retrátil escrita fina 07mm, cor azul, dimensões comprimento mínimo 145mm, diâmetro 8mm, furo de respiro, escrita uniforme e macia que desliza no papel, resistente a queda - corpo: poliestireno cristal e redondo na ponta e sextavado no restante da caneta, tampa e tampinha na cor da caneta, impressão no corpo da caneta: fabricante, ponta de latão evitando rachaduras, esfera de tungstênio 0,8mm, tinta a base de corantes orgânico, solventes, carga aproximadamente de 0,39 gramas de tinta por esferográfica, tampa antiasfixiante, com clipe, na cor da caneta, produto não perecível, atóxico, impressão no corpo e na caixa do fabricante e modelo, embalagem caixa com 100 unidades.	Un	1.000,00	0,699	699,00
13	Caneta marca texto amarela unidade com 12 canetas (composição: resinas termoplástica e tinta a base de glicol, corante e água) fabricação recente.	Un	5,00	20,00	100,00
14	CD-R gravável (virgem) embalados individualmente (embalagem acrílica).	Un	300,00	1,99	597,00
15	CD-R-W (regravável)80 min., embalados individualmente (embalagem acrílica).	Un	200,00	3,00	600,00

16	Clipes niquelado, unidades (caixas) com 500 gramas, sendo 10 kg nº 0/0, 10 kg , nº 3/0 e 10 kg nº 6/0 .	Kg	30,00	17,80	534,00
17	Cola em bastão, com no mínimo 20 grs.	UN	50,00	3,90	195,00
18	Cola escolar com tampa giratória rosqueada, não tóxica e acetado de polvinila, unidade com até 40grs, embalados com 6 unidades em caixas com 144 unidades, prazo de validade de no mínimo 3 anos.	Un	20,00	0,90	18,00
19	Colchetes de Latão nº 15/72, comprimento mínimo de 15 cm, unidades com 72 colchetes.	UN	50,00	10,00	500,00
20	Corretivo líquido multiuso indicado para correção de escrita, fax, xerox, datilografia, impressos. - composição: resina acrílica, pigmentos brancos e solventes não clorados, de segmentos instantâneos, unidade com no mínimo 18 ml, fabricação recente.	Un	50,00	3,40	170,00
21	Crema especial para manuseio de papeis - molha dedo	UN	50,00	3,00	150,00
22	DVD RW (S) 4.7-8x mídia virgem com capa acrílica individual.	Un	100,00	4,00	400,00
23	DVR R 4.7-8x virgem com capa acrílica individual	Un	200,00	3,00	600,00
24	Elástico de latex, unidades com 100 gramas	UN	50,00	2,50	125,00
25	Espiral para encadernação, nº 12mm, plástico, cor transparente.	Un	100,00	0,35	35,00
26	Espiral para encadernação, nº 14mm, plástico cor transparente.	Un	100,00	0,45	45,00
27	Espiral para encadernação, nº 17mm, plástico cor transparente..	Un	100,00	0,45	45,00
28	Espiral para encadernação, nº 9mm, plástico cor transparente.	Un	100,00	0,20	20,00
29	Estilete com lâmina em aço temperado, corpo injetado em polipropileno, cor laranja, dispositivo para travar lâmina, aproximadamente 17 cm.	Un	50,00	2,80	140,00
30	Etiquetas adesivas brancas A4, Ink Jet + Lase, código 6182, com 14 etiquetas por folha, formato 38,1 x 99,00 mm, jato de tinta laser, unidade com 100 folhas/1.400 etiquetas.	UN	10,00	29,90	299,00
31	Extrator de grampo, espátula de aço cromado, própria para extração de grampos 26/6 e 26/8,e outros.	Un	30,00	3,60	108,00
32	Fita adesiva transparente, 12mm x 50m resistente a umidade e peso.	Un	50,00	1,90	95,00

33	Fita adesiva p/ embalagem transparente, medida 45mm x 50m, resistente a umidade e peso.	Un	50,00	3,85	192,50
34	Fita adesiva, papelão Kraft puro liso, cor marrom acetinado um lado, 45mmx50m resistente a umidade e peso de até 60 kg (apresentar amostra)	Un	10,00	23,00	230,00
35	Fita adesiva, papelão Kraft puro, cor marrom acetinado (um lado), 38mmx50m resistente a umidade e peso de até 60 kg (apresentar amostra).	Un	20,00	19,90	398,00
36	Fita para impressora matricial Edpson LX - 350 EDG	UN	10,00	12,00	120,00
37	Fita para máquina de escrever duas cores em nylon 13mm x 9m	UN	20,00	2,90	58,00
38	Folha de papel carbono, na cor preta	UN	500,00	0,30	150,00
39	Grampeador de mesa, estrutura metálica, durável, para alfinetar e grampear grampos 26/6, com capacidade mínima para grampear 08 folhas (grampo aberto) e 20 folhas (grampo fechado), tamanho médio, dimensões: comp. Aproximado 20 cm apresentar amostra.	Un	30,00	14,50	435,00
40	Grampeador grande, estrutura metálica, durável, para alfinetar e grampear, grampos 24/8, 24/10, 23/8, 23/10, 23/13), com capacidade mínima para grampear 20 folhas até 100 folhas, cor cinza, aproximadamente 26 cm de comprimento.	Un	5,00	149,00	745,00
41	Grampo Trilho em lâmina de aço, resistente, com acabamento eletrolítico, para uso em pasta suspensa, trilho 80 mm - unidades com 50 grampos.	UN	50,00	9,00	450,00
42	Grampos p/ grampeador, 26/6, unidades com 5.000 grampos, tipo acobreado.	Un	60,00	4,30	258,00

43	Lápis preto nº 02, não tóxico, com grafite resistente e de fácil deslizamento sobre o papel, com ponta iniciada, corpo com escrita macia, escura, excelente apagabilidade, fácil de apontar, produzido em materiais totalmente atóxico e madeira plantada, pintura semifosca com verniz na cor preta, resistente a quebra da mina, colagem da mina a madeira tornando assim o lápis mais resistente, impressão de cor prata no corpo contendo fabricante do produto, medindo aproximadamente 17,5cm de comprimento, embalados em caixas, apresentar amostra.	Un	300,00	0,50	150,00
44	Livro Ata com páginas enumeradas de 01 a 100.	Un	20,00	10,10	202,00
45	Marcador para CD, composição: tinta; solventes; resinas; corantes e aditivos. Tampa e corpo: resinas termoplásticas. Ponta e pavio: poliéster. Produto inflamável. Ponta média: aproximadamente 1,0 mm. Tinta de secagem rápida, resistente à água, à umidade e à luz.	UN	50,00	5,00	250,00
46	Papel Corretivo para erros datilográficos, branco, unidades com 10 folhas.	UN	20,00	9,00	180,00
47	Papel para xerox A4 210mmx297mm 75g/m - resma com 500 folhas, 99,99 não atolamento de papel embalados em caixas com 10 unidades com selo do Inmetro.	Res	2.000,00	15,60	31200,00
48	Papel pardo (Kraft puro), liso, não reciclado, bubinas aproximadamente 8 kg cada unidade, 60 cm de altura e 60 de gramatura, apresentar amostra.	Un	5,00	69,90	349,50
49	Pasta AZ com lombo estreito e com etiqueta de identificação.	UN	20,00	6,00	120,00
50	Pasta AZ Lombo largo, com visor e etiqueta para identificação	UN	20,00	6,00	120,00
51	Pasta catálogo, capa em vinil cor preta, unidade com 100 fls plásticas.	Un	20,00	22,00	440,00
52	Pasta em papel cartão, cor preta, com grampo trilho de metal, para uso da Diretoria de Licitações	UN	500,00	1,50	750,00
53	Pasta em papel cartão, com aba elástica, na cor azul royal.	Un	50,00	4,50	225,00

54	Pasta suspensa papel cartão plastificada colorido, marmorizada, cores, azul, amarela, vermelha, preta, estrutura cromada, com ponteiros plásticos resistentes, embaladas em caixas com 50 unidades.	Un	200,00	2,90	580,00
55	Pen Drive de 04 (quatro) GB de memória	Un	20,00	31,00	620,00
56	Pen Drive de 08 (oito) GB de memória	Un	20,00	35,00	700,00
57	Perfurador de papéis em estrutura metálica e pintura epóxi cromada com capacidade de perfuração mínima de 60 folhas	UN	10,00	60,00	600,00
58	Prancheta em acrílico, tamanho para folha ofício.	Un	20,00	8,00	160,00
59	Réguas em plástico resistente, cristal, 30 cm, com marcação numérica na régua.	Un	50,00	0,60	30,00
60	Relete de tinta para calculadora Logus 642	UN	10,00	8,00	80,00
61	Roleta de tinta para calculadora Logus 682	UN	10,00	9,00	90,00
62	Tesoura escolar, ponta arredondada, lâmina em aço inox com 1,2mm (com inscrição na lâmina), com cabo plástico resistente em polipropileno, junção das lâminas de rebite maciço de alumínio, comprimento total da tesoura de 13cm.	Un	20,00	3,99	79,80
63	Tesoura grande para recortar, cabo de polipropileno, resistente, anatômica, lâmina em inox com 12cm, comprimento total da tesoura de 21,5cm, apresenta amostra.	Un	20,00	12,50	250,00
64	Tinta para carimbo de borracha, à base de água, corantes, solventes e aditivos, cor preto, com 42 ml.	Un	20,00	6,85	137,00

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

4.1 – Os preços serão fixos e irrecorríveis durante a vigência da presente Ata, salvo por motivo de força maior, devidamente demonstrados e provados.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PAGAMENTOS

5.1 - A forma de pagamento será mensal, sendo realizada até o 15º (décimo quinto) dia útil do mês subsequente a realização das publicações e emissão das notas fiscais.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6.1 – Será de responsabilidade da licitante vencedora:

a) Entregar o objeto ou prestar os serviços licitado nas condições e formas previstas no presente Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;

b) Entregar objeto licitado na sede do município, diretamente na Secretaria ou departamento solicitado;

c) Prestar os serviços do objeto licitado, somente com autorização expressa e formal do Chefe do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento assinado por ele, no dia e hora que o mesmo solicitar, com prazo não superior a 48 (quarenta e oito) horas da data solicitada, salvo por motivo de força maior ou urgência comprovada, sob pena de devolução e ou não pagamento da NF;

d) Enviar, juntamente com a Nota Fiscal, o referido documento assinado pelo mesmo anexado a mesma;

e) Prestar os serviços do objeto licitado com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;

f) Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93;

g) Substituir todo e qualquer produto que for entregue com prazo inferior de 6 (seis) meses para vencimento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 - Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Município ou os Órgãos Participantes poderão aplicar ao FORNECEDOR as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o FORNECEDOR sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho;

c) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

§1º. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

§2º. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo

superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

I - convocar o FORNECEDOR visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II - frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido; e

III - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§3º. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I - liberar o FORNECEDOR do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§4º. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

10.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;

c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) Tiver presentes razões de interesse público;

e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

§1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - As despesas decorrentes da prestação dos serviços de publicações, objetos do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento em exercício na data do pedido, conforme edital.

16 - Manutenção dos serviços gerais da administração
3 - SECRETARIA DA ADMINISTRACAO E FINANÇAS
4 - Administração
122 - Administração Geral
15 - ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANCEIRA
2 - Manutenção dos serviços gerais da administração
33903016000000 - Material de Consumo
0 - Recursos Ordinários

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

12.1 - A presente Ata está vinculado ao Processo Licitatório nº XX, Pregão Presencial nº XX – Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

13.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será da assinatura do presente até 12 (doze) meses adiante.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos/serviços que dele poderão advir.

14.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

14.3 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

14.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

14.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

14.5.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

14.5.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

14.5.3 - As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - É competente o foro da Comarca de Capinzal para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Capinzal, Data.

CONTRATANTE	CONTRATADA
-------------	------------

TESTEMUNHAS:

TESTEMUNHA 1	TESTEMUNHA 2
--------------	--------------

ANEXO VI

Processo Licitatório Nº 0054/2014

Pregão Presencial Nº 0040/2014

RELAÇÃO DE ITENS DO OBJETO DESTA LICITAÇÃO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para Aquisição fracionada de materiais de expediente para uso geral das Secretarias Municipais com sede no Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos e Secretaria de Infraestrutura e Casa da Cidadania.

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	Capa plástica (transparente) e Contra Capa plástica cor (preta) tamanho A-4, para encadernações. unidade com 100 capas.	Res	10,00	35,50	355,00
2	Alfinete para mapa, embalados em caixas de 50 unidades.	Kg	1,00	145,00	145,00
3	Almofada para carimbo nº 02 ou 3 ou 4.	Un	10,00	10,00	100,00
4	Apontador retangular de metal lâmina em aço carbono temperado, corpo em metal Liga Zamac, embalagem com 20 unidades.	Un	50,00	1,60	80,00
5	Bobina de plástico adesivo transparente, unidade com 25 metros, com marcador numérica de dimensão, tipo contacto com forte poder de adesão.	Un	1,00	57,00	57,00
6	Bobina papel térmico para Fax 216 x 30 m...	Un	10,00	6,50	65,00
7	Bobinas para máquinas de calcular 57 x 60 mm	UN	100,00	1,20	120,00
8	Borracha de látex p/ lápis, confeccionada em material flexível, cor branca, não tóxica, corpo com marca do fabricante em um dos lados, validade impressa no produto, fabricação recente, unidades com 20 borrachas cada, (apresentar 1 caixa de amostra).	Un	20,00	13,90	278,00
9	Caixa de arquivo morto poliondas.	Un	300,00	4,80	1440,00

10	Calculadora de mesa, com visor LDC com inclinação gradual e números grandes, com 12 dígitos, dupla fonte de energia: solar e bateria, tecla para correção, desligamento automático, peso aproximado 150 grs, dimensões: 160 x 156 x 30mm. apresentar amostra.	Un	30,00	25,00	750,00
11	Caneta esferográfica 07 vip pegada ergonômica conexão cromada, tampa de policarbonato, escrita fina e design moderno cores: azul, preta, vermelha e verde.	Un	300,00	4,95	1485,00
12	Caneta esferográfica não retrátil escrita fina 07mm, cor azul, dimensões comprimento mínimo 145mm, diâmetro 8mm, furo de respiro, escrita uniforme e macia que desliza no papel, resistente a queda - corpo: poliestireno cristal e redondo na ponta e sextavado no restante da caneta, tampa e tampinha na cor da caneta, impressão no corpo da caneta: fabricante, ponta de latão evitando rachaduras, esfera de tungstênio 0,8mm, tinta a base de corantes orgânico, solventes, carga aproximadamente de 0,39 gramas de tinta por esferográfica, tampa antiasfixiante, com clipe, na cor da caneta, produto não perecível, atóxico, impressão no corpo e na caixa do fabricante e modelo, embalagem caixa com 100 unidades.	Un	1.000,00	0,699	699,00
13	Caneta marca texto amarela unidade com 12 canetas (composição: resinas termoplástica e tinta a base de glicol, corante e água) fabricação recente.	Un	5,00	20,00	100,00
14	CD-R gravável (virgem) embalados individualmente (embalagem acrílica).	Un	300,00	1,99	597,00
15	CDR-W (regravável) 80 min., embalados individualmente (embalagem acrílica).	Un	200,00	3,00	600,00
16	Clipes niquelado, unidades (caixas) com 500 gramas, sendo 10 kg nº 0/0, 10 kg , nº 3/0 e 10 kg nº 6/0 .	Kg	30,00	17,80	534,00
17	Cola em bastão, com no mínimo 20 grs.	UN	50,00	3,90	195,00

18	Cola escolar com tampa giratória rosqueada, não tóxica e acetado de polivinila, unidade com até 40grs, embalados com 6 unidades em caixas com 144 unidades, prazo de validade de no mínimo 3 anos.	Un	20,00	0,90	18,00
19	Colchetes de Latão nº 15/72, comprimento mínimo de 15 cm, unidades com 72 colchetes.	UN	50,00	10,00	500,00
20	Corretivo líquido multiuso indicado para correção de escrita, fax, xerox, datilografia, impressos. - composição: resina acrílica, pigmentos brancos e solventes não clorados, de segmentos instantâneos, unidade com no mínimo 18 ml, fabricação recente.	Un	50,00	3,40	170,00
21	Creme especial para manuseio de papeis - molha dedo	UN	50,00	3,00	150,00
22	DVD RW (S) 4.7-8x mídia virgem com capa acrílica individual.	Un	100,00	4,00	400,00
23	DVR R 4.7-8x virgem com capa acrílica individual	Un	200,00	3,00	600,00
24	Elástico de latex, unidades com 100 gramas	UN	50,00	2,50	125,00
25	Espiral para encadernação, n ° 12mm, plástico, cor transparente.	Un	100,00	0,35	35,00
26	Espiral para encadernação, n ° 14mm, plástico cor transparente.	Un	100,00	0,45	45,00
27	Espiral para encadernação, n ° 17mm, plástico cor transparente..	Un	100,00	0,45	45,00
28	Espiral para encadernação, n ° 9mm, plástico cor transparente.	Un	100,00	0,20	20,00
29	Estilete com lâmina em aço temperado, corpo injetado em polipropileno, cor laranja, dispositivo para travar lâmina, aproximadamente 17 cm.	Un	50,00	2,80	140,00
30	Etiquetas adesivas brancas A4, Ink Jet + Lase, código 6182, com 14 etiquetas por folha, formato 38,1 x 99,00 mm, jato de tinta laser, unidade com 100 folhas/1.400 etiquetas.	UN	10,00	29,90	299,00
31	Extrator de grampo, espátula de aço cromado, própria para extração de grampos 26/6 e 26/8,e outros.	Un	30,00	3,60	108,00
32	Fita adesiva transparente, 12mm x 50m resistente a umidade e peso.	Un	50,00	1,90	95,00
33	Fita adesiva p/ embalagem transparente, medida 45mm x 50m, resistente a umidade e peso.	Un	50,00	3,85	192,50

34	Fita adesiva, papelão Kraft puro liso, cor marrom acetinado um lado, 45mmx50m resistente a umidade e peso de até 60 kg (apresentar amostra)	Un	10,00	23,00	230,00
35	Fita adesiva, papelão Kraft puro, cor marrom acetinado (um lado), 38mmx50m resistente a umidade e peso de até 60 kg (apresentar amostra).	Un	20,00	19,90	398,00
36	Fita para impressora matricial Edpson LX - 350 EDG	UN	10,00	12,00	120,00
37	Fita para máquina de escrever duas cores em nylon 13mm x 9m	UN	20,00	2,90	58,00
38	Folha de papel carbono, na cor preta	UN	500,00	0,30	150,00
39	Grampeador de mesa, estrutura metálica, durável, para alfinetar e grampear grampos 26/6, com capacidade mínima para grampear 08 folhas (grampo aberto) e 20 folhas (grampo fechado), tamanho médio, dimensões: comp. Aproximado 20 cm apresentar amostra.	Un	30,00	14,50	435,00
40	Grampeador grande, estrutura metálica, durável, para alfinetar e grampear, grampos 24/8, 24/10,23/8,23/10,23/13), com capacidade mínima para grampear 20 folhas até 100 folhas, cor cinza, aproximadamente 26 cm de comprimento.	Un	5,00	149,00	745,00
41	Grampo Trilho em lâmina de aço, resistente, com acabamento eletrolítico, para uso em pasta suspensa, trilho 80 mm - unidades com 50 grampos.	UN	50,00	9,00	450,00
42	Grampos p/ grampeador, 26/6, unidades com 5.000 grampos, tipo acobreado.	Un	60,00	4,30	258,00

43	Lápis preto nº 02, não tóxico, com grafite resistente e de fácil deslizamento sobre o papel, com ponta iniciada, corpo com escrita macia, escura, excelente apagabilidade, fácil de apontar, produzido em materiais totalmente atóxico e madeira plantada, pintura semifosca com verniz na cor preta, resistente a quebra da mina, colagem da mina a madeira tornando assim o lápis mais resistente, impressão de cor prata no corpo contendo fabricante do produto, medindo aproximadamente 17,5cm de comprimento, embalados em caixas, apresentar amostra.	Un	300,00	0,50	150,00
44	Livro Ata com páginas enumeradas de 01 a 100.	Un	20,00	10,10	202,00
45	Marcador para CD, composição: tinta; solventes; resinas; corantes e aditivos. Tampa e corpo: resinas termoplásticas. Ponta e pavi: poliéster. Produto inflamável. Ponta média: aproximadamente 1,0 mm. Tinta de secagem rápida, resistente à água, à umidade e à luz.	UN	50,00	5,00	250,00
46	Papel Corretivo para erros datilográficos, branco, unidades com 10 folhas.	UN	20,00	9,00	180,00
47	Papel para xerox A4 210mmx297mm 75g/m - resma com 500 folhas, 99,99 não atolamento de papel embalados em caixas com 10 unidades com selo do Inmetro.	Res	2.000,00	15,60	31200,00
48	Papel pardo (Kraft puro), liso, não reciclado, bubinas aproximadamente 8 kg cada unidade, 60 cm de altura e 60 de gramatura, apresentar amostra.	Un	5,00	69,90	349,50
49	Pasta AZ com lombo estreito e com etiqueta de identificação.	UN	20,00	6,00	120,00
50	Pasta AZ Lombo largo, com visor e etiqueta para identificação	UN	20,00	6,00	120,00
51	Pasta catálogo, capa em vinil cor preta, unidade com 100 fls plásticas.	Un	20,00	22,00	440,00
52	Pasta em papel cartão, cor preta, com grampo trilho de metal, para uso da Diretoria de Licitações	UN	500,00	1,50	750,00
53	Pasta em papel cartão, com aba elástica, na cor azul royal.	Un	50,00	4,50	225,00

54	Pasta suspensa papel cartão plastificada colorido, marmorizada, cores, azul, amarela, vermelha, preta, estrutura cromada, com ponteiros plásticos resistentes, embaladas em caixas com 50 unidades.	Un	200,00	2,90	580,00
55	Pen Drive de 04 (quatro) GB de memória	Un	20,00	31,00	620,00
56	Pen Drive de 08 (oito) GB de memória	Un	20,00	35,00	700,00
57	Perfurador de papéis em estrutura metálica e pintura epóxi cromada com capacidade de perfuração mínima de 60 folhas	UN	10,00	60,00	600,00
58	Prancheta em acrílico, tamanho para folha ofício.	Un	20,00	8,00	160,00
59	Régua em plástico resistente, cristal, 30 cm, com marcação numérica na régua.	Un	50,00	0,60	30,00
60	Relete de tinta para calculadora Logus 642	UN	10,00	8,00	80,00
61	Roleta de tinta para calculadora Logus 682	UN	10,00	9,00	90,00
62	Tesoura escolar, ponta arredondada, lâmina em aço inox com 1,2mm (com inscrição na lâmina), com cabo plástico resistente em polipropileno, junção das lâminas de rebite maciço de alumínio, comprimento total da tesoura de 13cm.	Un	20,00	3,99	79,80
63	Tesoura grande para recortar, cabo de polipropileno, resistente, anatômica, lâmina em inox com 12cm, comprimento total da tesoura de 21,5cm, apresenta amostra.	Un	20,00	12,50	250,00
64	Tinta para carimbo de borracha, à base de água, corantes, solventes e aditivos, cor preto, com 42 ml.	Un	20,00	6,85	137,00

Obs. Serão desclassificados as propostas que apresentarem preço superior ao máximo fixado.

Os materiais de expediente serão utilizados pelas Secretarias, órgãos e diretorias a seguir especificadas:
 Secretaria de Administração e Finanças;
 Gabinete do Prefeito;
 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente;
 Secretaria de Planejamento;
 Secretaria de Desenvolvimento Econômico;
 Secretaria de infraestrutura e Casa da Cidadania

ANEXO VII
 Processo Licitatório Nº 0054/2014
 Pregão Presencial Nº 0040/2014

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO
 TRABALHISTA DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

Razão Social: _____
Endereço: _____
Cidade / Estado: _____
CNPJ: _____

DECLARAÇÃO

Ref. Pregão Presencial Nº 40/2014

A empresa < _____ >
, inscrita no CNPJ sob o nº _____
, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a)
_____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____,
DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

(Obs. em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

<Cidade/Estado>, <data por extenso>

<nome completo do representante legal e número da carteira de identidade e órgão emissor>

Catanduvás**PREFEITURA****Extrato do Contrato PMC Nº 0017/2014**

TERMO DE CONTRATO PMC N.º 0017/2014
PREGÃO Nº 0014/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0015/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS
CONTRATADA: BORILLI PNEUS LTDA

OBJETO: O CONTRATADO prestará serviços especializados em recauchutagens de pneus para atender as necessidades dos maquinários e veículos das Secretarias Municipais de Educação, Cultura e Desporto e Infraestrutura.

VALOR: R\$ 16.152,00 (dezesseis mil cento e cinquenta e dois reais)

VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2014

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 07 de março de 2014.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC
Gisa Aparecida Giacomini

EXTRATO DO CONTRATO PMC Nº 0018/2014

TERMO DE CONTRATO PMC N.º 0018/2014
PREGÃO Nº 0014/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0015/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS
CONTRATADA: F. VACHILESKI & CIA LTDA

OBJETO: O CONTRATADO prestará serviços especializados em recauchutagens de pneus para atender as necessidades dos maquinários e veículos das Secretarias Municipais de Educação, Cultura e Desporto e Infraestrutura.

VALOR: R\$ 11.592,00 (onze mil quinhentos e noventa e dois reais).

VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2014.

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 07 de março de 2014.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC
Gisa Aparecida Giacomini

EXTRATO DO CONTRATO PMC Nº 0019/2014

TERMO DE CONTRATO PMC N.º 0019/2014
PREGÃO Nº 0014/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0015/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS
CONTRATADA: RECAUCHUTADORA RODA LTDA

OBJETO: O CONTRATADO prestará serviços especializados em recauchutagens de pneus para atender as necessidades dos maquinários e veículos das Secretarias Municipais de Educação, Cultura e Desporto e Infraestrutura.

VALOR: R\$ 25.114,00 (vinte e cinco mil cento e quatorze reais).

VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2014.

DATA DE VIGÊNCIA: 07 de março de 2014.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC
Gisa Aparecida Giacomini

EXTRATO DO CONTRATO PMC Nº 0020/2014

TERMO DE CONTRATO PMC Nº 0020/2014
PREGÃO Nº 0010/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0010/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS
CONTRATADO: TRANSPORTES ATZ E ATZ LTDA - ME

Objeto: O objeto do presente contrato consiste na contratação de Serviços Mecânicos em geral visando o desenvolvimento das Secretarias de Educação, Cultura e Desporto, Saúde e Desenvolvimento Social, Assistência Social, Conselho Tutelar e Infraestrutura.

VALOR: R\$ 66.124,40 (sessenta e seis mil cento e vinte e quatro reais e quarenta centavos).

VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2014.

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 10 de março de 2014.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC
Gisa Aparecida Giacomini

EXTRATO DO CONTRATO PMC Nº 0021/2014

TERMO DE CONTRATO PMC Nº 0021/2014
PREGÃO Nº 0010/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0010/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS
CONTRATADO: SELVINO SILVA DE OLIVEIRA

Objeto: O objeto do presente contrato consiste na contratação de Serviços Mecânicos em geral visando o desenvolvimento das Secretarias de Educação, Cultura e Desporto, Saúde e Desenvolvimento Social, Assistência Social, Conselho Tutelar e Infraestrutura.

VALOR: R\$ 46.000,00 (quarenta e seis mil reais).

VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2014.

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 10 de março de 2014.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC
Gisa Aparecida Giacomini

EXTRATO DO CONTRATO PMC Nº 0022/2014

TERMO DE CONTRATO PMC Nº 0022/2014

PREGÃO Nº 0013/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0014/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADA: MARILENE MATTIOLO

OBJETO: Aquisição de plantas e contratação de mão de obra, para manutenção dos jardins nas áreas de domínio público, e nas áreas que não haja adoção pelas empresas, conforme relação de locais em anexo, visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

VALOR: R\$ 59.400,00 (cinquenta e nove mil e quatrocentos reais).

VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2014.

DATA DE ASSINATURA: 11 de março de 2014.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC

Gisa Aparecida Giacomini

EXTRATO DO CONTRATO PMC Nº 0023/2014

TERMO DE CONTRATO PMC Nº 0023/2014

PREGÃO Nº 0013/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0014/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADA: DARCI PEDRO FACIN 42341450920

OBJETO: Aquisição de plantas, para manutenção dos jardins nas áreas de domínio público, e nas áreas que não haja adoção pelas empresas, conforme relação de locais em anexo, visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

VALOR: R\$ 14.300,00 (quatorze mil e trezentos reais).

VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2014.

DATA DE ASSINATURA: 11 de março de 2014.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC

Gisa Aparecida Giacomini

EXTRATO DO CONTRATO PMC Nº 0024/2014

TERMO DE CONTRATO PMC Nº 0024/2014

PREGÃO Nº 0015/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0016/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADO: LEONARDO BERTONCELLO PAGLILIOSA ME

OBJETO: Materiais para execução de unidades habitacionais por meio da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

VALOR: R\$ 146.800,00 (cento e quarenta e seis mil e oitocentos reais).

VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2014.

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 12 de março de 2014.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC

Gisa Aparecida Giacomini

EXTRATO DO CONTRATO PMC Nº 0025/2014

TERMO DE CONTRATO PMC Nº 0025/2014

PREGÃO Nº 0015/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0016/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADO: SECCO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

OBJETO: Materiais e mão de obra (mão de obra para colocação de vidros) para execução de unidades habitacionais por meio da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

VALOR: R\$ 368.244,04 (trezentos e sessenta e oito mil duzentos e quarenta e quatro reais e quatro centavos).

VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2014..

DATA DE ASSINATURA: 12 de março de 2014.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC

Gisa Aparecida Giacomini

EXTRATO DO CONTRATO PMC Nº 0026/2014

TERMO DE CONTRATO PMC Nº 0026/2014

INEXIGIBILIDADE N.º 0001/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0021/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADO: ADAILSO DE OLIVEIRA

OBJETO: Alimentos para merenda agricultura familiar referente ao primeiro semestre, por meio da secretaria municipal de educação.

VALOR: R\$ 9.906,00 (nove mil novecentos e seis reais).

VIGÊNCIA: Até 31 de julho de 2014.

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 11 de março de 2014.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC

Gisa Aparecida Giacomini

EXTRATO DO CONTRATO PMC Nº 0027/2014

TERMO DE CONTRATO PMC Nº 0027/2014

INEXIGIBILIDADE N.º 0001/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0021/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADO: DANIEL ROMEU BITTENCOURT

OBJETO: Alimentos para merenda agricultura familiar referente ao primeiro semestre, por meio da secretaria municipal de educação.

VALOR: R\$ 7.860,00 (sete mil oitocentos e sessenta reais).

VIGÊNCIA: Até 31 de julho de 2014.

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 11 de março de 2014.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC

Gisa Aparecida Giacomini

EXTRATO DO CONTRATO PMC Nº 0028/2014

TERMO DE CONTRATO PMC Nº 0028/2014

INEXIGIBILIDADE N.º 0001/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0021/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADA: COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO AGROINDUSTRIAL DE JABORA - COPERJABORA

OBJETO: Alimentos para merenda agricultura familiar referente ao primeiro semestre, por meio da secretaria municipal de educação.

VALOR: R\$ 32.660,00 (trinta e dois mil seiscentos e sessenta reais).

VIGÊNCIA: Até 31 de julho de 2014.

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 11 de março de 2014.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC
Gisa Aparecida Giacomini

EXTRATO DO CONTRATO FMS Nº 0024/2014

TERMO DE CONTRATO FMS Nº 0024/2014
PREGÃO Nº 0010/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0010/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: TRANSPORTES ATZ E ATZ LTDA - ME

Objeto: Serviços Mecânicos em geral visando o desenvolvimento das Secretarias de Educação, Cultura e Desporto, Saúde e Desenvolvimento Social, Assistência Social, Conselho Tutelar e Infraestrutura.

VALOR: R\$ 12.684,00 (doze mil seiscentos e oitenta e quatro reais).

VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2014.

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 10 de março de 2014.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Município de Catanduvás – SC
Elizete Cardoso da Silva

EXTRATO DO CONTRATO FMS Nº 0025/2014

TERMO DE CONTRATO FMS Nº 0025/2014
PREGÃO Nº 0010/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0010/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: SELVINO SILVA DE OLIVEIRA

Objeto: Serviços Mecânicos em geral visando o desenvolvimento das Secretarias de Educação, Cultura e Desporto, Saúde e Desenvolvimento Social, Assistência Social, Conselho Tutelar e Infraestrutura.

VALOR: R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais).

VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2014.

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 10 de março de 2014.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Município de Catanduvás – SC
Elizete Cardoso da Silva

EXTRATO DO CONTRATO FMS Nº 0026/2014

TERMO DE CONTRATO FMS Nº 0026/2014
PREGÃO Nº 0008/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0008/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES

Objeto: Medicamentos (Farmácia Básica) para a distribuição gratuita da Secretaria Municipal de Saúde de Catanduvás.

VALOR: R\$ 66.370,50 (sessenta e seis mil trezentos e setenta reais e cinquenta centavos).

VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2014.

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 13 de março de 2014.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Município de Catanduvás – SC
Elizete Cardoso da Silva

EXTRATO DO CONTRATO FMS Nº 0027/2014

TERMO DE CONTRATO FMS Nº 0027/2014
PREGÃO Nº 0008/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0008/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR

Objeto: Medicamentos (Farmácia Básica) para a distribuição gratuita da Secretaria Municipal de Saúde de Catanduvás.

VALOR: R\$ 84.756,60 (oitenta e quatro mil setecentos e cinquenta e seis reais e sessenta centavos).

VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2014.

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 13 de março de 2014.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Município de Catanduvás – SC
Elizete Cardoso da Silva

EXTRATO DO CONTRATO FMS Nº 0028/2014

TERMO DE CONTRATO FMS Nº 0028/2014
PREGÃO Nº 0008/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0008/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - Fundo Municipal de Saúde

CONTRATADA: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

Objeto: Medicamentos (Farmácia Básica) para a distribuição gratuita da Secretaria Municipal de Saúde de Catanduvás.

VALOR: R\$ 78.973,99 (setenta e oito mil novecentos e setenta e três reais e noventa e nove centavos).

VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2014.

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 13 de março de 2014.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Município de Catanduvás – SC
Elizete Cardoso da Silva

EXTRATO DO CONTRATO FMS Nº 0029/2014

TERMO DE CONTRATO FMS Nº 0029/2014
PREGÃO Nº 0008/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0008/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: S & R DISTRIBUIDORA LTDA

Objeto: Medicamentos (Farmácia Básica) para a distribuição gratuita da Secretaria Municipal de Saúde de Catanduvás.

VALOR: R\$ 132.934,90 (cento e trinta e dois mil novecentos e trinta e quatro reais e noventa centavos).

VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2014.

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 13 de março de 2014.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Município de Catanduvas – SC
Elizete Cardoso da Silva

EXTRATO DO CONTRATO FMS Nº 0030/2014

TERMO DE CONTRATO FMS N.º 0030/2014
PREGÃO Nº 0008/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0008/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATADA: COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA

OBJETO: Medicamentos (Farmácia Básica) para a distribuição gratuita da Secretaria Municipal de Saúde de Catanduvas.
VALOR: R\$ 43.322,00 (quarenta e três mil trezentos e vinte e dois reais).
VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2014.

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 13 de março de 2014.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Município de Catanduvas – SC
Elizete Cardoso da Silva

EXTRATO DO CONTRATO FMS Nº 0031/2014

TERMO DE CONTRATO FMS N.º 0031/2014
PREGÃO Nº 0008/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0008/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATADA: VICTORIA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

OBJETO: Medicamentos (Farmácia Básica) para a distribuição gratuita da Secretaria Municipal de Saúde de Catanduvas.
VALOR: R\$ 17.490,00 (dezessete mil quatrocentos e noventa reais).
VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2014.
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 13 de março de 2014.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Município de Catanduvas – SC
Elizete Cardoso da Silva

EXTRATO DO CONTRATO FMS Nº 0032/2014

TERMO DE CONTRATO FMS N.º 0032/2014
PREGÃO Nº 0008/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0008/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATADA: CENTERMEDI - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

OBJETO: Medicamentos (Farmácia Básica) para a distribuição gratuita da Secretaria Municipal de Saúde de Catanduvas.
VALOR: R\$ 54.457,56 (cinquenta e quatro mil quatrocentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e seis centavos).
VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2014.

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 13 de março de 2014.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Município de Catanduvas – SC
Elizete Cardoso da Silva

EXTRATO DO CONTRATO FMS Nº 0033/2014

TERMO DE CONTRATO FMS N.º 0033/2014
PREGÃO Nº 0008/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0008/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATADA: KFMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP

OBJETO: Medicamentos (Farmácia Básica) para a distribuição gratuita da Secretaria Municipal de Saúde de Catanduvas.
VALOR: R\$ 12.532,44 (doze mil quinhentos e trinta e dois reais e quarenta e quatro centavos).
VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2014.

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 13 de março de 2014.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Município de Catanduvas – SC
Elizete Cardoso da Silva

EXTRATO DO CONTRATO FMAS Nº 0003/2014

TERMO DE CONTRATO FMAS Nº 0003/2014
PREGÃO Nº 0010/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0010/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONTRATADO: TRANSPORTES ATZ E ATZ LTDA - ME

Objeto: Serviços Mecânicos em geral visando o desenvolvimento das Secretarias de Educação, Cultura e Desporto, Saúde e Desenvolvimento Social, Assistência Social, Conselho Tutelar e Infraestrutura.
VALOR: R\$ 5.097,00 (cinco mil e noventa e sete reais).
VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2014.
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 10 de março de 2014.

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Município de Catanduvas – SC
Elizete Cardoso da Silva

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Extrato do Contrato Nº15/2014 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 15/2014 – FMS

Nº. do Contrato Administrativo: 15/2014.
Vigência: 17/03/2014 à 31/12/2014
Processo Licitatório nº 29/2014
Contratante: Município de Chapadão do Lageado.
Contratado/Credenciado: NUTRIPOINT COMERCIAL LTDA.

Valor: R\$ 4.902,00 (quatro mil novecentos e dois reais).
Objeto: O Contrato tem por objeto a aquisição de leite (formulação infantil e suplemento alimentar), visando atender a demanda do Município de Chapadão do Lageado/SC, conforme especificações abaixo - Anexo II.:

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada
1	FORTINI - sem sabor e sabor baunilha, 400g. Ingredientes: maltodextrina, óleos vegetais (palma, girassol e colza), caseinato, sacarose, fosfato dipotássico, citrato de potássio, cloreto de sódio, citrato de sódio, carbonato de cálcio, fosfato de magnésio, colina, vitamina C, taurina, sulfato ferroso, sulfato de zinco, carnitina, niacina, biotina, sulfato de manganês, ácido pantotênico, sulfato de cobre, ácido fólico, vitaminas B1, B2, B6 fluoreto de sódio, vitaminas B12, A, E e D, cloreto de cromo, molibdato de sódio, iodeto de potássio, selenito de sódio, vitamina K e emulsificante lecitina de soja.	Lta	150,00

DATA DA ASSINATURA: 17 de março de 2014.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

MARCIO MACIEL
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Extrato do Contrato Nº16/2014 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 16/2014 – FMS

Nº. do Contrato Administrativo: 16/2014.
Vigência: 18/03/2014 à 31/12/2014
Processo Licitatório nº 31/2014
Contratante: Município de Chapadão do Lageado.
Contratado/Credenciado: FABIANO HEUSSER E CIA LTDA ME.
Valor: R\$ 4.902,00 (quatro mil novecentos e dois reais).
Objeto: O presente contrato tem por objeto a aquisição de peças a serem fornecidas pela Proponente vencedora e à contratação de mão-de-obra (serviços mecânicos), para conserto do veículo Boxer Placa MFO 5547, de uso da Secretaria de Saúde, de acordo com as quantidades e especificações constantes no Anexo II – Termo de Referência e na Proposta do Vencedor.

1	411510	AMORTECEDOR DIANTEIRO COD. 17983	Un	2
2	411511	KIT EMBRAGEM COD. 19261	Un	1
3	411512	RETENTOR VOLANTE COD. 6821	Un	1
4	411513	SILENCIOSO FINAL COD. 10296	Un	1
5	411514	BUCHA BANDEJA TRASEIRA COD. 6203	Un	2
6	411515	BUCHA BANDEJA DIANTEIRA COD. 13192	Un	2
7	411516	COXIM MOTOR 17051, COD. 19051	Un	1
8	411517	OLEO 80W90. COD. 9087	Un	3
9	411518	JUNTA TAMPÁ VALVULA COD. 14463	Un	1
10	411519	OLEO DOT 4, COD. 14871	Un	2
11	411520	BUCHA MOLA PEQUENA COD. 9417	Un	4
12	411521	BUCHA MOLA GRANDE COD. 9416	Un	2
13	411522	CORREIA DENTADA COD 5596	Un	1
14	411523	TENSOR CORREIA DENTADA 4F2, COD. 4756	Un	1
15	411524	TENSOR DA CORREIA DENTADA 4F1, COD 6152	Un	1
16	411525	CORREIA ALTERNADOR COD 8497	Un	1
17	411526	CORREIA ACD COD 11224	Un	1

18	411527	DISCO DE FREIO DIANTEIRO COD 8447	Un	2
19	411528	DISCO DE FREIO TRASEIRO COD 9927	Un	2
20	411529	JOGO DE PASTILHA COD 10080	Un	1
21	411530	JOGO PASTILHA TRASEIRA COD 14757	Un	1
22	411531	ROLAMENTO TORRE COD 4787	Un	2
23	411532	COXIM AMORTECEDOR COD. 12387	Un	2
24	411533	PRATO ARMORTECEDOR COD 13201	Un	2
25	411534	BIELETA ESTABILIZADOR COD. 5760	Un	2
26	7478	KIT LIMPEZA	Un	1
27	411535	JUNTA LIQUIDA COD 542	Un	1
28	5976	KIT HOMOCINETICA	Un	2
29	4791	MÃO DE OBRA	Un	12

DATA DA ASSINATURA: 18 de março de 2014.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

MARCIO MACIEL
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

CÂMARA MUNICIPAL

Extrato do Contrato Nº03/2014.

Estado de Santa Catarina.
Câmara de Vereadores de Chapadão do Lageado
Processo Licitatório nº01/2014.
Modalidade Pregão Presencial nº01/2014
Extrato do Contrato nº03/2014.
Contratante: Câmara de Vereadores de Chapadão do Lageado.
Contratada: Betha Sistemas LTDA.
Objeto: Sistema de Contabilidade pública, Folha de pagamento, Patrimônio e Portal Transparência.
Valor total: 19.690,00.
Data da vigência: 17/03/2014 a 31/12/2014.

Chapadão do Lageado 17 de março de 2014.
ALCIDES FRANCISCO MONTIBELLER
Presidente.

Concórdia

PREFEITURA

Extrato 1º TA Contrato Nº 8/2013 - Fmec

Contrato Nº : 8/2013
Aditivo Nº : 1 TA/2014
Tipo Aditivo : Prorrogação
Contratante : FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
Contratada : ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO NAZARÉ
Licitação : Dispensa para Compras e Serviços 3/2013
Objeto : Locação de Imóvel para o desenvolvimento das atividades da Fundação Municipal de Esportes - FMEC para treinamento das equipes para competição e escolinhas de iniciação esportiva.
Vigência : Início: 12/03/2014 Término: 14/03/2015
Assinatura : 12/03/2014
Valor R\$: 4.252,00 (Quatro Mil e Duzentos e Cinquenta e Dois Reais)

Dotação : 278 - 17.001.2452.333903910000000.01000001

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 14/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nº 14/2014

A Secretária Municipal de Educação, torna público que ratificou o ato do Senhor Orides Storchio, Diretora Administrativo, que dispensou a licitação, nos termos do Inciso X, do Artigo 24, homologada em 17 de março de 2014, para locação de imóvel para realização da Formação Continuada de Professores da Rede Municipal de Ensino, a favor da FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO CONTESTADO - FUNEC, no valor total de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 30/2014- PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2014- PMC

Objeto: Aquisição de lixeiras para instalação em diversos pontos da cidade, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço Por Lote

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 07/04/2014.
Abertura: dia 08/04/2014, às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2138.

Concórdia, SC, 18 de março de 2014.

MAURI MARAN
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Extrato do Convênio Nº 01/2014 – Fmc

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 01/2014 – FMC

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA – FMC, inscrita no CNPJ sob nº. 78.507.670/0001-96, representado pelo seu Diretor Geral, senhor GILMAR LUIZ MONTICELLI e o CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS FRONTEIRA DA QUERÊNCIA, inscrita no CNPJ sob nº. 83.575.175/0001-54, representado por seu Patrão/Presidente, senhor SÉRGIO DOMINGOS RADIN.

OBJETO: O objeto do presente Convênio é a conjugação de esforços, no sentido de incentivar e difundir a cultura tradicionalista gaúcha, mediante a realização do XXIV Rodeio Crioulo Interestadual, no Município de Concórdia.

VALOR: R\$ 29.000,00 (Vinte e nove mil reais).

PRAZO: Até 31 de dezembro de 2014.

DATA DA ASSINATURA: 14 de fevereiro de 2014.

GILMAR LUIZ MONTICELLI
Diretor Geral da Fundação Municipal de Cultura

Extrato do Convênio Nº 02/2014 – Fmc

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 02/2014 – FMC

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA – FMC, inscrita no CNPJ sob nº. 78.507.670/0001-96, representado pelo seu Diretor Geral, senhor GILMAR LUIZ MONTICELLI e a ASSOCIAÇÃO DOS BLOCOS CARNAVALESCOS DE CONCÓRDIA – A.B.C.C, inscrita no CNPJ sob nº. 12.584.464/0001-71, representada por seu presidente, senhor NEURI GARGHETTI.

OBJETO: Conjunção de esforços, no sentido de incentivar e difundir a cultura popular brasileira, mediante a realização e organização do Desfile Temático do Carnaval de Rua 2014, no Município de Concórdia.

VALOR: R\$ 65.000,00 (Sessenta e cinco mil reais).

PRAZO: Até 31 de dezembro de 2014.

DATA DA ASSINATURA: 14 de fevereiro de 2014.

GILMAR LUIZ MONTICELLI
Diretor Geral da Fundação Municipal de Cultura

Extrato do Convênio Nº 03/2014 – Fmc

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 03/2014 – FMC

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA – FMC, inscrita no CNPJ sob nº. 78.507.670/0001-96, representado pelo seu Diretor Geral, senhor GILMAR LUIZ MONTICELLI e o GRÊMIO RECREATIVO ESCOLA DE SAMBA UNIDOS DA ALEGRIA, inscrito no CNPJ sob nº. 15.233.533/0001-90, representado por seu presidente, senhor GENTIL MATTIOLO.

OBJETO: Conjunção de esforços, no sentido de incentivar e difundir a cultura popular brasileira, mediante a realização do Desfile Temático do Carnaval de Rua 2014, no Município de Concórdia.

VALOR: R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais).

PRAZO: Até 31 de dezembro de 2014.

DATA DA ASSINATURA: 14 de dezembro de 2014.

GILMAR LUIZ MONTICELLI
Diretora Geral da Fundação Municipal de Cultura

Extrato do Convênio Nº 04/2014 – Fmc

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 04/2014 – FMC

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA – FMC, inscrita no CNPJ sob nº. 78.507.670/0001-96, representado pelo seu Diretor Geral, senhor GILMAR LUIZ MONTICELLI e a ESCOLA DE SAMBA MATRIZ DO SAMBA, inscrita no CNPJ sob nº. 17.374.231/0001-79, representada por seu presidente, senhor JOÃO PAULO COLPANI.

OBJETO: Conjunção de esforços, no sentido de incentivar e difundir a cultura popular brasileira, mediante a realização do Desfile Temático do Carnaval de Rua 2014, no Município de Concórdia.

VALOR: R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais).

PRAZO: Até 31 de dezembro de 2014.

DATA DA ASSINATURA: 14 de fevereiro de 2014.

GILMAR LUIZ MONTICELLI
Diretor Geral da Fundação Municipal de Cultura

Extrato do Convênio Nº 05/2014 – Fmc

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 05/2014 – FMC

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA – FMC, inscrita no CNPJ sob nº. 78.507.670/0001-96, representado pelo seu Diretor Geral, senhor GILMAR LUIZ MONTICELLI e a ESCOLA DE SAMBA IMPÉRIO GUERREIRO, inscrita no CNPJ sob nº. 15.391.654/0001-60, representada por seu presidente, senhor DELCIO FICAGNA.

OBJETO: Conjunção de esforços, no sentido de incentivar e difundir a cultura popular brasileira, mediante a realização do Desfile Temático do Carnaval de Rua 2014, no Município de Concórdia.

VALOR: R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais).

PRAZO: Até 31 de dezembro de 2014.

DATA DA ASSINATURA: 14 de fevereiro de 2014.

GILMAR LUIZ MONTICELLI

Diretor Geral da Fundação Municipal de Cultura

Extrato de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação Nº 7/2014 - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 7/2014 - FMS

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde, SC, torna público que ratificou o ato do Senhor Vilson Haefliger, Diretor Administrativo do Fundo Municipal de Saúde, que declarou inexigível a licitação, nos termos do artigo 25, caput I da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 18 de março de 2014, para aquisição de medicamento oncológico para o paciente Valmir João Galeli, visando o cumprimento de determinação judicial através dos autos 019.13.000045-9, expedido pela 2ª Vara Civil da Comarca de Concórdia, a favor da empresa MERCK S/A, no valor estimado de R\$ 134.075,52 (cento e trinta e quatro mil, setenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos).

ALESSANDRO VERNIZE

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Balancete Financeiro Resumido Prefeitura Municipal**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA****Balanco Financeiro**

: Não Período de Referência: Fevereiro / 2014

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	NO PERÍODO	TÍTULOS	NO PERÍODO
ORÇAMENTÁRIAS	11.864.480,84	ORÇAMENTÁRIA	6.419.276,55
Receitas Orçamentárias	11.864.480,84	Despesas Correntes	5.642.686,45
Receitas Correntes	11.554.570,48	Pessoal e Encargos Sociais	3.232.018,15
Receita Tributária	1.556.128,87	Juros e Encargos da Dívida	6.000,00
Receita de Contribuições	328.998,18	Outras Despesas Correntes	2.404.668,30
Receita Patrimonial	952.181,61	Despesas de Capital	208.105,23
Receita Agropecuária	412,50	Investimentos	208.105,23
Receita de Serviços	38.252,31	Despesas IntraOrçamentárias	568.484,87
Transferências Correntes	9.568.415,63	Despesas Intraorçamentárias Correntes	
Outras Receitas Correntes	447.029,46		
(-)Deduções das Receitas Correntes	1.336.848,08		
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	139.947,84		
Receitas de Capital	169.962,52		
Alienação de Bens	2.448,59		
Transferências de Capital	167.513,93		
		INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	2.458.630,00
		Transferências Financeiras Concedidas	2.458.630,00
EXTRAORÇAMENTÁRIA	8.032.772,50	EXTRAORÇAMENTÁRIA	8.606.935,30
Realizável	18.821,95	Realizável	18.821,95
Créditos em Circulação	18.821,95	Créditos em Circulação	18.821,95
Depósitos	971.095,90	Depósitos	971.095,90
Consignações	64.104,60	Consignações	64.104,60
Depósitos de Diversas Origens (DDO)	906.991,30	Depósitos de Diversas Origens (DDO)	906.991,30
Obrigações em Circulação	7.034.604,65	Obrigações em Circulação	7.611.017,45
Obrigações a Pagar	5.521.587,29	Obrigações a Pagar	7.611.017,45
Fornecedores	2.330.316,25	Fornecedores	2.285.098,37
Pessoal a Pagar	3.191.271,04	Pessoal a Pagar	3.191.271,04
Encargos Sociais a Recolher	757.599,94	Encargos Sociais a Recolher	757.599,94
Obrigações Tributárias	119.467,57	Obrigações Tributárias	119.467,57
Recursos Especiais a Liberar	623.421,22	Recursos Especiais a Liberar	1.245.051,90
Precatórios de Pessoal a Pagar	12.528,63	Precatórios de Pessoal a Pagar	12.528,63
Serviços da Dívida a Pagar	6.000,00	Serviços da Dívida a Pagar	6.000,00
Operações de Crédito em Liquidação	6.000,00	Operações de Crédito em Liquidação	6.000,00
Acréscimos Patrimoniais	2.250,00		
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	16.428.634,35	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	18.841.045,84
Bancos Conta Movimento	1.121.571,37	Bancos Conta Movimento	1.257.159,67
Bancos Conta Vinculada	282.506,24	Bancos Conta Vinculada	85.846,01
Aplicação Financeira de Recursos Próprios	5.558.991,60	Aplicação Financeira de Recursos Próprios	5.891.155,35
Aplicação Financeira de Recursos Vinculados	9.465.565,14	Aplicação Financeira de Recursos Vinculados	11.606.884,81
TOTAL	36.325.887,69	TOTAL	36.325.887,69

Notas:

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
Secretário de FinançasJOAO GIRARDI
Prefeito MunicipalLEANDRO BOEIRA ZORZAN
Contador
CRC/SC 090502/O-4

Balancete Financeiro Resumido Fundo Municipal de Saúde**FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA****Balanco Financeiro**

: Não Período de Referência: Fevereiro / 2014

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	NO PERÍODO	TÍTULOS	NO PERÍODO
ORÇAMENTÁRIAS	2.264.057,44	ORÇAMENTÁRIA	4.491.520,99
Receitas Orçamentárias	2.264.057,44	Despesas Correntes	4.335.618,80
Receitas Correntes	2.264.057,44	Pessoal e Encargos Sociais	1.134.427,34
Receita Tributária	27.546,59	Outras Despesas Correntes	3.201.191,46
Receita Patrimonial	21.695,35	Despesas de Capital	21.626,70
Transferências Correntes	2.214.250,13	Investimentos	21.626,70
Outras Receitas Correntes	565,37	Despesas IntraOrçamentárias	134.275,49
		Despesas Intraorçamentárias Correntes	134.275,49
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	1.400.000,00		
Transferências Financeiras Recebidas	1.400.000,00		
EXTRAORÇAMENTÁRIA	4.907.510,64	EXTRAORÇAMENTÁRIA	4.927.106,56
Realizável	8.373,66	Realizável	8.373,66
Créditos em Circulação	8.373,66	Créditos em Circulação	8.373,66
Depósitos	240.437,51	Depósitos	240.437,51
Consignações	565,37	Consignações	565,37
Depósitos de Diversas Origens (DDO)	239.872,14	Depósitos de Diversas Origens (DDO)	239.872,14
Obrigações em Circulação	4.585.226,13	Obrigações em Circulação	4.678.295,39
Obrigações a Pagar	4.208.040,02	Obrigações a Pagar	4.678.295,39
Fornecedores	3.157.423,58	Fornecedores	3.084.914,44
Pessoal a Pagar	1.050.616,44	Pessoal a Pagar	1.050.616,44
Encargos Sociais a Recolher	256.220,29	Encargos Sociais a Recolher	256.220,29
Obrigações Tributárias	28.860,76	Obrigações Tributárias	28.860,76
Recursos Especiais a Liberar	92.105,06	Recursos Especiais a Liberar	257.683,46
Acréscimos Patrimoniais	73.473,34		
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	4.363.676,76	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	3.516.617,29
Bancos Conta Movimento	485.233,58	Bancos Conta Movimento	495.194,91
Bancos Conta Vinculada	3.878.443,18	Bancos Conta Vinculada	3.021.422,38
TOTAL	12.935.244,84	TOTAL	12.935.244,84

Notas:

ALESSANDRO VERNIZE
Ordenador de Despesa

ROSA MARIA SELA SGARABOTTO
Tec. Contábil
CRC/SC 17.218

Balancete Financeiro Resumido Fundo Municipal de Infância e Adolescência**FUNDO MUNICIPAL DE INFANCIA E ADOLESCENCIA**

Balanco Financeiro

: Não Período de Referência: Fevereiro / 2014

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	NO PERÍODO	TÍTULOS	NO PERÍODO
ORÇAMENTÁRIAS	50,00		
Receitas Orçamentárias	50,00		
Receitas Correntes	50,00		
Outras Receitas Correntes	50,00		
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	17.000,00		
Transferências Financeiras Recebidas	17.000,00		
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	120.345,08	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	137.395,08
Bancos Conta Movimento	120.345,08	Aplicação Financeira de Recursos Próprios	137.395,08
TOTAL	137.395,08	TOTAL	137.395,08

Notas:

LAURI GARBOSSA
Ordenador da Despesa

LEANDRO BOEIRA ZORZAN
Contador
CRC/SC 090502/O-4

Balancete Financeiro Resumido Fundo Municipal de Assistência Social;**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL****Balanco Financeiro**

: Não Período de Referência: Fevereiro / 2014

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	NO PERÍODO	TÍTULOS	NO PERÍODO
ORÇAMENTÁRIAS	78.198,09	ORÇAMENTÁRIA	51.218,73
Receitas Orçamentárias	78.198,09	Despesas Correntes	50.732,40
Receitas Correntes	78.198,09	Pessoal e Encargos Sociais	3.631,64
Receita Patrimonial	1.895,62	Outras Despesas Correntes	47.100,76
Transferências Correntes	76.302,47	Despesas IntraOrçamentárias	486,33
		Despesas Intraorçamentárias Correntes	486,33
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	80.000,00		
Transferências Financeiras Recebidas	80.000,00		
EXTRAORÇAMENTÁRIA	53.502,90	EXTRAORÇAMENTÁRIA	54.244,50
Depósitos	980,57	Depósitos	980,57
Consignações	146,29	Consignações	146,29
Depósitos de Diversas Origens (DDO)	834,28	Depósitos de Diversas Origens (DDO)	834,28
Obrigações em Circulação	52.095,33	Obrigações em Circulação	53.263,93
Obrigações a Pagar	50.149,95	Obrigações a Pagar	53.263,93
Fornecedores	46.403,31	Fornecedores	46.268,31
Pessoal a Pagar	3.746,64	Pessoal a Pagar	3.746,64
Encargos Sociais a Recolher	486,33	Encargos Sociais a Recolher	486,33
Obrigações Tributárias	36,31	Obrigações Tributárias	36,31
Recursos Especiais a Liberar	876,60	Recursos Especiais a Liberar	2.180,20
Débitos Diversos a Pagar	546,14	Débitos Diversos a Pagar	546,14
Acréscimos Patrimoniais	427,00		
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	396.383,17	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	502.620,93
Bancos Conta Movimento	49.660,07	Bancos Conta Movimento	101.842,18
Bancos Conta Vinculada	346.723,10	Bancos Conta Vinculada	400.778,75
TOTAL	608.084,16	TOTAL	608.084,16

Notas:

LAURI GARBOSSA
Ordenador da Despesa

MARIA GABRIELA VIEIRA DA LUZ
Contadora
CRC/SC 036995/O-9

Balancete Financeiro Resumido Fundação Municipal de Esportes**FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES****Balanco Financeiro**

: Não Período de Referência: Fevereiro / 2014

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	NO PERÍODO	TÍTULOS	NO PERÍODO
ORÇAMENTÁRIAS	10.955,27	ORÇAMENTÁRIA	119.760,24
Receitas Orçamentárias	10.955,27	Despesas Correntes	111.274,94
Receitas Correntes	10.955,27	Pessoal e Encargos Sociais	82.177,51
Receita Patrimonial	1.115,67	Outras Despesas Correntes	29.097,43
Receita de Serviços	9.773,00	Despesas IntraOrçamentárias	8.485,30
Outras Receitas Correntes	66,60	Despesas Intraorçamentárias Correntes	8.485,30
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	330.000,00		
Transferências Financeiras Recebidas	330.000,00		
EXTRAORÇAMENTÁRIA	139.521,60	EXTRAORÇAMENTÁRIA	147.665,20
Realizável	24,66	Realizável	24,66
Créditos em Circulação	24,66	Créditos em Circulação	24,66
Depósitos	11.458,07	Depósitos	11.458,07
Consignações	66,60	Consignações	66,60
Depósitos de Diversas Origens (DDO)	11.391,47	Depósitos de Diversas Origens (DDO)	11.391,47
Obrigações em Circulação	128.038,87	Obrigações em Circulação	136.182,47
Obrigações a Pagar	104.995,69	Obrigações a Pagar	136.182,47
Fornecedores	25.509,20	Fornecedores	25.374,20
Pessoal a Pagar	79.486,49	Pessoal a Pagar	79.486,49
Encargos Sociais a Recolher	13.997,68	Encargos Sociais a Recolher	13.997,68
Obrigações Tributárias	766,90	Obrigações Tributárias	766,90
Recursos Especiais a Liberar	8.278,60	Recursos Especiais a Liberar	16.557,20
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	145.803,97	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	358.855,40
Bancos Conta Movimento	145.803,97	Bancos Conta Movimento	358.855,40
TOTAL	626.280,84	TOTAL	626.280,84
Notas:			

VILMAR ANTONIO BENTZ
Ordenador da Despesa

SINEIDA TEREZINHA SCHMIDT
Contadora
CRC/SC 15097/O-2

Balancete Financeiro Resumido Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente**FUNDACAO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE****Balanco Financeiro**

: Não Período de Referência: Fevereiro / 2014

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	NO PERÍODO	TÍTULOS	NO PERÍODO
ORÇAMENTÁRIAS	570,60	ORÇAMENTÁRIA	56.562,81
Receitas Orçamentárias	570,60	Despesas Correntes	54.936,68
Receitas Correntes	570,60	Pessoal e Encargos Sociais	22.411,73
Receita Patrimonial	570,60	Outras Despesas Correntes	32.524,95
		Despesas de Capital	123,76
		Investimentos	123,76
		Despesas IntraOrçamentárias	1.502,37
		Despesas Intraorçamentárias Correntes	1.502,37
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	55.000,00		
Transferências Financeiras Recebidas	55.000,00		
EXTRAORÇAMENTÁRIA	59.801,09	EXTRAORÇAMENTÁRIA	59.801,09
Depósitos	6.538,27	Depósitos	6.538,27
Depósitos de Diversas Origens (DDO)	6.538,27	Depósitos de Diversas Origens (DDO)	6.538,27
Obrigações em Circulação	53.262,82	Obrigações em Circulação	53.262,82
Obrigações a Pagar	48.897,80	Obrigações a Pagar	53.262,82
Fornecedores	30.298,57	Fornecedores	30.298,57
Pessoal a Pagar	18.599,23	Pessoal a Pagar	18.599,23
Encargos Sociais a Recolher	4.141,88	Encargos Sociais a Recolher	4.141,88
Obrigações Tributárias	223,14	Obrigações Tributárias	223,14
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	103.798,31	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	102.806,10
Aplicação Financeira de Recursos Próprios	103.798,31	Aplicação Financeira de Recursos Próprios	102.806,10
TOTAL	219.170,00	TOTAL	219.170,00

Notas:

ARGEU ALBIERO
Contador
CRC/SC 027453/O-2

LEVI ELOI DOS SANTOS
DIRETOR / SUPERINTENDENTE

Balancete Financeiro Fundacao Mun de Cultura**FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA****Balanco Financeiro**

: Não Período de Referência: Fevereiro / 2014

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	NO PERÍODO	TÍTULOS	NO PERÍODO
ORÇAMENTÁRIAS	7.398,78	ORÇAMENTÁRIA	244.115,59
Receitas Orçamentárias	7.398,78	Despesas Correntes	238.292,67
Receitas Correntes	7.398,78	Pessoal e Encargos Sociais	47.776,09
Receita Patrimonial	7.014,21	Outras Despesas Correntes	190.516,58
Receita de Serviços	1,10	Despesas de Capital	149,00
Outras Receitas Correntes	383,47	Investimentos	149,00
		Despesas IntraOrçamentárias	5.673,92
		Despesas Intraorçamentárias Correntes	5.673,92
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	309.630,00		
Transferências Financeiras Recebidas	309.630,00		
EXTRAORÇAMENTÁRIA	427.040,84	EXTRAORÇAMENTÁRIA	586.272,42
Depósitos	19.764,44	Depósitos	19.764,44
Depósitos de Diversas Origens (DDO)	19.764,44	Depósitos de Diversas Origens (DDO)	19.764,44
Obrigações em Circulação	403.347,20	Obrigações em Circulação	566.507,98
Obrigações a Pagar	233.554,59	Obrigações a Pagar	566.507,98
Fornecedores	188.162,36	Fornecedores	188.162,36
Pessoal a Pagar	45.392,23	Pessoal a Pagar	45.392,23
Encargos Sociais a Recolher	10.127,81	Encargos Sociais a Recolher	10.127,81
Obrigações Tributárias	433,22	Obrigações Tributárias	433,22
Recursos Especiais a Liberar	159.231,58	Recursos Especiais a Liberar	322.392,36
Acréscimos Patrimoniais	3.929,20		
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	1.592.759,41	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	1.506.441,02
Bancos Conta Movimento	1.592.759,41	Bancos Conta Movimento	1.506.441,02
TOTAL	2.336.829,03	TOTAL	2.336.829,03

Notas:

GILMAR LUIZ MONTICELLI
 Ordenador de Despesa
 CPF: 210.578.850-53

LEANDRO BOEIRA ZORZAN
 Contador
 CRC/SC 090502/O-4

CÂMARA MUNICIPAL**Editais de Credenciamento**

PROCESSO Nº 01/2014

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2014

OBJETO: Credenciar empresas de rádio e de jornal para veiculação de publicidade institucional da Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia.

ABERTURA DO CREDENCIAMENTO: a partir de 27 de março de 2014.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site: www.cvc.sc.gov.br. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Secretaria da Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia, situado à Rua Leonel Mosele, 96 – Centro, de segunda a sexta-feira, das 8h às 11h30min e das 13h30min às 17h, ou pelo fone (49) 3441 2524.

Concórdia SC, 17 de março de 2014.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Presidente

Extrato de Contrato Nº 3

CONTRATO Nº 03/2014

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CONCORDIA E A EMPRESA ATI – COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA DE ELETRÔNICOS LTDA, OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE VÍDEO MONITORAMENTO DAS SESSÕES DA CÂMARA.

Pelo presente instrumento, de um lado, a CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CONCORDIA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 75.321.406/0001-75, com sede administrativa na Rua Leonel Mosele, nº 96, Centro, nesta cidade, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo seu Presidente, Senhor ROGÉRIO LUCIANO PACHECO, portador da Cédula de Identidade RG nº 841.667 SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob o nº 540.567.809-00, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa ATI – COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA DE ELETRÔNICOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 07.872.058/0001-74, com sede na Rua Imaculada Conceição, Centro, nesta cidade, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pela Representante Legal da empresa, Senhora ALESSANDRA CORDONE, portadora da Cédula de Identidade RG nº 3.527.683 e inscrita no CPF-MF sob o nº 032.488.399-45, doravante denominados simplesmente CONTRATADA, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente contrato, que se regerá pelas cláusulas abaixo, observando os princípios estabelecidos no Direito Administrativo e especialmente o que dispõe a Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objetivo o serviço de posto móvel e vídeo monitoramento das sessões da Câmara, locação de equipamentos e operador do sistema.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A CONTRATADA na qualidade de empresa especializada em vídeo monitoramento e por meio do presente instrumento compromete-se a prestar os seguintes serviços:

a) manter os equipamentos de vídeo monitoramento instalados no plenário e na sala de som do prédio sede da Câmara;

b) manter o técnico/operador durante o período de realização das sessões da Câmara de Vereadores;

CLÁUSULA TERCEIRA – DA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS

A CONTRATADA loca, por igual período da prestação de serviços sem qualquer ônus para a CONTRATANTE, os seguintes equipamentos eletrônicos, que ficarão sob sua responsabilidade:

02 unidades HD Sata 1 TB

100 metros de cabo de comunicação UTP CAT5

01 fonte chaveada 12V 5ª

01 mini rack 19" 9U 470mm

01 camera IP 2.0 MP LG PTZ DOME 6.49mm

01 mesa controladora LG

01 NAS NVR MIN II 4 CH 2 Baías H 264/5MB por CH

Parágrafo único. Nos casos de peças danificadas em decorrência de mau uso, descargas elétricas e outras, no sistema de alarme, a CONTRANTE deverá arcar com as despesas de reposição das peças.

CLÁUSULA QUARTA – DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA

A CONTRATADA compromete-se a prestar o serviço de assistência técnica nos equipamentos, devendo ser observados os seguintes critérios para determinar a responsabilidade pelas despesas decorrentes do atendimento, de acordo com o tipo de ocorrência:

a) A CONTRATADA, declara expressamente que os equipamentos que compõem o sistema de monitoramento, instalados nas dependências da CONTRATANTE, são de sua inteira propriedade e que os mesmos atendem integralmente as normas de segurança determinada pelos órgãos e autoridades competentes;

b) Corre por conta da CONTRATADA, quaisquer despesas com manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, dispositivos e acessórios cujos defeitos ou quebras não tenham sido provocados pela CONTRATANTE, conforme Cláusula 3ª, parágrafo único;

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A CONTRATANTE deverá:

a) A CONTRATANTE se obriga ao pagamento do conserto dos equipamentos na hipótese de ter sido causadora de qualquer dano, aparente ou não, em conformidade com o art. 927 do Código Civil;

b) A CONTRATANTE, somente poderá utilizar os referidos equipamentos, dispositivos e acessórios, no endereço descrito no preâmbulo.

c) Em caso de mudança de endereço, o sistema deverá obrigatoriamente ser desinstalado e reinstalado no novo local, por técnico especializado da CONTRATADA e as expensas da CONTRATANTE.

d) A CONTRATANTE, não poderá ceder, emprestar ou sublocar os referidos equipamentos sem anuência expressa da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR CONTRATUAL

O valor convencionado para a prestação de serviços elencada neste instrumento é de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) mensal, referente locação de equipamentos e vídeo monitoramento, totalizando R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FORMA DE PAGAMENTO

A CONTRATANTE efetuará o pagamento do objeto deste contrato no dia 10 (dez) do mês subsequente ao vencido, mediante apresentação de Nota Fiscal de Prestação de Serviço, por parte da CONTRATADA.

CLÁUSULA OITAVA – DA INADIMPLÊNCIA

Em caso de inadimplemento da CONTRATANTE quanto a data do pagamento ensejara multa de 2% sobre o valor do pagamento mensal da prestação de serviços, e no que tange a inadimplemento das obrigações pactuadas por parte da CONTRATADA ensejará rescisão contratual sem direito a qualquer indenização pelos serviços prestados, ficando ainda, sujeita as penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA

O presente contrato é celebrado pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, iniciando-se em 03 de fevereiro de 2014, para terminar em 31 de maio de 2014.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

As partes poderão rescindir o presente instrumento em qualquer tempo, porém, deverão avisar a outra por escrito, com antecedência de 30 (trinta) dias, mediante Carta com Aviso de Recebimento ou por instrumento protocolado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A despesa decorrente da execução do objeto do presente contrato correrá à conta da Dotação Orçamentária nº 01.0101.01.031.000 1.2001.33903959.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO

A CONTRATANTE providenciará a publicação respectiva, em resumo, do presente termo, na forma da Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Concórdia, SC, para qualquer procedimento relacionado com o cumprimento do presente Contrato.

E, para firmeza e validade do que ficou estipulado, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por 02 (duas) testemunhas que de tudo tiveram conhecimento.

Concórdia - SC, 03 de fevereiro de 2.014.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Presidente

CONTRATANTE

ALESSANDRA CORDONE

Representante Legal

CONTRATADA

Testemunhas:

1. _____

NOME: Neuri Comin

CPF: 440.056.369-34

2. _____

NOME: Marco Antônio Tagliari

CPF: 515.996.949-72

Extrato de Contrato Nº 4

CONTRATO Nº 04/2014

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE ENTRE SI FAZEM A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CONCÓRDIA E A EMPRESA TURBONET PROVEDOR LTDA.

Pelo presente instrumento, de um lado, a CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CONCÓRDIA pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 75.321.406/0001-75, com sede administrativa na Rua Leonel Mosele, 96, Centro, nesta cidade, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo seu Presidente, Sr. ROGÉRIO LUCIANO PACHECO, portador da Cédula de Identidade RG nº 841.667 SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob o nº 540.567.809-00, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro a empresa TURBONET PROVEDOR LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ-MF sob o nº 08.348.699/0001-97, com sede na Rua Anita Garibaldi, 270, Sala 203/204 – Shopping Concórdia, Bairro Centro, Concórdia, SC, neste ato representada pelo seu Sócio Administrador Sr. NERCIO BIONDO, inscrito no CPF-MF sob o nº 638.371.619-00 doravante denominados simplesmente CONTRATADA, perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente contrato, que se regerá pelas cláusulas abaixo, observado o que dispõe a Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, e será regido pelos princípios estabelecidos no Direito Administrativo.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objetivo é a contratação de serviço de acesso à internet via ondas de rádio, 24 horas, com velocidade de 10Mbps/10Mpps com 08 IPs válidos e fixo, com garantia de banda de 99% e atendimento/suporte telefônico ou no local.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO LOCAL DE EXECUÇÃO

O serviço objeto deste contrato será prestado pela CONTRATADA, nas dependências da Câmara Municipal de Vereadores, sito a Rua Leonel Mosele, 96, Centro, Concórdia, SC.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

O prazo do presente contrato terá vigência de 05 de março de 2014 até 04 de setembro de 2014.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR

O preço convencionado para a prestação de serviços elencadas neste instrumento é de R\$ 499,00 (quatrocentos e noventa e nove reais) mensais, totalizando R\$ 2.994,00 (dois mil, novecentos e noventa e quatro reais).

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

A CONTRATANTE pagará, impreterivelmente o valor da parcela mensal, até o dia 10 do mês subsequente ao da prestação do serviço, mediante apresentação da Nota Fiscal por parte da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A despesa decorrente da execução do objeto do presente contrato

correrá à conta da Dotação Orçamentária nº 01.0101.01.031.000 1.2001.33903997.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

O Contrato poderá ser rescindido por iniciativa de qualquer uma das partes e a qualquer tempo, com antecedência de 30 (trinta) dias, mediante carta com aviso de recebimento ou notificação extrajudicial.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

Em caso de inadimplemento da CONTRATANTE quanto ao atraso no pagamento ensejara a multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora, a razão de 1% (um por cento) ao mês, tudo calculado sobre o valor atualizado.

Em caso do não cumprimento do contrato por parte da CONTRATADA, ensejará na devolução dos recursos recebidos, do respectivo mês e ainda, se for o caso, a exclusão da CONTRATADA do rol de fornecedores do Município.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

A CONTRATADA deverá providenciar o bloqueio do acesso a sites quando solicitado pela CONTRATANTE.

Quando a CONTRATANTE solicitar assistência técnica, a CONTRATADA deverá atender o chamado e/ou solucionar problema dentro do prazo de quatro horas, ficando sujeita às penalidades previstas no presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Concórdia, SC, para qualquer procedimento relacionado com o cumprimento do presente Contrato.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Concórdia, SC, 05 de março de 2014.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Presidente

CONTRATANTE

NÉRCIO BIONDO

Sócio Administrador

CONTRATADA

Testemunhas:

01. _____
NOME: Delair Mara Selbach Dallegrave
CPF: 594.426.209-59

02. _____
NOME: Neuri Comin
CPF: 440.056.369-34

Cordilheira Alta

PREFEITURA

Decreto N 145/2014

DECRETO Nº 145/2014, DE 11 DE MARÇO DE 2014

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL NO ORÇAMENTO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto no art. 70 – IV da Lei Orgânica Municipal, art. 42 da Lei 4.320/64 e Lei Municipal nº 1075/2013,

DECRETA

Art. 1º . Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar e Especial no valor de até R\$ 11.000,00 (onze mil reais), os quais serão utilizados para suplementar a seguinte dotação orçamentárias:

Projeto/Atividade: 10.304.2505.2.024 – Manutenção das Ações de Vigilância Sanitária.

Modalidade de Aplicação: 339000 – 36

Fonte de Recursos: 03.00 – vinculados – R\$ 3.000,00

Projeto/Atividade: 12.368.2506.2.023 – Manutenção do Transporte Escolar

Modalidade de Aplicação: 339000 – 137

Fonte de Recursos: 02.00 – Ordinários – R\$ 8.000,00

Art. 2º. Para abertura do Crédito Adicional Suplementar e Especial de que trata o art. 1º será anulada parte das seguintes dotações orçamentárias:

Projeto/Atividade: 10.304.2505.2.024 – Manutenção das Ações de Vigilância Sanitária.

Modalidade de Aplicação: 339000 – 14

Fonte de Recursos: 03.00 – vinculados – R\$ 3.000,00

Projeto/Atividade: 12.368.2506..2.023 – Manutenção do Transporte Escolar.

Modalidade de Aplicação: 339000 – 37

Fonte de Recursos: 02.00 – ordinários – R\$ 8.000,00

Art. 3º . Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar Especial no valor de até R\$ 3.814,31 (três mil oitocentos e quatorze reais e trinta e um centavos), os quais serão utilizados para suplementar a seguinte dotação orçamentárias:

Projeto/Atividade: 12.368.2506.2.013 – Manutenção da Educação Básica.

Modalidade de Aplicação: 339000 – 25

Fonte de Recursos: 1062 – Vinculados – R\$ 3.814,31

Art. 4º. Para atendimento da suplementação que trata o artigo 3º será utilizado recurso do excesso de arrecadação do Programa Apoio as Creches da Fonte de Recursos Vinculados (02.00) no valor de R\$ 3.814,31 (três mil, oitocentos e quatorze reais e trinta e um centavos).

Art. 5º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a

efetuar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), os quais serão utilizados para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: : 12.365.2506.1007 – Construção e Equipamentos da Creche Educ. Infantil
Modalidade de Aplicação: 449000 – 18
Fonte de Recursos: 02.00 – Ordinários – R\$ 350.000,00

Art. 6º. Para abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 5º, serão utilizados recursos do superávit financeiro do exercício 2013.

Fonte de Recursos: 03.00 – Ordinários – R\$ 350.000,00

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 11 de março de 2014.
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Decreto N 147/2014

DECRETO Nº 147/2014, DE 12 DE MARÇO DE 2014
"CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 067/2010,

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde, à servidora Municipal, Sra. FRANCIELE MARTINS, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria municipal de Educação de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 12 de março de 2014
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N 148/2014

DECRETO Nº 148/2014, DE 12 DE MARÇO DE 2014
"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais ,atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica demitido a pedido,a partir do dia 11 de março de 2014, o Sr. Cleder dos Santos, na função de Professor de Educação Física, no C.E.M Mediação, com carga horária de 40 (quarenta) horas

semanal, no turno Matutino e Vespertino, lotado na Secretaria Municipal da Educação.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, estão consignadas no Orçamento Municipal vigente.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para dia 11/03/2014.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 12 de março de 2013
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N 149/2014

DECRETO Nº 149/2014, DE 13 DE MARÇO DE 2014
"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais ,atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado a pedido,a partir do dia 13 de março de 2014, o Sr. MARCOS MIGUEL FRANZ, ocupante do cargo de Assessor de Comunicação, 40 horas, lotado no Gabinete do Prefeito.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, estão consignadas no Orçamento Municipal vigente.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 13 de março de 2013
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N 150/2014

DECRETO Nº 150/2014, DE 13 DE MARÇO DE 2014
"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE ASSESSOR DE SECRETARIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais ,atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a pedido,a partir do dia 14 de março de 2014, a Sra. KARINE LETÍCIA TRESSOLDI, ocupante do cargo de Assessor de Secretaria, 40 horas, lotada na Secretaria de Educação.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, estão consignadas no Orçamento Municipal vigente.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 13 de março de 2013
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N 151/2014

DECRETO Nº151 /2014, DE 17 DE MARÇO DE 2014
"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

Considerando o Decreto Municipal nº 025/2014 de 21 de janeiro de 2014, que dispõe sobre o retorno antecipado de férias da Servidora Municipal, Sra. MICHELE ENDLER,

DECRETA

Art. 1º Conceder à Servidora mencionada, o período restante de 02 (dois) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 06/03/2013 à 05/03/2014, que serão gozadas no período de 26/03/2014 e 27/03/2014.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias não será paga, pois esta se deu no mês de janeiro de 2014.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 13 de março de 2014.
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MICHELE ENDLER

Ciente em: ____/____/2014

Decreto N 152/2014

DECRETO Nº152 /2014, DE 17 DE MARÇO DE 2014
"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE PROFESSOR, EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal, e em especial ao disposto no Art. 1º da Lei Municipal Nº 468/01,

DECRETA:

Art. 1º Fica admitida a partir de 17/03/2014, em caráter temporário por excepcional interesse público, a Sra. Karine Letícia Tressoldi, na função de Professor de Educação Física, no C.E.M Mediação, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanal, no turno Matutino e Vespertino, lotado na Secretaria Municipal da Educação.

Art. 2º A Servidora ficará sujeito ao disposto no Estatuto dos Servidores e Magistério Municipal (LC Nº018/01), Plano de Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação (LC Nº 92/2013) e Lei

Municipal 468/01 e alterações.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, estão consignadas no Orçamento Municipal.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 13 de março de 2014.
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N 153/2014

DECRETO Nº153 /2014, DE 17 DE MARÇO DE 2014
"NOMEIA ASSESSOR DE SECRETARIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70, IV da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Fica nomeada a partir desta data a Sra. FRANCIELLE DAL SANTO, para exercer o cargo de Assessor de Secretaria, 40 horas, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Art. 2º A Servidora nomeada pelo presente, sujeitar-se-á ao disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipal – LC nº 18/2001, ao Plano de Cargos e Salários – LC nº 93/2013 e alterações.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, estão consignadas no orçamento Municipal.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 17 de março de 2014.
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N 154/2014

DECRETO Nº154 /2014, DE 17 DE MARÇO DE 2014
"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE ODONTÓLOGO, EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal, e em especial ao disposto no Art. 1º da Lei Municipal Nº 468/01,

DECRETA:

Art. 1º Fica admitido a partir desta data, em caráter temporário por excepcional interesse público, o Sr. Marcos Rogério Fydryszewski, na função de Odontólogo, com carga horária de 20 (vinte) horas semanal, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Parágrafo único: O horário que se refere no Art. 1º será na segunda-feira e quarta-feira das 07:30 às 11:30 h e das 17:15 às 21:15 h; e sexta-feira das 07:30 às 11:30 h.

Art. 2º O Servidor ficará sujeito ao disposto no Estatuto dos Servidores (LC Nº018/01), ao Plano de Cargos e Salários – LC nº 93/2013 e alterações) e Lei Municipal 468/01 e alterações.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, estão consignadas no Orçamento Municipal.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 17 de março de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N 155/2014

DECRETO Nº155 /2014, DE 18 DE MARÇO DE 2014

"NOMEIA ASSESSOR DE SECRETARIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70, IV da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Fica nomeada a partir desta data a Sra. GELCI FILIPPIN, para exercer o cargo de Assessor de Secretaria, 40 horas, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Art. 2º A Servidora nomeada pelo presente, sujeitar-se-á ao disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipal – LC nº 18/2001, ao Plano de Cargos e Salários – LC nº 93/2013 e alterações.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, estão consignadas no orçamento Municipal.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 18 de março de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Edital 002/2014 - Divulgação do Gabarito Preliminar

EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DESTINADO AO PREENCHIMENTO DE VAGAS EM CARÁTER TEMPORÁRIO Nº 002/2014

EDITAL DE DIVULGAÇÃO DO GABARITO PRELIMINAR, DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, OBJETO DO EDITAL Nº 002/2014.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe

confere o artigo 70 da Lei Orgânica do Municipal, divulga o gabarito preliminar da prova escrita/objetiva do Processo Seletivo Simplificado, objeto do Edital nº 002/2014:

I – GABARITO PRELIMINAR:

Cargo: PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL

01)D	14)D
02)B	15)A
03)B	16)C
04)C	17)B
05)C	18)D
06)C	19)C
07)A	20)D
08)A	
09)D	
10)D	
11)D	
12)C	
13)A	

Cargo: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

01)A	14)D
02)D	15)A
03)B	16)B
04)C	17)B
05)D	18)D
06)C	19)A
07)A	20)B
08)D	
09)D	
10)B	
11)C	
12)B	
13)A	

Cordilheira Alta, SC, 17 de março de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Corupá

PREFEITURA

Pregão Presencial 010/14

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AVISO DE LICITAÇÃO –

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 010/14

OBJETO: Contratação de empresa de engenharia para fiscalização das obras em andamento e elaboração de novos projetos na área de Infra Estrutura no Município de Corupá, disponibilizando 01 (um) engenheiro civil, no período de 20 horas semanais, pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 09 horas do dia 19/03/2014, às 09h00min do dia 31/03/2014.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h30min do dia 31/03/14.

TIPO: Menor Preço por lote.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá – Av. Getúlio Vargas, 443 e também no site [Http://www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br).

HORÁRIO: Das 08h às 12hs e das 14h às 17hs
Telefone (47) 3375-6500

Para recebimento do edital é imprescindível que a licitante retire o arquivo de itens junto ao setor de licitações pelo email: licitacao@corupa.sc.gov.br.

Corupá, 19 de Março de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Editais de Lançamento de Tributos Nº 001/2014 – Administração E Fazenda

EDITAL DE LANÇAMENTO DE TRIBUTOS Nº 001/2014 – ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas que lhe é conferida pelo inciso VII do Art. 66 da Lei Orgânica Municipal, e

EDERSON CLEITON MAHS, Fiscal de Tributos e Posturas, contratado através da portaria nº 2050/2012,

CONSIDERANDO os Artigos 24 a 30 do Código Tributário Municipal, Lei Complementar nº 10/09, que dispõem sobre o lançamento e a arrecadação do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU);

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 692 de 21 de Fevereiro de 2014 (que define prazos para recolhimento do IPTU/2014);

NOTIFICAM:

Todos os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título, de imóveis urbanos situados no município de Corupá, que o imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, relativo ao exercício de 2014, está sendo lançado pela Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, e deverão ser observados os seguintes prazos e condições:

I – Prazo e forma de pagamento: os tributos acima mencionados poderão ser pagos a vista ou em até sete parcelas conforme segue:

- 1ª parcela 15/04/2014;
- 2ª parcela 15/05/2014;
- 3ª parcela 15/06/2014;
- 4ª parcela 15/07/2014;
- 5ª parcela 15/08/2014;
- 6ª parcela 15/09/2014 e
- 7ª parcela 15/10/2014.

Os documentos de arrecadação (carnês) para o recolhimento dos referidos tributos começarão a ser entregues via Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – EBCT, nos endereços dos proprietários e/ou contribuintes a partir do dia 18/03/2014, e foram emitidos em reais. O recolhimento poderá ser realizado em qualquer agência ou correspondente bancário até o vencimento; após somente nas Agências da C.E.F. e Lotéricas.

Os contribuintes que não receberem os carnês de pagamento motivados por divergência de endereço deverão retirá-los após 01

de abril (terça-feira) nas dependências da Prefeitura Municipal de Corupá, localizado a Avenida Getúlio Vargas, 443, Centro, durante o horário das 8:00 hs às 12:00 hs e 14:00 hs e 17:00 hs.

II – Pagamento em parcela única: somente poderá ser efetuado até a data do vencimento da primeira parcela 15/04/2014 e levará em consideração a regularidade das obrigações tributárias dos contribuintes municipais por matrícula, nos seguintes percentuais;

- a) 10% - Para contribuintes que possuírem débitos em exercícios anteriores;
- b) 12% - Para contribuintes com débitos pagos até o dia 31 de dezembro;
- c) 15% - Para contribuintes optantes de forma parcelada e paga até o seu vencimento;
- d) 20% - Para contribuintes com pagamento em cota única no exercício anterior.

III – Isenções - Previstas no artigo 33 do CTMC – Código Tributário do Município de Corupá, Lei Complementar nº 010/09 de 29 de setembro de 2009 e posterior alteração;

São isentos do pagamento do IPTU, desde que cumpridas as exigências previstas nesta Lei e no Decreto que poderá regulamentar a matéria conforme a hipótese em que se enquadrarem.

“As isenções serão requeridas anualmente antes do vencimento da primeira parcela do imposto, serão declarados em requerimento interposto à Administração Tributária Municipal, e sua cassação se dará uma vez verificado não mais existirem os pressupostos que autorizam sua concessão.”

IV – Pagamento com atraso: o pagamento em atraso estará sujeito à atualização monetária e aos seguintes acréscimos:

1. Multa – Prevista no artigo 347 do CTMC – Código Tributário do Município de Corupá, Lei Complementar nº 010/09 de 29 de setembro de 2009;

“A multa de mora será aplicada sobre o crédito fiscal atualizado, à razão de 2,00 % (dois por cento) ao mês até o limite de 20,00 % (vinte por cento), considerando-se sempre como data base a do vencimento do débito.”

Juros de Mora – Prevista no artigo 429 do CTMC – Código Tributário do Município de Corupá, Lei Complementar nº 010/09 de 29 de setembro de 2009;

“O crédito não integralmente pago no vencimento, será acrescido de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração, seja qual for o motivo determinante da falta.”

Falta de Pagamento – Prevista no artigo 469 e 472 do CTMC – Código Tributário do Município de Corupá, Lei Complementar nº 010/09 de 29 de setembro de 2009;

Constitui Dívida Ativa tributária do Município a proveniente de impostos, taxas, contribuições e multas de qualquer natureza, decorrente de quaisquer infrações à legislação tributária, regularmente inscrita na repartição administrativa tributária, depois de esgotado o prazo fixado para pagamento, pela legislação tributária ou por decisão proferida em processo regular.

Os débitos inscritos em Dívida Ativa, devidamente atualizados e com os acréscimos legais, se não pagos amigavelmente serão cobrados judicialmente.

VI – Impugnações: Prevista no artigo 34 e 35 do CTMC – Código Tributário do Município de Corupá, Lei Complementar nº 010/09 de 29 de setembro de 2009;

O prazo para recebimento da reclamação contra o lançamento do IPTU e demais Tributos ou Contribuições, deverá ser feita por meio de requerimento fundamentado, até o vencimento da 1ª (primeira) parcela.

A Administração Tributária Municipal conceberá durante o julgamento do requerimento os benefícios estabelecidos até a data da

contestação, limitando a Administração a concluir o referido parecer em até 60 dias após o protocolo.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, que o presente Edital seja devidamente publicado, a fim de dar ciência de seu teor aos contribuintes notificados.

Corupá/SC, 11 de Março de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

EDERSON CLEITON MAHS
FISCAL DE TRIBUTOS E POSTURAS

Editais de Lançamento de Tributos Nº 002/2014 – Administração E Fazenda

EDITAL DE LANÇAMENTO DE TRIBUTOS Nº 002/2014 – ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO GERAL DE LANÇAMENTO DAS TAXAS SOBRE FISCALIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO REGULAR, FUNCIONAMENTO EM HORÁRIO ESPECIAL, ALVARÁ SANITÁRIO E DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS, RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas que lhe é conferida pelo inciso VII do Art. 66 da Lei Orgânica Municipal, e

EDERSON CLEITON MAHS, Fiscal de Tributos e Posturas, contratado através da portaria nº 2050/2012,

CONSIDERANDO os Artigos 58, 59, I, 118 a 130 e 169 a 179 do Código Tributário Municipal, Lei Complementar nº 10/09, que dispõem sobre o lançamento do ISSQN Fixo, da Taxa de Fiscalização de Funcionamento Regular, da Taxa de Funcionamento em Horário Especial e da Taxa de Vigilância Sanitária.

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 692 de 21 de Fevereiro de 2014 (que define os prazos para recolhimento dos referidos tributos);

N O T I F I C A M:

Todas as Empresas Comerciais Industriais e Prestadores de Serviços ou equiparados e enquadrados no sistema de tributação fixo anual e os detentores de Licenças de Localização no município de Corupá que o ISSQN Fixo Anual; as Taxas Fiscalização do Funcionamento Regular; as Taxas de Licença para Funcionamento em Horário Especial; e as Taxas de Vigilância Sanitária, relativos ao ano de 2014, estão sendo lançados pela Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, e deverão ser observados os seguintes prazos e condições:

I – Prazo e forma de pagamento das Taxas de Fiscalização de Funcionamento Regular; as Taxas de Licença para Funcionamento em Horário Especial; e as Taxas de Vigilância Sanitária: as taxas acima mencionadas poderão ser pagas a vista tendo vencimento em 15/04/2013;

II – Prazo e forma de pagamento do ISSQN Fixo Anual: o ISSQN Fixo Anual poderá ser pago a vista ou em seis parcelas conforme segue:

Cota única 15/04/2014; ou
1ª parcela 15/04/2014;
2ª parcela 15/05/2014;
3ª parcela 15/06/2014;
4ª parcela 17/07/2014;
5ª parcela 15/08/2014; e
6ª parcela 15/09/2014.

Os documentos de arrecadação (carnês) para o recolhimento dos referidos tributos começarão a ser entregues via Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – EBCT, nos endereços dos contribuintes a partir do dia 18/03/2014, e foram emitidos em reais. O recolhimento poderá ser realizado em qualquer agência ou correspondente bancário até o vencimento; após somente nas Agências da Caixa Econômica Federal e Casas Lotéricas.

Os contribuintes que não receberem os carnês de pagamento motivados por divergência de endereço deverão retirá-los após 01 de abril (terça-feira)

nas dependências da Prefeitura Municipal de Corupá, localizado a Avenida Getúlio Vargas, 443, Centro, durante o horário das 8:00 hs às 12:00 hs e 14:00 hs e 17:00 hs.

III – Pagamento com atraso: o pagamento em atraso estará sujeito à atualização monetária e aos seguintes acréscimos:

A. Multa – Prevista no artigo 347 do CTMC – Código Tributário do Município de Corupá, Lei Complementar nº 010/09 de 29 de setembro de 2009;

“A multa de mora será aplicada sobre o crédito fiscal atualizado, à razão de 2,00 % (dois por cento) ao mês até o limite de 20,00 % (vinte por cento), considerando-se sempre como data base a do vencimento do débito.”

Juros de Mora – Prevista no artigo 429 do CTMC – Código Tributário do Município de Corupá, Lei Complementar nº 010/09 de 29 de setembro de 2009;

“O crédito não integralmente pago no vencimento, será acrescido de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração, seja qual for o motivo determinante da falta.”

Falta de Pagamento – Prevista no artigo 469 e 472 do CTMC – Código Tributário do Município de Corupá, Lei Complementar nº 010/09 de 29 de setembro de 2009;

Constitui Dívida Ativa tributária do Município a proveniente de impostos, taxas, contribuições e multas de qualquer natureza, decorrente de quaisquer infrações à legislação tributária, regularmente inscrita na repartição administrativa tributária, depois de esgotado o prazo fixado para pagamento, pela legislação tributária ou por decisão proferida em processo regular.

Os débitos inscritos em Dívida Ativa, devidamente atualizados e com os acréscimos legais, se não pagos administrativamente serão cobrados judicialmente.

D. Impugnações:

O prazo para recebimento da reclamação contra o lançamento dos tributos municipais, que deverá ser feita por meio de requerimento fundamentado, é até o vencimento da 1ª (primeira) parcela.

A Administração Tributária Municipal conceberá durante o julgamento do requerimento os benefícios estabelecidos até a data da contestação, limitando a Administração a concluir o referido parecer em até 60 dias após o protocolo.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, que o presente Edital seja devidamente publicado, a fim de dar ciência de seu teor aos contribuintes notificados.

Corupá/SC, 11 de março de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

EDERSON CLEITON MAHS
FISCAL DE TRIBUTOS E POSTURAS

Curitibanos

PREFEITURA

Edital de Pregão Presencial Para Registro de Preço Nº 4/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 4/2014

O Fundo Municipal de Assistência Social de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PARA A PRODUÇÃO DE LEITE DE SOJA, O QUAL SERÁ DISTRIBUÍDO PARA FAMÍLIAS DO MUNICÍPIO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 07/04/2014, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 07/04/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas classificadas no Setor de Licitações e Contratos, e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 17 de Março de 2014.

João Carlos Martins dos Santos Diego Sebem Wordell
Presidente do Fundo Pregoeiro

Edital de Pregão Presencial Para Registro de Preço Nº 14/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 14/2014

O Fundo Municipal de Educação de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO DE VIDRO INCOLOR 3MM E VIDRO CANELADO 4MM, COLOCADOS, PARA REPOSIÇÃO CONFORME NECESSIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, NUCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 04/04/2014, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 16:00 horas do dia 04/04/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de

lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 17 de Março de 2014.

Kleberson Luciano Lima Diego Sebem Wordell
Presidente do Fundo Pregoeiro

Edital de Concorrência Nº 59/2014

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 59/2014

O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua: Coronel Vidal Ramos 860, devidamente inscrito sob n.º CNPJ 83.754.044/0001-34 neste ato representado por seu Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o que estabelece a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, faz saber que se acha aberta licitação na modalidade de Concorrência, para Concessão de espaço para instalação de equipamentos para exploração de mídia, durante a realização da Expocentro/2014, conforme Legislação Municipal, demais condições previstas neste Edital, minuta de contrato e anexos integrantes que ficam fazendo parte deste edital.

A Comissão Permanente de Licitação receberá a documentação de Habilitação e as propostas de preços dos interessados, devidamente protocoladas no protocolo central da Prefeitura Municipal, a partir da data da publicação do resumo deste edital, no horário de expediente, encerrando-se o prazo de entrega às 13:30 horas do dia 22 de Abril de 2014, na sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860.

Os envelopes contendo a documentação de habilitação e os envelopes contendo as propostas de preços dos interessados serão abertos respectivamente pela Comissão Permanente de Licitação, a partir das 14:00hrs do dia 22 de Abril de 2014.

Curitibanos, 12 de Março de 2014.

José Antonio Guidi Diego Sebem Wordell
Prefeito Municipal Presidente da CPL

Edital Nº 001/2014 - Abre Inscrições E Fixa Normas Para O Concurso Público de Ingresso Em Cargo Público do Município de Curitibanos

EDITAL Nº 001/2014, DE 18 DE MARÇO DE 2014

Abre inscrições e fixa normas para o Concurso Público de ingresso em cargo público do Município de Curitibanos.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo por base a Lei Orgânica do Município de Curitibanos, a Lei Complementar nº 24 de 25 de abril de 2002, a Lei Complementar nº 26 de 17 de junho de 2002, a Lei Complementar nº 43, de 29 de maio de 2006, a Lei Complementar nº 76, de 12 de janeiro de 2012 e demais legislações aplicáveis, torna público, pelo presente Edital, as normas para realização de CONCURSO PÚBLICO de ingresso e formação de cadastro de reserva de servidores em caráter efetivo do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Concurso Público originado por este Edital será realizado

sob a responsabilidade da empresa contratada pelo Município - GEORGE ALMEIDA ME - APRENDER.COM, sediada em Joaçaba/SC.

1.2. O presente Concurso Público destina-se ao provimento dos cargos públicos a serem ocupados na atual situação e para formação de cadastro reserva consoante disposição do Anexo I, parte integrante deste Edital.

1.3. É de inteira responsabilidade do candidato inteirar-se do presente conteúdo, bem como fazer consultas diárias no site da organizadora do concurso www.aprender.com.br para estar ciente de todas as publicações legais do processo que norteia o presente Edital.

II – DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições para todos os cargos do referido Edital, serão recebidas SOMENTE POR INTERNET, através do preenchimento do formulário eletrônico disponibilizado no endereço eletrônico www.aprender.com.br do dia 18/03/2014 até às 23:59 min do dia 16/04/2014, observando-se o horário oficial de Brasília/DF.

2.1.1 O candidato deverá preencher o formulário de inscrição eletrônico de forma a não deixar nenhum campo em branco, do contrário sua inscrição não será efetuada.

2.1.2. O candidato deverá prestar ATENÇÃO ao selecionar o cargo desejado para a realização da prova.

2.1.3. O candidato indicará um endereço eletrônico (e-mail) VÁLIDO cujo qual deverá permanecer ativo e lido constantemente até o final do concurso, sob responsabilidade do candidato.

2.1.4. O candidato que não tiver condições de acesso para fazer a inscrição on-line, poderá fazê-la dirigindo-se à Prefeitura Municipal de Curitiba no horário das 13:00 até as 18:30 hrs, no auditório, no qual será auxiliado por funcionário da própria municipalidade para realizar sua inscrição on-line.

2.2. A APRENDER.COM não se responsabilizará por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, endereço e-mail inválido, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

2.3. O comprovante de inscrição e o comprovante de pagamento da taxa de inscrição deverão ser mantidos em poder do candidato e apresentados no local de realização das provas.

2.4. O candidato deverá, no período das inscrições, pagar a importância indicada a seguir, de acordo com o nível de escolaridade ao cargo pretendido no referido certame.

Ensino Superior	R\$ 100,00	Cem Reais
Ensino Médio e Técnico	R\$ 50,00	Cinquenta Reais
Ensino Séries Iniciais	R\$ 30,00	Trinta Reais

2.5. O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição não será devolvido em hipótese alguma, salvo em caso de cancelamento do certame por conveniência da Administração Pública.

2.6. Não serão aceitos pedidos de isenção de pagamento do valor da inscrição, seja qual for o motivo alegado.

2.7. A guia do boleto bancário estará disponível no endereço eletrônico www.aprender.com.br e deverá ser impresso para pagamento da taxa de inscrição imediatamente após a conclusão do preenchimento da ficha de solicitação de inscrição on-line.

2.8 O pagamento da taxa de inscrição deverá ser efetuado até a data de vencimento constante no boleto, preferencialmente nas

agências do Banco do Brasil.

2.8.1 Caso não seja feito o pagamento até a data de vencimento, o candidato poderá retirar a segunda via do boleto no endereço eletrônico www.aprender.com.br, observando com atenção a data limite para inscrições e pagamento.

2.9 A inscrição do candidato e o pagamento do boleto bancário implicarão no conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

2.10. O candidato declarará, ao efetuar sua inscrição, que tem ciência e aceita que, caso aprovado, deverá entregar os documentos comprobatórios dos requisitos exigidos para o cargo por ocasião da admissão.

2.11. As inscrições efetuadas somente serão acatadas após a comprovação de pagamento da taxa de inscrição.

2.12. O Comprovante definitivo de Inscrição do candidato estará disponível no endereço eletrônico www.aprender.com.br, na aba correspondente ao concurso do Município de Curitiba, após o acatamento da inscrição, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato a obtenção deste documento.

2.13 A falsificação de declarações ou de dados e/ou outras irregularidades na documentação, verificada em qualquer etapa do presente concurso, implicará na eliminação automática do candidato, sem prejuízo das cominações legais.

2.14. Cada candidato poderá inscrever-se para apenas um dos cargos constantes do Anexo I.

2.15. Caso a inscrição do candidato não conste na relação das inscrições pré-homologadas que será divulgada conforme data constante no Anexo V, o candidato deverá entrar em contato imediatamente com a empresa através do e-mail (contato@aprender.com.br), conforme prazos recursais estabelecidos neste Edital, sob pena de não ser acatadas reclamações posteriores.

III – DOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

3.1. Ao candidato portador de necessidade especial é assegurado o direito de se inscrever neste Concurso Público, devendo assinalar sua condição especial no item específico do requerimento de inscrição on-line.

3.2. Será reservada vaga para o candidato portador de necessidade especial para o cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que seja portador, na proporção de um para cada cinco vagas, conforme art. 37, VIII, da Constituição Federal, art. 36, VII, da Lei Orgânica Municipal nº 026/2002.

3.3. Não havendo candidatos aprovados e classificados para as vagas reservadas para pessoa com deficiência, as mesmas serão ocupadas pelos demais candidatos classificados neste Concurso Público.

3.4. Será considerada pessoa com deficiência aquela conceituada na medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos e que se enquadre nas categorias descritas nos Decretos federais nº 3.298/1999 e suas alterações, nº 5.296/2004 e suas alterações e na Lei federal nº 7.853/1989.

3.5. O candidato com deficiência após realizar sua inscrição on-line e fazer suas observações referente à deficiência, deverá encaminhar OBRIGATORIAMENTE VIA SEDEX, o requerimento preenchido conforme modelo do Anexo VI, a cópia simples do CPF e a cópia do laudo médico (original ou cópia autenticada) especificando a

respectiva deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), bem como a provável causa da deficiência e a indicação de que ela não impede ao candidato o exercício das funções do cargo a que se inscreveu, cuja data de expedição deverá ser compatível aos prazos legais estabelecidos por este Edital, para o endereço da empresa APRENDER.COM – Rua Duque de Caxias, 844 – Centro – Joaçaba/SC – 89.600-000.

3.6. O fornecimento da cópia simples do CPF e do laudo médico, por qualquer via, é de responsabilidade exclusiva do candidato. A APRENDER.COM não se responsabiliza por qualquer tipo de extravio que impeça a chegada da cópia simples do CPF e do laudo a seu destino.

3.7. O candidato inscrito para a vaga reservada a candidato com deficiência que deixar de atender, no prazo editalício, as determinações do disposto nos subitens anteriores terá sua inscrição invalidada, passando a concorrer unicamente como candidato não portador de deficiência.

3.8 O candidato com deficiência submeter-se-á, quando da nomeação, à avaliação de equipe multiprofissional, que terá a decisão terminativa sobre:

- a) a qualificação do candidato como deficiente ou não; e
- b) o grau de deficiência, capacitante ou não, para o exercício do cargo.

3.9 O candidato com deficiência participará deste Concurso Público em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, bem como à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

3.10. Não será admitido recurso relativo à condição de deficiente de candidato que, no ato da inscrição, não declarar essa condição.

3.11. O candidato que tiver a necessidade de realizar as provas em braile ou em qualquer outra condição especial deverá requerer no ato da inscrição.

3.12. O candidato que tiver a necessidade de prova em fonte ampliada deverá requerer no ato da inscrição, apresentando laudo médico para a condição especial e indicando o tamanho da fonte de sua prova ampliada, entre 18, 20, 22 ou 24.

3.13. O candidato com deficiência que não requerer e comprovar a condição especial na forma da legislação vigente, não terá o atendimento ou condição especial para a realização das provas, não podendo impetrar recurso em favor de sua condição.

3.14. Não será realizado atendimento domiciliar em nenhuma hipótese.

IV – DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições que preencherem todas as condições estabelecidas neste Edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente no prazo previsto no cronograma constante do Anexo V e estarão disponíveis no Mural Público da Prefeitura Municipal de Curitiba e nos endereços eletrônicos www.aprender.com.br / www.curitiba.sc.gov.br

4.2. Somente será divulgada a relação das inscrições que forem deferidas.

4.2.1 Para todos os efeitos, os candidatos que não constarem na relação do referido Edital, estarão com suas inscrições indeferidas.

4.3. Quanto ao indeferimento de inscrição, caberá recurso, dirigido

à APRENDER.COM, no prazo máximo previsto no Anexo V, contado da data de publicação da relação mencionada desde edital.

4.3.1 O recurso deverá ser preenchido conforme modelo disponível no site www.aprender.com.br, na aba correspondente ao município de Curitiba que deverá ser encaminhado eletronicamente após o candidato realizar o preenchimento do mesmo de forma digitada ou manuscrita com letra legível. Junto com o formulário de recurso, o candidato deverá enviar o comprovante de pagamento da taxa de inscrição. Todos esses documentos deverão ser encaminhados para o e-mail contato@aprender.com.br.

V – DO VÍNCULO E DO REGIME PREVIDENCIÁRIO

5.1 Os candidatos habilitados e classificados neste Concurso Público serão nomeados em caráter efetivo, conforme vagas previstas no Anexo I deste Edital em prazo vigente deste certame, ficando sujeitos ao Estágio Probatório, na forma da legislação vigente.

5.2. O candidato nomeado estará sujeito ao regime estatutário, definido pela LC n. 26/2002 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Curitiba e estará vinculado ao Regime do Instituto de Previdência do Município (IPESMUC).

VI – DA PROVA

6.1. O Concurso Público, objeto deste Edital, constará de Prova objetiva de conhecimentos para todos os cargos.

6.2. O candidato que necessite de alguma condição especial para realização da prova deverá requerer quando da sua inscrição, bem como protocolar e comprovar o que lhe é de direito no ato da inscrição para que o atendimento seja concedido.

6.3. Os portões do local de prova serão fechados 10 (dez) minutos antes do horário de início da aplicação das provas – observando-se o horário oficial de Brasília/DF, ou seja, SERÁ FECHADO PONTUALMENTE AS 08:50 HRS, NÃO SENDO MAIS PERMITIDO O INGRESSO DE CANDIDATOS AO LOCAL DAS PROVAS APÓS ESTE HORÁRIO.

6.4. O local de aplicação da prova objetiva será no Núcleo Municipal Teresa Lemos Preto, localizado na Av. Salomão Carneiro de Almeida, 1675, bairro Nossa Senhora Aparecida, Curitiba/SC, com início às 09:00hrs.

6.3.1 Caso o número de candidatos exceda a oferta de lugares prevista para o local das provas, a organizadora do Concurso Público e a Prefeitura Municipal de Curitiba poderão alterar os horários das provas ou até mesmo dividir a aplicação das provas em mais de uma data e/ou turno, cabendo aos candidatos a obrigação de acompanhar as publicações oficiais através dos sites www.aprender.com.br e www.curitiba.sc.gov.br.

6.3.2 É de inteira responsabilidade do candidato, inteirar-se e informar-se sobre o horário da realização das provas ao cargo que se inscreveu a partir da data da homologação das inscrições até o dia anterior ao da aplicação das provas.

6.5. O Município de Curitiba reserva-se no direito de realizar as provas escritas de conhecimento nos períodos matutino, vespertino e noturno, de acordo com o número de candidatos inscritos no presente certame, se necessário for.

6.6. As provas escritas de conhecimento serão realizadas em etapa única de três horas (3h) de duração, incluído o tempo para preenchimento do cartão-resposta e o tempo necessário para as instruções gerais que serão repassadas pelos fiscais de sala.

6.7. Para entrada nos locais de prova, os candidatos deverão apresentar documentos de identificação válidos e com foto e portar junto o comprovante de inscrição e o comprovante de pagamento

da taxa de inscrição.

6.8. Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos etc.); passaporte; certificado de reservista; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal ou estadual, valham como identidade; carteira de trabalho e Carteira Nacional de Habilitação (somente o modelo com foto).

6.9. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, na data de realização da prova, documento de identidade original por motivo de perda, furto ou roubo, deverá apresentar documento que ateste o registro de ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, trinta (30) dias.

6.10. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo e sem foto), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade nem documentos ilegíveis, não-identificáveis e/ou danificados.

6.11. Por ocasião da prova, o candidato que não apresentar o documento de identificação válido, na forma definida no item 6.6, não poderá fazer a prova e será automaticamente eliminado do certame.

6.12. Não serão aceitos quaisquer outros documentos ou papéis em substituição aos exigidos.

6.13. No dia de realização das provas não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo e aos critérios de avaliação da prova.

6.14. Durante a realização das provas é vedada a consulta a livros, revistas, folhetos ou anotações, bem como o uso de máquinas de calcular, relógios e aparelhos celulares ou ainda, qualquer equipamento elétrico ou eletrônico, sob pena de eliminação do candidato do Concurso Público.

6.14.1. Os aparelhos de telefones celulares móveis e outros equipamentos eletrônicos deverão ser entregues desligados aos fiscais das salas antes do início das provas, para serem devolvidos na saída, sob pena de eliminação do candidato.

6.14.2. Não será permitido o uso de aparelhos celulares nos locais de provas, bem como é vedado ao candidato entrar no pátio do local de provas com o aparelho ligado, sendo que a não obediência implicará na eliminação e na remoção do candidato do estabelecimento designado como local de provas.

6.15. No decurso das provas, o candidato somente poderá ausentar-se temporariamente da sala se acompanhado por um fiscal.

6.16. O candidato somente poderá retirar-se definitivamente da sala de prova após uma hora de seu início.

6.17. O candidato, ao encerrar a prova e antes de se retirar do local de sua realização, entregará ao fiscal de prova/sala o cartão-resposta devidamente assinado e o caderno de prova. Caso não o faça, será automaticamente eliminado do Concurso Público.

6.18. Todos os cartões-respostas serão rubricados ou assinados no verso pelos três (03) últimos candidatos de cada sala, independente do cargo.

6.19. Os três (03) últimos candidatos de cada sala somente poderão entregar as suas provas e retirar-se definitivamente do local

simultaneamente.

6.20. Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para as provas, nem a realização de prova fora dos horários e locais estabelecidos neste Edital.

VII – DA PROVA OBJETIVA DE CONHECIMENTOS

7.1. A prova objetiva de conhecimentos inclui questões de Língua Portuguesa, Matemática, Conhecimentos Gerais e Conhecimentos Específicos, conforme ementa das disciplinas constantes dos Anexos presentes neste Edital.

7.2. A prova de conhecimentos para os cargos de nível médio e superior será objetiva e constará de 50 (cinquenta) questões, com quatro (4) alternativas de respostas cada uma, sendo que apenas uma (1) estará correta.

7.3. A pontuação de cada disciplina para os cargos de nível médio e superior será a seguinte:

DISCIPLINA	NÚMERO DE QUESTÕES	PESO INDIVIDUAL	PESO TOTAL
Língua Portuguesa	10	0,19	1,90
Matemática	10	0,18	1,80
Conhecimentos Gerais	05	0,16	0,80
Conhecimentos Específicos	25	0,22	5,50
Total	50		10,00

7.4. A prova de conhecimentos para os cargos de séries iniciais será objetiva e constará de 20 (Vinte) questões, com quatro (4) alternativas de respostas cada uma, sendo que apenas uma (1) estará correta.

7.5. A pontuação de cada disciplina para os cargos de nível primário será a seguinte:

DISCIPLINA	NÚMERO DE QUESTÕES	PESO INDIVIDUAL	PESO TOTAL
Língua Portuguesa	08	0,50	4,00
Matemática	06	0,50	3,00
Conhecimentos Gerais	06	0,50	3,00
Total	20		10,00

7.6. Para realização da prova objetiva de conhecimentos, o candidato deverá utilizar caneta esferográfica de tinta azul ou preta, sendo as questões respondidas em cartão-resposta, que não será substituído em caso de erro do candidato.

7.7. A adequada marcação do cartão-resposta é de inteira responsabilidade do candidato.

7.8. Será atribuída nota zero (0,0) às respostas de questão(ões) que contenha(m):

- Emenda(s) e/ou rasura(s), ainda que legível(eis), no cartão-resposta;
- Mais de uma opção de resposta assinalada no cartão-resposta;
- Espaço não assinalado (s) no cartão-resposta;
- Cartão-resposta preenchido fora das especificações, ou seja, preenchido com lápis ou caneta esferográfica de tinta cuja cor seja diferente do especificado no item 7.6 ou, ainda, com marcação diferente da indicada no modelo previsto no cartão.

7.9. A prova objetiva de conhecimentos será avaliada na escala de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), sendo as notas expressas com 01 (um)

decimal, sem arredondamento.

7.10. O Gabarito Oficial referente à prova objetiva de conhecimentos será divulgado a partir das 9h do primeiro dia útil subsequente à realização da referida prova no endereço eletrônico www.aprender-sc.com.br e no Mural Público da Prefeitura Municipal de Curitiba/SC.

7.11 O caderno de provas estará disponível de forma única e será encaminhado exclusivamente por e-mail para todos os candidatos que assim o requisitarem através do endereço eletrônico www.aprender-sc.com.br.

7.12. Havendo impugnação de questões da prova objetiva de conhecimentos, o candidato poderá preencher um requerimento no momento em que estiver prestando a prova e entregar ao fiscal de sala.

7.12.1. O formulário de impugnação de questão estará disponível na sala de prova e poderá ser fornecido ao candidato no dia da realização da prova, caso este o solicite.

7.12.2. As respostas às eventuais impugnações de questão serão publicadas juntamente com a classificação final do Concurso Público, bem como o Gabarito Oficial definitivo, na ocorrência de recurso julgado procedente.

7.13. Toda questão anulada será computada como resposta correta para todos os candidatos.

VIII – DA PROVA PRÁTICA AO CARGO

8.1. Haverá prova prática para os cargos de Arquiteto, Engenheiro Civil, Cozinheira, Operador de Motoniveladora, Operador de Retroescavadeira, Servente I, Servente Limpeza, Servente de Obras, em horário e dia já determinado no ANEXO V.

8.2. O local de espera para os candidatos realizarem a prova prática para os cargos descritos no item anterior será em frente à Prefeitura Municipal de Curitiba/SC. Em especial para o cargo de Operador de Motoniveladora e Operador de Retroescavadeira, será no pátio de máquinas da Prefeitura Municipal de Curitiba/SC.

8.3. A prova prática para os cargos de Arquiteto e Engenheiro Civil será realizada em computadores disponibilizados pela Prefeitura, utilizando o software AutoCAD na versão 9,0, no qual o candidato deverá demonstrar sua habilidade técnica no uso da ferramenta em uma situação apresentada na hora pelo fiscal responsável pela avaliação, que o avaliará através de um formulário específico para o caso.

8.4. A prova prática para os cargos de cozinheira, Operador de Motoniveladora, Operador de Retroescavadeira, Servente I, Servente de limpeza e Servente de obras, constará de uma prova em campo aberto e um formulário com uma série de observações e requisitos feita pelo fiscal de prova contendo pesos específicos para cada observação e item analisado.

8.5. Todo o candidato independente do tipo da prova prática sairá com nota máxima de 10,0 (dez) pontos no formulário de avaliação, onde o mesmo durante a realização da prova prática poderá manter sua pontuação ou perder conforme critérios a serem avaliados pelo fiscal de prova durante a realização de sua prova prática.

8.6 A nota final do candidato que além da prova escrita e objetiva tiver realizado a prova prática, será o resultado da soma da prova escrita e objetiva, mais a nota da prova prática dividida por dois.

IX – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

9.1. Serão considerados aprovados de forma geral e farão parte da listagem final os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a cinco (5,0) pontos.

9.2. A nota final será calculada através da soma dos acertos na forma da Tabela constante do item 7.3 deste Edital.

9.3. A classificação final dos candidatos obedecerá à ordem decrescente da média final.

9.4. Ocorrendo empate na classificação, serão usados, sucessivamente, os seguintes critérios para desempate:

- a) maior nota na prova de conhecimentos específicos;
- b) maior nota na prova de Matemática;
- c) maior nota na prova de Língua Portuguesa.
- d) maior nota na prova de conhecimentos gerais;
- e) menor idade.

X – DOS RECURSOS

10.1. Será admitido recurso para cada uma das fases do Concurso Público que deverá ser interposto, exclusivamente, pelo candidato, desde que devidamente fundamentado e apresentado nos prazos estabelecidos no cronograma constante do Anexo VI deste Edital.

10.2. Os recursos aqui mencionados deverão ser preenchidos em formulários modelos disponibilizados através do endereço eletrônico www.aprender-sc.com.br na aba correspondente ao município de Curitiba/SC, no qual deverá ser enviado para o e-mail contato@aprender-sc.com.br dentro dos prazos estabelecidos por este Edital.

10.3. Os recursos e os pedidos de impugnação e revisão de nota deverão ser encaminhados conforme item 10.2, cabendo a banca organizadora da APRENDER.COM a apreciação dos mesmos.

10.4. Os recursos que se apresentarem sem fundamentação teórica, ilegíveis, fora de prazo e que não estiverem de acordo com o disposto nos subitens acima serão liminarmente indeferidos automaticamente.

10.5. Às decisões dos recursos será dada divulgação, sejam elas através de publicações no mural público municipal ou divulgação no site da empresa responsável.

10.6. Os candidatos poderão solicitar revisão da nota das provas, sendo que a nota poderá ser mantida, aumentada ou diminuída.

10.7. Não serão admitidos pedidos de revisão de nota de prova de outros candidatos, ou seja, o candidato poderá requerer revisão apenas da sua nota.

10.8. As decisões dos pedidos de revisão da nota das provas serão dadas a conhecer coletivamente.

10.9. A Comissão Especial do Concurso Público, nomeada pelo Decreto n. 4412 de 21 de fevereiro de 2014, constitui-se em última instância para recurso ou revisão, sendo soberana em suas decisões, não cabendo recursos ou revisões adicionais na esfera administrativa.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO

11.1. O resultado final do Concurso Público, objeto deste Edital, será homologado pela autoridade competente e publicado no Mural Público da Prefeitura Municipal, no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC e no endereço eletrônico www.aprender-sc.com.br.

XII – DA CONVOCAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE

12.1. A nomeação dos candidatos aprovados no concurso público regulado por este certame, a juízo da conveniência e oportunidade, serão convocados, nomeados e empossados nos termos da LC n. 26/2002;

12.2 A convocação do candidato para apresentação dos documentos será realizada mediante publicação de Edital de Convocação no DOM/SC e contato através de email ou telefone, sendo de responsabilidade única e exclusiva do candidato informar seu endereço eletrônico e telefone corretamente quando do preenchimento do formulário de inscrição e mantê-lo atualizado perante o Departamento De Pessoal da Prefeitura Municipal após a homologação do certame.

12.3.No prazo de 10 (dez) dias após a convocação, o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

a) Cópia de:

1. Documento de Identidade (RG);
 2. Cadastro de Pessoa Física (CPF);
 3. Título de Eleitor e certidão de quitação eleitoral;
 4. Certidão de Nascimento ou Casamento;
 5. Certidão de Nascimento de Filhos;
 6. CNH (se exigida para o cargo);
 7. Diploma ou certificado comprobatório da escolaridade exigida para o cargo;
 8. Carteira de inscrição no Conselho ou Órgão de Classe correspondente (quando exigido para o cargo);
- b) Quitação com as obrigações militares, em caso de candidato de candidato do sexo masculino, com a devida apresentação da cópia do comprovante de quitação com o serviço militar;
- c) 01 (uma) foto 3x4 colorida e recente;
- d) Laudo médico de saúde física e mental.

12.4. Os documentos comprobatórios de atendimento aos requisitos acima serão exigidos apenas dos candidatos classificados e convocados para nomeação e posse.

12.5. Apresentada a documentação acima mencionada e/ou outras julgadas necessárias pelo Município, o candidato convocado será nomeado para o cargo público.

12.6. A posse no cargo público dar-se-á até 30 (trinta) dias após a nomeação, sob pena de decadência do direito de ser empossado.

XIII – DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

13.1. Delega-se competência para empresa responsável pelo certame para:

- a) elaborar, aplicar, julgar, corrigir e avaliar as provas objetivas de conhecimentos;
- b) apreciar todos os recursos administrativos previstos neste Edital;
- c) emitir relatórios de classificação dos candidatos;
- d) prestar informações sobre o Concurso Público;
- e) definir normas para aplicação das provas;
- f) selecionar fiscais para aplicação das provas.

VIX – DO FORO JUDICIAL

14.1. O foro para dirimir qualquer questão relacionada ao Concurso Público de que trata este Edital é o da Comarca de Curitiba/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

XV – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. As cláusulas deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a

providência ou evento que lhes disser respeito, até a data de realização da prova correspondente.

15.2. O prazo de validade do presente Concurso Público é de dois (02) anos, podendo ser prorrogado, por uma única vez, por igual período, mediante justificativa, interesse e conveniência da Administração Municipal.

15.3. Os candidatos aprovados neste certame serão nomeados pela ordem de classificação, respeitado o número de vagas constante do Anexo I, conforme a necessidade, a conveniência e a oportunidade, exceto os cargos que se destinam à formação de cadastro de reserva.

15.4. A aprovação no Concurso Público não assegura ao candidato o direito à nomeação imediata, devendo ocorrer conforme a necessidade do serviço público municipal durante a vigência do certame e de acordo com o número de vagas estabelecidas no Anexo I, sendo que as vagas criadas durante sua vigência serão providas seguindo a ordem de classificação dos aprovados em cada cargo.

15.5. Será excluído do presente Concurso Público, por ato da empresa responsável pelo certame, vencedora do processo licitatório, o candidato que:

- a) tornar-se culpado por agressões ou descortesias para com qualquer membro da equipe encarregada de realização das provas;
- b) for surpreendido, durante a aplicação das provas, em comunicação com outro candidato, verbalmente, por escrito ou por qualquer outra forma;
- c) for flagrado, utilizando-se de qualquer meio, visando burlar a prova, ou que apresentar falsa identificação pessoal;
- d) ausentar-se da sala de prova durante a sua realização, sem estar acompanhado de um fiscal.

15.6. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas, além de solicitar o atendimento especial para esse fim em formulário disponível no site da empresa www.aprenderesc.com.br, deverá levar um (a) acompanhante, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança, caso contrário ficará impossibilitada de realizar as provas.

15.7. O Gabarito Oficial da prova objetiva de conhecimentos e o resultado das provas serão divulgados no endereço eletrônico www.aprenderesc.com.br no Mural Público da Prefeitura Municipal de Curitiba/SC.

15.8. Os casos não previstos neste Edital serão resolvidos, conjuntamente, pela empresa responsável pelo certame e pela Comissão Especial do Concurso Público designada pelo Decreto n. 4412 de 21 de fevereiro de 2014.

15.9. São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

- a) ANEXO I – Dos Cargos, Vagas, Carga Horária, Vencimentos e Habilitação.
- b) ANEXO II - Do Conteúdo Programático para todos os cargos de Nível Séries Iniciais.
- c) ANEXO III - Do Conteúdo Programático Geral para todos os cargos de Nível Médio, Técnico e Superior.
- d) Anexo IV – Do Conteúdo Programático Específico ao cargo.
- e) ANEXO V – Do cronograma – (Sujeito a alterações).
- f) ANEXO VI – Do Requerimento/Declaração.
- g) ANEXO VII – Das atribuições dos cargos.

15.10. Será publicado Extrato do presente Edital para fins de publicidade legal, sendo que o Edital na íntegra estará disponível no Mural Público da Prefeitura Municipal e no endereço eletrônico www.aprenderesc.com.br.

Curitiba-SC, 18 de março de 2014.

JOSÉ ANTÔNIO GUIDI

Prefeito Municipal

ANEXO I

DOS CARGOS, VAGAS, CARGA HORÁRIA, VENCIMENTOS E HABILITAÇÃO

CARGO	Nº DE VAGAS	HABILITAÇÃO MÍNIMA	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO	TIPO DE PROVA
Arquiteto	01	Diploma de Bacharel em Arquitetura e inscrição na entidade de classe.	40	3.041,55	Escrita/Objetiva e Prática
Contador II	CR	Diploma de Bacharel em Contabilidade e inscrição na entidade de classe.	40	3.743,44	Escrita/Objetiva
Calceteiro	01	Conclusão de Séries Iniciais.	40	754,30 **	Escrita/Objetiva
Cozinheira	01	Conclusão de Séries Iniciais.	40	754,30 **	Escrita/Objetiva e Prática
Enfermeiro (CAPS)	01	Nível superior em Enfermagem e registro no órgão fiscalizador.	40	3.041,55	Escrita/Objetiva
Enfermeiro	04	Nível superior em Enfermagem e registro no órgão fiscalizador.	40	3.041,55	Escrita/Objetiva
Engenheiro Civil	01	Diploma de Bacharel em Engenharia Civil e inscrição na entidade de classe.	40	3.041,55	Escrita/Objetiva e Prática
Farmacêutico / Bioquímico	01	Nível superior em Farmácia e registro no órgão fiscalizador	40	3.041,55	Escrita/Objetiva
Gari	04	Conclusão de Séries Iniciais.	40	754,30 **	Escrita/Objetiva
Médico	01	Nível superior em Medicina e especialidade com RQE e registro no órgão fiscalizador	40	11.230,28	Escrita/Objetiva
Médico Cardiologista	01	Nível superior em Medicina e especialidade com RQE e registro no órgão fiscalizador	20	5.615,14	Escrita/Objetiva
Médico Neurologista	01	Nível superior em Medicina e especialidade com RQE e registro no órgão fiscalizador	20	5.615,14	Escrita/Objetiva
Médico Ortopedista	01	Nível superior em Medicina e especialidade com RQE e registro no órgão fiscalizador	20	5.615,14	Escrita/Objetiva
Médico Pediatra	01	Nível superior em Medicina e especialidade com RQE e registro no órgão fiscalizador	20	5.615,14	Escrita/Objetiva

Médico Pediatra	01	Nível superior em Medicina e especialidade com RQE e registro no órgão fiscalizador	40	11.230,28	Escrita/Objetiva
Motorista II	02	Conclusão de Séries Iniciais com carteira de Habilitação "C".	40	982,67	Escrita/Objetiva
Motorista III	01	Conclusão de Séries Iniciais com carteira de Habilitação "D" com curso para transporte de passageiros.	40	1.052,86	Escrita/Objetiva
Motorista Socorrista SAMU	06	Curso do SEST/SENAT de Condutor de Veículos de Emergência; Portador de certificado ou Histórico de conclusão de Séries Iniciais), Carteira Categoria "D".	40	1.052,85	Escrita/Objetiva
Nutricionista	01	Nível superior na área e registro no órgão fiscalizador	40	2.339,65	Escrita/Objetiva
Odontólogo	03	Nível superior em Odontologia e registro no órgão fiscalizador	40	5.615,14	Escrita/Objetiva
Operador de Motoniveladora	03	Conclusão de Séries Iniciais com carteira de Habilitação mínima "C".	40	1.392,66	Escrita/Objetiva e Prática
Operador de Retroescavadeira	02	Conclusão de Séries Iniciais com carteira de Habilitação mínima "C".	40	1.392,66	Escrita/Objetiva e Prática
Professor Informática	02	Licenciatura específica na área.	40	1.901,72	Escrita/Objetiva
Servente de Obras (Masculino)	01	Conclusão de Séries Iniciais.	40	754,30 **	Escrita/Objetiva e Prática
Servente I	05	Conclusão de Séries Iniciais.	40	754,30 **	Escrita/Objetiva e Prática
Servente Limpeza	01	Conclusão de Séries Iniciais.	40	754,30 **	Escrita/Objetiva e Prática
Técnico de Segurança do Trabalho	CR	Portador de Certificado de Conclusão de Curso de Ensino Médio Técnico na área, Técnico de Segurança do Trabalho e Registro no Órgão Fiscalizador da Profissão, se houver.	40	1.520,78	Escrita/Objetiva
Técnico Enfermagem SAMU	06	Nível Médio de Técnico em Enfermagem e registro no órgão fiscalizador / Especialização em Emergência	40	1.286,81	Escrita/Objetiva
Telefonista	01	Ensino Médio Completo	40	754,30 **	Escrita/Objetiva
Vigia	CR	Conclusão de Séries Iniciais.	40	754,30 **	Escrita/Objetiva

Observações:

CR = Cadastro de Reserva.

** = Salário base + complementos.

ANEXO II

DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO PARA TODOS OS CARGOS DE NÍVEL SÉRIES INICIAIS

Língua Portuguesa: Compreensão de Textos, Alfabeto; formas comuns de tratamento; plural e singular; aumentativo e diminutivo; feminino e masculino; ortografia; tipos de frases: afirmativa, negativa, interrogativa e exclamativa; substantivo; substantivos coletivos; adjetivos; sinônimos e antônimos; Separação de sílabas; Concordância Verbal e Nominal; Noções de fonética.

Matemática: Tabuada dos números; Números naturais: operações e problemas. Unidades de medida de tempo, de comprimento, de massa e de capacidade. Sistema monetário brasileiro. Leitura de horas em relógios e de informações em calendários. Reconhecimento de figuras planas (quadrado, retângulo, triângulo, círculo). Noções de razões, frações, proporções e porcentagem. Radiciação; Divisibilidades; Regras de três simples e composta; Algarismos romanos; Resolução de problemas simples.

Conhecimentos Gerais: Assuntos de interesse geral - nacional ou internacional - veiculados, pela imprensa falada ou escrita de circulação nacional ou local - rádio, televisão, jornais, revistas e/ou internet. Aspectos históricos, geográfico e políticos em nível de Brasil, Mundo, Estado de Santa Catarina e do Município de Curitiba. Estrutura política e administrativa dos entes estatais. Símbolos oficiais do Brasil, do Estado de Santa Catarina e do Município de Curitiba. Aspectos econômicos, históricos, políticos, geográficos e culturais do Município de Curitiba.

ANEXO III

DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO GERAL PARA TODOS OS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO, TÉCNICO e SUPERIOR

Língua Portuguesa: leitura e análise de texto, compreensão do texto, significado contextual de palavras e expressões, noções de fonética, acentuação gráfica, separação de sílabas, ortografia, semântica, classes das palavras, concordância nominal, concordância verbal, regência verbal, crase, análise sintática, colocação pronominal, pontuação, emprego de certas palavras, emprego das iniciais, plural dos compostos, emprego do hífen, vícios de linguagem, estrutura das palavras, estilística, gramática em geral.

Matemática: Números: naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais, complexos; Teoria dos Conjuntos; Álgebra: seqüências, conceitos, operações com expressões algébricas; Equações e Inequações; Relações e funções; Análise Combinatória; Progressões Aritméticas e Geométricas; Regra de três simples e composta. Geometria: elementos básicos, conceitos primitivos, representação geométrica no plano; Sistema de medidas: comprimento, superfície, volume, capacidade, ângulo, tempo, massa, peso, velocidade e temperatura; Estatísticas: noções básicas, razão, proporção, interpretação e construção de tabelas e gráficos; Matrizes e Determinantes; Juros simples e composto; Noções de probabilidade. Expressões aritméticas; M.D.C (Máximo divisor Comum). M.M.C (Mínimo Múltiplo Comum). Polinômios. Logaritmos; Radiciação; Exponenciação.

Conhecimentos Gerais: Assuntos de interesse geral - nacional ou internacional - veiculados, pela imprensa falada ou escrita de circulação nacional ou local - rádio, televisão, jornais, revistas e/ou internet. Aspectos históricos, geográfico e políticos em nível de Brasil, Mundo, Estado de Santa Catarina e do Município de Curitiba. Estrutura política e administrativa dos entes estatais. Símbolos oficiais do Brasil, do Estado de Santa Catarina e do Município de Curitiba. Aspectos econômicos, históricos, políticos, geográficos e culturais do Município de Curitiba.

ANEXO IV

DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO ESPECÍFICO AO CARGO

ARQUITETO: Desenho arquitetônico. Diagnóstico urbano. Sociologia urbana. Planejamento urbano. Planejamento Estratégico. Desenho urbano. Gestão Urbana. Plano Diretor. Geoprocessamento. Planejamento regional. Sustentabilidade urbana e regional. Paisagismo. Mobiliário urbano e sistema de comunicação visual urbana. Acessibilidade na arquitetura e em meio urbano. Projeto de Arquitetura. Projetos complementares: especificações de materiais e serviços e dimensionamento básico; Estrutura; Fundações; Instalação elétrica e hidro-sanitária; Elevadores; Ventilação/exaustão; Ar condicionado; Telefonia; Prevenção contra incêndio; Programação, controle e fiscalização de obras; Orçamento e composição de custos, levantamento de quantitativos, planejamento e controle físico - financeiro; Acompanhamento e aplicação de recursos (medições, emissão de faturas e controle de materiais); Acompanhamento de obras; Construção e organização de canteiro de obras. Patrimônio histórico. Compatibilização de projetos complementares de arquitetura e urbanismo. Pontos de alagamento e deslizamentos. Infra-estruturas urbanas. Sistemas de Transportes Urbanos e Interurbanos. Resíduos sólidos. Legislação urbana e ambiental. Canteiro de obras e cronograma de execução de obras. Aspectos financeiros da obra pública. Fiscalização de obras. Avaliação de imóveis urbanos. Informática aplicada à arquitetura e ao urbanismo, abrangendo AutoCAD. Conhecimento da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo e do meio ambiente. Noção básica de administração pública, direitos e deveres do servidor público municipal. Lei Orgânica Municipal; Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia.

CONTADOR II: Legislação e ética profissional do contabilista; Conhecimentos pertinentes em informática. Lei Orgânica Municipal. Princípios fundamentais de contabilidade e Normas brasileiras de contabilidade. Contabilidade Pública. Teoria da Contabilidade. Contabilidade Geral – Conceito, objetivos, campo de atuação. Patrimônio: formação, composição. Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, Equação Fundamental do Patrimônio, Variações Patrimoniais: receita e despesa. Escrituração: Mecanismo de Débito e Crédito, as Contas: Função e funcionamento. Plano de Contas, Sistema de Escrituração. Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial (Etapas do levantamento, regularização de contas,). Depreciação, Amortização e Exaustão. Provisões e Reservas. Demonstração do Resultado do Exercício. Contabilidade Pública - Conceitos. Escrituração: Funcionamento das contas nos sistemas orçamentário, financeiro e patrimonial. Registro de Operações típicas: Receita efetiva e por mutações patrimoniais. Despesa efetiva e por mutações patrimoniais. Restos a pagar processados e não-processados. Encerramento do exercício: Operações de encerramento no Sistema Orçamentário, Financeiro e Patrimonial. Orçamento Público; proposta orçamentária e lei de orçamento; a receita e a despesa pública; Dotações Orçamentárias, PPA, LDO, LOA. Execução orçamentária: receita, despesa, adiantamentos, créditos adicionais; receita e despesa extra-orçamentária. Lei Complementar 101/2001 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF). Lei 4.320/64. Poder Legislativo e Tribunal de Contas do Estado. Atualidades referentes à função. Lei Federal 8.666/93. Lei Orgânica Municipal; Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia.

ENFERMEIRO (CAPS): Lei nº 10.216, de 6 de Abril de 2001; Portaria/GM nº 336 - de 19 de Fevereiro de 2002; Terapia Ocupacional; Política Nacional de Humanização; Pactos pela Vida; Diagnóstico de Enfermagem; Reforma Psiquiátrica; Centros de Atenção Psicossocial – CAPS; Leis Orgânicas da Saúde: Lei 8080/90 (Princípios e diretrizes), e Lei 8142/90 (Financiamento e participação popular). Atualidades na Saúde e Indicadores de Saúde Pública. Sistema de notificação e de vigilância epidemiológica e sanitária. Endemias/epidemias. Situação atual, medidas de controle e de tratamento.

Planejamento e programação local de saúde, distritos sanitários e enfoque estratégico. Planejamento, organização, coordenação e supervisão do trabalho da enfermagem junto a Equipe de Saúde da Família, nos Centros de Saúde e na comunidade. Planejamento e coordenação da capacitação e educação permanente dos auxiliares de enfermagem e agentes comunitários de saúde. Assistência integral às pessoas em todas as fases da vida: criança, adolescente, adulto e idoso, no Centro de Saúde, domicílio, escolas, creches e asilos (saúde do trabalhador, saúde mental, doenças crônicas degenerativas, sexualidade, gravidez, parto e puerpério, aleitamento materno, climatério, prevenção do câncer de mama e cervico-uterino, violência doméstica, doenças transmissíveis, planejamento familiar, vacinas e calendário básico de vacinação, infecções respiratórias agudas, diarreia, desidratação, desnutrição, crescimento e desenvolvimento infantil, etc.). Lei do Exercício Profissional e Código de Ética de Enfermagem. Técnicas Básicas de Enfermagem. Assistência de Enfermagem na Atenção Integral à Mulher no Ciclo Grávido - Puerperal. Assistência de Enfermagem na Atenção Integral à Criança. Crescimento e desenvolvimento. Controle das infecções respiratórias agudas. Controle das doenças diarreicas e prevenção a acidentes e intoxicações. Vacinação. Aspectos imunológicos e operacionais. Vacinas utilizadas. Conservação. programa e avaliação. Participação do Enfermeiro no Controle das Doenças Infecciosas e Parasitárias Prevalentes em Nosso Meio. Assistência de Enfermagem ao Adulto à Nível Ambulatorial. Fundamentos em geral da enfermagem. Noção básica de administração pública, direitos e deveres do servidor público municipal. Lei Orgânica Municipal; Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia.

ENFERMEIRO: Leis Orgânicas da Saúde: Lei 8080/90 (Princípios e diretrizes), e Lei 8142/90 (Financiamento e participação popular). Atualidades na Saúde e Indicadores de Saúde Pública. Sistema de notificação e de vigilância epidemiológica e sanitária. Endemias/epidemias. Situação atual, medidas de controle e de tratamento. Planejamento e programação local de saúde, distritos sanitários e enfoque estratégico. Planejamento, organização, coordenação e supervisão do trabalho da enfermagem junto a Equipe de Saúde da Família, nos Centros de Saúde e na comunidade. Planejamento e coordenação da capacitação e educação permanente dos auxiliares de enfermagem e agentes comunitários de saúde. Assistência integral às pessoas em todas as fases da vida: criança, adolescente, adulto e idoso, no Centro de Saúde, domicílio, escolas, creches e asilos (saúde do trabalhador, saúde mental, doenças crônicas degenerativas, sexualidade, gravidez, parto e puerpério, aleitamento materno, climatério, prevenção do câncer de mama e cervico-uterino, violência doméstica, doenças transmissíveis, planejamento familiar, vacinas e calendário básico de vacinação, infecções respiratórias agudas, diarreia, desidratação, desnutrição, crescimento e desenvolvimento infantil, etc.). Lei do Exercício Profissional e Código de Ética de Enfermagem. Técnicas Básicas de Enfermagem. Assistência de Enfermagem na Atenção Integral à Mulher no Ciclo Grávido - Puerperal. Assistência de Enfermagem na Atenção Integral à Criança. Crescimento e desenvolvimento. Controle das infecções respiratórias agudas. Controle das doenças diarreicas e prevenção a acidentes e intoxicações. Vacinação. Aspectos imunológicos e operacionais. Vacinas utilizadas. Conservação. programa e avaliação. Participação do Enfermeiro no Controle das Doenças Infecciosas e Parasitárias Prevalentes em Nosso Meio. Assistência de Enfermagem ao Adulto à Nível Ambulatorial. Fundamentos em geral da enfermagem. Noção básica de administração pública, direitos e deveres do servidor público municipal. Lei Orgânica Municipal; Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia.

ENGENHEIRO CIVIL: Legislação de Obras Públicas; Plano Diretor Físico Territorial Urbano do Município; Construção Civil; Topografia. **MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO CIVIL:** Componentes de alvenaria: tijolos cerâmicos e blocos vazados; Concreto armado:

dosagem, amassamento, lançamento e cura; Argamassa para revestimento: chapisco, reboco e embôco; Aço para concreto armado: tipos de aço e classificação; Aglomerantes aéreos e hidráulicos: caracterização e procedimentos de ensaios físicos e mecânicos; Agregados: caracterização e procedimentos de ensaios físicos e mecânicos dos agregados graúdos e miúdos; Aditivos, impermeabilizantes e polímeros: classificação, caracterização, propriedades e emprego de aditivos na construção civil. Tipos e aplicações de impermeabilizantes e isolantes. Características e aplicações dos polímeros na construção civil; Vidros: classificação, características, propriedades e emprego na construção civil; Materiais cerâmicos: etapas de fabricação, tipos, especificação da cerâmica vermelha e cerâmica para revestimento; Madeiras e materiais metálicos: classificação, características, propriedades das madeiras e metais. Uso e preservação da madeira, tipos, constituição e emprego. **TECNOLOGIA DAS CONSTRUÇÕES:** Estudos preliminares. Levantamento topográfico do terreno. Anteprojeto e projetos. Canteiro de obras. Alvenaria de vedação e alvenaria estruturais. Formas para concreto armado. Sistema de formas de madeira. Cobertura das edificações. Telhados cerâmicos: suporte e telhas. **RESISTÊNCIA DOS MATERIAIS:** Tensões, deformações, propriedades mecânicas dos materiais, torção, flexão, cisalhamento, linha elástica, flambagem, critérios de resistência. **CONCRETO ARMADO:** Materiais, normas, solicitações normais, flexão normal simples, cisalhamento, controle de fissuração, aderência, lajes maciças e nervuradas, punção, torção, deformações na flexão, pilares. **TEORIA DAS ESTRUTURAS:** Morfologia as estruturas, carregamentos, idealização. Estruturas isostáticas planas e espaciais. Estudo de cabos. Princípio dos Trabalhos Virtuais. Cálculo de deslocamentos em estruturas isostáticas: método da carga unitária. Análise de estruturas estaticamente indeterminadas: método das forças. Análise de estruturas cineticamente indeterminadas: método dos deslocamentos, processo de Cross. Método de energia: teoremas de Castigliano, teoremas de Crotti-Engesser, método de Rayleigh-Ritz. **INSTALAÇÕES HIDRO SANITÁRIAS:** Projeto e dimensionamento de instalações prediais de água fria. Projeto e dimensionamento de instalações prediais de esgotos sanitários. Projeto e dimensionamento de instalações prediais de águas pluviais. Projeto e dimensionamento de instalações prediais de combate a incêndio. **INSTALAÇÕES ELÉTRICAS:** Projeto e dimensionamento de instalações elétricas prediais de baixa tensão. **PLANEJAMENTO E CONTROLE DE OBRAS:** Estudo de viabilidade do terreno: análise técnica e sintética; Orçamento: quantitativos, composições do custo unitário dos serviços, planilha orçamentária, bonificação e despesas indiretas; Cronogramas: Físico e financeiro de execução, interdependência de serviços, cronograma de aquisição de insumos; Apropriações: dimensionamento de pessoal, medições, análise dos resultados das medições, faturas; Controle de qualidade: de materiais, de serviços e de desperdícios. **SANEAMENTO:** Drenagem pluvial: estimativas e contribuições, galerias e canais; Limpeza pública: estimativa de contribuições, coleta de resíduos sólidos domiciliares, princípios de compostagem, aterros sanitários e controlados. **LEGISLAÇÕES PERTINENTES:** Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho (ligadas segurança e a construção civil); Estatuto das Cidades; Lei nº 8.666/93, de 21/06/93: Licitações e Contratos da Administração Pública e suas alterações. **NOÇÕES DE INFORMÁTICA:** Conhecimentos sobre o programa AutoCAD. Noção básica de administração pública, direitos e deveres do servidor público municipal. Lei Orgânica Municipal; Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia.

FARMACÊUTICO/BIOQUÍMICO: SUS – Sistema Único de Saúde; Lei Orgânica de Saúde 8.080/90; NOB-SUS/96 – Norma Operacional Básica do SUS; Lei nº 8142 de 28 de dezembro de 1990; Tipos de medicamentos; Acondicionamento de formas farmacêuticas; Farmacocinética (absorção, vias de administração, biodisponibilidade, distribuição, biotransformação e excreção); Farmacodinâmica (interação droga-receptor e transdução do sinal farmacológico, interações medicamentosas, reações diversas); Classificação

das formas farmacêuticas; Matérias primas farmacêuticas; Pós, granulados e comprimidos; Tecnologia das formas farmacêuticas revestidas, líquidas, não estéreis e oriundas de vegetais; Esterilização e conservação dos produtos farmacêuticos; Manipulação de produtos farmacêuticos; Política de assistência farmacêutica; Farmácia básica; Medicamentos especiais; Aquisição de medicamentos. Gestão de estoque. Padronização de medicamentos. Sistemas de distribuição de medicamentos; Avaliação, preparo e dispensação de nutrição parenteral e medicamentos oncológicos. Comissões hospitalares. Vigilância Epidemiológica. Vigilância em Saúde. Aspectos epidemiológicos das doenças endêmicas no Brasil. Indicadores de nível de saúde da população. Doenças de notificação compulsória no Estado de Santa Catarina. Legislação: RDC 50/2002 – Projetos Físicos; RDC 206/2006 – Regulamento de Produtos para Diagnóstico de uso in vitro; RDC 302/2005 – Funcionamento de Laboratórios Clínicos; RDC 306/2004 – Gerenciamento de Resíduos. Bioquímica: metodologia dos testes laboratoriais e interpretação clínico-laboratorial. Hormônios e marcadores tumorais: metodologia e interpretação clínico-laboratorial; Hematologia: Interpretação clínico-laboratorial do hemograma. Fisiopatologia e métodos de diagnóstico laboratorial das anemias, leucemias, doenças mieloproliferativas e infecciosas. Imunohematologia; Hemostasia e coagulação; Imunologia: Diagnóstico sorológico das doenças infecciosas, virais, bacterianas, parasitárias, colagenoses e alergias. Princípios metodológicos, uso e interpretação de ensaios imunológicos. Microbiologia: Métodos de esterilização e desinfecção. Cultura, identificação, antibiograma e resistência bacteriana. Diagnóstico das doenças sexualmente transmissíveis; Parasitologia: Protozoários e helmintos de importância médica: transmissão, patogenia, estudo da morfologia e diagnóstico laboratorial. Métodos e técnicas utilizadas para o diagnóstico laboratorial das parasitoses humanas. Interpretação dos resultados; Urinalise: interpretação clínico-laboratorial. Aplicação dos diagnósticos por biologia molecular e citometria de fluxo, automação. Controle de qualidade e biossegurança. Ética Profissional. Noção básica de administração pública, direitos e deveres do servidor público municipal. Lei Orgânica Municipal; Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia.

MÉDICO:Operacionalização da Estratégia Saúde da Família; SUS – Sistema Único de Saúde; Lei Orgânica de Saúde 8.080/90; NOB-SUS/96 – Norma Operacional Básica do SUS; Lei nº 8142 de 28 de dezembro de 1990; Epidemiologia, fisiopatologia, diagnóstico, clínica, tratamento e prevenção das doenças cardiovasculares: insuficiência cardíaca, insuficiência coronária, arritmias cardíacas, doença reumática, trombozes venosas, hipertensão arterial, insuficiência respiratória aguda e crônica, asma, doença pulmonar obstrutiva crônica, pneumonia, tuberculose, trombo-embolismo pulmonar, pneumopatia intersticial, neoplasias, gastrite e úlcera péptica, colicistopatias, diarreia aguda e crônica, pancreatites, insuficiência hepática, parasitoses intestinais, doenças intestinais inflamatórias, doença diverticular de cólon, insuficiência renal aguda e crônica, glomerulonefrites, distúrbios hidroeletrólíticos e do sistema ácido base, nefrolitase, infecções urinárias, hipovitaminoses, desnutrição, diabetes mellitus, hipotireoidismo, hipertireoidismo, doenças da hipófise e da adrenal, anemias hipocrônicas, macrocíticas e homocíticas, anemia aplástica, leucopenia, púrpuras, distúrbios da coagulação, leucemias e linfomas, acidentes de transfusão: osteoartrose, doença reumatóide juvenil, gota, tufus eritematoso sistêmico, artrite infecciosa, doença do colágeno; neurológicas: coma, cefaléias, epilepsia, acidente vascular cerebral, meningites, neuropatias periféricas, encefalopatias, alcoolismo, abstinência alcoólica, surtos psicóticos, pânico, depressão; infecciosas e transmissíveis: sarampo, varicela, rubéola, poliomielite, difteria, tétano, coqueluche, raiva, febre tifóide, hanseníase, doenças sexualmente transmissíveis, AIDS, doença de Chagas, esquistossomose, leishmaniose, leptospirose, malária, tracoma, estreptococciais, estafilococciais, doença meningocócica, infecções por anaeróbicos, toxoplasmose, viroses; escabiose. Atualidades

relativas à profissão; Noção básica de administração pública, direitos e deveres do servidor público municipal. Lei Orgânica Municipal; Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia.

MÉDICO ORTOPEDISTA: Conceitos gerais de ortopedia e traumatologia. Diagnóstico e tratamento de lesões traumáticas e patologia da coluna vertebral. Diagnóstico e tratamento de lesões traumáticas e patologia do quadril. Diagnóstico e tratamento de lesões traumáticas e patologia do joelho. Diagnóstico e tratamento de lesões traumáticas e patologia do tornozelo e pé. Diagnóstico e tratamento de tumores ósseos e sarcoma de partes moles. Diagnóstico e tratamento de alongamento e reconstrução óssea. Noção básica de administração pública, direitos e deveres do servidor público municipal. Lei Orgânica Municipal; Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia.

MÉDICO CARDIOLOGISTA: Legislação e Conceitos básicos do SUS (Lei 8.080/90); Fisiologia cardiovascular; Semiologia cardiovascular; Farmacologia cardiovascular; Arritmias; Doença coronariana aguda e crônica; Dislipidemia e aterosclerose; Valvopatias; Hipertensão arterial; Cardiopatias congênitas; Doenças da aorta; Exames complementares diagnósticos invasivos ou não; Procedimentos cirúrgicos ou percutâneos; Doenças pulmonares; Endocardite infecciosa e febre reumática; Cardiopatia e gravidez; Emergências cardiovasculares; Miocardiopatias; Insuficiência cardíaca; Doenças sistêmicas e o coração; Noção básica de administração pública, direitos e deveres do servidor público municipal. Lei Orgânica Municipal; Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia.

MÉDICO NEUROLOGISTA: Exame neurológico do recém-nascido; da adolescência; Infecções do sistema nervoso; Epilepsia e distúrbios paroxísticos de natureza não epilética, Síndromes epiléticas mais comuns da infância; Distúrbios do desenvolvimento do sistema nervoso; Encefalopatias não progressivas e progressivas; Doenças Neurocutâneas; Tumores do SNC; Hipertensão intracraniana; Distúrbios do sono, dissonias e parassonias; Distúrbios do comportamento; Dificuldades e distúrbios do aprendizado escolar, atraso global do desenvolvimento e retardo mental. Dislexia. Hiperatividade - déficit de atenção; Cefaléias; Doenças neuromusculares; Doenças Neurológicas Heredodegenerativas; Ataxias agudas; Infecções congênicas; Afecções dos gânglios da base; Peroxisomopatias; Lisossomopatias; Doenças desmielinizantes; Traumatismo craniencefálico, Traumatismo não acidental em crianças. Coma; Acidentes vasculares cerebrais na infância; Comprometimento neurológico em doenças sistêmicas; Déficit visual e auditivo: Associados a doenças neurológicas; Autismo; Tiques e Síndrome de Tourette; Meningites e encefalites; Perda de fôlego; Complicações neurológicas das deficiências nutricionais; Envenenamentos e intoxicações; Malformações congênicas; Doenças neurológicas associadas a prematuridade; Encefalopatia hipóxico-isquêmica; Alterações do crescimento e desenvolvimento. Noção básica de administração pública, direitos e deveres do servidor público municipal. Lei Orgânica Municipal; Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia.

MÉDICO PEDIATRA: Morbidade e mortalidade infantil. Crescimento e desenvolvimento: Neuropsicomotor, normalidade e distúrbios mais comuns, monitorização do crescimento, puberdade. Alimentação: nutrição, anemias, necessidades e higiene alimentar. Aleitamento materno: aspectos nutricionais, imunológicos, psicoafetivos e sócios-econômicos. Imunização: composição das vacinas, contra-indicações, reação vacinal, calendário atual da secretaria de Estado da Saúde de São Paulo. Higiene do ambiente físico: habitação, creche, escola. Neonatologia: exame físico e diagnóstico das condições do recém-nascido (RN), cuidados ao RN de termo e prematuro. Acidentes na infância: causas mais comuns e prevenção. Distrofias: desnutrição protéico-calórica, raquitismo

carencial. Distúrbios hidroeletrólíticos e do equilíbrio ácido-básico: desidratação, terapia de reidratação oral (TRO), Fluidoterapia parenteral. Afecções agudas do aparelho respiratório mais comuns na infância. Afecções agudas do aparelho digestivo mais comuns na infância. Diarréia aguda e crônica na criança; Parasitoses intestinais; Afecções ortopédicas na infância: infecciosas (osteomielite e artrite), congênitas e posturais (pé torto, luxação do quadril, pés planos, escoliose). Afecções do aparelho cárdio-circulatório: endocardite infecciosa, cardiopatias congênitas, insuficiência cardíaca congestiva. Afecções do aparelho urinário: infecções do trato urinário, glomerulonefrite aguda, síndrome nefrótica. Afecções endócrinas: diabetes mellitus, hipotireoidismo congênito. Afecções do sistema nervoso central: síndrome convulsiva, meningite e encefalite. Convulsões na criança; Imunopatologia: AIDS (aspectos epidemiológicos), asma, febre reumática, artrite reumatóide juvenil. Doenças hematológicas: anemia ferropriva, anemia falciforme. Doenças onco-hematológicas, Neoplasias mais frequentes na infância. Doenças infecto-contagiosas próprias da infância e tuberculose, parasitoses mais comuns na infância: aspectos clínicos e epidemiológicos. Afecções dermatológicas mais comuns na infância. Afecções cirúrgicas de urgência mais comuns na infância. Relação médico-paciente. A criança vitimizada. Doenças pulmonares da infância. Saúde Pública: Sistema Único de Saúde - SUS: (princípios e diretrizes), conceitos, fundamentação legal, diretriz e princípios, participação popular e controle social; A organização social e comunitária; O Conselho de Saúde; Noções Gerais de Epidemiologia; Noções Gerais de Vigilância Epidemiológica; Doenças de Notificação Compulsória; Imunização; Estatísticas Vitais em Indicadores de Saúde; Saneamento Básico e Meio Ambiente; Programa de Saúde; Código de Ética Médica; Atualidades relativas à profissão. Noção básica de administração pública, direitos e deveres do servidor público municipal. Lei Orgânica Municipal; Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia.

NUTRICIONISTA: Conceitos, generalidades, classificação e definições sobre alimentos e nutrição; Macronutrientes e micronutrientes (funções, interações, necessidades e recomendações); Metabolismo energético; Guias alimentares; Composição de dietas equilibradas; Planejamento de cardápios; Cálculo de NDPcal; Fisiologia e avaliação do estado nutricional nos diversos estágios de vida e recomendações nutricionais nos diversos estágios de vida; Composição do corpo humano e as substâncias necessárias ao organismo no período de formação, crescimento e desenvolvimento; Fisiopatologia, prevenção e controle de doenças nutricionais; Tratamentos Dietoterápicos (no Diabetes, Hipertensão arterial, Doenças renais, Doenças hepáticas, Fenilcetonúria, Obesidade, Oncologia e etc); Planejamento e produção de refeições em Serviços de Alimentação; Segurança Alimentar e legislação aplicada; Métodos de conservação dos alimentos; Causas de deterioração dos alimentos; Saúde Coletiva (Saúde Pública): Políticas Públicas na Área de Alimentação e Nutrição; Alimentação e Nutrição para grupos da população (lactente, crianças, escolares, adolescentes, adultos, gestantes e idosos); Monitoramento e avaliação das práticas de promoção à saúde; Noção básica de administração pública, direitos e deveres do servidor público municipal. Lei Orgânica Municipal; Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia.

ODONTÓLOGO: SUS – Sistema Único de Saúde; Lei Orgânica de Saúde 8.080/90; NOB-SUS/96 – Norma Operacional Básica do SUS; Lei nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990; Prontuário odontológico; Revisão dos sistemas orgânicos; Anestesiologia; Exodontia; Inclusão dental; Cistos e tumores de origem odontogênica; Emergências odontológicas; Emergências médicas no consultório odontológico; Biossegurança e controle de infecção na clínica e cirurgia odontológicas; Promoção de saúde; Saúde bucal coletiva: políticas, administração e epidemiologia; Cariologia: diagnóstico, decisão de tratamento e tratamento não-invasivo; Doenças periodontais: diagnóstico, tratamento periodontal associado à

causa, medicina periodontal; Procedimentos restauradores diretos: materiais odontológicos e técnicas restauradoras; Tratamento conservador do complexo dentinopulpar; Tratamento endodôntico radical; Noções de oclusão aplicada à clínica odontológica; Prótese Parcial Removível. Atualidades profissionais; Noção básica de administração pública, direitos e deveres do servidor público municipal. Lei Orgânica Municipal; Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia.

PROFESSOR DE INFORMÁTICA: Fundamentos gerais da área de Informática. Conceitos relacionados ao ambiente Microsoft Windows, uso do ambiente gráfico, aplicativos, acessório, execução de programas e suas funcionalidades: ícones, teclas de atalho, janelas, menus, arquivos, pastas e programas; Noções de Hardware; Instalação e manutenção de periféricos: impressora, scanner, teclado e mouse; Noções de Redes e Protocolos; Cuidados com equipamentos e programas; Limpeza do ambiente de trabalho; Backup, Antivírus, MS-Office 2010, Correio Eletrônico; Navegadores (Internet Explorer, Mozilla Firefox etc...); Aspectos básicos de Segurança de Informática. Noções básicas de MS-DOS. Uso de tecnologias no processo ensino/aprendizagem; Noção básica de administração pública, direitos e deveres do servidor público municipal. Lei Orgânica Municipal; Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia.

TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO: Introdução à segurança e saúde do trabalhador: conceituação, riscos físicos, químicos, biológicos, mecânicos, ergonômicos e de acidentes no trabalho. Medidas de controle e eliminação de riscos ambientais e de meio ambiente de trabalho. Conceito legal e prevencionista de acidente de trabalho. Causas dos acidentes; Consequências dos acidentes; Inspeção de segurança: objetivos; etapas de elaboração; Conceito de Relação de Trabalho e Relação de Emprego. Responsabilidade em matéria de riscos e prevenção de acidentes do trabalho. Eliminação e controle de riscos ambientais e ergonômicos. Antecipação, avaliação, controle e monitoramento de riscos e condições ambientais de trabalho. Procedimentos de segurança, saúde e higiene do trabalho. Programas de prevenção de acidentes e de gestão de riscos no trabalho. Normas Regulamentadoras de segurança, higiene e saúde no trabalho. Frequência e gravidade de acidentes do trabalho. Investigação e Análise de Acidentes de Trabalho - Métodos Prevencionistas. Mapa de Risco: Objetivo; Etapas de elaboração; Inspeção de segurança. Prevenção e combate a sinistros: O triângulo do fogo; tipos de fogo; tipos de agentes extintores; técnicas de prevenção; técnicas de combate. Primeiros socorros. Equipamento de proteção individual – EPI's: legislação; tipos de EPI's. Segurança em eletricidade; Lei Orgânica Municipal; Legislações vigentes relativas ao cargo; Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia.

TÉCNICO ENFERMAGEM (SAMU): SUS – Sistema Único de Saúde; Lei Orgânica de Saúde 8.080/90; NOB-SUS/96 Norma Operacional Básica do SUS; Lei nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990; Fundamentos da enfermagem - técnicas básicas; Assistência de enfermagem em doenças transmissíveis; Ações de vigilância epidemiológica e imunização; Assistência de enfermagem em doenças crônicas degenerativas: diabetes e hipertensão; Enfermagem materno-infantil; Atendimento de enfermagem à saúde da mulher; Planejamento familiar; Pré-natal, parto e puerpério; Climatério; Prevenção do câncer cérvico - uterino; Atendimento de enfermagem à saúde e adolescentes; Cuidados com o recém-nascido, aleitamento materno; Crescimento e desenvolvimento; Doenças mais frequentes na infância; Principais riscos de saúde na adolescência; Enfermagem em urgência; Primeiros socorros. Ética profissional. Noção básica de administração pública, direitos e deveres do servidor público municipal. Lei Orgânica Municipal; Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia.

TÉLEFONISTA: Atendimento ao público, relações humanas, comunicação, comunicações organizacionais, eficácia nas comunicações administrativas, atendimento telefônico, fraseologia adequada, formas de tratamento básicas. Atividades: organização do trabalho, apresentação pessoal, utilização de fax e secretária eletrônica, utilização e conservação do equipamento telefônico, serviços de telecomunicações, uso e manuseio da lista telefônica, numeração telefônica, procedimentos para efetuar ligações. Procedimento para ligações interurbanas e internacionais, ligações a cobrar; Organização de Fichários/Agendas; Portabilidade Numérica. Telefones de utilidade pública. Ergonomia: postura e movimento, fatores ambientais, organização e higiene do/no local de trabalho. Conhecimentos de Informática; Lei Orgânica Municipal; Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia.

ANEXO V

DO CRONOGRAMA (Sujeito a alterações)

É DE RESPONSABILIDADE DO CANDIDATO FICAR ATENTO A TODAS AS PUBLICAÇÕES NO SITE DA APRENDERSC.COM.BR DURANTE OS PRAZOS ESTIPULADOS NO CRONOGRAMA ABAIXO.

ITEM	ATOS	DATAS
1.	Divulgação do Edital	18/03/2014
2.	Publicação do Edital	18/03/2014
3.	Período de Inscrições exclusivamente por Internet (on-line)	18/03 à 16/04/2014
4.	Pré-Divulgação da Homologação das Inscrições	17/04/2014
5.	Recursos quanto às Inscrições	17/04 à 23/04/2014
6.	Homologação Final das Inscrições	24/04/2014
7.	Realização das Provas objetivas de conhecimentos para todos	04/05/2014
8.	Realização das Provas Práticas	04/05/2014
9.	Divulgação do Gabarito Provisório	05/05/2014
10.	Recursos quanto ao Gabarito	05/05 à 06/05/2014
11.	Divulgação do Gabarito Oficial	09/05/2014
12.	Divulgação dos Aprovados	09/05/2014
13.	Recursos quanto à Classificação	09/05 à 12/05/2014
14.	Homologação do Resultado Final do Concurso Público	13/05/2014

O cronograma detalhado acima é uma projeção estimada da ordem das etapas do presente certame, estando sujeito à alterações no decorrer do certame, levando-se em conta o número de inscritos e o número de intercorrências intempestivas, sendo de responsabilidade do candidato acompanhar suas alterações nos meios legais de divulgação apresentados pelo presente Edital.

ANEXO VI REQUERIMENTO/DECLARAÇÃO

Vaga para Deficiente físico e /ou Condição especial para REALIZAÇÃO de provas

Eu _____, portador do documento de identidade nº _____, inscrito no CPF n.º _____ residente e domiciliado a Rua _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP: _____, inscrito para o Concurso Público 001/2014 da Prefeitura Municipal de Curitiba(SC), inscrição sob o número _____, para o cargo de _____ requer a Vossa Senhoria:

() Condição Especial para Deficiente Físico realizar a prova:

Deficiência: _____

CID nº: _____

Nome do Médico: _____

CRM: _____

02) () Condição Especial para realização da prova:

a) Prova com ampliação do tamanho da fonte ()-18 ()-20 ()-22

b) Amamentação:

Nome do Acompanhante: _____

Horários Amamentação: _____

c) Outra Necessidade:

Especificar: _____

Declaro estar ciente de todas as normas e atribuições do presente Edital ao Cargo pretendido e que, no caso de vir a exercê-lo, a minha deficiência não me impedirá de exercer as funções do cargo a que me inscrevi. Estarei também sujeito à avaliação pelo desempenho dessas funções, para fins de habilitação durante o estágio probatório.

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

Curitiba(SC), _____ de _____ de 2014.

Assinatura Candidato

ANEXO VII DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

ARQUITETO	Elabora, executa e dirige atividades referentes a edificações, conjuntos arquitetônicos, monumentos, arquitetura paisagística e de interiores, planejamento físico, local, urbano, regional e outras atividades correlatas.
CALCETEIRO	Atividade de nível auxiliar, de natureza operacional e de menor grau de complexidade efetuando o serviço de limpeza e conservação, além de trabalhos braçais e outras atividades correlatas determinadas pelos superiores hierárquicos.
CONTADOR II	Atividade de execução qualificada, abrangendo serviços relativos a contabilidade financeira e patrimonial, compreendendo a elaboração de balanços, registros e demonstrações contábeis, e outras atividades correlatas.
COZINHEIRA	Atividade de nível auxiliar, de natureza operacional e de menor grau de complexidade, abrangendo trabalhos de cozinha e outras atividades correlatas.
ENFERMEIRO(A) (CAPS)	Planejar, organizar, executar e avaliar os serviços e a assistência de enfermagem, empregando processos de rotina e/ou específicos, para promover a proteção e a recuperação da saúde individual e coletiva, bem como tarefas relativas à observação, ao cuidado, à educação sanitária de toda clientela assistida, prescrição de medicamentos estabelecidos, administração de medicamentos e tratamento prescritos, e/ou a aplicação de medidas para prevenções e controle sistêmico de doenças e infecção hospitalar, atendimento no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), além de outras atividades correlatas.

ENFERMEIRO(A)	Planejar, organizar, executar e avaliar os serviços e a assistência de enfermagem, empregando processos de rotina e/ou específicos, para promover a proteção e a recuperação da saúde individual e coletiva, bem como tarefas relativas à observação, ao cuidado, à educação sanitária de toda clientela assistida, prescrição de medicamentos estabelecidos, administração de medicamentos e tratamento prescritos, e/ou a aplicação de medidas para prevenções e controle sistemático de doenças e infecção hospitalar, além de outras atividades correlatas.
ENGENHEIRO CIVIL	Efetuar atividades de assistência técnica, supervisão, controle e fiscalização de obras e/ou serviços de engenharia da Prefeitura Municipal. Orientar procedimentos em processos de licitação, no que tange a atividades de sua área de competência, elaborar projetos, assim como executar e dirigir obras civis, próprias ou realizada por empreiteiras, relacionadas à construção, ampliação, manutenção e reparos de pontes, estradas, edificações e outras obras públicas ou particulares, estudando características e especificações do projeto, preparando plantas, orçamento de custos, técnicas da execução e outras obras, a fim de assegurar o cumprimento dos padrões de finalidade exigidos além de outras atividades correlatas.
FARMACÊUTICO/BIOQUÍMICO	Executar tarefas relacionadas com a composição e fornecimento de medicamentos e outros preparos semelhantes, a análise de toxinas, de substâncias de origem animal e vegetal, de matérias-primas do produto acabado, valendo-se de técnicas e aparelhos especiais e baseando-se em fórmulas estabelecidas, para atender a receitas médicas, odontológicas e veterinárias, a dispositivos legais, a finalidades industriais e a outros propósitos, além de outras atividades correlatas.
GARI	Atividade de nível auxiliar, de natureza operacional e de menor grau de complexidade efetuando o serviço de limpeza e conservação, além de trabalhos braçais e outras atividades correlatas determinadas pelos superiores hierárquicos.

MÉDICO 40h	Planejar, organizar, executar e avaliar os serviços e a assistência de enfermagem, empregando processos de rotina e/ou específicos, para promover a proteção e a recuperação da saúde individual e coletiva, bem como tarefas relativas à observação, ao cuidado, à educação sanitária de toda clientela assistida, prescrição de medicamentos estabelecidos, administração de medicamentos e tratamento prescritos, e/ou a aplicação de medidas para prevenções e controle sistemático de doenças e infecção hospitalar, além de outras atividades correlatas.
MÉDICO CARDIOLOGISTA 20h	Atividade de natureza especializada, de grande complexidade, envolvendo supervisão, planejamento, coordenação, programação e execução de atividades pertinentes a defesa, proteção e recuperação da saúde individual e coletiva, e outras atividades correlatas.
MÉDICO NEUROLOGISTA 20h	Atividade de natureza especializada, de grande complexidade, envolvendo supervisão, planejamento, coordenação, programação e execução de atividades pertinentes a defesa, proteção e recuperação da saúde individual e coletiva, e outras atividades correlatas.
MÉDICO ORTOPEDISTA 20h	Atividade de natureza especializada, de grande complexidade, envolvendo supervisão, planejamento, coordenação, programação e execução de atividades pertinentes a defesa, proteção e recuperação da saúde individual e coletiva, e outras atividades correlatas.

MÉDICO PEDIATRA 20 e 40h	Atividade de natureza especializada, de grande complexidade, envolvendo supervisão, planejamento, coordenação, programação e execução de atividades pertinentes a defesa, proteção e recuperação da saúde individual e coletiva, e outras atividades correlatas.
MOTORISTA II	Atividade de execução específica, de natureza operacional, abrangendo condução, manutenção e conservação de veículos motorizados no transporte oficial de passageiros e carga, e outras atividades correlatas.
MOTORISTA III	Atividade de execução específica, de natureza operacional, abrangendo condução, manutenção e conservação de veículos motorizados no transporte oficial de passageiros e carga, e outras atividades correlatas.
MOTORISTA SOCORRISTA (SAMU)	Atividade de execução específica, de natureza operacional, principalmente nos primeiros socorros, abrangendo condução, manutenção e conservação de veículos motorizados no transporte oficial de passageiros e carga, atuando inclusive podendo prestar serviço em outras secretarias do município e outras atividades correlatas com a função de motorista.
NUTRICIONISTA	Planeja, coordena e supervisiona programas de nutrição, analisando carências alimentares e o conveniente aproveitamento dos recursos dietéticos controlando a estocagem, preparação, conservação e distribuição dos alimentos, a fim de contribuir para a melhoria protéica, racionalidade e economicidade dos regimes alimentares da população ou de grupos dela, e outras atividades correlatas.
ODONTÓLOGO	Atividade de natureza especializada, envolvendo atividades odontológicas educativas, preventivas e curativas, além de outras atividades correlatas.
OPERADOR DE MOTONIVELADORA	Atividade qualificada de menor grau de complexidade, de natureza repetitiva, abrangendo operação, manutenção e conservação de máquinas e equipamentos, e outras atividades correlatas.
OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA	Atividade qualificada de menor grau de complexidade, de natureza repetitiva, abrangendo operação, manutenção e conservação de máquinas e equipamentos, e outras atividades correlatas.
PROFESSOR DE INFORMÁTICA	Planejar, ministrar aulas e orientar a aprendizagem; Participar do processo de planejamento das atividades da escola; Elaborar programas, planos de curso, atendendo ao avanço da tecnologia educacional e as diretrizes do ensino; Executar o trabalho docente em consonância com o plano curricular da escola; Contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino; Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar, nos prazos estabelecidos; Estabelecer formas alternativas de recuperação para os que apresentarem menor rendimento; Atualizar-se em sua área de conhecimento; Cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional; Zelar pela aprendizagem do aluno; Manter-se atualizado sobre a legislação de ensino; Participar de reuniões, encontros, atividades cívicas, culturais e conselhos de classe; Levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de sua(s) classe(s); Seguir as diretrizes do ensino, emanadas do órgão superior competente; Constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento; Participar da elaboração do regimento escolar e da proposta pedagógica da escola; Zelar pela disciplina e pelo material docente; Executar outras atividades afins e compatíveis com o cargo.

SERVENTE DE OBRAS (MASCULINO)	Planejar, ministrar aulas e orientar a aprendizagem; Participar do processo de Atividade de nível auxiliar, de natureza operacional e de menor grau de complexidade, abrangendo trabalhos de jardinagem e outras atividades correlatas.
SERVENTE I	Atividade de nível auxiliar, de natureza operacional e de menor grau de complexidade efetuando o serviço de zeladoria, limpeza e conservação, e outras atividades correlatas determinadas pelos superiores hierárquicos.
SERVENTE LIMPEZA	Atividade de nível auxiliar, de natureza operacional e de menor grau de complexidade, abrangendo trabalhos de jardinagem e outras atividades correlatas.
TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	Supervisionar as atividades ligadas à segurança do trabalho, visando assegurar condições que eliminem ou reduzam ao mínimo os riscos de ocorrência de acidentes de trabalho, observando o cumprimento de toda a legislação pertinente.
TÉCNICO ENFERMAGEM (SAMU)	Atividade técnica, na área de enfermagem, principalmente nos primeiros socorros e as desenvolvidas junto ao indivíduo, família a comunidade visando a prevenção de doenças, promoção e recuperação da saúde, podendo prestar serviço em outras unidades de saúde do município, inclusive no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e outras atividades correlatas.
TELEFONISTA	Atividade de natureza repetitiva, envolvendo orientação e execução qualificada de trabalhos referentes a ligação telefônica, transmissão e recebimento de mensagens, e outras atividades correlatas.
VIGIA	Atividade de nível auxiliar, de natureza operacional e de menor grau de complexidade, abrangendo trabalhos de vigilância e outras atividades correlatas.

Edital de Pregão Presencial Nº 66/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 66/2014

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Lote, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER E SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO. CONFORME ESPECIFICAÇÃO MINIMA CONSTANTE NO ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 08:30 horas do dia 02/04/2014, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a Rua Coronel Vidal Ramos, 860.

A partir das 09:00 horas do dia 02/04/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitação e Contratos.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 18 de Março de 2014.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell
Pregoeiro

Edital de Chamada Publica Nº 001 /2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

Edital de chamada Publica nº 001 /2014

O Município de Curitiba através da secretaria Municipal de Educação e Cultura e Secretaria do Meio ambiente e Desenvolvimento Rural, no uso de suas prerrogativas legais e considerando o disposto no artigo 21, da Resolução/CD/FNDE número 38, de 16/7/2009, torna publico para o conhecimento dos interessados, que está realizando a aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, Prefeitura de Curitiba_SC, durante o período de 20/03/2014 a 20/12/2014, com finalidade de apresentar projeto de venda de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar para a alimentação escolar e habilitação dos fornecedores.

Para o processo de habilitação os fornecedores da Agricultura Familiar deverão entregar as entidades executoras os documentos prescritos nos § 2º e § 3º, do artigo 22 da Resolução/CD/FNDE nº 38 de 16/07/2009.

Os Grupos Informais de Agricultores Familiares deverão entregar: A prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física(CPF); Cópia da Declaração de Aptidão ao PRONAF- DAP principal, ou da DAP, de cada Agricultor Familiar participante; Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, elaborado conjuntamente entre o grupo informal e a Entidade Articuladora e assinado por todos os agricultores familiares participantes; Prova de atendimento de requisitos previstos em lei específica, quando for o caso.

Os Grupos Formais de Agricultura Familiar e de Empreendedores Familiares Rurais constituídos em Cooperativas e Associação deverão entregar:

A prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

Cópia de Declaração de Aptidão ao PRONAF-DAP Jurídica para associações e cooperativas;

Cópias das certidões negativas junto ao INSS,FGTS, Receita Federal e Dívida Ativa da União;

Cópias do estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade registrada na Junta Comercial, no caso de Cooperativas, ou Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas no caso de Associações. No caso de empreendimentos familiares, deverá ser apresentada cópia do controle social, registrada em cartório de registro civil de pessoa jurídica;

Projeto de venda de gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar;

Prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

O limite individual de venda do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural para alimentação escolar deverá respeitar o valor máximo de R\$ 20.000,00(Vinte mil reais), por DAP por ano, conforme disciplinado no art.24 da Resolução CD/FNDE nº 38, de 16/07/2009.

Produtos a serem adquiridos para alimentação escolar dos para alimentação escolar dos Centros de Educação Infantil;

PRODUTOS	UND	QTDE NO PERIODO
ACELGA	UND	480
ALFACE	KG	3.984
BETERRABA	KG	2.448
CEBOLINHA VERDE	MÇ	2.592
CENOURA	KG	2.736
COUVE MANTEIGA	UND	240
FEIJÃO PRETO	KG	2.064
REPOLHO	KG	3.456
SALSA	KG	2.640

Os produtos eventualmente apresentados pela Agricultura Familiar deverão ser disponibilizados para teste de aceitabilidade com os Alunos e obrigatoriamente, respeitar as exigências do controle de qualidade estabelecidas pelas normas que regulamentam a matéria, manter preço compatível com o mercado, além de ser acobertados por documento fiscal correspondente.

Para o cadastramento, os interessados deverão se fazer junto ao departamento de Alimentação Escolar até 20/02/2014 no horário das 09:00h às 11:30 h e 14:00h às 16:30h, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Curitiba, localizada na Rua Marcos Gonçalves de Farias, nº427, bairro São José, antigo CESESC, com a Nutricionista ou responsável pela merenda escolar.

A aquisição dos gêneros alimentícios será formalizada através de um Contrato de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar.

Aplicar-se à às aquisições a serem efetivas pela Entidade executora o artigo 37 da constituição Federal, a Lei das Licitações e demais disposições legais aplicáveis ao tema.

O presente Edital vigorará a partir de sua publicação.

Curitiba (SC), 17 de março de 2014.
Kleberson Luciano Lima
Secretário Municipal de Educação e Cultura.

Neide Furlan
Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

Edital de chamada Pública nº 001 /2014

O Município de Curitiba através da secretaria Municipal de Educação e Cultura e Secretaria do Meio ambiente e Desenvolvimento Rural, no uso de suas prerrogativas legais e considerando o disposto no artigo 21, da Resolução/CD/FNDE número 38, de 16/7/2009, torna publico para o conhecimento dos interessados, que está realizando a aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, Prefeitura de Curitiba, durante o período de 20/03/2014 a 20/12/2014, com finalidade de apresentar projeto de venda de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar para a alimentação escolar e habilitação dos fornecedores.

Para o processo de habilitação os fornecedores da Agricultura Familiar deverão entregar as entidades executoras os documentos prescritos nos § 2º e § 3º, do artigo 22 da Resolução/CD/FNDE n 38 de 16/07/2009.

Os Grupos Informais de Agricultores Familiares deverão entregar:

A prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física(CPF);
Cópia da Declaração de Aptidão ao PRONAF- DAP principal, ou da DAP, de cada Agricultor Familiar participante;
Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, elaborado conjuntamente entre o grupo informal e a Entidade Articuladora e assinado por todos os agricultores familiares participantes;
Prova de atendimento de requisitos previstos em lei específica, quando for o caso.

Os Grupos Formais de Agricultura Familiar e de Empreendedores Familiares Rurais constituídos em Cooperativas e Associação deverão entregar:

A prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

Cópia de Declaração de Aptidão ao PRONAF-DAP Jurídica para associações e cooperativas;

Cópias das certidões negativas junto ao INSS,FGTS, Receita Federal e Dívida Ativa da União;

Cópias do estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade registrada na Junta Comercial, no caso de Cooperativas, ou Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas no caso de Associações. No caso de empreendimentos familiares, deverá ser apresentada cópia do controle social, registrada em cartório de registro civil de pessoa jurídica;

Projeto de venda de gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar;

Prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

O limite individual de venda do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural para alimentação escolar deverá respeitar o valor máximo de R\$ 20.000,00(Vinte mil reais), por DAP por ano, conforme disciplinado no art.24 da Resolução CD/FNDE n 38, de 16/07/2009.

Produtos a serem adquiridos para alimentação escolar dos para alimentação escolar dos Núcleos Municipais (Escolas);

PRODUTOS	UND	QTDE NO PERIODO
ABOBRINHA		
ALFACE	KG	225
BATATA DOCE	UND	4.488
BETERRABA	KG	216
CEBOLA	KG	3.212
CEBOLINHA VERDE	KG	946
CENOURA	MÇ	2.816
CHUCHU	KG	3.564
COUVE MANTEIGA	KG	492
FEIJÃO PRETO	MÇ	3.432
MILHO VERDE	KG	6.998
MORANGA CABUTIA	KG	1.520
MORANGO INATURA	UND	483
REPOLHO	KG	230
SALSA	KG	4.180
TOMATE CEREJA	MÇ	3.124
UVA	KG	397
	KG	1.050

Os produtos eventualmente apresentados pela Agricultura Familiar deverão ser disponibilizados para teste de aceitabilidade com os Alunos e obrigatoriamente, respeitar as exigências do controle de qualidade estabelecidas pelas normas que regulamentam a matéria, manter preço compatível com o mercado, além de ser acobertados por documento fiscal correspondente.

Para o cadastramento, os interessados deverão se fazer junto ao departamento de Alimentação Escolar até 20/02/2014 no horário das 09:00h às 11:30 h e 14:00h às 16:30h, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Curitiba, localizada na Rua Marcos Gonçalves de Farias, nº427, bairro São José, antigo CESESC, com a Nutricionista ou responsável pela merenda escolar.

A aquisição dos gêneros alimentícios será formalizada através de um Contrato de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar.

Aplicar-se à às aquisições a serem efetivas pela Entidade executora o artigo 37 da constituição Federal, a Lei das Licitações e demais disposições legais aplicáveis ao tema.

O presente Edital vigorará a partir de sua publicação.

Curitiba (SC), 17 de março de 2014.

Kleberson Luciano Lima

Secretário Municipal de Educação e Cultura.

Neide Furlan

Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural.

VENDA PRODUTOS MERENDA ESCOLAR ANO 2014

PRODUTORES	CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL	NÚCLEOS MUNICIPAIS	
ALTAMIR	5.546,40	5.616,00	
DENIZE	3.727,20	7.503,50	
FRANCISCO	4.521,60	5.047,70	
RONILDO	4.821,60	7.442,90	
SOLANGR	5.488,80	5.715,60	
VILMAR	3.624,00	4.127,20	
OSMAR	2.961,60	2.653,20	
ADILSON	9.965,25	9.997,25	
MARIA CLEUSA	3.696,00	4.173,20	
SERVINA	=====	12.500,50	
PEDRO	=====	6.487,80	
TOTAL	44.352,45	71.264,85	TOTAL FINAL = 115.617,73

Edital de Pregão Presencial Nº 63/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 63/2014

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE GRAMA LEIVA EM PLACAS TIPO ESMERALDA, ENTREGUES E COLOCADAS NA OBRA DO CAMPO DE FUTEBOL DO BAIRRO GETULIO VARGAS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 04/04/2014, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 16:00 horas do dia 04/04/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no setor de Licitações e Contratos, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 17 de Março de 2014.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell

Pregoeiro

Edital de Pregão Presencial Nº 65/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 65/2014

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE 45 PALANQUES DE CIMENTO RETO, PARA USO E REPOSIÇÃO NOS CAMPOS DE FUTEBOL DOS BAIROS BOM JESUS, SÃO LUIS E SÃO JOSÉ, CONFORME ANEXO I DO EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 17:30 horas do dia 07/04/2014, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 18:00 horas do dia 07/04/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no setor de Licitações e Contratos, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 17 de Março de 2014.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell

Pregoeiro

Edital de Pregão Presencial Para Registro de Preços Nº 69/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 69/2014

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, Lei complementar 123/2006, Decretos Municipais 3.524/2007 e 3.525/2007 e pela Lei Federal nº 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, para AQUISIÇÃO DE 8.200M³ DE BICA CORRIDA PARA SEREM COLOCADAS EM RUAS DA CIDADE, INDICADAS PELA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 08/04/2014, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitiba, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizada qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 14:00 horas do dia 08/04/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

Os inteiros teores deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 18 de Março de 2014.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell

Pregoeiro

Edital de Concorrência Nº 68/2014

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 68/2014

O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua: Coronel Vidal Ramos 860, devidamente inscrito sob n.º CNPJ 83.754.044/0001-34 neste ato representado por seu Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o que estabelece a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, faz saber que se acha aberta licitação na modalidade de Concorrência, para Concessão de espaço para uso como estacionamento, durante a realização da Expocentro/2014, conforme Legislação Municipal, demais condições previstas neste Edital, minuta de contrato e anexos integrantes que ficam fazendo parte deste edital.

A Comissão Permanente de Licitação receberá a documentação de Habilitação e as propostas de preços dos interessados, devidamente protocoladas no protocolo central da Prefeitura Municipal, a partir da data da publicação do resumo deste edital, no horário de expediente, encerrando-se o prazo de entrega às 15:30 horas do dia 22 de Abril de 2014, na sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860.

Os envelopes contendo a documentação de habilitação e os envelopes contendo as propostas de preços dos interessados serão abertos respectivamente pela Comissão Permanente de Licitação, a partir das 16:00hrs do dia 22 de Abril de 2014.

II - GENERALIDADES

2.1 - Este processo de concorrência é regido pelo presente edital obedecendo as normas estabelecidas na Lei No. 8.666/93 com as suas alterações.

III - DAS CONDIÇÕES GERAIS E PRAZOS

3.1 - Terão acesso ao presente Edital, empresas brasileiras, sendo vedado a participação das empresas:

a) - em consórcio;

b) - Que hajam sido declaradas inidôneas ou suspensas do direito de licitar ou contratar com a administração pública.

3.2 - Homologada a concorrência à CCO/Expocentro/2014 convocará o adjudicado para assinar o termo de contrato em até 05 (cinco) dias, sujeitando-se este em caso de recusa ao disposto nos artigos 64 e 81 da lei no. 8.666/93, com as suas alterações.

3.3 - O prazo para uso do espaço como estacionamento será durante a Expocentro/2014, que se realizará no período de 17 a 20 de Julho de 2014.

IV - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO E FORMA DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

- No local, data e hora fixado, cada interessado em participar da presente Concorrência entregará no protocolo central da Prefeitura de Curitiba:

a) - 01 envelope contendo a documentação de habilitação;

b) - 01 envelope contendo sua proposta de preços.

4.2 - Todos os envelopes serão entregues fechados, contendo na face externa de cada qual o seguinte:

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 68/2014

ENVELOPE A - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

ENVELOPE B - PROPOSTA DE PREÇOS

NOME DA EMPRESA LICITANTE

4.3 - O procedimento de recebimento e abertura dos envelopes, bem assim de exame e julgamento de seu conteúdo seguirá ao disposto no artigo 43 da lei no. 8.666/93 com as suas alterações.

4.4 - O concorrente deverá apresentar a seguinte documentação:

a) - Certidão Negativa Municipal;

b) - Certidão Negativa Estadual;

c) - Certidão Negativa Federal;

d) - Certidão Negativa Quanto a Dívida Ativa da União;

d) - Certidão Negativa do INSS;

e) - Certidão Negativa do FGTS; (no caso de Pessoa Jurídica)

f) - Certidão Negativa de Falência e Concordata;

g) - Registro Comercial devidamente registrado, no caso de empresa individual;

h) - Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor;

i) - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ

j) – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT

k) Atestado de visita emitido pela CCO/Expocentro/2014, declarando que o licitante através de seu responsável efetuou vistoria completa no local da realização do evento. A vistoria poderá se realizar quantas vezes o licitante julgar necessárias para a elaboração de sua proposta, em até três dias úteis antes da abertura da documentação de habilitação e propostas de preços, devendo a mesma ser previamente agendada junto à Secretaria de Indústria e Comércio, através dos telefones (49) 3241- 1477, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro horas).

4.5 - A folha de apresentação da proposta de preços deverá ser assinada, datada, com prazo de validade da proposta não inferior a 30 (trinta) dias a contar da data da abertura do respectivo envelope, o nome do licitante, bem como o valor oferecido pelo uso do espaço durante a realização da Expocentro/2014.

4.6 - Nas propostas os concorrentes deverão oferecer:

1) Serviço de estacionamento com segurança, sendo que o concessionário será responsável por qualquer dano ou roubo;

2) - Permanência de supervisores no Estacionamento que se responsabilizarão pelo serviço previsto no item 4.6.1;

6) - Declaração se responsabilizando por qualquer dano ou roubo;

8) Tabela de Preço com relação de preços para os veículos.

9) - Maior oferta de patrocínio em dinheiro para custeio de realização da Expocentro/2014, no valor mínimo de R\$ 1.000,00 (Um

mil reais) a ser pago, 50 % até dia 30/04/2014, e 50% até dia 30/05/2014, cujo valor oferecido neste item, será contabilizado nas receitas gerais da Expocentro como receita de patrocínio.

10) – A CCO/Expocentro/2014 o Município de Curitiba, não se responsabilizará por qualquer dano, furto ou extravio do material previsto no item 4.6-1, colocadas no Parque de exposições Pouso do Tropeiro, cabendo a empresa adjudicatária responsabilizar-se pelo mesmo, correndo por conta da empresa adjudicatária as despesas com reposição das mesmas, isentando a CCO/Município de qualquer responsabilidade ou indenização.

4. 8 - DAS VANTAGENS OFERECIDAS PELO MUNICÍPIO

- Comercialização de espaço com finalidade de estacionamento, com área de 10.000 m², localizado entre a Rua Fioravante Ortigari e plantação de Pinus, com entrada cercada, anexo ao Parque Pouso do Tropeiro.

V - DO JULGAMENTO

5.1 - A comissão Permanente de licitação procederá ao recebimento e abertura dos envelopes na forma estabelecida no presente edital e conforme preceitua a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, podendo realizar tantas sessões quantas forem necessárias para o completo exame de documentos e propostas levando em conta seu volume e dando prévia ciência a todos os licitantes das datas que designar.

5.2 - As propostas que não apresentarem prazo de validade serão consideradas com prazo de 30 (trinta) dias, contados de sua emissão.

5.3 - Em caso de empate proceder-se-á de imediato, a sorteio, na forma do artigo 45 parágrafo 2º da lei nº 8.666/93 e suas alterações.

5.4 - Reserva-se ao município no direito de rejeitar todas as propostas apresentadas ou ainda de tornar nula e revogar a presente concorrência, sem que disso decorra para os concorrentes qualquer direito a indenização.

5.5 - Após o parecer dado pela Comissão o processo ficará a disposição da Prefeitura, que após o cumprimento e o decurso dos prazos previstos no artigo 109 da lei 8.666/93 e suas alterações fará a homologação.

VI - DAS CONDIÇÕES GERAIS

6.1 - Pela inexecução total ou parcial do contrato, será aplicada a empresa adjudicada a multa moratória do valor equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor da concorrência.

6.2 - O concorrente fica porém, vinculado ao cumprimento das obrigações comprometidas na sua proposta as quais serão transcritas no contrato a ser firmado no prazo mínimo de 05 (cinco) dias após a homologação.

- A minuta do termo de contrato elaborado em razão desta concorrência fica fazendo parte integrante do presente edital como anexo I

6.4 - O Licitante que optar por não enviar representante para assistir a abertura desta licitação, poderá encaminhar por escrito, junto ao envelope "A" - Documentação de Habilitação a declaração de desistência ao prazo recursal relativo a fase de habilitação;

6.5 - As certidões que não tenham prazo de validade legal ou expresso no documento ter-se-ão como validas pelo prazo de 90

(noventa) dias, contados de sua emissão;

6.6 - Não haverá em hipótese alguma confrontação de documentos na abertura dos envelopes para autenticação, assim como não serão aceitos documentos emitidos via FAX;

6.7 - Após a abertura do processo licitatório não serão recebidos outros documentos ou propostas nem serão permitidos quaisquer adendos ou alterações, ressalvando a possibilidade da realização de diligência, facultada a Comissão Permanente ou autoridade superior;

6.8 - Será Inabilitado o licitante que deixar de apresentar qualquer documento relacionado no presente edital;

6.9 - No caso de não haver expediente para a data fixada para a entrega e abertura dos envelopes contendo a documentação de Habilitação e as Propostas de Preços, realizar-se-á as 14:00hs do primeiro dia útil posterior a data anteriormente fixada;

6.10 - A Comissão Permanente de Licitação, fará a abertura dos envelopes de documentação de habilitação, cujos envelopes serão rubricados pelos membros da Comissão e todos os participantes presentes podendo ser anunciado o resultado da habilitação ou designar dia e hora certos para divulgação;

6.11 - Os recursos previstos na Lei federal No. 8.666/93 e suas alterações, devem observar os seguintes requisitos:

a) - Serem datilografados e devidamente fundamentados;

b) - Serem assinados por representante legal da recorrente ou por procurador devidamente habilitado no processo;

c) - A decisão em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento por escrito dos interessados.

6.12 - E para que ninguém alegue ignorância é o presente edital afixado no mural da Prefeitura de Curitiba, oficializado através do decreto No. 2.142 de 12.08.93, junto a Portaria da Prefeitura e publicado em resumo em jornal de circulação semanal de âmbito municipal e estadual, site da prefeitura municipal, diário oficial dos municípios.

VII - DO ARBITRAMENTO E FORO

7.1 - Todas as controvérsias ou reclames relativos ao presente processo licitatório serão resolvidos mediante arbitramento segundo estabelece a lei e juízo da Comarca de Curitiba, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Curitiba, 18 de Março de 2014.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell
Presidente da CPL

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

O presente edital cumpre as exigências legais estando em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, pelo que de acordo com o artigo 38 parágrafo único da referida lei, o dou como aprovado.

Curitiba, 18 de Março de 2014.

Claudio Vieira França
Procurador Geral do Município

MINUTA DE CONTRATO

Pelo presente instrumento particular de contrato de prestação de serviços, que fazem, de um lado o MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na rua Cel. Vidal Ramos, 860, inscrito na CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, neste ato representado por seu titular Sr José Antonio Guidi, Prefeito Municipal, doravante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e de outro lado , pessoa jurídica de direito privado, com sede na rua , em , inscrito no CNPJ sob nº , neste ato representado por seu representante legal abaixo assinado, doravante denominada de CONTRATADA, têm justo e acordado o presente Termo em conformidade com as cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira

A Contratada, obriga-se a prestar serviços de estacionamento, durante a realização da Expocentro/2013, conforme Legislação Municipal, demais condições previstas neste Edital, minuta de contrato e anexos integrantes que ficam fazendo parte deste edital, no período de 17 a 20 de Julho de 2014 e de acordo com as solicitações do edital de concorrência nº 68/2014, em área de 10.000 m² anexo ao Parque Pouso do Tropeiro, entre a Rua Fioravante Ortigari e plantação de Pinus.

Parágrafo Único: Pelo direito de comercialização de espaço com finalidade de estacionamento, durante a realização da Expocentro/2014, conforme Legislação Municipal, demais condições previstas neste edital, a contratada pagará a título de patrocínio em dinheiro para custeio de realização da Expocentro/2014, o valor de R\$ a ser pago 50 % até dia 30/04/2014, e 50% até dia 30/05/2014, cujo valor oferecido neste item, será contabilizado nas receitas gerais da Expocentro como receita de patrocínio.

Cláusula Segunda

O Prazo do presente contrato inicia-se após a homologação do processo licitatório, com término previsto para 31 de Julho de 2014.

Cláusula Terceira

Cabe ainda ao Contratado o cumprimento integral das normas relativas ao funcionamento interno, inclusive horário, estabelecidos pelo Município/CCO.Expocentro/2014, e as demais disposições contidas no edital de concorrência nº 68/2014.

Cláusula Quarta

Pela inexecução total ou parcial do contrato, será aplicada à empresa adjudicada a multa moratória do valor equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor do contrato.

Cláusula Quinta

O presente contrato considerar-se-á rescindido de pleno direito ao final do prazo previsto no presente contrato, não cabendo as partes qualquer direito a indenização ou retenção das benfeitorias.

Cláusula Sexta

1. O Município de Curitiba, não se responsabilizarão por qualquer dano, furto ou extravio de veículos previsto no Edital, cabendo a Contratada responsabilizar-se pelo mesmo, correndo por conta da Contratada as despesas com reposição das mesmas, isentando a CCO/Município de qualquer responsabilidade ou indenização.

2. Permanência de supervisores no Estacionamento que se responsabilizarão pela segurança dos veículos, previsto em Edital.

Cláusula Sétima

Fica eleito o Foro da Comarca de Curitiba, para dirimir todas e quaisquer dúvidas porventura existentes no decorrer do presente contrato, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e acordados, assinam o presente termo em duas vias de igual forma e teor.

Curitiba,
José Antonio Guidi
Prefeito Municipal Contratada

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

O presente contrato cumpre com as exigências legais, estando em acordo com a Lei Federal No. 8.666/93, pelo que, de acordo com o artigo 38 parágrafo único da referida Lei o dou como aprovado.

Curitiba,
Claudio Vieira França
Procurador Geral do Município

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2014
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2014

O FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA DE CURITIBANOS, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, Lei complementar 123/2006, Decretos Municipais 3.524/2007 e 3.525/2007 e pela Lei Federal nº 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE UM TRENZINHO PARA USO NAS FESTIVIDADES ALUSIVAS A PÁSCOA, NO PERÍODO DE 13 A 17/04/2014, E FESTIVIDADES ALUSIVAS AO NATAL PELO PERÍODO DE 07 A 11/12/2014, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 17:30 horas do dia 02/04/2014, no protocolo da Prefeitura de Curitiba, sito a Rua Coronel Vidal Ramos, 860.

A partir das 18:00 horas do dia 02/04/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, na sala de reunião do Setor de Licitação da Prefeitura, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, nº 860.

Curitiba, 18 de Março de 2014.

Kleberson Luciano Lima
Presidente do Fundo

Diego Sebem Wordell
Pregoeiro

Anexos da RREO do Município de Curitiba

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	68.303.500,00	68.303.500,00	11.878.987,66	17,39	11.878.987,66	17,39
RECEITAS CORRENTES	67.920.500,00	67.920.500,00	11.858.141,21	17,46	11.858.141,21	17,46
RECEITA TRIBUTÁRIA	10.147.000,00	10.147.000,00	1.392.103,00	13,72	1.392.103,00	13,72
IMPOSTOS	8.220.000,00	8.220.000,00	930.556,16	11,32	930.556,16	11,32
TAXAS	1.827.000,00	1.827.000,00	441.493,99	24,16	441.493,99	24,16
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	100.000,00	100.000,00	20.052,85	20,05	20.052,85	20,05
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	3.480.000,00	3.480.000,00	529.221,58	15,21	529.221,58	15,21
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.720.000,00	1.720.000,00	258.815,45	15,05	258.815,45	15,05
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	1.760.000,00	1.760.000,00	270.406,13	15,36	270.406,13	15,36
RECEITA PATRIMONIAL	819.500,00	819.500,00	655.341,72	79,97	655.341,72	79,97
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	819.500,00	819.500,00	655.341,72	79,97	655.341,72	79,97
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	50.858.000,00	50.858.000,00	8.852.397,22	17,41	8.852.397,22	17,41
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	50.532.000,00	50.532.000,00	8.852.395,22	17,52	8.852.395,22	17,52
Transf. de Instituições Privadas	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. de Pessoas	5.000,00	5.000,00	2,00	0,04	2,00	0,04
Transf. de Conv.	311.000,00	311.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.616.000,00	2.616.000,00	429.077,69	16,40	429.077,69	16,40
Multas e Juros de Mora	976.000,00	976.000,00	156.033,49	15,99	156.033,49	15,99
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	83.000,00	83.000,00	1.823,07	2,20	1.823,07	2,20
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	1.045.000,00	1.045.000,00	164.216,13	15,71	164.216,13	15,71
RECEITAS DIVERSAS	512.000,00	512.000,00	107.005,00	20,90	107.005,00	20,90
RECEITAS DE CAPITAL	383.000,00	383.000,00	20.726,45	5,41	20.726,45	5,41
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	12.000,00	12.000,00	21.675,00	180,63	21.675,00	180,63
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	5.000,00	5.000,00	21.675,00	433,50	21.675,00	433,50
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	351.000,00	351.000,00	-948,55	0,00	-948,55	0,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	350.000,00	350.000,00	-948,55	0,00	-948,55	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	5.125.000,00	5.125.000,00	763.102,37	14,89	763.102,37	14,89
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	5.125.000,00	5.125.000,00	763.102,37	14,89	763.102,37	14,89
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	3.625.000,00	3.625.000,00	513.102,37	14,15	513.102,37	14,15
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	3.625.000,00	3.625.000,00	513.102,37	14,15	513.102,37	14,15
Outras Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	1.500.000,00	1.500.000,00	250.000,00	16,67	250.000,00	16,67

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	5.125.000,00	5.125.000,00	763.102,37	14,89	763.102,37	14,89	4.361.897,63
Transferência para Cobertura de Déficit Atual -	1.500.000,00	1.500.000,00	250.000,00	16,67	250.000,00	16,67	1.250.000,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	73.428.500,00	73.428.500,00	12.641.970,03	17,22	12.641.970,03	17,22	60.786.529,97
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	73.428.500,00	73.428.500,00	12.641.970,03	17,22	12.641.970,03	17,22	60.786.529,97
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	73.428.500,00	73.428.500,00	12.641.970,03	17,22	12.641.970,03	17,22	60.786.529,97
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	394.310,99	—	—	394.310,99	—	—
Superávit Financeiro	—	394.310,99	—	—	394.310,99	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO ALIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)									
DESPESAS CORRENTES	68.303.500,00	5.672.336,43	73.975.836,43	21.273.805,02	21.273.805,02	6.420.266,64	6.420.266,64	8,68	67.555.569,79
DESPESAS CORRENTES	59.492.150,00	554.310,99	60.046.460,99	15.380.531,66	15.380.531,66	6.353.015,31	6.353.015,31	10,58	53.693.445,68
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	37.083.200,00	394.310,99	37.477.510,99	5.202.458,66	5.202.458,66	5.021.258,36	5.021.258,36	13,40	32.456.252,63
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	600.000,00	0,00	600.000,00	12.394,04	12.394,04	12.394,04	12.394,04	2,07	587.605,96
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	21.808.950,00	160.000,00	21.968.950,00	10.165.678,96	10.165.678,96	1.319.362,91	1.319.362,91	6,01	20.649.587,09
DESPESAS DE CAPITAL	6.961.350,00	5.118.025,44	12.079.375,44	5.893.273,36	5.893.273,36	67.251,33	67.251,33	0,56	12.012.124,11
INVESTIMENTOS	6.361.350,00	5.118.025,44	11.479.375,44	5.827.645,68	5.827.645,68	1.623,65	1.623,65	0,01	11.477.751,79
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	600.000,00	0,00	600.000,00	65.627,68	65.627,68	65.627,68	65.627,68	10,94	534.372,32

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS			DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	68.303.500,00	5.672.336,43	73.975.836,43	21.273.805,02	21.273.805,02	6.420.266,64	6.420.266,64	8,68	67.555.569,79
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.850.000,00	0,00	1.850.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.850.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	5.125.000,00	0,00	5.125.000,00	2.011.938,75	2.011.938,75	761.938,75	761.938,75	14,87	4.363.061,25
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.625.000,00	0,00	3.625.000,00	511.938,75	511.938,75	511.938,75	511.938,75	14,12	3.113.061,25
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.500.000,00	0,00	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	250.000,00	250.000,00	16,67	1.250.000,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	73.428.500,00	5.672.336,43	79.100.836,43	23.285.743,77	23.285.743,77	7.182.205,39	7.182.205,39	9,08	71.918.631,04
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	73.428.500,00	5.672.336,43	79.100.836,43	23.285.743,77	23.285.743,77	7.182.205,39	7.182.205,39	9,08	71.918.631,04
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	5.459.764,64	-	-
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	73.428.500,00	5.672.336,43	79.100.836,43	23.285.743,77	23.285.743,77	7.182.205,39	12.641.970,03	9,08	71.918.631,04

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 571.353,50

FONTE:

CURITIBANOS, 18/03/2014

JOSE ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

AIMAURY SILVA
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2013	4.289.141,50	4.441.216,56	-152.075,06	12.518.812,09
2014	4.076.670,06	4.291.088,15	-214.418,09	12.304.394,00
2015	3.869.202,57	4.163.019,05	-293.816,48	12.010.577,52
2016	3.644.285,08	4.116.745,60	-472.460,52	11.538.117,00
2017	3.390.442,42	4.184.539,49	-794.097,07	10.744.019,93
2018	3.187.171,63	4.138.379,75	-951.208,12	9.792.811,81
2019	3.004.257,34	4.063.624,06	-1.059.366,72	8.733.445,09
2020	2.794.172,80	4.091.533,85	-1.297.361,05	7.436.084,04
2021	2.568.386,02	4.186.799,07	-1.618.413,05	5.817.670,99
2022	2.371.370,59	4.224.265,38	-1.852.894,79	3.964.776,20
2023	2.221.759,77	4.147.206,88	-1.925.447,11	2.039.329,09
2024	2.069.673,70	4.100.904,51	-2.031.230,81	8.098,28
2025	1.955.349,97	3.966.876,64	-2.011.526,67	-2.003.428,39
2026	1.793.814,80	3.985.115,29	-2.191.300,49	-4.194.728,88
2027	1.654.977,85	3.954.416,16	-2.299.438,31	-6.494.167,19
2028	1.521.870,81	3.920.732,48	-2.398.861,67	-8.893.028,86
2029	1.401.639,82	3.865.384,00	-2.463.744,18	-11.356.773,04
2030	1.303.979,86	3.762.490,08	-2.458.510,22	-13.815.283,26
2031	1.182.215,65	3.747.414,84	-2.565.199,19	-16.380.482,45
2032	1.107.902,05	3.609.053,56	-2.501.151,51	-18.881.633,96
2033	1.014.735,18	3.542.064,70	-2.527.329,52	-21.408.963,48
2034	938.138,65	3.441.662,30	-2.503.523,65	-23.912.487,13
2035	868.285,48	3.337.100,25	-2.468.814,77	-26.381.301,90
2036	819.405,15	3.186.551,89	-2.367.146,74	-28.748.448,64
2037	783.878,34	3.015.944,69	-2.232.066,35	-30.980.514,99
2038	746.762,31	2.864.708,75	-2.117.946,44	-33.098.461,43
2039	718.309,55	2.702.608,44	-1.984.298,89	-35.082.760,32
2040	697.682,28	2.531.681,19	-1.833.998,91	-36.916.759,23
2041	684.094,99	2.357.463,26	-1.673.368,27	-38.590.127,50
2042	678.838,69	2.171.503,54	-1.492.664,85	-40.082.792,35
2043	674.790,76	1.996.668,39	-1.321.877,63	-41.404.669,98
2044	668.223,18	1.840.884,64	-1.172.661,46	-42.577.331,44
2045	660.681,40	1.699.764,04	-1.039.082,64	-43.616.414,08
2046	656.709,93	1.558.526,80	-901.816,87	-44.518.230,95
2047	3.579,46	1.423.203,86	-1.419.624,40	-45.937.855,35
2048	2.925,96	1.294.384,25	-1.291.458,29	-47.229.313,64
2049	2.282,62	1.174.478,41	-1.172.195,79	-48.401.509,43
2050	886,55	1.065.747,28	-1.064.860,73	-49.466.370,16
2051	0,00	964.583,20	-964.583,20	-50.430.953,36
2052	0,00	869.089,59	-869.089,59	-51.300.042,95
2053	0,00	781.569,76	-781.569,76	-52.081.612,71
2054	0,00	701.565,80	-701.565,80	-52.783.178,51
2055	0,00	628.821,04	-628.821,04	-53.411.999,55
2056	0,00	560.407,20	-560.407,20	-53.972.406,75
2057	0,00	499.663,66	-499.663,66	-54.472.070,41
2058	0,00	444.445,69	-444.445,69	-54.916.516,10
2059	0,00	393.308,39	-393.308,39	-55.309.824,49
2060	0,00	347.395,09	-347.395,09	-55.657.219,58
2061	0,00	306.451,88	-306.451,88	-55.963.671,46
2062	0,00	268.865,49	-268.865,49	-56.232.536,95
2063	0,00	235.705,78	-235.705,78	-56.468.242,73
2064	0,00	206.383,43	-206.383,43	-56.674.626,16
2065	0,00	178.392,76	-178.392,76	-56.853.018,92
2066	0,00	154.428,63	-154.428,63	-57.007.447,55
2067	0,00	132.998,09	-132.998,09	-57.140.445,64
2068	0,00	114.282,92	-114.282,92	-57.254.728,56
2069	0,00	97.731,92	-97.731,92	-57.352.460,48
2070	0,00	83.472,85	-83.472,85	-57.435.933,33
2071	0,00	70.623,95	-70.623,95	-57.506.557,28
2072	0,00	59.379,74	-59.379,74	-57.565.937,02

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2073	0,00	50.335,10	-50.335,10	-57.616.272,12
2074	0,00	42.389,15	-42.389,15	-57.658.661,27
2075	0,00	34.896,99	-34.896,99	-57.693.558,26
2076	0,00	28.954,39	-28.954,39	-57.722.512,65
2077	0,00	23.977,90	-23.977,90	-57.746.490,55
2078	0,00	19.681,58	-19.681,58	-57.766.172,13
2079	0,00	16.062,02	-16.062,02	-57.782.234,15
2080	0,00	13.157,93	-13.157,93	-57.795.392,08
2081	0,00	10.414,19	-10.414,19	-57.805.806,27
2082	0,00	8.442,27	-8.442,27	-57.814.248,54
2083	0,00	6.746,27	-6.746,27	-57.820.994,81
2084	0,00	5.339,31	-5.339,31	-57.826.334,12
2085	0,00	4.192,12	-4.192,12	-57.830.526,24
2086	0,00	3.410,74	-3.410,74	-57.833.936,98
2087	0,00	0,00	0,00	-57.833.936,98

Projeção atuarial elaborada em 31/03/2013 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

CURITIBANOS, 18/03/2014

JOSE ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

AMAURY SILVA
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	12.000,00	21.675,00	-9.675,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	5.000,00	21.675,00	-16.675,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	7.000,00	0,00	7.000,00
TOTAL	12.000,00	21.675,00	-9.675,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
Investimentos	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
TOTAL	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	373.969,31	21.675,00	395.644,31

FONTE:

CURITIBANOS, 18/03/2014

JOSE ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

AMAURY SILVA
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I) Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos Divida Ativa dos Impostos Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II) Cota-Parte FPM Cota-Parte ITR Cota-Parte IPVA Cota-Parte ICMS Cota-Parte IPH-Exportação Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais Desoneração ICMS (LC 87/96)	9.276.000,00	9.276.000,00	1.061.692,56	11,45
	3.000.000,00	3.000.000,00	146.903,88	4,90
	1.200.000,00	1.200.000,00	151.716,39	12,64
	3.000.000,00	3.000.000,00	473.694,58	15,79
	1.020.000,00	1.020.000,00	158.251,31	15,51
	46.000,00	46.000,00	3.451,52	7,50
	620.000,00	620.000,00	84.188,51	13,58
	390.000,00	390.000,00	43.496,37	11,15
	35.240.000,00	35.240.000,00	6.187.536,28	17,56
	18.000.000,00	18.000.000,00	3.690.072,79	20,50
	120.000,00	120.000,00	15.743,00	13,12
	2.800.000,00	2.800.000,00	355.979,65	12,71
	14.000.000,00	14.000.000,00	2.085.851,45	14,90
	200.000,00	200.000,00	31.013,33	15,51
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	120.000,00	120.000,00	8.876,06	7,40
	120.000,00	120.000,00	8.876,06	7,40
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II			7.249.228,84	16,28
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE				
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS Provenientes da União Provenientes dos Estados RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	4.888.000,00	4.888.000,00	935.105,76	19,13
	4.550.500,00	4.550.500,00	890.738,32	19,57
	337.500,00	337.500,00	44.367,44	13,15
	0,00	0,00	0,00	0,00
	63.000,00	63.000,00	2.637,36	4,19
	4.951.000,00	4.951.000,00	937.743,12	18,94
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)				
DESPESAS CORRENTES Pessoal e Encargos Sociais Outras Despesas Correntes	DOTAÇÃO INICIAL 12.603.000,00 8.070.000,00 4.533.000,00 736.000,00 736.000,00	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e) 12.603.000,00 8.070.000,00 4.533.000,00 736.000,00 736.000,00	DESPESAS EMPENHADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100
			3.982.911,84	31,60
			1.285.955,73	15,94
DESPESAS DE CAPITAL Investimentos			DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
			1.620.578,91	12,86
			1.275.162,12	15,80
			345.416,79	7,62
			0,00	0,00
			0,00	0,00

Continua 1/3

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL						
Investimentos	736.000,00	736.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	736.000,00	736.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	13.339.000,00	13.339.000,00	3.982.911,84	29,86	1.620.578,91	12,15
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO						
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre (h)	% (h/V)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/V)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	4.888.000,00	4.888.000,00	2.226.277,81	55,90	519.340,68	32,05
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	4.888.000,00	4.888.000,00	2.226.277,81	55,90	519.340,68	32,05
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	4.888.000,00	4.888.000,00	2.226.277,81	55,90	519.340,68	32,05
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	8.451.000,00	8.451.000,00	1.756.634,03	-26,04	1.101.238,23	-19,90
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE SAÚDE (VII) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 45% ^{4 e 5}						15,19
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb)/100] ⁶						13.853,90

Continua 2/3

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA				PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	0,00	29.729,26			
Insultos em 2013	0,00	29.729,26	-29.729,26			0,00
TOTAL	20.636,55	0,00	29.729,26			0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º						
RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				SALDO FINAL (NÃO APLICADO)		
SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (i)					
0,00	0,00	0,00				0,00
TOTAL (VIII)	0,00	0,00				0,00
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26						
LIMITE NÃO CUMPRIDO				SALDO FINAL (NÃO APLICADO)		
SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)					
-	-					-
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)						
DOTAÇÃO INICIAL		DOTAÇÃO ATUALIZADA		DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS
				Até Bimestre (i)	% (i/total j)*100	Até Bimestre (m) % (m/total n)*100
11.304.000,00		11.304.000,00		2.227.208,69	55,92	1.411.362,50
1.910.000,00		1.910.000,00		1.750.323,00	43,95	208.617,84
125.000,00		125.000,00		5.380,15	0,14	596,57
13.339.000,00		13.339.000,00		3.982.911,84	100,00	1.620.576,91
TOTAL						100,00

FONTE:

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

2 O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+h" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

3 O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+h" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

6 No último bimestre, será utilizada a fórmula $[M/(h+i)] \times (15 \times IIIb)/100$

CURITIBANOS, 18/03/2014

JOSE ANTONIO GUIDI	AMALRY SILVA	FLAVIO LUIZ ZILIO
Prefeito Municipal	Secretário de Administração	Contador

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

CURITIBANOS, 18/03/2014

JOSE ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

AMAURY SILVA
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador

Município de CURITIBANOS - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	73.428.500,00	
Previsão Atualizada		—	73.428.500,00	
Receitas Realizadas		12.641.970,03	12.641.970,03	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	394.310,99	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	73.428.500,00	
Créditos Adicionais		—	5.672.336,43	
Dotação Atualizada		—	79.100.836,43	
Despesas Empenhadas		23.285.743,77	23.285.743,77	
Despesas Liquidadas		7.182.205,39	7.182.205,39	
Superavit Orçamentário		—	5.459.764,64	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		23.285.743,77	23.285.743,77	
Despesas Liquidadas		7.182.205,39	7.182.205,39	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			63.906.917,59	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		1.537.981,40	1.537.981,40	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		966.627,90	966.627,90	
Liquidadas		966.627,90	966.627,90	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		571.353,50	571.353,50	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		200.000,00	-2.695.397,50	-1.347,70
Resultado Primário		348.500,00	4.860.769,64	1.394,77
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	2.085.434,81	0,00	2.082.844,31	2.590,50
EXECUTIVO	2.085.434,81	0,00	2.082.844,31	2.590,50
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	4.433.777,92	24.929,83	2.021.122,22	2.387.725,87
EXECUTIVO	4.198.277,92	24.929,83	1.967.617,64	2.205.730,45
LEGISLATIVO	235.500,00	0,00	53.504,58	181.995,42
TOTAL:	6.519.212,73	24.929,83	4.103.966,53	2.390.316,37
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		1.380.066,71	25%	0,00
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		1.016.489,30	60%	0,00
Liquidadas		1.777.567,70		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00	20.000,00	

Continua 1/2



Município de CURITIBANOS - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Despesa de Capital Líquida			67.251,33	12.012.124,11
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	4.076.670,06	2.371.370,59	1.107.902,05	3.579,46
Despesas Previdenciárias (V)	4.291.088,15	4.224.265,38	3.609.053,56	1.423.203,86
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	-214.418,09	-1.852.894,79	-2.501.151,51	-1.419.624,40
DESPESAS COMAÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		1.101.238,23	15,00	15,19
Liquidadas		1.101.238,23		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

CURITIBANOS, 18/03/2014

JOSE ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

AMAURY SILVA
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador

Município de CURITIBANOS - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	73.428.500,00	
Previsão Atualizada		—	73.428.500,00	
Receitas Realizadas		12.641.970,03	12.641.970,03	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	394.310,99	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	73.428.500,00	
Créditos Adicionais		—	5.672.336,43	
Dotação Atualizada		—	79.100.836,43	
Despesas Empenhadas		23.285.743,77	23.285.743,77	
Despesas Liquidadas		7.182.205,39	7.182.205,39	
Superavit Orçamentário		—	5.459.764,64	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		23.285.743,77	23.285.743,77	
Despesas Liquidadas		7.182.205,39	7.182.205,39	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			63.906.917,59	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		1.537.981,40	1.537.981,40	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		966.627,90	966.627,90	
Liquidadas		966.627,90	966.627,90	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		571.353,50	571.353,50	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b) % em Relação à Meta (b/a)	
Resultado Nominal		200.000,00	-2.695.397,50 -1.347,70	
Resultado Primário		348.500,00	4.860.769,64 1.394,77	
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	2.085.434,81	0,00	2.082.844,31	2.590,50
EXECUTIVO	2.085.434,81	0,00	2.082.844,31	2.590,50
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	4.433.777,92	24.929,83	2.021.122,22	2.387.725,87
EXECUTIVO	4.198.277,92	24.929,83	1.967.617,64	2.205.730,45
LEGISLATIVO	235.500,00	0,00	53.504,58	181.995,42
TOTAL:	6.519.212,73	24.929,83	4.103.966,53	2.390.316,37
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		1.380.066,71	25%	0,00
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		1.016.489,30	60%	0,00
Liquidadas		1.777.567,70		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00	20.000,00	

Continua 1/2



Município de CURITIBANOS - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Despesa de Capital Líquida			67.251,33	12.012.124,11
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	4.076.670,06	2.371.370,59	1.107.902,05	3.579,46
Despesas Previdenciárias (V)	4.291.088,15	4.224.265,38	3.609.053,56	1.423.203,86
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	-214.418,09	-1.852.894,79	-2.501.151,51	-1.419.624,40
DESPESAS COMAÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		1.101.238,23	15,00	15,19
Liquidadas		1.101.238,23		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

CURITIBANOS, 18/03/2014

JOSE ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

AMAURY SILVA
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES UBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Legislativa	68.303.500,00	73.975.836,43	21.273.805,02	21.273.805,02	6.420.266,64	6.420.266,64	89,39	8,68
Ação Legislativa	2.300.000,00	2.300.000,00	580.620,18	580.620,18	248.977,80	248.977,80	3,47	10,83
Administração	2.300.000,00	2.300.000,00	580.620,18	580.620,18	248.977,80	248.977,80	3,47	10,83
Planejamento e Orçamento	6.740.700,00	6.740.700,00	1.691.802,21	1.691.802,21	875.346,80	875.346,80	12,19	12,99
Administração Geral	553.000,00	553.000,00	98.915,02	98.915,02	82.673,79	82.673,79	1,15	14,95
Administração Financeira	2.680.500,00	2.520.500,00	361.492,16	361.492,16	259.419,56	259.419,56	3,61	10,29
Controle Interno	3.412.200,00	3.572.200,00	1.218.400,95	1.218.400,95	524.106,27	524.106,27	7,30	14,67
Segurança Pública	95.000,00	95.000,00	12.994,08	12.994,08	9.147,18	9.147,18	0,13	9,63
Policimento	691.000,00	691.000,00	128.740,20	128.740,20	21.191,18	21.191,18	0,30	3,07
Defesa Civil	618.000,00	618.000,00	124.665,20	124.665,20	20.861,18	20.861,18	0,29	3,38
Assistência Social	73.000,00	73.000,00	4.075,00	4.075,00	330,00	330,00	0,00	0,45
Assistência à Criança e ao Adolescente	2.684.000,00	2.684.000,00	291.993,03	291.993,03	145.682,93	145.682,93	2,03	5,43
Assistência Comunitária	317.000,00	317.000,00	38.590,82	38.590,82	17.638,29	17.638,29	0,25	5,56
Serviço da Dívida Interna	1.767.000,00	1.767.000,00	241.008,17	241.008,17	115.650,60	115.650,60	1,61	6,55
Previdência Social	600.000,00	600.000,00	12.394,04	12.394,04	12.394,04	12.394,04	0,17	2,07
Previdência do Regime Estatutário	5.535.000,00	5.535.000,00	930.536,55	930.536,55	930.536,55	930.536,55	12,96	16,81
Saúde	5.535.000,00	5.535.000,00	930.536,55	930.536,55	930.536,55	930.536,55	12,96	16,81
Atenção Básica	14.019.000,00	14.019.000,00	4.978.251,92	4.978.251,92	1.516.166,90	1.516.166,90	21,11	10,82
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	10.554.000,00	10.554.000,00	2.113.438,09	2.113.438,09	1.297.591,90	1.297.591,90	18,07	12,29
Vigilância Epidemiológica	1.910.000,00	1.910.000,00	1.750.323,00	1.750.323,00	208.617,84	208.617,84	2,90	10,92
Alimentação e Nutrição	125.000,00	125.000,00	5.380,15	5.380,15	598,57	598,57	0,01	0,48
Educação	1.430.000,00	1.430.000,00	1.109.110,68	1.109.110,68	9.358,59	9.358,59	0,13	0,65
Ensino Fundamental	19.855.500,00	20.249.810,99	4.332.133,53	4.332.133,53	1.597.214,44	1.597.214,44	22,24	7,89
Ensino Médio	11.332.500,00	11.526.810,99	2.667.649,70	2.667.649,70	760.924,18	760.924,18	10,59	6,60
Ensino Superior	238.000,00	238.000,00	72.246,46	72.246,46	11.896,06	11.896,06	0,17	5,00
Educação Infantil	85.000,00	85.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação de Jovens e Adultos	8.110.000,00	8.310.000,00	1.547.237,37	1.547.237,37	824.394,20	824.394,20	11,48	9,92
Educação Especial	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	70.000,00	70.000,00	45.000,00	45.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES UBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Cultura	68.303.500,00	73.975.836,43	21.273.805,02	21.273.805,02	6.420.266,64	6.420.266,64	89,39	8,68
Difusão Cultural	730.000,00	730.000,00	32.748,00	32.748,00	29.003,00	29.003,00	0,40	3,97
Urbanismo	4.919.800,00	10.002.825,44	6.720.570,46	6.720.570,46	364.772,78	364.772,78	5,08	3,65
Serviços Urbanos	4.899.800,00	9.982.825,44	6.720.570,46	6.720.570,46	364.772,78	364.772,78	5,08	3,65
Preservação e Conservação Ambiental	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habituação	438.000,00	438.000,00	12.674,93	12.674,93	906,00	906,00	0,01	0,21
Habituação Urbana	438.000,00	438.000,00	12.674,93	12.674,93	906,00	906,00	0,01	0,21
Saneamento	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gestão Ambiental	707.500,00	707.500,00	97.439,05	97.439,05	87.826,11	87.826,11	1,22	12,41
Preservação e Conservação Ambiental	707.500,00	707.500,00	97.439,05	97.439,05	87.826,11	87.826,11	1,22	12,41
Agricultura	1.775.000,00	1.970.000,00	515.280,73	515.280,73	99.411,06	99.411,06	1,38	5,05
Extensão Rural	975.000,00	1.170.000,00	515.280,73	515.280,73	99.411,06	99.411,06	1,38	8,50
Promoção da Produção Agropecuária	800.000,00	800.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indústria	407.000,00	407.000,00	11.776,43	11.776,43	11.709,53	11.709,53	0,16	2,88
Promoção Industrial	407.000,00	407.000,00	11.776,43	11.776,43	11.709,53	11.709,53	0,16	2,88
Comércio e Serviços	430.000,00	430.000,00	12.120,00	12.120,00	884,76	884,76	0,01	0,21
Turismo	430.000,00	430.000,00	12.120,00	12.120,00	884,76	884,76	0,01	0,21
Energia	1.760.000,00	1.760.000,00	154.797,99	154.797,99	154.797,99	154.797,99	2,16	8,80
Energia Elétrica	1.760.000,00	1.760.000,00	154.797,99	154.797,99	154.797,99	154.797,99	2,16	8,80
Transporte	570.000,00	570.000,00	324.226,71	324.226,71	44.664,16	44.664,16	0,62	7,84
Transporte Aéreo	140.000,00	140.000,00	22.176,10	22.176,10	8.303,65	8.303,65	0,12	5,93
Transporte Rodoviário	430.000,00	430.000,00	302.050,61	302.050,61	36.360,51	36.360,51	0,51	8,46
Desporto e Lazer	1.260.000,00	1.260.000,00	264.254,75	264.254,75	97.371,80	97.371,80	1,36	7,73
Desporto Comunitário	1.095.000,00	1.095.000,00	264.104,75	264.104,75	97.371,80	97.371,80	1,36	8,89
Lazer	165.000,00	165.000,00	150,00	150,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Encargos Especiais	1.621.000,00	1.621.000,00	193.838,35	193.838,35	193.802,85	193.802,85	2,70	11,96
Serviço da Dívida Interna	846.000,00	846.000,00	65.627,68	65.627,68	65.627,68	65.627,68	0,91	7,76
Outros Encargos Especiais	775.000,00	775.000,00	128.210,67	128.210,67	128.175,17	128.175,17	1,78	16,54

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES UBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	68.303.500,00	73.975.836,43	21.273.805,02	21.273.805,02	6.420.266,64	6.420.266,64	89,39	8,68
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.850.000,00	1.850.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	5.125.000,00	5.125.000,00	2.011.938,75	2.011.938,75	761.938,75	761.938,75	10,61	14,87
Legislativa	90.000,00	90.000,00	13.004,23	13.004,23	13.004,23	13.004,23	0,18	14,45
Ação Legislativa	90.000,00	90.000,00	13.004,23	13.004,23	13.004,23	13.004,23	0,18	14,45
Administração	2.700.000,00	2.700.000,00	1.651.514,60	1.651.514,60	401.514,60	401.514,60	5,59	14,87
Administração Geral	2.700.000,00	2.700.000,00	1.651.514,60	1.651.514,60	401.514,60	401.514,60	5,59	14,87
Saúde	750.000,00	750.000,00	113.770,60	113.770,60	113.770,60	113.770,60	1,58	15,17
Atenção Básica	750.000,00	750.000,00	113.770,60	113.770,60	113.770,60	113.770,60	1,58	15,17
Educação	1.585.000,00	1.585.000,00	233.649,32	233.649,32	233.649,32	233.649,32	3,25	14,74
Ensino Fundamental	760.000,00	760.000,00	113.952,38	113.952,38	113.952,38	113.952,38	1,59	14,99
Educação Infantil	825.000,00	825.000,00	119.696,94	119.696,94	119.696,94	119.696,94	1,67	14,51
TOTAL (III) = (I + II)	73.428.500,00	79.100.836,43	23.285.743,77	23.285.743,77	7.182.205,39	7.182.205,39	100,00	9,08

FONTE:

CURITIBANOS, 18/03/2014

JOSE ANTONIO GUIDI	AMAURY SILVA	FLAVIO LUIZ ZILIO
Prefeito Municipal	Secretário de Administração	Contador

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2013 A FEVEREIRO/2014

REO--ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												RS 1,00	
ESPECIFICAÇÃO		Mar/2013	Abr/2013	Mai/2013	Jun/2013	Jul/2013	Agô/2013	Set/2013	Out/2013	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	TOTAL (ULT. 12 MES.)	PREVISÃO ATUALIZADA 2014
RECEITAS CORRENTES (I)		6.750.519,35	5.393.928,16	6.301.152,55	5.594.018,53	5.699.811,90	5.545.718,91	5.590.489,35	5.662.072,05	5.817.666,91	6.853.076,91	5.594.908,43	7.146.822,05	72.289.186,10	74.985.500,00
RECEITA TRIBUTÁRIA		2.240.398,93	691.723,06	624.994,79	570.554,60	601.412,99	524.899,59	616.187,01	525.672,47	475.027,78	572.704,53	395.245,42	996.757,58	8.835.648,75	10.147.000,00
L.P.T.U.		1.413.802,08	173.755,99	79.174,82	67.113,40	74.977,06	67.169,73	62.864,02	8.105,35	12.626,35	22.399,17	29,05	146.874,82	2.128.907,85	3.000.000,00
I.R.R.F.		73.204,12	91.205,19	85.742,00	77.862,11	80.647,32	98.014,10	88.390,85	216.562,13	226.876,18	216.870,45	242.766,74	230.917,84	1.078.103,10	1.000.000,00
I.S.S.		204.410,61	222.692,67	272.947,06	274.483,73	243.415,98	216.552,13	214.608,11	154.776,08	185.361,83	126.723,63	51.169,92	100.546,47	1.262.955,85	1.200.000,00
L.T.B.L		70.646,79	87.572,44	123.811,53	95.546,66	132.351,45	88.554,42	163.894,43	154.776,08	85.361,83	126.723,63	51.169,92	100.546,47	1.262.955,85	1.200.000,00
Outras Receitas Tributárias		477.899,33	116.186,77	63.289,38	55.546,70	70.021,28	53.585,21	90.127,18	67.947,61	60.970,57	50.354,79	31.489,02	430.057,82	1.587.397,66	1.527.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		219.765,62	342.625,73	205.313,39	272.980,47	234.688,69	246.906,10	241.167,64	238.847,32	239.769,94	364.599,70	167.389,04	361.832,54	3.129.946,08	3.480.000,00
RECEITA PATRIMONIAL		30.165,51	63.727,25	33.879,12	44.322,27	56.617,60	54.762,14	61.709,38	82.262,38	70.032,30	102.099,79	74.488,81	590.852,91	1.259.890,46	819.500,00
RECEITA AGROPECUÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		3.928.459,05	4.132.742,23	4.759.371,29	4.518.819,12	4.072.168,78	4.391.894,58	4.510.041,62	4.661.876,77	4.851.138,41	5.522.737,44	5.146.396,15	4.943.621,34	55.439.226,78	57.906.000,00
Cota-Parte do FPM		1.087.441,88	1.145.341,08	1.845.659,44	1.372.594,81	977.747,51	1.278.399,28	1.058.094,86	1.058.051,12	1.471.727,62	2.220.274,19	1.794.494,11	1.905.578,68	16.965.774,58	18.000.000,00
Cota-Parte do ICMS		945.813,05	987.104,84	980.902,99	918.851,38	912.106,44	959.319,68	1.016.075,53	967.598,21	1.099.230,32	1.086.552,09	1.070.744,97	1.015.106,48	11.985.735,68	14.000.000,00
Cota-Parte do IPVA		243.685,12	251.142,52	251.035,24	299.151,26	296.252,79	286.635,37	291.945,59	288.746,53	183.339,81	125.604,89	153.860,19	202.019,46	2.843.510,57	2.800.000,00
Cota-Parte do ITR		1.343,11	2.073,65	399,53	775,53	449,07	325,98	24.089,20	174.305,84	18.593,12	5.490,92	12.796,78	2.943,22	243.576,65	120.000,00
Outras Transferências Correntes		678.855,86	575.810,68	651.957,04	775.179,24	798.674,87	697.597,43	939.438,45	1.004.314,54	776.151,23	789.104,62	784.057,13	511.543,12	8.962.683,21	8.166.000,00
Transferências de LC 61/1989		11.575,90	10.614,43	14.273,17	14.855,92	14.643,30	15.888,39	14.252,45	15.235,97	16.900,85	16.083,17	16.794,61	142.18,72	177.106,68	200.000,00
Transferências de LC 87/1996		0,00	17.860,89	4.490,22	4.490,22	4.490,22	4.490,22	4.490,22	4.490,22	4.490,22	4.490,22	4.438,03	4.438,03	62.758,71	120.000,00
Transferências do FUNDEB		979.742,13	1.142.694,14	1.210.594,26	1.172.510,76	1.067.805,98	1.152.459,23	1.161.717,02	1.129.894,34	1.270.715,44	1.284.157,84	1.319.077,33	1.387.773,63	14.158.080,70	14.500.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		331.739,34	158.109,89	669.623,56	177.340,07	734.923,84	327.266,50	161.335,70	152.413,11	181.695,48	301.025,45	165.319,01	263.759,68	3.624.694,03	2.616.000,00
DEDUÇÕES (II)		760.805,34	606.136,63	67.037,28	676.590,24	790.831,16	639.370,48	699.797,11	636.237,94	683.526,64	801.199,97	739.108,58	756.297,14	8.382.288,51	8.759.000,00
Compensação Financeira entre Regimes Previdenciários		185.777,58	0,00	0,00	0,00	220.555,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	406.333,54	0,00
Contribuição para o Plano de Previdência do Servidor		120.555,19	123.289,42	91.667,50	162.655,83	128.137,75	130.684,91	131.350,18	130.446,98	129.374,47	247.723,79	129.462,47	129.352,98	1.655.682,47	1.720.000,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB		454.471,57	482.847,21	579.369,78	514.304,41	441.137,45	508.705,57	478.446,93	505.790,86	594.153,17	555.436,18	608.846,11	628.944,16	6.320.252,50	7.046.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)		5.989.714,01	4.787.791,53	5.634.115,27	4.917.428,29	4.908.980,74	4.906.348,43	4.890.692,24	5.025.834,11	5.134.140,27	6.051.916,94	5.210.799,85	6.388.525,91	63.906.917,59	66.200.500,00

FONTE:

CURITIBANOS, 18/03/2014

JOSE ANTONIO GUIDI
Prefeito MunicipalANAILAY SILVA
Secretário de AdministraçãoFLAVIO LUIZ ZILIO
Contador

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		R\$ 1,00
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)					
RECEITAS CORRENTES	2.198.000,00	2.198.000,00	774.879,03	774.879,03	370.324,05
Recursos de Contribuições dos Segurados	2.198.000,00	2.198.000,00	774.879,03	774.879,03	370.324,05
Pessoal Civil	1.720.000,00	1.720.000,00	258.815,45	258.815,45	216.137,08
Ativo	1.720.000,00	1.720.000,00	258.815,45	258.815,45	216.137,08
Inativo	1.700.000,00	1.700.000,00	255.162,66	255.162,66	213.708,18
Pensionista	10.000,00	10.000,00	2.304,65	2.304,65	1.144,10
Pessoal Militar	10.000,00	10.000,00	1.348,14	1.348,14	1.284,80
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Imobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Valores Mobiliários	448.000,00	448.000,00	516.063,58	516.063,58	132.498,26
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Serviços	448.000,00	448.000,00	516.063,58	516.063,58	132.498,26
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	21.688,71
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	5.125.000,00	5.125.000,00	763.102,37	763.102,37	677.411,64
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	7.323.000,00	7.323.000,00	1.537.981,40	1.537.981,40	1.047.735,69
DESPESAS					
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)					
ADMINISTRAÇÃO	5.873.000,00	5.873.000,00	966.627,90	966.627,90	794.555,62
Despesas Correntes	338.000,00	338.000,00	36.091,35	36.091,35	25.996,05
Despesas de Capital	320.000,00	320.000,00	36.091,35	36.091,35	25.996,05
PREVIDÊNCIA SOCIAL	18.000,00	18.000,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	5.535.000,00	5.535.000,00	930.536,55	930.536,55	768.559,57
Aposentadorias	0,00	0,00	930.536,55	930.536,55	768.559,57
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de CURITIBANOS - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	5.535.000,00	5.535.000,00	210,24	210,24
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	5.535.000,00	5.535.000,00	210,24	210,24
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	5.873.000,00	5.873.000,00	966.627,90	966.627,90
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	1.450.000,00	1.450.000,00	571.353,50	571.353,50
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	93.377,98	93.377,98
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	93.377,98	93.377,98
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	93.377,98	93.377,98
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS				
Valor				1.450.000,00
BENS E DIREITOS DO RPPS				
Caixa	JANEIRO	PERÍODO DE REFERÊNCIA		
		2014	2013	
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00	0,00	
Investimentos	505.485,53	385.836,78	449.170,82	
	12.559.401,55	13.262.036,13	12.494.360,38	
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	5.125.000,00	5.125.000,00	763.102,37	763.102,37
RECEITAS CORRENTES (VIII)	5.125.000,00	5.125.000,00	763.102,37	763.102,37
Receita de Contribuições Patronais	3.625.000,00	3.625.000,00	513.102,37	513.102,37
Pessoal Civil	3.625.000,00	3.625.000,00	513.102,37	513.102,37
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
				Continúa 2/3

Continuação 3/3

Município de CURITIBANOS - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	1.500.000,00	1.500.000,00	250.000,00	250.000,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	5.125.000,00	5.125.000,00	763.102,37	763.102,37
DESPESAS				
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
ADMINISTRAÇÃO	-	-	-	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

CURITIBANOS, 18/03/2014

JOSE ANTONIO GUIDI Prefeito Municipal	AMAURY SILVA Secretário de Administração	FLAVIO LUIZ ZILIO Contador
--	---	-------------------------------

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Dez 2013 (B)	Em 28 Fev 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	3.722.766,42	3.722.766,42	3.657.138,74
DEDUÇÕES (II)	11.854.897,68	11.854.897,68	14.488.336,95
Disponibilidade de Caixa Bruta	13.940.797,19	13.940.797,19	14.889.492,17
Demais Haveres Financeiros	-464,70	-464,70	-360,87
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	2.085.434,81	2.085.434,81	400.794,35
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-8.132.131,26	-8.132.131,26	-10.831.198,21
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	398.189,88	398.189,88	394.520,43
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-8.530.321,14	-8.530.321,14	-11.225.718,64

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Fev 2014 (C - A)
VALOR	-2.695.397,50	-2.695.397,50

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	200.000,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Dez 2013 (B)	Em 28 Fev 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	53.242.410,59	53.242.410,59	53.242.410,59
Passivo Atuarial	53.242.410,59	53.242.410,59	53.242.410,59
DEDUÇÕES (VIII)	13.271.454,59	13.271.454,59	13.647.872,91
Disponibilidade de Caixa Bruta	388.010,38	388.010,38	385.836,78
Investimentos	12.883.444,21	12.883.444,21	13.262.036,13
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	39.970.956,00	39.970.956,00	39.594.537,68
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	39.970.956,00	39.970.956,00	39.594.537,68

FONTE:

CURITIBANOS, 18/03/2014

JOSE ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

AMAURY SILVA
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	72.226.000,00	11.965.901,86	11.965.901,86	10.390.529,57
Receita Tributária	10.147.000,00	1.392.103,00	1.392.103,00	1.214.027,40
I.P.T.U.	3.000.000,00	146.903,88	146.903,88	153.775,59
I.S.S.	3.000.000,00	473.684,58	473.684,58	385.941,07
I.T.B.I.	1.200.000,00	151.716,39	151.716,39	137.703,23
I.R.R.F.	1.020.000,00	158.251,31	158.251,31	115.897,30
Outras Receitas Tributárias	1.927.000,00	461.546,84	461.546,84	420.710,21
Receita de Contribuição	7.105.000,00	1.042.323,95	1.042.323,95	871.906,69
Receitas Previdenciárias	5.345.000,00	771.917,82	771.917,82	643.548,72
Outras Contribuições	1.760.000,00	270.406,13	270.406,13	228.357,97
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	819.500,00	655.341,72	655.341,72	171.606,42
(-) Aplicações Financeiras	819.500,00	655.341,72	655.341,72	171.606,42
Transferências Correntes	50.858.000,00	8.852.397,22	8.852.397,22	7.722.987,40
F.P.M.	14.400.000,00	2.952.058,28	2.952.058,28	2.584.843,20
I.C.M.S.	11.200.000,00	1.668.681,31	1.668.681,31	1.472.422,30
Convênios	311.000,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	24.947.000,00	4.231.657,63	4.231.657,63	3.665.721,90
Demais Receitas Correntes	4.116.000,00	679.077,69	679.077,69	581.608,08
Dívida Ativa	1.045.000,00	164.216,13	164.216,13	156.895,09
Diversas Receitas Correntes	3.071.000,00	514.861,56	514.861,56	424.712,99
RECEITAS DE CAPITAL (II)	383.000,00	20.726,45	20.726,45	190.840,82
Operações de Crédito (III)	20.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	12.000,00	21.675,00	21.675,00	0,00
Transferências de Capital	351.000,00	-948,55	-948,55	190.840,82
Convênios	350.000,00	-948,55	-948,55	178.600,82
Outras Transferências de Capital	1.000,00	0,00	0,00	12.240,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	351.000,00	-948,55	-948,55	190.840,82
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	72.577.000,00	11.964.953,31	11.964.953,31	10.581.370,39

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	65.171.460,99	7.114.954,06	7.114.954,06	6.203.755,71
Pessoal e Encargos Sociais	41.102.510,99	5.533.197,11	5.533.197,11	4.594.004,07
Juros e Encargos da Dívida (IX)	600.000,00	12.394,04	12.394,04	110.134,32
Outras Despesas Correntes	23.468.950,00	1.569.362,91	1.569.362,91	1.499.617,32
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	64.571.460,99	7.102.560,02	7.102.560,02	6.093.621,39
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	12.079.375,44	67.251,33	67.251,33	222.123,37
Investimentos	11.479.375,44	1.623,65	1.623,65	87.335,90
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	600.000,00	65.627,68	65.627,68	134.787,47
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	11.479.375,44	1.623,65	1.623,65	87.335,90
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	400.000,00	-	-	-

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DO RPPS (XVII)	1.450.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	77.900.836,43	7.104.183,67	7.104.183,67	6.180.957,29
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-5.323.836,43	4.860.769,64	4.860.769,64	4.400.413,10
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	394.310,99	0,00
Superávit Financeiro	-	-	394.310,99	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				348.500,00

FONTE:

CURITIBANOS, 18/03/2014

 JOSE ANTONIO GUIDI
 Prefeito Municipal

 AMAURY SILVA
 Secretário de Administração

 FLAVIO LUIZ ZILIO
 Contador

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS				RP NÃO PROCESSADOS			
	Inscritos	Saldo	Cancelados	Pagos	Inscritos	Liquidados	Pagos	Cancelados
	Em Exercícios Anteriores				Em Exercícios Anteriores			
	En 31 de Dezembro de 2013				En 31 de Dezembro de 2013			
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	2.085.434,81	-	2.082.844,31	356.789,50	2.134.334,87	2.021.122,22	24.929,83
EXECUTIVO								
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	2.085.434,81	0,00	2.082.844,31	356.789,50	2.079.988,79	1.996.776,14	24.929,83
CHEFIA DO EXECUTIVO	0,00	1.925.363,40	0,00	1.922.772,90	320.289,76	576.487,43	540.686,98	18.667,33
FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	0,00	1.743,30	0,00	1.743,30	0,00	1.500,00	1.500,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	33.497,59	0,00	33.497,59	0,00	69.504,61	68.934,61	1.452,50
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	0,00	117.275,26	0,00	117.275,26	36.519,74	1.358.666,22	1.295.287,75	4.810,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	7.554,26	0,00	7.554,26	0,00	64.926,43	51.683,70	0,00
FUNREBOM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.674,10	8.674,10	0,00
IPESMUC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	841,50	841,50	0,00
INST. PREV. SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	841,50	841,50	0,00
LEGISLATIVO								
PODER LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	53.504,58	53.504,58	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	2.085.434,81	0,00	2.082.844,31	356.789,50	2.134.334,87	2.021.122,22	24.929,83
2.387.725,87								

FONTE:

CURITIBANOS, 18/03/2014

JOSE ANTONIO GUIDI	AMALRY SILVA
Prefeito Municipal	Secretário de Administração
	FLAVIO LUIZ ZILIO
	Contador

MUNICÍPIO DE CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	9.276.000,00	9.276.000,00	1.061.692,56	1.061.692,56	11,45
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	3.865.000,00	3.865.000,00	249.495,05	249.495,05	6,46
1.1.1- IPTU	3.000.000,00	3.000.000,00	147.313,91	147.313,91	4,91
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	15.000,00	15.000,00	19,48	19,48	0,13
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	500.000,00	500.000,00	64.238,17	64.238,17	12,85
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	350.000,00	350.000,00	38.333,52	38.333,52	10,95
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	(410,03)	(410,03)	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	1.201.000,00	1.201.000,00	151.732,14	151.732,14	12,63
1.2.1- ITBI	1.200.000,00	1.200.000,00	152.223,59	152.223,59	12,69
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	1.000,00	1.000,00	15,75	15,75	1,58
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	(507,20)	(507,20)	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	3.190.000,00	3.190.000,00	502.214,05	502.214,05	15,74
1.3.1- ISS	3.000.000,00	3.000.000,00	473.684,58	473.684,58	15,79
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	30.000,00	30.000,00	3.416,29	3.416,29	11,39
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	120.000,00	120.000,00	19.950,34	19.950,34	16,63
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	40.000,00	40.000,00	5.162,85	5.162,85	12,91
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.020.000,00	1.020.000,00	158.251,31	158.251,31	15,51
1.4.1- IRRF	1.020.000,00	1.020.000,00	158.251,31	158.251,31	15,51
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	35.240.000,00	35.240.000,00	6.187.536,28	6.187.536,28	17,56
2.1- Cota-Parte FPM	18.000.000,00	18.000.000,00	3.690.072,79	3.690.072,79	20,50
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	18.000.000,00	18.000.000,00	3.690.072,79	3.690.072,79	20,50
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	14.000.000,00	14.000.000,00	2.085.851,45	2.085.851,45	14,90
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº67/1996	120.000,00	120.000,00	8.876,06	8.876,06	7,40
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	200.000,00	200.000,00	31.013,33	31.013,33	15,51
2.5- Cota-Parte ITR	120.000,00	120.000,00	15.743,00	15.743,00	13,12
2.6- Cota-Parte IPVA	2.800.000,00	2.800.000,00	355.979,65	355.979,65	12,71
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	44.516.000,00	44.516.000,00	7.249.228,84	7.249.228,84	16,28
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	1.786.500,00	1.786.500,00	231.360,12	231.360,12	12,95
5.1- Transferências do Salário-Educação	1.200.000,00	1.200.000,00	219.210,81	219.210,81	18,27
5.2- Transferências Diretas - PDDE	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	270.000,00	270.000,00	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	130.000,00	130.000,00	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	165.000,00	165.000,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	16.500,00	16.500,00	12.149,31	12.149,31	73,63
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	385.000,00	385.000,00	3.957,91	3.957,91	1,03
6.1- Transferências de Convênios	380.000,00	380.000,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	5.000,00	5.000,00	3.957,91	3.957,91	79,16
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	2.171.500,00	2.171.500,00	235.318,03	235.318,03	10,84

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	7.048.000,00	7.048.000,00	1.237.590,27	1.237.590,27	17,56
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	3.600.000,00	3.600.000,00	738.014,51	738.014,51	20,50
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	2.800.000,00	2.800.000,00	417.170,14	417.170,14	14,90
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	24.000,00	24.000,00	1.775,20	1.775,20	7,40
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	40.000,00	40.000,00	6.202,66	6.202,66	15,51
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	24.000,00	24.000,00	3.148,56	3.148,56	13,12
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	560.000,00	560.000,00	71.279,20	71.279,20	12,73
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	14.555.000,00	14.555.000,00	2.634.649,22	2.634.649,22	18,10
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	14.500.000,00	14.500.000,00	2.606.850,96	2.606.850,96	17,98
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	55.000,00	55.000,00	27.798,26	27.798,26	50,54
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	7.452.000,00	7.452.000,00	1.369.260,69	1.369.260,69	18,37
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	10.916.250,00	11.310.560,99	1.410.800,29	1.410.800,29	12,47
13.1- Com Educação Infantil	5.930.000,00	6.130.000,00	814.347,43	814.347,43	13,28
13.2- Com Ensino Fundamental	4.986.250,00	5.180.560,99	596.452,86	596.452,86	11,51
14- OUTRAS DESPESAS	3.638.750,00	3.638.750,00	0,00	0,00	0,00
14.1- Com Educação Infantil	1.035.000,00	1.035.000,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	2.603.750,00	2.603.750,00	0,00	0,00	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	14.555.000,00	14.949.310,99	1.410.800,29	1.410.800,29	9,44
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					394.310,99
17.1 - FUNDEB 60%					394.310,99
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					394.310,99
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					1.016.489,30
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					38,58
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					0,00
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					61,42
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					394.310,99
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014²					394.310,99
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)²	11.129.000,00	11.129.000,00	1.812.307,21	1.812.307,21	16,28
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	8.555.000,00	8.755.000,00	921.141,14	921.141,14	10,52
23.1- Creche	4.244.991,00	4.344.231,00	457.070,24	457.070,24	10,52
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.456.033,00	3.555.273,00	404.079,20	404.079,20	11,37
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	788.958,00	788.958,00	52.991,04	52.991,04	6,72
23.2- Pré-escola	4.310.009,00	4.410.769,00	464.070,90	464.070,90	10,52
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.508.967,00	3.609.727,00	410.268,23	410.268,23	11,37
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	801.042,00	801.042,00	53.802,67	53.802,67	6,72
24- ENSINO FUNDAMENTAL	10.740.000,00	10.934.310,99	856.426,56	856.426,56	7,83
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	7.590.000,00	7.784.310,99	596.452,86	596.452,86	7,86
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	3.150.000,00	3.150.000,00	259.973,70	259.973,70	8,25
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	19.295.000,00	19.689.310,99	1.777.567,70	1.777.567,70	9,03
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					1.369.260,69
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					27.798,26
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					394.310,99
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO²					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					3.190,00
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					1.794.559,94
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					-16.992,24
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					—
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	1.210.000,00	1.210.000,00	41.400,00	41.400,00	3,42
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	962.500,00	962.500,00	0,00	0,00	0,00
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	2.172.500,00	2.172.500,00	41.400,00	41.400,00	1,91
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	21.467.500,00	21.861.810,99	1.818.967,70	1.818.967,70	8,32

MUNICÍPIO DE CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	44.677,22	3.190,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	44.677,22	3.190,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	2.180.568,91	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	2.606.850,96	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	1.987.803,12	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	1.388.535,83	0,00
49.2 Restos a Pagar	599.267,29	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	27.798,26	0,00
51- (-) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	2.827.415,01	0,00

CURITIBANOS, 18/03/2014

JOSE ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

AMÁURY SILVA
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 394.310,99, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

MUNICÍPIO DE CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	9.276.000,00	9.276.000,00	1.061.692,56	1.061.692,56	11,45
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	3.865.000,00	3.865.000,00	249.495,05	249.495,05	6,46
1.1.1- IPTU	3.000.000,00	3.000.000,00	147.313,91	147.313,91	4,91
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	15.000,00	15.000,00	19,48	19,48	0,13
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	500.000,00	500.000,00	64.238,17	64.238,17	12,85
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	350.000,00	350.000,00	38.333,52	38.333,52	10,95
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	(410,03)	(410,03)	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	1.201.000,00	1.201.000,00	151.732,14	151.732,14	12,63
1.2.1- ITBI	1.200.000,00	1.200.000,00	152.223,59	152.223,59	12,69
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	1.000,00	1.000,00	15,75	15,75	1,58
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	(507,20)	(507,20)	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	3.190.000,00	3.190.000,00	502.214,05	502.214,05	15,74
1.3.1- ISS	3.000.000,00	3.000.000,00	473.684,58	473.684,58	15,79
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	30.000,00	30.000,00	3.416,29	3.416,29	11,39
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	120.000,00	120.000,00	19.950,34	19.950,34	16,63
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	40.000,00	40.000,00	5.162,85	5.162,85	12,91
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.020.000,00	1.020.000,00	158.251,31	158.251,31	15,51
1.4.1- IRRF	1.020.000,00	1.020.000,00	158.251,31	158.251,31	15,51
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	35.240.000,00	35.240.000,00	6.187.536,28	6.187.536,28	17,56
2.1- Cota-Parte FPM	18.000.000,00	18.000.000,00	3.690.072,79	3.690.072,79	20,50
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	18.000.000,00	18.000.000,00	3.690.072,79	3.690.072,79	20,50
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	14.000.000,00	14.000.000,00	2.085.851,45	2.085.851,45	14,90
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº67/1996	120.000,00	120.000,00	8.876,06	8.876,06	7,40
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	200.000,00	200.000,00	31.013,33	31.013,33	15,51
2.5- Cota-Parte ITR	120.000,00	120.000,00	15.743,00	15.743,00	13,12
2.6- Cota-Parte IPVA	2.800.000,00	2.800.000,00	355.979,65	355.979,65	12,71
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	44.516.000,00	44.516.000,00	7.249.228,84	7.249.228,84	16,28
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	1.786.500,00	1.786.500,00	231.360,12	231.360,12	12,95
5.1- Transferências do Salário-Educação	1.200.000,00	1.200.000,00	219.210,81	219.210,81	18,27
5.2- Transferências Diretas - PDDE	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	270.000,00	270.000,00	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	130.000,00	130.000,00	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	165.000,00	165.000,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	16.500,00	16.500,00	12.149,31	12.149,31	73,63
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	385.000,00	385.000,00	3.957,91	3.957,91	1,03
6.1- Transferências de Convênios	380.000,00	380.000,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	5.000,00	5.000,00	3.957,91	3.957,91	79,16
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	2.171.500,00	2.171.500,00	235.318,03	235.318,03	10,84

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	7.048.000,00	7.048.000,00	1.237.590,27	1.237.590,27	17,56
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	3.600.000,00	3.600.000,00	738.014,51	738.014,51	20,50
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	2.800.000,00	2.800.000,00	417.170,14	417.170,14	14,90
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	24.000,00	24.000,00	1.775,20	1.775,20	7,40
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	40.000,00	40.000,00	6.202,66	6.202,66	15,51
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	24.000,00	24.000,00	3.148,56	3.148,56	12,72
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	560.000,00	560.000,00	71.279,20	71.279,20	12,73
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	14.555.000,00	14.555.000,00	2.634.649,22	2.634.649,22	18,10
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	14.500.000,00	14.500.000,00	2.606.850,96	2.606.850,96	17,98
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	55.000,00	55.000,00	27.798,26	27.798,26	50,54
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	7.452.000,00	7.452.000,00	1.369.260,69	1.369.260,69	18,37
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	10.916.250,00	11.310.560,99	1.410.800,29	1.410.800,29	12,47
13.1- Com Educação Infantil	5.930.000,00	6.130.000,00	814.347,43	814.347,43	13,28
13.2- Com Ensino Fundamental	4.986.250,00	5.180.560,99	596.452,86	596.452,86	11,51
14- OUTRAS DESPESAS	3.638.750,00	3.638.750,00	0,00	0,00	0,00
14.1- Com Educação Infantil	1.035.000,00	1.035.000,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	2.603.750,00	2.603.750,00	0,00	0,00	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	14.555.000,00	14.949.310,99	1.410.800,29	1.410.800,29	9,44
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					394.310,99
17.1 - FUNDEB 60%					394.310,99
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					394.310,99
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					1.016.489,30
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					38,58
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					0,00
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					61,42
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					394.310,99
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014²					394.310,99
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)²	11.129.000,00	11.129.000,00	1.812.307,21	1.812.307,21	16,28
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	8.555.000,00	8.755.000,00	921.141,14	921.141,14	10,52
23.1- Creche	4.244.991,00	4.344.231,00	457.070,24	457.070,24	10,52
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.456.033,00	3.555.273,00	404.079,20	404.079,20	11,37
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	788.958,00	788.958,00	52.991,04	52.991,04	6,72
23.2- Pré-escola	4.310.009,00	4.410.769,00	464.070,90	464.070,90	10,52
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.508.967,00	3.609.727,00	410.268,23	410.268,23	11,37
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	801.042,00	801.042,00	53.802,67	53.802,67	6,72
24- ENSINO FUNDAMENTAL	10.740.000,00	10.934.310,99	856.426,56	856.426,56	7,83
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	7.590.000,00	7.784.310,99	596.452,86	596.452,86	7,86
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	3.150.000,00	3.150.000,00	259.973,70	259.973,70	8,25
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	19.295.000,00	19.689.310,99	1.777.567,70	1.777.567,70	9,03
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					1.369.260,69
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					27.798,26
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					394.310,99
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO²					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					3.190,00
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					1.794.559,94
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					-16.992,24
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %					—
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	1.210.000,00	1.210.000,00	41.400,00	41.400,00	3,42
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	962.500,00	962.500,00	0,00	0,00	0,00
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	2.172.500,00	2.172.500,00	41.400,00	41.400,00	1,91
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	21.467.500,00	21.861.810,99	1.818.967,70	1.818.967,70	8,32

MUNICÍPIO DE CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	44.677,22	3.190,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	44.677,22	3.190,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	2.180.568,91	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	2.606.850,96	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	1.987.803,12	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	1.388.535,83	0,00
49.2 Restos a Pagar	599.267,29	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	27.798,26	0,00
51- (-) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	2.827.415,01	0,00

CURITIBANOS, 18/03/2014

JOSE ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

AMÁURY SILVA
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 394.310,99, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

MUNICÍPIO DE CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	9.276.000,00	9.276.000,00	1.061.692,56	1.061.692,56	11,45
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	3.865.000,00	3.865.000,00	249.495,05	249.495,05	6,46
1.1.1- IPTU	3.000.000,00	3.000.000,00	147.313,91	147.313,91	4,91
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	15.000,00	15.000,00	19,48	19,48	0,13
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	500.000,00	500.000,00	64.238,17	64.238,17	12,85
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	350.000,00	350.000,00	38.333,52	38.333,52	10,95
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	(410,03)	(410,03)	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	1.201.000,00	1.201.000,00	151.732,14	151.732,14	12,63
1.2.1- ITBI	1.200.000,00	1.200.000,00	152.223,59	152.223,59	12,69
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	1.000,00	1.000,00	15,75	15,75	1,58
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	(507,20)	(507,20)	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	3.190.000,00	3.190.000,00	502.214,05	502.214,05	15,74
1.3.1- ISS	3.000.000,00	3.000.000,00	473.684,58	473.684,58	15,79
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	30.000,00	30.000,00	3.416,29	3.416,29	11,39
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	120.000,00	120.000,00	19.950,34	19.950,34	16,63
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	40.000,00	40.000,00	5.162,85	5.162,85	12,91
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.020.000,00	1.020.000,00	158.251,31	158.251,31	15,51
1.4.1- IRRF	1.020.000,00	1.020.000,00	158.251,31	158.251,31	15,51
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	35.240.000,00	35.240.000,00	6.187.536,28	6.187.536,28	17,56
2.1- Cota-Parte FPM	18.000.000,00	18.000.000,00	3.690.072,79	3.690.072,79	20,50
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	18.000.000,00	18.000.000,00	3.690.072,79	3.690.072,79	20,50
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	14.000.000,00	14.000.000,00	2.085.851,45	2.085.851,45	14,90
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº67/1996	120.000,00	120.000,00	8.876,06	8.876,06	7,40
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	200.000,00	200.000,00	31.013,33	31.013,33	15,51
2.5- Cota-Parte ITR	120.000,00	120.000,00	15.743,00	15.743,00	13,12
2.6- Cota-Parte IPVA	2.800.000,00	2.800.000,00	355.979,65	355.979,65	12,71
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	44.516.000,00	44.516.000,00	7.249.228,84	7.249.228,84	16,28
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	1.786.500,00	1.786.500,00	231.360,12	231.360,12	12,95
5.1- Transferências do Salário-Educação	1.200.000,00	1.200.000,00	219.210,81	219.210,81	18,27
5.2- Transferências Diretas - PDDE	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	270.000,00	270.000,00	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	130.000,00	130.000,00	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	165.000,00	165.000,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	16.500,00	16.500,00	12.149,31	12.149,31	73,63
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	385.000,00	385.000,00	3.957,91	3.957,91	1,03
6.1- Transferências de Convênios	380.000,00	380.000,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	5.000,00	5.000,00	3.957,91	3.957,91	79,16
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	2.171.500,00	2.171.500,00	235.318,03	235.318,03	10,84

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	7.048.000,00	7.048.000,00	1.237.590,27	1.237.590,27	17,56
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	3.600.000,00	3.600.000,00	738.014,51	738.014,51	20,50
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	2.800.000,00	2.800.000,00	417.170,14	417.170,14	14,90
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	24.000,00	24.000,00	1.775,20	1.775,20	7,40
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	40.000,00	40.000,00	6.202,66	6.202,66	15,51
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	24.000,00	24.000,00	3.148,56	3.148,56	12,72
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	560.000,00	560.000,00	71.279,20	71.279,20	12,73
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	14.555.000,00	14.555.000,00	2.634.649,22	2.634.649,22	18,10
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	14.500.000,00	14.500.000,00	2.606.850,96	2.606.850,96	17,98
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	55.000,00	55.000,00	27.798,26	27.798,26	50,54
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	7.452.000,00	7.452.000,00	1.369.260,69	1.369.260,69	18,37
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	10.916.250,00	11.310.560,99	1.410.800,29	1.410.800,29	12,47
13.1- Com Educação Infantil	5.930.000,00	6.130.000,00	814.347,43	814.347,43	13,28
13.2- Com Ensino Fundamental	4.986.250,00	5.180.560,99	596.452,86	596.452,86	11,51
14- OUTRAS DESPESAS	3.638.750,00	3.638.750,00	0,00	0,00	0,00
14.1- Com Educação Infantil	1.035.000,00	1.035.000,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	2.603.750,00	2.603.750,00	0,00	0,00	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	14.555.000,00	14.949.310,99	1.410.800,29	1.410.800,29	9,44
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					394.310,99
17.1 - FUNDEB 60%					394.310,99
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					394.310,99
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					1.016.489,30
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					38,58
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					0,00
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					61,42
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					394.310,99
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014²					394.310,99
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)²	11.129.000,00	11.129.000,00	1.812.307,21	1.812.307,21	16,28
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	8.555.000,00	8.755.000,00	921.141,14	921.141,14	10,52
23.1- Creche	4.244.991,00	4.344.231,00	457.070,24	457.070,24	10,52
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.456.033,00	3.555.273,00	404.079,20	404.079,20	11,37
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	788.958,00	788.958,00	52.991,04	52.991,04	6,72
23.2- Pré-escola	4.310.009,00	4.410.769,00	464.070,90	464.070,90	10,52
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.508.967,00	3.609.727,00	410.268,23	410.268,23	11,37
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	801.042,00	801.042,00	53.802,67	53.802,67	6,72
24- ENSINO FUNDAMENTAL	10.740.000,00	10.934.310,99	856.426,56	856.426,56	7,83
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	7.590.000,00	7.784.310,99	596.452,86	596.452,86	7,86
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	3.150.000,00	3.150.000,00	259.973,70	259.973,70	8,25
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	19.295.000,00	19.689.310,99	1.777.567,70	1.777.567,70	9,03
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					1.369.260,69
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					27.798,26
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					394.310,99
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO²					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					3.190,00
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					1.794.559,94
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					-16.992,24
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					—
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	1.210.000,00	1.210.000,00	41.400,00	41.400,00	3,42
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	962.500,00	962.500,00	0,00	0,00	0,00
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	2.172.500,00	2.172.500,00	41.400,00	41.400,00	1,91
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	21.467.500,00	21.861.810,99	1.818.967,70	1.818.967,70	8,32

MUNICÍPIO DE CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	44.677,22	3.190,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	44.677,22	3.190,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	2.180.568,91	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	2.606.850,96	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	1.987.803,12	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	1.388.535,83	0,00
49.2 Restos a Pagar	599.267,29	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	27.798,26	0,00
51- (-) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	2.827.415,01	0,00

CURITIBANOS, 18/03/2014

JOSE ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

AMÁURY SILVA
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 394.310,99, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

Município de CURITIBANOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	20.000,00	0,00		20.000,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	12.079.375,44	67.251,33	0,00	12.012.124,11
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	12.079.375,44	67.251,33	0,00	12.012.124,11
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-12.059.375,44	-67.251,33		-11.992.124,11

FONTE:

CURITIBANOS, 18/03/2014

JOSE ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

AMAURY SILVA
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO
Contador

CÂMARA MUNICIPAL**Licitação Pregão Presencial N. 2/2014****EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 2/2014**

No termos da Lei Federal nº 10.520/2002 e demais legislação aplicável, o Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Curitiba, pessoa jurídica de direito público com sede na rua Archias Ganz, 288, centro, Curitiba/SC, inscrita no CNPJ sob o nº. 78.493.632/0001-21, faz saber a todos os interessados que estará promovendo certame licitatório, com observância das Leis Federais aplicáveis e das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1 OBJETO: A presente licitação tem por objeto a locação de sistemas integrados de gestão pública.

1.2 - MODALIDADE: - Pregão Presencial.

1.3 - TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO GLOBAL – EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

1.4 - PRAZO DE ENTREGA DOS SERVIÇOS: conforme especificado no ANEXO I.

1.5 - LOCAL DE ENTREGA DOS SERVIÇOS: conforme especificado no ANEXO I.

1.6 - LOCAL, DATA E HORÁRIO PARA RECEBIMENTO DOS ENVELOPES, CREDENCIAMENTO E REALIZAÇÃO DO PREGÃO

1.6.1 – LOCAL: Rua Coronel Vidal Ramos, 860, Centro, Curitiba/SC (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS).

1.6.2 - DATA: 01/04/2014.

1.6.3 – ENTREGA E PROTOCOLO DOS ENVELOPES: 01/04/2014 ÀS 08h30min NO PROTOCOLO CENTRAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS.

16.4 - CREDENCIAMENTO: 01/04/2014 ÀS 09h00min.

16.5 - ABERTURA DOS ENVELOPES: 01/04/2014 ÀS 09h00min.

1.7 - RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes da Aquisição do objeto deste edital correrão as expensas da(s) seguinte(s) dotação Orçamentária(s):

Entidade 10 – Câmara Municipal de Curitiba
Órgão 01.00 – Poder Legislativo
Unidade 01.01 - Câmara Municipal de Vereadores
Projeto/Atividade 2.001 – Manutenção das Atividades da Câmara Municipal

3.3.90.39.08.00.00.00 – Manutenção de Softwares

3.3.90.39.11.00.00.00 – Locação de Softwares

1.9 - DOS ANEXOS:

Anexo I – Termo de Referência e Condições gerais de execução dos serviços;

Anexo II – Orçamento Estimado dos Itens Licitados;

Anexo III – Minuta do Contrato.

02. DO FORNECIMENTO DO EDITAL

2.1 - O edital e demais documentos poderá ser consultado ou adquirido por qualquer interessado na rua Coronel Vidal Ramos, 860, centro, Curitiba/SC, Prefeitura Municipal de Curitiba, sala

de contabilidade, ou através do site https://www.leismunicipais.com.br/cgi-local/cameras/curitibanos-sc/ly_1/contem.pl, link Editais de Licitação.

2.2 - Caso haja interesse na obtenção do edital este será entregue a qualquer interessado até o dia da sessão, no horário e local especificado no item 1.6 do referido edital.

2.3 - Na hipótese de ocorrer feriado ou fato impeditivo, os quais impeçam a realização da sessão pública, fica a mesma adiada para o primeiro dia útil imediato, no mesmo local e hora, ou em outro a ser definido.

03. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO:

3.1– Poderão participar do presente certame todas as empresas interessadas com atuação em ramo pertinente ao objeto que preencham as condições exigidas neste edital.

3.2 – É vedada a participação direta ou indireta nesta licitação de: Pessoa física;

Empresa em regime de subcontratação, ou ainda, em consórcio; Empresa que possua restrições quanto à capacidade técnica ou operativa, personalidade e capacidade jurídica, idoneidade financeira e regularidade fiscal;

Empresa que estiver sob falência, concurso de credores, dissolução ou processo de liquidação;

Empresa que esteja, por qualquer motivo, punida com suspensão do direito de licitar ou contratar com o órgão licitante, bem como empresa que tenha sido declarada inidônea para contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal.

04. DA HABILITAÇÃO E DOS PROCEDIMENTOS**4.1 – DA DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À HABILITAÇÃO**

Serão consideradas em condições de participação as empresas que, tendo ramo de atividade pertinente ao objeto licitado, atenderem aos requisitos do presente Edital e apresentarem os seguintes documentos:

4.1.1 - Quanto à habilitação jurídica:

Registro comercial, no caso de firma individual;

Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e alterações subsequentes devidamente registradas, em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, a ata registrada da assembléia de eleição da diretoria;

Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

Declaração de Idoneidade e de Inexistência de Fatos Impeditivos da Habilitação;

Declaração de cumprimento ao inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

4.1.2 Quanto à regularidade fiscal:

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do Ministério da Fazenda;

Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo à sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação;

Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Dívida ativa da União e Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais) dentro do prazo de validade ou equivalente, na forma da lei;

Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual dentro do prazo de validade ou equivalente, na forma da lei;

Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal dentro do prazo de validade ou equivalente, na forma da lei;

Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (CND do INSS);

Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF do FGTS).

4.1.3. Quanto à qualificação econômico-financeira:

Balanco patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais (citar o índice de atualização, quando for o caso), quando encerrados há mais de três meses da data da apresentação da proposta;

Certidão negativa de falência e concordata, expedida pelo distribuidor da Comarca, sede do licitante, com antecedência máxima de 60 (sessenta) dias da abertura dos envelopes, quando não constar em seu corpo a validade.

4.1.4. Quanto à qualificação técnica:

a) Comprovação de Aptidão para desempenho de Atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, mediante apresentação de atestado de aptidão técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a proponente licenciou softwares similares aos requisitados no presente certame.

4.1.5 - As certidões que não apresentarem o prazo de validade em seu corpo serão consideradas válidas desde que emitidas com antecedência máxima de até 60 (sessenta) dias da data prevista para a apresentação dos envelopes "PROPOSTA DE PREÇOS" e "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO".

4.1.6 - Os documentos necessários à habilitação do proponente poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório Competente, pelo Pregoeiro ou Membros da Equipe de Apoio.

4.1.7 - A autenticação dos documentos pelo Pregoeiro ou Membros da Equipe de Apoio, de que trata a parte final do item 4.1.7 poderá ser feita inclusive durante as sessões, desde que o proponente tenha enviado a cópia no envelope-documentação e apresente o original até o momento da análise dos respectivos documentos.

4.1.8 - Os documentos expedidos via internet e, inclusive, aqueles outros apresentados terão, sempre que necessário, suas autenticidades/validades comprovadas por parte do PREGOEIRO.

4.1.9 - O PREGOEIRO não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação. Ocorrendo a indisponibilidade referida e não tendo sido apresentados os documentos preconizados, inclusive quanto à forma exigida, a proponente será inabilitada.

4.1.12 - Não será aceito protocolo de entrega ou solicitação de substituição de documento àquele exigido no EDITAL e seus ANEXOS.

4.1.13 - Se o licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial exceto aqueles documentos que pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz. Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante de licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda a documentação de ambos os estabelecimentos na forma e condições previstas neste item.

4.2 - DOS PROCEDIMENTOS

4.2.1 - Se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.

4.2.2 - Após a análise da documentação, os Membros da Equipe

de Apoio e o Pregoeiro rubricarão todas as folhas e demais documentos que integram o dossiê apresentado.

4.2.3 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

4.2.4 - O acolhimento do recurso invalidará apenas os atos insuscetíveis de aproveitamento.

4.2.5 - O Pregoeiro poderá indeferir o pedido de prazo para apresentação do recurso se os fundamentos forem claramente inconsistentes e/ou meramente protelatórios.

05. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES**5.1. DOS ENVELOPES:**

5.1.1. A Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação das proponentes deverão estar acondicionadas em envelopes fechados, com as seguintes especificações e endereçamento:

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA E ENDEREÇO

EDITAL PREGÃO Nº 02/2014

ENVELOPE Nº. 01 - PROPOSTA DE PREÇOS

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA E ENDEREÇO

EDITAL PREGÃO Nº 02/2014

ENVELOPE Nº. 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1.3. O Envelope nº. 01 deverá conter a Proposta de Preços da proponente para a contratação licitada, atendendo aos requisitos previstos no Item 5.2 deste Edital.

5.1.2. O Envelope nº 02 deverá conter os documentos de habilitação da proponente, relacionados no Item 04 deste Edital.

5.2. DA PROPOSTA DE PREÇOS

5.2.1. A Proposta de Preços deverá ser preenchida em língua portuguesa e estar datilografada ou digitalizada com clareza em 1 (uma) via, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas, preferencialmente em papel timbrado da licitante ou impressa por processo eletrônico, contendo a razão social, inscrição, CNPJ e endereço completo da proponente, devidamente assinada pelo representante legal ou convencional da empresa.

5.2.2. Na proposta de preços deverão constar, sob pena de desclassificação:

a) cotação para os itens dispostos no Anexo II, não sendo aceita oferta de fornecimento de itens parciais do objeto licitado;

b) declaração, sob as penas da lei, que a solução técnica proposta atende as exigências mínimas contidas no Anexo I, bem como os módulos ofertados permitem abrir mais de uma opção do menu principal, simultaneamente, sem a necessidade de se fazer novo acesso ao sistema, possuindo help 'online', sensível ao contexto, sobre o modo de operação de cada uma das tarefas, contendo tópicos remissivos para detalhamento de um determinado assunto, permitindo o cadastro e o processamento de relatórios em lotes de um ou mais relatórios, agrupando todos em um único arquivo numerado, permitindo enviar as informações previamente processadas por e-mail, que podem ser no formato TXT ou HTML, notadamente para comunicar gestores e controladores acerca de situações que podem caracterizar fraudes ou atos de improbidade, bem como no sentido de que os sistemas rodam em ambiente desktop, sem o uso de links de internet, sendo hospedados no servidor interno do órgão licitante, ressaltados os módulos expressamente requisitados em outros ambientes/arquiteturas.

c) declaração de ciência da obrigação de contratual de manter os softwares licitados em acordo com as exigências de ordem legal federal e estadual, independentemente do consentimento de terceiros que possam deter direitos de propriedade intelectual sobre os softwares a serem ofertados.

5.2.3. Não serão consideradas propostas com oferta de vantagem não prevista neste edital.

5.2.4. Na formulação da proposta, a licitante deverá computar

todos os custos relacionados com o fornecimento, ficando vedada qualquer alegação posterior que vise ressarcimento de custos não considerados nos preços cotados.

5.2.5. As propostas apresentadas serão consideradas válidas por 60 (sessenta) dias contados da sua apresentação.

5.3. FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

5.3.1 O software deverá ser instalado pela contratada, na sede do órgão licitante num prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da assinatura do contrato, sendo certo que todas as despesas necessárias correrão exclusivamente por conta da Contratada.

5.3.2 Todas as despesas necessárias ao fiel cumprimento do objeto do termo de contrato correrão exclusivamente por conta da contratada, inclusive aquelas relacionadas com os programas em si, os serviços de instalação, funcionamento, conversão total de dados, apresentação, treinamento de pessoal, além dos deslocamentos, diárias, estadias, e, custo com pessoal para atendimentos técnicos in-loco, quando requisitado pela Prefeitura.

5.3.3 A Contratada poderá alterar os seus procedimentos, em função dos avanços tecnológicos e outros motivos, desde que venham a otimizá-los, devendo para isso, obter a autorização prévia da Administração Municipal.

5.3.4 A Contratada deverá obrigatoriamente fornecer, sem qualquer ônus para a Contratante, todos os itens de apoio à implantação do Sistema.

5.3.5 No caso de necessidade de atendimento in-loco, a Prefeitura notificará a contratada que terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias) horas dê início ao atendimento requisitado.

5.3.10 Imediatamente após a assinatura do termo de contrato, a contratada deverá dar início aos trabalhos de implantação do sistema. O prazo máximo para que o sistema esteja totalmente implantado e plenamente operante em todas suas funções, não poderá ser superior a 30 dias, contados da data da assinatura do termo de contrato.

5.3.11 Depois de implantado o sistema a empresa contratada deverá realizar a apresentação oficial do sistema aos usuários e técnicos da Prefeitura, visando apurar o efetivo atendimento de todas as condições exigidas pelo edital, e, o funcionamento pleno do sistema.

5.3.12 Constatadas irregularidades no funcionamento do sistema, a Prefeitura poderá determinar à contratada a correção da falha, devendo o sistema ser adequado inteiramente ao exigido pelo edital, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

5.3.13 No caso de recusa da empresa em corrigir o problema, na reincidência, ou mesmo em caso de ultrapassado o prazo concedido, a Prefeitura poderá, com fundamento nos artigos 77, e 78 na Lei nº 8.666/93, determinar a rescisão unilateral do contrato, e aplicar à contratada as penalidades legais previstas

5.3.14 O software deve permitir a importação e consolidação dos dados com o banco geral de dados do Município de Curitiba, independentemente da empresa prestadora de serviços.

6 – DO CREDENCIAMENTO

6.1 - Aberta a sessão publica com a fase do CREDENCIAMENTO dos eventuais participantes do PREGÃO, o representante da proponente entregará ao PREGOEIRO documento que o credencie para participar do aludido procedimento, respondendo por sua autenticidade e legitimidade, devendo, ainda, identificar-se e exibir a carteira de identidade ou outro documento equivalente com fotografia.

6.2 – O credenciamento far-se-á por meio de documento publico de procuração ou instrumento particular, com poderes específicos para, além de representar a proponente em todas as etapas/fases do PREGÃO, formular verbalmente lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lances, negociar a redução de preço desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente

sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo PREGOEIRO, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes a certame.

6.2.1 – Na hipótese de apresentação de procuração por instrumento particular, a mesma deverá vir acompanhada do ato constitutivo da proponente ou outro documento, onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário.

6.3 – Se o representante da proponente ostentar a condição de sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, ao invés de instrumento publico de procuração ou instrumento particular, deverá apresentar cópia do respectivo estatuto/contrato social ou documento equivalente, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

6.4 - Será admitido somente um representante por proponente.

6.5 - A ausência da documentação referida neste item ou a apresentação em desconformidade com as exigências previstas impossibilitará a participação da proponente neste PREGÃO, exclusivamente no tocante à formulação de lances e demais atos, inclusive recurso.

6.6 - Desenvolvido o CREDENCIAMENTO das proponentes que comparecerem, o PREGOEIRO declarará encerrada esta etapa/fase, iniciando-se o procedimento seguinte consistente no recebimento/conferencia da declaração exigida neste edital.

7 - DO RECEBIMENTO DA DECLARACAO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITACAO, DA DECLARACAO DE MICRO EMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, SE FOR O CASO E DOS ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITACAO

7.1 – A etapa/fase para recebimento da DECLARACAO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITACAO E DOS ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITACAO será levada a efeito tão logo se encerre a fase de CREDENCIAMENTO.

7.1.1 – A DECLARACAO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITACAO não deve integrar os ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS e DOCUMENTOS DE HABILITACAO, constituindo-se em DOCUMENTO a ser fornecido separadamente; fica facultada a utilização do modelo constante do anexo VI. A DECLARACAO DE MICRO EMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE NOS TERMOS DO ANEXO VII, SE FOR O CASO, SERÁ RECEBIDO EXCLUSIVAMENTE NESTA OPORTUNIDADE.

7.2 – Iniciada esta etapa/fase, o PREGOEIRO receberá e examinará a DECLARACAO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITACAO

7.2.1 – A ausência da referida declaração ou a apresentação em desconformidade com a exigência prevista inviabilizará a participação da proponente neste PREGÃO, impossibilitando, em consequência, o recebimento dos ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITACAO.

7.2.2 – O atendimento desta exigência é condição para que a proponente continue participando do PREGÃO, devendo proceder, em seguida, à entrega dos ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTO DE HABILITACAO .

8 - DA ABERTURA DOS ENVELOPES PROPOSTAS E DO JULGAMENTO

8.1 - Concluída a fase de Aceitação de Propostas, o Pregoeiro comandará o início da "Abertura das Propostas", selecionando as licitantes aptas a participar da licitação na modalidade PREGÃO, divulgando no ato a lista das licitantes e das propostas ofertadas, classificando-as segundo a ordem crescente dos valores ofertados, indicando desde logo as proponentes autorizadas a participar da fase competitiva da licitação.

8.2 - Executada a fase de classificação e ordenação das propostas

de que trata o subitem anterior, o Pregoeiro abrirá a fase competitiva de lances.

-A princípio, participarão da etapa competitiva a proponente da proposta de menor valor e os titulares das ofertas com valores até 10% (dez por cento) superiores ao do menor valor ofertado, oportunizando a renovação das mesmas com o oferecimento de valores inferiores aos propostos inicialmente.

Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nestas condições, será permitido o proponente das 3 (três) melhores ofertas, independente de seus valores, a formulação de lances, até que se obtenha um valor mais vantajoso para a Administração.

A desistência de apresentar lance implicará na automática exclusão da licitante da etapa e na manutenção do último preço apresentada pela licitante, para efeitos de ordenação das propostas.

Depois de exaurida a fase de lances, serão analisadas as propostas, visando selecionar aquela que se apresente mais vantajosa para a Administração, segundo o critério menor preço por item.

Os lances ofertados pelos participantes deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.

Em caso de resultado positivo na negociação, os novos valores ajustados serão consignados na ata da sessão e passarão a compor a proposta.

Caso não se realize lance, será verificado a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.

Nas situações previstas nos subitens 8.2.3. e 8.2.7., deste edital, o pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço.

8.3 – Somente será(ão) aceito(s) LANCE(S) VERBAL(IS) que seja(m) inferior(es) ao valor da menor PROPOSTA ESCRITA e ou do último menor LANCE VERBAL oferecido, observado(s) o(s) seguinte(s) limite(s) mínimo(s) de redução: R\$ 100,00 (cem reais).

8.4 - Esgotada a fase competitiva de lances, serão classificadas e ordenadas as propostas, de forma crescente dos preços ofertados, indicando-se desde logo, a proposta de menor valor, dando-se por encerrada a fase de julgamento das propostas, procedendo-se a imediata suspensão do pregão, visando a análise da aceitabilidade das melhores propostas.

8.5 - A análise da aceitabilidade das propostas, a começar pela de menor valor global, compreenderá o exame do seu atendimento às condições gerais e específicas exigidas neste edital e em seus Anexos.

8.6 - Nas propostas de preços será ainda observada a apresentação das declarações eventualmente exigidas por este Edital.

8.6.1 - Serão consideradas desclassificadas as Propostas que não contiverem todos os dados e elementos exigidos, ou não atenderem aos requisitos mínimos das especificações do objeto licitado, ou ofertarem preços manifestamente inexequíveis, ou incompatíveis com os valores de mercado.

8.6.2 - Se a proposta ordenada como a de primeiro melhor preço for desclassificada, frente ao desatendimento às especificações técnicas mínimas exigidas neste edital e seus anexos, o Pregoeiro procederá à análise da proposta colocada em segundo lugar, e assim sucessivamente, respeitada a ordem de classificação, até que um atenda às exigências.

8.6.3 - Uma vez encerrada a etapa competitiva não cabe a desistência ou pedido de retificação de preços ou quaisquer outras condições oferecidas.

8.7 - Será admitida a apresentação pela licitante de somente um envelope de proposta de preços para cada um dos lotes/itens licitados.

8.8 – Será declarado vencedor do item a proponente que propor o menor preço pelo respectivo objeto licitado, levando-se em conta a satisfação das especificações de cada item previsto no Edital; A classificação se fará por item, pela ordem decrescente dos preços propostos e serão corrigidos automaticamente pelo Pregoeiro quaisquer erros de cálculo verificados nas propostas;

8.9 - Para efeito deste Edital e a critério do Pregoeiro serão desclassificadas as propostas que:

- a) não atendam às exigências de qualquer item deste Edital;
- b) sejam omissas, vagas ou apresentem irregularidades, defeitos, borrões, entrelinhas ou dúvida interpretação, que dificultem o seu julgamento;
- c) ofereçam preços excessivos ou manifestadamente inexequíveis;
- d) forem entregues fora do prazo previsto neste Edital.

8.10 – Havendo propostas ou lances, conforme o caso, de microempresa ou empresa de pequeno porte, com intervalo de até 5% (cinco por cento) superiores à licitante melhor classificada no certame, serão essas consideradas empatadas, com direito de preferência pela ordem de classificação, nos termos do art. 44, da lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para oferecer proposta.

8.11 – O exercício do direito de preferência somente será aplicado quando a melhor oferta da fase de lances não tiver sido apresentada pela própria microempresa ou empresa de pequeno porte.

8.12 – Não sendo exercido o direito de preferência com apresentação de proposta/lance inferior pela microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme o caso, no prazo de 05 (cinco) minutos, após o encerramento de lances a contar da convocação do pregoeiro, ocorrerá a preclusão e a contratação da proposta originalmente mais bem classificada, ou revogação do certame.

8.13 – O intuito da preferência da contratação no exame das propostas previsto no presente edital, somente se aplicará na hipótese da proposta inicial não ter sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte. Havendo equivalência de valores no intervalo estabelecido no subitem 8.1 será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá exercer a preferência e apresentar nova proposta.

8.13.1 – Entende-se por equivalência dos valores das propostas as que apresentarem igual valor, respeitada a ordem de classificação.

8.14 – O órgão licitante reserva-se o direito de aceitar as propostas que lhe parecerem vantajosas no seu todo ou em parte, rejeitar as que entender omissas ou falhas, sugerir a revogação ou anulação da presente licitação, de acordo com a Lei, sem que por este motivo tenha que responder por qualquer indenização ou compensação.

8.15 - A autoridade competente poderá revogar a licitação por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou mesmo anulá-la, de ofício ou por provocação de terceiros, sem que caibam às licitantes quaisquer indenizações.

9 - DA ANÁLISE DA QUALIFICAÇÃO DAS LICITANTES

9.1 - Verificada a conformidade das propostas com os requisitos do Edital, o Pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo a documentação de habilitação do autor da proposta classificada em primeiro lugar, para confirmação de suas condições habilitatórias, com base nas exigências estabelecidas.

9.2 – O Pregoeiro poderá promover quaisquer diligências necessárias à análise das propostas, da documentação, e declarações apresentadas, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.

9.3 – Aberto o invólucro “documentação” em havendo restrição quanto a regularidade fiscal, fica concedido um prazo de 02 (dois) dias úteis à microempresa ou empresa de pequeno porte, para sua regularização, prorrogável por igual período mediante justificativa tempestiva e aceita pelo PREGOEIRO.

9.4 – A não regularização fiscal no prazo estabelecido no subitem 9.3, implicará decadência do direito à contratação, com aplicação das sanções previstas no item 14 do edital, sendo facultado à administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociar, nos termos do disposto no artigo 4º, inciso XXIII, da lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

9.5 - Caberá ao Pregoeiro inabilitar, sumariamente, a licitante que não atender às exigências previstas, omitir qualquer dos

documentos solicitados ou apresentá-los fora do prazo de validade.

9.6 - Se o autor da melhor proposta não atender aos requisitos de habilitação, o pregoeiro fará a imediata convocação da empresa autora da proposta classificada em segundo lugar para apresentar sua documentação de habilitação, e assim sucessivamente, até encontrar a proponente que atenda, integralmente, aos requisitos de habilitação exigidos no Edital e ou Aviso Específico.

10 - DO RESULTADO DA LICITAÇÃO

10.1 - Depois de avaliadas a aceitabilidade das propostas e a qualificação da empresa titular da melhor oferta, constatando-se o atendimento dos requisitos, o Pregoeiro avisará às licitantes da decisão sobre a aceitação ou não das propostas e da habilitação, proclamando o resultado da licitação com a adjudicação do objeto ao ofertante da melhor proposta, mediante a inserção, na respectiva ata, das razões e fundamentos da decisão, dando aos participantes do certame a imediata intimação da decisão.

10.2 - Declarado o vencedor da licitação e não havendo interposição de recurso, o pregoeiro fará a adjudicação do objeto ao vencedor, com imediata emissão da confirmação, que discriminará e documentará as condições específicas para a contratação.

11 - DOS RECURSOS

11.1 - Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para a abertura do pregão, quaisquer interessados poderão solicitar esclarecimentos, requerer providências ou formular impugnação escrita contra cláusulas ou condições do edital.

11.2 - Se o resultado da decisão não for aceito qualquer licitante na mesma sessão de proclamação do vencedor da licitação, poderá manifestar imediata intenção de recorrer do ato decisório, devendo o fato ser devidamente consignado em ata.

11.2.1 - A manifestação, necessariamente, explicitará motivação consistente e esta será liminarmente avaliada pelo Pregoeiro, o qual decidirá pela sua aceitação ou não.

11.2.2 - Presentes os pressupostos da admissibilidade, o pregoeiro dará novamente por suspensa a sessão, concedendo ao interessado, na própria sessão, o prazo de 3 (três) dias corridos para a apresentação das razões recursais. Na mesma oportunidade serão também intimados os demais participantes para, querendo, apresentar impugnações ao recurso, em igual número de dias, contados do término do prazo recursal concedido ao recorrente, com disponibilização imediata de vista do processo licitatório.

10.2.3 - O recurso contra a decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

11.3 - Os recursos deverão ser dirigidos à autoridade superior competente, por intermédio da que praticou o ato recorrido, para que no prazo estabelecido no item 11.2.2 deste edital, proceda a sua entrega ao pregoeiro responsável pela licitação.

11.4 - Não serão aceitos recursos interpostos através de Fac-símile, nem aqueles apresentados fora do prazo ou por quem não estiver legalmente habilitado para representar a empresa licitante.

11.5 - O acolhimento do recurso pela autoridade que prolatou a decisão importará na invalidação apenas dos atos não suscetíveis de aproveitamento.

11.6 - Improvido o recurso e devidamente instruído com as razões de seu improvimento, os autos serão remetidos à autoridade superior, que decidirá sobre a manutenção ou reforma desta decisão.

11.7 - A inocorrência de imediata manifestação da licitante quanto ao seu interesse de interpor recurso ou a sua apresentação sem quaisquer fundamentos, imotivado ou insubsistente, implicará na preclusão de seu direito de recorrer do ato decisório.

12 - DA HOMOLOGAÇÃO

12.1 - Resolvido os recursos eventualmente formulados, o Pregoeiro encaminhará o processo da licitação à autoridade competente,

para homologação do resultado e convocação da licitante vencedora para assinatura do contrato ou retirada de documento equivalente, podendo, motivadamente, revogar a licitação por interesse público, ou anulá-la, se constatada irregularidade, inobservância aos termos do edital ou ilegalidade no procedimento, sem que caiba desta decisão qualquer recurso por parte dos interessados ou de seus representantes legais.

12.2 - A invalidação do procedimento licitatório induz à do respectivo contrato.

13 - CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

13.1 - O licitante vencedor terá o prazo de 05 (cinco) dias a contar da intimação para assinatura do contrato.

13.2 - No interesse da Administração, o valor do contrato decorrente desta licitação poderá ser acrescido ou reduzido em até 25% (vinte e cinco por cento), com o aumento ou supressão dos quantitativos correspondentes, sem que disso resulte para a licitante vencedora direito a qualquer reclamação ou indenização.

13.3 - Na hipótese da ocorrência de atrasos nas entregas decorrentes de motivo de força maior (fatores imponderáveis), os fatos deverão ser submetidos, por escrito, ao Órgão licitador, com as justificativas correspondentes, para análise e decisão, desde que dentro do prazo estabelecido para a sua entrega.

13.4 - A justificativa não é causa excludente de penalização, quando imotivada.

13.5 - Caso seja verificada a impropriedade do(s) serviço(s) no ato da entrega, o(s) mesmo(s) será (ão) imediatamente rejeitado(s), no todo ou em parte, a critério do setor responsável pelo seu recebimento, sendo o fornecedor notificado a proceder a sua substituição, no mesmo prazo fixado inicialmente para a entrega, concedendo-lhe, ainda, 05 (cinco) dias úteis para a retirada do(s) material (is) ou produto(s) rejeitado(s).

13.6 - Se a retirada não ocorrer no prazo referido no subitem acima, o fornecedor arcará com todos danos derivados.

13.7 - A recusa da adjudicatária em entregar o(s) serviços(s) no prazo fixado na convocação caracterizará inadimplência das obrigações contratuais, sujeitando-a as penalidades previstas neste Edital e na legislação vigente.

13.8 - Ocorrendo a hipótese prevista no item anterior, o processo licitatório retornará ao Pregoeiro para convocação das licitantes remanescentes na apresentação da documentação de habilitação para exame, respeitada a ordem de classificação das propostas, e assim sucessivamente, até apuração de uma que atenda aos requisitos do Edital.

13.9 - Transcorridos 60 (sessenta) dias da data da entrega dos envelopes propostas, sem a convocação para a contratação, ficam as proponentes liberadas dos compromissos assumidos na licitação, salvo se ratificadas as condições da proposta até o vencimento desse prazo, por igual período.

13.10 - O fornecedor deverá manter durante todo o período da contratação as condições de sua qualificação.

14 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 - Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa e contraditório, a Administração poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

Advertência por escrito, quando a CONTRATADA praticar pequenas irregularidades;

Multa administrativa no percentual de 0,1% do valor mensal do contrato, por dia de atraso na entrega do(s) material (is) ou produto(s) adjudicado(s), a contar do primeiro dia útil para ele fixada, limitada a 2% (dois por cento) do valor global contratado; Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a

Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

14.2 - Estará também sujeito à penalidade prevista na alínea "c" do item anterior a licitante que fizer declaração falsa do atendimento aos requisitos de habilitação exigidos no edital;

14.3 - Pela inadequabilidade do(s) serviço(s) entregue(s) o fornecedor sujeitar-se-á a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente ao quantitativo rejeitado;

14.4 - Pela recusa do adjudicatário em retirar e/ou assinar o instrumento formalizador da avença, este ficará sujeito ao pagamento de 2% (dois por cento) do valor total do fornecimento, a título de indenização, com exceção dos casos fortuitos ou de força maior.

14.5 - As penalidades previstas no item anterior não se aplicarão às licitantes remanescentes convocadas em virtude da não aceitação da primeira colocada, ressalvado o caso de inadimplemento contratual, após a contratação de qualquer destas empresas.

14.6 - Quaisquer multas aplicadas deverão ser recolhidas no Órgão Licitador, em até 5 (cinco) dias úteis contados de sua publicação oficial, podendo, ainda, ser descontadas de qualquer fatura ou crédito existente em favor da empresa sancionada.

15 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 - A participação na presente licitação implica na expressa e automática concordância aos termos deste Edital e dos seus respectivos anexos, se houverem, não podendo alegar a licitante, posteriormente, desconhecimento das regras constantes deste instrumento.

15.2 - No caso de decretação de feriado ou outro fato superveniente de caráter público, que impeça a realização da licitação na data fixada neste edital, fica a mesma prorrogada para o próximo dia útil, prevalecendo o horário estabelecido.

15.6 - O Órgão licitador poderá suspender, ou mesmo cancelar, no todo ou em parte, os negócios já realizados, sem que desta decisão caiba qualquer recurso por parte dos interessados ou de seus representantes legais, se constatada qualquer falha, irregularidade ou inobservância aos termos deste Edital ou de seus Anexos, se for o caso.

15.7 - As questões resultantes deste Edital serão dirimidas no foro da comarca de Curitiba, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou se torne.

16 – FORMA DE PAGAMENTO

16.1 - Todos os pagamentos cumpriram todas as determinações da Lei nº 9.711/98 e O.S, e demais legislações aplicáveis a espécie sendo efetuados conforme descrito abaixo:

16.2 - A Câmara efetuará o pagamento dos serviços executados por meio de crédito em conta bancária documento de pagamento (somente via eletrônica), observadas as demais disposições em até 30 dias e conforme documento de pagamento.

16.3 - À Câmara reserva-se o direito de reter o pagamento até a atualização dos documentos de regularidade fiscal (cnd's) até a sua apresentação, durante toda a execução do contrato.

16.4 - A CONTRATADA entregará no protocolo da Câmara, a Nota Fiscal referente à prestação dos serviços relativos ao objeto deste CONTRATO.

16.5 - Caso a Câmara não efetue o pagamento da forma prevista, aos valores devidos poderão ser acrescidos de juros de mora de 1,0% (um por cento) ao mês, "pro rata tempore", calculados desde o dia do vencimento até a data da efetiva liquidação.

17 – CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS, DA REVISÃO OU REAJUSTE DOS PREÇOS E DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

17.1 – Os Preços apresentados serão apresentados em preços unitários e global.

17.2 - Os valores contratados serão corrigidos de acordo com o IGP-M acumulado no período de 12 (doze) meses.

17.3 - O contrato terá vigência até 31/12/2014, podendo ser prorrogado, em acordo com o art. 57, inciso IV, da Lei nº 8.666/93, e alterações.

Curitiba, 17 de Março de 2014.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CURITIBANOS

JOÃO FLARIS CAMARGO

PRESIDENTE

ANEXO I

PROJETO BÁSICO

A – DETALHAMENTO DO OBJETO

1. Contratação de empresa especializada em sistemas de informática para Licenciamento de sistemas;
2. Serviços de conversão, instalação, implantação e treinamento;
3. Serviços de suporte técnico, quando solicitado;
4. Serviços de manutenção legal e corretiva dos sistemas implantados.

B - SERVIÇOS CORRELATOS E CONDIÇÕES DE SEU RECEBIMENTO.

Os serviços, objeto desta licitação, também compreendem:

Migração das Informações em Uso.

A conversão/migração e o aproveitamento de todos os dados cadastrais e informações dos sistemas em uso são de responsabilidade da empresa proponente, com disponibilização dos mesmos pelo Município. A conversão dos dados contábeis, orçamentários, de compras, licitações e contratos limitar-se-á aos dados do exercício corrente.

Ao final dos serviços de conversão, comissão especialmente designada pelo Chefe do Poder Executivo fará testes visando à validação dos dados convertidos como condição essencial à liquidação e pagamento de tais serviços, sem prejuízo da aplicação de penalidades em caso de identificação futura de erros e incorreções. O recebimento dos serviços, tratado no item anterior, se dará individualmente para cada base convertida, devendo ser obrigatoriamente ultimado com o acompanhamento do Secretário ou chefe de setor interessado, sendo que tais procedimentos deverão ser formais e instrumentalizados.

Implantação (Configuração e parametrização).

Para cada um dos sistemas/módulos licitados, quando couber, deverão ser cumpridas as atividades de: instalação, configuração e parametrização de tabelas e cadastros; adequação de relatórios e logotipos; estruturação dos níveis de acesso e habilitações dos usuários; adequação das fórmulas de cálculo para atendimento aos critérios adotados por esta municipalidade e ajuste nos cálculos, quando mais de uma fórmula de cálculo é aplicável simultaneamente.

Acompanhamento dos usuários no prédio sede da Prefeitura do Município, em tempo integral na fase de implantação do objeto.

Na implantação dos sistemas acima discriminados, deverão ser cumpridas, quando couber, as seguintes etapas:

- Entrega, instalação e configuração dos sistemas licitados;
- Customização dos sistemas;
- Adequação de relatórios, telas, layouts e logotipos;
- Parametrização inicial de tabelas e cadastros;
- Estruturação de acesso e habilitações dos usuários;
- Adequação das fórmulas de cálculo para atendimento aos critérios

adotados pelo Município;
Ajuste de cálculo, quando mais de uma fórmula de cálculo é aplicável simultaneamente.

O recebimento dos serviços de implantação se dará mediante aceite formal e individual dos sistemas licitados, devendo ser obrigatoriamente antecedido de procedimentos de validação pelo secretário ou chefe de setor onde o sistema foi implantado, sendo que estes deverão ser formais e instrumentalizados em observância às exigências técnicas do edital.

Todas as decisões e entendimentos havidos entre as partes durante o andamento dos trabalhos e que impliquem em modificações ou implementações nos planos, cronogramas ou atividades pactuados, deverão ser prévios e formalmente acordados e documentados entre as partes.

A empresa contratada responderá pelas perdas, reproduções indevidas e/ou adulterações que por ventura venham a ocorrer nas informações da CONTRATANTE, quando estas estiverem sob sua responsabilidade.

A empresa contratada e os membros da equipe guardarão sigilo absoluto sobre os dados e informações do objeto da prestação de serviços ou quaisquer outras informações a que venham a ter conhecimento em decorrência da execução das atividades previstas no contrato, respondendo contratual e legalmente pela inobservância desta alínea, inclusive após o término do contrato.

O prazo para conclusão dos serviços de implantação será de 90 (noventa) dias, contados da emissão da Ordem de Serviço.

3. Treinamento e Capacitação.

A empresa contratada deverá apresentar o Plano de Treinamento ao Departamento de Informática, com no mínimo, 52 (Cinquenta e duas) horas, que deverá ser realizado dentro do prazo de implantação, compreendendo o uso das funções do sistema pertencente a sua área de responsabilidade, conhecimento sobre as parametrizações a serem usadas, uso das rotinas de segurança, de back-up e restores, rotinas de simulação e de processamento, conforme tabela abaixo:

SISTEMA	Nº DE USUÁRIOS	CARGA HORÁRIA
Contabilidade Pública	02	16
Compras e Licitação	01	16
Folha de Pagamento	01	16
Portal da Transparência	02	04

2.3.2 - Os Planos de Treinamento - a serem entregues em até cinco dias contados da assinatura do contrato – ainda deverão conter os seguintes requisitos mínimos:

- Nome e objetivo de cada módulo de treinamento;
- Público alvo;
- Conteúdo programático;
- Conjunto de material a ser distribuído em cada treinamento, incluindo apostilas, documentação técnica, etc.;
- Carga horária de cada módulo do treinamento;
- Processo de avaliação de aprendizado;
- Recursos utilizados no processo de treinamento (equipamentos, softwares, filmes, slides, etc.).

O treinamento para o nível técnico compreendendo: suporte aos Sistemas ofertados, nos aspectos relacionados ao gerador de relatórios e linguagem em que estes foram desenvolvidos, permitindo que a equipe técnica da Prefeitura possa efetuar checklist de problemas ocorridos antes da abertura de chamado para suporte do proponente.

As turmas devem ser dimensionadas por módulo, sendo que cada turma não poderá ter mais de vinte (vinte) participantes.

Deverá ser fornecido Certificado de Participação aos servidores que tiverem comparecido a mais de 85% (oitenta e cinco por cento) das atividades de cada curso.

A contratante resguardar-se-á o direito de acompanhar, adequar e avaliar o treinamento contratado com instrumentos próprios, sendo que, se o treinamento for julgado insuficiente, caberá a contratada, sem ônus para o contratante, ministrar o devido reforço.

O recebimento dos serviços de treinamento se dará mediante aceite formal e individual dos sistemas licitados, devendo contemplar obrigatoriamente a ata dos treinamentos, assinadas pelos participantes, amostragem dos certificados emitidos e relatório de serviços emitido pela empresa contratada.

4. Suporte Técnico.

O atendimento a solicitação do suporte deverá ser realizado na sede da Prefeitura, por técnico apto a prover o devido suporte ao sistema, com o objetivo de:

Esclarecer dúvidas que possam surgir durante a operação e utilização dos sistemas;

Auxílio na recuperação da base de dados por problemas originados em erros de operação, queda de energia ou falha de equipamentos, desde que não exista backup adequado para satisfazer as necessidades de segurança;

Treinamento dos usuários da Administração Municipal na operação ou utilização do sistema em função de substituição de pessoal, tendo em vista demissões, mudanças de cargos, etc.,

Elaboração de quaisquer atividades técnicas relacionadas à utilização dos sistemas após a implantação e utilização dos mesmos, como: gerar/validar arquivos para Órgão Governamental, Instituição Bancária, Gráfica, Tribunal de Contas, auxílio na legislação, na contabilidade e na área de informática, entre outros.

Será aceito suporte aos sistemas licitados via acesso remoto mediante autorização prévia, sendo de responsabilidade da contratada o sigilo e segurança das informações, devendo ser garantido atendimento para pedidos de suporte telefônico no horário das 8h00min às 18h00min, de segunda a sexta-feira.

O recebimento dos serviços de suporte técnico in loco se dará mediante liquidação, pelo setor competente, dos serviços indicados em documento próprio da proponente, que pormenorizadamente relate os serviços prestados e o tempo despendido para tanto.

5. Especificações gerais da solução pretendida.

1. Objetivando um melhor dimensionamento do parque computacional do ente licitante, no sentido de assegurar-se que todos os computadores da rede interna compartilharão a demanda de processamento de dados gerada pela execução dos aplicativos licitados, desonerando-se o servidor e otimizando o resultado do processamento global, serão obrigatoriamente exigidos aplicativos cujo processamento seja executado na própria estação cliente, mediante a instalação do executável e demais arquivos correlatos diretamente nesta, os quais deverão ser automaticamente atualizados a partir do servidor de banco de dados. Em caráter excepcional, os aplicativos que por sua natureza ou finalidade sejam editaliciamente requisitados em ambiente web ficam desobrigados do atendimento da presente regra.

2. A solução deverá ser multitarefa, permitindo ao usuário, com

um único login, acesso a diversas rotinas simultaneamente em uma única janela do aplicativo, podendo minimizá-las e maximizá-las, executando várias consultas ou operações simultaneamente.

3. A solução deverá possuir consulta rápida aos dados cadastrais do sistema, generalizada através de tecla de função, possibilitando o acesso de qualquer local do sistema aos cadastros.

4. Os sistemas/módulos deverão permitir a sua total operabilidade com ou sem uso do mouse (habilitação das teclas "enter" e "tab").

5. Os sistemas/módulos desktop deverão permitir abrir mais de uma opção do menu principal, simultaneamente, sem a necessidade de se fazer novo acesso ao sistema. Por exemplo, manter aberto ao mesmo tempo cadastros e relatórios distintos na mesma janela da barra de ferramentas sem necessidade de novo login.

6. Os sistemas/módulos deverão possuir help 'online', sensível ao contexto, sobre o modo de operação de cada uma das tarefas. Esta documentação deverá conter tópicos remissivos para detalhamento de um determinado assunto. A consulta deverá ser feita por capítulos ou por palavras-chaves que remetam a um determinado trecho da documentação.

7. Deverá permitir o cadastro e o processamento de relatórios em lotes de um ou mais relatórios que terão como saída a impressora ou um arquivo no formato PDF. Deverá ter a característica de agrupar os relatórios em um único arquivo e numerar as páginas dos relatórios de forma que fique contínua.

8. Deverá permitir a personalização do menu dos sistemas desktop pelo usuário, possibilitando:

- Alterar as descrições e teclas de acessibilidade (ALT+);
- Adicionar/alterar a teclas de atalho (CTRL+, SHIFT+, ALT+ etc.);
- Inserir ícones na barra de ferramentas do sistema;
- Inserir menus de acesso rápido para relatórios do sistema ou específicos do usuário;
- Copiar o menu de outros usuários.

9. Possuir o acesso rápido aos relatórios do sistema, de acordo com o cadastro que está aberto, através de tecla de função, possibilitando o acesso de qualquer local do sistema.

Possuir auditoria automática nas tabelas de todos os sistemas:

- Registrar todas as operações de inclusão, exclusão e alteração efetuadas;

- Registrar a data, hora e usuário responsável pela alteração;
- Registrar as informações anteriores para possibilitar a consulta dos dados historicamente, antes da alteração efetuada;
- Dispor de ferramentas de consulta onde seja possível criar consultas através da escolha de campos e tabelas de forma visual, com a geração automática do script de consulta SQL;
- Possibilitar a criação de consulta aos dados das tabelas de auditoria em linguagem SQL com o uso de todos os comandos compatíveis com ela e com o banco de dados.

10. A solução deverá permitir a emissão de relatório ou gráfico referente aos acessos ao sistema, demonstrando os usuários que efetuaram login, data e hora de entrada e saída.

11. Permitir reconstrução do banco de dados, possibilitando minimizar o tamanho do banco de dados, em função das transações que já foram excluídas e continuam ocupando espaço.

12. Permitir realizar backup do banco de dados, com as seguintes funcionalidades:

- Permitir configurar a periodicidade e os usuários que receberão avisos sobre a necessidade de backup do banco de dados;
- Permitir configurar os usuários que poderão executar o backup do banco de dados;

- Permitir agendamento do backup;
- Permitir efetuar a compactação e descompactação do backup realizado para fins de armazenamento, inclusive quando disparado pelo agendamento;
- Permitir efetuar o backup da base de dados enquanto os usuários estão trabalhando nos sistemas;
- Possibilitar o backup incremental (somente das alterações executadas);
- Possuir relatório de backups efetuados;

13. Permitir enviar as informações previamente processadas por e-mail, que podem ser no formato TXT ou HTML.

14. Permitir configurar hipóteses de "Auditoria", que deverão disparar um e-mail automaticamente, sem intervenção ou possibilidade de ingerência do usuário, ao gestor ou controlador responsável. Por exemplo: criar uma consulta para o sistema da contabilidade onde será enviado um e-mail ao Prefeito caso o limite de gastos com o pessoal seja ultrapassado.

15. Permitir que o usuário crie diversas consultas e agrupe todas em uma única lista de execução do próprio aplicativo, possibilitando ainda que a execução de um script seja agendada através do agendador de tarefas do Windows.

16. Por questões de conveniência, e à exceção dos aplicativos que, por sua finalidade ou natureza, devam funcionar em ambiente web, não serão admitidos aplicativos que rodem na rede interna/intranet a partir de navegadores de internet, de modo a evitar-se que o município fique refém do uso de navegadores de internet compatíveis com a aplicação, ou ainda, que fique refém do uso de versões obsoletas de determinados navegadores compatíveis com a aplicação. A presente especificação visa ainda evitar que os comuns erros dos navegadores (travamento) influenciem na usabilidade da ferramenta, paralisando o aplicativo e exigindo novos logins e perda de tempo operacional, bem como evitar que o processamento de dados seja prejudicado ou desotimizado em face do delay causado pelo processamento excessivo de dados ocasionado pelas comunicações entre usuário x navegador x servidor de aplicativo x servidor de banco de dados x servidor de aplicativo x navegador x usuário.

C - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DOS SISTEMAS/MÓDULOS

SISTEMA DE CONTABILIDADE PÚBLICA.

O Sistema de Contabilidade Pública deverá registrar todos os fatos contábeis ocorridos e possibilitar o atendimento à legislação vigente, à análise da situação da administração pública, e a obtenção de informações contábeis e gerenciais necessárias à tomada de decisões.

Efetuar a escrituração contábil nos sistemas Financeiro, Patrimonial e de Compensação em partidas dobradas e no Sistema Orçamentário em partidas simples, de conformidade com os artigos 83 a 106 da Lei 4.320/64, inclusive com registro em livro Diário.

Possibilitar a integração com o Sistema de Compras.

Gerar relatórios gerenciais de Receita, Despesa, Restos a Pagar, Depósitos de Diversas Origens, Bancos e outros, de acordo com o interesse do Tribunal de Contas, bem como Boletim Financeiro Diário.

Elaborar os anexos e demonstrativos do balancete mensal e do balanço anual, na forma da Lei 4.320/64, Lei Complementar 101/00 - LRF e Resolução do Tribunal de Contas.

Gerar os razões analíticos de todas as contas integrantes dos Sistemas Financeiro, Patrimonial e de Compensação.

Permitir informar documentos fiscais na Ordem de Pagamento.

Possibilitar a consulta ao sistema, sem alterar o cadastro original

Possibilitar o registro de empenhos por Estimativa, Global e Ordinarário.

Possibilitar o registro de Sub-empenhos sobre o empenho Global.

Possibilitar a anulação dos empenhos por estimativa no final do exercício, visando a não inscrição em Restos a Pagar.

Possibilitar a anulação total e parcial do empenho e o cancelamento da anulação.

Possibilitar o controle do pagamento de Empenho, Restos a Pagar e Despesas Extras, em contrapartida com várias Contas Pagadoras.

Possibilitar inscrever automaticamente no Sistema de Compensação dos empenhos de Adiantamentos, quando da sua concessão e o lançamento de baixa respectivo, quando da prestação de contas. Controlar o prazo de vencimento dos pagamentos de empenhos, emitindo relatórios de parcelas a vencer e vencidas, visando o

controle do pagamento dos compromissos em ordem cronológica. Possibilitar o registro do pagamento total ou parcial da despesa e a anulação do registro de pagamento, fazendo os lançamentos necessários.

Possibilitar a inclusão de vários descontos, tanto no fluxo extra-orçamentário como no orçamento, com registros automáticos nos sistemas orçamento e financeiro.

Fazer os lançamentos de receita e despesa automaticamente nos Sistemas Financeiro, Orçamento, Patrimonial e de compensação, conforme o caso.

Efetuar o lançamento do cancelamento de restos a pagar em contrapartida com a receita orçamentária, em rubrica definida pelo usuário.

Possibilitar o controle de Restos a Pagar em contas separadas por exercício, para fins de cancelamento, quando for o caso.

Executar o encerramento do exercício, com todos os lançamentos automáticos e com a apuração do resultado.

Emitir Notas de Pagamento, de Despesa extra, de Empenhos e de Sub-empenhos.

Emitir ordens de Pagamento de Restos a Pagar, Despesa Extra e de Empenho.

Possibilitar a consolidação dos balancetes financeiro das autarquias juntamente com o balancete financeiro da prefeitura.

Possibilitar que cada unidade orçamentária processe o respectivo empenho.

Possibilitar o controle de despesa por tipo relacionado ao elemento de despesa.

Cadastrar e controlar as dotações constantes do Orçamento do Município e das decorrentes de créditos adicionais especiais e extraordinários.

Cadastrar e controlar os Créditos Suplementares e as anulações de dotações.

Registrar empenho global, por estimativa, ordinário e sub-empenho.

Registrar anulação parcial ou total de empenho.

Registrar bloqueio e desbloqueio de dotações.

Elaborar demonstrativo do excesso de arrecadação e do excesso de arrecadação pela tendência do exercício.

Controlar as dotações orçamentárias, impossibilitando a utilização de dotações com saldo insuficiente para comportar a despesa.

Emitir as planilhas que formam o Quadro de Detalhamento da Despesa.

Possibilitar consultar ao sistema sem alterar o cadastro original.

Gerar relatórios gerenciais de execução da despesa, por credores, por classificação, por período de tempo e outros de interesse do Município.

Gerar relatórios de saldos disponíveis de dotações, de saldos de empenhos globais e outros de interesse do Município.

Possibilitar iniciar os movimentos contábeis no novo exercício mesmo que o anterior ainda não esteja encerrado, possibilitando a atualização automática dos saldos contábeis no exercício já iniciado.

Emitir Notas de Empenho, Sub-empenhos, Liquidação, Ordens de Pagamento, Restos a pagar, Despesa extra e suas respectivas notas de anulação, possibilitando sua emissão por intervalo e/ou aleatoriamente.

Permitir a anulação total e parcial do empenho, ordens de pagamento, nota de despesa extra-orçamentária e o cancelamento da anulação, possibilitando auditoria destas operações.

Emitir relatórios padrão TCE-SC para solicitação de Certidão Negativa.

Possibilitar que cada unidade orçamentária processe o respectivo empenho.

Possibilitar o controle de despesa por tipo relacionado ao elemento de despesa, permitindo a emissão de relatórios das despesas por tipo.

Permitir o cadastramento de fonte de recurso com identificador de uso, grupo, especificação e detalhamento, conforme Portaria da STN ou Tribunal de Contas do Estado.

Cadastrar e controlar as dotações constantes no Orçamento do Município e as decorrentes de Créditos Adicionais Especiais e Extraordinários.

Permitir que nas alterações orçamentárias possa se adicionar diversas dotações e subtrair de diversas fontes para um mesmo decreto.

Registrar bloqueio e desbloqueio de valores nas dotações, inclusive com indicação de tipo cotas mensais e limitação de empenhos.

Elaborar demonstrativo do excesso de arrecadação e do excesso de arrecadação pela tendência do exercício, e com possibilidade de emissão consolidada, e agrupando por recurso.

Controlar as dotações orçamentárias, impossibilitando a utilização de dotações com saldo insuficiente para comportar a despesa.

Emitir as planilhas que formam o Quadro de Detalhamento da Despesa.

Gerar relatórios gerenciais de execução da despesa, por credores, por classificação, por período de tempo e outros de interesse do Município.

Gerar relatórios de saldos disponíveis de dotações, de saldos de empenhos globais e outros de interesse do Município.

Efetuar o controle automático dos saldos das contas, apontando eventuais estouros de saldos ou lançamentos indevidos.

Efetuar o acompanhamento do cronograma de desembolso das despesas para limitação de empenho, conforme o artigo 9º da Lei 101/00 – LRF, de 04 de maio de 2000.

Possuir relatório para acompanhamento das metas de arrecadação, conforme o art. 13 da Lei 101/00 – LRF de 04 de maio de 2000.

Possuir processo de encerramento mensal, que verifique eventuais divergências de saldos, e que após o encerramento não possibilite alterações em lançamentos contábeis já efetuados.

Possuir cadastros de Convênios e Prestação de Contas de Convênio, Contratos e Caução.

Emitir relatórios demonstrativos dos gastos com Educação, Saúde e Pessoal, com base nas configurações efetuadas nas despesas e nos empenhos.

Emitir os relatórios da Contas Públicas para publicação, conforme IN 28/99 do TCU e Portaria 275/00;

Emitir relatórios: Pagamentos Efetuados, Razão da Receita, Pagamentos em Ordem Cronológica, Livro Diário, Extrato do Credor, Demonstrativo Mensal dos Restos a Pagar, Relação de Restos a Pagar e de Cheques Compensados e Não Compensados.

Possibilitar que os precatórios sejam relacionados com a despesa destinada ao seu pagamento.

Permitir gerar arquivos para o sistema do Tribunal de Contas do Estado referente aos atos administrativos, dados contabilizados, dados financeiros e dados do orçamento.

Gerar relatório para conferência de inconsistências a serem corrigidas no sistema antes de gerar os arquivos para os Tribunais de Contas.

Emitir relatórios com as informações para o SIOPS, no mesmo formato deste.

Emitir relatórios com as informações para o SIOPE, no mesmo formato deste.

Gerar os arquivos conforme o MANAD – Manual Normativo de Arquivos Digitais para a Secretaria da Receita da Previdência.

Permitir o cadastramento de devolução de receita utilizando rubricas redutoras conforme Manual de Procedimentos da Receita Pública da STN.

Permitir que seja feita a contabilização do regime próprio de previdência em conformidade com a Portaria 916 do ministério de previdência, com emissão dos respectivos demonstrativos.

Possibilitar a emissão de relatório com as deduções para o Imposto de Renda.

Possibilitar a emissão de gráficos comparativos entre a receita prevista e arrecadada e a despesa fixada e realizada.

Possuir rotina de emissão de cheques para pagamento das despesas, com a possibilidade de efetuar a baixa no momento do pagamento ao fornecedor.

SISTEMA DE COMPRAS.

Possibilitar o acompanhamento dos processos licitatórios desde a preparação até seu julgamento, registrando as etapas de:

- Publicação do processo;
- Emissão do mapa comparativo de preços;
- Emissão das Atas referente Documentação e Julgamento das propostas;
- Interposição de recurso;
- Anulação e revogação;
- Impugnação; Parecer da comissão julgadora;
- Parecer jurídico;
- Homologação e adjudicação;
- Autorizações de fornecimento;
- Contratos e aditivos;
- Liquidação das autorizações de fornecimento;
- Gerar empenhos para a contabilidade e liquidação dos empenhos

Possibilitar a separação dos itens do processo e suas respectivas quantidades por centro de custo e por despesa.

Permitir montar os itens do processo administrativo, processo licitatório e coleta de preços por lotes.

Permitir cadastrar fornecedores, informando: Ramos de atividade - Documentos e certidões negativas - Materiais fornecidos.

Emitir Certificado de Registro Cadastral com numeração seqüencial.

Permitir utilizar código de materiais por grupo e classe com definição da máscara ou de forma seqüencial, ou seqüencial com grupo e classe.

Possuir cadastro de materiais para informar: Material perecível; Material estocável; Material de consumo ou permanente; tipo do combustível; Descrição; Grupo e classe; Dados da última compra como: data, quantidade, preço e fornecedor.

Permitir agrupar várias solicitações de compras dos diversos setores para um novo processo licitatório, compra direta ou processo administrativo automaticamente.

Controlar as solicitações de compra, não permitindo que usuários de outros centros de custo acessem ou cadastrem solicitações não pertencentes ao seu centro de custo e que a quantidade de cada item possa ser dividida por uma ou mais despesas.

Controlar despesas realizadas e a realizar de uma mesma natureza, para que não ultrapasse os limites legais estabelecidos para cada modalidade de licitação.

Permitir o controle de gastos por unidade orçamentária através de limites mensais preestabelecidos pelo usuário.

Controlar a data de validade das certidões negativas e outros documentos dos fornecedores, com emissão de relatório por fornecedor contendo a relação das negativas vencidas/por vencer.

Permitir a integração com sistema de contabilidade, efetuando os seguintes processos:

- Bloqueio do valor da licitação, da compra direta ou do termo aditivo;
- Gerar empenhos e liquidações;
- Atualizar dados cadastrais de fornecedores e da despesa.

Permitir o desbloqueio do saldo remanescente da despesa na geração do último empenho do processo.

Possibilitar integração com o sistema tributário para consultar os débitos dos participantes no processo licitatório ou na compra direta.

Permitir a gravação, em meio magnético, dos itens do processo licitatório para fornecedores digitar o preço de cada item com leitura dos preços informados e preenchimento automático no cadastro de itens do processo, exibindo os itens em lista ou separados por lotes.

Possibilitar consultas de preços, por materiais ou por fornecedores, praticados em licitações ou despesas anteriores.

Permitir a consulta dos fornecedores de determinado material ou ramo de atividade.

Permitir identificar em quais processos licitatórios determinado fornecedor participou, visualizando sua situação em cada item do

processo.

Possibilitar a emissão da autorização de compra ou fornecimento por centro de custo, por dotação ou global.

Emitir todos os relatórios exigidos por Lei, como por exemplo: Termo de abertura e autorização do processo licitatório; Parecer jurídico e contábil; Publicação do edital; Atas do pregão; Emissão de contratos; Notas de autorização de fornecimento;

Emitir o Edital de Licitação.

Controlar as quantidades entregues parcialmente pelo fornecedor, possibilitando a emissão de relatório de forma resumida e detalhada, contendo as quantidades entregues, os valores e o saldo pendente.

Possibilitar a gravação, em meio magnético dos itens da coleta de preço para cotação pelos fornecedores com leitura dos preços informados e preenchimento automático dos preços dos itens.

Permitir o cadastro de compras diretas, informando: Data da Compra; Fornecedor; Centro de Custo; Objeto da Compra; Local de Entrega e Forma de Pagamento

Gerar Processos Administrativos ou compra direta pelo preço médio ou menor preço cotado do Registro de Preços.

Gerar entrada do material no almoxarifado a partir da liquidação visualizando a movimentação no estoque.

Permitir criar e editar modelos de editais, contratos, autorização de compras, atas e outros relatórios desejados a partir dos modelos existentes no sistema.

Permitir gerar arquivos para Tribunal de Contas de Santa Catarina relativos as licitações.

Permitir que os centros de custos requisitantes de cada item do processo licitatório, seja levado para o contrato de aditivo.

Manter histórico das alterações do contrato, informando o de tipo alteração (acréscimo, diminuição, equilíbrio econômico financeiro, prorrogação, rescisão) e se foi unilateral ou bilateral.

Registrar a rescisão do contrato ou aditivo, informando: motivo, data do termo e da publicação, valor da multa e indenização, fundamento legal e imprensa oficial.

Permitir registrar a suspensão ou rescisão de contrato, controlando a data limite da situação de inabilitado.

Possibilitar copiar os itens de um outro processo licitatório, já cadastrado.

Possibilitar copiar os itens de uma outra compra direta.

Permitir agrupar os itens do processo licitatório por centro de custos.

Permitir alterar a data de emissão das autorizações de fornecimento.

Possuir cronograma de pagamentos dos contratos, possibilitando controlar a situação (pago, vencido ou a vencer).

Possuir cronograma de entrega dos itens dos contratos, controlando a situação (entregue, vencido a vencer).

Controlar as solicitações de compra pendentes, liberadas e reprovadas.

Emitir relação das licitações informando: Data e hora de abertura, Número, Modalidade, Membros da comissão e Objeto a ser licitado.

Permitir o cadastro de comissões Permanente; Especial; Servidores; Pregoeiros; Leiloeiros, informando o ato que a designou, datas de designação e expiração, com membros e funções designadas.

Possuir rotina para classificação das propostas do pregão presencial conforme critérios de classificação determinados pela legislação (Lei 10.520/2002).

Permitir efetuar lances para a modalidade pregão presencial com opção de desistência e rotina de reabertura de itens e/ou lotes para nova etapa de lances.

Possibilitar a emissão da ata do pregão presencial e histórico dos lances.

Possibilitar a utilização de critérios de julgamento das propostas em relação à microempresa e empresa de pequeno porte, de acordo com lei complementar 123/2006.

Permitir parametrização para numerar a licitação de forma seqüencial ou por modalidade, possibilitando alterar a numeração

sugerida pelo sistema.

Relatórios para divulgação na internet, conforme lei 9.755/98 e Demonstrativo das compras efetuadas conforme art. 16 da Lei 8.666/93.

Possibilitar a configuração das assinaturas que serão exibidas nos relatórios.

Disponibilizar as Leis 8.666/93 e 10.520/2002 para eventuais consultas diretamente no sistema.

SISTEMA DE FOLHA DE PAGAMENTO.

Permitir ao Administrador configurar permissões de acesso à menus e permissões referente a Inserção, Alteração e Exclusão diferenciada para grupos de usuários ou usuário individual.

Permitir limitar o acesso de usuários às informações de funcionários de determinados grupos funcionais, organogramas e/ou vínculos empregatícios.

Flexibilizar as configurações da folha de acordo com a necessidade e método utilizado pelo órgão público.

Permitir que se faça o cadastramento das contas bancárias da pessoa. No caso de pessoas físicas, essas contas poderão ser utilizadas no Cadastro de Funcionários para o depósito de salário.

Possuir validação do dígito verificador de inscrições do PIS/PASEP e CPF no cadastro de pessoas.

Possuir cadastro de bases vindas de outras entidades, possibilitando calcular o INSS e o IRRF do funcionário, já incluindo os valores que o funcionário percebe em outras empresas.

Permitir registrar casos de moléstias graves por meio do CID à pessoa, com data inicial e data final quando for o caso. Estas informações servem de base para isenção do I.R.R.F por moléstia grave.

Ter controle dos dependentes com datas de vencimento do salário-família, da relação de dependência para o IRRF.

Permitir mais de um vínculo empregatício para a pessoa e configurar estes contratos possibilitando informar um vínculo principal com data de admissão anterior ou posterior ao vínculo secundário.

Controlar a lotação e localização física dos servidores.

Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente a admissão do funcionário, através da informação do ato.

Permitir indicar para cada funcionário substituto, quem este está substituindo.

Ter cadastro de servidores com todos os campos exigidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego e possibilitar, inclusive, a dispensa do livro de registro dos servidores, conforme Portaria nº 41, de 28 de março de 2007.

Permitir cadastrar Tipos de Documentos de Funcionários, informando o tipo dos documentos que irão ser gerados na admissão do funcionário. - Cadastro de Documentos de Funcionários, neste cadastro deve-se informar, os documentos solicitados para admissão do funcionário.

Permitir que o usuário controle até quatro tipos de previdência para um mesmo servidor automaticamente, sem a necessidade de manutenção todo mês;

Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente a prorrogação de contrato de servidores com contratos de prazo determinado, através da informação do ato.

Permitir a inserção de dados adicionais, possibilitando ao cliente informar novos campos para o funcionário, conforme a sua necessidade

Permitir o controle dos planos previdenciários ou assistenciais a que cada servidor esteve ou está vinculado, por período, podendo registrar o número da matrícula do servidor no plano.

Controlar informações referentes aos estagiários vinculados com a entidade, bem como sua escolaridade e outros aspectos para acompanhamento do andamento do estágio.

Possuir cadastro de autônomos que prestam serviços à entidade, permitindo registrar a data e o valor de cada serviço prestado

Possibilitar o cálculo diferenciado para transportadores autônomos conforme legislação e sua informação para SEFIP, inclusive com percentual diferenciado.

Ter o controle dos períodos aquisitivos de férias integrado com o RH, controle dos lançamentos e suspensões por funcionário.

Controlar os períodos aquisitivos de férias em relação a quantidade de dias disponíveis para o gozo de férias e informar a data prevista para o início do gozo de férias.

Permitir programar o gozo e pagamento das férias antecipadamente.

Permitir a criação de períodos aquisitivos configuráveis em relação ao período aquisitivo, período de gozo e cancelamentos ou suspensões dos períodos

Permite registrar os vínculos previdenciários dos funcionários, planos, matrículas e período de permanência. Entende-se por vínculo previdenciário: o plano previdencial ou assistencial ao qual o funcionário esta vinculado.

Possuir cadastro de processos judiciais que permita que sejam cadastrados os processos judiciais e as reclamações trabalhistas dos funcionários para posterior geração do arquivo SEFIP com código de recolhimento 650.

Permitir realizar validações que não permitam inserir na mesma configuração de férias, dois tipos de suspensão de férias que utilizem o mesmo tipo de afastamento.

Permitir calcular os dias úteis e afastamentos dos funcionários com 30 dias

Garantir que as alterações realizadas irão acompanhar os cálculos de provisão.

Ter o cadastro de classificação institucional de órgão, unidade e centro de custos integrado com o RH

Permitir a inserção de dados adicionais, possibilitando ao cliente informar novos campos para a classificação institucional, conforme a sua necessidade

Registrar os dados dos locais de trabalho, onde efetivamente os funcionários desempenham suas atividades laborais.

Registrar os tipos de administração. Entende-se por tipo de administração as várias formas de gerenciamento das entidades.

Permite configurar de modo a cadastrar, consultar, alterar e excluir sindicatos que representam as diferentes classes de funcionários existentes na entidade.

Permitir registrar os possíveis tipos de cargos utilizados.

Ter o Cadastro de Cargos integrado com o RH

Permitir diferentes configurações de férias por cargo

Permitir configurar se o funcionários alocados nos cargos terão direito a 13º salário

Permitir o controle de vagas do cargo, por secretaria e relacionar com os níveis salariais e atribuições do cargo.

Permitir informar o nível de escolaridade mínimo exigido para o cargo, informando ao usuário se for cadastrar algum servidor que não tenha o nível mínimo exigido.

Permitir o controle de níveis salariais do cargo, como as variações de classes e referências, formando um plano de carreira do servidor com a finalidade de nivelar os salários de certos grupos funcionais.

Permitir para os níveis salariais no campo "Máscara da Classe" e para o campo "Máscara referência" setar várias configurações de máscaras.

Cadastrar níveis salariais, permitindo definir a ordem de progressão das classes e referências, informar uma classe ou referência com tamanho menor que a mascara definida no plano salarial.

Permitir "Controlar vagas do cargo por concurso" via parâmetro. Quando marcado, aceita que o sistema controle o número de vagas do cargo, no concurso pelo qual o funcionário foi nomeado. Quando desmarcado, o controle será feito exclusivamente pela quantidade de vagas do cargo.

Possuir processo de progressão salarial automatizado

Manter as respectivas informações de progressão salariais registradas no histórico salarial do servidor, com os atos publicados para cada servidor ao longo de sua carreira.

Permitir a inserção de dados adicionais, possibilitando ao cliente informar novos campos para o cargo, conforme a sua necessidade.

Permitir a configuração de movimentações de pessoal, conforme a solicitação do Tribunal de Contas.

Registrar todas as movimentações de pessoal do servidor, tais como: alterações salariais, alterações de cargo, admissão, rescisão, aposentadoria, afastamentos.

Registrar os históricos dos processos de requerimentos de aposentadorias e pensões.

Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente ao requerimento de aposentadorias e pensões, através da informação do ato.

Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente concessão de benefícios de pensão, através da informação do ato.

Ter controle de pensionistas permitindo indicar se a pensão é por morte ou judicial, e neste caso, possibilita o encerramento da pensão.

Calcular automaticamente os valores referentes as pensões, cancelando automaticamente este cálculo ao ser informada a data de encerramento da pensão.

Permitir a inserção de dados adicionais, possibilitando ao cliente informar novos campos para o Pensionista, conforme a sua necessidade.

Calcular o reajuste de valores dos eventos de pensão e aposentadoria informados no Cadastro de Processos de Pensões e Aposentadorias.

Permitir o controle da concessão e desconto de vales-transporte e mercado.

Permitir configurar operadoras e planos de assistência médica que a entidade possui para planos coletivos empresariais, controlar as despesas de mensalidades quanto despesas extraordinárias, estes recursos também serve de base para a DIRF.

Permitir integrar os valores de folha de pagamento com as contas, elementos, despesas e recursos do sistema de contabilidade pública.

Permite copiar despesas do ano do registro que estiver selecionado no Cadastro de despesas do para o ano que você desejar para que seja exportado para o sistema contábil.

Permitir especificar as classificações das origens dos recursos financeiros, sendo que cada instituição terá que implementar seus programas de trabalhos.

Permitir a configuração das tabelas mensais de cálculo, podendo o usuário incluir novas tabelas, definir a quantidade de faixas e ainda nomear essas tabelas de acordo com sua necessidade (INSS, IRRF, salário família, piso salarial, entre outras).

Permitir a configuração de quais proventos e descontos devem ser considerados como automáticos para cada tipo de cálculo (mensal, férias, complementar, etc.) e adicionar as restrições para o cálculo.

Permitir a configuração de todas as fórmulas de cálculo em conformidade com o estatuto dos servidores municipais.

Permitir o cadastro das informações "PNE" e "Consid invalidez parcial" no "Cadastro de Tipos de Salário-Família", onde deverá ser informado as regras para portadores de necessidades especiais conforme o tipo de salário-família.

Permitir a configuração dos tipos de bases de cálculo utilizados;

Possibilitar a configuração das formas de alteração salarial de modo que seja possível efetuá-las em conformidade com o estatuto do órgão;

Permitir a inclusão e configuração de motivos de rescisão e respectivas verbas rescisórias, assim como respectivos códigos a serem gerados para RAIS, CAGED, SEFIP e saque do FGTS.

Permitir a configuração dos proventos para cálculos de férias, rescisão, 13º salário, abono pecuniário e aviso prévio referentes às médias e vantagens percebidas pelos servidores.

Possibilitar a configuração de quais afastamentos, qual a quantidade de dias afastados e se esta quantidade de dias é contínua, para que o período de aquisição de funcionário seja cancelado

Possibilitar a configuração de quais afastamentos, qual a quantidade de dias afastados e se esta quantidade de dias é contínua, para que o período de aquisição de funcionário seja postergado

Permitir a configuração de Férias, informando para cada configuração quantidade de meses necessários para aquisição, quantidade de dias de direito a férias a cada vencimento de período aquisitivo, quantidade de dias que podem ser abonados, configuração de descontos de faltas, ou seja, informar para cada configuração de férias as faixas para descontos de faltas em relação aos dias de direito do período aquisitivo.

Permite cadastrar as informações configuradas para os proventos e descontos a serem utilizados na feração do "Arquivo Homolognet e TRCT – Portaria 1621/2010".

Permitir deixar gravado a seleção/filtragem de relatórios rotineiros.

Permitir configurar a máscara a ser utilizada na classificação institucional de órgão, unidade e centro de custos

Configurar os vínculos empregatícios que representam a ligação dos funcionários com a entidade.

Configurar os tipos de situações de afastamento do funcionário para base de cálculo, processos do sistema (férias, licenças, adicionais, etc), tempo de serviço para aposentadoria.

Possuir rotina para processamento de cálculo mensal e adiantamento.

Possuir rotina para processamento de cálculo complementar.

Possuir rotina para processamento de 13º salário adiantado e integral.

Possuir rotina de cálculo automático de rescisão para funcionários com vínculo de prazo determinado, na competência em que expira o contrato.

Emitir o cálculo no mês de Fevereiro proporcional a 28/29 dias, caso o mês de admissão ou demissão seja Fevereiro.

Possuir rotina para processamento de cálculos de férias individuais e férias coletivas.

Permitir o desconto de faltas no pagamento das férias.

Permitir o pagamento do 13º salário simultaneamente com as férias.

Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente as férias dos servidores, através da informação do ato.

Permitir que o pagamento de 1/3 de férias seja integral em cálculo de férias fracionadas. Serve para os cadastros de férias individual, coletiva e programada, onde deve-se informar quando o sistema deve se comportar conforme essa situação. Os relatórios de férias foram alterados adicionando uma coluna onde será informado a forma de pagamento utilizada para o 1/3 de férias.

Permitir prever mensalmente o valor referente a férias e 13º Salário, correspondente ao avo que o funcionário tem direito. Os valores de Provisão também serão utilizados na integração com o sistema contábil.

Determinar a data inicial em que passou a utilizar a provisão.

Provisionar e baixar da provisão de férias e 13º salário, aos cálculos realizados na respectiva competência de cálculo.

Permitir visualizar os eventos que faltam ser provisionados e classificados.

Possuir rotina para processamento de cálculos de rescisões individuais, coletivas e complementares.

Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente a demissão ou exoneração do funcionário, através da informação do ato.

Permitir a reintegração ou reversão de rescisões ou aposentadorias de funcionários, sob a mesma matrícula.

Permitir simulações parciais ou totais da folha de pagamento mensal, 13º salário integral, férias e rescisórias, para a competência atual ou para competência futura.

Não permitir a emissão de guias e geração de arquivos para órgãos federais quando o cálculo é simulado.

Controlar os afastamentos do funcionário.

Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente aos afastamentos do funcionário, através da informação do ato.

Registrar todo o histórico de alterações no cadastro de funcionários.

Registrar as alterações cadastrais no histórico de beneficiários de pensões.

Registrar todo o histórico de alterações de Autônomos.

Registrar todo o histórico salarial do servidor.

Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente as alterações salariais do servidor, através da informação do ato.

Calcular alterações salariais de modo coletivo ou para níveis salariais do plano de cargos.

Possibilitar a adição de classes e referências através do histórico de cargos, salários, informações e níveis salariais.

Registrar todo o histórico de alterações de cargo do servidor.

Registrar automaticamente a movimentação de pessoal referente as alterações de cargo do servidor, através da informação do ato.

Registrar todo o histórico de alterações salariais do cargo.

Permitir a inclusão de proventos ou descontos lançados de modo fixo, em um período determinado, em qualquer tipo de folha de pagamento para determinado funcionário.

Permitir a inclusão de proventos ou descontos lançados de modo fixo, em um período determinado, em qualquer tipo de folha de pagamento, podendo selecionar vários funcionários em um único lançamento.

Permitir fechar processamentos (Mensal, Adiantamento, Complementar, 13º Adiantamento, 13º Salário, Férias) de cada competência com data, oferecendo segurança para que o usuário não altere calculo de folha com processo fechado.

Bloquear qualquer tentativa de alteração no histórico de funcionário quando o processamento da folha estiver com data informada.

Permitir consultar e se necessário alterar a data de pagamento de funcionário ou grupo de funcionários que já tenham sido calculados na folha.

Permitir que o cálculo mensal dos funcionários fiquem agrupados em lotes diferentes e possibilita fechar o processamento dos lotes em grupo.

Permitir lançar manualmente os eventos que compõe a folha de pagamento do funcionário para serem calculados, podem ser lançados em uma competência ou em várias parcelas do período.

Permitir lançar manualmente os eventos que compõe a folha de pagamento de vários funcionários em um único lançamento, selecionando os funcionários. Pode ser lançado o evento para uma ou mais competências.

Permitir selecionar os funcionários que utilizam vale transporte, selecionando pela empresa ou linha utilizada. Permite gerar por competência os números de dias que o funcionário utiliza o vale transporte.

Permitir importar o arquivo do SISOBI (Sistema de Controle de Óbitos). Serve para atender ao convênio firmado entre o Ministério da Previdência Social e os governos estaduais e municipais identificarem as pessoas falecidas para cessar o pagamento de aposentados e pensionistas.

Permitir a configuração de cabeçalho e rodapé para quaisquer relatórios emitidos pelo sistema, permitindo inclusive a inserção de comentários

Permite salvar qualquer relatório emitido no formato "xls" (excel), mantendo a mesma formatação visualizada no sistema.

Emitir relatórios da folha de pagamento, de acordo com a necessidade, extratos mensais, líquidos, movimento, férias, rescisões, média e vantagens, etc...

O relatório resumo mensal apresenta a geração dos dados das verbas gerais mensais e além disto, com o modelo normal-encargos apresenta o total dos valores dos encargos no final do relatório nas quebras.

Emitir os relatórios de forma resumidos, de acordo com a necessidade.

Emitir o Relatório de Integração Contábil para cálculos simulados. Os modelos deste relatório irão mostrar uma mensagem no cabeçalho identificando quando o relatório possui informações oriundas de cálculos simulados.

Emitir em relatório o resumo da integração com o sistema de contabilidade, possibilitando assim a conferência dos valores de empenhos da folha de pagamento e seus respectivos encargos patronais

Possuir relatório com todos os valores relativos ao servidor e à contribuição patronal referentes ao INSS e FGTS, discriminando as possíveis deduções

Possuir relatório com todos os valores relativos ao servidor e à contribuição patronal referentes a previdência municipal por competência ou acumulado anualmente

Possuir relatório com todos os valores relativos ao servidor, referente ao IRRF.

Gerar mensalmente a guia do INSS com o valor para o Instituto Nacional do Seguro Social. Permitir escolher o modelo e quebra para a geração da guia

Permitir a emissão de guias para pagamento de IRRF, GRFC e previdência municipal.

Gerar em arquivo as informações referentes a GRRF.

Gerar a GFIP em arquivo, permitindo inclusive a geração de arquivos retificadores (RDE, RDT, RRD).

Possuir vários modelos de Demonstrativo de Folha de Pagamento para impressão.

Emitir relatório de Aviso e Recibo de férias, também permitir escolher o modelo do recibo e a seleção.

Emitir relatório referente Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho.

Emitir o TRCT (Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho) conforme portaria 1621/2010 atualizada pela portaria 1057/2012 . A emissão deste termo passou a ser obrigatória à partir de 2011 para rescisões de funcionários regidos pela CLT.

Emitir relatórios cadastrais em geral.

Emitir relatórios cadastrais de: - Grupos Funcionais; - Organogramas; - Locais de trabalho; - Tipos de Administração – Sindicatos; - Tipos de Cargos; - Cargos; - Planos Salariais; - Níveis Salariais; - Horários; - Férias; - Aposentadorias e Pensões; - Beneficiários; - Pensionistas; - Dados Adicionais.

Emitir relatórios cadastrais de: - Tipos de Movimentação de Pessoal; - Fontes de Divulgação; - Atos; - Movimentação de Pessoal; - Naturezas dos Textos Jurídicos.

Emitir relatórios referentes aos planos de assistência médica de: - Operadoras de planos de saúde; - Despesas com planos de saúde; - Despesas com planos de saúde com reflexo no cálculo.

Emitir relatórios cadastrais referente Administração de Vales: - Linhas de Ônibus; - Faixas; - Vales-Transporte; - Vales-Mercado.

Emitir relatórios cadastrais referente Integração Contábil: - Condições para Eventos; - Elementos de Despesa; - Despesas; - Despesas por Organograma; - Complementos das Despesas.

Emitir relatórios cadastrais de: - Cálculo – Tabelas; - Eventos; - Cálculo - Tipos de Bases; - Eventos a Calcular; - Eventos a Calcular de Rescisão; - Médias e Vantagens; - Cancelamentos de férias; - Suspensões de Férias; - Configurações de Férias; - Formas de Alteração Salarial; - Bancos; - Agências Bancárias; - Homolognet.

Emitir relatórios cadastrais referentes a parametrizações: - Vínculos Empregatícios; - Tipos de Afastamentos; - Tipos de Salário-Família; - Organograma; - Naturezas dos Tipo das Diárias; - Tipos de Diárias; - Previdência Federal; - Outras Previdências/Assistência; - Planos de Previdência; - Motivos de Alterações de Cargos; - Motivos de Alterações Salariais; - Motivos de Rescisões; - Motivos de Aposentadorias – Responsáveis.

Emitir relatório de programação de férias dos funcionários, exibindo todos os períodos de aquisição de férias, períodos de gozo, dias de abono e forma de pagamento.

Emitir relatório com o nome "Efetivo em cargo comissionado", no qual serão emitidos todos os funcionários que estão atualmente em cargo comissionado, e possuem cargo efetivo em aberto, seja, sem data de saída em Cadastro de Histórico de Cargos.

Gerar em arquivo magnético a relação de todos os servidores admitidos e demitidos no mês (CAGED).

Emitir relatórios relacionados a parte salarial dos servidores do tipo alterações salariais, Médias salariais, progressões salariais, inconsistências de cálculo.

Emitir relação dos salários de contribuição e discriminação destes. Possibilitar a emissão para previdência federal, estadual e/ ou municipal. Permitir a emissão de formulário para preenchimento, caso não haja informações de todas as competências necessárias.

Emitir relatório de atestado de tempo de serviço para o servidor público apresentando os cargos e o período que exerceu a função.

Emitir o relatório de datas de vencimentos. A data em que se extingue o prazo do exame médico periódico, do contrato de trabalho e da carteira de motorista do funcionário.

Emitir um relatório demonstrativo das variáveis lançadas manualmente para qual período foi feito o lançamento. Ainda são oferecidas opções de ordenação e seleção das informações.

Emitir relatórios com informações de processamentos já calculados.

Possuir relatórios de provisões de 13º salário, médias e vantagens, férias; que permitam ao usuário ter uma previsão do valor e também da proporcionalidade por direito obtida pelos servidores ativos até o presente momento.

Verificar na integração contábil o que está sendo provisionado. Relatório de visualização da provisão, quando 13º salário e Férias.

Emitir comparativo de situações dos servidores entre duas competências, inclusive com anos diferentes.

Emitir comparativo de valores referentes a proventos e descontos dos servidores entre duas competências, inclusive com anos diferentes.

Emitir comparativo de líquidos entre duas ou mais competências, inclusive com anos diferentes.

Permitir a configuração dos proventos e descontos que devem compor os valores de cada um dos campos do comprovante de rendimentos.

Emitir informações dos relatórios anuais necessários, como comprovante de rendimentos e ficha financeira.

Gerar os arquivos da RAIS e da DIRF, assim como o informe do comprovante de rendimentos.

Permitir a visualização das bases de previdência federal, de previdência estadual e municipal, além de fundos de assistência.

Possuir gerador de relatórios e de arquivos que permita aos usuários criar novos relatórios ou layouts de arquivos ou ainda alterar os relatórios e layouts já existentes;

Gerar informações da folha de pagamento em arquivo para crédito em conta no banco de interesse da entidade.

Gerar para entidades que possuem contrato para emissão de holerite eletrônico pela Caixa Econômica Federal o arquivo para envio das informações pertinentes ao holerite do funcionário.

Permitir a consulta prévia das médias e vantagens que cada servidor tem direito a receber em férias, 13º salário ou rescisão de contrato.

Possibilitar a consulta dos proventos e descontos percebidos pelo servidor, em um período determinado pelo usuário.

Permitir consultar apenas os proventos que fazem parte do comprovante de rendimentos.

Consultar do modo centralizado todo o histórico funcional de todos os contratos do servidor, detalhando as seguintes características:

- Períodos aquisitivos, períodos de gozo de férias
- Situações do funcionário, tais como: afastamentos, atestados, faltas, férias e períodos trabalhados.

Permitir a alteração de proventos ou descontos modo fixo, possibilitando as seguintes tarefas: - Alteração do período; - Adição de valor ao valor originalmente lançado; - Substituição do valor originalmente lançado por um novo valor; - Aplicação de um percentual sobre o valor originalmente lançado.

Permitir a reestruturação da classificação institucional de um exercício para outro.

Permitir a readmissão em massa através de "Copiar Funcionários Demitidos". Esta funcionalidade será possível cadastrar funcionários idênticos aos funcionários já demitidos, sem a necessidade redigitar todos os dados.

Permitir copiar funcionários demitidos para realizar a readmissão individual ou em lote (Ex. Professores ACTs demitidos no fim do ano letivo e readmitidos no ano seguinte.)

Possibilitar o cadastro de movimentos anteriores à implantação do sistema para que o usuário possa gerar os relatórios anuais.

Permitir a integração com o sistema de contabilidade para geração automática dos empenhos da folha de pagamento e respectivos encargos patronais.

Possibilitar o rateio de valores das parcelas pagas do parcelamento do FGTS para os servidores contratados à época, conforme instruções da CAIXA.

Permitir realizar cálculos de datas e de horas.

Possibilitar a classificação "SISPREV WEB 1.0".

Permitir a unificação de pessoas e de cadastros.

Permitir na consulta rápida nos cadastros. Ex: identificar os funcionários que estejam demitidos de forma que sejam demonstrados destacados em cinza. Além das consultas padrões, já existentes no sistema, poderão ser criados vários modelos de consultas de acordo com a necessidade do usuário.

Permitir conceder ajuda, suporte e fazer pesquisas referente a o aplicativo e suas funcionalidades. Existe sumário e índice para facilitar a pesquisa do usuário.

Permitir fazer consultas rápidas dos códigos ou nomes dos registros, dispensando memorização e procura.

Permitir "Cadastrar ou abrir os cadastros" de determinados cadastros da aplicação, agilizando o processo do sistema.

Permitir "Emitir alguns relatórios" do sistema. Exemplo: no cadastro do funcionário "F4" apresenta a tela para emitir relatório do funcionário.

Permitir fazer as consultas sobre as situações ocorridas com o funcionário desde sua admissão, considerando os dias de licenças, atestados, faltas, etc...

Permitir consultar os cálculos efetuados no sistema de acordo com a competência informada e o processamento para cada funcionário.

Permitir consultar os contratos, períodos e situações que a pessoa se encontra nos registros informados.

Permitir calcular datas possibilitando fazer conversões de datas, dias, meses e anos para lhe auxiliar a obter informações de forma rápida e prática.

Possibilitar realizar cálculos clicando nos botões da calculadora ou digitando os cálculos usando o teclado. Também tem a opção de escolher a opção de exibição de forma padrão ou científica.

4 – PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

1	Permitir a utilização do sistema via internet.
2	Possuir filtros para seleção de entidades.
3	Conter funcionalidade para aumento da granularidade das informações exibidas, contendo a opção de efetuar consulta de todas as unidades de forma consolidada.
4	Possuir cadastro de IP autorizado para uploads, para impedir o envio de informações fora do IP cadastrado.
	Possuir cadastro para exibição das consultas, permitindo que o cliente configure qual consulta deseja exibir por entidade que ele tem acesso.
5	Possibilitar o relacionamento de documentos com os processos de licitação.

6	Permitir realizar a atualização de dados de forma automática, com a utilização de agendas configuradas na periodicidade requisitada pelo usuário.
7	Permitir exportar em formato CSV as informações do Transparência, utilizando filtros disponibilizados para cada série de dados.
8	Permitir personalizar o nível de detalhamento das consultas apresentadas.
9	Permitir consulta de Receitas, Despesas, Frotas, Licitações e quadro de pessoal.
10	Permitir download em PDF do Cronograma de ações da Portaria STN Nº 828/2011.
11	Permitir download de anexos em PDF (Receita e Despesa por categoria de econômicos, Despesa por programa de trabalho, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, Variações Patrimoniais).

ANEXO II
ORÇAMENTO ESTIMADO DOS ITENS DA LICITAÇÃO
(MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS)

1. Locação dos Sistemas:

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	USUÁRIOS	CUSTO UNITÁRIO ESTIMADO R\$	VALOR UNITÁRIO PROPOSTO R\$	VALOR TOTAL ESTIMADO R\$
	48	Mês	Contabilidade Pública	2	490,00		
	48	Mês	Compras e Licitações	1	140,00		
	48	Mês	Folha de Pagamento	1	270,00		
	48	Mês	Portal da Transparência	-----	275,00		
VALOR TOTAL R\$							

2. Serviços Técnicos

01	Serv.	Serviços de Implantação dos sistemas, conversão dos dados e treinamento para os usuários	19.500,00
100	Hora	Assistência Técnica, após implantação dos sistemas, quando solicitado.	97,00
5.000	KM	Deslocamento nos serviços de suporte, quando exigida a presença do técnico in loco	0,75
15	Diária	Estada e alimentação nos serviços de suporte, quando exigida a presença do técnico in loco	115,00
VALOR GLOBAL ESTIMADO R\$			91.075,00

Valor da proposta por extenso:

Validade da proposta:

(DATAR ASSINAR E CARIMBAR)

ANEXO III
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº/

MODALIDADE LOCAÇÃO DE SOFTWARES

CONTRATANTE:

CONTRATADA:

Com fundamento na Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e demais normas jurídicas aplicáveis à espécie, as partes contratantes resolvem deliberadamente pactuar o presente contrato de locação de softwares e prestação de serviços correlatos, no regime de execução direta, o que fazem mediante as cláusulas e condições abaixo estabelecidas e vinculadas ao processo licitatório, origem deste contrato:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Constitui objeto do presente contrato a locação, para uso temporário e não exclusivo, em favor do CONTRATANTE, dos seguintes softwares e sistemas:
 (descrever softwares).

1.2 O licenciamento compreende a manutenção legal, corretiva e evolutiva durante o período contratual, esta última definida de acordo com critérios de viabilidade técnica, conveniência e adequação mercadológica aferidos exclusivamente pela CONTRATADA.

1.3. De acordo com a proposta de preços vencedora, também farão parte do objeto a prestação dos seguintes serviços especializados:

- a) Configuração e parametrização conforme procedimentos do CONTRATANTE.
- b) Treinamento para os servidores responsáveis pela utilização dos sistemas contratados.
- c) Suporte técnico operacional, exclusivamente nos sistemas contratados, com possibilidade de estabelecimento de técnico residente onerosamente cedido.
- d) Serviços de alterações específicas do CONTRATANTE, quando solicitado.
- e) Conversão dos dados existentes para funcionamento nos novos sistemas a serem implantados.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 O presente instrumento terá duração de 48 meses, contados a partir da data de implantação do(s) sistema(s), nos termos do disposto no artigo 57, inciso IV da Lei 8.666/93 e normas complementares.

2.2. Fluído o prazo de vigência, os aplicativos licenciados poderão ser automaticamente bloqueados para alterações na base de dados, sendo garantido a este consultas irrestritas a telas, relatórios e documentos, bem como a obtenção gratuita de cópia da base de dados produzida, em formato ".txt".

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 Pela locação dos SISTEMAS, objeto deste contrato, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os valores disposto no Anexo I do presente contrato.

3.2 Os serviços de implantação, a critério do CONTRATANTE, serão faturados em parcela única ou em até 03 parcelas mensais e sucessivas, a primeira de 40% do custo total dos serviços e as duas últimas com 30% do custo total dos serviços, vencendo-se a primeira em quinze dias após a emissão da nota fiscal e regular liquidação dos serviços.

3.3 Em caso de atraso, incidirá sobre o valor das locações multa de 2% (dois por cento), mais juros de 0,030% ao dia.

3.4 Os valores contratados serão corrigidos de acordo com a menor periodicidade permitida em lei, de acordo com o IGP-M acumulado no período.

3.5 Em caso de atraso nos pagamentos, será cabível correção monetária, durante o período de inadimplência, de acordo com o IGP-M acumulado no período.

3.6 Os pagamentos obedecerão ao disposto no Edital de Licitação quanto a prazos e condições de pagamento, sendo que, em caso de eventuais omissões, fica estabelecido o pagamento de qualquer serviço contratado em até quinze dias após sua regular execução e liquidação, desde que emitida e recebida no órgão

licitante a competente nota fiscal de prestação de serviços.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E VINCULAÇÃO

4.1 As despesas decorrentes da locação do Sistema objeto do presente contrato, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

4.2 O Presente contrato está vinculado ao Pregão Presencial nº XX/201X, cujos termos desde logo fazem parte integrante da presente avença.

CLÁUSULA QUINTA - DA LICENÇA DE USO DO SISTEMA

5.1 A contratada é a desenvolvedora e/ou licenciadora dos softwares licenciados, concedendo ao contratante as licenças de uso temporárias e não exclusivas estabelecidas no presente contrato.

5.2 Fica vedado ao CONTRATANTE realizar a sublocação, empréstimo, arrendamento ou transferência dos softwares licenciados, assim como a engenharia reversa, a decompilação ou a decomposição do(s) referido(s) sistema(s).

5.3 Quando em ambiente web, por exigência ou conveniência administrativa, os sistemas deverão permanecer on line por até 96% do tempo de cada mês civil.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1 Caberá ao CONTRATANTE:

6.1.1 Efetuar os pagamentos decorrentes da locação objeto deste contrato no primeiro dia útil do mês subsequente, e, nos demais casos, em até dez dias após a sua efetiva entrega.

6.1.2 Facultar o acesso irrestrito dos técnicos da CONTRATADA às áreas de trabalho, registros, documentação e demais informações necessárias à fiel execução do presente contrato.

6.1.3 Manter, na operacionalização dos sistemas, apenas pessoal devidamente treinado pela CONTRATADA.

6.1.4 Conceder à CONTRATADA acesso remoto às suas estruturas virtuais, ambiente de rede ou intranet.

6.1.5 Buscar manter alto padrão de clareza nas solicitações de alteração enviadas à CONTRATADA, indicando um responsável que acompanhará as tramitações desta pela internet, respondendo-as diariamente.

6.1.6 Assegurar a configuração adequada da máquina e instalação dos sistemas, manter backup adequado para satisfazer as necessidades de segurança e recuperação no caso de falha da máquina, dando prioridade aos técnicos da CONTRATADA na utilização de qualquer recurso necessário à fiel execução do presente contrato.

6.1.7 Responsabilizar-se pela completa e correta inserção de dados nos sistemas.

6.1.8 Parametrizar o sistema, em nível de usuário, inclusive no tocante às modificações de alíquotas de tributos, multas e contribuições, além de atualizar as fórmulas de cálculo dos sistema(s) quando necessário.

6.1.9 Manter as bases de dados atualizadas de acordo com a versão de banco de dados adotada pela CONTRATADA, e desde que esta tenha concedido aviso de alteração com prazo mínimo de noventa dias.

6.1.10 Promover o prévio cadastro de dúvidas ou erros constatados na página da internet da CONTRATADA, para somente após decorridos 60 (sessenta) minutos sem resposta requisitar suporte telefônico.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 Caberá a CONTRATADA:

7.1.1 Quando contratados, conforme valores disposto no Anexo I, converter dados para uso pelos softwares, instalar os sistemas objeto deste contrato, treinar os servidores indicados na sua utilização, prestar suporte apenas aos servidores devidamente certificados pela CONTRATADA no uso dos softwares e que tenham observado, em sua solicitação, a regra disposta na cláusula 6.1.10 do presente contrato.

7.1.2 Manter operacionais todas as funcionalidades descritas no

Anexo II.

7.1.3 Tratar como confidenciais, informações e dados do CONTRATANTE, guardando total sigilo em face de terceiros.

7.1.4 Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas.

7.1.5 Avaliar, em prazo razoável, a viabilidade técnica e jurídica das solicitações de alteração específicas encaminhadas eletronicamente pelo CONTRATANTE, e repassar orçamento acompanhado de cronograma para execução dos serviços.

7.1.6 Garantir o atendimento de técnico presencial, quando requisitado, em até quatro dias úteis contados da outorga de autorização expressa para execução de serviços de atendimento in loco.

CLÁUSULA OITAVA - DO TREINAMENTO

8.1 O treinamento na operacionalização do sistema, quando contratado, poderá ser realizado nas dependências da CONTRATANTE, na sede CONTRATADA ou, ainda, via internet:

8.1.1 A CONTRATANTE apresentará à CONTRATADA a relação de usuários a serem treinados mediante o pagamento da hora técnica respectiva, acrescida das despesas de deslocamento, alimentação e estadia do técnico palestrante quando o treinamento ocorrer das dependências da CONTRATANTE.

8.1.2 O treinamento na sede da CONTRATANTE poderá incluir ou não o fornecimento oneroso de material didático.

8.1.3 O treinamento via web será considerado prestado independentemente da ocorrência de problemas com o provedor de internet, com o fornecimento de energia ou com qualquer outro fator correlato de responsabilidade do CONTRATANTE, podendo ser novamente faturado quando refeito sem culpa da contratada.

CLÁUSULA NONA - DA EVOLUÇÃO, MANUTENÇÃO E ALTERAÇÃO NOS SISTEMAS

9.1 As melhorias/modificações nos sistemas poderão ser legais, corretivas ou evolutivas.

9.1.1 As melhorias/modificações evolutivas serão classificadas em específicas ou gerais, conforme sua iniciativa tenha partido da CONTRATANTE ou da CONTRATADA, respectivamente.

9.1.2 As modificações evolutivas de caráter geral serão periodicamente disponibilizadas pela CONTRATADA, com seu custo incluído no preço mensal da locação/licenciamento dos sistemas.

9.1.3 As modificações evolutivas específicas - incluindo aquelas necessárias à adequação dos sistemas à legislação municipal - serão objeto de análise por parte da CONTRATADA, que declarará a sua viabilidade técnica e formalizará orçamento para prévia aprovação por parte da CONTRATANTE, desenvolvendo-as e disponibilizando no prazo que indicar.

9.1.4 As modificações de natureza legal para atendimento da legislação federal ou estadual serão introduzidas nos sistemas durante a vigência do contrato, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE, e, caso não haja tempo hábil para implementá-las até o início das respectivas vigências, a CONTRATADA procurará indicar soluções alternativas para atender as determinações legais até a atualização dos sistemas.

9.1.5 As atualizações de cunho corretivo, originadas a partir da verificação de erros de processamento, serão fornecidas sem custo para a CONTRATANTE.

9.1.6 As modificações/melhorias evolutivas ou de natureza legal serão introduzidas nos sistemas originalmente licenciados e distribuídas toda vez que a CONTRATADA as concluir, cabendo à CONTRATANTE implantar cada nova versão no prazo de até 30 (trinta) dias de seu recebimento, findos os quais a CONTRATADA deixará de fornecer suporte a versão antiga.

9.2 A ausência de disponibilização das modificações evolutivas relacionadas à legislação municipal não implicará em qualquer responsabilidade para a CONTRATADA.

9.3 Eventuais conversões de dados decorrentes de mudanças de versões poderão ser cobradas pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO SUPORTE TÉCNICO

10.1. O suporte técnico pós-implantação deverá ser sempre efetuado por técnico habilitado em favor de usuário devidamente treinado, e compreenderá:

10.1.1 Esclarecimento de dúvidas que possam surgir durante a operação e utilização dos sistemas.

10.1.2 Realização de quaisquer atividades técnicas relacionadas a erros derivados de falha dos usuários.

10.1.3 Auxiliar na recuperação da base de dados por problemas originados em erros de operação, queda de energia ou falha de equipamentos caso não haja backup de segurança.

10.1.4 Auxiliar o usuário, em caso de dúvidas, na elaboração de quaisquer atividades técnicas relacionadas à utilização dos sistemas.

10.1.5 Desenvolver relatórios específicos.

10.2. Este atendimento será realizado por qualquer meio de comunicação convencional ou eletrônico, e, em último caso, mediante visita in loco de técnico habilitado.

10.3 O suporte telefônico, embora disponibilizado pela CONTRATADA, somente será prestado caso o interlocutor do CONTRATANTE que tenha cumprido com a etapa descrita na cláusula 6.1.10 do presente contrato.

10.4 Em nenhuma hipótese a CONTRATADA se responsabilizará por qualquer alteração ou modificação dos softwares realizada por pessoas não credenciadas.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

11.1 A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste contrato somente se reputará válida se tornadas conhecidas expressamente em Instrumento Aditivo, que ao presente se aderirá, passando a fazer parte dele.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DA RESCISÃO

12.1 A ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93 ensejará a rescisão do contrato:

a) Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

b) Os casos de rescisão administrativa ou amigável serão precedidos de comunicação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

c) Em caso de inadimplemento superior a noventa dias, a execução do presente contrato poderá ser suspensa.

d) Rescindido ou distratado o contrato, a empresa contratada deverá disponibilizar, em formato txt., cópia de toda a base de dados produzida e armazenada durante o período de vigência contratual.

e) A contratada reconhece os direitos da contratante, em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77 da lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – DAS PENALIDADES

13.1 Em caso de inexecução, total ou parcial do presente contrato, serão aplicadas as penalidades dispostas no Edital, as quais se tornam parte integrante da presente minuta contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA - DO FORO, DOS CASOS OMISSOS E DA REGULARIDADE

14.1 As partes de comum e recíproco acordo, elegem o foro da comarca de para dirimir qualquer dúvida, ação ou questão oriunda deste presente contrato.

14.2 Este contrato fica vinculado a legislações aplicáveis a execução de contratos, especialmente aos públicos nos casos omissos.

14.3 O contratado fica obrigado a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

Contratos

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA

CONTRATO: 008/2014.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde

Contratado: Macoenge Ltda - EPP

Objeto: Contratação de empresa para executar serviços e fornecimento de materiais para a contratação de empresa para realização de ampliações e reformas no Posto de Saúde Bairro União Origem: TP 011/2014 FMS – Valor R\$ 81.500,00 Vigência 12/03/2014 à 11/09/2014. - Dionísio Cerqueira 12/03/2014.

João Stahl – Gestor do FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA

CONTRATO: 009/2014.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde

Contratado: Macoenge Ltda - EPP

Objeto: Contratação de empresa para executar serviços e fornecimento de materiais para a contratação de empresa para realização de ampliações e reformas no Posto do Bairro Três Fronteiras Origem: TP 011/2014 FMS – Valor R\$ 106.500,00 Vigência 12/03/2014 à 11/09/2014.

Dionísio Cerqueira 12/03/2014.

João Stahl

Gestor do FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

CONTRATO: 028/2014.

Contratante: Prefeitura Municipal

Contratado: OI S/A

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de telefonia fixa para a Administração Municipal de Dionísio Cerqueira, Fundo Municipal de Saúde e Hospital Municipal Origem: DL 036/2014 Valor Previsto R\$ 165.000,00 Vigência março a dezembro à 2014.

Dionísio Cerqueira 17/03/2014.

Altair Rittes

Prefeito Municipal

Aviso de Licitações.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberto o Pregão Presencial n. 037/2014. Objeto: Aquisição de Gêneros alimentícios para os alunos do EJA Entrega da documentação e propostas até as 08:30 horas do dia 31/03/2014 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413. – Dionísio Cerqueira, 18/03/2014.

Altair Rittes
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberto o Pregão Presencial n. 038/2014. Objeto: Aquisição de nitrogênio, Luva e Bainhas para o programa de inseminação artificial do Município. Entrega da documentação e propostas até as 14:30 horas do dia 31/03/2014 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413. –

Dionísio Cerqueira, 18/03/2014.
Altair Rittes
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberto o Pregão Presencial n. 039/2014. Objeto: Aquisição de móveis, materiais de informática, eletrodomésticos e aparelhos eletrônicos para o Fundo da Infância e Adolescência e balanças e antropometro portátil para Programa de Merenda Escolar Entrega da documentação e propostas até as 08:30 horas do dia 01/04/2014 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413.

Dionísio Cerqueira, 18/03/2014.
Altair Rittes
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberto o Pregão Presencial n. 040/2014. Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios e material de limpeza para a Secretaria de Assistência Social. Entrega da documentação e propostas até as 14:30 horas do dia 01/04/2014 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações Junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413.

Dionísio Cerqueira, 18/03/2014.
Altair Rittes
Prefeito Municipal

Resultado de Licitações

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DEDIONÍSIO CERQUEIRA

O Fundo Municipal de Saúde de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado da Tomada de preço nº 011/2014, Objeto: Contratação de empresa para executar serviços e fornecimento de materiais para a contratação de empresa para realização de ampliações e reformas nos Postos de saúde do Município.(Posto de Saúde Bairro União e Posto do Bairro Três Fronteiras) – Valor R\$ 188,000,00 Vigência 12/03/2014 à 11/09/2014.

Dionísio Cerqueira 12/03/2014.
João Stahl
Gestor do FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DEDIONÍSIO CERQUEIRA
LICITAÇÃO DESERTA

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados que a Tomada de preço nº 026/2014, Objeto: Contratação de empresa para pavimentação asfáltica, drenagem pluvial e sinalização viária das ruas Leoberto Leal, Felipe Schmidt, Cabo João Loureiro, Dom Pedro I e Avenida Adelino Mangini. Foi considerada deserta.

Dionísio Cerqueira 13/03/2014.
Altair Rittes
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DEDIONÍSIO CERQUEIRA

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado da DL nº 036/2014, Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de telefonia fixa para a Administração Municipal de Dionísio Cerqueira, Fundo Municipal de Saúde e Hospital Municipal Vencedor: Oi S/A – Valor Previsto R\$ 165.000,00.

Dionísio Cerqueira 17/03/2014.
Altair Rittes
Prefeito Municipal

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de DIONÍSIO CERQUEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas						
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	32.101.642,90	32.101.642,90	5.199.033,84	16,20	5.199.033,84	16,20
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	32.101.642,90	32.101.642,90	5.199.033,84	16,20	5.199.033,84	16,20
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	14.402,25	—	—	0,00	—
Superávit Financeiro	—	14.402,25	—	—	0,00	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	31.027.042,90	4.756.233,42	35.783.276,32	7.262.104,85	7.262.104,85	3.394.656,38	3.394.656,38	9,49
DESPESAS CORRENTES	27.061.497,00	107.148,54	27.168.645,54	7.253.238,06	7.253.238,06	3.385.789,59	3.385.789,59	12,46
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	15.588.299,45	-13.200,78	15.575.098,67	2.675.422,59	2.675.422,59	2.671.874,97	2.671.874,97	17,15
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	50.000,00	0,00	50.000,00	933,16	933,16	933,16	933,16	1,87
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	11.423.197,55	120.349,32	11.543.546,87	4.576.882,31	4.576.882,31	712.981,46	712.981,46	6,18
DESPESAS DE CAPITAL	3.960.545,90	4.649.084,88	8.609.630,78	8.866,79	8.866,79	8.866,79	8.866,79	0,10
INVESTIMENTOS	3.385.545,90	4.649.084,88	8.034.630,78	574,00	574,00	574,00	574,00	0,01
INVERSOES FINANCEIRAS	25.000,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	550.000,00	0,00	550.000,00	8.292,79	8.292,79	8.292,79	8.292,79	1,51
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	31.027.042,90	4.756.233,42	35.783.276,32	7.262.104,85	7.262.104,85	3.394.656,38	3.394.656,38	9,49

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de DIONÍSIO CERQUEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	31.027.042,90	4.756.233,42	35.783.276,32	7.262.104,85	7.262.104,85	3.394.656,38	3.394.656,38	32.388.619,94
SUPERÁVIT (XII)	—	—	—	—	—	—	1.804.377,46	—
TOTAL (XIV) = (XI + XII)	31.027.042,90	4.756.233,42	35.783.276,32	7.262.104,85	7.262.104,85	3.394.656,38	5.199.033,84	32.388.619,94

FONTE:

DIONÍSIO CERQUEIRA, 18/03/2014

ALTAIR CARDOSO RITTES Prefeito Municipal	CLEONIR L. WELTER C. Interno - CRA/SC 11527	GUIOMAR G. DE CAMPOS Téc. em Contab. CRC/SC 023050/D-0
---	--	---

ANEXO II - RREO

Município de DIONÍSIO CERQUEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	31.027.042,90	35.783.276,32	7.262.104,85	7.262.104,85	3.394.656,38	3.394.656,38	100,00	32.388.619,94
Administração	3.706.000,00	3.707.603,02	851.985,67	851.985,67	438.554,00	438.554,00	12,92	3.269.049,02
Contabilidade e Orçamento	48.000,00	48.000,00	11.898,26	11.898,26	11.898,26	11.898,26	0,35	36.101,74
Administração Geral	3.257.000,00	3.258.603,02	797.657,22	797.657,22	389.028,14	389.028,14	11,46	2.869.574,88
Administração Financeira	200.000,00	200.000,00	8.700,00	8.700,00	8.700,00	8.700,00	0,26	191.300,00
Controle Interno	77.000,00	77.000,00	16.754,35	16.754,35	12.449,50	12.449,50	0,37	64.550,50
Administração de Receitas	124.000,00	124.000,00	16.975,84	16.975,84	16.478,10	16.478,10	0,49	107.521,90
Defesa Nacional	56.000,00	56.000,00	2.570,64	2.570,64	2.570,64	2.570,64	0,08	53.429,36
Defesa Terrestre	56.000,00	56.000,00	2.570,64	2.570,64	2.570,64	2.570,64	0,08	53.429,36
Segurança Pública	274.786,00	274.786,00	39.576,04	39.576,04	23.621,33	23.621,33	0,70	251.164,67
Policimento	63.918,00	63.918,00	27.306,69	27.306,69	16.597,97	16.597,97	0,49	47.320,03
Defesa Civil	210.868,00	210.868,00	12.269,35	12.269,35	7.023,36	7.023,36	0,21	203.844,64
Assistência Social	1.632.443,90	2.060.068,50	231.005,39	231.005,39	168.178,59	168.178,59	4,95	1.891.889,91
Administração Geral	570.536,00	570.536,00	118.935,32	118.935,32	91.603,12	91.603,12	2,70	478.932,88
Assistência à Criança e ao Adolescente	929.407,90	1.279.407,90	83.095,90	83.095,90	61.145,89	61.145,89	1,80	1.218.262,01
Assistência Comunitária	132.500,00	210.124,60	28.974,17	28.974,17	15.429,58	15.429,58	0,45	194.695,02
Saúde	9.638.050,00	10.092.910,00	2.651.154,65	2.651.154,65	1.454.838,48	1.454.838,48	42,86	8.638.071,52
Administração Geral	871.400,00	871.400,00	216.759,50	216.759,50	122.503,27	122.503,27	3,61	748.896,73
Atenção Básica	6.215.300,00	6.670.160,00	1.815.310,81	1.815.310,81	1.038.476,32	1.038.476,32	30,59	5.631.683,68
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.440.500,00	2.440.500,00	609.892,74	609.892,74	284.667,29	284.667,29	8,39	2.155.832,71
Vigilância Sanitária	80.600,00	80.600,00	9.191,60	9.191,60	9.191,60	9.191,60	0,27	71.408,40
Vigilância Epidemiológica	30.250,00	30.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.250,00
Educação	7.294.303,00	7.351.262,27	1.253.172,13	1.253.172,13	796.505,75	796.505,75	23,46	6.554.756,52
Administração Geral	490.300,00	490.300,00	76.865,32	76.865,32	53.155,82	53.155,82	1,57	437.144,18
Administração Financeira	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
Creche	7.931,00	7.931,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.931,00
Ensino Fundamental	4.519.403,50	4.564.838,77	811.458,85	811.458,85	453.054,90	453.054,90	13,35	4.111.783,87
Ensino Médio	244.650,00	244.650,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	244.650,00
Educação Infantil	1.963.018,50	1.974.542,50	362.844,96	362.844,96	288.292,03	288.292,03	8,49	1.686.250,47
Educação de Jovens e Adultos	44.000,00	44.000,00	2.003,00	2.003,00	2.003,00	2.003,00	0,06	41.997,00

Continua 1/3

Município de DIONÍSIO CERQUEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	31.027.042,90	35.783.276,32	7.262.104,85	7.262.104,85	3.394.656,38	3.394.656,38	100,00	9,49
Cultura	187.800,00	187.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Difusão Cultural	187.800,00	187.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Urbanismo	2.862.504,00	3.739.768,40	486.012,66	486.012,66	109.867,49	109.867,49	3,24	2,94
Infra-Estrutura Urbana	1.365.590,00	1.318.115,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Urbanos	1.347.164,00	2.271.902,74	368.048,60	368.048,60	98.297,23	98.297,23	2,90	4,33
Energia Elétrica	149.750,00	149.750,00	117.964,06	117.964,06	11.570,26	11.570,26	0,34	7,73
Saneamento	11.000,00	11.000,00	2.405,60	2.405,60	2.405,60	2.405,60	0,07	21,87
Saneamento Básico Rural	11.000,00	11.000,00	2.405,60	2.405,60	2.405,60	2.405,60	0,07	21,87
Agricultura	1.044.156,00	2.858.002,53	231.086,51	231.086,51	75.919,29	75.919,29	2,24	2,66
Administração Geral	1.000.156,00	2.814.002,53	231.086,51	231.086,51	75.919,29	75.919,29	2,24	2,70
Abastecimento	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Extensão Rural	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indústria	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comércio e Serviços	10.000,00	507.535,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Comercial	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Turismo	0,00	497.535,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte	1.463.800,00	1.463.800,00	831.599,13	831.599,13	140.372,34	140.372,34	4,14	9,59
Transporte Rodoviário	1.463.800,00	1.463.800,00	831.599,13	831.599,13	140.372,34	140.372,34	4,14	9,59
Desporto e Lazer	307.200,00	933.740,00	29.136,43	29.136,43	26.467,02	26.467,02	0,78	2,83
Desporto Comunitário	307.200,00	933.740,00	29.136,43	29.136,43	26.467,02	26.467,02	0,78	2,83
Encargos Especiais	2.524.000,00	2.524.000,00	652.400,00	652.400,00	155.355,85	155.355,85	4,58	6,16
Serviço da Dívida Interna	2.000.000,00	2.000.000,00	128.400,00	128.400,00	125.479,96	125.479,96	3,70	6,27
Outros Encargos Especiais	524.000,00	524.000,00	524.000,00	524.000,00	29.875,89	29.875,89	0,88	5,70

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de DIONÍSIO CERQUEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	31.027.042,90	35.783.276,32	7.262.104,85	7.262.104,85	3.394.656,38	3.394.656,38	100,00	9,49
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	31.027.042,90	35.783.276,32	7.262.104,85	7.262.104,85	3.394.656,38	3.394.656,38	100,00	9,49

FONTE:

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

ANEXO III - RREO

Município de DIONÍSIO CERQUEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2013 A FEVEREIRO/2014

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)	ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014
		Mar/2013	Abr/2013	Mai/2013	Jun/2013	Jul/2013	Ago/2013	Sep/2013	Out/2013	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	
	RECEITAS CORRENTES (I)	1.849.029,62	2.158.147,51	2.602.602,31	2.237.023,64	2.538.432,00	2.236.825,60	2.226.497,18	2.401.211,94	2.584.052,55	4.775.059,92	2.450.162,88	2.720.115,62	30.779.160,37
	RECEITA TRIBUTÁRIA	186.677,47	139.435,18	231.141,76	202.724,84	685.954,37	191.611,94	203.477,59	285.016,51	463.809,19	353.672,34	203.092,88	206.833,17	4.534.036,20
	IPTU.	224,84	69,26	0,00	26.657,55	314.103,87	26.405,02	23.708,25	25.220,27	21.337,80	24.803,89	1.857,16	0,00	463.857,91
	I.R.R.F.	18.535,21	24.353,18	26.244,84	22.069,15	13.392,40	25.832,36	23.708,58	23.359,37	295.938,11	145.899,79	10.749,46	54.879,61	684.982,06
	I.S.S.	57.422,69	54.506,37	110.796,14	83.125,98	97.047,23	89.724,03	76.536,19	175.789,93	81.217,85	112.208,63	126.994,74	91.210,87	1.156.580,65
	I.T.B.I.	24.804,81	37.630,89	75.950,00	46.983,99	71.643,21	23.968,00	47.385,38	31.704,00	39.912,00	50.443,40	55.663,27	45.524,00	493.540,00
	Outras Receitas Tributárias	85.689,92	22.875,48	18.150,80	23.888,17	189.767,66	25.882,53	32.569,19	28.942,94	25.403,43	20.516,63	7.928,26	15,218.69	1.191.700,00
	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	10.579,44	15,073.94	20.572,33	17,801.23	9.212,47	12.890,37	12.184,09	12,432.24	14.997,84	12,623.68	12,956.38	14,216.02	144.200,00
	RECEITA PATRIMONIAL	39.786,64	37.035,20	38.424,30	35,960.48	43.806,81	45,183.55	47.863,11	51,464.10	47,411.69	52,046.21	5,243.77	101,955.60	294.614,50
	RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	RECEITA DE SERVIÇOS	9.202,31	7.267,90	7.590,10	7.582,95	7.796,08	8.478,88	11.439,91	7.955,55	5.690,69	6.745,71	4.979,05	42.175,64	170.532,90
	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.581.175,28	1.928.160,59	2.248.863,88	1.934.971,07	1.746.555,07	1.945.105,72	1.908.953,71	1.996.304,28	2.045.391,61	4.185.081,54	2.195.227,69	2.248.895,91	25.967.886,35
	Cota-Parte do F.P.M.	474.418,64	509.040,51	731.422,00	610.219,96	434.554,48	568.173,03	659.355,57	281.127,13	654.101,19	1.064.821,14	793.108,54	846.923,88	8.487.200,00
	Cota-Parte do I.C.M.S.	365.685,75	440.936,20	438.192,37	410.447,61	407.434,88	427.184,56	453.877,43	441.277,19	484.587,56	482.532,68	519.460,09	495.318,79	5.386.934,91
	Cota-Parte do IPVA.	69.871,81	96.772,09	83.183,82	81.846,99	104.067,22	91.955,95	86.025,58	83.855,69	45.812,99	31.079,68	59.523,68	76.448,97	910.444,07
	Cota-Parte do ITR.	36,01	44,38	167,36	28,52	25,23	50,20	21,725.4	13,487.99	384,09	190,96	167,17	16,87	23.690,00
	Outras Transferências Correntes	392.391,98	549.227,69	651.150,92	519.893,84	497.916,10	530.599,96	378.245,60	857.020,66	497.979,83	2.246.375,74	382.440,21	398.935,57	5.220.618,40
	Transferências da LC 61/1989	4.136,73	3.793,16	5.100,62	5.312,45	5.232,88	5.599,22	5.093,21	5.444,68	6.039,58	6.455,00	6.658,64	5.637,37	64.503,54
	Transferências da LC 87/1996	0,00	8.023,06	2.005,77	2.005,77	2.005,77	2.005,77	2.005,77	2.005,77	2.005,77	2.005,77	2.199,46	2.199,46	33.590,00
	Transferências do FUNDEB	274.644,36	320.323,50	337.631,22	305.215,93	295.316,71	319.537,03	322.178,01	315.085,17	354.480,70	349.620,67	431.669,90	423.415,00	3.666.450,00
	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	21.608,48	31.174,70	56.009,92	37.983,07	45.107,20	33.555,14	42.576,77	45.039,26	6.751,53	164.690,14	28.661,10	106.039,28	1.157.891,90
	DEDUÇÕES (II)	87.118,57	109.154,97	104.709,66	98.865,63	102.706,38	104.239,10	108.816,09	108.125,14	106.557,87	103.080,00	116.189,68	114.796,65	1.448.416,00
	Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	87.118,57	109.154,97	104.709,66	98.865,63	102.706,38	104.239,10	108.816,09	108.125,14	106.557,87	103.080,00	116.189,68	114.796,65	1.448.416,00
	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.761.911,05	2.048.992,54	2.497.892,65	2.138.168,01	2.435.725,62	2.132.586,50	2.117.681,09	2.293.086,80	2.477.494,68	4.671.979,92	2.333.973,20	2.605.318,97	29.674.800,63
	FONTE:													

ANEXO V - RREO

Município de DIONISIO CERQUEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Dez 2013 (B)	Em 28 Fev 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.549.248,97	1.549.248,97	1.547.311,17
DEDUÇÕES (II)	10.597.521,53	10.597.521,53	9.402.374,01
Disponibilidade de Caixa Bruta	13.320.570,85	13.320.570,85	11.181.037,58
Demais Haveres Financeiros	208.493,83	208.493,83	236.716,76
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	2.931.543,15	2.931.543,15	2.015.380,33
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-9.048.272,56	-9.048.272,56	-7.855.062,84
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-9.048.272,56	-9.048.272,56	-7.855.062,84

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Fev 2014 (C - A)
VALOR	1.193.209,72	1.193.209,72

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Dez 2013 (B)	Em 28 Fev 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

ANEXO VI - RREO

Município de DIONISIO CERQUEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	30.387.888,40	4.894.446,26	4.894.446,26	3.907.720,95
Receita Tributária	4.817.321,20	422.199,07	422.199,07	273.842,49
I.P.T.U.	1.177.561,50	1.857,16	1.857,16	2.874,27
I.S.S.	1.479.664,00	218.205,61	218.205,61	125.609,49
I.T.B.I.	430.540,00	101.087,27	101.087,27	67.697,95
I.R.R.F.	354.570,70	65.629,07	65.629,07	39.619,25
Outras Receitas Tributárias	1.374.985,00	35.419,96	35.419,96	38.041,53
Receita de Contribuição	144.200,00	27.174,40	27.174,40	27.771,07
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	144.200,00	27.174,40	27.174,40	27.771,07
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	294.614,50	107.199,37	107.199,37	59.419,44
(-) Aplicações Financeiras	294.614,50	107.199,37	107.199,37	59.419,44
Transferências Correntes	24.030.502,40	4.248.732,65	4.248.732,65	3.538.192,53
F.P.M.	8.487.200,00	1.640.032,42	1.640.032,42	1.436.024,03
I.C.M.S.	4.944.000,00	811.823,26	811.823,26	655.159,58
Convênios	31.840,00	8.421,00	8.421,00	2.205,00
Outras Transferências Correntes	10.567.462,40	1.788.455,97	1.788.455,97	1.444.803,92
Demais Receitas Correntes	1.395.864,80	196.340,14	196.340,14	67.914,86
Dívida Ativa	941.450,90	39.063,27	39.063,27	35.742,86
Diversas Receitas Correntes	454.413,90	157.276,87	157.276,87	32.172,00
RECEITAS DE CAPITAL (II)	1.419.140,00	197.388,21	197.388,21	1.735.100,91
Operações de Crédito (III)	1.200.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	12.360,00	938,21	938,21	898,80
Alienação de Ativos (V)	154.500,00	450,00	450,00	0,00
Transferências de Capital	52.280,00	196.000,00	196.000,00	1.734.202,11
Convênios	27.280,00	196.000,00	196.000,00	1.734.202,11
Outras Transferências de Capital	25.000,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	52.280,00	196.000,00	196.000,00	1.734.202,11
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	30.440.168,40	5.090.446,26	5.090.446,26	5.641.923,06

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	27.168.645,54	3.385.789,59	3.385.789,59	2.835.179,40
Pessoal e Encargos Sociais	15.575.098,67	2.671.874,97	2.671.874,97	2.239.560,27
Juros e Encargos da Dívida (IX)	50.000,00	933,16	933,16	1.581,60
Outras Despesas Correntes	11.543.546,87	712.981,46	712.981,46	594.037,53
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	27.118.645,54	3.384.856,43	3.384.856,43	2.833.597,80
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	8.609.630,78	8.866,79	8.866,79	36.116,53
Investimentos	8.034.630,78	574,00	574,00	5.758,00
Inversões Financeiras	25.000,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	25.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	550.000,00	8.292,79	8.292,79	30.358,53
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	8.059.630,78	574,00	574,00	5.758,00

Município de DIONISIO CERQUEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	5.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	35.183.276,32	3.385.430,43	3.385.430,43	2.839.355,80
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-4.743.107,92	1.705.015,83	1.705.015,83	2.802.567,26
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	0,00	0,00
Superávit Financeiro	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				0,00

FONTE:

DIONISIO CERQUEIRA, 18/03/2014

ANEXO VII - RREO

Município de DIONÍSIO CERQUEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS				RP NÃO PROCESSADOS							
	Em Exercícios Anteriores	Inscritos Em 31 de Dezembro de 2013	Pagos	Cancelados	Saldo	Em Exercícios Anteriores	Inscritos Em 31 de Dezembro de 2013	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo	
Poder/Órgão	RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)											
	EXECUTIVO											
	ADMINISTRAÇÃO DIRETA											
	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO											
	FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA											
	PODER EXECUTIVO MUNICIPAL											
	SEC. MUN. DE INFRA-ESTRUTURA E OBRAS											
	SEC. MUN. DE SERVIÇOS E DESENVOLVIMENTO I											
	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, Pecuária, Pesca, Meio Ambiente, Desenvolvimento Rural e MEK											
	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO											
	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL											
	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO											
	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREAÇÃO											
	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA E TRANSPORTES											
	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO											
	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA											
	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE											
	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE											
	HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA											
	HOSPITAL MUNICIPAL DR. LUIZ CARLOS BARREIRO											
LEGISLATIVO												
FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA												
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL												
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA E TRANSPORTES												
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)												
TOTAL (III) = (I + II):												
FONTE:												

FONTE:

ANEXO IX - RREO

Município de DIONISIO CERQUEIRA - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO* (I)	1.200.000,00	0,00		1.200.000,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	8.609.630,78	8.866,79	0,00	8.600.763,99
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	8.609.630,78	8.866,79	0,00	8.600.763,99
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-7.409.630,78	-8.866,79		-7.400.763,99

FONTE:

ANEXO XI - RREO

Município de DIONISIO CERQUEIRA - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2014/MÊS FEVEREIRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Mês (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	154.500,00	450,00	154.050,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	450,00	-450,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	154.500,00	0,00	154.500,00
TOTAL	154.500,00	450,00	154.050,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Mês		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	450,00	450,00

FONTE:

ANEXO XIII - RREO

Município de DIONISIO CERQUEIRA - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

DIONISIO CERQUEIRA, 18/03/2014

ANEXO XIV - RREO

Município de DIONISIO CERQUEIRA - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS			
Previsão Inicial		—	32.101.642,90
Previsão Atualizada		—	32.101.642,90
Receitas Realizadas		5.199.033,84	5.199.033,84
Déficit Orçamentário		—	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	0,00
DESPESAS			
Dotação Inicial		—	31.027.042,90
Créditos Adicionais		—	4.756.233,42
Dotação Atualizada		—	35.783.276,32
Despesas Empenhadas		7.262.104,85	7.262.104,85
Despesas Liquidadas		3.394.656,38	3.394.656,38
Superavit Orçamentário		—	1.804.377,46
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas		7.262.104,85	7.262.104,85
Despesas Liquidadas		3.394.656,38	3.394.656,38
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida			29.514.800,63
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)
Resultado Nominal		0,00	1.193.209,72
Resultado Primário		0,00	1.705.015,83
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	2.931.543,15	0,00	1.669.981,20
EXECUTIVO	2.930.164,75	0,00	1.669.981,20
LEGISLATIVO	1.378,40	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	9.005.969,64	69,52	2.786.403,50
EXECUTIVO	8.963.498,11	69,52	2.786.403,50
LEGISLATIVO	42.471,53	0,00	0,00
TOTAL:	11.937.512,79	69,52	4.456.384,70
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		141.272,17	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		526.960,44	60%
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		0,00	1.200.000,00
Despesa de Capital Líquida		8.866,79	8.600.763,99

Continua 1/2

Município de DIONISIO CERQUEIRA - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			450,00	154.050,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		879.427,76	15,00	0,00
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Ermo

PREFEITURA

Lei Nº 345, de 19 de Março de 2014.

LEI Nº 345, de 19 de março de 2014.

Revoga a Lei Municipal nº 344, de 26 de fevereiro de 2014.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica revogada a Lei Municipal nº 344, de 26 de fevereiro de 2014 que Autoriza o Poder Executivo Municipal a Efetuar a Abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento do Município de Ermo e dá Outras Providências.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 19 de março de 2014.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

LUCIA R. MARCON BORGES

Secretária de Administração e Finanças Interina

Lei Nº 346, de 19 de Março de 2014.

LEI Nº 346, de 19 de março de 2014.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE ERMO.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no orçamento do Município de Ermo, crédito adicional especial no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), para a inclusão do seguinte programa:

04.01 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

22.661.0043.2024 – Aquisição, construção e manutenção de parque industrial e agroindustrial

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0027 (69)– Aplicações Diretas
R\$ 1.000.000,00

Art. 2º De acordo com a Lei 4.320/1964, artigo 43, parágrafo 1º, inciso IV, serão utilizados como recursos para abertura do crédito especial de que trata a presente Lei, a ser operada mediante Decretos específicos, as receitas provenientes da Operação de crédito autorizada pela Lei nº 338/2014, de 21/02/2014.

§ 1º. Os créditos abertos deverão corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes da operação de crédito, atendido o critério disposto no caput deste artigo.

§ 2º. O saldo da operação de crédito contratada por força da Lei referida no caput deste artigo que não for liberada durante o exercício, deverão ser incorporadas na previsão orçamentária do próximo exercício.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 19 de março de 2014.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

LUCIA R. MARCON BORGES

Secretária de Administração e Finanças Interina

Decreto N.º 018, de 14 de Março de 2014.

DECRETO N.º 018, de 14 de março de 2014.

Suplementa Dotação Orçamentária e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 22, da Lei nº 330, de 04/10/2013 (LDO);

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada a dotação orçamentária do Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal de Ermo no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), a saber:

04.01 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

20.605.0022.2005 – Manutenção da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

3.3.90.00.00.00.00.00.0080(17) – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Art. 2º. A suplementação de que trata o Art.1º, correrá por conta da anulação do item orçamentário abaixo especificado:

04.01 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

20.605.0022.2005 – Manutenção da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

4.4.90.00.00.00.00.00.0080(19) – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 14 de março de 2014.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

LUCIA REGINA MARCON BORGES

Secretária de Administração e Finanças interina

Fraiburgo

PREFEITURA

Decreto Nº 0092/2014

DECRETO Nº 0092, DE 18 DE MARÇO DE 2014.

FIXA TABELA DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE PUBLICIDADE GOVERNAMENTAL, VEICULADAS EM JORNAIS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica fixado Tabela de Preços para contratação de serviço de publicidade governamental, para veiculação na forma impressa de publicidade institucional, de utilidade pública, campanhas educativas e outras, através de jornais de circulação regional, com abrangência no Município de Fraiburgo, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR (R\$)
01	Serviço de veiculação de publicidade institucional, de utilidade pública, campanhas educativas e outras na forma impressa preto e branco, através de Jornal de circulação regional com abrangência no Município de Fraiburgo.	1 Página com tiragem e circulação mínima de 2.500 exemplares e com circulação dentro do Município de Fraiburgo.	772,00
		1/2 Página com tiragem e circulação mínima de 2.500 exemplares e com circulação dentro do Município de Fraiburgo	460,00
		1/4 Página com tiragem e circulação mínima de 2.500 exemplares e com circulação dentro do Município de Fraiburgo.	250,00
		Avisos diversos no tamanho 8,5 cm de largura x 7,5 cm de comprimento.	87,00
02	Serviço de veiculação de publicidade institucional, de utilidade pública, campanhas educativas e outras na forma impressa colorido, através de Jornal de circulação regional com abrangência no Município de Fraiburgo.	1 Página com tiragem e circulação mínima de 2.500 exemplares e com circulação dentro do Município de Fraiburgo.	1.057,00
		1/2 Página com tiragem e circulação mínima de 2.500 exemplares e com circulação dentro do Município de Fraiburgo.	600,00
		1/4 Página com tiragem e circulação mínima de 2.500 exemplares e com circulação dentro do Município de Fraiburgo.	367,00

Art. 2º. A "Publicidade de Utilidade Pública" tem como objetivo informar, orientar, avisar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais reais, visando melhorar a sua qualidade de vida, vinculando-se a objetivos sociais de inquestionável interesse público, sempre assumindo caráter educativo, informativo ou de orientação social.

Art. 3º. A "Publicidade Institucional" tem como objetivo divulgar informações sobre atos, obras e programas dos órgãos e entidades governamentais, suas metas e resultados.

Art. 4º. A publicidade dos programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos do Município de Fraiburgo, deverão ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

Art. 5º. A contratação deverá ser feita através de Edital de Credenciamento onde todas as pessoas jurídicas editoras de jornais de circulação regional, com abrangência no Município de Fraiburgo/SC e interessadas na prestação dos serviços acima citados, poderão se credenciar mediante o preenchimento de condições pré-estabelecidas.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

FRAIBURGO, SC, 18 DE MARÇO DE 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Decreto Nº 0094/2014

DECRETO Nº 0094, DE 18 DE MARÇO DE 2014.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei 2219 de 19 de fevereiro de 2014.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo para o exercício de 2014 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 83.200,00 (oitenta e três mil e duzentos reais), nas seguintes dotações:

05.00 – Secretaria de Administração e Planejamento		
05.01 – Secretaria de Administração e Planejamento		
04.122.0002.2.008 – Manutenção da Secretaria de Administração e Planejamento		
3.3.90.00 – Aplicações Diretas 0.3.0200 (271)	R\$	20.000,00
10.00 – Secretaria de infraestrutura		
10.01 – Secretaria de Infraestrutura		
15.451.0017.2.040 – Manutenção da Secretaria de Infraestrutura		
4.4.90.00 – Aplicações Diretas 0.3.0200 (281)	R\$	20.000,00
12.00 – Secretaria de Desenvolvimento Econômico		
12.01 – Secretaria de Desenvolvimento Econômico		
23.695.0025.2.053 – Incentivos a Eventos Feiras e Exposições Turísticas		
3.3.90.00 – Aplicações Diretas 0.3.0200 (280)	R\$	43.200,00
Total	R\$	83.200,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Consolidado do Município de Fraiburgo do

exercício de 2013, por origem de recurso, em conformidade com o artigo 43, § 1º; inciso I da Lei 4.320/64 e Prejulgado TCE nº. 1794/06.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o decreto 87/2014.

GABINETE DO PREFEITO.
FRAIBURGO, 18 DE MARÇO DE 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Decreto Nº 0095/2014

DECRETO Nº 0095, DE 18 DE MARÇO DE 2014.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei Nº 2210, de 05 de Dezembro de 2013.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo crédito adicional suplementar, para o exercício de 2014 no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) nas seguintes dotações orçamentárias:

07.00 – Secretaria de Educação		
07.01 – Educação Geral		
12.361.0005.2.015 – Manutenção do Ensino Fundamental		
3.3.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0300 (67)	R\$	30.000,00
Total	R\$	30.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

07.00 – Secretaria de Educação		
07.01 – Educação Geral		
12.361.0005.2.015 – Manutenção do Ensino Fundamental		
4.4.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0300 (70)	R\$	30.000,00
Total	R\$	30.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
FRAIBURGO, 18 DE MARÇO DE 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0761/2014

PORTARIA Nº 761, DE 18 DE MARÇO DE 2014.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0042, de 31 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0517/2014, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário MARISA RODRIGUES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 429.866.809-68, na função de PROFESSOR – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 19 de março de 2014 até 04 de agosto de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de março de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0762/2014

PORTARIA Nº 762, DE 18 DE MARÇO DE 2014.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0042, de 31 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0518/2014, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário LUCIA ANA FRITZEN, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 089.293.229-56, na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – EDUCAÇÃO FÍSICA, com carga horária de 13 horas semanais, no período de 19 de março de 2014 até 04 de agosto de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de março de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0763/2014

PORTARIA Nº 763, DE 18 DE MARÇO DE 2014.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e

em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0043, de 31 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0519/2014, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que, estará substituindo por 40 horas semanais a professora LUCIANA APARECIDA RICHTER, que se encontra afastada em Auxílio Doença;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário LUCIMARA DE MELLO GOETTEN, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 042.843.579-30, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 19 de março de 2014 até 19 de maio de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de março de 2014.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0764/2014

PORTARIA Nº 764, DE 18 DE MARÇO DE 2014.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir a pedido, o contrato da servidora SUZANA RODRIGUES DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 052.928.359-00, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 18 de março de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de março de 2014.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0765/2014

PORTARIA N.º 765, DE 18 DE MARÇO DE 2014.

Nomeia Servidor Público Municipal

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear JULIANE DE FÁTIMA ROSA CORREA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 047.019.749-86, no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 19 de março

de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de março de 2014.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 0766/2014

PORTARIA Nº 766, DE 18 DE MARÇO DE 2014.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, o servidor JANISIO CONCEIÇÃO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 781.761.749-04, nomeado no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 31 de março de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de março de 2014.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0767/2014

PORTARIA N.º 767, DE 18 DE MARÇO DE 2014.

Nomeia Servidor Público Municipal

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear JANISIO CONCEIÇÃO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 781.761.749-04, no cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 01 de abril de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de março de 2014.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 0768/2014

PORTARIA Nº 768, DE 18 DE MARÇO DE 2014.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a servidora CAROLINI FRIGOTTO ANTUNES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 093.770.439-30, nomeada no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE DIREÇÃO ESCOLAR 1, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 31 de março de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de março de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0769/2014

PORTARIA Nº 769, DE 18 DE MARÇO DE 2014.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0042, de 31 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0520/2014, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário NAIANE REGINA DE ASSIS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 062.146.059-10, na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL - ARTES, com carga horária de 33 horas semanais, no período de 19 de março de 2014 até 04 de agosto de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de março de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0770/2014

PORTARIA Nº 770, DE 18 DE MARÇO DE 2014.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido, o servidor FABIANO DE JESUS, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 005.236.269-83, nomeado no cargo de provimento efetivo de AGENTE OPERACIONAL, com

carga horária de 40 horas semanais, a partir de 17 de março de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de março de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0771/2014

PORTARIA Nº 771, DE 18 DE MARÇO DE 2014.

Concede Função Gratificada.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores; e em conformidade com a Comunicação Interna n.º 0042/2014, da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor MAMÉDIO ALVES DA SILVA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 387.153.179-00, nomeado no cargo de provimento efetivo de MECÂNICO, Função Gratificada Nível 1, por estar desempenhando a função de Responsável pelos serviços de corte e solda, junto a Secretaria de Infraestrutura Urbana, a partir de 01 de abril de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de março de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 0772/2014

PORTARIA Nº 772, DE 18 DE MARÇO DE 2014.

Concede Função Gratificada.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores; e em conformidade com a Comunicação Interna n.º 0046/2014, da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor VIDALCIR GRANDO, brasileiro, divorciado, inscrito no CPF sob o n.º 422.364.609-53, nomeado no cargo de provimento efetivo de MOTORISTA, Função Gratificada Nível 5, por estar desempenhando a função de Responsável pelas máquinas do interior, a partir de 01 de abril de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria n.º 0794, de 13 de fevereiro de 2013.

Fraiburgo, 18 de março de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 0773/2014

PORTARIA Nº 773, DE 18 DE MARÇO DE 2014.
Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido, a servidora VIRIDIANE JOELCI MOHR, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 048.838.269-61, nomeada no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 18 de março de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de março de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0774/2014

PORTARIA Nº 774, DE 18 DE MARÇO DE 2014.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0004, de 02 de janeiro de 2014, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 011/2014, da Secretaria da Infraestrutura Urbana;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, GILCEU DIAS MACHADO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 899.910.109-63, na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 20 de março de 2014 até 19 de maio de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de março de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Decreto Nº 0093/2014

DECRETO Nº. 0093, DE 18 DE MARÇO DE 2014.

HOMOLOGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº. 0003 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014, DA AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO - SANEFRAI.

O **Prefeito Municipal de Fraiburgo**, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado a classificação final do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0003, de 25 de fevereiro de 2014, da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI, conforme lista anexa.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
FRAIBURGO, SC, 18 DE MARÇO DE 2014.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento



Estado de Santa Catarina
Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - Sanefrai

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0003 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Agente Operacional** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **1** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Agente Operacional**

Critérios de Desempate

1º 2º 3º 4º 5º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Prova Prática	Cursos Área	Tempo Serviço	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	2	ENORI FURLAN FERREIRA	0	0	0	0	2	NÃO	1/6/1966
2	1	VALDIR GOIS DE SOUZA	0	0	0	0	0	NÃO	22/1/1956

terça-feira, 18 de março de 2014

Página 1 de 2

Garopaba

PREFEITURA

Aviso de Licitação Pr009/2014

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 09/2014

O Município de Garopaba torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando o Registro de preços para aquisição parcelada de materiais odontológicos para atender demanda das unidades básicas de saúde do município de Garopaba. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 – “PROPOSTA” e nº. 2 – “DOCUMENTAÇÃO” deverão ser protocolados no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, até as 13h55min do dia 31/03/2014. A sessão se dará a partir das 14h00min do dia 31/03/2014, no endereço acima especificado.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no site www.garopaba.sc.gov.br

Garopaba, 18 de março de 2014.

Paulo Sérgio de Araujo

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Pe023/2014

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 023/2014

O Município de Garopaba, através do Fundo Municipal de Saúde de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, através de sistema de registro de preços, pretendendo a aquisição parcelada, conforme a necessidade de uniformes profissionais, para uso dos servidores da Secretaria Municipal de Saúde do município de Garopaba. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no site www.cidadecompras.com.br até as 14h00min do dia 01/04/2014. A sessão pública será realizada a partir das 14h10min do dia 01/04/2014, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site www.garopaba.sc.gov.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba, 18 de março de 2014.

Paulo Sérgio de Araujo

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Pe024/2014

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 024/2014

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, através de sistema de registro de preços, pretendendo a aquisição

de concreto usinado para uso da Secretaria de Infra Estrutura e Serviços Urbanos. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no site www.cidadecompras.com.br até as 15h00min do dia 01/04/2014. A sessão pública será realizada a partir das 15h10min do dia 01/04/2014, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site www.garopaba.sc.gov.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba, 18 de março de 2014.

Paulo Sérgio de Araujo

Prefeito Municipal

Garuva

PREFEITURA

Aviso de Alteração de Edital PMG Nº 009/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA

SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

AVISO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL

Pregão Presencial - 009/2014

Tipo de julgamento: Menor Preço Unitário

Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços “outsourcing” de impressão e fotocópias, com cessão de equipamentos novos, conforme especificações do Anexo I deste Edital, destinados à manutenção das atividades das Secretarias de Administração, Infraestrutura, Estratégias Rurais, Saneamento Ambiental, Cultura, Esporte e Turismo, Educação e Procuradoria.

Devido a alterações nos itens 8.23 da Minuta de Contrato, item 1 do Memorial Descritivo e itens 1 e 2 da Carta proposta, a data de Credenciamento, Abertura dos Envelopes e Fase de Lances Verbaís acontecerá no dia 31/03/2014 às 09:00h.

O Edital completo retificado está disponível para consulta e retirada no site www.garuva.sc.gov.br.

GARUVA, 18 de março de 2014.

Ivandro Sérgio Lopes

Pregoeiro do Município

Portaria Nº 272/2014

PORTARIA Nº 272, de 17 de março de 2014.

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NO ART. 79, II, a DA LEI ORGÂNICA.

CONSIDERANDO, o Concurso Público realizado pelo Município de Garuva, com resultado homologado pelo Decreto 37/2010 de 20 de abril de 2010;

CONSIDERANDO, a necessidade de preenchimento de vagas de

provimento efetivo, nos quadros funcionais do Município de Garuva, conforme preceitua a Lei Orgânica Municipal e a Carta Magna da República;

RESOLVE:

ART. 1º Nomear a Aprovada no Concurso Público, ANDRÉA PISKE TROMM, inscrita sob o nº. 0447, classificada em 6º lugar, para o cargo público de provimento efetivo de Professor – Língua Inglesa, do regime estatutário.

Parágrafo Único – As regras para a posse são as estabelecidas na Portaria 223/2014 de 06 de março de 2014.

ART. 2o. Caso a nomeada não tome posse no respectivo cargo em até 30 dias a contar da publicação desta portaria, estará renunciando tacitamente a vaga a que foi nomeada, sendo considerada nula a nomeação, ficando a cargo do Chefe do Executivo Municipal, convocar novo candidato conforme a Lista de Classificação, para suprir a vaga não preenchida.

ART. 3o. Esta Portaria entrará em vigor a contar de 17 de março de 2014.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Portaria Nº 274/2014

PORTARIA Nº. 274, de 17 de março de 2014

“DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

CONSIDERANDO, o Processo Nº 447/2014;

O Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e Leis Municipais Complementares, 01/98 de 02/03/98 e 45/09 de 15/10/2009;

RESOLVE:

ART. 1o. – Alterar a carga horária mensal de 220 horas para 110 horas do servidor CLEBER ANDRIO PEDRALLI, sob a coordenação do Gabinete do Prefeito.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor a contar de 17 de março de 2014.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Governador Celso Ramos

SAMAE

Termo de Revogação

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

TERMO DE REVOGAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

PROCESSO Nº 001/2014 – PREGÃO PRESENCIAL

Objeto: REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATORIO Nº. 001/2014 EM TODOS OS SEUS TERMOS POR INTERESSE PÚBLICO DECORRENTE DE FATO SUPERVENIENTE.

Entidade: SAMAE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

Setor responsável: Departamento de Licitações

Local: SAMAE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, AV. BELA VISTA SN – CALHEIROS – GOV. CELSO RAMOS SC.

O Diretor do Samae de Governador Celso Ramos, no uso de suas

atribuições legais e em conformidade com as Leis 10.520/02 e 8.666/93 e alterações.

RESOLVE:

REVOGAR em todos os seus termos, por interesse público decorrente de fato superveniente o processo licitatório tombado sob o nº. 001/2014, e conseqüentemente a licitação por pregão presencial com o mesmo número, cujo objeto é a locação de máquinas reprográficas, primeiro uso, impressão e preto e branco, com a prestação de assistência técnica (manutenção preventiva e corretiva) e o fornecimento de todas as peças, partes ou componentes, bem como todo o suprimento (toner).

ALCIDES PEREIRA
DIRETOR GERAL

Grão Pará

PREFEITURA

Edital de Pregão Presencial 13/2014 - Mad.

Prefeitura Municipal de Grão-Pará

Estado de Santa Catarina

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo DE LICITAÇÃO N. 39/2014

Edital de PREGÃO PRESENCIAL n. 13/2014-PR

Objeto: AQUISIÇÃO DE MADEIRA DESTINADA À MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA MUNICIPAL DURANTE O EXERCÍCIO DE 2014. Data e Horário de Abertura: 2/04/2014, às 14h. Local: Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, situada na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará, no prédio da Prefeitura Municipal. A íntegra do presente Edital pode ser obtida no Mural Municipal. Demais informações podem ser obtidas na Sede da Prefeitura Municipal ou pelo telefone (48) 3652-1177, com a Pregoeira.

Grão-Pará/ SC, 12 de março de 2014.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

Edital de Pregão Presencial 14/2014 Arbitragem

Prefeitura Municipal de Grão-Pará

Estado de Santa Catarina

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo DE LICITAÇÃO N. 40/2014

Edital de PREGÃO PRESENCIAL n. 14/2014-PR

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ARBITRAGEM, VISANDO À REALIZAÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS NO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ/SC. Data e Horário de Abertura: 4/04/2014, às 14h. Local: Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, situada na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará, no prédio da Prefeitura Municipal. A íntegra do presente Edital pode ser obtida no Mural Municipal. Demais informações podem ser obtidas na Sede da Prefeitura Municipal ou pelo telefone (48) 3652-1177, com a Pregoeira.

Grão-Pará/ SC, 12 de março de 2014.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

Guaramirim

PREFEITURA

Aviso de Licitação 17/2014

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO
Edital: Tomada de Preço p/ Obras e Serviços de Engenharia - 17/2014
Tipo : Menor Preço - por itens
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS COMPREENDENDO ESTUDO HIDROLÓGICO E ESTUDO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL.
Entrega dos Envelopes: 08/04/2014 às 14:00h
Abertura dos Envelopes: 08/04/2014 às 14:00h
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247

GUARAMIRIM (SC), 18/03/2014.
LAURO FROHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

Aviso de Licitação - Edital N. 02.2014 - FMAS

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE GUARAMIRIM
AVISO DE LICITAÇÃO
Edital: Tomada de Preço n.02/2014 - FMAS
Tipo: Menor Preço - por itens
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO DE PLATAFORMA ELEVATÓRIA COM ESTRUTURA METÁLICA PARA O LAR DA CRIANÇA.
Entrega dos Envelopes: 08/04/2014 às 09:00h
Abertura dos Envelopes: 08/04/2014 às 09:00h
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, ou pelo fone (47) 3373-0247.

GUARAMIRIM (SC), 18/03/2014.
LAURO FROHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

Extrato de Ata de Rp Nº01/2014 - Hsa

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
HOSPITAL MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 005/2014
PREGÃO PRESENCIAL N.º 001/2014
Objeto: Aquisição de materiais de construção, elétrico e hidráulico para a manutenção do Hospital Municipal Santo Antônio.
Modalidade de Licitação: Pregão Presencial n.º 001/2014.
Órgão Gestor: Hospital Municipal Santo Antônio, inscrito no CNPJ sob o nº 84.092.709/00054, com sede na Rua João Butschardt, n.º 05, Município de Guaramirim (SC).
Fornecedores:, COMERCIAL VITÓRIA LTDA - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 18.138.763/0001-69.
Vencedor dos itens: 13,14,15,16,17,18,19,21,23,27,29,36,38,39,

41,43,44,45,46,47,48,49,50,56,57,62,63,75,76,77,78,95,101,102.
Valor Total: R\$ 2.013,20 (Dois mil e treze reais e vinte centavos)

GUARA MATERIA DE CONSTRUÇÃO LTDA ME, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 09.253.331/0001-08.
Vencedor dos itens: 02,04,05,07,08,20,24,25,26,28,32,35,37,40,42,51,53,54,59,61,65,67,68,74,79,81,87,90,97,92,97,105,106.
Valor Total: R\$ 7.191,15 (Sete mil cento e noventa e um reais e quinze centavos)

MARKO ALEXANDRE PERSUHN - ME ME, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º . 85.155.927/0001-53.
Vencedor dos itens: 01,03,06,09,10,11,12,30,31,33,34,52,55,58,60,64,66,69,70,71,72,73,80,82,83,86,88,89,93,94,96,98,99,100,103,104.
Valor Total: R\$ 11.207,50 (Onze mil e duzentos e sete reais e cinquenta centavos)

Vigência: Início: 18/03/2014 Término: 17/03/2015.

Guaramirim (SC), 19 de março de 2014.
MÁRCIA ADRIANA PRUESSE
GESTORA DO HSA

Guarujá do Sul

PREFEITURA

Aviso de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA
Município de Guarujá do Sul
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº. 18/2014 - Pregão Presencial Nº. 11/2014.
Objeto: Aquisição de sêmen, luvas e bainhas para execução do Programa de Inseminação Artificial do município de Guarujá do Sul.
Propostas e Habilitação: 02/04/2014 (13:45 Documentação - 14:00 Abertura).
Edital e seus anexos estarão a disposição aos interessados, no horário da 07:30 as 11:30 e das 13:00 as 17:00 de segunda a sexta-feira, na Prefeitura Municipal ou informações pelo fone 49 36420122.

Guarujá do Sul, SC, 18 de março de 2014.
Jose Carlos Foiatto,
Prefeito Municipal.

Decretos 040 E 041/2014

Decreto Municipal 40/2014
PROMOVE DESDOBRAMENTO DE LOTE URBANO

O Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Legislação em Vigor, e, em especial a Lei Municipal nº 753/87 de 07 de Agosto de 1987, em seu capítulo I, Artigo 2º, Parágrafo 3º e Art. 9º, alterado pela Lei 1.811/2006 de 24 de abril de 2006.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica AUTORIZADO o DESDOBRAMENTO do LOTE URBANO NÚMERO 232 (duzentos e trinta e dois), da quadra nº. 86 (oitenta e seis), com área de 1.000,0m² (Hum mil metros quadrados), com

acessões, situado na Rua Rio Grande do Sul, na cidade de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, objeto da matrícula nº 5.188, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São José do Cedro, SC. Com o parcelamento do solo as áreas passam a ter as seguintes descrições:

ÁREA PRIMITIVA: (MAT. 5.188)

LOTE URBANO NÚMERO 232 (duzentos e trinta e dois), da quadra nº. 86 (oitenta e seis), com área de 1.000,0m² (hum mil metros quadrados), com acessões, situado na Rua Rio Grande do Sul, na cidade de Guarujá do Sul, SC, com as seguintes confrontações:

NORTE, Com a Chácara nº 13, medindo 20,0 metros;
OESTE, Com o Lote Urbano nº 233, medindo 50,0 metros;
SUL, Com a Rua Rio Grande do Sul, medindo 20,0 metros;
LESTE, Com o Lote Urbano nº 231, medindo 50,0 metros.

ÁREA DESDOBRADA

Lote formado pela parte do LOTE URBANO NÚMERO 232 (duzentos e trinta e dois), da quadra nº. 86 (oitenta e seis), com área de 500,0m² (Quinhentos metros quadrados), sem acessões, situado na Rua Rio Grande do Sul, na cidade de Guarujá do Sul, SC, localizado a 30,0m da esquina da Rua Rui Barbosa com a Rua Rio Grande do Sul, com as seguintes confrontações:

NORTE, Com a Chácara nº 13, medindo 10,0 metros;
OESTE, Com o Lote Urbano nº 233, medindo 50,0 metros;
SUL, Com a Rua Rio Grande do Sul, medindo 10,0 metros;
LESTE, Com a parte remanescente do Lote Urbano nº 232, medindo 50,0 metros.

ÁREA REMANESCENTE

Lote formado pela parte do LOTE URBANO NÚMERO 232 (duzentos e trinta e dois), da quadra nº. 86 (oitenta e seis), com área de 500,0m² (Quinhentos metros quadrados), com acessões, situado na Rua Rio Grande do Sul, na cidade de Guarujá do Sul, SC, localizado a 20,0m da esquina da Rua Rui Barbosa com a Rua Rio Grande do Sul, com as seguintes confrontações:

NORTE, Com a Chácara nº 13, medindo 10,0 metros;
OESTE, Com a parte desdobrada do Lote Urbano nº 232, medindo 50,0 metros;
SUL, Com a Rua Rio Grande do Sul, medindo 10,0 metros;
LESTE, Com o Lote Urbano nº 231, medindo 50,0 metros.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário, entrando em vigor o presente Decreto Administrativo, na data de sua publicação. GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL - SC, em 17 de Março de 2014 62º ano da Fundação e 52º ano da Instalação.

JOSÉ CARLOS FOIATTO
Prefeito Municipal

Certificamos que o presente Decreto Administrativo foi publicado e registrado nesta Secretaria em data Supra.

CLAUDIO INACIO WESCHENFELDER
Secretário da Administração e Fazenda

Decreto Municipal 41/2014
PROMOVE DESDOBRAMENTO E REMEMBRAMENTO DE LOTE URBANO

O Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Legislação em Vigor, e, em especial a Lei Municipal nº 753/87 de 07 de Agosto de 1987, em seu capítulo I, Artigo 2º, Parágrafo 3º e Art. 9º, alterado pela Lei 1.811/2006 de 24 de abril de 2006.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica AUTORIZADO o DESDOBRAMENTO de Parte do Lote Urbano nº 20 com área de 104,16m² e REMEMBRAMENTO ao Lote Urbano nº 28 com área de 440,16m², que em conjunto totalizam 544,32m² (Quinhentos e Quarenta e Quatro Metros e Trinta e Dois Decímetros Quadrados), situado na Rua Eduardo Gustavo Schmidt, nesta cidade de Guarujá do Sul - SC. objeto das matrículas nºs 7.044 e 7.052, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São José do Cedro, SC. Com o parcelamento do solo as áreas passam a ter as seguintes descrições:

ÁREA PRIMITIVA: (MAT. 7.044)

Lote Urbano nº 20, da quadra 62, com área de 440,16 (Quatrocentos e quarenta metros e dezesseis decímetros quadrados), sem benfeitorias, situado na Rua Dionísio Caramori, antiga Rua projetada 1, confrontando-se:

OESTE, com a Rua Dionísio Caramori, antiga Rua projetada 1, medindo 14,00m;
NORTE, com o Lote Urbano nº 21, medindo 31,44m;
LESTE, com o Lote Urbano nº 28, medindo 14,00m;
SUL, com os Lotes Urbanos nºs 19 e 25, medindo 31,44m.

ÁREA PRIMITIVA: (MAT. 7.052)

Lote Urbano nº 28, da quadra 62, com área de 440,16 (Quatrocentos e quarenta metros e dezesseis decímetros quadrados), sem benfeitorias, situado na Rua Eduardo Gustavo Schmidt, antiga Rua projetada 3, confrontando-se:

OESTE, com o Lote Urbano nº 20, medindo 14,00m;
NORTE, com o Lote Urbano nº 29, medindo 31,44m;
LESTE, com a Rua Eduardo Gustavo Schmidt, antiga Rua projetada 3, medindo 14,00m;
SUL, com os Lotes Urbanos nºs 25 e 27, medindo 31,44m.

ÁREA DESDOBRADA: (MAT. 7.044)

Parte do Lote Urbano nº 20, com área de 104,16m² (Cento e Quatro Metros e Dezesseis Decímetros Quadrados), sem benfeitorias, situado na Rua Dionísio Caramori, antiga Rua projetada 1, confrontando-se:

OESTE, com a parte remanescente do Lote Urbano nº 20, medindo 14,00m;
NORTE, com a parte do Lote Urbano nº 21, medindo 7,44m;
LESTE, com o Lote Urbano nº 28, medindo 14,00m;
SUL, com a parte do Lote Urbano nº 25, medindo 7,44m.

ÁREA REMANESCENTE: (MAT. 7.044)

Parte do Lote Urbano nº 20, com área de 336,00m² (Trezentos e Trinta e Seis Metros Quadrados), sem benfeitorias, situado na Rua Dionísio Caramori, antiga Rua projetada 1, confrontando-se:

OESTE, com a Dionísio Caramori, antiga Rua projetada 1, medindo 14,00m;
NORTE, com parte do Lote Urbano nº 21, medindo 24,00m;
LESTE, com a Parte Desdobrada do Lote Urbano nº 20, medindo 14,00m;
SUL, com o Lote Urbano nº 19, medindo 24,00m.

ÁREA REMEMBRADA:

Parte do Lote Urbano nº 20, com 104,16m² (Cento e Quatro Metros e Dezesseis Decímetros Quadrados) mais Lote Urbano nº 28, com 440,16m² (Quatrocentos e Quarenta Metros e Dezesseis Decímetros Quadrados), totalizando 544,32m² (Quinhentos e Quarenta e Quatro Metros e Trinta e Dois Decímetros Quadrados), sem benfeitorias, situado na Rua Eduardo Gustavo Schmidt, antiga Rua projetada 3, confrontando-se:

OESTE, com parte Remanescente do Lote Urbano nº 20, medindo 14,00m;
NORTE, com parte do Lote Urbano nº 21, medindo 7,44m e com o

Lote Urbano nº 29, medindo 31,44m (Total de 38,88m);
LESTE, com a Rua Eduardo Gustavo Schmidt, antiga Rua projetada 3, medindo 14,00m;
SUL, com o Lote Urbano nº 27, medindo 24,00m e com o Lote Urbano nº 25, medindo 14,88m (Total de 38,88m).

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário, entrando em vigor o presente Decreto Administrativo, na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL - SC,
em 17 de Março de 2014 62º ano da Fundação e 52º ano da Instalação.

JOSÉ CARLOS FOIATTO
Prefeito Municipal

Certificamos que o presente Decreto Administrativo foi publicado e registrado nesta Secretaria em data Supra.

CLAUDIO INACIO WESCHENFELDER
Secretário da Administração e Fazenda

Herval d'Oeste

PREFEITURA

Termo de Retificação Nº 001/2014

Estado de Santa Catarina
Município de Herval d'Oeste
Unidade Gestora: "Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste"
CNPJ/MF nº 82.939.430/0001-38
Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro
Contratante

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE MARAVILHA
Empresa: TOS OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA
CNPJ/MF Nº 72.332.778/0001-09
Endereço: Av. 7 de setembro, Nº 211, Sala 106.
Contratada

TERMO DE RETIFICAÇÃO Nº 001/2014 DE 10 DE MARÇO DE 2014
Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.430/0001-38, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, e a empresa TOS Obras e Serviços Ambientais Ltda. estabelecida na Av. 7 de setembro, Nº 211, Sala 106, inscrita no CNPJ sob nº 72.332.778/0001-09, neste ato representado por sua Sócia, Senhora Juleide Inês D'Agostini, brasileira, casada, portadora do CPF nº 589.785.859-49, resolve celebrar o presente Termo de Retificação ao Termo aditivo nº 004/2014, retificando as seguintes informações do mesmo:

" ... resolvem celebrar o presente termo aditivo ao Contrato nº 008/2013 de comum acordo e com amparo legal na Lei 8.666/93 atualizada, Lei Orgânica Municipal e Licitação na Modalidade de Edital de Tomada de Preço Nº. 07/2012 pelas seguintes cláusulas que seguem:..."

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do Contrato e Termo aditivo acima referidos, que não conflitem com o

presente, permanecendo em pleno vigor, sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste – SC, 10 de março de 2014.
Nelson Guindani
Prefeito
CPF: 501.589.459-72
Contratante

Testemunhas:
Rubens Antonio Correia
CPF: 687.857.399-87

Mariana Colusso
CPF: 052.051.949-36

Termo Aditivo Nº 017/2014

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
Unidades Gestora: "PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE"
CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38
Rua Nereu Ramos nº 389 – Centro
CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
Empresa: LOCOMAQ COMERCIO E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA.
CNPJ/MF Nº 10.527.352/0001-53
Endereço: Rua Prefeito Normélio Zilio, 75 sala 02 - Distrito Industrial
CONTRATADA

TERMO ADITIVO Nº 017/2014, de 14 de MARÇO de 2014.

Pelo presente instrumento, o "Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste", Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob n. 82.939.430/0001-38 neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa Locomaq Comércio e Locação de Maquinas e Equipamentos Ltda., pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Prefeito Normelio Zilio, 75 sala 02 – Distrito Industrial, Joaçaba – SC, inscrita no CNPJ sob nº 10.527.352/0001-53, neste ato representada pelo seu procurador senhor Alvaro José Gonçalves, brasileiro, casado, portador do CPF nº 945.102379.87 doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços Nº 0008/2013, que tem por objeto o registro de preços para a eventual prestação de serviços de hora máquina de Motoniveladora com operador, a ser utilizada na recuperação, alargamento e cascalhamento nas estradas do Município de Herval d'Oeste - SC, pelo período de 12 meses, mediante sujeição às normas do Processo Licitatório nº 47/2013 Pregão Presencial nº 016/2013, Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira – Do Objeto

Este Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo de 25% no quantitativo do item, vencido pela CONTRATADA, em virtude de repasse de valores por parte do Governo Estadual para uso no mesmo objeto deste registro conforme tabela.

Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade Aditivada	Valor unitário Registrado em R\$	Valor total Aditivo em R\$
1	Prestação de serviço com Motoniveladora com operador, com potência mínima de 170hp, lamina com deslocamento lateral, escarificador traseiro, articulada e peso operacional de 15.500kg, ano de fabricação 2012 ou superior	LOC	HORA	375	R\$ 180,00	67.500,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

Com o acréscimo no quantitativo a ata de registro de preços original passará de R\$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais) para R\$ 337.500,00 (trezentos e trinta e sete mil e quinhentos reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente Termo aditivo é celebrado com base no artigo no artigo 65 inciso I , da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada e Legislação Complementar.

CLÁUSULA QUARTA – Das Disposições Finais

Todos os demais itens e cláusulas da Ata de Registro de Preços nº 008/2013, que não foram modificados por força deste Termo Aditivo, permanecem em pleno vigor sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 14 de março de 2014.

Nelson Guindani Prefeito CPF: 501.589.459-72 Contratante	Alvaro José Gonçalves Procurador CPF: 945.102.379-87 Contratada
Testemunhas:	
Rubens Antonio Correia CPF: 687.857.399-87	Mariana Colusso CPF: 052.051.949-36

Termo aditivo nº 003/2014

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
Unidades Gestora: "Prefeitura Municipal de Herval D' Oeste"
CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38
Rua Nereu Ramos nº 389 – Centro
Contratante

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE
empresa: BETHA SISTEMAS LTDA
CNPJ/MF Nº 00.456.865/0001-67
Endereço: Rua João Pessoa, Nº 134, Centro
Contratada

TERMO ADITIVO Nº 003/2014 DE 27 DE JANEIRO DE 2014

Pelo presente instrumento, a O"Prefeitura Municipal de Herval D' Oeste", Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob n. 82.939.430/0001-38 neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, portador do CPF nº 501.589.459-72, doravante denominado CONTRATANTE, a Empresa Betha Sistemas Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF nº 00.456.865/0001-67, estabelecida na Rua João Pessoa, Nº 134, Centro, Criciúma, Estado de Santa Catarina neste ato, denominada simplesmente de CONTRATADA, representada pelo Senhor Ernesto Muniz de Souza Junior, inscrito no CPF nº 501.589.459-72 resolvem celebrar o presente termo aditivo, de comum acordo e com amparo legal na Lei 8.666/93 – Tomada de preços Nº 001/2013 pelas seguintes cláusulas que seguem:

Cláusula Primeira – Do Objeto

Este Termo Aditivo tem por objeto o aumento de serviços da planilha orçamentária contratual, sendo acrescido mais um usuário para acesso ao sistema.

Parágrafo único - É acrescida a planilha os seguintes serviços:

Produtos	Acessos			Locação Atual Mensal	A ser acrescido	Locação Total
	Atual	A ser acrescido	Total			
Tributos	5	4	9	R\$ 1.380,00	R\$ 1.104,00	R\$ 2.484,00
Total	5	4	9	R\$ 1.380,00	R\$ 1.104,00	R\$ 2.484,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DO ACRESCIMO

O Aumento constante na Cláusula primeira corresponde a um acréscimo do quantitativo do objeto na ordem de 8,894% do valor total inicial do Contrato, que era de R\$ 1.380,00 (Um mil, trezentos e oitenta reais) correspondendo a um aumento de R\$ 1.104,00 (Um mil e cento e quatro reais mensais).

Parágrafo único - Com o acréscimo decorrente deste Termo Aditivo, o valor do contrato atualizado passará de 484.080,00 (Quatrocentos e oitenta e quatro mil e oitenta reais), para R\$ 527.136,00 (Quinhentos e vinte e sete mil, cento e trinta e seis reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente Termo aditivo é celebrado com base no artigo 65 inciso I, alínea "b," , da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada e Legislação Complementar.

CLÁUSULA QUARTA– Das Disposições Finais

Todos os demais itens e cláusulas do Contrato nº 026/2013, que não foram modificados por força deste Termo Aditivo, permanecem em pleno vigor sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 27 de janeiro de 2014.

Nelson Guindani Prefeito Municipal CPF nº 501.589.459-72 Pela Contratante	Ernesto Muniz de Souza Junior Sócio Administrador CPF nº 501.589.459-72 Pela Contratada
--	--

Testemunhas:	
Vera Lucia de Andrade CPF: 600.730.049-87	Mariana Colusso CPF: 052.051.949-36

Extrato Contrato nº 004/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

EXTRATO CONTRATO Nº 003/2014 DE 28/02/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste

Contratada: Brink Mobil Equipamentos Educacionais Ltda.

OBJETO: aquisição de equipamentos para cozinhas e refeitórios escolares – Creche Pró Infância.

VALOR R\$ 4.100,00

PRAZO : 45 dias

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro 2014, conforme Lei Orçamentária anual

Herval d'Oeste (SC), 28 de fevereiro de 2014.

Nelson Guindani

Prefeito

Valdemar Abila

Pela contratada

Extrato Contrato Nº 006/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

EXTRATO CONTRATO Nº 006/2014 DE 28/02/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste

Contratada: Inoxcook Comercial Ltda

OBJETO: aquisição de equipamentos para cozinhas e refeitórios escolares – Creche Pró Infância.

VALOR R\$ 10.599,00

PRAZO : 45 dias

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro 2014, conforme Lei Orçamentária anual.

Herval d'Oeste (SC), 28 de fevereiro de 2014.

Nelson Guindani

Prefeito

Joao Carlos Bossle Caminha

Pela contratada

Extrato Contrato Nº 010/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

EXTRATO CONTRATO Nº 010/2014 DE 28/02/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste

Contratada: Equi-Port Comércio de Equipamentos Hoteleiros Ltda - Me

OBJETO: aquisição de equipamentos para cozinhas e refeitórios escolares – Creche Pró Infância.

VALOR R\$ 9.935,00

PRAZO : 45 dias

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro 2014, conforme Lei Orçamentária anual.

Herval d'Oeste (SC), 28 de fevereiro de 2014.

Nelson Guindani

Prefeito

Thalita Fernandes Brassolatti

Pela contratada

Extrato Contrato Nº 011/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

EXTRATO CONTRATO Nº 011/2014 DE 28/02/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste

Contratada: Digi - Tron – Instrumentos de Pesagem Ltda.

OBJETO: aquisição de equipamentos para cozinhas e refeitórios escolares – Creche Pró Infância.

VALOR R\$ 789,00

PRAZO : 45 dias

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro 2014, conforme Lei Orçamentária anual.

Herval d'Oeste (SC), 28 de fevereiro de 2014.

Nelson Guindani

Prefeito

Mariana Gaspar

Pela contratada

Extrato Contrato Nº 009/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

EXTRATO CONTRATO Nº 009/2014 DE 28/02/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste

Contratada: Wtec Móveis e Equipamentos Técnicos Ltda

OBJETO: aquisição de equipamentos para cozinhas e refeitórios escolares – Creche Pró Infância.

VALOR R\$ 1695,00

PRAZO : 45 dias

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro 2014, conforme Lei Orçamentária anual.

Herval d'Oeste (SC), 28 de fevereiro de 2014.

Nelson Guindani

Prefeito

Marcio Guilherme Mocellin

Pela contratada

IPREVI/HO**Resolução Iprevi-Ho Nº 10/2014**

RESOLUÇÃO IPREVI-HO Nº 010/2014

"HOMOLOGA AS INDICAÇÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS ATIVOS PARA A COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL DO IPREVI-HO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, DE ACORDO COM O ART. 23 E SEUS PARÁGRAFOS DA LEI Nº 179/2005,."

SADIR ROVÊA, Presidente do Conselho de Administração do IPREVI-HO, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 179/2005, e

Considerando o disposto no art. 23 da Lei Complementar nº 179/2005;

Considerando o Edital de Convocação IPREVI-HO nº 001 de 06/02/2014;

RESOLVE:

Art. 1º - Homologar as indicações do Poder Executivo dos servidores estáveis ativos para a composição dos Conselhos de Administração e Fiscal do IPREVI-HO, através dos dirigentes das Secretarias Municipais de Saúde e de Obras, e do Poder Legislativo; sem obrigatoriedade de concorrer nas eleições, sendo:

Ao Conselho de Administração:

Membro Titular : Leni Aparecida Sabei;

Suplente : Cibeli Terezinha Coppi.

Membro Titular : Ademir Sávio Pires da Silva;

Suplente : João Batista Terencio da Silva.

Membro Titular : Jeferson Alfredo Mendonça;

Suplente : Alan Lucas de Almeida.

Ao Conselho Fiscal:

Membro Titular : Maria Helena Aparecida Biazotti;

Suplente : Ademir Rafael Zabott.

Membro Titular : Paulo Cezar Dolejal Berté;

Suplente : Michelle Benedetti.

Parágrafo Único – O Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos de Herval d'Oeste – SINTESPHO e o Diretor Administrativo da Diretoria Executiva do IPREVI-HO, são membros natos na composição do Conselho de Administração.

Art. 2º - A presente Resolução entrará em vigor após a sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 17 de março de 2014.

SADIR ROVÊA

Presidente do Conselho de Administração

Ilhota**PREFEITURA****Aviso de Licitação Prg 006/2014 - PMI**

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2014 – PMI

OBJETO – Aquisição de Tubos de concreto para manutenção da drenagem do saneamento básico do Município de Ilhota, Conforme anexo I do edital.

FORMA DE JULGAMENTO – Menor Preço por Item.

REGIMENTO – Lei Nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações, Portaria Municipal Nº. 052/2013 e subsidiariamente a Lei Complementar Nº. 123/2006 e a Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

ABERTURA DAS PROPOSTAS – Às 08:30 hs do dia 01/04/2014, na Secretaria de Administração, sito Rua Dr. Leoberto Leal, nº 160, centro de Ilhota – SC.

MAIS INFORMAÇÕES – Pessoalmente no endereço acima ou pelo fone (47) 3343-8800, ramal 815.

RETIRADA DO EDITAL – No endereço acima, através do e-mail compras1@ilhota.sc.gov.br ou no site www.ilhota.sc.gov.br.

Fernando Neves

Secretário de Administração

Ilhota, 19 de Março de 2014.

Imbituba**PREFEITURA****Publicação de Extrato de Pregão Presencial Nº 15/2014 (Semusa)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

SEMUSA

PROCESSO Nº 17/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2014

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 15:00 horas do dia 31 de março de 2014, licitação na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preço do tipo menor preço global, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para contratação de empresa para fornecer licença de uso do sistema informatizado de gestão da saúde, incluindo os serviços de treinamento, implantação, conversão dos dados existentes, manutenção legal e corretiva durante o período contratual, suporte técnico, configuração, parametrização e customização para adaptar o sistema às necessidades do município de Imbituba / SC

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 19 de março de 2014.

Milene Ribeiro da Silva

Pregoeira Oficial

Publicação de Extrato de Pregão Presencial Nº 32/2014 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 39/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2014

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 14:00 horas do dia 31 de março de 2014, licitação na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preço do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para contratação de empresa para fornecimento, troca, balanceamento e geometria de pneus automotivos novos, visando atender às necessidades das secretarias, SDR/norte, SEASH, Conselho tutelar, SEMUSA, SEAP, SEINFRA, Gabinete, SEAGP.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 19 de março de 2014.

Milene Ribeiro da Silva

Pregoeira Oficial

Extrato: SEINFRA 2014/25 A/00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEINFRA 2014/25 A/00

Contratada: SBM – SUL BRASILEIRA DE MINERAÇÃO LTDA

C.N.P.J: 14.779.384/0001-05

Objeto: FORNECIMENTO DE CONCRETO ASFALTICO USINADO A QUENTE PARA MANUTENÇÃO DE VIAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE IMBITUBA.

Valor: R\$ 33.000,00 Prazo: 31/12/2014

Fundamento: Processo nº. 19/2014 Pregão 19/2014

Imbituba, 11 de março de 2014.

José Afonso de Carvalho

Secretário Municipal Seinfra

Contratante

Sbm – Sul Brasileira de Mineração Ltda

Representante Legal

Contratada

Extrato de Termo de Convênio 027/2013

MUNICÍPIO DE IMBITUBA

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

Termo do Convênio nº 027/2013. PARTÍCIPIES: Município de Imbituba, através da Secretaria Municipal da Fazenda e a ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE EBENEZER FUNDAMENTO: Lei Municipal nº 4.277, de 05 Novembro de 2013. OBJETO: O objeto do presente Convênio consiste na concessão de auxílio financeiro destinado à manutenção das atividades da respectiva entidade VALOR DO CONVÊNIO: Total de R\$ 4.500,00(quatro mil e quinhentos reais). CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: A despesa correrá por conta de rubricas orçamentárias da Secretaria Municipal da Fazenda, conforme funcional programática 04.123.0004 2004.3.3.50.00.00.00.00.0080, transferência a instituições privadas sem fins lucrativos. VIGÊNCIA: De 11/11/2013 a 31/12/2013. SIGNATÁRIOS: Sr. Jaison Cardoso de Souza, pelo Município de Imbituba e VITORINO

PEREIRA BARBOSA, Presidente da ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE EBENEZER.

Extrato de Termo de Convênio 037/2013

MUNICÍPIO DE IMBITUBA

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

Termo do Convênio nº 037/2013. PARTÍCIPIES: Município de Imbituba, através da Secretaria Municipal da Fazenda e a INSTITUIÇÃO ADVENTISTA SUL BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTO: Lei Municipal nº 4.303, de 18 de dezembro de 2013. OBJETO: O objeto do presente Convênio consiste na concessão de auxílio financeiro destinado à manutenção de suas atividades. VALOR DO CONVÊNIO: Total de R\$ 1.150,00 (hum mil cento e cinquenta reais). CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: A despesa correrá por conta de rubricas orçamentárias da Secretaria Municipal da Fazenda, conforme funcional programática 04.123.0004 2004.3.3.50.00.00.00.00.0080, transferência a instituições privadas sem fins lucrativos. VIGÊNCIA: De 20/12/2013 a 31/12/2013. SIGNATÁRIOS: Sr. Jaison Cardoso de Souza, pelo Município de Imbituba e ORLANDO EUGENIO KUNTZE, Presidente da INSTITUIÇÃO ADVENTISTA SUL BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO.

Extrato de Termo de Convênio 038/2013

MUNICÍPIO DE IMBITUBA

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

Termo do Convênio nº 038/2013. PARTÍCIPIES: Município de Imbituba, através da Secretaria Municipal da Fazenda e a ASSOCIAÇÃO IMBITUBENSE DE TEATRO(CIA DESMONTAGEM CÊNICA) FUNDAMENTO: Lei Municipal nº 4.306, de 18 de dezembro de 2013. OBJETO: O objeto do presente Convênio consiste na concessão de auxílio financeiro destinado à manutenção das atividades da respectiva entidade VALOR DO CONVÊNIO: Total de R\$ 6.300,00(seis mil e trezentos reais).. CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: A despesa correrá por conta de rubricas orçamentárias da Secretaria Municipal da Fazenda, conforme funcional programática 04.123.0004 2004.3.3.50.00.00.00.00.0080, transferência a instituições privadas sem fins lucrativos. VIGÊNCIA: De 20/12/2013 a 31/12/2013. SIGNATÁRIOS: Sr. Jaison Cardoso de Souza, pelo Município de Imbituba e ELIZANDRO DOS SANTOS, Presidente da ASSOCIAÇÃO IMBITUBENSE DE TEATRO(CIA DESMONTAGEM CÊNICA)

CÂMARA MUNICIPAL

Portaria CMI Nº 08/2014

Estado de Santa Catarina

Câmara Municipal de Imbituba

PORTARIA CMI nº 08/2014

"Altera a Designação de Terezinha de Freitas Celestino para exercer o Cargo em Comissão de Assessora Parlamentar Especial"

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Alterar a nomeação, efetuada através da Portaria CMI nº 042/2013, de 02 de Maio de 2013, a Sra. Terezinha de Freitas Celestino, brasileira, casada, portadora da Carteira de Identidade nº 20/R

2.004.058 SSP/SC e inscrito no CPF sob o nº 578.782.009-63, residente e domiciliada na Rua João Conceição de Mello, nº 363, Guaiuba, neste Município, do Cargo em Comissão de Assessora de Ouvidoria, para o cargo de provimento em comissão de Assessora Parlamentar Especial da Câmara Municipal de Imbituba, na forma do art. 18 e Anexo I, da Lei Complementar nº 1.145/91, de 15 de maio de 1991, com nova redação dada pelos art. 3 da Lei Complementar nº 3.451, de 04 de fevereiro de 2009.

Imbituba, 11 de março de 2014.

Luís Antônio Dutra
Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 11/03/2014.

Iomerê

PREFEITURA

Decreto 1511/2014

DECRETO Nº. 1511 DE 17 DE MARÇO DE 2014.

Autoriza desmembramento de áreas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Art. 1º. Ficam autorizados os Srs. Francisco Baseggio e Joana Tezera Baseggio Simionatto, a desmembrarem os lotes abaixo discriminados, pertencentes ao perímetro urbano, da área total de 50.150,00m² (cinquenta mil cento e cinquenta metros quadrados) registrado no Cartório de Registro de Imóveis sob nº 16.115:

Lote: 01
Quadra: 53
Inscrição Imobiliária: 01.53.01.01
Área à desmembrar: 8.248,55 m² (oito mil duzentos e quarenta e oito metros e cinquenta e cinco centímetros quadrados)

Confrontações:

Área 01 – 800,00m²

NORTE	Confronta-se com área remanescente, com distância de 40,00m;
SUL	Confronta-se com área 02, com distância de 40,00m;
LESTE	Confronta-se com área remanescente, com distância de 20,00m;
OESTE	Confronta-se com Rua Natal Braghini, com distância de 20,00m.

Área 02 – 800,00m²

NORTE	Confronta-se com área 01, com distância de 40,00m;
SUL	Confronta-se com área 03, com distância de 40,00m;

LESTE	Confronta-se com área remanescente, com distância de 20,00m
OESTE	Confronta-se com Rua Natal Braghini, com distância de 20,00m.
Área 03 – 800,00m ²	
NORTE	Confronta-se com área 02, com distância de 40,00m;
SUL	Confronta-se com área 04, com distância de 40,00m;
LESTE	Confronta-se com área remanescente, com distância de 20,00m
OESTE	Confronta-se com Rua Natal Braghini, com distância de 20,00m.
Área 04 – 1462,14m ²	
NORTE	Confronta-se com área 03, com distância de 40,00m e área remanescente, distância de 33,11m, distância total de 73,11m.
SUL	Confronta-se com área 05, com distância de 73,11m;
LESTE	Confronta-se com área remanescente, com distância de 20,00m;
OESTE	Confronta-se com Rua Natal Braghini, com distância de 20,00m.

Obs: Neste local fica incorporada uma área de preservação permanente de 52,23m², com as seguintes confrontações:

NORTE Confronta-se com área remanescente, distância de 1,92m.

SUL Confronta-se com APP da Área 05, distância de 10,53m.

LESTE Confronta-se com área remanescente, distância de 21,77m.

OESTE Confronta-se com Área 04, distância de 20,00m.

Área 05 – 4.386,41m²

NORTE	Confronta-se com área 04, com distância de 73,11m;
SUL	Confronta-se com Valdomiro Mugnol, com distância de 73,11m;
LESTE	Confronta-se com área remanescente, com distância de 60,00m;
OESTE	Confronta-se com Rua Natal Braghini, com distância de 60,00m.

Obs: Neste lote fica incorporada uma área de preservação permanente de 2.361,44m², com as seguintes confrontações:

NORTE Confronta-se com APP da área 04, com distância de 10,53m, e área 05 em linhas alternadas com distância de 70,65, distância total 81,18.

SUL Confronta-se com área 05, com distância de 74,24m;

LESTE Confronta-se com área remanescente, com distância de 38,54m;

OESTE Confronta-se com Rua Natal Braghini, com distância de 30,00m.

Art. 2º. Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 17 de março de 2014.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

Ipumirim

PREFEITURA

Portaria Nº. 164/2014 de 17 de Março de 2014.

CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO NO CARGO DE FISIOTERAPEUTA PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

Valdir Zanella, Prefeito Municipal de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 020/2006, que Exclui artigo 23 e parágrafo único, altera tabelas dos grupos “A”, “B”, “C” e “D” dos Anexos II e III, altera o anexo VI da Lei Complementar nº 002/2002, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração para os servidores do Município de Ipumirim. e considerando também a homologação do resultado do Processo Seletivo 014/2014.

CONTRATA

MARCOS ANDRÉ FONTANA VASSELAI, sob a Matrícula 2266-7, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 3.186.024-9 e do CPF 044.867.599-40, para ocupar o cargo em caráter temporário de FISIOTERAPEUTA, constante no Anexo II, Grupo B - Serviços Técnicos Profissionais, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 002/2002., nível salarial Nível 140, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 20 horas semanais, lotação: Secretaria de Assistência Social e Habitação, para o período de 17/03/2014 a 19/12/2014.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 17/03/2014.

Ipumirim - SC, 17 de março de 2014.
Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

Portaria Nº. 165/2014 de 17 de Março de 2014.

CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO NO CARGO DE MEDICO PARQ ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

Valdir Zanella, Prefeito Municipal de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico

dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 002/2002, que Dispõe sobre o Plano de Carreira e remuneração para os Servidores do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

CONTRATA

ORLANDO VILI HANAUER FILHO, sob a Matrícula 2267-5, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 3.186.666-5 e do CPF 045.726.809-30, para ocupar o cargo em caráter temporário de Médico, constante no Anexo II, Grupo B - Serviços Técnicos Profissionais, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 002/2002., nível salarial Nível 190, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 40 horas semanais, lotação: Secretaria de Saúde, para o período de 17/03/2014 a 30/04/2014.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 17/03/2014.

Ipumirim - SC, 17 de março de 2014.

Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

Retificação das Minutas dos Processos de Licitação Nº 20, Pregão Presencial 10/2014/PM, Processo de Licitação 21, Pregão Presencial Nº 11/2014/PM E Processo de Licitação Nº 6, Pregão Presencial Nº 4/2014/FMS

RETIFICAÇÃO DAS MINUTAS DOS PROCESSOS DE LICITAÇÃO Nº 20, PREGÃO PRESENCIAL 10/2014/PM, PROCESSO DE LICITAÇÃO 21, PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2014/PM E PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 6, PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/2014/FMS

Diante do equívoco verificado na publicação das Minutas dos Processos acima transcrito, do dia 17 de março de 2014, devido a um erro interno do sistema de geração das publicações, onde foi detectado erro de grafia no cabeçalho e no corpo das Minutas acima citadas, segue a republicação das Minutas de forma correta. Em função da alteração não prejudicar a confecção das propostas, mantém a mesma data de abertura, no mesmo horário e local para entrega e abertura dos envelopes dos certames sobreditos.

Processo de Licitação Nº 20/2014, Pregão Presencial Nº 10/2014/PM

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 20/2014

Valdir Zanella - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 199, com entrega dos envelopes fixada para às 08:45:00 horas do dia 28/03/2014, e abertura prevista para às 09:00:00 do dia 28/03/2014. Objeto da licitação: Aquisição de trator de Esteira novo ano de fabricação 2013, fabricação nacional adquirido com recursos do Fundan processo nº 2014.TR 000264, conforme características anexas ao edital. O edital poderá ser obtido no endereço eletrônico www.ipumirim.sc.gov.br, (link: Governo -> licitações, clicando sobre a respectiva modalidade dessa licitação). Possíveis alterações, suspensão, revogação ou anulação do edital, serão disponibilizadas

no mesmo endereço eletrônico, cabendo a licitante interessada acompanhar a situação da licitação. Demais esclarecimentos e informações, poderão ser obtidas junto ao setor de licitações e contratos, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefone (049) 3438-3400, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis.

Ipumirim - SC, 14/03/2014
Valdir Zanella
PREFEITO MUNICIPAL

**Processo de Licitação Nº 21/2014, Pregão Presencial
Nº 11/2014/PM**

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 21/2014

Valdir Zanella - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 199, com entrega dos envelopes fixada para às 14:00:00 horas do dia 28/03/2014, e abertura prevista para às 14:00:00 do dia 28/03/2014. Objeto da licitação: Aquisição de trator de Esteira novo ano de fabricação 2013, fabricação nacional adquirido com recursos do MAPA, convenio nº 1014074-78, conforme características anexas ao edital. O edital poderá ser obtido no endereço eletrônico www.ipumirim.sc.gov.br, (link: Governo -> licitações, clicando sobre a respectiva modalidade dessa licitação). Possíveis alterações, suspensão, revogação ou anulação do edital, serão disponibilizadas no mesmo endereço eletrônico, cabendo a licitante interessada acompanhar a situação da licitação. Demais esclarecimentos e informações, poderão ser obtidas junto ao setor de licitações e contratos, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefone (049) 3438-3400, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis.

Ipumirim - SC, 14/03/2014
Valdir Zanella
PREFEITO MUNICIPAL

**Processo de Licitação Nº 6/2014, Pregão Presencial
Nº 4/2014/FMS**

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 6/2014

JACIR LIRIO BONISSONI - GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 199, com entrega dos envelopes fixada para às 09:00:00 horas do dia 31/03/2014, e abertura prevista para às 09:00:00 do dia 31/03/2014. Objeto da licitação: contratação de serviços médicos na área de Psiquiatria e Clínico Geral, para atendimento na Unidade Básica de Saúde, conforme especificações anexas ao edital. O edital poderá ser obtido no endereço eletrônico www.ipumirim.sc.gov.br, (link: Governo -> licitações, clicando sobre a respectiva modalidade dessa licitação). Possíveis alterações, suspensão, revogação ou anulação do edital, serão disponibilizadas no mesmo endereço eletrônico, cabendo a licitante interessada acompanhar a situação da licitação. Demais esclarecimentos e

informações, poderão ser obtidas junto ao setor de licitações e contratos, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefone (049) 3438-3400, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis.

Ipumirim - SC, 14/03/2014
JACIR LIRIO BONISSONI
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Decreto N. 2.043 de 18 de Março de 2.014

ABRE CRÉDITOS SUPLEMENTARES POR CONTA POR CONTA DA UTILIZAÇÃO PARCIAL DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA NO VALOR DE R\$ 2.000,00

O Prefeito de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da alínea "a", do Item I, do Grupo II do Anexo V e do § 1º do artigo 26, ambos da Lei 1.725 de 15 de outubro de 2.013 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2.014 – LDO e dá outras providências e combinado com o inciso III do § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 e do artigo 5º da Lei Municipal nº 1.729 de 12 de dezembro de 2.013, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Ipumirim para o exercício de 2.014 – LOA e considerando o custo para a realização de cirurgia ortopédica à menor face a liminar concedida nos autos 242.14.000141-7,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito suplementar:

I. Código reduzido 24, Projeto 2.029 - Gestão das Ações de Média e Alta Complexidade Hospitalar e Ambulatorial, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0002, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 2.000,00.

TOTAL GERAL R\$ 2.000,00

Art. 2º O crédito suplementar constante no artigo anterior será aberto por conta da utilização parcial da reserva de contingência:

I. Código reduzido 24, Projeto 9.999 - Reserva de Contingência, elemento 99900000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 3 - SECRETARIA MUN.ADMINISTRAÇÃO, PLAN. E FINANÇAS, Unidade 2 - Departamento Municipal de Planejamento e Finanças, no valor de R\$ 2.000,00.

TOTAL GERAL R\$ 2.000,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor em 18 de março de 2.014.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Ipumirim-SC, 18 de março de 2.014
Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

Irineópolis

PREFEITURA

Extrato de Homologação 13/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 13/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2014

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação da empresa: Rádio Nirvana FM Ltda.

Irineópolis, 10 de março de 2014.

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 18/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 18/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis

Contratada: Rádio Nirvana FM Ltda.

Objeto: Prestação de serviços de veiculação em radio difusão, veiculação de publicidade institucional a fim de divulgar ações da Prefeitura Municipal de Irineópolis.

Valor: R\$ 57.000,00 (Cinquenta e sete mil reais)

Vigência: 10.03.2014 a 09.03.2015

Base Legal – Processo Licitatório 13/2014 – Pregão Presencial nº. 11/2014

Lei 10.520/02 e 8.666/93 consolidada

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 19/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 19/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis

Contratada: Borini & Cia Ltda - ME.

Objeto: Aquisição de materiais de construção, para moradias e famílias usuárias da assistência social conforme laudo social, com entrega parcelada.

Valor: R\$ 15.855,75 (Quinze mil oitocentos e cinquenta e cinco reais e setenta e cinco centavos)

Vigência: 11.03.2014 a 31.12.2014

Base Legal – Processo Licitatório 14/2014 – Pregão Presencial nº. 12/2014

Lei 10.520/02 e 8.666/93 consolidada

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

Decreto N.º 2.567/2014

DECRETO Nº 2.567, DE 17 DE MARÇO DE 2014.

ESTABELECE CRITÉRIOS PARA PAGAMENTO DO PISO SALARIAL MÍNIMO DE QUE TRATA A LEI FEDERAL Nº 11.738/2008, PARA OS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO OCUPANTES DOS CARGOS DE PROFESSOR, NO EXERCÍCIO DE 2014.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 65, VII da Lei Orgânica do Município, amparado o que dispõe o Artigo 31, §§ 1º e 2º da LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município e,

CONSIDERANDO que o MEC definiu o valor do piso nacional do magistério a ser aplicado desde 01 de janeiro de 2014, para 40 horas de jornada de trabalho semanal em R\$ 1.697,39 (um mil, seiscentos e noventa e sete reais e trinta e nove centavos);

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 11.738/2008 é autoaplicável, cabendo aos gestores municipais a realização de atos para seu efetivo cumprimento, haja vista que regulamenta direito revisto na Constituição Federal;

CONSIDERANDO a necessidade de adequar-se ao que prevê a Lei Federal nº 11.738/2008 e Constituição Federal, bem como estabelecer requisitos para a liquidação e pagamento dos valores eventualmente devidos aos profissionais do magistério que, proporcionalmente à sua carga horária, não recebam a título de referência salarial, o valor definido pelo MEC do Piso Nacional dos profissionais do Magistério,

DECRETA:

Art. 1º Nos termos da Lei Federal nº 11.738 de 16 de junho de 2008, e do comunicado oficial do Ministério da Educação, fica estabelecido como salário mínimo para o vencimento do profissional do magistério ocupante dos cargos de Professor e de Professor de Educação Infantil que detenha a habilitação mínima preconizada pela LDB, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, para o exercício de 2014, a quantia de R\$ 1.697,39 (um mil seiscentos e noventa e sete reais e trinta e nove centavos).

Art. 2º Aos servidores ocupantes do cargo de Professor e Professor de Educação Infantil, que recebam valor de vencimento inferior ao valor definido no art. 1º, será pago como verba de complemento salarial a diferença entre o vencimento percebido pelo servidor e o valor atribuído a título de salário mínimo dos profissionais do magistério de que trata o art. 1º, considerando-se a carga horária semanal laborada, conforme tabela abaixo:

REFERÊNCIA										
NÍVEL	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
1	255,15	237,35	219,01	200,12	180,67	160,63	139,99	118,73	96,84	74,29
2	77,09	53,95	30,11	5,56	xxxxx	xxxxx	Xxxxx	Xxxxx	Xxxxx	xxxxx

Obs: valores para carga horária de 20hrs/sem.

§ 1º Na aplicação do disposto no "caput" deste artigo será observado o disposto na Súmula Vinculante nº 15 que estabelece "O cálculo de gratificações e outras vantagens do servidor público não incide sobre o abono utilizado para se atingir o salário mínimo."

§ 2º Caberá à Secretaria Municipal da Administração, através do Departamento de Recursos Humanos, a verificação mensal dos servidores com direito à percepção da diferença de que trata este Decreto, com o lançamento em suas respectivas folhas de pagamento do valor devido.

§ 3º Os valores devidos a esse título, relativo aos meses de janeiro e fevereiro de 2014, serão pagos na folha do mês de março de 2014.

§ 4º Os valores necessários ao implemento destas medidas correrão por conta das dotações próprias da Secretaria de Educação.

§ 5º A verba de complemento salarial, terá seus reflexos em décimo terceiro, férias, horas excedentes e horas extras eventualmente laboradas e/ou outras vantagens diretamente vinculadas ao salário base do servidor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, com efeitos retroativos à 1º de janeiro de 2014.

Município de Irineópolis, em 17de Março de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

Extrato de Homologação 14/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 14/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2014

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação da empresa: Borini e Cia Ltda - ME.

Irineópolis, 11 de março de 2014.
Juliano Pozzi Pereira
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 17/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 17/2014
Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis
Contratada: Carlos Roberto Rodrigues da Silva
Objeto: A presente contratação tem por objeto a locação de um imóvel, de propriedade do locador, sendo um imóvel com área de 50m², sito à Rua Bahia, nº 100, em Irineópolis, Estado de Santa

Catarina; matriculado no Registro de Imóveis da Comarca de Porto União – SC, sob o nº 5.501. PARÁGRAFO ÚNICO – O objetivo da locação do referido imóvel é para funcionamento de sala para divulgação dos cursos do Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho – ACESSUAS TRABALHO.

Valor: R\$ R\$ 6.000,00 (seis mil reais)

Vigência: 01.03.2014 a 31.12.2014

Base Legal – Lei nº 8.666/93 consolidada, art. 24, inciso X

Juliano Pozzi Pereira
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

Conceder Licença À Título de Prêmio Assiduidade

Portaria Nº 9/2014

CONCEDE LICENÇA À TÍTULO DE PRÊMIO POR ASSIDUIDADE

CLEUSA CLARICE DE LIMA, Presidente da Câmara Municipal de Irineópolis, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Regimento Interno desta Casa e de conformidade com o artigo 41, inciso II da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Conceder a Servidora ADRIANA NIGRIN, Auxiliar de Serviços Gerais, o gozo da Licença à Título de Prêmio por Assiduidade, pelo período de 90 (noventa) dias, iniciando em 05(cinco) de março de 2014 até 04 (quatro) de junho de 2014, período aquisitivo de 09 de fevereiro de 2010 à 08 de fevereiro de 2014, de acordo com o previsto no Capítulo IV Título III da Lei Complementar nº 01/97, com redação dada pela Lei Complementar nº 025 de 03 de novembro de 2005.

Gabinete da Presidência, em 10 de Março de 2014.
Cleusa Clarice de Lima
Presidente da Mesa

Itá

PREFEITURA

Aviso Processo Licitatório Nº 015/2014 Pregão Presencial 013/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 015/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 013/2014

SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS - CHAMADA PÚBLICA Nº. 001/2014

A Prefeita Municipal em Exercício de Itá, Estado de Santa Catarina, torna público que fará realizar licitação, na modalidade Pregão



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Presencial, Sistema Registro de Preços, no dia 01 de abril de 2014, para possível aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar, para a composição da merenda escolar. As propostas serão recebidas até as 08h30min do dia 01 de abril de 2014 e abertas as 08h30min nesta mesma data. O edital encontra-se disponível no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9508/9543.

Itá SC, 18 de março de 2014.
JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI
Prefeita Municipal em Exercício

Itaiópolis

PREFEITURA

Extrato de Edital

Processo Licitatório nº 25/2014 - Pregão Presencial nº 22/2014 – Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para prestar serviços de assentamento de lajotas, colocação de meios-fios e tubos de concreto, confecção de bocas de lobo, em diversas ruas do perímetro urbano do Município. LOCAL/DATA E HORÁRIO PARA ENTREGA DOS ENVELOPES: Avenida Getúlio Vargas, 308, 3º Piso, Centro, Itaiópolis – SC, no Departamento de Compras e Licitações, junto a Prefeitura Municipal, no dia 1º de abril de 2014, até às 14:00 horas. ABERTURA DOS ENVELOPES: no dia 1º de abril de 2014, às 14hs10min. O Edital estará à disposição dos interessados, no endereço acima mencionado ou pelo Site www.itaipolis.sc.gov.br.

Itaiópolis, 17 de março de 2014.
GERVÁSIO UHLMANN
Prefeito Municipal

Extrato de Edital

Processo Licitatório nº 24/2014 - Pregão Presencial nº 21/2014 – Objeto: contratação de empresa para prestar serviços de funilaria nos veículos Toyota Bandeirante, placa MCW 8290, caminhões MB 1313, placas: LZY 2862 e LZY 6173. LOCAL/DATA E HORÁRIO PARA ENTREGA DOS ENVELOPES: Avenida Getúlio Vargas, 308, 3º Piso, Centro, Itaiópolis – SC, no Departamento de Compras e Licitações, junto a Prefeitura Municipal, no dia 03 de abril de 2014, até às 09hs10min. ABERTURA DOS ENVELOPES: no dia 03 de abril de 2014, às 09hs15min. O Edital estará à disposição dos interessados, no endereço acima mencionado ou pelo Site www.itaipolis.sc.gov.br.

Itaiópolis, 17 de março de 2014.
GERVÁSIO UHLMANN
Prefeito Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Aviso de Licitação

Processo licitatório nº 12/2014. Tomada de Preços nº 01/2014. Objeto: Contratação de empresa do ramo para construção da Unidade Básica de Saúde ESF no Bairro Bom Jesus, localizada na Rua Engelberto Linzmeier, centro, no Município de Itaiópolis/SC, com área a construir de 513,60m² conforme Projeto Arquitetônico, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro e o Memorial Descritivo. Com o fornecimento de materiais e serviços de mão-de-obra. Entrega dos envelopes: até às 14:15 horas do dia 10 de abril de 2014. Local: Secretaria Municipal de Saúde, Av. Tancredo Neves, 234, centro, Itaiópolis/SC. Abertura dos envelopes: no dia 10 de abril de 2014 às 14:30 horas na Secretaria Municipal de Saúde. O Edital estará à disposição dos interessados no endereço acima mencionado ou no site: www.itaipolis.sc.gov.br

Jucemara Schmitz
Secretária Municipal da Saúde.

Itapiranga

PREFEITURA

Extrato do Contrato Nº 64/2014/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 64/2014/RH
PARTES: Município de Itapiranga e RICARDO ROTHER.
OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 40 horas semanais, como Professor de Educação Física. Nível salarial: Piso Nacional do Magistério
Classe - Referencia:
VIGÊNCIA: 17/03/2014 até 16/04/2014.

Itapiranga – SC.17 de março de 2014
Milton Simon
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 65/2014/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 65/2014/RH
PARTES: Município de Itapiranga e KARIN SCHOLZ.
OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 20 horas semanais, como Professor de Artes. Nível salarial: Piso Nacional do Magistério
Classe - Referencia:
VIGÊNCIA: 17/03/2014 até 12/12/2014.

Itapiranga – SC.17 de março de 2014
Milton Simon
Prefeito Municipal

Extrato do Distrato Nº 66/2014/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

EXTRATO DO DISTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO DISTRATO Nº 66/2014/RH

PARTES: Município de Itapiranga e RAQUEL APARECIDA CALIARI SPIES.

OBJETO: Distrato do Contrato de Prestação de serviço temporário nº 036/2014/RH de 04/02/2013, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil em 40 horas semanais.

Itapiranga – SC.17 de março de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Jacinto Machado**PREFEITURA****Portarias Nº. 008 A 060 de 2014**

PORTARIA Nº. 008 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio de 01 (um) mês a Servidora MARIA DA CONCEIÇÃO FURLANETTO, matrícula nº. 191, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, a serem gozadas no período de 03/02/2014 á 04/03/2014, período aquisitivo 04/01/1998 á 03/01/2003.

PORTARIA Nº. 009 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio de 01 (um) mês ao Servidor ANTONIO BORGES, matrícula nº. 2438, ocupante do cargo de Agente de Vigilância em Saúde, a serem gozadas no período de 03/02/2014 á 04/03/2014, período aquisitivo 02/07/2007 á 01/07/2012.

PORTARIA Nº. 010 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio de 01 (um) mês a Servidora BÁRBARA REGINA NICOLETTI MEZZARI SARTOR, matrícula nº. 2505, ocupante do cargo de Professora, a serem gozadas no período de 03/02/2014 á 04/03/2014, período aquisitivo 04/02/2004 á 03/02/2009.

PORTARIA Nº. 011 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio de 01 (um) mês a Servidora CRISTIANE MATTOS, matrícula nº. 2352, ocupante do cargo de Professora, a serem gozadas no período de 03/02/2014 á 04/03/2014, período aquisitivo 15/03/2007 á 14/03/2012.

PORTARIA Nº. 012 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio de 01 (um) mês a Servidora CRISTIANI NICOLETTI MEZZARI TONETTO, matrícula nº. 1464, ocupante do cargo de Professora, a serem gozadas no período de 03/02/2014 á 04/03/2014, período aquisitivo 02/03/2004 á 01/03/2009.

PORTARIA Nº. 013 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014.:

Art. 1º - Conceder Licença-Prêmio de 01 (um) mês ao Servidor JAIR ARCENIO DE SOUZA, matrícula nº. 255, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, a serem gozadas no período de 03/02/2014 á 04/03/2014, período aquisitivo 02/05/2005 á 01/05/2010.

PORTARIA Nº. 014 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Interromper a pedido, e em consonância com o que prevê o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, os efeitos da Portaria nº. 294, de 28 de junho de 2013, que trata de Licença Sem Vencimentos da Servidora NAIR BADA TUON.

PORTARIA Nº. 015 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - EXONERAR a servidora SUSANA MEZZARI, do cargo em comissão de Secretária da Escola Municipal de Educação Básica Arizona.

PORTARIA Nº. 016 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Fica reduzida carga horária de trabalho da Professora SUSANA MEZZARI, de 40 (quarenta) para 20 (vinte) horas semanais, em observância ao determinado no art. 42, da Lei nº. 470, de 01 de setembro de 2006, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 017 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Fica reduzida carga horária de trabalho da Professora ELIZABETE LUIZ, de 40 (quarenta) para 30 (trinta) horas semanais, em observância ao determinado no art. 42, da Lei nº. 470, de 01 de setembro de 2006, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 018 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Interromper a pedido, e em consonância com o que prevê o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, os efeitos da Portaria nº. 190, de 18 de março de 2013, que trata de Licença Sem Vencimentos da Servidora MARILENI ZINGLER CUNN ROECKER.

PORTARIA Nº. 019 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Fica reduzida carga horária de trabalho da Professora MARILENI ZINGLER CUNN ROECKER, de 30 (trinta) para 20 (vinte) horas semanais, em observância ao determinado no art. 42, da Lei nº. 470, de 01 de setembro de 2006, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 020 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Concede Licença sem Vencimentos para Tratar de Interesses Particulares a servidora MARILENI ZINGLER CUNN ROECKER, matrícula nº. 2513, ocupante do cargo de Professora, a serem gozadas no período de 02 (dois) anos consecutivos, a partir de 04/02/2014 á 03/02/2016.

PORTARIA Nº. 021 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Prorroga os efeitos da Portaria nº. 255 de 06 de março de 2013, o período de contratação do servidor ALEXSANDER DOS SANTOS, até 31/12/2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 022 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Concede Licença sem Vencimentos para Tratar de Interesses Particulares a servidora SIRLENE GIUSTI RONÇANI DOS SANTOS, matrícula nº. 2595, ocupante do cargo de Servente Educacional, a serem gozadas no período de 02 (dois) anos consecutivos, a partir de 10/02/2014 á 09/02/2016.

PORTARIA Nº. 023 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade de 120 (cento e vinte dias) a servidora KARINA PEREIRA BOTEON, matrícula nº. 3454, ocupante do cargo de Professora, a serem gozadas no período de 25/01/2014 a 24/05/2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 024 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Conceder férias de 30 (trinta) dias ao servidor Público Municipal, abaixo relacionado, com respectivo número de matrícula, período de gozo e período aquisitivo, com pagamento de 1/3 (Um terço) a mais do que a remuneração normal, a saber:

NOME DO (A) SERVIDOR (A)	MATR.	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
RUI CARLOS GIUSTI	248	02/01/11 a 01/01/12	03/02/14 a 04/03/14

PORTARIA Nº. 025 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, CLAUDIONOR NICOLETI, portador do CPF nº. 572.785.809-78, no cargo de Operador de Equipamentos, nível TSA 4C, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, no período de 10/02/2014 a 19/12/2014, aprovado no Processo Seletivo no. 001/2014 de 09 de janeiro de 2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 026 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, HILDO GIUSTI, portador do CPF nº. 671.708.629-72, no cargo de Operador de Equipamentos, nível TSA 4C, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, no período de 10/02/2014 a 19/12/2014, aprovado no Processo Seletivo no. 001/2014 de 09 de janeiro de 2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 027 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, ADEMIR POSSAMAI, portador do CPF nº. 612.606.069-53, no cargo de Operador de Equipamentos, nível TSA 4C, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, no período de 10/02/2014 a 19/12/2014, aprovado no Processo Seletivo no. 001/2014 de 09 de janeiro de 2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 028 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, EVERALDO ALEXANDRINO, portador do CPF nº. 939.108.199-15, no cargo de Operador de Equipamentos, nível TSA 4C, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, no período de 10/02/2014 a 19/12/2014, aprovado no Processo Seletivo no. 001/2014 de 09 de janeiro de 2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 029 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, LIBERALINO GONÇALVES, portador do CPF nº. 540.542.069-72, no cargo de Operador de Equipamentos, nível TSA 4C, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, no período de 10/02/2014 a 19/12/2014, aprovado no Processo Seletivo no. 001/2014 de 09 de janeiro de 2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 030 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, JOELSON MORGEROT POLICARPO, portador do CPF nº. 004.522.239-89, no cargo de Operador de Equipamentos, nível TSA 4C, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, no período de 10/02/2014 a 19/12/2014, aprovado no Processo Seletivo no. 001/2014 de 09 de janeiro de 2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 031 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, SOVENIR FORNAZA, portador do

CPF nº. 769.761.659-91, no cargo de Operador de Equipamentos, nível TSA 4C, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Agricultura, Irrigação e Meio Ambiente, no período de 10/02/2014 a 19/12/2014, aprovado no Processo Seletivo no. 001/2014 de 09 de janeiro de 2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 032 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, JONAS DA CRUZ, portador do CPF nº. 030.426.389-36, no cargo de Operador de Equipamentos, nível TSA 4C, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, no período de 10/02/2014 a 19/12/2014, aprovado no Processo Seletivo no. 001/2014 de 09 de janeiro de 2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 033 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, LOURIVALDO DE MEDEIROS ELIAS, portador do CPF nº. 283.960.730-15, no cargo de Operador de Equipamentos, nível TSA 4C, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, no período de 10/02/2014 a 19/12/2014, aprovado no Processo Seletivo no. 001/2014 de 09 de janeiro de 2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 034 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, JOSÉ MARIA DA SILVEIRA, portador do CPF nº. 999.074.619-20, no cargo de Auxiliar de Mecânico, nível SGM 2E, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, no período de 10/02/2014 a 19/12/2014, aprovado no Processo Seletivo no. 001/2014 de 09 de janeiro de 2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 035 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, HILÁRIO ANELLI, portador do CPF nº. 469.484.579-91, no cargo de Mecânico, nível TSA 3J, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, no período de 10/02/2014 a 19/12/2014, aprovado no Processo Seletivo no. 001/2014 de 09 de janeiro de 2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 036 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, AMARILDO SAVIATO TRAMONTIM, portador do CPF nº. 612.610.419-68, no cargo de Pedreiro, nível TSA 3I, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, no período de 10/02/2014 a 19/12/2014, aprovado no Processo Seletivo no. 001/2014 de 09 de janeiro de 2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 037 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, ALEXANDRE MAURO DOS SANTOS, portador do CPF nº. 462.890.380-87, no cargo de Pedreiro, nível TSA 3I, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, no período de 10/02/2014 a 19/12/2014, aprovado no Processo Seletivo no. 001/2014 de 09 de janeiro de 2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 038 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, FRANK NEVES MOTTA, portador do CPF nº. 081.070.649-09, no cargo de Pedreiro, nível TSA 3I, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, no período de 10/02/2014 a 19/12/2014, aprovado no Processo Seletivo no. 001/2014 de 09 de janeiro de 2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 039 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, VALDECIR DARABAS POLICARPO, portador do CPF nº. 595.319.089-15, no cargo de Carpinteiro, nível TSA 3I, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, no período de 10/02/2014 a 19/12/2014, aprovado no Processo Seletivo no. 001/2014 de 09 de janeiro de 2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 040 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, JOÃO PAULO TEIXEIRA DE SOUZA, portador do CPF nº. 070.718.719-22, no cargo de Motorista, nível TSA 4A, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos no período de 10/02/2014 a 19/12/2014, aprovado no Processo Seletivo no. 001/2014 de 09 de janeiro de 2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 041 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, LUIZ VANIO VIEIRA DOS SANTOS, portador do CPF nº. 065.330.829-90, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, nível SGM 2H, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, no período de 10/02/2014 a 19/12/2014, aprovado no Processo Seletivo no. 001/2014 de 09 de janeiro de 2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 042 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, CARLOS ROBERTO PETERLE, portador do CPF nº. 745.015.699-72, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, nível SGM 2H, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, no período de 10/02/2014 a 19/12/2014, aprovado no Processo Seletivo no. 001/2014 de 09 de janeiro de 2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 043 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, HUMBERTO MACHADO AMORIN, portador do CPF nº. 082.174.279-50, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, nível SGM 2H, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, no período de 10/02/2014 a 19/12/2014, aprovado no Processo Seletivo no. 001/2014 de 09 de janeiro de 2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 044 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, VORLEI DARABAS POLICARPO, portador do CPF nº. 053.720.849-60, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, nível SGM 2H, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, no período de 10/02/2014 a 19/12/2014, aprovado no Processo Seletivo no. 001/2014 de 09 de janeiro de 2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 045 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, IONIR TEREZINHA BRATTI SARTOR, portadora do CPF nº. 015.359.109-92, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, nível SGM 2H, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atuar no Prédio da Prefeitura Municipal, no período de 10/02/2014 a 19/12/2014, aprovada no Processo Seletivo no. 001/2014 de 09 de janeiro de 2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 046 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, TERESINHA DE OLIVEIRA MONTEIRO, portadora do CPF nº. 864.527.629-15, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, nível SGM 2H, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atuar no Prédio da Prefeitura Municipal, no período de 10/02/2014 a 19/12/2014, aprovada no Processo Seletivo no. 001/2014 de 09 de janeiro de 2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 047 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, JANE BEATRIZ DE SOUZA, portadora do CPF nº. 019.434.319.73, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, nível SGM 2H, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na EMEB Arizona, no período de 10/02/2014 a 19/12/2014, aprovada no Processo Seletivo no. 001/2014 de 09 de janeiro de 2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 048 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, DILSÉIA SILVA SANTOS DE BORBA, portadora do CPF nº. 036.325.139-10, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, nível SGM 2H, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, no período de 10/02/2014 a 19/12/2014, aprovada no Processo Seletivo no. 001/2014 de 09 de janeiro de 2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 049 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, LUCIMAR LENTZ DE CARVALHO, portadora do CPF nº. 069.511.679-74, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, nível SGM 2H, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na EMEB Albino Zanatta, no período de 10/02/2014 a 19/12/2014, aprovada no Processo Seletivo no. 001/2014 de 09 de janeiro de 2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 050 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, SCHIRLEI SCHAUKOSKI ROQUE, portadora do CPF nº. 862.680.669-87, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, nível SGM 2H, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na EMEB Albino Zanatta, no período de 10/02/2014 a 19/12/2014, aprovada no Processo Seletivo no. 001/2014 de 09 de janeiro de 2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 051 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, ELISANDRA DE CARVALHO MONTEIRO BETIOL, portadora do CPF nº. 032.289.489-19, no cargo de Servente, nível SGM E2, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na APAE, no período de 10/02/2014 a 19/12/2014, aprovada no Processo Seletivo no. 001/2014 de 09 de janeiro de 2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 052 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, SIRLEI DE JESUS, portadora do CPF nº. 037.823.429-33, no cargo de Servente, nível SGM E2, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na APAE, no período de 10/02/2014 a 19/12/2014, aprovada no Processo Seletivo no. 001/2014 de 09 de janeiro de 2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 053 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, TOMAZIA NAZARÉ DE BITTENCOURT, portadora do CPF nº. 040.323.619-32, no cargo de Servente, nível SGM E2, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atuar no CEI Ana Paula, no período de 10/02/2014 a 19/12/2014, aprovada no Processo Seletivo no. 001/2014 de 09 de janeiro de 2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 054 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, JAILTA SILVA MONTEIRO GUIMARÃES MARCOS, portadora do CPF nº. 679.382.999-87, no cargo de Servente, nível SGM E2, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atuar no CEI Viver e Crescer, no período de 10/02/2014 a 19/12/2014, aprovada no Processo Seletivo no. 001/2014 de 09 de janeiro de 2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 055 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, MARIA DE FATIMA PRESTES, portadora do CPF nº. 613.544.909-59, no cargo de Servente, nível SGM E2, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atuar no PSF Arizona, no período de 10/02/2014 a 19/12/2014, aprovada no Processo Seletivo no. 001/2014 de 09 de janeiro de 2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 056 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, DERVANE RODRIGUES DOS SANTOS, portadora do CPF nº. 039.912.269-95, no cargo de Servente, nível SGM E2, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na APAE, no período de 10/02/2014 a 19/12/2014, aprovada no Processo Seletivo no. 001/2014 de 09 de janeiro de 2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 057 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, GIANE DOS SANTOS MONTEIRO, portadora do CPF nº. 008.262.529-82, no cargo de Servente, nível SGM E2, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atuar no CEI Pequeno Cidadão, no período de 10/02/2014 a 19/12/2014, aprovada no Processo Seletivo no. 001/2014 de 09 de janeiro de 2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 058 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, MADALENA JOSÉ MONSANI, portadora do CPF nº. 046.135.379-24, no cargo de Servente, nível SGM E2, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na EMEB Figueira, no período de 10/02/2014 a 19/12/2014, aprovada no Processo Seletivo no. 001/2014 de 09 de janeiro de 2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 059 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, VALDETE TONETTO SALVARO, portadora do CPF nº. 757.967.089-53, no cargo de Servente, nível SGM E2, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para

atuar na EMEB Arizona, no período de 10/02/2014 a 19/12/2014, aprovada no Processo Seletivo no. 001/2014 de 09 de janeiro de 2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

PORTARIA Nº. 060 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário (ACT), nos termos da Lei n.ºs 135/97; 143/97 e 245/2000, ELISABETE ANTONIO RODRIGUES, portadora do CPF nº. 004.507.700-28, no cargo de Servente, nível SGM E2, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na EMEB Figueira, no período de 10/02/2014 a 19/12/2014, aprovada no Processo Seletivo no. 001/2014 de 09 de janeiro de 2014, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Joaçaba

PREFEITURA

Extrato do Contrato Nº 94/2013/PMJ – TA 01

CONTRATO Nº 94/2013/PMJ – TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.939.380/0001-99, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa AMETTRA ASSESSORIA E CONSULTORIA EM SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA-ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.449.063/0001-83, estabelecida na AVENIDA FREI TEOFILO, 451, no Município de MACHADINHO/RS, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pela Sra. IANDRA CASSUBA, portadora da C. I. nº 11/R-4.620.142 e CPF nº 037.578.249-46, residente e domiciliada na cidade de CAPINZAL/SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 94/2013/PMJ, firmado em 07/08/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 79/2013/PMJ – Edital PP nº 47/2013/PMJ, cujo objeto é a realização, pela CONTRATADA de perícias médicas em servidores do Município de Joaçaba (SC), onde se ADITA a CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA**CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR**

O valor total do contrato fica acrescido em R\$ 9.702,00 (nove mil setecentos e dois reais), correspondentes a 25% do valor inicialmente contratado, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93, tendo em vista a contratação suplementar de 55 perícias médicas (readaptação funcional, afastamento médico pessoal ou de familiar), através de 01 (um) Médico Perito, que deverá ter a especialidade de Médico do Trabalho (item 2 do contrato original).

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), 06 de fevereiro de 2014.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

Rafael Laske

Prefeito

AMETTRA ASSESSORIA E CONSULTORIA EM SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA
IANDRA CASSURA

Testemunhas:

1 - _____

2 - _____

Lei Nº 4.458 de 17 de Março de 2014.

LEI Nº 4.458 DE 17 DE MARÇO DE 2014.

AUTORIZA RECEBER IMÓVEL POR DOAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Joaçaba (SC)

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a receber por doação o imóvel de matrícula n. 22.835, registrado no Cartório de Registro de Imóveis do 1º Ofício da Comarca de Joaçaba, com área de 302,40m² (trezentos e dois vírgula quarenta metros quadrados) de propriedade de Deycon Comércio e Representações Ltda.

Parágrafo único. O imóvel é destinado às obras de ampliação e revitalização do Acesso Adolfo Ziguelli conforme Decreto n. 4.425/2013 e suas alterações.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA (SC), em 17 de março de 2014.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

Lei Nº 4.459 de 17 de Março de 2014.

LEI Nº 4.459 DE 17 DE MARÇO DE 2014.

"INSTITUI A POLÍTICA DE HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito em exercício do Município de Joaçaba (SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

L E I:

Art. 1º A POLÍTICA DE HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA tem por objetivo, respeitadas as competências da União e do Estado, estabelecer diretrizes para desenvolvimento de ações e programas destinados a implementar políticas habitacionais direcionadas à população de menor renda no Município de Joaçaba, observado o estabelecido no Plano Municipal de Habitação do Município de Joaçaba e em consonância com a Lei Federal nº 11.124 de 16 de junho de 2005.

Parágrafo Único - O Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias, o Orçamento anual, os Planos, Programas e Projetos urbanísticos, assim como os demais instrumentos municipais de desenvolvimento deverão incorporar os princípios, diretrizes e prioridades contidos nesta Lei.

Art.2º A POLÍTICA DE HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA abrange todo o território do Município, devendo o mesmo, estar adequado a Política Nacional e Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social e as normas emanadas do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, de acordo com a Lei Federal nº 11.124 de 16 de junho de 2005.

Art. 3º O Fundo de Habitação de Interesse Social, criado pela Lei Municipal nº 3.835 de 15 de dezembro de 2008, é a unidade orçamentária responsável por alocar recursos destinados a ações vinculadas aos programas de habitação de interesse social que contemplem:

I – aquisição, construção, conclusão, melhoria, reforma, locação social e arrendamento de unidades habitacionais em áreas urbanas e rurais, atendendo prioritariamente a faixa de 0 a 3 salários mínimos nacionais quando executada com recursos próprios do Município, respeitadas as diretrizes quando da aplicação de programas da União e/ou do Estado de Santa Catarina;

II – produção de lotes urbanizados para fins habitacionais;

III – urbanização, produção de equipamentos comunitários, regularização fundiária e

urbanística de áreas caracterizadas de interesse social;

IV - aquisição de materiais para construção, ampliação e reforma de moradias;

V – recuperação ou produção de imóveis em áreas encortiçadas ou deterioradas,

centrais ou periféricas, para fins habitacionais de interesse social;

VI – outros programas e intervenções na forma aprovada pelo Conselho-Gestor do

Fundo de Habitação de Interesse Social – FHIS.

VII – priorização na elaboração e execução de planos, programas e projetos para grupos de pessoas em situação de risco.

VIII – controle sobre o uso e a ocupação do espaço urbano, atendidos os parâmetros estabelecidos na lei do Plano Diretor, considerando casos de Regularização Fundiária onde cada área terá parâmetros próprios, estabelecidos em lei específica a cada regularização.

IX – promoção da qualidade de vida e proteção do meio ambiente.

X – previsão de execução de infraestrutura necessária nas áreas adquiridas pelo Município, tanto na área urbana da cidade quanto nas áreas urbanas das sedes dos distritos.

XI – busca da garantia de justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização.

XII – gestão democrática e participativa através do monitoramento da execução da política habitacional pelo Conselho Municipal Habitação.

XIII – implementar e ampliar ações integradas entre os diversos órgãos públicos e sociedade civil organizada para execução das políticas sociais voltadas à habitação.

XIV – promoção do desenvolvimento científico e tecnológico, incentivando a aproximação entre as empresas e organizações de ensino e pesquisa para o desenvolvimento e aplicação de novas tecnologias para habitação de interesse social.

XV – respeito às normas de acessibilidade, na elaboração dos programas habitacionais.

Art. 4º O Município de Joaçaba poderá realizar Programas conjuntos com a União e o Estado, mediante convênios de mútua cooperação, assistência técnica e apoio institucional, com vistas a:

I - Assegurar a operação e a administração de políticas públicas de habitação no Município;

II - Assistência técnica e o apoio institucional da União e Estado ao Município poderão ser prestados por meio de convênios de cooperação técnica.

Art. 5º A Política de Habitação do Município estará embasada em 06 (seis) Programas, cada qual contendo objetivos específicos:

I – C.1 Programa de Produção Pública de Unidades Habitacionais Novas;

II - C.2 Programa de Regularização fundiária de áreas ocupadas;

III - C.3 Programa de Locação Social;

IV - C.4 Programa de urbanização de assentamentos precários;

V - C.5 Programa de Melhorias das condições de habitabilidade;

VI - C.6 Programa de Assistência técnica.

Art. 6º São Objetivos específicos do C.1 Programa de Produção Pública de Unidades Habitacionais Novas:

I – Prover apoio à produção de novas moradias para as faixas de menor renda, de forma a atender a demanda por moradias tanto no que se refere o déficit quantitativo atual, com também a demanda demográfica futura.

Art. 7º São Objetivos específicos do C.2 Programa de Regularização fundiária de áreas ocupadas:

I – Promover regularização fundiária em áreas ocupadas (consolidadas ou em processo de consolidação);

Art. 8º São Objetivos específicos do C.3 Programa de Locação Social:

I – Atender população com dificuldade de acessar a habitação formal em casos como famílias de 0 a 3 salários mínimos nacionais, através de ação conjunta com o Fundo Municipal de Assistência Social;

II - Possibilitar o atendimento da população com dificuldade de acesso a linhas existentes de financiamento;

Parágrafo Único – O Aluguel Social será objeto de regulamentação na forma da legislação municipal dos Benefícios Eventuais, viabilizados por meio do Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 9º São objetivos específicos do C.4 Programa de urbanização de assentamentos precários:

I – Permitir a introdução de serviços e infraestrutura urbana nos locais aonde eles antes não chegavam, melhorando as condições de vida da população;

II - Regular o conjunto do mercado de terras urbanas, pois se reduzindo as diferenças de qualidade entre os diferentes padrões de ocupação reduzem-se também as diferenças de preços entre elas;

III - Introduzir mecanismos de participação direta dos moradores

no processo de definição dos investimentos públicos em urbanização para consolidar os assentamentos;

IV - Aumentar a arrecadação do município, pois as áreas regularizadas passam a poder pagar impostos e taxas - vistas nesse caso muitas vezes com bons olhos pela população, pois os serviços e infraestrutura deixam de ser encarados como favores, e passam a ser obrigações do poder público;

V - Aumentar a oferta de terras para os mercados urbanos de baixa renda.

Art. 10 São objetivos específicos do C.5 Programa de Melhorias das condições de habitabilidade:

I – Garantir, na reforma e ampliação de moradias construídas por autopromoção, meios que propiciem boas condições de habitabilidade e salubridade, uso adequado dos materiais e técnicas construtivas, valorização arquitetônica e inserção urbana adequada, entre outros, por iniciativa do próprio morador.

Art. 11 São objetivos específicos do C.6 Programa de Assistência técnica:

I – Dispor de projetos habitacionais adequados à demanda da população de interesse social;

II - Possibilitar também o acompanhamento técnico da construção;

Art. 12 A execução da POLÍTICA DE HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA será realizada pela Administração Direta Centralizada do Município.

Art. 13 A Secretaria de Infraestrutura do Município, através do Setor de Habitação, será responsável pela gestão do PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA.

Parágrafo único. A gestão da política de habitação no Município pressupõe a participação conjunta e integrada dos diversos agentes envolvidos na política de habitação, abrangendo os órgãos públicos, o Conselho-Gestor do Fundo de Habitação de Interesse Social – FHIS, organizações não-governamentais, movimentos sociais e população envolvida, dentre outros.

Art. 14 O PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA é composto de diagnóstico, prognóstico, projeções, programas, ações e projetos para atendimento das metas necessárias para atender aos objetivos estabelecidos.

Parágrafo Único - São instrumentos de execução da política de habitação, os convênios, os contratos de consórcio, os contratos de programas e outros instrumentos previstos em Lei.

Art. 15 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA (SC), em 17 de março de 2014.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

Lei Nº 4.460 de 17 de Março de 2014.

LEI Nº 4.460 DE 17 DE MARÇO DE 2014.

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, A PROMOVER REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS MEDIANTE TERMO DE CONVÊNIO A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JOAÇABA – APAE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito do Município de Joaçaba, SC,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI :

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, através do Fundo Municipal de Assistência Social, autorizado a promover o repasse de recursos financeiros a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Joaçaba - APAE, em parcelas mensais e sucessivas, de valores específicos, sem reajuste, destinados ao desenvolvimento e manutenção de atividades realizadas, conforme Plano de Aplicação, parte integrante desta Lei.

Art. 2º. O valor dos recursos financeiros é fixado em R\$ 59.589,48 (cinquenta e nove mil, quinhentos e oitenta e nove reais e quarenta e oito centavos), a ser repassado em parcelas mensais de R\$ 4.965,79 (quatro mil, novecentos e sessenta e cinco reais e setenta e nove centavos).

Parágrafo único. O repasse das parcelas de que trata o caput deste artigo fica vinculado à apresentação da respectiva prestação de contas da parcela anterior, que acontecerá no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento.

Art. 3º As despesas provenientes da execução desta Lei, correrão por conta de dotações próprias do orçamento do exercício financeiro de 2014 do Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA (SC), em 17 de março de 2014.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

Lei Nº 4.461 de 17 de Março de 2014.

LEI Nº 4.461 DE 17 DE MARÇO DE 2014.

"AUTORIZA CELEBRAR TERMO DE CESSÃO DE USO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO, DE BEM PATRIMONIAL, QUE ESPECIFICA."

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC)

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar TERMO DE CESSÃO DE USO com o Estado de Santa Catarina, por intermédio da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação, objetivando a Cessão de Uso de um veículo Fiat Uno Vivace, ano 2014, Placa MLN-7742.

Parágrafo único - O veículo destina-se exclusivamente para as atividades do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS do Município de Joaçaba.

Art. 2º O prazo de vigência do Termo de Cessão de Uso é de 10 (dez) anos, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, se do interesse das partes.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA (SC), em 17 de março de 2014.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

Lei Nº 4.462 de 17 de Março de 2014.

LEI Nº 4.462 DE 17 DE MARÇO DE 2014.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC)

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal de Joaçaba, autorizado a abrir crédito adicional na importância de R\$ 387.000,00 (trezentos e oitenta e sete mil reais), destinado a suplementar as dotações abaixo descritas pertencentes ao orçamento municipal vigente:

ORGÃO 09: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
UNIDADE 01: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Proj./Ativ. 1.025 Pavimentação e Conservação de Vias Públicas

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000-0-128 Aplicações Diretas
R\$ 195.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.000-0-184 Aplicações Diretas
R\$ 35.000,00

Proj./Ativ. 1.027 Construção de Calçadas e Passeios

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000-0-133 Aplicações Diretas
R\$ 7.000,00

Proj./Ativ. 2.040 Manutenção da Frota Municipal

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000-0-147 Aplicações Diretas
R\$ 90.000,00

ORGÃO 07: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
UNIDADE 01: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Proj./Ativ. 2.048 Manutenção das Atividades de Educação Infantil

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.001-0-108 Aplicações Diretas
R\$ 60.000,00

Art. 2º - O crédito autorizado no artigo anterior será coberto com o recurso proveniente da anulação das dotações abaixo descritas, na mesma importância:

ORGÃO 02: GABINETE DO PREFEITO
UNIDADE 06: GERÊNCIA DE EVENTOS

Proj./Ativ. 2.023 Manutenção da Gerência de Eventos

3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.000-0-20 Aplicações Diretas
R\$ 100.000,00

UNIDADE 12: COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO

Proj./Ativ. 2.023 Manutenção da Coordenadoria de Controle Interno

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000-0-45 Aplicações Diretas R\$ 57.000,00

ORGÃO 05: SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA
UNIDADE 01: SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA

Proj./Ativ. 2.029 Manutenção da Secretaria de Gestão Financeira

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000-0-63 Aplicações Diretas
R\$ 150.000,00

ORGÃO 13: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTE

UNIDADE 01: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTE

Proj./Ativ. 2.002 Manutenção das Atividades Esportivas

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.000-0-13 Aplicações Diretas
R\$ 20.000,00

ORGÃO 07: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
UNIDADE 01: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Proj./Ativ. 2.047 Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.001-0-92 Aplicações Diretas
R\$ 60.000,00

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA (SC), em 17 de março de 2014.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

Extrato PL 24/2014/PMJ - PP 19/2014/PMJ

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/2014/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2014/PMJ

Objeto: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de móveis, eletrodomésticos, eletroeletrônicos, equipamentos e utensílios para cozinha e equipamentos de informática, destinados à manutenção das atividades das unidades escolares municipais e de diversas secretarias e setores da administração pública municipal. Forma de Julgamento: Menor preço por item. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h, do dia 02/04/2014. Processamento do Pregão: às 14h do dia 02/04/2014, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 18 de março de 2014.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

Extrato PL 25/2014/PMJ - PP 20/2014/PMJ

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2014/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2014/PMJ

Objeto: Aquisição de 01 (um) veículo tipo sedan médio, novo, zero quilômetro, ano 2014, modelo 2014, destinado a manutenção das atividades do Gabinete do Prefeito. Forma de Julgamento: Menor preço por item. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h, do dia 03/04/2014. Processamento do Pregão: às 14h do dia 03/04/2014, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 18 de março de 2014.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

Recisao Cont. 16/2009

TERMO DE RESCISÃO

CONTRATO Nº 16/2009

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede na Avenida XV de Novembro, 378, centro, inscrito no CNPJ sob o número 82.939.380/0001-99, doravante denominado ARRENDATÁRIO, neste ato representado por seu Prefeito em exercício, Sr. MARCOS WEISS, resolve celebrar o presente TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL, relativo ao contrato nº 16/2009, firmado em 16 de janeiro de 2009 com a Senhora MARIQUINHAS MOTTA, brasileira, viúva, agricultora, residente e domiciliada na Linha Ferreirinha, Município de Luzerna (SC), portadora da C.I. Nº 11/R 1.514.954 e CPF 892.829.069-49, denominada ARRENDANTE, conforme cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica rescindido, com fundamento no art. 79, II, da Lei nº 8.666/93, o Contrato nº 16/2009, celebrado com a ARRENDANTE na data de 16 de janeiro de 2009, proveniente do Processo de Licitação nº 6/2009, instaurado através da Dispensa nº 3/2009, homologado no dia 16 de janeiro de 2009, cujo objeto era o arrendamento de uma parte do imóvel localizado no Município de Luzerna, de propriedade da ARRENDANTE, com uma área de 191.378,53 m², conforme Escritura registrada sob os nºs 2.123, 21.140 e 21.141, do Livro 127, fls. 293, 294 e 295 do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Joaçaba(SC).

CLÁUSULA SEGUNDA

Os efeitos deste Termo de Rescisão contarão a partir da data de publicação do extrato do presente instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento.

Joaçaba (SC), 18 de março de 2014.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

ARRENDATÁRIO

(Testemunha 01)

(Testemunha 02)

Portaria N.º 2279

PORTARIA Nº 2.279 DE 11 DE MARÇO DE 2014

"ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, do(a) Sr.(a) JULIO PASQUAL RIGO, Professor ACT-LP, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 – Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 10 de março de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 11 de março de 2014
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Portaria N.º 2280

PORTARIA Nº 2.280 DE 11 DE MARÇO DE 2014

"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. – NOMEAR, o(a) Sr.(a) VERONICA ARRUDA WOLFF, para exercer o cargo de Coordenador Programa Acessuas (Programa Municipal de Acesso ao Mundo do Trabalho), com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 248 de 09 de agosto de 2013 e nº 97 de 18 de março de 2005.

Art. 2º. – Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Processo Seletivo de que trata o Edital n.º 02/2013/SMAS, em especial pela desistência da Sra. Simone C. Schmidt, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar da data da assinatura desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou seletivo.

Art. 3º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 11 de março de 2014.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Portaria N.º 2281

PORTARIA Nº 2.281 DE 12 DE MARÇO DE 2014

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) FRANCIELI APARECIDA PIZATO, Auxiliar de Serviços Internos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005 e por ter sido classificada no edital n.º 001/2013 – Teste Seletivo da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 12 de março de 2013
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Portaria N.º 2282

PORTARIA Nº 2.282 DE 12 DE MARÇO DE 2014

"DESIGNAR SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º – DESIGNAR os servidores Sra. SONIA MARLENE BROLLO e LUCIA SANTINI SARTORI MANTOVANI para acompanhar e fiscalizar os contratos nº 41/2013 a 45/2013/FMS, proveniente do Processo de Licitação n.º 45/2013/FMS – Pregão Presencial n.º 37/2013/FMS de acordo com o estabelecido no artigo 67 da Lei n.º 8666/93.

Art. 2º – Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 12 de março de 2014.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Portaria N.º 2283

PORTARIA Nº 2.283 DE 14 DE MARÇO DE 2014

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) JULIO VALECIO FERREIRA, Técnico de Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através de memorando da Fundação Municipal de Cultura e Esportes, referente ao período de 01 de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2009 (12 dias), por um período de 12 dias, a partir de 05 de março de 2014 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 05 de março de 2014, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 14 de março de 2014.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

Portaria N.º 2284

PORTARIA Nº 2.284 DE 17 DE MARÇO DE 2014

"NOMEIA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. NOMEAR, o (a) Sr. (a) PAULA GIOVANA KLEBER, Diretor de Saúde, nível CC-2, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, para exercer cumulativamente o cargo de Secretário Municipal de Saúde, nível CC-1, no período de 17 a 31 de março de 2014, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar n.º 173 de 11 de março de 2009 e Lei Complementar nº 230 de 14 de fevereiro de 2013.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 17 de março de 2014

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

Aviso de Alteração PL 12/2014/FMS - PP 9/2014/FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS

JOAÇABA (SC)

AVISO DE ALTERAÇÃO 01

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2014/FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/2014/FMS

O Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba torna pública a ALTERAÇÃO efetuada no Edital PP nº 9/2013/FMS – PL 12/2013/FMS, cujo extrato foi publicado na imprensa oficial em 06/03/2013, sendo o

objeto a "Contratação de pessoa jurídica especializada para locação de software para Gestão de Atividades de Coleta de Dados Relativos à Saúde, em campo, através da comunicação em tempo real entre central e colaboradores, utilizando software embarcado em dispositivos móveis.";

No referido extrato, ONDE SE LÊ:

"Data da abertura: Dia 19/03/2014, a partir das 14h, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h, do dia 19/03/2014";

LEIA-SE:

"Data da abertura: Dia 21/03/2014, a partir das 14h, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h, do dia 21/03/2014".

As demais disposições do edital permanecem inalteradas.

Joaçaba, 18 de março de 2014.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

Homolog PL 14/2014 PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 14/2014/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2014/PMJ

O Prefeito de Joaçaba, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, resolve:

HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 14/2014/PMJ,

- Modalidade: PP 11/2014/PMJ.

Objeto: o Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de equipamentos, materiais de construção e de saneamento básico, destinados à manutenção de prédios e locais públicos, à conservação de praças e jardins, bem como às obras de pavimentação e conservação de diversas ruas do Município de Joaçaba

EMPRESAS VENCEDORAS:

BONATO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

VALOR R\$ 139.511,80

COMPACT PAV TECNOLOGIA EM ASFALTO LTDA

VALOR R\$ 35.550,00

CONCRETOS CRUZEIRO IND. COM. LTDA

VALOR R\$ 341.860,00

FENIX COLOR INDUSTRIA E COM DE TINTAS LTDA

VALOR R\$ 44.435,00

GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

VALOR R\$ 475.870,00

HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

VALOR R\$ 394.378,50

PEDREIRA CALDART LTDA

VALOR R\$ 392.000,00

PLANALTO PORTAS E ESQUADRIAS DE MADEIRA LTDA

VALOR R\$ 204.350,00

SOU-TEL MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO LTDA

VALOR R\$ 41.930,00

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 27 de fevereiro de 2014.

Rafael Laske

Prefeito

Portaria N.º 2285

PORTARIA Nº 2.285 DE 17 DE MARÇO DE 2014
"EXONERA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. EXONERAR, o (a) Sr. (a) RICARDO ALTENBURGER, Diretor Administrativo, nível CC-2, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e Lei Complementar nº 230 de 14 de fevereiro de 2013.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 17 de março de 2014.
MARCOS WEISS
Prefeito em exercício
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Portaria N.º 2286

PORTARIA Nº 2.286 DE 17 DE MARÇO DE 2014
"NOMEIA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. NOMEAR, o (a) Sr. (a) RICARDO ALTENBURGER, Diretor de Indústria, Comércio e Inovação, nível CC-2, com lotação na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrícola, Indústria, Comércio, Turismo e Inovação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar n.º 173 de 11 de março de 2009 e Lei Complementar nº 230 de 14 de fevereiro de 2013.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 17 de março de 2014
MARCOS WEISS
Prefeito em exercício
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Portaria N.º 2287

PORTARIA Nº 2.287 DE 17 DE MARÇO DE 2014
"NOMEIA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. NOMEAR, o (a) Sr. (a) ILMARA SALETE ZAGO, Gerente de Patrimônio e Serviços Gerais, nível CC-3, com lotação na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar n.º 173 de 11 de março de 2009 e Lei Complementar nº 230 de 14 de fevereiro de 2013.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 10 de março de 2014, obedecido o disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 17 de março de 2014
MARCOS WEISS
Prefeito em exercício
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Portaria N.º 2288

PORTARIA Nº 2.288 DE 17 DE MARÇO DE 2014
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) NEIVA LUCIA RIBEIRO DA SILVA, Técnico de Enfermagem, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através de memorando da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 01 de junho de 2012 a 31 de maio de 2013 (12 dias), por um período de 12 dias, a partir de 17 de março de 2014 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 17 de março de 2014.
MARCOS WEISS
Prefeito em exercício
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

Portaria N.º 2289

PORTARIA Nº 2.289 DE 17 DE MARÇO DE 2014
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) SONIA MARLENE BROLLO, Psicóloga, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através de memorando da Secretaria Municipal de Saúde, referente aos períodos de 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012 (12 dias) e 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013

(12 dias), por um período de 24 dias, a partir de 17 de março de 2014 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 17 de março de 2014.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

Ata 04/2013 PMJ

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2014

Página: 1/28

Número do Registro de Preços: 3/2014 Data do Registro: 27/02/2014 Válido até: 27/02/2015						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de equipamentos, materiais de construção e de saneamento básico, destinados à manutenção de prédios e locais públicos, à conservação de praças e jardins, bem como às obras de pavimentação e conservação de diversas ruas do Município de Joaçaba						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
1	AREIA FINA	M3	PLANALTO PORTAS E ESQUADRIAS DE MADEIRAS LTDA (9761)	porto	0	128,5000
			HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (8585)		0	129,0000
			SOU-TEL MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO LTDA. (6241)		0	130,0000
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9230)		0	142,5000
2	AREIA MÉDIA	M3	GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9230)	gr	0	124,0000
			PLANALTO PORTAS E ESQUADRIAS DE MADEIRAS LTDA (9761)		0	125,0000
			SOU-TEL MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO LTDA. (6241)		0	130,0000
			HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (8585)		0	141,4000
3	BRITA 3/8 (9,52 MM)	M3	PEDREIRA CALDART LTDA. (6129)	basalto	0	50,0000
			HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (8585)		0	53,0000
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9230)		0	53,5000
			PEDREIRA JOACABA LTDA (6004)		0	53,5000
4	BRITA 1 (19,5 MM)	M3	PEDREIRA CALDART LTDA. (6129)	basalto	0	55,0000

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2014

Página: 2/28

Número do Registro de Preços: 3/2014 Data do Registro: 27/02/2014 Válido até: 27/02/2015						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de equipamentos, materiais de construção e de saneamento básico, destinados à manutenção de prédios e locais públicos, à conservação de praças e jardins, bem como às obras de pavimentação e conservação de diversas ruas do Município de Joaçaba						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
5	BRITA II	M3	HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (8585)		0	55,9900
			PEDREIRA JOACABA LTDA (6004)		0	56,0000
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9230)		0	56,0000
			PEDREIRA CALDART LTDA. (6129)	basalto	0	50,0000
			HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (8585)		0	53,9900
6	BRITA GRADUADA - FAIXA "A" - DENIT	M3	GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9230)		0	54,0000
			PEDREIRA JOACABA LTDA (6004)		0	54,0000
			PEDREIRA CALDART LTDA. (6129)	basalto	0	60,0000
			HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (8585)		0	61,4000
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9230)		0	61,5000
7	BRITA GRADUADA DE SEGUNDA CATEGORIA	M3	PEDREIRA JOACABA LTDA (6004)		0	61,5000
			PEDREIRA CALDART LTDA. (6129)	basalto	0	45,0000
			HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (8585)		0	47,0000

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2014

Página: 3/28

Número do Registro de Preços: 3/2014 Data do Registro: 27/02/2014 Válido até: 27/02/2015							
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de equipamentos, materiais de construção e de saneamento básico, destinados à manutenção de prédios e locais públicos, a conservação de praças e jardins, bem como às obras de pavimentação e conservação de diversas ruas do Município de Joaçaba							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
8	PÓ DE PEDRA	M3	GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9230)		0	47,5000	3
			PEDREIRA JOACABA LTDA (6004)		0	47,5000	4
			PEDREIRA CALDART LTDA (6129)	basalto	0	60,0000	1
			HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (8585)		0	60,5000	2
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9230)		0	61,0000	3
			PEDREIRA JOACABA LTDA (6004)		0	61,0000	4
9	PEDRISCO DE 2º CATEGORIA COM AREIA	M3	PEDREIRA JOACABA LTDA (6004)	pedr. joaçaba	0	49,0000	1
			HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (8585)		0	49,4000	2
			PEDREIRA CALDART LTDA (6129)		0	49,5000	3
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9230)		0	49,5000	4
10	PEDRA RACHÃO	M3	PEDREIRA CALDART LTDA (6129)	basalto	0	50,0000	1
			HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (8585)		0	51,4000	2
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9230)		0	52,5000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2014

Página: 4/28

Número do Registro de Preços: 3/2014 Data do Registro: 27/02/2014 Válido até: 27/02/2015						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de equipamentos, materiais de construção e de saneamento básico, destinados à manutenção de prédios e locais públicos, à conservação de praças e jardins, bem como às obras de pavimentação e conservação de diversas ruas do Município de Joaçaba						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
			PEDREIRA JOACABA LTDA (6004)		0	52,5000
						4
11	AÇO CA60 4.2 MM - 12 METROS	BR	HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (8585)	cruzeiro	0	6,4000
			AGRIMASTER ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA (11187)		0	7,1500
	PLANALTO PORTAS E ESQUADRIAS DE MADEIRAS LTDA (9761)				0	7,3000
	SOU-TEL MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO LTDA. (6241)				0	7,8000
	INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS FORTE LTDA. (7152)				0	7,8500
						4
						5
						6
12	AÇO CA50 1/4 (6MM) - 12 METROS	BR	HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (8585)	votoração	0	12,2000
			AGRIMASTER ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA (11187)		0	13,2000
	PLANALTO PORTAS E ESQUADRIAS DE MADEIRAS LTDA (9761)				0	16,7000
	SOU-TEL MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO LTDA. (6241)				0	16,9000
	INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS FORTE LTDA. (7152)				0	16,9500
						4
						5

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2014

Página: 5/28

Número do Registro de Preços: 3/2014 Data do Registro: 27/02/2014 Válido até: 27/02/2015						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de equipamentos, materiais de construção e de saneamento básico, destinados à manutenção de prédios e locais públicos, à conservação de praças e jardins, bem como às obras de pavimentação e conservação de diversas ruas do Município de Joaçaba						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
						Classif.
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9230)		0	17,3100
13	AÇO CA50 5/16 (8 MM) - 12 METROS	BR	HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (8585)	votoração	0	20,4000
			AGRIMASTER ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA (11187)		0	21,5000
	PLANALTO PORTAS E ESQUADRIAS DE MADEIRAS LTDA (9761)				0	27,8000
	INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS FORTE LTDA. (7152)				0	28,7500
	SOU-TEL MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO LTDA. (6241)				0	28,9000
	GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9230)				0	29,3500
14	AÇO CA50 3/8 - (10 MM) 12 METROS	BR	HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (8585)	votoração	0	30,0000
			AGRIMASTER ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA (11187)		0	31,7000
	PLANALTO PORTAS E ESQUADRIAS DE MADEIRAS LTDA (9761)				0	37,7000
	SOU-TEL MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO LTDA. (6241)				0	38,0000
	INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS FORTE LTDA. (7152)				0	38,5500

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2014

Página: 6/28

Número do Registro de Preços: 3/2014 Data do Registro: 27/02/2014 Válido até: 27/02/2015						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de equipamentos, materiais de construção e de saneamento básico, destinados à manutenção de prédios e locais públicos, à conservação de praças e jardins, bem como às obras de pavimentação e conservação de diversas ruas do Município de Joaçaba						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9230)						
15	ACO CA50 1/2 (12 MM - 12 METROS	BR	HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (8585)	votoração	0	42,5000
			AGRIMASTER ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA (11187)		0	45,0000
			PLANALTO PORTAS E ESQUADRIAS DE MADEIRAS LTDA (9761)		0	60,8000
			INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS FORTE LTDA. (7152)		0	62,6500
			SOU-TEL MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO LTDA. (6241)		0	63,0000
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9230)		0	63,9500
16 AÇO CA50 5/8 (16 MM) - 12 METROS						
		BR	HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (8585)	votoração	0	89,5000
			PLANALTO PORTAS E ESQUADRIAS DE MADEIRAS LTDA (9761)		0	90,0000
			INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS FORTE LTDA. (7152)		0	98,0000
			SOU-TEL MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO LTDA. (6241)		0	100,0000
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9230)		0	100,0900

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2014

Página: 7/28

Número do Registro de Preços: 3/2014 Data do Registro: 27/02/2014 Válido até: 27/02/2015						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de equipamentos, materiais de construção e de saneamento básico, destinados à manutenção de prédios e locais públicos, à conservação de praças e jardins, bem como às obras de pavimentação e conservação de diversas ruas do Município de Joaçaba						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
			AGRIMASTER ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA (11187)		0	100,0900
17	ARAME RECOZIDO Nº 18	KG	HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (8585)	votoração	0	8,5000
			PLANALTO PORTAS E ESQUADRIAS DE MADEIRAS LTDA (9761)		0	8,7000
			SOU-TEL MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO LTDA. (6241)		0	9,0000
			INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS FORTE LTDA. (7152)		0	9,2500
			AGRIMASTER ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA (11187)		0	9,4500
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9230)		0	9,4500
18	TUBO DE CONCRETO - Ø 30 CM X 1,00 M	UN	CONCRETOS CRUZEIRO IND. COM. LTDA. (6139)	c.cr\$	0	27,8000
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9230)		0	29,0000
			PLANALTO PORTAS E ESQUADRIAS DE MADEIRAS LTDA (9761)		0	30,0000
19	TUBO DE CONCRETO - Ø 40 CM X 1,00 M	UN	CONCRETOS CRUZEIRO IND. COM. LTDA. (6139)	c.cr\$	0	37,8000
			PLANALTO PORTAS E ESQUADRIAS DE MADEIRAS LTDA (9761)		0	40,0000

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2014

Página: 8/28

Número do Registro de Preços: 3/2014 Data do Registro: 27/02/2014 Válido até: 27/02/2015						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de equipamentos, materiais de construção e de saneamento básico, destinados à manutenção de prédios e locais públicos, à conservação de praças e jardins, bem como às obras de pavimentação e conservação de diversas ruas do Município de Joaçaba						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9230)		0	41,0000
20	TUBO DE CONCRETO - Ø 50 CM X 1,00 M	UN	CONCRETOS CRUZEIRO IND. COM. LTDA. (6139)	c.cr\$	0	67,8000
			PLANALTO PORTAS E ESQUADRIAS DE MADEIRAS LTDA (9761)		0	70,0000
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9230)		0	73,0000
21	TUBO DE CONCRETO - Ø 60 CM X 1,00 M	UN	CONCRETOS CRUZEIRO IND. COM. LTDA. (6139)	c.cr\$	0	87,8000
			PLANALTO PORTAS E ESQUADRIAS DE MADEIRAS LTDA (9761)		0	90,0000
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9230)		0	94,0000
22	TUBO DE CONCRETO - Ø 80 CM X 1,00 M	UN	CONCRETOS CRUZEIRO IND. COM. LTDA. (6139)	c.cr\$	0	190,0000
			PLANALTO PORTAS E ESQUADRIAS DE MADEIRAS LTDA (9761)		0	200,0000
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9230)		0	204,0000
23	TUBO DE CONCRETO Ø 1,00 M X 1,00 M	UN	CONCRETOS CRUZEIRO IND. COM. LTDA. (6139)	c.cr\$	0	250,0000
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9230)		0	255,0000

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2014

Página: 9/28

Número do Registro de Preços: 3/2014 Data do Registro: 27/02/2014 Válido até: 27/02/2015						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de equipamentos, materiais de construção e de saneamento básico, destinados à manutenção de prédios e locais públicos, à conservação de praças e jardins, bem como às obras de pavimentação e conservação de diversas ruas do Município de Joaçaba						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
			PLANALTO PORTAS E ESQUADRIAS DE MADEIRAS LTDA (9761)		0	280,0000
24	BLOCO DE CONCRETO 14 X 19 X 39 CM	UN	GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9230)	c. cruzeiro	0	2,4400
			PLANALTO PORTAS E ESQUADRIAS DE MADEIRAS LTDA (9761)		0	2,4500
			SOU-TEL MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO LTDA. (6241)		0	2,6000
			INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS FORTE LTDA. (7152)		0	2,7000
25	TIJOLO 06 FUIROS - 9 X 14 X 25 CM	UN	GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9230)	cer. zepe	0	0,5400
			PLANALTO PORTAS E ESQUADRIAS DE MADEIRAS LTDA (9761)		0	0,5500
			INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS FORTE LTDA. (7152)		0	0,6000
			SOU-TEL MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO LTDA. (6241)		0	0,6000
26	TIJOLO MACIÇO - 10 x 6 x 22 CM	UN	GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9230)	schiaivini	0	0,5400
			INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS FORTE LTDA. (7152)		0	0,5500

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2014

Página: 10/28

Número do Registro de Preços: 3/2014 Data do Registro: 27/02/2014 Válido até: 27/02/2015						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de equipamentos, materiais de construção e de saneamento básico, destinados à manutenção de prédios e locais públicos, à conservação de praças e jardins, bem como às obras de pavimentação e conservação de diversas ruas do Município de Joaçaba						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desc.to. (%)	Preço Unitário
						Classif.
	PLANALTO PORTAS E ESQUADRIAS DE MADEIRAS LTDA (9761)				0	0,5600
	SOU-TEL MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO LTDA. (6241)				0	0,5900
	HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (8585)				0	0,5900
	GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9230)		votoram		0	24,7000
	PLANALTO PORTAS E ESQUADRIAS DE MADEIRAS LTDA (9761)				0	24,7600
	INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS FORTE LTDA. (7152)				0	28,7000
27	CIMENTO PORTLAND CP II - Z 32 - 50 KG	SC				1
						2
						3
28	CAL VIRGEM - SACO COM 20 KILOS	SC				1
				cibracal	0	8,6500
						2
						3
						4
						5
						6

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2014

Página: 11/28

Número do Registro de Preços: 3/2014 Data do Registro: 27/02/2014 Válido até: 27/02/2015						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de equipamentos, materiais de construção e de saneamento básico, destinados à manutenção de prédios e locais públicos, à conservação de praças e jardins, bem como às obras de pavimentação e conservação de diversas ruas do Município de Joaçaba						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
29	CAL HIDRATADA - SACO COM 20 KILOS	SC	PLANALTO PORTAS E ESQUADRIAS DE MADEIRAS LTDA (9761)	cibracal	0	9,9000
			SOU-TEL MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO LTDA. (6241)		0	10,0000
			INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS FORTE LTDA. (7152)		0	11,5500
30	CAL PARA PINTURA - SACO COM 08 KILOS	SC	SOU-TEL MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO LTDA. (6241)	hidra	0	6,4900
			HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (8585)		0	6,5000
			INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS FORTE LTDA. (7152)		0	6,6500
			PLANALTO PORTAS E ESQUADRIAS DE MADEIRAS LTDA (9761)		0	6,7000
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9230)		0	6,8000
			AGRIMASTER ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA (11187)		0	6,8000
31	Fixador cola para pintura à base de cal e tintas em pó - 150 ml	PCT	BONATO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9051)	sika	0	1,1500
			SOU-TEL MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO LTDA. (6241)		0	1,1600
			PLANALTO PORTAS E ESQUADRIAS DE MADEIRAS LTDA (9761)		0	1,3900

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2014

Página: 12/28

Número do Registro de Preços: 3/2014			Data do Registro: 27/02/2014		Válido até: 27/02/2015		
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de equipamentos, materiais de construção e de saneamento básico, destinados à manutenção de prédios e locais públicos, à conservação de praças e jardins, bem como às obras de pavimentação e conservação de diversas ruas do Município de Joaçaba							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
32	IMPERMEABILIZANTE - 18 KG - 1º LINHA - Aditivo que impermeabiliza concreto e argamassa pela redução do ângulo de molhagem dos poros dos substratos, pode ser adicionado ao concreto ou utilizado para preparar argamassa impermeável de revestimento diretamente. Evita eflorescências. Indicado para reservatórios e canalizações de água, revestimentos externos, pisos e paredes em contato com a umidade do solo, assentamento de tijolos nos alicerces, concreto impermeável.	BDE	HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (8585)	globo	0	58.0000	1
			BONATO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9051)		0	58.5000	2
			PLANALTO PORTAS E ESQUADRIAS DE MADEIRAS LTDA (9761)		0	61.5000	3
33	IMPERMEABILIZANTE PARA PAREDE - 3.6 LITROS - 1ª LINHA. PINTURA IMPERMEÁVEL, ELÁSTICA, DE BASE ACRÍLICA.	LTA	HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (8585)	vedacit	0	21.9000	1
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9230)		0	22.8500	2
34	SELADOR ACRÍLICO - 3.6 LITROS - 1ª LINHA. COMPOSIÇÃO BÁSICA: RESINA À BASE DE DISPERSÃO AQUOSA DE COPOLÍMERO ESTIRENO-ACRÍLICO, PIGMENTOS ISENTOS DE METAIS PESADOS, CARGAS MINERAIS INERTES, HIDROCARBONETOS ALIFÁTICOS, GLICÓIS E TENSOATIVOS ETOXILADOS. INDICADO PARA UNIFORMIZAR A ABSORÇÃO E SELAR PAREDES DE REBOCO, MASSA CORRIDA E BLOCOS DE CONCRETO, EM AMBIENTES EXTERNOS E INTERNOS QUE NUNCA FORAM PINTADOS.	LTA	FÊNIX COLOR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TINTAS LTDA (10961)	FENIX	0	12.5000	1
			BONATO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9051)		0	12.8000	2
			HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (8585)		0	13.5000	3
35	ARGAMASSA USO INTERNO AC I - SACO COM 20 KILOS	SC	HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (8585)	quartz	0	5.9000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2014

Página: 13/28

Número do Registro de Preços: 3/2014 Data do Registro: 27/02/2014 Válido até: 27/02/2015						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de equipamentos, materiais de construção e de saneamento básico, destinados à manutenção de prédios e locais públicos, à conservação de praças e jardins, bem como às obras de pavimentação e conservação de diversas ruas do Município de Joaçaba						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
			BONATO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9051)		0	7,3900
			PLANALTO PORTAS E ESQUADRIAS DE MADEIRAS LTDA (9761)		0	9,8000
			SOU-TEL MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO LTDA. (6241)		0	9,8000
36	ARGAMASSA USO EXTERNO AC II - SACO COM 20 KILOS	SC	BONATO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9051)	tecnocola	0	13,7000
			HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (8585)		0	13,8000
			INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS FORTE LTDA. (7152)		0	17,7000
37	ARGAMASSA SUPER LIGA AC III - 20 KILOS	SC	BONATO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9051)	tecnocola	0	18,9000
			HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (8585)		0	28,9000
			PLANALTO PORTAS E ESQUADRIAS DE MADEIRAS LTDA (9761)		0	39,8000
38	REJUNTE FLEXIVEL - 05 kg	SC	HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (8585)	quartz	0	9,0000
			BONATO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9051)		0	9,2500
			PLANALTO PORTAS E ESQUADRIAS DE MADEIRAS LTDA (9761)		0	18,9000

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2014

Página: 14/28

Número do Registro de Preços: 3/2014 Data do Registro: 27/02/2014 Válido até: 27/02/2015							
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de equipamentos, materiais de construção e de saneamento básico, destinados à manutenção de prédios e locais públicos, à conservação de praças e jardins, bem como às obras de pavimentação e conservação de diversas ruas do Município de Joaçaba							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
39	MASSA CORRIDA PVA - LATA COM 18 LITROS- 1º LINHA	LTA	SOU-TEL MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO LTDA. (6241)	tinsul	0	26.6500	1
			FÊNIX COLOR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TINTAS LTDA (10961)	FENIX	0	37.0000	2
			BONATO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9051)		0	38.3700	3
40	MASSA CORRIDA PVA - 3,6 LITROS 1º LINHA	LTA	GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9230)	tinsul	0	9.0000	1
			FÊNIX COLOR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TINTAS LTDA (10961)	FENIX	0	9.4000	2
			BONATO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9051)		0	14.9900	3
41	MASSA A ÓLEO - 1ª LINHA - LATA COM 3,6 LITROS	UN	BONATO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9051)	coral	0	35.6000	1
			HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (8585)		0	56.9000	2
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9230)		0	57.5000	3
42	Tinta acrílica - 18 litros - 1ª linha. Composição básica: resina à base de dispersão aquosa de copolímero estireno acrílico, pigmentos isentos de metais pesados, cargas minerais inertes, hidrocarbonetos alifáticos, glicóis e tensoativos etoxilados e carboxilados. Indicada para paredes externas e internas (reboco), massa acrílica, texturas, concreto, fibrocimento e superfícies internas de massa corrida, gesso e repintura sobre tintas PVA ou acrílicas. Acabamento: semibrilho.	LTA	GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9230)	tinsul	0	100.0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2014

Página: 15/28

Número do Registro de Preços: 3/2014		Data do Registro: 27/02/2014		Válido até: 27/02/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de equipamentos, materiais de construção e de saneamento básico, destinados à manutenção de prédios e locais públicos, à conservação de praças e jardins, bem como às obras de pavimentação e conservação de diversas ruas do Município de Joaçaba							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
43	TINTA PARA PISOS - 18 LITROS - 1ª LINHA. COMPOSIÇÃO BÁSICA: RESINA À BASE DE DISPERSÃO AQUOSA DE COPOLÍMERO ESTIRENO ACRÍLICO. PIGMENTOS ISENTOS DE METAIS PESADOS, CARGAS MINERAIS INERTES, GLICÓIS, TENSOATIVOS CARBOXILADOS, BACTERICIDAS E FUNGICIDAS (A BASE DE ISOTIAZOLONAS). INDICADA PARA PISOS INTERNOS E EXTERNOS, CIMENTADOS, ÁREAS DE LAZER, QUADRAS POLIESPORTIVAS, ESCADAS, VARANDAS E OUTRAS SUPERFÍCIES DE CONCRETO RÚSTICO, LISO, OU AINDA, PARA REPINTURA DE PISOS. ACABAMENTO: FOSCO.	LTA	FÊNIX COLOR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TINTAS LTDA (10961)	FENIX	0	104,0000	2
			BONATO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9051)		0	228,8000	3
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9230)	tinsul	0	80,0000	1
44	TINTA PARA PISOS - 3,6 LITROS - 1ª LINHA. COMPOSIÇÃO BÁSICA: RESINA À BASE DE DISPERSÃO AQUOSA DE COPOLÍMERO ESTIRENO ACRÍLICO. PIGMENTOS ISENTOS DE METAIS PESADOS, CARGAS MINERAIS INERTES, GLICÓIS, TENSOATIVOS CARBOXILADOS, BACTERICIDAS E FUNGICIDAS (A BASE DE ISOTIAZOLONAS). INDICADA PARA PISOS INTERNOS E EXTERNOS, CIMENTADOS, ÁREAS DE LAZER, QUADRAS POLIESPORTIVAS, ESCADAS, VARANDAS E OUTRAS SUPERFÍCIES DE CONCRETO RÚSTICO, LISO, OU AINDA, PARA REPINTURA DE PISOS. ACABAMENTO: FOSCO.	LTA	FÊNIX COLOR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TINTAS LTDA (10961)	FENIX	0	84,0000	2
			BONATO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9051)		0	123,0000	3
			SOU-TEL MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO LTDA. (6241)		0	142,0000	4
			FÊNIX COLOR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TINTAS LTDA (10961)	FENIX	0	27,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2014

Página: 16/28

Número do Registro de Preços: 3/2014		Data do Registro: 27/02/2014		Válido até: 27/02/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de equipamentos, materiais de construção e de saneamento básico, destinados à manutenção de prédios e locais públicos, à conservação de praças e jardins, bem como às obras de pavimentação e conservação de diversas ruas do Município de Joaçaba							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
45	TINTA PARA SINALIZAÇÃO HORIZONTAL VIÁRIA, A BASE DE RESINA ACRÍLICA EMULSIONADA EM ÁGUA, EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS ABNT/NBR 13699 E DENIT 276/00 - CORES: BRANCA E AMARELA - COM 18 LITROS.	LTA	BONATO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9051)		0	28.9000	2
			HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (8585)		0	29.9000	3
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9230)	tinsul	0	160.0000	1
			FÊNIX COLOR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TINTAS LTDA (10961)	FENIX	0	163.0000	2
46	TINTA ESMALTE SINTÉTICO - 3,6 LITROS - 1ª LINHA. COMPOSIÇÃO BÁSICA: RESINA ALQUÍDICA À BASE DE ÓLEO VEGETAL SEMI SECATIVO, PIGMENTOS ORGÂNICOS E INORGÂNICOS, CARGAS MINERAIS INERTES, HIDROCARBONETOS ALIFÁTICOS, SECANTES ORGANO-METÁLICOS. ISENTA DE BENZENO. INDICADA PARA PINTURA EM MADEIRA E METAIS. ACABAMENTO: FOSCO.	LTA	BONATO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9051)		0	336.3000	3
			FÊNIX COLOR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TINTAS LTDA (10961)	FENIX	0	38.0000	1
			SOU-TEL MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO LTDA. (6241)		0	38.5000	2
			HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (8585)		0	42.0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2014

Página: 17/28

Número do Registro de Preços: 3/2014		Data do Registro: 27/02/2014		Válido até: 27/02/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de equipamentos, materiais de construção e de saneamento básico, destinados à manutenção de prédios e locais públicos, à conservação de praças e jardins, bem como às obras de pavimentação e conservação de diversas ruas do Município de Joaçaba							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
47	TINTA A ÓLEO - 3,6 LITROS - 1ª LINHA. COMPOSIÇÃO BÁSICA: RESINA ALQUÍDICA À BASE DE ÓLEO VEGETAL SEMI SECATIVO, PIGMENTOS ORGÂNICOS E INORGÂNICOS, CARGAS MINERAIS INERTES, HIDROCARBONETOS ALIFÁTICOS, SECANTES ORGANO-METÁLICOS. ISENTA DE BENZENO. INDICADA PARA PINTURA EM MADEIRA, FERRO, ALUMÍNIO E GALVANIZADOS. INTERIOR E EXTERIOR. ACABAMENTO: BRILHANTE.	LTA	FÊNIX COLOR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TINTAS LTDA (10961)	FENIX	0	32,5000	1
			BONATO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9051)		0	32,9000	2
			HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (8585)		0	38,9000	3
48	Verniz Copal - 3,6 litros - 1ª linha - produto a base de resina alquídica para dar acabamento a superfícies de madeira em ambientes internos.	LTA	FÊNIX COLOR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TINTAS LTDA (10961)	FENIX	0	39,0000	1
			HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (8585)		0	44,9000	2
			BONATO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9051)		0	46,3000	3
49	Verniz marítimo - 3,6 litros - 1ª linha - composição: resina alquídica à base de óleo vegetal semi-secativo, hidrocarbonetos alifáticos, cargas sintéticas (fosco), pigmento inorgânico, e secantes organometálicos. Isento de benzeno e metais pesados.	LTA	FÊNIX COLOR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TINTAS LTDA (10961)	FENIX	0	45,0000	1
			HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (8585)		0	48,9000	2
			BONATO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9051)		0	52,4400	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2014

Página: 18/28

Número do Registro de Preços: 3/2014								Data do Registro: 27/02/2014		Válido até: 27/02/2015	
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de equipamentos, materiais de construção e de saneamento básico, destinados à manutenção de prédios e locais públicos, à conservação de praças e jardins, bem como às obras de pavimentação e conservação de diversas ruas do Município de Joaçaba											
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.				
50	SOLVENTE - 900 ML - 1ª LINHA. COMPOSIÇÃO BÁSICA: À BASE DE SOLVENTES ALIFÁTICOS E AROMÁTICOS. ISENTO DE ALCOOL, BENZENO OU QUEROSENE. INDICADO PARA A DILUIÇÃO DE ESMALTES SINTÉTICOS, TINTAS A ÓLEO, VERNIZES E COMPLEMENTOS À BASE DE RESINA ALQUÍDICA. TAMBÉM É INDICADO PARA A LIMPEZA DE EQUIPAMENTOS DE PINTURA UTILIZADOS COM TAIS PRODUTOS.	LTA	HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (8585)	sol	0	5,5000	1				
			FÊNIX COLOR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TINTAS LTDA (10961)	FENIX	0	5,5300	2				
			BONATO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9051)		0	6,0000	3				
51	SOLVENTE - 05 LITROS - 1ª LINHA. COMPOSIÇÃO BÁSICA: À BASE DE SOLVENTES ALIFÁTICOS E AROMÁTICOS. ISENTO DE ALCOOL, BENZENO OU QUEROSENE. INDICADO PARA A DILUIÇÃO DE ESMALTES SINTÉTICOS, TINTAS A ÓLEO, VERNIZES E COMPLEMENTOS À BASE DE RESINA ALQUÍDICA. TAMBÉM É INDICADO PARA A LIMPEZA DE EQUIPAMENTOS DE PINTURA UTILIZADOS COM TAIS PRODUTOS.	LTA	GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9230)	tinsul	0	25,0000	1				
			FÊNIX COLOR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TINTAS LTDA (10961)	FENIX	0	25,4000	2				
			BONATO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9051)		0	46,7700	3				
52	ROLO PARA PINTURA - ESPUMA - 5 CM - COM CABO	UN	GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9230)	atlas	0	2,2000	1				
			BONATO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9051)		0	2,2500	2				
			SOU-TEL MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO LTDA. (6241)		0	5,9000	3				

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2014

Página: 19/28

Número do Registro de Preços: 3/2014 Data do Registro: 27/02/2014 Válido até: 27/02/2015						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de equipamentos, materiais de construção e de saneamento básico, destinados à manutenção de prédios e locais públicos, à conservação de praças e jardins, bem como às obras de pavimentação e conservação de diversas ruas do Município de Joaçaba						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
53	ROLO PARA PINTURA - ESPUMA - COM CABO - 29 CM	UN	GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9230)	atlas	0	10,5000
			BONATO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9051)		0	10,9000
			FÊNIX COLOR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TINTAS LTDA (10961)	FENIX	0	17,0000
54	ROLO PARA PINTURA - LÃ - COM CABO - 9 CM	UN	GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9230)	atlas	0	7,0000
			BONATO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9051)		0	7,3000
			HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (8585)		0	9,9000
55	ROLO PARA PINTURA - LÃ - 23 CM - COM CABO	UN	GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9230)	atlas	0	13,5000
			FÊNIX COLOR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TINTAS LTDA (10961)	FENIX	0	13,9000
			BONATO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9051)		0	17,9000
			HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (8585)		0	24,0000
56	Lixa para madeira (amarela) - 150	FLS	BONATO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9051)	norton	0	0,9900
			HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (8585)		0	1,1800

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2014

Página: 20/28

Número do Registro de Preços: 3/2014 Data do Registro: 27/02/2014 Válido até: 27/02/2015						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de equipamentos, materiais de construção e de saneamento básico, destinados à manutenção de prédios e locais públicos, à conservação de praças e jardins, bem como às obras de pavimentação e conservação de diversas ruas do Município de Joaçaba						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
SOU-TEL MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO LTDA. (6241)						
57	LONA PLASTICA 1 X 6 M	MT	BONATO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9051)	recicla	0	2,5000
			PLANALTO PORTAS E ESQUADRIAS DE MADEIRAS LTDA (9761)		0	4,9800
			SOU-TEL MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO LTDA. (6241)		0	5,0000
			INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS FORTE LTDA. (7152)		0	5,0000
58	PISO CERAMICO COMERCIAL 45X45	M2	HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (8585)	piso forte	0	8,5000
			BONATO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9051)		0	8,6000
			SOU-TEL MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO LTDA. (6241)		0	14,0000
59	TELHA FIBROCIMENTO 2.13X1.10 6 MM	UN	HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (8585)	piso forte	0	34,6200
			INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS FORTE LTDA. (7152)		0	34,9500
			SOU-TEL MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO LTDA. (6241)		0	35,6000
			PLANALTO PORTAS E ESQUADRIAS DE MADEIRAS LTDA (9761)		0	35,6000

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2014

Página: 21/28

Número do Registro de Preços: 3/2014 Data do Registro: 27/02/2014 Válido até: 27/02/2015						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de equipamentos, materiais de construção e de saneamento básico, destinados à manutenção de prédios e locais públicos, à conservação de praças e jardins, bem como às obras de pavimentação e conservação de diversas ruas do Município de Joaçaba						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
60	TELHA FIBROCIMENTO 6MM X 1,53M	UN	BONATO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9051)		0	35,7000
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9230)		0	35,7000
			HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (8585)	brasiltt	0	24,0000
			BONATO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9051)		0	24,5000
			INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS FORTE LTDA. (7152)		0	25,1500
			SOU-TEL MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO LTDA. (6241)		0	25,4000
			PLANALTO PORTAS E ESQUADRIAS DE MADEIRAS LTDA (9761)		0	25,6000
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9230)		0	25,7000
			HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (8585)	brasiltt	0	19,4000
			BONATO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9051)		0	19,6000
61	TELHA FIBROCIMENTO 1,22X1,10 6 MM	UN	INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS FORTE LTDA. (7152)		0	19,6000
			PLANALTO PORTAS E ESQUADRIAS DE MADEIRAS LTDA (9761)		0	19,9000

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2014

Página: 22/28

Número do Registro de Preços: 3/2014 Data do Registro: 27/02/2014 Válido até: 27/02/2015						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de equipamentos, materiais de construção e de saneamento básico, destinados à manutenção de prédios e locais públicos, à conservação de praças e jardins, bem como às obras de pavimentação e conservação de diversas ruas do Município de Joaçaba						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
62	Cumeeira fibrocimento normal	UN	GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9230)		0	20,0000
			SOU-TEL MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO LTDA. (6241)		0	20,0000
			HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (8585)	brasilt	0	25,7000
			BONATO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9051)		0	26,0000
			INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS FORTE LTDA. (7152)		0	27,4000
			PLANALTO PORTAS E ESQUADRIAS DE MADEIRAS LTDA (9761)		0	27,8000
			SOU-TEL MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO LTDA. (6241)		0	28,0000
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9230)		0	28,0000
			HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (8585)	brasilt	0	28,9000
			BONATO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9051)		0	29,0000
63	Cumeeira articulada fibrocimento para telha 6 mm	UN	INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS FORTE LTDA. (7152)		0	36,2500
64	FORRO DE PVC LINEAR -- 20 CM	M2	BONATO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9051)	bazze	0	11,7000

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2014

Página: 23/28

Número do Registro de Preços: 3/2014 Data do Registro: 27/02/2014 Válido até: 27/02/2015						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de equipamentos, materiais de construção e de saneamento básico, destinados à manutenção de prédios e locais públicos, à conservação de praças e jardins, bem como às obras de pavimentação e conservação de diversas ruas do Município de Joaçaba						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
			SOU-TEL MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO LTDA. (6241)		0	21,0000
			PLANALTO PORTAS E ESQUADRIAS DE MADEIRAS LTDA (9761)		0	21,0000
65	CANTONEIRA DE PVC - 3m	MT	BONATO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9051)	cardeal	0	5,9500
			SOU-TEL MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO LTDA. (6241)		0	6,7000
66	Parafuso zincado 5/16 x 250 mm + arruela côncava galvanizada + arruela côncava PVC - para fixação de telhas de fibrocimento	CJ	HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (8585)	gasp	0	0,4300
			PLANALTO PORTAS E ESQUADRIAS DE MADEIRAS LTDA (9761)		0	0,8500
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9230)		0	0,9000
			INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS FORTE LTDA. (7152)		0	0,9000
67	PREGO 17X27	KG	SOU-TEL MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO LTDA. (6241)	gerdau	0	7,5500
			BONATO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9051)		0	7,6000
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9230)		0	8,4000
			INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS FORTE LTDA. (7152)		0	8,5000

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2014

Página: 24/28

Número do Registro de Preços: 3/2014 Data do Registro: 27/02/2014 Válido até: 27/02/2015						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de equipamentos, materiais de construção e de saneamento básico, destinados à manutenção de prédios e locais públicos, à conservação de praças e jardins, bem como às obras de pavimentação e conservação de diversas ruas do Município de Joaçaba						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
			PLANALTO PORTAS E ESQUADRIAS DE MADEIRAS LTDA (9761)		0	8,6000
			HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (8585)		0	8,6500
68	PREGO 18X30	KG	BONATO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9051)	gerdau	0	6,9000
			INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS FORTE LTDA. (7152)		0	7,0000
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9230)		0	8,4000
69	PREGO 22 X 54	KG	BONATO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9051)	gerdau	0	7,4000
			INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS FORTE LTDA. (7152)		0	7,5000
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9230)		0	8,4000
70	PREGO 25X72	KG	SOU-TEL MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO LTDA. (6241)	gerdau	0	8,9000
			BONATO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9051)		0	9,0000
			PLANALTO PORTAS E ESQUADRIAS DE MADEIRAS LTDA (9761)		0	9,2000
			INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS FORTE LTDA. (7152)		0	9,6500

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2014

Página: 25/28

Número do Registro de Preços: 3/2014 Data do Registro: 27/02/2014 Válido até: 27/02/2015						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de equipamentos, materiais de construção e de saneamento básico, destinados à manutenção de prédios e locais públicos, à conservação de praças e jardins, bem como às obras de pavimentação e conservação de diversas ruas do Município de Joaçaba						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (8585)		0	9,7500
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9230)		0	9,8500
			AGRIMASTER ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA (11187)		0	9,8500
71	Chapa madeirite 12 mm - 1,10x2,20 m	UN	PLANALTO PORTAS E ESQUADRIAS DE MADEIRAS LTDA (9761) ics		0	34,9000
			SOU-TEL MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO LTDA. (6241)		0	35,0000
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9230)		0	36,0000
			INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS FORTE LTDA. (7152)		0	36,4500
72	TABUA DE 3ª - 1" X 0,30 X 4,00 M	UN	SOU-TEL MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO LTDA. (6241)		0	57,6000
			PLANALTO PORTAS E ESQUADRIAS DE MADEIRAS LTDA (9761)		0	57,8000
73	SARRAFO DE PINHO 1" X 0,05 M X 4,20 m- CLASSIFICAÇÃO 3 D2	UN	PLANALTO PORTAS E ESQUADRIAS DE MADEIRAS LTDA (9761)		0	7,0000
			GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9230)		0	7,1000
			SOU-TEL MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO LTDA. (6241)		0	7,6000

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2014

Página: 26/28

Número do Registro de Preços: 3/2014 Data do Registro: 27/02/2014 Válido até: 27/02/2015						
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de equipamentos, materiais de construção e de saneamento básico, destinados à manutenção de prédios e locais públicos, à conservação de praças e jardins, bem como às obras de pavimentação e conservação de diversas ruas do Município de Joaçaba						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
74	MASSA ASFALTICA (CBUQ) USINADA A QUENTE, PARA APLICAÇÃO A FRIO. COMPOSIÇÃO BÁSICA: "AGREGADOS PÉTREOS - CAP 50/70 MODIFICADO POR ADITIVO, PROCESSOS E MISTURA - NÃO EMULSIONADO. APLICAÇÃO: "MANUTENÇÃO DE PAVIMENTO (TAPA BURACO), CONSTRUÇÃO E REPARAÇÃO DE LOMBAS FÍSICAS E RAMPAS PARA CADEIRANTES, FIXAÇÃO DE GRADES DE BOCAS DE LOBO, ETC. ESTOCAGEM: "POR ATÉ 12 (DOZE) MESES CONTADOS DA DATA DE FABRICAÇÃO. CAPACIDADE: "APLICAÇÃO EM BURACOS COM ÁGUA E EM PERÍODOS DE CHUVA SEM A PERDA DE COESÃO E ADERÊNCIA AO PAVIMENTO ANTIGO. REQUISITOS: "O PRODUTO DEVERÁ ESTAR DE ACORDO COM A NORMA ABNT NBR ISO/IEC 17025/2005. EMBALAGEM: "SACOS COM 25 KG (VINTE E CINCO QUILOS)	SC	COMPACT PAV - TECNOLOGIA EM ASFALTO LTDA (10713)	asfaltec pav	0	23,7000
75	Betoneira - capacidade mínima de 320 litros - sem carregador - motor elétrico trifásico de, no mínimo, 2 HP.	UN	SOU-TEL MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO LTDA. (6241)	maqtron	0	2.300,0000
			BONATO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (9051)		0	2.350,0000
			HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (8585)		0	2.600,0000

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2014

Página: 27/28

Número do Registro de Preços: 3/2014		Data do Registro: 27/02/2014		Válido até: 27/02/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de equipamentos, materiais de construção e de saneamento básico, destinados à manutenção de prédios e locais públicos, à conservação de praças e jardins, bem como às obras de pavimentação e conservação de diversas ruas do Município de Joaçaba							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			AGRIMASTER ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA		0	2.631,0000	4

AGRIMASTER ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA (11187)

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2014

Página: 28/28

Número do Registro de Preços: 3/2014		Data do Registro: 27/02/2014		Válido até: 27/02/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de equipamentos, materiais de construção e de saneamento básico, destinados à manutenção de prédios e locais públicos, à conservação de praças e jardins, bem como às obras de pavimentação e conservação de diversas ruas do Município de Joaçaba							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2014

PROCESSO Nº 14/2014

- (6004) - PEDREIRA JOACABA LTDA
- (6129) - PEDREIRA CALDART LTDA.
- (6139) - CONCRETOS CRUZEIRO IND. COM. LTDA.
- (6241) - SOU-TEL MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO LTDA.
- (7152) - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS FORTE LTDA.
- (8585) - HERVAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.
- (9051) - BONATO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
- (9230) - GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
- (9761) - PLANAL TO PORTAS E ESQUADRIAS DE MADEIRAS LTDA
- (10713) - COMPACT PAV - TECNOLOGIA EM ASFALTO LTDA
- (10961) - FÊNIX COLOR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TINTAS LTDA
- (11187) - AGRIMASTER ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA

Joaçaba, 27 de Fevereiro de 2014.

SIMAE**Portaria JHL 050/2014**

PORTARIA SIMAE. JHL – Nº 050/2014 19.03.2014

Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna- SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear de acordo com a Lei Complementar 76/2003, tendo em vista a aprovação no Concurso Público realizado conforme Edital nº JHL 001/2013 e a classificação em sexto lugar, na forma do Art. 4º da Lei Complementar nº 193/10 de 06 de setembro de 2010 e nos termos do § 1º, do art. 13, da LC n. 76/2003, do Município de Joaçaba-SC, o Sr: Adriano Feltrim, para o Cargo de Auxiliar Administrativo, Padrão-3, Nível-1, Referência-A, lotado na Diretoria Administrativa, do Quadro de Pessoal desta Autarquia, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba, com vencimentos a partir da data da tomada de Posse.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente
Joaçaba-SC, 19 de março de 2014.

Diante da necessidade dos serviços, tendo em vista a aprovação em 6º Lugar de Adriano Feltrim no Concurso Público de que trata o Edital SIMAE JHL n.º 01/2013, para o Cargo de Auxiliar Administrativo de acordo com a Portaria JHL-181/2013 de 11/12/2013, que homologa resultado final do Concurso, comunicamos que V.Sª deverá comparecer ao escritório do SIMAE, sito à Rua Tiradentes, 123, em Joaçaba-SC, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da publicação desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso.

José Boiteux**PREFEITURA****Processo Licitatorio 10/2014 Generos Alimenticios**

MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX – SC

PROCESSO LICITATÓRIO 10/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2014

O Prefeito Municipal de José Boiteux – SC, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, e suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna se público aos interessados, que fará realizar Processo Licitatório modalidade Pregão Presencial, no dia 31/03/2014, às 09:00 horas, tendo como local, a Prefeitura Municipal de José Boiteux, sito a Rua 16 de Junho, nº13, REFERENTE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E DEMAIS DEPARTAMENTOS MAIORES INFORMAÇÕES NO PRESENTE EDITAL.Os interessados poderão obter a íntegra do Edital e demais informações diariamente, das 07:30 às 16:30 horas no Departamento de Licitações da Prefeitura, no endereço acima ou pelo fone/fax (47) 3352-7111.

José Boiteux/SC, em 18 de Março 2014.

LOURIVAL DE CARVALHO

Prefeito Municipal em Exercício

Lages**PREFEITURA****Extrato de Contrato Nº 99/2013 PML 2º Termo Aditivo**

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 99/2103. 2º TERMO ADITIVO.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC – cep: 88.505-900.

CONTRATADA: ESTRUTURAL ADM LTDA, inscrita no CNPJ Nº03.133.393/0001-08, com sede à Frei Gabriel, 280 - Lages - SC – cep:88.502-970.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO.

Constitui o objeto do presente instrumento, a locação de uma sala sita à Rua Martinho Nerbas, 29 - centro, nesta cidade de Lages, SC, onde está instalado a Procuradoria Do Consumidor.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR E PAGAMENTO.

O valor da locação será de R\$ 1.740,00 (hum mil, setecentos e quarenta reais) a partir de Janeiro de 2014, conforme índice de reajuste IGP_M (Índice Geral de Preços – Mercado) da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Lages, SC, 31 de Dezembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito de Lages.

Extrato de Contrato Nº 99/2013 PML 1º Termo Aditivo

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 99/2103. 1º TERMO ADITIVO.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC – cep: 88.505-900.

CONTRATADA: ESTRUTURAL ADM LTDA, inscrita no CNPJ Nº03.133.393/0001-08, com sede à Frei Gabriel, 280 - Lages - SC – cep:88.502-970.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

locação de uma sala sito à Rua Martinho Nerbas, 29 - centro, nesta cidade de Lages, SC, onde está instalado a Procuradoria Do Consumidor.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

O Prazo do contrato fica prorrogado até a data de 31 de dezembro de 2014.

As demais cláusulas e condições do contrato primitivo permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, SC, 27 de Dezembro de 2013.

Elizeu Mattos

Prefeito de Lages.

Extrato de Contrato Nº90/2013 PML 2º Termo Aditivo

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 90/2103 – 2º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC – cep: 88.505-900.

CONTRATADA: ESTRUTURAL ADM LTDA, inscrita no CNPJ Nº 03.133.393/0001-08, com sede à Frei Gabriel, 280 - Lages - SC – cep: 88.502-970.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO.

Constitui o objeto do presente instrumento, a locação de uma sala sita à Rua Frei Justino, 143 – centro. nesta cidade de Lages, SC, onde está instalado o Setor de Recursos Humanos da PML.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O valor da locação será de R\$ 3.611,07 (três mil seiscentos e onze reais e sete centavos) a partir de Janeiro/2014 conforme índice de reajuste IGP-M (Índice Geral de preços – Mercado) da fundação Getúlio Vargas (FGV).

As demais cláusulas e condições do contrato primitivo permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, SC, 31 de Janeiro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato Nº08/2013 PML 2º Termo Aditivo

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 08/2013 – 2º TERMO ADITIVO

MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante n.º 13, Centro, Lages/SC – CEP: 88.501.900.

CONTRATADO: JEAN PEREIRA, inscrito no CPF sob n.º 30.795.179-03, RG nº 3.498.989, residente e domiciliado, 120, nesta cidade de Lages, SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente contrato é a locação de um imóvel sito à Av. Corina Caon, 198 – Bairro Jardim Cepar, Lages, SC, que será usado para acomodar o CEIM Primeiros Passos da Secretaria da Educação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O Valor de locação será R\$ 4.241,29 (quatro mil, duzentos e quarenta e um reais e vinte e nove centavos) a partir de Janeiro/2014, conforme índice de reajuste IGP-M (Índice Geral de Preços – Mercado) da fundação Getúlio Vargas (FGV).

As demais cláusulas e condições do contrato primitivo permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 31 de Janeiro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito de Lages

TP 03-2014 FMAS E PP 18-2014 FMAS

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES

ESTADO DE SANTA CATARINA

Executivo de Licitações e Contratos

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: TP 03-2014 FMAS Objeto: Prestação de Serviços Construção do CRAS no Bairro Conta Dinheiro.

Tipo: Menor Preço Global Abertura: 23/04/2014 às 09:00

Valor Estimado: R\$ 347.218,58

Modalidade: PP 18-2014 FMAS Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios, Material de Limpeza e Expediente

Tipo: Menor Preço Por Lote Abertura: 22/04/2014 às 14:30

Valor Estimado: R\$ 58.622,64

A retirada obter-se-á no Executivo de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00, ou pelo site HYPERLINK "http://www.lages.sc.gov.br" www.lages.sc.gov.br, sem ônus.

Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 18 de março de 2014.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

Rerratificação nº 03 PP 05-2014 SMS

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES

ESTADO DE SANTA CATARINA

Executivo de Licitações e Contratos

RERRATIFICAÇÃO Nº 03

ASSUNTO: EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2014 SMS.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA UNIDADES DE SAÚDE E PRONTO ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE LAGES.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados que foram necessárias algumas alterações no Edital em comento.

PARA OS ITENS QUE NECESSITAM DE C.B.P.F (CERTIFICADO DE BOAS PRATICAS DE FABRICAÇÃO), ESTE DEVERÁ SER APRESENTADO NO ENVELOPE 01 PROPOSTA;

NO DESCRITIVO DO ITEM 01 LEIA-SE: "...RESERVATÓRIO DE BICARBONATO REMOVÍVEL...";

NO ITEM 05 LEIA-SE: BOMBA DE VÁCUO P/ 02 CONSULTÓRIOS SIMULTANEAMENTE. SISTEMA DE SUÇÃO DE ALTA POTÊNCIA (500MM HG) PARA ATÉ 4 CONSULTÓRIOS, COM VAZÃO DE 200 LITROS/MINUTO. MOTOR COM EIXO DE AÇO INOX E FLANGE, ROTOR E TAMPAS EM BRONZE DE ALTA RESISTÊNCIA À OXIDAÇÃO E ELEVADA VIDA ÚTIL. VOLTAGEM - 220VAC ± 10% 60HZ, 240VAC ± 10% 50HZ. POTÊNCIA DO MOTOR: 1HP CONSUMO DE ÁGUA: 0,25/MIN. PRESSÃO DE ÁGUA: 14PSI ± 2. NÍVEIS DE VÁCUO: 500MM/HG, DESLOCAMENTO/VAZÃO DE AR: 200L/MIN. , CONSUMO DE ENERGIA: 1650VA ± 10%;

NO ITEM 06 LEIA-SE: CADEIRA ODONTOLÓGICA COM 04 (QUATRO) COMANDOS (SOBE/DESCE ENCOSTO, SOBE/DESCE ASSENTAMENTO) COM AJUSTES AUTOMÁTICOS, SISTEMA AUTOMÁTICO DE VOLTA ZERO. ESTOFAMENTO EM ESPUMA INJETADA SEM COSTURA, COR AZUL, REVESTIMENTO EM PVC. ENCOSTO ANATÔMICO.

CABECEIRA MULTIARTICULADA. BRAÇO DIREITO. PROTETOR PLÁSTICO PARA OS PÉS. CARENAGEM EM P.S RESISTENTE A IMPACTOS. UNIDADES DE ÁGUA: 1 SUGADOR VENTURI, 1 SUGADOR BOMBA A VÁCUO, CUBA INTEGRADA REMOVÍVEL. EQUIPO COM TRAVA PNEUMÁTICA COM: 1 SERINGA TRÍPLICE, 1 TERMINAL DE ALTA ROTAÇÃO BORDEM COM REGULADOR DE SPRAY, 1 TERMINAL PARA BAIXA ROTAÇÃO. PEDAL DE ACIONAMENTO DAS PONTAS PROGRESSIVO. REFLETOR ODONTOLÓGICO: TRÊS INTENSIDADES LUMINOSAS. ON/OFF NO PEDAL DA CADEIRA. MOCHO AUXILIAR A GÁS COM MOVIMENTO DE RECLINE DE ENCOSTO. MOVIMENTO DE REGULAGEM DE ALTURA DO ASSENTO. ASSENTO ENVOLVENTE E ESTOFAMENTO EM PVC SEM COSTURA, COR AZUL. DEVE APRESENTAR JUNTAMENTE COM A PROPOSTA CERTIFICADO DE REGISTRO DE EQUIPAMENTO JUNTO A ANVISA (RDC Nº 059/00), CERTIFICADO DE REGISTRO DO EQUIPAMENTO JUNTO AO IMETRO (PORTARIA 350/10 E B.P.F.);

NO ITEM 14 LEIA-SE: PEÇA RETA INTRA FIXAÇÃO DA BROCA POR MEIO DE PINÇA, EM ALUMÍNIO, CORPO RECARTILHADO PARA MELHOR MANUSEIO OPCIONAL, REFRIGERAÇÃO EXTERNA SISTEMASINTRA PERMITE GIRO DE 360º, AUTOCLAVÁVEL A 135º. REGISTRO NA ANVISA E B.P.F.

A data de abertura da sessão e recebimento dos envelopes, será marcada para o dia 09/04/2014 às 15h30min.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 18 de março de 2014.
Pedro Marcos Ortiz
Secretário de Administração

EXTRATO DE CONTRATO Nº 01/2013 FCL 2º TERMO ADITIVO

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:
2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 01/2013

Que entre si fazem, de um lado o MUNICÍPIO DE LAGES, através da FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, CNPJ nº 06.193.861/0001-10, representada neste ato pelo Sr. Mauricio Neves de Jesus, Superintendente da FCL, de ora em diante denominado "LOCATÁRIO", e de outro lado a empresa MÁRIO SANTOS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, inscrito no CNPJ sob nº 85.243.756/0001-14, com sede à Rua Presidente Nereu Ramos nº 64 – 2º andar – centro, nesta cidade de Lages, SC, representada neste ato pelo Sr. Mário Leopoldo dos Santos, que assina ao final, de ora em diante denominado "LOCADOR", acordam firmar o presente contrato obedecidas as condições que fazem parte integrante deste instrumento, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO

Constitui o objeto do presente instrumento, a locação de um imóvel localizado à Rua Nereu Ramos, 64, centro, nesta cidade de Lages, SC, onde está instalado o Teatro Municipal Marajoara.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR E PAGAMENTO

O valor de locação será de R\$ 13.239,55 (treze mil, duzentos e trinta e nove reais e cinquenta e cinco centavos) a partir de Janeiro de 2014, conforme índice de reajuste do IGP-M (Índice geral de Preços – mercado) da Fundação Getúlio Vargas.

As demais cláusulas e condições do contrato primitivo permanecem inalteradas.

E por estarem justo e contratado, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 31 de Janeiro de 2014.
Elizeu Mattos
Prefeito de Lages

Extrato de Contrato Nº033/2013 FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO: INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ARTÍSTICOS Nº 033/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS.

CONTRATADA: LUIS HENRIQUE FREITAS MACHADO, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob nº 13.795.686/0001-04, com sede à Rua Presidente Kenedy, 1349 – Bairro Copacabana – Lages /SC.

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Objetivo este contrato a realização, pelo CONTRATADO, das apresentações artísticas do GRUPO CHOUPANA, no PALCO CULTURAL, na Praça João Ribeiro – Catedral, nos dias 07 de dezembro de 2013, às 18h00min, e nos dias 12 e 14 de dezembro de 2013, às 20h00min, e na Praça do Coral nos dias 08 e 15 de dezembro de 2013 às 17h00min, durante a realização do NATAL FELICIDADE 2013.

3. CLÁUSULA SEGUNDA: DAS OBRIGAÇÕES.

3.1 Constituem obrigações da CONTRATANTE:

3.1.1 Fornecer no local do evento, PALCO montado para apresentação do artista.

4. CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.

Como remuneração pelas apresentações a CONTRATANTE, pagará a importância de R\$ 4.350,00 (quatro mil trezentos e cinquenta reais) em depósito bancário que será efetuado na conta da Contratada. BANCO DO CAIXA ECONOMICA FEDERAL, agencia 0420, conta corrente 3599- 6,Op. 003.

Lages, 06 de dezembro de 2013.
Elizeu Mattos
Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato Nº007/2013 FCL

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO: INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ARTÍSTICOS Nº 007/2013

CONTRATANTE:- FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES, inscrita na CNPJ nº 06.193.861/0001-10 e Inscrição Estadual isenta, que neste ato faz se representar pelo SR. MAURICIO NEVES DE JESUS.

CONTRATADA: LUIZ MEIRA PRODUÇÕES ARTISTICAS E EVENTOS LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob nº 07.418.126/0001-20, com sede à Rua São Pedro, 562 – Bairro Areias – São José/SC.

2. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Objetivo este contrato a realização, pelo CONTRATADO, das apresentações artísticas do grupo LUIZ MEIRA E CONVIDADOS-NATAL E JAZZ, no PALCO CULTURAL, na Praça João Ribeiro – Catedral, nos dias 14 de dezembro de 2013, às 21h30min, e nos dias 12 e 14 de dezembro de 2013, às 20h00min, durante a realização do NATAL FELICIDADE 2013.

3. CLÁUSULA SEGUNDA: DAS OBRIGAÇÕES.

3.1 Constituem obrigações da CONTRATANTE:

3.1.1 Fornecer no local do evento, PALCO montado para apresentação do artista.

4. CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.

Como remuneração pelas apresentações a CONTRATANTE, pagará a importância de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) em depósito bancário que será efetuado na conta da Contratada. BANCO DO CAIXA ECONOMICA FEDERAL, agência 392, conta corrente 0206-9 Op. 003.

Lages, 27 de Novembro de 2013.

Elizeu Mattos

Prefeito do Município de Lages

Lebon Regis

PREFEITURA

Estatuto Cipa - HMMSA

ESTATUTO COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES (CIPA)

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO
LEBON RÉGIS –SC

CAPÍTULO I

Do Âmbito

Artigo 1º - É constituída uma comissão, no âmbito do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antônio, denominada Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, de ora em diante designada abreviadamente por CIPA.

Artigo 2º - A CIPA é uma comissão interna formada por membros dos Empregados e do Empregador e sua atuação restringe-se a instituição a qual pertence.

CAPÍTULO II

Da Natureza

Artigo 3º - A CIPA surgiu de uma recomendação da OIT (Organização Internacional do Trabalho) em 1921 e transformou-se em determinação legal no Brasil em 1944.

Artigo 4º - É regulamentada pela Portaria nº8 de 23 de Fevereiro de 1999 e pela Norma Regulamentadora nº 5 – NR 5.

CAPÍTULO III

Dos objetivos

Artigo 5º - A CIPA tem como objetivo a prevenção de acidentes e doenças decorrentes do trabalho, de modo a tornar compatível permanentemente o trabalho com a preservação da vida e a promoção da saúde do trabalhador.

CAPÍTULO IV

Das Atribuições

Artigo 6º - A CIPA terá por atribuições:

- identificar os riscos do processo de trabalho, e elaborar o mapa de riscos, com a participação do maior número de trabalhadores, com assessoria do SESMT, onde houver;
- elaborar plano de trabalho que possibilite a ação preventiva na solução de problemas de segurança e saúde no trabalho;
- participar da implementação e do controle da qualidade das medidas de prevenção necessárias, bem como da avaliação das prioridades de ação nos locais de trabalho;
- realizar, periodicamente, verificações nos ambientes e condições

de trabalho visando a identificação de situações que venham a trazer riscos para a segurança e saúde dos trabalhadores;

e) realizar, a cada reunião, avaliação do cumprimento das metas fixadas em seu plano de trabalho e discutir as situações de risco que foram identificadas;

f) divulgar aos trabalhadores informações relativas à segurança e saúde no trabalho;

g) participar, com o SESMT, onde houver, das discussões promovidas pelo empregador, para avaliar os impactos de alterações no ambiente e processo de trabalho relacionados à segurança e saúde dos trabalhadores;

h) requerer ao SESMT, quando houver, ou ao empregador, a paralisação de máquina ou setor onde considere haver risco grave e iminente à segurança e saúde dos trabalhadores;

i) colaborar no desenvolvimento e implementação do PCMSO e PPRA e de outros programas relacionados à segurança e saúde no trabalho;

j) divulgar e promover o cumprimento das Normas Regulamentadoras, bem como cláusulas de acordos e convenções coletivas de trabalho, relativas à segurança e saúde no trabalho;

l) participar, em conjunto com o SESMT, onde houver, ou com o empregador, da análise das causas das doenças e acidentes de trabalho e propor medidas de solução dos problemas identificados;

m) requisitar ao empregador e analisar as informações sobre questões que tenham interferido na segurança e saúde dos trabalhadores;

n) requisitar à empresa as cópias das CAT emitidas;

o) promover, anualmente, em conjunto com o SESMT, onde houver, a Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho – SIPAT;

p) participar, anualmente, em conjunto com a empresa, de Campanhas de Prevenção da AIDS.

Artigo 7º - Cabe ao empregador proporcionar aos membros da CIPA os meios necessários ao desempenho de suas atribuições, garantindo tempo suficiente para a realização das tarefas constantes do plano de trabalho.

Artigo 8º - Cabe aos empregados:

a) participar da eleição de seus representantes;

b) colaborar com a gestão da CIPA;

c) indicar à CIPA, ao SESMT e ao empregador situações de riscos e apresentar sugestões para melhoria das condições de trabalho;

d) observar e aplicar no ambiente de trabalho as recomendações quanto à prevenção de acidentes e doenças decorrentes do trabalho.

Artigo 9º - Cabe ao Presidente da CIPA:

a) convocar os membros para as reuniões da CIPA;

b) coordenar as reuniões da CIPA, encaminhando ao empregador e ao SESMT, quando houver, as decisões da comissão;

c) manter o empregador informado sobre os trabalhos da CIPA;

d) coordenar e supervisionar as atividades de secretaria;

e) delegar atribuições ao Vice-Presidente;

Artigo 10º - Cabe ao Vice-Presidente:

a) executar atribuições que lhe forem delegadas;

b) substituir o Presidente nos seus impedimentos eventuais ou nos seus afastamentos temporários;

O Presidente e o Vice-Presidente da CIPA, em conjunto, terão as seguintes atribuições:

a) cuidar para que a CIPA disponha de condições necessárias para o desenvolvimento de seus trabalhos;

b) coordenar e supervisionar as atividades da CIPA, zelando para que os objetivos propostos sejam alcançados;

c) delegar atribuições aos membros da CIPA;

d) promover o relacionamento da CIPA com o SESMT, quando

- houver;
- e) divulgar as decisões da CIPA a todos os trabalhadores do estabelecimento;
- f) encaminhar os pedidos de reconsideração das decisões da CIPA;
- g) constituir a comissão eleitoral.

Artigo 11º - O Secretário da CIPA terá por atribuição:

- a) acompanhar as reuniões da CIPA e redigir as atas apresentando-as para aprovação e assinatura dos membros presentes;
- b) preparar as correspondências; e
- c) outras que lhe forem conferidas.

CAPÍTULO V

Das Eleições

Artigo 12º - Será de competência do empregador convocar eleições para escolha dos representantes dos empregados na CIPA, no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias antes do término do mandato em curso.

- a) A empresa comunicará, através de ofício, o início do processo eleitoral ao sindicato da categoria profissional.
- b) A Instituição constituirá a Comissão Eleitoral a seu livre critério.
- c) O processo eleitoral observará as seguintes condições:
- c.1) publicação e divulgação de edital, em locais de fácil acesso e visualização, no prazo mínimo de 45 (quarenta e cinco) dias antes do término do mandato em curso;
- c.2) inscrição e eleição individual, sendo que o período mínimo para inscrição será de quinze dias;
- c.3) liberdade de inscrição para todos os empregados do estabelecimento, independentemente de setores ou locais de trabalho, com fornecimento de comprovante;
- c.4) realização da eleição no prazo mínimo de 30 (trinta) dias antes do término do mandato da CIPA, quando houver;
- c.5) realização de eleição em dia normal de trabalho, respeitando os horários de turnos e em horário que possibilite a participação da maioria dos empregados.
- c.6) voto secreto;
- c.7) apuração dos votos, em horário normal de trabalho, com acompanhamento de representante do empregador e dos empregados, em número a ser definido pela comissão eleitoral;
- c.8) guarda, pelo empregador, de todos os documentos relativos à eleição, por um período mínimo de cinco anos.
- d) Havendo participação inferior a cinquenta por cento dos empregados na votação, não haverá a apuração dos votos e a comissão eleitoral deverá organizar outra votação, que ocorrerá no prazo máximo de dez dias.
- e) As denúncias sobre o processo eleitoral deverão ser protocolizadas na unidade descentralizada do MTE, até trinta dias após a data da posse dos novos membros da CIPA.
- f) Compete a unidade descentralizada do Ministério do Trabalho e Emprego, confirmadas irregularidades no processo eleitoral, determinar a sua correção ou proceder a anulação quando for o caso.
- g) Em caso de anulação a empresa convocará nova eleição no prazo de cinco dias, a contar da data de ciência, garantidas as inscrições anteriores.
- h) Quando a anulação se der antes da posse dos membros da CIPA, ficará assegurada a prorrogação do mandato anterior, quando houver, até a complementação do processo eleitoral.
- i) Assumirão a condição de membros titulares e suplentes, os candidatos mais votados.
- j) Em caso de empate, assumirá aquele que tiver maior tempo de serviço no estabelecimento.
- k) Os candidatos votados e não eleitos serão relacionados na ata de eleição e apuração, em ordem decrescente de votos, possibilitando nomeação posterior, em caso de vacância de suplentes.

CAPÍTULO VI

Do Funcionamento

Artigo 13º - A CIPA terá reuniões ordinárias mensais, de acordo com o calendário preestabelecido.

- a) As reuniões ordinárias da CIPA serão realizadas durante o expediente normal da empresa e em local apropriado.
- b) As reuniões da CIPA terão atas assinadas pelos presentes com encaminhamento de cópias para todos os membros.
- c) As atas devem ficar no estabelecimento à disposição da fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego.
- d) Reuniões extraordinárias deverão ser realizadas quando:
- d.1) houver denúncia de situação de risco grave e iminente que determine aplicação de medidas corretivas de emergência;
- d.2) ocorrer acidente do trabalho grave ou fatal;
- d.3) houver solicitação expressa de uma das representações.
- e) As decisões da CIPA serão preferencialmente por consenso.
- f) Não havendo consenso, e frustradas as tentativas de negociação direta ou com mediação, será instalado processo de votação, registrando-se a ocorrência na ata da reunião.
- g) Das decisões da CIPA caberá pedido de reconsideração, mediante requerimento justificado.
- h) O pedido de reconsideração será apresentado à CIPA até a próxima reunião ordinária, quando será analisado, devendo o Presidente e o Vice-Presidente efetivar os encaminhamentos necessários.
- i) O membro titular perderá o mandato, sendo substituído por suplente, quando faltar a mais de quatro reuniões ordinárias sem justificativa.
- j) A vacância definitiva de cargo, ocorrida durante o mandato, será suprida por suplente, obedecida a ordem de colocação decrescente que consta na ata de eleição, devendo os motivos ser registrados em ata de reunião.
- k) No caso de afastamento definitivo do presidente, o empregador indicará o substituto, em dois dias úteis, preferencialmente entre os membros da CIPA.
- l) No caso de afastamento definitivo do vice-presidente, os membros titulares da representação dos empregados, escolherão o substituto, entre seus titulares, em dois dias úteis.
- m) Caso não existam suplentes para ocupar o cargo vago, o empregador deve realizar eleição extraordinária, cumprindo todas as exigências estabelecidas para o processo eleitoral, exceto quanto aos prazos, que devem ser reduzidos pela metade.
- m.1) O mandato do membro eleito em processo eleitoral extraordinário deve ser compatibilizado com o mandato dos demais membros da Comissão.

CAPÍTULO VII

Disposições Finais

Artigo 14º - Este estatuto entra em vigor na data de sua publicação.

Lebon Régis, 12 de Março de 2014.

Moacir Galeno Furtado varela

Presidente do Conselho de Administração

do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antônio

Leoberto Leal

PREFEITURA

Ata de Registro de Preços Nº 007/2014 - PMLL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2014, PARA EVENTUAIS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE PEDREIRO, CARPINTEIRO, CALCETEIRO, PINTOR, ELETRICISTA E SERVENTE, PARA REPAROS E REFORMAS EM BENS IMÓVEIS PÚBLICOS MUNICIPAIS E EXECUÇÃO DE OBRAS REALIZADAS POR ADMINISTRAÇÃO DIRETA, DE ACORDO COM AS DESCRIÇÕES DO ANEXO I, DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2014.

Aos 11 (onze) dias do mês de março do ano de 2014, nos termos do artigo 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, a Pregoeira e a Equipe de Apoio, designados através da Portaria nº 054/11, de 28 de Fevereiro de 2011, para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais prestações de serviços de pedreiro, carpinteiro, calceteiro, pintor, eletricista e servente, para reparos e reformas em bens imóveis públicos municipais e execução de obras realizadas por administração direta, de acordo com as descrições do Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 008/2014.

CONSTRUTORA WDD LTDA

CNPJ: 07.256.305/0001-08

RUA: 214, Nº 110, BAIRRO: CASCATA, CEP: 88.270-000, NOVA TRENTO/SC

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto, eventuais prestações de serviços de pedreiro, carpinteiro, calceteiro, pintor, eletricista e servente, para reparos e reformas em bens imóveis públicos municipais e execução de obras realizadas por administração direta, de acordo com as descrições do Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 008/2014, a contar da data de assinatura da presente ata.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS vigorará pelo período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.

As proponentes registradas para os itens cotados são as seguintes:

LOTE I – SERVIÇO DE PEDREIRO.

Item	Qtd.	Unid.	Descrição	Preço Unitário	Preço Total	Empresa Vencedora
	3000	H	SERVIÇO DE PEDREIRO.	R\$ 20,90	R\$ 62.700,00	CONSTRUTORA WDD LTDA
			TOTAL MÁXIMO		R\$ 62.700,00	

LOTE II – SERVIÇO DE CARPINTEIRO.

Item	Qtd.	Unid.	Descrição	Preço Unitário	Preço Total	Empresa Vencedora
2	1000	H	SERVIÇO DE CARPINTEIRO.	R\$ 20,90	R\$ 20.900,00	CONSTRUTORA WDD LTDA
			TOTAL MÁXIMO		R\$ 20.900,00	

LOTE III – SERVIÇO DE CALCETEIRO.

Item	Qtd.	Unid.	Descrição	Preço Unitário	Preço Total	Empresa Vencedora
3	5000	M²	SERVIÇO DE CALCETEIRO.	R\$ 11,40	R\$ 57.000,00	CONSTRUTORA WDD LTDA
			TOTAL MÁXIMO		R\$ 57.000,00	

LOTE IV – SERVIÇO DE PINTOR.

Item	Qtd.	Unid.	Descrição	Preço Unitário	Preço Total	Empresa Vencedora
4	1500	H	SERVIÇO DE PINTOR.	R\$ 10,45	R\$ 15.675,00	CONSTRUTORA WDD LTDA
			TOTAL MÁXIMO		R\$ 15.675,00	

LOTE V – SERVIÇO DE ELETRICISTA.

Item	Qtd.	Unid.	Descrição	Preço Unitário	Preço Total	Empresa Vencedora
5	1000	H	SERVIÇO DE ELETRICISTA.	R\$ 23,75	R\$ 23.750,00	CONSTRUTORA WDD LTDA
			TOTAL MÁXIMO		R\$ 23.750,00	

LOTE VI – SERVIÇO DE SERVENTE.

Item	Qtd.	Unid.	Descrição	Preço Unitário	Preço Total	Empresa Vencedora
6	1500	H	SERVIÇO DE SERVENTE-AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.	R\$ 9,50	R\$ 14.250,00	CONSTRUTORA WDD LTDA
			TOTAL MÁXIMO		R\$ 14.250,00	

CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.

O fornecimento do(s) serviço(s), cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação do pedido de serviços correspondente.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Serviços conterá sucintamente:

- Número da Ata;
- Quantidade do Serviço;
- Descrição do Serviço;
- Local de Execução;
- Condições de Pagamento;
- Valor.

CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, após a execução dos serviços/medição dos serviços e apresentação de nota fiscal.



Parágrafo Único: Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

6.1 Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos/serviços, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A contratada, quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para revisão da Ata de Registro de Preços, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independentes da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, objetivadas no atendimento do Município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento do(s) produto(s), desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 A Prefeitura Municipal de Leoberto Leal promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor(es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor(es) que tiver(em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal - SC, o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitarem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II – multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1 As entregas dos materiais fornecidos ocorrerão no endereço e horário das 07:30hs às 11:30hs e das 13:30hs às 17:30hs, estando estes, especificados na "AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS".

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor as despesas com embalagem, seguro e transporte e quaisquer outras despesas, para entrega dos materiais até os locais designados.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

b) O fornecedor não executar os serviços solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS";

c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;

f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;

g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

02.01.04.122.0002 2.002.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000
- Funcionamento e Manutenção do Gabinete do Prefeito

03.01.04.122.0003 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000
- Funcionamento e Manutenção da SACF

03.01.04.122.0003 2.003.4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000
- Funcionamento e Manutenção da SACF

04.01.12.361.0004 2.004.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0001.000000
- Funcionamento e Manutenção da SECD - EF

04.01.12.361.0004 2.004.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0019.000000
- FUNDEB - EF

04.01.12.361.0004 2.004.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0058.000000
- Salário Educação - EF

04.01.12.365.0004 2.005.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0001.000000
- Funcionamento e Manutenção da SECD- EI

04.01.12.365.0004 2.005.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0019.000000
- FUNDEB - EI

04.01.12.365.0004 2.005.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0058.000000
- Salário Educação - EI

04.01.12.361.0004 1.009.4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0001.000000
- Receita de Impostos e de Transferência de Impostos Educação

05.03.08.244.0007 2.021.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000
- Funcionamento e Manutenção do F.M.A.S - Recursos Ordinários

06.01.15.451.0010 1.026.4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000
- Pavimentação de Ruas - Recursos Ordinários

06.01.15.452.0010 2.029.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000
- Manutenção e Revitalização de Áreas Públicas - Recursos Ordinários

06.01.26.782.0009 2.028.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000
- Funcionamento e Manutenção da STOSU

07.01.20.606.0011 2.030.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000
- Funcionamento e Manutenção da SAMA

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - PUBLICAÇÃO. Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 12 de março de 2014.
JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN
PREGOEIRA MUNICIPAL

ALINE KRAUS	MAYARA CARLA GUCHERT
MEMBRO	MEMBRO

CONSTRUTORA WDD LTDA
EMPRESA VENCEDORA

TESTEMUNHAS:

1- SILVANIA CAPISTRANO LOPES 2- MARCIO LOPES
CPF: 017.410.949-09 CPF: 715.711.679-00

VISTO:
ASSESSOR JURÍDICO

Processo Licitatório Nº 015/2014 - Chamamento Público

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO
Processo Licitatório nº 015/2014

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais e considerando o disposto no Art. 21, da Resolução/CD/FNDE Nº 38, de 16 de julho de 2009, convoca agricultores e empreendedores rurais ou suas organizações a comparecer na Prefeitura Municipal, na Secretaria da Educação, Cultura e Desporto, durante o período de 19 de março a 18 de abril de 2014, com finalidade de apresentar proposta e habilitação para fornecimento de gêneros alimentícios que serão utilizados na merenda escolar durante os meses de abril a dezembro de 2014.

ITEM	UND.	PERIODICIDADE DE ENTREGA	QUANT. PERÍODO	QUANT. TOTAL
BANANA	KG	QUINZENAL	80	1440
BATATA IN- GLESA	KG	MENSAL	100	900
BETERRABA	KG	MENSAL	35	315
CENOURA	KG	MENSAL	45	405
FEIJÃO	KG	MENSAL	30	270
LARANJA	KG	QUINZENAL	60	1080
MAÇÃ	KG	QUINZENAL	80	1440
OVOS	DZ	MENSAL	34	306
REPOLHO	KG	MENSAL	45	405
SUCO DE UVA ORGÂNICO	LT	MENSAL	25	225

Para a devida habilitação, deverá ser apresentado junto com a proposta de preço, comprovante de endereço, cópia do CPF ou CNPJ, documento de identidade, DAP física ou jurídica autenticados em cartório ou por funcionário da repartição pública apresentando-se o original.

Gabinete da Prefeita Municipal de Leoberto Leal/SC, aos 18 dias do mês de março de 2014.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Decreto N.º 020/2014

DECRETO Nº 020, DE 18 DE MARÇO DE 2014

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL"

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 8º, Inciso III da Lei nº 1.005 de 26 de novembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da seguridade social, nas dotações com a seguinte estrutura e respectivos valores:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	13.491,64
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	13.491,64
Função	10	Saúde	13.491,64
Sub-função	301	Atenção Básica	13.491,64
Programa	06	Saúde com Excelência	13.491,64

Atividade	2.016	Atenção Básica – Componente Piso de Atenção Básica Variável – PABV	13.491,64
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	13.491,64
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	9.350,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	9.350,00
Fonte de Recursos	0.3.0064.13	Atenção Básica - Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade - PMAQ	9.350,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	4.141,64
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	4.141,64
Fonte de Recursos	0.3.0064.13	Atenção Básica - Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade - PMAQ	4.141,64
TOTAL DO CRÉDITO SUPLEMENTAR			13.491,64

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta do superávit financeiro verificado no exercício anterior na seguinte fonte:

Fonte	Código Fonte	Valor
Atenção Básica - Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade - PMAQ	0.1.0064.13	13.491,64
TOTAL DO SUPERAVIT UTILIZADO		13.491,64

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 18 de março de 2014.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Decreto N.º 021/2014

DECRETO Nº 021, DE 18 DE MARÇO DE 2014.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE"

A Prefeita de Leoberto Leal/SC, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 8º Inciso II da Lei nº 1.005 de 26 de Novembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação do Orçamento Fiscal vigente, com a seguinte classificação, no valor de:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	7.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	7.000,00
Função	12	Educação	7.000,00
Sub-Função	365	Educação Infantil	7.000,00
Programa	0004	Educação é Tudo	7.000,00
Projeto/Atividade	2.005	Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Educação Cultura e Desporto - Ensino Infantil	7.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	7.000,00

Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	7.000,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicações Diretas	7.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0019	Transferências do FUNDEB	7.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			7.000,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação, na seguinte dotação com a seguinte classificação e valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	7.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	7.000,00
Função	12	Educação	7.000,00
Sub-Função	365	Ensino Infantil	7.000,00
Programa	0004	Educação é Tudo	7.000,00
Projeto/Atividade	2.005	Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Educação Cultura e Desporto - Ensino Infantil	7.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	7.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	7.000,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicações Diretas	7.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0019	Transferências do FUNDEB	7.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			7.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 18 de Março de 2014.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Lindóia do Sul

PREFEITURA

Decreto Nº 2.549/2014, de 17 de Março de 2014

DECRETO Nº 2.549/2014, DE 17 DE MARÇO DE 2014
NOMEIA DIRETOR DE AÇÃO SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO ARI PARIZOTTO, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 91, I, c/c Lei Complementar nº 122/2004, de 02 de fevereiro de 2009,

DECRETA

Art. 1º - Nomear JOENIA BAES PEREIRA, para exercer o cargo de Diretora de Ação Social, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo – Cargo em Comissão, percebendo subsídios próprios do cargo, a partir de 17 de Março de 2014, passando a assinar e responder pelo cargo nomeado.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Publica-se e Registra-se

Em, 17 de Março de 2014.

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Responsável pelo RH

Extrato Pregão 27/2014

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL
Estado de Santa Catarina
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2014

PEDRO ARI PARIZOTTO – Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, contratação de empresa, com o fornecimento de Peças e Mão de Obra para conserto da Transmissão da Pá Carregadeira Michigan 75III ano 1979, as 08:30 horas do dia 02 de abril de 2014, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 08:15 horas do mesmo dia, no setor de licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 18 de março de 2014.
Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

Luzerna

PREFEITURA

Ratificação Extrato Contrato PML 033.14

EXTRATO DE CONTRATO PML Nº: 33.14
PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 019/2014
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PML Nº 004/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA
CONTRATADA: JORNAL O NASCENTE UNIVERSITÁRIO PRESTAÇÃO DE SERVIÇO LTDA ME
OBJETO: contratação 10 (dez) assinaturas anuais, pelo período de 12 (doze) meses do jornal O nascente universitário, com entrega semanal nas sexta feiras.
VALOR: Pela execução total do contrato a CONTRATADA receberá o importe de R\$ 1.100,00 (um mil e cem reais).
DOTAÇÃO:

Modalidade de aplicação: Aplicações diretas – outras despesas correntes
 3.3.90.39.01 – Assinatura de periódicos e anuidades
 PREFEITURA DE LUZERNA
 02. GABINETE DO PREFEITO
 Atividade: 0201.04.122.0004.2002 – funcionamento e manutenção do gabinete do prefeito
 Reduzido: 003
 Fonte: 00 – recursos ordinários
 06. FAZENDA E DA ADMINISTRAÇÃO
 Atividade: 0601.04.122.0007.2006 – manutenção do departamento de administração
 Reduzido: 018
 Fonte: 00 – recursos ordinários
 08. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
 Atividade: 0802.13.391.0046.2037 – resgate da memória cultura
 Reduzido: 084
 Fonte: 00 – recursos ordinários
 09. SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
 Atividade: 0901.20.606.0052.2042 – manutenção da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente
 Reduzido: 106
 Fonte: 00 – recursos ordinários
 11. SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS
 Atividade: 1101.15.452.0061.2052 – manutenção dos Serviços urbanos
 Reduzido: 115
 Fonte: 00 – recursos ordinários
 Atividade: 1101.26.782.0067.2060 – manutenção e conservação das estradas vicinais
 Reduzido: 135
 Fonte: 00 – recursos ordinários
 13. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA
 Atividade: 1301.10.301.0016.2017 – funcionamento e manutenção do FMS
 Reduzido: 006
 Fonte: 02 – receita de impostos e transferências de impostos – saúde
 12. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA
 Atividade: 1201.08.244.0025.2026 – manutenção da assistência social geral
 Reduzido: 008
 Fonte: 00 – recursos ordinários
 Atividade: 1201.08.244.0025.2084 – manutenção do CRAS
 Reduzido: 014
 Fonte: 00 – recursos ordinários

VIGÊNCIA: 12 MESES

Luzerna/SC, 07 de março de 2014.

MOISÉS DIERSMANN Prefeito Municipal CONTRATANTE	FERNANDA MARCA JORNAL O NASCENTE UNIVERSITÁRIO LTDA ME CONTRATADA
---	--

Ratificação Extrato Contrato PML 033A.14

EXTRATO DE CONTRATO PML Nº: 33A.14
 PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 019/2014
 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PML Nº 004/2014
 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA
 CONTRATADA: ALINE ANDRES ME – JORNAL PAUTA DA SEMANA
 OBJETO: contratação 10 (dez) assinaturas anuais, pelo período de 12 (doze) meses do jornal Pauta da Semana, com entrega semanal nas sexta feiras.
 VALOR: Pela execução total do contrato a CONTRATADA receberá o importe de R\$ 1.000,00 (um mil reais).
 DOTAÇÃO:

Modalidade de aplicação: Aplicações diretas – outras despesas correntes
 3.3.90.39.01 – Assinatura de periódicos e anuidades
 PREFEITURA DE LUZERNA
 02. GABINETE DO PREFEITO
 Atividade: 0201.04.122.0004.2002 – funcionamento e manutenção do gabinete do prefeito
 Reduzido: 003
 Fonte: 00 – recursos ordinários
 06. FAZENDA E DA ADMINISTRAÇÃO
 Atividade: 0601.04.122.0007.2006 – manutenção do departamento de administração
 Reduzido: 018
 Fonte: 00 – recursos ordinários
 08. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
 Atividade: 0802.13.391.0046.2037 – resgate da memória cultura
 Reduzido: 084
 Fonte: 00 – recursos ordinários
 09. SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
 Atividade: 0901.20.606.0052.2042 – manutenção da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente
 Reduzido: 106
 Fonte: 00 – recursos ordinários
 11. SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS
 Atividade: 1101.15.452.0061.2052 – manutenção dos Serviços urbanos
 Reduzido: 115
 Fonte: 00 – recursos ordinários
 Atividade: 1101.26.782.0067.2060 – manutenção e conservação das estradas vicinais
 Reduzido: 135
 Fonte: 00 – recursos ordinários
 13. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA
 Atividade: 1301.10.301.0016.2017 – funcionamento e manutenção do FMS
 Reduzido: 006
 Fonte: 02 – receita de impostos e transferências de impostos – saúde
 12. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA
 Atividade: 1201.08.244.0025.2026 – manutenção da assistência social geral
 Reduzido: 008
 Fonte: 00 – recursos ordinários
 Atividade: 1201.08.244.0025.2084 – manutenção do CRAS
 Reduzido: 014
 Fonte: 00 – recursos ordinários

VIGÊNCIA: 12 MESES

Luzerna/SC, 07 de março de 2014.

MOISÉS DIERSMANN Prefeito Municipal CONTRATANTE	ALINE ANDRES JORNAL PAUTA DA SEMANA CONTRATADA
---	--

Ratificação Extrato Contrato PML 034.14

EXTRATO DE CONTRATO PML Nº: 34.14
 PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 019/2014
 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PML Nº 004/2014
 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA
 CONTRATADA: JORNAL DIÁRIO DO VALE LTDA ME
 OBJETO: contratação de 10 (dez) assinaturas anuais, pelo período de 12 (doze) meses do jornal, com entrega diária de Segunda à Sexta Feira.
 VALOR: Pela execução total do contrato a CONTRATADA receberá o importe de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos)
 DOTAÇÃO:

Modalidade de aplicação: Aplicações diretas – outras despesas correntes
 3.3.90.39.01 – Assinatura de periódicos e anuidades
 PREFEITURA DE LUZERNA
 02. GABINETE DO PREFEITO
 Atividade: 0201.04.122.0004.2002 – funcionamento e manutenção do gabinete do prefeito
 Reduzido: 003
 Fonte: 00 – recursos ordinários
 06. FAZENDA E DA ADMINISTRAÇÃO
 Atividade: 0601.04.122.0007.2006 – manutenção do departamento de administração
 Reduzido: 018
 Fonte: 00 – recursos ordinários
 08. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
 Atividade: 0802.13.391.0046.2037 – resgate da memória cultura
 Reduzido: 084
 Fonte: 00 – recursos ordinários
 09. SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
 Atividade: 0901.20.606.0052.2042 – manutenção da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente
 Reduzido: 106
 Fonte: 00 – recursos ordinários
 11. SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS
 Atividade: 1101.15.452.0061.2052 – manutenção dos Serviços urbanos
 Reduzido: 115
 Fonte: 00 – recursos ordinários
 Atividade: 1101.26.782.0067.2060 – manutenção e conservação das estradas vicinais
 Reduzido: 135
 Fonte: 00 – recursos ordinários
 13. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA
 Atividade: 1301.10.301.0016.2017 – funcionamento e manutenção do FMS
 Reduzido: 006
 Fonte: 02 – receita de impostos e transferências de impostos – saúde
 12. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA
 Atividade: 1201.08.244.0025.2026 – manutenção da assistência social geral
 Reduzido: 008
 Fonte: 00 – recursos ordinários
 Atividade: 1201.08.244.0025.2084 – manutenção do CRAS
 Reduzido: 014
 Fonte: 00 – recursos ordinários

VIGÊNCIA: 12 MESES

Luzerna/SC, 07 de março de 2014.

MOISÉS DIERSMANN Prefeito Municipal CONTRATANTE	SANDRO ANTONIO BRESSAN JORNAL DIÁRIO DO VALE LTDA ME CONTRATADA
---	---

Ratificação Extrato Contrato PML 035.14

EXTRATO DE CONTRATO PML Nº: 35.14
 PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 019/2014
 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PML Nº 004/2014
 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA
 CONTRATADA: JORNAL FOLHA DA MANHÃ LTDA ME
 OBJETO: contratação de 10 (dez) assinaturas anuais, pelo período de 12 (doze) meses, do jornal Folha da Manhã, com entrega semanal nas sexta feiras.
 VALOR: Pela execução total do contrato a CONTRATADA receberá o importe de R\$ 1.000,00 (um mil reais)
 DOTAÇÃO:

Modalidade de aplicação: Aplicações diretas – outras despesas correntes
 3.3.90.39.01 – Assinatura de periódicos e anuidades
 PREFEITURA DE LUZERNA
 02. GABINETE DO PREFEITO
 Atividade: 0201.04.122.0004.2002 – funcionamento e manutenção do gabinete do prefeito
 Reduzido: 003
 Fonte: 00 – recursos ordinários
 06. FAZENDA E DA ADMINISTRAÇÃO
 Atividade: 0601.04.122.0007.2006 – manutenção do departamento de administração
 Reduzido: 018
 Fonte: 00 – recursos ordinários
 08. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
 Atividade: 0802.13.391.0046.2037 – resgate da memória cultura
 Reduzido: 084
 Fonte: 00 – recursos ordinários
 09. SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
 Atividade: 0901.20.606.0052.2042 – manutenção da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente
 Reduzido: 106
 Fonte: 00 – recursos ordinários
 11. SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS
 Atividade: 1101.15.452.0061.2052 – manutenção dos Serviços urbanos
 Reduzido: 115
 Fonte: 00 – recursos ordinários
 Atividade: 1101.26.782.0067.2060 – manutenção e conservação das estradas vicinais
 Reduzido: 135
 Fonte: 00 – recursos ordinários
 13. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA
 Atividade: 1301.10.301.0016.2017 – funcionamento e manutenção do FMS
 Reduzido: 006
 Fonte: 02 – receita de impostos e transferências de impostos – saúde
 12. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA
 Atividade: 1201.08.244.0025.2026 – manutenção da assistência social geral
 Reduzido: 008
 Fonte: 00 – recursos ordinários
 Atividade: 1201.08.244.0025.2084 – manutenção do CRAS
 Reduzido: 014
 Fonte: 00 – recursos ordinários

VIGÊNCIA: 12 MESES

Luzerna/SC, 07 de março de 2014.

MOISÉS DIERSMANN Prefeito Municipal CONTRATANTE	CLEMIR SCHMITT JORNAL FOLHA DA MANHÃ LTDA ME CONTRATADA
---	---

Ratificação Extrato Contrato PML 036.14

EXTRATO DE CONTRATO PML Nº: 36.14
 PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 019/2014
 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PML Nº 004/2014
 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA
 CONTRATADA: RAÍZES DIÁRIO, JORNAL, GRÁFICA E EDITORA LTDA ME
 OBJETO: contratação da de 01 (uma) assinatura anual, pelo período de 12 (doze) meses do seguinte jornal: Raízes Diário05 (cinco) assinaturas, entrega diária de segunda a sexta feira.
 VALOR: R\$ 3.250,00 (três mil duzentos e cinquenta reais)
 DOTAÇÃO:

Modalidade de aplicação: Aplicações diretas – outras despesas correntes
3.3.90.39.01 – Assinatura de periódicos e anuidades
PREFEITURA DE LUZERNA
02. GABINETE DO PREFEITO
Atividade: 0201.04.122.0004.2002 – funcionamento e manutenção do gabinete do prefeito
Reduzido: 003
Fonte: 00 – recursos ordinários
06. FAZENDA E DA ADMINISTRAÇÃO
Atividade: 0601.04.122.0007.2006 – manutenção do departamento de administração
Reduzido: 018
Fonte: 00 – recursos ordinários
08. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Atividade: 0802.13.391.0046.2037 – resgate da memória cultura
Reduzido: 084
Fonte: 00 – recursos ordinários
09. SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Atividade: 0901.20.606.0052.2042 – manutenção da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente
Reduzido: 106
Fonte: 00 – recursos ordinários
11. SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS
Atividade: 1101.15.452.0061.2052 – manutenção dos Serviços urbanos
Reduzido: 115
Fonte: 00 – recursos ordinários
Atividade: 1101.26.782.0067.2060 – manutenção e conservação das estradas vicinais
Reduzido: 135
Fonte: 00 – recursos ordinários
13. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA
Atividade: 1301.10.301.0016.2017 – funcionamento e manutenção do FMS
Reduzido: 006
Fonte: 02 – receita de impostos e transferências de impostos – saúde
12. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA
Atividade: 1201.08.244.0025.2026 – manutenção da assistência social geral
Reduzido: 008
Fonte: 00 – recursos ordinários
Atividade: 1201.08.244.0025.2084 – manutenção do CRAS
Reduzido: 014
Fonte: 00 – recursos ordinários

VIGÊNCIA: 12 MESES

Luzerna/SC, 07 de março de 2014.

MOISÉS DIERSMANN Prefeito Municipal CONTRATANTE	VITACIR FAVERO RAÍZES DIÁRIO, JORNAL, GRÁFICA E EDITORA LTDA ME CONTRATADA
---	---

CÂMARA MUNICIPAL

Portaria 002/14

PORTARIA Nº 002/2014 de 19 de março de 2014.

"ATRIBUI ADICIONAL À SERVIDORA QUE ESPECIFICA".

MAURI JOSÉ SCHLINDWEIN, Presidente da Câmara de Vereadores de Luzerna/SC, no uso de suas atribuições descritas no art. 41, inciso V, do Regimento Interno da Câmara e de conformidade com o que lhe faculta o art. 38, §2º, "c", da Resolução nº 005/2011 e Lei nº 1.213/2014, que Institui o Plano de Carreira, Empregos, Cargos e Remuneração dos Servidores da Câmara de Vereadores

do Município de Luzerna, SC,

RESOLVE:

Art.1º- ATRIBUIR a RUBIANA SUELEN BALESTRIN, servidora pública da Câmara de Vereadores, ocupante do emprego público de Contadora, Nível 01, Classe "B", o adicional pela conclusão regular de pós-graduação, em nível de especialização, de 15% (quinze por cento), sobre o vencimento do seu emprego público de provimento efetivo, nos termos da alínea "c" do Parágrafo 2º do art. 38 da Resolução nº 005 de 25 de maio de 2011 e Lei nº 1.213 de 11 de março de 2014.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna (SC), 19 de março de 2014.

MAURI JOSÉ SCHLINDWEIN

Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Luzerna/SC

Resolução 001/14

RESOLUÇÃO Nº 001/2014, de 19 de março de 2014

"DISCIPLINA O PROCEDIMENTO PARA COMPROVAÇÃO DE RESIDÊNCIA DE VEREADORES DA CÂMARA DE VEREADORES DE LUZERNA (SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MAURI JOSÉ SCHLINDWEIN, dentro de suas atribuições descritas no artigo 41, parágrafo 2º, alínea "h" do Regimento Interno da Câmara de Vereadores, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e EU promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO:

Art.1º- Para fins do artigo 30, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, no mês de janeiro de cada ano, os Vereadores titulares, licenciados e os suplentes convocados para vaga ou licença de titular deverão comprovar sua residência no Município de Luzerna, SC, protocolando, junto à Secretaria da Câmara, Declaração de Imposto de Renda do exercício anterior, comprovante de residência com vencimento máximo até 90 (noventa) dias de sua apresentação, em nome do respectivo Vereador, bem como Cadastro no Sistema Único de Saúde (SUS), obtido junto à Secretaria de Saúde.

Art. 2º- Será nomeada Comissão de Assuntos Especiais, na forma do art. 89 do Regimento Interno, composta de 05 (cinco) Vereadores, cada um representando seu partido na Casa.

Art. 3º - A escolha da referida Comissão se dará mediante sorteio realizado pela Mesa Diretora, junto ao plenário da Câmara, vedada a participação do Presidente da Câmara nos trabalhos da Comissão.

Art. 4º- Os Vereadores suplentes apresentarão a referida comprovação de residência na forma do artigo 1º acima, na primeira oportunidade em que forem convocados para a substituição dos Vereadores empossados.

Art. 5º- Para o ano de 2014, a entrega da Declaração de Imposto de Renda do exercício 2013 - ano calendário 2012 e dos demais documentos descritos no art. 1º desta Resolução se dará até a sessão do dia 31.03.2014.

Art. 6º- A Comissão referida no art. 2º da presente Resolução terá o prazo até dia 14.04.2014 para análise dos documentos apresentados nos termos do art. 5º acima, emitindo Parecer sobre a matéria, que será protocolado na Secretaria da Câmara, para sua leitura em Plenário na primeira sessão subsequente.

Art. 7º- Caso o Parecer aponte alguma infração descrita no art.

30, parágrafo 3º da Lei Orgânica Municipal, a Mesa Diretora notificará o(a) Vereador(a) referido(a) para que, em 14 (quatorze) dias, apresente defesa escrita, que será analisada novamente pela Comissão constituída na forma do art. 2º da presente Resolução, a qual emitirá novo Parecer sobre a matéria, no prazo de 07 (sete) dias, que será protocolado na Secretaria da Câmara, para sua leitura em Plenário na primeira sessão subsequente.

Art. 8º- Confirmada a irregularidade, a Mesa Diretora, na forma do art. 30, parágrafo 3º da Lei Orgânica Municipal, adotará as providências cabíveis.

Art. 9º- Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna (SC), 19 de março de 2014.
MAURI JOSE SCHLINDWEIN
Presidente

Macieira

PREFEITURA

Aviso de Licitação_ Aquisição de 01 (Um) Veículo Sedan

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0002/2014
TIPO MENOR PREÇO GLOBAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0004/2014

O MUNICÍPIO DE MACIEIRA, SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua José Augusto Royer, 133, Centro, na cidade de Macieira - SC, através do Fundo Municipal de Saúde de Macieira, representado pelo Sr. Almir José Rossi Arconti, Secretário Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, torna público e leva ao conhecimento das empresas interessadas, no ramo pertinente, que encontra-se aberto o Processo Licitatório nº 0004/2014, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 0002/2014, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, que até 09h00min, do dia 31 de março de 2014, na sede da Prefeitura Municipal localizada no endereço acima citado, a Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 3127, de 24 de fevereiro de 2014, estará recebendo propostas para a aquisição de 01 (um) veículo sedan, 0 km, ano e modelo 2014 conforme especificações do Anexo I do Edital, e exigências da Legislação de trânsito vigente, para uso na Secretaria Municipal de Saúde.

O início da abertura dos Envelopes dar-se-á às 09h00m horas do dia 31/03/2014, no endereço acima indicado.

Maiores esclarecimentos relativos a presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, bem como Edital na íntegra poderão ser obtidas diretamente no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Macieira no endereço citado no preâmbulo deste Pregão Presencial nº 0002/2014, ou através do telefone (49) 3574-2019, de segunda à sexta-feira, das 07h30m às 12h00m e das 13h30m às 17h00m.

Macieira – SC, 18 de março de 2014.
REJANE SPANHOLLO ABRAÃO
Pregoeira

Mafra

PREFEITURA

Nova Data de Abertura - Edital de Pregão Presencial - Registro de Preços Nº 029/2014

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/2014
(NOVA DATA DE ABERTURA)

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para contratação de empresa especializada para realizar transporte de passageiros, destinados aos grupos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculos, através do Fundo Municipal de Ação Social, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 01/04/2014, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 18 de março de 2014.

Roberto Agenor Scholze
Prefeito Municipal

Jéssica Schmitz
Pregoeira Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

Extrato de Contrato

Extrato Contrato nº 01/2014
CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SETOR DE COMPRAS E CONTABILIDADE

Fundamento: Processo nº 01/2014 Pregão Presencial nº 01/2014
Extrato de Contrato nº 01/2014
CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
CONTRATADA: IPM - INFORMÁTICA PÚBLICA LTDA
Objeto: Licenciamento de Software de Gestão Pública e serviços de informática
VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 71.319,88 (setenta e um mil, trezentos e dezenove reais e oitenta e oito centavos).
VIGÊNCIA: 26/02/2014 a 26/02/2015

Mafra, 18 de março de 2014
João Acir Petters Padilha
Presidente

Aldo Luiz Mees
Sócio Administrador
IPM – Informática Pública

Extrato de Contrato

Extrato Contrato nº 03/2014

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

SETOR DE COMPRAS E CONTABILIDADE

Fundamento: Processo nº 03/2014 Pregão Presencial nº 03/2014

Extrato de Contrato nº 02/2014

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

CONTRATADA: NEIMANN E SILVA LTDA

Objeto: Fornecimento de Combustível, com entrega contínua e fracionada conforme demanda da contratante.

MAIOR DESCONTO CONTRATADO: Gasolina Comum: 3%; Etanol: 3,5% (desconto sobre o preço médio, do último levantamento de preços do mês anterior à emissão da Nota Fiscal, praticados no município de Mafra calculado pela ANP.

VIGÊNCIA: 13/03/2014 a 13/03/2015

Mafra, 18 de março de 2014

João Acir Petters Padilha

Presidente

Ângela Simões da Silva Neimann

Sócia Administradora

Neimann e Silva Ltda

Extrato de Edital de Licitação

EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 06/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2014 TIPO: MENOR PREÇO

O Presidente da Câmara de Vereadores de Mafra-SC, no uso de suas atribuições legais, torna público o Edital Pregão Presencial nº 06/2014. Objeto: AQUISIÇÃO DE 2 (DOIS) VEÍCULOS AUTOMOTORES NOVOS PARA RENOVAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DA CÂMARA DE VEREADORES DE MAFRA.

Data: 03 de abril de 2014, as 9 (nove) horas. Local: Sede da Câmara de Vereadores de Mafra-SC, sito na Av. Coronel José Severiano Maia, nº 441, Centro, Mafra-SC. O Edital contendo as especificações completas poderá ser retirado na sede da Câmara ou ainda no site: www.camaramafra.sc.gov.br e e-mail: contabilidade@camaramafra.sc.gov.br

Maiores informações pelo tel. (47) 3642.0825, das 08hs00min às 12hs00min e das 13hs30min às 17hs00min

Maracajá**PREFEITURA****Extrato da Af Nº 218/2014**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Extrato da Autorização de Fornecimento nº 218/2014

Processo Licitatório nº 13/2014 – Pregão Presencial

Contratante: Município de Maracajá,

Contratado: Celito Carlessi & Cia Ltda EPP

Objeto: Aquisição de materiais de consumo e permanente para implantação do Programa de Esporte Recreativo de Lazer – TODAS AS IDADES, no município de Maracajá (Convênio ME/PM Maracajá/SC nº 774058/2012).

Valor: R\$ 23.628,35 (vinte e três mil, seiscentos e vinte e oito reais e trinta e cinco centavos).

Vigência: 60 (sessenta) dias á partir de 18/03/2014

Extrato da Af Nº 219/2014

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Extrato da Autorização de Fornecimento nº 219/2014

Processo Licitatório nº 13/2014 – Pregão Presencial

Contratante: Município de Maracajá,

Contratado: RIF Comercial Atacadista Ltda ME

Objeto: Aquisição de materiais de consumo e permanente para implantação do Programa de Esporte Recreativo de Lazer – TODAS AS IDADES, no município de Maracajá (Convênio ME/PM Maracajá/SC nº 774058/2012).

Valor: R\$ 9.099,50 (nove mil, noventa e nove reais e cinquenta centavos).

Vigência: 60 (sessenta) dias á partir de 18/03/2014

Aviso da Licitação Nº 17/2014 PP

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Maracajá

Processo Licitatório nº 17/2014 - Pregão Presencial - menor preço por Lote

Objeto: Contratação de Companhia Seguradora para cobertura total dos veículos da Administração Municipal (colisão, incêndio, roubo, furto, danos causados a terceiros, acidentes pessoais de passageiros e despesas médicas e hospitalares).

Abertura da Sessão: a partir das 14:00 horas do dia 31/03/2014.

Local e cópia do Edital: Prefeitura Municipal de Maracajá, sito a Avenida Getúlio Vargas, 530, no centro do município, CEP 88915-000, Maracajá/SC, no horário das 08:30 as 12:00 e das 13:00 as 17:30 horas, em dias úteis. Fone/fax (48) 3523-1111; e-mail: licitacao@maracaja.sc.gov.br.

Maracajá, 18 de março de 2014.

Wagner da Rosa

Prefeito Municipal

Maravilha

PREFEITURA

Decreto Nº 031/2014

DECRETO Nº 031, DE 10 DE MARÇO DE 2014.

DECLARA EM SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA COMO DE EMERGÊNCIA DEVIDO A FALTA DE ÁGUA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada Situação de Emergência por falta de água em virtude da quebra da bomba que realiza o abastecimento dos reservatórios do Município.

Parágrafo único. Esta situação de anormalidade é válida apenas para as áreas do Município de Maravilha, comprovadamente afetadas.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor pelo prazo de regularização do abastecimento.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Maravilha – SC, 10 de março de 2014.

ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

Registrado e publicado na data supra.

SANDRO DONATI
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto Nº 032/2014

DECRETO Nº 032, DE 12 DE MARÇO DE 2014.

NOMEIA A DIRETORIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MARAVILHA-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº 3.549/2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Diretoria do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, denominados a seguir:

Presidente:
Nivea C. M. Campana

Vice-Presidente:
Marcia Scherer

Secretária:
Marisete Badia Fior

Vice Secretária:
Margarete Hass

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Maravilha - SC, 12 de março de 2014.

ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

Registrado e publicado na data supra.

SANDRO DONATI
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto Nº 033/2014

DECRETO Nº 033, DE 12 DE MARÇO DE 2014.

NOMEIA A DIRETORIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE MARAVILHA-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei Municipal nº 3.548/2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Diretoria do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, denominados a seguir:

Presidente:
Beatriz M. Beduschi

Vice Presidente:
Solange Balestreri

Secretária:
Roseméri R. B. da Silva

Vice Secretária:
Marcia Scherer

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Maravilha - SC, 12 de março de 2014.

ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

Registrado e publicado na data supra.

SANDRO DONATI
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Lei Nº 3.740/2014

LEI Nº 3.740, DE 17 DE MARÇO DE 2014

Altera o § 1º e revoga o § 2º do artigo 1º, da Lei Municipal nº 3.645, de 04 de dezembro de 2012 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei:

Art. 1º Fica pela presente Lei alterado o § 1º, do artigo 1º, da Lei Municipal nº 3.645/2012, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º (...)

§ 1º A área total do parque, conforme mapa anexo, será de 86.757,00 m² (oitenta e seis mil, setecentos e cinquenta e sete metros quadrados), sendo 24.903,00 m² (vinte e quatro mil, novecentos e três metros quadrados) de área de APP e 61.854,00 m² (sessenta e um mil, oitocentos e cinquenta e quatro metros quadrados) de área útil, delimitada pelo perímetro formado pelos marcos 1 (E:283687.569 N:7037364.510), 2 (E:283796.393 N:7037405.934), 3 (E:283801.481 N:7037348.324), 4 (E:283852.245 N:7037213.036), 5 (E:283975.612 N:7037119.036), 6 (E:283943.638 N:7037084.137), 7 (E:284123.227 N:7036918.593) e 8 (E:284030.680 N:7036817.578), Lotes urbanos nºs 1, 2 e 3 da Quadra nº 16 e Sanga Cambuim.”

Art. 2º Fica revogado o § 2º do artigo 1º da Lei Municipal nº 3.645/2012.

Art. 3º Os demais dispositivos da referida Lei permanecem inalterados.

Art. 4º As despesas decorrente da presente serão consignadas no orçamento vigente

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Maravilha – SC, 17 de março de 2014.
ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

SANDRO DONATI
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Lei Nº 3.741/2014

LEI Nº 3.741, DE 17 DE MARÇO DE 2014

Dispõe sobre contribuição financeira à Associação Empresarial de Maravilha/SC e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a repassar em forma de contribuição financeira o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) à Associação Empresarial de Maravilha-SC, localizada na Avenida Maravilha, nº 203, Centro, neste Município.

Parágrafo único. O repasse de que trata o presente artigo será realizado em 10 (dez) parcelas no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), nos meses de março a dezembro de 2014.

Art. 2º O valor do repasse, a título de contribuição financeira, tem como objetivo auxiliar o Projeto Empreender 2014 desenvolvido pela Associação Empresarial de Maravilha-SC.

Art. 3º A Associação Empresarial deverá prestar contas dos recursos concedidos, conforme o Art. 43, § 4º, e demais disposições da Instrução Normativa N.TC-14/2012.

Art. 4º Fica a beneficiária proibida de repassar os recursos recebidos para outras entidades de direito público ou privado.

Art. 5º A não comprovação da aplicação dos recursos recebidos,

conforme o objeto constante do plano de trabalho, e/ou caso a prestação de contas não for aprovada pelo órgão fiscalizador, a Entidade deverá obrigatoriamente efetuar a devolução dos recursos e dos rendimentos da aplicação ao Município de Maravilha/SC.

Art. 6º As despesas desta Lei serão consignadas no orçamento municipal em vigor.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Maravilha – SC, 17 de março de 2014.
ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

SANDRO DONATI
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Lei Nº 3.742/2014

LEI Nº 3.742, DE 17 DE MARÇO DE 2014

Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei:

Art. 1º Fica pela presente Lei autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 16.000,00 (dezesseis mil reais), para reforçar dotações do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

04.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

04.04 – Departamento de Esportes

27 – Desporto e lazer

27.812 – Desporto Comunitário

27.812.0008 – Esporte e Lazer

27.812.0008.1.073 – AQUISIÇÃO DE MICRO ONIBUS/VEÍCULO PASSEIO

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

4.0.00.00 – Despesas de Capital

4.4.00.00 – Investimentos

4.4.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 16.000,00

Art. 2º Para dar cobertura à abertura dos Créditos Adicionais Suplementares de que trata o Artigo 1º desta Lei, serão utilizados os recursos provenientes da anulação parcial de dotações orçamentárias do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

04.04 – Departamento de Esportes

27 – Desporto e lazer

27.812 – Desporto Comunitário

27.812.0008 – Esporte e Lazer

27.812.0008.1.072 – PROGRAMA APOIO A PRÁTICA ESPORTIVA AOS DEFICIENTES FÍSICOS E MENTAIS

Destinação de Recursos: 0.1.00 – Recursos Ordinários

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$: 16.000,00

Art. 3º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 17 de março de 2014.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Pregão Presencial

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA

Processo Licitatório n. 1.278/2014 – Modalidade Pregão Presencial n. 013/2014 - A Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com o Pregoeiro e equipe de apoio, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Pregão Presencial, a Contratação de vigilância armada, de sistema completo de câmeras com locação de servidor de imagens, câmeras necessárias e monitoramento com gravação externa das imagens, e sistema completo de alarme, com monitoramento eletrônico 24 horas, com sensores infravermelhos externos e internos, conforme necessidade do local destinado, para o Município de Maravilha – SC, tipo menor Preço por lote, cujo processo licitatório é regido pelas Leis 10.520/02 e 8.666/93, e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas no dia 31 de março de 2014, às 9h, procedendo em seguida com a abertura dos envelopes. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderão ser obtidas no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min e das 13h 30 min às 18 horas.

Maravilha - SC, 18 de março de 2014.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita de Maravilha.

Meleiro

PREFEITURA

Lei Nº 1635/2014

LEI Nº 1635/2014

TRATA DA ALTERAÇÃO DE DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1632/2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. O parágrafo 2º do artigo 14 da presente Lei passará à ter a seguinte redação:

“§ 2º O Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil será presidido pelo Prefeito de Meleiro e constituído representantes governamentais e não governamentais das seguintes unidades, órgãos ou entidades, indicando os respectivos suplentes por meio de ofício.

I – Área Governamental:

Gabinete do Prefeito;

Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil;

Secretaria de Administração e Finanças;

Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano;

Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico;

Secretaria de educação, Esporte, Cultura e Turismo;

Secretaria de Saúde;

Secretaria de Ação Social;

Polícia Civil;

Polícia Militar;

SAMAE;

EPAGRI.

II – Área Não Governamental:

Sindicato dos Produtores Rurais de Meleiro;

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Meleiro;

Associação do Hospital São Judas Tadeu;

Associação de Moradores do Bairro jardim Itália;

Câmara de Dirigentes Lojistas;

COOPERSULCA;

Associação de Moradores do Distrito de Saporanga;

COIMEL – Cooperativa de Irrigação de Meleiro;

LIONS Clube de Meleiro;

Associação de Moradores de Barra do Cedro;

Cersul”.

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro/SC, 10 de março de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Portaria Nº 112/2014

PORTARIA n.º 112/2014

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1408/2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhorita ANGÉLICA MOTA TEIXEIRA, para ocupar o cargo de Professora ACT, com carga horária total de 20 (vinte) horas semanais, sendo 10 (dez) horas, na Escola de Educação Básica Municipal Inês Tonelli Nápole, e 10 (dez) horas, no Centro Municipal de Educação Infantil Escadinha do Tempo, até o término das aulas.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 18 de Março de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Decisão

Processo nº: 000025/2014

Requerente: ZulegaSavi

Data do protocolo: 17/02/2014

Decisão

Nos termos do parecer jurídico, concedo isenção do tributo Contribuição de Melhoria a Sra. ZULEGA SAVI, CPF: 986.049.459-20, relativo ao imóvel cadastrado sob o nº 337.

Meleiro, 13 de março de 2014.

MOISÉS TOMAZI

Diretor Departamento Arrecadação e Finanças

Matricula 1510

Modelo

PREFEITURA

Portaria Nº 043/2014

PORTARIA Nº 043/2014 de 18.03.2014

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO EDITAL 001/2014, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com a Lei 1.513/2002 e Edital de Concurso Público 001/2014 do Município de Modelo – SC, e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica convocada para nomeação e posse no cargo de Agente Comunitário de Saúde Pública, para a Micro Área 10, a Sra. ALANA CRISTINA RAUBER, aprovada no Concurso Público nº 001/2014 neste município de Modelo/SC, para desempenhar as atribuições do cargo com a respectiva carga horária de 40 Horas semanais, observadas as determinações legais do cargo.

Art. 2º - A aprovada citada nesta Portaria e obedecida a ordem de classificação, deverá apresentar-se, no prazo de 10 (dez) dias a partir desta data, para apresentação dos documentos e posse, conforme estatuto dos servidores Públicos Municipais.

Art. 3º - Não havendo interesse, o membro convocado deve manifestar-se por escrito, dentro do prazo citado no Art. 2º, sendo que este poderá solicitar a colocação ao final da lista dos aprovados ou manifestar a desistência da vaga.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 18 de março de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI

CHEFE DE SETOR

Ciente em: _____ / _____ / _____ .

ALANA CRISTINA RAUBER

Portaria Nº 044/2014

PORTARIA Nº 044/2014 de 18.03.2014

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO EDITAL 001/2014, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com a Lei 1.513/2002 e Edital de Concurso Público 001/2014 do Município de Modelo – SC, e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica convocada para nomeação e posse no cargo de Auxiliar Educacional, a Sra. DIANA CENTA BERNARDY, aprovada no Concurso Público nº 001/2014 neste município de Modelo/SC, para desempenhar as atribuições do cargo com a respectiva carga horária de 40 Horas semanais, observadas as determinações legais do cargo.

Art. 2º - A aprovada citada nesta Portaria e obedecida a ordem de classificação, deverá apresentar-se, no prazo de 10 (dez) dias a partir desta data, para apresentação dos documentos e posse, conforme estatuto dos servidores Públicos Municipais.

Art. 3º - Não havendo interesse, o membro convocado deve manifestar-se por escrito, dentro do prazo citado no Art. 2º, sendo que este poderá solicitar a colocação ao final da lista dos aprovados ou manifestar a desistência da vaga.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 18 de março de 2014.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
CHEFE DE SETOR

Ciente em: _____ / _____ / _____ .
DIANA CENTA BERNARDY

Portaria Nº 045/2014

PORTARIA Nº 045/2014 de 18.03.2014
DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO EDITAL 001/2014, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com a Lei 1.513/2002 e Edital de Concurso Público 001/2014 do Município de Modelo – SC, e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica convocada para nomeação e posse no cargo de Auxiliar Educacional, a Sra. GLACI BALDIN SIEBAUER, aprovada no Concurso Público nº 001/2014 neste município de Modelo/SC, para desempenhar as atribuições do cargo com a respectiva carga horária de 40 Horas semanais, observadas as determinações legais do cargo.

Art. 2º - A aprovada citada nesta Portaria e obedecida a ordem de classificação, deverá apresentar-se, no prazo de 10 (dez) dias a partir desta data, para apresentação dos documentos e posse, conforme estatuto dos servidores Públicos Municipais.

Art. 3º - Não havendo interesse, o membro convocado deve

manifestar-se por escrito, dentro do prazo citado no Art. 2º, sendo que este poderá solicitar a colocação ao final da lista dos aprovados ou manifestar a desistência da vaga.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 18 de março de 2014.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
CHEFE DE SETOR

Ciente em: _____ / _____ / _____ .
GLACI BALDIN SIEBAUER

Portaria Nº 046/2014

PORTARIA Nº 046/2014 de 18.03.2014
DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO EDITAL 001/2014, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com a Lei 1.513/2002 e Edital de Concurso Público 001/2014 do Município de Modelo – SC, e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica convocada para nomeação e posse no cargo de Auxiliar Educacional, a Sra. MARLI LIANE KRAEMER HASLINGER, aprovada no Concurso Público nº 001/2014 neste município de Modelo/SC, para desempenhar as atribuições do cargo com a respectiva carga horária de 40 Horas semanais, observadas as determinações legais do cargo.

Art. 2º - A aprovada citada nesta Portaria e obedecida a ordem de classificação, deverá apresentar-se, no prazo de 10 (dez) dias a partir desta data, para apresentação dos documentos e posse, conforme estatuto dos servidores Públicos Municipais.

Art. 3º - Não havendo interesse, o membro convocado deve manifestar-se por escrito, dentro do prazo citado no Art. 2º, sendo que este poderá solicitar a colocação ao final da lista dos aprovados ou manifestar a desistência da vaga.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 18 de março de 2014.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
CHEFE DE SETOR

Ciente em: _____ / _____ / _____ .
MARLI LIANE KRAEMER HASLINGER

Portaria Nº 047/2014

PORTARIA Nº 047/2014 de 18.03.2014

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO EDITAL 001/2014, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com a Lei 1.513/2002 e Edital de Concurso Público 001/2014 do Município de Modelo – SC, e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica convocada para nomeação e posse no cargo de Auxiliar Educacional, a Sra. MARIA LUCIA FREY, aprovada no Concurso Público nº 001/2014 neste município de Modelo/SC, para desempenhar as atribuições do cargo com a respectiva carga horária de 40 Horas semanais, observadas as determinações legais do cargo.

Art. 2º - A aprovada citada nesta Portaria e obedecida a ordem de classificação, deverá apresentar-se, no prazo de 10 (dez) dias a partir desta data, para apresentação dos documentos e posse, conforme estatuto dos servidores Públicos Municipais.

Art. 3º - Não havendo interesse, o membro convocado deve manifestar-se por escrito, dentro do prazo citado no Art. 2º, sendo que este poderá solicitar a colocação ao final da lista dos aprovados ou manifestar a desistência da vaga.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 18 de março de 2014.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
CHEFE DE SETOR

Ciente em: _____ / _____ / _____.
MARIA LUCIA FREY

Portaria Nº 048/2014

PORTARIA Nº 048/2014 de 18.03.2014

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO EDITAL 001/2014, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com a Lei 1.513/2002 e Edital de Concurso Público 001/2014 do Município de Modelo – SC, e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica convocada para nomeação e posse no cargo de Auxiliar Educacional, a Sra. CLAISE TERESINHA KRAEMER CERZOLLI, aprovada no Concurso Público nº 001/2014 neste município de Modelo/SC, para desempenhar as atribuições do cargo com a respectiva carga horária de 40 Horas semanais, observadas as determinações legais do cargo.

Art. 2º - A aprovada citada nesta Portaria e obedecida a ordem de classificação, deverá apresentar-se, no prazo de 10 (dez) dias a partir desta data, para apresentação dos documentos e posse, conforme estatuto dos servidores Públicos Municipais.

Art. 3º - Não havendo interesse, o membro convocado deve manifestar-se por escrito, dentro do prazo citado no Art. 2º, sendo que este poderá solicitar a colocação ao final da lista dos aprovados ou manifestar a desistência da vaga.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 18 de março de 2014.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
CHEFE DE SETOR

Ciente em: _____ / _____ / _____.
CLAISE TERESINHA KRAEMER CERZOLLI

Portaria Nº 049/2014

PORTARIA Nº 049/2014 de 18.03.2014

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO EDITAL 001/2014, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com a Lei 1.513/2002 e Edital de Concurso Público 001/2014 do Município de Modelo – SC, e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica convocada para nomeação e posse no cargo de Auxiliar Educacional, a Sra. CARLA DA SILVA, aprovada no Concurso Público nº 001/2014 neste município de Modelo/SC, para desempenhar as atribuições do cargo com a respectiva carga horária de 40 Horas semanais, observadas as determinações legais do cargo.

Art. 2º - A aprovada citada nesta Portaria e obedecida a ordem de classificação, deverá apresentar-se, no prazo de 10 (dez) dias a partir desta data, para apresentação dos documentos e posse, conforme estatuto dos servidores Públicos Municipais.

Art. 3º - Não havendo interesse, o membro convocado deve manifestar-se por escrito, dentro do prazo citado no Art. 2º, sendo que este poderá solicitar a colocação ao final da lista dos aprovados ou manifestar a desistência da vaga.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 18 de março de 2014.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
CHEFE DE SETOR

Ciente em: _____ / _____ / _____ .
CARLA DA SILVA

Portaria Nº 050/2014

PORTARIA Nº 050/2014 de 18.03.2014

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE APROVADO NO PROCESSO SELETIVO EDITAL 001/2014, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com a Lei 1.513/2002 e Edital de Processo Seletivo 001/2014 do Município de Modelo – SC, e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica convocada para contratação e posse no cargo ACT – Admissão em Caráter Temporário de Auxiliar Educacional, a Sra. PATRICIA BIGOLIN GRANZOTO, aprovada no Processo Seletivo nº 001/2014 neste município de Modelo/SC, para desempenhar as atribuições do cargo com a respectiva carga horária de 40 Horas semanais, observadas as determinações legais do cargo.

Art. 2º - A aprovada citada nesta Portaria e obedecida a ordem de classificação, deverá apresentar-se no prazo de 10 (dez) dias a contar desta data para manifestação de interesse.

Art. 3º - Não havendo interesse, o membro convocado deve manifestar-se por escrito, dentro do prazo citado no Art. 2º, sendo que este poderá solicitar a colocação ao final da lista dos aprovados ou manifestar a desistência da vaga.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 18 de março de 2014.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
CHEFE DE SETOR

Ciente em: _____ / _____ / _____ .
PATRICIA BIGOLIN GRANZOTO

Portaria Nº 051/2014

PORTARIA Nº 051/2014 de 18.03.2014

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO EDITAL 001/2014, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com a Lei 1.513/2002 e Edital de Concurso Público 001/2014 do Município de Modelo – SC, e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica convocado para nomeação e posse no cargo de Professor Ensino Superior Disciplina Artes, o Sr. ANTONIO MARCIO SILVA ARETZ, aprovado no Concurso Público nº 001/2014 neste município de Modelo/SC, para desempenhar as atribuições do cargo com a respectiva carga horária de 20 Horas semanais, observadas as determinações legais do cargo.

Art. 2º - O aprovado citado nesta Portaria e obedecida a ordem de classificação, deverá apresentar-se, no prazo de 10 (dez) dias a partir desta data, para apresentação dos documentos e posse, conforme estatuto dos servidores Públicos Municipais.

Art. 3º - Não havendo interesse, o membro convocado deve manifestar-se por escrito, dentro do prazo citado no Art. 2º, sendo que este poderá solicitar a colocação ao final da lista dos aprovados ou manifestar a desistência da vaga.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 18 de março de 2014.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
CHEFE DE SETOR

Ciente em: _____ / _____ / _____ .
ANTONIO MARCIO SILVA ARETZ

Navegantes

PREFEITURA

Nomeações por Concurso

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio nº 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
PORTARIA Nº 454 DE 14 DE FEVEREIRO DE 2014
NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2013, a senhora MARCIA APARECIDA DE MELLO para exercer o cargo de Agente de Serviços Gerais, código QP-TOSG do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar nº 7 de 11/11/2003, a partir de 12/2/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 12/2/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE FEVEREIRO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de fevereiro de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N° 710 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014
NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2013, o senhor SEBASTIÃO ALVES DA SILVA para exercer o cargo de Agente de Serviços Gerais, código QP-TOSG do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar n° 7 de 11/11/2003, a partir de 18/2/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 18/2/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE FEVEREIRO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de fevereiro de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N° 811 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2014
NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2010, a senhora FRANCIELI DE PAULA SOBRINHO para exercer o cargo de Atendente de Posto de Saúde com 40 horas semanais do quadro de servidores

efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar n° 7 de 11/11/2003, a partir de 18/2/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE FEVEREIRO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de fevereiro de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N° 814 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2014
NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2013, a senhora ARIANE APARECIDA DA SILVA para exercer o cargo de Agente Comunitária de Saúde ESF com 40 horas semanais do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar n° 7 de 11/11/2003, a partir de 18/2/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE FEVEREIRO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de fevereiro de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N° 920 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2014
NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores

Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2013, a senhora MIRIAM APARECIDA DA SILVA para exercer o cargo de Agente Comunitária de Saúde ESF com 40 horas semanais do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar n.º 7 de 11/11/2003, a partir de 18/2/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 18/2/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE FEVEREIRO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 921 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2014
NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2013, a senhora HALINA TERESA HOTEL para exercer o cargo de Agente Comunitária de Saúde ESF com 40 horas semanais do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar n.º 7 de 11/11/2003, a partir de 18/2/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 18/2/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE FEVEREIRO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 922 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2014
NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2013, a senhora ELAINE CRISTINA DOS SANTOS para exercer o cargo de Agente Comunitária de Saúde ESF com 40 horas semanais do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar n.º 7 de 11/11/2003, a partir de 18/2/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 18/2/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE FEVEREIRO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 1075 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2014
NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2013, o senhor LEONARDO LIMA DE ALENCAR SANTOS para exercer o cargo de Agente Comunitário de Saúde ESF com 40 horas semanais do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar n.º 7 de 11/11/2003, a partir de 18/2/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 18/2/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE FEVEREIRO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de fevereiro de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N° 1076 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2014
NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2013, o senhor RENATO GASPERI para exercer o cargo de Agente de Serviços Gerais, código QP-TOSG do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar n° 7 de 11/11/2003, a partir de 24/2/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 24/2/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE FEVEREIRO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de fevereiro de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N° 1079 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2014
NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2013, a senhora LUANA BRAGA MAFRA para exercer o cargo de Agente Comunitária de Saúde com 40 horas semanais do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar n° 7 de 11/11/2003, a partir de 20/2/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE FEVEREIRO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de

Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de fevereiro de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N° 1162 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2014
NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2013, o senhor KELTON HANSEN para exercer o cargo de Agente Comunitário de Saúde ESF com 40 horas semanais do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar n° 7 de 11/11/2003, a partir de 21/2/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 21/2/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE FEVEREIRO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de fevereiro de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N° 1324 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2014
NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2013, a senhora IDALINA SOARES para exercer o cargo de Agente de Serviços Gerais, código QP-TOSG do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar n° 7 de 11/11/2003, a partir de 28/2/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 28 DE FEVEREIRO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 28 de fevereiro de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N° 1325 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2014
NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2013, a senhora SAMIRA REGINA DOS SANTOS BARREIRO para exercer o cargo de Agente Comunitária de Saúde com 40 horas semanais do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar n° 7 de 11/11/2003, a partir de 28/2/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 28 DE FEVEREIRO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 28 de fevereiro de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N° 1326 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2014
NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2013, a senhora PRISCILA MOSCHETTA CAVALET GODÓI para exercer o cargo de Médica Clínica Geral com 10 horas semanais do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar n° 7 de 11/11/2003, a partir de 24/2/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 24/2/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 28 DE FEVEREIRO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 28 de fevereiro de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N° 1327 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2014
NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2013, a senhora LUCI SOARES ALVES para exercer o cargo de Técnica de Enfermagem com 40 horas semanais do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar n° 7 de 11/11/2003, a partir de 21/2/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 21/2/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 28 DE FEVEREIRO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 28 de fevereiro de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N° 1328 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2014
NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2013, o senhor ANDRÉ BASTOS CAMARGO para exercer o cargo de Agente Comunitário de Saúde com 40 horas semanais do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar n.º 7 de 11/11/2003, a partir de 25/2/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 25/2/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 28 DE FEVEREIRO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 28 de fevereiro de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 1329 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2014
NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2013, a senhora IRANI BORGES CARDOSO para exercer o cargo de Agente Comunitário de Saúde com 40 horas semanais do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar n.º 7 de 11/11/2003, a partir de 6/3/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 6/3/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 28 DE FEVEREIRO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 28 de fevereiro de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 1330 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2014

NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2013, o senhor JAISON GILLEADY DOS SANTOS para exercer o cargo de Agente Comunitário de Saúde com 40 horas semanais do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar n.º 7 de 11/11/2003, a partir de 6/3/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 6/3/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 28 DE FEVEREIRO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 28 de fevereiro de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 1424 DE 10 DE MARÇO DE 2014
NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2013, o senhor ANTÔNIO CARLOS DA SILVA para exercer o cargo de Motorista de Caminhão, com 40 horas semanais, do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar n.º 7 de 11/11/2003, a partir de 5/3/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 5/3/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N° 1427 DE 10 DE MARÇO DE 2014
NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2013, o senhor LEANDRO AMARAL para exercer o cargo de Motorista de Caminhão, com 40 horas semanais, do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar n° 7 de 11/11/2003, a partir de 11/3/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 11/3/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N° 1468 DE 11 DE MARÇO DE 2014
NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2010, a senhora EVA DE FÁTIMA CHAGAS WALDMANN para exercer o cargo de Atendente de Posto de Saúde com 40 horas semanais, do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar n° 7 de 11/11/2003, a partir de 11/3/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N° 1469 DE 11 DE MARÇO DE 2014
NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2013, a senhora JÉSSICA LANE CAMPOS DO NASCIMENTO para exercer o cargo de Agente Comunitária de Saúde com 40 horas semanais, do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar n° 7 de 11/11/2003, a partir de 5/3/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 5/3/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N° 1470 DE 11 DE MARÇO DE 2014
NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2013, a senhora JOANA APARECIDA CAMPOS para exercer o cargo de Agente Comunitária de Saúde com 40 horas semanais, do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar n° 7 de 11/11/2003, a partir de 11/3/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE MARÇO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N° 1471 DE 11 DE MARÇO DE 2014
NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2013, o senhor EDVALDO COUTO para exercer o cargo de Agente de Serviços Gerais, código QP-TOSG, com 40 horas semanais, do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar n° 7 de 11/11/2003, a partir de 7/4/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 7/4/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N° 1472 DE 11 DE MARÇO DE 2014
NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2013, a senhora MARISE APARECIDA BETTONI QUEIROZ para exercer o cargo de Agente de Serviços Gerais, código QP-TOSG, com 40 horas semanais, do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar n° 7 de 11/11/2003, a partir de 10/3/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 10/3/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N° 1473 DE 11 DE MARÇO DE 2014
NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2013, a senhora LUCIANA GOMES MOURA para exercer o cargo de Agente Comunitária de Saúde, com 40 horas semanais, do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - lei complementar n° 7 de 11/11/2003, a partir de 10/3/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 10/3/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N° 1474 DE 11 DE MARÇO DE 2014
NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2011, a senhora GISELE ONOLES para exercer o cargo de Enfermeira ESF com 40 horas semanais, do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar nº 7 de 11/11/2003, a partir de 5/3/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 5/3/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio nº 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

PORTARIA Nº 1475 DE 11 DE MARÇO DE 2014
NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2013, a senhora FRANCINE KLUG DA COSTA para exercer o cargo de Terapeuta Ocupacional com 40 horas semanais, do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar nº 7 de 11/11/2003, a partir de 10/3/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 10/3/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Progressão Funcional

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio nº 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
PORTARIA Nº 145 DE 23 DE JANEIRO DE 2014

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER HELTON COELHO no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando para a referência "I".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2008 a 2010 e de 2010 a 2012.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 1º/1/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE JANEIRO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de janeiro de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio nº 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

PORTARIA Nº 177 DE 3 DE FEVEREIRO DE 2014
DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES EM EXERCÍCIO, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER FRANCISCO DOS SANTOS no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Motorista, posicionando para a referência "F".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2012 a 2014.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 1º/2/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE JANEIRO DE 2014.
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 3 de fevereiro de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

PORTARIA N.º 276 DE 6 DE FEVEREIRO DE 2014
DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES EM EXERCÍCIO, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER WILSON HOSTIM GONÇALVES no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Motorista, posicionando para a referência "F".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2012 a 2014.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 1º/2/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 6 DE FEVEREIRO DE 2014.
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 6 de fevereiro de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

PORTARIA N.º 277 DE 6 DE FEVEREIRO DE 2014
DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES EM EXERCÍCIO, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER PEDRO PAULO RANGUETT no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Mecânico, posicionando para a referência "F".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2012 a 2014.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 1º/2/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 6 DE FEVEREIRO DE 2014.
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 6 de fevereiro de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

PORTARIA N.º 278 DE 6 DE FEVEREIRO DE 2014
DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES EM EXERCÍCIO, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER LUIZ GONZAGA PACHECO no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Motorista, posicionando para a referência "E".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2010 a 2012.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 1º/2/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 6 DE FEVEREIRO DE 2014.
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 6 de fevereiro de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

PORTARIA N.º 279 DE 6 DE FEVEREIRO DE 2014
DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES EM EXERCÍCIO, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003

– Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:
I PROMOVER ROBERTO DOS SANTOS no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Motorista, posicionando para a referência "D".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2012 a 2014.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 1º/2/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 6 DE FEVEREIRO DE 2014.
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 6 de fevereiro de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

PORTARIA N º 280 DE 6 DE FEVEREIRO DE 2014
DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES EM EXERCÍCIO, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:
I PROMOVER ANTÔNIO CARLOS DOS SANTOS no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Motorista, posicionando para a referência "F".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2012 a 2014.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 1º/2/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 6 DE FEVEREIRO DE 2014.
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 6 de fevereiro de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

PORTARIA N º 281 DE 6 DE FEVEREIRO DE 2014
DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES EM EXERCÍCIO, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER IRINEU JOSÉ LUIZ no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Pedreiro, posicionando para a referência "F".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2012 a 2014.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 1º/2/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 6 DE FEVEREIRO DE 2014.
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 6 de fevereiro de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

PORTARIA N º 282 DE 6 DE FEVEREIRO DE 2014
DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES EM EXERCÍCIO, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER OLÍVIO RIBEIRO no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando para a referência "I".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2011 a 2013.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 1º/2/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 6 DE FEVEREIRO DE 2014.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO EM EXERCÍCIO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 6 de fevereiro de 2014.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

PORTARIA N° 765 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER ALBERTO BARBOZA DE LIMA no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Vigia, posicionando para a referência "D".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2011 a 2013.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/2/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de fevereiro de 2014.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

PORTARIA N° 766 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR CURSO DE CAPACITAÇÃO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER HELENA DOS SANTOS SOARES no quadro geral de servidores por curso de capacitação no cargo de Enfermeira,

posicionando para a referência "A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/2/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de fevereiro de 2014.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

PORTARIA N° 1430 DE 11 DE MARÇO DE 2014

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER PRISCILA JANAÍNA PIERRE no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando para a referência "D".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2012 a 2014.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/3/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE MARÇO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2014.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

PORTARIA N° 1431 DE 11 DE MARÇO DE 2014
DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER NELSON DA CUNHA no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Técnico em Serviços Complementares, posicionando para a referência "L".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2012 a 2014.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/3/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

PORTARIA N° 1432 DE 11 DE MARÇO DE 2014
DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER GRACY KELLY LUCINDO no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Auxiliar de Atividades Complementares, posicionando para a referência "N".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2012 a 2014.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/3/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

PORTARIA N° 1433 DE 11 DE MARÇO DE 2014
DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER EDILSON JOAQUIM COUTO no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Fiscal de Obras, posicionando para a referência "K".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2012 a 2014.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/3/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

PORTARIA N° 1434 DE 11 DE MARÇO DE 2014
DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER JOSÉ CARVALHO DE LIMA no quadro geral de

servidores por tempo de serviço no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando para a referência "L".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2012 a 2014.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/3/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

PORTARIA N º 1435 DE 11 DE MARÇO DE 2014
DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER JOSÉ CARLOS DA LUZ no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando para a referência "L".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2012 a 2014.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/3/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

PORTARIA N º 1436 DE 11 DE MARÇO DE 2014
DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER NILO ESPERANDIO no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando para a referência "J".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2012 a 2014.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/3/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

PORTARIA N º 1437 DE 11 DE MARÇO DE 2014
DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER JOÃO BATISTA DA SILVA, matrícula 84001, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando para a referência "J".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2012 a 2014.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/3/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

PORTARIA N.º 1438 DE 11 DE MARÇO DE 2014
DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER TEREZINHA REGINA MELO, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando para a referência "F".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2012 a 2014.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/3/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

PORTARIA N.º 1439 DE 11 DE MARÇO DE 2014
DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER SÔNIA MARIA BERKEMBROCK, no quadro geral de

servidores por tempo de serviço no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando para a referência "E".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2012 a 2014.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/3/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

PORTARIA N.º 1440 DE 11 DE MARÇO DE 2014
DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER ESTEVÃO MACHADO, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando para a referência "D".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2012 a 2014.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/3/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

PORTARIA N º 1441 DE 11 DE MARÇO DE 2014
DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER MARIA APARECIDA EMÍLIO, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando para a referência "D".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2012 a 2014.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/3/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

PORTARIA N º 1442 DE 11 DE MARÇO DE 2014
DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER MARIA ELISETE CARDOSO LOPES, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando para a referência "F".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2012 a 2014.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/3/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

PORTARIA N º 1443 DE 11 DE MARÇO DE 2014
DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER MARIA BERNARDETE SILVA SANTOS, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando para a referência "C".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2012 a 2014.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/3/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

PORTARIA N º 1444 DE 11 DE MARÇO DE 2014
DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER NADIR XAVIER ANTUNES, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando para a referência "C".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2012 a 2014.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/3/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

PORTARIA N º 1445 DE 11 DE MARÇO DE 2014
DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER SUELY DE LURDES BASSO, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando para a referência "C".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2012 a 2014.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/3/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

PORTARIA N º 1446 DE 11 DE MARÇO DE 2014
DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER IZABEL CRISTINA GREFFE DE RAMOS, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando para a referência "B".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2012 a 2014.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/3/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

PORTARIA N º 1447 DE 11 DE MARÇO DE 2014
DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER CREUNICE MARTINS, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando para a referência "A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2012 a 2014.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/3/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

PORTARIA N.º 1448 DE 11 DE MARÇO DE 2014
DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:
I PROMOVER JOSÉ ANACLETO, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Vigia, posicionando para a referência "L".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2012 a 2014.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/3/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

PORTARIA N.º 1449 DE 11 DE MARÇO DE 2014
DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:
I PROMOVER CARLOS ALBERTO ELEOTÉRIO, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Vigia, posicionando para a referência "F".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2012 a 2014.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/3/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

PORTARIA N.º 1450 DE 11 DE MARÇO DE 2014
DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:
I PROMOVER JOÃO PEDRO VIEIRA, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Vigia, posicionando para a referência "F".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2012 a 2014.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/3/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

PORTARIA N.º 1451 DE 11 DE MARÇO DE 2014
DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER AUGUSTO ROGÉRIO LOPES, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Guarda Municipal de Trânsito, posicionando para a referência "B".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2012 a 2014.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/3/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

PORTARIA N º 1452 DE 11 DE MARÇO DE 2014
DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER VALDIR BELARMINDO, no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Guarda Municipal de Trânsito, posicionando para a referência "D".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2012 a 2014.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/3/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Licença Para Tratamento de Assuntos Particulares

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

PORTARIA N º 152 DE 28 DE JANEIRO DE 2014
INTERROMPE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE ASSUNTOS PARTICULARES, A PEDIDO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003,

RESOLVE:

I INTERROMPER a licença para tratamento de assuntos particulares concedida ao servidor HERCÍLIO ANDRÉ DA SILVA, Motorista, no período de 6/1/2014 a 4/2/2016, A PEDIDO.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 4/2/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 28 DE JANEIRO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 28 de janeiro de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

PORTARIA N º 258 DE 6 DE FEVEREIRO DE 2014
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE ASSUNTOS PARTICULARES

O PREFEITO DE NAVEGANTES EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003,

RESOLVE:

I CONCEDER licença para tratamento de assuntos particulares ao servidor JOÃO CARLOS JESUÍNO, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, no período de 27/2/2014 a 27/2/2016.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 27/2/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 6 DE FEVEREIRO DE 2014.
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 6 de fevereiro de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

PORTARIA N º 259 DE 6 DE FEVEREIRO DE 2014
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE ASSUNTOS PARTICULARES

O PREFEITO DE NAVEGANTES EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003,

RESOLVE:

I CONCEDER licença para tratamento de assuntos particulares à servidora ROBERTA CARLA REBELLO, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, no período de 5/2/2014 a 5/2/2016.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 5/2/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 6 DE FEVEREIRO DE 2014.
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 6 de fevereiro de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

PORTARIA N º 283 DE 7 DE FEVEREIRO DE 2014
INTERROMPE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE ASSUNTOS PARTICULARES, A PEDIDO

O PREFEITO DE NAVEGANTES EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003,

RESOLVE:

I INTERROMPER a licença para tratamento de assuntos particulares concedida ao servidor ROMALINO ROSA MENDES, Agente de Serviços Gerais, A PEDIDO.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação

retroagindo a 3/2/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 7 DE FEVEREIRO DE 2014.
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 7 de fevereiro
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

PORTARIA N º 353 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2014
INTERROMPE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE ASSUNTOS PARTICULARES, A PEDIDO

O PREFEITO DE NAVEGANTES EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003,

RESOLVE:

I INTERROMPER a licença para tratamento de assuntos particulares concedida à servidora FERNANDA DE SOUZA TOMÉ, Nutricionista , A PEDIDO.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 10/2/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE FEVEREIRO DE 2014.
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de fevereiro
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

PORTARIA N º 923 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2014
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE ASSUNTOS PARTICULARES

O PREFEITO DE NAVEGANTES EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003,

RESOLVE:

I CONCEDER licença para tratamento de assuntos particulares à servidora MARIA TEREZA FERREIRA MAFRA, Instrutora de Corte

e Costura com 20 horas semanais, no período de 17/2/2014 a 17/2/2016.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 17/2/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE FEVEREIRO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

PORTARIA N.º 1278 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014
PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE ASSUNTOS PARTICULARES

O PREFEITO DE NAVEGANTES EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003,

RESOLVE:

I PRORROGAR a licença para tratamento de assuntos particulares concedida ao servidor BALDUÍNO DE SOUZA, que exerce o cargo de Vigia, no período de 2/1/2011 a 2/1/2013, conforme decisão da Comissão de Sindicância instaurada pela Portaria n.º 721 de 28/1/2011.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 2/1/2011.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 25 DE FEVEREIRO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 25 de fevereiro de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Nomeações E Exonerações Em Caráter Temporário - Act

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 816 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2014

EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO, A PEDIDO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I EXONERAR a servidora MIRIAM APARECIDA DA SILVA da função de Agente Comunitária de Saúde ESF ACT a partir de 17/2/2014, A PEDIDO.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 17/2/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE FEVEREIRO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de fevereiro de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 918 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2014
CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I CONTRATAR pelo Processo Seletivo 003/2013 a senhora JOICE DOS SANTOS para exercer a função de Monitora do Abrigo ACT, com 40 horas semanais, no período de 14/2/2014 a 30/6/2014.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 14/2/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE FEVEREIRO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de fevereiro de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 1161 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2014
EXONERA, A PEDIDO, SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I EXONERAR o senhor KELTON HANSEN da função de Agente Comunitário de Saúde ACT com 40 horas semanais, A PEDIDO.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE FEVEREIRO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de fevereiro de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 1323 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2014
EXONERA, A PEDIDO, SERVIDORA CONTRATADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I EXONERAR a senhora IRANI BORGES CARDOSO da função de Agente Comunitário de Saúde ESF ACT a partir de 5/3/2014, A PEDIDO.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 5/3/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 28 DE FEVEREIRO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 28 de fevereiro de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 1423 DE 10 DE MARÇO DE 2014
CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I CONTRATAR, pelo Processo Seletivo 003/2013, a senhora GIAN- DER DA SILVA MARIN para exercer a função de Arte Educador Violão, com 40 horas semanais, pelo período de 27/2/2014 a 30/6/2014.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroa- gindo a 27/2/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Adminis- tração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 1425 DE 10 DE MARÇO DE 2014
CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I CONTRATAR, pelo Processo Seletivo 003/2013, a senhora GIAN- DER DA SILVA MARIN para exercer a função de Arte Educador Violão, com 40 horas semanais, pelo período de 27/2/2014 a 30/6/2014.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroa- gindo a 27/2/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Adminis- tração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 1426 DE 10 DE MARÇO DE 2014
EXONERA, A PEDIDO, SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I EXONERAR o senhor VANDERLEI BOLKE da função de Vigia ACT, a partir de 5/3/2014, A PEDIDO.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 5/3/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 1428 DE 10 DE MARÇO DE 2014
EXONERA SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I EXONERAR o senhor ÂNGELA BASTIANELLO HORVATH da função de Enfermeiro PSF ACT a partir de 31/3/2014 por término de Contrato.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 31/3/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 1429 DE 10 DE MARÇO DE 2014
EXONERA, A PEDIDO, SERVIDORA CONTRATADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I EXONERAR a senhora JOANA APARECIDA CAMPOS da função de Agente Comunitária de Saúde ESF ACT a partir de 10/3/2014, A PEDIDO.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Nomeação E Exoneração Em Função de Confiança

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

DECRETO N.º 215 DE 10 DE MARÇO DE 2014
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,
DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, nomeado para exercer a função de confiança de Gestor Público Municipal III o senhor JOSÉ JUSTINIANO DUARTE.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 27/2/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

DECRETO N.º 216 DE 10 DE MARÇO DE 2014
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,
DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, nomeado para exercer a função de confiança de Gestor Público Municipal III o senhor ROQUE JUSTINIANO DUARTE.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 27/2/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

DECRETO N.º 217 DE 10 DE MARÇO DE 2014
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,
DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, nomeado para exercer a função de confiança de Gestor Público Municipal III o senhor GILMAR DUARTE.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 28/2/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

DECRETO N.º 218 DE 10 DE MARÇO DE 2014
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,
DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, nomeado para exercer a função de confiança de Gestor Público Municipal III o senhor FÁBIO SOARES SICILIANO.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 27/2/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

DECRETO N.º 219 DE 10 DE MARÇO DE 2014
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,
DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, nomeado para exercer a função de confiança de Gestor Público Municipal III o senhor ISAÍAS DA ROSA.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 28/2/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES

CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

DECRETO N º 220 DE 10 DE MARÇO DE 2014
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,
DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeado para exercer a função de confiança de Gestor Público Municipal III o senhor ARY JOSÉ DOS SANTOS.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 27/2/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

DECRETO N º 221 DE 10 DE MARÇO DE 2014
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,
DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeado para exercer a função de confiança de Gestor Público Municipal II o senhor PEDRO ESTANISLAU CUSTÓDIO.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 27/2/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

DECRETO N º 222 DE 10 DE MARÇO DE 2014

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,
DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeado para exercer a função de confiança de Gestor Público Municipal II o senhor ADEMILTON PEREIRA SOUZA.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 28/2/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

DECRETO N º 223 DE 10 DE MARÇO DE 2014
NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,
DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Gestora Pública Municipal III a senhora MÔNICA ANGIOLETTI NEGRÃO.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 28/2/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

DECRETO N º 224 DE 10 DE MARÇO DE 2014
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,
DECRETA:

Art. 1º Fica, por este ato, nomeado para exercer a função de confiança de Gestor Público Municipal III o senhor MAURI SANTANA.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 24/2/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

DECRETO N° 226 DE 10 DE MARÇO DE 2014
EXONERA SERVIDOR DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA, A PEDIDO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009, DECRETA:

Art. 1º Fica, por este ato, EXONERADO da função de confiança de Gestor Público Municipal I o senhor CLEVER EDUARDO BAPTISTA GUERREIRO WOSNIAK, A PEDIDO.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 5/3/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

DECRETO N° 227 DE 10 DE MARÇO DE 2014
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009, DECRETA:

Art. 1º Fica, por este ato, nomeado para exercer a função de confiança de Assessor Técnico I o senhor EVANDRO NÉVIO ARGENTON.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 5/3/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

DECRETO N° 228 DE 10 DE MARÇO DE 2014
EXONERA SERVIDOR DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA, A PEDIDO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009, DECRETA:

Art. 1º Fica, por este ato, EXONERADO da função de confiança de Gestor Público Municipal III o senhor ELIZANDRO CHAVES DE SOUZA, A PEDIDO.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 5/3/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

DECRETO N° 229 DE 10 DE MARÇO DE 2014
EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA, A PEDIDO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 75 de 8/3/2010, DECRETA:

Art. 1º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Secretária de Escola CEI EJA (SESC-1) a senhora LUCIANA ADRIANO ROSA, A PEDIDO.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 6/3/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2014.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CNPJ 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n.º 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

DECRETO N.º 230 DE 10 DE MARÇO DE 2014

EXONERA SERVIDOR DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009, DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, EXONERADO da função de confiança de Subprefeito o senhor LEANDRO AMARAL.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE MARÇO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2014.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CNPJ 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n.º 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

DECRETO N.º 231 DE 10 DE MARÇO DE 2014

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009, DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, nomeado para exercer a função de confiança de Subprefeito o senhor LEANDRO AMARAL.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 12/3/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE MARÇO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2014.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CNPJ 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n.º 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

DECRETO N.º 232 DE 10 DE MARÇO DE 2014

EXONERA SERVIDOR DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009, DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, EXONERADO da função de confiança de Gestor Público Municipal II o senhor ONILDO DE JESUS.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 5/3/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE MARÇO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2014.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CNPJ 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n.º 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

DECRETO N.º 233 DE 10 DE MARÇO DE 2014

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009, DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, nomeado para exercer a função de confiança de Agente Público Municipal I o senhor ONILDO DE JESUS.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 6/3/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE MARÇO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2014.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CNPJ 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n.º 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

DECRETO N.º 234 DE 10 DE MARÇO DE 2014

EXONERA SERVIDOR DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009, DECRETA:

Art. 1º Fica, por este ato, EXONERADO da função de confiança de Agente Público Municipal I o senhor JOÃO CARLOS RODRIGUES – matrícula 256702.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 5/3/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio nº 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

DECRETO Nº 235 DE 10 DE MARÇO DE 2014
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009, DECRETA:

Art. 1º Fica, por este ato, nomeado para exercer a função de confiança de Gerente de Compras o senhor JOÃO CARLOS RODRIGUES – matrícula 256702.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 6/3/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio nº 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

DECRETO Nº 236 DE 10 DE MARÇO DE 2014
EXONERA SERVIDOR DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009, DECRETA:

Art. 1º Fica, por este ato, EXONERADO da função de confiança de Gerente de Bens Imóveis o senhor DIRCEU DO NASCIMENTO

SANTOS.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 5/3/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio nº 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

DECRETO Nº 237 DE 10 DE MARÇO DE 2014
EXONERA SERVIDOR DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA, A PEDIDO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009, DECRETA:

Art. 1º Fica, por este ato, EXONERADO da função de confiança de Gestor Público Municipal I o senhor EDVALDO COUTO, A PEDIDO.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 4/4/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio nº 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

DECRETO Nº 238 DE 10 DE MARÇO DE 2014
EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA, A PEDIDO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 175 de 30/4/2013, DECRETA:

Art. 1º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Chefe de Seção a senhora JOSSEANE LAYS BONIN ULLER, A PEDIDO.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 7/3/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

DECRETO N.º 239 DE 10 DE MARÇO DE 2014
NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 175 de 30/4/2013,
DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Chefe de Seção a senhora JOSSEANE LAYS BONIN ULLER.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 11/3/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

DECRETO N.º 240 DE 10 DE MARÇO DE 2014
EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,
DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Coordenadora de Frota a senhora ELAINE MATOS CABRAL PEREIRA.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 5/3/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de

Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

DECRETO N.º 241 DE 10 DE MARÇO DE 2014
NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,
DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Diretora Administrativa, Financeira e de Planejamento da Secretaria de Gestão e Controle a senhora ELAINE MATOS CABRAL PEREIRA.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 6/3/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

DECRETO N.º 242 DE 10 DE MARÇO DE 2014
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,
DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, nomeado para exercer a função de confiança de Gestor Público Municipal II o senhor VALDINEI ADRIANO MARTINS.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

DECRETO N º 243 DE 10 DE MARÇO DE 2014
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,
DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeado para exercer a função de confiança de Gestor Público Municipal III o senhor JOÃO MARÇAL.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

DECRETO N º 244 DE 10 DE MARÇO DE 2014
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,
DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeado para exercer a função de confiança de Gestor Público Municipal II o senhor PEDRO GETÚLIO DE JESUS.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

DECRETO N º 245 DE 10 DE MARÇO DE 2014
EXONERA SERVIDOR DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,
DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADO da função de confiança de Executivo de Projetos Estratégicos I o senhor CÉLIO DE OLIVEIRA.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 5/3/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

DECRETO N º 246 DE 10 DE MARÇO DE 2014
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,
DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeado para exercer a função de confiança de Assessor Técnico I o senhor CÉLIO DE OLIVEIRA.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 6/3/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

DECRETO N º 247 DE 10 DE MARÇO DE 2014
EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,
DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Assessora Técnica II a senhora DANIELA FARIAS DA SILVA.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação

retroagindo a 5/3/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

DECRETO N º 248 DE 10 DE MARÇO DE 2014
NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,
DECRETA:
Art. 1 º Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Executiva de Projetos Estratégicos I a senhora DANIELA FARIAS DA SILVA.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 6/3/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

DECRETO N º 249 DE 10 DE MARÇO DE 2014
NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 75 de 8/3/2010,
DECRETA:
Art. 1 º Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Coordenadora Pedagógica de Anos/Séries Finais a senhora REGIANE MARINA DE MATTOS.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 24/2/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE MARÇO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

DECRETO N º 252 DE 11 DE MARÇO DE 2014
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,
DECRETA:
Art. 1 º Fica, por este ato, nomeado para exercer a função de confiança de Gestor Público Municipal I o senhor EDVALDO COUTO.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 8/4/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

DECRETO N º 253 DE 11 DE MARÇO DE 2014
EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA, A PEDIDO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,
DECRETA:
Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Assessora Técnica III a senhora EVA DE FÁTIMA CHAGAS WALDMANN, A PEDIDO.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 10/3/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

DECRETO N º 254 DE 11 DE MARÇO DE 2014
NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,
DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeado para exercer a função de confiança de Assessora Técnica III a senhora EVA DE FÁTIMA CHAGAS WALDMANN.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 12/3/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

DECRETO N º 255 DE 12 DE MARÇO DE 2014
EXONERA SERVIDOR DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,
DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADO da função de confiança de Gerente de Apoio o senhor ALMIR SCHNEIDER.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 5/3/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 12 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 12 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES

CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

DECRETO N º 256 DE 12 DE MARÇO DE 2014
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,
DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeado para exercer a função de confiança de Gerente de Projetos Ambientais da FUMAN o senhor ALMIR SCHNEIDER.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 6/3/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 12 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 12 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

DECRETO N º 257 DE 12 DE MARÇO DE 2014
EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,
DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Gestora Pública Municipal I a senhora VANESSA FAIM.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 5/3/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 12 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 12 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

DECRETO N º 258 DE 12 DE MARÇO DE 2014
NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009, DECRETA:

Art. 1º Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Gerente de Apoio a senhora VANESSA FAIM.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 6/3/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 12 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 12 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

DECRETO N° 259 DE 12 DE MARÇO DE 2014
EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009, DECRETA:

Art. 1º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Gestora Pública Municipal III a senhora VÂNIA CRISTINA RAMOS.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 11/3/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 12 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 12 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

DECRETO N° 260 DE 12 DE MARÇO DE 2014
NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009, DECRETA:

Art. 1º Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Gestora Pública Municipal III a senhora VÂNIA CRISTINA RAMOS.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 13/3/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 12 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 12 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

DECRETO N° 261 DE 13 DE MARÇO DE 2014
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009, DECRETA:

Art. 1º Fica, por este ato, nomeado para exercer a função de confiança de Gestor Público Municipal II o senhor JOSIEL FERNANDES DOS SANTOS MATTOS.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 7/3/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 13 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 13 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

DECRETO N° 262 DE 13 DE MARÇO DE 2014
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009, DECRETA:

Art. 1º Fica, por este ato, nomeado para exercer a função de confiança de Agente Público Municipal III o senhor OZEIAS RIBEIRO DE LIMA.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 7/3/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 13 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 13 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

DECRETO N.º 263 DE 13 DE MARÇO DE 2014
NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,
DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Agente Pública Municipal III a senhora SOLANGE CARMARGO.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 10/3/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 13 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 13 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

DECRETO N.º 264 DE 13 DE MARÇO DE 2014
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,
DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, nomeado para exercer a função de confiança de Gestor Público Municipal III o senhor LUIZ GONZAGA LUZ.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 12/3/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 13 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de

Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 13 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

DECRETO N.º 265 DE 13 DE MARÇO DE 2014
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,
DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, nomeado para exercer a função de confiança de Agente Público Municipal III o senhor FERNANDO WALTER.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 12/3/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 13 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 13 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

DECRETO N.º 266 DE 14 DE MARÇO DE 2014
NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,
DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Agente Pública Municipal III a senhora SIDINÉIA DOS SANTOS XAVIER.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 13/3/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

DECRETO N º 267 DE 17 DE MARÇO DE 2014
NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 75 de 8/3/2010,
DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Coordenadora Pedagógica de Anos/Séries Iniciais a senhora DAYANE CRISTINE GOMES.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

DECRETO N º 268 DE 17 DE MARÇO DE 2014
EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 75 de 8/3/2010,
DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Chefe do Departamento Administrativo a senhora TAIZ ANDRÉA WASCHBURGER.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

DECRETO N º 269 DE 17 DE MARÇO DE 2014

NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 75 de 8/3/2010,
DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Chefe do Departamento Administrativo a senhora TAIZ ANDRÉA WASCHBURGER.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 19/3/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Incorporação de Vantagens Pecuniárias

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

DECRETO N º 112 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014
AUTORIZA A INCORPORAÇÃO DE VANTAGENS PECUNIÁRIAS PERMANENTES E SEUS REFLEXOS NO CÁLCULO DE PROVENTOS DE APOSENTADORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES EM EXERCÍCIO, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar n º 106 de 2/8/2011,
DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, concedido o direito da incorporação da fração de 1/5 (um quinto) da função de confiança exercida a cada doze meses, consecutivos ou não, a título de VPG1, o qual incorpora-se ao vencimento do cargo efetivo do servidor, a título de vantagem pessoal, conforme Histórico Remuneratório referente a 12 meses de contribuição da servidora MARINEI LEAL DE SOUZA do quadro de pessoal de provimento efetivo.

Art. 2 º O histórico remuneratório compreende as competências de 2/2012, 3/2012, 4/2012, 5/2012, 6/2012, 7/2012, 8/2012, 9/2012, 10/2012, 11/2012, 12/2012 e 1/2013.

Art. 3 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a fevereiro de 2012.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE FEVEREIRO DE 2014.
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística.

Navegantes, 10 de fevereiro de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

DECRETO N.º 113 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014
AUTORIZA A INCORPORAÇÃO DE VANTAGENS PECUNIÁRIAS
PERMANENTES E SEUS REFLEXOS NO CÁLCULO DE PROVENTOS
DE APOSENTADORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES EM EXERCÍCIO, no uso das suas
atribuições legais e de acordo com a lei complementar n.º 106 de
2/8/2011,
DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, concedido o direito da incorporação
da fração de 1/5 (um quinto) da função de confiança exercida a
cada doze meses, consecutivos ou não, a título de VPG1, o qual
incorpora-se ao vencimento do cargo efetivo do servidor, a título
de vantagem pessoal, conforme Histórico Remuneratório referente
a 12 meses de contribuição da servidora MARINEI LEAL DE SOUZA
do quadro de pessoal de provimento efetivo.

Art. 2.º O histórico remuneratório compreende as competências
de 2/2013, 3/2013, 4/2013, 5/2013, 6/2013, 7/2013, 8/2013,
9/2013, 10/2013, 11/2013, 12/2013 e 1/2014.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação
com efeito retroativo a fevereiro de 2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE FEVEREIRO DE 2014.
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Adminis-
tração e Logística.

Navegantes, 10 de fevereiro de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

DECRETO N.º 114 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014
AUTORIZA A INCORPORAÇÃO DE VANTAGENS PECUNIÁRIAS
PERMANENTES E SEUS REFLEXOS NO CÁLCULO DE PROVENTOS
DE APOSENTADORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES EM EXERCÍCIO, no uso das suas
atribuições legais e de acordo com a lei complementar n.º 106 de
2/8/2011,
DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, concedido o direito da incorporação
da fração de 1/5 (um quinto) da função de confiança exercida a
cada doze meses, consecutivos ou não, a título de VPG1, o qual
incorpora-se ao vencimento do cargo efetivo do servidor, a título
de vantagem pessoal, conforme Histórico Remuneratório referente
a 12 meses de contribuição da servidora VÂNIA ALVES VOLTOLINI
do quadro de pessoal de provimento efetivo.

Art. 2.º O histórico remuneratório compreende as competências
de 10/2011, 11/2011, 12/2011, 1/2013, 2/2013, 3/2013, 4/2013,
5/2013, 6/2013, 7/2013, 8/2013 e 9/2013.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação

com efeito retroativo a outubro de 2011.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE FEVEREIRO DE 2014.
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Adminis-
tração e Logística.

Navegantes, 10 de fevereiro de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

DECRETO N.º 115 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014
AUTORIZA A INCORPORAÇÃO DE VANTAGENS PECUNIÁRIAS
PERMANENTES E SEUS REFLEXOS NO CÁLCULO DE PROVENTOS
DE APOSENTADORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES EM EXERCÍCIO, no uso das suas
atribuições legais e de acordo com a lei complementar n.º 106 de
2/8/2011,
DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, concedido o direito da incorporação
da fração de 1/5 (um quinto) da função de confiança exercida a
cada doze meses, consecutivos ou não, a título de VPG1, o qual
incorpora-se ao vencimento do cargo efetivo do servidor, a título
de vantagem pessoal, conforme Histórico Remuneratório referente
a 12 meses de contribuição da servidora BENILDE PERÃO do qua-
dro de pessoal de provimento efetivo.

Art. 2.º O histórico remuneratório compreende as competências
de 10/2011, 11/2011, 12/2011, 1/2013, 2/2013, 3/2013, 4/2013,
5/2013, 6/2013, 7/2013, 8/2013 e 9/2013.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação
com efeito retroativo a outubro de 2011.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE FEVEREIRO DE 2014.
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Adminis-
tração e Logística.

Navegantes, 10 de fevereiro de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

DECRETO N.º 138 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014
AUTORIZA A INCORPORAÇÃO DE VANTAGENS PECUNIÁRIAS
PERMANENTES E SEUS REFLEXOS NO CÁLCULO DE PROVENTOS
DE APOSENTADORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar n º 106 de 2/8/2011, DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, concedido o direito da incorporação da fração de 1/5 (um quinto) da função de confiança exercida a cada doze meses, consecutivos ou não, a título de VPG1, o qual incorpora-se ao vencimento do cargo efetivo do servidor, a título de vantagem pessoal, conforme Histórico Remuneratório referente a 12 meses de contribuição da servidora SALETE MARIA BRANCHI do quadro de pessoal de provimento efetivo.

Art. 2 º O histórico remuneratório compreende as competências de 2/2013, 3/2013, 4/2013, 5/2013, 6/2013, 7/2013, 8/2013, 9/2013, 10/2013, 11/2013, 12/2013 e 1/2014.

Art. 3 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a fevereiro de 2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística.

Navegantes, 17 de fevereiro de 2014.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

www.navegantes.sc.gov.br

Rua João Emílio n º 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC

E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

DECRETO N º 139 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014

AUTORIZA A INCORPORAÇÃO DE VANTAGENS PECUNIÁRIAS PERMANENTES E SEUS REFLEXOS NO CÁLCULO DE PROVENTOS DE APOSENTADORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar n º 106 de 2/8/2011, DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, concedido o direito da incorporação da fração de 1/5 (um quinto) da função de confiança exercida a cada doze meses, consecutivos ou não, a título de VPG1, o qual incorpora-se ao vencimento do cargo efetivo do servidor, a título de vantagem pessoal, conforme Histórico Remuneratório referente a 12 meses de contribuição da servidora BELMIRA MARIA MARTINS OTTOBONI do quadro de pessoal de provimento efetivo.

Art. 2 º O histórico remuneratório compreende as competências de 1/2013, 2/2013, 3/2013, 4/2013, 5/2013, 6/2013, 7/2013, 8/2013, 9/2013, 10/2013, 11/2013 e 12/2013 .

Art. 3 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a janeiro de 2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística.

Navegantes, 17 de fevereiro de 2014.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

www.navegantes.sc.gov.br

Rua João Emílio n º 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC

E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

DECRETO N º 140 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014

AUTORIZA A INCORPORAÇÃO DE VANTAGENS PECUNIÁRIAS PERMANENTES E SEUS REFLEXOS NO CÁLCULO DE PROVENTOS DE APOSENTADORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar n º 106 de 2/8/2011, DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, concedido o direito da incorporação da fração de 1/5 (um quinto) da função de confiança exercida a cada doze meses, consecutivos ou não, a título de VPG1, o qual incorpora-se ao vencimento do cargo efetivo do servidor, a título de vantagem pessoal, conforme Histórico Remuneratório referente a 12 meses de contribuição do servidor ROBERTO CARLOS DE SOUZA do quadro de pessoal de provimento efetivo.

Art. 2 º O histórico remuneratório compreende as competências de 1/2013, 2/2013, 3/2013, 4/2013, 5/2013, 6/2013, 7/2013, 8/2013, 9/2013, 10/2013, 11/2013 e 12/2013 .

Art. 3 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a janeiro de 2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE FEVEREIRO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística.

Navegantes, 17 de fevereiro de 2014.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

www.navegantes.sc.gov.br

Rua João Emílio n º 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC

E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

DECRETO N º 141 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014

AUTORIZA A INCORPORAÇÃO DE VANTAGENS PECUNIÁRIAS PERMANENTES E SEUS REFLEXOS NO CÁLCULO DE PROVENTOS DE APOSENTADORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar n º 106 de 2/8/2011, DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, concedido o direito da incorporação da fração de 1/5 (um quinto) da função de confiança exercida a cada doze meses, consecutivos ou não, a título de VPG1, o qual incorpora-se ao vencimento do cargo efetivo do servidor, a título de vantagem pessoal, conforme Histórico Remuneratório referente a 12 meses de contribuição da servidora IVANIR ZEFERINO DOS SANTOS do quadro de pessoal de provimento efetivo.

Art. 2 º O histórico remuneratório compreende as competências de 2/2013, 3/2013, 4/2013, 5/2013, 6/2013, 7/2013, 8/2013, 9/2013, 10/2013, 11/2013, 12/2013 e 1/2014.

Art. 3 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a fevereiro de 2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE FEVEREIRO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística.

Navegantes, 17 de fevereiro de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

DECRETO N° 198 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014
AUTORIZA A INCORPORAÇÃO DE VANTAGENS PECUNIÁRIAS
PERMANENTES E SEUS REFLEXOS NO CÁLCULO DE PROVENTOS
DE APOSENTADORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar n° 106 de 2/8/2011, DECRETA:

Art. 1° Fica, por este ato, concedido o direito da incorporação da fração de 1/5 (um quinto) da função de confiança exercida a cada doze meses, consecutivos ou não, a título de VPG1, o qual incorpora-se ao vencimento do cargo efetivo do servidor, a título de vantagem pessoal, conforme Histórico Remuneratório referente a 12 meses de contribuição da servidora MARLI VIANA BOERA do quadro de pessoal de provimento efetivo.

Art. 2° O histórico remuneratório compreende as competências de 1/2013, 2/2013, 3/2013, 4/2013, 5/2013, 6/2013, 7/2013, 8/2013, 9/2013, 10/2013, 11/2013 e 12/2013.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a janeiro de 2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 24 DE FEVEREIRO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística.

Navegantes, 24 de fevereiro de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

DECRETO N° 199 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014
AUTORIZA A INCORPORAÇÃO DE VANTAGENS PECUNIÁRIAS
PERMANENTES E SEUS REFLEXOS NO CÁLCULO DE PROVENTOS
DE APOSENTADORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar n° 106 de 2/8/2011, DECRETA:

Art. 1° Fica, por este ato, concedido o direito da incorporação da fração de 1/5 (um quinto) da função de confiança exercida a cada doze meses, consecutivos ou não, a título de VPG1, o qual incorpora-se ao vencimento do cargo efetivo do servidor, a título de vantagem pessoal, conforme Histórico Remuneratório referente a 12 meses de contribuição do servidor DOUGLAS LEMOS do quadro de pessoal de provimento efetivo.

Art. 2° O histórico remuneratório compreende as competências de 1/2013, 2/2013, 3/2013, 4/2013, 5/2013, 6/2013, 7/2013, 8/2013, 9/2013, 10/2013, 11/2013 e 12/2013.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a janeiro de 2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 24 DE FEVEREIRO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística.

Navegantes, 24 de fevereiro de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

DECRETO N° 200 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014
AUTORIZA A INCORPORAÇÃO DE VANTAGENS PECUNIÁRIAS
PERMANENTES E SEUS REFLEXOS NO CÁLCULO DE PROVENTOS
DE APOSENTADORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar n° 106 de 2/8/2011, DECRETA:

Art. 1° Fica, por este ato, concedido o direito da incorporação da fração de 1/5 (um quinto) da função de confiança exercida a cada doze meses, consecutivos ou não, a título de VPG1, o qual incorpora-se ao vencimento do cargo efetivo do servidor, a título de vantagem pessoal, conforme Histórico Remuneratório referente a 12 meses de contribuição da servidora MARIA BENEDITA CORRÊA do quadro de pessoal de provimento efetivo.

Art. 2° O histórico remuneratório compreende as competências de 1/2013, 2/2013, 3/2013, 4/2013, 5/2013, 6/2013, 7/2013, 8/2013, 9/2013, 10/2013, 11/2013 e 12/2013.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a janeiro de 2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 24 DE FEVEREIRO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística.

Navegantes, 24 de fevereiro de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES

www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

DECRETO N° 201 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014
AUTORIZA A INCORPORAÇÃO DE VANTAGENS PECUNIÁRIAS
PERMANENTES E SEUS REFLEXOS NO CÁLCULO DE PROVENTOS
DE APOSENTADORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais
e de acordo com a lei complementar n° 106 de 2/8/2011,
DECRETA:

Art. 1° Fica, por este ato, concedido o direito da incorporação
da fração de 1/5 (um quinto) da função de confiança exercida a
cada doze meses, consecutivos ou não, a título de VPG1, o qual
incorpora-se ao vencimento do cargo efetivo do servidor, a título
de vantagem pessoal, conforme Histórico Remuneratório referente
a 12 meses de contribuição da servidora NÁDIA BRAZ BINS do
quadro de pessoal de provimento efetivo.

Art. 2° O histórico remuneratório compreende as competências
de 1/2013, 2/2013, 3/2013, 4/2013, 5/2013, 6/2013, 7/2013,
8/2013, 9/2013, 10/2013, 11/2013 e 12/2013.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação
com efeito retroativo a janeiro de 2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 24 DE FEVEREIRO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Adminis-
tração e Logística.

Navegantes, 24 de fevereiro de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

DECRETO N° 202 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014
AUTORIZA A INCORPORAÇÃO DE VANTAGENS PECUNIÁRIAS
PERMANENTES E SEUS REFLEXOS NO CÁLCULO DE PROVENTOS
DE APOSENTADORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais
e de acordo com a lei complementar n° 106 de 2/8/2011,
DECRETA:

Art. 1° Fica, por este ato, concedido o direito da incorporação
da fração de 1/5 (um quinto) da função de confiança exercida a
cada doze meses, consecutivos ou não, a título de VPG1, o qual
incorpora-se ao vencimento do cargo efetivo do servidor, a título
de vantagem pessoal, conforme Histórico Remuneratório referente
a 12 meses de contribuição da servidora NATÁLIA FERREIRA COS-
TA do quadro de pessoal de provimento efetivo.

Art. 2° O histórico remuneratório compreende as competências
de 2/2013, 3/2013, 4/2013, 5/2013, 6/2013, 7/2013, 8/2013,
9/2013, 10/2013, 11/2013, 12/2013 e 1/2014.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação
com efeito retroativo a janeiro de 2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 24 DE FEVEREIRO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Adminis-
tração e Logística.

Navegantes, 24 de fevereiro de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

DECRETO N° 203 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014
AUTORIZA A INCORPORAÇÃO DE VANTAGENS PECUNIÁRIAS
PERMANENTES E SEUS REFLEXOS NO CÁLCULO DE PROVENTOS
DE APOSENTADORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais
e de acordo com a lei complementar n° 106 de 2/8/2011,
DECRETA:

Art. 1° Fica, por este ato, concedido o direito da incorporação
da fração de 1/5 (um quinto) da função de confiança exercida a
cada doze meses, consecutivos ou não, a título de VPG1, o qual
incorpora-se ao vencimento do cargo efetivo do servidor, a título
de vantagem pessoal, conforme Histórico Remuneratório referen-
te a 12 meses de contribuição da servidora LILIANE APARECIDA
ANACLETO PEREIRA do quadro de pessoal de provimento efetivo.
Art. 2° O histórico remuneratório compreende as competências
de 10/2011, 11/2011, 12/2011, 1/2012, 2/2012, 3/2012, 4/2012,
5/2012, 6/2012, 7/2012, 8/2012 e 9/2012.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação
com efeito retroativo a outubro de 2011.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 24 DE FEVEREIRO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Adminis-
tração e Logística.

Navegantes, 24 de fevereiro de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

DECRETO N° 204 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014
AUTORIZA A INCORPORAÇÃO DE VANTAGENS PECUNIÁRIAS
PERMANENTES E SEUS REFLEXOS NO CÁLCULO DE PROVENTOS
DE APOSENTADORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais
e de acordo com a lei complementar n° 106 de 2/8/2011,
DECRETA:

Art. 1° Fica, por este ato, concedido o direito da incorporação
da fração de 1/5 (um quinto) da função de confiança exercida a

cada doze meses, consecutivos ou não, a título de VPG1, o qual incorpora-se ao vencimento do cargo efetivo do servidor, a título de vantagem pessoal, conforme Histórico Remuneratório referente a 12 meses de contribuição da servidora LILIANE APARECIDA ANACLETO PEREIRA do quadro de pessoal de provimento efetivo. Art. 2º O histórico remuneratório compreende as competências de 10/2012, 11/2012, 12/2012, 1/2013, 2/2013, 3/2013, 4/2013, 5/2013, 6/2013, 7/2013, 8/2013 e 9/2013.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a outubro de 2012.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 24 DE FEVEREIRO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística.

Navegantes, 24 de fevereiro de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio nº 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

DECRETO Nº 205 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014
AUTORIZA A INCORPORAÇÃO DE VANTAGENS PECUNIÁRIAS PERMANENTES E SEUS REFLEXOS NO CÁLCULO DE PROVENTOS DE APOSENTADORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar nº 106 de 2/8/2011, DECRETA:

Art. 1º Fica, por este ato, concedido o direito da incorporação da fração de 1/5 (um quinto) da função de confiança exercida a cada doze meses, consecutivos ou não, a título de VPG1, o qual incorpora-se ao vencimento do cargo efetivo do servidor, a título de vantagem pessoal, conforme Histórico Remuneratório referente a 12 meses de contribuição da servidora ELENITA HELENA RODRIGUES do quadro de pessoal de provimento efetivo.

Art. 2º O histórico remuneratório compreende as competências de 1º/2013, 2º/2013, 3º/2013, 4º/2013, 5º/2013, 6º/2013, 7º/2013, 8º/2013, 9º/2013, 10º/2013, 11º/2013 e 12º/2013.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a janeiro de 2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 24 DE FEVEREIRO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística.

Navegantes, 24 de fevereiro de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio nº 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

DECRETO Nº 250 DE 11 DE MARÇO DE 2014
AUTORIZA A INCORPORAÇÃO DE VANTAGENS PECUNIÁRIAS PERMANENTES E SEUS REFLEXOS NO CÁLCULO DE PROVENTOS DE APOSENTADORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar nº 106 de 2/8/2011, DECRETA:

Art. 1º Fica, por este ato, concedido o direito da incorporação da fração de 1/5 (um quinto) da função de confiança exercida a cada doze meses, consecutivos ou não, a título de VPG1, o qual incorpora-se ao vencimento do cargo efetivo do servidor, a título de vantagem pessoal, conforme Histórico Remuneratório referente a 12 meses de contribuição da servidora NILCÉA MÁRCIA PEREIRA DIAS do quadro de pessoal de provimento efetivo.

Art. 2º O histórico remuneratório compreende as competências de 3º/2013, 4º/2013, 5º/2013, 6º/2013, 7º/2013, 8º/2013, 9º/2013, 10º/2013, 11º/2013, 12º/2013, 1º/2014 e 2º/2014.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a março de 2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística.

Navegantes, 11 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio nº 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

DECRETO Nº 251 DE 11 DE MARÇO DE 2014
AUTORIZA A INCORPORAÇÃO DE VANTAGENS PECUNIÁRIAS PERMANENTES E SEUS REFLEXOS NO CÁLCULO DE PROVENTOS DE APOSENTADORIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar nº 106 de 2/8/2011, DECRETA:

Art. 1º Fica, por este ato, concedido o direito da incorporação da fração de 1/5 (um quinto) da função de confiança exercida a cada doze meses, consecutivos ou não, a título de VPG1, o qual incorpora-se ao vencimento do cargo efetivo do servidor, a título de vantagem pessoal, conforme Histórico Remuneratório referente a 12 meses de contribuição do servidor JULIANO NILDO DE MARIÁ do quadro de pessoal de provimento efetivo.

Art. 2º O histórico remuneratório compreende as competências de 1º/2013, 2º/2013, 3º/2013, 4º/2013, 5º/2013, 6º/2013, 7º/2013, 8º/2013, 9º/2013, 10º/2013, 11º/2013 e 12º/2013.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a janeiro de 2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística.

Navegantes, 11 de março de 2014.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Portaria de Admissão

PORTARIA Nº. 1357 DE 06 DE MARÇO DE 2014.

"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I – Admitir, em caráter temporário, a Srª. MARISE SABRINA DA SILVA, para exercer a função de Monitora de Educação Infantil, com a carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, conforme o Processo Seletivo nº.003/2013.

II – A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 05 de março de 2014 a 30 de junho de 2014.

III – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 05 de março de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 06 DE MARÇO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de março de 2014.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de março de 2014.

PORTARIA Nº. 1358 DE 06 DE MARÇO DE 2014.

"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I – Admitir, em caráter temporário, a Srª. JULIANA MELLIES BRATZ, para exercer a função de Professora Educação Infantil MAG II, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na C.M.E.I. Pedacinho do Céu, conforme o Processo Seletivo nº.003/2013.

II – A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 05 de março de 2014 a 30 de junho de 2014.

III – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 05 de março de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 06 DE MARÇO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de março de 2014.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de março de 2014

PORTARIA Nº. 1359 DE 06 DE MARÇO DE 2014.

"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I – Admitir, em caráter temporário, a Srª. CINARA ROCHA SANTOS, para exercer a função de Professora Educação Infantil MAG II, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na C.M.E.I. Profª. Martinha Correa da Silva, conforme o Processo Seletivo nº.003/2013.

II – A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 05 de março de 2014 a 30 de junho de 2014.

III – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 05 de março de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 06 DE MARÇO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de março de 2014.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de março de 2014

PORTARIA Nº. 1360 DE 06 DE MARÇO DE 2014.

"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I – Admitir, em caráter temporário, a Srª. LUCIMARA PEREIRA MANCIO ROSA, para exercer a função de Professora Educação Infantil MAG II, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na C.M.E.I. Profª. Sivete Couto de Miranda, conforme o Processo Seletivo nº.003/2013.

II – A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 05 de março de 2014 a 30 de junho de 2014.

III – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 05 de março de 2014, revogadas as

disposições em contrário.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 06 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de março de 2014

PORTARIA Nº. 1361 DE 06 DE MARÇO DE 2014.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I – Admitir, em caráter temporário, a Srª. JULIANA KOVACS LACERDA, para exercer a função de Professora Educação Infantil MAG NH, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na C.E.M. Profª. Maria Regina Gazaniga da Costa, conforme o Processo Seletivo nº.003/2013.

II – A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 27 de fevereiro de 2014 a 30 de junho de 2014.

III – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 27 de fevereiro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 06 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de março de 2014

PORTARIA Nº. 1386 DE 07 DE MARÇO DE 2014.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I – Admitir, em caráter temporário, a Srª. MAYARA RODRIGUES, para exercer a função de Professora de Séries Iniciais MAG. NH, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na C.M.E.I. Profª. Maria Regina Gazaniga da Costa, conforme o Processo Seletivo nº.003/2013.

II – A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 05 de

março de 2014 a 30 de junho de 2014.

III – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 05 de março de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 07 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 07 de março de 2014.

PORTARIA Nº. 1387 DE 07 DE MARÇO DE 2014.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I – Admitir, em caráter temporário, a Srª. MAYARA RODRIGUES, para exercer a função de Professora de Séries Iniciais MAG. NH, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na C.M.E.I. Profª. Maria Regina Gazaniga da Costa, conforme o Processo Seletivo nº.003/2013.

II – A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 06 de março de 2014 a 30 de junho de 2014.

III – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 06 de março de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 07 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 07 de março de 2014.

PORTARIA Nº. 1384 DE 07 DE MARÇO DE 2014.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I – Admitir, em caráter temporário, a Srª. GRAZIELE LOURENÇO FERREIRA, para exercer a função de Professora de Séries Iniciais MAG. II, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para

atuar na C.M.E.I. Profª. Giovana Soares da Cunha conforme o Processo Seletivo nº.003/2013.

II – A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 06 de março de 2014 a 30 de junho de 2014.

III – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 06 de março de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE MARÇO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 07 de março de 2014.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 07 de março de 2014.

PORTARIA Nº. 1391 DE 07 DE MARÇO DE 2014.

“ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I – Admitir, em caráter temporário, a Srª. PATRICIA ONDINA COELHO, para exercer a função de Professor de Séries Finais MAG. II, na disciplina de Artes, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na E.M. Profª. Maria Tereza Leal, conforme o Processo Seletivo nº.003/2013.

II – A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 06 de março de 2014 a 30 de junho de 2014.

III – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 06 de março de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE MARÇO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 07 de março de 2014.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 07 de março de 2014.

PORTARIA Nº. 1394 DE 10 DE MARÇO DE 2014.

“ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I – Admitir, em caráter temporário, a Srª. MARISA DE SOUZA, para exercer a função de Monitora de Educação Infantil, com a carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, conforme o Processo Seletivo nº.003/2013.

II – A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 06 de março de 2014 a 30 de junho de 2014.

III – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 06 de março de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE MARÇO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2014.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2014.

PORTARIA Nº. 1395 DE 10 DE MARÇO DE 2014.

“ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I – Admitir, em caráter temporário, a Srª. VANIA MARIA DE ALMEIDA, para exercer a função de Monitor de Educação Especial, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, conforme o Processo Seletivo nº.003/2013.

II – A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 05 de março de 2014 a 30 de junho de 2014.

III – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 05 de março de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE MARÇO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2014.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2014.

PORTARIA Nº. 1396 DE 10 DE MARÇO DE 2014.

“ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I – Admitir, em caráter temporário, a Sr^a. ANGELA ROVER LEAL, para exercer a função de Monitor de Educação Especial, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, conforme o Processo Seletivo nº.003/2013.

II – A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 06 de março de 2014 a 30 de junho de 2014.

III – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 06 de março de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE MARÇO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2014.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2014.

PORTARIA Nº. 1397 DE 10 DE MARÇO DE 2014.

“ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I – Admitir, em caráter temporário, a Sr^a. RENATA LUIZ, para exercer a função de Professora Educação Infantil MAG NH, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na C.M.E.I. Prof^a. Julieta Pereira Muller, conforme o Processo Seletivo nº.003/2013.

II – A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 06 de março de 2014 a 30 de junho de 2014.

III – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 06 de março de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE MARÇO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2014.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2014

PORTARIA Nº. 1398 DE 10 DE MARÇO DE 2014.

“ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265

de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I – Admitir, em caráter temporário, a Sr^a. LUCIANA DA LUZ SILVA REIS, para exercer a função de Professora Educação Infantil MAG II, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na C.E.M. Pedacinho do Céu, conforme o Processo Seletivo nº.003/2013.

II – A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 06 de março de 2014 a 30 de junho de 2014.

III – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 06 de março de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE MARÇO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2014.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2014

PORTARIA Nº. 1453 DE 11 DE MARÇO DE 2014.

“ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I – Admitir, em caráter temporário, a Sr^a. DANIELA BARON KOLLER, para exercer a função de Professora de Séries Iniciais MAG. II, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na E.M. Prof^a. Elsir Bernardete Gaya Muller conforme o Processo Seletivo nº.003/2013.

II – A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 05 de março de 2014 a 30 de junho de 2014.

III – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 05 de março de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE MARÇO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2014.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2014.

PORTARIA Nº. 1454 DE 11 DE MARÇO DE 2014.

"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I – Admitir, em caráter temporário, a Srª. SUZANA JOSÉ DA SILVA, para exercer a função de Professora de Educação Infantil MAG. II, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na C.M.E.I. Profª. Marlene de Souza Couto, conforme o Processo Seletivo nº.004/2012.

II – A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 07 de março de 2014 a 30 de junho de 2014.

III – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 07 de março de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE MARÇO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2014.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2014.

PORTARIA Nº. 1455 DE 11 DE MARÇO DE 2014.

"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I – Admitir, em caráter temporário, a Srª. CINARA ROCHA SANTOS, para exercer a função de Professora Educação Infantil MAG II, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na E.M. Profª. Badia de Farias, conforme o Processo Seletivo nº.003/2013.

II – A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 07 de março de 2014 a 30 de junho de 2014.

III – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 07 de março de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE MARÇO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2014.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2014

PORTARIA Nº. 1456 DE 11 DE MARÇO DE 2014.

"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I – Admitir, em caráter temporário, a Srª. CLAUDIA MARIA SATO DELGADO, para exercer a função de Monitor de Educação Especial, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, conforme o Processo Seletivo nº.003/2013.

II – A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 06 de março de 2014 a 30 de junho de 2014.

III – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 06 de março de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE MARÇO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2014.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2014.

PORTARIA Nº. 1457 DE 11 DE MARÇO DE 2014.

"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I – Admitir, em caráter temporário, a Srª. TATIANA RIBEIRO VILELA, para exercer a função de Monitor de Educação Especial, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, conforme o Processo Seletivo nº.003/2013.

II – A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 07 de março de 2014 a 30 de junho de 2014.

III – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 07 de março de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE MARÇO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2014.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2014.

PORTARIA Nº. 1458 DE 11 DE MARÇO DE 2014.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I – Admitir, em caráter temporário, a Srª. BRIGITE HEMMER, para exercer a função de Professora de Séries Finais MAG. NH, na disciplina de Artes, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na E.M. Profª. Maria Tereza Leal, conforme o Processo Seletivo nº.003/2013.

II – A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 10 de março de 2014 a 30 de junho de 2014.

III – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 10 de março de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2014.

BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2014.

PORTARIA Nº. 1459 DE 11 DE MARÇO DE 2014.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I – Admitir, em caráter temporário, a Srª. LUCIMARA PEREIRA MANCIO ROSA, para exercer a função de Professora Educação Infantil MAG II, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na C.M.E.I. Profª. Silvette Couto de Miranda, conforme o Processo Seletivo nº.003/2013.

II – A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 06 de março de 2014 a 30 de junho de 2014.

III – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 06 de março de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2014.

BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2014

PORTARIA Nº. 1460 DE 11 DE MARÇO DE 2014.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.,

RESOLVE:

I – Admitir, em caráter temporário, a Srª. ALESSANDRA VIEIRA, para exercer a função de Professora de Sala de Recurso Multifuncional, MAG NH, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na E.M. Profª. Rosa Maria Xavier de Araujo no período alternados, conforme o Processo Seletivo nº.003/2013.

II – A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 10 de março de 2014 a 30 de junho de 2014.

III – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 10 de março, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2014.

BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2014

PORTARIA Nº. 1461 DE 11 DE MARÇO DE 2014.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.,

RESOLVE:

I – Admitir, em caráter temporário, a Srª. ALESSANDRA VIEIRA, para exercer a função de Professora de Sala de Recurso Multifuncional, MAG NH, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na E.M. Profª. Maria Tereza Leal no período alternados, conforme o Processo Seletivo nº.003/2013.

II – A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 11 de março de 2014 a 30 de junho de 2014.

III – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 11 de março, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2014

PORTARIA Nº. 1464 DE 11 DE MARÇO DE 2014.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I – Admitir, em caráter temporário, a Sr. JEFFERSON MULLER, para exercer a função de Professor de Séries Finais MAG. NH, na disciplina de História, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na E.M. Profª. Maria Ivone Muller dos Santos, conforme o Processo Seletivo nº.003/2013.

II – A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 10 de março de 2014 a 30 de junho de 2014.

III – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 10 de março de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2014.

PORTARIA Nº. 1465 DE 11 DE MARÇO DE 2014.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I – Admitir, em caráter temporário, a Srª. ALINE CHIARELLI CRISTOFOLINI, para exercer a função de Professora de Séries Finais MAG. NH, na disciplina de Ciências, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na E.M. Profª. Maria Ivone Muller dos Santos, conforme o Processo Seletivo nº.003/2013.

II – A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 20 de fevereiro de 2014 a 30 de junho de 2014.

III – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 20 de fevereiro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2014.

PORTARIA Nº. 1466 DE 11 DE MARÇO DE 2014.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I – Admitir, em caráter temporário, a Srª. MARICLEIDE DOS SANTOS LAURINDO, para exercer a função de Professor de Séries Finais MAG. II, na disciplina de Educação Física, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na Secretária Municipal de Educação, conforme o Processo Seletivo nº.003/2013.

II – A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 18 de fevereiro de 2014 a 30 de junho de 2014.

III – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 18 de fevereiro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2014.

PORTARIA Nº. 1467 DE 11 DE MARÇO DE 2014.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I – Admitir, em caráter temporário, a Srª. GRAZIELA DA SILVA FLORES, para exercer a função de Professora de Séries Iniciais MAG. II, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na E.M. Profª. Maria Ivone Muller dos Santos conforme o Processo Seletivo nº.003/2013.

II – A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 11 de março de 2014 a 30 de junho de 2014.

III – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 11 de março de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE MARÇO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2014.

PORTARIA Nº. 1487 DE 11 DE MARÇO DE 2014.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I – Admitir, em caráter temporário, a Srª. PAULA RUBIA GAYA, para exercer a função de Professor de Séries Finais MAG. NH, na disciplina de Educação Física, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na E.M. Profª. Maria Tereza Leal, conforme o Processo Seletivo nº.003/2013.

II – A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 10 de março de 2014 a 30 de junho de 2014.

III – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 10 de março de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2014.

PORTARIA Nº. 1488 DE 11 DE MARÇO DE 2014.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I – Admitir, em caráter temporário, a Srª. PAULA RUBIA GAYA, para exercer a função de Professor de Séries Finais MAG. NH, na disciplina de Educação Física, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na E.M. Profª. Adelaide de Souza Pereira, conforme o Processo Seletivo nº.003/2013.

II – A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 11 de março de 2014 a 30 de junho de 2014.

III – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 11 de março de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2014.

PORTARIA Nº. 1489 DE 11 DE MARÇO DE 2014.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I – Admitir, em caráter temporário, a Srª. SORAIA CRISTINA DOS SANTOS, para exercer a função de Monitor de Educação Especial, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, conforme o Processo Seletivo nº.003/2013.

II – A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 07 de março de 2014 a 30 de junho de 2014.

III – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 07 de março de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2014.

PORTARIA Nº. 1494 DE 12 DE MARÇO DE 2014.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I – Admitir, em caráter temporário, a Srª. GERMOCI VAILATTE DE OLIVEIRA, para exercer a função de Professor de Séries Finais MAG. NH na disciplina de Educação Física, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na C.M.E.I. Profª. Giovana Soares da Cunha, conforme o Processo Seletivo nº.003/2013.

II – A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 12 de março de 2014 a 30 de junho de 2014.

III – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 12 de março de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 12 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 12 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 12 de março de 2014.

PORTARIA Nº. 1495 DE 12 DE MARÇO DE 2014.
“ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I – Admitir, em caráter temporário, a Srª. FRANCISLAINE CRISTINA DA SILVA, para exercer a função de Professora Educação Infantil MAG II, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na C.M.E.I. Profª. Maria Carlota vieira, conforme o Processo Seletivo nº.003/2013.

II – A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 12 de março de 2014 a 30 de junho de 2014.

III – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 12 de março de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 12 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 12 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 12 de março de 2014

PORTARIA Nº. 1496 DE 12 DE MARÇO DE 2014.
“ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I – Admitir, em caráter temporário, a Srª. GENILDA NEPOMUCENO PEREIRA, para exercer a função de Monitor de Educação Especial, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, conforme o Processo Seletivo

nº.003/2013.

II – A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 27 de fevereiro 2014 a 30 de junho de 2014.

III – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 27 de fevereiro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 12 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 12 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 12 de março de 2014.

PORTARIA Nº. 1497 DE 13 DE MARÇO DE 2014.
“ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I – Admitir, em caráter temporário, a Srª. ELENI LUZIA AUGUSTO MACIEL, para exercer a função de Monitor de Educação Especial, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, conforme o Processo Seletivo nº.003/2013.

II – A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 12 de março 2014 a 30 de junho de 2014.

III – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 12 de março de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 13 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 13 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 13 de março de 2014.

PORTARIA Nº. 1498 DE 13 DE MARÇO DE 2014.
“ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I – Admitir, em caráter temporário, a Srª. VALQUÍRIA BERENICE

DE MELLO AGUIAR, para exercer a função de Monitor de Educação Especial, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, conforme o Processo Seletivo nº.003/2013.

II – A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 12 de março 2014 a 30 de junho de 2014.

III – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 12 de março de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 13 DE MARÇO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 13 de março de 2014.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 13 de março de 2014.

PORTARIA Nº. 1501 DE 13 DE MARÇO DE 2014.

“ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I – Admitir, em caráter temporário, a Srª. STEFANIE KAROLINE RODRIGUES DO NASCIMENTO, para exercer a função de Monitor de Educação Especial, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, conforme o Processo Seletivo nº.003/2013.

II – A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 25 de fevereiro 2014 a 30 de junho de 2014.

III – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 25 de fevereiro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 13 DE MARÇO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 13 de março de 2014.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 13 de março de 2014.

PORTARIA Nº. 1502 DE 13 DE MARÇO DE 2014.

“ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I – Admitir, em caráter temporário, a Srª. PATRICIA HERING DOS SANTOS, para exercer a função de Professora de Series Iniciais MAG I, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na C.E. Profª Maria de Lourdes Couto Cabral - CAIC, conforme o Processo Seletivo nº.003/2013.

II – A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 10 de março de 2014 a 30 de junho de 2014.

III – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 10 de março de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 13 DE MARÇO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 13 de março de 2014.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 13 de março de 2014.

PORTARIA Nº. 1598 DE 14 DE MARÇO DE 2014.

“ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I – Admitir, em caráter temporário, a Srª. ANTONIA EDINICE RODRIGUES DE ARAUJO, para exercer a função de Professora de Séries Iniciais MAG. II, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na E.M. Profª. Maria Ivone dos Santos conforme o Processo Seletivo nº.003/2013.

II – A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 14 de março de 2014 a 30 de junho de 2014.

III – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 14 de março de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE MARÇO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de março de 2014.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de março de 2014.

Portaria de Admissão

PORTARIA Nº. 1362 DE 06 DE MARÇO DE 2014.
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I – Admitir, em caráter temporário, a Srª. NAYARA DOS SANTOS, para exercer a função de Monitora de Educação Infantil, com a carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, conforme o Processo Seletivo nº.003/2013.

II – A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 27 de fevereiro de 2014 a 30 de junho de 2014.

III – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 27 de fevereiro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 06 DE MARÇO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de março de 2014.

BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de março de 2014.

Portaria de Nomeação

"PORTARIA Nº. 1399 DE 10 DE MARÇO DE 2014."
"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. SELMA GONÇALVES, para exercer a função de Agente de Serviços Gerais do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 06/03/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 06 de março de 2014.

REGISTRE –SE, PUBLIQUE –SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES,
10 DE MARÇO DE 2014.

Sr. ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2014.

BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2014.

"PORTARIA Nº. 1400 DE 10 DE MARÇO DE 2014."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. ARIANE RONCALIO, para exercer a função de Agente de Serviços Gerais do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 06/03/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 06 de março de 2014.

REGISTRE –SE, PUBLIQUE –SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES,
10 DE MARÇO DE 2014.

Sr. ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2014.

BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2014.

"PORTARIA Nº. 1401 DE 10 DE MARÇO DE 2014."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. DANIELA CIRINEIA DE FREITAS, para exercer a função de Monitora de Educação Infantil do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 07/03/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 07 de março de 2014.

REGISTRE –SE, PUBLIQUE –SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES,
10 DE MARÇO DE 2014.

Sr. ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2014.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2014.

"PORTARIA Nº. 1402 DE 10 DE MARÇO DE 2014."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. ELIS CASAS CORDOVA SOUZA LIMA, para exercer a função de Monitora de Educação Infantil do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 06/03/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 06 de março de 2014.

REGISTRE –SE, PUBLIQUE –SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES,

10 DE MARÇO DE 2014.

Sr. ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2014.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2014.

"PORTARIA Nº. 1415 DE 10 DE MARÇO DE 2014."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. JULIANA MENDES, para exercer a função de Monitora de Educação Infantil do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 10/03/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 10 de março de 2014.

REGISTRE –SE, PUBLIQUE –SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES,

10 DE MARÇO DE 2014.

Sr. ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2014.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2014.

"PORTARIA Nº. 1416 DE 10 DE MARÇO DE 2014."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. RUTE ALAIDE TABALIPA AMORIM, para exercer a função de Agente de Serviços Gerais do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 05/03/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 05 de março de 2014.

REGISTRE –SE, PUBLIQUE –SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES,

10 DE MARÇO DE 2014.

Sr. ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2014.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2014.

"PORTARIA Nº. 1417 DE 10 DE MARÇO DE 2014."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SR. VALMIR JOSE ROSA, para exercer a função de Agente de Serviços Gerais do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotado na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 05/03/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 05 de março de 2014.

REGISTRE –SE, PUBLIQUE –SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES,
10 DE MARÇO DE 2014.
Sr. ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2014.
"PORTARIA Nº. 1418 DE 10 DE MARÇO DE 2014."
"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:
I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. VALDENICE PARAIBA LIMA, para exercer a função de Agente de Serviços Gerais do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 07/03/2014.
II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 07 de março de 2014.
REGISTRE –SE, PUBLIQUE –SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES,
10 DE MARÇO DE 2014.
Sr. ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2014.
"PORTARIA Nº. 1421 DE 10 DE MARÇO DE 2014."
"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:
I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. JOSIANE LAYS BONIN ULLER, para exercer a função de Monitora de Educação Infantil do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 10/03/2014.
II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com

efeito a partir de 10 de março de 2014.
REGISTRE –SE, PUBLIQUE –SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES,
10 DE MARÇO DE 2014.
Sr. ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2014.
"PORTARIA Nº. 1478 DE 11 DE MARÇO DE 2014."
"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:
I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. EMANUELLE DE PAULA VIEIRA RIBEIRO, para exercer a função de Agente de Serviços Gerais do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 07/03/2014.
II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 07 de março de 2014.
REGISTRE –SE, PUBLIQUE –SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES,
11 DE MARÇO DE 2014.
Sr. ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2014.
"PORTARIA Nº. 1479 DE 11 DE MARÇO DE 2014."
"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:
I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. SATIE ANDREIA ODAWARA FUSINATO, para exercer a função de Monitora de Educação Infantil do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto

dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 07/03/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 07 de março de 2014.

REGISTRE –SE, PUBLIQUE –SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES,
11 DE MARÇO DE 2014.

Sr. ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2014.

BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2014.

“PORTARIA Nº. 1480 DE 11 DE MARÇO DE 2014.”

“NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. ADRIANA SIMÕES DE SOUZA COELHO, para exercer a função de Monitora de Educação Infantil do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 07/03/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 07 de março de 2014.

REGISTRE –SE, PUBLIQUE –SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES,
11 DE MARÇO DE 2014.

Sr. ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2014.

BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2014.

“PORTARIA Nº. 1481 DE 11 DE MARÇO DE 2014.”

“NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. CRISTIANE KUSOMOTO CHAVES, para exercer a função de Monitora de

Educação Infantil do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 10/03/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 10 de março de 2014.

REGISTRE –SE, PUBLIQUE –SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES,
11 DE MARÇO DE 2014.

Sr. ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2014.

BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2014.

“PORTARIA Nº. 1482 DE 11 DE MARÇO DE 2014.”

“NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. DANIELA ANACLETO LUCREZIA, para exercer a função de Monitora de Educação Infantil do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 10/03/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 10 de março de 2014.

REGISTRE –SE, PUBLIQUE –SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES,
11 DE MARÇO DE 2014.

Sr. ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2014.

BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2014.

“PORTARIA Nº. 1483 DE 11 DE MARÇO DE 2014.”

“NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. KARLA BIANCA LOPES, para exercer a função de Monitora de Educação Infantil do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 27/02/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 27 de fevereiro de 2014.

REGISTRE –SE, PUBLIQUE –SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES,
11 DE MARÇO DE 2014.

Sr. ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2014.

BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2014.

"PORTARIA Nº. 1484 DE 11 DE MARÇO DE 2014."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. FERNANDA MONTEIRO TOMASI, para exercer a função de Monitora de Educação Infantil do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 06/03/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 06 de março de 2014.

REGISTRE –SE, PUBLIQUE –SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES,
11 DE MARÇO DE 2014.

Sr. ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2014.

BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2014.

"PORTARIA Nº. 1485 DE 11 DE MARÇO DE 2014."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art.

60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. LEILA MELLO, para exercer a função de Agente de Serviços Gerais do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 05/03/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 05 de março de 2014.

REGISTRE –SE, PUBLIQUE –SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES,
11 DE MARÇO DE 2014.

Sr. ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2014.

BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2014.

"PORTARIA Nº. 1486 DE 11 DE MARÇO DE 2014."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. LUIZA BOM, para exercer a função de Agente de Serviços Gerais do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 28/02/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 28 de fevereiro de 2014.

REGISTRE –SE, PUBLIQUE –SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES,
11 DE MARÇO DE 2014.

Sr. ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2014.

BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2014.

"PORTARIA Nº. 1493 DE 12 DE MARÇO DE 2014."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. VANIA CRISTINA RAMOS, para exercer a função de Monitora de Educação Infantil do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 12/03/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 12 de março de 2014.

REGISTRE –SE, PUBLIQUE –SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES,
12 DE MARÇO DE 2014.
Sr. ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 12 de março de 2014.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 12 de março de 2014.

"PORTARIA Nº. 1500 DE 13 DE MARÇO DE 2014."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. LEILA NEVES FONTOURA, para exercer a função de Agente de Serviços Gerais do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 07/03/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 07 de março de 2014.

REGISTRE –SE, PUBLIQUE –SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES,
13 DE MARÇO DE 2014.
Sr. ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 13 de março de 2014.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação

nesta data.

Navegantes, 13 de março de 2014.

"PORTARIA Nº. 1503 DE 13 DE MARÇO DE 2014."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. CLECI MARTINS DA ROCHA, para exercer a função de Agente de Serviços Gerais do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 12/03/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 12 de março de 2014.

REGISTRE –SE, PUBLIQUE –SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES,
13 DE MARÇO DE 2014.
Sr. ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 13 de março de 2014.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 13 de março de 2014.

"PORTARIA Nº. 1595 DE 14 DE MARÇO DE 2014."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. MAGDA ANGELITA DE FREITAS SOARES DE ANDRADE, para exercer a função de Monitora de Educação Infantil do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 20/02/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 20 de fevereiro de 2014.

REGISTRE –SE, PUBLIQUE –SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES,
14 DE MARÇO DE 2014.
Sr. ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de março de 2014.

BENILDE PERÃO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 14 de março de 2014

"PORTARIA Nº. 1596 DE 14 DE MARÇO DE 2014."
"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. GLAUCIA ANDREA GALLEGARIN, para exercer a função de Monitora de Educação Infantil do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 20/02/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 20 de fevereiro de 2014.

REGISTRE –SE, PUBLIQUE –SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES,
14 DE MARÇO DE 2014.

Sr. ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de março de 2014.

BENILDE PERÃO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 14 de março de 2014.

"PORTARIA Nº. 1599 DE 14 DE MARÇO DE 2014."
"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. TANIA MARI PASSOS DA LUZ, para exercer a função de Agente de Serviços Gerais do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 11/03/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 11 de março de 2014.

REGISTRE –SE, PUBLIQUE –SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES,
14 DE MARÇO DE 2014.

Sr. ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de

Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de março de 2014.

BENILDE PERÃO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 14 de março de 2014.

Portaria de Exoneração

PORTARIA Nº. 1332 DE 06 DE MARÇO DE 2014

"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I – EXONERAR a Srª. RUTE ALAIDE TABALIPA AMORIM, matrícula Nº62447/03 do cargo de Agente de Serviços Gerais, com carga horaria de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seu efeito retroativo a partir de 05 de março de 2014.

III – Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 06 DE MARÇO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de março de 2014.

BENILDE PERÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de março de 2014.

PORTARIA Nº. 1333 DE 06 DE MARÇO DE 2014

"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I – EXONERAR a Srª. EDINEIA KISLIKOSKI MACHADO, matrícula Nº62956/02 do cargo de Agente de Serviços Gerais, com carga horaria de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seu efeito retroativo a partir de 05 de março de 2014.

III – Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 06 DE MARÇO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de

Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de março de 2014.

BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de março de 2014.

PORTARIA Nº. 1334 DE 06 DE MARÇO DE 2014
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I – EXONERAR a Srª. ARIANE RONCÁLIO, matrícula Nº632653/01 do cargo de Agente de Serviços Gerais, com carga horaria de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seu efeito retroativo a partir de 05 de março de 2014.

III – Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 06 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de março de 2014.

BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de março de 2014.

PORTARIA Nº. 1335 DE 06 DE MARÇO DE 2014
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I – EXONERAR a Srª. SOLANGE IRINEIA ANDRÉ, matrícula Nº632658/01 do cargo de Agente de Serviços Gerais, com carga horaria de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seu efeito retroativo a partir de 05 de março de 2014.

III – Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 06 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de março de 2014.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de março de 2014.

PORTARIA Nº. 1336 DE 06 DE MARÇO DE 2014
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I – EXONERAR a Srª. MARILDA FRANCO BRICK, matrícula Nº1769/03 do cargo de Agente de Serviços Gerais, com carga horaria de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seu efeito retroativo a partir de 05 de março de 2014.

III – Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 06 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de março de 2014.

BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de março de 2014.

PORTARIA Nº. 1337 DE 06 DE MARÇO DE 2014
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I – EXONERAR a Srª. ANDREA REGINA DE SOUZA DA SILVA, matrícula Nº63189/01 do cargo de Monitora de Educação Infantil, com carga horaria de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seu efeito retroativo a partir de 05 de março de 2014.

III – Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 06 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de março de 2014.

BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de

Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de março de 2014.

PORTARIA Nº. 1338 DE 06 DE MARÇO DE 2014
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I – EXONERAR a Srª. DEYSE DAIANE MARTINS DE OLIVEIRA, matrícula Nº63050/02 do cargo de Monitora de Educação Infantil, com carga horaria de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seu efeito retroativo a partir de 05 de março de 2014.

III – Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 06 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de março de 2014.

PORTARIA Nº. 1339 DE 06 DE MARÇO DE 2014
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I – EXONERAR a Srª. KAREN SUZANE RODRIGUES GERONIMO, matrícula Nº62982/01 do cargo de Monitora de Educação Infantil, com carga horaria de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seu efeito retroativo a partir de 05 de março de 2014.

III – Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 06 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de março de 2014.

PORTARIA Nº. 1340 DE 06 DE MARÇO DE 2014
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I – EXONERAR a Srª. STEPHANIE FIGUEIREDO DA ROSA, matrícula Nº62810/02 do cargo de Monitora de Educação Infantil, com carga horaria de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seu efeito retroativo a partir de 01 de março de 2014.

III – Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 06 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de março de 2014.

PORTARIA Nº. 1341 DE 06 DE MARÇO DE 2014
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I – EXONERAR a Srª. LEILA REGINA REIS FAVARO, matrícula Nº62882/01 do cargo de Instrutora de Pintura, com carga horaria de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seu efeito retroativo a partir de 05 de março de 2014.

III – Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 06 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de março de 2014.

PORTARIA Nº. 1343 DE 06 DE MARÇO DE 2014

"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I – EXONERAR a Srª. JULIANA LUCIA VIEIRA, matrícula Nº3916/12 do cargo de Monitora de Educação Infantil, com carga horaria de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seu efeito a partir de 06 de março de 2014.

III – Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 06 DE MARÇO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de março de 2014.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de março de 2014.

PORTARIA Nº. 1345 DE 06 DE MARÇO DE 2014

"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I – EXONERAR a Srª. CRISTINA ELIANE DA SILVA, matrícula Nº62331/03 do cargo de Agente de Serviços Gerais, com carga horaria de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seu efeito a partir de 06 de março de 2014.

III – Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 06 DE MARÇO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de março de 2014.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de março de 2014.

PORTARIA Nº. 1374 DE 06 DE MARÇO DE 2014

"EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das

suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I – EXONERAR a Srª. GISLAINE FERNANDES ANTUNES, matrícula Nº63007/01 do cargo de Monitora de Educação Infantil, com carga horaria de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seu efeito retroativo a partir de 05 de março de 2014.

III – Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 06 DE MARÇO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de março de 2014.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de março de 2014.

PORTARIA Nº. 1375 DE 06 DE MARÇO DE 2014

"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I – EXONERAR a Srª. ADRIANA SIMÕES DE SOUZA COELHO, matrícula Nº62727/03 do cargo de Monitora de Educação Infantil, com carga horaria de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seu efeito a partir de 06 de março de 2014.

III – Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 06 DE MARÇO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de março de 2014.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de março de 2014.

PORTARIA Nº. 1376 DE 06 DE MARÇO DE 2014

"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I – EXONERAR a Sr^a. DANIELA CIRINEIA DE FREITAS, matrícula Nº63017/02 do cargo de Monitora de Educação Infantil, com carga horaria de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seu efeito retroativo a partir de 06 de março de 2014.

III – Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 06 DE MARÇO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de março de 2014.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de março de 2014.

PORTARIA Nº. 1377 DE 07 DE MARÇO DE 2014

“EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I – EXONERAR a Sr^a. SATIE ANDREIA ODAWARA FUSINATO, matrícula Nº62798/02 do cargo de Monitora de Educação Infantil, com carga horaria de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seu efeito retroativo a partir de 06 de março de 2014.

III – Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE MARÇO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 07 de março de 2014.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 07 de março de 2014.

PORTARIA Nº. 1378 DE 07 DE MARÇO DE 2014

“EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I – EXONERAR a Sr^a. CRISTIANE SOUZA SANTOS, matrícula Nº62713/03 do cargo de Agente de Serviços Gerais, com carga horaria de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria

Municipal de Educação.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seu efeito retroativo a partir de 06 de março de 2014.

III – Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE MARÇO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 07 de março de 2014.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 07 de março de 2014.

PORTARIA Nº. 1379 DE 07 DE MARÇO DE 2014

“EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I – EXONERAR a Sr^a. VALDENICE PARAIBA LIMA, matrícula Nº62813/03 do cargo de Agente de Serviços Gerais, com carga horaria de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seu efeito retroativo a partir de 06 de março de 2014.

III – Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE MARÇO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 07 de março de 2014.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 07 de março de 2014.

PORTARIA Nº. 1380 DE 07 DE MARÇO DE 2014

“EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I – EXONERAR a Sr^a. CLAUDETE DOS PASSOS ALVES, matrícula Nº62740/03 do cargo de Agente de Serviços Gerais, com carga horaria de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seu efeito retroativo a partir de 06 de março de 2014.

III – Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 07 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 07 de março de 2014.

PORTARIA Nº. 1381 DE 07 DE MARÇO DE 2014
“EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I – EXONERAR a Srª. LEILA NEVES FONTOURA, matrícula Nº63268/01 do cargo de Agente de Serviços Gerais, com carga horaria de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seu efeito retroativo a partir de 06 de março de 2014.

III – Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 07 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 07 de março de 2014.

PORTARIA Nº. 1382 DE 07 DE MARÇO DE 2014
“EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I – EXONERAR a Srª. EMANUELE DE PAULA RIBEIRO, matrícula Nº63172/01 do cargo de Agente de Serviços Gerais, com carga horaria de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seu efeito retroativo a partir de 06 de março de 2014.

III – Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 07 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 07 de março de 2014.

PORTARIA Nº. 1383 DE 07 DE MARÇO DE 2014
“EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I – EXONERAR a Srª. CRISTINA NASCIMENTO ROMANHOLI, matrícula Nº62646/03 do cargo de Monitora de Educação Especial, com carga horaria de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seu efeito a partir de 07 de março de 2014.

III – Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 07 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 07 de março de 2014.

PORTARIA Nº. 1388 DE 07 DE MARÇO DE 2014
“EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO SERVIDOR QUE ESPECIFICA”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I – EXONERAR a Srª. MARCIA PAOLA SEVERINO, matrícula Nº62561/03 do cargo de Monitora de Educação Infantil, com carga horaria de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seu efeito a partir de 19 de março de 2014.

III – Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 07 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 07 de março de 2014.

PORTARIA Nº. 1389 DE 07 DE MARÇO DE 2014
"EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I – EXONERAR a Srª. JENNIFER LUARA ROCHA, matrícula Nº17361/03 do cargo de Professora de Educação Infantil, com carga horaria de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seu efeito a partir de 16 de março de 2014.

III – Revogam-se as disposições em contrário.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 07 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 07 de março de 2014.

PORTARIA Nº. 1390 DE 07 DE MARÇO DE 2014
"EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I – EXONERAR a Srª. SANDRA BARILLI CIPRIANO, matrícula Nº2958/03 do cargo de Professora de Educação Infantil, com carga horaria de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seu efeito a partir de 15 de março de 2014.

III – Revogam-se as disposições em contrário.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE MARÇO DE 2014

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 07 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 07 de março de 2014.

PORTARIA Nº. 1393 DE 10 DE MARÇO DE 2014
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I – EXONERAR a Sr. HENRIQUE DOS SANTOS DIAS, matrícula Nº4626/03 do cargo de Professor de Ensino Fundamental, com carga horaria de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seu efeito a partir de 10 de março de 2014.

III – Revogam-se as disposições em contrário.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2014.

PORTARIA Nº. 1419 DE 10 DE MARÇO DE 2014
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I – EXONERAR a Srª. TANIA MARI PASSOS DA LUZ, matrícula Nº62963/02 do cargo de Agente de Serviços Gerais, com carga horaria de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seu efeito a partir de 10 de março de 2014.

III – Revogam-se as disposições em contrário.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2014.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de

Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2014.

PORTARIA Nº. 1420 DE 10 DE MARÇO DE 2014
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I – EXONERAR a Srª. PAULA RUBIA GAYA, matrícula Nº3519/11 do cargo de Monitora de Educação Especial, com carga horaria de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seu efeito retroativo a partir de 07 de março de 2014.

III – Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2014.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2014.

PORTARIA Nº. 1422 DE 10 DE MARÇO DE 2014
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I – EXONERAR a Srª. RENATA REGINATTO ROQUE, matrícula Nº4000/13 do cargo de Professora de Educação Infantil, com carga horaria de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seu efeito a partir de 11 de março de 2014.

III – Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2014.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2014.

PORTARIA Nº. 1476 DE 11 DE MARÇO DE 2014

"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I – EXONERAR a Srª. VIVIAN CARDOSO DA SILVA, matrícula Nº4654/13 do cargo de Professora de Ensino Fundamental, com carga horaria de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seu efeito a partir de 11 de março de 2014.

III – Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2014.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2014.

PORTARIA Nº. 1490 DE 11 DE MARÇO DE 2014
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I – EXONERAR a Srª. QUELEN SCHUTZ CARVALHO BERNARDES, matrícula Nº62775/01 do cargo de Professora de Ensino Fundamental, com carga horaria de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seu efeito retroativo a partir de 10 de março de 2014.

III – Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2014.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2014.

PORTARIA Nº. 1492 DE 12 DE MARÇO DE 2014
"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I – EXONERAR a Srª. DEBORA PEREIRA PIMENTEL, matrícula Nº63150/01 do cargo de Monitora de Educação Infantil, com carga horaria de 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seu efeito retroativo a partir de 10 de março de 2014.

III – Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 12 DE MARÇO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 12 de março de 2014.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 12 de março de 2014.

PORTARIA Nº. 1499 DE 13 DE MARÇO DE 2014

“EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei municipal nº. 2265 de Cap. I Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I – EXONERAR a Srª. FABIANE DALLAGO, matrícula Nº17772/14 do cargo de Professora de Educação Infantil, com carga horaria de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seu efeito retroativo a partir de 05 de março de 2014.

III – Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 13 DE MARÇO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 13 de março de 2014.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 13 de março de 2014.

Aviso de Licitação Pregão Presencial 59/2014 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 59/2014 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A LOCAÇÃO DE HORAS MÁQUINAS (TRACTOR AGRÍCOLA 4X4 COM IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS) PARA

ATENDIMENTO NA SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PESCA DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 31/03/2014 até às 8:50 hs. Abertura envelopes: 31/03/2014 às 9:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 18 de março de 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito.

Portaria de Licença Prêmio

PORTARIA Nº. 1404 DE 10 DE MARÇO DE 2014

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. ROSANA DE LOURDES GONÇALVES SILVEIRA, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Professora de Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 10/03/2014 a 07/06/2014, referente ao serviço público prestado entre 2008/2013.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 10 de março de 2014 a 07 de junho de 2014. Fazendo gozo dos 90 (noventa) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de março de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE MARÇO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2014.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 10 de março de 2014.

PORTARIA Nº. 1405 DE 10 DE MARÇO DE 2014

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Sr. ANTONIO APARICIO SAGAS, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Professor de Ensino Fundamental, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 10/03/2014 a 07/06/2014, referente ao serviço público prestado entre 2008/2013.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 10 de março de 2014 a 07 de junho de 2014. Fazendo gozo dos 90 (noventa) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de março de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE MARÇO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2014.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 10 de março de 2014.

PORTARIA Nº. 1406 DE 10 DE MARÇO DE 2014

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. CYNTIA ROSANGELA DE SOUZA, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Supervisora Escolar, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 10/03/2014 a 07/06/2014, referente ao serviço público prestado entre 2008/2013.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 10 de março de 2014 a 07 de junho de 2014. Fazendo gozo dos 90 (noventa) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de março de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE MARÇO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2014.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 10 de março de 2014.

PORTARIA Nº. 1407 DE 10 DE MARÇO DE 2014

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. MARIA APARECIDA DE ARAUJO, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 10/03/2014 a 07/06/2014, referente ao serviço público prestado entre 2009/2014.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 10 de março de 2014 a 07 de junho de 2014. Fazendo gozo dos 90 (noventa) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de março de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE MARÇO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2014.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 10 de março de 2014.

PORTARIA Nº. 1408 DE 10 DE MARÇO DE 2014

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. LUANA PAULA WESCHENFELDER, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 10/03/2014 a 07/06/2014, referente ao serviço público prestado entre 2007/2012.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 10 de março de 2014 a 07 de junho de 2014. Fazendo gozo dos 90 (noventa) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de março de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE MARÇO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2014.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 10 de março de 2014.

PORTARIA Nº. 1409 DE 10 DE MARÇO DE 2014

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. PATRICIA CARDOSO TORQUATO, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 10/03/2014 a 07/06/2014, referente ao serviço público prestado entre 2009/2014.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 10 de março de 2014 a 07 de junho de 2014. Fazendo gozo dos 90 (noventa) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de março de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2014.

BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 10 de março de 2014.

PORTARIA Nº. 1410 DE 10 DE MARÇO DE 2014

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. VIVIANE CORREA FRANCO, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Monitora de Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 10/03/2014 a 07/06/2014, referente ao serviço público prestado entre 2009/2014.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 10 de março de 2014 a 07 de junho de 2014. Fazendo gozo dos 90 (noventa) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de março de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE MARÇO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2014.

BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 10 de março de 2014.

PORTARIA Nº. 1411 DE 10 DE MARÇO DE 2014

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. RENITA LEONOR DA CRUZ, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 10/03/2014 a 07/06/2014, referente ao serviço público prestado entre 2007/2012.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 10 de março de 2014 a 07 de junho de 2014. Fazendo gozo dos 90 (noventa) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de março de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE MARÇO DE 2014.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2014.

BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data
Navegantes, 10 de março de 2014.

PORTARIA Nº. 1412 DE 10 DE MARÇO DE 2014

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. MARIA DE LOURDES HERMOGENES, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 10/03/2014 a 07/06/2014, referente ao serviço público

prestado entre 2007/2012.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 10 de março de 2014 a 07 de junho de 2014. Fazendo gozo dos 90 (noventa) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de março de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE MARÇO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2014.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 10 de março de 2014.

PORTARIA Nº. 1413 DE 10 DE MARÇO DE 2014

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. DOMENIA PERPETUA CORREIA DA SILVA, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 10/03/2014 a 07/06/2014, referente ao serviço público prestado entre 2009/2014.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 10 de março de 2014 a 07 de junho de 2014. Fazendo gozo dos 90 (noventa) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de março de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE MARÇO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2014.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 10 de março de 2014.

PORTARIA Nº. 1414 DE 10 DE MARÇO DE 2014

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. NOELI MARIA HOFFMANN DE SOUZA, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 10/03/2014 a 07/06/2014, referente ao serviço público prestado entre 2007/2012.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 10 de março de 2014 a 07 de junho de 2014. Fazendo gozo dos 90 (noventa) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de março de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE MARÇO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de março de 2014.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 10 de março de 2014.

PORTARIA Nº. 1477 DE 11 DE MARÇO DE 2014

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. RITA ROSE KORMANN, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Professora de Ensino Fundamental, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 90 (noventa) dias desta licença, pelo período de 10/03/2014 a 07/06/2014, referente ao serviço público prestado entre 2009/2014.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 10 de março de 2014 a 07 de junho de 2014. Fazendo gozo dos 90 (noventa) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 10 de março de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE MARÇO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2014.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de

Administração e Logística nesta data
Navegantes, 11 de março de 2014.

PORTARIA Nº. 1597 DE 14 DE MARÇO DE 2014

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Nº. 1055 de 04/12/2001,

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, a Srª. ALBERTINA MEDEIROS RANGHETTI, pertencente ao Quadro de Funcionário Público Municipal na função de Professora de Ensino Fundamental, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, para usufruir de 30 (trinta) dias desta licença, pelo período de 17/03/2014 a 15/04/2014, referente ao serviço público prestado entre 2003/2008.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 17 de março de 2014 a 15 de abril de 2014. Fazendo gozo dos 30 (trinta) dias.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 17 de março de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE MARÇO DE 2014.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de março de 2014.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data

Navegantes, 14 de março de 2014.

Extrato Contratual 070/2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 070/2014.

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada : FUNERARIA BRUSQUE LTDA – ME.

Vigência : Início: 05/03/2014 Término: 03/06/2014.

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 185/2013

Recursos : Dotação:2.017 3.3.90.00.00.00.00.00.

Objeto : PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 217/2013 REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS (COM FORNECIMENTO DE URNAS) PARA O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, CONFORME DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 185/2013.

Navegantes, 05 de março de 2014.

Aviso Dispensa de Licitação FMS 008/2014.

DISPENSA DE LICITAÇÃO FMS Nº 008/2014.

PROCESSO Nº 008/2014.

HOMOLOGAÇÃO: 13/03/2014.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES.

CONTRATADO: AVALIAR PSICOLOGIA EIRELI EPP.

OBJETO: DISPENSA DE LICITAÇÃO VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO DE USO PSICOLÓGICO PARA AVALIAÇÃO DE INTELIGÊNCIA DE CRIANÇAS, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES.

VALOR: R\$ 4.136,00. (quatro mil cento e trinta e seis reais).

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA.

Prefeito do Município.

Extrato Contratual 058/2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 058/2014.

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada : LEASING LOCAÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELI.

Vigência : Início: 03/02/2014 Término: 31/12/2014.

Valor: R\$ 70.800,00 (setenta mil e oitocentos reais).

Licitação : Pregão Presencial nº 009/2014.

Recursos : Dotação:2.015.3390.00.00.00.00.

Objeto : CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES E A EMPRESA BRASIL LEASING LOCAÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA, CONFORME PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2014.

Extrato Contratual 060/2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 060/2014.

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES.

Contratada : KMJ Transportes Ltda.

Vigência : Início: 03/02/2014 Término: 31/12/2014.

Valor: R\$ 94.800,00. (noventa e quatro mil e oitocentos reais).

Licitação : Pregão Presencial nº 009/2014.

Recursos : Dotação:2.094.3390.00.00.00.00.

Objeto : CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES E A EMPRESA KMJ TRANSPORTES LTDA, CONFORME PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2014.

Novo Horizonte

PREFEITURA

Ponto Facultativo Em Virtude das Festividades de Carnaval

ESTADO DE SANTA CATARINA

Prefeitura Municipal de Novo Horizonte/SC.

Rua José Fabro, 01 – Centro – CEP: 89.998-000

Fone: (49) 3362 0024 – e-mail – pmnh@novohorizonte.sc.gov.br

DECRETO Nº 2.110 de 26 de fevereiro de 2014.

DETERMINA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELI MARIOTT, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o que estabelece a Legislação Municipal e;

- considerando as festividades de carnaval;

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinado ponto facultativo nas repartições públicas municipais nos dias 03 e 04 de março de 2014.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º – Revogam-se todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte, SC
em 26 de fevereiro de 2014.

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

MÁRCIO DE MACEDO

Secretário da Administração e Fazenda

Aviso de Resultado do Pregão Presencial FMS Nº 003/2014-Rp

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVO HORIZONTE

AVISO DE RESULTADO DO

PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 003/2014 – REGISTRO DE PREÇOS

O Fundo Municipal de Saúde, do município de Novo Horizonte/SC, por meio de seu Pregoeiro, torna público aos interessados o resultado do Pregão Presencial FMS nº 003/2014-Registro de preços, cujo objeto é a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO E MEDICAMENTOS E MATERIAIS PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme especificações constantes no Anexo VIII deste Edital. Que na data de sua realização: Dia 17/03/2014 às 08:00 hs, que teve como empresas participantes: DAMEDI-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT. LTDA (137), CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829), PROSAUDE DISTRIB.DE MEDICAMENTOS LTDA (832), AMARILDO BASEGGIO E CIA LTDA (898), ANGEOMED COM.DE PROD.MED.HOSP.LTDA (914), A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004), DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027), MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099), ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167), DIMEVA - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA (1381), 1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389), ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA

DE MEDICAMENTOS LTDA ME (1756), PLASMEDIC COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA USO MÉDICO E (1757). Sendo que foi vencedora a empresa DAMEDI-DAMBROS MAT.EQUIP.HOSPIT.LTDA (137), nos itens 44,59,61,77,79,104,131,134,148,158,181,182,195,197,247,249,253,259,272,287,293 e 304, totalizando o valor de R\$ 13.006,45 (Treze mil, seis reais e quarenta cinco centavos), a empresa CENTERMEDI COM.DE PROD.HOSPITALARES LTDA (829), foi vencedora dos itens 07,09,17,18,19,21,22,35,39,42,55,90,102,118,126,128,133,140,150,165,166,188,194, 216,228,264,265 e 283, totalizando o valor de R\$ 10.450,50 (Dez mil, quatrocentos e cinquenta reais e cinquenta centavos); a empresa PROSAUDE DISTRIB.DE MEDICAMENTOS LTDA (832), foi vencedora dos itens 12,13,14,15,20,48,67,70,88,115,119,120,135,146,183,186,221,223,242,243 e 301, totalizando o valor de R\$ 5.884,50 (Cinco mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e cinquenta centavos); a empresa AMARILDO BASEGGIO E CIA LTDA (898), foi vencedora dos itens 258,260,281, 286,288,294,295,296,298,299,302 e 305, totalizando o valor de R\$ 3.061,60 (Três mil, sessenta e um reais e sessenta centavos); a empresa ANGEOMED COM.DE PROD.MED. HOSP.LTDA (914), foi vencedora dos itens 1,5,25,27,31,43,45,50,51,52,57,75,81,86,92,93,121,123,139,142,157,171,173,193,196,215,220,235,240,241 e 271, totalizando o valor de R\$ 19.405,75 (Dezenove mil, quatrocentos e cinco reais e setenta cinco centavos); a empresa A.G.KIENEN & CIA LTDA-PROMEDIC (1004), foi vencedora dos itens 26,28,29,33,34,65,73,82,94,96,99,106,109,137,156,160,162,164,169,170,175,189,198,200,204, 211,213,231,245,54,267,268,270,274,275,289 e 290, totalizando o valor de R\$ 13.924,90 (Treze mil, novecentos e vinte quatro reais e noventa centavos); a empresa DIMASTER-COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (1027), foi vencedora dos itens 10,46,66,78,87,95,97,117,122,145,147,168,172,203,225,226 e 234, totalizando o valor de R\$ 11.425,15 (Onze mil, quatrocentos e vinte cinco reais e quinze centavos); a empresa MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS (1099), foi vencedora dos itens 3,4,16,23,38,40,47,54,56,60,64,68,69,74,76,84,91,101,110,111,112,129,130,141,144,163,176,180,185,187,192,205,212,214,244,246,248 e 273, totalizando o valor de R\$ 26.440,75 (Vinte e seis mil, quatrocentos e quarenta reais e setenta cinco centavos); a empresa ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (1167), foi vencedora dos itens 6,11,36,58,62,71,72,100,149,153,155,161,174,177,179,190,191,201,208,217,218,219,222,230,233,256,57,278,285,291,292,297 e 303, totalizando o valor de R\$ 13.042,90 (Treze mil, quarenta e dois reais e noventa centavos); a empresa DIMEVA - DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA (1381), foi vencedora dos itens 30,53,80,83,85,98,103,107,108,116,124,125,136,143,151,159,184,199,209,227,250 e 252, totalizando o valor de R\$ 23.221,00 (Vinte e três mil, duzentos e vinte um reais); a empresa 1000 MEDIC DISTRIB. IMPORT. EXPORT. MEDICAM. LTDA (1389), foi vencedora dos itens 2,32,63,154,167,206,207,210,232,238,239,251 e 261, totalizando o valor de R\$ 2.648,40 (Dois mil, seiscentos e quarenta oito reais e quarenta centavos), a empresa ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME (1756), foi vencedora dos itens 8,24,37,41,49,89,105,113,114,127,132,138,152,178,202,224,236,237 e 255, totalizando o valor de R\$ 7.210,55 (Sete mil, duzentos e dez reais e cinquenta cinco centavos); a empresa PLASMEDIC COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA USO MÉDICO E (1757), foi vencedora dos itens 262,263,277,279,280,282,284 e 300, totalizando o valor de R\$ 1.455,00 (Um mil quatrocentos e cinquenta cinco reais). O valor total da licitação ficou em R\$ 151.177,45 (Cento e cinquenta um reais, cento e setenta e sete reais e quarenta cinco centavos). Concluídos os procedimentos legais, considerando que: As propostas das empresas vencedoras satisfazem as exigências do edital; as empresas vencedoras encontram-se devidamente habilitadas quanto à documentação exigida; o preço cotado está dentro dos limites estabelecidos no edital, foi encerrada as etapas do Pregão e vencedoras as empresas acima identificadas.

Novo Horizonte/SC, em 17 de Março de 2014.
ARNO GOLDSCHMIDT
Pregoeiro

Ouro Verde

PREFEITURA

Extrato de Pregão

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE OURO VERDE
FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Registro de Preço 0024/2014 O Município de Ouro Verde, por intermédio da Prefeita Municipal, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial Objeto: registro de preço para aquisição de forma parcelada de gêneros alimentícios e material de consumo e limpeza para os benefícios eventuais e Projetos de Assistência Social, Peti, CRAS, Pro Jovem deste Município de Ouro Verde/ SC, com as especificações constantes no Edital e anexos. Entrega dos Envelopes: Até as 08h30min dia 01 de Abril de 2014. Credenciamento, sessão de lances e Habilitação: Às 08h35min dia 01 de Abril de 2014. Obt. informações e Edital: Secretaria Geral de Administração - Setor de licit. da Prefeitura Municipal de Ouro Verde-SC, na Rua João Maria Conrado, Centro nº. 425, ou pelo site www.ouroverde.sc.gov.br, fone (49) 3447-0007,

Ouro Verde (SC), 18 de março de 2014.
ROSANE MINETTO SELIG
Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE OURO VERDE

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO Nº. 0025/2014 O Município de Ouro Verde, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial Registro de Preço. Objeto Registro de preço para aquisição de tubos de concreto, britas, pó de brita, pedrisco e pedra marroada peneirada, em conformidade com as especificações do Anexo. Conforme edital. Sessão de lances e Habilitação: Às 08h30min do dia 02 de Abril de 2014. Mais Informações: Setor de licitações da Prefeitura Municipal de Ouro Verde, na Rua João Maria Conrado, nº. 425, ou pelo site www.ouroverde.sc.gov.br, fone (49) 3447-0007.

Ouro Verde (SC), 18 de março de 2014.
ROSANE MINETTO SELIG.
Prefeita Municipal.

Palhoça

PREFEITURA

Portaria Nº. 528/2014.

PORTARIA Nº. 528/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR MARCELA DA ROCHA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Voo Livre, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014. A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 20 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral
Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 20/02/2014
a 07/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 529/2014.

PORTARIA Nº. 529/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR MARIELLE CANTO PACHECO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Voo Livre, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014. A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 20 de fevereiro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral
Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 20/02/2014
a 07/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 530/2014.
PORTARIA Nº. 530/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:
CONTRATAR ROBERTA MOREIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Voo Livre, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014. A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 20 de fevereiro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral
Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 20/02/2014
a 07/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 531/2014.

PORTARIA Nº. 531/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR VONETE HENRIQUE, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Voo Livre, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/02/2014. A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 20 de fevereiro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral
Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 20/02/2014
a 07/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 532/2014.

PORTARIA Nº. 532/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR ANNA KARLA MARTINS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Voo Livre, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/02/2014, face ao impedimento da titular Natan Pamplona Goulart, que se encontra em FEC.

Palhoça, SC, em 20 de fevereiro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Diretor Geral
Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 20/02/2014
a 07/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 533/2014.

PORTARIA Nº. 533/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR BIANCA MEDEIROS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Voo Livre, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/02/2014, face ao impedimento da titular Maria Luiza B. Germano, que se encontra em FEC.

Palhoça, SC, em 20 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral
Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 20/02/2014
a 07/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 534/2014.

PORTARIA Nº. 534/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR DEBORA MOTA COLLAÇO ELEUTERIO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Voo Livre, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e

de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/02/2014, face ao impedimento da titular Mirlane M. Portela, que se encontra exercendo suas funções junto ao CAPS.

Palhoça, SC, em 20 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral
Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 20/02/2014
a 07/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 535/2014.

PORTARIA Nº. 535/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR JERLIAM BERTO DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Voo Livre, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/02/2014, face ao impedimento da titular Ana Maria da Silva, que se encontra em LTS - Estado.

Palhoça, SC, em 20 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral
Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 20/02/2014
a 07/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 536/2014.

PORTARIA Nº. 536/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR JULIANA BASTOS FERREIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Voo Livre, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/02/2014, face ao impedimento da titular Hélia A. S. Matos, que se encontra em FEC.

Palhoça, SC, em 20 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral
Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 20/02/2014
a 07/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 537/2014.

PORTARIA Nº. 537/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR PATRICA CARLA MACHADO DE OLIVEIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Voo Livre, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/02/2014, face ao impedimento da titular Jerusa A. Silva Lima, que se encontra em Polo UAB.

Palhoça, SC, em 20 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral
Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 20/02/2014
a 07/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 538/2014.

PORTARIA Nº. 538/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR GISELE EVAIR DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Interação, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/02/2014. A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 20 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral
Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 20/02/2014
a 07/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 539/2014.

PORTARIA Nº. 539/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR RITA DE CASSIA ALVES MANCHEIN, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Interação, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais,

com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014. A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 20 de fevereiro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral
Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 20/02/2014
a 07/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 540/2014.

PORTARIA Nº. 540/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR THAYSE TALITA PEREIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Interação, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014. A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 20 de fevereiro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral
Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 20/02/2014
a 07/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 541/2014.

PORTARIA Nº. 541/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR BERENICE PAMPLONA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Interação, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014. A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 20 de fevereiro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral
Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 20/02/2014
a 07/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 542/2014.

PORTARIA Nº. 542/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR SUELLY FERREIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Interação, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014. A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 20 de fevereiro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Diretor Geral
Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 20/02/2014
a 07/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 543/2014.

PORTARIA Nº. 543/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR REGIANE APARECIDA GONÇALVES ROSA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Interação, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014. A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 20 de fevereiro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral
Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 20/02/2014
a 07/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 544/2014.

PORTARIA Nº. 544/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR FRANCIELI FOLSTER, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Interação, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte

por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 01/03/2014. A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 20 de fevereiro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral
Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 20/02/2014
a 07/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 545/2014.

PORTARIA Nº. 545/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR MARIANA MENDONÇA PACHECO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Interação, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014. A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 20 de fevereiro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral
Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 20/02/2014
a 07/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 546/2014.

PORTARIA Nº. 546/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR MARA RUBIA GONÇALVES, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Interação, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014. A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 20 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral
Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 20/02/2014
a 07/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 547/2014.

PORTARIA Nº. 547/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR CLEUSA SOUZA RODRIGUES DE CAMPOS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Interação, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014. A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 20 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Diretor Geral
Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 20/02/2014
a 07/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 548/2014.

PORTARIA Nº. 548/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR CLEIA ROSA LIMA RODRIGUES, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Interação, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014. A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 20 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral
Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 20/02/2014
a 07/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 549/2014.

PORTARIA Nº. 549/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR KELLY FOLSTER, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Interação, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte

por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014. A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 20 de fevereiro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral
Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 20/02/2014
a 07/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 550/2014.

PORTARIA Nº. 550/2014.
DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:
CONTRATAR BERNADETE PETRY DE AVILA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Interação, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014. A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 20 de fevereiro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral
Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 20/02/2014
a 07/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 551/2014.

PORTARIA Nº. 551/2014.
DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:
CONTRATAR CRISTIANE DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Interação, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014. A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 20 de fevereiro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral
Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 20/02/2014
a 07/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 552/2014.

PORTARIA Nº. 552/2014.
DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:
CONTRATAR ALEXANDRA CASTRO STOPASSOLI, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Interação, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014. A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 20 de fevereiro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Diretor Geral
Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 20/02/2014
a 07/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 553/2014.

PORTARIA Nº. 553/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR CARMELITA GREGORIA MARTINS DE SOUZA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Interação, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/02/2014. A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 20 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral
Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 20/02/2014
a 07/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 554/2014.

PORTARIA Nº. 554/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR RAFAELA PAMELA FERREIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Interação, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de

20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014. A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 20 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral
Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 20/02/2014
a 07/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 555/2014.

PORTARIA Nº. 555/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR LIZIANI LARISSA DOS SANTOS LOHN LISBOA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Interação, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014. A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 20 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral
Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 20/02/2014
a 07/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 556/2014.

PORTARIA Nº. 556/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR ANA MARIA DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Interação, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014. A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 20 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral
Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 20/02/2014
a 07/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 557/2014.

PORTARIA Nº. 557/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR CAROLINE POLETTI, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Interação, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014. A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 20 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Diretor Geral
Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 20/02/2014
a 07/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 558/2014.

PORTARIA Nº. 558/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR RAQUEL GERBER, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Interação, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014. A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 20 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral
Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 20/02/2014
a 07/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 559/2014.

PORTARIA Nº. 559/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR FABIANA PETRONILHA DA ROSA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Interação, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de

20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014. A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 20 de fevereiro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral
Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 20/02/2014
a 07/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 560/2014.

PORTARIA Nº. 560/2014.
DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:
CONTRATAR GABRIELA VIEIRA DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Interação, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014. A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 20 de fevereiro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral
Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 20/02/2014
a 07/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 561/2014.

PORTARIA Nº. 561/2014.
DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:
CONTRATAR ANEZAURA VARGAS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Interação, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014. A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 20 de fevereiro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral
Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 20/02/2014
a 07/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 562/2014.

PORTARIA Nº. 562/2014.
DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:
EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, VANDERLEI MAURICIO PINTO DA SILVA, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/03/2014.

Palhoça, SC, em 20 de fevereiro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral
Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 20/02/2014

a 07/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 563/2014.

PORTARIA Nº. 563/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARIA DE LOURDES REGINALDO, matrícula nº. 300157, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/06/2004 a 01/06/2009, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 05/03/2014 à 05/04/2014.

Palhoça, SC, em 20 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 20/02/2014
a 07/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 564/2014.

PORTARIA Nº. 564/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO HAROLDO BAETA FILHO, para ocupar o cargo da categoria funcional de Cirurgião Dentista, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade de Saúde do Bela Vista da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2012, homologado em 06/07/2012, conforme a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, com efeitos a contar de 24/02/2014.

Palhoça, SC, em 20 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 20/02/2014
a 07/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 565/2014.

PORTARIA Nº. 565/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR AUREA ORMINIA DOS SANTOS DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Professor Articulador, no (a) Escola Reunida Albardão, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014. A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 20 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 20/02/2014
a 07/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 566/2014.

PORTARIA Nº. 566/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR IONARA OLÍVIA ALVES, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) Escola Reunida Albardão, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura,

no período de 03/02/2014 a 19/12/2014, face ao impedimento da titular Zenaide P. M. Gaspar, que se encontra em FEC.

Palhoça, SC, em 20 de fevereiro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 20/02/2014
a 07/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 567/2014.

PORTARIA Nº. 567/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR LANA CRISTINA CUNHA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Especial, disciplina Educação Especial, no (a) Escola Reunida Manoel da Silva, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2013 a 19/12/2014. A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 20 de fevereiro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 20/02/2014
a 07/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 568/2014.

PORTARIA Nº. 568/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR CARLA CRISTINA SOUZA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Especial, disciplina Educação Especial, no (a) Escola Básica Reinaldo Weingartner, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014. A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 20 de fevereiro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 20/02/2014
a 07/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 569/2014.

PORTARIA Nº. 569/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR JANAINA SENA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) Escola Básica Reinaldo Weingartner, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014, face ao impedimento da titular Fernanda Cristina Rosar, que se encontra exercendo suas funções junto a SMEC.

Palhoça, SC, em 20 de fevereiro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 20/02/2014
a 07/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 570/2014.

PORTARIA Nº. 570/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR LUANA RUFATTO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Especial, disciplina Educação Especial, no (a) Grupo Escolar Evanda Sueli Juttel Machado, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014. A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 20 de fevereiro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 20/02/2014
a 07/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 571/2014.

PORTARIA Nº. 571/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR NICOLLE BUTKA GARCIA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na

área de Ensino Especial, disciplina Educação Especial, no (a) Grupo Escolar Evanda Sueli Juttel Machado, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014. A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 20 de fevereiro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 20/02/2014
a 07/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 572/2014.

PORTARIA Nº. 572/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR CLEMILSON DA ROSA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina História, no (a) Escola Básica Neri Brasileiro Martins, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014, face ao impedimento da titular Atanil W. Medeiros, que se encontra exercendo suas funções junto a EJA.

Palhoça, SC, em 20 de fevereiro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 20/02/2014
a 07/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 573/2014.

PORTARIA Nº. 573/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR CINTIA HARTMANN, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Educação Física, no (a) Escola Básica Neri Brasileiro Martins, com carga horária de 25 (vinte e cinco) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014, face ao impedimento da titular Oleg D. Muller, que se encontra em LAP.

Palhoça, SC, em 20 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 20/02/2014
a 07/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 574/2014.

PORTARIA Nº. 574/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR DANIEL CAMARGO THOMAZ, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Português, no (a) Escola Básica Neri Brasileiro Martins, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014, face ao impedimento da titular Cleusa Silva Anselmo, que se encontra em readaptação.

Palhoça, SC, em 20 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 20/02/2014
a 07/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 575/2014.

PORTARIA Nº. 575/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR ALINE NANDI DA ROSA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2013, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Inglês, no (a) Escola Básica Neri Brasileiro Martins, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014. A presente admissão em Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 20 de fevereiro de 2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 20/02/2014
a 07/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 576/2014.

PORTARIA Nº. 576/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR CLAUDINEI MILTON VIGANIGO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais,

no (a) Escola Reunida Manoel da Silva, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014, face ao impedimento da titular Giseli G. Rodrigues, que se encontra em FEC.

Palhoça, SC, em 20 de fevereiro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 20/02/2014
a 07/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PORTARIA Nº. 577/2014.

PORTARIA Nº. 577/2014.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR ROSIMERI M. ESPINDOLA DA ROSA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) Escola Reunida Manoel da Silva, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/02/2014 a 19/12/2014, face ao impedimento da titular Aldaleia Cunha Pelegrini, que se encontra em FEC.

Palhoça, SC, em 20 de fevereiro de 2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Diretor Geral

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO MURAL

Em 20/02/2014
a 07/03/2014

PATRÍCIA SCHMITZ
DG - Expediente

PREGÃO PRESENCIAL 72/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO Nº. 72/2014

O Município de Palhoça torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº. 72/2014, no dia 04 de Abril de 2014, às 14:00hs, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL que tem como objeto aquisição de veículos zero km, para uso do administrativo da Secretaria de Esportes e para o Corpo de Bombeiros, deste Município. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, ou pelo site: www.palhoca.sc.gov.br.

Palhoça, 18 de Março de 2014.
PREGOEIRO (A).

Pregão Presencial Nº 73/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 73/2014

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 07 de abril de 2014, às 14:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL Nº. 73/2014, que tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviço de rastreamento veicular, abrangendo monitoramento via internet, implantação de sistema de acompanhamento, localização e imobilização automática, prestação de serviço de posicionamento por satélite (GPS) em tempo real e ininterrupto e identificação do motorista, para o controle da frota da Prefeitura Municipal de Palhoça, incluindo o fornecimento dos equipamentos em regime de comodato, componentes e licença de uso de software, e os respectivos serviços de instalação, configuração, capacitação e suporte técnico e garantia de funcionamento. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: www.palhoca.sc.gov.br.

Palhoça, 18 de março de 2014.
A PREGOEIRA.

CÂMARA MUNICIPAL

Projeto de Lei Nº 215/2013

PROJETO DE LEI Nº. 215/2013.
DENOMINA VIA PÚBLICA. Servidão Tereza Virgina de Souza.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada Servidão Tereza Virgina de Souza, com extensão 125m e largura de 6m, via pública localizada no Bairro

Passagem do Maciambu.

Parágrafo único. A localidade da referida via pública de que trata o artigo anterior obedece croqui em anexo, parte integrante desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 11 de março de 2014.

NIRDO ARTUR LUZ

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos onze dias do mês de março do ano de dois mil e quatorze.

Projeto de Lei Nº 223/2013

PROJETO DE LEI Nº. 223/2013.

DENOMINA VIA PÚBLICA. Rua Tocantins.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada Rua Tocantins, com extensão de 120 metros de comprimento e 7 metros de largura, com início na Rua: Amazona, via pública localizada no Bairro Rio Grande, Município de Palhoça/SC.

Parágrafo único. A localização da referida via pública de que trata o artigo anterior obedece croqui em anexo, parte integrante desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 11 de março de 2014.

NIRDO ARTUR LUZ

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos onze dias do mês de março do ano de dois mil e quatorze.

Projeto de Lei Nº 235/2014

PROJETO DE LEI Nº. 235/2014.

DENOMINA VIA PÚBLICA. Servidão José Arnaldo Silveira.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada a SERVIDÃO JOSÉ ARNALDO SILVEIRA, com extensão de 45 m (quarenta e cinco metros) de extensão e 5 m (cinco metros) de largura, com início na Rua Geral Rua José Candido da Silveira.

Parágrafo único. A localização da referida via pública de que trata o artigo anterior obedece a croqui em anexo, a certidão de óbito, parte integrante desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 11 de março de 2014.

NIRDO ARTUR LUZ

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos onze dias do mês de março do ano de dois mil e quatorze.

Projeto de Lei Nº 236/2014

PROJETO DE LEI Nº. 236/2014.

DENOMINA VIA PÚBLICA. Rua Dona Chica.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada RUA DONA CHICA, via pública localizada na Praia de Fora, neste Município com extensão de 400 m (quatrocentos metros) de comprimento e com 7 m (sete metros) de largura.

Parágrafo único. A localização da referida via pública de que trata o artigo anterior obedece a croqui em anexo, parte integrante desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 11 de março de 2014.

NIRDO ARTUR LUZ

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos onze dias do mês de março do ano de dois mil e quatorze.

Projeto de Lei Nº 239/2014

PROJETO DE LEI Nº. 239/2014.

DENOMINA VIA PÚBLICA. Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 2.178, de 20 de outubro de 2005, que denomina a Servidão Maria Soares da Silva.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 2.178, de 20 de outubro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica denominada de Servidão Maria Soares da Silva, com extensão de 99,50 metros e 5,30 metros de largura, via pública localizada no Bairro Passa Vinte, neste Município.”

Art. 2º A localização da referida via pública de que trata o artigo anterior, obedece a croqui em anexo, parte integrante desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 11 de março de 2014.

NIRDO ARTUR LUZ

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos onze dias do mês de março do ano de dois mil e quatorze.

Projeto de Lei Nº 243/2014

PROJETO DE LEI Nº. 243/2014.

DENOMINA VIA PÚBLICA. Rua Raulino Guilherme Scheimam.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de Rua Raulino Guilherme Scheimam, com extensão de 190 metros e largura 12 metros e início na Av. Aleixo Alves de Souza, via pública localizada no Bairro Rio Grande, neste Município.

Parágrafo único. A localização da referida via pública de que trata o artigo anterior obedece croqui em anexo, parte integrante desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 11 de março de 2014.

NIRDO ARTUR LUZ

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos onze dias do mês de março do ano de dois mil e quatorze.

Projeto de Lei Nº 244/2014

PROJETO DE LEI Nº. 244/2014.

UTILIDADE PÚBLICA. Conselho Comunitário do Pachecos.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o Centro Comunitário do Pachecos, inscrição sob o CNPJ nº 19.324.812/0001-10, localizado no Bairro Pachecos na Rua Natalino Campos Schaimann, Município de Palhoça, em Santa Catarina.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 11 de março de 2014.

NIRDO ARTUR LUZ

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos onze dias do mês de março do ano de dois mil e quatorze.

Projeto de Lei Nº 245/2014

PROJETO DE LEI Nº. 245/2014.

DENOMINA VIA PÚBLICA. Servidão Claudio da Silveira.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de Servidão Claudio da Silveira, com extensão de 60,00 metros e 4,00 metros de largura, via pública localizada no Bairro Pinheira.

Parágrafo único. A localização da referida via pública de que trata o artigo anterior obedece ao croqui anexo, parte integrante desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 11 de março de 2014.

NIRDO ARTUR LUZ

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos onze dias do mês de março do ano de dois mil e quatorze.

Projeto de Lei Nº 246/2014

PROJETO DE LEI Nº. 246/2014.

DENOMINA VIA PÚBLICA. Rua Janete Marilda de Souza.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de Rua Janete Marilda de Souza, com extensão de 190 metros e largura 12 metros e início na Av. Aleixo Alves de Souza, via pública localizada no Bairro Rio Grande, neste Município.

Parágrafo único. A localização da referida via pública de que trata o artigo anterior obedece croqui em anexo, parte integrante desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 11 de março de 2014.

NIRDO ARTUR LUZ

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos onze dias do mês de março do ano de dois mil e quatorze.

Projeto de Lei Nº 268/2014

PROJETO DE LEI Nº. 268/2014.

DENOMINA VIA PÚBLICA. Dá nova redação ao artigo 1º da Lei nº 802, de 23 de outubro de 1998, que denomina a Servidão Miliano.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O artigo 1º da Lei nº 802, de 23 de outubro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica denominada de Servidão Miliano, com extensão de 200,00 metros e 6,00 metros de largura, via pública localizada no

Bairro Barra do Aririú, neste Município.” (NR)

Parágrafo único. A localização da referida via pública de que trata o artigo anterior obedece croqui em anexo, parte integrante desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 11 de março de 2014.

NIRDO ARTUR LUZ

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos onze dias do mês de março do ano de dois mil e quatorze.

Projeto de Lei Complementar Nº 44/2014

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº. 044/2014.

Dispõe sobre o Plano de Classificação de Cargos e Salários dos Servidores Efetivos do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Palhoça, regulamenta a movimentação vertical e horizontal, o ingresso de servidores e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Os cargos de servidores efetivos do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Palhoça obedecerão à classificação estabelecida nessa Lei.

Art. 2º O regime jurídico geral adotado pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Palhoça é o estatutário, regido pelo Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais - Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010, com as alterações e atualizações introduzidas por Lei posteriores.

Art. 3º O Plano de Classificação de Cargos e Salários (PCCS) se aplica a todos os servidores titulares de cargo efetivo do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Palhoça, não se aplicando aos ocupantes de cargos de provimento em comissão.

Art. 4º A composição e os critérios de aplicação dos vencimentos e salários dos Servidores Efetivos do Quadro de Pessoal do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Palhoça passam a ser regidos por essa Lei.

TÍTULO II

DO QUADRO GERAL DE PESSOAL

Art. 5º O quadro geral de Pessoal do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Palhoça divide-se em:

I – Quadro Permanente – em que se listam os cargos de provimento efetivo, reservado para servidores regidos pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

II – Quadro Suplementar – em que se listam os cargos de provimento efetivo a serem red denominados e extintos em caso de vacância.

SEÇÃO I

DO QUADRO DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

Art. 6º Os cargos de Provimento Efetivo do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Palhoça estão discriminados no Anexo I que integra essa Lei.

SEÇÃO II

DA CRIAÇÃO DE CARGOS

Art. 7º. Ficam criados no quadro geral de Pessoal do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Palhoça os cargos de Contador Autárquico e Técnico Previdenciário com especialidade em informática.

TÍTULO III

DAS FORMAS DE PROVIMENTO

Art. 8º As atribuições dos cargos de provimento efetivo são as indicados no Anexo I, e em conformidade com o seguinte Quadro de Cargos:

Cargo	Nível de Escolaridade	Número de Vagas
Procurador Autárquico	Nível Superior em Direito e inscrição no órgão de fiscalização profissional	01
Contador Autárquico	Nível Superior em Contabilidade e inscrição no órgão de fiscalização profissional	01
Técnico Previdenciário – especialidade informática	Nível Médio Completo e curso técnico em informática	01
Técnico Previdenciário	Nível Médio Completo	04
Agente Previdenciário	Nível Fundamental Completo	01

Art. 9. Os integrantes dos cargos mencionados no artigo 7º, nomeados por concurso público, adquirem a estabilidade após 3 (três) anos de efetivo exercício.

Art. 10. Para aquisição de estabilidade, nos termos do § 4º, do artigo 41 da Constituição Federal de 1988, o servidor permanecerá em estágio probatório, período em que terá avaliado o seu desempenho.

Art. 11. A Comissão de Acompanhamento e Avaliação do Estágio Probatório, nomeada pelo Presidente do IPPA, através de Portaria, deverá realizar a avaliação periódica, conforme estabelecido na Lei Complementar 96, de 15 de dezembro de 2010.

Art. 12. Caberá aos membros da Comissão providenciar o cumprimento da decisão proferida pelo Presidente do IPPA em virtude de avaliação periódica.

Art. 13. O ato de exoneração do servidor submetido ao estágio probatório deverá ser publicado na forma do disposto na Lei Orgânica do Município.

TÍTULO IV

DA ESCALA DE VENCIMENTOS

Art. 14. A escala de vencimentos dos cargos públicos constitui-se em progressão funcional horizontal, conforme indicado no Anexo II, referenciados pelas letras de “A” a “I”.

Parágrafo único. Serão aplicados aos servidores dos cargos efetivos do IPPA o mesmo vencimento base e reajustes aplicados aos

servidores da Prefeitura Municipal de Palhoça, que exerçam cargos com atribuições e nível de escolaridade similares.

TÍTULO VI DA GRATIFICAÇÃO PELO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO

Art. 15. Fica criada a seguinte Função Gratificada:

I – Responsabilidade Técnica Previdenciária, a ser exercida exclusivamente por servidor efetivo investido no cargo de Procurador Autárquico do IPPA, ao qual lhe compete as seguintes atribuições:

- a) representar o IPPA perante o Ministério de Previdência Social, junto ao setor de Regimes Próprios, acompanhando, emitindo pareceres e solicitando diligências para manutenção e regularização de todos critérios do Certificado de Regularidade Previdenciário – CRP.
- b) representar o IPPA perante o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, acompanhando, emitindo pareceres e solicitando diligências para o cumprimento de todas as exigências impostas por àquela Corte de Contas;
- c) acompanhar os Auditores do Ministério de Previdência Social, bem como do Tribunal de Contas de Santa Catarina, de modo que repasse toda documentação exigida;
- d) representar o IPPA, sempre quando solicitado pelo Presidente do IPPA, em Assembléias Gerais de Cotistas na qual o IPPA é investidor de Fundo de Investimento;
- e) representar o IPPA nos demais órgãos de fiscalização, tais como, Polícia Federal, Ministério Público e Tribunais de Justiça;
- f) supervisionar o setor de análise de benefícios do IPPA no tocante a instrução de processos de aposentadorias;
- g) supervisionar e acompanhar o setor de recursos humanos do IPPA no tocante a remuneração de contribuição dos servidores aposentados e pensionistas do IPPA;
- h) supervisionar e acompanhar o setor de contabilidade do IPPA no tocante aos repasses advindos da Administração Direta, Indireta e Poder Legislativo ao IPPA;
- i) manter o IPPA atualizado em matéria de legislação previdenciária;
- j) exercer outras atribuições definidas em lei ou ato normativo, cometidas pelo Presidente do IPPA, ou ainda decorrentes da natureza da função.

§ 1º O valor mensal da Responsabilidade Técnica Previdenciária, prevista no inciso I do presente artigo, será 100% sobre o vencimento nível B do cargo efetivo no qual o servidor é investido.

§ 2º A concessão de gratificação a título de produtividade constante da Lei Estatutária – Lei Complementar nº 96/2010, para os servidores efetivos e a disposição do IPPA, será paga exclusivamente pelo IPPA, após ato do Presidente da Autarquia, respeitando o limite global da taxa administrativa do IPPA.

§ 3º Fica criada a gratificação de participação em Conselho Administrativo, Fiscal e Comitê de Investimentos do IPPA no valor de 10% do vencimento do Presidente do IPPA, sendo que tal gratificação poderá ser cumulada com qualquer outra prevista neste artigo, com exceção as dispostas neste parágrafo.

§ 4º A Responsabilidade Técnica Previdenciária, mencionada no inciso I deste artigo, se incorpora ao vencimento automaticamente, para todos os fins legais, pelo valor integral percebido a este título, podendo inclusive ser cumulada com função gratificada, cargo em comissão ou produtividade.

TÍTULO VII DO ENQUADRAMENTO E DA RECLASSIFICAÇÃO

Art. 16. Os servidores serão enquadrados e reclassificados no presente Plano de Cargos e Salários, conforme segue:

Cargo Antigo	Cargo Atual
Procurador do Município	Procurador Autárquico
Assistente Administrativo	Técnico Previdenciário
Auxiliar de Serviços Gerais	Agente Previdenciário

TÍTULO VIII DA PROMOÇÃO

Art. 17. A promoção horizontal consiste na passagem do servidor de um determinado nível ou referencia para a imediatamente superior, sem mudar de cargo levando-se em consideração seu tempo de serviço público e seu tempo no cargo.

Art. 18. Para concorrer à promoção horizontal o servidor deverá ter cumprido um interstício de 5 (cinco) anos desde a última promoção.

**TÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 19. Os cargos e suas respectivas atribuições a habilitações constam do Anexo I desta Lei.

Art. 20. A carga horária oficial de trabalho dos servidores do IPPA é de 40 horas semanais, salvo na hipótese do cargo de Procurador Autárquico, em que a carga horária semanal será de 20 (vinte) horas.

Art. 21. Faz parte integrante desta Lei os Anexos I e II.

Art. 22. As despesas decorrentes da execução dessa Lei serão atendidas por conta das dotações próprias consignadas no orçamento, de acordo com as normas legais vigentes.

Art. 23. Revogadas, no que couber às disposições constantes da LC nº086/2009, LC 128/2012.

Art. 24. Essa Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 11 de março de 2014.

NIRDO ARTUR LUZ

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos onze dias do mês de março do ano de dois mil e quatorze.

ANEXO I**CARGOS – ATRIBUIÇÕES – HABILITAÇÕES – VAGAS****ATIVIDADE DE COMPLEXIDADE SUPERIOR**

(ANS – ATIVIDADE DE NÍVEL SUPERIOR – curso superior completo e registro em entidade de classe)

CARGO: PROCURADOR AUTÁRQUICO – Ajuizar e contestar ações em qualquer juízo ou tribunal na defesa dos interesses do IPPA. Arguir exceções, reconvir, intervir como assistente ou oponente e interpor recursos de qualquer natureza. Intervir em processos, desde que evidenciado o interesse da entidade a qual está vinculado, na forma da legislação processual em vigor. Acompanhar todos os feitos de interesse da entidade a qual está vinculado, bem como exercer as atribuições delegadas ou estabelecidas em lei ou em regimento. Propor diligências e requisitar documentos, dados e informações de qualquer autoridade ou órgão do ente ao qual está vinculado, para fins de instrução de processo ou defesa da mesma em Juízo. Estudar a matéria jurídica a ele encaminhada pela autoridade competente, emitindo, conforme o caso, informações ou pareceres. Exercer outras atribuições definidas em lei ou ato normativo, cometidas pelo Presidente do IPPA. Assessorar e orientar as chefias nos assuntos relacionados com os conhecimentos técnico-especializados da categoria. Prestar informações de natureza jurídica. Executar as atividades relacionadas com o assessoramento jurídico em geral. Auxiliar na elaboração de contratos, convênios, acordos, ajustes e respectivos aditivos. Acompanhar as publicações de natureza jurídica, especialmente as ligadas às atividades do órgão. Auxiliar na elaboração de anteprojeto de leis, decretos, regulamentos, portarias e normas internas. Organizar e manter atualizada coletânea de leis e decretos, bem como o repositório da jurisprudência judiciária e administrativa, especialmente as ligadas ao órgão. Elaborar exposição de motivos que exijam atenção especializada do profissional. Participar de comissões disciplinares ou de sindicâncias. Fornecer dados estatísticos e apresentar relatórios de suas atividades. Emitir informações sobre assuntos de sua área de competência. Executar outras atividades compatíveis com o cargo.

HABILITAÇÃO: Graduação em Direito e registro na OAB.

CARGO: CONTADOR AUTÁRQUICO - Planejar, analisar, controlar, executar, e conciliar, operações e registros sobre fatos contábeis, patrimoniais, financeiros, fiscais e orçamentários em consonância com a legislação e os sistemas contábeis pertinentes; Analisar processos e procedimentos sob os aspectos técnicos, administrativos, operacionais, financeiros, contábeis e orçamentários, inclusive quanto à regularidade de sua instrução; Analisar registros contábeis e relatórios sobre custos com prestadores de serviços credenciados de acordo com parâmetros comparativos estabelecidos; Analisar relatórios gerenciais e métodos estatísticos indicados por especialistas na auditoria das contas; Verificar o cumprimento das normas constitucionais, leis, decretos, regulamentos, resoluções e outros atos normativos aplicáveis às áreas de atuação da Autarquia; Realizar atividades de gerenciamento, administração e operacionalização do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, relacionadas com a arrecadação, gestão de recursos e fundos previdenciários, bem como com a concessão, pagamento e manutenção dos benefícios de aposentadorias e pensões; Gerir, executar, controlar e certificar procedimentos de compensação previdenciária; Participar de Comissões encarregadas do desenvolvimento execução de projetos ou atividades nas diversas áreas de atuação da Autarquia; Executar outras atividades correlatas ou as que lhe venham a ser atribuídas de acordo com sua habilitação profissional.

HABILITAÇÃO: Graduação em Ciências Contábeis e registro no respectivo órgão de fiscalização profissional.

ATIVIDADE DE COMPLEXIDADE DE NÍVEL MÉDIO.

TÉCNICO PREVIDENCIÁRIO – planejar, organizar, executar e controlar atividades específicas de sua área de habilitação; planejar, organizar, executar e controlar atividades específicas de sua área de habilitação, relacionadas ao atendimento dos programas de apoio ao corpo funcional do IPPA; receber e montar os processos administrativos; coordenar e executar trabalhos relacionados com a organização e atualização de arquivos; redigir atos administrativos, compatíveis com sua área de atuação; auxiliar na aquisição e suprimento de material permanente e de consumo, divulgação de editais e outras atividades correlatas; controlar e executar o cadastramento de bens móveis e imóveis; auxiliar na definição dos objetivos e no planejamento do órgão; auxiliar e propor o aperfeiçoamento e adequação da legislação e normas específicas, bem como métodos e técnicas de trabalho; executar trabalhos referentes à análise e controle de serviços contábeis, em consonância com sua habilitação; executar trabalhos relativos a balancetes, análise e controle estatístico; executar serviços de cadastro, manutenção e organização de arquivos, bancos de dados e outros; executar serviços de análise e encaminhamento de processos, pesquisas legislativas e jurisprudências; executar atividades afetas à administração de recursos humanos; expedir registros e documentos em geral; secretariar autoridades; redigir expedientes relacionados as suas atribuições; participar de projetos de pesquisa, levantamento de dados e diagnósticos; fornecer dados estatísticos e elaborar relatórios; prestar informações e pareceres sobre assuntos de sua área de competência; prestar esclarecimentos sobre rotinas e procedimentos administrativos; realizar trabalho de natureza técnica e administrativa pertinente a sua formação; e executar outras atribuições compatíveis com o cargo e com sua habilitação profissional.

HABILITAÇÃO: Ensino Médio Completo.

CARGO: TÉCNICO PREVIDENCIÁRIO – ESPECIALIDADE INFORMÁTICA - Planejar e executar políticas e atividades de coletas e análise de informações para o desenvolvimento ou modificações dos sistemas de processamento de dados implantados na Instituição; Projetar, supervisionar e especificar os sistemas e os métodos de implantação/execução dos mesmos; Acompanhar o desenvolvimento de novas tecnologias e sistemas de informação, analisando sua aplicabilidade e viabilidade na Instituição; Realizar assessoria direta às diversas áreas administrativas e operacionais da Autarquia; Gerar relatórios gerenciais e operacionais, garantindo sua qualidade e confiabilidade; Acompanhar o fluxo de informações, identificando pontos críticos e propondo ações de correção; Definir

objetivos de sistemas, documentar pesquisas, codificar aplicativos e analisar resultados; Participar de comissões encarregadas do desenvolvimento e execução de projetos e atividades nas diversas áreas de atuação da Autarquia. Executar outras tarefas correlatas ou as que lhe venham a ser atribuídas de acordo com sua habilitação profissional.

HABILITAÇÃO: Ensino Médio Completo e curso técnico em informática.

ATIVIDADE DE COMPLEXIDADE ENSINO FUNDAMENTAL

CARGO: AGENTE PREVIDENCIÁRIO – executar, sob supervisão, atividades de apoio operacional relacionadas à administração do órgão; coordenar e controlar a execução de tarefas de conservação, manutenção, reforma, restauração e adaptação de instalações físicas ocupadas pelo IPPA; receber, orientar, encaminhar, informando sobre localização de pessoas em dependências do órgão; executar serviços internos de entrega de documentos; executar registro, controle e arquivo de expediente; codificar dados e documentos; providenciar material de expediente; auxiliar na coordenação de eventos e promoções em geral; coordenar e executar trabalhos relacionados com a organização e atualização de arquivos e fichários; auxiliar na divulgação de editais e outras tarefas correlatas; controlar e supervisionar a provisão de estoque de materiais; expedir registros e outros documentos sob orientação superior; e executar outras atividades correlatas.

HABILITAÇÃO: Ensino Fundamental Completo.

ANEXO II

cargos	A	B	C	D	E	F	G	H	I
Agente Previdenciário	721,76	808,37	905,37	1.014,02	1.135,70	1.271,98	1.424,62	1.595,58	1.787,05
Técnico Previdenciário	1.082,66	1.212,57	1.358,08	1.521,05	1.703,58	1.908,01	2.136,97	2.393,41	2.680,62
Técnico Previdenciário – especialidade Informática	1.202,95	1.347,30	1.508,98	1.690,05	1.892,86	2.120,00	2.374,41	2.659,33	2.978,46
Analista Previdenciário – especialidade Psicologia	1.623,97	1.818,84	2.037,10	2.281,56	2.555,34	2.861,99	3.205,42	3.590,08	4.020,89
Analista Previdenciário – especialidade Serviço Social	1.623,97	1.818,84	2.037,10	2.281,56	2.555,34	2.861,99	3.205,42	3.590,08	4.020,89
Contador Autárquico	1.623,97	1.818,84	2.037,10	2.281,56	2.555,34	2.861,99	3.205,42	3.590,08	4.020,89
Procurador Autárquico	3.240,00	3.628,80	4.064,25	4.551,96	5.098,20	5.709,98	6.395,18	7.162,60	8.022,12

Papanduva

PREFEITURA

Lei Nº 2014, de 14 de Março de 2014 - Ratifica Protocolo - Codeplan

Lei nº 2014, 14 de março de 2014.

RATIFICA O PROTOCOLO DE INTENÇÕES E AUTORIZA O INGRESSO DO MUNICÍPIO DE PAPANDUVA NO CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PLANALTO NORTE – CODEPLAN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a presente

LEI

Art. 1º. Fica ratificado o Protocolo de Intenções firmado entre os Municípios de Bela Vista do Toldo, Canoinhas, Irineópolis, Mafra, Monte Castelo, Papanduva, Porto União e Três Barras, para constituição do Consórcio de Desenvolvimento Econômico do Planalto Norte – CODEPLAN, em conformidade com a Lei n. 11.107/2007.

Parágrafo único. O Protocolo de Intenções compõe o Anexo Único desta Lei, sendo ratificado sem ressalva.

Art. 2º. Fica autorizado o ingresso do Município de Papanduva no Consórcio de Desenvolvimento Econômico do Planalto Norte - CODEPLAN, nos termos do Protocolo de Intenções, com autorização para pagamento das despesas inerentes que serão especificadas no Contrato de Rateio.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 14 de março de 2014.

DARIO SCHICOVSKI

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada na Secretaria da Administração e publicada no mural de publicações desta Prefeitura Municipal e no site www.diariomunicipal.sc.gov.br.

FÁBIO JOSÉ PADILHA

Secretário da Administração

Passos Maia

PREFEITURA

Aviso de Licitação

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0020/2014

PREGÃO PRESENCIAL N. 0012/2014

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, com sede, sito à Avenida Padre João Botero, n. 485, Centro, torna público, nos termos da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, que se encontra aberta a Licitação na MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N. 0012/2014 – Objeto – Contratação de serviços médicos (Clínico Geral) e médico ortopedista, para prestar atendimento nas Unidades de Saúde do Município Passos Maia/SC, conforme especificações contidas em Anexo I deste edital. Os envelopes contendo documentação e propostas serão recebidas até as 09:45 do dia 01 de abril de 2014, iniciando-se a Sessão Pública às 10:00 horas do mesmo dia e local. Retirada do Edital junto a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda das 09:00hs às 17:00hs. Maiores Informações pelo telefone (49) 3437-0010.

Passos Maia, 18 de março de 2014.

IVANDRE BOCALON

PREFEITO MUNICIPAL

Paulo Lopes

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 39/2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 39/2014.

Dispõe sobre a política municipal de saneamento básico do Município de Paulo Lopes, seus instrumentos e dá outras providências.

CAPÍTULO I

DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Seção I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º A Política Municipal de Saneamento Básico reger-se-á pelas disposições desta lei, de seus regulamentos e das normas administrativas deles decorrentes e tem por finalidade assegurar a proteção da saúde da população e a salubridade do meio ambiente urbano e rural, além de disciplinar o planejamento e a execução das ações, obras e serviços de saneamento básico do Município.

Art. 2º Para os efeitos desta lei considera-se:

I - saneamento básico: conjunto de serviços, infra-estruturas e instalações operacionais de:

a) abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infra-estruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;

b) esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;

c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas;

d) drenagem e manejo das águas pluviais urbanas: conjunto de atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas;

II - universalização: ampliação progressiva do acesso de todos os domicílios ocupados ao saneamento básico;

III - controle social: conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico;

IV - subsídios: instrumento econômico de política social para garantir a universalização do acesso ao saneamento básico, especialmente para populações e localidades de baixa renda;

V - localidade de pequeno porte: vilas, aglomerados rurais, povoados, núcleos, lugarejos e aldeias, assim definidos pela Fundação

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Art. 3º. Os recursos hídricos não integram os serviços públicos de saneamento básico.

Parágrafo único. A utilização de recursos hídricos na prestação de serviços públicos de saneamento básico, inclusive para disposição ou diluição de esgotos e outros resíduos líquidos, é sujeita a outorga de direito de uso, nos termos da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997.

Art. 4º. Não constitui serviço público a ação de saneamento executada por meio de soluções individuais.

Art. 5º. O lixo originário de atividades comerciais, industriais e de serviços cuja responsabilidade pelo manejo não seja atribuída ao gerador pode, por decisão do poder público, ser considerado resíduo sólido urbano.

Art. 6º. Para os efeitos desta Lei, o serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos urbanos é composto pelas seguintes atividades:

I - de coleta, transbordo e transporte dos resíduos relacionados na alínea "c" do inciso I do caput do art. 2º desta Lei;

II - de triagem para fins de reuso ou reciclagem, de tratamento, inclusive por compostagem, e de disposição final dos resíduos relacionados na alínea "c" do inciso I do caput do art. 2º desta Lei;

III - de varrição, capina e poda de árvores em vias e logradouros públicos e outros eventuais serviços pertinentes à limpeza pública urbana.

Art. 7º Compete ao Município organizar e prestar direta ou indiretamente os serviços de saneamento básico de interesse local.

Parágrafo único. Os serviços de saneamento básico deverão integrar-se com as demais funções essenciais de competência municipal, de modo a assegurar prioridade para a segurança sanitária e o bem-estar de seus habitantes.

Art. 8º O município poderá prestar diretamente ou delegar a organização, a regulação, a fiscalização e a prestação dos serviços de saneamento básico, nos termos da Constituição Federal, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, da Lei nº 11.079 de 30 de dezembro de 2004 e da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.

§ 1º As atividades de regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico poderão ser exercidas:

I – por autarquia com esta finalidade, pertencente à própria Administração Pública;

II - por órgão ou entidade de ente da Federação que o município tenha delegado o exercício dessas competências, obedecido o disposto no art. 241 da Constituição Federal;

III - por consórcio público integrado pelos titulares dos serviços.

§ 2º No exercício das atividades de planejamento dos serviços a que se refere o § 1º deste artigo, o município poderá receber cooperação técnica da União, Estado, Funasa ou outro órgão público e basear-se em estudos fornecidos pelos prestadores.

§ 3º A prestação de serviços públicos de saneamento básico no município poderá ser realizada por:

I – órgão ou pessoa jurídica pertencente à Administração Pública municipal, na forma da legislação;

II – pessoa jurídica de direito público ou privado, desde que atendidos os requisitos da Constituição Federal e da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.

Seção II

Dos Princípios

Art. 9º A Política Municipal de Saneamento Básico orientar-se-á pelos seguintes princípios:

I - universalização do acesso;

II - integralidade, compreendida como o conjunto de todas as atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento básico, propiciando à população o acesso na conformidade de suas necessidades e maximizando a eficácia das ações e resultados;

III - abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos realizados de formas adequadas à saúde pública e à proteção do meio ambiente;

IV - disponibilidade, em todas as áreas urbanas, de serviços de drenagem e de manejo das águas pluviais adequados à saúde pública e à segurança da vida e do patrimônio público e privado;

V - adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais;

VI - articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante;

VII - eficiência e sustentabilidade econômica;

VIII - utilização de tecnologias apropriadas, considerando a capacidade de pagamento dos usuários e a adoção de soluções graduais e progressivas;

IX - transparência das ações, baseada em sistemas de informações e processos decisórios institucionalizados;

X - controle social;

XI - segurança, qualidade e regularidade;

XII - integração das infra-estruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos.

Seção III

Dos Objetivos

Art. 10. São objetivos da Política Municipal de Saneamento Básico:

I - contribuir para o desenvolvimento e a redução das desigualdades locais, a geração de emprego e de renda e a inclusão social;

II - priorizar planos, programas e projetos que visem à implantação e ampliação dos serviços e ações de saneamento básico nas áreas ocupadas por populações de baixa renda;

III - proporcionar condições adequadas de salubridade sanitária

às populações rurais e de pequenos núcleos urbanos isolados;

IV - assegurar que a aplicação dos recursos financeiros administrados pelo poder público dê-se segundo critérios de promoção da salubridade sanitária, de maximização da relação benefício-custo e de maior retorno social;

V - incentivar a adoção de mecanismos de planejamento, regulação e fiscalização da prestação dos serviços de saneamento básico;

VI - promover alternativas de gestão que viabilizem a auto-sustentação econômica e financeira dos serviços de saneamento básico, com ênfase na cooperação com os governos estadual e federal, bem como com entidades municipalistas;

VII - promover o desenvolvimento institucional do saneamento básico, estabelecendo meios para a unidade e articulação das ações dos diferentes agentes, bem como do desenvolvimento de sua organização, capacidade técnica, gerencial, financeira e de recursos humanos, contempladas as especificidades locais;

VIII - fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico, a adoção de tecnologias apropriadas e a difusão dos conhecimentos gerados de interesse para o saneamento básico;

IX - minimizar os impactos ambientais relacionados à implantação e desenvolvimento das ações, obras e serviços de saneamento básico e assegurar que sejam executadas de acordo com as normas relativas à proteção do meio ambiente, ao uso e ocupação do solo e à saúde.

Seção IV

Das Diretrizes Gerais

Art. 11. A formulação, implantação, funcionamento e aplicação dos instrumentos da Política Municipal de Saneamento Básico orientar-se-ão pelas seguintes diretrizes:

I - valorização do processo de planejamento e decisão sobre medidas preventivas ao crescimento caótico de qualquer tipo, objetivando resolver problemas de dificuldade de drenagem e disposição de esgotos, poluição e a ocupação territorial sem a devida observância das normas de saneamento básico previstas nesta lei, no Plano Municipal de Saneamento Básico e demais normas municipais;

II – adoção de critérios objetivos de elegibilidade e prioridade, levando em consideração fatores como nível de renda e cobertura, grau de urbanização, concentração populacional, disponibilidade hídrica, riscos sanitários, epidemiológicos e ambientais;

III - coordenação e integração das políticas, planos, programas e ações governamentais de saneamento, saúde, meio ambiente, recursos hídricos, desenvolvimento urbano e rural, habitação, uso e ocupação do solo;

IV - atuação integrada dos órgãos públicos municipais, estaduais e federais de saneamento básico;

V - consideração às exigências e características locais, à organização social e às demandas sócio-econômicas da população;

VI - prestação dos serviços públicos de saneamento básico orientada pela busca permanente da universalidade e qualidade;

VII - ações, obras e serviços de saneamento básico planejados e executados de acordo com as normas relativas à proteção ao meio

ambiente e à saúde pública, cabendo aos órgãos e entidades por elas responsáveis o licenciamento, a fiscalização e o controle dessas ações, obras e serviços, nos termos de sua competência legal;

VIII - a bacia hidrográfica deverá ser considerada como unidade de planejamento para fins de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, compatibilizando-se com o Plano Municipal de Saúde e de Meio Ambiente, com o Plano Diretor Municipal e com o Plano Diretor de Recursos Hídricos da região, caso existam;

IX - incentivo ao desenvolvimento científico na área de saneamento básico, a capacitação tecnológica da área, a formação de recursos humanos e a busca de alternativas adaptadas às condições de cada local;

X - adoção de indicadores e parâmetros sanitários e epidemiológicos e do nível de vida da população como norteadores das ações de saneamento básico;

XI - promoção de programas de educação sanitária;

XII - estímulo ao estabelecimento de adequada regulação dos serviços;

XIII - garantia de meios adequados para o atendimento da população rural dispersa, inclusive mediante a utilização de soluções compatíveis com suas características econômicas e sociais peculiares;

XIV - adoção de critérios objetivos de elegibilidade e prioridade, levando em consideração fatores como nível de renda e cobertura, grau de urbanização, concentração populacional, disponibilidade hídrica, riscos sanitários, epidemiológicos e ambientais.

CAPÍTULO II

DO SISTEMA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Seção I

Da Composição

Art. 12. A Política Municipal de Saneamento Básico contará, para execução das ações dela decorrentes, com o Sistema Municipal de Saneamento Básico.

Art. 13. O Sistema Municipal de Saneamento Básico fica definido como o conjunto de agentes institucionais que no âmbito das respectivas competências, atribuições, prerrogativas e funções, integram-se, de modo articulado e cooperativo, para a formulação das políticas, definição de estratégias e execução das ações de saneamento básico.

Art. 14. O Sistema Municipal de Saneamento Básico é composto dos seguintes instrumentos:

I - Plano Municipal de Saneamento Básico;

II - Conselho Municipal de Saneamento Básico;

III - Fundo Municipal de Saneamento Básico;

IV - Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico.

V - Conferência Municipal de Saneamento Básico

Parágrafo Único. O item previsto no inciso I é condição de validade para a celebração de contratos que tenham por objeto a delegação da prestação de serviços públicos de saneamento básico.

Seção II

Do Plano Municipal de Saneamento Básico

Art. 15. Fica instituído o Plano Municipal de Saneamento Básico, como documento oficial destinado a execução dos serviços públicos de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário, em conformidade com a Lei Federal 11.445/2007, tendo como objetivo articular, integrar e coordenar recursos tecnológicos, humanos, econômicos e financeiros, com vistas ao alcance de níveis crescentes de salubridade ambiental.

Art. 16. O Plano Municipal de Saneamento Básico contempla um período de 20 (vinte) anos e contém, como principais elementos:

I - diagnóstico da situação atual e seus impactos nas condições de vida, com base em sistema de indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais, socioeconômicos e apontando as principais causas das deficiências detectadas;

II - objetivos e metas de curto, médio e longo prazos para a universalização, admitindo soluções graduais e progressivas, observando a compatibilidade com os demais planos setoriais;

III - programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, de modo compatível com os respectivos planos plurianuais, identificando possíveis fontes de financiamento;

IV - ações para emergências e contingências;

V - mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas;

VI - identificação dos obstáculos de natureza político-institucional, legal, econômico- financeira, administrativa, cultural e tecnológica que se interpõem à consecução dos objetivos e metas propostos, e os meios para superá-los;

Art. 17. O Plano Municipal de Saneamento Básico, dos serviços públicos de abastecimento de água coleta e tratamento de esgoto sanitário, instituído por esta lei será avaliado anualmente e revisado a cada 4 (quatro) anos.

§ 1º As alterações decorrentes da atualização do Plano Municipal de Saneamento deverão ser apreciadas pela Câmara de Vereadores.

§ 2º A proposta de revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico deverá seguir as diretrizes dos planos das bacias hidrográficas em que estiver inserido, bem como será elaborado em articulação com a prestadora dos serviços.

§ 3º A delegação de serviço de saneamento básico não dispensa o cumprimento pelo prestador do respectivo Plano Municipal de Saneamento Básico em vigor à época da delegação.

§ 4º O Plano Municipal de Saneamento Básico engloba integralmente o território do ente do município.

Art. 18. Na avaliação e revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico, tomar-se-á por base o relatório sobre a salubridade ambiental do município.

Art. 19. O processo de revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico dar-se-á com a participação da população.

Seção III

Do Controle Social de Saneamento Básico

Art. 20. O Conselho Municipal de Saneamento – COMUSA é órgão colegiado autônomo, fiscalizador, de nível estratégico para o Sistema Municipal de Saneamento Básico, com a finalidade de assessorar, estudar e propor ao Chefe do Poder Executivo diretrizes de políticas governamentais, também responsável por fomentar as ações de controle social dos serviços públicos de saneamento básico.

§ 1º. O COMUSA é a responsável pela promoção de Conferência Municipal de Saneamento Básico, que é fórum de debate aberto a toda sociedade civil, a ser realizado de acordo com a avaliação de conveniência e oportunidade do COMUSA.

§ 2º O estatuto do COMUSA regerá o seu funcionamento.

§ 3º Os integrantes do COMUSA não farão jus à remuneração.

Art. 21. O COMUSA será constituído com representantes e respectivos suplentes:

I – do poder público, sendo:

- a) O titular da secretaria municipal de turismo e meio ambiente;
- b) O titular da secretaria municipal de saúde;
- c) O titular da secretaria municipal de transporte, obras e serviços públicos;
- d) um representante da CASAN;
- e) um representante da EPAGRI;
- f) um representante da Câmara Municipal de Vereadores.
- g) Um representante do PROCON municipal;
- h) Um representante da Fundação do Meio Ambiente – FATMA.

II- da sociedade civil, através dos usuários efetivos e potenciais do serviço, dos trabalhadores, profissionais e organizações não governamentais, ligadas ao saneamento, sendo:

- a) um representante da Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL);
- b) um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais;
- c) um representante do CREA;
- d) um representante das empresas privadas prestadoras de serviço em saneamento no Município;
- e) um representante das Associações de Desenvolvimento das Microbacias.
- f) Um representante de cada região de planejamento prevista no plano diretor de desenvolvimento sustentável de Paulo Lopes;

Seção IV

Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico

Art. 22. Fica instituído Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico, que possui como objetivos:

I - coletar e sistematizar dados relativos às condições da prestação dos serviços públicos de saneamento básico;

II - disponibilizar estatísticas, indicadores e outras informações

relevantes para a caracterização da demanda e da oferta de serviços públicos de saneamento básico;

III - permitir e facilitar o monitoramento e avaliação da eficiência e da eficácia da prestação dos serviços de saneamento básico.

§ 1º As informações do Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico são públicas e acessíveis a todos, devendo ser publicadas por meio da internet.

§ 2º O Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico deverá ser regulamentado em até 180 dias, contados da publicação desta lei.

Seção V

Do Fundo Municipal de Saneamento Básico

Art. 23 Fica instituído o Fundo Municipal de Saneamento Básico (FUNSAB) destinado a financiar, isolada ou complementarmente, os instrumentos da Política Municipal de Saneamento Básico previstos nesta Lei, cujos programas tenham sido objeto de consulta pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico.

§1º Os recursos do FUNSAB serão aplicados exclusivamente em saneamento básico no espaço geopolítico do Município, após consulta ao Conselho Municipal de Saneamento Básico.

§2º A supervisão do FUNSAB será exercida na forma da legislação própria e, em especial, pelo recebimento sistemático de relatórios, balanços e informações que permitam o acompanhamento das atividades do FMS e da execução do orçamento anual e da programação financeira aprovados pelo Executivo Municipal.

Art. 24 Constitui receita do Fundo Municipal de Saneamento Básico:

I - da arrecadação total ou parcial das tarifas e taxas decorrentes da prestação dos serviços de captação, tratamento e distribuição de água, de coleta e tratamento de esgotos, e serviços de drenagem urbana, bem como da arrecadação total ou parcial de multas aplicadas com base no Regulamento dos Serviços, de taxas de ligação e religação de água e esgoto e da remuneração de serviços prestados aos usuários do sistema;

II – recursos provenientes de dotações orçamentárias do Município;

III - do produto de operações de crédito contratadas para custear investimentos destinados ao saneamento básico do município;

IV - de fundos estaduais e federais, de contribuições, subvenções, auxílios e valores a fundo perdido da Administração Direta e Indireta, Federal, Estadual e Municipal;

V - de acordos, convênios, contratos e consórcios, recursos provenientes de ajuda e cooperação internacional e de acordos bilaterais entre o Município e instituições públicas e privadas;

VI - das remunerações oriundas de aplicações financeiras; x

VII - dos rendimentos de qualquer natureza, decorrentes da aplicação de seu patrimônio;

VIII - de doações, legados e contribuições que venha a receber de pessoas físicas ou jurídicas, entidades públicas ou privadas;

IX - de outras receitas que lhe venham a ser destinadas.

Parágrafo Único – Fica vedada a consignação de recursos financeiros mencionados no caput deste artigo para aplicação em ações

de saneamento básico pelo município que não seja por meio do Fundo Municipal de Saneamento Básico.

Art. 25. Os recursos financeiros do Fundo serão depositados em conta exclusiva e específica, aberta e mantida em agência de estabelecimento oficial de crédito, e poderão ser aplicados no mercado financeiro ou de capitais de maior rentabilidade, sendo que tanto o capital como os rendimentos somente poderão ser usados para as finalidades específicas descritas nesta lei.

Parágrafo Único – A movimentação e aplicação dos recursos serão feitas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, em conjunto com o Gestor Executivo do FUNSAB.

Art.26. Os recursos do Fundo Municipal de Saneamento Básico (FUNSAB) só serão aplicados na operação, manutenção, melhorias, ampliação, na elaboração de estudos e projetos referentes aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, e demais serviços relacionados com o saneamento básico do município, em especial no que às ações de emergência e contingência, bem como em outras despesas que venham a contribuir para o bom funcionamento do Fundo.

Art. 27. Todos os bens, materiais e equipamentos adquiridos com recursos do Fundo, fazem parte do patrimônio do município.

Art. 28. O orçamento do Fundo Municipal de Saneamento Básico (FUNSAB) integrará o orçamento do município, em obediência ao princípio da unidade e deve atender as disposições estabelecidas na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, na Legislação Estadual aplicável, e atender as normas baixadas pela Controladoria Municipal.

Parágrafo Único - O Prefeito, por meio da Contadoria Geral, enviará, mensalmente, o Balancete ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e a Câmara Municipal de Vereadores.

CAPÍTULO III

DIREITOS E DEVERES DOS USUÁRIOS

Art. 29. São direitos dos usuários dos serviços de saneamento básico prestados:

I - a gradativa universalização dos serviços de saneamento básico e sua prestação de acordo com os padrões estabelecidos pelo órgão de regulação e fiscalização;

II - o amplo acesso às informações constantes no Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico;

III - a cobrança de taxas, tarifas e preços públicos compatíveis com a qualidade e quantidade do serviço prestado;

IV - o acesso direto e facilitado ao órgão regulador e fiscalizador;

V - ao ambiente salubre;

VI - o prévio conhecimento dos seus direitos e deveres e das penalidades a que podem estar sujeitos;

VII - a participação no processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, nos termos do artigo 19 desta lei;

VIII - ao acesso gratuito ao manual de prestação do serviço e de atendimento ao usuário.

Art. 30. São deveres dos usuários dos serviços de saneamento básico prestados:

I - o pagamento das taxas, tarifas e preços públicos cobrados pela Administração Pública ou pelo prestador de serviços;

II - o uso racional da água e a manutenção adequada das instalações hidrosanitárias da edificação;

III - a ligação de toda edificação permanente urbana às redes públicas de abastecimento de água e esgotamento sanitário disponíveis;

IV - o correto manuseio, separação, armazenamento e disposição para coleta dos resíduos sólidos, de acordo com as normas estabelecidas pelo poder público municipal;

V - primar pela retenção das águas pluviais no imóvel, visando a sua infiltração no solo ou seu reuso;

VI - colaborar com a limpeza pública, zelando pela salubridade dos bens públicos e dos imóveis sob sua responsabilidade;

VII – participar de campanhas públicas de promoção do saneamento básico.

Parágrafo Único. Nos locais não atendidos por rede coletora de esgotos, é dever do usuário a construção, implantação e manutenção de sistema individual de tratamento e disposição final de esgotos, conforme regulamentação do poder público municipal, promovendo seu reuso sempre que possível.

CAPÍTULO IV

PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Art. 31. A prestação dos serviços de saneamento básico atenderá a requisitos mínimos de qualidade, incluindo a regularidade, a continuidade e aqueles relativos aos produtos oferecidos, ao atendimento dos usuários e às condições operacionais e de manutenção dos sistemas, de acordo com as normas regulamentares e contratuais.

Art. 32. Toda edificação permanente urbana será conectada às redes públicas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário disponíveis e sujeita ao pagamento das tarifas e de outros preços públicos decorrentes da conexão e do uso desses serviços.

§ único. Na ausência de redes públicas de água e esgotos, serão admitidas soluções individuais de abastecimento de água e de tratamento e disposição final dos esgotos sanitários, observadas as normas editadas pela entidade reguladora e pelos órgãos responsáveis pelas políticas ambiental, sanitária e de recursos hídricos.

Art. 33. Em situação crítica de escassez ou contaminação de recursos hídricos que obrigue à adoção de racionamento, declarada pela autoridade gestora de recursos hídricos, o ente regulador poderá adotar mecanismos tarifários de contingência, com objetivo de cobrir custos adicionais decorrentes, garantindo o equilíbrio financeiro da prestação do serviço e a gestão da demanda.

Art. 34. Os prestadores de serviços de saneamento básico deverão elaborar manual de prestação de serviço e atendimento ao usuário e assegurar amplo e gratuito acesso ao mesmo.

CAPÍTULO V

ASPECTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS

Art. 35. Os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, mediante remuneração pela cobrança dos serviços:

I - de abastecimento de água e esgotamento sanitário: preferencialmente na forma de tarifas e outros preços públicos, que poderão ser estabelecidos para cada um dos serviços ou para ambos conjuntamente;

II - de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos urbanos: taxas ou tarifas e outros preços públicos, em conformidade com o regime de prestação do serviço ou de suas atividades;

III - de manejo de águas pluviais urbanas: na forma de tributos, inclusive taxas, em conformidade com o regime de prestação do serviço ou de suas atividades.

Parágrafo único. Observado o disposto nos incisos I a III do caput deste artigo, a instituição das tarifas, preços públicos e taxas para os serviços de saneamento básico observará as seguintes diretrizes:

I - prioridade para atendimento das funções essenciais relacionadas à saúde pública;

II - ampliação do acesso dos cidadãos e localidades de baixa renda aos serviços;

III - geração dos recursos necessários para realização dos investimentos, objetivando o cumprimento das metas e objetivos do serviço;

IV - inibição do consumo supérfluo e do desperdício de recursos;

V - recuperação dos custos incorridos na prestação do serviço, em regime de eficiência;

VI - remuneração adequada do capital investido pelos prestadores dos serviços;

VII - estímulo ao uso de tecnologias modernas e eficientes, compatíveis com os níveis exigidos de qualidade, continuidade e segurança na prestação dos serviços;

VIII - incentivo à eficiência dos prestadores dos serviços.

Art. 36. Observado o disposto no art. 36 desta Lei, a estrutura de remuneração e cobrança dos serviços públicos de saneamento básico poderá levar em consideração os seguintes fatores:

I - categorias de usuários, distribuídas por faixas ou quantidades crescentes de utilização ou de consumo;

II - padrões de uso ou de qualidade requeridos;

III - quantidade mínima de consumo ou de utilização do serviço, visando à garantia de objetivos sociais, como a preservação da saúde pública, o adequado atendimento dos usuários de menor renda e a proteção do meio ambiente;

IV - custo mínimo necessário para disponibilidade do serviço em quantidade e qualidade adequadas;

V - ciclos significativos de aumento da demanda dos serviços, em períodos distintos; e

VI - capacidade de pagamento dos usuários.

Art. 37. As taxas ou tarifas decorrentes da prestação de serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos urbanos devem levar em conta a adequada destinação dos resíduos coletados e poderão considerar:

I - o nível de renda da população da área atendida;

II - as características dos lotes urbanos e as áreas que podem ser neles edificadas;

III - o peso ou o volume médio coletado por habitante ou por domicílio.

Art. 38. A cobrança pela prestação do serviço público de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas deve levar em conta, em cada lote urbano, os percentuais de impermeabilização e a existência de dispositivos de amortecimento ou de retenção de água de chuva, bem como poderá considerar:

I - o nível de renda da população da área atendida;

II - as características dos lotes urbanos e as áreas que podem ser neles edificadas.

Art. 39. Os reajustes de tarifas de serviços públicos de saneamento básico poderão ser realizados a cada 12 (doze) meses, aprovado pela Câmara de Vereadores, de acordo com as normas legais, regulamentares e contratuais, submetidos previamente às respectivas entidades reguladoras.

Art. 40. As revisões tarifárias compreenderão a reavaliação das condições da prestação dos serviços e das tarifas praticadas, objetivando a distribuição dos ganhos de produtividade com os usuários e a reavaliação das condições de mercado, ou para adequar o equilíbrio econômico-financeiro.

§ 1º As revisões tarifárias devem ser previamente submetidas às respectivas entidades reguladoras.

§ 2º Poderão ser estabelecidos mecanismos tarifários de indução à eficiência, inclusive fatores de produtividade, assim como de antecipação de metas de expansão e qualidade dos serviços.

§ 3º Os fatores de produtividade poderão ser definidos com base em indicadores de outras empresas do setor.

§ 4º A entidade de regulação poderá autorizar o prestador de serviços a repassar aos usuários custos e encargos tributários não previstos originalmente e por ele não administrados, nos termos da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

Art. 41. As tarifas serão fixadas de forma clara e objetiva, devendo os reajustes e as revisões serem tornados públicos com antecedência mínima de 30 (trinta) dias com relação à sua aplicação.

Parágrafo único. A fatura a ser entregue ao usuário final deverá obedecer a modelo estabelecido pela entidade reguladora, que definirá os itens e custos que deverão estar explicitados.

Art. 42. Os serviços de saneamento básico poderão ser interrompidos pelo prestador nas seguintes hipóteses:

I - situações de emergência que atinjam a segurança de pessoas e bens;

II - necessidade de efetuar reparos, modificações ou melhorias de qualquer natureza nos sistemas;

III - negativa do usuário em permitir a instalação de dispositivo de leitura de água consumida, após ter sido previamente notificado a respeito;

IV - manipulação indevida de qualquer tubulação, medidor ou outra instalação do prestador, por parte do usuário; e

V - inadimplemento do usuário dos serviços de saneamento básico,

do pagamento das tarifas, após ter sido formalmente notificado.

§ 1º As interrupções programadas serão previamente comunicadas ao regulador e aos usuários.

§ 2º A suspensão dos serviços prevista nos incisos III e V do caput deste artigo será precedida de prévio aviso ao usuário, não inferior a 30 (trinta) dias da data prevista para a suspensão.

§ 3º A interrupção ou a restrição do fornecimento de água por inadimplência a estabelecimentos de saúde, a instituições educacionais e de internação coletiva de pessoas e a usuário residencial de baixa renda beneficiário de tarifa social deverá obedecer a prazos e critérios que preservem condições mínimas de manutenção da saúde das pessoas atingidas, de acordo com as normas do órgão de regulação.

Art. 43. Os valores investidos em bens reversíveis pelos prestadores constituirão créditos perante o Município, a serem recuperados mediante a exploração dos serviços, nos termos das normas regulamentares e contratuais e, quando for o caso, observada a legislação pertinente às sociedades por ações.

§ 1º Não gerarão crédito perante o Município os investimentos feitos sem ônus para o prestador, tais como os decorrentes de exigência legal aplicável à implantação de empreendimentos imobiliários e os provenientes de subvenções ou transferências fiscais voluntárias.

§ 2º Os investimentos realizados, os valores amortizados, a depreciação e os respectivos saldos serão anualmente auditados e certificados pela entidade reguladora.

§ 3º Os créditos decorrentes de investimentos devidamente certificados poderão constituir garantia de empréstimos aos delegatários, destinados exclusivamente a investimentos nos sistemas de saneamento objeto do respectivo contrato.

CAPÍTULO VI

REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Art. 44. A regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico serão realizados por entidade reguladora com autonomia administrativa, orçamentária e financeira.

Art. 45. São objetivos da regulação:

I - estabelecer padrões e normas para a adequada prestação dos serviços e para a satisfação dos usuários;

II - garantir o cumprimento das condições e metas estabelecidas, assegurando o rigoroso cumprimento dos contratos de prestação ou de delegação de prestação dos serviços de saneamento básico;

III - controlar a política tarifária, nos termos da legislação e dos contratos, conciliando o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos e o princípio da modicidade das tarifas, mediante mecanismos que induzam a eficiência e eficácia dos serviços e que permitam a apropriação social dos ganhos de produtividade.

Art. 46. A entidade reguladora deverá editar normas, sempre respeitando os contratos firmados anteriormente, relativas às dimensões técnica, econômica e social de prestação dos serviços, que abrangerão, pelo menos, os seguintes aspectos:

I - padrões e indicadores de qualidade da prestação dos serviços;

II - requisitos operacionais e de manutenção dos sistemas;

III - as metas progressivas de expansão e de qualidade dos serviços e os respectivos prazos;

IV - regime, estrutura e níveis tarifários, bem como os procedimentos e prazos de sua fixação, reajuste e revisão;

V - medição, faturamento e cobrança de serviços;

VI - monitoramento dos custos;

VII - avaliação da eficiência e eficácia dos serviços prestados;

VIII - plano de contas e mecanismos de informação, auditoria e certificação;

IX - subsídios tarifários e não tarifários;

X - padrões de atendimento ao público e mecanismos de participação e informação;

XI - medidas de contingências e de emergências, inclusive racionamento.

§ 1º As normas a que se refere o caput deste artigo fixarão prazo para os prestadores de serviços comunicarem aos usuários as providências adotadas em face de queixas ou de reclamações relativas aos serviços.

§ 2º A entidade fiscalizadora deverá receber e se manifestar conclusivamente sobre as reclamações que, a juízo do interessado, não tenham sido suficientemente atendidas pelos prestadores dos serviços.

Art. 47. Em caso de gestão associada, compartilhada ou prestação regionalizada dos serviços, o Município poderá adotar os mesmos critérios econômicos, sociais e técnicos da regulação adotados para a área de abrangência da associação ou da prestação.

Art. 48. Os prestadores dos serviços de saneamento básico deverão fornecer à entidade reguladora todos os dados e informações necessárias para o desempenho de suas atividades, na forma das normas legais, regulamentares e contratuais.

§ 1º Incluem-se entre os dados e informações a que se refere o caput deste artigo aquelas produzidas por empresas ou profissionais contratados para executar serviços ou fornecer materiais e equipamentos específicos.

§ 2º Compreendem-se nas atividades de regulação dos serviços de saneamento básico a interpretação e a fixação de critérios para a fiel execução dos contratos, dos serviços e para a correta administração de subsídios.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 49. Será instituído por Lei de autoria do Poder Executivo e aprovado pela Câmara de Vereadores, no prazo de 60 (sessenta) dias o Regimento Interno do Conselho Municipal de Saneamento Básico e do Fundo Municipal de Saneamento Básico.

Art. 50. Os órgãos e entidades municipais da área de saneamento básico serão reorganizadas para atender o disposto nesta lei, no prazo de 120 (cento e vinte) dias.

Art. 51. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 52. Revogam-se as disposições em contrário.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado a presente Lei Complementar no Diário Oficial dos Municípios, em 19 de março de 2014.

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Sec. Mun. de Administração

Peritiba

PREFEITURA

Resumo de Licitação 22/2014

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Tomada de Preços, do tipo Menor Preço Global, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do edital de Tomada de Preços nº 01/2014.

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 22/2014 – Tomada de Preço 01/2014, julgamento Menor Preço Global.

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de consultoria e assessoria pública na elaboração e no planejamento de ações para o desenvolvimento das Secretarias de cultura e turismo, na elaboração do plano de cultura e no controle do levantamento físico do patrimônio.

Data da Entrega dos envelopes e abertura:

Os envelopes contendo a documentação e proposta de preços deverão ser entregues no Prédio do Centro Administrativo Municipal até as 08h45min do dia 07 de Abril de 2014, sendo que a abertura dos envelopes contendo a documentação das empresas participantes ocorrerá no mesmo local com início as 09h do mesmo dia.

Informações complementares:

Demais informações, bem como o Edital completo, informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio nº 63, Centro, Município de Peritiba de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3453-1122.

Município de Peritiba – SC em 18 de Março de 2014.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Pinheiro Preto

PREFEITURA

Lei Nº 1.749, de 18 de Março de 2014.

LEI Nº 1.749, DE 18 DE MARÇO DE 2014.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA À "ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO SÃO JOSÉ", E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder contribuição financeira à "Associação de Moradores do Bairro São José", Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob n. 00.926.135/0001-82, com sede na Rua Paulino Nora, Município de Pinheiro Preto, associação sem fins lucrativos, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

§ 1º A contribuição de que trata o art. 1º desta lei tem como objetivo custear as melhorias a serem executadas no pavilhão comunitário do bairro São José, na forma determinada pela Vigilância Sanitária.

Art. 2º O Município repassará o valor de que trata o artigo 1º desta lei em parcela única, mediante apresentação, pela beneficiária, das determinações expedidas pelo Órgão da Vigilância Sanitária, acompanhado, se for o caso, de Projeto Técnico.

§ 1º A beneficiária terá o prazo de 90 (noventa) dias para executar as reformas e melhorias no pavilhão, devendo prestar contas ao órgão Público acerca da aplicação dos recursos no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do encerramento do prazo para conclusão das obras.

§ 2º Compete à Secretaria Municipal de Administração o acompanhamento e fiscalização das ações de que trata esta lei.

Art. 3º Por ocasião da transferência do valor, a entidade beneficiária deverá apresentar prova de regularidade para com as fazendas federal, estadual e municipal, seguridade social, trabalhista e com o fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS.

Art. 4º As despesas decorrentes desta lei correrão à conta de dotação orçamentária prevista na lei de orçamento em vigor.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC,
18 de março de 2014.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Lei Nº 1.748, de 18 de Março de 2014.

LEI Nº 1.748, DE 18 DE MARÇO DE 2014.

AUTORIZA O MUNICÍPIO A FIRMAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE VIDEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de

Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Município de Pinheiro Preto autorizado a firmar Convênio Financeiro com ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE VIDEIRA – APAE, entidade sem fins lucrativos, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º 82.829.284/0001-98, com sede na Rua Brasil Correia, 620, Bairro Farroupilha, Videira –SC.

Art. 2º O Convênio tem por objeto a concessão de auxílio financeiro à conveniada, para custear despesas com alimentação, vestuário, manutenção de piscina, material didático e médico-hospitalar, e contratação de profissionais técnicos especializados, visando manter o atendimento bio-psíquico-pedagógico e social a portadores de deficiências múltiplas.

Parágrafo único. Para os fins do disposto no art. 1º desta lei, o Município repassará a APAE de Videira o valor mensal de R\$ 1.627,00 (um mil e seiscentos e vinte e sete reais), retroativo a 1º janeiro de 2014.

Art. 3º Os recursos repassados serão depositados em conta bancária específica e vinculada, e movimentados por ordem bancária ou transferência eletrônica de numerário.

Parágrafo único. A movimentação por cheques nominais, cruzados e individualizados por credor será admitida apenas quando não for possível a movimentação na forma do caput, devendo esta circunstância ser justificada na prestação de contas.

Art. 4º A conta bancária deve ser identificada com o nome da conveniada, acrescido da expressão “Contribuição” e do nome da unidade concedente.

Parágrafo único. A prestação de contas será composta de:

I – Balancete de prestação de contas, instruído com os documentos legais;

II – Extratos de movimentação bancária;

III – Certidões negativas de débitos federal, estadual e municipal, esta última da sede do domicílio da Associação;

IV – Certidão negativa de Débito Trabalhista – CNDT;

V – Certidão Negativa de Débito Previdenciário;

VI – Certidão Negativa do FGTS;

VII – Certidão expedida pela Secretaria Municipal da Educação certificando o cumprimento, pela conveniada, das obrigações decorrentes do presente convênio.

Art. 5º O Convênio vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, e havendo interesse público poderá ser prorrogado por igual período, na forma da lei.

Art. 6º As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta de dotação prevista no atual orçamento.

Art. 7º Integra a presente lei anexo contendo a minuta do Convênio.

Art. 8º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2014.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC,
28 de fevereiro de 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

ANEXO

LEI Nº 1.748, DE 18 DE MARÇO DE 2014

MINUTA CONVÊNIO

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE VIDEIRA/SC Nº

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, pessoa Jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n.º 82.827.148-0001-69, com sede administrativa a Av. Mal. Costa e Silva n.º 111, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. EUZEBIO CALISTO VIECELI, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município de Pinheiro Preto, doravante denominado CONVENIENTE, e a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE VIDEIRA – APAE, entidade sem fins lucrativos, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º 82.829.284/0001-98, com sede a Rua Brasil Correia, 620, Bairro Farroupilha, Videira –SC, neste ato representada por JAQUELINE GRIS, residente e domiciliado na Rua Brasil Correia, 620 – Bairro Farroupilha – Videira, doravante denominada CONVENIADA, resolvem celebrar o presente convênio mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

FUNDAMENTO LEGAL:

O presente convênio tem como fundamento a LEI Nº 1748, DE 18/03/2014.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente convênio tem por objeto a concessão de auxílio financeiro à CONVENIADA, para que esta utilize tais recursos para fazer frente as despesas com a contratação de profissionais técnicos especializados - médicos, psicólogo, fonoaudiólogo e assistente social, visando manter o atendimento bio-psíquico-pedagógico e social a portadores de deficiências múltiplas, alimentação, vestuário, manutenção da piscina, material didático e médico-hospitalar

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENIENTE:

Repassar mensalmente o valor correspondente a R\$ 1.627,00 a CONVENIADA, através de depósito bancário ou cheque nominal, sempre até o décimo dia de cada mês.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIADA:

3.1 A conveniada deverá prestar contas da aplicação dos recursos no prazo máximo de trinta dias após recebimento do crédito.

3.2 Efetuar o registro individual e planejamento das atividades; dividir os alunos em turmas de acordo com a idade e nível de desenvolvimento;

3.3 fazer o planejamento anual e semanal de acordo com o planejamento terapêutico individual, elaborados em conjunto com os professores equipe técnica;

3.4 Diversificar as atividades de acordo com os rendimentos constatados nas avaliações nas seguintes áreas: comunicação motora, percepções, esquema corporal, musica, ajustamento social e AVD;

3.5 Fazer avaliações e registrá-las bimestralmente.

CLÁUSULA QUARTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS:

A prestação de contas deverá conter, dentre outros que entender conveniente, os seguintes documentos:

I – Balancete de prestação de contas, instruído com os documentos legais;

II – Extratos de movimentação bancária;

III – Certidões negativas de débitos federal, estadual e municipal, esta última da sede do domicílio da Associação;

IV – Certidão negativa de Débito Trabalhista – CNDT;

V – Certidão Negativa de Débito Previdenciário;

VI – Certidão Negativa do FGTS;

VII – Certidão expedida pela Secretaria Municipal da Educação certificando o cumprimento, pela conveniada, das obrigações decorrentes do presente convênio.

CLÁUSULA QUINTA – DOS TRABALHOS:

A programação e execução dos trabalhos que se tornarem necessários com os alunos, em consequência do presente convênio, ficará a critério e sob a coordenação do CONVENIADA.

CLÁUSULA SEXTA - DA VERIFICAÇÃO DOS TRABALHOS:

O CONVENIENTE poderá a qualquer tempo promover por si ou por terceiros a verificação dos trabalhos, objeto deste convênio.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA:

O convênio vigorará de 1º de janeiro de 2014 até 31 de dezembro de 2014, conforme previsto na Lei Municipal n.º 1.748, podendo, no interesse público, ser prorrogado por mais 12 (doze) meses,

CLÁUSULA OITAVA – DISPOSIÇÃO FINAL

Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará-SC, para dirimir quaisquer dúvidas suscitadas na execução deste convênio, esgotadas as vias administrativas.

E, por estarem assim, justos e conveniados, firma o presente convênio em três vias de igual teor e forma.

Pinheiro Preto – SC, 18 de março de 2014.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

EUZÉBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO MUNICIPAL

CONVENIENTE

ASSOC. DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPC. DE VIDEIRA – APAE
CONVENIADA

Testemunhas:

1º- _____

Nome:

CPF:

2º _____

Nome:

CPF:

Lei Nº 1.747, de 18 de Março de 2014

LEI Nº 1.747, DE 18 DE MARÇO DE 2014

AUTORIZA A CONCESSÃO DE CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA À “ASSOCIAÇÃO DE PAIS DO CENTRO EDUCACIONAL PADRE TRUDO PLESSERS”, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder contribuição financeira mensal à “APP - Associação de Pais e Professores do Centro Educacional Padre Trudo Plessers”, Pessoa Jurídica de Direito Privado, associação sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob n. 02.015.522/0001-92, com sede na Rua Oclides Benedito Scortegagna, n. 66, Município de Pinheiro Preto.

§ 1º A contribuição de que trata este artigo tem por objetivo custear 50 % (cinquenta por cento) das despesas referente contratação de professor para ministrar curso de “acordeão e teclado” para pessoas do Município, especialmente crianças e adolescentes, no valor máximo de R\$ 38,00 (trinta e oito reais) por aluno.

§ 2º O curso de que trata o § 1º tem início no mês de março de 2014, com término previsto para dezembro de 2014.

Art. 2º O Município repassará mensalmente a contribuição financeira, mediante comprovação do número de alunos que frequentaram o curso naquele mês.

Art. 3º A Associação beneficiária deverá mensalmente, e no ato da prestação de contas, exibir fotocópia do recibo ou documento equivalente que comprove o pagamento dos serviços prestados pelo professor do curso, bem como relação de alunos participantes, com assinatura conjunta também do profissional contratado.

Parágrafo único. A beneficiária terá o prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento de cada parcela, para prestar contas, ao Órgão Público, da aplicação dos recursos.

Art. 4º As aulas deverão ter duração mínima de 01 (uma) hora.

Art. 5º Competirá a Secretaria Municipal da Educação o acompanhamento e fiscalização das ações de que trata esta lei.

Art. 6º Por ocasião da transferência do valor, a entidade beneficiária deverá apresentar prova de regularidade para com as fazendas federal, estadual e municipal, seguridade social, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e, se for o caso, com o fundo de garantia por tempo de serviço – FGTS

Art. 7º As despesas decorrentes desta lei correrão à conta de dotação orçamentária prevista na lei de orçamento em vigor.

Art. 8º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de março de 2014.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Lei Nº 1.746, de 18 de Março de 2014.

LEI Nº 1.746, DE 18 DE MARÇO DE 2014.

AUTORIZA O MUNICÍPIO A FIRMAR CONVÊNIO COM O “INSTITUTO DE ENSINO E ASSISTÊNCIA SOCIAL – IEAS” – HOSPITAL SALVATORIANO DIVINO SALVADOR

EUZÉBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Município de Pinheiro Preto autorizado a firmar convênio com o "Instituto de Ensino e Assistência Social – IEAS", nome de fantasia "Hospital Saluatoriano Divino Salvador", pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrito no CNPJ sob o nº. 86.552.809/0003-03, com sede na cidade de Videira – SC.

Art. 2º O Convênio tem por objeto estabelecer um regime de cooperação mútua entre os partícipes para o desenvolvimento de ações e serviços de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, de forma complementar, compreendendo o atendimento hospitalar e ambulatorial de Urgência e Emergência em período integral, 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive em finais de semana e feriados, bem como todo e qualquer atendimento hospitalar e ambulatorial necessário aos munícipes, sempre de acordo com sua capacidade instalada e serviços credenciados.

Art. 3º Para fins do convênio, o Município repassará ao Hospital o valor de R\$ 324.000,00 (trezentos e vinte e quatro mil reais), em 12 (doze) parcelas mensais, iguais e sucessivas de 27.000,00 (vinte e sete mil reais).

Art. 4º Os recursos repassados serão depositados em conta bancária específica e vinculada, e movimentados por ordem bancária ou transferência eletrônica de numerário.

Parágrafo único. A movimentação por cheques nominais, cruzados e individualizados por credor será admitida apenas quando não for possível a movimentação na forma do caput, devendo essa circunstância ser justificada na prestação de contas.

Art. 5º A conta bancária deve ser identificada com o nome do Instituto, acrescido da expressão "Contribuição" e do nome da unidade concedente.

Parágrafo único. A prestação de contas será composta de:

I – Balancete de prestação de contas, instruído com os documentos legais;

II – Extratos de movimentação bancária;

III – Certidões negativas de débitos federal, estadual e municipal, esta última da sede do domicílio da Associação;

IV – Certidão negativa de Débito Trabalhista – CNDT;

V – Certidão Negativa de Débito Previdenciário;

VI – Certidão Negativa do FGTS;

VII – Certidão expedida pela Secretaria Municipal da Educação certificando o cumprimento, pelo Hospital, das obrigações decorrentes do presente convênio.

Art. 6º O Convênio vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, e havendo interesse público poderá ser prorrogado por igual período, na forma da lei.

Art. 7º As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

03 - Fundo Municipal da Saúde
03.0301 - Fundo Municipal da Saúde
03.0301.10 Saúde
03.0301.10.301 Atenção Básica
03.0301.10.301.1001 Saúde com Qualidade
03.0301.10.301.1001.2050 Manutenção das Atividades da Saúde
3390 - 0000 Aplicações Diretas

Art. 8º Integra a presente lei anexo contendo a minuta do Convênio.

Art. 9º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de março de 2014.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC,
18 de março de 2014.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

ANEXO

MINUTA CONVÊNIO

LEI Nº 1.746, DE 18 DE MARÇO DE 2014.

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO (SC) e o INSTITUTO DE ENSINO E ASSISTÊNCIA SOCIAL – IEAS – HOSPITAL SALVATORIANO DIVINO SALVADOR, visando o desenvolvimento conjunto de ações e serviços de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, resolvem firmar o presente convênio, na forma que segue:

Pelo presente instrumento de CONVÊNIO, de um lado o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO (SC), pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 82.827.148/0001-69, com sede administrativa na Avenida Mal. Costa e Silva, 111, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. EUZEBIO CALISTO VIECELI, brasileiro, casado, CPF nº 219.837.479-04, RG nº 580.604, residente e domiciliado em Pinheiro Preto(SC), doravante denominado MUNICIPIO, e de outro lado o INSTITUTO DE ENSINO E ASSISTÊNCIA SOCIAL – IEAS (nome de fantasia "HOSPITAL SALVATORIANO DIVINO SALVADOR"), pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº. 86.552.809/0003-03, com sede na cidade de Videira – SC, representado neste ato pelo Sr. FLAMARION DA SILVA LUCAS, Diretor Geral do Hospital Saluatoriano Divino Salvador – HDS, residente e domiciliado em Videira(SC), doravante denominado HOSPITAL, resolvem celebrar o presente convênio de cooperação financeira, nos termos do que dispõem a Lei nº 8.080/90, e Portarias MS ns. 1.695, de 23.9.94 e 1044/GM, de 01/06/2004, de acordo com as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto estabelecer um regime de cooperação mútua entre os partícipes para o desenvolvimento de ações e serviços de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, de forma complementar.

§ 1º O presente convênio compreende o atendimento hospitalar e ambulatorial de Urgência e Emergência em período integral, 24 horas por dia, inclusive em finais de semana e feriados, bem como todo e qualquer atendimento hospitalar e ambulatorial necessário aos munícipes, sempre de acordo com sua capacidade instalada e serviços credenciados.

§ 2º O HOSPITAL compromete-se a atender o Município de Pinheiro Preto, sem distinção alguma, e integrar o sistema de referência e contra-referência estabelecido pelo MUNICIPIO, que compreende a Rede Básica de atendimento, média e alta complexidade e entidades de maior complexidade.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS ENCARGOS

Constituem encargos dos convenientes:

I - Dos encargos do MUNICIPIO:

1. Repassar os recursos que financiarão este convênio;

2. Acompanhar e fiscalizar a operacionalização das ações e atividades conveniadas;

3. Apresentar semestralmente ao Conselho Municipal de Saúde os resultados de avaliação, bem como a prestação de contas realizada pelo HOSPITAL.

II – Dos encargos do HOSPITAL:

1. Prestar todos os serviços ambulatoriais e hospitalares previstos na cláusula primeira deste convênio;

2. Fornecer a necessária infra-estrutura à realização dos procedimentos conveniados;

3. Prestar contas semestralmente sobre os valores recebidos pelo presente convênio.

Parágrafo único. Todos os serviços aqui conveniados ficarão sob a regulação do gestor municipal de saúde.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

O HOSPITAL se compromete, ainda, a:

1) Afixar aviso, em local visível, de sua condição de integrante do SUS e da gratuidade dos serviços prestados aos pacientes do SUS;

2) Justificar ao paciente ou a seu representante, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer ato profissional previsto neste Termo e enviar, mensalmente, ao MUNICIPIO, cópia da justificativa da não realização;

3) Aderir ao Plano Nacional de Humanização do Ministério da Saúde;

4) Esclarecer aos pacientes sobre seus direitos e serviços oferecidos;

5) Notificar o MUNICIPIO sobre eventuais alterações em seus estatutos ou sua diretoria, enviando-lhe, no prazo de trinta dias, contados da data do registro da alteração, cópias autenticadas dos documentos com as respectivas mudanças;

6) Disponibilizar as informações atualizadas conforme a lógica de regulação do gestor local do SUS.

Parágrafo único. A cobrança de valores dos pacientes atendidos por este convênio, sob qualquer pretexto, constitui falta gravíssima, a ser denunciada aos órgãos competentes para as devidas providências, além daquelas adotadas pelo MUNICIPIO, salvo quando na hipótese de internação o paciente optar expressamente por outro convênio, que não seja o oferecido pelo Sistema Único de Saúde ou optar pela internação particular.

CLÁUSULA QUARTA - DO ACOMPANHAMENTO DO CONVÊNIO

O acompanhamento do convênio será feito pelo MUNICIPIO, através da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Pinheiro Preto, e pelo Conselho Municipal de Saúde.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

Pelo cumprimento do objeto deste Convênio, o MUNICIPIO repassará ao HOSPITAL, o valor de R\$ 324.000,00 (trezentos e vinte e quatro mil reais), em 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais), com início em 1º de março de 2014, podendo ser prorrogado por mais 12 (doze) meses, na forma da lei.

Parágrafo único. O percentual de reajuste dos valores deverá respeitar 12 (doze) meses de vigência do primeiro convênio e deverá passar pela aprovação em reunião ordinária ou extraordinária do Conselho Municipal de Saúde de Pinheiro Preto (SC).

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

As despesas deste convênio correrão a conta de dotação consignada no orçamento do Fundo Municipal de Saúde, com a seguinte classificação orçamentária:

03 - Fundo Municipal da Saúde

03.0301 - Fundo Municipal da Saúde

03.0301.10 Saúde

03.0301.10.301 Atenção Básica

03.0301.10.301.1001 Saúde com Qualidade

03.0301.10.301.1001.2050 Manutenção das Atividades da Saúde
3390 - 0000 Aplicações Diretas

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

O repasse dos valores será efetuado até 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente aos serviços prestados, mediante a apresentação de nota fiscal.

CLÁUSULA OITAVA - DO PRAZO

O presente Convênio vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por mais 12 (doze) meses, na forma da lei, com início em 01 de março de 2014.

CLAUSULA NONA - DA DENÚNCIA

O presente convênio poderá ser denunciado por qualquer dos convenientes, desde que fiquem ressalvadas as atividades em andamento e que não possam ser interrompidas sem prejuízo da saúde da população, cuja denúncia deverá ser realizada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

CLAUSULA DÉCIMA - DO DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES:

O descumprimento pelos convenientes dos compromissos assumidos neste convênio ensejará a denúncia do mesmo e a aplicação das penalidades previstas na Lei nº 8.666/93, arts. 79, 80, 81, 86, 87 e 88, para qualquer dos convenientes que incorrer no inadimplemento.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Tangará(SC), para dirimir questões não resolvidas de comum acordo pelos convenientes e pelo Conselho Municipal de Saúde.

E por estarem os convenientes certos e acordados quanto às cláusulas e condições deste convênio, firmam o presente termo em 03 (três) vias de igual teor e para um só efeito na presença das testemunhas abaixo assinadas e qualificadas.

Pinheiro Preto (SC), 18 de março de 2014 .

EUZEBIO VIECELI

MUNICIPIO

FLAMARION DA SILVA LUCAS

HOSPITAL SALVATORIANO DIVINO SALVADOR,

Testemunhas:

1. _____

Nº CPF

2. _____
Nº CPF

Termo de Homologação do Resultado Final do Concurso Público

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

DO CONCURSO PÚBLICO ORIGINADO PELO

EDITAL Nº 01, DE 21 DE JANEIRO DE 2014

Homologa Resultado Final do Concurso Público de Ingresso do Município de Pinheiro Preto.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, Estado de Santa Catarina e o PRESIDENTE DA MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PINHEIRO PRETO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Anexo IX do Edital nº 01, de 21 de janeiro de 2014, tornam público a homologação do resultado final do concurso público de ingresso para provimento de cargos em caráter efetivo do quadro permanente de pessoal do Município de Pinheiro Preto e da Câmara de Vereadores de Pinheiro Preto, na forma do Anexo Único, parte integrante deste instrumento.

Pinheiro Preto, 18 de março de 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

EDSON MÂNICA

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Concurso Público– Edital 01/2014 Relatório da Classificação Final – Candidatos Aprovados

CONCURSO PÚBLICO PINHEIRO PRETO – EDITAL 01/2014

RELATÓRIO DA CLASSIFICAÇÃO FINAL – CANDIDATOS APROVADOS

CARGO: TELEFONISTA							
NÚMERO DE INSCRIÇÃO	CANDIDATOS	PROVA OBJETIVA				NOTA FINAL	CLASSIFICAÇÃO
		CE	LP	MAT	CG		
037	Geslaine Rodrigues da Silva	4,8	1,2	1,0	0,4	7,4	1º
104	Edson Raul Masson	4,5	1,2	0,8	0,8	7,3	2º
019	Ivete Martins	4,5	1,2	0,6	0,6	6,9	3º
039	Mariana Avilla Jardim	3,9	1,4	1,0	0,6	6,9	4º
035	Fabiane Bogoni Tragancin	4,5	1,0	0,4	0,6	6,5	5º
095	Maitê Chaine Zuconelli	4,2	0,6	0,8	0,8	6,4	6º
052	Gislaine Alves Spanivelo	3,6	1,0	0,6	0,8	6,0	7º
013	Tailândia G. Danielewicz	3,9	1,0	0,4	0,6	5,9	8º
082	Angelica Delazzari	3,9	1,0	0,2	0,6	5,7	9º
020	Ivone Cristina S. Cordeiro	3,6	1,2	0,2	0,6	5,6	10º
071	Mariluce de Moraes	3,3	1,2	0,2	0,8	5,5	11º
089	Aline Rosalet Kich	3,6	0,8	0,4	0,4	5,2	12º

CARGO: PROFESSOR DE PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL – CRECHES							
NÚMERO DE INSCRIÇÃO	CANDIDATOS	PROVA OBJETIVA				NOTA FINAL	CLASSIFICAÇÃO
		CE	LP	MAT	CG		
102	Ramone Dall Bosco	3,9	1,8	0,2	0,8	6,7	1º
060	Sirlei Aparecida Denardi	4,5	1,2	0,2	0,6	6,5	2º
078	Drieli Finger Moresco	3,6	1,2	0,4	0,6	5,8	3º
075	Luciana Ahrenfeld Hack da Silva	3,6	1,2	0,2	0,8	5,8	4º
017	Pâmela Regina Gambato	3,6	1,0	0,4	0,6	5,6	5º
059	Jussara Boesing	3,9	1,2	0,0	0,4	5,5	6º



066	Vanusa Aparecida Melo de Godoi	3,9	1,0	0,0	0,6	5,5	7º
105	Angela Maria Mazureck Rabuske	3,6	1,0	0,2	0,6	5,4	8º

CARGO: ATENDENTE DE CRECHE I

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	CANDIDATOS	PROVA OBJETIVA				NOTA FINAL	CLASSIFICAÇÃO
		CE	LP	MAT	CG		
087	Leandra Ap. Amalcaburio	3,3	1,0	0,8	0,6	5,7	1º
061	Solange Dalabrida Sotel	3,9	0,8	0,2	0,6	5,5	2º
023	Danielli Posserra	3,6	0,6	0,0	0,8	5,0	3º

CARGO: ATENDENTE DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	CANDIDATOS	PROVA OBJETIVA				NOTA FINAL	CLASSIFICAÇÃO
		CE	LP	MAT	CG		
040	Leidiane Rech	3,0	1,8	0,2	0,6	5,6	1º

CARGO: SERVENTE

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	CANDIDATOS	PROVA OBJETIVA				NOTA FINAL	CLASSIFICAÇÃO
		CE	LP	MAT	CG		
055	Inês Aparecida Nunes	6,0	1,8	0,8	0,6	9,2	1º
084	Marlene da Silva Bottega	5,4	2,0	0,8	0,6	8,8	2º
014	Aline Bordignon Martins	5,4	1,8	0,8	0,6	8,6	3º
004	Cristina P. dos Santos	5,4	1,8	0,8	0,4	8,4	4º
029	Ivonete Zanferrari	5,7	1,8	0,4	0,4	8,3	5º
063	Aline de Souza Moraes	5,4	1,2	0,8	0,8	8,2	6º
097	Lorete Hack Rabuske	5,4	1,6	0,4	0,6	8,0	7º
021	Marinês Olivo Baggio	4,5	2,0	0,8	0,6	7,9	8º
076	Marisa A. G. Perin	5,4	1,4	0,6	0,4	7,8	9º
016	Helena Zago Neis	4,5	1,6	1,0	0,6	7,7	10º
069	Ana Paula das Neves	4,8	1,6	0,4	0,6	7,4	11º
050	Fatima A. Dias das Neves	4,2	0,8	0,6	0,4	6,0	12º
031	Marizete Maria Hensel	4,2	0,6	0,4	0,6	5,8	13º

CARGO: OPERADOR DE TRATOR AGRÍCOLA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	CANDIDATOS	PROVA OBJETIVA				NPO	NPP	NOTA FINAL	CLASSIFICAÇÃO
		CE	LP	MAT	CG				
015	Dirceu Rabuske	4,8	1,2	0,8	1,0	7,8	10,0	8,9	1º
044	Marcos Cordeiro Moraes	4,5	1,6	0,6	0,6	7,3	10,0	8,6	2º
025	Wanderley Jacir Cordeiro	4,8	1,8	0,8	0,6	8,0	9,0	8,5	3º
068	Claudinei A. Batista de Almeida	4,5	1,4	0,6	0,4	6,9	7,0	6,9	4º

NPO = Nota da Prova Objetiva

NPP = Nota da Prova Prática

CARGO: MOTORISTA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	CANDIDATOS	PROVA OBJETIVA				NPO	NPP	NOTA FINAL	CLASSIFICAÇÃO
		CE	LP	MAT	CG				
007	Antonio Carlos Manica	4,5	1,6	0,6	0,4	7,1	10,0	8,5	1º
003	Enori Friebel	4,5	0,8	0,4	0,8	6,5	10,0	8,2	2º
018	Marcio Mugnol	5,1	1,8	0,8	0,8	8,5	7,0	7,7	3º
012	Rudiberto A. Cardoso	4,5	1,0	0,8	0,6	6,9	8,0	7,4	4º
057	Josemar Jardim Fernandes	5,1	2,0	1,0	0,8	8,9	5,0	6,9	5º



001	Osmar Bittencourt Cuhn	2,7	0,8	0,4	0,4	4,3	8,0	6,1	6º
073	Douglas dos Santos	4,2	1,4	0,8	0,4	6,8	5,0	5,9	7º
056	Deoclécio Santorum	3,9	0,8	0,4	0,4	5,5	6,0	5,7	8º

NPO = Nota da Prova Objetiva

NPP = Nota da Prova Prática

CARGO: SECRETÁRIA EXECUTIVA DA CÂMARA DE VEREADORES									
NÚMERO DE INSCRIÇÃO	CANDIDATOS	PROVA OBJETIVA				NOTA FINAL	CLASSIFICAÇÃO		
		CE	LP	MAT	CG				
027	Priscila B. Mazzutti	4,5	1,0	0,8	0,6	6,9	1º		
072	Helin Perazzoli	3,6	1,2	0,8	0,8	6,4	2º		
085	Sonia Maria Hentz	3,9	1,0	0,4	1,0	6,3	3º		
096	Thaís Mariani Bee	3,3	1,2	0,8	1,0	6,3	4º		
058	Patricia Hack da Silva	3,6	1,4	0,6	0,6	6,2	5º		
047	Elenice Angela Frigeri	3,9	0,6	0,4	0,8	5,7	6º		
099	Rafaela de Souza Ribeiro	2,7	1,6	0,6	0,8	5,7	7º		
008	Indrid Fritzen Vaz	2,7	1,4	0,4	1,0	5,5	8º		
080	Luciana Zanella	3,0	1,0	0,6	0,8	5,4	9º		
091	Jean Carlos Carminatti	2,4	1,4	0,8	0,8	5,4	10º		
077	Ana Paula D. Carletto	3,9	0,8	0,0	0,6	5,3	11º		

Publicado em 18 de março de 2014.

Realização: SIGMA Assessoria e Consultoria.

Termo de Convênio Nº 004/2014

(Ementa)

TERMO DE CONVÊNIO Nº 004/2014

OBJETO: O presente convênio tem por objeto a concessão de auxílio financeiro à CONVENIADA, para que esta utilize tais recursos para fazer frente as despesas com a contratação de profissionais técnicos especializados - médicos, psicólogo, fonoaudiólogo e assistente social, visando manter o atendimento bio-psíquico-pedagógico e social a portadores de deficiências múltiplas, alimentação, vestuário, manutenção da piscina, material didático e médico-hospitalar

EMPRESA CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE VIDEIRA – APAE

VALOR DO CONTRATO: Repassar mensalmente o valor correspondente a R\$ 1.627,00 a CONVENIADA,

DATA DO CONTRATO: 18 de Março de 2014.

PREFEITO: Euzebio Vieceli

Convênio Nº 003/2014

(Ementa)

CONVÊNIO Nº 003/2014

OBJETO: O presente Convênio tem por objeto estabelecer um regime de cooperação mútua entre os partícipes para o desenvolvimento de ações e serviços de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, de forma complementar.

EMPRESA CONTRATADA: INSTITUTO DE ENSINO E ASSISTÊNCIA SOCIAL – IEAS”(nome de fantasia “HOSPITAL SALVATORIANO DIVINO SALVADOR)

VALOR DO CONTRATO: Pelo cumprimento do objeto deste Convênio, o MUNICÍPIO repassará ao HOSPITAL, o valor de R\$ 324.000,00 (trezentos e vinte e quatro mil reais), em 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais), com início em 1º de março de 2014, podendo ser prorrogado por mais 12 (doze) meses, na forma da lei.

DATA DO CONTRATO: 18 de março de 2014
PREFEITO: Euzebio Vieceli

Porto Belo

PREFEITURA

Decreto Nº 1.188, de 28 de Janeiro de 2014.

DECRETO Nº 1.188, DE 28 DE JANEIRO DE 2014.

“Institui e Regulamenta o Comitê de Investimento do RPPS do Município de Porto Belo e dá outras providências”

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica, Considerando a Portaria MPS nº 440 de 09/10/2013; Considerando o atendimento à Lei nº 9.717 de 27/11/1998; Considerando o disposto na Resolução CMN nº 3.922, de 25/11/2010;

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Comitê de Investimento do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos de Porto Belo - PORTOBELOPREV, como órgão auxiliar no processo decisório quanto à implantação e execução da política de investimentos, competindo-lhe assessorar o Gestor do RPPS na elaboração da proposta de política de investimentos e na definição da aplicação dos recursos.
Art. 2º Quanto à sua estrutura, o Comitê de Investimentos será composto por 05 (cinco) membros, a saber:

I – Presidente do Comitê de Investimentos;

II – 02 (dois) Analistas, na qualidade de servidores ativos, inativos ou pensionistas vinculados e segurados do RPPS;

III - 01 (um) Analista, na qualidade de servidor ativo, inativo ou pensionista vinculado e segurado do RPPS ou de livre nomeação;

IV - 01 (um) Analista Secretário, servidor ativo, inativo ou pensionista, vinculado e segurado do RPPS.

Parágrafo Primeiro - Os membros do Comitê de Investimentos deverão ser pessoas físicas vinculadas ao Município de Porto Belo ou ao RPPS como servidores titulares de cargo efetivo ou de livre nomeação e exoneração e apresentarem-se formalmente designados para a função por ato da autoridade competente;

Parágrafo Segundo. Os membros integrantes do Comitê de Investimentos serão nomeados por ato do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo Terceiro. O Presidente do Comitê de Investimentos será, necessariamente, o Gestor do RPPS mediante ao Ministério da Previdência Social e será o responsável pela direção dos trabalhos nas reuniões ordinárias e extraordinárias do Comitê, além de obrigatoriamente possuir a Certificação Profissional da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA - CPA-10.

Parágrafo Quarto. A maioria dos demais membros deverão ter, no mínimo, a mesma Certificação Profissional da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA

- CPA-10 e, preferencialmente, apresentar habilidades, conhecimentos ou noções básicas em finanças, contabilidade, economia e áreas afins.

Parágrafo Quinto. O novo membro que não possuir a Certificação CPA-10 terá o prazo de 06 (seis meses) para a obtenção da mesma, a contar da nomeação, podendo participar de curso de preparação para exame de CPA-10 ANBIMA, dentro deste prazo, a ser custeado pelo RPPS.

Parágrafo Sexto. O não cumprimento das exigências do parágrafo anterior entender-se-á como inaptidão do membro ao Comitê de Investimentos, devendo ser nomeado outro para o seu lugar.

Art.3º Os membros do Comitê de Investimentos terão mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidos ao cargo, desde que aptos pela Certificação de que trata o art. 2º da Portaria/MPS 519/2011 com alterações dadas pela Portaria/MPS 440/2013, com exceção do Presidente do Comitê de Investimentos que permanecerá período concomitante ao mesmo período da gestão do Gestor do RPPS mediante ao Ministério da Previdência Social - MPS.

Parágrafo Primeiro - Os membros do Comitê de Investimentos serão destituídos por:

I – renúncia via requerimento entregue ao Presidente do Comitê de Investimentos;

II - ad nutum, podendo ser substituídos pelo Chefe do Executivo a qualquer tempo;

Parágrafo Segundo- Os membros do Comitê de Investimentos serão designados sob o compromisso de comparecerem às reuniões sempre que convocados.

Parágrafo Terceiro- As decisões das reuniões do Comitê de Investimentos somente terão validade pela presença da maioria simples de seus membros.

Parágrafo Quarto- Os membros do Comitê de Investimentos poderão ter justificativa de ausência temporária ao serviço, por participação no órgão de deliberação coletiva, por sessão a que efetivamente compareçam.

Art.4º O Comitê de Investimentos reunir-se-á ordinariamente no mínimo trimestralmente ou a qualquer tempo, extraordinariamente, pelo menos, uma vez ao ano, mediante convocação de seu Presidente/Gestor do RPPS. A solicitação de qualquer membro também motiva reunião extraordinária, justificada a convocação, com no mínimo, 05 (cinco) dias de antecedência, com pauta previamente definida.

Parágrafo Primeiro - Para instalação das reuniões é necessária a presença de no mínimo 03 (três) membros, sendo obrigatória a presença do Presidente do Comitê de Investimentos.

Parágrafo Segundo - As deliberações do Comitê de Investimentos ocorrerão por maioria simples, cabendo ao Presidente do Comitê decidir em caso de empate.

Parágrafo Terceiro - As matérias analisadas e aprovadas pelo Comitê de Investimentos serão registradas em ata, elaborada por um analista-secretário ou dos membros indicados pelo Presidente, que depois de assinada, ficará arquivada no Departamento de Previdência, juntamente com os pareceres e posicionamentos que subsidiaram as recomendações e decisões.

Parágrafo Quarto - As decisões do Comitê de Investimentos serão pautadas pela legislação previdenciária municipal e federal e de atos normativos do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Ministério da Previdência Social, do Banco Central do Brasil e de outros órgãos regulamentadores, fiscalizadores e reguladores.

Art.5º Compete ao Comitê de Investimentos apreciar, examinar, analisar, propor, sugerir e, ao final, emitir parecer a cerca dos encaminhamentos ao Gestor do RPPS e, ainda:

I – Propor modificações da Política Anual de Investimentos a ser submetida ao Conselho Fiscal e Conselho de Administração do PORTOBELOPREV;

II – Examinar a alocação de recursos, os necessários investimentos e desinvestimentos;

III – Analisar a conjuntura, cenários e perspectivas do mercado financeiro;

IV – debater trimestralmente o desempenho frente à meta atuarial de rentabilidade;

V – avaliar riscos potenciais que podem impactar na carteira de investimentos;

VI – participar de eventos que abordam gestão de recursos previdenciários;

VII – receber e assistir apresentação de produtos financeiros;

VIII – deliberar e sugerir a contratação de consultoria técnica na área de investimentos.

IX – lavrar em livro de atas os pareceres para que se registrem;

X – apreciar o resultado das aplicações financeiras e a qualquer tempo reunir-se para promover alterações que visem assegurar o desempenho positivo e equilíbrio atuarial. Além da avaliação dos indicadores de desempenho e riscos assumidos quando aderirem a determinado investimento;

XI – Solicitar ao Conselho Fiscal e Conselho de Administração, mediante solicitação do Presidente do Comitê de Investimentos, a realização de reunião extraordinária, com a presença da maioria simples de seus membros, quando entender urgente e necessário a sua realização, para obter e conferir respaldo ao Gestor do RPPS, através das decisões do órgão deliberativo.

Parágrafo Único - A política de investimentos de cada exercício deve ser aprovada pelo Conselho Fiscal e Conselho de Administração do PORTOBELOPREV antes do início do exercício a que se referir devendo ser enviada aos órgãos governamentais competentes dentro do prazo estabelecido em Lei.

Art.6º A definição da aplicação dos recursos financeiros terá como fundamentos:

I – Normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) constantes na Resolução nº 3.922, de 25 de novembro de 2010, expedida pelo Banco Central do Brasil (BACEN), ou qualquer outra que vier a alterá-la ou substituí-la, sendo que o texto original refere:

“Art.2º Observadas às limitações e condições estabelecidas nesta Resolução, os recursos dos regimes próprios de previdência social devem ser alocados nos seguintes segmentos de aplicação:

I - renda fixa;

II - renda variável; e

III - imóveis.

Art. 3º Para efeito desta Resolução são considerados recursos:

I - as disponibilidades oriundas das receitas correntes e de capital;

II - os demais ingressos financeiros auferidos pelo regime próprio de previdência social; III - as aplicações financeiras;

III - os títulos e os valores mobiliários;

IV - os ativos vinculados por lei ao regime próprio de previdência social; e

V - demais bens, direitos e ativos com finalidade previdenciária do regime próprio de previdência social.

II-Disposições contidas no parágrafo único do art. 1º e incs. IV,V e VI do art. 6º, da Lei Federal nº 9.717, de 27 de novembro de 1998

e Portarias, Instruções e Orientações Normativas do Ministério da Previdência Social.

III- Política de investimentos aprovada pelo Conselho Fiscal e Conselho Administrativo do PORTOBELOPREV.

IV-Conjuntura economica de curto, médio e longo prazo;

V- Indicadores econômicos.

Art. 7º Ao Presidente do Comitê de Investimentos, em especial, compete:

I – Presidir os trabalhos nas reuniões ordinárias e extraordinárias do Comitê de Investimentos;

II – Convocar os membros do Comitê de Investimentos para suas reuniões;

III– Avaliar propostas, submetendo-as, se assim julgar necessário, aos órgãos competentes e ao Comitê para deliberação;

IV – Subsidiar o Conselho Fiscal e Conselho de Administração do RPPS de informações necessárias à sua tomada de decisões quanto a aprovação da política de investimentos;

V – Analisar os cenários macroeconômicos, observando os possíveis reflexos no patrimônio, apresentando-os ao Comitê;

VI – Propor estratégias de investimentos e aprová-las, para um determinado período, em conjunto com o Comitê de Investimentos;

VII – Reavaliar as estratégias de investimentos em decorrência de fatos conjunturais relevantes e apresentá-las ao Comitê de Investimentos para deliberação;

VIII – Fornecer subsídios para a elaboração ou alteração de política de investimentos;

IX – Acompanhar e aprovar a execução da política de investimentos no Comitê de Investimentos.

X – Participar de seminários, congressos, encontros, estudos e cursos de aperfeiçoamento na área de Gestão de RPPS, inclusive gestão financeira e de investimentos, legislação dos RPPS, cálculo atuarial, Contabilidade Pública, sendo custeadas pelo RPPS todas as despesas, custos e gastos inerentes à viagem como transporte, estadia, alimentação, inscrição e material didático, etc.

Art. 8º A acessibilidade às informações relativas aos processos de investimentos e desinvestimentos dos recursos do RPPS serão disponibilizados mediante apresentação de documentos durante as reuniões ordinárias e extraordinárias do Comitê de Investimentos e, estarão disponíveis no Departamento de Previdência para consulta, mediante requerimento dirigido ao Gestor do RPPS para que o cumpra no prazo interno estabelecido pelo Art. 42 da Lei Orgânica Municipal, sendo que o mesmo se estende aos membros do Conselho Fiscal e Conselho de Administração do PORTOBELOPREV.

Art.9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 28 dias do mês de janeiro de 2014.
EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO
PREFEITO DE PORTO BELO

Decreto Nº 1.201, de 28 de Fevereiro de 2014.

DECRETO Nº 1.201, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2014.

"Altera membros do Comitê de Investimento do RPPS do Município de Porto Belo e dá outras providências"

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica,

Considerando o Decreto Municipal nº 1.188/2014,

Considerando que não foi observado a composição dos membros, conforme disposto no Decreto Municipal nº 1.188/2014;

Considerando que a Administração Pública, tem o poder de auto tutela, podendo rever seus atos,

DECRETA:

Art. 1º Altera membros do Comitê de Investimento do RPPS do Município de Porto Belo nos termos da Portaria nº 440/2013 do Ministério da Previdência Social.

Art. 2º A Comissão será composta pelos seguintes servidores:

Presidente: Gestor do RPPS;

Analista: Clarice Lourdes Dorfschmidt;

Analista : Laureci Maurino Cabral;

Analista: João Oneides Lira;

Analista Secretário: Diego Alberto da Silva

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 1.189/2014.

Porto Belo - SC, aos 28 dias do mês de fevereiro de 2014.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

PREFEITO DE PORTO BELO

Porto União

PREFEITURA

Decreto Nº 408/2014

DECRETO Nº 408, de 17 de março de 2014.

Dispõe sobre a ESCALA DE PLANTÃO FUNERÁRIO no Município de Porto União, em cumprimento à Lei Municipal nº 3.427, de 20 de março de 2008.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64 da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Municipal nº 3.427, de 20 de março de 2008,

CONSIDERANDO que em 24 de março de 2014 registra-se o encerramento do Plantão Funerário no Município, constante do Decreto nº 283, de 09 de setembro de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no Art. 1º da Lei Municipal nº 3.427, de 20 de março de 2008;

CONSIDERANDO que através do Processo Administrativo nº 520 – 2013, o Setor de Fiscalização do Município constatou o funcionamento de 04 (quatro) funerárias devidamente registradas e em funcionamento no Município;

CONSIDERANDO que para o Plantão Funerário, as empresas deverão estar cadastradas perante o Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecida escala de plantão para as empresas funerárias sediadas e autorizadas a funcionarem no Município de Porto União, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias.

Parágrafo único. O plantão deverá iniciar-se em 24/03/2014, às 9 horas de uma segunda-feira, e findar às 9 horas da segunda-feira seguinte.

Art. 2º A escala de plantão será exercida e cumprida pelas empresas:

IRMÃOS BINDEMANN LTDA, Inscrição Municipal nº 348; MÁRCIA LUCIANE STRELESKI – F. IND. ME, Inscrição Municipal nº 1557;

JUAREZ JACOB MULLER CIA LTDA, Inscrição Municipal nº 679; e VILMAR MARCOS MINSKI – F. IND. ME, Inscrição Municipal nº 2062.

Art. 3º O plantão será exercido em caráter precário, de acordo com o ANEXO ÚNICO do presente Decreto.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor a partir de 24 de março de 2014, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 17 de março de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

ANEXO ÚNICO DO DECRETO Nº 408, de 17 de março de 2014

I - As empresas devidamente inscritas junto ao Município de Porto União e que farão o plantão funerário em forma de escala são:

Empresa	CNPJ	Início plantão	Término plantão
IRMÃOS BINDEMANN LTDA	85.164.044/0001-00	24/03/2014	31/03/2014
MÁRCIA LUCIANE STRELESKI- F.I.	01.813.232/0001-21	31/03/2014	07/04/2014
JUAREZ J. MULLER CIA LTDA	02.951.063/0001-59	07/04/2014	14/04/2014
VILMAR MARCOS MINSKI – F.IND.	09.571.013/0001-95	14/04/2014	21/04/2014
IRMÃOS BINDEMANN LTDA	85.164.044/0001-00	21/04/2014	28/04/2014
MÁRCIA LUCIANE STRELESKI-F.I.	01.813.232/0001-21	28/04/2014	05/05/2014
JUAREZ J. MULLER CIA LTDA	02.951.063/0001-59	05/05/2014	12/05/2014
VILMAR MARCOS MINSKI – F.IND.	09.571.013/0001-95	12/05/2014	19/05/2014
IRMÃOS BINDEMANN LTDA	85.164.044/0001-00	19/05/2014	26/05/2014
MÁRCIA LUCIANE STRELESKI-F.I.	01.813.232/0001-21	26/05/2014	02/06/2014
JUAREZ J. MULLER CIA LTDA	02.951.063/0001-59	02/06/2014	09/06/2014
VILMAR MARCOS MINSKI – F.IND.	09.571.013/0001-95	09/06/2014	16/06/2014
IRMÃOS BINDEMANN LTDA	85.164.044/0001-00	16/06/2014	23/06/2014
MÁRCIA LUCIANE STRELESKI-F.I.	01.813.232/0001-21	23/06/2014	30/06/2014
JUAREZ J. MULLER CIA LTDA	02.951.063/0001-59	30/06/2014	07/07/2014

VILMAR MARCOS MINSKI – F.IND.	09.571.013/0001-95	07/07/2014	14/07/2014
IRMÃOS BINDEMANN LTDA	85.164.044/0001-00	14/07/2014	21/07/2014
MARCIA LUCIANE STRELESKI-F.I.	01.813.232/0001-21	21/07/2014	28/07/2014
JUAREZ J. MULLER CIA LTDA	02.951.063/0001-59	28/07/2014	04/08/2014
VILMAR MARCOS MINSKI – F.IND.	09.571.013/0001-95	04/08/2014	11/08/2014
IRMÃOS BINDEMANN LTDA	85.164.044/0001-00	11/08/2014	18/08/2014
MARCIA LUCIANE STRELESKI-F.I.	01.813.232/0001-21	18/08/2014	25/08/2014
JUAREZ J. MULLER CIA LTDA	02.951.063/0001-59	25/08/2014	01/09/2014
VILMAR MARCOS MINSKI – F.IND.	09.571.013/0001-95	01/09/2014	08/09/2014
IRMÃOS BINDEMANN LTDA	85.164.044/0001-00	08/09/2014	15/09/2014
MARCIA LUCIANE STRELESKI-F.I.	01.813.232/0001-21	15/09/2014	22/09/2014

II - Do horário:

O horário de início do Plantão para a funerária entrante será sempre às 9 horas de segunda-feira;

O horário de encerramento do Plantão para a funerária que sai será sempre às 9 horas de segunda-feira.

Portaria N.º 242/2014 - RH

PORTARIA Nº 242, de 24 de fevereiro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da professora efetiva Silmara de Fátima Amarante Bueno, para mais 10 (dez) horas semanais, no período de 03 de fevereiro a 17 de dezembro de 2014, com vencimentos na Classe "C", referência "09", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar na Educação de Jovens e Adultos – EJA (1º segmento) do município no Colégio Antônio Gonzaga.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, sobre a alteração de carga horária, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 03 de fevereiro de 2014.

Porto União - SC, em 24 de fevereiro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 249/2014 - RH

PORTARIA Nº 249, de 24 de fevereiro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 03 de fevereiro a 17 de dezembro de 2014, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Josil-de Tusset, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, com carga horária de 10 horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, para atuar na Educação de Jovens e Adultos – EJA (1º Segmento) do município, junto ao Colégio Estadual Professor Balduino Cardoso.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 03 de fevereiro de 2014.

Porto União - SC, em 24 de fevereiro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 250/2014 - RH

PORTARIA Nº 250, de 24 de fevereiro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 03 de fevereiro a 17 de dezembro de 2014, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Nelci Schneider, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Ciências), com carga horária de 20 horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, para atuar na Educação de Jovens e Adultos – EJA (2º Segmento) do município, junto ao Colégio Nilo Peçanha e Núcleo Educacional São Bernardo do Campo.

Art 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 03 de fevereiro de 2014.

Porto União - SC, em 24 de fevereiro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 251/2014 - RH

PORTARIA Nº 251, de 24 de fevereiro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 05 de fevereiro a 17 de dezembro de 2014, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Nermi Francisca Amarantes, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, com carga horária de 10 horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, para atuar na Educação de Jovens e Adultos – EJA (1º Segmento) do município, junto ao Núcleo Educacional São Bernardo do Campo.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 05 de fevereiro de 2014.

Porto União - SC, em 24 de fevereiro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 252/2014 - RH

PORTARIA Nº 252, de 24 de fevereiro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 22 de janeiro a 17 de dezembro de 2014, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Henriette Cristine Bonfleur, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Ciências), com carga horária de 40 horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, para atuar na Secretaria Municipal de Educação e Núcleo Educacional São Bernardo do Campo administrando o sistema Escola Via Net – EVN e demais atividades administrativas da Educação de Jovens e Adultos – EJA do município.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 22 de janeiro de 2014.

Porto União - SC, em 24 de fevereiro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 253/2014 - RH

PORTARIA Nº 253, de 24 de fevereiro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR A PEDIDO, o contrato de trabalho de Daniele Angela Missau, das funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 21 de fevereiro de 2014.

Porto União - SC, em 24 de fevereiro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 254/2014 - RH

PORTARIA Nº 254, de 24 de fevereiro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR A PEDIDO, o contrato de trabalho de Elaine mara Karpinski, das funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Educação Física), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 18 de fevereiro de 2014.

Porto União - SC, em 24 de fevereiro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 255/2014 - RH

PORTARIA Nº 255 de 24 de fevereiro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 03 de fevereiro a 19 de dezembro de 2014, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, José Cláudio Walkiu, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Educação Física), com carga horária de 20 horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, para atuar no Programa Campeões

do Futuro (Projeto Futsal), conforme Lei Municipal 3.587 de 11 de maio de 2009, alterada pela Lei Municipal nº 4.104 de 13 de março de 2013.

Art. 2º O servidor acima mencionado exercerá suas atividades junto ao Departamento Municipal de Esportes, deste Município.

Art 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC retroagindo seus efeitos a 03 de fevereiro de 2014.

Porto União - SC, em 24 de fevereiro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secetário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 256/2014 - RH

PORTARIA Nº 256 de 24 de fevereiro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 03 de fevereiro a 19 de dezembro de 2014, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Cordovan Frederico de Melo Neto, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Educação Física), com carga horária de 20 horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, para atuar no Programa Campeões do Futuro (Projeto Basquete do Futuro), conforme Lei Municipal 3.587 de 11 de maio de 2009, alterada pela Lei Municipal nº 4.104 de 13 de março de 2013.

Art. 2º O servidor acima mencionado exercerá suas atividades junto ao Departamento Municipal de Esportes, deste Município.

Art 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC retroagindo seus efeitos a 03 de fevereiro de 2014.

Porto União - SC, em 24 de fevereiro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secetário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 257/2014 - RH

PORTARIA Nº 257 de 24 de fevereiro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 03 de fevereiro a 19 de dezembro de 2014, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme

estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Jorge Sérgio Schwartz, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Educação Física), com carga horária de 20 horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, para atuar no Programa Campeões do Futuro (Projeto Basquete do Futuro), conforme Lei Municipal 3.587 de 11 de maio de 2009, alterada pela Lei Municipal nº 4.104 de 13 de março de 2013.

Art. 2º O servidor acima mencionado exercerá suas atividades junto ao Departamento Municipal de Esportes, deste Município.

Art 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC retroagindo seus efeitos a 03 de fevereiro de 2014.

Porto União - SC, em 24 de fevereiro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secetário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 258/2014 - RH

PORTARIA Nº 258, de 24 de fevereiro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 03 de fevereiro a 19 de dezembro de 2014, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Rubens Ientz Júnior, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Educação Física), com carga horária de 20 horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, para atuar no Programa Campeões do Futuro (Projeto Criança Feliz), conforme Lei Municipal 3.587 de 11 de maio de 2009, alterada pela Lei Municipal nº 4.104 de 13 de março de 2013.

Art. 2º O servidor acima mencionado exercerá suas atividades junto ao Departamento Municipal de Esportes, deste Município.

Art 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC retroagindo seus efeitos a 03 de fevereiro de 2014.

Porto União - SC, em 24 de fevereiro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secetário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 259/2014 - RH

PORTARIA Nº 259, de 24 de fevereiro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 03 de fevereiro a 19 de dezembro de 2014, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Terezinha Eliane da Cruz Rabuske, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Educação Física), com carga horária de 40 horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, para atuar no Programa Campeões do Futuro (Projeto Criança Feliz), conforme Lei Municipal 3.587 de 11 de maio de 2009, alterada pela Lei Municipal nº 4.104 de 13 de março de 2013.

Art. 2º O servidor acima mencionado exercerá suas atividades junto ao Departamento Municipal de Esportes, deste Município.

Art 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC retroagindo seus efeitos a 03 de fevereiro de 2014.

Porto União - SC, em 24 de fevereiro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 260/2014 - RH

PORTARIA Nº 260, de 24 de fevereiro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 03 de fevereiro a 17 de dezembro de 2014, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Michele Metelski, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Ciências), com carga horária de 30 horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, 20 horas semanais em vaga vinculada da professora Denise Angélica Busch que se encontra em Licença Para Tratamento de Interesses Particulares sem Remuneração, no Núcleo Educacional Frei Deodato e 10 horas semanais para atuar na Educação de Jovens e Adultos - EJA (2º segmento) do município, nos Colégios Germano Wagenfur e Antonio Gonzaga.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 03 de fevereiro de 2014.

Porto União - SC, em 24 de fevereiro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 261/2014 - RH

PORTARIA Nº 261, de 24 de fevereiro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da professora contratada Josilde Tusset, para mais 10 (dez) horas semanais, no período de 24 de fevereiro a 17 de dezembro de 2014, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar na Educação de Jovens e Adultos – EJA (2º segmento).

Art. 2º A servidora exercerá suas atividades no Núcleo Educacional São Bernardo do Campo, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União, SC em 24 de fevereiro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 262/2014 - RH

PORTARIA Nº 262, de 24 de fevereiro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 03 de fevereiro a 17 de dezembro de 2014, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Sirlei Rosane Mariano Sepanhaki, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Matemática), com carga horária de 10 horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, para atuar na Educação de Jovens e Adultos – EJA (2º Segmento).

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional Jornalista Hermínio Milis, deste Município.

Art 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 03 de fevereiro de 2014.

Porto União - SC, em 24 de fevereiro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 263/2014 - RH

PORTARIA Nº 263, de 24 de fevereiro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 04 de fevereiro a 17 de dezembro de 2014, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Silmara Lindamir Soares dos Santos, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Português), com carga horária de 30 horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, para atuar na Educação de Jovens e Adultos - EJA (2º segmento).

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional João Fernando Sobral, deste Município.

Art 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 04 de fevereiro de 2014.

Porto União - SC, em 24 de fevereiro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 264/2014 - RH

PORTARIA Nº 264, de 24 de fevereiro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da professora efetiva Ana Lucia Martins de Freitas Andrekowicz, para mais 20 (vinte) horas semanais, no período de 03 de fevereiro a 17 de dezembro de 2014, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, em vaga vinculada da professora Silmara de Fátima Amarante Bueno, que está exercendo a função de Diretora de Núcleo de Educação Infantil.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, sobre a alteração de carga horária, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora exercerá suas atividades no Núcleo de Educação Infantil Comecinho da Vida, deste Município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 03 de fevereiro de 2014.

Porto União, SC em 24 de fevereiro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 265/2014 - RH

PORTARIA Nº 265, de 24 de fevereiro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da professora efetiva Ana Rosa Maria de Agostinho, para mais 20 (vinte) horas semanais, no período de 03 de fevereiro a 17 de dezembro de 2014, com vencimentos na Classe "C", referência "02", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, em vaga vinculada da professora Janemar Aparecida Dalfovo Miskievicz, que está exercendo a função de Diretora de Núcleo de Educação Infantil.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, sobre a alteração de carga horária, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora exercerá suas atividades no Núcleo de Educação Infantil Comecinho da Vida, deste Município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 03 de fevereiro de 2014.

Porto União, SC em 24 de fevereiro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 266/2014 - RH

PORTARIA Nº 266, de 24 de fevereiro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da professora efetiva Deisy Jaqueline Tandler, para mais 20 (vinte) horas semanais, no período de 03 de fevereiro a 17 de dezembro de 2014, com vencimentos na Classe "C", referência "02", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, em vaga vinculada da professora Janemar Aparecida Dalfovo Miskievicz, que está exercendo a função de Diretora de Núcleo de Educação Infantil.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, sobre a alteração de carga horária, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério

do Município.

Art. 3º A servidora exercerá suas atividades no Núcleo de Educação Infantil Comecinho da Vida, deste Município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 03 de fevereiro de 2014.

Porto União, SC em 24 de fevereiro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 267/2014 - RH

PORTARIA Nº 267, de 24 de fevereiro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da professora efetiva Franciele Galvão dos Santos, para mais 20 (vinte) horas semanais, no período de 03 de fevereiro a 17 de dezembro de 2014, com vencimentos na Classe "C", referência "04", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, em vaga vinculada da professora Karin Daiane Barth, que está exercendo a função de Diretora de Núcleo de Educação Infantil.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, sobre a alteração de carga horária, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora exercerá suas atividades no Núcleo de Educação Infantil Albertina Brauchner, deste Município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 03 de fevereiro de 2014.

Porto União, SC em 24 de fevereiro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 268/2014 - RH

PORTARIA Nº 268, de 24 de fevereiro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da professora efetiva Ivone Oroski de Souza Kuritza, para mais 20 (vinte) horas semanais, no período de 03 de fevereiro a 17 de dezembro de 2014, com vencimentos na Classe "C", referência "03", previsto nos Anexos

I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, em vaga vinculada da professora Isabela de Fátima Machado, que está exercendo a função de Diretora de Núcleo de Educação Infantil.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, sobre a alteração de carga horária, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora exercerá suas atividades no Núcleo de Educação Infantil Pingo de Gente, deste Município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 03 de fevereiro de 2014.

Porto União, SC em 24 de fevereiro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 269/2014 - RH

PORTARIA Nº 269, de 24 de fevereiro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da professora efetiva Kaline Marisa Cabral, para mais 20 (vinte) horas semanais, no período de 03 de fevereiro a 17 de dezembro de 2014, com vencimentos na Classe "B", referência "02", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, em vaga vinculada da professora Silmara de Fátima Amarante Bueno, que está exercendo a função de Diretora de Núcleo de Educação Infantil.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, sobre a alteração de carga horária, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora exercerá suas atividades no Núcleo de Educação Infantil Comecinho da Vida, deste Município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 03 de fevereiro de 2014.

Porto União, SC em 24 de fevereiro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 270/2014 - RH

PORTARIA Nº 270, de 24 de fevereiro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da professora efetiva Luciana dos Santos Leite, para mais 20 (vinte) horas semanais, no período de 03 de fevereiro a 17 de dezembro de 2014, com vencimentos na Classe "C", referência "02", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, em vaga vinculada da professora Eliane Cristina dos Santos que passou a atuar no Atendimento Educacional Especializado - AEE.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, sobre a alteração de carga horária, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora exercerá suas atividades no Núcleo de Educação Infantil Comecinho da Vida, deste Município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 03 de fevereiro de 2014.

Porto União, SC em 24 de fevereiro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 272/2014 - RH

PORTARIA Nº 272, de 24 de fevereiro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da professora efetiva Monica Langa, para mais 20 (vinte) horas semanais, no período de 03 de fevereiro a 17 de dezembro de 2014, com vencimentos na Classe "C", referência "03", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, em vaga vinculada da professora Giceli Aparecida Gonçalves que está exercendo a função de Coordenadora do Polo da Universidade Aberta do Brasil – UAB.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, sobre a alteração de carga horária, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora exercerá suas atividades no Núcleo de Educação Infantil Trem da Alegria, deste Município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 03 de fevereiro de 2014.

Porto União, SC em 24 de fevereiro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 273/2014 - RH

PORTARIA Nº 273, de 24 de fevereiro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da professora efetiva Elisiane de Paula França, para mais 20 (vinte) horas semanais, no período de 03 de fevereiro a 17 de dezembro de 2014, com vencimentos na Classe "B", referência "02", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, em vaga vinculada da professora Karin Daiane Barth que está exercendo a função de Diretora de Núcleo de Educação Infantil.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, sobre a alteração de carga horária, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora exercerá suas atividades no Núcleo Educacional do Legru, deste Município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 03 de fevereiro de 2014.

Porto União, SC em 24 de fevereiro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 274/2014 - RH

PORTARIA Nº 274, de 24 de fevereiro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da professora efetiva Alaíze Franciele Pogogelski Dolinski, para mais 20 (vinte) horas semanais, no período de 03 de fevereiro a 17 de dezembro de 2014, com vencimentos na Classe "B", referência "04", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para ministrar aulas da disciplina de Artes, em razão de haver esgotado a lista de candidatos aprovados em concurso público para o cargo.

Art. 2º A servidora exercerá suas atividades no Núcleo Educacional Frei Deodato, deste município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua

assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 03 de fevereiro de 2014.

Porto União, SC em 24 de fevereiro de 2014.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 275/2014 - RH

PORTARIA Nº 275, de 24 de fevereiro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da professora efetiva Jamile Pastuchaki, para mais 10 (dez) horas semanais, no período de 03 de fevereiro a 17 de dezembro de 2014, com vencimentos na Classe "C", referência "02", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, em razão da inclusão da disciplina de Língua Estrangeira (Inglês) nas séries/anos iniciais.

Art. 2º A servidora exercerá suas atividades nos Núcleos Educacionais Frei Deodato, Legru, São Bernardo do Campo, Lança e São Pedro do Timbó, deste município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 03 de fevereiro de 2014.

Porto União, SC em 24 de fevereiro de 2014.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 276/2014 - RH

PORTARIA Nº 276, de 24 de fevereiro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da professora efetiva Kátia Cordeiro Ribeiro, para mais 20 (vinte) horas semanais, no período de 03 de fevereiro a 17 de dezembro de 2014, com vencimentos na Classe "C", referência "02", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar no Apoio Pedagógico e no Atendimento Educacional Especializado – AEE.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, sobre a alteração de carga horária, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora exercerá suas atividades no Núcleo Educacional

do Legru, deste Município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 03 de fevereiro de 2014.

Porto União, SC em 24 de fevereiro de 2014.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 277/2014 - RH

PORTARIA Nº 277, de 24 de fevereiro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da professora efetiva Kelly Cordeiro Ribeiro, para mais 20 (vinte) horas semanais, no período de 03 de fevereiro a 17 de dezembro de 2014, com vencimentos na Classe "C", referência "02", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, em vaga vinculada da professora Eliane Bradoski dos Santos que está atuando junto à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, sobre a alteração de carga horária, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora exercerá suas atividades no Núcleo Educacional Jornalista Hermínio Milis, deste Município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 03 de fevereiro de 2014.

Porto União, SC em 24 de fevereiro de 2014.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 278/2014 - RH

PORTARIA Nº 278, de 24 de fevereiro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária do professor efetivo Tiago Metzler de Brito, para mais 20 (vinte) horas semanais, no período de 03 de fevereiro a 17 de dezembro de 2014, com vencimentos na Classe "C", referência "04", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar na Educação de Jovens e Adultos – EJA (2º segmento).

Art. 2º O servidor exercerá suas atividades no Núcleo Educacional Jornalista Hermínio Milis, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 03 de fevereiro de 2014.

Porto União, SC em 24 de fevereiro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 279/2014 - RH

PORTARIA Nº 279, de 24 de fevereiro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária do professor efetivo Valter Buenemeyer, para mais 20 (vinte) horas semanais, no período de 03 de fevereiro a 17 de dezembro de 2014, com vencimentos na Classe "C", referência "04", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar na Educação de Jovens e Adultos – EJA (2º segmento) do município no Colégio Antonio Gonzaga.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 03 de fevereiro de 2014.

Porto União, SC em 24 de fevereiro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 280/2014 - RH

PORTARIA Nº 280, de 24 de fevereiro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da professora efetiva Verônica Maina da Silva Homczinski, para mais 20 (vinte) horas semanais, no período de 03 de fevereiro a 17 de dezembro de 2014, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, em vaga vinculada da professora Eliane Bradoski dos Santos que está atuando junto à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, sobre a alteração de carga horária, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora exercerá suas atividades no Núcleo Educacional

Jornalista Hermínio Milis, deste Município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 03 de fevereiro de 2014.

Porto União, SC em 24 de fevereiro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 281/2014 - RH

PORTARIA Nº 281, de 24 de fevereiro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da professora efetiva Dulcimar Neide Sonnestrahl, para mais 10 (dez) horas semanais, no período de 03 de fevereiro a 17 de dezembro de 2014, com vencimentos na Classe "C", referência "09", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar na Educação de Jovens e Adultos – EJA (1º segmento) do município no Colégio Nilo Peçanha.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, sobre a alteração de carga horária, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 03 de fevereiro de 2014.

Porto União, SC em 24 de fevereiro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 282/2014 - RH

PORTARIA Nº 282, de 24 de fevereiro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da professora efetiva Neusa Jarentchuk Marangoni, para mais 10 (dez) horas semanais, no período de 03 de fevereiro a 17 de dezembro de 2014, com vencimentos na Classe "C", referência "11", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar na Educação de Jovens e Adultos – EJA (2º segmento) do município no Colégio Antonio Gonzaga.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC,

retroagindo seus efeitos a 03 de fevereiro de 2014.

Porto União, SC em 24 de fevereiro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Portaria N.º 283/2014 - RH

PORTARIA Nº 283, de 24 de fevereiro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da professora efetiva Simone da Silva Marinho, para mais 20 (vinte) horas semanais, no período de 03 de fevereiro a 17 de dezembro de 2014, com vencimentos na Classe "C", referência "09", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, em vaga vinculada da professora Lindarci Kobroski Wolf que passou a atuar no Apoio Pedagógico nas séries/anos iniciais.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, sobre a alteração de carga horária, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora exercerá suas atividades no Núcleo Educacional João Fernando Sobral, deste Município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 03 de fevereiro de 2014.

Porto União, SC em 24 de fevereiro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Edital de Homologação do Concurso Público Nº 001/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2013

ANÍZIO DE SOUZA, Prefeito Municipal de Porto União, com fulcro no edital do CONCURSO PUBLICO nº 001/2013, FAZ SABER que, tendo em vista a conclusão dos trabalhos relativos ao Concurso Público em tela, após cumprimento de todas as etapas previstas, prazos recursais e demais exigências referentes aos cargos de: 001 – Agente de Serviços Públicos Nível 02, 002- Agente de Serviços Públicos Nível 02 – Distrito de Santa Cruz do Timbó, 003 – Agente de Serviços Públicos Nível 02- Distrito de São Miguel da Serra, 004 – Motorista de Veículos Pesados, 005 – Motorista de Veículos Pesados – Distrito de São Miguel da Serra, 006 – Auxiliar Administrativo, 007 – Mecânico de Veículos Pesados, 008 – Operador de Máquinas Pesadas – Distrito de Santa Cruz do Timbó, 009 – Operador de Máquinas Pesadas – Distrito de São Miguel da Serra, 010 – Operador de Máquinas Pesadas, 011 – Agente Administrativo, 012 – Auxiliar de Cirurgião Dentista, 013 – Auxiliar de Enfermagem, 014 – Fiscal de Obras e Posturas, 015 – Fiscal de Tributos, 016 – Motorista de Veículos Leves, 017 - Telefonista, 018 – Assistente Social, 019 – Arquiteto, 020 – Engenheiro Ambiental, 021 – Engenheiro Civil, 022 – Psicólogo com Especialização em Saúde Mental, 023 – Fonoaudiólogo, 025 – Médico Neurologista, 028 – Médico Pediatra, 029 – Médico Clínico Geral, 030 – Médico Plantonista, 031 – Médico do PSF, constantes do quadro de pessoal, da Prefeitura Municipal de Porto União e listados no anexo I deste Edital.

RESOLVE:

HOMOLOGAR o resultado final do Processo Seletivo público promovido para o provimento dos cargos acima descritos na conformidade das publicações efetuadas através da Imprensa Oficial do Município de Porto União, SC e afixadas no Átrio da Prefeitura Municipal de Porto União.

Para que não se alegue ignorância, faz baixar o presente Edital que será publicado na Imprensa Oficial do Município e afixado no local de costume.

Porto União, 18 de Março de 2014.

ANÍZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal de Porto União

ANEXO I

CLASSIFICAÇÃO FINAL

Cargo: 01. Agente de serviços Públicos - Nível II

Inscrição	Candidato	Nascimento	N.P.E.	Físico
542	JEFFERSON JOSE DA CRUZ	12/10/1987	9,00	Apto
628	WILLIAN CARLOS FERREIRA	01/11/1993	9,00	Apto
495	FERNANDO CARDOSO ANDRE	12/08/1990	8,50	Apto
484	ALISON ADILSON CHAVES	06/07/1993	8,50	Apto
1192	JAMES VINICIUS PORTELA DA LUZ	09/03/1986	8,50	Apto
1236	ANDREIA MOKOCHI	18/02/1988	8,50	Apto
1265	DAVID MELLO	18/04/1963	8,00	Apto
715	JULIO CESAR LOPES	03/06/1993	8,00	Apto
1621	MATHEUS FERREIRA	10/05/1993	8,00	Apto
232	DIEGO RODRIGO AMAZONAS	29/11/1990	7,50	Apto
1108	WELLIGTON SERGIO CHAVES	03/08/1990	7,50	Apto
750	JACKSON DA SILVA	15/08/1993	7,50	Apto
818	JOSÉ LUIS FURKIM DOS SANTOS	24/11/1995	7,50	Apto
1515	ALTAIR SOARES DE MIRANDA	07/05/1972	7,00	Apto
757	MARCOS VINICIUS DOS SANTOS	25/07/1984	7,00	Apto
808	EDIMAR MACHADO DOS SANTOS	25/02/1991	7,00	Apto
652	DANIEL RODRIGUES PEIXOTO	02/01/1974	7,00	Apto
208	CARLOS CRISTIANO GOMES	16/02/1979	7,00	Apto
366	PAULO MARCOS RODRIGUES CORDEIRO	04/03/1983	6,50	Apto
1269	KARINE VIERIA	17/01/1995	6,50	Apto
463	JEAN CARLOS REISDORFER	13/06/1973	6,50	Apto
1335	DANILO DOS SANTOS	11/12/1984	6,50	Apto
347	ANDERSON OSCAR LEANDRO DE SOUZA	15/10/1988	6,50	Apto
1356	JUSSARA FAGUNDES DA ROSA COLITA	26/01/1969	6,00	Apto
314	ROSELI PAZ DE OLIVEIRA	09/03/1969	6,00	Apto
198	ELISANDRO DA SILVA	11/04/1989	6,00	Apto
1152	VANDIR LUCINEI SCHWARZ	06/11/1975	6,00	Apto
1388	VALDEMAR PACHECO FILHO	31/10/1995	5,50	Apto
437	LEONI ZAMULAK	02/10/1973	5,50	Apto
252	WILLIAN EDENILSON CHAVES	11/04/1994	5,50	Apto

Cargo: 02. Agente de Serviços Públicos -NII- Santa Cruz

Inscrição	Candidato	Nascimento	N.P.E.	Físico
579	1º. MARCIO PEDRO OPAUTCHAK	28/06/1993	6,00	Apto

Cargo: 03. Agente de serviços Públicos –Nível II- São Miguel

Inscrição	Candidato	Nascimento	N.P.E.	Físico
1369	1º. PAULA ALINE BENDLIN	11/03/1994	6,00	Apto

Cargo: 04. Motorista de Veículos Pesados

Inscrição	Candidato	Nascimento	N.F
131	JOSE ZITO ALVES	07/06/1967	10,00
1060	ONERI PICCININ	19/12/1967	9,67
1255	FELIPE SERGIO MITZKO	11/02/1988	9,50
1594	VANILDO MIGUEL GUISONI	25/04/1980	9,33

1242	THIAGO BORINI	23/12/1991	9,17
85	SILVIO LUCIANO MORAES	01/05/1973	9,00
123	VANDERSON TIAGO BELLAVER	03/10/1988	9,00
458	VILSON WOHL	19/09/1972	8,83
313	EDSON CARLOS ALVES DA SILVA	02/08/1964	8,83
1619	RICARDO SCHWARTZ	19/06/1964	8,67
950	MARCOS ANCELMO ROMKO POLZIN	05/07/1973	8,50
391	THIAGO HENRIQUE PADILHA DE MORAIS	22/02/1988	8,33
1640	JOSÉ SIDENEI CHAVES	22/04/1981	8,33
550	LUCAS SCHLOSSER	21/01/1973	8,17
942	JOEL DA ROCHA	09/05/1979	8,17
420	CESAR LUIS SCHROH	21/12/1974	8,17
1100	ALOIR RODRIGUES CALISTO	17/04/1976	8,17
1673	WAGNER ANDRÉ UBERNA	21/07/1988	8,17
1343	RODRIGO DA ROCHA	23/05/1986	8,00
996	JOSEMAR KAVALES	05/05/1989	8,00
780	ANDERSON LUIZ RODRIGUES	25/05/1981	7,83
911	BENJAMIN KZIOZEK	23/12/1971	7,83
925	ALESSANDRO JABORATAN DE OLIVEIRA QUADROS	25/11/1982	7,83
1090	VILSON ANTUNES DE OLIVEIRA	24/12/1982	7,83
77	CARLOS GUALBERTO GOMES	16/02/1972	7,83
132	SILVIO BUGENSKI	30/07/1990	7,83
1027	EUGÊNIO IACKOWSKI	04/02/1974	7,67
408	AMAURO FERREIRA DE LIMA	17/03/1985	7,67
1655	ALEXANDRO COLITA	20/08/1986	7,67
826	CARLOS ALBERTO TRAVASSO	01/09/1965	7,67
104	TIAGO FERREIRA DE MORAES	08/10/1988	7,67
1232	JOSÉ RAFAEL ANTONELLI	24/10/1964	7,67
791	JOACIR BATISTA FERNANDES	23/06/1966	7,67
825	JACKSON LEANDRO	01/08/1979	7,50
1229	IZAIR SILVEIRA	01/12/1988	7,50
480	LUTHERO DE MOURA ROLOFF	24/07/1989	7,50
1128	SIDNEI SEBASTIÃO GIBINSKI	21/11/1975	7,50
256	ADEMAR FERNANDES DOS SANTOS	26/07/1980	7,50
1376	LUIS CARLOS ENGEL	29/04/1968	7,17
699	AUGUSTO GONÇALVES	21/09/1971	6,50

Cargo: 05. Motorista de Veículos Pesados - São Miguel da			
Inscrição	Candidato	Nascimento	N.F
1138	JEOVANEI RIBEIRO ALVES	25/07/1988	9,33
1237	VALDINEI WENNINGKAMP	07/10/1984	8,33
1468	LEO RUDOLFO ORTH	24/02/1955	6,50

Cargo: 06. Auxiliar Administrativo			
Inscrição	Candidato	Nascimento	N.F
1008	WILLIAN EDUARDO VENANCIO	10/05/1994	7,73
809	ANDRESSA CAROLINE FURTADO	24/05/1996	7,73
1494	RAQUEL MARIA DE SOUZA RABELO	25/08/1993	6,93
1165	EVANDRO VIEIRA LOPES	31/03/1988	6,93
1495	FELIPE ROSENTHAL RABELO	02/09/1989	6,53
1620	DENISE CENCI	03/04/1989	6,53
1171	THAISE LIMAS DE SOUZA	18/10/1994	6,53

675	PEDRO HENRIQUE DA SILVA	07/10/1994	6,13
1368	ANGELA GRANZA	11/06/1993	5,73
1680	ADRIELE ROBERTO	22/03/1992	5,73
894	TÂNIA FERREIRA DAS CHAGAS	01/09/1995	5,73

Cargo: 07. Mecânico de Veículos Pesados

Inscrição	Candidato	Nascimento	N.F
824	HENRIQUE PERES DA SILVA	05/11/1992	8,63
174	LINDOMAR ALVES DOS SANTOS	22/06/1982	7,40
436	VILFRIED RESCHWAMM	22/04/1982	7,40
1102	ALCYR AUGUSTO SCHERER	22/02/1964	7,23

Cargo: 08. Operador de Máquinas Pesadas – Santa Cruz do Timbó
NENHUM CLASSIFICADO

Cargo: 09. Operador de Máquinas Pesadas - São Miguel da Serra

Inscrição	Candidato	Nascimento	N.F
214	1º. KLEBER LUIZ DE FREITAS	16/08/1984	6,84

Cargo: 10. Operador de Máquinas Pesadas

Inscrição	Candidato	Nascimento	N.F
591	ALEX SCHORR	19/09/1991	7,95
684	GIOVANE ALVES	19/11/1973	7,87
1098	LEOMAR MOREIRA	23/05/1987	7,53
700	IRINEU DOBKOWSKI	08/03/1981	7,05
663	JOSE JUSCELINO HOMCZYNSKI	24/07/1979	6,31
531	LUCIANO SYDLOWSKI	12/02/1986	6,20
413	ALOISE LITKA	28/04/1988	5,07

Cargo: 11. Agente Administrativo

Inscrição	Candidato	Nascimento	N.F
666	GRACIELI RITA SOARES	13/02/1985	8,33
822	NILMAR FERNANDO JEVOUSKI	21/05/1990	8,33
1036	RUBEM ALESSANDRO KOTVISKY	08/01/1988	8,33
1202	ELISIANE LITKA	16/05/1987	8,33
1239	RAYLLANA EVELIN HORT	13/11/1992	8,33
953	VIVIAN JULIANE STASIAK CAMARGO SCHIER	09/03/1981	8,25
1111	REGIANE WESTPHAL	17/05/1989	8,25
656	LEILA ANDRUKIU DA CRUZ CARRARO	26/01/1995	8,25
690	ROBERTO CONSENTINS TORMA	04/07/1989	8,25
893	GRACIELE CARLA BORDIGNON RODRIGUES	04/01/1978	8,17
1003	MATHEUS OSCAR WOHL	06/11/1995	8,17
497	MARCIO ROBERTO MARCZYNSKI	08/04/1986	8,08
206	SIANARA CHEILI SAADE	06/09/1976	8,08
1484	ROGÊ GETÚLIO DE ANDRADE PEREIRA	18/04/1991	8,00
630	TATIANE PARIZOTTO	11/06/1991	7,92
404	DALILA TANIA VOGEL	20/11/1985	7,92
1550	PÂMELLA HOLZ DA SILVA	25/11/1994	7,92
1077	ANA PAULA KONKOL	21/07/1989	7,92

1516	ÉDINO ANDRIOLI	11/05/1994	7,25
300	GUSTAVO KOTARSKI	10/10/1991	6,75
1233	GABRIELA KAUA MUNHOZ	19/12/1994	6,75
474	FELIPE WAGNER KUKLA	06/08/1992	6,75
614	LIA CARVALHO KESKOSKI	30/11/1988	6,75
27	TAINARA TAYSE BOLSONI	19/09/1996	6,75
1009	LETICIA LOCATELLI DE OLIVEIRA	26/01/1995	6,75
602	JOSMAR CESAR DE BRITO	15/05/1994	6,67
273	LUANA BETON	20/05/1994	6,67
1032	ELISIANE KRENSKI	29/03/1992	6,67
782	LUCILDA DOS SANTOS	12/12/1978	6,58
1565	CARLA ROSANE FERSCH	17/06/1991	6,58
1657	DANIELI SILVA DA COSTA	19/05/1986	6,58
1248	GÉSSICA DE FATIMA PRZYBYSZ	09/11/1990	6,58
1677	CALIL CALIL GONÇALVES	04/02/1984	6,58
177	CARLA THAIS PACHECO	12/11/1994	6,58
307	VALERIA SEBBEN ZEMBRUSKI	04/07/1983	6,25
268	RÚBIA CRISTINA SPAKA	29/05/1995	6,08
685	RUAN GUILHERME WOLF	13/11/1995	6,08
459	WAGNER ANTONIO DOOPIAT	12/02/1993	6,08
1088	CLÁUDIA BOLZAN	11/10/1969	6,08
1222	DOUGLAS CORRA DA MAIA	19/06/1991	6,08
444	CARLA FABIANA RUBY	09/05/1986	6,00
957	JOSIANE DE FATIMA DOS SANTOS MATOZO	15/08/1986	6,00
1278	RENATO PEREIRA ZABCUK	03/03/1984	6,00
634	RICARDO CESAR METELSKI	01/02/1996	6,00
1122	TÂNIA COROSQUE	02/07/1989	5,92

Cargo: 12. Auxiliar de Cirurgião Dentista

Inscrição	Candidato	Nascimento	NF
0295	1º. CAROLINE VALORIO GIBINSKI	09/03/1994	5,25

Cargo: 13. Auxiliar de Enfermagem

Inscrição	Candidato	Nascimento	NF
0817	ANDREIA PARIZOTTO	08/07/1977	7,50
0855	ROSE A PARECIDA DA SILVA ALMEIDA	02/04/1980	7,50
1069	CAMILA VANESSA SAWIAK FEITOSA	21/07/1986	7,00
1031	TEREZA CRISTIANE FERREIRA DE DEUS SOUZA	25/09/1980	6,75
0848	ROSANA TEREZINHA DOMBROWSKI	09/12/1982	6,50
1105	RUBIA PATRICIA KURLUK DE CAMARGO	11/07/1982	6,50
0266	GUSTAVO EDUARDO BAUERMEISTER	11/06/1987	6,50
0679	ROSANA DE LIMA	23/12/1988	6,25
1678	DAIR DOLINSKI	15/01/1980	6,25
0216	MARISA APARECIDA DE OLIVEIRA CORDEIRO CONSTANTINO	24/08/1975	6,25
1185	CRISTIANE NATALINA KOSSIAN	25/12/1985	6,00
1325	GRACIELA APARECIDA FRANZ	13/10/1978	6,00
1191	SIMONI GOMES DOS SANTOS	03/06/1983	6,00
0940	TATIANE FÁTIMA GREGÓRIO	14/10/1989	6,00
1238	MARIA LUCIANE CARDOZO	06/09/1982	5,75

0594	ALINE REGINA SCHNEIDER	25/08/1991	5,75
0965	SIMONE CONCEIÇÃO SOARES RODRIGUES	21/03/1977	5,75
0687	FRANCIELI DE OLIVEIRA	01/01/1970	5,75
0888	FRANCIELE FATIMA PUFF	02/12/1987	5,75
1629	LUCIANE VENESKI	29/07/1977	5,50
0365	MÁRCIA ZORAIA SCHULTZ	14/11/1973	5,50
0766	FERNANDA RUARO	05/07/1981	5,50
0122	DANIELE ANDREKOWICZ	21/07/1995	5,50
0887	ROSANE APARECIDA KULIBABA	16/12/1985	5,50
0079	GISLAINE TCHUVAIFF MORAES	25/01/1988	5,25
1137	MARIA APARECIDA DE CRISTO	13/09/1988	5,25
0060	GISELI FERREIRA DE PAULA	31/01/1991	5,25
1385	ZINEIDE MORAIS MACHADO DA SILVA	17/12/1970	5,25
1310	GÉSSICA DE FÁTIMA CARDOSO	16/06/1991	5,25
1355	SALETE WERUS	23/10/1981	5,25
1389	ADILSON WOITOWIKI	05/06/1985	5,00
0763	VALDIRENE APARECIDA COELHO	11/08/1968	5,00
0870	CELINA CELI UNIAT	15/08/1985	5,00
0452	MARCIA TEREZINHA PRETO	10/03/1982	5,00
1685	RUBIA ALVES	02/01/1978	5,00
1538	ANA CAROLINA PIOVESAN	07/01/1991	5,00
Cargo: 14. Fiscal de Obras e Posturas			
	Não houve aprovados		

Cargo: 15. Fiscal de Tributos			
Inscrição	Candidato	Nascimento	N.F
689	FERNANDA PAOLA STASIAK DE MOURA CAMARGO	08/02/1991	8,42
838	KAUA GETULIO DE ANDRADE PEREIRA	28/07/1990	7,92
974	MATHEUS FELIPE RIBEIRO	14/04/1994	7,83
424	JÉSSICA ORTH DA SILVA	07/12/1991	7,75
194	ANELIZE ROSANE RABELLO	01/05/1987	7,08
415	MARIA IZABEL FANTIN BUENO	03/04/1989	7,00
662	LUCILENE KERBER GELINSKI	20/01/1989	6,50
1493	LIBIANE KARINA ORTH	17/07/1990	6,33
1643	FELIPE ARIEL MARAFON	15/05/1994	5,75
1174	WAGNER SERRER	15/02/1984	5,75

Cargo: 16. Motorista de Veículos Leves			
Inscrição	Candidato	Nascimento	N.F
631	LUDGERON MARCOS ILCHECHEN	05/03/1991	8,92
1297	IVAN CARLOS SOUZA	11/02/1985	8,83
1361	VILY NEUMANN	23/08/1975	8,58
956	EDNILSON JOSE DOS SANTOS	24/05/1974	8,42
359	MARCOS ADRIANO PRZGURSKI	08/05/1980	8,25
438	CELSO HOLOWKA FILHO	12/03/1986	8,25
1277	RAFAEL MATOZO	07/07/1982	8,25
348	MILTON HAKPAT	29/07/1978	8,08
486	EMERSON LUIS DO AMARAL	17/02/1983	8,00
1254	CLAUDIO JOSE BORTOLI	02/08/1975	8,00

193	ANDRE LUIZ PIRES DE CARVALHO	30/03/1961	7,75
1212	RUBENS WILKE	25/07/1967	7,42

Cargo: 17. Telefonista			
Inscrição	Candidato	Nascimento	NF.
1106	AMANDA BANASZESKI	05/01/1993	7,25
0570	JENIFFER CAROLINE FREISLEBEN SCHMITT	04/12/1995	7,00
1150	ALESSANDRA KRENSKI	21/10/1988	7,00
1203	KARINA ROSANGELA PARASTCHUK	06/01/1988	6,75
0254	ANDRESSA CACIANE MIRANDA	26/12/1992	6,50
1209	GABRIELLE GAN	20/04/1995	6,50
0555	EDILENIA GERMANO SCHRECHZ	06/01/1985	6,25
1280	ALESSANDRA MARA DOS SANTOS	24/11/1991	6,25
0912	LETICIA APARECIDA ALEXANDRINO PEREIRA	26/04/1994	6,00
0648	ANA LUCIA MOREIRA	24/01/1986	6,00
0673	JÉSSICA BATISTA DOS SANTOS	26/03/1991	6,00
1430	BERNADETE MARIA PEREIRA	21/10/1990	5,50
1311	EDVINO SZWED	21/08/1992	5,50
1141	ALINE SCHORR	17/12/1995	5,50
1012	KATIA CRISTINA MOREIRA SEDOR	05/06/1978	5,25
1571	MICHELE WITTMANN SANTOS ROCHA	02/10/1978	5,25
0697	TATIANA KROLL	30/01/1995	5,25
0921	ANA KARINA BUOGO	19/04/1995	5,25
1421	ANGELA DE PAULA ZULKIEWICZ	03/08/1993	5,00
1601	MARÍLIA GABRIELA STASIAK FRANÇA	03/04/1995	5,00
0971	MARIA ELIZANGELA DE BRITO	23/03/1975	5,00
1545	SILVANA POLOVEI	04/09/1975	5,00
1193	FRANCIELE ANDRESSA DOBLER	08/04/1986	5,00
0743	DANIELI CRISTIANE KZIOZEK	01/12/1985	5,00
1010	ELIZANGELA CRISTINA BILYK	31/08/1988	5,00
1054	SUNAH JESSIE MAKIOLKI	11/01/1989	5,00
0880	RAFAEL VOLKMAN DE OLIVEIRA	20/06/1995	5,00

Cargo: 18. Assistente Social			
Inscrição	Candidato	Nascimento	NF
0134	HARIELLI TOMASI	17/02/1988	7,00
0941	GISELE MUNHOZ PIRES BATISTA	20/07/1985	6,75
0446	EMANOELA CAROLINA VOGEL	12/05/1989	6,50
0886	SÔNIA PRITZSCHE	02/01/1966	6,25
0472	TATIANE FERREIRA DOS SANTOS	12/03/1982	6,25
0297	NICOLE BUCHHOLZ	28/06/1991	6,00
0478	FABIANA BENASSI CARNEIRO	28/03/1970	6,00
0296	ADRIANA CRISTINA DE LIMA NEPO-MUCENO	16/03/1972	5,75
0026	DEISI CRISTINA RABUSKE SCHELENZ	28/06/1986	5,75
0872	CLEIDE DAIANE ROSA DOS SANTOS	05/10/1981	5,50
1283	CINDIMARY DOS SANTOS LIMA	24/06/1990	5,25
0758	LARISSA GIANI BATALHA MELLO	04/04/1985	5,25
0360	JOICE APARECIDA GONÇALVES	04/03/1990	5,25
0361	MARLI TEREZINHA ZAVASKI	15/02/1960	5,00

Cargo: 19. Arquiteto			
Inscrição	Candidato	Nascimento	NF
0655	FABIANA WEBER ZABCZUK	15/09/1985	7,00
0842	ARYANE SPADOTTO	25/03/1990	7,00
1375	LUCIANE DE FÁTIMA GONÇALVES	26/10/1982	6,50
0561	JULIANA SUCHARSKI	27/03/1989	6,25
0540	FERNANDO ANTÔNIO KÜRTEJUNG	04/02/1979	6,00
0395	SARAH RIBAS SCHUMANN	16/12/1991	6,00
1391	CARLA KELEN SOARES	11/07/1991	5,75
1039	JANYNE MARIA ROEHRIG GERON	13/10/1962	5,00

Cargo: 20. Engenheiro Ambiental			
Inscrição	Candidato	Nascimento	NF
0336	ADRIANA WEBER	23/05/1989	7,25
1275	MARCOS MOECKE ROVARIS	17/08/1983	6,50
0737	ANDRÉIA RUDNIAK	12/12/1992	6,50
1048	GUILHERME PARTALA	22/03/1990	6,00
0786	CAMILE WENNINGKAMP	14/12/1991	5,50
0709	CÁSSIO SCHMIDT GODOI	19/07/1989	5,00
1576	GUILHERME VIEIRA	06/09/1990	5,00
0928	BÁRBARA DAVID	28/12/1990	5,00
0623	MARIANE RABSCH	14/03/1991	5,00

Cargo: 21. Engenheiro Civil			
Inscrição	Candidato	Nascimento	NF.
0976	VINÍCIUS ANDRÉ MAKIAK	02/08/1990	6,00
0828	ALEXANDRE FERNANDO PICOLOTO	16/11/1989	5,50

Cargo: 22. Psicólogo com Especialização em Saúde Mental			
Inscrição	Candidato	Nascimento	NF
0948	MARCELLE ANDREA LEITE PEREIRA ROSSA	26/09/1986	6,25
0005	DAIANI DE FÁTIMA MOURA	14/12/1981	5,50
0034	SOLANGE DARUI CECHINATTO	24/09/1971	5,00
0932	ELENITA LUIZA LODI	18/07/1989	5,00

Cargo: 23. Fonoaudiólogo			
Inscrição	Candidato	Nascimento	NF
1501	1º.LAIS FERNANDA ZANON	15/03/1991	5,75

Cargo: 25. Médico Neurologista			
Inscrição	Candidato	Nascimento	NF.
0569	2º.MARINA FARAH	12/04/1985	6,00

Cargo: 28. Médico Pediatra			
Inscrição	Candidato	Nascimento	NF.

0698	3º.ADRIANA JOSIEK	19/10/1974	5,50

Cargo: 29. Medico Clinico Geral

Inscrição	Candidato	Nascimento	NF
1034	NEYLTON LUCAS DE MELO	17/11/1965	7,25
0409	CARLOS AUGUSTO SACOMORI FERREIRA	10/05/1971	6,75

Cargo: 30. Médico Plantonista

Inscrição	Candidato	Nascimento	NF
1554	LUÍS GUILHERME OLBERTZ	03/11/1989	7,25
1049	DOUGLAS RIBAS SCHUMANN	13/05/1989	6,00

Cargo: 31. Médico do PSF

Inscrição	Candidato	Nascimento	
0871	ORLANDO CARLOS FLEITH SOBRINHO	13/11/1962	7,75
0312	JULIANA FISS LAMBRECHT	01/04/1978	7,00
1109	ELIEL AROLDO CREMA	28/06/1985	7,00
1465	ANA PAULA GODINHO DA SILVA	22/02/1980	6,75
1131	CARLOS MARCOS PRADO TAVARES	28/01/1978	5,75
1608	HUGO DA CUNHA DIAS	28/03/1981	5,75
0340	ALAN BUENO	13/09/1985	5,25

Rio do Sul

PREFEITURA

Portaria Nº 0283/RH

PORTARIA N. 0283/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas no Art. 31, inciso XIV, da Lei Complementar n. 100/2003 e suas alterações posteriores, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul e, considerando o Memorando Depto de Patrimônio N. 50/2014 e documentos em anexo,

RESOLVE:

Art.1º Instaurar a Sindicância Administrativa n. 005/2014, a fim de apurar a responsabilidade pela colisão que ocorreu no dia 04 de fevereiro de 2014, entre o veículo Celta, placa MJV 9667, de propriedade do Município de Rio do Sul e parte integrante da frota da Secretaria Municipal de Administração e o veículo Towner Pickup, placa MKA 6081, de propriedade particular, na Avenida Ivo Silveira.

Art.2º Designar a Comissão Permanente de Sindicância, nomeada pela Portaria n. 0079/RH, de 30 de janeiro de 2014, para apurar eventuais responsabilidades pelos fatos descritos no Art. 1º.

Art.3º Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos afetos a esta Sindicância Administrativa.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de março de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

Contrato Administrativo Nº 268/2014
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 268/2014

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) SALETE MACHADO, portador(a) do CPF nº 654.745.039-20 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) Rua José Cimardi, nº 108, Bairro Taboão - Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Auxiliar de Serviços Gerais, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Secretaria Municipal de Educação – CEI Tia Bea.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 756,00 (setecentos e cinquenta e seis reais) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 18/03/2014 e encerrando-se em 17/04/2014, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 17 de março de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

SALETE MACHADO

Contratado (a)

Contrato Administrativo Nº 269/2014
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 269/2014

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) NATHANIELY HELLMANN NIEHUES, portador(a) do CPF nº 093.378.099-07 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rodovia SC 350, nº 385 – Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso IV, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Artes – Teatro, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Escola Modelo Arvino Walter Gaertner, para atender a programas temporários decorrentes de convênios ou acordos bilaterais.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2.291,52 (dois mil, duzentos e noventa e um reais e cinquenta e dois centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 18/03/2014 e encerrando-se em 17/04/2014, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 17 de março de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

NATHANIELY HELLMANN NIEHUES
Contratado (a)

Pregão Presencial 002/2014-FMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2014/
FMAS

OBJETO: Registro de preços para aquisição de gasolina comum para a frota rodoviária do Fundo Municipal de Assistência Social, abastecimento direto na bomba do Posto.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 23 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 31/03/2014, às 10:30h, no endereço abaixo

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 11:00h do dia 31/03/2014 no endereço abaixo.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Suprimentos.

Rio do Sul (SC), 18 de março de 2014
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

CLAUDIA MARA FRONZA DA SILVA
Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

Pregão Presencial 023/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2014

OBJETO: Aquisição de estação total eletrônica, setor de topografia. Secretaria de Planejamento.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 31/03/2014, às 08:30h, no endereço abaixo, na Sala de Reuniões.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 09:00h do dia 31/03/2014, no endereço abaixo, na Sala de Reuniões.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Suprimentos.

Rio do Sul (SC), 18 de março de 2014.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

Edital de Audiência Pública 003/2014

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2014
PROCESSO LICITATÓRIO DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL
APRESENTAÇÃO DO PLANO DE OUTORGA

OBJETIVO: Coleta de subsídios, resposta aos questionamentos da população e apresentação do Plano de Outorga;

DATA: 02 de Abril de 2014;

HORÁRIO: 19:00;

Local: O evento realizar-se-á nas dependências do Parque Universitário Norberto Frahm – PUNF, Rua Dr. Guilherme Gemballa, 13 – Jardim América – CEP 89160-932 – Rio do Sul – Santa Catarina. Os documentos necessários para a ciência dos interessados, encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Rio do Sul – www.riodosul.sc.gov.br

Rio do Sul, 17 de Março de 2014
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração e Presidente da Comissão de Estruturação do Processo Licitatório do Transporte Coletivo de Rio do Sul

Dispensa de Licitação 050/2014

DISPENSA DE LICITAÇÕES Nº 050/2014

O Município de Rio do Sul (SC), Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito de Rio do Sul, leva ao conhecimento dos interessados, que fica dispensada a licitação, consoante o abaixo exposto:

Objeto: SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS DAS ESTRUTURAS DE GABIÕES, DESTINADOS A CONTENÇÃO DE PONTOS DE DESLIZAMENTOS DA RUA PATRICIO NOVELETTO, BAIRRO BARRA DO TROMBUDO, RELATIVA AS OCORRÊNCIAS DAS INUNDAÇÕES DE SETEMBRO DE 2013.

Valor: R\$ 5.256,20 (cinco mil e duzentos e cinquenta e seis reais e vinte centavos).

Contratada: Metro Cúbico Engenharia Ltda.

Fundamento Legal: Art. 24, Inciso IV da Lei Nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Razões de justificativa de dispensa: Art. 26, parágrafo único, Incisos I, II, III e IV da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Gabinete do Prefeito de Rio do Sul,
Rio do Sul, 18 de março de 2014
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

Portaria Nº 0300/2014

PORTARIA Nº. 0300/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de

2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar a pedido, a partir de 18/03/2014, a servidora municipal NELCIMAR APARECIDA TRZIMAJEWSKI, do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, nos termos do Art. 39, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 18 de março de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Apmf

Portaria Nº 0299/2014

PORTARIA Nº. 0299/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º Conceder auxílio-natalidade, de acordo com o Art. 241, da Lei Complementar n.º 207 de 28/09/2010, á servidora MARCIA ADRIANI TORES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Cozinheiro(40h), conforme certidão de nascimento n.º 0043012 38 do cartório de registro civil do município de Rio do Sul, onde encontra-se o assento de LUCAS EDUARDO AMARAL.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 18 de março de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Vf

Portaria Nº 0298/2014

PORTARIA Nº. 0298/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º Conceder auxílio-natalidade, de acordo com o Art. 241, da Lei Complementar n.º 207 de 28/09/2010, á servidora FABIANA VANDRESEN LEHMKUHL, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor (40h), conforme certidão de nascimento n.º 0043114 30 do cartório de registro civil do município de Rio do Sul, onde encontra-se o assento de PIETRO OTÁVIO LEHMKUHL.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 18 de março de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Vf

Contrato Administrativo Nº 262/2014

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 262/2014

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) SIRLEI TEREZINHA SENS, portador(a) do CPF nº 690.215.119-91 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) Rua Criciúma, nº 950, Bairro Laranjeiras - Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Cozinheira, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Secretaria Municipal de Educação – CEI Raio de Luz.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 881,99 (oitocentos e oitenta e um reais e noventa e nove centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 13/03/2014 e encerrando-se em 12/04/2014, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 10 de março de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

SIRLEI TEREZINHA SENS

Contratado (a)

Contrato Administrativo Nº 265/2014
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 265/2014

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr(a) LAISE VERSINO, portador(a) do CPF nº 069.052.669-57 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Genivaldo da Costa, nº 44 – Bairro Boa Vista – Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso IV, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Educação Especial, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) CE Pref. Luis Adelar Soldatelli – CEPLAS, para atender a programas temporários decorrentes de convênios ou acordos bilaterais.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.909,60 (mil, novecentos e nove reais e sessenta centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 17/03/2014 e encerrando-se em 16/04/2014, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato,

suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 17 de março de 2014.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

LAISE VERSINO
Contratado (a)

Contrato Administrativo Nº 267/2014
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 267/2014

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr(a) INARA CRISTINA DOS SANTOS, portador(a) do CPF nº 076.342.639-31 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Osvaldo Geiser, nº 77 – Bairro Boa Vista – Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso IV, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Educação Especial, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) CE Ricardo Marchi, para atender a programas temporários decorrentes de convênios ou acordos bilaterais.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.909,60 (mil, novecentos e nove reais e sessenta centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 17/03/2014 e encerrando-se em 16/04/2014, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 17 de março de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

INARA CRISTINA DOS SANTOS

Contratado (a)

Contrato Administrativo Nº 270/2014

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 270/2014

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) MARIA SALETE ISIDORO, portador(a) do CPF nº 383.854.659-87 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) Rua João Ledra, nº 478, Bairro Taboão - Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Auxiliar de Serviços Gerais, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Secretaria Municipal de Educação – CEI Navegantes.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 756,00 (setecentos e cinquenta e seis reais) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 19/03/2014 e encerrando-se em 18/04/2014, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias

próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 17 de março de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

MARIA SALETE ISIDORO

Contratado (a)

Contrato Administrativo Nº 271/2014

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 271/2014

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ELITA DOS SANTOS, portador(a) do CPF nº 683.816.899-53 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) Rua Fr. Stanislaw, nº 189, Bairro Canoas - Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Cozinheiro, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Secretaria Municipal de Educação – CEI Favo de Mel I.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 881,99 (oitocentos e oitenta e um reais e noventa e nove centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 19/03/2014 e encerrando-se em 18/04/2014, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 17 de março de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

ELITA DOS SANTOS

Contratado (a)

Portaria Nº 0301/RH

PORTARIA Nº 0301/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art..1º Homologar o Estágio Probatório da servidora municipal PATRICIA RAQUEL MAYR, matrícula n. 78158/2, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, por ter completado 03 (três) anos de efetivo exercício no cargo, no período de 19/06/2008 a 25/08/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 18 de março de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

Portaria Nº 0302/RH

PORTARIA Nº 0302/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art..1º Homologar o Estágio Probatório do servidor municipal PAULO GEOVANI CAETANO, matrícula n. 156981/2, ocupante do cargo de provimento efetivo Guarda Municipal, por ter completado 03 (três) anos de efetivo exercício no cargo, no período de 25/02/2008 a 06/11/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 18 de março de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

Contrato Administrativo Nº 272/2014

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 272/2014

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) MARLENE APARECIDA DE ANDRADE DE MORAES, portador(a) do CPF nº 690.856.099-68 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) Rua Nossa Senhora Aparecida, nº 45, Bairro Santa Rita - Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Cozinheiro, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Secretaria Municipal de Educação – CEI Navegantes.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 881,99 (oitocentos e oitenta e um reais e noventa e nove centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 20/03/2014 e encerrando-se em 19/04/2014, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 17 de março de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

MARLENE APARECIDA DE ANDRADE DE MORAES
Contratado (a)

CÂMARA MUNICIPAL

Decreto Legislativo Nº 1.329/2014

DECRETO LEGISLATIVO No 1.329, DE 11 DE MARÇO DE 2014.
Homologa Termo de Convênio No 001/2014 que celebram entre si, a Fundação Municipal de Desportos e a Associação Desportiva Verde Vale.

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL. Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica homologado o Termo de Convênio No 001/2014 que celebram entre si, a Fundação Municipal de Desportos e a Associação Desportiva Verde Vale, objetivando o incentivo à prática esportiva e de lazer na modalidade de Voleibol, através do suporte à execução de projetos de desenvolvimento e manutenção do desporto nos centros poliesportivos e unidades associadas, destinados à formação e treinamento de atletas de base e/ou rendimento e a comunidade em geral.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 11 de março de 2014.
JAIME SBORZ

Decreto Legislativo Nº 1.330/2014

DECRETO LEGISLATIVO No 1.330, DE 11 DE MARÇO DE 2014.
Homologa Termo de Convênio No 002/2014 que celebram entre si, a Fundação Municipal de Desportos e a Associação do Clube de Atletismo Rio do Sul – ACARISUL.

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL. Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica homologado o Termo de Convênio No 002/2014 que celebram entre si, a Fundação Municipal de Desportos e a Associação do Clube de Atletismo Rio do Sul – ACARISUL, objetivando o incentivo à prática esportiva e de lazer na modalidade de Atletismo, através do suporte à execução de projetos de desenvolvimento e manutenção do desporto nos centros poliesportivos e unidades associadas, destinados à formação e treinamento de atletas de base e/ou rendimento e a comunidade em geral.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 11 de março de 2014.
JAIME SBORZ

Decreto Legislativo Nº 1.331/2014

DECRETO LEGISLATIVO No 1.331, DE 17 DE MARÇO DE 2014.
Homologa Termo de Convênio Nº 001/2014 que entre si celebram o Município de Rio do Sul e a Associação de Agroturismo acolhida na Colônia Vale dos Imigrantes.

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL. Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica homologado o Termo de Convênio nº 001/2014 que entre si celebram o Município de Rio do Sul e a Associação de Agroturismo acolhida na Colônia Vale dos Imigrantes, objetivando a cooperação científica e técnica para fomentar o agroturismo no município de Rio do Sul, por meio da Conveniada.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 17 de março de 2014.
JAIME SBORZ

Decreto Legislativo Nº 1.332/2014

DECRETO LEGISLATIVO No 1.332, DE 17 DE MARÇO DE 2014.
Homologa Termo de Convênio que celebram entre si, a Fundação Municipal de Desportos e a Associação de Tênis de Mesa de Rio do Sul.

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL. Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica homologado o Termo de Convênio que celebram entre si, a Fundação Municipal de Desportos e a Associação de Tênis de Mesa de Rio do Sul, objetivando o incentivo à prática esportiva e de lazer na modalidade de tênis de mesa.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 17 de março de 2014.
JAIME SBORZ

Edital de Licitação PR Nº 4/2014

CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL – SC
PREGÃO PRESENCIAL 04/2014
PROCESSO LICITATÓRIO 07/2014

A Câmara Municipal de Rio do Sul – SC, através do seu pregoeiro, designado pela Portaria nº 752/2014, torna público, que realizará Processo Licitatório, modalidade Pregão Presencial, tipo MENOR PREÇO (PREÇO GLOBAL POR LOTE), no dia 02/04/2014, às 13:30 horas, tendo como local, o Plenário da Câmara Municipal de Rio do Sul, sito à Pç. 25 de Julho, nº 01, visando o Registro de Preços para Aquisição Futura de fardos de água com gás (12 x 500 ml), fardos de água sem gás (12 x 500 ml), galão de água (20 LTS.) e caixa de água em copo (48 x 200 ml) para atender as necessidades do Poder Legislativo de Rio do Sul. Demais informações diariamente, das 07:30 às 12:00 horas no Departamento de Contabilidade da Câmara, no endereço acima, pelo site: <www.camarariosul.sc.gov.br> ou pelo fone: (47) 3531-6300.

Rio do Sul, em 18 de março de 2014.
FERNADO GUEDES
Pregoeiro

JAIME SBORZ
Presidente

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

Errata

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL
ERRATA
Edital nº 28/2014-TP 28/2014

Onde lê-se:

DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: Sub item 4.1, letra L) Apresentação de, no mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA, que comprove que a Licitante possua aptidão para desempenhar atividade pertinente e compatível com o objeto desta Licitação. Entende-se por compatível em características e quantidades, para este fim, a apresentação de atestados que contemplem, no mínimo, a execução de obra, com os quantitativos e características abaixo especificados, não sendo admissível o somatório de atestados para atingir a exigência do item:

- Construção de Cobertura de quadra – 854,00m² (oitocentos e cinquenta e quatro metros quadrados)

Leia-se:

DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: Sub item 4.1, letra L) Apresentação de, no mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA, que comprove que a Licitante possua aptidão para desempenhar atividade pertinente e compatível com o objeto desta Licitação. Entende-se por compatível em características e quantidades, para este fim, a apresentação de atestados que contemplem, no mínimo, a execução de obra, com os quantitativos e características abaixo especificados, não sendo admissível o somatório de atestados para atingir a exigência do item:

- Construção de Escola Urbana – 854,00m²(oitocentos e cinquenta e quatro metros quadrados)

Edital

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

LICITAÇÃO Nº 31/2014 – CV Nº 31/2014

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul – SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para Contratação de empresa para fornecimento parcelado de Cartuchos de tinta e Toners compatíveis para manutenção das Impressoras e copiadoras utilizadas nas Secretarias desta Prefeitura Municipal. Com credenciamento e entrega dos envelopes-habilitação e proposta das 08:00Hr do dia 25 de março de 2014 até às 11:00horas do mesmo dia, início da sessão de abertura dos envelopes e julgamento às 08:30 horas/m do dia 27 de março de 2014. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, Nº 400, Centro, Santa Rosa do Sul, fone: (0xx48) 3534-1113.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Edital

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC
PROCESSO DE LICITAÇÃO 32/2014- PR 32/2014

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul - SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para fornecimento de materiais de expediente para uso nas atividades dos setores da Secretaria de Administração e Sec. de Saúde, durante o exercício de 2014. Conforme especificações constantes do anexo I que integra este edital. Com credenciamento e entrega dos envelopes-Proposta e Habilitação até às 18:00horas do dia 28 de março de 2014, início da sessão de abertura dos envelopes e julgamento às 08:30 horas/m do dia 31 de março de 2014. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, Nº 400, Centro, Santa Rosa do Sul, ou pelo fone: (0xx48)3534-1113, E-mail licitação@santarosadosul.sc.gov.br

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

Extratos de Contrato

EXTRATO DE CONTRATO Nº 052/2014

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: ELIETE MACHADO PARAHYBA

OBJETO: Prestação de Serviços pela CONTRATADA junto a Agência de Correios Comunitária de Vila São Cristóvão.

VALOR: 5.764,30 (Cinco mil, setecentos e sessenta e quatro reais e trinta centavos)

VIGÊNCIA: 05/03/2014 a 31/12/2014.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 053/2014

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: LENOIR DE OLIVEIRA MARTINS

OBJETO: locação de 01 (uma) Sala medindo 15 m2, sita à Rua Octávio Pedro Teixeira, s/nº, em Vila São Cristóvão, neste Município, será destinado exclusivamente para funcionamento da Agência de Correios Comunitária.

VALOR: R\$ 6.265,34(Seis mil, duzentos e sessenta e cinco reais e trinta e quatro centavos).

VIGÊNCIA: 05/03/2014 a 31/12/2014.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 054/2014

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: PORTABILIS TECNOLOGIA LTDA

OBJETO: Contratação de empresa para HOSPEDAGEM e manutenção do software de gestão Escolar I-Educar, módulo pais e alunos e suporte ao usuário para o exercício 2014.

VALOR: R\$ 4.737,30 (Quatro mil, setecentos e trinta e sete reais e trinta centavos)

VIGÊNCIA: 05/03/2014 a 31/12/2014.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 055/2014

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: GIOVANI LUMMERTZ DA SILVA

OBJETO: Locação de 01 (um) Imóvel Urbano, localizado à Rua: Natalino Teixeira da Rosa, nº165, Centro, Município de Santa Rosa do Sul - SC, destinado exclusivamente para o funcionamento da Feira dos Agricultores.

VALOR: R\$ 6.000,00(Seis mil reais)

VIGÊNCIA: 05/03/2014 a 31/12/2014.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 056/2014

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: EVERTON BORBA TEIXEIRA

OBJETO: Prestação de serviços na área de medicina veterinária para junto ao Departamento de Agricultura, atuar no serviço de inspeção municipal-SIM e preparação para instalação futura do Serviço Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária SUASA, com carga horária de 08 (oito) horas semanais.

VALOR: R\$ 7.980,00 (sete mil novecentos e oitenta reais).

VIGÊNCIA: 05/03/2014 a 31/12/2014.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 057/2014

Processo de Licitação nº22/2014 – Pregão Presencial

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: ELETRO MOTORES SANTA LUZIA LTDA-ME

OBJETO: Serviços de Mão de Obra na manutenção da iluminação pública municipal, reparos nas instalações elétricas das repartições públicas e instalação de Aparelhos de Ar condicionado, durante o exercício 2014.

VALOR ESTIMATIVO: R\$ 42.000,00(Quarenta e dois mil reais).

VIGÊNCIA: 05/03/2014 a 31/12/2014.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 058/2014

Processo de Licitação nº24/2014 – Pregão Presencial

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: CONEXÃO INSUMOS AGRÍCOLAS LTDA

OBJETO: Aquisição de um Trator Cortador de grama, para trabalho de jardinagem e paisagismo em médias e grandes áreas, modelo/fabricação 2014. , destinado a Secretaria de Viação, Obras e Serviços Públicos

VALOR: R\$ 14.400,00(Quatorze mil e quatrocentos reais).

VIGÊNCIA: 06/03/2014 a 31/12/2014.

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

Decreto 96/2014

DECRETO Nº 096/2014

ATRIBUI CARGO EM COMISSÃO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal e Art. 80 da Lei Complementar nº 10 de 16 de Dezembro de 2009;

DECRETA

Art. 1º. Fica nomeado do servidor público Municipal Sr. ELIZEU ALVES DA SILVA portador do CPF: 045.776.729-44 ocupante do cargo de Motorista Escolar para desempenhar a função de ASSESSORIA DE PROJETOS Cód. 1019, CC-03 lotado na Manutenção das Atividades de Administração Superior do Município.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, 11 de Março de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ISOMAR SANDREI GRILLI

Secretario de Gestão e Des. Econômico.

Matricula nº 1157/6

Decreto 97/2014

DECRETO Nº 097/2014

REINTEGRA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal e Art. 80 da Lei Complementar nº 10 de 16 de Dezembro de 2009;

DECRETA

Art. 1º. Fica reintegrado no cargo de carreira, a partir desta data, o servidor público municipal Sr. ERONI ALLEBRANDT portador do CPF: 867.248.949-72 na função de Tecnólogo em Administração.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, 11 de Março de 2014.

Portaria 086/2014

PORTARIA Nº 086/2014

REINTEGRA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando decisão da Previdência Social quanto ao término de Auxílio-doença que estava sendo pago à servidora pública municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Fica reintegrada no cargo de motorista de veículos leves, a servidora pública municipal Sr. EDIVETE LUDWIG DA CRUZ CPF: 744.170.889-34 lotada na Secretaria Municipal de Saúde Pública.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 14 de Março de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ISOMAR SANDREI GRILLI

Secretário de Gestão e Des. Econômico.

Matricula nº 1157/6

São Bento do Sul

PREFEITURA

Extrato de Contrato Nº 001/2014 Emhab

EXTRATO DO CONTRATO Nº 001/2014

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Fornecimento de Combustível, que entre si celebram a EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE SÃO BENTO DO SUL, e a Empresa POSTO PÉROLA DO VALE LTDA.

DO OBJETO: O objeto do presente Contrato consiste no fornecimento parcelado pela CONTRATADA, gasolina comum para abastecimento dos veículos da Empresa Municipal de Habitação EMHAB, conforme Carta Convite nº 001/2014, de 13 de fevereiro de 2014.

DO VALOR: R\$ 10.115,00 – Valor Total

DAVIGÊNCIA: 10 (dez) meses e 14 (quatorze) dias, a contar de 18 de fevereiro de 2014 até 31 de dezembro de 2014.

São Bento do Sul, 18 de fevereiro de 2014.

ASS: LUIZ CARLOS PEDROZO, pela Empresa Municipal de Habitação EMHAB

POSTO PÉROLA DO VALE LTDA, como Contratada.

Decreto Nº 474/2014

DECRETO Nº 0474, DE 13 DE MARÇO DE 2014

DESIGNA COMISSÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os servidores Edemilson Benedito de Assis, Sandra Sadowski Andrzejewski, Mauro Siqueira Ramos, Raphael Bedin Bueno e Ricardo Antonio Homechen para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de abertura, análise e julgamento das propostas referentes ao Edital de Concorrência Pública nº 26/2014, a realizar-se às 09:30 horas, do dia 27 de março de 2014, na sala de reunião da sede do Município de São Bento do Sul.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 13 de março de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

Decreto Nº 475/2014

DECRETO Nº 0475, DE 14 DE MARÇO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.285/2013 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) no orçamento vigente da Prefeitura Municipal e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 – Secretaria de Educação

Atividade: 2.021 – Coordenação, manutenção e ampliação do ensino

(446) 3.3.90.36.00.00.00 001 - Outros Serv. Terc. Pessoa Física
R\$ 20.000,00

Atividade: 2.022 – Coordenação, manutenção e ampliação da Educação Infantil

(462) 3.3.90.36.00.00.00 001 - Outros Serv. Terc. Pessoa Física
R\$ 50.000,00

Órgão: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

Unidade: 01 – Planejamento, Pesquisa e Desenvolvimento Urbano

Atividade: 2.014 – Gestão da Secretaria de Planejamento e Urbanismo

(147) 3.3.90.39.00.00.00 100 - Outros Serv. Terc. Pessoa Jurídica
R\$ 10.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar aberto, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 – Secretaria de Educação

Atividade: 2.021 – Coordenação, manutenção e ampliação do ensino

(444) 3.3.90.30.00.00.00 001 - Material de Consumo R\$ 20.000,00

Atividade: 2.022 – Coordenação, manutenção e ampliação da Educação Infantil

(463) 3.3.90.39.00.00.00 001 - Outros Serv. Terc. Pessoa Jurídica
R\$ 50.000,00

Órgão: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

Unidade: 01 – Planejamento, Pesquisa e Desenvolvimento Urbano

Atividade: 2.014 – Gestão da Secretaria de Planejamento e Urbanismo

(150) 4.4.90.30.00.00.00 100 - Material de Consumo R\$ 5.000,00

(151) 4.4.90.39.00.00.00 100 - Outros Serv. Terc. Pessoa Jurídica
R\$ 5.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 14 de março de 2014.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

Decreto Nº 476/2014

DECRETO Nº 0476, DE 14 DE MARÇO DE 2014.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.285/2013 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) no orçamento vigente da Prefeitura Municipal e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade: 01 – Agricultura

Atividade: 2.018 – Departamento de Pecuária - DEPEC

(375) 3.3.90.30.00.00.00.00 0100 - Material de Consumo R\$ 8.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar aberto, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade: 01 – Agricultura

Atividade: 2.018.021 – Departamento de Pecuária - DEPEC

(376) 3.3.90.32.00.00.00.00 0100 - Material de Distribuição Gratuita R\$ 8.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 14 de março de 2014.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

Portaria Nº 4633/2014

PORTARIA Nº 4633, DE 12 DE MARÇO DE 2014
Nomeia Coordenador de Serviços

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 62/2001,

RESOLVE:

NOMEAR, a partir de 20 de março de 2014, RAÍ GIOVANI MACHADO, no cargo de Coordenador de Serviços de Oficina de Música dos CRAS, na Secretaria Municipal de Assistência Social.

São Bento do Sul, 12 de março de 2014.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

Portaria Nº 4634/2014

PORTARIA Nº 4634, DE 13 DE MARÇO DE 2014
Retira Gratificação de Função

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

RETIRAR, a partir de 01 de março de 2014, a gratificação de função FG 3 concedida à servidora VALTRUDES MEIER, ocupante do cargo de Oficial Administrativo, na Secretaria Municipal de Assistência Social.

São Bento do Sul, 13 de março de 2014.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

Portaria Nº 4635/2014

PORTARIA Nº 4635, DE 13 DE MARÇO DE 2014
Concede Gratificação de Função

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 701/2003,

RESOLVE:

Conceder, a partir de 01 de março de 2014, a Gratificação de Função FG 4- Agente de Setor de Compras, à servidora VALTRUDES MEIER, ocupante do cargo de Oficial Administrativo, na Secretaria Municipal de Assistência Social.

São Bento do Sul, 13 de março de 2014.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

Portaria Nº 4636/2014

PORTARIA Nº 4636, DE 13 DE MARÇO DE 2014
Consolida Portaria nº 13936/2012

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º CONSOLIDAR a Portaria nº 13936, de 05 de novembro de 2012, que concedeu aposentadoria à EMÍDIA IVANETE KERSCHER, em virtude de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina- TCE/SC, nº APE-13/00020200, através da Decisão nº 4573/2013, de 25 de novembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

São Bento do Sul, 13 de março de 2014.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

Portaria Nº 4637/2014

PORTARIA Nº 4637, DE 13 DE MARÇO DE 2014
Consolida Portaria nº 13649/2012

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º CONSOLIDAR a Portaria nº 13649, de 20 de agosto de 2012, que concedeu aposentadoria a CELSO CIRIACO AIROSO, em virtude de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina- TCE/SC, nº APE-12/00474209, através da Decisão nº 4751/2013, de 25 de novembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

São Bento do Sul, 13 de março de 2014.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

Portaria Nº 4638/2014

PORTARIA Nº 4638, DE 13 DE MARÇO DE 2014
Consolida Portaria nº 13341/2012

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º CONSOLIDAR a Portaria nº 13341, de 29 de junho de 2012, que concedeu aposentadoria a LINO DENK, em virtude de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina- TCE/SC, nº APE-12/00412513, através da Decisão nº 4895/2013, de 09 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

São Bento do Sul, 13 de março de 2014.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

Portaria Nº 4639/2014

PORTARIA Nº 4639, DE 13 DE MARÇO DE 2014
Consolida Portaria nº 11812/2012

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º CONSOLIDAR a Portaria nº 11812, de 02 de abril de 2012, que concedeu aposentadoria a ERLINDO POERNER, em virtude de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina- TCE/SC, nº APE-12/00262520, através da Decisão nº 4933/2013, de 09 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

São Bento do Sul, 13 de março de 2014.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

Portaria Nº 4640/2014

PORTARIA Nº 4640, DE 13 DE MARÇO DE 2014
Consolida Portaria nº 12103/2012

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º CONSOLIDAR a Portaria nº 12103, de 02 de maio de 2012, que concedeu aposentadoria a FELIPE RIBEIRO, em virtude de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina- TCE/SC, nº APE-12/00262104, através da Decisão nº 4932/2013, de 09 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

São Bento do Sul, 13 de março de 2014.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

Portaria Nº 4641/2014

PORTARIA Nº 4641, DE 13 DE MARÇO DE 2014
Consolida Portaria nº 10297/2012

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º CONSOLIDAR a Portaria nº 10297, de 23 de fevereiro de 2012, que concedeu aposentadoria à RAQUEL DA SILVA CABRAL, em virtude de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina- TCE/SC, nº APE-12/00262368, através da Decisão nº 4960/2013, de 09 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

São Bento do Sul, 13 de março de 2014.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

Portaria Nº 4642/2014

PORTARIA Nº 4642, DE 13 DE MARÇO DE 2014
Consolida Portaria nº 10298/2012

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º CONSOLIDAR a Portaria nº 10298, de 23 de fevereiro de 2012, que concedeu aposentadoria à TERESA TEICHMANN, em virtude de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina- TCE/SC, nº PPA-12/00260233, através da Decisão nº 4740/2013, de 25 de novembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

São Bento do Sul, 13 de março de 2014.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

Portaria Nº 4643/2014

PORTARIA Nº 4643, DE 13 DE MARÇO DE 2014
Consolida Portaria nº 10296/2012

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º CONSOLIDAR a Portaria nº 10296, de 23 de fevereiro de 2012, que concedeu aposentadoria à MARIA APARECIDA BARDOU BENTO, em virtude de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina- TCE/SC, nº APE-12/00257879, através da Decisão nº 4634/2013, de 18 de novembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

São Bento do Sul, 13 de março de 2014.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

Portaria Nº 4644/2014

PORTARIA Nº 4644, DE 13 DE MARÇO DE 2014
Consolida Portaria nº 9653/2011

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º CONSOLIDAR a Portaria nº 9653, de 21 de dezembro de 2011, que concedeu aposentadoria a ELI MEIRELLES DE SOUZA, em virtude de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina- TCE/SC, nº APE-12/00109764, através da Decisão nº 4127/2013, de 14 de outubro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

São Bento do Sul, 13 de março de 2014.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

Portaria Nº 4645/2014

PORTARIA Nº 4645, DE 14 DE MARÇO DE 2014
Exonera Diretor

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

EXONERAR, a partir de 17 de março de 2014, FABIANE PICKUSCH COSTA, do cargo de Diretora do Departamento de Comunicação Social, no Gabinete do Prefeito.

São Bento do Sul, 14 de março de 2014.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

Errata**ERRATA:**

No Diário Oficial Municipal nº 1447, de 17 de março de 2014, página 280, na publicação da Portaria nº 4471/2014 no local que se lê "conforme Processo nº 4471/2014" leia-se "conforme Processo nº 575/2014".

IPRESBS**Portaria IPRESBS Nº 76/2014**

PORTARIA IPRESBS Nº. 076/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar, MARIO SÉRGIO MONTEIRO, ocupante do cargo efetivo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Administração, a conduzir o veículo de propriedade do IPRESBS, placa MGD 2262, no dia 13/03/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 10/03/2014.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 77/2014

PORTARIA IPRESBS Nº. 077/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 13/03/2014 a 30/05/2014, concedido à servidora IROSALETI BAUER DE LIMA ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 421/2013, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 13/03/2014.

São Bento do Sul, 13/03/2014.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 78/2014

PORTARIA IPRESBS Nº 078/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, em decorrência de acidente de trabalho no período de 22/03/2014 a 04/04/2014, a servidora RICIELY MARIA GOTTARDO ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Consultório Dentário, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 07/03/2014 a 21/03/2014, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 22/03/2014.

São Bento do Sul, 13/03/2014.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 79/2014
PORTARIA IPRESBS Nº. 079/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 07/03/2014 a 25/04/2014, concedido à servidora REGINA CELIA REGO DE MOURA MELO ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 385/2013, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 07/03/2014.

São Bento do Sul, 07/03/2014.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 80/2014
PORTARIA IPRESBS Nº 080/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 27/02/2014 a 21/03/2014, a servidora VANIA BRUESKY ocupante do cargo de provimento efetivo de Psicólogo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 12/02/2014 a 26/02/2014, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 27/02/2014.

São Bento do Sul, 14/03/2014.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 81/2014
PORTARIA IPRESBS Nº. 081/2014

Dispõe sobre a nomeação de perito médico ad hoc, no processo administrativo de concessão de auxílio por incapacidade temporária dos segurados: Vilma Terezinha Muller Bello e Anizia Tarachuk Vilmiz e dá outras providências.

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

Considerando a complexidade da matéria fática, bem como da necessidade de nova perícia médica, e com vistas a oportunizar à segurada o acesso à opinião de profissional especialista na doença atestada pela médica assistente;

Considerando o disposto no artigo 48 da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a Dr. CLAUDIO JOSÉ TREZUB, médico perito, CRM/PR 4095, CPF. 171.080.639-72, para atuar como perito ad hoc deste Instituto de Previdência, para proceder a perícia médica nos segurados, Vilma Terezinha Muller Bello e Anizia Tarachuk Vilmiz,

Art. 2º. A perícia será realizada dia 18/03/2014, no consultório do profissional nomeado, sito na Rua Jacob Macanhã, nº 83, Centro – Pinhais – Estado do Paraná, sendo para tanto disponibilizado às seguradas, transporte em veículo do IPRESBS.

Art. 3º. Fixar o valor de R\$ 560,00 (Quinhentos e sessenta reais), como remuneração aos serviços profissionais do perito.

São Bento do Sul, 17/02/2014.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 82/2014
PORTARIA IPRESBS Nº. 082/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar, IVO JOSÉ GONÇALVES, ocupante do cargo efetivo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Administração, a conduzir o veículo de propriedade do IPRESBS, placa MGD 2262, no dia 18/03/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 17/03/2014.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

SAMAE**Aviso de Licitação - Pregão Nº 22/2014**

Resumido Edital de Pregão Presencial nº 22/2014

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2014

MENOR PREÇO POR ITEM

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 09:30 horas do dia 31 de março de 2014, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214, propostas para:

DO OBJETO: Aquisição de produtos químicos utilizados na ETA para o tratamento de água.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao

São Bento do Sul, 18 de março de 2014.

OSMAR TELMA

Diretor Presidente

São Domingos

PREFEITURA

Processo Licitatório Prefe N. 041/2014

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 041/2014

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS PREFE N. 011/2014

O Pregoeiro Oficial do Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 08:30 horas do dia 1º de abril de 2014, estará recebendo as propostas dos interessados para eventuais futuras AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA, MATERIAL DIDÁTICO, DE EXPEDIENTE E MATERIAL DE ARTESANATO PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E PARA OS PROGRAMAS DE-SENVOLVIDOS POR ESTA SECRETARIA. TUDO conforme especificado em seu Edital, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93, Lei n. 10.520/02; Decreto n. 5.504/05; Decreto Municipal n. 020/06, Decreto Municipal 480/2010, Decreto 7.892 de 23 de janeiro de 2013 e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos deste Edital serão fornecidos pelo fone (049) 3443-0281 (Ramal 205) e e-mail:.

São Domingos, SC, 06 de março de 2014.

Flávio Celeste Lorenzi

Pregoeiro Oficial.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2014 PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 1564, DE 10 DE MARÇO DE 2014.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2014 PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; pela Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64; pela Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/00; pela Lei Orçamentária Anual nº 1.729, de 04/12/13;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar no corrente exercício, criando a modalidade de aplicação necessária, acrescentando o valor de R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), no Orçamento de 2014, na seguinte programação de despesa:

03.00 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA				
03.122.1003.2.035 – Realização de Eventos Comemorativos Municipais				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
33900000	Aplicações Diretas	131	03.0000	650.000,00

Art. 2º Como Fonte de Recurso para abertura do crédito adicional de que trata o art. 1º serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro apurado no exercício anterior, na Fonte de Recursos Ordinários - 03.0000.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 10 de março de 2014.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária de Administração e Fazenda

Aviso de Inexigibilidade de Licitação N. 008/2014

Aviso de Inexigibilidade

Aviso de Inexigibilidade de Licitação n. 008/2014

Município de São Domingos

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO N. 042/2014

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 008/2014

Objeto: contratação direta de show a dupla Mayk & Rey, a ser realizado no dia 06 de abril de 2014, nesta cidade de São Domingos para realização da 4ª FAIC São Domingos e festividades em comemoração ao 51º aniversário do Município. Valor: R\$ 3.000,00 (três mil reais) a ser pago em uma única parcela.

Fundamento Legal: Art. 25, III, da Lei n. 8.666/93.

De Brasília/DF para São Domingos, SC, 18 de março de 2014.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal.

Balanco Orcamentario

Município de SAO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			R\$ 1,00
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	55.365.834,33	55.365.834,33	3.635.954,92	6,57	3.635.954,92	6,57
	19.657.833,33	19.657.833,33	3.339.680,11	16,99	3.339.680,11	16,99
RECEITAS CORRENTES	2.053.000,00	2.053.000,00	219.063,89	10,67	219.063,89	10,67
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.407.000,00	1.407.000,00	156.646,00	11,13	156.646,00	11,13
IMPOSTOS	346.000,00	346.000,00	62.417,89	18,04	62.417,89	18,04
TAXAS	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	185.000,00	185.000,00	31.286,40	16,91	31.286,40	16,91
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	185.000,00	185.000,00	31.286,40	16,91	31.286,40	16,91
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	253.833,33	253.833,33	47.896,06	18,87	47.896,06	18,87
RECEITA PATRIMONIAL	253.833,33	253.833,33	47.896,06	18,87	47.896,06	18,87
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	40.000,00	40.000,00	7.815,00	19,54	7.815,00	19,54
RECEITA AGROPECUÁRIA	15.000,00	15.000,00	1.563,30	10,42	1.563,30	10,42
Outras Receitas Agropecuárias	16.791.500,00	16.791.500,00	2.983.825,08	17,77	2.983.825,08	17,77
RECEITA DE SERVIÇOS	16.431.500,00	16.431.500,00	2.974.072,75	18,10	2.974.072,75	18,10
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	360.000,00	360.000,00	9.752,33	2,71	9.752,33	2,71
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	319.500,00	319.500,00	48.230,38	15,10	48.230,38	15,10
Transf. de Conv.	22.000,00	22.000,00	6.495,68	29,53	6.495,68	29,53
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	21.000,00	21.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora	46.500,00	46.500,00	8.536,50	18,36	8.536,50	18,36
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	230.000,00	230.000,00	33.198,20	14,43	33.198,20	14,43
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	35.708.001,00	35.708.001,00	296.274,81	0,83	296.274,81	0,83
RECEITAS DIVERSAS	5.898.000,00	5.898.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	834,99	0,00	834,99	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	29.810.001,00	29.810.001,00	295.439,82	0,99	295.439,82	0,99
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	29.810.001,00	29.810.001,00	295.439,82	0,99	295.439,82	0,99
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	—	—	—	—	—	—
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	—	—	—	—	—	—
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	—	—	—	—	—
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	55.365.834,33	55.365.834,33	3.635.954,92	6,57	3.635.954,92	6,57
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Continua 1/3						

Município de SAO DOMINGOS - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	55.365.834,33	55.365.834,33	3.635.954,92	6,57	3.635.954,92	6,57
DEFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	55.365.834,33	55.365.834,33	3.635.954,92	6,57	3.635.954,92	6,57
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	190.474,64	—	—	43.262,17	—
Superávit Financeiro	—	190.474,64	—	—	43.262,17	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	55.365.834,33	190.474,64	55.556.308,97	7.844.494,12	7.844.494,12	2.339.297,83	2.339.297,83	4,21
DESPESAS CORRENTES	18.843.806,33	-211.045,77	18.632.760,56	5.041.166,17	5.041.166,17	2.113.792,13	2.113.792,13	11,34
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.723.472,00	43.262,17	10.766.734,17	1.256.245,90	1.256.245,90	1.141.333,81	1.141.333,81	10,60
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	36.000,00	0,00	36.000,00	692,47	692,47	692,47	692,47	1,92
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.084.334,33	-254.307,94	7.830.026,39	3.784.227,80	3.784.227,80	971.765,85	971.765,85	12,41
DESPESAS DE CAPITAL	36.507.028,00	401.520,41	36.908.548,41	2.803.327,95	2.803.327,95	225.505,70	225.505,70	0,61
INVESTIMENTOS	36.411.028,00	401.520,41	36.812.548,41	2.795.189,83	2.795.189,83	217.367,58	217.367,58	0,59
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	96.000,00	0,00	96.000,00	8.138,12	8.138,12	8.138,12	8.138,12	8,48
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.000,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	55.365.834,33	190.474,64	55.556.308,97	7.844.494,12	7.844.494,12	2.339.297,83	2.339.297,83	4,21
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de SAO DOMINGOS - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	55.365.834,33	190.474,64	55.556.308,97	7.844.494,12	7.844.494,12	2.339.297,83	2.339.297,83	53.217.011,14
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	1.296.657,09	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	55.365.834,33	190.474,64	55.556.308,97	7.844.494,12	7.844.494,12	2.339.297,83	3.635.954,92	53.217.011,14

FONTE:

SAO DOMINGOS, 18/03/2014

ALCINAR DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

ELIENIR TERESINHA AGNOLETTO

CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

JUCELANE FORNARI LORENZI

COORDENADORA DE CONTROLE INTERNO

Demonstrativo Função Subfunção

Município de SAO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES UBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	55.365.834,33	55.556.308,97	7.844.494,12	7.844.494,12	2.339.297,83	2.339.297,83	53.217.011,14
Legislativa	761.400,00	761.400,00	119.139,46	119.139,46	86.704,00	86.704,00	674.696,00
Ação Legislativa	761.400,00	761.400,00	119.139,46	119.139,46	86.704,00	86.704,00	674.696,00
Essencial à Justiça	400.000,00	400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400.000,00
Administração Geral	400.000,00	400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400.000,00
Administração	3.867.223,00	3.867.223,00	643.665,39	643.665,39	275.911,68	275.911,68	3.591.311,32
Administração Geral	3.867.223,00	3.867.223,00	643.665,39	643.665,39	275.911,68	275.911,68	3.591.311,32
Defesa Nacional	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Defesa Civil	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Segurança Pública	110.000,00	110.000,00	13.169,42	13.169,42	8.674,02	8.674,02	101.325,98
Policimento	110.000,00	110.000,00	13.169,42	13.169,42	8.674,02	8.674,02	101.325,98
Assistência Social	3.563.526,00	3.566.138,13	482.010,86	482.010,86	93.709,26	93.709,26	3.472.428,87
Assistência à Criança e ao Adolescente	94.000,00	94.000,00	18.819,62	18.819,62	10.830,84	10.830,84	83.169,16
Assistência Comunitária	3.469.526,00	3.472.138,13	463.191,24	463.191,24	82.878,42	82.878,42	3.389.259,71
Saúde	11.987.500,00	11.987.500,00	2.161.006,47	2.161.006,47	663.984,23	663.984,23	11.323.515,77
Atenção Básica	11.424.000,00	11.424.000,00	1.827.556,76	1.827.556,76	599.494,53	599.494,53	10.824.505,47
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	493.000,00	493.000,00	332.387,52	332.387,52	64.489,70	64.489,70	428.510,30
Vigilância Sanitária	42.500,00	42.500,00	1.062,19	1.062,19	0,00	0,00	42.500,00
Vigilância Epidemiológica	28.000,00	28.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.000,00
Educação	4.425.333,33	4.468.595,50	613.829,65	613.829,65	416.353,04	416.353,04	4.052.242,46
Ensino Fundamental	114.000,00	114.000,00	27.872,87	27.872,87	11.711,19	11.711,19	102.288,81
Ensino Superior	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
Educação Básica	4.286.333,33	4.329.595,50	585.956,78	585.956,78	404.641,85	404.641,85	3.924.953,65
Cultura	75.000,00	75.000,00	1.375,00	1.375,00	0,00	0,00	75.000,00
Difusão Cultural	75.000,00	75.000,00	1.375,00	1.375,00	0,00	0,00	75.000,00
Urbanismo	12.474.101,00	12.504.793,06	1.964.410,22	1.964.410,22	401.009,44	401.009,44	12.103.783,62
Infra-Estrutura Urbana	8.945.000,00	8.945.000,00	1.190.731,56	1.190.731,56	42.095,00	42.095,00	8.902.905,00
Serviços Urbanos	3.519.101,00	3.549.793,06	773.678,66	773.678,66	358.914,44	358.914,44	3.190.878,62
Transporte Rodoviário	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Habitação	2.065.000,00	2.135.755,30	311.282,65	311.282,65	88.519,58	88.519,58	2.047.235,72
Habitação Urbana	2.065.000,00	2.135.755,30	311.282,65	311.282,65	88.519,58	88.519,58	2.047.235,72

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de SAO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES UBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	55.365.834,33	55.556.308,97	7.844.494,12	7.844.494,12	2.339.297,83	2.339.297,83	100,00	4,21
Saneamento	7.090.000,00	7.090.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	7.090.000,00	7.090.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	2.770.000,00	2.770.000,00	394.376,91	394.376,91	182.279,54	182.279,54	7,79	6,58
Extensão Rural	2.770.000,00	2.770.000,00	394.376,91	394.376,91	182.279,54	182.279,54	7,79	6,58
Indústria	915.000,00	915.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial	915.000,00	915.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desporto e Lazer	4.343.751,00	4.386.903,98	973.797,62	973.797,62	81.795,63	81.795,63	3,50	1,86
Turismo	668.750,00	691.442,88	628.383,13	628.383,13	2.958,57	2.958,57	0,13	0,43
Desporto Comunitário	3.675.001,00	3.695.461,10	345.414,49	345.414,49	78.837,06	78.837,06	3,37	2,13
Encargos Especiais	502.000,00	502.000,00	166.430,47	166.430,47	40.357,41	40.357,41	1,73	8,04
Outros Encargos Especiais	502.000,00	502.000,00	166.430,47	166.430,47	40.357,41	40.357,41	1,73	8,04
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	55.365.834,33	55.556.308,97	7.844.494,12	7.844.494,12	2.339.297,83	2.339.297,83	100,00	4,21

FONTE:

SAO DOMINGOS, 18/03/2014

ALCIMAR DE OLIVEIRA	ELIENIR TERESINHA AGNOLETTI	JUCELANE FORNARI LORENZI
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADORA CRC/SC 034400/O-1	COORDENADORA DE CONTROLI

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Demonstrativo Receita Corrente Liquida

Município de SAO DOMINGOS - SC
RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2013 A FEVEREIRO/2014

RECEITA	ESPECIFICAÇÃO		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014	
	Mar/2013	Abr/2013	Maio/2013	Jun/2013	Jul/2013	Ago/2013	Sep/2013	Out/2013	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)			
RECEITAS CORRENTES (I)	1.830.415,85	1.830.415,85	1.814.131,90	1.814.586,47	1.818.565,41	1.892.737,94	1.896.425,51	1.759.889,43	1.856.346,97	2.284.763,77	1.939.378,68	1.910.272,38	21.794.311,99	22.438.633,33		
RECEITA TRIBUTÁRIA	113.396,89	288.362,87	263.213,69	66.722,38	128.871,18	75.060,00	149.595,51	113.513,65	79.824,40	130.393,88	80.226,77	138.897,12	1.698.388,37	2.055.000,00		
IPI/II	0,00	9.402,16	0,00	16.210,63	17.850,33	0,00	12.109,66	1.973,00	1.311,03	900,21	612,11	1.178,72	205.942,75	275.000,00		
IPI-RF	33.305,36	78.660,94	123.270,21	94.332,06	77.634,41	63.606,99	117.590,52	71.295,46	58.463,83	60.148,34	43.490,90	65.184,09	887.007,11	840.000,00		
I.S.S.	24.320,48	16.666,22	27.927,25	4.158,51	17.214,18	5.011,20	12.391,44	32.288,77	13.476,34	16.628,03	16.256,44	21.244,76	206.584,22	172.000,00		
I.T.B.L.	46.104,50	72.887,22	45.239,85	9.369,09	7.925,17	5.388,75	6.416,79	6.377,02	6.873,30	5.301,11	11.278,22	51.039,67	274.094,59	646.000,00		
Outras Receitas Tributárias	14.214,28	15.791,29	14.017,67	12.216,22	11.766,22	11.799,10	11.799,10	12.593,07	13.879,92	14.346,09	15.933,80	15.352,60	196.044,63	185.000,00		
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	4.765,98	5.381,05	5.993,74	8.181,76	11.483,21	12.481,62	1.754,70	20.149,27	14.313,09	22.966,69	10.659,81	37.037,25	155.372,17	253.833,33		
RECEITA PATRIMONIAL	2.594,42	2.267,50	3.109,50	1.209,46	3.720,00	3.977,50	3.161,50	3.902,96	4.807,50	3.091,32	4.555,00	3.460,00	40.126,58	40.000,00		
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
RECEITA INDUSTRIAL	1.176,00	1.176,00	1.092,00	1.120,00	1.064,00	1.175,96	1.120,00	1.114,46	1.092,00	1.186,69	1.143,30	420,00	12.880,41	15.000,00		
RECEITA DE SERVIÇOS	1.332.961,99	1.486.694,40	1.817.807,36	1.652.461,64	1.445.071,23	1.557.688,82	1.482.695,29	1.590.601,94	1.695.742,26	2.099.145,01	1.776.065,09	1.707.330,94	19.456.265,97	19.572.300,00		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	363.613,96	381.780,35	548.956,47	457.694,94	326.915,82	426.129,77	392.676,29	362.663,71	490.575,88	740.081,40	594.831,36	635.192,90	5.661.924,85	5.920.000,00		
Cota-Parte do FPM	471.301,43	567.715,05	571.101,59	520.579,29	639.189,97	550.566,43	576.541,60	577.156,59	624.548,85	639.077,65	591.630,77	572.516,40	6.891.896,02	7.000.000,00		
Cota-Parte do ICMS	66.490,11	77.068,67	73.249,32	79.371,84	89.610,63	83.320,64	66.694,72	72.737,50	23.805,29	31.745,72	44.798,34	61.672,71	774.516,49	870.000,00		
Cota-Parte do IPVA	67,68	18,64	120,06	27,90	60,24	39,87	2.955,03	15.809,34	351,38	40,84	47,68	32,89	19.571,55	14.000,00		
Outras Transferências Correntes	305.005,36	304.047,72	256.259,95	441.151,25	241.400,08	337.085,67	323.991,38	415.028,29	373.990,25	512.497,63	338.402,01	224.797,90	4.073.397,49	3.793.500,00		
Transferências da LC 61/1989	6.997,40	6.110,87	8.217,27	8.559,51	8.430,34	9.020,56	8.205,35	8.771,57	9.729,95	9.919,22	9.293,90	7.859,97	101.104,91	100.000,00		
Transferências da LC 87/1996	0,00	10.340,33	2.595,08	2.595,08	2.595,08	2.595,08	2.595,08	2.595,08	2.595,08	2.595,08	1.992,64	1.992,64	34.946,25	24.800,00		
Transferências do FUNDEB	128.286,05	149.622,77	157.707,22	142.522,83	137.879,07	148.940,80	150.073,84	145.829,86	164.154,58	163.307,47	207.118,39	203.295,53	1.898.738,41	1.850.000,00		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	16.676,12	10.142,74	8.914,94	10.359,69	19.279,44	17.612,67	46.908,41	17.090,58	46.897,80	13.099,09	40.415,91	7.814,47	254.534,06	319.500,00		
DEDUÇÕES (II)	179.865,32	208.604,55	240.767,82	213.757,33	213.141,64	214.332,52	201.725,78	205.948,55	231.519,26	237.476,33	246.006,84	255.945,43	2.649.691,37	2.787.000,00		
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	179.865,32	208.604,55	240.767,82	213.757,33	213.141,64	214.332,52	201.725,78	205.948,55	231.519,26	237.476,33	246.006,84	255.945,43	2.649.691,37	2.787.000,00		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (II) = (I - II)	1.305.890,86	1.621.811,30	1.673.364,08	1.600.829,14	1.405.423,87	1.468.405,42	1.494.699,73	1.552.939,88	1.624.827,71	2.047.287,44	1.694.371,84	1.654.326,95	19.134.520,62	19.651.633,33		
FONTE:																
SAO DOMINGOS, 18/03/2014																

ALCIMAR DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

ELENIIR TERESINHA AGNOLETTI
CONTADORIA ORÇOSC 034400C-9

JUCELIANE FORNARI LORENZI
COORDENADORA DE CONTROLE INTERNO



Demonstrativo MDE

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	1.438.500,00	1.438.500,00	163.025,08	163.025,08	11,33
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	303.000,00	303.000,00	4.699,46	4.699,46	1,55
1.1.1- IPTU	275.000,00	275.000,00	1.790,83	1.790,83	0,65
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	20.000,00	20.000,00	2.266,18	2.266,18	11,33
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	7.000,00	7.000,00	642,45	642,45	9,18
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	172.000,00	172.000,00	37.501,20	37.501,20	21,80
1.2.1- ITBI	172.000,00	172.000,00	37.501,20	37.501,20	21,80
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	843.500,00	843.500,00	112.145,44	112.145,44	13,30
1.3.1- ISS	840.000,00	840.000,00	108.674,99	108.674,99	12,94
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	1.000,00	1.000,00	252,52	252,52	25,25
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	1.500,00	1.500,00	2.822,46	2.822,46	188,16
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	1.000,00	1.000,00	395,47	395,47	39,55
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	120.000,00	120.000,00	8.678,98	8.678,98	7,23
1.4.1- IRRF	120.000,00	120.000,00	8.678,98	8.678,98	7,23
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	13.935.000,00	13.935.000,00	2.512.763,52	2.512.763,52	18,03
2.1- Cota-Parte FPM	5.920.000,00	5.920.000,00	1.230.024,26	1.230.024,26	20,78
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	5.920.000,00	5.920.000,00	1.230.024,26	1.230.024,26	20,78
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	7.000.000,00	7.000.000,00	1.154.147,17	1.154.147,17	16,49
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº67/1996	31.000,00	31.000,00	4.906,60	4.906,60	15,83
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	100.000,00	100.000,00	17.143,87	17.143,87	17,14
2.5- Cota-Parte ITR	14.000,00	14.000,00	80,57	80,57	0,58
2.6- Cota-Parte IPVA	870.000,00	870.000,00	106.461,05	106.461,05	12,24
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	15.373.500,00	15.373.500,00	2.675.788,60	2.675.788,60	17,41
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	334.000,00	334.000,00	59.260,10	59.260,10	17,74
5.1- Transferências do Salário-Educação	198.000,00	198.000,00	32.074,55	32.074,55	16,20
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	54.000,00	54.000,00	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	82.000,00	82.000,00	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	26.924,70	26.924,70	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	260,85	260,85	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	3.460.000,00	3.460.000,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	3.460.000,00	3.460.000,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	3.000,00	3.000,00	3.061,67	3.061,67	102,06
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	3.797.000,00	3.797.000,00	62.321,77	62.321,77	1,64
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.787.000,00	2.787.000,00	502.552,27	502.552,27	18,03
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.184.000,00	1.184.000,00	246.004,78	246.004,78	20,78
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.400.000,00	1.400.000,00	230.829,24	230.829,24	16,49
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	6.200,00	6.200,00	981,32	981,32	15,83
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	20.000,00	20.000,00	3.428,79	3.428,79	17,14
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	2.800,00	2.800,00	16,09	16,09	0,57
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	174.000,00	174.000,00	21.292,05	21.292,05	12,24
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.853.333,33	1.853.333,33	411.956,35	411.956,35	22,23
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.850.000,00	1.850.000,00	410.413,32	410.413,32	22,18
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	3.333,33	3.333,33	1.542,43	1.542,43	46,27
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-937.000,00	-937.000,00	-92.138,35	-92.138,35	9,83
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.297.000,00	1.340.262,17	213.749,37	213.749,37	15,95
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	1.297.000,00	1.340.262,17	213.749,37	213.749,37	15,95
14- OUTRAS DESPESAS	556.333,33	556.333,33	79.472,84	79.472,84	14,29
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	556.333,33	556.333,33	79.472,84	79.472,84	14,29
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.853.333,33	1.896.595,50	293.222,21	293.222,21	15,46
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					293.222,21
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					51,89
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					19,29
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					28,82
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					43.262,17
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014²					43.262,17
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3ª)	3.843.375,00	3.843.375,00	668.947,15	668.947,15	17,41
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	3.203.333,33	3.246.595,50	403.647,93	403.647,93	12,43
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.853.333,33	1.896.595,50	293.222,21	293.222,21	15,46
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.350.000,00	1.350.000,00	110.425,72	110.425,72	8,18
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	3.203.333,33	3.246.595,50	403.647,93	403.647,93	12,43
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-92.138,35
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					1.542,43
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO²					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-90.595,92
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					494.243,85
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					18,47
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	2.600.000,00	2.600.000,00	0,00	0,00	0,00
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	2.600.000,00	2.600.000,00	0,00	0,00	0,00
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	5.803.333,33	5.846.595,50	403.647,93	403.647,93	6,90

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	43.262,17	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	410.413,92	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	293.162,69	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	293.162,69	0,00
49.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.542,43	0,00
51- (-) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	162.055,83	0,00

SÃO DOMINGOS, 18/03/2014

ALCÍMAR DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

ELIENIR TERESINHA AGNOLETTI
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9

JUCELANE FORNARI LORENZI
COORDENADORA DE CONTROLE INTERNO

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 43.262,17, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

Demonstrativo das Dceitas e Despesas com Saúde

Município de SAO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE					R\$ 1,00	
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100		
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	1.438.500,00	1.438.500,00	163.025,08	11,33		
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	275.000,00	275.000,00	1.790,83	0,65		
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	172.000,00	172.000,00	37.501,20	21,80		
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	840.000,00	840.000,00	108.674,99	12,94		
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	120.000,00	120.000,00	8.678,98	7,23		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	2.000,00	2.000,00	252,52	12,63		
Dívida Ativa dos Impostos	21.500,00	21.500,00	5.088,64	23,67		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	8.000,00	8.000,00	1.037,92	12,97		
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	13.935.000,00	13.935.000,00	2.512.763,52	18,03		
Cota-Parte FPM	5.920.000,00	5.920.000,00	1.230.024,26	20,78		
Cota-Parte ITR	14.000,00	14.000,00	80,57	0,58		
Cota-Parte IPVA	870.000,00	870.000,00	106.461,05	12,24		
Cota-Parte ICMS	7.000.000,00	7.000.000,00	1.154.147,17	16,49		
Cota-Parte IPH-Exportação	100.000,00	100.000,00	17.143,87	17,14		
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	31.000,00	31.000,00	4.906,60	15,83		
Desoneração ICMS (LC 87/96)	31.000,00	31.000,00	4.906,60	15,83		
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	15.373.500,00	15.373.500,00	2.675.788,60	17,41		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100		
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)						
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS			
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100		
DESPESAS CORRENTES	6.499.500,00	6.499.500,00	2.122.101,96	32,65		
Pessoal e Encargos Sociais	3.694.000,00	3.694.000,00	313.184,39	8,48		
Outras Despesas Correntes	2.805.500,00	2.805.500,00	1.808.917,57	64,48		
DESPESAS DE CAPITAL	5.488.000,00	5.488.000,00	38.904,51	0,71		
Investimentos	5.488.000,00	5.488.000,00	38.904,51	0,71		

Continua 1/4

Município de SAO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/4

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL						
Investimentos	5.488.000,00	5.488.000,00	38.904,51	0,71	0,00	0,00
	5.488.000,00	5.488.000,00	38.904,51	0,71	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	11.987.500,00	11.987.500,00	2.161.006,47	18,03	663.984,23	5,54
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO						
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre (h)	% (h/IV)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)x100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	7.514.500,00	7.514.500,00	762.866,09	35,30	285.346,20	42,97
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	3.164.500,00	3.164.500,00	744.044,67	34,43	285.346,20	42,97
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	4.350.000,00	4.350.000,00	18.821,42	0,87	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM	-	-	0,00	0,00	-	-
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹						
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PAGAR CANCELADOS²						
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
QUE						
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	7.514.500,00	7.514.500,00	762.866,09	35,30	285.346,20	42,97
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	4.473.000,00	4.473.000,00	1.398.140,38	-17,27	378.638,03	-37,44
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						14,15
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb)/100]						-22.730,26

Continua 2/4

Município de SAO DOMINGOS - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA						
Inscritos em 2013		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º						
		RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
SALDO INICIAL		DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)	
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013		0,00			0,00	
TOTAL (VIII)		0,00			0,00	
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EIM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 24 E 26						
		LIMITE NÃO CUMPRIDO				
SALDO INICIAL		DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)	
		-			-	
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)						
DOTAÇÃO INICIAL		DOTAÇÃO ATUALIZADA		DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS
				Até Bimestre (l)		% (m/Total m)*100
				%		
Atenção Básica		11.424.000,00	11.424.000,00	1.827.556,76	84,57	599.494,53
Assistência Hospitalar e Ambulatorial		493.000,00	493.000,00	332.387,52	15,38	64.489,70
Vigilância Sanitária		42.500,00	42.500,00	1.062,19	0,05	0,00
Vigilância Epidemiológica		28.000,00	28.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		11.987.500,00	11.987.500,00	2.161.006,47	100,00	663.984,23
					100,00	

FONTE:

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

2 O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

3 O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

6 No último bimestre, será utilizada a fórmula $IV/(h+i) - (15 \times IIIb)/100I$

Continua 3/4

Município de SAO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 4/4

.....

SAO DOMINGOS, 18/03/2014

ALCIMAR DE OLIVEIRA PREFEITO MUNICIPAL	ELENIR TERESINHA AGNOLETTO CONTADORA CRC/SC 034400/O-9	JUCELANE FORNARI LORENZI COORDENADORA DE CONTROLE INTERNO
---	---	--

Notificação de recebimento de Recursos Federais**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 18/03/2014

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de São Domingos/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		407.623,83
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	363.267,80
4.1.7.2.1.01.00.00.00	Participação na Receita da União	189.419,92
4.1.7.2.1.01.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	189.419,92
4.1.7.2.1.01.02.01.00	FPM - Ordinário	113.651,95
4.1.7.2.1.01.02.02.00	FPM - 25% Educação	47.354,98
4.1.7.2.1.01.02.03.00	FPM - 15% Saúde	28.412,99
4.1.7.2.1.22.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	53.591,68
4.1.7.2.1.22.11.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Hídricos	45.955,92
4.1.7.2.1.22.70.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	7.635,76
4.1.7.2.1.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	84.827,82
4.1.7.2.1.33.04.00.00	Saúde Bucal - SB	6.690,00
4.1.7.2.1.33.06.00.00	Programa De Assistência Farmacêutica Básica	4.084,68
4.1.7.2.1.33.10.00.00	Média e Alta Complexidade - MAC	50.853,14
4.1.7.2.1.33.15.00.00	Núcleo de Atendimento da Saúde da Família - NASF	12.000,00
4.1.7.2.1.33.15.01.00	Núcleo de Atendimento da Saúde da Família - NASF	12.000,00
4.1.7.2.1.33.16.00.00	Programa de Melhoria Acesso e de Qualidade - PMAQ	11.200,00
4.1.7.2.1.34.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	835,25
4.1.7.2.1.34.01.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	835,25
4.1.7.2.1.35.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	34.593,13
4.1.7.2.1.35.01.00.00	Transferências do Salário-Educação	34.593,13
4.2.4.7.1.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	82.240,00
4.2.4.7.1.99.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	82.240,00
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-37.883,97
9.1.7.2.1.01.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-37.883,97
9.1.7.2.1.01.02.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-37.883,97

SAO DOMINGOS, 18/03/2014

ALCIMAR DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

ELIENIR TERESINHA AGNOLETTI
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9



Notificação de recebimento de Recursos Federais**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 05032014

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de São Domingos/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		119.276,93
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	147.444,13
4.1.7.2.1.01.00.00.00	Participação na Receita da União	138.382,73
4.1.7.2.1.01.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	138.369,52
4.1.7.2.1.01.02.01.00	FPM - Ordinário	83.021,71
4.1.7.2.1.01.02.02.00	FPM - 25% Educação	34.592,38
4.1.7.2.1.01.02.03.00	FPM - 15% Saúde	20.755,43
4.1.7.2.1.01.05.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Prop. Territorial Rural	13,21
4.1.7.2.1.01.05.01.00	ITR - Ordinário	7,93
4.1.7.2.1.01.05.02.00	ITR - 25% Educação	3,30
4.1.7.2.1.01.05.03.00	ITR - 15% Saúde	1,98
4.1.7.2.1.34.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	6.608,10
4.1.7.2.1.34.01.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	6.608,10
4.1.7.2.1.36.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	2.453,30
4.1.7.2.1.36.01.00.00	ICMS Lei 87/96 - Ordinários	1.471,97
4.1.7.2.1.36.02.00.00	ICMS Lei 87/96 - 25% Educação	613,33
4.1.7.2.1.36.03.00.00	ICMS Lei 87/96 - 15% Saúde	368,00
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-28.167,20
9.1.7.2.1.01.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-27.676,54
9.1.7.2.1.01.02.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-27.673,90
9.1.7.2.1.01.05.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-2,64
9.1.7.2.1.36.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - LEI 87/96	-490,66
9.1.7.2.1.36.02.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - LEI 87/96	-490,66

SAO DOMINGOS, 18/03/2014

ALCIMAR DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

ELIENIR TERESINHA AGNOLETTI
CONTADORA CRC/SC 034400/O-9



São João do Sul

PREFEITURA

Portaria Nº. 30 de 10 de Fevereiro 2014.

PORTARIA Nº. 30 DE 10 DE FEVEREIRO 2014.

"CESSAR OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 52 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2013".

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 55 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Cessar os efeitos da Portaria nº 52, de 20 de fevereiro de 2013, que atribuiu exercício a Servidora MARIA JUCILENE DA SILVA, ocupante do cargo de Professora, para exercer função de diretora no Centro de Educação de Jovens e Adultos Vereadora Rita Quadros – São João do, a contar de 03 de fevereiro de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul, 10 de fevereiro de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos dez dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 031 de 10 de Fevereiro de 2014.

PORTARIA Nº 031 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

"NOMEAR SERVIDOR"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IX do artigo 55, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Nomear a Servidora ADRIANA FAGUNDES DOS SANTOS PERES, para exercer o cargo em Comissão de Técnico em Planejamento Educacional na Secretaria Municipal de Educação e Cultura - São João do Sul, Grupo Ocupacional e Amplitude de Referência MAG-III, com carga horária de 40 horas semanais, a contar de 03 de fevereiro de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul, em 10 de fevereiro de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos dez dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 032 de 10 de Fevereiro de 2014.

PORTARIA Nº 032 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

"DESIGNAR SERVIDOR"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 55 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Designar a Servidora SIMONI PEREIRA LUMMERTZ, ocupante do cargo de professora, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer função de diretora no Centro de Educação de Jovens e Adultos Vereadora Rita Quadros – São João do, a contar de 03/02/2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul, em 10 de fevereiro de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos dez dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

Lei Complementar Nº. 27 de 18 de Março de 2014.

LEI COMPLEMENTAR Nº. 27 DE 18 DE MARÇO DE 2014.

Altera dispositivos da Lei Complementar Municipal nº. 006, de 06 de janeiro de 2012, e dá outras providências.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal em exercício de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - Fica alterado o valor do vencimento dos cargos de Ginecologista, Médico (Clínico Geral) e Pediatra, do quadro de Cargos e Vencimentos, do Grupo I: Atividade de Nível Superior, constante no Anexo I da Lei Complementar Municipal nº. 006, de 06 de janeiro de 2012, que passam a vigorar com a seguinte redação:

CCargos	VVencimento ((R\$)	AAmplitude de Referência	Amplitude de Referência por Tempo de Serviço
GGinecologista	68.990,00	1A a 6D	a à I
MMédico (Clínico Geral)	68.990,00	1A a 6D	a à I
PPediatra	68.990,00	1A a 6D	a à I

Art.2º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de março de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul, em 18 de março de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e registrada nesta Secretaria aos dezoito dias do mês de março do ano de dois mil e quatorze.



MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 033 de 10 de Fevereiro de 2014.

PORTARIA Nº 033 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.
"CONCEDE FÉRIAS"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o § 5º art. 90, c/c art. 93 da Lei 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Conceder Férias para o Servidor JOELCIO ESPÍNDOLA RODRIGUES, ocupante do cargo de Motorista I, da seguinte forma: de 03/02/2014 a 12/02/2014 abono pecuniário, e de 13/02/2014 a 04/03/2014 gozo de férias, referente ao período aquisitivo 2013/2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul, 10 de fevereiro de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos dez dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

Licitação Nº 022/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

LICITAÇÃO Nº 022/2014

Modalidade – Pregão Presencial nº 008/2014

Fundamento Legal: Lei 10.520 de 17/07/2002, publicada no DOU de 18/07/2002, subsidiariamente, da Lei no 8.666, de 21/06/1993, e respectivas alterações.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO MÓVEL PESSOAL – SMP NO ESTADO DE SANTA CATARINA, POR INTERMÉDIO DE 40 (QUARENTA) CÓDIGOS DE ACESSO, COM O FORNECIMENTO DAS 40 (QUARENTA) LINHAS, DEVIDAMENTE ATIVADOS, E ASSOCIADOS A UM PLANO PÓS-PAGO DE SERVIÇO, COM FRANQUIA GLOBAL ESTIMADA EM 4.000 MINUTOS/MÊS, QUE POSSIBILITE O ATENDIMENTO DA CONTRATANTE EM TODAS AS LOCALIDADES ATENDIDAS PELA AUTORIZADA, EM SUA ÁREA DE PRESTAÇÃO, PARA USO EM LIGAÇÕES LOCAIS PARA TELEFONES FIXOS E CELULARES DE QUALQUER OPERADORA, INCLUSIVE NA CONDIÇÃO DE VISITANTE EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL E COM ENCAMINHAMENTO DE CHAMADAS DE LONGA DISTÂNCIA NACIONAL (LDN) E ROAMING NACIONAL, DEVENDO POSSUIR SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO E GERENCIAMENTO ON-LINE (CONTROLE DE LIMITES DOS ACESSOS, CONSULTA DE RESUMOS DE MINUTOS E DETALHAMENTO DE FATURAS DE CADA ACESSO) POR MEIO DA INTERNET, 7 (SETE) ACESSOS INTERNET BANDA LARGA VIA APARELHO DE CELULAR COM FRANQUIA DE 300 MB CADA E 2 (DOIS) ACESSOS INTERNET BANDA LARGA VIA APARELHO DE CELULAR COM FRANQUIA DE 2GB

As Propostas e Habilitação: Poderão ser entregues até as 13:45 horas do dia 31/03/2014, com abertura dos envelopes prevista

para as 13:30 horas do dia 31/03/2014.

A entrega do Edital e demais informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de São João do Sul, Avenida Nereu Ramos, nº 50 de segundas às sextas feiras das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30, ou pelo e-mail licitacoes@saojoaodosul.sc.gov.br

São João do Sul - SC, em 19 de março de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

São José

PREFEITURA**Resultado da Tomada de Preços Nº 002/2014 - Processo Nº 012/2014.**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2014 - Processo nº 012/2014. Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de material e mão de obra para execução de serviços de pavimentação asfáltica e drenagem da Rua Lindolfo Francisco de Melo e travessa. EMPRESAS CLASSIFICADAS: 1ª COMPESA CONSTRUÇÃO PESADA LTDA; e 2ª GMC CONSTRUÇÕES LTDA. Maiores Informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810100. Site: www.pmsj.sc.gov.br.

Carlos Alfredo Schmidt,
Presidente/CPL.

Resultado da Inexigibilidade Nº 017/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DA INEXIGIBILIDADE Nº 017/2013 – Processo nº 362/2013. Contratado: Assoc. Filarmônica Camerata Florianópolis - Câmara. Objeto: Inexigibilidade para a contratação da Camerata Florianópolis para realização de 02 (duas) apresentações na programação oficial de natal da Fundação Municipal de Cultura e Turismo, sendo uma no Centro Histórico e outra no Centro de Eventos Multiuso. Valor Total: R\$160.000,00 (cento e sessenta mil reais).

Carlos Alfredo Schmidt
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Contrato/Ct: Nº 345/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 345/2013 – IN 017/2013 – Processo 362/2013 - Contratado: Assoc. Filarmônica Camerata Florianópolis. Objeto: Inexigibilidade para a contratação da Camerata Florianópolis para realização de 02 (duas) apresentações na programação oficial de natal da Fundação Municipal de Cultura e Turismo, sendo uma no Centro Histórico e outra no Centro de Eventos Multiuso. Valor

Global: R\$160.000,00 (cento e sessenta mil reais). Prazo: O prazo de vigência deste contrato será de 60 (sessenta) dias. Data da Assinatura do Contrato: 06 de dezembro de 2013.

Ata de Registro de Preços Nº 102/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 102/2013 – PR 112/2013
– Processo 295/2013 – Fornecedor: MUNDIAL SERVIÇOS LTDA - EPP. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa especializada para eventual prestação de serviços de mão de obra, para realizar manutenção preventiva e corretiva nos ginásios municipais de esportes, praças esportivas e sede da Fundação Municipal de Esporte e Lazer da Prefeitura Municipal de São José/SC. Valor Total: R\$63.000,00 (sessenta e três mil reais). Vigência: 01 (um) ano, contados a partir da sua assinatura. Data da assinatura: 06 de dezembro de 2013. Vera Suely de Andrade / Diretora de Compras.

Ata de Registro de Preços Nº 048/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 048/2014 – PE 078/2013
– Processo 383/2013 – Fornecedores: I - CETEC COMÉRCIO EM GERAL E TREINAMENTOS LTDA-ME; II - HP & COMERCIAL LTDA-EPP; III - TRACTON INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-EPP; IV - ELISVANDIA MATOS DONINI-ME; e V - DSM DISTRIBUIDORA DE MÓVEIS E SUPRIMENTOS LTDA-EPP. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa(s) para eventual fornecimento de mobiliário, materiais permanentes, instalação de cortinas, condicionadores de ar e placas de identificação, com fornecimento de materiais, para implantação da Casa do Educador da Secretaria de Educação do Município de São José/SC. Valor por Fornecedor: I - R\$100.882,72 (cem mil, oitocentos e oitenta e dois reais e setenta e dois centavos); II - R\$22.355,00 (vinte e dois mil e trezentos e cinquenta e cinco reais); III - R\$15.500,00 (quinze mil e quinhentos reais); IV - R\$ 9.499,50 (nove mil, quatrocentos e noventa e nove reais e cinquenta centavos); e V - R\$32.900,00 (trinta e dois mil e novecentos reais). Valor Total: R\$181.137,22 (cento e oitenta e um mil, cento e trinta e sete reais e vinte e dois centavos). Vigência: 01 (um) ano, contados a partir da assinatura da autorização de fornecimento. Data da assinatura: 21 de fevereiro de 2014. Vera Suely de Andrade / Diretora de Compras.

Resultado da Tomada de Preços Nº 004/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2014 - Processo nº 014/2014. Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de material e mão de obra para execução de serviços de pavimentação com lajotas e drenagem da Rua Onestino Francisco da Silva – trecho 01 e trecho 02. EMPRESAS HABILITADAS: EMPREITEIRA PAVICON LTDA; LUIZ FABIANO SILVEIRA ME; e DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA. EMPRESAS HABILITADAS: DPJ CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA ME; e VINICIUS GOEDERT ME. Maiores Informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min.

Fone: (48) 33810100. Site: www.pmsj.sc.gov.br. Carlos Alfredo Schmidt, Presidente/CPL.

Revogação da Concorrência Nº 009/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

REVOGAÇÃO DA CONCORRÊNCIA Nº 009/2012 – Processo nº 277/2012. Objeto: Contratação de empresa de engenharia para execução dos serviços, com fornecimento de materiais, destinados a construção da creche Proinfância Bela Vista. Motivo: Por razões de interesse público.

Revogação da Concorrência Nº 010/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

REVOGAÇÃO DA CONCORRÊNCIA Nº 010/2012 – Processo nº 278/2012. Objeto: Contratação de empresa de engenharia para execução dos serviços, com fornecimento de materiais, destinados a construção da creche Proinfância Palmares. Motivo: Por razões de interesse público.

Revogação da Concorrência Nº 008/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

REVOGAÇÃO DA CONCORRÊNCIA Nº 008/2012 – Processo nº 276/2012. Objeto: Contratação de empresa de engenharia para execução dos serviços, com fornecimento de materiais, destinados a construção da creche Proinfância Luar. Motivo: Por razões de interesse público.

Resultado do Pregão Presencial Nº 125/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 125/2013 - Processo nº 336/2013. Contratado: VIA 11 ENGENHARIA DE SEGURANÇA VIÁRIA LTDA. Objeto: Contratação de empresa especializada para executar serviço de elaboração de estudos de viabilidade técnica e econômico-financeira (contagem, análise, dimensionamento de tráfego, estudo de viabilidade técnica e econômica), necessários à implantação de estacionamento rotativo em vias públicas no Município de São José/SC. Valor Total: R\$65.000,00 (sessenta e cinco mil reais). Carlos Alfredo Schmidt – Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Resultado do Pregão Eletrônico Nº 074/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 074/2013 - Processo

nº 373/2013. Contratados: VERA LÚCIA ESPÍNDOLA MOREIRA; e MULTIBAN LOCAÇÃO DE BENS MÓVEIS LTDA. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa(s) para eventual locação de banheiros químicos, palcos, arquibancadas, sonorização e iluminação, para serem utilizados nos eventos realizados pela Fundação Municipal de Esporte e Lazer do Município de São José/SC. Valor Total: R\$425.768,40 (quatrocentos e vinte e cinco mil, setecentos e sessenta e oito reais e quarenta centavos). Carlos Alfredo Schmidt – Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Pregão Eletrônico Nº 014/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2014 - Processo nº 041/2014. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual fornecimento de óleo DIESEL B S500 e óleo DIESEL B S10, incluindo fornecimento de reservatórios (tanques) em sistema de comodato, para ser utilizado pela Secretaria de Infraestrutura do Município de São José/SC. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 18 de março de 2014 às 18h00min até dia 01 de abril de 2014, às 13h30min. ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 13h30min do dia 01 de abril de 2014. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810002.

Edital de Concurso Público Nº 001/2014/Gab Primeiro Termo Aditivo de Retificação

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
Secretaria Municipal da Administração
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014/GAB
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE RETIFICAÇÃO

A Prefeita Municipal de São José e o Secretário Municipal de Administração tornam pública a retificação do referido Edital nº 001/2014/GAB, nos seguintes itens e subitens:

ALTERAÇÃO do item 3.6, em sua alínea "e", que passa a ter a seguinte redação:

Para realizar a inscrição o candidato deverá proceder da seguinte maneira:

[...]

Imprimir o Boleto de Pagamento da taxa de inscrição e efetuar o pagamento preferencialmente no Banco do Brasil, em postos de autoatendimento ou home banking, até o último dia de inscrições.

ALTERAÇÃO dos itens 4.28.1, 4.28.8, 4.28.17 e do subitem 1 do item 4.28.2, os quais passam a ter a seguinte redação:

A segunda etapa do concurso público para os cargos de Mestre de embarcação, Motorista para ônibus e micro-ônibus, Motorista e Operador de máquinas, constará de prova prática de caráter classificatório e eliminatório, que tem por objetivo avaliar a aptidão e os conhecimentos práticos do candidato para o exercício das atividades inerentes à função.

Serão convocados para a prova prática:

Os candidatos aprovados na prova escrita para os cargos de Motorista, Motorista para ônibus e micro-ônibus e Operador de Máquinas, aprovados na Prova Escrita e classificados do 1º (primeiro) ao 15º (décimo quinto lugar);

[...].

Os candidatos aos cargos de Motorista, Motorista para ônibus e micro-ônibus e Operador de Máquinas, deverão comparecer ao local e horário determinados, vestidos e calçados de acordo com as normas do Código de Trânsito Brasileiro, portando a Carteira Nacional de Habilitação exigida para a condução do veículo/equipamento para cujo cargo se candidataram, não se aceitando cópias, mesmo que autenticadas ou qualquer tipo de protocolo.

Procedimentos e tarefas que serão determinados durante a prova prática para os cargos de Motorista, Motorista para ônibus e micro-ônibus e Operador de Máquinas:

[...]

São José, 17 de março de 2014.

Adeliana Dal Pont
Prefeita Municipal

Waldemar Bornhausen Neto
Secretário Municipal de Administração

Edital de Concurso Público Nº 002/2014/Gab Primeiro Termo Aditivo de Retificação

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
Secretaria Municipal da Administração
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2014/GAB
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE RETIFICAÇÃO

A Prefeita Municipal de São José e o Secretário Municipal de Administração tornam pública a retificação do item 3.7 do Edital nº 002/2014/GAB, em sua alínea "e", a qual passa a ter a seguinte redação:

Para realizar a inscrição o candidato deverá proceder da seguinte maneira:

[...]

Imprimir o Boleto de Pagamento da taxa de inscrição e efetuar o pagamento preferencialmente no Banco do Brasil, em postos de autoatendimento ou home banking, até o último dia de inscrições.

São José, 17 de março de 2014.

Adeliana Dal Pont
Prefeita Municipal

Waldemar Bornhausen Neto
Secretário Municipal de Administração

Edital de Concurso Público Nº 003/2014/Gab Primeiro Termo Aditivo de Retificação

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
Secretaria Municipal da Administração
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2014/GAB
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE RETIFICAÇÃO

A Prefeita Municipal de São José e a Superintendente da Fundação Educacional de São José tornam pública a retificação do item 3.7 do Edital nº 003/2014/GAB, em sua alínea "e", a qual passa a ter a seguinte redação:

Para realizar a inscrição o candidato deverá proceder da seguinte maneira:

[...]

Imprimir o Boleto de Pagamento da taxa de inscrição e efetuar o

pagamento preferencialmente no Banco do Brasil, em postos de autoatendimento ou home banking, até o último dia de inscrições.

São José, 17 de março de 2014.
Adeliana Dal Pont
Prefeita Municipal

Ana Cristina Oliveira da Silva Hoffmann
Superintendente da FUNDESJ

Editais Nº 008/2014/Usj- Tornar Pública A Convocação dos Candidatos Aprovados Em 2ª Chamada Para O 2º Semestre, No Concurso Vestibular 2014, Para Realizarem Matrícula

EDITAL Nº 008/2014/USJ

Tornar pública a convocação dos candidatos aprovados em 2ª chamada para o 2º semestre, no CONCURSO VESTIBULAR 2014, para realizarem matrícula.

A Reitora do Centro Universitário Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, torna pública:

1. A convocação dos candidatos abaixo relacionados, habilitados em 2ª chamada para o 2º semestre no Concurso Vestibular 2014, para realizarem matrícula nos dias 20, 21 e 24 de março das 14h30min às 21 horas, no Centro Universitário Municipal de São José, localizado na Rua Silvia Maria Fabro, 98 – Kobrasol, São José – Santa Catarina.

2. Para a área de Administração – 30% (trinta por cento)

Nº INSCRIÇÃO	NOME	IDENTIDADE	CLASSIFICAÇÃO
800417	MARIA CELINA DA SILVA SILVEIRA	5310658/SC	27
800620	CARLOS FELIPE HECHT	4423953/SC	28

3. Para a área de Administração – 70% (setenta por cento)

Nº INSCRIÇÃO	NOME	IDENTIDADE	CLASSIFICAÇÃO
801621	GABRIELE C. Q. DE M. RODRIGUES	7123995/PA	69
801112	JAQUELINE LOHN FARIAS	6173625/SC	70
800659	IGOR MARK DA SILVA ROSA	5102765/SC	71
800580	RENAN DA SILVA GUEDES	6074626/SC	72
801568	SAMARA GONÇALVES FERREIRA	4777844/SC	73
800740	ANDREIA OLINDA TORRES	46103767/SC	74
801866	GUILHERME ANTONIO ALEXANDRE	5180964/SC	75
801937	FERNANDO HENRIQUE BERNES	45704414/SC	76
802391	FELIPE AVELINO DICK	6647968/SC	77
802085	DIOGENES PATRIQUE BATISTA	5940240/SC	78

801110	JOSIMAR JOÃO SOUZA SANT'ANA	4749644/SC	79
802533	DARLENE NERES DE SOUZA	6196881/SC	80
802436	JULIANA HELENA DA SILVA	5180157/SC	81
8801055	GUILHERME DE SOUZA	4215965/SC	82

4. Para a área de Ciências Contábeis – 30% (trinta por cento)

Nº INSCRIÇÃO	NOME	IDENTIDADE	CLASSIFICAÇÃO
801085	CRISTIANI MARTINS ZARBATO MORA	3639371/SC	33
802478	WILSON TRIBECK	44447485/SC	34
800356	ALEXSANDRA MARTINS DE SOUZA	6222439/SC	35
801512	ARTHUR VIEIRA DA ROSA	4821436/SC	36
801574	SILVIA CRISTINA DA LUZ	30843901/SC	37
801194	MAYARA DE OLIVEIRA PIRES	52148084/SC	38
801972	JOSUE DE CAMPOS	52574660/SC	39
801425	LARISSA DE SOUZA ALVES	6197105/SC	40
800354	GISELI AREAS	4927718/SC	41

5. Para a área de Ciências Contábeis – 70% (setenta por cento)

Nº INSCRIÇÃO	NOME	IDENTIDADE	CLASSIFICAÇÃO
801140	ALINE DA ROSA	4610734/SC	65
800772	JESSICA BRUDER PEDROSO	6196626/SC	66
800290	TATIANE APARECIDA BATISTA	4975126/SC	67
800290	TATIANE APARECIDA BATISTA	4975126/SC	68
800168	BRUNA GABRIELLE FONSECA DE LIZ	6074789/SC	69
800483	EVELYN CAROLINE S COUTINHO	4600174/SC	70
800278	ANA PAULA COSTA TEODORO	6707874/SC	71
801554	EDINA BORGES SOARES	4777779/SC	72
800322	GABRIELA R. DE J. MARTINEZ	46170901/SC	73
801784	NATHANIEL JULIAN BRANCO CORREA	4794605/SC	74
801463	ADELITA DE OLIVEIRA	4093783/SC	75
801762	MAIARA GODINHO	52107892/SC	76

6. Para a área de Pedagogia – 30% (trinta por cento)

Nº INSCRIÇÃO	NOME	IDENTIDADE	CLASSIFICAÇÃO
800436	THAIS ELIZABETE COELHO	5761419/SC	39
802381	LEILA SCHAPPO CAMARGO	4393801/SC	40
801544	ANA HELENA WILDNER	6434600/SC	41
800773	ROSANE MACHADO	6968697/SC	42
801398	INGRID QUINTINO CANTALICE	6291339/SC	43
802141	LUCIANA VILHENA DE OLIVEIRA	4749729/SC	44
800575	BIANCA COELHO LUIZ	5484488/SC	45
801339	RAIANE MENDES VICENTE	6.012.325/SC	46
801208	FABIANA KNAUL	5872412/SC	47
801626	NAZARÉ APARECIDA DA SILVA FARI	26700573/SC	48
800161	CLESIR LEITE PACHECO	0009501486/R	49
801401	MARIA CRISTINA R DA SILVA	126139284/PR	50
800539	LETÍCIA OLIVEIRA DEMÉTRIO	6892771/SC	51
800551	SUELEN BORGES DE BORBA	6074494/SC	52
800647	DJAVELINE DA SILVA LUZ	4.564.578/SC	53
801333	MARIANA COSTA DOS SANTOS	54745853/SC	54
802486	CLÉRIA INEZ ROSS	33065373/SC	55
801667	MANUELLA SILVA KREBS	6155163/SC	56
800862	BARBARA JACQUES	4888415/SC	57
801567	RENATA RIBEIRO DA SILVA	132997071/PR	58
802418	REINALDO JULIANO BARBOSA	1439076/SC	59
801799	JULIANA SERENA	4654791/SC	60

Os candidatos deverão apresentar toda a documentação exigida no EDITAL USJ/nº035/2013, item 25.3.

Para a matrícula, é obrigatória a apresentação do original e de uma fotocópia, ou de uma fotocópia autenticada da seguinte documentação:

Fotocópia do Diploma ou certificado de conclusão do ensino fundamental e médio;
 Fotocópia do Histórico escolar do ensino fundamental (cota 70%) e do ensino médio;
 Fotocópia do documento de identidade;
 Fotocópia da certidão de nascimento ou casamento;
 Fotocópia do CPF próprio;
 Fotocópia do título eleitoral;
 Fotocópia do documento comprobatório de estar em dia com as obrigações militares (sexo masculino);
 Fotocópia frente e verso do comprovante de vacinação contra rubéola (para o sexo feminino até 40 anos – Lei 10.196/1996);
 Fotocópia do comprovante de residência;

Duas fotografias 3 x 4 recentes;

7. Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

São José, 18 de março de 2014.

Profa. Ma. Elisiani Cristina de Souza de Freitas Noronha
 Reitora do Centro Universitário Municipal de São José

CÂMARA MUNICIPAL

Abertura do Pregão Presencial N.º 005/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
 CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ
 DIRETORIA ADMINISTRATIVA
 ABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL N.º 005/2014
 PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 028/2014

Objeto:

A licitação tem como objeto a contratação empresa de Especializada para a Prestação de Serviços Terceirizados na Câmara Municipal de São José/SC, conforme itens de relação da licitação (Quadro de Quantidades e Custos), Anexo I deste Edital.

Abre-se o presente edital com data período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 01/04/2014 às 08h:30min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia: 01/04/2014 às 09h00min.

Maiores informações: Setor de Protocolo Geral da Câmara de Vereadores das 13h00min às

19h00min. Fone: (48) 3029-1321

Aviso de Suspensão

AVISO DE SUSPENSÃO
 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 001/2014
 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 001/2014

OBJETO: A licitação tem como objeto a contratação empresa de televisão para a prestação de serviço de tele-transmissão de conteúdo televisivo ao vivo e pré-gravado, em canal fechado (via a Cabo e Sistema Digital MMDS), do material áudio/visual produzido pela TV Câmara, em especial as sessões legislativas, ordinárias, e extraordinárias, solenes, audiências públicas e demais reuniões da Câmara Municipal de São José, em conformidade com as especificações contidas no edital e seus anexos.

A Câmara Municipal de São José torna público aos interessados, em especial, as empresas que retiraram o instrumento convocatório, que o certame licitatório em epígrafe está SUSPENSO "SINE DIE", haja vista o recebimento QUESTIONAMENTO pelo Observatório Social de São José, no último dia 17 de março, através Correspondência OSSJ n.º 034/2014, devidamente protocolado. Depois de concluída a análise e respondidos os questionamentos, esta Administração Pública reabrirá o prazo inicialmente estabelecido para formulação das propostas.

VALMOR JOSÉ HEBERLE
 Diretor Administrativo – Pregoeiro

De acordo:
 SANDERSON ALMECI DE JESUS
 Presidente da CMSJ

São José do Cedro

PREFEITURA

Edital de Pregão Presencial Nº32/2014

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº32/2014
REGISTRO DE PREÇO

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal nº 5.253/2013, promove Processo Licitatório nº 32/2014, Edital de Pregão Nº 32/2014 para Registro de Preço, sendo o Objeto: Registro de preços para aquisição de tinta para pintura de faixas de sinalização, cal para pintura de meio fio e contratação de mão de obra para a realização das pinturas dentro do perímetro urbano do município. Recebimento das propostas até às 14:00 horas do dia 01/04/2014. Abertura dos envelopes e julgamento às 14:00 horas do dia 01/04/2014, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura ou e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br.

São José do Cedro – SC.
Antonio Plinio de Castro Silva
Prefeito Municipal

Edital de Pregão Presencial Nº33/2014

PREFEITURA MUN. DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº33/2014

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório nº 33/2014, Edital de Pregão Nº 33/2014, Objeto: Contratação de empresa prestadora de serviços para realizar limpeza, conservação e realização de pequenos reparos nas ruas e praças da cidade, para realizar limpeza com varredura e pequenos reparos em ruas de calçamento do município, bem como para realizar conservação, limpeza e poda das árvores do perímetro urbano do município, efetuar o plantio de flores, conservar e realizar todos cuidados necessários das mesmas nos diversos canteiros do município. Recebimento das propostas até às 09:00 horas do dia 31/03/2014. Abertura dos envelopes às 09:00 horas do dia 31/03/2014, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36430247, ou no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30.

São José do Cedro – SC.
Antonio Plinio de Castro Silva
Prefeito Municipal.

Decreto Nº 5.366, de 14 de Março de 2014.

DECRETO Nº 5.366, DE 14 DE MARÇO DE 2014.
"CRIA COMISSÃO ESPECIAL E NOMEIA SEUS MEMBROS".

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São

José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990,

DECRETA:

Art. 1º. Fica criada Comissão Especial integrada por: Sérgio Pagno, Fernando Júlio Will, Isoldi Will, Rudimar César Winter, Carine Kaiser Wolfart, Maristela Casagrande, Lúcia Fátima Maldaner, Inês Catarina Muller, Jacinta Hanzen, Carla Assmann Anzolin, Geni Fátima Wartha Reichert, para, sob a Presidência do primeiro e Vice-presidência do segundo, com o objetivo de propor a alteração do Plano de Carreira do Magistério Público Municipal, visando manter a qualidade do ensino público municipal.

Art. 2º. A comissão terá 90 dias para elaboração de relatório do estudo efetuado.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 14 de março de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 14 de março de 2014.

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

Decreto Nº 4.820, de 18 de Março de 2014.

DECRETO Nº 4.820, DE 18 DE MARÇO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar, anulação de dotações, no orçamento programa de 2014, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.138, de 23 de dezembro 2013, e de acordo com o inciso III, do § 1º, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, anulação de dotações, adicionando-se pelo crédito orçamentário, o valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

08.00 SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO - SME

08.01 SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO - SME

08.01.12.365.4505.2.015 4.4.9.0.00.00.00.00.0.1.0019 78
Aplicação Direta R\$ 250.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º, em conformidade com o que estabelece o inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.138, de 23 de dezembro de 2013, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação:

08.00 SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO - SME

08.01 SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO - SME
08.01.12.365.4505.2.015 3.3.9.0.00.00.00.00.0.1.0019 74
Aplicação Direta R\$ 250.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 18 de março de 2014.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

Decreto Nº 4.821, de 18 de Março de 2014.

DECRETO Nº 4.821, DE 18 DE MARÇO DE 2014.

Fixa o valor de locação da arena, restaurante, cozinha, copa e churrasqueira da Arena de Eventos Albano Luiz Menegatti, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 55, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica fixado o valor de locação de parte das dependências da Arena de Eventos Albano Luiz Menegatti para a empresa Renata Roman Contabilidade - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.958.678/0001-11, em virtude da realização de evento a ser promovido no dia 22 de março de 2014, da seguinte forma:

I - em R\$ 8.204,40 (oito mil, duzentos e quatro reais e quarenta centavos), correspondente a 91,16 UFRM - Unidade Fiscal de Referência Municipal, para a locação da arena do Centro de Eventos São Lourenço do Oeste;

II - em R\$ 504,90 (quinhentos e quatro reais e noventa centavos), correspondente a 5,61 UFRM, para a locação do restaurante da Arena de Eventos Albano Luiz Menegatti;

III - em R\$ 630,90 (seiscentos e trinta reais e noventa centavos), correspondente a 7,01 UFRM, para a locação da cozinha da Arena de Eventos Albano Luiz Menegatti;

IV - em R\$ 630,90 (seiscentos e trinta reais e noventa centavos), correspondente a 7,01 UFRM, para a locação da copa da Arena de Eventos Albano Luiz Menegatti;

V - em R\$ 378,90 (trezentos e setenta e oito reais e noventa centavos), correspondente a 4,21 UFRM, para a locação da churrasqueira da Arena de Eventos Albano Luiz Menegatti.

§1º A locação estender-se-á para um dia anterior ao evento (21 de março) para que seja realizada a organização e montagem, e também para o dia 24 de março, para que seja efetuada a limpeza do local, sob a responsabilidade da empresa descrita no caput deste artigo.

§2º O valor total da locação de que trata o caput, será de R\$ 10.350,00 (dez mil, trezentos e cinquenta reais), correspondendo a 115 UFRM - Unidade Fiscal de Referência Municipal.

Art. 2º Demais condições especiais serão estabelecidas por instrumento contratual a ser firmado entre o Município de São Lourenço do Oeste e a pessoa jurídica que promoverá evento.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 18 de março de 2014.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

Extrato da Ata do Processo Licitatório Nº 024/2014

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/2014

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 024/2014 – Pregão Presencial Nº 018/2014.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENE A SEREM UTILIZADOS NAS ESCOLAS BÁSICAS MUNICIPAIS.

FORNECEDOR: MULTIAÇÃO - PRODUTOS E EQUIPAMENTOS PARA LIMPEZA LTDA – EPP - CNPJ: 73.244.337/0001-18.

VALOR: R\$ 22.005,40 (vinte e dois mil e cinco reais e quarenta centavos).

FORNECEDOR: COMERCIAL ALVORADA LTDA ME - CNPJ: 82.831.025/0001-00.

VALOR: R\$ 11.559,30 (onze mil e quinhentos e cinquenta e nove reais e trinta centavos).

FORNECEDOR: NOAL & TREVISOL LTDA – ME - CNPJ: 05.528.521/0001-30.

VALOR: R\$ 16.252,46 (dezesesseis mil e duzentos e cinquenta e dois reais e quarenta e seis centavos).

FORNECEDOR: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA - CNPJ: 05.919.156/0001-94.

VALOR: R\$ 17.560,00 (dezesete mil e quinhentos e sessenta reais).

FORNECEDOR: SCS COMÉRCIO LTDA - CNPJ: 13.995.853/0001-52.

VALOR: R\$ 29.498,90 (vinte e nove mil e quatrocentos e noventa e oito reais e noventa centavos).

FORNECEDOR: RENATA CRISTINA RADIN RICARDI ME - CNPJ: 13.397.299/0001-01.

VALOR: R\$ 12.997,08 (doze mil e novecentos e noventa e sete reais e oito centavos).

FORNECEDOR: A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA ME - CNPJ: 12.144.365/0001-79.

VALOR: R\$ 24.786,70 (vinte e quatro mil e setecentos e oitenta e seis reais e setenta centavos).

FORNECEDOR: ROBERTO MISTURA ME - CNPJ: 10.292.359/0001-33.

VALOR: R\$ 17.784,20 (dezesete mil e setecentos e oitenta e quatro reais e vinte centavos).

TOTAL: R\$ 152.444,04 (cento e cinquenta e dois mil e quatrocentos e quarenta e quatro reais e quatro centavos).

DATA DE ASSINATURA: 13/03/2014.

VIGÊNCIA: 13/03/2014 à 31/12/2014.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

Decreto Nº 4.822, de 18 de Março de 2014.

DECRETO Nº 4.822, DE 18 DE MARÇO DE 2014.

Dispõe sobre a homologação do resultado do Processo Seletivo, Edital nº 002/2014, de 20 de fevereiro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº 002/2014; e,

CONSIDERANDO a conclusão de todas as fases do Processo Seletivo, Edital nº 002/2014;

CONSIDERANDO o encerramento dos prazos para recursos em fase administrativa;

CONSIDERANDO a formalidade e a regularidade de todos os atos que constituem o Processo Seletivo, Edital nº 002/2014;

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o resultado do Processo Seletivo, Edital nº 002/2014, de 20 de fevereiro de 2014, para admissão, em caráter

temporário, de Educadores Sociais, para atuarem nos programas: Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, Mulher de Valor, Leite das Crianças, de Atenção aos Idosos, os desenvolvidos no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS e Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, e demais programas e projetos desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme classificação constante do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º A partir da publicação desta homologação do resultado, de acordo com a ordem de classificação e após o candidato ter sido julgado apto física e mentalmente para o cargo, mediante exame de médico oficial, o Poder Público preencherá as vagas conforme necessidades dos programas sociais da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 18 de março de 2014.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

(Decreto nº 4.822, de 18 de março de 2014)

RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 002/2014

CARGO: EDUCADOR SOCIAL II

CLASS.	Nº INS- CR.	CANDI- DATO	PONTOS CURSO ESPE- CIALIZ.	PONTOS CURSO ESP. MESTRA- DO	PONTOS APERF. ÁREA	PONTOS TEM- PO DE SERVIÇO REDE ENS.	TOTAL DE PON- TOS
001	007	SAIARA DE OLI- VEIRA	-	-	13,8	74	87,8
002	001	MAR- CIA DE ABREU CAMAR- GO	-	-	24,2	58	82,2
003	012	DIANA TEREZI- NHA PE- GORINI BERTU- ZZI	-	-	57	07	64,0

Obs. A especialização na área exigida como pré-requisito (Psicopedagogia) de habilitação não foi computada a nenhum candidato, visto que, não possuía caráter complementar e sim exigência obrigatória para deferimento de inscrição.

CARGO: EDUCADOR SOCIAL IV:

CLASS.	Nº INSCR.	CANDI- DATO	PONTOS CURSO ESPE- CIA- LIZ.	PONTOS APERF. ÁREA	PONTOS TEMPO DE SERVI- ÇO REDE ENS.	TOTAL DE PONTOS
-	-	-	-	-	-	-

Obs. Não houve candidato(a) com inscrição deferida.

CARGO: EDUCADOR SOCIAL VII:

CLASS.	Nº INS- CR.	CANDI- DATO	PONTOS CURSO ESPE- CIALIZ.	PONTOS CURSO ESP. MESTRA- DO	PONTOS APERF. ÁREA	PONTOS TEM- PO DE SERVIÇO REDE ENS.	TOTAL DE PON- TOS
001	011	MARCIO NESI GUEDES	-	-	9,25	-	9,25

São Lourenço do Oeste - SC, 18 de março de 2014.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

Portaria 172.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 172/2014

Concede licença para tratamento de saúde a servidora ROSÂNGELA MARIA LAURENTINO, ocupante do cargo de Especialista em Educação I, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde a servidora ROSÂNGELA MARIA LAURENTINO, pelo período de 20 (vinte) dias, a contar da data de 06/03/2014, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 06/03/2014.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de março de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

DECRETO 35.2014

DECRETO n.º 035/2014

Regimento Interno do Conselho Municipal de Alimentação Escolar de São Pedro de Alcântara (CAE).

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 44/97, de 26 de junho de 1997,

DECRETA:

CAPÍTULO I**DA FINALIDADE**

Art. 1º - O CAE – Conselho de Alimentação Escolar, criado por Legislação Municipal como órgão colegiado de caráter deliberativo, permanente, fiscalizador e de assessoramento, tem por finalidade atuar nas questões referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, com o objetivo de assegurar o controle social deste Programa, através da participação da sociedade civil local nas ações desenvolvidas pelo poder público.

CAPÍTULO II**DAS ATIVIDADES/COMPETÊNCIAS**

Art. 2º- O Conselho de Alimentação Escolar – CAE tem como atividades/competências:

I- acompanhar e fiscalizar o cumprimento das diretrizes estabelecidas na forma do Art. 2º da Lei Nº 11.947 de 2009, bem como o cumprimento do disposto nos Arts. 2º e 3º da Resolução FNDE/CD/Nº 38 de 2009;

II- elaborar o Regimento Interno do CAE, observando o disposto na Resolução FNDE/CD/Nº 38 de 2009;

III- zelar pela qualidade dos gêneros alimentícios, desde a sua aquisição até a sua distribuição e preparação, observando as boas práticas higiênico-sanitárias, bem como a aceitabilidade dos cardápios oferecidos;

IV- acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à alimentação escolar, transferidos ao Programa Municipal de Alimentação Escolar;

V- receber o relatório anual de gestão do PNAE e emitir parecer conclusivo acerca da aprovação ou não da execução do programa, bem como, analisar a prestação de contas do PNAE enviada pela Entidade Executora e remeter ao FNDE, realizando reunião específica para esta finalidade, com a participação de no mínimo 2/3(dois terços) dos conselheiros titulares;

VI- acompanhar e fiscalizar a prestação de contas do PNAE ao longo do ano, solicitando todos os documentos e informações necessários;

VII- realizar visitas regulares às escolas da rede municipal de ensino para observar itens de infraestrutura e condições de higiene durante o armazenamento, preparo e distribuição das refeições, utilizando um check list para orientar estas observações;

VIII- elaborar relatórios com as observações realizadas nas escolas e entregar à EE, solicitando adequações, se necessário, e programando novas visitas para verificar se as adequações solicitadas foram providenciadas;

IX- comunicar à Entidade Executora a ocorrência de irregularidade com os gêneros alimentícios, tais como: vencimento do prazo de validade, deterioração, desvios e furtos, para que sejam tomadas as devidas providências;

X- colaborar na comunicação e apuração de denúncias sobre irregularidades no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), mediante encaminhamento às instâncias competentes (FNDE, Tribunal de Contas, Controladoria Geral da União, Ministério Público) para apuração dos eventuais casos de que tomar conhecimento;

XI- fornecer informações e apresentar relatório acerca do

acompanhamento da execução do PNAE, e de suas atividades ao FNDE, quando solicitado;

XII- incentivar a realização de campanhas educativas de esclarecimentos sobre a alimentação, higiene e saneamento básico na Rede Municipal de Ensino;

XIII- participar da realização de estudos a respeito dos hábitos alimentares locais, levando-os em conta quanto à elaboração dos cardápios para a Alimentação Escolar;

XIV- participar da elaboração dos cardápios de Alimentação Escolar, respeitando-se os hábitos alimentares da localidade e a preferência pelos produtos provenientes da agricultura familiar local;

XV- articular-se com os órgãos governamentais nos âmbitos estadual e federal e com outros da administração pública ou privada, a fim de obter integração, colaboração ou assistência para planejamento, acompanhamento e controle visando à melhoria da alimentação escolar nas escolas municipais;

XVI- realizar, sempre que for possível ou necessário, visitas de acompanhamento aos fornecedores dos produtos do PNAE, assim como participar dos processos de compras (processos licitatórios e chamada pública), discriminando alimentos e solicitando amostras para testes de aceitabilidade e de qualidade;

XVII- desenvolver suas atribuições em regime de cooperação com os Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional estadual e demais conselhos afins, devendo observar as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA;

XVIII- apresentar à Prefeitura Municipal, quando necessário, proposta de recomendações de como devem ser prestados os serviços de alimentação escolar no município, adequada à realidade local e às diretrizes de atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

XIX- acompanhar as atividades da Nutricionista quanto à elaboração e execução dos cardápios, a aplicação dos testes de aceitabilidade do cardápio, a avaliação nutricional dos escolares, entre outras atribuições desta;

XX- disponibilizar material informativo das Leis sobre o PNAE a todos os conselheiros para consulta e para capacitar novos conselheiros, quando da substituição, tendo o apoio da Entidade Executora (Prefeitura);

XXI- divulgar a atuação do CAE, como organismo de controle social e de apoio à gestão municipalizada do PNAE.

Parágrafo Único- Os cardápios do Programa de Alimentação Escolar deverão ser elaborados pelos nutricionistas responsáveis com a participação do Conselho de Alimentação Escolar – CAE, com utilização de gêneros alimentícios básicos, respeitando-se as referências nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura e a tradição alimentar da localidade, pautando-se na sustentabilidade e diversificação agrícola da região, na alimentação saudável e adequada.

CAPÍTULO III**DA COMPOSIÇÃO E DOS MANDATOS**

Art. 3º - O CAE deve ser constituído com os seguintes membros efetivos, com assento e voto nas reuniões deliberativas:

I- 01(um) representante do Poder Executivo Municipal, indicado pelo Chefe do Poder Executivo;

II- 2 (dois) representantes das entidades de docentes, trabalhadores da educação e de discentes, indicados pelo respectivo órgão de representação, a serem eleitos por meio de assembleia específica, registrada em ata, sendo que um deles deverá ser representado pelos docentes e, ainda, os discentes só poderão ser indicados e eleitos quando forem maiores de 18 anos ou emancipados;

III- 2 (dois) representantes de pais de alunos, indicados pelos Conselhos Escolares, Associações de Pais e Professores ou entidades similares, eleitos por meio de assembleia específica, registrada em ata;

IV- 2 (dois) representantes indicados por entidades civis organizadas, eleitos em assembleia específica e registrada em ata.

§ 1º- Cada membro titular do CAE terá 1(um) suplente do mesmo segmento representado.

§ 2º- O Município poderá, a seu critério, ampliar a composição dos membros do CAE, desde que obedecida a proporcionalidade definida nos incisos deste artigo.

§ 3º- Os dados referentes ao CAE deverão ser informados pela Entidade Executora ao FNDE, por meio do cadastro disponível no sítio eletrônico www.fnde.gov.br no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do ato de nomeação.

§ 4º- A nomeação dos Conselheiros do CAE será feita por ato oficial, emitido pelo Chefe do Poder Executivo, de acordo com a Lei Orgânica do Município.

Art. 4º- A presidência e a vice-presidência do CAE somente poderão ser exercidas pelos representantes indicados nos incisos II, III e IV do Art. 3º.

§ 1º- A Eleição do Presidente do CAE deverá ser feita entre os membros titulares do Conselho de Alimentação Escolar, com quórum de metade (50%) mais um, sendo de sua competência:

convocar, coordenar e presidir as atividades e reuniões do CAE;

tomar as providências necessárias às substituições de conselheiros nas suas ausências, impedimentos ou em virtude de dispensa; assinar e encaminhar as decisões do CAE às instituições pertinentes e promover sua divulgação junto à população;

d) organizar, juntamente com o vice-presidente e o secretário, a pauta das reuniões;

e) determinar a verificação da presença;

f) determinar a leitura da ata e das comunicações que entender convenientes;

g) assinar as atas, uma vez aprovadas, juntamente com os demais membros do Conselho;

h) conceder a palavra aos membros do Conselho, não permitindo divagações ou debates estranhos ao assunto;

i) colocar as matérias em discussão e votação;

j) anunciar o resultado das votações, decidindo-as, em caso de empate;

k) proclamar as decisões tomadas em cada reunião;

l) propor alternativas para o bom andamento dos trabalhos do Conselho;

m) agir em nome do Conselho, mantendo todos os contatos com as autoridades com as quais este deve estabelecer relações;

n) representar socialmente o Conselho e delegar poderes aos seus membros, para que façam essa representação;

o) tomar conhecimento das justificações de ausência dos membros do Conselho;

p) promover a execução dos serviços administrativos do Conselho;

q) propor ao Conselho as revisões do Regimento Interno, julgadas necessárias.

§ 2º- O Presidente poderá ser destituído pelo voto de (50%) mais (um) dos conselheiros do CAE presentes em Assembleia Geral especialmente convocada para tal fim.

§ 3º- O CAE elegerá dentre os seus membros, um Vice-Presidente e um Secretário, competindo-lhes:

I – Ao Vice-Presidente:

a) substituir o Presidente nos seus impedimentos ou vacância do cargo, cabendo-lhe as mesmas atribuições do titular.

II – Ao Secretário:

secretariar as reuniões do CAE, lavrar e ler as respectivas atas;

b) cuidar do expediente do CAE;

c) registrar a frequência dos membros do Conselho às reuniões;

d) anotar os resultados das votações e das proposições apresentadas;

e) distribuir aos membros do Conselho as pautas das reuniões, os convites e as comunicações;

f) redigir as Atas, sem rasuras, com as páginas rubricadas pelo Presidente do Conselho e numeradas;

g) colher assinatura do Presidente do Conselho e dos membros presentes à reunião.

Art. 5º- Compete aos membros do Conselho:

I - participar de todas as discussões e deliberações do Conselho;

II - votar as proposições submetidas à deliberação do Conselho;

III - apresentar proposições, requerimentos, moções e questões de ordem;

IV - comparecer às reuniões na hora prefixada;

V - desempenhar as funções para as quais for designado;

VI - relatar os assuntos que lhe forem distribuídos pelo presidente;

VII - obedecer às normas regimentais;

VIII - assinar as atas das reuniões do Conselho;

IX - apresentar retificações ou impugnações às atas;

X - justificar seu voto, quando for o caso;

XI - apresentar à apreciação do conselho quaisquer assuntos relacionados com as suas atribuições.

§ 1º- Os membros terão mandato de 4(quatro) anos, podendo ser

reconduzidos por igual período uma única vez, de acordo com a indicação dos seus respectivos segmentos.

§ 2º Declarado extinto o mandato, o Presidente do Conselho oficializará ao Executivo para que proceda ao preenchimento das vagas.

§ 3º Na ausência do titular, o suplente assume o seu lugar, de direito e de fato.

§ 4º- O exercício do mandato de conselheiros do CAE é considerado serviço público relevante, não remunerado.

Art. 6º- Após a nomeação dos membros do CAE, as substituições dar-se-ão somente nos seguintes casos:

I- mediante renúncia expressa do conselheiro;

II- por deliberação do segmento representado;

III- pelo não comparecimento às sessões do CAE, observada a presença mínima estabelecida por este Regimento Interno, sendo que perderá o mandato o membro que deixar de comparecer a 3(três) reuniões consecutivas ou 5(cinco) intercaladas, sem justificativa.

IV- pelo descumprimento das disposições previstas neste Regimento Interno ou na Lei Nº 771 que dispõe sobre o Conselho Municipal de Alimentação Escolar, desde que aprovada em reunião para discutir esta pauta específica.

§ 1º- Nas hipóteses previstas nos incisos deste artigo, a cópia do correspondente termo de renúncia ou da data da sessão plenária do CAE ou, ainda, da reunião do segmento, em que se deliberou pela substituição do membro, deverá ser encaminhada ao FNDE pela Administração.

§ 2º O prazo para requerer justificativa de ausência é de 2(dois) dias úteis, a contar da data da reunião em que se verificou o fato, quando nem o titular nem o suplente estiverem presentes à reunião.

§ 3º- Nas situações de substituição dos membros do CAE, definidas por este artigo, o segmento representado fará nova indicação, mantida a exigência de nomeação por ato legal emanado do Poder Executivo.

§ 4º- Nos casos de substituição dos conselheiros do CAE, o período do seu mandato será para completar o tempo restante daquele que foi substituído.

CAPÍTULO IV

DA ORGANIZAÇÃO E DAS REUNIÕES

Art. 7º- As reuniões do Conselho de Alimentação Escolar serão realizadas normalmente na sede do órgão de educação do Município, localizada na Prefeitura Municipal no centro de São Pedro de Alcântara, podendo, por decisão de seu Presidente ou do plenário, realizar-se em outro local.

Art. 8º- O Município deverá garantir ao CAE a infraestrutura necessária à plena execução das atividades de sua competência, tais como:

a) local apropriado com condições adequadas para as reuniões do CAE;

b) disponibilidade de equipamentos de informática;

c) transporte para deslocamento dos membros aos locais relativos ao exercício de sua competência; e

d) disponibilidade de recursos humanos necessários às atividades de apoio, visando o desenvolvimento das atividades com competência e efetividade.

Art. 9º- As reuniões serão:

I- Ordinárias - realizadas bimestralmente, com datas definidas previamente;

II- Extraordinárias - convocadas, com antecedência mínima de 48(quarenta e oito) horas, pelo Presidente ou mediante solicitações de pelo menos um terço de seus membros efetivos.

Art. 10- A ordem dos trabalhos será a seguinte:

I - leitura, discussão, votação e assinatura da ata da reunião;

II - comunicações do Presidente e dos membros, incluindo os momentos de encaminhamentos, discussões e votações.

§ 1º- Os encaminhamentos apresentados serão discutidos e votados na reunião em que forem apresentados, podendo, por deliberação do plenário, serem discutidos e votados na reunião seguinte, podendo qualquer membro do Conselho pedir vistas.

§ 2º- Ao anunciar o resultado das votações, o Presidente do conselho declarará a quantidade de votos favoráveis ou em contrário e, em caso de dúvida sobre o resultado, o Presidente do Conselho poderá pedir aos membros que se manifestem novamente.

§ 3º- As decisões do Conselho de Alimentação Escolar serão tomadas por maioria simples, cabendo ao Presidente apenas o voto de desempate.

§ 4º- As decisões do Conselho serão transformadas em resoluções quando necessário.

Art. 11- As reuniões do Conselho serão realizadas observando-se o quórum que deve contar com a presença da metade mais um de seus membros.

§ 1º Se, à hora do início da reunião, não houver quorum suficiente, será aguardada, durante 30 (trinta) minutos, a composição do número legal.

§ 2º- Se passados 30(trinta) minutos do horário marcado para o início da reunião e não houver quórum, o Presidente iniciará a reunião com os presentes.

Art. 12- A convite do Presidente ou por indicação de qualquer membro, poderão tomar parte nas reuniões, com direito a voz, mas sem direito a voto, representantes dos órgãos federais, estaduais e municipais, bem como outras pessoas cuja audiência seja considerada útil para fornecer esclarecimentos e informações.

Art. 13- Serão realizadas visitas às Unidades Educativas, com frequência, de acordo com o calendário/programação organizado pelo CAE ou sempre que for necessário.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS.

Art. 14- Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a firmar Convênio com o Estado, a União, Município ou seus órgãos, objetivando a obtenção de recursos e de assistência técnica na área de pesquisa em alimentação e nutrição, elaboração de cardápios e na

execução de programas relativos à aplicação de recursos destinados à alimentação escolar.

Art. 15- A aprovação deste Regimento Interno bem como sua revisão e reformulação, sempre que houver necessidade de inclusão ou alterações de aspectos considerados essenciais para o bom funcionamento do CAE, somente poderá ocorrer pelo voto de, no mínimo, 2/3(dois terços) dos seus conselheiros titulares.

Art. 16- Os casos omissos e as dúvidas subscritas na execução do presente Regimento Interno serão resolvidos pela diretoria do Conselho e mediante deliberação dos membros do CAE.

Art. 17 - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 18 - Revoga-se o Decreto nº. 099/2013.

Art. 19 - Registre-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de março de 2014.
JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

Portaria 173.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –
Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 173/2014
Exonera SCHEILA DUTRA do cargo de Professora I - Auxiliar de Sala.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar a pedido da servidora, SCHEILA DUTRA do cargo de Professora I - Auxiliar de Sala, contrato de trabalho nº. 031/2014.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de março de 2014.
JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

TERMO DE DESISTÊNCIA PROCESSO SELETIVO EDITAL N.º 001/2013 ANA CAROLINA JUNKES

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro.

TERMO DE DESISTÊNCIA
PROCESSO SELETIVO EDITAL N.º 001/2013

Aos dezoito dias do mês de março do ano de 2014, ANA CAROLINA JUNKES, por livre e espontânea vontade declarou para os devidos fins que DESISTIU da vaga para qual foi aprovada no Processo Seletivo Edital nº. 001/2013, da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, relativo ao cargo de Professora I – Auxiliar de Sala, classificação 05, conforme termo arquivado no Setor de Recursos Humanos do Município.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de março de 2014.

Schroeder

PREFEITURA

Resolução Nº 001/2014

RESOLUÇÃO Nº. 001/2014
PRESTAÇÃO DE CONTAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

O Conselho Municipal de Saúde, por maioria dos votos dos Conselheiros presentes na reunião ordinária do dia 26 de fevereiro de 2014 RESOLVE APROVAR a prestação de contas referentes ao ano de 2013 do Fundo municipal de Saúde de Schroeder.

Assim, o Presidente do Conselho Municipal de Saúde, em cumprimento ao que determina o Parágrafo V do Art. 18 da Lei Municipal nº 1.586 de 05 de outubro de 2007, Assina a presente Resolução do Conselho e a encaminha para que seja devidamente Publicada.

Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 26 de fevereiro de 2014.
Valmor Heins Stricker
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Resolução Nº 02/2014

RESOLUÇÃO Nº. 002/2014
PRESTAÇÃO DE CONTAS DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA REFERENTE AO ANO DE 2013

O Conselho Municipal de Saúde, por maioria dos votos dos Conselheiros presentes na reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde, de 26 de fevereiro de 2014 RESOLVE APROVAR a prestação de contas da vigilância sanitária referente ao ano de 2013.

Assim, o Presidente do Conselho Municipal de Saúde, em cumprimento ao que determina o Parágrafo V do Art. 18 da Lei Municipal nº 1.586 de 05 de outubro de 2007, Assina a presente Resolução do Conselho e a encaminha para que seja devidamente Publicada.

Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 26 de fevereiro de 2014.
Valmor Heins Stricker
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Convocação Concurso Público Nº. 002/2011-Gab/PMS

Convocação Concurso Público nº. 002/2011-GAB/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Sr. ELTON JONI ROMIG, inscrito no CPF sob nº. 051.427.579-04, aprovado em 3º lugar no Concurso Público nº. 002/2011-GAB/PMS, para o cargo de TÉCNICO EM INFORMÁTICA, para assumir o respectivo cargo.

O convocado deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6510), até o dia 26 de março de 2014, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme preveem os itens 9.6 e 9.7, devendo tomar posse da referida vaga até o dia 13 de abril de 2014.

Schroeder (SC), 14 de março de 2014.
Osvaldo Jurck
Prefeito Municipal

Marcos Dellagiustina
Secretário de Planejamento Gestão e Finanças

Portaria Nº. 5.490/2014, de 17 de Março de 2014.

PORTARIA Nº. 5.490/2014, de 17 de março de 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Fica revogada a portaria nº 5.480/2014, tendo em vista o equívoco em sua redação, passando a vigorar a redação seguinte:

Art. 1º ACEITAR o pedido de demissão da funcionária Sra. Daniela da Silva, com efeitos retroativos a partir de 10/03/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 17 de março de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria Nº. 5.491/2014, de 17 de Março de 2014.

PORTARIA Nº. 5.491/14, de 17 de março de 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da funcionária Sra. Luana Nagel de Lima, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 17 de março de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria Nº. 5.492/2014, de 17 de Março de 2014.

PORTARIA Nº. 5.492/2014, de 17 de março de 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Fica revogada a portaria nº 5.485/2014, tendo em vista o equívoco em sua redação, passando a vigorar a redação seguinte:

Art. 1º ACEITAR o pedido de demissão da funcionária Sra. Luciane Jezur, com efeitos retroativos a partir de 12/03/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 17 de março de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ORLANDO TECILLA
Secretário de Saúde e Assistência Social

Publicada por:
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Decreto Nº 2.893/2014 de 12 de Março de 2014

DECRETO Nº 2.893/2014 de 12 de março de 2014

ABRE CRÉDITO ESPECIAL - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.995/2014 de 11 de março de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 360.700,00 (trezentos e sessenta mil e setecentos reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

02.01 - CHEFIA DE GABINETE

02.01.15.451.3014.2.345 - Manutenção das Ações de Segurança no Trânsito

3.3.91.47.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Obrigações Tributárias e Contributivas R\$ 900,00

03 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

03.04 - ADMINISTRAÇÃO

03.04.04.122.3001.2.305 - Manutenção da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças

3.3.91.47.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Obrigações Tributárias e Contributivas R\$ 1.000,00

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.02 - UNID. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.02.08.243.3012.2.333 - Manutenção do Conselho Tutelar

3.3.91.47.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Obrigações Tributárias e Contributivas R\$ 300,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

05.01 - UNID. DE ESPORTE E LAZER

05.01.27.812.3010.2.330 - Manutenção das Atividades Desportivas

3.3.91.47.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Obrigações Tributárias e Contributivas R\$ 2.200,00

05.02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO

05.02.12.122.3001.2.308 - Manutenção das Ações do Gabinete da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

3.3.91.47.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Obrigações Tributárias e Contributivas R\$ 1.200,00

05.02.12.363.3009.2.324 - Manutenção do Ensino Profissionalizante

3.3.91.47.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Obrigações Tributárias e Contributivas R\$ 900,00

05.03 - UNIDADE DE CULTURA

05.03.13.392.3011.2.332 - Manutenção das Ações de Cultura

3.3.91.47.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Obrigações Tributárias e Contributivas R\$ 1.000,00

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

06.01 - UNIDADES DE OBRAS

06.01.15.451.3003.2.311 - Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

3.3.91.47.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Obrigações Tributárias e Contributivas R\$ 900,00

06.02 - UNIDADES DE SERVIÇOS URBANOS

06.02.15.451.3003.2.369 - Manut. do Setor de Planejamento Urbano

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Material de Consumo R\$ 10.000,00

3.1.90.13.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Obrigações Patronais R\$ 60.000,00

3.3.90.46.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Auxílio-Alimentação R\$ 12.000,00

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

06.02 - UNIDADES DE SERVIÇOS URBANOS

06.02.15.451.3003.2.369 - Manut. do Setor de Planejamento Urbano

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 200.000,00

07 - SEC. DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

07.01 - UNID DE AGRICULTURA

07.01.20.606.3004.2.312 - Manutenção do Setor de Agricultura

3.3.91.47.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Obrigações Tributárias e Contributivas R\$ 300,00

08 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

08.01 - DIRETORIA DE SANEAMENTO E ÁGUAS

08.01.17.512.3007.2.316 - Manutenção do Fundo Municipal de Saneamento Básico

4.4.90.51.00.00.00.00 - 00.01.0224 - Obras e Instalações R\$ 70.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

02.01 - CHEFIA DE GABINETE

02.01.15.451.3014.2.345 - Manutenção das Ações de Segurança no Trânsito

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Material de Consumo R\$ 900,00

03 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

03.04 - ADMINISTRAÇÃO

03.04.04.122.3001.2.305 - Manutenção da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Material de Consumo R\$ 1.000,00

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.02 - UNID. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.02.08.243.3012.2.333 - Manutenção do Conselho Tutelar

4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 300,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

05.01 - UNID. DE ESPORTE E LAZER

05.01.27.812.3010.2.330 - Manutenção das Atividades Desportivas

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 2.200,00

05.02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO

05.02.12.122.3001.2.308 - Manutenção das Ações do Gabinete da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 1.200,00

05.02.12.363.3009.2.324 - Manutenção do Ensino Profissionalizante

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 900,00

05.03 - UNIDADE DE CULTURA

05.03.13.392.3011.2.332 - Manutenção das Ações de Cultura

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 1.000,00

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

06.01 - UNIDADES DE OBRAS

06.01.15.451.3003.2.311 - Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

3.3.90.46.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Auxílio-Alimentação R\$ 12.000,00

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Material de Consumo R\$ 10.000,00

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

06.01 - UNIDADES DE OBRAS

06.01.15.451.3003.2.311 - Manutenção da Secretaria de Obras e



Serviços Urbanos

3.1.90.13.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Obrigações Patronais R\$ 60.000,00
 3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 200.000,00
 3.3.90.36.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 900,00

07 - SEC. DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO
 07.01 - UNID DE AGRICULTURA
 07.01.20.606.3004.2.312 - Manutenção do Setor de Agricultura
 3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Material de Consumo R\$ 300,00

08 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
 08.01 - DIRETORIA DE SANEAMENTO E ÁGUAS
 08.01.17.512.3007.2.316 - Manutenção do Fundo Municipal de Saneamento Básico
 3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0224 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 70.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 12 de março de 2014.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Decreto Nº 2.894/2014 de 12 de Março de 2014

DECRETO Nº 2.894/2014 de 12 de março de 2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.995/2014 de 11 de março de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 398.527,15 (trezentos e noventa e oito mil quinhentos e vinte e sete reais e quinze centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
 05.02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO
 05.02.12.365.3009.2.322 - Manutenção do Centro de Educ. Infantil
 3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0022 - Material de Consumo R\$ 30.000,00
 3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0022 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 30.000,00

05.04 - UNIDADE DO FUNDEB
 05.04.12.361.3009.2.364 - Manutenção Ensino Fundamental FUNDEB
 3.3.90.46.00.00.00.00 - 00.01.0019 - Auxílio-Alimentação R\$ 144.555,17
 05.04.12.365.3009.2.365 - Manutenção Educ Infantil FUNDEB
 3.3.90.46.00.00.00.00 - 00.01.0019 - Auxílio-Alimentação R\$ 124.644,24

05.04.12.365.3009.2.366 - Manutenção do Pré-Escolar Municipal FUNDEB

3.3.90.46.00.00.00.00 - 00.01.0019 - Auxílio-Alimentação R\$ 69.327,74

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
 05.02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO
 05.02.12.361.3009.1.321 - Reforma, Ampliação e Construção de Quadras
 4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.01.0022 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 60.000,00

05.04 - UNIDADE DO FUNDEB
 05.04.12.361.3009.2.364 - Manutenção Ensino Fundamental FUNDEB
 3.3.90.46.00.00.00.00 - 00.01.0018 - Auxílio-Alimentação R\$ 104.555,17
 05.04.12.365.3009.2.365 - Manutenção Educ Infantil FUNDEB
 3.3.90.46.00.00.00.00 - 00.01.0018 - Auxílio-Alimentação R\$ 124.644,24
 3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0018 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 45.000,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
 05.04 - UNIDADE DO FUNDEB
 05.04.12.365.3009.2.366 - Manutenção do Pré-Escolar Municipal FUNDEB
 3.3.90.46.00.00.00.00 - 00.01.0018 - Auxílio-Alimentação R\$ 64.327,74

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 12 de março de 2014.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Extrato do Contrato Registro de Preços Nº. 38/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato Registro de Preços nº. 38/2014-PMS

Processo Licitatório nº. 20/2014-PMS

Pregão Presencial Registro de Preço nº. 09/2014-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: LM LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA. - ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 04.731.383/0001-29, estabelecida



na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3409, centro, na cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000.

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para realização de exames laboratoriais para Carteiras de Saúde (serventes, auxiliares de serviços gerais I e professores que manipulam alimentos (servem) nos CEIM's) da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder /SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO IX - Termo de Referência, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrita fosse, sendo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Cultura de secreção de OROFARINGE em meio de cultura específico para S. pyogenes (beta hemolítico do grupo A)	110	Unidade	7,50	825,00
02	EPF - Exame parasitológico de fezes simples (apenas uma amostra coletada em frasco de polipropileno com tampa rosca de aproximadamente 80 ml)	110	Unidade	2,5	275,00
TOTAL R\$					1.100,00

Valor do contrato: R\$ 1.100,00 (um mil e cem reais)

Data da Assinatura: 18/03/2014 – Vigência: 18/03/2015

Oswaldo Jurck
Prefeito Municipal

Edital de Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2014 – Secel/PMS (Resultado Final E Classificação Geral)

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2014 – SECEL/PMS
RESULTADO FINAL E CLASSIFICAÇÃO GERAL

Cargo	Nome	Nota Final	Classificação
Auxiliar de Sala - Geral	Cleia Aparecida Budal	9,24	1º
Auxiliar de Sala - Geral	Thabata Gomes Borchardt	8,58	2º
Auxiliar de Sala - Geral	Maria Das Graças Campos Oliveira	8,25	3º

Auxiliar de Sala - Geral	Edcleia Ramos Dos Santos Hubner	8,25	4º
Auxiliar de Sala - Geral	Patrícia Sandy Nogueira	8,25	5º
Auxiliar de Sala - Geral	Ana Claudia Feo	8,25	6º
Auxiliar de Sala - Geral	Dominiquea Cosmo De Souza	7,92	7º
Auxiliar de Sala - Geral	Semiramis Baier Puttendorf Mundel	7,59	8º
Auxiliar de Sala - Geral	Claudete Duarte	7,36	9º
Auxiliar de Sala - Geral	Nilsa Nilva Schultz Machado	7,26	10º
Auxiliar de Sala - Geral	Elizabeth Mendes Dos Santos	6,60	11º
Auxiliar de Sala - Geral	Adriana Prestes De Souza	6,60	12º
Auxiliar de Sala - Geral	Jhenifer Cristina Zen	6,60	13º
Auxiliar de Sala - Geral	Gesiele Cristina Zanluca	6,57	14º
Auxiliar de Sala - Geral	Gudrun Martina Gutz	5,61	15º
Auxiliar de Serviços Gerais I - Geral	Jumara Da Silva França Diogo	6,27	1º
Auxiliar de Serviços Gerais I - Geral	Alice Furtado	5,61	2º
Servente - Geral	Sandra Izabel Marques	6,93	1º
Servente - Geral	Josi Maria Michelson	6,93	2º
Servente - Geral	Sandra Kelly Linzmeyer	5,94	3º
Auxiliar de Biblioteca - Geral	Marizete Aparecida Dos Santos Hoeft	8,25	1º
Auxiliar de Biblioteca - Geral	Jivago Campos Oliveira	7,92	2º
Auxiliar de Biblioteca - Geral	Diogo Luís Lombardi	7,92	3º
Auxiliar de Biblioteca - Geral	Sandra Von Den Bylaardt Vogel	7,92	4º
Auxiliar de Biblioteca - Geral	Nadia Cristina Gaedke Raiter	7,92	5º
Auxiliar de Biblioteca - Geral	Suzana Mara Murara Demathé	7,59	6º
Auxiliar de Biblioteca - Geral	Franciele Mara Thomsen	7,59	7º
Auxiliar de Biblioteca - Geral	Natalia Nissola Teixeira	7,59	8º
Auxiliar de Biblioteca - Geral	Denise Kurten	7,26	9º
Auxiliar de Biblioteca - Geral	Gisele Mari Ferreira Dos Santos	7,26	10º
Auxiliar de Biblioteca - Geral	Irene Liara Heck Vaz	6,93	11º
Auxiliar de Biblioteca - Geral	Charlene Aparecida Ferreira Scoz	6,93	12º

Auxiliar de Biblioteca - Geral	Milena Romaneli Cruz Gruber Colação	6,60	13º
Auxiliar de Biblioteca - Geral	Jean Carlo Maffezzolli Possamai	6,60	14º
Auxiliar de Biblioteca - Geral	Viviane Xavier	6,60	15º
Auxiliar de Biblioteca - Geral	Pâmela Kelly Ozeika Da Luz	6,60	16º
Auxiliar de Biblioteca - Geral	Eliane Meschke	6,27	17º
Auxiliar de Biblioteca - Geral	Letícia Severo Dos Santos	6,27	18º
Auxiliar de Biblioteca - Geral	Juliane Cristina Do Rosário	6,27	19º
Auxiliar de Biblioteca - Geral	Edilson Ropelato Lenhardt	5,94	20º
Auxiliar de Biblioteca - Geral	Allana Ferreira Boschen	5,94	21º
Auxiliar de Biblioteca - Geral	Carmelita Angelica De Oliveira	5,61	22º
Auxiliar de Biblioteca - Geral	Rosemar Silveira	5,61	23º
Auxiliar de Biblioteca - Geral	Silvana Dos Santos	5,61	24º
Auxiliar de Biblioteca - Geral	Lohaine Giuliane Pommerening	5,61	25º
Auxiliar de Biblioteca - Geral	Gabbi Cristina Jahn	5,28	26º
Auxiliar de Biblioteca - Geral	Erica Roberta De Oliveira	5,28	27º
Professor B: Ensino Fundamental (Anos Iniciais)	Cristiane Gonçalves De Jesus	7,53	1º
Professor B: Ensino Fundamental (Anos Iniciais)	Susiane Dos Santos Blasius	7,20	2º
Professor B: Ensino Fundamental (Anos Iniciais)	Elisane De Lourdes Morsch	7,03	3º
Professor B: Ensino Fundamental (Anos Iniciais)	Marilene Kátia Mielke	6,87	4º
Professor B: Ensino Fundamental (Anos Iniciais)	Rose Marli Tomasselli	6,85	5º
Professor B: Ensino Fundamental (Anos Iniciais)	Juliane Carina De Souza	6,60	6º
Professor B: Ensino Fundamental (Anos Iniciais)	Adler Hinkel Luckner de Souza	6,60	7º
Professor B: Ensino Fundamental (Anos Iniciais)	Asta Schroeder Kretzer	6,60	8º
Professor B: Ensino Fundamental (Anos Iniciais)	Ana Carla Vogel	6,60	9º
Professor B: Ensino Fundamental (Anos Iniciais)	Cristina Kleinschmidt Do Amarante	5,28	10º
Professor B: Ensino de Educação Infantil	Carina Piecharki	9,24	1º

Professor B: Ensino de Educação Infantil	Gabriela Golfetto	7,69	2º
Professor B: Ensino de Educação Infantil	Enekely Zimmermann	7,66	3º
Professor B: Ensino de Educação Infantil	Marlei Fatima Munbach Karsten	7,59	4º
Professor B: Ensino de Educação Infantil	Patricia De Lima	7,56	5º
Professor B: Ensino de Educação Infantil	Marlei Pauli Norisada Dos Santos	7,26	6º
Professor B: Ensino de Educação Infantil	Ilete Riegel Junckes	6,70	7º
Professor B: Ensino de Educação Infantil	Lilia Klaumann Renkaveski	6,47	8º
Professor B: Ensino de Educação Infantil	Laureci Da Silva Frogel	5,61	9º
Professor C: Ensino de Educação Infantil	Veridiana Michelle Metzner	8,68	1º
Professor C: Ensino de Educação Infantil	Lindonor Neves Praxedes	8,46	2º
Professor C: Ensino de Educação Infantil	Abigail Regina Blaka	8,36	3º
Professor C: Ensino de Educação Infantil	Eliane Maciel	8,03	4º
Professor C: Ensino de Educação Infantil	Sirlene Pavarin Maciel	8,03	5º
Professor C: Ensino de Educação Infantil	Nilena Jacklin Dos Santos	7,92	6º
Professor C: Ensino de Educação Infantil	Erivete Da Silva Martins	7,86	7º
Professor C: Ensino de Educação Infantil	Evelin Antunes	7,69	8º
Professor C: Ensino de Educação Infantil	Aliny Rebeque Cristo Gracioli	7,69	9º
Professor C: Ensino de Educação Infantil	Rosilma De Fatima Bueno Gracioli	7,30	10º
Professor C: Ensino de Educação Infantil	Jéssica Teixeira	6,93	11º
Professor C: Ensino de Educação Infantil	Lucineide Garibaldi Quintino Rochimback	6,90	12º
Professor C: Ensino de Educação Infantil	Rita De Cássia Da Silva Hildebrando Pohl	6,60	13º

Professor C: Ensino de Educação Infantil	Losangela Belers	5,94	14º
Professor C: Ensino de Educação Infantil	Gislaine Petris	5,61	15º
Professor C: EF Anos Finais - Ciências	Gustavo Luís Deretti	7,75	1º
Professor C: EF Anos Finais - Ciências	Andréia Rafaelli	5,61	2º
Professor C: EF Anos Finais - Matemática	Dalila Simone de Almeida	9,05	1º
Professor C: EF Anos Finais - História	Gleison da Silva Collares	7,59	1º
Professor C: EF Anos Finais - História	Luis Fernando Gois da Luz	5,94	2º

Schroeder (SC), 19 de Março de 2014.
Comissão Organizadora Processo Seletivo Simplificado
Município de Schroeder

Resolução Nº 001/2014 - CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 001/2014 - CMDCA

O Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Schroeder/SC, no exercício de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Federal nº 8.069/90 de e na Lei Municipal nº 1.628/07 e suas alterações e de acordo com a Reunião Extraordinária, Ata nº 03, de 20 de fevereiro de 2014, e:

CONSIDERANDO:

I – A Resolução do CONANDA nº 137, de 21 de janeiro de 2010, que dispõe sobre parâmetros para criação e funcionamento dos Fundos Nacionais, Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências;

II – Que cabe ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA - deliberar e controlar as ações da política municipal de atendimento à criança e ao adolescente e deliberar acerca da utilização dos recursos do Fundo da Infância e Adolescência – FIA;

III – Que cabe ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA fiscalizar o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e definir as políticas de captação de recursos, administração e a aplicação dos mesmos em cada exercício;

DELIBERA:

Artigo 1º: Aprovação das contas do Fundo da Infância e Adolescência de Schroeder – FIA, assim como os investimentos na manutenção do conselho tutelar, do ano de 2013.

Artigo 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Schroeder, 20 de fevereiro de 2014.
José Luiz Sacoman Maitê Zanella Bridaroli
Presidente Secretária Geral

Resolução Nº 002/2014 - CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 002/2014 – CMDCA

Dispõe sobre a prorrogação do mandato dos Conselheiros Tutelares do Município de Schroeder.

O Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Schroeder/SC, no exercício de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Federal nº 8.069/90 de e na Lei Municipal nº 1.628/07 e suas alterações e de acordo com a Reunião Extraordinária, Ata nº 03, de 20 de fevereiro de 2014, e:

CONSIDERANDO:

Que a Lei 8069/90, teve os artigos 132, 134, 135 e 139 modificados pela Lei 12.696/2012, onde estabelece que o mandato dos Conselheiros Tutelares, será de 4 anos com eleições popular;

Que a Lei Municipal deverá se adequar a nova regulamentação da Lei vigente e o mandato dos atuais conselheiros encerra em 14 de junho de 2014, não tendo tempo hábil para modificar a Lei;

Que em outubro de 2015 haverá eleições unificadas em todo território nacional, com isso os conselheiros tutelares que seriam eleitos em novo pleito, não cumpririam o mandato estipulado pela nova Lei vigente;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o mandato dos atuais conselheiros tutelares, eleitos em 2011, de 15 de junho até dia 10 de janeiro de 2016, no ato da posse dos novos conselheiros eleitos através de eleições unificadas em todo território nacional, conforme prevê os artigos 139 § 1º e § 2º da Lei 12.696/2012.

Art. 2º Os conselheiros tutelares Nilda Gaedke Lindner, Marcia Alice Lange e Vanderlei Clever Junkes, permanecem em seus cargos até a eleição e posse dos novos conselheiros tutelares, conforme previsto na Lei referida no artigo anterior e aprovação unânime do CMDCA – Schroeder na reunião de 20/02/2014;

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Schroeder, 20 de fevereiro de 2014.
José Luiz Sacoman Maitê Zanella Bridaroli
Presidente Secretária Geral

Resolução Nº 003/2014 - CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 003/2014 - CMDCA

O Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Schroeder/SC, no exercício de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Federal nº 8.069/90 de e na Lei Municipal nº 1.628/07 e suas alterações e de acordo com a Reunião ordinária, Ata nº 04, de 18 de março de 2014, e:

CONSIDERANDO:

I – A Resolução do CONANDA nº 137, de 21 de janeiro de 2010, que dispõe sobre parâmetros para criação e funcionamento dos Fundos Nacionais, Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências;

II – Que cabe ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA - deliberar e controlar as ações da política municipal de atendimento à criança e ao adolescente e deliberar acerca da utilização dos recursos do Fundo da Infância e Adolescência – FIA;

DELIBERA:

Artigo 1º: Estabelecer o Plano de Ação e Aplicação que dispõe sobre as diretrizes, metas e recursos para a área do atendimento à Criança e Adolescente para o ano de 2014.

Artigo 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Schroeder, 18 de março de 2014.

José Luiz Sacoman
Presidente

Maitê Zanella Bridaroli
Secretária Geral

Ata Registro de Preços Pregão Presencial 09/2014-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2014

Página: 1/3

Número do Registro de Preços: 9/2014		Data do Registro: 18/03/2014		Válido até: 18/03/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para realização de exames laboratoriais para Carreiras de Saúde (serventes, auxiliares de serviços gerais I e professores que manipula							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Cultura de secreção de OROFARINGE em meio de cultura específico para S. pyogenes (beta hemolítico do grupo A)	UN	LM LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS LTDA ME (10815)		0	7.5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2014

Número do Registro de Preços: 9/2014		Data do Registro: 18/03/2014		Válido até: 18/03/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para realização de exames laboratoriais para Carteiras de Saúde (serventes, auxiliares de serviços gerais I e professores que manipula							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
2	PF - Exame parasitológico de fezes simples (apenas uma amostra coletada em frasco de polipropileno com tampa rosca de aproximadamente 80 ml)	UN	LM LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS LTDA ME (10815)		0	2.5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2014

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 9/2014 Data do Registro: 18/03/2014 Válido até: 18/03/2015

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para realização de exames laboratoriais para Carteiras de Saúde (serventes, auxiliares de serviços gerais l e professores que manipula

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 9/2014
PROCESSO Nº 20/2014

(10815) - LM LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS LTDA ME

Schroeder, 18 de Março de 2014.

Serra Alta

PREFEITURA

Extrato Pregão Presencial Nº 020-2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
AVISO DE LICITAÇÃO:
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2014

Tipo: Menor Preço/Por item.

OBJETO: Contratação de Serviços de Engenheiro (a) Civil, com carga horária de 32 horas semanais, para atuar junto aos Departamentos da estrutura organizacional do Município de Serra Alta. Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 01 de Abril de 2014.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 01 de Abril de 2014. O Edital se encontra disponível na Prefeitura e no site <http://www.serraalta.sc.gov.br/>

ou maiores informações no seguinte endereço e horário: Av.Dom Pedro II, nº 830,

nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

SERRA ALTA, 19 de março de 2014.
BELAMAR LÚCIA GHIDINI TEODORO
PREFEITA EM EXERCÍCIO

Decreto Nº 062/2014

DECRETO Nº 062/2014 DE 17 DE MARÇO DE 2014.
"Concede Licença Saúde à Servidora ROSANE SBEGHEN GIARETTA e dá outras providências"

BELAMAR LÚCIA GHIDINI TEODORO, Prefeita de Serra Alta (em exercício), Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas na Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida Licença Saúde, a Servidora ROSANE SBEGHEN GIARETTA, conforme atestado médico de 12/03/2014, CID D26+2540 até a emissão do Laudo Pericial do INSS com a Cessação do benefício, a mesma é ocupante do Cargo de Auxiliar de Enfermagem, nível 22 do Grupo 2 - SAU, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, conforme Plano de Cargos e Remuneração da Prefeitura Municipal de Serra Alta.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo efeitos a partir de 12 de março de 2014, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013. Revogando-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 17 de Março de 2014
BELAMAR LÚCIA GHIDINI TEODORO
Prefeita de Serra Alta (em exercício)

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração

Lei Municipal 984/2014

LEI MUNICIPAL Nº 984 de 17 de março de 2014.

"DISPÕE SOBRE APROVAÇÃO DO LOTEAMENTO SÃO LUIZ E A DENOMINAÇÃO DAS RESPECTIVAS RUAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

BELAMAR LUCIA GHIDINI TEODORO, Prefeita Municipal de Serra Alta em exercício, - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aprovado o Loteamento denominado LOTEAMENTO "SÃO LUIZ", com área total de 46.357,00, MATRÍCULA 3.431, por atender os requisitos constantes na Lei Federal nº 6766/79 e Lei Estadual nº 6063/82.

Art. 2º Fica o Proprietário responsável pela infra-estrutura de vias de circulação do loteamento, demarcação dos lotes, quadras e logradouros e das obras de escoamento das águas pluviais, instalação de rede de abastecimento de água e rede de energia elétrica do loteamento.

Parágrafo único O proprietário, no prazo de 02 (dois) anos da publicação da presente Lei, deverá concluir as obras de infra-estrutura mínima, exigidas pela Lei Estadual.

Art. 3º A despesa decorrente da aplicação desta Lei, correrá por conta do proprietário do Loteamento.

Art. 4º As vias públicas integrantes do Loteamento São Luiz, do Município de Serra Alta, passam a ter a denominação conforme discriminação a seguir:

I – Fica denominada Rua Projetada 01: RUA ADOLFO ZANCO
II – Fica denominada Rua Projetada 04: RUA HENRIQUE JULIO GIRELLI
III – Fica denominada Rua Projetada 05: RUA LUIZ BAESSO
IV - Fica denominada Rua Projetada 06: RUA ARISTIDES JOSÉ MOTTER

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013 de 22 de Maio de 2013.

Art. 6º Revogando-se as demais disposições em contrário em especial a Lei 959 de 19/06/2013.

Gabinete da Prefeita, 17 de março de 2014.
BELAMAR LÚCIA GHIDINI TEODORO
Prefeita em exercício

Registrada e publicada em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração

Relação de Compras FMS - Fevereiro 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL SAUDE SERRA ALTA

Página: 1/4

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
BREGOMAR VEICULOS LTDA	AQUIÇÃO DE UM VEÍCULO AUTOMOTOR NOVO, ZERO KM, 04 PORTAS, ANOMODELO: 2014, COR: BRANCA, CAPACIDADE DE TRANSPORTE PARA 07(SETE) PESSOAS, DIREÇÃO HIDRÁULICA, INJEÇÃO ELETRÔNICA DE COMBUSTÍVEL, MOTOR COM CAPACIDADE NO MÍNIMO 1.8 FLEX (GASOLINA E ALCOOL), EQUIPADO COM AR CONDICIONADO, POTÊNCIA MÍNIMA DE 106CV E TORQUE MÍNIMO DE 161 MKGF, CÂMBIO AUTOMÁTICO, COMPUTADOR DE BORDO, FREIOS ABS, AIR BAG DUPLO MOTORISTA E PASSAGEIRO, PILOTO AUTOMÁTICO, VIDROS E TRAVAS ELÉTRICAS, ALARME, RETROVISORES ELÉTRICOS, FAROL DE NEBLINA, APARELHO DE SOM COM RÁDIO AM/FM COM ENTRADA USB E LEITOR DE CD/BLUETOOTH, SENSOR DE ESTACIONAMENTO, TANQUE DE COMBUSTÍVEL COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 50 LITROS, TRANSMISSÃO AUTOMÁTICA DE SEIS VELOCIDADES OPÇÃO DE TROCA MANUAL DE MARCHAS, CONJUNTO DE 04 ALTO FALANTES, ANTENA NO TETO, ENCOSTO DE CABEÇA DOS BANCOS AJUSTÁVEIS/REMOVÍVEIS, TERCEIRA FILEIRA DE BANCOS REBATÍVEL EM NO MÍNIMO 2 POSIÇÕES E DOIS APOIOS PARA CABEÇA COM REGULAGEM DE ALTURA, TRAVAS ELÉTRICAS DAS PORTAS E TAMPA DO PORTA-MALAS, FARÓIS DE NEBLINA, LIMPADOR E DESEMBACADOR DO VIDRO TRASEIRO, CINTOS DE SEGURANÇA COM REGULAGEM DE ALTURA, PNEUS RADIAIS NOVOS, TODOS OS EQUIPAMENTOS DEVERÃO SER ORIGINAIS DE FÁBRICA E COM TODOS OS DEMAIS ITENS DE SÉRIE E DEMAIS EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS POR LEI.	104	1,000	60.000,0000	60.000,00
LABORATORIO FADK LTDA ME - FILIAL	ÁCIDO ÚRICO	103	200,000	2,0200	404,00
LABORATORIO FADK LTDA ME - FILIAL	ALBUMINA	103	50,000	2,0000	100,00
LABORATORIO FADK LTDA ME - FILIAL	AMILASE	103	50,000	2,4600	123,00
LABORATORIO FADK LTDA ME - FILIAL	ANTI Hbc IgM	103	30,000	20,3000	609,00
LABORATORIO FADK LTDA ME - FILIAL	ANTI Hbc-IgG	103	30,000	20,3000	609,00
LABORATORIO FADK LTDA ME - FILIAL	ANTI hbe	103	20,000	8,0000	160,00
LABORATORIO FADK LTDA ME - FILIAL	ANTI HBS - ANTICORPOS CONTRA ANTÍGENO "S"	103	300,000	20,3000	6.090,00
LABORATORIO FADK LTDA ME - FILIAL	ANTI Hcv	103	50,000	20,3000	1.015,00
LABORATORIO FADK LTDA ME - FILIAL	ANTI HVA IGG	103	30,000	20,3000	609,00
LABORATORIO FADK LTDA ME - FILIAL	ANTI HVA IGM	103	30,000	20,3000	609,00
LABORATORIO FADK LTDA ME - FILIAL	ANTIBIOGRAMA	103	250,000	5,4500	1.362,50
LABORATORIO FADK LTDA ME - FILIAL	ASLO	103	100,000	3,1000	310,00
LABORATORIO FADK LTDA ME - FILIAL	BETA HCG	103	200,000	8,6000	1.720,00
LABORATORIO FADK LTDA ME - FILIAL	BILIRUBINA	103	70,000	2,2000	154,00
LABORATORIO FADK LTDA ME - FILIAL	CA125	103	40,000	8,0000	320,00
LABORATORIO FADK LTDA ME - FILIAL	CÁLCIO	103	30,000	2,0200	60,60
LABORATORIO FADK LTDA ME - FILIAL	CITOMEGALOVÍRUS IgG	103	30,000	12,0000	360,00
LABORATORIO FADK LTDA ME - FILIAL	CITOMEGALOVÍRUS IgM	103	30,000	12,7500	382,50
LABORATORIO FADK LTDA ME - FILIAL	CLAMÍDIA IgG	103	20,000	12,0000	240,00
LABORATORIO FADK LTDA ME - FILIAL	CLAMÍDIA IgM	103	20,000	12,0000	240,00
LABORATORIO FADK LTDA ME - FILIAL	COAGULOGRAMA (T.Sang. T.Coag. P.Laço. Ret.Coag	103	100,000	0,9000	90,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL SAUDE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 2/4

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	COLESTEROL (Hdl)	103	1.000,000	2,8500	2.850,00
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	COLESTEROL (Ldl)	103	1.000,000	3,8500	3.850,00
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	COLESTEROL (Vldl)	103	1.000,000	6,0000	6.000,00
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	COLESTEROL TOTAL	103	1.200,000	2,0200	2.424,00
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	COLINSTERASE	103	15,000	3,0000	45,00
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	COOMBS DIRETO	103	10,000	10,0000	100,00
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	COOMBS INDIRETO	103	10,000	17,9000	179,00
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	CORTISOL	103	40,000	10,8000	432,00
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	CPK NAC	103	30,000	4,0300	120,90
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	CREATININA	103	600,000	2,0200	1.212,00
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	CULTURA (URUCULTURA)	103	200,000	6,1500	1.230,00
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	CULTURA DE FEZES PARA SALMONELA	103	20,000	16,4500	329,00
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	CURVA GLICEMICA CLÁSSICA 5 DOSAGEM ORAL	103	30,000	10,9000	327,00
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	ESPERMA (CULTURA)	103	15,000	10,9000	163,50
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	ESPERMOGRAMA	103	30,000	30,0000	900,00
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	ESPERMOGRAMA PÓS VASECTOMIA	103	20,000	1,0000	20,00
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	ESTRADIOL	103	40,000	11,1500	446,00
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	FAN (FATOR ANTI NUCLEAR)	103	30,000	18,8000	564,00
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	FATOR REUMATÓIDE, TESTE DO LATEX	103	100,000	3,1000	310,00
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	FERRITINA	103	120,000	17,1000	2.052,00
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	FERRO SERICO	103	50,000	3,8500	192,50
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	FOSFATASE ALCALINA	103	200,000	2,2000	440,00
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	FÓSFORO	103	20,000	2,0200	40,40
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	FSH (HORMONIO FOLÍCULO ESTIMULANTE)	103	40,000	8,6500	346,00
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	GAMA GLUTAMIL TRANSFERASE - GAMA GT	103	200,000	3,8500	770,00
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	GLICOSE	103	1.500,000	2,0200	3.030,00
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	GRAM	103	50,000	7,9000	395,00
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	GRUPO SANGÜÍNEO FATOR RH	103	100,000	1,4900	149,00
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	HBEAG	103	20,000	12,0000	240,00
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	HBSAG	103	400,000	20,3000	8.120,00
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	HEMOGLOBINA GLICOSADA	103	200,000	8,6000	1.720,00
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	HEMOGRAMA COMPLETO	103	1.500,000	4,5000	6.750,00
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	HIV	103	400,000	10,0000	4.000,00
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	KPTT	103	150,000	6,3000	945,00
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	LDH-LACTATO DISIDROGENASE	103	40,000	5,0000	200,00
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	LEUCÓCITOS FECAIS	103	50,000	1,8000	90,00
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	LH (HORMÔNIO LUTEINIZANTE)	103	40,000	9,8500	394,00
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	LIPÍDIOS TOTAIS	103	20,000	4,4000	88,00
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	MAGNÉSIO	103	20,000	2,2000	44,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL SAUDE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 3/4

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	MICOLÓGICO A FRESCO	103	40,000	6,0000	240,00
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	MICROBIOLOGICO A FRESCO	103	30,000	3,0000	90,00
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	MONONUCLEOSE	103	25,000	17,9000	447,50
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	MUCOPROTEINA	103	15,000	9,0000	135,00
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	PARASITOLÓGICO (EPF)	103	300,000	1,8000	540,00
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	PLAQUETAS	103	1,500,000	2,9900	4,485,00
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	POTÁSSIO (K)	103	250,000	2,0200	505,00
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	PROGESTERONA	103	40,000	10,0000	400,00
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	PROLACTINA	103	40,000	11,1400	445,60
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	PROTEÍNA C REATIVA, DETERMINAÇÃO QUANTITATIVA	103	350,000	3,1000	1,085,00
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	PROTEÍNAS TOTAIS E FRAÇÕES	103	20,000	1,5300	30,60
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	PSA LIVRE	103	300,000	12,5000	3,750,00
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	PSA TOTAL	103	700,000	18,0000	12,600,00
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	RETICULOCITOS	103	20,000	2,9900	59,80
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	RETRAÇÃO DE COÁGULO	103	100,000	7,5000	750,00
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	ROTAVÍRUS	103	15,000	8,9900	134,85
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	RUBÉOLA IGG	103	60,000	18,8000	1,128,00
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	RUBÉOLA IGM	103	60,000	18,8000	1,128,00
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	SANGUE OCULTO	103	60,000	1,8000	108,00
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	SECREÇÃO (CULTURA)	103	40,000	18,0000	720,00
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	SÓDIO (NA)	103	250,000	2,0200	505,00
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	T3 LIVRE	103	20,000	10,0000	200,00
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	T3 TOTAL	103	60,000	10,0000	600,00
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	T4 LIVRE	103	300,000	12,7000	3,810,00
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	T4 TOTAL	103	60,000	9,6000	576,00
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	TAP (TEMPO DE ATIVAÇÃO DE PROTOMBINA)	103	150,000	2,9900	448,50
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	TEMPO DE COAGULAÇÃO	103	100,000	2,9900	299,00
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	TEMPO DE SANGIA	103	100,000	2,9900	299,00
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	TESTE DE TOLERÂNCIA A GLICOSE	103	150,000	7,1500	1,072,50
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	TESTOSTERONA LIVRE	103	50,000	8,0000	400,00
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	TESTOSTERONA TOTAL	103	50,000	11,4000	570,00
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	TGO	103	600,000	2,2000	1,320,00
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	TGP	103	600,000	2,2000	1,320,00
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	TOXOPLASMOSE IF-HGG	103	60,000	18,6000	1,116,00
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	TOXOPLASMOSE IF-HGM	103	60,000	20,3000	1,218,00
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	TRIGLICÉRIDEOS	103	1,200,000	3,8500	4,620,00
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	Tsh - HORMÔNIO ESTIMULANTE TIREÓIDE	103	700,000	9,8000	6,860,00
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	URÉIA - 1031	103	350,000	2,0200	707,00
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	URINA (EQU)	103	1,000,000	4,0500	4,050,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL SAUDE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 4/4

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	VDRL SIFILIS	103	400,000	4,1000	1,640,00
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	VHS (HEMOSSEDIMENTAÇÃO)	103	200,000	2,9900	598,00
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	VITAMINA B 12	103	25,000	16,7500	418,75
LABORATÓRIO FADK LTDA ME - FILIAL	X CEA (ANTÍGENO CARCINOEMBRIOGÊNICO)	103	60,000	24,9000	1,494,00
Total Geral do Mês -->					190.000,00

Relação de Compras PM - Fevereiro 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA

Página: 1/5

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
CASA DAS MASSAS SERRA ALTA LTDA	PÃO DE FORMA FATIADO INTEGRAL CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS	260	370,000	3,5000	1.295,00
CASA DAS MASSAS SERRA ALTA LTDA	PÃO HOT DOG CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS	260	300,000	6,5000	1.950,00
CASA DAS MASSAS SERRA ALTA LTDA	PAO TIPO MINI HOT DOG	260	300,000	5,8000	1.740,00
CASA DAS MASSAS SERRA ALTA LTDA	PAO TIPO MINI MASSINHA INTEGRAL	260	300,000	6,8000	2.040,00
CIDEMA - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DESEN'	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO CONSÓCIO INTERMUNICIPAL - CIDEMA		12,000	550,0000	6.600,00
CIDEMA - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DESEN'	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROSUASA		12,000	1.000,0000	12.000,00
EMERSON BACK	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITOR DE ATIVIDADES ESPORTIVAS	354	10,000	3.530,0000	35.300,00
FABIANA PARIZOTTO	INSTRUTORA DE ATIVIDADES ESPORTIVAS	355	10,000	2.600,0000	26.000,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	ABACAXI	259	330,000	3,4000	1.122,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	ABÓBORA COMUM	279	30,000	2,4900	74,70
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	ACHOCOLATADO EM PÓ - INGREDIENTES BÁSICOS:	279	30,000	5,0000	150,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	AÇUCAR COM AS SEGUINTES CARACTERÍSTICAS	259	180,000	7,4000	1.332,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	ADOÇANTE DIETÉTICO NATURAL	259	6,000	2,9500	17,70
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	ADOÇANTE DIETÉTICO NATURAL	279	6,000	3,4900	20,94
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	AIPIM CONGELADO	259	250,000	3,2000	800,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	AIPIM CONGELADO	279	50,000	3,9000	195,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	AMIDO DE MILHO COM AS SEGUINTES CARACTERÍSTICAS:	259	120,000	3,8400	460,80
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	ARROZ BRANCO - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:	259	40,000	9,2500	370,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	ARROZ INTEGRAL - LONGO FINO, TIPO 1 INTEGRAL	259	20,000	2,7500	55,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	ARROZ TIPO I PARBOILIZADO	259	50,000	8,9800	449,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	ARROZ TIPO I PARBOILIZADO	279	30,000	8,5000	255,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	AVEIA EM FLOCOS FINOS	279	20,000	4,9800	99,60
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	BANANA DA TERRA	279	200,000	1,4500	290,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	BANANA PRATA	259	400,000	2,7500	1.100,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	BATATA DOCE	279	80,000	2,8000	224,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	BATATA INGLESA	258	750,000	2,2900	1.717,50
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	BATATA INGLESA	279	250,000	2,2900	572,50
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	BATATA SALSA	259	200,000	8,2000	1.640,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	BEBIDA DE SOJA SABORES DIVERSOS	259	50,000	3,1000	155,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	BETERRABA	279	50,000	2,6000	130,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	BISCOITO CREAM CRACKER INTEGRAL	279	230,000	3,5000	805,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	BRÓCOLIS	279	50,000	3,5000	175,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	CAFÉ SOLÚVEL GRANULADO	259	120,000	6,5400	784,80
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	CAFÉ SOLÚVEL GRANULADO	279	25,000	6,9000	172,50
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	CANELA EM PÓ PRODUTO ALIMENTÍCIO EM PÓ FINO, PURO.	279	10,000	1,3900	13,90
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	CEBOLA	259	330,000	2,1000	693,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	CEBOLA	279	80,000	2,1000	168,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	CHUCHU	259	250,000	2,6900	672,50
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	CHUCHU	279	80,000	2,6900	215,20

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 2/5

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	CONDIMENTO COLORIFICO EM PÓ DE PRIMEIRA	259	80,000	3,4500	276,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	CONDIMENTO COLORIFICO EM PÓ DE PRIMEIRA	279	20,000	3,9000	78,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	COUVE MANTEIGA	279	40,000	3,9000	156,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	COXA E SOBRECOXA CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS	258	500,000	3,7400	1,870,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	COXA E SOBRECOXA CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS	279	100,000	4,1000	410,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	CRAVO DA INDIA PRODUTO ALIMENTÍCIO.	279	10,000	1,3400	13,40
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	FARINHA DE MANDIOCA - GRUPO:	259	100,000	3,7000	370,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	FARINHA DE MANDIOCA - GRUPO:	279	20,000	4,2000	84,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	FARINHA DE MILHO CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS	259	115,000	1,3400	154,10
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	FARINHA DE MILHO CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS	279	15,000	1,6900	25,35
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL OU DE PRIMEIRA CARACTERÍSTICAS	279	30,000	9,8000	294,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	FEIJÃO PRETO CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:	259	130,000	3,2500	422,50
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	FERMENTO QUÍMICO CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:	259	60,000	3,9400	236,40
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	FERMENTO QUÍMICO CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:	279	15,000	4,0500	60,75
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	FILÉ DE PEITO DE FRANGO SEM OSSO	258	500,000	7,2400	3,620,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	FILÉ DE PEITO DE FRANGO SEM OSSO	279	100,000	8,1500	815,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	GELATINA EM PÓ DIET DIVERSOS SABORES	259	30,000	1,5000	45,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	GELATINA EM PÓ DIVERSOS SABORES INGREDIENTES:	279	30,000	6,9000	207,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	IOGURTE DE FRUTAS DESCRIÇÃO DO PRODUTO	259	2,000,000	2,3000	4,600,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	IOGURTE DE FRUTAS DESCRIÇÃO DO PRODUTO	279	300,000	2,3500	705,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	LARANJA	259	800,000	1,2000	960,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	LEITE INTEGRAL LONGA VIDA - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:	258	2,250,000	1,7500	3,937,50
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	LEITE INTEGRAL LONGA VIDA - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:	279	250,000	1,9500	487,50
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	MACARRÃO MIÚDO P/ SOPA (ARGOLA/ARGOLINHA/AVE MARIA/CONCHINHA	279	20,000	4,9000	98,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	MACARRÃO PARAFUSO INTEGRAL - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS	259	15,000	11,9800	179,70
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	MAMÃO PAPAIA	259	150,000	4,9800	747,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	MARGARINA - PRODUTO OBTIDO DE VEGETAIS LÍQUIDOS	279	15,000	2,7500	41,25
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	MELÃO	259	200,000	2,7000	540,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	ÓLEO DE SOJA - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:	259	260,000	2,7000	702,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	ÓLEO DE SOJA - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:	279	50,000	2,8900	144,50
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	OVOS	258	430,000	3,2000	1,376,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	OVOS	279	100,000	3,4500	345,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	PIMENTÃO VERMELHO E AMARELO	259	80,000	4,9800	398,40
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	PIMENTÃO VERMELHO E AMARELO	279	20,000	4,9800	99,60
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	QUEIJO MUSSARELA DE PRIMEIRA QUALIDADE. INGREDIENTES:	279	30,000	19,7000	591,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	REPOLHO	259	100,000	1,3000	130,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	SAL MARINHO IODADO CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:	259	120,000	1,8500	222,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	TEMPEROS VERDE (salsinha e cebolinha verde)	259	120,000	1,9800	237,60

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 3/5

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	TEMPEROS VERDE (salsinha e cebolinha verde)	279	40,000	1,9800	79,20
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	TOMATE	259	300,000	2,5000	750,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	TOMATE	279	80,000	2,5000	200,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	VAGEM	259	220,000	4,5000	990,00
GILBERTO RIGO & CIA LTDA ME	VAGEM	279	60,000	4,5000	270,00
IRIÃOS SPERANDIO - COMÉRCIO DE VEÍCULOS	CAMINHÃO TRACADO, POTÊNCIA MÍNIMA DE 230CV	240	0,375	239,900,0000	89,962,50
IRIÃOS SPERANDIO - COMÉRCIO DE VEÍCULOS	CAMINHÃO TRACADO, POTÊNCIA MÍNIMA DE 230CV	241	0,625	239,900,0000	149,937,50
JANDIR SPEROTO ME	ALHO	280	20,000	16,9000	338,00
JANDIR SPEROTO ME	CARNE SUÍNA EM CUBOS - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:	280	50,000	9,9500	497,50
JANDIR SPEROTO ME	CEREAL MATINAL - FLOCOS DE MILHO	280	20,000	12,9800	259,60
JANDIR SPEROTO ME	VINAGRE CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:	280	30,000	1,3000	39,00
LAURO MULLER & CIA LTDA	ROTEIRO DO TRANSPORTE ESCOLAR com saída às 12:00 horas	343	7,920,000	4,0000	31,680,00
MANTOMAC COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS	CARREGADEIRA DE RODAS NOVA, MONITORADA VIA SATÉLITE,	397	0,164	359,000,0000	59,000,00
MANTOMAC COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS	CARREGADEIRA DE RODAS NOVA, MONITORADA VIA SATÉLITE,	398	0,836	359,000,0000	300,000,00
MANTOMAC COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS	MINI CARREGADEIRA NOVA COM CAPACIDADE DE CARGA 612KG,	397	1,000	117,500,0000	117,500,00
MERCADO BOLIS LTDA ME	ABACAXI	281	80,000	3,7000	296,00
MERCADO BOLIS LTDA ME	ABÓBORA COMUM	261	120,000	2,2000	264,00
MERCADO BOLIS LTDA ME	AÇÚCAR COM AS SEGUINTES CARACTERÍSTICAS	281	30,000	7,3900	221,70
MERCADO BOLIS LTDA ME	ALFACE LISA OU CRESPA	261	200,000	1,7000	340,00
MERCADO BOLIS LTDA ME	ALFACE LISA OU CRESPA	281	100,000	1,7400	174,00
MERCADO BOLIS LTDA ME	ALHO	261	60,000	17,3000	1,038,00
MERCADO BOLIS LTDA ME	AMIDO DE MILHO COM AS SEGUINTES CARACTERÍSTICAS:	281	20,000	3,7900	75,80
MERCADO BOLIS LTDA ME	BANANA DA TERRA	261	1,100,000	1,3500	1,485,00
MERCADO BOLIS LTDA ME	BATATA DOCE	261	250,000	2,4000	600,00
MERCADO BOLIS LTDA ME	BEBIDA DE SOJA SABORES DIVERSOS	281	30,000	3,3500	100,50
MERCADO BOLIS LTDA ME	BETERRABA	261	210,000	1,9500	409,50
MERCADO BOLIS LTDA ME	BISCOITO DOCE TIPO MARIA INGREDIENTES:	281	100,000	5,4000	540,00
MERCADO BOLIS LTDA ME	BRÓCOLIS	261	230,000	2,9900	687,70
MERCADO BOLIS LTDA ME	CARNE BOVINA EM CUBOS - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS	261	400,000	11,9800	4,792,00
MERCADO BOLIS LTDA ME	CARNE BOVINA EM CUBOS - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS	281	80,000	11,9800	958,40
MERCADO BOLIS LTDA ME	CARNE BOVINA SEM OSSO MOIDA DE PRIMEIRA	281	80,000	9,5500	764,00
MERCADO BOLIS LTDA ME	CENOURA	261	310,000	2,7500	852,50
MERCADO BOLIS LTDA ME	CENOURA	281	60,000	2,9500	177,00
MERCADO BOLIS LTDA ME	COUVE MANTEIGA	261	220,000	3,8000	836,00
MERCADO BOLIS LTDA ME	ESPINAFRE	261	30,000	3,9900	119,70
MERCADO BOLIS LTDA ME	FELIÃO PRETO CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:	281	50,000	3,5000	175,00
MERCADO BOLIS LTDA ME	GELATINA EM PÓ DIET DIVERSOS SABORES	281	30,000	1,5500	46,50
MERCADO BOLIS LTDA ME	LARANJA	281	300,000	1,6500	495,00
MERCADO BOLIS LTDA ME	LARANJA LIMA	261	300,000	2,9900	897,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 4/5

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MERCADO BOLIS LTDA ME	LENTILHA	281	30,000	4,8500	145,50
MERCADO BOLIS LTDA ME	MAÇÃ NACIONAL	261	1,400,000	3,9000	5,460,00
MERCADO BOLIS LTDA ME	MAÇÃ NACIONAL	281	500,000	3,8900	1,945,00
MERCADO BOLIS LTDA ME	MACARRÃO MIÚDO P/ SOPA (ARGOLA/ARGOLINHA/AVE MARIA/CONCHINHA	261	130,000	4,9900	648,70
MERCADO BOLIS LTDA ME	MACARRÃO SEM GLUTEN	261	15,000	5,4900	82,35
MERCADO BOLIS LTDA ME	MAMÃO FORMOSA	261	500,000	3,1500	1,575,00
MERCADO BOLIS LTDA ME	MAMÃO FORMOSA	281	150,000	3,5000	525,00
MERCADO BOLIS LTDA ME	PÃO DE FORMA FATIADO INTEGRAL CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS	281	50,000	7,9900	399,50
MERCADO BOLIS LTDA ME	PÃO HOT DOG CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS	281	60,000	7,9900	479,40
MERCADO BOLIS LTDA ME	PIMENTÃO VERDE	261	80,000	4,1000	328,00
MERCADO BOLIS LTDA ME	PIMENTÃO VERDE	281	20,000	3,9900	79,80
MERCADO BOLIS LTDA ME	REPOLHO	281	50,000	1,4500	72,50
MERCADO BOLIS LTDA ME	SAL MARINHO IODADO CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:	281	15,000	1,8500	27,75
MERCADO BOLIS LTDA ME	VINAGRE CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:	261	250,000	1,3200	330,00
MILLENIUM COM. DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTI	COLHEIDORA DE FORRAGEM UMA LINHA COM TERCEIRO PONTO COM	341	0,897	16,460,0000	14,762,16
MILLENIUM COM. DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTI	COLHEIDORA DE FORRAGEM UMA LINHA COM TERCEIRO PONTO COM	342	0,103	16,460,0000	1,697,84
MILLENIUM COM. DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTI	DISTRIBUIDOR DE ADUBO (CALCÁRIO E FERTILIZANTES)	342	1,000	18,250,0000	18,250,00
ORDETE SELIG	INSTRUTORA DE DANÇA TÍPICA ITALIANA	366	10,000	1,470,0000	14,700,00
SCS COMERCIO LTDA - ME	ACHOCOLATADO EM PÓ - INGREDIENTES BÁSICOS:	257	120,000	4,9000	588,00
SCS COMERCIO LTDA - ME	AVEIA EM FLOCOS FINOS	257	175,000	3,7500	656,25
SCS COMERCIO LTDA - ME	BISCOITO CREAM CRACKER INTEGRAL	257	330,000	2,9500	973,50
SCS COMERCIO LTDA - ME	BISCOITO DOCE TIPO MARIA INGREDIENTES:	257	350,000	5,0000	1,750,00
SCS COMERCIO LTDA - ME	BISCOITO SEM GLUTEN	257	40,000	8,0000	320,00
SCS COMERCIO LTDA - ME	CANELA EM PÓ PRODUTO ALIMENTÍCIO EM PÓ FINO, PURO.	257	35,000	1,0500	36,75
SCS COMERCIO LTDA - ME	CARNE BOVINA SEM OSSO MOIDA DE PRIMEIRA	257	580,000	9,2500	5,365,00
SCS COMERCIO LTDA - ME	CARNE SUINA EM CUBOS - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:	257	350,000	11,9000	4,165,00
SCS COMERCIO LTDA - ME	CEREAL MATINAL - FLOCOS DE MILHO	257	50,000	12,9000	645,00
SCS COMERCIO LTDA - ME	GRAVO DA INDIA PRODUTO ALIMENTÍCIO.	257	35,000	1,0500	36,75
SCS COMERCIO LTDA - ME	DOCE DE FRUTAS (chimer) - SABORES MORANGO, UVA OU ABÓBORA	257	50,000	1,9500	97,50
SCS COMERCIO LTDA - ME	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL OU DE PRIMEIRA CARACTERÍSTICAS	257	110,000	9,2000	1,012,00
SCS COMERCIO LTDA - ME	FARINHA LACTEA COM CEREAL INTEGRAL	257	40,000	11,3000	452,00
SCS COMERCIO LTDA - ME	GELATINA EM PÓ DIVERSOS SABORES INGREDIENTES:	257	90,000	5,9000	531,00
SCS COMERCIO LTDA - ME	LENTILHA	257	100,000	4,5500	455,00
SCS COMERCIO LTDA - ME	MARGARINA - PRODUTO OBTIDO DE VEGETAIS LÍQUIDOS	257	125,000	2,9000	362,50
SCS COMERCIO LTDA - ME	MASSA ALIMENTÍCIA COM OVOS CASEIRA - TIPO ESPAGUETE	257	130,000	6,0000	780,00
SCS COMERCIO LTDA - ME	MINGAU DE ARROZ	257	60,000	11,1000	666,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Fevereiro/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 5/5

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
SCS COMÉRCIO LTDA - ME	QUEIJO MUSSARELA DE PRIMEIRA QUALIDADE, INGREDIENTES:	257	160,000	17,9000	2.864,00
Total Geral do Mês -->					978.648,54

Siderópolis

PREFEITURA

22 2014 TP Ampliação ESF Dr Helcio MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO DE LICITAÇÃO FMS Nº 22/2014
- EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 04/2014

O Município de Siderópolis torna público as empresas interessadas que de conformidade com a Lei Nº 8.666/93 e legislação subsequente, que no dia 07/04/2014, às 09h30min (HORÁRIO DO RELÓGIO DO SETOR DE LICITAÇÕES) no referido setor, na Rua Presidente Dutra, nº01 – Centro, se reunirá a Comissão de Julgamento de Licitações, com a finalidade de receber propostas para Contratação de empresa especializada para ampliação da ESF Dr. Helcio Rauen, localizado no bairro Rio Fiorita Siderópolis/SC com ampliação de 84,79m, referente à proposta nº 11270545000113004 do programa de Requalificação de Unidades Básicas de Saúde (UBS), obedecendo integralmente às especificações e determinações previstas no memorial descritivo, projetos, planilha orçamentária. O edital já está disponível no Setor de Licitações do município. Maiores informações: licitação@sideropolis.sc.gov.br ou (48) 3435 3188 (Fabíola Cardoso Comin).

Siderópolis, 18 de março 2014.
HELIO ROBERTO CESA.
Prefeito Municipal.

Timbó

PREFEITURA

Extrato Ata de Registro de Preço N.º 05 2014 SAMAE EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 05/2014 SAMAE

ÓRGÃO GESTOR: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto.
OBJETO: Registro de Preços para aquisição de reagentes e produtos para laboratório da Estação de Tratamento de Água (Repetição parcial do Pregão Presencial nº. 48/2013).
EMPRESA FORNECEDORA: Heko Ambiental – Produtos e Equipamentos Científicos Eireli ME, e Metrologia Equipamentos e Produtos para Laboratório LTDA.
TOTAL ESTIMADO: R\$ 19.436,78 (dezenove mil quatrocentos e trinta e seis reais e setenta e oito centavos).
MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 17/03/2015

Timbó, 18/03/2014
WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente do SAMAE

Aviso Pregão Presencial - Registro de Preço N.º 24 2014 PMT - Aquisição de Material de Expediente

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 24/2014 - PMT

OBJETO: registro de preço para aquisição materiais de expediente destinados a atender as necessidades da Administração Direta e Indireta. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 08h30min do dia 01 de abril de 2014. ABERTURA: dia 01 de abril de 2014 as 08h35min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

TIMBÓ (SC), 18/03/2014
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária da Fazenda e Administração

Extrato de Ata Complementar de Registro de Preço N.º 03 2014 SAMAE

EXTRATO DA ATA COMPLEMENTAR DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2014 SAMAE

ÓRGÃO GESTOR: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto.
OBJETO: Item 03 (Contratação de mão de obra para manutenção e instalações elétricas na Estação de Tratamento de Água, administrativo e Setor de Manutenção, com fornecimento de peças, sendo que a empresa vencedora deverá prestar atendimento sempre que for solicitado, ou seja, 24 por dia, 07 dias por semana. Atendimento deve ser prestado no máximo de meia hora após o chamado via telefone) do registro de Preços para contratação de mão de obra eletro eletrônica, manutenção e instalações elétrica predial e manutenção de bombas destinados a todos setores da autarquia.

EMPRESA FORNECEDORA: ACMM Serviços de Energia Elétrica LTDA ME.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 76.050,00 (setenta e seis mil e cinquenta reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 06/03/2015

Timbó, 18/03/2014
WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente do SAMAE

Extrato Termo de Rescisão Ata de Registro de Preço N.º 54 2013 PMT - Gêmeos Empreendimentos Imobiliários Ltda

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE RESCISÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO

TERMO DE RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 54/2013

CONTRATANTE: Secretaria da Fazenda e Administração
CONTRATADO: Gêmeos Empreendimentos Imobiliários Ltda.
OBJETO: Rescisão da ata de registro de preço nº 54/2013 por descumprimento de obrigações assumidas em edital, conforme decisão constante dos autos do processo. Data da rescisão: 03/03/2014.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária da Fazenda e Administração

**Termo de Revogação Pregão Presencial N.º 10 2014
SAMAE - Rádios Am E Fm**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ/SC

TERMO DE REVOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 10/2014 SAMAE

O Senhor Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, no uso das atribuições que lhe são conferidas, resolve, a bem do serviço público, revogar total a licitação de Pregão Presencial n.º 10/2014, que tem por objeto a contratação de espaços publicitários em Rádio AM e FM para divulgação das ações do SAMAE junto à população.

MOTIVO: Necessidade de revisão e adequação do quantitativo do objeto.

Timbó/SC, 17/03/2014

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente SAMAE

SAMAE

Portaria N. SAMAE- 041, de 14 de Março de 2014

PORTARIA N. SAMAE- 041, DE 14 DE MARÇO DE 2014

Autoriza a contratação de Servidor, em caráter temporário, para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó – SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e Decreto n. 3320, de 07/11/2013;

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE				
Cargo: Agente de Coleta e Seleção de Lixo				
Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
ERENITA DE FÁTIMA MI-NEIRO CASTANHA (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	06/02/1963	033.065.769-05	44 horas	17/03/2013 a 31/03/2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos

do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 14 de março de 2014; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

CÂMARA MUNICIPAL

Portaria Nº 14/2014

Portaria Nº 14/2014

Concede férias à servidora Giani Zaira Seidel, investida no cargo efetivo de Analista Legislativa da Câmara Municipal de Timbó.

O presidente da Câmara Municipal de Timbó, no uso da atribuição que lhe confere o art. 16, III da Lei Orgânica e art. 50, § 3º, I, do Regimento Interno, com fundamento no art. 84 do Estatuto do Servidor Público Municipal, RESOLVE:

Art. 1º Conceder dez dias de férias, relativas ao período aquisitivo 28/05/2012 a 27/05/2013, à servidora Giani Zaira Seidel, Analista legislativa na Câmara Municipal de Timbó.

Art. 2º A servidora fruirá as férias concedidas por este ato no período de 26 de Março a 4 de Abril de 2014.

Art. 3º Revoga-se a Portaria nº 13/2014, publicada no dia 17 de Março de 2014.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Timbó, 18 de Março de 2014.

Jorge Augusto Kruger

Presidente

Três Barras

PREFEITURA

Ata de Registro de Preço

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 10/2014.

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2014.

Interessado: * SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

* SECRETARIA DE AGRICULTURA

* SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, MEIO AMBIENTE E TURISMO.

* SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

* SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS

* ADMINISTRAÇÃO DISTRITAL SÃO CRISTOVÃO

* FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

* FUNDO MUNIIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Aos 10 dias do mês de fevereiro do ano de 2014, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 – Centro – Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa SANDRO DE MATTOS ME, CNPJ nº. 10.475.571/0001-36, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da

legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários.

Item	Qtde	Unid	P. Unitário	Descrição
003	1.000	CARG	11,00	AGUA MINERAL GARRAFAO COM 20 LITROS
004	50	UNID	18,00	GALÃO PARA ÁGUA MINERAL DE 20 LITROS
005	30	UNID	71,00	BOTILHO P13 (CASCO)

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epígrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital nº. 10/2014 – Procedimento Administrativo nº. 10/2014, e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço registrado: Os preços cotados poderão ser reduzidos ou majorados em observância à Legislação Federal pertinente, com o compromisso de informar por escrito, e comprovar mediante nota fiscal do produto, as alterações de preço que vierem a ocorrer durante a vigência do Contrato.

Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 10 de fevereiro de 2014.

ELOI JOSE QUEGE Prefeito Municipal	SANDRO DE MATTOS ME CNPJ nº. 10.475.571/0001-36
---------------------------------------	--

Testemunhas:

1 NILTON AVANIR HURMUS 2 JACY DE FATIMA ABUDA

Ata de Registro de Preço 010/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 10/2014.
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2014.

Interessado: * SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO;
* SECRETARIA DE AGRICULTURA;
* SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, MEIO AMBIENTE E TURISMO.
* SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE;
* SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS;
* ADMINISTRAÇÃO DISTRITAL SÃO CRISTOVÃO;
* FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE;
* FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Aos 10 dias do mês de fevereiro do ano de 2014, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 – Centro – Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa COMPANHIA ULTRAGAZ S A, CNPJ nº. 61.602.199/0232-44, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários.

Item	Qtde	Unid	P. Unitário	Descrição
001	700	CARG	36,30	GAS P 13
002	400	CARG	109,90	GAS P 45

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epígrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital nº. 10/2014 – Procedimento Administrativo nº. 10/2014, e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço registrado: Os preços cotados poderão ser reduzidos ou majorados em observância à Legislação Federal pertinente, com o compromisso de informar por escrito, e comprovar mediante nota fiscal do produto, as alterações de preço que vierem a ocorrer durante a vigência do Contrato.

Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 10 de fevereiro de 2014.

ELOI JOSE QUEGE Prefeito Municipal	COMPANHIA ULTRAGAZ S A CNPJ nº. 61.602.199/0232-44
---------------------------------------	---

Testemunhas:

1 NILTON AVANIR HURMUS 2 JACY DE FATIMA ABUDA

Ata de Registro de Preço 012/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 12/2014.

EDITAL DE PREGÃO Nº. 11/2014.

Interessado: * SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO;
* SECRETARIA DE AGRICULTURA;
* SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO;
* SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE;
* SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS;
* ADMINISTRAÇÃO DISTRITAL SÃO CRISTOVÃO;
* FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE;
* FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL;

Aos 24 dias do mês de fevereiro do ano de 2014, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 – Centro – Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa ANDRYEIAK & CIA LTDA, CNPJ nº. 02.288.109/0001-00, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários.

Item	Qtde	Unid	P. Unitário	Descrição
001	12.000	UNID	2,28	LANCHE (LANCHE TIPO PAO COM PRESUNTO E QUEIJO)
002	7.000	UNID	3,98	LANCHES (LANCHE TIPO X SALADA)

				ISOPOR PARA LANCHE TAMANHO MÍNIMO 10 X 10 CM, PROFUNDIDADE MÍNIMA 04 CM, COM TAMPA QUE DOBRA E FECHA. (TIPO LANCHE X-SALADA)
005	12.000	UNID	0,28	

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epígrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital nº. 11/2014 – Procedimento Administrativo nº. 12/2014, e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irrevogáveis.

Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 24 de fevereiro de 2014.

ELOI JOSE QUEGE Prefeito Municipal	ANDRYEIAK & CIA LTDA CNPJ nº. 02.288.109/0001-00
---------------------------------------	---

Testemunhas:

1 Nilton Avanir Hurmus 2 Cleusa T. de Oliveira Correa

Ata de Registro de Preço 012/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 12/2014.
EDITAL DE PREGÃO Nº. 11/2014.

Interessado: * SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO;
* SECRETARIA DE AGRICULTURA;
* SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO;
* SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE;
* SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS;
* ADMINISTRAÇÃO DISTRITAL SÃO CRISTOVÃO;
* FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE;
* FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL;

Aos 24 dias do mês de fevereiro do ano de 2014, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 – Centro – Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa JULIAN ODACHOWOSKI E FILHOS LTDA, CNPJ nº. 02.672.502/0001-94, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários.

Item	Qtde	Unid	P. Unitário	Descrição
003	35.000	UNID	0,33	SALGADINHO (TIPO COXINHA, QUIBE, PASTEL DE CARNE, PASTEL DE FRANGO, RISOLES DE CARNE, RISOLES DE QUEIJO E PRESUNTO, VINA EMPANADA, ETC.).
004	12.000	UNID	2,98	SUCO NATURAL PRONTO PARA CONSUMO EM DIVERSOS SABORES, UVA, LARANJA, PESSEGO ETC., COM NO MÍNIMO 200 ML.
006	500	UNID	27,00	BOLO (TIPO CUQUE) COM NO MÍNIMO 50 X 30 CM.
007	500	UNID	1,47	DOCE (TIPO SONHO) COM RECHEIO DE DOCES VARIADOS.

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epígrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital nº. 11/2014 – Procedimento Administrativo nº. 12/2014, e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irrevogáveis.

Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 24 de fevereiro de 2014.

ELOI JOSE QUEGE Prefeito Municipal	JULIAN ODACHOWOSKI E FILHOS LTDA, CNPJ nº. 02.672.502/0001-94
---------------------------------------	--

Testemunhas:

1 Nilton Avanir Hurmus 2 Cleusa T. de Oliveira Correa

Ata de Registro de Preço 013/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 13/2014.
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2014.

Interessado: * SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO;
* SECRETARIA DE AGRICULTURA;
* SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO;
* SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE;
* SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS;
* ADMINISTRAÇÃO DISTRITAL SÃO CRISTOVÃO;
* FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE;
* FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Aos 24 dias do mês de fevereiro do ano de 2014, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 – Centro – Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa JULIAN ODACHOWOSKI E FILHOS LTDA, CNPJ nº. 02.672.502/0001-92, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Eletrônico em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente ao item abaixo discriminado, com seu respectivo preço unitário:

Item	Qtde	Unid	P. Unitário	Descrição
002	2.500	UNID	4,28	REFRIGERANTE (2 LITROS)
003	2.500	UNID	3,48	REFRIGERANTE 600 ML

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de UM ANO, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epígrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital nº. 12/2014 – Procedimento Administrativo nº. 13/2014, e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço registrado: Os preços cotados poderão ser reduzidos ou majorados em observância à Legislação Federal pertinente, com o compromisso de informar por escrito, e comprovar mediante nota fiscal do produto, as alterações de preço que vierem a ocorrer durante a vigência do Contrato.

Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 24 de fevereiro de 2014.

ELOI JOSE QUEGE Prefeito Municipal	JULIAN ODACHOWOSKI E FILHOS LTDA, CNPJ nº. 02.672.502/0001-92
---------------------------------------	--

Testemunhas:

1 Nilton Avanir Hurmus 2 Cleusa T. de Oliveira Correa

Ata de Registro de Preço 013/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 13/2014.

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2014.

Interessado: * SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO;

* SECRETARIA DE AGRICULTURA;

* SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO;

* SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE;

* SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS;

* ADMINISTRAÇÃO DISTRITAL SÃO CRISTOVÃO;

* FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE;

* FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Aos 24 dias do mês de fevereiro do ano de 2014, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 – Centro – Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa RAUL BECKERT FILHO, CNPJ nº. 13.795.360/0001-79, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Eletrônico em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente ao item abaixo discriminado, com seu respectivo preço unitário:

Item	Qtde	Unid	P. Unitário	Descrição
001	5.000	UNID	19,80	REFEICOES

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de UM ANO, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epígrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital nº. 12/2014 – Procedimento

Administrativo nº. 13/2014, e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço registrado: Os preços cotados poderão ser reduzidos ou majorados em observância à Legislação Federal pertinente, com o compromisso de informar por escrito, e comprovar mediante nota fiscal do produto, as alterações de preço que vierem a ocorrer durante a vigência do Contrato.

Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 24 de fevereiro de 2014.

ELOI JOSE QUEGE Prefeito Municipal	RAUL BECKERT FILHO CNPJ nº. 13.795.360/0001-79
---------------------------------------	---

Testemunhas:

1 Nilton Avanir Hurmus 2 Cleusa T. de Oliveira Correa

Ata de Registro de Preço 014/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 14/2014.

EDITAL DE PREGÃO Nº. 13/2014.

Interessado: * FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Aos 24 dias do mês de fevereiro do ano de 2014, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 – Centro – Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa TRANSPORTE E TURISMO BUENO LTDA, CNPJ nº. 07.046.334/0001-45, com sede e foro na Cidade de Três Barras - SC, cito a Rua 7 de Setembro - 40 Bairro Centro, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente ao item abaixo discriminado, com seu respectivo preço unitário.

Item	Qtde	Unid	P. Unitário	Descrição
001	160	UNID	319,00	VIAGENS (IDA E VOLTA) DE TRES BARRAS PARA MAFRA, TRANSPORTANDO PACIENTES ATE O HOSPITAL SAO VICEN TE DE PAULA, ONDE REALIZAM HEMODIALISE. * DE ACORDO COM AS ESPECIFICACOES CONTIDAS NESTE EDITAL.

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epígrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital nº. 13/2014 – Procedimento Administrativo nº. 14/2014, e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irrevogáveis.

Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 24 de fevereiro de 2014.

ELOI JOSE QUEGE Prefeito Municipal	TRANSPORTE E TURISMO BUENO LTDA CNPJ nº. 07.046.334/0001-45
---------------------------------------	--

Testemunhas:

1 Nilton Avanir Hurmus

2 Cleusa T. de Oliveira Correa

Ata de Registro de Preço 015/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 15/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/2014

Interessado: * SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE;
* FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

Aos 24 dias do mês de fevereiro do ano de 2014, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 – Centro – Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa FOOT ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA - ME, CNPJ nº. 11.397.879/0001-73, com sede e foro na Cidade de Blumenau - SC cito a Rua Gottlieb Reif, nº 72, Bairro Escola Agrícola; por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários:

Item	Qtde	Unid	P. Unitário	Descrição
003	75	UNID	154,90	BOLA DE FUTSAL MAX 500

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epigrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital Pregão nº. 14/2014 – Procedimento Administrativo nº. 15/2014 e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irrevogáveis.

Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 24 de fevereiro de 2014.

ELOI JOSE QUEGE Prefeito Municipal	FOOT ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA - ME, CNPJ nº. 11.397.879/0001-73
---------------------------------------	---

Testemunhas:

1 Nilton Avanir Hurmus

2 Cleusa T. de Oliveira Correa

Ata de Registro de Preço 015/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 15/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/2014

Interessado: * SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE;
* FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

Aos 24 dias do mês de fevereiro do ano de 2014, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 – Centro – Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa L. MOHR LTDA EPP, CNPJ nº. 07.261.562/0001-38, com sede e foro na Cidade de Itapema - SC cito a Avenida Nereu Ramos, nº 3335, Bairro Meia Praia; por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários:

Item	Qtde	Unid	P. Unitário	Descrição
007	50	UNID	81,20	BOLA DE HANDEBOL (13 A 16) ANOS PESO 325 A 375G, CIRCUNFERENCIA 54 A 58CM.
008	50	UNID	74,50	BOLAS DE HANDEBOL (8 A 12) PESO 290 A 330G, CIRCUNFERENCIA 50 A 52CM
010	220	UNID	15,50	CORDA PARA PULAR INDIVIDUAL; CONFECCIONADA EM NYLON TRANÇADO; TAMANHO DE 2,00MTS; CABO DE MADEIRA.
011	80	UNID	19,00	CORDA PARA PULAR NYLON 10 METROS
030	50	UNID	9,65	CD LUDICOS (VIDEOS, MUSICAS E BRINCADEIRAS DE RODA)
032	20	UNID	27,50	KIT PARA BETS
033	5	UNID	29,50	CONJUNTO COMPLETO PARA BINGO (GLOBO, TABULEIRO, BLOCOS DE CARTELAS)

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epigrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital Pregão nº. 14/2014 – Procedimento Administrativo nº. 15/2014 e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irrevogáveis.

Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 24 de fevereiro de 2014.

ELOI JOSE QUEGE Prefeito Municipal	L. MOHR LTDA EPP CNPJ nº. 07.261.562/0001-38
---------------------------------------	---

Testemunhas:

1 Nilton Avanir Hurmus

2 Cleusa T. de Oliveira Correa

Ata de Registro de Preço 015/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 15/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/2014

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

Interessado: * SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE;

* FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

Aos 24 dias do mês de fevereiro do ano de 2014, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 – Centro – Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa SKINA 1820 IND E COM LTDA, CNPJ nº. 00.850.624/0001-06, com sede e foro na Cidade de Blumenau - SC cito a Rua General Osório, nº 1820, Bairro Velha; por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários:

Item	Qtde	Unid	P. Unitário	Descrição
001	70	UNID	18,90	BOLA DE BORRACHA Nº12; PESO 450G; CIRCUNF. 56-58 CM; BICO REMOVIVEL E LUBRIFICADO.
002	135	UNID	14,35	BOLA DE BORRACHA Nº 08; PESO 220G; CIRCUNF. 38-40 CM; BICO REMOVIVEL.
004	30	UNID	23,10	CRONOMETRO PROGRESSIVO E REGRESSIVO, COM CORDAO DE SEGURANCA, PRECISAO DE 1/1000S., MARCACAO DE TEMPO POR VOLTA.
006	70	UNID	33,90	BOLAS DE BASQUETE SHOOT BABY
009	40	UNID	55,50	BOLA DE FUTEBOL DE CAMPO Nº3 (INFANTIL); COSTURADA; CAMARA BUTIL; BICO REMOVIVEL E SUBSTITUIVEL
012	60	UNID	39,40	CONES DEMARCATORIOS 73CM
013	160	UNID	7,95	CONE PEQUENO EM PVC
014	200	UNID	7,95	COLETE TREINO (10 VERDE/10 VERMELHO/10 AZUL/10 AMARELO) CONFECCIONADO EM POLIESTER 100% COM ELASTICO REFORÇADO
015	15	UNID	71,90	REDE DE VOLEIBOL OFICIAL COM 4 FAIXAS; FIO 3MM EM NYLON TRANÇADO.
017	35	UNID	47,85	APITO 40 PEARL.
018	20	UNID	25,50	BOMBA DE ENCHER BOLAS DUPLA AÇÃO, ENCHE NOS DOIS SENTIDOS; COM BICO RESERVA; ENCHE PNEUS DE BICICLETAS.
019	240	UNID	3,75	BAMBOLE EM PVC DE ALTA DURABILIDADE.
020	20	UNID	38,40	BOLA DE FUTEBOL DE AREIA
021	40	UNID	1,75	BOLINHA P/ TENIS DE MESA, 40 MM, 1 ESTRELA.
022	25	UNID	14,75	TABULEIRO PARA XADREZ
023	20	PARE	23,30	RAQUETES TENIS DE MESA (PARES)
024	3	UNID	460,00	MESA DE TENIS DE MESA OFICIAL 150X270X76CM
025	12	UNID	17,90	DOMINO
026	15	UNID	5,55	BARALHO
027	130	UNID	29,60	JOGOS CORPORATIVOS (2 A 3 ANOS E ACIMA DE 3 ANOS)
028	180	UNID	28,40	JOGOS DE MESA (0 A 3 ANOS E ACIMA DE 3 ANOS)

029	180	UNID	29,40	MATERIAL LUDICO (VARIOS BRINQUEDOS)
031	40	UNID	8,55	TABULEIRO DE TRILHA

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epígrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital Pregão nº. 14/2014 – Procedimento Administrativo nº. 15/2014 e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irrevogáveis.

Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 24 de fevereiro de 2014.

ELOI JOSE QUEGE Prefeito Municipal	SKINA 1820 IND E COM LTDA CNPJ nº. 00.850.624/0001-06
---------------------------------------	--

Testemunhas:

1 Nilton Avanir Hurmus

2 Cleusa T. de Oliveira Correa

Ata de Registro de Preço 015/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 15/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/2014

Interessado: * SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE;
* FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

Aos 24 dias do mês de fevereiro do ano de 2014, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 – Centro – Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO ME, CNPJ nº. 14.034.833/0001-88, com sede e foro na Cidade de Mafra - SC cito a Rua Elzira Bley Maia, nº 70, Bairro Centro; por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários:

Item	Qtde	Unid	P. Unitário	Descrição
005	115	UNID	190,30	BOLA DE VOLEI 6.0
016	370	UNID	36,50	COLCHONETE EM ESPUMA GROSSA; REFORÇADO E RECOBERTO EM COURO SINTETICO.

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epígrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital Pregão nº. 14/2014 – Procedimento Administrativo nº. 15/2014 e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.



Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irrecorribéis.

Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 24 de fevereiro de 2014.

ELOI JOSE QUEGE Prefeito Municipal	GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO ME CNPJ nº. 14.034.833/0001-88
---------------------------------------	--

Testemunhas:

1 Nilton Avanir Hurmus 2 Cleusa T. de Oliveira Correa

Ata de Registro de Preço 016/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 16/2014.

EDITAL DE PREGÃO Nº. 15/2014.

Interessado: * SECRETARIA DE AGRICULTURA;

* SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE;

* SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS;

Aos 24 dias do mês de fevereiro do ano de 2014, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 – Centro – Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa FM PNEUS LTDA, CNPJ nº. 81.374.845/0004-91, com sede e foro na Cidade de Videira - SC, cito a Rodovia SC 453, Km 52,9 – Bairro Industrial, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários.

Item	Qtde	Unid	P. Unitário	Descrição
003	26	UNID	355,00	RECAPAGEM DE PNEU 1000 X 20
006	14	UNID	720,00	RECAPAGEM 1300 X 24
010	8	UNID	494,00	RECAPAGEM 12X16,5
015	16	UNID	67,00	VULCANIZO CARGA TAMANHO GRANDE
020	25	UNID	37,00	CONCERTO TAMANHO 7
021	25	UNID	53,00	CONCERTO TAMANHO 8

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epigrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital nº. 15/2014 – Procedimento Administrativo nº. 16/2014, e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irrecorribéis.

Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 24 de fevereiro de 2014.

ELOI JOSE QUEGE Prefeito Municipal	FM PNEUS LTDA CNPJ nº. 81.374.845/0004-91
---------------------------------------	--

Testemunhas:

1 Nilton Avanir Hurmus 2 Cleusa T. Oliveira Correa

Ata de Registro de Preço 016/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 16/2014.

EDITAL DE PREGÃO Nº. 15/2014.

Interessado: * SECRETARIA DE AGRICULTURA;

* SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE;

* SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS;

Aos 24 dias do mês de fevereiro do ano de 2014, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 – Centro – Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa PNEUFORTE COMERCIO E RECAPAGENS LTDA, CNPJ nº. 00.805.922/0007-61, com sede e foro na Cidade de Porto União - SC, cito a Avenida Expedi. Edmundo Arrabar - 3617 - Bairro Santa Rosa, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários.

Item	Qtde	Unid	P. Unitário	Descrição
002	26	UNID	796,0000	RECAPAGEM DE PNEU 1.400 X 24.
005	10	UNID	196,0000	RECAPAGEM 750/16
009	18	UNID	368,0000	RECAPAGEM 275/80 R22,5
014	16	UNID	53,0000	VULCANIZO CARGA TAMANHO MEDIO
016	16	UNID	163,0000	VULCANIZO TERRAPLANAGEM MEDIO
018	35	UNID	20,0000	CONCERTO TAMANHO 5
019	25	UNID	24,0000	CONCERTO TAMANHO 6

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epigrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital nº. 15/2014 – Procedimento Administrativo nº. 16/2014, e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irrecorribéis.

Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 24 de fevereiro de 2014.

ELOI JOSE QUEGE Prefeito Municipal	PNEUFORTE COMERCIO E RE- CAPAGENS LTDA, CNPJ nº. 00.805.922/0007-61
---------------------------------------	---

Testemunhas:

1 Nilton Avanir Hurmus 2 Cleusa T. Oliveira Correa

Ata de Registro de Preço 016/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 16/2014.
EDITAL DE PREGÃO Nº. 15/2014.

Interessado: * SECRETARIA DE AGRICULTURA;
* SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE;
* SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS;

Aos 24 dias do mês de fevereiro do ano de 2014, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 – Centro – Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA - EPP, CNPJ nº. 82.989.096/0001-27, com sede e foro na Cidade de Rio dos Cedros - SC, cito a Rua Duque de Caxias - 314 - Bairro Centro, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários.

Item	Qtde	Unid	P. Unitário	Descrição
001	6	UNID	493,0000	RECAPAGEM DE PNEU 12X4X24
004	8	UNID	225,0000	RECAPAGEM DE PNEU 265 X 70 X16
007	4	UNID	990,0000	RECAPAGEM 17,5/25
008	4	UNID	1.100,0000	RECAPAGEM DE PNEU 18 X 4 X 30.
011	8	UNID	494,0000	RECAPAGEM 12,5/80X18
012	4	UNID	1.088,0000	RECAPAGEM 19-5LX24
013	8	UNID	723,0000	RECAPAGEM 14X17,5
017	16	UNID	187,0000	VULCANIZO TERRAPLANAGEM TAMANHO GRANDE

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epigrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital nº. 15/2014 – Procedimento Administrativo nº. 16/2014, e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irreajustáveis.

Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata

que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 24 de fevereiro de 2014.

ELOI JOSE QUEGE Prefeito Municipal	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA CNPJ nº. 82.989.096/0001-27
---------------------------------------	---

Testemunhas:

1 Nilton Avanir Hurmus 2 Cleusa T. Oliveira Correa

Ata de Registro de Preço 017/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 17/2014
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2014

Interessado: * SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE;
* FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

Aos 24 dias do mês de fevereiro do ano de 2014, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 – Centro – Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa JULIAN ODACHOWOSKI E FILHOS LTDA, CNPJ nº. 02.672.502/0001-94, com sede e foro na Cidade de Canoinhas - SC cito a Rua Gustavo Brandes, nº 484, Bairro Jardim Esperança; por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários:

Item	Qtde	Unid	P. Unitário	Descrição
014	2	UNID	206,00	MAQUINA DE LAVAR ROUPA TIPO TANQUINHO
022	35	UNID	18,50	FORMA DE ALUMINIO GRANDE PARA KUQUE
023	25	UNID	9,60	RALADOR DE LEGUMES (ALUMINIO)
024	43	UNID	17,60	JARRA PLASTICA COM TAMP (CAP. 02 LITROS)
026	1.155	UNID	1,83	COLHER DE SOPA INOX
027	25	UNID	28,90	BULE EM ALUMINIO, CAPACIDADE 2 LITROS
028	23	UNID	20,61	CHALEIRA DE ALUMINIO CAPACIDADE PARA APROX. 2,5 LITROS
029	23	UNID	34,00	LEITEIRA DE ALUMINIO COM TAMP (P/ APROXIMADAMENTE 2 LITROS)
031	280	UNID	8,60	COPOS PLASTICOS PARA SUCO COM TAMP E CANUDO 200 ML
034	14	UNID	21,10	ESCORREDOR DE MACARRAO GRANDE DE ALUMINIO
038	18	UNID	45,81	PANELA DE ALUMINIO 7 LITROS.
039	19	UNID	29,52	PANELA EM ALUMINIO, FABRICADA EM ALUMINIO ESTAMPADO, COM TAMP, CAPACIDADE MINIMA 06 LITROS.
041	30	UNID	4,63	PEGADOR DE MACARRAO EM INOX
043	430	UNID	2,35	GARFOS EM INOX
044	430	UNID	2,78	FACA INOX
045	280	UNID	2,54	COLHER INOX
047	450	UNID	4,29	PRATOS DE VIDRO
052	7	UNID	2,25	ABRIDOR DE LATAS E GARRAFAS, EM METAL NAO FLEXIVEL
056	16	UNID	6,99	COLHER DE ALUMINIO GRANDE

063	5	UNID	104,00	PANELA DE ALUMINIO COM CAPACIDADE PARA 30 LITROS.
064	4	UNID	120,00	PANELA DE ALUMINIO COM CAPACIDADE PARA 50 LITROS.
066	236	UNID	7,60	XICARAS
069	5	UNID	41,00	PANELA DE PRESSAO 4,0 L
071	6	UNID	9,72	TRAVESSA DE INOX OVAL

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epigrafo.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital Pregão nº. 16/2014 – Procedimento Administrativo nº. 17/2014 e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irrevogáveis.

Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 24 de fevereiro de 2014.

ELOI JOSE QUEGE Prefeito Municipal	JULIAN ODACHOWOSKI E FILHOS LTDA CNPJ nº. 02.672.502/0001-94
---------------------------------------	---

Testemunhas:

1 Nilton Avanir Hurmus 2 Cleusa T. de Oliveira Correa

Ata de Registro de Preço 017/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 17/2014
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2014

Interessado: * SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE;

* FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

Aos 24 dias do mês de fevereiro do ano de 2014, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 – Centro – Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME, CNPJ nº. 09.053.748/0001-27, com sede e foro na Cidade de Taió - SC cito a Rua Cecilio Rodrigues, nº 136, Bairro Seminário; por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários:

Item	Qtde	Unid	P. Unitário	Descrição
009	15	UNID	304,00	FORNO ELETRICO NO MINIMO 45 LITROS
010	20	UNID	2.136,00	GELADEIRA COM CAPACIDADE MINIMA DE 445 LITROS.

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da

proposta/lance apresentado no Pregão epigrafo.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital Pregão nº. 16/2014 – Procedimento Administrativo nº. 17/2014 e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irrevogáveis.

Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 24 de fevereiro de 2014.

ELOI JOSE QUEGE Prefeito Municipal	BAGATOLI COM. DE MOVEIS LTDA ME CNPJ nº. 09.053.748/0001-27
---------------------------------------	--

Testemunhas:

1 Nilton Avanir Hurmus 2 Cleusa T. de Oliveira Correa

Ata de Registro de Preço 017/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 17/2014
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2014

Interessado: * SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE;

* FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

Aos 24 dias do mês de fevereiro do ano de 2014, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 – Centro – Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa ERICK ROBERTO SUDOSKI EIRELI - ME, CNPJ nº. 06.342.234/0001-01, com sede e foro na Cidade de Três Barras - SC cito a Avenida Rigessa, nº 1194, Bairro Vila Nova; por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários:

Item	Qtde	Unid	P. Unitário	Descrição
002	18	UNID	112,00	APARELHO DE DVD
007	10	UNID	165,00	ESPRESSO DE FRUTAS INDUSTRIAL.
013	10	UNID	88,00	CAFETEIRA ELÉTRICA COM CAPACIDADE PARA 24 CAFEZINHOS.
015	11	UNID	79,00	VENTILADOR DE TETO, 03 ASTES, 03 VELOCIDADES.
017	3	UNID	105,00	BATEDORA DE BOLO, COM CAPACIDADE MINIMA DE 03 LI TROS COM NO MINIMO 03 PAS BATEDORAS, COM BACIA EM PAD RIGIDO, ALIMENTACAO 220V OU BIVOLT.
018	3	UNID	123,00	LIQUIDIFICADOR - 220 VOLTS.
019	3	UNID	230,00	BEBEDOURO DE AGUA ELETRICO 220W(COM REFRIGERADOR)

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura,

ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epígrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital Pregão nº. 16/2014 – Procedimento Administrativo nº. 17/2014 e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irrecorribéis.

Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 24 de fevereiro de 2014.

ELOI JOSE QUEGE Prefeito Municipal	ERICK ROBERTO SUDOSKI EIRELI - ME CNPJ nº. 06.342.234/0001-01
---------------------------------------	--

Testemunhas:

1 Nilton Avanir Hurmus 2 Cleusa T. de Oliveira Correa

Ata de Registro de Preço 017/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 17/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2014

Interessado: * SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE;

* FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

Aos 24 dias do mês de fevereiro do ano de 2014, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 – Centro – Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa EUGENIO STEIDEL - SUPERMERCADO, CNPJ nº. 83.193.433/0001-38, com sede e foro na Cidade de Canoinhas - SC cito a Rua Dona Francisca, nº 585, Bairro Alto das Palmeiras; por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários:

Item	Qtde	Unid	P. Unitário	Descrição
020	30	UNID	59,80	GARRAFA TERMICA (CAPACID. 1,8 LITROS) SERVE JATO.
021	18	UNID	31,20	GARRAFA TERMICA (CAP. 05 LITROS)
025	35	UNID	6,20	CONCHA DE ALUMINIO GRANDE
032	25	UNID	6,80	FACA INOX GRANDE PARA CORTAR PAO (SERRINHA) CABO PLASTICO, TAMANHO APROX. 29 CM.
033	30	UNID	8,90	TABUA DE VIDRO PARA CARNE
046	280	UNID	2,65	COPO 200 ML
048	30	UNID	18,20	BACIA PLASTICA GRANDE
049	30	UNID	18,40	BACIA PLASTICA MEDIA
050	22	UNID	9,70	BACIA PLASTICA PEQUENA
051	10	UNID	8,98	JARRA PLASTICA CAPACIDADE MINIMA DE 5 LITROS COM TAMPA
053	5	UNID	18,70	BACIA PLASTICA COM TAMPA CAPACIDADE APROXIMADA DE 10 LITROS
054	3	UNID	36,70	BACIA PLASTICA COM TAMPA, CAPACIDADE APROXIMADA DE 30 LITROS

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epígrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital Pregão nº. 16/2014 – Procedimento Administrativo nº. 17/2014 e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irrecorribéis.

Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 24 de fevereiro de 2014.

ELOI JOSE QUEGE Prefeito Municipal	EUGENIO STEIDEL - SUPERMERCADO DO CNPJ nº. 83.193.433/0001-38
---------------------------------------	--

Testemunhas:

1 Nilton Avanir Hurmus 2 Cleusa T. de Oliveira Correa

Ata de Registro de Preço 017/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 17/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2014

Interessado: * SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE;

* FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

Aos 24 dias do mês de fevereiro do ano de 2014, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 – Centro – Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa INFOPLAN LTDA ME, CNPJ nº. 04.622.715/0001-37, com sede e foro na Cidade de São Bento do Sul - SC cito a Rua Alfredo Zipperer, nº 175, Bairro Centro; por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários:

Item	Qtde	Unid	P. Unitário	Descrição
003	10	UNID	240,00	Maquina Fotografica Digital
004	18	UNID	980,00	TELEVISOR 32 POLEGADAS
016	2	UNID	1.769,00	PROJETOR - BRILHO 2800 ANSI LUMENS CONTRASTE 3000:1 RESOLUÇÃO SVGA (800 X 600 PIXELS) MÉTODOS DE PROJEÇÃO TETO, FRONTAL, TRASEIRO REPRODUÇÃO DE COR 24 BIT - 16,7 MILHÕES ALTO FALANTE 2W ENTRADA DE AUDIO RCA X 1 SAÍDA DE AUDIO SIM SAÍDA DE VIDEO VGA (MINI D-SUB 15 PIN) X 1 HDTV 480I, 480P, 720P, 1080I VOLTAGEM BIVOLT - 100 - 240 V

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epígrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital Pregão nº. 16/2014 – Procedimento Administrativo nº. 17/2014 e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irrecorribéis.

Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 24 de fevereiro de 2014.

ELOI JOSE QUEGE Prefeito Municipal	INFOPLAN LTDA ME CNPJ nº. 04.622.715/0001-37
---------------------------------------	---

Testemunhas:

1 Nilton Avanir Hurmus 2 Cleusa T. de Oliveira Correa

Ata de Registro de Preço 017/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 17/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2014

Interessado: * SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE;

* FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

Aos 24 dias do mês de fevereiro do ano de 2014, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 – Centro – Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa LIBRA COMERCIO DE BALANCAS E EQUIPAMENTOS EIRELI - EPP, CNPJ nº. 15.245.621/0001-02, com sede e foro na Cidade de Mafra - SC cito a Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 889, Bairro Centro; por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários:

Item	Qtde	Unid	P. Unitário	Descrição
012	8	UNID	350,00	CILINDRO ELETTRICO
030	12	UNID	50,00	FRIGIDEIRA DE FERRO GRANDE
042	20	UNID	5,00	ESCUMADEIRA EM INOX (35 CM)
055	10	UNID	16,80	CAIXA VAZADA.

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epigrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital Pregão nº. 16/2014 – Procedimento Administrativo nº. 17/2014 e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irrevogáveis.

Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 24 de fevereiro de 2014.

ELOI JOSE QUEGE Prefeito Municipal	LIBRA COMERCIO DE BALANCAS E EQUIPAMENTOS EIRELI – EPP CNPJ nº. 15.245.621/0001-02,
---------------------------------------	--

Testemunhas:

1 Nilton Avanir Hurmus

2 Cleusa T. de Oliveira Correa

Ata de Registro de Preço 017/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 17/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2014

Interessado: * SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE;

* FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

Aos 24 dias do mês de fevereiro do ano de 2014, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 – Centro – Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa PAPELARIA SAO BENTO LTDA, CNPJ nº. 07.634.816/0001-16, com sede e foro na Cidade de São Bento do Sul - SC cito a Rua Cruzeiro, nº 386, Bairro Cruzeiro; por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários:

Item	Qtde	Unid	P. Unitário	Descrição
035	105	UNID	75,90	COLCHOES PARA BERCO DENSIDADE 23
040	18	UNID	42,90	PANELA DE PRESSAO - 07 LITROS - VALVULA DUPLA
057	9	UNID	4,75	COLHER DE PAU
058	6	UNID	7,10	ESCUMADEIRA DE ALUMINIO- MEDIA
059	10	UNID	12,13	FORMA PARA PAO CASEIRO - UNITARIO
060	7	UNID	5,65	JOGO DE POTE.
061	7	UNID	47,50	PANELA DE ALUMINIO 10 L
062	4	UNID	28,60	PANELA DE ALUMINIO 5 L
065	5	UNID	2,50	PENEIRA DE CHA (GRANDE)
067	48	UNID	7,10	XICARA COM PIRES PARA CAFE
068	6	UNID	26,50	TRAVESSAS REFRATARIA, VIDRO RETANGULAR, APROX. - 39 X 24cm.
070	5	UNID	4,49	SALEIRO PLASTICO COM TAMP (PLASTICO VIRGEM INCO-LOR) CAPACIDADE APROX: 01 KG.

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epigrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital Pregão nº. 16/2014 – Procedimento Administrativo nº. 17/2014 e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irrevogáveis. Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 24 de fevereiro de 2014.

ELOI JOSE QUEGE Prefeito Municipal	PAPELARIA SAO BENTO LTDA CNPJ nº. 07.634.816/0001-16
---------------------------------------	---

Testemunhas:

1 Nilton Avanir Hurmus

2 Cleusa T. de Oliveira Correa

Ata de Registro de Preço 017/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 17/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2014

Interessado: * SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE;

* FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

Aos 24 dias do mês de fevereiro do ano de 2014, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 – Centro – Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa REI DOS REIS COMERCIO ATACADISTA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA, CNPJ nº. 13.729..372/0001-03, com sede e foro na Cidade de Joinville - SC cito a Rua Germano Frederico Timm, nº 22, Bairro Itinga; por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários:

Item	Qtde	Unid	P. Unitário	Descrição
001	21	UNID	139,00	APARELHO DE SOM PORTATIL COM CD E MP3 E RADIO AM/FM 3,4W Rms
005	12	UNID	465,00	LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL CAPACIDADE DE 6 LITROS.
006	12	UNID	1.460,00	BATEDEIRA INDUSTRIAL MEDIDAS EXTERNAS MINIMAS (EM MM): - ALTURA: 410 - PROFUNDIDADE: 680 - LARGURA: 415 - CAPACIDADE MINIMA: 06 LITROS - PESO BRUTO MINIMO: 40 KG - MOTOR: BIVOLT; 1/4 CV; MONOF.
008	15	UNID	375,00	FORNO MICRO-ONDAS CAPACIDADE MINIMA DE 30 LITROS.
011	10	UNID	485,00	FOGAO A GAS 6 BOCAS

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epigrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital Pregão nº. 16/2014 – Procedimento

Administrativo nº. 17/2014 e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irreeajustáveis.

Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 24 de fevereiro de 2014.

ELOI JOSE QUEGE Prefeito Municipal	REI DOS REIS COM. ATACADISTA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA CNPJ nº. 13.729..372/0001-03
---------------------------------------	--

Testemunhas:

1 Nilton Avanir Hurmus

2 Cleusa T. de Oliveira Correa

Ata de Registro de Preço 017/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 17/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2014

Interessado: * SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE;

* FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

Aos 24 dias do mês de fevereiro do ano de 2014, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 – Centro – Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa ULTRA INDÚSTRIA DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA, CNPJ nº. 05.724.077/0001-28, com sede e foro na Cidade de Curitiba - PR cito a Rua Bartolomeu Lourenço de Gusmão, nº 4921, Bairro Boqueirão; por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários:

Item	Qtde	Unid	P. Unitário	Descrição
036	1.030	UNID	2,20	. CANECA PLÁSTICA - MATERIAL EM POLIPROPILENO ATÓXICO, ACABAMENTO BRILHANTE, RESISTÊNCIA A TEMPERATURA DE 100º CELSIUS POR NO MÍNIMO 20 MINUTOS, COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 300 ML, CONTENDO AS SEGUINTE DIMENSÕES: ALTURA EXTERNA NO MÍNIMO 8,0 CM, NO MÁXIMO 8,5 CM; DIÂMETRO INTERNO DA BOCA ENTRE 7,5 A 8,0 CM, ESPESSURA DA PAREDE E FUNDO DA CANECA, NO MÍNIMO 2,5 MM E MÁXIMO DE 3,0 MM, LARGURA MÍNIMA DA ALÇA 1,2 A 1,5 CM.; ALTURA DA ALÇA DE UM PONTO A OUTRO, ENTRE 5,0 A 6,0 CM.

037	1.030	UNID	3,10	PRATO PLÁSTICO - MATERIAL EM POLI-PROPILENO ATÓXICO, (DIVERSAS CORES) ACABAMENTO BRILHANTE, RESISTÊNCIA A TEMPERATURA DE 100º CELSIUS POR NO MÍNIMO 20 MINUTOS, COM CAPACIDADE ENTRE 500 E 600 ML, NA FORMA REDONDA, COM ABA CONTENDO AS SEGUINTE DIMENSÕES: ALTURA MÍNIMA DE 3,0 CM, (MEDINDO-SE DO CENTRO DO PRATO OU DE SUA LATERAL), ESPESSURA DE PAREDES ENTRE 2,5 A 3,0 MM, LARGURA DA ABA MÍNIMA DE 1,5 A 2,0 CM NO MÁXIMO; DIÂMETRO INTERNO DA BOCA ENTRE 16,0 A 19,0 CM NO MÁXIMO.
-----	-------	------	------	---

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epígrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital Pregão nº. 16/2014 – Procedimento Administrativo nº. 17/2014 e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irrevogáveis.

Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 24 de fevereiro de 2014.

ELOI JOSE QUEGE Prefeito Municipal	ULTRA INDÚST. DE PROD P SAUDE LTDA CNPJ nº. 05.724.077/0001-28
---------------------------------------	---

Testemunhas:

1 Nilton Avanir Hurmus 2 Cleusa T. de Oliveira Correa

Ata de Registro de Preço 020/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 20/2014.

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 19/2014.

Interessado: * SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO;

* SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS;

* ADMINISTRAÇÃO DISTRITAL SÃO CRISTÓVÃO;

Aos 10 dias do mês de março do ano de 2014, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 – Centro – Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa ASFALTECSUL MATERIAIS E SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº. 15.619.222/0001-64, com sede e foro na Cidade de São José, cito a Rua Heriberto Hulse, nº 2825, Bairro Jardim Santiago; por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente ao item abaixo discriminado, com seu respectivo preço unitário.

Item	Qtde	Unid	P. Unitário	Descrição
001	1.000	SACO	24,00	RECOMPOSITOR DE PISTA USINADO A QUENTE (CBUQ), PREPARADO COM AGREGADOS PÉTREOS CAP 50/70 MODIFICADO POR ADITIVO, PROCESSOS E MISTURA NÃO EMULSIONADO, PARA APLICAÇÃO A FRIO EM MANUTENÇÃO DE PAVIMENTOS (TAPA-BURACOS), QUE PODE SER ESTOCADO POR ATÉ 12 MESES, CAPAZ DE SER APLICADO MESMO EM BURACOS COM ÁGUA EM PERÍODOS DE CHUVA SEM A PERDA DA SUA COESÃO E ADERÊNCIA AO PAVIMENTO ANTIGO, DISPENSANDO A PINTURA DE LIGAÇÃO, EMBALADOS EM SACAS DE 25 KG.

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epígrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital Pregão nº. 20/2014 – Procedimento Administrativo nº. 19/2014, e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irrevogáveis.

Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 10 de março de 2014.

ELOI JOSE QUEGE Prefeito Municipal	ASFALTECSUL MAT. E SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº. 15.619.222/0001-64
---------------------------------------	--

Testemunhas:

1 Nilton Avanir Hurmus 2 Cleusa T. de Oliveira Correa

Decreto Nº 4.345 de 03 de Janeiro de 2014

DECRETO Nº 4.345 DE 03 DE JANEIRO DE 2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR TOTAL DE R\$ 62.652,72 PARA REFORÇO DE DOTAÇÕES CONSIGNADAS NO ORÇAMENTO VIGENTE.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras-SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município e de acordo com o Art. 5º da Lei nº. 3.105 de 20 de dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Abre crédito suplementar por anulação de dotações ao orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Três Barras, para exercício 2014, no valor de R\$ 62.652,72 (sessenta e dois mil seiscentos e cinquenta e dois reais e setenta e dois centavos), como segue:

13 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
01 – Fundo Municipal de Assistência Social			
008.243.0010.2023 – Atenção à Criança e ao Adolescente			
3350.00.00	10000	Transferências a Inst. Priv. s/ Fins Lucr /Recursos Ordinários	62.652,72

Art. 2º - Para cobertura da despesa prevista no Art. 1º, no valor

de R\$ 62.652,72 (sessenta e dois mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e setenta e dois centavos), será utilizado os recursos provenientes das seguintes anulações:

13 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
01 – Fundo Municipal de Assistência Social			
008.243.0010.2023 – Atenção à Criança e ao Adolescente			
		Transferências a Consórcios Públicos /Recursos Ordinários	
3371.00.00	1000		62.652,72

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Três Barras, 03 de janeiro de 2014
ELOI JOSE QUEGE
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER
Diretor

Decreto Nº 4.350 de 04 de Fevereiro de 2014

DECRETO Nº 4.350 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2014
DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO ÁREA DE TERRAS COM 10.345,88 M² PARTE INTEGRANTE DAS MATRÍCULAS IMOBILIÁRIAS Nº 8.865 E Nº 25.531, LOCALIZADA NO DISTRITO DE SÃO CRISTÓVÃO.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras-SC., no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública a área de 10.345,88 m² (dez mil, trezentos e quarenta e cinco metros e oitenta e oito centímetros quadrados) representada por parte das seguintes matrículas:

I – matrícula nº 8.865 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Canoinhas de propriedade de Clube de Caça e Tiro e Pesca "Major Tomaz Vieira" e Mili S/A - área de 2.116,31 m² (dois mil, cento e dezesseis metros e trinta e um centímetros quadrados), situada no Distrito de São Cristóvão, município de Três Barras;

II – matrícula nº 25.531 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Canoinhas de propriedade de Mili S/A e do Clube de Caça e Tiro e Pesca "Major Tomaz Vieira" - área de 8.229,57 m² (oito mil, duzentos e vinte e nove metros e cinquenta e sete centímetros quadrados), situada no Distrito de São Cristóvão, município de Três Barras – SC.

Parágrafo único. A área declarada de utilidade pública está identificada de acordo com os Anexos - Memorial Descritivo e Levantamento Topográfico Planimétrico, elaborado por Irio Gustavo Golanowski – Engenheiro Agrimensor CREA SC nº 20.990-8 – Anexo.

Art. 2º. A declaração de utilidade pública constante do art. 1º, deste Decreto, fundamenta-se no Decreto-lei nº 3.365/41, artigo 5º, alíneas "i" – abertura, conservação e melhoramento de vias ou logradouros públicos.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 04 de fevereiro de 2014.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal de Três Barras

Decreto Nº 4.351 de 04 de Fevereiro de 2014.

DECRETO Nº 4.351 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE O PRAZO DAS CONTRATAÇÕES TEMPORÁRIAS DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, REGULADAS PELA LEI Nº 2.520/2005, PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, a necessidade de contratação de pessoal temporário para atender necessidade de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO, o disposto no Parágrafo Único do artigo 4º da Lei nº 2.520/2005;

CONSIDERANDO, os princípios constitucionais que regem a Administração, em especial, o da eficiência;

DECRETA:

Art. 1º. Para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, a Administração Municipal poderá efetuar a contratação de pessoal por prazo determinado.

Art. 2º. Fica estabelecido em 11 (onze) meses o prazo de contratação de pessoal para ter exercício no Município, junto a uma de suas secretarias, sempre que necessário ao desenvolvimento dos trabalhos no corrente ano.

Art. 3º. Considerar-se-á o período de 45 (quarenta e cinco) dias, como prazo de experiência, para as contratações previstas no artigo anterior.

§ 1º. A aferição do desempenho do contratado, será realizada pelo superior hierárquico nos primeiros 30 (trinta) dias de efetivo exercício, através de questionário específico;

§ 2º. Constatada a insuficiência de desempenho, o contrato será automaticamente rescindido, sem direito a qualquer indenização, aplicando-se o disposto no art. 11, inciso I, da Lei nº 2.520/2005.
Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos à 1º de fevereiro de 2014.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 04 de fevereiro de 2014.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

William Gerson Nayzer
Diretor

Decreto Nº 4.352 de 10 de Fevereiro de 2014.

DECRETO Nº 4.352 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

HOMOLOGA O RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO REFERENTE AO EDITAL Nº 001 DE 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, a realização de Processo Seletivo através do Edital nº 001/2014, sob a supervisão de Comissão designada para esta finalidade;

CONSIDERANDO, a conclusão dos trabalhos de realização do processo e não havendo pendências quanto a recursos, depois de decorridos os prazos legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o resultado final do Processo Seletivo realizado através do Edital nº 001 de 2014, em especial a ordem de classificação dos candidatos, devidamente publicada em 04 de fevereiro de 2014, por meio de comunicado afixado no Mural de Avisos Gerais da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, tudo em conformidade com o disposto no referido edital.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 10 de fevereiro de 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

William Gerson Nayzer
Diretor

Decreto Nº 4.353 de 10 de Fevereiro de 2014

DECRETO Nº 4.353 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR TOTAL DE R\$ 461.102,09, PARA REFORÇO DE DOTAÇÕES CONSIGNADAS NO ORÇAMENTO VIGENTE.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras-SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município e de acordo com o Art. 5º da Lei nº. 3.105 de 20 de dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Abre crédito adicional suplementar por superávit financeiro do exercício anterior, ao orçamento da Prefeitura Municipal de Três Barras para exercício 2014, no valor de R\$ 20.513,62 (Vinte mil, quinhentos e treze reais e sessenta e dois centavos), como segue:

04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO			
01 – Secretaria de Administração			
004.122.0005.2009 – Manutenção das Atividades da Administração			
4490.00.00	38300	Aplic. Diretas / Oper. Créd. Internas Outros Programas	20.513,62

Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, será utilizado como fonte de recursos o superávit financeiro apurado ao

final do exercício de 2013, como segue:

- Conta 76.516-3 do Banco do Brasil, agência 5278-7, valor de R\$ 20.513,62 no vínculo 38300.

Art. 3º - Abre crédito adicional suplementar de provável excesso de arrecadação por convênios ao orçamento do Município de Três Barras, para exercício 2014, no valor de R\$ 333.472,29 (Trezentos e trinta e três mil, quatrocentos e setenta e dois reais e vinte e nove centavos), como segue:

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS			
01 – Secretaria de Viação, Obras e Serviços			
015.451.0021.1015 – Ampliação da Pavimentação, Urbanização e Infraestrutura			
4490.00.00	12454	Aplic. Diretas/ Conv. União Min. Cidades- Pavimentações	233.472,29
004.122.0017.2074 – Apoio a Secretaria de Viação e Obras			
3390.00.00	12461	Aplic. Diretas / Transf. Est. FEDC/ SDR –Defesa Civil	100.000,00

Art. 4º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, será utilizado como fonte de recursos o provável excesso de arrecadação por convênios como segue:

-Contrato de Repasse nº 330.086-04/2010 e 366.419-81/2011 – Convênio Ministério das Cidades/Caixa Econômica Federal no valor de R\$ 233.472,29 (Duzentos e trinta e três mil, quatrocentos e setenta e dois reais e vinte e nove centavos) no vínculo 12454.

-Termo de Convênio nº 029/SDC/2013- Fundo Estadual da Defesa Civil/ Secretaria de Desenvolvimento Regional de Canoinhas no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais) no vínculo 12461.

Art. 5º - Abre crédito suplementar por anulação de dotações ao orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Três Barras, para exercício 2014, no valor de R\$ 78.316,18 (Setenta e oito mil, trezentos e dezesseis reais e dezoito centavos), como segue:

12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
01 – Fundo Municipal de Saúde			
010.303.0009.2078 – MAC Média e Alta Complexidade			
4490.00.00	16502	Aplic. Diretas / MAC- Redes Urg./ Emerg.-Hosp. Retag.	72.288,06
3171.00.00	16501	Transferências a Consórcios Públicos / Média e Alta Complexidade –MAC.	6.028,12

Art. 6º - Para cobertura da despesa prevista no Art. 5º, no valor de R\$ 78.316,18 (Setenta e oito mil, trezentos e dezesseis reais e dezoito centavos), será utilizado os recursos provenientes das seguintes anulações:

12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
01 – Fundo Municipal de Saúde			
010.303.0009.2078 – MAC Média e Alta Complexidade			
3390.00.00	16502	Aplic. Diretas / MAC- Redes Urg./ Emerg.-Hosp. Retag.	72.288,06

3371.00.00	16501	Transferências a Consórcios Públicos / Média e Alta Complexidade –MAC.	6.028,12
------------	-------	--	----------

Art. 7º - Abre crédito suplementar por anulação de dotações ao orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Três Barras, para exercício 2014, no valor de R\$ 28.800,00 (Vinte e oito mil e oitocentos reais), como segue:

13 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
01 – Fundo Municipal de Assistência Social			
008.243.0010.2023 – Atenção à Criança e ao Adolescente			
3350.00.00	10000	Transf. a Inst. Priv. S/Fins Lucr/ Recursos Ordinários	28.800,00

Art. 8º - Para cobertura da despesa prevista no Art. 7º, no valor de R\$ R\$ 28.800,00 (Vinte e oito mil e oitocentos reais), será utilizado os recursos provenientes das seguintes anulações:

13 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
01 – Fundo Municipal de Assistência Social			
008.243.0010.2023 – Atenção à Criança e ao Adolescente			
3371.00.00	10000	Transf. a Inst. Priv. S/Fins Lucr/ Recursos Ordinários	28.800,00

Art. 9º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Três Barras, 10 de fevereiro de 2014

ELOI JOSE QUEGE

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

Decreto Nº. 4.347 de 20 de Janeiro de 2014.

DECRETO Nº. 4.347 DE 20 DE JANEIRO DE 2014.

REVOGA O DECRETO Nº. 4.306/2013 – “ESTABELECE HORÁRIO DE ESPEDIENTE NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS – HORÁRIO DE VERÃO”

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica revogado o Decreto nº. 4.306 de, 14 de Outubro de 2013, que estabeleceu o “Horário de Verão” nas repartições públicas Municipais, devendo os servidores municipais cumprir o horário do expediente normal em seus locais de trabalho.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor a contar do dia 30 de Janeiro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal Três Barras (SC), em 20 Janeiro de 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

ESTE Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Decreto Nº. 4.354 de 18 de Fevereiro de 2014.

DECRETO Nº. 4.354 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2014.

DESIGNA MEMBROS DO “GRUPO MUNICIPAL DE ARTICULAÇÃO E MONITORAMENTO DO PLANO VIVER SEM LIMITES”.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º.- Ficam designados os membros do “Grupo Municipal de Articulação e Monitoramento do Plano Viver sem Limites”, do Município de Três Barras – SC, conforme a seguir:

Secretaria de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda:

- Allan José Lisboa

- Carla Roberta Ludka Mota.

Secretaria de Educação, Cultura e Esporte:

- Marco Aurélio Budant – (Coordenador)

- Maria Gorete de Quadros Pereira.

Secretaria de Saúde:

- Márcio Adélio Eble

- Marina Nunes Guimarães Dubiel.

Secretaria de Administração e Planejamento:

- Vivianne Pailo Collares

- Osmar Cachuc.

Art. 2º.- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de Fevereiro de 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura Municipal, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

Decreto Nº 4.355 de 18 de Fevereiro de 2014

DECRETO Nº 4.355 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2014

REVOGA O DECRETO Nº 4.328 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras-SC., no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando a edição do Decreto nº 4.328 de 29 de novembro de 2013 que declarou de utilidade pública para fins de desapropriação a área de terra com 26.946,00m² de propriedade de Cooperativa

Agropecuária de Canoinhas Ltda.;

DECRETA:

Art. 1º. Fica revogado o Decreto nº 4.328 de 29 de novembro de 2013.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de fevereiro de 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras.

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

DECRETO Nº.4.356 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014.

DECRETO Nº.4.356 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014.

ESTABELECE PONTO FACULTATIVO NOS DIAS 03 E 04 MARÇO DO CORRENTE NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º.- Fica estabelecido ponto facultativo nos dias 03 e 04 de março do corrente ano, em razão do Carnaval, nas repartições públicas do Município de Três Barras – SC.

Art. 2º.- O atendimento dos serviços públicos essenciais nas datas mencionadas no artigo anterior, deverá ser garantido pelo órgãos da Secretaria de Saúde, por intermédio de escalas de serviço ou plantão.

Art. 3º.- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 21 de Fevereiro de 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura Municipal, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

Decreto Nº 4.357 de 21 de Fevereiro de 2014

DECRETO Nº 4.357 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR TOTAL DE R\$ 652.800,00, PARA REFORÇO DE DOTAÇÕES CONSIGNADAS NO ORÇAMENTO VIGENTE.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras-SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município e de acordo com o Art. 5º da Lei nº. 3.105 de 20 de dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Abre crédito adicional suplementar de provável excesso de arrecadação por convênios ao orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Três Barras, para exercício 2014, no valor de R\$ 652.800,00 (Seiscentos e cinquenta e dois mil e oitocentos reais), como segue:

12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
01 – Fundo Municipal de Saúde			
010.301.0009.1072 – Construção Unidade de Saúde B. João Paulo II			
4490.00.00	12307	Aplic. Diretas / Conv. União – Unidade João Paulo II	326.400,00
4490.00.00	12308	Aplic. Diretas/ Conv. União –Uni- dade Bom Jesus/ Vila Nova	326.400,00

Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, será utilizado como fonte de recursos o provável excesso de arrecadação por convênios como segue:

-Convênio/Repasse (Fundo a Fundo) com a União – Ministério da Saúde – Fundo Nacional de Saúde, conforme Processo nº 25000.121159/2012-11, Proposta nº 11491075000113001 para a construção da Unidade de Saúde do Bairro João Paulo II no valor de R\$ 326.400,00, vínculo 12307.

-Convênio/Repasse (Fundo a Fundo) com a União – Ministério da Saúde – Fundo Nacional de Saúde, conforme Processo nº 25000.121159/2012-11, Proposta nº 11491075000113002 para a Construção da Unidade de Saúde do Bairro Vila Nova no valor de R\$ 326.400,00, vínculo 12308.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Três Barras, 21 de fevereiro de 2014

ELOI JOSE QUEGE

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

Treze Tílias

PREFEITURA

Portaria Nº 036-14 - Reconduzir Zenir Zang

PORTARIA Nº 36/14 DE 14 DE MARÇO DE 2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E NA CONFORMIDADE DO ARTIGO 73, VII E IX DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO,

RESOLVE:

Artigo 1º - RECONDUZIR a Servidora ZENIR ZANG ao cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, adequando-se o seu vencimento e carga horária no nível III do Plano de Cargos e Salários (Lei Complementar 39/2011), bem como às funções respectivas ao cargo.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios (DOM), revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 14 DE MARÇO DE 2014.

MAURO DRESCH
Prefeito

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 037-14 - Readequar Ivone Margreiter

PORTARIA Nº 37/14 DE 14 DE MARÇO DE 2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E NA CONFORMIDADE DO ARTIGO 73, VII E IX DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO,

RESOLVE:

Artigo 1º - READEQUAR os vencimentos da servidora IVONE MARGREITER aos do respectivo cargo de MONITORA DE CRECHE, previsto na Lei Complementar Municipal nº. 05/2004 (Plano de Carreira do Magistério), bem como às respectivas funções estatutárias.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios (DOM), revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 14 DE MARÇO DE 2014.

MAURO DRESCH
Prefeito

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 038-14 - Nomear Luiz Falchetti

PORTARIA Nº 038/14 DE 17 DE MARÇO DE 2014.

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR o Sr. LUIZ FALCHETTI, CPF nº 425.676.299-04, residente e domiciliado neste município para ocupar o cargo comissionado de DIRETOR DE SERVIÇOS URBANOS.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 17 DE MARÇO DE 2013.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária de Administração e Finanças

AVISO DE LICITAÇÃO 19/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS
Processo Licitatório nº 19/2014 – CHAMADA PÚBLICA

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar para alunos da Rede Municipal de Ensino, conforme itens constantes no Anexo I desta Chamada Pública. Os interessados deverão apresentar a documentação para habilitação e proposta de preço, até as 09h00min do dia 04 de Abril de 2014, no Centro Administrativo Municipal, sito a Praça Ministro Andreas Thaler, 25. Maiores informações no telefone (49) 35370166.

MAURO DRESCH
Prefeito

Tunápolis

PREFEITURA

Errata

Aviso de retificação

Comunica Errata no Edital, publicado no dia 14/03/2014, onde se lê : "Pregão Presencial nº 31/2014, referente "aquisição de UMA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA SOBRE ESTEIRAS NOVA, e UM TRATOR DE ESTEIRAS NOVO, conforme recursos do convenio nº 2014TR000030-FUNDAM.

leia –se: "Pregão Presencial nº 31/2014, Referente "aquisição de UMA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA SOBRE ESTEIRAS NOVA, e UM TRATOR DE ESTEIRAS NOVO, conforme recursos do convenio nº 2014TR000030-FUNDAM

com abertura para o dia 01/04/2014 as 14h.

Informações no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22, Email:compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 18 de março de 2014
 ENOI SCHERER
 Prefeito Municipal

Contrato Nº08/2014 FMS
CONTRATO Nº 08/2014

CONTRATANTE: O Município de Tunápolis, através do Fundo Municipal da Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 12.273.240/0001-49, com endereço na Rua Albino Frantz, neste ato representado pelo Gestor do Fundo Municipal da Saúde, senhor Bruno José Heberle, portador do RG nº 2.201.747 e CPF nº 626.965.569-20, residente e domiciliado na Linha São Pedro, interior neste Município doravante denominado simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrito no CNPJ sob o nº 00.802.002/0001-02, estabelecida na Estrada Boa Esperança, nº 2320, Bairro Fundo Canoas no município de Rio do Sul/SC, considerado doravante CONTRATADO.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 10.520/02, na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações e no Processo Licitatório nº 02/2014 e Pregão Presencial 02/2014.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO. O objeto do presente contrato consiste na AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/MATERIAL PERMANENTE DESTINADOS PARA O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, DE ACORDO COM A PROPOSTA N.º 78486.198000/1130-01-MINISTÉRIO DA SAÚDE, conforme especificações constantes da Proposta declarada vencedora da Licitação acima referida.

Tem	Qtd.	Uni	Descrição	Preço máximo previsto R\$
51	1	Un	Oxímetro de pulso - portátil (de mão) curva plestimográfica possui sensor de spo2 03	2.007,02
69	2	Un	Mesa de exames – material de confecção aço/ferro pintado. Posição do leito móvel. Acessório (s) suporte para papel. Gabinete com portas e gavetas possui.	1598,00
			TOTAL	5.203,02

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE PAGAMENTO, DO DOCUMENTO FISCAL.

2.1 O pagamento será feito pelo Fundo Municipal da Saúde, em até 10(dez) dias após a data do recebimento dos equipamentos, devidamente instalados mediante a apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, diretamente na tesouraria da Prefeitura Municipal, ou mediante a emissão de Ordem Bancária em conta corrente indicada pela contratada.

2.2 A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento informando a Agência Bancária e o número da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

2.3 Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

2.4 A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem

como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE.

3.1 Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.

4.1 – Os equipamentos e materiais deverão ser entregues livres de frete e descarga, devidamente instalados e funcionando, no Posto de Saúde, ou ainda em outro local designado pelo requisitante, dentro de perímetro urbano do município, devendo ocorrer em até 30 (trinta) dias consecutivos após a emissão da Autorização de Fornecimento feita pelo Município/ Fundo.

4.2 – A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

4.3 - Imediatamente após a entrega dos equipamentos e materiais, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

4.4 – Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

4.5 – A Secretaria da Saúde terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a LICITANTE VENCEDORA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

4.6 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da LICITANTE VENCEDORA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO.

5.1 O CONTRATADO obriga-se fornecer os equipamentos contratados com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 02/2014 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

5.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, À CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

5.3 A fiscalização e o controle por parte do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração ao CONTRATADO do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

5.4 Entregar e instalar os equipamentos no prazo estabelecido.

5.5 Fornecer os equipamentos, objeto deste Contrato, de acordo com as especificações e quantidade solicitada na autorização de fornecimento, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição do mesmo quando constatado, no seu recebimento, não estar em perfeita conformidade com as referidas especificações dos anexos do Edital e deste contrato.

5.6 A CONTRATADA prestará assistência técnica gratuita do Bem durante o período de garantia.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.

6.1 O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE obriga-se adquirir os equipamentos e materiais acima referidos, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

7.1 As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2014 do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE:

Unidade Orçamentária	Descrição
Órgão 10 – Unid 01 Proj/Ativ.1.003 (dot 01)	4.4.90.00.00.00.00.0104 – Aquisição de Veículos, Equipamentos e Materiais permanentes para a Saúde.
Órgão 10 – Unid 01 Proj/Ativ.1.003 (dot 02)	3.390.00.00.00.00.0010064 Aquisição de Veículos, Equipamentos e Materiais permanentes para a Saúde.

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO.

8.1 O presente contrato tem sua vigência até dia 31 de Dezembro de 2014, iniciando na data de sua assinatura.

CLÁUSULA NONA – RESCISÃO CONTRATUAL.

9.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

9.1.1 Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

9.1.2 Por acordo entre as partes;

9.1.3 Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES.

10.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

10.1.1. Advertência.

10.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

10.1.3. Declaração de inidoneidade;

10.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FORO COMPETENTE.

11.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC, 31 de janeiro de 2014.

BRUNO JOSÉ HEBERLE

Gestor do Fundo

CONTRATANTE

ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
CONTRATADA

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger Eidt
CPF: 020.226.259.60

Contrato Nº09/2014 FMS

CONTRATO Nº 9/2014

CONTRATANTE: O Município de Tunápolis, através do Fundo Municipal da Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 12.273.240/0001-49, com endereço na Rua Albino Frantz, neste ato representado pelo Gestor do Fundo Municipal da Saúde, senhor Bruno José Heberle, portador do RG nº 2.201.747 e CPF nº 626.965.569-20, residente e domiciliado na

Linha São Pedro, interior neste Município doravante denominado simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa CASA CIRURGICA CHAPECÓ LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado inscrito no CNPJ sob o nº 02.756.441/0001-43, estabelecida na Rua Uruguai, nº 1123, Bairro Maria Goretti no município de Chapecó/SC, considerado doravante CONTRATADO.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 10.520/02, na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações e no Processo Licitatório nº 02/2014 e Pregão Presencial 02/2014.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO. O objeto do presente contrato consiste na AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/MATERIAL PERMANENTE DESTINADOS PARA O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, DE ACORDO COM A PROPOSTA Nº 78486.198000/1130-01-MINISTÉRIO DA SAÚDE, conforme especificações constantes da Proposta declarada vencedora da Licitação acima referida.

Tem	Qtd.	Uni	Descrição	Preço máximo previsto R\$
8	1	Un	Carro de curativos - material de confecção aço / ferro pintado. Acessório(s) balde e bacia. Garantia mínima de 12(doze) meses	608,00
9	1	Un	Armário vitrine - material de confecção aço / ferro pintado. Número de portas 2 portas. Laterais de vidro possui.	610,00
56	1	Un	Foco refletor ambulatorial – iluminação halogênio, haste flexível.	379,00
			TOTAL	1.597,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE PAGAMENTO, DO DOCUMENTO FISCAL.

2.1 O pagamento será feito pelo Fundo Municipal da Saúde, em até 10(dez) dias após a data do recebimento dos equipamentos, devidamente instalados mediante a apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, diretamente na tesouraria da Prefeitura Municipal, ou mediante a emissão de Ordem Bancária em conta corrente indicada pela contratada.

2.2 A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento informando a Agência Bancária e o número da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

2.3 Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

2.4 A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE.

3.1 Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.

4.1 – Os equipamentos e materiais deverão ser entregues livres de frete e descarga, devidamente instalados e funcionando, no Posto de Saúde, ou ainda em outro local designado pelo requisitante, dentro de perímetro urbano do município, devendo ocorrer em até

30 (trinta) dias consecutivos após a emissão da Autorização de Fornecimento feita pelo Município/ Fundo.

4.2 – A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

4.3 - Imediatamente após a entrega dos equipamentos e materiais, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

4.4 – Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

4.5 – A Secretaria da Saúde terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a LICITANTE VENCEDORA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

4.6 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da LICITANTE VENCEDORA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO.

5.1 O CONTRATADO obriga-se fornecer os equipamentos contratados com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 02/2014 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

5.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, À CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

5.3 A fiscalização e o controle por parte do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração ao CONTRATADO do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

5.4 Entregar e instalar os equipamentos no prazo estabelecido.

5.5 Fornecer os equipamentos, objeto deste Contrato, de acordo com as especificações e quantidade solicitada na autorização de fornecimento, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição do mesmo quando constatado, no seu recebimento, não estar em perfeita conformidade com as referidas especificações dos anexos do Edital e deste contrato.

5.6 A CONTRATADA prestará assistência técnica gratuita do Bem durante o período de garantia.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.

6.1 O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE obriga-se adquirir os equipamentos e materiais acima referidos, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

7.1 As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2014 do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE:

Unidade Orçamentária	Descrição
Órgão 10 – Unid 01 Proj/Ativ.1.003 (dot 01)	4.4.90.00.00.00.00.0104 – Aquisição de Veículos, Equipamentos e Materiais permanentes para a Saúde.
Órgão 10 – Unid 01 Proj/Ativ.1.003 (dot 02)	3.390.00.00.00.00.0010064 Aquisição de Veículos, Equipamentos e Materiais permanentes para a Saúde.

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO.

8.1 O presente contrato tem sua vigência até dia 31 de Dezembro de 2014, iniciando na data de sua assinatura.

CLÁUSULA NONA – RESCISÃO CONTRATUAL.

9.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

9.1.1 Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

9.1.2 Por acordo entre as partes;

9.1.3 Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES.

10.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

10.1.1. Advertência.

10.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

10.1.3. Declaração de inidoneidade;

10.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FORO COMPETENTE.

11.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC, 31 de janeiro de 2014.

BRUNO JOSÉ HEBERLE

Gestor do Fundo

CONTRATANTE

CASA CIRURGICA CHAPECÓ LTDA – EPP
CONTRATADA

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff

CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger Eidt

CPF: 020.226.259-60

Contrato Nº10/2014 FMS

CONTRATO Nº 10/2014

CONTRATANTE: O Município de Tunápolis, através do Fundo Municipal da Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 12.273.240/0001-49, com endereço na Rua Albino Frantz, neste ato representado pelo Gestor do Fundo Municipal da Saúde, senhor Bruno José Heberle, portador do RG nº 2.201.747 e CPF nº 626.965.569-20, residente e domiciliado na Linha São Pedro, interior neste Município doravante denominado simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado inscrito no CNPJ sob o nº 95.368.320/0001-05, estabelecida na Rua Paraná, nº 299, centro do município de Pato Branco/PR, considerado doravante **CONTRATADO**.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 10.520/02, na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações e no Processo Licitatório nº 02/2014 e Pregão Presencial 02/2014.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO. O objeto do presente contrato consiste na AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/MATERIAL PERMANENTE DESTINADOS PARA O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, DE ACORDO COM A PROPOSTA N.º 78486.198000/1130-01-MINISTÉRIO DA SAÚDE, conforme especificações constantes da Proposta declarada vencedora da Licitação acima referida.

Tem	Qtd.	Uni	Descrição	Preço máximo previsto R\$
30	2	Un	Esfigmomanômetro adulto - material de confecção nylon. Tipo de feixe velcro	84,00
52	2	Un	Esfigmomanômetro adulto - material de confecção nylon. Tipo de feixe velcro	84,00
60	2	Un	Esfigmomanômetro adulto - material de confecção nylon. Tipo de feixe velcro	84,00
72	2	Un	Nebulizador portátil – tipo compressor. Números de saídas simultâneas 01.	140,00
99	1	Un	Nebulizador portátil – tipo compressor. Números de saídas simultâneas 01. Garantia mínima de 12(doze) meses	140,00
			TOTAL	924,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE PAGAMENTO, DO DOCUMENTO FISCAL.

2.1 O pagamento será feito pelo Fundo Municipal da Saúde, em até 10(dez) dias após a data do recebimento dos equipamentos, devidamente instalados mediante a apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, diretamente na tesouraria da Prefeitura Municipal, ou mediante a emissão de Ordem Bancária em conta corrente indicada pela contratada.

2.2 A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento informando a Agência Bancária e o número da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

2.3 Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

2.4 A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE.

3.1 Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.

4.1 – Os equipamentos e materiais deverão ser entregues livres de frete e descarga, devidamente instalados e funcionando, no Posto de Saúde, ou ainda em outro local designado pelo requisitante, dentro de perímetro urbano do município, devendo ocorrer em até 30 (trinta) dias consecutivos após a emissão da Autorização de Fornecimento feita pelo Município/ Fundo.

4.2 – A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

4.3 - Imediatamente após a entrega dos equipamentos e materiais, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

4.4 – Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

4.5 – A Secretaria da Saúde terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a LICITANTE VENCEDORA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

4.6 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da LICITANTE VENCEDORA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO.

5.1 O CONTRATADO obriga-se fornecer os equipamentos contratados com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 02/2014 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

5.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, À CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

5.3 A fiscalização e o controle por parte do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração ao CONTRATADO do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

5.4 Entregar e instalar os equipamentos no prazo estabelecido.

5.5 Fornecer os equipamentos, objeto deste Contrato, de acordo com as especificações e quantidade solicitada na autorização de fornecimento, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição do mesmo quando constatado, no seu recebimento, não estar em perfeita conformidade com as referidas especificações dos anexos do Edital e deste contrato.

5.6 A CONTRATADA prestará assistência técnica gratuita do Bem durante o período de garantia.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.

6.1 O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE obriga-se adquirir os equipamentos e materiais acima referidos, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

7.1 As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2014 do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE:

Unidade Orçamentária	Descrição
Órgão 10 – Unid 01 Proj/Ativ.1.003 (dot 01)	4.4.90.00.00.00.00.00.0104 – Aquisição de Veículos, Equipamentos e Materiais permanentes para a Saúde.
Órgão 10 – Unid 01 Proj/Ativ.1.003 (dot 02)	3.390.00.00.00.00.00.00.0010064 Aquisição de Veículos, Equipamentos e Materiais permanentes para a Saúde.

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO.

8.1 O presente contrato tem sua vigência até dia 31 de Dezembro de 2014, iniciando na data de sua assinatura.

CLÁUSULA NONA – RESCISÃO CONTRATUAL.

9.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

9.1.1 Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

9.1.2 Por acordo entre as partes;

9.1.3 Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES.

10.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

10.1.1. Advertência.

10.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

10.1.3. Declaração de inidoneidade;

10.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FORO COMPETENTE.

11.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC, 31 de janeiro de 2014.

BRUNO JOSÉ HEBERLE

Gestor do Fundo

CONTRATANTE

DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP
CONTRATADA

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff

CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger Eidt

CPF: 020.226.259.60

Contrato N°11/2014 FMS

CONTRATO N° 11/2014

CONTRATANTE: O Município de Tunápolis, através do Fundo Municipal da Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 12.273.240/0001-49, com endereço na Rua Albino Frantz, neste ato representado pelo Gestor do Fundo Municipal da Saúde, senhor Bruno José Heberle, portador do RG nº 2.201.747 e CPF nº 626.965.569-20, residente e domiciliado na Linha São Pedro, interior neste Município doravante denominado simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa DENTAL OESTE EIRELI, pessoa jurídica de direito privado inscrito no CNPJ sob o nº 05.412.147/0001-02,

estabelecida na Rua Das Flores, nº 549, centro do município de Iporã do Oeste/SC, considerado doravante CONTRATADO.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 10.520/02, na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações e no Processo Licitatório nº 02/2014 e Pregão Presencial 02/2014.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO. O objeto do presente contrato consiste na AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/MATERIAL PERMANENTE DESTINADOS PARA O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, DE ACORDO COM A PROPOSTA N.º 78486.198000/1130-01-MINISTÉRIO DA SAÚDE, conforme especificações constantes da Proposta declarada vencedora da Licitação acima referida.

Tem	Qtd.	Uni	Descrição	Preço máximo previsto R\$
7	1	Un	Suporte de soro - material de confecção aço / ferro pintado tipo pedestal altura regulável.	212,00
18	1	Un	Carro para material de limpeza - material de confecção polipropileno. Balde espremedor possui. Kit c/ mops líquido e pó, placa sinaliz. E pá possui. Saco de vinil possui. Garantia mínima de 12(doze) meses	745,00
29	2	Un	Suporte de soro - material de confecção aço / ferro pintado. Tipo pedestal altura regulável	212,00
55	2	Un	Suporte de soro - material de confecção aço / ferro pintado. Tipo pedestal altura regulável	212,00
67	2	Un	Detector fetal – tipo portátil. Tecnologia digital	790,00
68	2	Un	Suporte de soro - material de confecção aço / ferro pintado. Tipo pedestal altura regulável	212,00
73	2	Un	Suporte de soro - material de confecção aço / ferro pintado. Tipo pedestal altura regulável	212,00
75	1	Un	Suporte de soro - material de confecção aço / ferro pintado. Tipo pedestal altura regulável	212,00
80	2	Un	Suporte de soro - material de confecção aço / ferro pintado. Tipo pedestal altura regulável	212,00
90	2	Un	Suporte de soro - material de confecção aço / ferro pintado. Tipo pedestal altura regulável	212,00
98	2	Un	Suporte de soro - material de confecção aço / ferro pintado. Tipo pedestal altura regulável	212,00
			TOTAL	5.717,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE PAGAMENTO, DO DOCUMENTO FISCAL.

2.1 O pagamento será feito pelo Fundo Municipal da Saúde, em até 10(dez) dias após a data do recebimento dos equipamentos, devidamente instalados mediante a apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, diretamente na tesouraria da Prefeitura Municipal, ou mediante a emissão de Ordem Bancária em conta corrente indicada pela contratada.

2.2 A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento informando a Agência Bancária e o número da

Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

2.3 Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

2.4 A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE.

3.1 Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.

4.1 – Os equipamentos e materiais deverão ser entregues livres de frete e descarga, devidamente instalados e funcionando, no Posto de Saúde, ou ainda em outro local designado pelo requisitante, dentro de perímetro urbano do município, devendo ocorrer em até 30 (trinta) dias consecutivos após a emissão da Autorização de Fornecimento feita pelo Município/ Fundo.

4.2 – A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

4.3 - Imediatamente após a entrega dos equipamentos e materiais, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

4.4 – Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

4.5 – A Secretaria da Saúde terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a LICITANTE VENCEDORA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

4.6 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da LICITANTE VENCEDORA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO.

5.1 O CONTRATADO obriga-se fornecer os equipamentos contratados com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 02/2014 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

5.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, À CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

5.3 A fiscalização e o controle por parte do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração ao CONTRATADO do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

5.4 Entregar e instalar os equipamentos no prazo estabelecido.

5.5 Fornecer os equipamentos, objeto deste Contrato, de acordo com as especificações e quantidade solicitada na autorização de fornecimento, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição do mesmo quando constatado, no seu recebimento, não estar em

perfeita conformidade com as referidas especificações dos anexos do Edital e deste contrato.

5.6 A CONTRATADA prestará assistência técnica gratuita do Bem durante o período de garantia.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.

6.1 O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE obriga-se adquirir os equipamentos e materiais acima referidos, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

7.1 As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2014 do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE:

Unidade Orçamentária	Descrição
Órgão 10 – Unid 01 Proj/Ativ.1.003 (dot 01)	4.4.90.00.00.00.00.0104 – Aquisição de Veículos, Equipamentos e Materiais permanentes para a Saúde.
Órgão 10 – Unid 01 Proj/Ativ.1.003 (dot 02)	3.390.00.00.00.00.0010064 Aquisição de Veículos, Equipamentos e Materiais permanentes para a Saúde.

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO.

8.1 O presente contrato tem sua vigência até dia 31 de Dezembro de 2014, iniciando na data de sua assinatura.

CLÁUSULA NONA – RESCISÃO CONTRATUAL.

9.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

9.1.1 Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

9.1.2 Por acordo entre as partes;

9.1.3 Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES.

10.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

10.1.1. Advertência.

10.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

10.1.3. Declaração de inidoneidade;

10.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FORO COMPETENTE.

11.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC, 31 de janeiro de 2014.

BRUNO JOSÉ HEBERLE

Gestor do Fundo

CONTRATANTE

DENTAL OESTE EIRELI

CONTRATADA

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff

CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger Eidt

CPF: 020.226.259.60

Contrato Nº12/2014 FMS

CONTRATO Nº 12/2014

CONTRATANTE: O Município de Tunápolis, através do Fundo Municipal da Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 12.273.240/0001-49, com endereço na Rua Albino Frantz, neste ato representado pelo Gestor do Fundo Municipal da Saúde, senhor Bruno José Heberle, portador do RG nº 2.201.747 e CPF nº 626.965.569-20, residente e domiciliado na Linha São Pedro, interior neste Município doravante denominado simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa ODONTOMEDI – PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado inscrito no CNPJ sob o nº 06.194.440/0001-03, estabelecida na Avenida Luiz Antonio Faedo, nº 1612, Bairro Industrial do município de Francisco Beltrão/PR, considerado doravante CONTRATADO.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 10.520/02, na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações e no Processo Licitatório nº 02/2014 e Pregão Presencial 02/2014.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO. O objeto do presente contrato consiste na AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/MATERIAL PERMANENTE DESTINADOS PARA O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, DE ACORDO COM A PROPOSTA N.º 78486.198000/1130-01-MINISTÉRIO DA SAÚDE, conforme especificações constantes da Proposta declarada vencedora da Licitação acima referida.

Tem	Qtd.	Uni	Descrição	Preço máximo previsto R\$
24	1	Un	Biombo - material de confecção aço / ferro pintado. Rodízios possui. Tamanho triplo	752,00
27	1	Un	Biombo - material de confecção aço / ferro pintado. Rodízios possui. Tamanho triplo	752,00
70	1	Un	Biombo - material de confecção aço / ferro pintado. Rodízios possui. Tamanho triplo	752,00
			TOTAL	3.760,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE PAGAMENTO, DO DOCUMENTO FISCAL.

2.1 O pagamento será feito pelo Fundo Municipal da Saúde, em até 10(dez) dias após a data do recebimento dos equipamentos, devidamente instalados mediante a apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, diretamente na tesouraria da Prefeitura Municipal, ou mediante a emissão de Ordem Bancária em conta corrente indicada pela contratada.

2.2 A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento informando a Agência Bancária e o número da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão

de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

2.3 Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

2.4 A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE.

3.1 Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.

4.1 – Os equipamentos e materiais deverão ser entregues livres de frete e descarga, devidamente instalados e funcionando, no Posto de Saúde, ou ainda em outro local designado pelo requisitante, dentro de perímetro urbano do município, devendo ocorrer em até 30 (trinta) dias consecutivos após a emissão da Autorização de Fornecimento feita pelo Município/ Fundo.

4.2 – A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

4.3 - Imediatamente após a entrega dos equipamentos e materiais, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

4.4 – Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

4.5 – A Secretaria da Saúde terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a LICITANTE VENCEDORA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

4.6 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da LICITANTE VENCEDORA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO.

5.1 O CONTRATADO obriga-se fornecer os equipamentos contratados com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 02/2014 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

5.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, À CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

5.3 A fiscalização e o controle por parte do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração ao CONTRATADO do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

5.4 Entregar e instalar os equipamentos no prazo estabelecido.

5.5 Fornecer os equipamentos, objeto deste Contrato, de acordo com as especificações e quantidade solicitada na autorização de fornecimento, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição do mesmo quando constatado, no seu recebimento, não estar em perfeita conformidade com as referidas especificações dos anexos

do Edital e deste contrato.

5.6 A CONTRATADA prestará assistência técnica gratuita do Bem durante o período de garantia.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.

6.1 O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE obriga-se adquirir os equipamentos e materiais acima referidos, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

7.1 As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2014 do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE:

Unidade Orçamentária	Descrição
Órgão 10 – Unid 01 Proj/Ativ.1.003 (dot 01)	4.4.90.00.00.00.00.00.0104 – Aquisição de Veículos, Equipamentos e Materiais permanentes para a Saúde.
Órgão 10 – Unid 01 Proj/Ativ.1.003 (dot 02)	3.390.00.00.00.00.00.00.0010064 Aquisição de Veículos, Equipamentos e Materiais permanentes para a Saúde.

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO.

8.1 O presente contrato tem sua vigência até dia 31 de Dezembro de 2014, iniciando na data de sua assinatura.

CLÁUSULA NONA – RESCISÃO CONTRATUAL.

9.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

9.1.1 Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

9.1.2 Por acordo entre as partes;

9.1.3 Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES.

10.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

10.1.1. Advertência.

10.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

10.1.3. Declaração de inidoneidade;

10.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FORO COMPETENTE.

11.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC, 31 de janeiro de 2014.

BRUNO JOSÉ HEBERLE

Gestor do Fundo

CONTRATANTE

ODONTOMEDI – PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA - EPP
CONTRATADA

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff

CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger Eidt

CPF: 020.226.259.60

Contrato Nº13/2014 FMS

CONTRATO Nº 13/2014

CONTRATANTE: O Município de Tunápolis, através do Fundo Municipal da Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 12.273.240/0001-49, com endereço na Rua Albino Frantz, neste ato representado pelo Gestor do Fundo Municipal da Saúde, senhor Bruno José Heberle, portador do RG nº 2.201.747 e CPF nº 626.965.569-20, residente e domiciliado na Linha São Pedro, interior neste Município doravante denominado simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA - ME pessoa jurídica de direito privado inscrito no CNPJ sob o nº 04.303.600/0001-80, estabelecida na Avenida 7 de Setembro, nº 662, sala 102, centro do município de Maravilha/SC, considerado doravante CONTRATADO.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 10.520/02, na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações e no Processo Licitatório nº 02/2014 e Pregão Presencial 02/2014.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO. O objeto do presente contrato consiste na AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/MATERIAL PERMANENTE DESTINADOS PARA O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, DE ACORDO COM A PROPOSTA N.º 78486.198000/1130-01-MINISTÉRIO DA SAÚDE, conforme especificações constantes da Proposta declarada vencedora da Licitação acima referida.

Tem	Qtd.	Uni	Descrição	Preço máximo previsto R\$
11	1	Un	Impressora laser multifuncional (copiadora, scanner e fax) - padrão de cor monocromático. Memória 64 mb. Resolução de impressão 600 x 600. Resolução de digitalização 1200 x 1200. Resolução de cópia 600 x 600. Velocidade 18 ppm. Capacidade 150 páginas/ bandeja. Ciclo 8.000 páginas/ mês. Fax 33,6 kbps. Interface usb e rede. Frente e verso automático. Garantia mínima de 12 meses.	1.449,00
15	1	Un	Armário - material de confecção aço / ferro pintado. Tamanho mínimo de 1,60 x 0,40 m	398,00
17	1	Un	Armário - material de confecção aço / ferro pintado. Tamanho mínimo de 1,60 x 0,40 m	398,00
20	1	Un	Armário - material de confecção aço / ferro pintado. Tamanho mínimo de 1,60 x 0,40 m	398,00
26	1	Un	Armário - material de confecção aço / ferro pintado. Tamanho mínimo de 1,60 x 0,40 m	398,00



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

32	1	Un	Armário - material de confecção aço / ferro pintado. Tamanho mínimo de 1,60 x 0,40 m	398,00
39	1	Un	Armário - material de confecção aço / ferro pintado. Tamanho mínimo de 1,60 x 0,40 m	398,00
58	1	Un	Armário - material de confecção aço / ferro pintado. Tamanho mínimo de 1,60 x 0,40 m	398,00
			TOTAL	5.827,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE PAGAMENTO, DO DOCUMENTO FISCAL.

2.1 O pagamento será feito pelo Fundo Municipal da Saúde, em até 10(dez) dias após a data do recebimento dos equipamentos, devidamente instalados mediante a apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, diretamente na tesouraria da Prefeitura Municipal, ou mediante a emissão de Ordem Bancária em conta corrente indicada pela contratada.

2.2 A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento informando a Agência Bancária e o número da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

2.3 Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

2.4 A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE.

3.1 Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.

4.1 – Os equipamentos e materiais deverão ser entregues livres de frete e descarga, devidamente instalados e funcionando, no Posto de Saúde, ou ainda em outro local designado pelo requisitante, dentro de perímetro urbano do município, devendo ocorrer em até 30 (trinta) dias consecutivos após a emissão da Autorização de Fornecimento feita pelo Município/ Fundo.

4.2 – A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

4.3 - Imediatamente após a entrega dos equipamentos e materiais, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

4.4 – Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

4.5 – A Secretaria da Saúde terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a LICITANTE VENCEDORA para substituição do objeto entregue em desacordo com

as especificações.

4.6 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da LICITANTE VENCEDORA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO.

5.1 O CONTRATADO obriga-se fornecer os equipamentos contratados com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 02/2014 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

5.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, À CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

5.3 A fiscalização e o controle por parte do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração ao CONTRATADO do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

5.4 Entregar e instalar os equipamentos no prazo estabelecido.

5.5 Fornecer os equipamentos, objeto deste Contrato, de acordo com as especificações e quantidade solicitada na autorização de fornecimento, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição do mesmo quando constatado, no seu recebimento, não estar em perfeita conformidade com as referidas especificações dos anexos do Edital e deste contrato.

5.6 A CONTRATADA prestará assistência técnica gratuita do Bem durante o período de garantia.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.

6.1 O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE obriga-se adquirir os equipamentos e materiais acima referidos, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

7.1 As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2014 do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE:

Unidade Orçamentária	Descrição
Órgão 10 – Unid 01 Proj/Ativ.1.003 (dot 01)	4.4.90.00.00.00.00.0104 – Aquisição de Veículos, Equipamentos e Materiais permanentes para a Saúde.
Órgão 10 – Unid 01 Proj/Ativ.1.003 (dot 02)	3.390.00.00.00.00.0010064 Aquisição de Veículos, Equipamentos e Materiais permanentes para a Saúde.

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO.

8.1 O presente contrato tem sua vigência até dia 31 de Dezembro de 2014, iniciando na data de sua assinatura.

CLÁUSULA NONA – RESCISÃO CONTRATUAL.

9.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

9.1.1 Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

9.1.2 Por acordo entre as partes;

9.1.3 Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES.

10.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

10.1.1. Advertência.

10.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;
 10.1.3. Declaração de inidoneidade;
 10.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FORO COMPETENTE.

11.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato. E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC, 31 de janeiro de 2014.

BRUNO JOSÉ HEBERLE

Gestor do Fundo
CONTRATANTE

TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA - ME
CONTRATADA

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger Eidt
CPF: 020.226.259.60

Contrato Nº14/2014 FMS

CONTRATO Nº 14/2014

CONTRATANTE: O Município de Tunápolis, através do Fundo Municipal da Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 12.273.240/0001-49, com endereço na Rua Albino Frantz, neste ato representado pelo Gestor do Fundo Municipal da Saúde, senhor Bruno José Heberle, portador do RG nº 2.201.747 e CPF nº 626.965.569-20, residente e domiciliado na Linha São Pedro, interior neste Município doravante denominado simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa PLASMEDIC – COMERCIO DE MATERIAIS PARA USO MEDICO E LABORATORIAL LTDA - ME pessoa jurídica de direito privado inscrito no CNPJ sob o nº 09.200.303/0001-22, estabelecida na Avenida Mauricio Cardoso, nº 706, centro do município de Erechim/RS, considerado doravante CONTRATADO.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 10.520/02, na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações e no Processo Licitatório nº 02/2014 e Pregão Presencial 02/2014.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO. O objeto do presente contrato consiste na AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/MATERIAL PERMANENTE DESTINADOS PARA O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, DE ACORDO COM A PROPOSTA Nº 78486.198000/1130-01-MINISTÉRIO DA SAÚDE, conforme especificações constantes da Proposta declarada vencedora da Licitação acima referida.

Tem	Qtd.	Uni	Descrição	Preço máximo previsto R\$
47	2	Un	Cadeira de rodas adulto - material de confecção aço / ferro pintado. Braços removível. Pés removível. Elevação de pernas possui. Suporte de soro não possui	606,00

53	1	Un	Balança antropométrica infantil – modo de operação digital	800,00
61	2	Un	Balança antropométrica infantil – modo de operação digital	800,00
			TOTAL	3.612,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE PAGAMENTO, DO DOCUMENTO FISCAL.

2.1 O pagamento será feito pelo Fundo Municipal da Saúde, em até 10(dez) dias após a data do recebimento dos equipamentos, devidamente instalados mediante a apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, diretamente na tesouraria da Prefeitura Municipal, ou mediante a emissão de Ordem Bancária em conta corrente indicada pela contratada.

2.2 A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento informando a Agência Bancária e o número da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

2.3 Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

2.4 A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE.

3.1 Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.

4.1 – Os equipamentos e materiais deverão ser entregues livres de frete e descarga, devidamente instalados e funcionando, no Posto de Saúde, ou ainda em outro local designado pelo requisitante, dentro de perímetro urbano do município, devendo ocorrer em até 30 (trinta) dias consecutivos após a emissão da Autorização de Fornecimento feita pelo Município/ Fundo.

4.2 – A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

4.3 - Imediatamente após a entrega dos equipamentos e materiais, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

4.4 – Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

4.5 – A Secretaria da Saúde terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a LICITANTE VENCEDORA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

4.6 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da LICITANTE VENCEDORA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em

parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO.

5.1 O CONTRATADO obriga-se fornecer os equipamentos contratados com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 02/2014 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

5.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, À CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

5.3 A fiscalização e o controle por parte do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração ao CONTRATADO do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

5.4 Entregar e instalar os equipamentos no prazo estabelecido.

5.5 Fornecer os equipamentos, objeto deste Contrato, de acordo com as especificações e quantidade solicitada na autorização de fornecimento, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição do mesmo quando constatado, no seu recebimento, não estar em perfeita conformidade com as referidas especificações dos anexos do Edital e deste contrato.

5.6 A CONTRATADA prestará assistência técnica gratuita do Bem durante o período de garantia.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.

6.1 O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE obriga-se adquirir os equipamentos e materiais acima referidos, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

7.1 As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2014 do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE:

Unidade Orçamentária	Descrição
Órgão 10 – Unid 01 Proj/Ativ.1.003 (dot 01)	4.4.90.00.00.00.00.0104 – Aquisição de Veículos, Equipamentos e Materiais permanentes para a Saúde.
Órgão 10 – Unid 01 Proj/Ativ.1.003 (dot 02)	3.390.00.00.00.00.0010064 Aquisição de Veículos, Equipamentos e Materiais permanentes para a Saúde.

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO.

8.1 O presente contrato tem sua vigência até dia 31 de Dezembro de 2014, iniciando na data de sua assinatura.

CLÁUSULA NONA – RESCISÃO CONTRATUAL.

9.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

9.1.1 Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

9.1.2 Por acordo entre as partes;

9.1.3 Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES.

10.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

10.1.1. Advertência.

10.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

10.1.3. Declaração de inidoneidade;

10.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FORO COMPETENTE.

11.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato. E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC, 31 de janeiro de 2014.

BRUNO JOSÉ HEBERLE

Gestor do Fundo

CONTRATANTE

PLASMEDIC – COMERCIO DE MATERIAIS PARA USO MEDICO E LABORATORIAL LTDA - ME
CONTRATADA

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff

CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger Eidt

CPF: 020.226.259.60

Contrato Nº15/2014 FMS

CONTRATO Nº 15/2014

CONTRATANTE: O Município de Tunápolis, através do Fundo Municipal da Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 12.273.240/0001-49, com endereço na Rua Albino Frantz, neste ato representado pelo Gestor do Fundo Municipal da Saúde, senhor Bruno José Heberle, portador do RG nº 2.201.747 e CPF nº 626.965.569-20, residente e domiciliado na Linha São Pedro, interior neste Município doravante denominado simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa POTÊNCIA SOM E INFORMÁTICA LTDA - ME pessoa jurídica de direito privado inscrito no CNPJ sob o nº 03.958.284/0001-11, estabelecida na Rua Almirante Barroso, nº 684, centro do município de São Miguel Do Oeste/SC, considerado doravante CONTRATADO.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 10.520/02, na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações e no Processo Licitatório nº 02/2014 e Pregão Presencial 02/2014.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO. O objeto do presente contrato consiste na AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/MATERIAL PERMANENTE DESTINADOS PARA O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, DE ACORDO COM A PROPOSTA N º 78486.198000/1130-01-MINISTÉRIO DA SAÚDE, conforme especificações constantes da Proposta declarada vencedora da Licitação acima referida.

Tem	Qtd.	Uni	Descrição	Preço máximo previsto R\$
-----	------	-----	-----------	---------------------------

3	1	Un	Computador (desktop-básico) - processador no mínimo intel core i3 ou amd a10. Memória ram 4gb, ddr3, 1600 mhz. Disco rígido mínimo de 500 gb. Tipo de monitor 18,5" (1366 x 768). Mouse usb, 800 dpi, 2 botões, scroll (com fio). Fonte compatível com o item. Sistema operacional windows 7 pro (64 bits). Garantia mínima de 12 meses. Teclado usb, abnt2, 107 teclas (com fio). Interfaces de rede 10/100/1000 e wifi. Interfaces de vídeo integrada. Unidade de disco ótico cd/dvd rom. Garantia mínima de 12(doze) meses	2.090,00
10	1	Un	No-break (para computador) - potência 1 kva. Tensão entrada/saída: bivolt. Alarmes audiovisual. Bateria interna 01 selada. Garantia mínima de 12 meses.	643,00
13	1	Un	Computador (desktop-básico) - processador no mínimo intel core i3 ou amd a10. Memória ram 4gb, ddr3, 1600 mhz. Disco rígido mínimo de 500 gb. Tipo de monitor 18,5" (1366 x 768). Mouse usb, 800 dpi, 2 botões, scroll (com fio). Fonte compatível com o item. Sistema operacional windows 7 pro (64 bits). Garantia mínima de 12 meses. Teclado usb, abnt2, 107 teclas (com fio). Interfaces de rede 10/100/1000 e wifi. Interfaces de vídeo integrada. Unidade de disco ótico cd/dvd rom.	2.090,00
21	1	Un	No-break (para computador) - potência 1 kva. Tensão entrada/saída: bivolt. Alarmes audiovisual. Bateria interna 01 selada. Garantia mínima de 12 meses.	643,00
22	1	Un	Computador (desktop-básico) - processador no mínimo intel core i3 ou amd a10. Memória ram 4gb, ddr3, 1600 mhz. Disco rígido mínimo de 500 gb. Tipo de monitor 18,5" (1366 x 768). Mouse usb, 800 dpi, 2 botões, scroll (com fio). Fonte compatível com o item. Sistema operacional windows 7 pro (64 bits). Garantia mínima de 12 meses. Teclado usb, abnt2, 107 teclas (com fio). Interfaces de rede 10/100/1000 e wifi. Interfaces de vídeo integrada. Unidade de disco ótico cd/dvd rom.	2.090,00
36	1	Un	Projetor multimídia (datashow) - tecnologia lcd. Resolução mínima nativa de 1024 x 768. Entrada de vga a full hd. Luminosidade mínima de 2500 lúmens. Conectividade entrada/saída rgb 15 pinos e hdmi. Garantia mínima de 12 meses	2.090,00

40	1	Un	No-break (para computador) - potência 1 kva. Tensão entrada/saída: bivolt. Alarmes audiovisual. Bateria interna 01 selada. Garantia mínima de 12 meses.	643,00
43	1	Un	Computador (desktop-básico) - processador no mínimo intel core i3 ou amd a10. Memória ram 4gb, ddr3, 1600 mhz. Disco rígido mínimo de 500 gb. Tipo de monitor 18,5" (1366 x 768). Mouse usb, 800 dpi, 2 botões, scroll (com fio). Fonte compatível com o item. Sistema operacional windows 7 pro (64 bits). Garantia mínima de 12 meses. Teclado usb, abnt2, 107 teclas (com fio). Interfaces de rede 10/100/1000 e wifi. Interfaces de vídeo integrada. Unidade de disco ótico cd/dvd rom.	2.090,00
46	1	Un	No-break (para computador) - potência 1 kva. Tensão entrada/saída: bivolt. Alarmes audiovisual. Bateria interna 01 selada. Garantia mínima de 12 meses.	643,00
48	2	Un	Computador (desktop-básico) - processador no mínimo intel core i3 ou amd a10. Memória ram 4gb, ddr3, 1600 mhz. Disco rígido mínimo de 500 gb. Tipo de monitor 18,5" (1366 x 768). Mouse usb, 800 dpi, 2 botões, scroll (com fio). Fonte compatível com o item. Sistema operacional windows 7 pro (64 bits). Garantia mínima de 12 meses. Teclado usb, abnt2, 107 teclas (com fio). Interfaces de rede 10/100/1000 e wifi. Interfaces de vídeo integrada. Unidade de disco ótico cd/dvd rom.	2.090,00
62	1	Un	No-break (para computador) - potência 1 kva. Tensão entrada/saída: bivolt. Alarmes audiovisual. Bateria interna 01 selada. Garantia mínima de 12 meses.	643,00
65	2	Un	Computador (desktop-básico) - processador no mínimo intel core i3 ou amd a10. Memória ram 4gb, ddr3, 1600 mhz. Disco rígido mínimo de 500 gb. Tipo de monitor 18,5" (1366 x 768). Mouse usb, 800 dpi, 2 botões, scroll (com fio). Fonte compatível com o item. Sistema operacional windows 7 pro (64 bits). Garantia mínima de 12 meses. Teclado usb, abnt2, 107 teclas (com fio). Interfaces de rede 10/100/1000 e wifi. Interfaces de vídeo integrada. Unidade de disco ótico cd/dvd rom.	2.090,00
77	1	Un	No-break (para computador) - potência 1 kva. Tensão entrada/saída: bivolt. Alarmes audiovisual. Bateria interna 01 selada. Garantia mínima de 12 meses.	643,00

79	1	Un	Computador (desktop-básico) - processador no mínimo intel core i3 ou amd a10. Memória ram 4gb, ddr3, 1600 mhz. Disco rígido mínimo de 500 gb. Tipo de monitor 18,5" (1366 x 768). Mouse usb, 800 dpi, 2 botões, scrool (com fio). Fonte compatível com o item. Sistema operacional windows 7 pro (64 bits). Garantia mínima de 12 meses. Teclado usb, abnt2, 107 teclas (com fio). Interfaces de rede 10/100/1000 e wifi. Interfaces de vídeo integrada. Unidade de disco ótico cd/dvd rom.	2.090,00
84	1	Un	Computador (desktop-básico) - processador no mínimo intel core i3 ou amd a10. Memória ram 4gb, ddr3, 1600 mhz. Disco rígido mínimo de 500 gb. Tipo de monitor 18,5" (1366 x 768). Mouse usb, 800 dpi, 2 botões, scrool (com fio). Fonte compatível com o item. Sistema operacional windows 7 pro (64 bits). Garantia mínima de 12 meses. Teclado usb, abnt2, 107 teclas (com fio). Interfaces de rede 10/100/1000 e wifi. Interfaces de vídeo integrada. Unidade de disco ótico cd/dvd rom.	2.090,00
85	1	Un	No-break (para computador) - potência 1 kva. Tensão entrada/saída: bivolt. Alarmes audiovisual. Bateria interna 01 selada. Garantia mínima de 12 meses.	643,00
88	1	Un	Computador (desktop-básico) - processador no mínimo intel core i3 ou amd a10. Memória ram 4gb, ddr3, 1600 mhz. Disco rígido mínimo de 500 gb. Tipo de monitor 18,5" (1366 x 768). Mouse usb, 800 dpi, 2 botões, scrool (com fio). Fonte compatível com o item. Sistema operacional windows 7 pro (64 bits). Garantia mínima de 12 meses. Teclado usb, abnt2, 107 teclas (com fio). Interfaces de rede 10/100/1000 e wifi. Interfaces de vídeo integrada. Unidade de disco ótico cd/dvd rom.	2.090,00
93	2	Un	No-break (para computador) - potência 1 kva. Tensão entrada/saída: bivolt. Alarmes audiovisual. Bateria interna 01 selada. Garantia mínima de 12 meses.	643,00

95	1	Un	Computador (desktop-básico) - processador no mínimo intel core i3 ou amd a10. Memória ram 4gb, ddr3, 1600 mhz. Disco rígido mínimo de 500 gb. Tipo de monitor 18,5" (1366 x 768). Mouse usb, 800 dpi, 2 botões, scrool (com fio). Fonte compatível com o item. Sistema operacional windows 7 pro (64 bits). Garantia mínima de 12 meses. Teclado usb, abnt2, 107 teclas (com fio). Interfaces de rede 10/100/1000 e wifi. Interfaces de vídeo integrada. Unidade de disco ótico cd/dvd rom.	2.090,00
96	1	Un	Computador (desktop-básico) - processador no mínimo intel core i3 ou amd a10. Memória ram 4gb, ddr3, 1600 mhz. Disco rígido mínimo de 500 gb. Tipo de monitor 18,5" (1366 x 768). Mouse usb, 800 dpi, 2 botões, scrool (com fio). Fonte compatível com o item. Sistema operacional windows 7 pro (64 bits). Garantia mínima de 12 meses. Teclado usb, abnt2, 107 teclas (com fio). Interfaces de rede 10/100/1000 e wifi. Interfaces de vídeo integrada. Unidade de disco ótico cd/dvd rom.	2.090,00
TOTAL				35.042,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE PAGAMENTO, DO DOCUMENTO FISCAL.

2.1 O pagamento será feito pelo Fundo Municipal da Saúde, em até 10(dez) dias após a data do recebimento dos equipamentos, devidamente instalados mediante a apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, diretamente na tesouraria da Prefeitura Municipal, ou mediante a emissão de Ordem Bancária em conta corrente indicada pela contratada.

2.2 A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento informando a Agência Bancária e o número da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

2.3 Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

2.4 A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE.

3.1 Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.

4.1 – Os equipamentos e materiais deverão ser entregues livres de frete e descarga, devidamente instalados e funcionando, no Posto de Saúde, ou ainda em outro local designado pelo requisitante, dentro de perímetro urbano do município, devendo ocorrer em até 30 (trinta) dias consecutivos após a emissão da Autorização de Fornecimento feita pelo Município/ Fundo.

4.2 – A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou

incorrecção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

4.3 - Imediatamente após a entrega dos equipamentos e materiais, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

4.4 – Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

4.5 – A Secretaria da Saúde terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a LICITANTE VENCEDORA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

4.6 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da LICITANTE VENCEDORA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorrecções.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO.

5.1 O CONTRATADO obriga-se fornecer os equipamentos contratados com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 02/2014 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

5.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, À CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

5.3 A fiscalização e o controle por parte do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração ao CONTRATADO do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

5.4 Entregar e instalar os equipamentos no prazo estabelecido.

5.5 Fornecer os equipamentos, objeto deste Contrato, de acordo com as especificações e quantidade solicitada na autorização de fornecimento, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição do mesmo quando constatado, no seu recebimento, não estar em perfeita conformidade com as referidas especificações dos anexos do Edital e deste contrato.

5.6 A CONTRATADA prestará assistência técnica gratuita do Bem durante o período de garantia.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.

6.1 O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE obriga-se adquirir os equipamentos e materiais acima referidos, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

7.1 As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2014 do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE:

Unidade Orçamentária	Descrição
Órgão 10 – Unid 01 Proj/Ativ.1.003 (dot 01)	4.4.90.00.00.00.00.0104 – Aquisição de Veículos, Equipamentos e Materiais permanentes para a Saúde.
Órgão 10 – Unid 01 Proj/Ativ.1.003 (dot 02)	3.390.00.00.00.00.0010064 Aquisição de Veículos, Equipamentos e Materiais permanentes para a Saúde.

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO.

8.1 O presente contrato tem sua vigência até dia 31 de Dezembro de 2014, iniciando na data de sua assinatura.

CLÁUSULA NONA – RESCISÃO CONTRATUAL.

9.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

9.1.1 Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

9.1.2 Por acordo entre as partes;

9.1.3 Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES.

10.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

10.1.1. Advertência.

10.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

10.1.3. Declaração de inidoneidade;

10.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FORO COMPETENTE.

11.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC, 31 de janeiro de 2014.

BRUNO JOSÉ HEBERLE

Gestor do Fundo

CONTRATANTE

POTÊNCIA SOM E INFORMÁTICA LTDA - ME
CONTRATADA

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff

CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger Eidt

CPF: 020.226.259.60

Contrato Nº16/2014 FMS

CONTRATO Nº 16/2014

CONTRATANTE: O Município de Tunápolis, através do Fundo Municipal da Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 12.273.240/0001-49, com endereço na Rua Albino Frantz, neste ato representado pelo Gestor do Fundo Municipal da Saúde, senhor Bruno José Heberle, portador do RG nº 2.201.747 e CPF nº 626.965.569-20, residente e domiciliado na Linha São Pedro, interior neste Município doravante denominado

simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa ODONTOESTE LTDA ME pessoa jurídica de direito privado inscrito no CNPJ sob o nº 12.632.841/0001-09, estabelecida na Rua Uruguai, nº 1180-E, Bairro Santa Maria do município de Chapecó/SC, considerado doravante CONTRATADO.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 10.520/02, na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações e no Processo Licitatório nº 02/2014 e Pregão Presencial 02/2014.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO. O objeto do presente contrato consiste na AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/MATERIAL PERMANENTE DESTINADOS PARA O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, DE ACORDO COM A PROPOSTA N º 78486.198000/1130-01-MINISTÉRIO DA SAÚDE, conforme especificações constantes da Proposta declarada vencedora da Licitação acima referida.

Tem	Qtd.	Uni	Descrição	Preço máximo previsto R\$
1	2	Un	Balde a pedal/ lixeira - material de confecção aço inoxidável. Capacidade mínimo de 15 litros	164,90
5	2	Un	Balde a pedal/ lixeira - material de confecção aço inoxidável. Capacidade mínimo de 15 litros	164,90
14	1	Un	Balde a pedal/ lixeira - material de confecção aço inoxidável. Capacidade mínimo de 15 litros	164,90
16	1	Un	Balde a pedal/ lixeira - material de confecção aço inoxidável. Capacidade mínimo de 15 litros	164,90
19	1	Un	Balde a pedal/ lixeira - material de confecção aço inoxidável. Capacidade mínimo de 15 litros	164,90
25	2	Un	Balde a pedal/ lixeira - material de confecção aço inoxidável. Capacidade mínimo de 15 litros	164,90
28	2	Un	Balde a pedal/ lixeira - material de confecção aço inoxidável. Capacidade mínimo de 15 litros	164,90
38	2	Un	Balde a pedal/ lixeira - material de confecção aço inoxidável. Capacidade mínimo de 15 litros	164,90
44	1	Un	Balde a pedal/ lixeira - material de confecção aço inoxidável. Capacidade mínimo de 15 litros	164,90

45	2	Un	Balde a pedal/ lixeira - material de confecção aço inoxidável. Capacidade mínimo de 15 litros	164,90
57	2	Un	Balde a pedal/ lixeira - material de confecção aço inoxidável. Capacidade mínimo de 15 litros	164,90
59	2	Un	Balde a pedal/ lixeira - material de confecção aço inoxidável. Capacidade mínimo de 15 litros	164,90
TOTAL				3.298,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE PAGAMENTO, DO DOCUMENTO FISCAL.

2.1 O pagamento será feito pelo Fundo Municipal da Saúde, em até 10(dez) dias após a data do recebimento dos equipamentos, devidamente instalados mediante a apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, diretamente na tesouraria da Prefeitura Municipal, ou mediante a emissão de Ordem Bancária em conta corrente indicada pela contratada.

2.2 A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento informando a Agência Bancária e o número da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

2.3 Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

2.4 A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE.

3.1 Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.

4.1 – Os equipamentos e materiais deverão ser entregues livres de frete e descarga, devidamente instalados e funcionando, no Posto de Saúde, ou ainda em outro local designado pelo requisitante, dentro de perímetro urbano do município, devendo ocorrer em até 30 (trinta) dias consecutivos após a emissão da Autorização de Fornecimento feita pelo Município/ Fundo.

4.2 – A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

4.3 - Imediatamente após a entrega dos equipamentos e materiais, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

4.4 – Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

4.5 – A Secretaria da Saúde terá o prazo máximo de 05 (cinco)

dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a LICITANTE VENCEDORA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

4.6 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da LICITANTE VENCEDORA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO.

5.1 O CONTRATADO obriga-se fornecer os equipamentos contratados com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 02/2014 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

5.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, À CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

5.3 A fiscalização e o controle por parte do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração ao CONTRATADO do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

5.4 Entregar e instalar os equipamentos no prazo estabelecido.

5.5 Fornecer os equipamentos, objeto deste Contrato, de acordo com as especificações e quantidade solicitada na autorização de fornecimento, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição do mesmo quando constatado, no seu recebimento, não estar em perfeita conformidade com as referidas especificações dos anexos do Edital e deste contrato.

5.6 A CONTRATADA prestará assistência técnica gratuita do Bem durante o período de garantia.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.

6.1 O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE obriga-se adquirir os equipamentos e materiais acima referidos, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

7.1 As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2014 do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE:

Unidade Orçamentária	Descrição
Órgão 10 – Unid 01 Proj/Ativ.1.003 (dot 01)	4.4.90.00.00.00.00.0104 – Aquisição de Veículos, Equipamentos e Materiais permanentes para a Saúde.
Órgão 10 – Unid 01 Proj/Ativ.1.003 (dot 02)	3.390.00.00.00.00.0010064 Aquisição de Veículos, Equipamentos e Materiais permanentes para a Saúde.

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO.

8.1 O presente contrato tem sua vigência até dia 31 de Dezembro de 2014, iniciando na data de sua assinatura.

CLÁUSULA NONA – RESCISÃO CONTRATUAL.

9.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

9.1.1 Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

9.1.2 Por acordo entre as partes;

9.1.3 Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES.

10.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos

legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

10.1.1. Advertência.

10.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

10.1.3. Declaração de inidoneidade;

10.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FORO COMPETENTE.

11.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC, 31 de janeiro de 2014.

BRUNO JOSÉ HEBERLE

Gestor do Fundo

CONTRATANTE

ODONTOESTE LTDA ME

CONTRATADA

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff

CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger Eidt

CPF: 020.226.259-60

Contrato Nº17/2014 FMS

CONTRATO Nº 17/2014

CONTRATANTE: O Município de Tunápolis, através do Fundo Municipal da Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 12.273.240/0001-49, com endereço na Rua Albino Frantz, neste ato representado pelo Gestor do Fundo Municipal da Saúde, senhor Bruno José Heberle, portador do RG nº 2.201.747 e CPF nº 626.965.569-20, residente e domiciliado na Linha São Pedro, interior neste Município doravante denominado simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa MEGHA – EQUIPAMENTOS E MATERIAIS MEDICOS LTDA- EPP pessoa jurídica de direito privado inscrito no CNPJ sob o nº 17.184.520/0001-02, estabelecida na Rua Araucária, nº 139-E, sala 01, Bairro Palmital do município de Chapecó/SC, considerado doravante CONTRATADO.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 10.520/02, na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações e no Processo Licitatório nº 02/2014 e Pregão Presencial 02/2014.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO. O objeto do presente contrato consiste na AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/MATERIAL PERMANENTE DESTINADOS PARA O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, DE ACORDO COM A PROPOSTA N º 78486.198000/1130-01-MINISTÉRIO DA SAÚDE, conforme especificações constantes da Proposta declarada vencedora da Licitação acima referida.

Tem	Qtd.	Un	Descrição	Preço máximo previsto R\$
6	1	Un	Escada com 2 degraus - material de confecção aço inoxidável	149,00
23	1	Un	Escada com 2 degraus - material de confecção aço inoxidável	149,00
31	2	Un	Escada com 2 degraus - material de confecção aço inoxidável	149,00

66	2	Un	Escada com 2 degraus - material de confecção aço inoxidável	149,00
76	1	Un	Escada com 2 degraus - material de confecção aço inoxidável	149,00
78	1	Un	Escada com 2 degraus - material de confecção aço inoxidável	149,00
91	1	Un	Escada com 2 degraus - material de confecção aço inoxidável	149,00
97	2	Un	Escada com 2 degraus - material de confecção aço inoxidável	149,00
			TOTAL	

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE PAGAMENTO, DO DOCUMENTO FISCAL.

2.1 O pagamento será feito pelo Fundo Municipal da Saúde, em até 10(dez) dias após a data do recebimento dos equipamentos, devidamente instalados mediante a apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, diretamente na tesouraria da Prefeitura Municipal, ou mediante a emissão de Ordem Bancária em conta corrente indicada pela contratada.

2.2 A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento informando a Agência Bancária e o número da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

2.3 Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

2.4 A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE.

3.1 Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.

4.1 – Os equipamentos e materiais deverão ser entregues livres de frete e descarga, devidamente instalados e funcionando, no Posto de Saúde, ou ainda em outro local designado pelo requisitante, dentro de perímetro urbano do município, devendo ocorrer em até 30 (trinta) dias consecutivos após a emissão da Autorização de Fornecimento feita pelo Município/ Fundo.

4.2 – A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

4.3 - Imediatamente após a entrega dos equipamentos e materiais, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

4.4 – Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

4.5 – A Secretaria da Saúde terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a LICITANTE VENCEDORA para substituição do objeto entregue em desacordo com

as especificações.

4.6 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da LICITANTE VENCEDORA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO.

5.1 O CONTRATADO obriga-se fornecer os equipamentos contratados com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 02/2014 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

5.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, À CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

5.3 A fiscalização e o controle por parte do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração ao CONTRATADO do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

5.4 Entregar e instalar os equipamentos no prazo estabelecido.

5.5 Fornecer os equipamentos, objeto deste Contrato, de acordo com as especificações e quantidade solicitada na autorização de fornecimento, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição do mesmo quando constatado, no seu recebimento, não estar em perfeita conformidade com as referidas especificações dos anexos do Edital e deste contrato.

5.6 A CONTRATADA prestará assistência técnica gratuita do Bem durante o período de garantia.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.

6.1 O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE obriga-se adquirir os equipamentos e materiais acima referidos, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

7.1 As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2014 do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE:

Unidade Orçamentária	Descrição
Órgão 10 – Unid 01 Proj/Ativ.1.003 (dot 01)	4.4.90.00.00.00.00.0104 – Aquisição de Veículos, Equipamentos e Materiais permanentes para a Saúde.
Órgão 10 – Unid 01 Proj/Ativ.1.003 (dot 02)	3.390.00.00.00.00.0010064 Aquisição de Veículos, Equipamentos e Materiais permanentes para a Saúde.

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO.

8.1 O presente contrato tem sua vigência até dia 31 de Dezembro de 2014, iniciando na data de sua assinatura.

CLÁUSULA NONA – RESCISÃO CONTRATUAL.

9.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

9.1.1 Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

9.1.2 Por acordo entre as partes;

9.1.3 Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES.

10.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

10.1.1. Advertência.



10.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;
 10.1.3. Declaração de inidoneidade;
 10.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FORO COMPETENTE.

11.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC, 31 de janeiro de 2014.

BRUNO JOSÉ HEBERLE

Gestor do Fundo

CONTRATANTE

MEGHA – EQUIPAMENTOS E MATERIAIS MEDICOS LTDA- EPP
 CONTRATADA

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff

CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger Eidt

CPF: 020.226.259.60

Contrato Nº18/2014 FMS

CONTRATO Nº 18/2014

CONTRATANTE: O Município de Tunápolis, através do Fundo Municipal da Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 12.273.240/0001-49, com endereço na Rua Albino Frantz, neste ato representado pelo Gestor do Fundo Municipal da Saúde, senhor Bruno José Heberle, portador do RG nº 2.201.747 e CPF nº 626.965.569-20, residente e domiciliado na Linha São Pedro, interior neste Município doravante denominado simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa ATUAL INFORMATICA E ASSISTENCIA TECNICA LTDA - ME pessoa jurídica de direito privado inscrito no CNPJ sob o nº 04.326.894/0001-65, estabelecida na Avenida Araucária, nº 541, sala 02, centro do município de Maravilha/SC, considerado doravante CONTRATADO.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 10.520/02, na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações e no Processo Licitatório nº 02/2014 e Pregão Presencial 02/2014.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO. O objeto do presente contrato consiste na AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/MATERIAL PERMANENTE DESTINADOS PARA O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, DE ACORDO COM A PROPOSTA N º 78486.198000/1130-01-MINISTÉRIO DA SAÚDE, conforme especificações constantes da Proposta declarada vencedora da Licitação acima referida.

Tem	Qtd.	Uni	Descrição	Preço máximo previsto R\$
33	1	Un	Computador portátil (notebook) - disco rígido mínimo de 500 gb. Processador no mínimo intel core i3 ou amd a10. Memória ram 4gb, ddr3, 1600 mhz. Tamanho da tela mínimo de 13,3". Teclado abnt2. Mouse touchpad. Interfaces de rede 10/100/1000 e wifi. Interface usb, hdmi, display port/ vga, sd card. Bateria mínimo de 3 horas. Webcam possui. Sistema operacional windows 7 pro (64 bits). Garantia mínima de 12 meses. Unidade de disco ótico cd/dvd rom	2.377,00
82	1	Un	Computador portátil (notebook) - disco rígido mínimo de 500 gb. Processador no mínimo intel core i3 ou amd a10. Memória ram 4gb, ddr3, 1600 mhz. Tamanho da tela mínimo de 13,3". Teclado abnt2. Mouse touchpad. Interfaces de rede 10/100/1000 e wifi. Interface usb, hdmi, display port/ vga, sd card. Bateria mínimo de 3 horas. Webcam possui. Sistema operacional windows 7 pro (64 bits). Garantia mínima de 12 meses. Unidade de disco ótico cd/dvd rom	2.377,00
			TOTAL	4.754,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE PAGAMENTO, DO DOCUMENTO FISCAL.

2.1 O pagamento será feito pelo Fundo Municipal da Saúde, em até 10(dez) dias após a data do recebimento dos equipamentos, devidamente instalados mediante a apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, diretamente na tesouraria da Prefeitura Municipal, ou mediante a emissão de Ordem Bancária em conta corrente indicada pela contratada.

2.2 A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento informando a Agência Bancária e o número da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

2.3 Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

2.4 A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE.

3.1 Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.

4.1 – Os equipamentos e materiais deverão ser entregues livres de frete e descarga, devidamente instalados e funcionando, no Posto de Saúde, ou ainda em outro local designado pelo requisitante, dentro de perímetro urbano do município, devendo ocorrer em até 30 (trinta) dias consecutivos após a emissão da Autorização de Fornecimento feita pelo Município/ Fundo.

4.2 – A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no

todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

4.3 - Imediatamente após a entrega dos equipamentos e materiais, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

4.4 – Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

4.5 – A Secretaria da Saúde terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a LICITANTE VENCEDORA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

4.6 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da LICITANTE VENCEDORA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO.

5.1 O CONTRATADO obriga-se fornecer os equipamentos contratados com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 02/2014 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

5.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, À CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

5.3 A fiscalização e o controle por parte do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração ao CONTRATADO do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

5.4 Entregar e instalar os equipamentos no prazo estabelecido.

5.5 Fornecer os equipamentos, objeto deste Contrato, de acordo com as especificações e quantidade solicitada na autorização de fornecimento, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição do mesmo quando constatado, no seu recebimento, não estar em perfeita conformidade com as referidas especificações dos anexos do Edital e deste contrato.

5.6 A CONTRATADA prestará assistência técnica gratuita do Bem durante o período de garantia.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.

6.1 O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE obriga-se adquirir os equipamentos e materiais acima referidos, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

7.1 As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2014 do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE:

Unidade Orçamentária	Descrição
Órgão 10 – Unid 01 Proj/Ativ.1.003 (dot 01)	4.4.90.00.00.00.00.0104 – Aquisição de Veículos, Equipamentos e Materiais permanentes para a Saúde.
Órgão 10 – Unid 01 Proj/Ativ.1.003 (dot 02)	3.390.00.00.00.00.0010064 Aquisição de Veículos, Equipamentos e Materiais permanentes para a Saúde.

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO.

8.1 O presente contrato tem sua vigência até dia 31 de Dezembro de 2014, iniciando na data de sua assinatura.

CLÁUSULA NONA – RESCISÃO CONTRATUAL.

9.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

9.1.1 Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

9.1.2 Por acordo entre as partes;

9.1.3 Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES.

10.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

10.1.1. Advertência.

10.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

10.1.3. Declaração de inidoneidade;

10.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FORO COMPETENTE.

11.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC, 31 de janeiro de 2014.

BRUNO JOSÉ HEBERLE

Gestor do Fundo

CONTRATANTE

ATUAL INFORMATICA E ASSISTENCIA TECNICA LTDA - ME
CONTRATADA

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff

CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger Eidt

CPF: 020.226.259.60

Contrato Nº19/2014 FMS

CONTRATO Nº 19/2014

CONTRATANTE: O Município de Tunápolis, através do Fundo Municipal da Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 12.273.240/0001-49, com endereço na Rua Albino Frantz, neste ato representado pelo Gestor do Fundo Municipal da Saúde, senhor Bruno José Heberle, portador do RG nº 2.201.747 e CPF nº 626.965.569-20, residente e domiciliado na Linha São Pedro, interior neste Município doravante denominado simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa JP EQUIPAMENTOS LTDA



- ME pessoa jurídica de direito privado inscrito no CNPJ sob o nº 13.772.057/0001-50, estabelecida na Rua Rui Barbosa, nº 208, centro do município de Cunha Porã/SC, considerado doravante CONTRATADO.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 10.520/02, na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações e no Processo Licitatório nº 02/2014 e Pregão Presencial 02/2014.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO. O objeto do presente contrato consiste na AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/MATERIAL PERMANENTE DESTINADOS PARA O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, DE ACORDO COM A PROPOSTA N º 78486.198000/1130-01-MINISTÉRIO DA SAÚDE, conforme especificações constantes da Proposta declarada vencedora da Licitação acima referida.

Tem	Qtd.	Uni	Descrição	Preço máximo previsto R\$
2	1	Un	Ar condicionado - climatização quente e frio. Tipo janela mínimo de 12000 btu. Garantia mínima de 12(doze) meses	1.049,00
12	1	Un	Ar condicionado - climatização quente e frio. Tipo janela mínimo de 12000 btu. Garantia mínima de 12(doze) meses	1.049,00
34	1	Un	Ar condicionado - climatização quente e frio. Tipo janela mínimo de 12000 btu.	1.049,00
35	1	Un	Mesa de reunião - mesas fabricadas em mdf bp, tampo e pés em 25mm e saia em 15mm, aglomerado com fita de borda abs e revestimento bp.	667,00
41	1	Un	Ar condicionado - climatização quente e frio. Tipo janela mínimo de 12000 btu.	1.049,00
42	1	Un	Mesa de escritório - base madeira/ mdp/ mdf/ similar. Divisões de 03 a 04 gavetas. Material de confecção madeira/ mdp/ mdf/ similar. Número de portas 01 porta. Suporte para cpu possui. Suporte para impressora. Possui. Suporte para teclado possui. Composição formato em I. Rodízios não possui	743,00
49	1	Un	Televisor - tipo lcd tamanho da tela mínimo de 32" conversor digital possui entrada hdmi portas usb full hd sim	1.264,00
54	1	Un	Ar condicionado - climatização quente e frio. Tipo janela mínimo de 12000 btu.	1.049,00
63	2	Un	Ar condicionado - climatização quente e frio. Tipo janela mínimo de 12000 btu.	1.049,00
64	2	Un	Mesa de escritório - base madeira/ mdp/ mdf/ similar. Divisões de 03 a 04 gavetas. Material de confecção madeira/ mdp/ mdf/ similar. Número de portas 01 porta. Suporte para cpu possui. Suporte para impressora. Possui. Suporte para teclado possui. Composição formato em I. Rodízios não possui	743,00

74	1	Un	Ar condicionado - climatização quente e frio. Tipo janela mínimo de 12000 btu.	1.049,00
83	1	Un	Mesa de reunião - opcionais (descrever) possui. Mesa fabricadas em mdf bp, tampo e pés em 25mm e saia em 15mm, aglomerado com fita de borda abs e revestimento bp.	667,00
86	1	Un	Ar condicionado - climatização quente e frio. Tipo janela mínimo de 12000 btu.	1.049,00
89	2	Un	Televisor - tipo lcd tamanho da tela mínimo de 32" conversor digital, entrada hdmi portas usb, full hd sim. Garantia mínima de 12(doze) meses	1.264,00
94	2	Un	Ar condicionado - climatização quente e frio. Tipo janela mínimo de 12000 btu. Garantia mínima de 12(doze) meses	1.049,00
TOTAL				18.894,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE PAGAMENTO, DO DOCUMENTO FISCAL.

2.1 O pagamento será feito pelo Fundo Municipal da Saúde, em até 10(dez) dias após a data do recebimento dos equipamentos, devidamente instalados mediante a apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, diretamente na tesouraria da Prefeitura Municipal, ou mediante a emissão de Ordem Bancária em conta corrente indicada pela contratada.

2.2 A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento informando a Agencia Bancária e o numero da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

2.3 Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

2.4 A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE.

3.1 Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.

4.1 – Os equipamentos e materiais deverão ser entregues livres de frete e descarga, devidamente instalados e funcionando, no Posto de Saúde, ou ainda em outro local designado pelo requisitante, dentro de perímetro urbano do município, devendo ocorrer em até 30 (trinta) dias consecutivos após a emissão da Autorização de Fornecimento feita pelo Município/ Fundo.

4.2 – A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

4.3 - Imediatamente após a entrega dos equipamentos e materiais, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

4.4 – Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

4.5 – A Secretaria da Saúde terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a LICITANTE VENCEDORA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

4.6 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da LICITANTE VENCEDORA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO.

5.1 O CONTRATADO obriga-se fornecer os equipamentos contratados com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 02/2014 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

5.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, À CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

5.3 A fiscalização e o controle por parte do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração ao CONTRATADO do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

5.4 Entregar e instalar os equipamentos no prazo estabelecido.

5.5 Fornecer os equipamentos, objeto deste Contrato, de acordo com as especificações e quantidade solicitada na autorização de fornecimento, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição do mesmo quando constatado, no seu recebimento, não estar em perfeita conformidade com as referidas especificações dos anexos do Edital e deste contrato.

5.6 A CONTRATADA prestará assistência técnica gratuita do Bem durante o período de garantia.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.

6.1 O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE obriga-se adquirir os equipamentos e materiais acima referidos, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

7.1 As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2014 do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE:

Unidade Orçamentária	Descrição
Órgão 10 – Unid 01 Proj/Ativ.1.003 (dot 01)	4.4.90.00.00.00.00.0104 – Aquisição de Veículos, Equipamentos e Materiais permanentes para a Saúde.
Órgão 10 – Unid 01 Proj/Ativ.1.003 (dot 02)	3.390.00.00.00.00.0010064 Aquisição de Veículos, Equipamentos e Materiais permanentes para a Saúde.

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO.

8.1 O presente contrato tem sua vigência até dia 31 de Dezembro de 2014, iniciando na data de sua assinatura.

CLÁUSULA NONA – RESCISÃO CONTRATUAL.

9.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

9.1.1 Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

9.1.2 Por acordo entre as partes;

9.1.3 Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES.

10.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

10.1.1. Advertência.

10.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

10.1.3. Declaração de inidoneidade;

10.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FORO COMPETENTE.

11.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC, 31 de janeiro de 2014.

BRUNO JOSÉ HEBERLE

Gestor do Fundo

CONTRATANTE

JP EQUIPAMENTOS LTDA - ME

CONTRATADA

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff

CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger Eidt

CPF: 020.226.259-60

Contrato Nº20/2014 FMS

CONTRATO Nº 20/2014

CONTRATANTE: O Município de Tunápolis, através do Fundo Municipal da Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 12.273.240/0001-49, com endereço na Rua Albino Frantz, neste ato representado pelo Gestor do Fundo Municipal da Saúde, senhor Bruno José Heberle, portador do RG nº 2.201.747 e CPF nº 626.965.569-20, residente e domiciliado na Linha São Pedro, interior neste Município doravante denominado simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa MARCIO A R DA SILVA E CIA LTDA - ME pessoa jurídica de direito privado inscrito no CNPJ sob o nº 04.947.970/0001-50, estabelecida na Rua General Osório, nº 388, centro do município de Humaita/RS, considerado doravante CONTRATADO.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 10.520/02, na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações e no Processo Licitatório nº 02/2014 e Pregão Presencial 02/2014.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO. O objeto do presente contrato consiste na AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/MATERIAL PERMANENTE DESTINADOS PARA O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, DE ACORDO COM A PROPOSTA N º 78486.198000/1130-01-MINISTÉRIO DA SAÚDE, conforme especificações constantes da Proposta declarada vencedora da Licitação acima referida.



Tem	Qtd.	Uni	Descrição	Preço máximo previsto R\$
4	2	Un	Cadeira - material de confecção aço / ferro pintado. Rodízios não possui. Braços possui. Regulagem de altura não possui. Assento/encosto estofado.	107,00
37	6	Un	Cadeira - material de confecção aço / ferro pintado. Rodízios não possui. Braços possui. Regulagem de altura não possui. Assento/encosto estofado.	107,00
50	6	Un	Cadeira - material de confecção aço / ferro pintado. Rodízios não possui. Braços possui. Regulagem de altura não possui. Assento/encosto estofado.	107,00
71	6	Un	Cadeira - material de confecção aço / ferro pintado. Rodízios não possui. Braços possui. Regulagem de altura não possui. Assento/encosto estofado.	107,00
81	6	Un	Cadeira - material de confecção aço / ferro pintado. Rodízios não possui. Braços possui. Regulagem de altura não possui. Assento/encosto estofado.	107,00
87	6	Un	Cadeira - material de confecção aço / ferro pintado. Rodízios não possui. Braços possui. Regulagem de altura não possui. Assento/encosto estofado.	107,00
92	6	Un	Cadeira - material de confecção aço / ferro pintado. Rodízios não possui. Braços possui. Regulagem de altura não possui. Assento/encosto estofado.	107,00
			TOTAL	4.066,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE PAGAMENTO, DO DOCUMENTO FISCAL.

2.1 O pagamento será feito pelo Fundo Municipal da Saúde, em até 10(dez) dias após a data do recebimento dos equipamentos, devidamente instalados mediante a apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, diretamente na tesouraria da Prefeitura Municipal, ou mediante a emissão de Ordem Bancária em conta corrente indicada pela contratada.

2.2 A Contratada deverá encaminhar junto a Nota Fiscal ou Fatura, documento informando a Agência Bancária e o número da Conta a ser depositado o pagamento. Não será aceita a emissão de boletos bancários para efetuar o pagamento das Notas Fiscais e/ou Faturas.

2.3 Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

2.4 A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE.

3.1 Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.

4.1 – Os equipamentos e materiais deverão ser entregues livres de frete e descarga, devidamente instalados e funcionando, no Posto

de Saúde, ou ainda em outro local designado pelo requisitante, dentro de perímetro urbano do município, devendo ocorrer em até 30 (trinta) dias consecutivos após a emissão da Autorização de Fornecimento feita pelo Município/ Fundo.

4.2 – A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

4.3 - Imediatamente após a entrega dos equipamentos e materiais, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

4.4 – Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

4.5 – A Secretaria da Saúde terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a LICITANTE VENCEDORA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

4.6 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da LICITANTE VENCEDORA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO.

5.1 O CONTRATADO obriga-se fornecer os equipamentos contratados com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 02/2014 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

5.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, À CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

5.3 A fiscalização e o controle por parte do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração ao CONTRATADO do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

5.4 Entregar e instalar os equipamentos no prazo estabelecido.

5.5 Fornecer os equipamentos, objeto deste Contrato, de acordo com as especificações e quantidade solicitada na autorização de fornecimento, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição do mesmo quando constatado, no seu recebimento, não estar em perfeita conformidade com as referidas especificações dos anexos do Edital e deste contrato.

5.6 A CONTRATADA prestará assistência técnica gratuita do Bem durante o período de garantia.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.

6.1 O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE obriga-se adquirir os equipamentos e materiais acima referidos, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

7.1 As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2014 do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE:

Unidade Orçamentária	Descrição
Órgão 10 – Unid 01 Proj/Ativ.1.003 (dot 01)	4.4.90.00.00.00.00.00.0104 – Aquisição de Veículos, Equipamentos e Materiais permanentes para a Saúde.
Órgão 10 – Unid 01 Proj/Ativ.1.003 (dot 02)	3.390.00.00.00.00.00.00.0010064 Aquisição de Veículos, Equipamentos e Materiais permanentes para a Saúde.

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO.

8.1 O presente contrato tem sua vigência até dia 31 de Dezembro de 2014, iniciando na data de sua assinatura.

CLÁUSULA NONA – RESCISÃO CONTRATUAL.

9.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

9.1.1 Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

9.1.2 Por acordo entre as partes;

9.1.3 Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES.

10.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

10.1.1. Advertência.

10.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

10.1.3. Declaração de inidoneidade;

10.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FORO COMPETENTE.

11.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC, 31 de janeiro de 2014.

BRUNO JOSÉ HEBERLE

Gestor do Fundo

CONTRATANTE

MARCIO A R DA SILVA E CIA LTDA - ME

CONTRATADA

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff

CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger Eidt

CPF: 020.226.259.60

Contrato Nº28/2014

CONTRATO Nº 28/2014

CONTRATANTE: Município de Tunápolis pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito Enoi Scherer, portador da Cédula de Identidade nº 2.529.279-0 e inscrito no CPF sob nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa SISTEMA 103 DE RÁDIOS LTDA- EPP,

pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua da República, 199 centro no Município de Descanso/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 82.721.226/0001-46, neste representado pelo procurador Sr. Dirlei José Paloschi, inscrito no CPF sob o nº 796.022.159-68, denominada CONTRATADA.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e Processo Licitatório nº 29/2014 e Pregão Presencial nº 21/2014.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

O objeto do presente é a Contratação de Serviços de rádios para veiculação de atos oficiais, avisos e serviços da municipalidade, bem como de campanhas de interesse público de caráter informativo, social e educativo da administração municipal para o exercício de 2014, tudo em conformidade com o Instrumento Convocatório e seus anexos, com a Proposta apresentada, que fazem parte integrante deste independentemente de transcrições e as cláusulas e condições deste Contrato.

Item	Qtd.	Unid.	Serviços/Especificações	Valor unitário Mês R\$	Valor Total R\$
02	600	unid	Serviços de radio FM para veiculação de "spots" de 60", a partir das 7:00 até às 19:00 horas, de segunda à sexta-feira, 3 vezes ao dia, para divulgação de campanhas institucionais, enquetes jornalistas de caráter informativo e sócio-educativo.	19,00	11.400,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO.

O Município será responsável pelo fornecimento das matérias a serem divulgadas. As divulgações deverão ser efetuadas dentro do prazo solicitado pelo Município. Todas as informações e avisos a serem veiculadas serão encaminhados, pela Administração Municipal, devidamente formatadas e gravados em "CD", enviados por e-mail, ou, conforme o caso, deverão ser gravados ao vivo, no estúdio da emissora.

A Rádio deverá ter alcance de frequência em todo o território do Município de Tunápolis (centro e interior).

A contratada fica obrigada a aceitar nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93 atualizada.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO.

3.1 O preço total ajustado pelos serviços decorrentes do objeto deste contrato é de R\$ 19,00(dezenove reais), pagos até o 5º dia útil subsequente ao serviço prestado, e de conformidade com o relatório apresentado pela CONTRATADA, relativo à divulgação do mês de competência. A periodicidade para faturamento dos serviços será sempre no final de cada mês.

CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DO REAJUSTE.

4.1 O valor acima mencionado, ajustado para a prestação dos serviços na vigência do presente contrato, não sofrerá qualquer reajuste.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

5.1 Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento para o ano de 2014, conforme segue:

Unidade Orçamentária	Descrição
Órgão 03 – Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças. Projeto/Atividade 2.009	3.3.90.00.00.00.00.00.0104 – Manutenção dos Serviços da Secretaria de Administração

Unidade Orçamentária	Descrição
Órgão 04 – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes. Projeto/Atividade 2.010	3.3.90.00.00.00.00.00.0105 – Manutenção dos Serviços de Educação, Cultura e Esportes

Unidade Orçamentária	Descrição
Órgão 05 – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente. Projeto/Atividade 2.023	3.3.90.00.00.00.00.00.0104 – Manutenção da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

Unidade Orçamentária	Descrição
Órgão 06 – Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo. Projeto/Atividade 2.027	3.3.90.00.00.00.00.00.0104 – Manutenção dos Serviços de Transportes

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO.

A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as solicitações feitas pela CONTRATANTE, contidas no objeto contratado, de maneira a atender as necessidades dos serviços públicos municipais.

A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução dos serviços.

A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

A CONTRATADA cumprirá o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9.854, de 27 de outubro de 1999.

Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, a CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

A fiscalização e o controle por parte do Município, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração da CONTRATADA do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

CLÁUSULA SETIMA – DAS PENALIDADES.

Se a Contratada descumprir as condições deste Pregão ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas Leis nº 10.520/2002 e 8.666/93 e alterações posteriores.

De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial deste Pregão, a Prefeitura Municipal de Tunápolis poderá aplicar à empresa vencedora as seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta.

Nos termos do artigo 7º da Lei n. 10.520/2002, se o licitante, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer

fraude fiscal, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais.

As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de registro de cadastro do Município e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais.

Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada sem que antes este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO.

O Presente contrato tem sua vigência até dia 31.12.2014, iniciando-se após assinatura, podendo ser prorrogado até o limite permitido pela Lei nº 8.666/93

O prazo de vigência do Contrato, para a execução dos serviços, objeto deste, poderá ser prorrogado, a critério da CONTRATANTE, mantidos os direitos, obrigações e responsabilidades, sendo instrumentalizado por Termo Aditivo, como faculta a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 em seu artigo 57, inciso II.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO.

O contrato poderá ser rescindido nos termos da Lei nº 8.666/93. De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seu incisos.

Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato. Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontadas dos créditos que a Contratada tiver direito ou cobrados judicialmente. Será proporcionada defesa a Contratada, antes da imposição das penalidades elencadas nesta Cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA – VINCULAÇÃO DO CONTRATO.

O presente contrato está vinculado à licitação oriunda do Edital de Pregão nº 21/2014, obrigando-se a CONTRATADA de manter, durante toda a execução e vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Caso surjam novos serviços considerados indispensáveis e inadiáveis, não previstos originalmente, deverão ser objeto de Aditivo de Serviço, preço e, eventualmente, de prazo, conforme as disposições legais e acordo entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA.

Os novos serviços que não possam ser compostos da forma descrita no parágrafo anterior, o(a) CONTRATADO(A), deverão apresentar orçamento composto com base em preços de mercado correntes, para análise e aprovação da CONTRATANTE.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1 As partes contratantes elegem o FORO da Comarca de Itapiranga/SC, com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões judiciais relativas ou resultantes do presente contrato.

E, por assim haverem acordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias de igual forma e teor na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Tunápolis – SC, 03 de março de 2.014

Enoi Scherer

Prefeito Municipal

SISTEMA 103 DE RÁDIOS LTDA- EPP
contratada

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60

Contrato Nº 29/2014

CONTRATO Nº 29/2014

CONTRATANTE: Município de Tunápolis pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito Enoi Scherer, portador da Cédula de Identidade nº 2.529.279-0 e inscrito no CPF sob nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa RÁDIO ITAPIRANGA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua São Bonifácio, 280 centro no Município de Itapiranga/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 84.375.872.0001-24, denominada CONTRATADA.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e Processo Licitatório nº 29/2014 e Pregão Presencial nº 21/2014.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

O objeto do presente é a Contratação de Serviços de rádios para veiculação de atos oficiais, avisos e serviços da municipalidade, bem como de campanhas de interesse público de caráter informativo, social e educativo da administração municipal para o exercício de 2014, tudo em conformidade com o Instrumento Convocatório e seus anexos, com a Proposta apresentada, que fazem parte integrante deste independentemente de transcrições e as cláusulas e condições deste Contrato.

Item	Qtd.	Unid.	Serviços/Especificações	Valor unitário Mês R\$	Valor Total R\$
01	10	Mês	Contratação de Serviços de radiodifusão AM para divulgação de atos oficiais, avisos e informações da municipalidade, com duração de 15 minutos aos sábados das 11h05min às 11h20min; Minuto de Tunápolis às 10h e 14h15min, na segunda, quarta e sexta-feira para o exercício financeiro de 2014.	3.200,00	32.000,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO.

O Município será responsável pelo fornecimento das matérias a serem divulgadas. As divulgações deverão ser efetuadas dentro do prazo solicitado pelo Município. Todas as informações e avisos a serem veiculadas serão encaminhados, pela Administração Municipal, devidamente formatadas e gravados em "CD", enviados por e-mail, ou, conforme o caso, deverão ser gravados ao vivo, no estúdio da emissora.

A Rádio deverá ter alcance de frequência em todo o território do Município de Tunápolis (centro e interior).

A contratada fica obrigada a aceitar nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do artigo 65 da

Lei nº 8.666/93 atualizada.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO.

3.1 O preço total ajustado pelos serviços decorrentes do objeto deste contrato é de R\$ 32.000,00 (Trinta e dois mil reais), que será pago em parcelas mensais no valor de R\$ 3.200,00 (Três mil e duzentos reais) pagos até o 5º dia útil subsequente ao serviço prestado, e de conformidade com o relatório apresentado pela CONTRATADA, relativo à divulgação do mês de competência. A periodicidade para faturamento dos serviços será sempre no final de cada mês.

CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DO REAJUSTE.

4.1 O valor acima mencionado, ajustado para a prestação dos serviços na vigência do presente contrato, não sofrerá qualquer reajuste.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

5.1 Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento para o ano de 2014, conforme segue:

Unidade Orçamentária	Descrição
Órgão 03 – Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças. Projeto/Atividade 2.009	3.3.90.00.00.00.00.0104 – Manutenção dos Serviços da Secretaria de Administração

Unidade Orçamentária	Descrição
Órgão 04 – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes. Projeto/Atividade 2.010	3.3.90.00.00.00.00.0105 – Manutenção dos Serviços de Educação, Cultura e Esportes

Unidade Orçamentária	Descrição
Órgão 05 – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente. Projeto/Atividade 2.023	3.3.90.00.00.00.00.0104 – Manutenção da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

Unidade Orçamentária	Descrição
Órgão 06 – Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo. Projeto/Atividade 2.027	3.3.90.00.00.00.00.0104 – Manutenção dos Serviços de Transportes

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO.

A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as solicitações feitas pela CONTRATANTE, contidas no objeto contratado, de maneira a atender as necessidades dos serviços públicos municipais.

A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução dos serviços.

A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

A CONTRATADA cumprirá o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9.854, de 27 de outubro de 1999.

Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, a CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

A fiscalização e o controle por parte do Município, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração da CONTRATADA do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

CLÁUSULA SETIMA – DAS PENALIDADES.

Se a Contratada descumprir as condições deste Pregão ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas Leis nº 10.520/2002 e 8.666/93 e alterações posteriores.



De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial deste Pregão, a Prefeitura Municipal de Tunápolis poderá aplicar à empresa vencedora as seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta.

Nos termos do artigo 7º da Lei n. 10.520/2002, se o licitante, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais.

As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de registro de cadastro do Município e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais.

Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada sem que antes este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO.

O Presente contrato tem sua vigência até dia 31.12.2014, iniciando-se após assinatura, podendo ser prorrogado até o limite permitido pela Lei nº 8.666/93

O prazo de vigência do Contrato, para a execução dos serviços, objeto deste, poderá ser prorrogado, a critério da CONTRATANTE, mantidos os direitos, obrigações e responsabilidades, sendo instrumentalizado por Termo Aditivo, como faculta a Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1.993 em seu artigo 57, inciso II.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO.

O contrato poderá ser rescindido nos termos da Lei nº 8.666/93. De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seu incisos.

Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato. Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontadas dos créditos que a Contratada tiver direito ou cobrados judicialmente. Será proporcionada defesa a Contratada, antes da imposição das penalidades elencadas nesta Cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA – VINCULAÇÃO DO CONTRATO.

O presente contrato está vinculado à licitação oriunda do Edital de Pregão nº 21/2014, obrigando-se a CONTRATADA de manter, durante toda a execução e vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Caso surjam novos serviços considerados indispensáveis e inadiáveis, não previstos originalmente, deverão ser objeto de Aditivo de Serviço, preço e, eventualmente, de prazo, conforme as disposições legais e acordo entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA. Os novos serviços que não possam ser compostos da forma descrita no parágrafo anterior, o(a) CONTRATADO(A), deverão apresentar orçamento composto com base em preços de mercado correntes, para análise e aprovação da CONTRATANTE.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1 As partes contratantes elegem o FORO da Comarca de

Itapiranga/SC, com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões judiciais relativas ou resultantes do presente contrato.

E, por assim haverem acordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias de igual forma e teor na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Tunápolis – SC, 03 de março de 2.014

Enoi Scherer
Prefeito Municipal

RÁDIO ITAPIRANGA LTDA
Contratada

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60

Decreto Nº 1.605/2014 de 19 de Março de 2014.

Decreto nº 1.605/2014 de 19 de março de 2014.

Determina a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 134.500,00 (Cento e trinta e quatro mil e quinhentos reais), alterando a Lei Orçamentária nº 1.150/2013, e contém outras providências.

ENOÍ SCHERER, Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente as disposições da Lei Orgânica Municipal e especialmente a Lei 1.168/2014,

DECRETA:

Art. 1º O Chefe do Poder Executivo Municipal, determina a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor R\$ 134.500,00 (Cento e trinta e quatro mil e quinhentos reais), alterando a LOA – Lei Orçamentária Anual nº 1.150 de 28 de novembro de 2013 para reforçar as dotações abaixo indicada para o atendimento das despesas concernentes à manutenção, coordenação e desenvolvimento das atividades, em conformidade com as prescritas em Lei conforme segue:

Entidade:	PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS	
		SECRETARIA TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO
Órgão:	06.00	URBANISMO, INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS GERAS
Unidade:	06.02	Pavimentação de Vias Públicas, Passeios, Abrigos
Proj./Ativ	15.451.0009.1.019	Aplicações Diretas
4.4.90.00.00.00.00.00.0104	(99)	115.000,00

Órgão:	08.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade:	08.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Proj./Ativ	08.241.0003.2.038	Manutenção dos Serviços dos Idosos
3.3.90.00.00.00.00.00.0104	Aplicações Diretas (114)	15.000,00



Órgão:	09.00	FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA
Unidade:	09.01	FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA
Proj./Ativ	08.243.0018.2.048	Manutenção da Assistência à Criança e ao Adolescente
3.3.90.00.00.00.00.00.0104	Aplicações Diretas (129)	4.500,00

TOTAL. R\$ 134.500,00
 Art. 2º Para o atendimento do Crédito determinado no artigo anterior deste ato fica igualmente o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder à redução das dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes do mesmo orçamento, a saber:

Entidade:	PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS	
Órgão:	02.00	PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
Unidade:	02.01	GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL E VICE
Proj./Ativ	04.122.0002.1.004	Aquisição de Veículo, Equipamentos e demais Materiais
4.4.90.00.00.00.00.00.0104	Aplicações Diretas (01)	75.000,00

Órgão:	05.00	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Unidade:	05.01	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Proj./Ativ	20.609.0013.2.032	Manutenção de Consórcio Público - CONSAD
3.1.71.00.00.00.00.00.0104	Aplicações Diretas (84)	19.000,00
3.3.71.00.00.00.00.00.0104	Aplicações Diretas (85)	5.000,00

Órgão:	07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO
Unidade:	07.01	INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
Proj./Ativ	23.691.0014.2.051	Programa de Auxílio Financeiro Pró-Empresa
3.3.90.00.00.00.00.00.0104	Aplicações Diretas (112)	5.000,00

Órgão:	08.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade:	08.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Proj./Ativ	08.241.0021.2.038	Manutenção dos Serviços dos Idosos
4.4.90.00.00.00.00.00.0104	Aplicações Diretas (116)	15.000,00

Órgão:	09.00	FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA
Unidade:	09.01	FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA
Proj./Ativ	08.243.0018.2.031	Manutenção Centros Atendimento à Criança e Adolescente
3.3.50.00.00.00.00.00.0104	Transf.Inst. Privadas s/ Fins Lucrativos (127)	4.500,00

Órgão:	11.00	FUNDO DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL
Unidade:	11.01	FUNDO DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL

Proj./Ativ	16.482.0010.2.021	Programa de Auxílio Financeiro Pró-Casa
3.3.90.00.00.00.00.00.0104	Aplicações Diretas (132)	11.000,00

TOTAL. R\$ 134.500,00
 Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis – SC, 19 de março de 2014.

ENOÍ SCHERER
 Prefeito Municipal.

Este Decreto foi publicado em data supra.

Cleverson Inácio Kerkhoff
 Técnico em Controladoria Interna.

Lei Nº 1.168/2014 de 19 de Março de 2014.

Lei nº 1.168/2014 de 19 de março de 2014.

Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 134.500,00 (Cento e trinta e quatro mil e quinhentos reais), alterando a Lei Orçamentária nº 1.150/2013, e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor R\$ 134.500,00 (Cento e trinta e quatro mil e quinhentos reais), alterando a LOA – Lei Orçamentária Anual nº 1.150 de 28 de novembro de 2013 para reforçar as dotações abaixo indicada para o atendimento das despesas concernentes à manutenção, coordenação e desenvolvimento das atividades, em conformidade com as prescritas em Lei conforme segue:

Entidade:	PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS	
Órgão:	06.00	SECRETARIA TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO
Unidade:	06.02	URBANISMO, INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS GERAS
Proj./Ativ	15.451.0009.1.019	Pavimentação de Vias Públicas, Passeios, Abrigos
4.4.90.00.00.00.00.00.0104	Aplicações Diretas (99)	115.000,00

Órgão:	08.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade:	08.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Proj./Ativ	08.241.0003.2.038	Manutenção dos Serviços dos Idosos
3.3.90.00.00.00.00.00.0104	Aplicações Diretas (114)	15.000,00

Órgão:	09.00	FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA
Unidade:	09.01	FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Proj./Ativ	08.243.0018.2.048	Manutenção da Assistência à Criança e ao Adolescente
3.3.90.00.00.00.00.00.0104		Aplicações Diretas (129) 4.500,00

TOTAL.R\$ 134.500,00
 Art. 2º Para o atendimento do Crédito autorizado no artigo anterior deste ato fica igualmente o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder à redução das dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes do mesmo orçamento, a saber:

Entidade:	PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS	
Órgão:	02.00	PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
Unidade:	02.01	GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL E VICE
Proj./Ativ	04.122.0002.1.004	Aquisição de Veículo, Equipamentos e demais Materiais
4.4.90.00.00.00.00.00.0104		Aplicações Diretas (01) 75.000,00

Órgão:	05.00	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Unidade:	05.01	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Proj./Ativ	20.609.0013.2.032	Manutenção de Consórcio Público - CONSAD
3.1.71.00.00.00.00.00.0104		Aplicações Diretas (84) 19.000,00
3.3.71.00.00.00.00.00.0104		Aplicações Diretas (85) 5.000,00

Órgão:	07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO
Unidade:	07.01	INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
Proj./Ativ	23.691.0014.2.051	Programa de Auxílio Financeiro Pró-Empresa
3.3.90.00.00.00.00.00.0104		Aplicações Diretas (112) 5.000,00

Órgão:	08.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade:	08.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Proj./Ativ	08.241.0021.2.038	Manutenção dos Serviços dos Idosos
4.4.90.00.00.00.00.00.0104		Aplicações Diretas (116) 15.000,00

Órgão:	09.00	FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA
Unidade:	09.01	FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA
Proj./Ativ	08.243.0018.2.031	Manutenção Centros Atendimento à Criança e Adolescente
3.3.50.00.00.00.00.00.0104		Transf.Inst. Privadas s/ Fins Lucrativos (127) 4.500,00

Órgão:	11.00	FUNDO DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL
Unidade:	11.01	FUNDO DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL
Proj./Ativ	16.482.0010.2.021	Programa de Auxílio Financeiro Pró-Casa
3.3.90.00.00.00.00.00.0104		Aplicações Diretas (132) 11.000,00

TOTAL.R\$ 134.500,00
 Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis – SC, 19 de março de 2014.

ENOÍ SCHERER
 Prefeito Municipal.

Esta Lei foi publicada em data supra.

Cleverson Inácio Kerkhoff
 Técnico em Controladoria Interna.

Turvo

PREFEITURA

Portaria 87/2014

PORTARIA No 087/14, de 17 de Março de 2014.
 NOMEIA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO QUE ESPECIFICA

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Legislação vigente,

RESOLVE

Art. 1º. Nomear os Senhores NESTOR RECO – Agente Financeiro, ADAIR CONSTANTE – Diretor do Departamento de Transportes e Obras e LUIZ CARLOS DE SANTA HELENA – Mecânico II, para sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de Avaliação dos seguintes bens móveis:

- 1) um veículo, cor vermelha, chassi 9BD15808814187584, código do renavan no 744498961, placa IJR 1596, ano fabricação 2000, ano modelo 2001, combustível gasolina, marca modelo Fiat/Uno Mille Smart e espécie tipo Pas/Automóvel.
- 2) um veículo, cor branca, chassi 9BWMF07X19P025941, código do renavan no 139537767, placa MGN 2284, ano fabricação 2009, ano modelo 2009, combustível álcool/gasolina, marca modelo VW/ Kombi Escolar e espécie tipo Pas/Microônibus.
- 3) uma Retro Escavadeira, marca Case, modelo 580L, Ano 2000, Produto Identificação Número Série JRF0037772.
- 4) uma Moto niveladora, marca Caterpillar, modelo 120B, Ano 1982, Produto Identificação Número Série 6445831.

Art. 2º. Os serviços prestados pelos membros citados no art. 1º serão gratuitos e considerados relevantes ao Município.

Art. 3º. Até a data de 24 de Março de 2014, às 10:00 horas, a comissão deverá apresentar o laudo de avaliação dos bens descritos no art. 1º da presente Portaria.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 17 de março de 2014.
 RONALDO CARLESSI
 Prefeito Municipal

Pub. e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel
 Secretário de Adm. e Finanças - designado.

Portaria 88/2014

PORTARIA Nº 088/14, de 17 de Março de 2014.

CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 138, XII, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias de 30 (trinta) dias ao servidor abaixo especificado, no período de 17.03.2014 a 15.04.2014, com gratificação especial de 1/3 a mais do que o vencimento normal.

MATR.	SERVIDOR (A)	PERÍODO DE AQUISIÇÃO
0683	Esio Simão	02.01.2013 a 01.01.2014

Art. 2º - Conceder férias de 30 (trinta) dias ao servidor abaixo especificado, no período de 25.03.2014 a 23.04.2014, com gratificação especial de 1/3 a mais do que o vencimento normal.

MATR.	SERVIDOR (A)	PERÍODO DE AQUISIÇÃO
1137	Maria Luzia Floriano	24.02.2013 a 23.02.2014

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 17 de março de 2014.

RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças - designado.

Portaria 89/2014

PORTARIA Nº 089/14, de 17 de Março de 2014.

NOMEIA AGENTE ADMINISTRATIVO ESCOLAR, EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.071/1994, combinado com a Lei Complementar nº 10/11 de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear pelo Processo Seletivo Simplificado nº 002/2013-SME, o Servidor abaixo relacionado, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para exercer a função pública de Agente Administrativo Escolar, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME	CPF	LOCAL DE TRABALHO
Ana Paula Ferreira Schuelter	094.842.599-79	Creche são Cristóvão

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 17 de Março de 2014 e encerrará em 19 de Dezembro de 2014.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 17 de março de 2014.

RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel
Secretário de Adm. e Finanças - designado.

Portaria 90/2014

PORTARIA Nº 090/14, de 17 de Março de 2014.

ADMITE FISIOTERAPEUTA, EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Admitir o Sr. ÂNGELO RIBEIRO MANENTI, CPF nº 035.450.989-66, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer a função pública de Fisioterapeuta, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 18 de Março de 2014 e encerrará em 09 de Setembro de 2014.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 17 de março de 2014.

RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel
Secretário de Adm. e Finanças-designado.

Portaria 91/2014

PORTARIA Nº 091/14, de 17 de Março de 2014.

FAZ NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear o Servidor LUIZ LUCINEI VITTO, CPF nº 617.912.889-87, para exercer o Cargo em Comissão de Diretor do Departamento de Meio Ambiente, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 17 de março de 2014.

RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel
Secretário de Adm. e Finanças - designado.

Portaria 92/2014

PORTARIA Nº 092/14, de 17 de Março de 2014.
PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE ENSINO DA EDUCAÇÃO INFANTIL, NOMEADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.071/1994, combinado com a Lei Complementar nº 10/11 de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até o dia 23 de Abril de 2014 a contratação da servidora a baixo relacionada, nomeada temporariamente através do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2013-SME, exercendo a função pública de Auxiliar de Ensino da Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei, em substituição a Servidora Maria Luzia Floriano, que se encontra em Férias.

SERVIDOR (A)	CPF	MATRICULA
Helena Carolina Arceno	033.189.009-74	3061

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 17 de março de 2014.

RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel
Secretário de Adm. e Finanças - designado.

Notificação de Repasse 09/2014

ERRATA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE REPASSES

A Administração Municipal de Turvo, atendendo a determinação contida na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, NOTIFICA os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município de Turvo, que recebeu recursos federais conforme abaixo especificado:

Termo de Compromisso nº TC/PAC 710/09
Objeto: Execução de Sistema de Esgotamento Sanitário
Origem dos Recursos: FUNASA/Ministério da Saúde

Valor da complementação da 5ª Parcela: R\$ 933.811,21
Data do repasse da complementação da 5ª parcela: 17/03/2014.

Turvo/SC, 18 de Março de 2014.

Decreto 12/2014

DECRETO Nº 012/14, de 10 de Março de 2014.
REGULAMENTA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – CAE E DÁ OUTRAS

PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 11º da Lei nº 1.266/97 de 28 de Novembro de 1997.

DECRETA

Art. 1º- A Lei nº 1.266/97 de 28 de Novembro de 1997, que institui o Conselho Municipal de Alimentação Escolar – CAE fica regulamentada nos termos deste Decreto.

CAPITULO I

DAS ATRIBUIÇÕES DO CAE

Art. 2º- O Conselho de Alimentação Escolar – CAE – Colegiado Deliberativo, instituído no âmbito do Município de Turvo, através da Lei Municipal nº 2.047/10, de 16 de dezembro de 2010, com base na Resolução/CD/FNDE/ Nº. 38, de julho de 2009 que regulou sua composição e atribuições, tem como finalidade assessorar o Governo Municipal na execução do PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar junto aos estabelecimentos de educação infantil, ensino fundamental, educação de jovens e adultos, mantidos pelo Município, pelo Estado e pelas Instituições, motivando a participação de órgãos públicos e da comunidade na consecução de seus objetivos, competindo-lhe especificamente:

I – Acompanhar a aplicação dos recursos federais transferidos à conta do PNAE;

II – Acompanhar e monitorar a aquisição dos produtos adquiridos para o PNAE, zelando pela qualidade dos produtos em todos os níveis, até o recebimento da refeição pelos escolares;

III – Orientar sobre o armazenamento dos gêneros alimentícios, seja em depósitos da entidade Executora e/ou das escolas e das empresas prestadoras de serviços por meio de terceirização;

IV – Comunicar à entidade Executora a ocorrência de irregularidade em relação aos gêneros alimentícios, tais como: vencimento de prazo de validade, deterioração, desvios e furtos, dentre outros, para que sejam tomadas as devidas providências;

V – Divulgar em locais públicos os recursos financeiros do PNAE transferidos à Entidade Executora;

VI – Acompanhar a execução físico-financeira do programa, zelando pela sua melhor aplicabilidade;

VII – Acompanhar a elaboração do cardápio da alimentação escolar, de modo que o mesmo seja programado para suprir as necessidades nutricionais diárias dos alunos matriculados em creche, pré-escola, educação de jovens e adultos e entidades filantrópicas/comunitárias, e as necessidades dos alunos durante sua permanência em sala de aula.

VIII – Acompanhar a elaboração dos cardápios dos programas de alimentação escolar, respeitando os hábitos alimentares do município, a fim de respeitar cada etnia.

IX – Articular-se com os órgãos ou serviços governamentais no âmbito municipal, estadual, e federal da administração pública ou privada, a fim de obter colaboração ou assistência técnica para a fiscalização e melhoria da alimentação escolar distribuída nas escolas municipais, estaduais das entidades;

X – Promover junto aos órgãos competentes, realização de campanhas educativas de esclarecimento sobre alimentação.

XI – Promover junto aos órgãos competentes, realização de

estudos a respeito dos hábitos alimentares locais, levando-se em conta quando da elaboração de cardápios para merenda escolar.

CAPITULO II

DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Art. 3º - O CAE será constituído por sete membros, com a seguinte composição:

I – um representante de carreira do Poder Executivo, indicado formalmente pelo Chefe desse Poder;

II – dois representantes dos professores, indicados formalmente pelos respectivos órgãos de classe, a serem escolhidos por meio de assembléia específica para tal fim, devidamente registrada em ata;

III – dois representantes de pais de pais de alunos, indicados formalmente pelos conselhos escolares, associações de pais e mestres ou entidades similares, a serem escolhidos por meio de assembléia específica para tal fim, registrada devidamente em ata;

IV – dois representantes de outro seguimento da Sociedade Civil, a ser escolhido por meio de assembléia específica para tal fim, devidamente registrada por ata;

§1º - Em caso de não existência de órgão de classe, conforme estabelecido no inciso III deste artigo deverá os professores realizar reunião, convocada especificamente para esse fim, sendo devidamente registrada em ata.

§2º - Cada membro titular do CAE terá um Suplente da mesma categoria, que assumirá as funções do titular em sua ausência.

CAPITULO III

DO MANDATO DO CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Art. 4º- O mandato do CAE será de quatro anos, podendo os membros serem reconduzidos por uma única vez.

I – O exercício do mandato de conselheiro do CAE é considerado serviço público relevante e não remunerado.

II – A nomeação dos membros do CAE deverá ser feita por ato legal, de acordo com a Constituição dos estados e as Leis Orgânicas do Distrito Federal e dos Municípios, observadas as indicações dos seguimentos representados.

CAPITULO IV

DAS SUBSTITUIÇÕES DOS MEMBROS DO CONSELHO

Art. 5º - Após a nomeação dos membros do CAE, as substituições dar-se-ão somente nos seguintes casos:

I – mediante renúncia expressa do conselho e ou suplente;

II – por deliberação do segmento representado, em iniciativa própria justificativa mediante aprovação do CAE;

III – por solicitação do CAE após aprovação em reunião ordinária ou extraordinária;

IV – pelo não comparecimento injustificado as sessões do CAE, em três reuniões ordinárias e extraordinárias consecutivas ou em cinco alternadas; ou, ainda que justificada a ausência, ocorra falta consecutiva por mais de cinco reuniões sejam ordinárias ou

extraordinárias;

V – pelo descumprimento das disposições previstas neste Regimento Interno;

§1º - Nas hipóteses previstas no início deste artigo, a copia do correspondente termo de renúncia ou da ata da sessão plenária do CAE ou ainda reunião do segmento, em que se deliberou pela substituição do membro, deverá ser encaminhada ao FNDE pela Entidade Executora.

§2º - Nas situações previstas nos incisos deste artigo o segmento representado indicará novo membro para preenchimento do cargo de titular ou suplente, cumprindo o previsto no §1º deste artigo e medida a exigência de nomeação por ato legal emanado do poder competente.

§3º - No caso de substituição de conselheiro do CAE, na forma deste artigo, o período do seu mandato será para completar o tempo restante do mandato vigente.

§4º - No caso de substituição de conselheiro titular do CAE, automaticamente assumirá o seu respectivo suplente.

§5º - No caso de substituição de conselheiro suplente do CAE, automaticamente assumirá essa suplência membro indicado pelo segmento por meio de nova Assembléia.

CAPITULO V

DA DIREÇÃO EXECUTIVA DO CAE

Art. 6º - O CAE terá uma Direção Executiva, composta por um presidente e um vice-presidente, conforme determinações especificadas neste regimento interno:

I – O presidente e o vice-presidente serão eleitos entre os membros titulares, após o cumprimento do Capítulo IV, por no mínimo dois terços dos conselheiros titulares, em sessão plenária convocada especialmente para tal fim, com o mandato coincidente com o do conselho,

Podendo ser reeleitos uma única vez;

II – O Presidente e o Vice Presidente poderão ser destituídos, em conformidade ao disposto neste Regimento Interno, sendo imediatamente eleitos novos membros para completar o período restante do respectivo mandato;

III – O servidor que executará funções de apoio administrativo e de infraestrutura ao CAE será indicado pelo órgão responsável pela operacionalização das atividades inerentes ao Programa Municipal de alimentação Escolar, conforme determina o Art. 28 da Resolução Nº 38 do FNDE, pelo prazo de quinze dias após a data de constituição do CAE.

IV – A escolha do Presidente e do Vice-Presidente não deverá recair entre os membros representativos dos Poderes Executivos e Legislativos.

CAPITULO VI

DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DO CONSELHO E DA INFRA-ESTRUTURA

Art. 7º- É responsabilidade obrigatória do Município, através da Secretaria Municipal de Educação e outros órgãos competentes da Prefeitura Municipal de Turvo garantir ao CAE, como órgão deliberativo, de fiscalização e de assessoramento, a infraestrutura

necessária à plena execução das atividades de sua competência, tais como:

Local apropriado com condições adequadas para as reuniões do Conselho;

Disponibilidade de equipamentos de informática;

Transporte para deslocamento dos seus membros aos locais relativos ao exercício de sua competência;

E disponibilidade de recursos humanos necessários às atividades de apoio, com vistas a desenvolver as suas atividades com competência e efetividade;

Parágrafo único – fornecer ao CAE, sempre que solicitado, todos os documentos e informações referentes à execução do PNAE em todas as suas etapas, tais como: editais de licitação, extratos bancários, cardápios, notas fiscais de compras e demais documentos necessários ao desempenho das atividades de sua competência.

CAPITULO VII

DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE E DO VICE-PRESIDENTE DO CAE

Art. 8º- Cabe ao Presidente do CONSELHO;

I – Representar o CAE e presidir as reuniões, coordenar os debates, tomar os votos e votar;

II – Emitir voto de qualidade, no caso de empate;

III – Convocar as reuniões ordinárias e extraordinárias;

IV – Determinar ao servidor indicado para executar atividades de Apoio Administrativo que faça a leitura da ata da reunião;

V – Participar da aprovação da ata, bem como assiná-la, na qualidade de presidente;

VI – Requisitar das instituições que participam da gestão dos recursos destinados aos programas de alimentação escolar, as informações necessárias ao acompanhamento das ações no Município;

VII – Solicitar estudos ou pareceres sobre assuntos de interesse do CAE;

VIII – Expedir todos os atos necessários ao desempenho de suas atribuições, na execução das deliberações do CAE;

IX – Supervisionar as atividades exercidas pelo servidor indicado para executar as atividades de Apoio Administrativo ao Conselho;

X – Submeter à Plenária a justificativa apresentada por conselheiro, em caso de atraso ou falta;

XI – Cumprir e fazer cumprir este Regimento Interno.

CAPITULO VIII

DO APOIO ADMINISTRATIVO E INFRAESTRUTURA DO CAE

Art. 9º- A Secretaria Administrativa, unidade de apoio ao CONSELHO, é exercida pelo Servidor indicado pela Secretaria de Educação, sendo responsável pela sistematização das informações, facilitando ao CAE o estabelecimento de normas, diretrizes e programas de trabalho.

Art.10 - Compete ao Servidor, indicado conforme Art. 9º;

I – Preparar as Pautas, redigir as atas e secretariar as reuniões do conselho;

II – Minutar as resoluções concernentes aos assuntos relatados em sessão;

III – Agendar as reuniões do CAE e encaminhar a seus membros os documentos necessários;

IV – Expedir ato de convocação para reunião ordinária ou extraordinária, por determinação do Presidente do Conselho;

V – Coordenar, supervisionar e controlar as atividades pertinentes a Secretaria Administrativa;

VI – Assessorar o Presidente do CAE nos assuntos pertinentes a sua competência;

VII – Apresentar em reunião ordinária, recurso escrito a ser submetido à plenária, em caso de recusa do Presidente em aceitar a justificativa apresentada por atraso ou falta de membro;

VIII – Protocolizar documentos dirigidos ao CAE;

IX – Executar outras atividades que lhe sejam atribuídas pelo CAE;

X – Cumprir e fazer cumprir este Regimento Interno.

CAPITULO IX

OS MEMBROS

Art. 11 - Cabe aos membros do CONSELHO:

I – Participar das reuniões debatendo e votando as matérias em exames;

II – Examinar, aprovar na reunião seguinte assinar as atas das reuniões ordinárias e extraordinárias;

III – Fornecer à Secretaria Administrativa do CONSELHO todas as informações e dados a que tenham acesso, sempre que os julgarem importantes para as deliberações do CONSELHO ou quando solicitado pelos demais membros;

IV – Encaminhar à Secretaria Administrativa quaisquer matérias em forma de proposta, que tenham interesse de submeter ao CAE;

V – Requisitar à Secretaria Administrativa, à Presidência e aos demais membros, informações que julgarem necessárias para o bom desempenho de suas atribuições;

VI – Indicar assessoramento técnico-profissional de suas respectivas áreas ao CONSELHO a grupos constituídos, para tratar de assuntos específicos delegados às instituições que representam;

VII – Fazer visitas de inspeção nas cozinhas das escolas e apresentar relatório à Plenária do CAE, para encaminhamentos deliberados;

VIII – Desempenhar as funções para as quais foi designado;

IX – Elaborar o Calendário Anual de reuniões Ordinárias.

CAPITULO X**DA DESTITUIÇÃO DO PRESIDENTE E DO VICE-PRESIDENTE**

Art. 12 - Mediante a apresentação de fato relevante instaurar-se-á procedimento administrativo interno do CAE, objetivando apurar os fatos. A destituição do Presidente, do Vice-Presidente e dos membros titulares, dar-se-á por maioria simples de votos, com quorum mínimo de metade mais um de seus membros.

§1º - Considerar-se fato relevante:

I – Deixar de cumprir, ou omitir-se com relação às atribuições previstas neste regimento interno e da Resolução Nº 38/ FNDE ou que venha a supri-la;

II – Ocupar cargo comissionado no âmbito do governo municipal, estadual ou federal sem ter se retirado do cargo previamente.

§2º - No caso de destituição do Presidente, o Vice-Presidente assumirá a Presidência imediatamente e deverá promover novas eleições no prazo de até 30 dias para escolha de Presidente e Vice-Presidente nos termos do capítulo V. artigo 5º, inciso I. Na hipótese de ser destituído apenas o Vice-Presidente, nova eleição para esse cargo deverá ocorrer.

§3º - Havendo destituição do presidente e do Vice-Presidente concomitantemente, o Conselho deverá indicar Presidente-interino com mandato máximo de 30 dias, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, o qual, após devidamente nomeado, convocará dirigirá eleições para Presidente e Vice-Presidente, a se concluir no prazo aqui tratado, sendo vedada prorrogação de prazo.

CAPITULO XI**DAS REUNIÕES**

Art. 13 – O CAE reunir-se-á:

I - Ordinariamente, uma vez a cada sessenta dias, por convocação do seu presidente, com antecedência mínima de cinco dias, por e-mail ou telefone, haja vista haver calendário prévio com o agendamento das reuniões que ocorrerão no ano, com data e hora:

Caso a reunião ordinária não seja convocada pelo Presidente, cabe ao Vice-Presidente fazê-lo, desde que transcorridos quinze dias do prazo previsto neste inciso;

As reuniões ordinárias e extraordinárias serão deliberativas em primeira convocação quando instaladas e iniciadas com a presença da metade mais um de seus membros;

As reuniões ordinárias e extraordinárias serão iniciadas com tolerância de dez minutos em primeira convocação;

As reuniões ordinárias e extraordinárias serão deliberativas em segunda convocação, cinco minutos após a primeira convocação com qualquer número de seus membros;

As reuniões deverão ter início com a leitura e aprovação da ata da reunião anterior

II – Extraordinariamente, a qualquer tempo, por convocação de seu Presidente ou de um terço de seus membros através de seu Vice:

Para convocação de que trata este inciso, é imprescindível a apresentação de comunicado à Secretaria Administrativa, acompanhado de justificativa;

Caberá à Secretaria Administrativa a adoção de providências necessárias à convocação de Reunião Extraordinária, que se realizarão no prazo mínimo vinte e quatro horas a partir do ato da convocação.

Art. 14 – As deliberações do CAE serão tomadas por maioria simples de votos, com quorum mínimo de metade mais um de seus membros, em primeira convocação, cabendo ao Presidente o voto de qualidade, em caso de empate.

I – As decisões normativas terão a forma de Resolução, numeradas da forma seqüencial e publicadas no órgão oficial do Município.

II – Será obrigatória a confecção de atas das reuniões, devendo as mesmas ser arquivadas na secretaria Administrativa, para feito de consulta.

Art. 15 – Quanto aos votos deliberações realizadas no CAE, terão direito a voto, exclusivamente, os seus membros titulares cabendo aos suplentes tão somente direito a voz;

Art. 16 – As reuniões do CONSELHO estarão abertas a participação de assessores, integrantes de grupos temáticos, pessoal de apoio, representantes de órgãos públicos e entidades privadas, desde que anunciados previamente por escrito à Presidência no prazo de sete dias de antecedência, com direito a voz mediante inscrição de fala, mas não a voto.

Art. 17 – A entidade representada que deixar de comparecer a três reuniões consecutivas ou cinco alternadas, será notificado para que apresente nova indicação de seus representantes e, não fazendo no prazo de trinta dias, perderá o assento junto ao Conselho, cabendo a realização de assembléia da categoria representada para proceder à substituição.

§1º - Para efeito deste artigo, é considerada falta a ausência à reunião ou atraso superior a quinze minutos, contados a partir do inciso da reunião, seja primeira ou segunda convocação.

§2º - Em caso de falta, poderá o membro titular apresentar justificativa, por escrito, no prazo de setenta e duas horas dirigido ao Presidente que decidirá em plenária na próxima reunião ordinária.

CAPITULO XII**DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

Art. 18 – A prestação de contas consiste na comprovação da execução da totalidade dos recursos recebidos em cada exercício pela EE, inclusive por transferência de rede, acrescida dos saldos reprogramados de exercícios anteriores e dos rendimentos de aplicação financeira auferidos.

Art. 19 – A EE elaborará e remeterá ao CAE, até 15 de fevereiro do exercício subsequente ao repasse, a prestação de contas constituída dos seguintes documentos:

I - Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico-Financeira;

II – Relatório Anual de Gestão do PNAE;

III – extrato bancário da conta corrente específica em que os recursos foram depositados e das aplicações financeiras realizadas.

CAPITULO XIII**DA DENUNCIA**

Art. 20 – Qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá apresentar

denúncia ao CAE, quanto às irregularidades indicadas na aplicação dos recursos do PNAE, contendo, necessariamente:

I – a exposição sumária do ato ou fato censurável, que possibilite sua perfeita determinação;

II – a identificação do órgão da Administração Pública e do responsável por sua prática,

bem como a data do ocorrido.

§1º Quando a denúncia for apresentada por pessoa física, deverão ser fornecidos, além dos elementos referidos nos incisos I e II deste artigo, o nome legível e o endereço para encaminhamento das providências adotadas.

§2º Quando o denunciante for pessoa jurídica (partido político, associação civil, entidade sindical, entre outros), deverá ser encaminhada cópia de documento que ateste sua constituição jurídica e fornecido, além dos elementos referidos no inciso I e II deste artigo, o endereço da sede da representada.

§3º Quando a denúncia for apresentada pelo Conselho de Alimentação Escolar (CAE), deverá ser obrigatoriamente, acompanhada de relatório conclusivo de acompanhamento da execução do PNAE, relativo ao período da constatação, o qual deverá ser assinado pelos membros titulares.

§4º Quando a denúncia for apresentada por um dos membros do CAE, deverá constar a sua identificação e endereço para encaminhamento das devidas providências adotadas.

§5º Ficará assegurado o sigilo quando aos dados do denunciante, quando solicitado.

Art. 21 – As denúncias destinadas ao FNDE deverão Ser dirigidas à Auditoria Interna do FNDE, no seguinte endereço: Setor Bancário Sul - Quadra "02" – Bloco "F" – Edifício Áurea – Sala 401 – Brasília – DF, CEP: 70070-929, ou pelo FALA BRASIL, telefone nº 0800616161 ou, ainda, pelo correio eletrônico: audi@fnde.gov.br.

CAPITULO XIV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 22 – As deliberações do CAE com relação a alterações deste Regimento Interno deverão contar com a aprovação de, no mínimo, a maioria absoluta de seus integrantes.

Parágrafo único – Ao início de cada nova gestão, quando entendida a necessidade de alterações, haverá avaliação do Regimento Interno, em reunião extraordinária específica para o tema. Uma vez iniciado os trabalhos de alterações, deverão ser concluídos no prazo máximo de noventa dias.

Art. 23 – Os casos omissos e as dúvidas levantadas quanto à aplicação deste Regimento Interno aplicar-se-ão subsidiariamente à Resolução Nº 38, de julho de 2009 do FNDE ou a que venha a substituí-la.

Art. 24 – Os recursos necessários para custear as atividades do CAE como pesquisas, qualificação de recursos humanos e assessoramento técnico serão oriundos da Entidade Executora.

Art. 25 – O presente Regimento Interno entrará em vigor após sua publicação Oficial no Município de Turvo.

Art. 26 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo - SC, 10 de Março de 2014.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças - designado.

Lei 2184/2014

LEI nº 2.184/14, de 18 de Março de 2014

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, ATRAVÉS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO A FIRMAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO DE CLUBE DE MÃES DE TURVO

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, através da Prefeitura Municipal de Turvo, autorizado a firmar Convênio com a finalidade de repassar verba pecuniária a Associação de Clube de Mães de Turvo, entidade sem fins lucrativos, portadora do CNPJ nº 07.645.979/0001-02, com sede e foro da Comarca de Turvo/SC, declarada de utilidade pública através da Lei Municipal nº 1.780/2006, de 04 de Julho de 2006, para aplicação destes recursos na manutenção e funcionamento de suas finalidades estatutárias.

Art. 2º. O presente convênio prevê o repasse de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais), repassados em 10 (dez) parcelas mensais de R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais), compreendendo os meses de março a dezembro de 2014.

Art. 3º. Caberá à Associação do Clube de Mães encaminhar no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após o recebimento de cada parcela, a prestação de contas dos recursos recebidos, ao setor competente da Prefeitura.

Parágrafo Único. A liberação da parcela subsequente fica condicionada à apresentação da prestação de contas de que trata o presente artigo.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo (SC), 18 de março de 2014.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças – designado.

Lei 2185/2014

LEI Nº 2.185/14, de 18 de Março de 2014.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO COM ASSOCIAÇÃO IRMÃ CARMEN.

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Associação Irmã Carmen, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ nº 00.900.930/0001-00, com a finalidade de abrigagem de crianças e adolescentes do Município de Turvo perante a Casa Lar Irmã Carmen.

Art. 2º. O Convênio terá vigência de 10 (dez) meses, a contar da data da assinatura, no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), repassados em dez parcelas mensais de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), compreendendo os meses de março a dezembro de 2014.

Art. 3º. Fica a entidade acima obrigada a prestar contas dos recursos recebidos mensalmente, obedecida à legislação vigente.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo (SC), 18 de março de 2014.

RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra

Roberto Carlos Patel
Secretário de Adm. e Finanças – designado.

Vargeão

PREFEITURA

Edital de Pregão Presencial Nº 18/2014

Extrato de EDITAL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2014
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO

Município de Vargeão, torna público que, de acordo com a Lei Federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei n.º 8.666/93 e suas alterações e de acordo com o Decreto Municipal n.º 75/2012, de 31 de dezembro de 2012, que realizará no dia 31 de março de 2014 às 11 horas, processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço Unitário e tem por objeto a aquisição de um veículo novo, tipo Van, para transporte de pacientes para fora do domicílio, ano e modelo 2014, na cor branca, com motor 2.3 diesel, potência máxima de no mínimo 127 cv, com no mínimo 16 lugares e demais especificações constantes do respectivo Edital; através de fornecedor selecionado em certame licitatório de Edital de Pregão Presencial nº 18/2014. Informações complementares serão prestadas pelo Pregoeiro, através do e-mail licitacao@vargeao.sc.gov.br, fone fax (49) 3434-0148, informando o número da licitação.

Vargeão, SC, 18 de março de 2014.
Amarildo Paglia
Prefeito Municipal

Edital de Pregão Presencial Nº 17/2014

Extrato de EDITAL
Edital de Pregão Presencial nº 17/2014
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO

Município de Vargeão, torna público que, de acordo com a Lei Federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei n.º 8.666/93 e suas alterações e de acordo com o Decreto Municipal n.º 75/2012, de 31 de dezembro de 2012, que realizará no dia 31 de março de 2014 às 09h30min, processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço por item, para aquisição de assinatura de jornal e a prestação dos serviços de divulgação de atos oficiais e publicidades em geral de interesse da Administração Municipal; através de fornecedor selecionado em certame licitatório de Edital de Pregão Presencial nº 17/2014. Informações complementares serão prestadas pelo Pregoeiro, através do e-mail licitacao@vargeao.sc.gov.br, fone fax (49) 3434-0148, informando o número da licitação.

Vargeão, SC, 18 de março de 2014.
Amarildo Paglia
Prefeito Municipal

Edital de Pregão Presencial Nº 19/2014

Extrato de EDITAL
Edital de Pregão Presencial nº 19/2014
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO

Município de Vargeão, torna público que, de acordo com a Lei Federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei n.º 8.666/93 e suas alterações e de acordo com o Decreto Municipal n.º 75/2012, de 31 de dezembro de 2012, que realizará no dia 31 de março de 2014 às 15 horas, processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço unitário, para contratação de empresa para locação de caminhão munck em perfeitas condições de uso, acoplado com cesto aéreo, com fornecimento de combustível e com operador/motorista, para suprir as eventuais necessidades da Administração Municipal de Vargeão ao longo do exercício 2014. Informações complementares serão prestadas pelo Pregoeiro, através do e-mail licitacao@vargeao.sc.gov.br, fone fax (49) 3434-0148, informando o número da licitação.

Vargeão, SC, 18 de março de 2014.
Amarildo Paglia
Prefeito Municipal

Edital de Pregão Presencial Nº 20/2014

Extrato de EDITAL
Edital de Pregão Presencial nº 20/2014
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO

Município de Vargeão, torna público que, de acordo com a Lei Federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei n.º 8.666/93 e suas alterações e de acordo com o Decreto Municipal n.º 75/2012, de 31 de dezembro de 2012, que realizará no dia 31 de março de 2014 às 16 horas, processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, para contratação de empresa para lavagem com lubrificação nos automóveis, máquinas e equipamentos da Prefeitura Municipal de Vargeão, SC, conserto e montagem de pneus e aquisição de câmaras de ar. Informações complementares serão prestadas pelo Pregoeiro, através do e-mail licitacao@vargeao.sc.gov.br, fone fax (49) 3434-0148, informando o número da licitação.

Vargeão, SC, 18 de março de 2014.
Amarildo Paglia
Prefeito Municipal

Vargem Bonita

PREFEITURA

Contrato Administrativo N.006/2014

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 006/2014

Que entre si fazem a Município de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Coronel Vitorio, nº 966 - Centro - Vargem Bonita - SC, inscrita no CNPJ nº 95.996.187/0001-31, representado por sua Prefeita Municipal, Sra. Melânia Aparecida Roman Meneghini, brasileira, casada, CPF nº 710.974.499-04, Identidade nº 1.517.455, residente e domiciliada na Avenida XV de Novembro, 1515 em Vargem Bonita - Santa Catarina, doravante denominada CONTRATANTE e de outro lado a empresa Miranda & Miranda Comércio de Peças e Serviços em Máquinas Pesadas Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 85.193.860/0001-41 com sede no Distrito Industrial - BR 282, Km 399, na cidade de Joaçaba - SC, neste ato representada pelo seu Gerente Sr. Raul de Miranda, inscrito no CPF sob n.º 425.682.349-20 e CI nº. 547.135-4, doravante denominada CONTRATADO, nos termos do Processo Licitatório Nº 002/2014, na modalidade de Convite nº. 001/2014, firmam o presente, mediante as cláusulas e condições abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E SERVIÇOS, NA RECUPERAÇÃO DE UMA PÁ CARREGADEIRA CATERPILLAR DE PNEU, MODELO 930R, ANO 1984, PLACA LXE 0363 - RENAVAL 55245970, consistindo no fornecimento da mão de obra e peças, conforme Proposta de Preços homologada no Processo Licitatório vigente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E REAJUSTE

2.1. O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Contrato é de R\$ 15.453,75 (Quinze mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e setenta e cinco centavos) conforme descritos na Ata de Julgamento do processo licitatório independente de transcrição, parte integrante deste Contrato e Tabela abaixo:

ITEM	QDADE	UNID.	DESCRIÇÃO	PREÇO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	01	SVS	SERVIÇOS	10.150,00	10.150,00
02	01	PEÇAS	PEÇAS	5.303,75	5.303,75
			TOTAL GERAL		15.453,75

2.2. É parte integrante deste Contrato, a Proposta de Preços do CONTRATADO, com a relação dos Serviços e Peças, com seus preços unitários e totais.

2.3. O preço ajustado entre as partes é fixo e irrevogável.

CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O pagamento dos valores contratados pelo Município serão efetuados à vista, e após a liquidação da despesa e aceitação dos serviços executados.

3.2. Os pagamentos serão efetuados mediante a apresentação de Nota Fiscal específica, constando a descrição dos serviços, seu quantitativo, número do processo licitatório, do Pregão e do respectivo Contrato Administrativo, a qual deverá estar em acordo com as normas do Departamento Contábil da Prefeitura Municipal.

3.3. Os pagamentos, nos termos acima, serão efetuados, exclusivamente, em conta corrente da contratada: Banco do Brasil - Agência 5290-6 - Conta Corrente Nº 221.186-6.

4. As eventuais despesas relativas aos pagamentos correrão à conta da contratada.

CLÁUSULA QUARTA - DA FORMA DE FORNECIMENTO E LOCAL DA PRESTAÇÃO

4.1. Os serviços serão executados na Oficina do CONTRATADO, obedecendo sempre as normas e técnicas que regulam este tipo de atividade.

4.3. Os serviços contratados serão iniciados após e autorização do Setor competente da Prefeitura Municipal.

CLÁUSULA QUINTA - PRAZO

5.1. A contratada prestará os serviços licitados dentro da vigência dos créditos orçamentários vigentes no Exercício, tendo seu início na data da assinatura e publicação do Contrato Administrativo.

5.2. As quantidades contratadas poderão sofrer alterações quantitativas para mais, nas formas da Lei Federal Nº 8.666/93, através de procedimento administrativo.

CLÁUSULA SEXTA - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2014.

Código Reduzido	Un. Orçamentária	Projeto/Atividade	Elemento Despesa	Saldo Disponível
82	06.01	2.027	33.90.00.0000	670.000,00

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

7.1. O presente Contrato encontra-se vinculado ao processo licitatório que o originou, sendo os casos omissos resolvidos, à luz da Lei nº. 8.666/93 e alterações, e demais legislação específica.

CLÁUSULA OITAVA - RESCISÃO E MULTA

8.1. A Prefeitura Municipal de Vargem Bonita poderá declarar rescindido o presente contrato, independentemente de interpelação ou de procedimento judicial, sempre que ocorrerem uma das hipóteses elencadas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

8.2. O descumprimento de qualquer uma das cláusulas contratuais ora firmadas, pela CONTRATADA, esta ficará sujeita às penalidades previstas pela Lei 8.666/93 e alterações subsequentes, bem como multa no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor total do presente contrato.

8.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, por mútuo acordo.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

9.1. Elegem o foro da Comarca de Catanduvas - Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Vargem Bonita, 21 de Janeiro de 2014.

Melânia Roman Meneghini

Prefeita Municipal de Vargem Bonita

CONTRATANTE

Raul de Miranda

CONTRATADO



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

TESTEMUNHAS:

1ª Nome: 2ª Nome:
CPF: CPF:

Contrato Administrativo N.007/2014

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 007/2014

CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PARA MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2014, que fazem entre si o Município de Vargem Bonita - SC e a empresa ELETROPNEUS OURO LTDA, vencedora do Tomada de Preço nº 001/2014 (Processo Licitatório nº 01/2014)

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.966.187/0001-31, sito a Rua Coronel Vitório, 966 - Centro, neste ato representada pela Prefeita Municipal, Exma. Sra. Melania Roman Meneghini.

CONTRATADA: ELTROPNEUS OURO LTDA, Pessoa Jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o Nº 01.627.484/0001-66, com sede a Rua Felipe Schmidt, Nº 2070, sala 01, na cidade de OURO - SC, representada neste ato pela sua Sócia Gerente Sra. Rosana Maria Galio Peggere, portadora do CPF nº 018.631.599-67.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente contrato consiste na CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PARA MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2014, no município de Vargem Bonita, conforme Relação de Materiais e Serviços constantes da Proposta de Preços apresentada pelo CONTRATADO e homologada pelo Município, Processo Licitatório nº 001/2014, como se aqui estivesse impresso, na modalidade de Tomada de Preço 001/2014, parte integrante deste CONTRATO, conforme valores resumidos abaixo:

ITEM	QDADE	UNID.	DESCRIÇÃO	PREÇO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	01	SVS	SERVIÇOS	27.500,00	27.500,00
02	01	PEÇAS	PEÇAS	38.415,20	38.415,20
			TOTAL GERAL		65.915,20

1.1.1 Os materiais deverão ser de 1ª (primeira) qualidade com marcas homologadas pela Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - CELESC.

1.2 O objeto ora contratado poderá ser alterado para mais ou para menos, de acordo com a necessidade de atendimento da demanda durante a vigência do contrato, até o limite previsto na Lei nº 8.666/93.

1.3 Não caberá à CONTRATADA qualquer direito de caráter indenizatório pelas quantidades não adquiridas pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA II – DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

2.1 Será de inteira responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento dos produtos descritos no objeto do presente contrato com validade, qualidade e sem qualquer custo direto ou indireto adicional relativo a transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, indenizações ou qualquer outro que for necessário ao cumprimento do objeto ora contratado.

2.2 Responder por quaisquer danos que possam ocorrer oriundos da execução do fornecimento dos produtos ora contratados, independentemente se em face do CONTRATANTE ou de terceiros eventualmente envolvidos.

2.3 Os produtos deverão atender aos padrões mínimos de

qualidade exigidos no objeto, em conformidade com o edital de licitação e Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.090/90), sendo que aqueles considerados inadequados não serão aceitos e o pagamento da parcela correspondente ficará suspenso até sua regularização de forma integral, cujo prazo de reposição, a critério do Contratante, poderá ser renovado, sem prejuízo da aplicação das penalidades pelo atraso inicial.

2.4 Entende-se por produto inadequado aquele que apresentar-se com inferior qualidade, fora das especificações exigidas, e diferentes do exigido e ofertado.

2.5 Poderão ocorrer análises, desde que haja suspeita de defeitos ou inexecução parcial, acarretando o cancelamento do contrato, sem prejuízo nas penalidades previstas no Edital.

CLÁUSULA III – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO E/OU DA FORMA DE FORNECIMENTO

3.1 Os produtos objeto deste Contrato serão fornecidos diariamente e/ou conforme solicitação e necessidade do CONTRATANTE e nos locais por este indicado.

3.1.1 Os serviços serão prestados nas áreas urbanas, bem como no perímetro rural do Município de Vargem Bonita.

3.1.2 Os serviços serão prestados na sede do Município em periodicidade semanal, sendo que a empresa que prestar os serviços deverá estar disponível 07 (sete) dias por semana para atendimento de eventuais chamadas de urgência, independentemente de horário.

3.2 O acompanhamento e fiscalização da execução do objeto do presente contrato serão realizados pelas Secretarias e pelos Fundos Municipais.

CLÁUSULA IV – DAS OBRIGAÇÕES**4.1 DA CONTRATADA**

4.1.1 Dispor dos produtos, objeto do presente termo de contrato, conforme solicitação do Contratante.

4.1.2 Promover todas as ações para a boa execução e eficiência na execução do contrato, principalmente no cumprimento de todas as normas e exigências legais, regulamentares e normativas.

4.1.3 Manter, durante a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, para atendimento ao art. 55, XIII da Lei nº 8.666, de 1993.

4.1.4 Fornecer os produtos apenas se houver prévia Autorização e/ou Solicitação por parte da autoridade competente, ciente de que o não cumprimento desta obrigação acarretará no não pagamento do suposto débito, bem como de que estará sujeito às penas da Lei.

4.2 A CONTRATADA fica ainda obrigada a executar o objeto do presente contrato diretamente, não podendo subcontratar em hipótese alguma, sem a anuência do CONTRATANTE, sob pena de rescisão a qualquer tempo.

4.3 A CONTRATADA tem sob sua responsabilidade todas as despesas funcionais e operacionais necessárias ao cumprimento do objeto ora contratado.

4.4 A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do presente contrato, com fulcro no art. 71 da Lei 8.666/93.

4.5 No caso de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, durante a execução do contrato, por dolo ou culpa, serão suportados exclusivamente pela Contratada.

4.6 O atraso injustificado no início da execução do contrato sujeitará a contratada à multa de mora de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) ao dia, até o limite de 20% (vinte por cento), calculado sobre o saldo contratual.

4.6.1 A multa que alude este artigo não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique outras sanções previstas no artigo seguinte.

4.7 Pela inexecução total ou parcial do contrato a administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

a) Advertência por escrito.

- b) Multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o saldo contratual.
- c) Suspensão temporária de participar em licitações e contratar com o Município de Vargem Bonita – SC, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, observados os dispositivos legais.

4.8 DO CONTRATANTE

4.8.1 Emitir as autorizações de fornecimento para que possa ser dado início ao fornecimento;

4.8.2 Efetuar o pagamento conforme definido no ato convocatório, mediante prévia apresentação da Nota Fiscal e da competente autorização de fornecimento, e demais exigências do presente instrumento.

4.8.3 Fiscalizar e acompanhar a prestação dos serviços ora contratados orientando, coordenando e sugerindo sobre a perfeita execução do presente contrato;

4.9 O Contrato poderá ser rescindido antecipadamente nos seguintes casos:

- a) Não cumprimento de quaisquer cláusulas deste contrato;
- b) Cumprimento irregular das cláusulas deste contrato;
- c) Lentidão de seu cumprimento;
- d) O cometimento reiterado de faltas na sua execução;

4.10 Realizar a despesa apenas se confirmado anteriormente a disponibilidade de dotação orçamentária para tal, com fulcro no caput do art. 60 da Lei 4.320/1964.

CLÁUSULA V – DO PREÇO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE

5.1 O valor global do presente contrato poderá perfazer a importância de R\$ 65.915,20 (Sessenta e cinco mil, novecentos e quinze reais e vinte centavos).

5.2 Os pagamentos e a prestação dos serviços deverão obedecer ao seguinte:

5.2.1 A Prefeitura Municipal de Vargem Bonita, SC, efetuará o pagamento do objeto desta licitação, ao(s) licitante(s) vencedor(es) no prazo de 15 (quinze) dias úteis após a apresentação das respectivas notas fiscais, por parte do(s) fornecedor(es), devidamente atestada(s) pelo servidor responsável pelo recebimento dos produtos.

5.2.2 A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido ao MUNICÍPIO DE Vargem Bonita, RUA CORONEL VITÓRIO, 966, CENTRO, VARGEM BONITA – SC, CNPJ N.º 95.996.187/0001-31. Ainda, deverá constar, por parte da CONTRATADA, a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação, contendo ainda número do Processo Licitatório.

5.2.3 Nos termos do art. 65, § 1º da Lei n.º 8.666/93, a CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

5.3 Os preços não serão reajustados, exceto no caso de incidência de novos impostos ou taxas e de alteração das alíquotas já existentes e/ou nas demais situações, com fulcro no art. 65, II, “d”, da Lei 8666/93, em que a revisão contratual pode ser intentada a qualquer tempo, independentemente de previsão expressamente pactuada, visto que são situações inusitadas que, dada a sua imprevisibilidade, não foram cogitadas pelas partes, isto baseado na teoria da imprevisão, ou se previsto, porém, de consequências incalculáveis, que implicou no desequilíbrio econômico do contrato, quebrando a primitiva equação econômico-financeira, reduzindo os preços de mercado, devidamente comprovados. Nesses casos os preços serão reajustados com base no IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado).

5.3.1 Em casos de reajustes a CONTRATADA deverá comprovar sua regularidade fiscal apresentando:

- a) Certidão Negativa da Dívida Ativa da União e Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais (administrado pela Secretaria da Receita Federal);
- b) Certidão Negativa de Débitos – CND (emitida pela Previdência Social);
- c) Certidão de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS) (emitida pela Caixa Econômica Federal);
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual através de Certidão (CND) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda do domicílio ou sede do licitante;
- e) Certidão Negativa de Débitos Municipais do domicílio ou sede do licitante;
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT (emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho).

5.3.2 Possíveis reajustes serão comprovados mediante comunicação expressa e assinada pelo proponente, com apresentação de justificativas comprovadas por meio de planilhas de custos de insumos, salários e serviços necessários à execução do objeto, que demonstrem o custo do período atual e anterior à ocorrência do aumento.

5.3.3 O reajuste de preço, quando admitido, somente será aplicado após a celebração de Termo Aditivo, numerado em ordem crescente.

5.3.4 É facultado ao CONTRATANTE aplicar percentual de aumento inferior ao verificado através do cálculo das planilhas de custo.

5.3.5 É obrigação da CONTRATADA manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.4 As notas fiscais deverão ser emitidas no mês em que ocorrer o fornecimento, pelo preço conforme constar na proposta e no consequente termo de contrato..

CLÁUSULA VI – QUANTO À CONSIGNAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 As despesas decorrentes da licitação correrão por conta do orçamento da Prefeitura Municipal de Vargem Bonita, SC para o exercício de 2014, aprovado através da Lei nº 974/2013, através da seguinte classificação:

Órgão/Unidade: 06.01 / Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Proj/Ativ: 2.027 / Manutenção da Iluminação Pública
Modalidade: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.0000.0 / Aplicações Diretas

CLÁUSULA VII – DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1 A inexecução total ou parcial enseja sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em Lei ou regulamento, de acordo com o art. 77, da Lei 8.666/93, e suas alterações posteriores.

7.2 O presente contrato poderá, ainda, ser rescindido unilateralmente, amigavelmente ou judicialmente nos termos dos artigos 78, 79 e 80, da Lei 8.666/93, suas alterações posteriores, e conforme previsto no edital de licitação.

CLÁUSULA VIII – DAS PENALIDADES

8.1 Pelos motivos e condições previstos nos artigos 86 e 87 da Lei nº. 8.666/93, em virtude do descumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis, as penalidades em que a CONTRATADA estará sujeita, são as seguintes:

8.1.2 Advertência, para descumprimentos contratuais previstos no edital e neste contrato, ambos de natureza leve ou não reincidentes, a juízo da entidade Contratante;

8.1.3 Multa diária, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do fornecimento do “PEDIDO” em atraso na entrega, ainda que por razões de não aceitação ou cumprimento parcial, até o limite de atraso de 10 (dez) dias corridos, quando acarretará a rescisão automática, salvo se o Contratante, por interesse administrativo, decidir por concessão de novo prazo, sem prejuízo nas penalidades contratuais;

8.1.4 Multa de 10% (dez por cento) do valor total dos serviços

contemplados à CONTRATADA, constantes do Contrato, no caso de rescisão sem justo motivo, nas hipóteses previstas nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78, da Lei n. 8.666/1993;

8.1.5 Multas variáveis entre 0,01% (um centésimo por cento) a 0,08% (oito centésimos por cento) do valor do fornecimento do pedido ou termo contratual equivalente caso a CONTRATADA:

a) Entregar os serviços fora das especificações exigidas e das normas legais;

b) Desrespeitar quaisquer das demais obrigações contratuais, previstas nesta contratação e no edital licitatório de origem.

8.1.6 Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação pela recusa da CONTRATADA em assinar o Termo de Contrato, quando cabível, ou retirar a autorização de fornecimento, dentro do prazo estabelecido;

8.1.6.1 Incide na mesma multa prevista no subitem anterior a CONTRATADA que estiver impedida de assinar o Termo de Contrato ou retirar a autorização de fornecimento pela não apresentação dos documentos devidamente atualizados, solicitados, deste contrato.

8.1.7 Multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor do serviço a ser entregue, pela entrega em desconformidade com as condições desta contratação independentemente da obrigação de repô-lo.

8.2 A cobrança de multas será feita, mediante desconto do pagamento da(s) fatura(s), se for (em) apresentada(s) após a sua aplicação, ou ainda, cobrada diretamente da CONTRATADA, se a fatura for insuficiente.

8.3 No caso de cobrança de multa diretamente da CONTRATADA, esta deverá ser recolhida dentro do prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da correspondente notificação, garantida prévia defesa.

8.4 A incidência de multa poderá ser acumulada a outras penalidades e sua aplicação não impedirá que a entidade contratante, adote as medidas judiciais cabíveis.

8.5 As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública e seus órgãos da administração direta e indireta, poderão ser aplicadas à licitantes ou contratadas, juntamente com as de multa prevista no contrato.

8.5.1 A aplicação de quaisquer destas sanções, será publicada no Diário oficial do Município.

8.6 A CONTRATADA poderá, ainda, sujeitar-se às sanções deste contrato caso:

8.6.1 Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer dos tributos.

8.6.2 Tenha praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação.

8.6.3 Demonstre não possuir idoneidade para contratar com o Município, em virtude de atos ilícitos praticados.

8.7. Poderá a CONTRATADA, a juízo do Contratante, responder por perdas e danos, independentemente das multas previstas no presente documento.

8.8 No caso de rescisão contratual, cessarão automaticamente todas as atividades relativas à Contratada.

8.9 Caso o Município não utilize a prerrogativa de rescindir o Contrato, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a CONTRATADA cumpra integralmente a condição contratual infringida.

8.10 A Contratada reconhece os direitos do CONTRATANTE nos casos de rescisão administrativa, previstas nos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666/93 e demais alterações, sem prejuízo nas prerrogativas e consequências previstas nos artigos 80 a 85 da mesma lei.

CLÁUSULA IX – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1 Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando suspensa à mesma, até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA X – DA PUBLICAÇÃO

10.1 O extrato do presente contrato será publicado no mural

municipal de divulgações junto à Prefeitura.

CLÁUSULA XI – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

11.1 Este Contrato tem vigência a partir da sua assinatura até 31 de dezembro de 2013, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, nos termos do inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA XII – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

12.1 Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos pelo disposto no Art. 65 da Lei nº 8.666/93, sempre através do termo aditivo, numerado em ordem crescente.

CLÁUSULA XIII – DO FORO

13.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Catanduvas – SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 Fica a CONTRATADA ciente que a assinatura deste termo de contrato implica a aceitação de todas as cláusulas e condições estabelecidas, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo do perfeito cumprimento desta contratação e de seu edital de origem.

14.2. E assim, por estarem ambas as partes justas e contratadas, dando tudo por bom e valioso, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas que de tudo conhecimento tiveram, sendo uma das vias arquivada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Vargem Bonita – SC, conforme dispõe o art. 60 da Lei n.º 8.666/93.

Vargem Bonita – SC, 21 de Janeiro de 2014

Município de Vargem Bonita - SC

Melania Roman Meneghini

Contratante

Rosana Maria Galio Poggere

Contratada

Testemunhas:

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

Contrato n.10/2014

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 010/2014

Que entre si fazem a Município de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Coronel Vitória, nº 966 - Centro – Vargem Bonita - SC, inscrita no CNPJ nº 95.996.187/0001-31, representado por sua Prefeita Municipal, Sra. Melânia Aparecida Roman Meneghini, brasileira, casada, CPF nº 710.974.499-04, Identidade nº 1.517.455, residente e domiciliada na Avenida XV de Novembro, 1515 em Vargem Bonita – Santa Catarina, doravante denominada CONTRATANTE e de outro lado a empresa PAGNONCELLI TRANSPORTES LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 09.152.675/0001-20 e Inscrição Estadual sob o nº. 255.499.280, com sede à Rua Aluir Pasquali, nº. 89, na cidade de IRANI – SC, neste ato representada pelo Sr. Ivonir Pagnoncelli, inscrito no CPF sob nº. 509.338.339/20 e CI nº. 1.309.806-3, doravante denominada CONTRATADO, nos termos do Processo Licitatório nº 003/2014, na modalidade de Pregão nº. 001/2014 firmam o presente, mediante as cláusulas e condições abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR, PARA O EXERCÍCIO DE 2014, conforme itinerários descritos no edital.

Item	Trajetos / Horários / Períodos	Vlr. Unit.	Km total (km/d x 210d)	Valor Total
01	Saída 07:00 hrs: Três Galhos – Gilmar Belusso – Casinha Jacutinga (São José) – Marmeleiro – Vilson Pinto – Fazenda Guerra – Antonio Mendes – Natalino Roman – Tomin – Linha Fiorio – Maria Tomin – Matadouro – Vargem Bonita. Retorno 12:00 hrs: E. M. Angelo Anzolin – Pontos Urbanos – Três Galhos (Zezo) – Valério Dalcieiro – Gilmar Belusso – Undaléssio dos Santos – Casinha Jacutinga e Retorno pelo São José até E. M. Angelo Anzolin e Creche Municipal. Retorno 17:00 hrs: Creche Municipal – E. M. Angelo Anzolin – E. E. Vitorio Roman (Centro) – Viveiro – Natalino Roman – Tomin – Marmeleiro – Antonio Mendes (São José) Tine de Abreu – Sartori – Casinha Jacutinga – Undaléssio dos Santos – Três Galhos – Matadouro – E. E. Vitorio Roman (Centro), com Veículo lotação mínima de 28 (vinte e oito) lugares. Km do Trecho: 114 Km/dia.	2,75	23.940	65.835,00

Parágrafo único: Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os documentos que compõem o processo licitatório, na modalidade de PREGÃO nº 001/2014, inclusive a proposta apresentada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO E REVISÃO

O valor total do presente contrato é de R\$ 65.835,00 (Sessenta e cinco mil, oitocentos e trinta e cinco reais) sendo que o pagamento dos serviços executados no mês, será efetuado até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao vencido, mediante emissão e apresentação de nota fiscal.

§ 1º - O valor diário do transporte escolar poderá ser revisado quando houver alteração dos valores dos combustíveis oficialmente autorizados pelo governo federal, quando poderá ocorrer a revisão dos mesmos, mediante proposição formal de qualquer das partes, nos termos do art. 65, II, "d" da Lei 8.666/93, sendo usado como base o valor do combustível apresentado na planilha quantitativa da composição do cálculo do transporte escolar diário.

§ 2º - Se houver reajustes autorizados pelo Governo Federal, os mesmos serão somados e a se dará a cada seis meses, será aplicado no valor por km.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES.

I - Cabe a CONTRATANTE:

efetuar o pagamento do objeto do presente contrato, de acordo com o estabelecido na Cláusula Segunda;
manter pessoa ou constituir uma Comissão Especial designada pela Prefeitura Municipal, visando a fiscalização dos serviços;
encaminhar a publicação resumida do instrumento de contrato e

seus aditamentos, se ocorrerem, em mural e/ou jornal de circulação regional;
arcar com as despesas concernentes à publicação do extrato do contrato e seus aditivos se ocorrerem;
as demais responsabilidades determinadas no contrato.

II - Cabe a Contratada:

Executar o transporte escolar, objeto do presente contrato, no Município de Vargem Bonita, em todos os dias letivos, de acordo com a proposta apresentada no processo licitatório, e demais cláusulas enunciadas;

Arcar com as despesas administrativas, tais como tributos, salário dos empregados e encargos sociais e outros que forem necessárias a execução do contrato;

Destinar para o transporte dos alunos, veículos em bom estado de conservação, devidamente assegurado para fins de transporte de estudantes;

No caso de necessidade de manutenção ou reparos, apresentar veículos substitutos nas mesmas condições previstas;

Facilitar todas as atividades de fiscalização da Comissão;

Fornecer todas as informações e elementos necessários, sempre que a Comissão solicitar;

Outras obrigações mencionadas no contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas para a execução do objeto do presente edital, correrão a conta de dotação específica do orçamento do aprovado para o exercício de 2014.

CLÁUSULA QUINTA - DAS PENALIDADES

I - Pela inexecução total ou parcial do contrato o Contratante poderá aplicar as seguintes sanções contratuais: advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitação, impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos e declaração de inidoneidade, com fulcro nos arts. 86 e 87, da Lei nº 8.666 de 21/6/93 e suas alterações.

a recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da notificação, implicará na multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato;
em caso de descumprimento de cláusulas contratuais não previstas nos itens acima, multa de até 15% (quinze por cento) do valor contratado, de acordo de com a gravidade da infração.

as penalidades acima poderão ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666 de 21/6/93 e suas alterações.

II - Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

I - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei, com fulcro no Capítulo III, Seção V, da Lei nº 8.666, de 21/06/93, no seguintes casos:

por ato unilateral, escrito, do CONTRATANTE pelos motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e suas alterações;

amigavelmente, por acordo entre as partes, mediante formalização através de aviso prévio, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes;

judicialmente, nos termos da legislação vigente.

no caso de dolo, culpa, simulação ou fraude na execução do presente contrato;

quando, pela reiteração de impugnações feitas pela CONTRATANTE, ficar evidenciada a incapacidade da CONTRATADA para dar execução ao contrato ou para prosseguir na sua execução;

se a CONTRATADA falir, entrar em concordata, em liquidação ou dissolução ou, ainda, ocorrer alteração em sua estrutura social que impossibilite ou prejudique a execução dos serviços contratado;

se a CONTRATADA transferir o presente contrato, ou a sua

execução, no todo ou em parte, sem prévia autorização da CONTRATANTE.

o descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

II - Fica reconhecido, nos termos da Lei, os direitos do CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa do Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA E DO PRAZO.

O presente contrato terá vigência a partir da sua assinatura até o adimplemento total das obrigações. O início da sua execução dar-se-á a partir de 05 de Fevereiro de 2014, com duração até 31 de dezembro de 2014. O Contrato poderá ser prorrogado se houver interesse de ambas as partes, por períodos iguais e sucessivos, de acordo com o Artigo 57 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA- DOS DIREITOS DAS PARTES.

O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666, de 21.06.93, suas alterações e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se-lhe supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do Direito Privado.

CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO.

I - O CONTRATANTE exercerá ampla e irrestrita fiscalização na execução do objeto deste contrato, a qualquer hora, pela Secretaria de Educação do Município, ou por meio de pessoa designada, sendo realizada individual ou conjuntamente (por intermédio de Comissão especial), para todos os efeitos.

II - O Município realizará semestralmente, inspeção nas condições do transporte escolar, conforme determina o art. 136, II, do CTB, concedendo, se for o caso, a autorização aludida do dispositivo legal a ser afixada na parte interna do veículo, em local visível;

III - A fiscalização exercida não reduz nem exclui a responsabilidade do contratado, inclusive de terceiros, por qualquer irregularidade;

IV – Fica expressamente proibido a presença de pessoas estranhas ao ambiente escolar nos veículos de transporte, inclusive, qualquer tipo de carona;

V – As empresas deverão respeitar os limites de lotação dos veículos e que todos os ocupantes tenham cintos de segurança a sua disposição;

VI – O Município de Vargem Bonita anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das incidências observadas, podendo ainda fazer relatórios sobre o comportamento do contrato, sendo permitido multas por infrações cometidas pela Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS RECURSOS.

Os recursos interpostos às decisões proferidas pela fiscalização somente serão acolhidos nos termos do Capítulo V da Lei nº 8.666, de 21/6/93 e suas alterações, se dirigidos diretamente a Prefeita, e protocolado na Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único: Os recursos não dirigidos conforme determinação desta cláusula não serão conhecidos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS ENCARGOS

As despesas dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais correrão por conta da contratada, ficando esta, ainda, responsável pela correta aplicação da legislação atinente à segurança do trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES GERAIS.

I - Na contagem dos prazos estabelecidos neste contrato, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

II - Só se iniciam e vencem os prazos referidos no item anterior em dia de expediente da Prefeitura de Vargem Bonita.

III - Quaisquer questões decorrentes da execução do contrato, que possam ser suscitadas entre o Município de Vargem Bonita e o contratado, serão resolvidos de acordo com a legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMATERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS .

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VINCULAÇÃO.

O presente contrato vincula-se ao processo licitatório que lhe deu origem, nos termos da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMAQUINTA - DO FORO.

Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste contrato, fica eleito o Foro de Catanduvas/SC, que é comarca deste Município, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Vargem Bonita, 23 de Janeiro de 2014.

Melânia Roman Meneghin
Prefeita Municipal de Vargem Bonita
CONTRATANTE

Ivonir Pagnoncelli
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1ª Nome:
CPF

2ª Nome:
CPF

Contrato Administrativo N.011/2014

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº011//2014

Que entre si fazem a Município de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede na Rua Coronel Vitorio, nº 966 - Centro – Vargem Bonita - SC, Inscrito no CNPJ nº 10.536.938/0001-84, representado por sua Gestora, Sra. Lenir Radavelli, CPF nº 028.724.059-25., Identidade nº 3153089, residente e domiciliada na Av. XV de Novembro em Vargem Bonita – Santa Catarina, doravante denominada CONTRATANTE e de outro lado a empresa 1000Medic Distribuidora Importadora Exportadora de Medicamentos Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.993.698/0001-07 e com sede à Rua Pedro Ramires de Mello, nº 474, Centro, Pato Branco - PR, neste ato representada por seu representante legal Sr. Mauricio Pozza, inscrito no CPF sob n.º 835.525.379-53 e CI nº. 2.184.438-1 SSP/PR residente e domiciliado na Rua Pedro Ramires de Mello, nº 1130, Bairro Amadori, Pato Branco - PR doravante denominada CONTRATADA, nos termos do Processo Licitatório, na modalidade de Pregão nº. 001/2014 firmam o presente, mediante as cláusulas e condições abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente Contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO conforme PROPOSTA efetuada pela Contratada e Município de Vargem Bonita, que será regida conforme Proposta de Preços homologada no Processo Licitatório vigente 001/2014, parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E REAJUSTE

2.1. O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Contrato é de R\$ 18.403,80 (dezoito mil quatrocentos e

três reais e oitenta centavos) conforme descritos na Ata de Julgamento do processo licitatório 001/2014.

2.2. O preço ajustado entre as partes é fixo e irrevogável.

2.2.1. O preço poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pela proponente vencedora.

CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O pagamento do Objeto contratado será feita de forma quinzenal, mediante a apresentação de Documento Fiscal de acordo com dados fornecidos pelo Setor competente da Prefeitura, e após a liquidação da despesa e aceitação do Objeto contratado.

3.1.1. Os valores financeiros serão oriundos do Ativo Financeiro do Município.

3.2. O pagamento, nos termos acima, será efetuado, exclusivamente, em conta corrente da contratada, que será informada nos termos do ANEXO I deste Edital.

3.3. As eventuais despesas relativas aos pagamentos correrão à conta da contratada.

CLÁUSULA QUARTA - DO REGIME DE EXECUÇÃO: FORMA, CONDIÇÕES E LOCAL DA ENTREGA.

4.1. Os itens, objeto deste Contrato, deverão ser fornecidos de forma parcelada, em atendimento à demanda solicitada pelo setor municipal requisitante, cujos quantitativos totais estimados serão divididos proporcionalmente pelo número de meses do exercício orçamentário de 2014.

4.2. A Contratada entregará o objeto desta licitação nas condições, especificações e garantias oferecidas e de acordo com a proposta comercial apresentada.

4.3. O fornecimento dos produtos somente poderá ser efetuado pela Contratada, vedada, portanto, a sublocação do mesmo.

4.4. Os quantitativos descritos constituem previsão, dimensionada com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los na sua totalidade.

4.5. As despesas decorrentes da entrega dos itens objeto deste contrato, como também, outras despesas que porventura ocorram, em virtude da execução desta etapa do processo, correrão às expensas da Licitante Contratada.

CLÁUSULA QUINTA – PRAZO

5.1. O prazo de vigência deste contrato estará adstrito à vigência dos créditos orçamentários do Exercício de 2014, tendo seu início na data da assinatura e publicação do Contrato Administrativo.

CLÁUSULA SEXTA - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2014 do Município de Vargem Bonita:

6.1.1. Lei Orçamentária Anual para o Exercício de 2014, Nº 974/2013.

Código Reduzido	Un. Orçamentária	Projeto/Atividade	Elemento Despesa	Saldo Disponível
15	09.02	2.030	33.90.00.0000	783.500,00
16	09.02	2.030	33.90.00.0002	444.500,00
17	09.02	2.030	33.90.00.0023	93.840,00
18	09.02	2.030	33.90.00.0064	100.200,00
21	09.02	2.030	33.90.00.0067	21.960,00

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.

7.1 O presente Contrato encontra-se vinculado ao processo licitatório que o originou, sendo os casos omissos resolvidos à luz do Edital de Licitação Nº 001/2014 – Pregão Nº 001/2014, Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais legislação vigente e

específica.

CLÁUSULA OITAVA – RESCISÃO E MULTA

8.1. O Município de Vargem Bonita, através do Fundo Municipal de Saúde poderá declarar rescindido o presente contrato, independentemente de interpelação ou de procedimento judicial, sempre que ocorrerem uma das hipóteses elencadas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

8.2. O descumprimento de qualquer uma das cláusulas contratuais ora firmadas, pela CONTRATADA, esta ficará sujeita às penalidades previstas pela Lei 8.666/93 e alterações subsequentes, bem como multa no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor total do presente contrato.

8.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, por mútuo acordo.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

9.1 Elegem o foro da Comarca de Catanduvas - Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Vargem Bonita, 28 de janeiro de 2014.

Lenir Radavelli
CONTRATANTE

Maurício Pozza
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1ª Nome:

2ª Nome:

CPF:

CPF:

Contrato Administrativo N.012/2014

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº012/2014

Que entre si fazem a Município de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede na Rua Coronel Vitorio, nº 966 - Centro – Vargem Bonita - SC, Inscrito no CNPJ nº 10.536.938/0001-84, representado por sua Gestora, Sra. Lenir Radavelli, CPF nº 028.724.059.25 Identidade nº 3153089 residente e domiciliada na Av. XV de Novembro em Vargem Bonita – Santa Catarina, doravante denominada CONTRATANTE e de outro lado a empresa Andromeda Distribuidora de Medicamentos Ltda - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 13.568.558/0001-10 e com sede à Av. Nereu Ramos, nº1675 D, Bairro Universitário, Chapecó - SC, neste ato representada pela sua sócia Citania Tobin Golo, inscrito no CPF sob nº 915.179.319-91 e CI nº. 12/R 2.652.253 residente e domiciliado na Rua Antonio Morandini, 571 – E, Bairro Jardim Itália, Chapecó - SC, doravante denominada CONTRATADA, nos termos do Processo Licitatório, na modalidade de Pregão nº. 001/2014 firmam o presente, mediante as cláusulas e condições abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente Contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO conforme PROPOSTA efetuada pela Contratada e Município de Vargem Bonita, que será regida conforme Proposta de Preços homologada no Processo Licitatório vigente, parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E REAJUSTE

2.1. O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Contrato é de R\$ 47.015,95 (quarenta e sete mil e quinze reais e noventa e cinco centavos) conforme descritos na Ata de Julgamento do processo licitatório 001/2014.

2.2. O preço ajustado entre as partes é fixo e irrevogável.



2.2.1. O preço poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pela proponente vencedora.

CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O pagamento do Objeto contratado será feita de forma quinzenal, mediante a apresentação de Documento Fiscal de acordo com dados fornecidos pelo Setor competente da Prefeitura, e após a liquidação da despesa e aceitação do Objeto contratado.

3.1.1. Os valores financeiros serão oriundos do Ativo Financeiro do Município.

3.2. O pagamento, nos termos acima, será efetuado, exclusivamente, em conta corrente da contratada, que será informada nos termos do ANEXO I deste Edital.

3.3. As eventuais despesas relativas aos pagamentos correrão à conta da contratada.

CLÁUSULA QUARTA - DO REGIME DE EXECUÇÃO: FORMA, CONDIÇÕES E LOCAL DA ENTREGA.

4.1. Os itens, objeto deste Contrato, deverão ser fornecidos de forma parcelada, em atendimento à demanda solicitada pelo setor municipal requisitante, cujos quantitativos totais estimados serão divididos proporcionalmente pelo número de meses do exercício orçamentário de 2014.

4.2. A Contratada entregará o objeto desta licitação nas condições, especificações e garantias oferecidas e de acordo com a proposta comercial apresentada.

4.3. O fornecimento dos produtos somente poderá ser efetuado pela Contratada, vedada, portanto, a sublocação do mesmo.

4.4. Os quantitativos descritos constituem previsão, dimensionada com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los na sua totalidade.

4.5. As despesas decorrentes da entrega dos itens objeto deste contrato, como também, outras despesas que porventura ocorreram, em virtude da execução desta etapa do processo, correrão às expensas da Licitante Contratada.

CLÁUSULA QUINTA – PRAZO

5.1. O prazo de vigência deste contrato estará adstrito à vigência dos créditos orçamentários do Exercício de 2014, tendo seu início na data da assinatura e publicação do Contrato Administrativo.

CLÁUSULA SEXTA - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2014 do Município de Vargem Bonita:

6.1.1. Lei Orçamentária Anual para o Exercício de 2014, Nº 974/2013.

Código Reduzido	Un. Orçamentária	Projeto/Atividade	Elemento Despesa	Saldo Disponível
15	09.02	2.030	33.90.00.0000	783.500,00
16	09.02	2.030	33.90.00.0002	444.500,00
17	09.02	2.030	33.90.00.0023	93.840,00
18	09.02	2.030	33.90.00.0064	100.200,00
21	09.02	2.030	33.90.00.0067	21.960,00

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.

7.1 O presente Contrato encontra-se vinculado ao processo licitatório que o originou, sendo os casos omissos resolvidos à luz do Edital de Licitação Nº 001/2014 – Pregão Nº 001/2014, Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais legislação vigente e específica.

CLÁUSULA OITAVA – RESCISÃO E MULTA

8.1. O Município de Vargem Bonita, através do Fundo Municipal de Saúde poderá declarar rescindido o presente contrato, independentemente de interpelação ou de procedimento judicial, sempre que ocorrerem uma das hipóteses elencadas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

8.2. O descumprimento de qualquer uma das cláusulas contratuais ora firmadas, pela CONTRATADA, esta ficará sujeita às penalidades previstas pela Lei 8.666/93 e alterações subsequentes, bem como multa no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor total do presente contrato.

8.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, por mútuo acordo.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

9.1 Elegem o foro da Comarca de Catanduvas - Santa Catarina, para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Vargem Bonita, 28 de janeiro de 2014.

Lenir Radavelli
CONTRATANTE

Citania Tobin Golo
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1ª Nome:

2ª Nome:

CPF:

CPF:

Contratos Administrativos N.013/2014

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº013/2014

Que entre si fazem a Município de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede na Rua Coronel Vitorio, nº 966 - Centro - Vargem Bonita - SC, Inscrição no CNPJ nº 10.536.938/0001-84, representado por sua Gestora, Sra. Lenir Radavelli, CPF nº 028.724.059-25, Identidade nº 3153089, residente e domiciliada na Av. XV de Novembro em Vargem Bonita - Santa Catarina, doravante denominada CONTRATANTE e de outro lado a empresa Angeomed Comércio de Produtos Médico Hospitalar Eirelli - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 02.607.956/0001-81 e com sede à Rua Octaviano Teixeira dos Santos, nº 1132, Centro, Francisco Beltrão - PR, neste ato representada pelo Sr. Angelo Follador Sobrinho, inscrito no CPF sob nº 413.598.600-53 e CI nº. 8.875.682-7 residente e domiciliado na Rua Octaviano Teixeira dos Santos, nº 1132, 1º andar, Centro, Francisco Beltrão - PR, doravante denominada CONTRATADA, nos termos do Processo Licitatório, na modalidade de Pregão nº. 001/2014 firmam o presente, mediante as cláusulas e condições abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente Contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO conforme PROPOSTA efetuada pela Contratada e Município de Vargem Bonita, que será regida conforme Proposta de Preços homologada no Processo Licitatório vigente, parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E REAJUSTE

2.1. O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Contrato é de R\$ 50.676,35 (cinquenta mil seiscentos e setenta e seis reais e trinta e cinco centavos) conforme descritos na Ata de Julgamento do processo licitatório 001/2014.

2.2. O preço ajustado entre as partes é fixo e irrevogável.

2.2.1. O preço poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com



o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pela proponente vencedora.

CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O pagamento do Objeto contratado será feita de forma quinzenal, mediante a apresentação de Documento Fiscal de acordo com dados fornecidos pelo Setor competente da Prefeitura, e após a liquidação da despesa e aceitação do Objeto contratado.

3.1.1. Os valores financeiros serão oriundos do Ativo Financeiro do Município.

3.2. O pagamento, nos termos acima, será efetuado, exclusivamente, em conta corrente da contratada, que será informada nos termos do ANEXO I deste Edital.

3.3. As eventuais despesas relativas aos pagamentos correrão à conta da contratada.

CLÁUSULA QUARTA - DO REGIME DE EXECUÇÃO: FORMA, CONDIÇÕES E LOCAL DA ENTREGA.

4.1. Os itens, objeto deste Contrato, deverão ser fornecidos de forma parcelada, em atendimento à demanda solicitada pelo setor municipal requisitante, cujos quantitativos totais estimados serão divididos proporcionalmente pelo número de meses do exercício orçamentário de 2014.

4.2. A Contratada entregará o objeto desta licitação nas condições, especificações e garantias oferecidas e de acordo com a proposta comercial apresentada.

4.3. O fornecimento dos produtos somente poderá ser efetuado pela Contratada, vedada, portanto, a sublocação do mesmo.

4.4. Os quantitativos descritos constituem previsão, dimensionada com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los na sua totalidade.

4.5. As despesas decorrentes da entrega dos itens objeto deste contrato, como também, outras despesas que porventura ocorrerem, em virtude da execução desta etapa do processo, correrão às expensas da Licitante Contratada.

CLÁUSULA QUINTA – PRAZO

5.1. O prazo de vigência deste contrato estará adstrito à vigência dos créditos orçamentários do Exercício de 2014, tendo seu início na data da assinatura e publicação do Contrato Administrativo.

CLÁUSULA SEXTA - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2014 do Município de Vargem Bonita:

6.1.1. Lei Orçamentária Anual para o Exercício de 2014, Nº 974/2013.

Código Reduzido	Un. Orçamentária	Projeto/Atividade	Elemento Despesa	Saldo Disponível
15	09.02	2.030	33.90.00.0000	783.500,00
16	09.02	2.030	33.90.00.0002	444.500,00
17	09.02	2.030	33.90.00.0023	93.840,00
18	09.02	2.030	33.90.00.0064	100.200,00
21	09.02	2.030	33.90.00.0067	21.960,00

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.

7.1 O presente Contrato encontra-se vinculado ao processo licitatório que o originou, sendo os casos omissos resolvidos à luz do Edital de Licitação Nº 001/2014 – Pregão Nº 001/2014, Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais legislação vigente e específica.

CLÁUSULA OITAVA – RESCISÃO E MULTA

8.1. O Município de Vargem Bonita, através do Fundo Municipal de Saúde poderá declarar rescindido o presente contrato,

independentemente de interpelação ou de procedimento judicial, sempre que ocorrerem uma das hipóteses elencadas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

8.2. O descumprimento de qualquer uma das cláusulas contratuais ora firmadas, pela CONTRATADA, esta ficará sujeita às penalidades previstas pela Lei 8.666/93 e alterações subsequentes, bem como multa no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor total do presente contrato.

8.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, por mútuo acordo.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

9.1 Elegem o foro da Comarca de Catanduvas - Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Vargem Bonita, 28 de janeiro de 2014.

Lenir Radavelli
CONTRATANTE

Angelo Follador Sobrinho
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1ª Nome:
CPF:

2ª Nome:
CPF:

Contrato Administrativo N.014/2014

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 014/2014

Que entre si fazem a Município de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede na Rua Coronel Vitorio, nº 966 - Centro – Vargem Bonita - SC, Inscrito no CNPJ nº 10.536.938/0001-84, representado por sua Gestora, Sra. Lenir Radavelli, CPF nº 028.724.059-25, Identidade nº 3153089, residente e domiciliada na Av. XV de Novembro em Vargem Bonita – Santa Catarina, doravante denominada CONTRATANTE e de outro lado a empresa Altermed Material Médico Hospitalar Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.802.002/0001-02 e com sede à Estrada Boa Esperança, nº 2320, Bairro Fundo Canoas, Rio do Sul – SC, neste ato representada pelo seu gerente administrativo Maicon Cordova Pereira, inscrito no CPF sob nº 015.886.939-70 e RG nº 3.242.195 residente e domiciliado na Rua Henrique Munzfeld, 130, Bairro Fundo Canoas, Rio do Sul - SC, doravante denominada CONTRATADA, nos termos do Processo Licitatório, na modalidade de Pregão nº. 001/2014 firmam o presente, mediante as cláusulas e condições abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente Contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO conforme PROPOSTA efetuada pela Contratada e Município de Vargem Bonita, que será regida conforme Proposta de Preços homologada no Processo Licitatório vigente, parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E REAJUSTE

2.1. O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Contrato é de R\$ 32.509,04 (trinta e dois mil, quinhentos e nove reais e quatro centavos) conforme descritos na Ata de Julgamento do processo licitatório.

2.2. O preço ajustado entre as partes é fixo e irrevogável.

2.2.1. O preço poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pela proponente vencedora.

CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O pagamento do Objeto contratado será feita de forma quinzenal, mediante a apresentação de Documento Fiscal de acordo com dados fornecidos pelo Setor competente da Prefeitura, e após a liquidação da despesa e aceitação do Objeto contratado.

3.1.1. Os valores financeiros serão oriundos do Ativo Financeiro do Município.

3.2. O pagamento, nos termos acima, será efetuado, exclusivamente, em conta corrente da contratada, que será informada nos termos do ANEXO I deste Edital.

3.3. As eventuais despesas relativas aos pagamentos correrão à conta da contratada.

CLÁUSULA QUARTA - DO REGIME DE EXECUÇÃO: FORMA, CONDIÇÕES E LOCAL DA ENTREGA.

4.1. Os itens, objeto deste Contrato, deverão ser fornecidos de forma parcelada, em atendimento à demanda solicitada pelo setor municipal requisitante, cujos quantitativos totais estimados serão divididos proporcionalmente pelo número de meses do exercício orçamentário de 2014.

4.2. A Contratada entregará o objeto desta licitação nas condições, especificações e garantias oferecidas e de acordo com a proposta comercial apresentada.

4.3. O fornecimento dos produtos somente poderá ser efetuado pela Contratada, vedada, portanto, a sublocação do mesmo.

4.4. Os quantitativos descritos constituem previsão, dimensionada com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los na sua totalidade.

4.5. As despesas decorrentes da entrega dos itens objeto deste contrato, como também, outras despesas que porventura ocorram, em virtude da execução desta etapa do processo, correrão às expensas da Licitante Contratada.

CLÁUSULA QUINTA – PRAZO

5.1. O prazo de vigência deste contrato estará adstrito à vigência dos créditos orçamentários do Exercício de 2014, tendo seu início na data da assinatura e publicação do Contrato Administrativo.

CLÁUSULA SEXTA - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2014 do Município de Vargem Bonita:

6.1.1. Lei Orçamentária Anual para o Exercício de 2014, Nº 974/2013.

Código Reduzido	Un. Orçamentária	Projeto/Atividade	Elemento Despesa	Saldo Disponível
15	09.02	2.030	33.90.00.0000	783.500,00
16	09.02	2.030	33.90.00.0002	444.500,00
17	09.02	2.030	33.90.00.0023	93.840,00
18	09.02	2.030	33.90.00.0064	100.200,00
21	09.02	2.030	33.90.00.0067	21.960,00

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.

7.1 O presente Contrato encontra-se vinculado ao processo licitatório que o originou, sendo os casos omissos resolvidos à luz do Edital de Licitação Nº 001/2014 – Pregão Nº 001/2014, Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais legislação vigente e específica.

CLÁUSULA OITAVA – RESCISÃO E MULTA

8.1. O Município de Vargem Bonita, através do Fundo Municipal de Saúde poderá declarar rescindido o presente contrato, independentemente de interpelação ou de procedimento judicial, sempre que ocorrerem uma das hipóteses elencadas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

8.2. O descumprimento de qualquer uma das cláusulas contratuais ora firmadas, pela CONTRATADA, esta ficará sujeita às penalidades previstas pela Lei 8.666/93 e alterações subsequentes, bem como multa no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor total do presente contrato.

8.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, por mútuo acordo.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

9.1 Elegem o foro da Comarca de Catanduvas - Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Vargem Bonita, 28de janeiro de 2014.

Lenir Radavelli
CONTRATANTE

Maicon Cordova Pereira
CONTRATADO

TESTEMUNHAS

1[Nome:

2ª Nome:

CPF:

CPF:

Contrato Administrativo N.015/2014

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 015/2014

Que entre si fazem a Município de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede na Rua Coronel Vitorio, nº 966 - Centro - Vargem Bonita - SC, Inscrito no CNPJ nº 10.536.938/0001-84, representado por sua Gestora, Sra. Lenir Radavelli, CPF nº 028.724.059-25, Identidade nº 3153089 residente e domiciliada na Av. XV de Novembro em Vargem Bonita - Santa Catarina, doravante denominada CONTRATANTE e de outro lado a empresa Angai Distribuidora de Medicamentos Ltda EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 04.217.590/0001-60 e com sede à Rodovia da Uva, nº 902, Bairro Roça Grande, Colombo - PR, neste ato representada por Rosemary Américo Salvador, inscrito no CPF sob n.º 020.219.419-14 e RG nº. 4.241.127-2 SSP - PR residente e domiciliado na Rua Valentin Gulin, 221, Bairro Atuba, Curitiba - PR, doravante denominada CONTRATADA, nos termos do Processo Licitatório, na modalidade de Pregão nº. 001/2014 firmam o presente, mediante as cláusulas e condições abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente Contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO conforme PROPOSTA efetuada pela Contratada e Município de Vargem Bonita, que será regida conforme Proposta de Preços homologada no Processo Licitatório vigente, parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E REAJUSTE

2.1. O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Contrato é de R\$ 68.255,45 (sessenta e oito mil duzentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos) conforme descritos na Ata de Julgamento do processo licitatório 001/2014.

2.2. O preço ajustado entre as partes é fixo e irrevogável.

2.2.1. O preço poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pela proponente vencedora.

CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O pagamento do Objeto contratado será feita de forma quinzenal, mediante a apresentação de Documento Fiscal de acordo



com dados fornecidos pelo Setor competente da Prefeitura, e após a liquidação da despesa e aceitação do Objeto contratado.

3.1.1. Os valores financeiros serão oriundos do Ativo Financeiro do Município.

3.2. O pagamento, nos termos acima, será efetuado, exclusivamente, em conta corrente da contratada, que será informada nos termos do ANEXO I deste Edital.

3.3. As eventuais despesas relativas aos pagamentos correrão à conta da contratada.

CLÁUSULA QUARTA - DO REGIME DE EXECUÇÃO: FORMA, CONDIÇÕES E LOCAL DA ENTREGA.

4.1. Os itens, objeto deste Contrato, deverão ser fornecidos de forma parcelada, em atendimento à demanda solicitada pelo setor municipal requisitante, cujos quantitativos totais estimados serão divididos proporcionalmente pelo número de meses do exercício orçamentário de 2014.

4.2. A Contratada entregará o objeto desta licitação nas condições, especificações e garantias oferecidas e de acordo com a proposta comercial apresentada.

4.3. O fornecimento dos produtos somente poderá ser efetuado pela Contratada, vedada, portanto, a sublocação do mesmo.

4.4. Os quantitativos descritos constituem previsão, dimensionada com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los na sua totalidade.

4.5. As despesas decorrentes da entrega dos itens objeto deste contrato, como também, outras despesas que porventura ocorram, em virtude da execução desta etapa do processo, correrão às expensas da Licitante Contratada.

CLÁUSULA QUINTA – PRAZO

5.1. O prazo de vigência deste contrato estará adstrito à vigência dos créditos orçamentários do Exercício de 2014, tendo seu início na data da assinatura e publicação do Contrato Administrativo.

CLÁUSULA SEXTA - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2014 do Município de Vargem Bonita:

6.1.1. Lei Orçamentária Anual para o Exercício de 2014, Nº 974/2013.

Código Reduzido	Un. Orçamentária	Projeto/Atividade	Elemento Despesa	Saldo Disponível
15	09.02	2.030	33.90.00.0000	783.500,00
16	09.02	2.030	33.90.00.0002	444.500,00
17	09.02	2.030	33.90.00.0023	93.840,00
18	09.02	2.030	33.90.00.0064	100.200,00
21	09.02	2.030	33.90.00.0067	21.960,00

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.

7.1 O presente Contrato encontra-se vinculado ao processo licitatório que o originou, sendo os casos omissos resolvidos à luz do Edital de Licitação Nº 001/2014 – Pregão Nº 001/2014, Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais legislação vigente e específica.

CLÁUSULA OITAVA – RESCISÃO E MULTA

8.1. O Município de Vargem Bonita, através do Fundo Municipal de Saúde poderá declarar rescindido o presente contrato, independentemente de interpelação ou de procedimento judicial, sempre que ocorrerem uma das hipóteses elencadas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

8.2. O descumprimento de qualquer uma das cláusulas contratuais ora firmadas, pela CONTRATADA, esta ficará sujeita às penalidades previstas pela Lei 8.666/93 e alterações subsequentes, bem

como multa no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor total do presente contrato.

8.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, por mútuo acordo.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

9.1 Eleggem o foro da Comarca de Catanduvas - Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Vargem Bonita, 28 de janeiro de 2014.

Lenir Radavelli
CONTRATANTE

Rosemery Américo Salvador
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1ª Nome:

2ª Nome:

CPF:

CPF:

Visto Jurídico

Decreto N.022/2014

DECRETO Nº 022/2014, DE 17 DE MARÇO DE 2014.

ESTABELECE NORMAS PARA O CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NA LEI Nº 982/2013 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013.

MELÂNIA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita (SC), no uso da atribuição que lhe confere o artigo 103, inciso VIII da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Artigo 1º - Os estudantes universitários beneficiados pela lei nº 982/2013 deverão, até o quinto dia útil do mês subsequente ao que se refere o pagamento do subsídio, apresentar na Secretaria Municipal de Educação os comprovantes de despesas que se refere à citada lei.

Artigo 2º - Até o dia 10 do mês subsequente ao que se refere o pagamento do subsídio, deverá a Secretaria Municipal de Educação repassar para o setor de Contabilidade a lista e informações necessárias ao empenho e pagamento dos subsídios aos estudantes habilitados.

Artigo 3º - Até o dia 20 do mês subsequente ao que refere o pagamento do subsídio de que trata a lei nº 982/2013 deverá ocorrer o pagamento.

Artigo 4º - O acadêmico de que não cumprir o prazo descrito no artigo 1º deste Decreto, com a demonstração das condições da lei nº 982/2013, não receberá o subsídio decaído do direito e não haverá pagamento pretérito.

Artigo 5º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, 17 de março de 2014.

MELÂNIA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em 17/03/14

SUÉLEN FAVRETTO

Secretária Municipal de Administração e Finanças

Anexos Ref. ao 1º Bimestre 2014 – Relatório Resumido da Execução Orçamentária.

Município de VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	17.770.000,00	17.770.000,00	3.375.010,50	18,99	3.375.010,50	18,99	14.394.989,50
RECEITAS CORRENTES	17.770.000,00	17.770.000,00	3.375.010,50	18,99	3.375.010,50	18,99	14.394.989,50
RECEITA TRIBUTÁRIA	939.640,00	939.640,00	160.621,65	17,09	160.621,65	17,09	779.018,35
IMPOSTOS	888.000,00	888.000,00	144.109,21	16,23	144.109,21	16,23	743.890,79
TAXAS	51.520,00	51.520,00	16.512,44	32,05	16.512,44	32,05	35.007,56
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	120,00	120,00	0,00	0,00	0,00	0,00	120,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	126.000,00	126.000,00	18.759,28	14,89	18.759,28	14,89	107.240,72
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO	126.000,00	126.000,00	18.759,28	14,89	18.759,28	14,89	107.240,72
RECEITA PATRIMONIAL	83.840,00	83.840,00	48.214,53	57,51	48.214,53	57,51	35.625,47
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	60.120,00	60.120,00	35.572,40	59,17	35.572,40	59,17	24.547,60
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	23.720,00	23.720,00	12.642,13	53,30	12.642,13	53,30	11.077,87
RECEITA AGROPECUÁRIA	120,00	120,00	0,00	0,00	0,00	0,00	120,00
Receita da Produção Vegetal	120,00	120,00	0,00	0,00	0,00	0,00	120,00
RECEITA DE SERVIÇOS	39.360,00	39.360,00	20.088,60	51,04	20.088,60	51,04	19.271,40
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	16.540.370,00	16.540.370,00	3.081.723,76	18,63	3.081.723,76	18,63	13.458.646,24
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	16.399.050,00	16.399.050,00	3.071.971,43	18,73	3.071.971,43	18,73	13.327.078,57
Transf. de Pessoas	1.200,00	1.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.200,00
Transf. de Conv.	140.120,00	140.120,00	9.752,33	6,96	9.752,33	6,96	130.367,67
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	40.670,00	40.670,00	45.602,68	112,13	45.602,68	112,13	-4.932,68
Multas e Juros de Mora	10.200,00	10.200,00	3.814,57	37,40	3.814,57	37,40	6.385,43
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	4.800,00	4.800,00	957,88	19,96	957,88	19,96	3.842,12
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	12.000,00	12.000,00	40.830,23	340,25	40.830,23	340,25	-28.830,23
RECEITAS DIVERSAS	13.670,00	13.670,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.670,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	17.770.000,00	17.770.000,00	3.375.010,50	18,99	3.375.010,50	18,99	14.394.989,50
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual						
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	17.770.000,00	17.770.000,00	3.375.010,50	3.375.010,50	18,99	14.394.989,50
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	17.770.000,00	17.770.000,00	3.375.010,50	3.375.010,50	18,99	14.394.989,50
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	650.524,92	—	14.296,67	—	—
Superávit Financeiro	—	650.524,92	—	14.296,67	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
							% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	17.770.000,00	2.069.229,04	19.839.229,04	4.841.766,49	4.841.766,49	2.171.061,35	10,94	17.668.167,69
DESPESAS CORRENTES	16.697.380,00	35.013,42	16.732.393,42	3.543.648,10	3.543.648,10	2.158.243,84	12,90	14.574.149,58
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.344.740,00	-19.400,00	9.325.340,00	1.499.489,16	1.499.489,16	1.499.489,16	16,08	7.825.850,84
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	5.500,00	0,00	5.500,00	32,48	32,48	18,02	0,33	5.481,98
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.347.140,00	54.413,42	7.401.553,42	2.044.126,46	2.044.126,46	658.736,66	8,90	6.742.816,76
DESPESAS DE CAPITAL	1.057.620,00	2.034.215,62	3.091.835,62	1.298.118,39	1.298.118,39	12.817,51	0,41	3.079.018,11
INVESTIMENTOS	917.120,00	2.034.215,62	2.951.335,62	1.289.356,99	1.289.356,99	8.437,99	0,29	2.942.897,63
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	140.500,00	0,00	140.500,00	8.761,40	8.761,40	4.379,52	3,12	136.120,48
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.000,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	17.770.000,00	2.069.229,04	19.839.229,04	4.841.766,49	4.841.766,49	2.171.061,35	10,94	17.668.167,69
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	17.770.000,00	2.069.229,04	19.839.229,04	4.841.766,49	4.841.766,49	2.171.061,35	2.171.061,35	10,94
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	1.203.949,15	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	17.770.000,00	2.069.229,04	19.839.229,04	4.841.766,49	4.841.766,49	2.171.061,35	3.375.010,50	10,94
								17.668.167,69

FONTE:

VARGEM BONITA, 18/03/2014

MELANIA AP. ROMAN MENEZINI
Prefeita Municipal

SUÉLEN FAVRETTO
Sec. de Administração e Finanças

DORNELES ANTONIO PELICOLI
CONTADOR CRC/SC - 16.633/O

Anexos ref. ao 1º bimestre 2014 – Relatório Resumido da Execução Orçamentária.

Município de VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")								R\$ 1,00	
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)	
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	17.770.000,00	19.839.229,04	4.841.766,49	4.841.766,49	2.171.061,35	2.171.061,35	100,00	10,94	17.668.167,69
Legislativa	900.000,00	900.000,00	62.170,98	62.170,98	62.170,98	62.170,98	2,86	6,91	837.829,02
Ação Legislativa	900.000,00	900.000,00	62.170,98	62.170,98	62.170,98	62.170,98	2,86	6,91	837.829,02
Administração	2.452.310,00	2.452.310,00	580.687,72	580.687,72	284.075,22	284.075,22	13,08	11,58	2.168.234,78
Planejamento e Orçamento	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
Administração Geral	2.422.310,00	2.422.310,00	580.687,72	580.687,72	284.075,22	284.075,22	13,08	11,73	2.138.234,78
Segurança Pública	58.160,00	58.160,00	21.305,00	21.305,00	4.587,00	4.587,00	0,21	7,89	53.573,00
Policimento	40.160,00	40.160,00	3.305,00	3.305,00	3.087,00	3.087,00	0,14	7,69	37.073,00
Defesa Civil	18.000,00	18.000,00	18.000,00	18.000,00	1.500,00	1.500,00	0,07	8,33	16.500,00
Assistência Social	548.600,00	558.009,88	105.966,35	105.966,35	64.633,16	64.633,16	2,98	11,58	493.376,72
Assistência à Criança e ao Adolescente	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Assistência Comunitária	538.600,00	548.009,88	105.966,35	105.966,35	64.633,16	64.633,16	2,98	11,79	483.376,72
Saúde	4.691.120,00	5.109.558,33	1.297.692,20	1.297.692,20	632.105,45	632.105,45	29,12	12,37	4.477.452,88
Atenção Básica	4.620.760,00	5.028.760,00	1.295.068,64	1.295.068,64	629.481,89	629.481,89	28,99	12,52	4.399.278,11
Vigilância Sanitária	38.240,00	40.032,69	715,18	715,18	715,18	715,18	0,03	1,79	39.317,51
Vigilância Epidemiológica	12.120,00	20.765,64	1.818,38	1.818,38	1.818,38	1.818,38	0,08	8,76	18.947,26
Alimentação e Nutrição	20.000,00	20.000,00	90,00	90,00	90,00	90,00	0,00	0,45	19.910,00
Educação	4.130.590,00	4.145.755,21	692.176,81	692.176,81	518.974,40	518.974,40	23,90	12,52	3.626.780,81
Alimentação e Nutrição	162.320,00	162.320,00	11.424,89	11.424,89	10.049,20	10.049,20	0,46	6,19	152.270,80
Ensino Fundamental	2.574.270,00	2.589.435,21	503.705,36	503.705,36	355.377,19	355.377,19	16,37	13,72	2.234.058,02
Ensino Médio	130.000,00	130.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	130.000,00
Ensino Superior	362.000,00	362.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	362.000,00
Educação Infantil	844.000,00	844.000,00	167.046,56	167.046,56	143.548,01	143.548,01	6,61	17,01	700.451,99
Educação de Jovens e Adultos	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
Educação Especial	55.000,00	55.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	0,46	18,18	45.000,00
Cultura	208.000,00	208.000,00	77.728,29	77.728,29	53.000,00	53.000,00	2,44	25,48	155.000,00
Difusão Cultural	208.000,00	208.000,00	77.728,29	77.728,29	53.000,00	53.000,00	2,44	25,48	155.000,00
Urbanismo	587.000,00	987.000,00	885.979,25	885.979,25	54.570,07	54.570,07	2,51	5,53	932.429,93
Infra-Estrutura Urbana	15.000,00	415.000,00	400.000,00	400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	415.000,00
Serviços Urbanos	572.000,00	572.000,00	485.979,25	485.979,25	54.570,07	54.570,07	2,51	9,54	517.429,93

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	17.770.000,00	19.539.229,04	4.841.766,49	4.841.766,49	2.171.061,35	2.171.061,35	100,00	10,94
Habituação	60.000,00	60.000,00	3.500,00	3.500,00	2.584,80	2.584,80	0,12	4,31
Habituação Rural	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habituação Urbana	50.000,00	50.000,00	3.500,00	3.500,00	2.584,80	2.584,80	0,12	5,17
Saneamento	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Hídricos	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	1.295.000,00	1.799.411,50	666.750,66	666.750,66	141.773,90	141.773,90	6,53	7,88
Extensão Rural	1.295.000,00	1.799.411,50	666.750,66	666.750,66	141.773,90	141.773,90	6,53	7,88
Indústria	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produção Industrial	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comércio e Serviços	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Comercial	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Turismo	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicações	21.000,00	21.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Telecomunicações	21.000,00	21.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte	1.832.220,00	2.554.024,12	288.333,98	288.333,98	230.379,61	230.379,61	10,61	9,02
Transporte Rodoviário	1.832.220,00	2.554.024,12	288.333,98	288.333,98	230.379,61	230.379,61	10,61	9,02
Desporto e Lazer	388.000,00	388.000,00	83.569,52	83.569,52	50.697,37	50.697,37	2,34	13,07
Desporto Comunitário	388.000,00	388.000,00	83.569,52	83.569,52	50.697,37	50.697,37	2,34	13,07
Encargos Especiais	562.000,00	562.000,00	75.905,73	75.905,73	71.509,39	71.509,39	3,29	12,72
Serviço da Dívida Interna	145.000,00	145.000,00	8.793,88	8.793,88	4.397,54	4.397,54	0,20	3,03
Outros Encargos Especiais	417.000,00	417.000,00	67.111,85	67.111,85	67.111,85	67.111,85	3,09	16,09

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	17.770.000,00	19.839.229,04	4.841.766,49	4.841.766,49	2.171.061,35	2.171.061,35	100,00	10,94
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (II) = (I + II)	17.770.000,00	19.839.229,04	4.841.766,49	4.841.766,49	2.171.061,35	2.171.061,35	100,00	10,94

FONTE:

VARGEM BONITA, 18/03/2014

MELANIA AP. ROMAN MENEZES SUÉLEN FAVRETTO DORNELES ANTONIO PELICIONI
Prefeita Municipal Sec. de Administração e Finanças CONTADOR CRC/SC - 16.633/O

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Anexos ref. ao 1º bimestre 2014 – Relatório Resumido da Execução Orçamentária.

Município de VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2013 A FEVEREIRO 2014

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014
	Mar/2013	Abr/2013	Mai/2013	Jun/2013	Jul/2013	Ago/2013	Sep/2013	Out/2013	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	1.441.863,29	1.694.630,47	1.816.498,26	1.652.240,59	1.488.986,57	1.653.683,27	1.738.148,07	1.684.207,36	1.877.799,22	2.115.265,55	2.082.361,46	1.933.634,62	21.179.810,83
RECEITA TRIBUTÁRIA	75.169,69	76.036,13	85.426,67	60.846,16	61.512,45	65.004,66	72.749,91	74.386,92	73.666,13	92.951,64	75.985,66	84.635,99	686.426,43
IPTU.	322,97	16.362,96	14.677,96	4.208,21	3.551,24	410,34	341,27	134,36	404,30	1.182,34	0,00	0,00	41.595,95
I.R.R.F.	19.694,45	18.912,18	23.761,57	21.819,30	20.960,22	20.916,05	21.637,91	21.256,68	22.793,47	37.696,66	27.211,27	22.797,90	279.487,66
I.S.S.	42.703,87	37.801,44	43.627,54	32.900,82	35.408,21	38.411,19	41.227,84	50.705,68	47.861,61	52.615,75	47.763,10	43.594,58	514.221,63
I.T.B.I.	0,00	2.160,00	2.493,34	800,00	240,00	4.900,00	5.970,00	2.166,28	2.202,16	124,12	702,36	2.040,00	23.788,28
Outras Receitas Tributárias	12.448,60	999,55	866,26	1.119,85	1.322,78	467,08	3.572,89	145,92	544,57	1.332,97	308,93	16.203,51	39.332,91
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	9.220,33	9.800,54	10.269,25	7.986,14	7.614,50	8.304,24	8.863,20	9.319,82	8.914,46	9.782,86	9.471,10	9.288,18	108.824,62
RECEITA PATRIMONIAL	4.796,41	31.471,11	5.561,14	4.598,02	5.654,48	6.685,57	5.668,65	5.800,95	9.044,08	11.589,00	36.466,49	11.748,04	139.883,94
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	120,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	1.093,79	5.919,92	929,57	997,00	8.017,97	4.866,70	4.108,17	8.173,36	5.881,54	6.429,55	9.378,97	10.709,63	67.196,17
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.350.685,57	1.568.597,66	1.711.420,24	1.577.936,47	1.404.184,39	1.566.496,72	1.644.760,62	1.580.512,08	1.778.235,54	1.986.608,03	1.910.321,91	1.812.387,43	19.893.716,66
Cota-Parte do FPM.	355.613,96	381.780,35	548.586,47	457.664,94	325.915,62	426.129,77	352.676,29	352.683,71	490.575,86	740.091,40	594.831,36	635.192,90	5.661.924,85
Cota-Parte do I.C.M.S.	742.514,55	895.306,17	889.736,93	833.401,99	827.284,32	867.385,90	921.564,94	886.000,53	983.941,00	979.768,63	969.519,69	922.408,74	10.728.855,39
Cota-Parte do IPVA.	29.640,91	30.799,14	39.171,00	34.075,36	33.862,13	39.114,55	38.332,73	31.609,84	16.689,52	10.858,06	15.084,77	30.548,35	340.000,00
Cota-Parte do ITR.	342,82	43,10	202,29	79,86	0,00	718,93	638,13	11.670,82	7.959,85	348,90	39,00	201,25	22.244,95
Outras Transferências Correntes	116.069,20	123.009,84	96.948,48	128.269,54	96.751,97	103.680,66	202.450,86	161.641,95	137.021,29	114.960,10	173.286,26	71.833,15	1.527.953,90
Transferências da LC 61/1989	10.499,39	9.627,34	12.945,62	13.483,43	13.281,53	14.211,32	12.927,03	13.926,01	15.483,81	16.549,42	15.656,66	13.255,31	161.847,07
Transferências da LC 87/1996	0,00	16.290,60	4.072,65	4.072,65	4.072,65	4.072,65	4.072,65	4.072,65	4.072,65	4.072,65	4.095,95	4.095,95	57.063,70
Transferências do FUNDEB	95.804,74	111.739,12	117.776,60	106.428,70	103.015,97	111.182,74	112.075,99	108.906,57	122.591,54	121.958,67	137.908,22	134.851,78	1.400.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	897,30	2.705,11	2.899,39	994,76	1.976,88	2.235,38	1.998,52	5.002,23	2.416,47	5.924,27	40.737,33	4.866,36	72.593,01
DEDUÇÕES (II)	227.693,60	266.769,55	298.938,82	268.555,44	240.883,07	270.302,51	266.046,55	261.967,57	303.724,38	303.518,54	319.845,26	321.140,32	3.400.880,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	227.693,60	266.769,55	298.938,82	268.555,44	240.883,07	270.302,51	266.046,55	261.967,57	303.724,38	303.518,54	319.845,26	321.140,32	3.400.880,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.214.169,69	1.427.760,92	1.517.559,44	1.384.285,15	1.248.077,60	1.383.380,76	1.472.102,52	1.422.239,79	1.574.073,84	1.811.767,01	1.762.516,20	1.612.494,30	17.830.425,22
FONTE:													
VARGEM BONITA, 18/03/2014													

MELANIAAP ROMAN MENECHINI Prefeita Municipal	SUÉLEN FAVRETTO Sec. de Administração e Finanças	DORNELES ANTONIO PELICOLI CONTADOR CRC/SC - 16.633/O
---	---	---

Município de VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

R\$ 1,00

RECEITAS		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
				No Bimestre	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES		0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados		0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil		0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista		0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista Militar		0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista		0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial		0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições		0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial		0,00	0,00	0,00	0,00
Recetas Imobiliárias		0,00	0,00	0,00	0,00
Recetas de Valores Mobiliários		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais		0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes		0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS		0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL		0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos		0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)		0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
				No Bimestre	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes		0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil		0,00	0,00	0,00	0,00



Continuação 2/4

Município de VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	0,00	0,00

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS				
Valor				0,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS				
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V) ADMINISTRAÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
	-	-	-	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

VARGEM BONITA, 18/03/2014

MELANIA AP. ROMAN MENECHINI
Prefeita Municipal

SUÉLEN FAVRETTO
Sec. de Administração e Finanças

DORNELES ANTONIO PELICIOLI
CONTADOR CRC/SC - 16.633/O

Anexos ref. ao 1º bimestre 2014 – Relatório Resumido da Execução Orçamentária.

Município de VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Dez 2013 (B)	Em 28 Fev 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	137.212,05	137.212,05	132.832,53
DEDUÇÕES (II)	1.924.447,37	1.924.447,37	3.076.200,04
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.924.447,37	1.924.447,37	3.339.226,85
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	0,00	263.026,81
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-1.787.235,32	-1.787.235,32	-2.943.367,51
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	89.172,99	89.172,99	89.172,99
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-1.876.408,31	-1.876.408,31	-3.032.540,50

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Fev 2014 (C - A)
VALOR	-1.156.132,19	-1.156.132,19

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	20.000,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Dez 2013 (B)	Em 28 Fev 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

VARGEM BONITA, 18/03/2014

MELANIA AP. ROMAN MENEGHINI
Prefeita Municipal

SUÉLEN FAVRETTO
Sec. de Administração e Finanças

DORNELES ANTONIO PELICOLI
CONTADOR CRC/SC - 16.633/O



Anexos ref. ao 1º bimestre 2014 – Relatório Resumido da Execução Orçamentária.

Município de VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	17.746.280,00	3.362.368,37	3.362.368,37	2.806.656,56
Receita Tributária	939.640,00	160.621,65	160.621,65	127.160,57
I.P.T.U.	36.000,00	0,00	0,00	0,00
I.S.S.	550.000,00	91.357,68	91.357,68	63.579,24
I.T.B.I.	22.000,00	2.742,36	2.742,36	420,00
I.R.R.F.	280.000,00	50.009,17	50.009,17	43.663,39
Outras Receitas Tributárias	51.640,00	16.512,44	16.512,44	19.497,94
Receita de Contribuição	126.000,00	18.759,28	18.759,28	19.435,48
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	126.000,00	18.759,28	18.759,28	19.435,48
Receita Patrimonial Líquida	60.120,00	35.572,40	35.572,40	17.839,40
Receita Patrimonial	83.840,00	48.214,53	48.214,53	20.115,17
(-) Aplicações Financeiras	23.720,00	12.642,13	12.642,13	2.275,77
Transferências Correntes	16.540.370,00	3.081.723,76	3.081.723,76	2.635.378,61
F.P.M.	4.584.000,00	984.019,48	984.019,48	861.614,43
I.C.M.S.	8.560.000,00	1.513.542,94	1.513.542,94	1.329.083,84
Convênios	140.120,00	9.752,33	9.752,33	0,00
Outras Transferências Correntes	3.256.250,00	574.409,01	574.409,01	444.680,34
Demais Receitas Correntes	80.150,00	65.691,28	65.691,28	6.842,50
Dívida Ativa	12.000,00	40.830,23	40.830,23	1.177,42
Diversas Receitas Correntes	68.150,00	24.861,05	24.861,05	5.665,08
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00	172.025,00
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	172.025,00
Convênios	0,00	0,00	0,00	172.025,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	0,00	0,00	0,00	172.025,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	17.746.280,00	3.362.368,37	3.362.368,37	2.978.681,56

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	16.732.393,42	2.158.243,84	2.158.243,84	1.923.692,11
Pessoal e Encargos Sociais	9.325.340,00	1.499.489,16	1.499.489,16	1.342.339,85
Juros e Encargos da Dívida (IX)	5.500,00	18,02	18,02	59,60
Outras Despesas Correntes	7.401.553,42	658.736,66	658.736,66	581.292,66
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	16.726.893,42	2.158.225,82	2.158.225,82	1.923.632,51
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	3.091.835,62	12.817,51	12.817,51	13.186,26
Investimentos	2.951.335,62	8.437,99	8.437,99	8.820,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	140.500,00	4.379,52	4.379,52	4.366,26
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	2.951.335,62	8.437,99	8.437,99	8.820,00

Município de VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	15.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	19.693.229,04	2.166.663,81	2.166.663,81	1.932.452,51
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-1.946.949,04	1.195.704,56	1.195.704,56	1.046.229,05
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	14.296,67	0,00
Superávit Financeiro	-	-	14.296,67	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				338.165,00

FONTE:

VARGEM BONITA, 18/03/2014

MELANIA AP. ROMAN MENEZHINI
Prefeita Municipal

SUÉLEN FAVRETTO
Sec. de Administração e Finanças

DORNELES ANTONIO PELICOLI
CONTADOR CRC/SC - 16.633/O

Anexos ref. ao 1º bimestre 2014 – Relatório Resumido da Execução Orçamentária.

Município de VARGEM BONITA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013			
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	-	-	-	-	-	309.418,84	74.650,00	-	234.768,84
EXECUTIVO										
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	309.418,84	74.650,00	0,00	234.768,84
SECRETARIA DE AGRICULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	162.650,00	74.650,00	0,00	88.000,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	46.768,84	0,00	0,00	46.768,84
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	309.418,84	74.650,00	0,00	234.768,84

FONTE:

FONTE:

VARGEM BONITA, 18/03/2014

MELANIA AP. ROMAN MENECHINI
Prefeita Municipal

SUÉLEN FAVRETTO
Sec. de Administração

DORNELES ANTONIO PELICLIOL
CONTADOR CRC/SC - 16.633/O

DORNELES ANTONIO PELICLIOL
CONTADOR CRC/SC - 16.633/O

Anexos ref. ao 1º bimestre 2014 – Relatório Resumido da Execução Orçamentária.

MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	898.800,00	898.800,00	184.131,73	184.131,73	20,49
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	43.200,00	43.200,00	1.407,24	1.407,24	3,26
1.1.1- IPTU	36.000,00	36.000,00	0,00	0,00	0,00
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	1.200,00	1.200,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	4.800,00	4.800,00	1.152,80	1.152,80	24,02
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	1.200,00	1.200,00	254,44	254,44	21,20
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	22.000,00	22.000,00	2.742,36	2.742,36	12,47
1.2.1- ITBI	22.000,00	22.000,00	2.742,36	2.742,36	12,47
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	553.600,00	553.600,00	129.972,96	129.972,96	23,48
1.3.1- ISS	550.000,00	550.000,00	91.357,68	91.357,68	16,61
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	1.200,00	1.200,00	538,54	538,54	44,88
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	1.200,00	1.200,00	37.330,15	37.330,15	3.110,85
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	1.200,00	1.200,00	746,59	746,59	62,22
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	280.000,00	280.000,00	50.009,17	50.009,17	17,86
1.4.1- IRRF	280.000,00	280.000,00	50.009,17	50.009,17	17,86
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	17.004.400,00	17.004.400,00	3.204.929,93	3.204.929,93	18,85
2.1- Cota-Parte FPM	5.730.000,00	5.730.000,00	1.230.024,26	1.230.024,26	21,47
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	5.730.000,00	5.730.000,00	1.230.024,26	1.230.024,26	21,47
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	10.700.000,00	10.700.000,00	1.891.928,43	1.891.928,43	17,68
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	50.400,00	50.400,00	8.191,90	8.191,90	16,25
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	154.000,00	154.000,00	28.911,97	28.911,97	18,77
2.5- Cota-Parte ITR	30.000,00	30.000,00	240,25	240,25	0,80
2.6- Cota-Parte IPVA	340.000,00	340.000,00	45.633,12	45.633,12	13,42
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	17.903.200,00	17.903.200,00	3.389.061,66	3.389.061,66	18,93
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	211.410,00	211.410,00	26.034,54	26.034,54	12,31
5.1- Transferências do Salário-Educação	167.520,00	167.520,00	26.034,54	26.034,54	15,54
5.2- Transferências Diretas - PDDE	1.200,00	1.200,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	42.570,00	42.570,00	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	120,00	120,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	135.240,00	135.240,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	135.000,00	135.000,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	240,00	240,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	41.320,00	41.320,00	43.865,39	43.865,39	106,16
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	387.970,00	387.970,00	69.899,93	69.899,93	18,02
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	3.400.880,00	3.400.880,00	640.985,58	640.985,58	18,85
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.146.000,00	1.146.000,00	246.004,78	246.004,78	21,47
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	2.140.000,00	2.140.000,00	378.385,49	378.385,49	17,68
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	10.080,00	10.080,00	1.638,38	1.638,38	16,25
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	30.800,00	30.800,00	5.782,40	5.782,40	18,77
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	6.000,00	6.000,00	48,05	48,05	0,80
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	68.000,00	68.000,00	9.126,48	9.126,48	13,42
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.400.000,00	1.400.000,00	272.660,00	272.660,00	19,48
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.400.000,00	1.400.000,00	272.660,00	272.660,00	19,48
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-2.000.880,00	-2.000.880,00	-368.325,58	-368.325,58	18,41
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14- OUTRAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					0,00
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério' (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					0,00
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					0,00
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					100,00
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 *					0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ²	4.475.800,00	4.475.800,00	847.265,42	847.265,42	18,93
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-368.325,58
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					—
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO*					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-368.325,58
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					368.325,58
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					10,87
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	167.640,00	167.640,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	2.709.450,00	3.225.115,21	497.506,20	497.506,20	15,43
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	2.877.090,00	3.392.755,21	497.506,20	497.506,20	14,66
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	2.877.090,00	3.392.755,21	497.506,20	497.506,20	14,66

MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	272.660,00	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	0,00	0,00
49.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	272.660,00	0,00

VARGEM BONITA, 18/03/2014

MELANIA AP. ROMAN MENEZES
Prefeita Municipal

SUÉLEN FAVRETTO
Sec. de Administração e Finanças

DORNELES ANTONIO PELICOLI
CONTADOR CRC/SC - 16.633/O

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 15.165,21, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

Anexos ref. ao 1º bimestre 2014 – Relatório Resumido da Execução Orçamentária.

Município de VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO' (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	3.091.835,62	12.817,51	0,00	3.079.018,11
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	3.091.835,62	12.817,51	0,00	3.079.018,11
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-3.091.835,62	-12.817,51		-3.079.018,11

FONTE:

VARGEM BONITA, 18/03/2014

MELANIA AP. ROMAN MENEGHINI
Prefeita Municipal

SUÉLEN FAVRETTO
Sec. de Administração e Finanças

DORNELES ANTONIO PELICOLI
CONTADOR CRC/SC - 16.633/O

Anexos ref. ao 1º bimestre 2014 – Relatório Resumido da Execução Orçamentária.

Município de VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2013	0,00	0,00	0,00	0,00
2014	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 31/12/2013 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

VARGEM BONITA, 18/03/2014

MELANIA AP. ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

SUÉLEN FAVRETTO
Sec. de Administração e Finanças

DORNELES ANTONIO PELICOLI
CONTADOR CRC/SC - 16.633/O

Anexos ref. ao 1º bimestre 2014 – Relatório Resumido da Execução Orçamentária.

Município de VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	0,00	0,00

FONTE:

VARGEM BONITA, 18/03/2014

MELANIA AP. ROMAN MENEGHINI
Prefeita Municipal

SUÉLEN FAVRETTO
Sec. de Administração e Finanças

DORNELES ANTONIO PELICOLI
CONTADOR CRC/SC - 16.633/O

Anexos ref. ao 1º bimestre 2014 – Relatório Resumido da Execução Orçamentária.

Município de VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)		R\$ 1,00		
RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	134.820,00	134.820,00	27.619,75	20,49
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	5.400,00	5.400,00	0,00	0,00
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	3.300,00	3.300,00	411,35	12,47
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	82.500,00	82.500,00	13.703,65	16,61
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	42.000,00	42.000,00	7.501,38	17,86
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	360,00	360,00	80,78	22,44
Dívida Ativa dos Impostos	900,00	900,00	5.772,44	641,38
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	360,00	360,00	150,15	41,71
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	2.550.660,00	2.550.660,00	480.739,47	18,85
Cota-Parte FPM	859.500,00	859.500,00	184.503,64	21,47
Cota-Parte ITR	4.500,00	4.500,00	36,04	0,80
Cota-Parte IPVA	51.000,00	51.000,00	6.844,96	13,42
Cota-Parte ICMS	1.605.000,00	1.605.000,00	283.789,26	17,68
Cota-Parte IPI-Exportação	23.100,00	23.100,00	4.336,79	18,77
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	7.560,00	7.560,00	1.228,78	16,25
Desoneração ICMS (LC 87/96)	7.560,00	7.560,00	1.228,78	16,25
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	2.685.480,00	2.685.480,00	508.359,22	18,93

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE		RECEITAS REALIZADAS	
PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	3.450.880,00	4.408.818,33	903.525,10	20,49	628.438,35	14,25
Pessoal e Encargos Sociais	2.756.900,00	2.920.900,00	483.446,59	16,55	483.446,59	16,55
Outras Despesas Correntes	693.980,00	1.487.918,33	420.078,51	28,23	144.991,76	9,74
DESPESAS DE CAPITAL	125.120,00	544.120,00	390.319,00	71,73	2.819,00	0,52
Investimentos	125.120,00	544.120,00	390.319,00	71,73	2.819,00	0,52

Continua 1/4

Município de VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/4

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	125.120,00	544.120,00	390.319,00	71,73	2.819,00	0,52
Investimentos	125.120,00	544.120,00	390.319,00	71,73	2.819,00	0,52
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	3.576.000,00	4.952.938,33	1.293.844,10	26,12	631.257,35	12,75
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IV)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	890.520,00	890.520,00	145.401,32	11,24	141.802,27	22,46
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	766.680,00	766.680,00	138.841,54	10,73	135.408,29	21,45
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	123.840,00	123.840,00	6.559,78	0,51	6.393,98	1,01
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	890.520,00	890.520,00	145.401,32	11,24	141.802,27	22,46
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	2.685.480,00	4.062.418,33	1.148.442,78	14,88	489.455,08	-9,72
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						
(VII%) = (VII / IIIB x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIB)/100]						
			413.201,20			

Continua 2/4

Município de VARGEM BONITA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA								
Inscritos em 2013		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º								
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013	SALDO INICIAL		DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)			
	0,00		0,00		0,00			
	0,00		0,00		0,00			
TOTAL (VIII)								
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26								
	SALDO INICIAL		DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)			
	-		-		-			
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)								
Atenção Básica Vigilância Sanitária Vigilância Epidemiológica TOTAL								

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $V[(h+i) - (15 \times \text{IIIb})/100]$

Continua 3/4

Município de VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 4/4

VARGEM BONITA, 18/03/2014

MELANIA AP. ROMAN MENEZINHINI
Prefeita Municipal

SUÉLEN FAVRETTO
Sec. de Administração e Finanças

DORNELES ANTONIO PELICOLI
CONTADOR CRC/SC - 16.633/O

Anexos ref. ao 1º bimestre 2014 – Relatório Resumido da Execução Orçamentária.

Município de VARGEM BONITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

VARGEM BONITA, 18/03/2014

MELANIA AP. ROMAN MENEGHINI
Prefeita Municipal

SUÉLEN FAVRETTO
Sec. de Administração e Finanças

DORNELES ANTONIO PELICOLI
CONTADOR CRC/SC - 16.633/O

Anexos ref. ao 1º bimestre 2014 – Relatório Resumido da Execução Orçamentária.

Município de VARGEM BONITA - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	17.770.000,00	
Previsão Atualizada		—	17.770.000,00	
Receitas Realizadas		3.375.010,50	3.375.010,50	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	14.296,67	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	17.770.000,00	
Créditos Adicionais		—	2.069.229,04	
Dotação Atualizada		—	19.839.229,04	
Despesas Empenhadas		4.841.766,49	4.841.766,49	
Despesas Liquidadas		2.171.061,35	2.171.061,35	
Superavit Orçamentário		—	1.203.949,15	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		4.841.766,49	4.841.766,49	
Despesas Liquidadas		2.171.061,35	2.171.061,35	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			17.830.425,22	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00	
Liquidadas		0,00	0,00	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	% em Relação à Meta (b/a)	
Resultado Nominal		20.000,00	-5.780,66	
Resultado Primário		338.165,00	353,59	
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	309.418,84	0,00	74.650,00	234.768,84
EXECUTIVO	309.418,84	0,00	74.650,00	234.768,84
TOTAL:	309.418,84	0,00	74.650,00	234.768,84
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		368.325,58	25%	10,87
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		0,00	60%	0,00
Liquidadas		0,00		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00		
Despesa de Capital Líquida		12.817,51	3.079.018,11	

Continua 1/2

Município de VARGEM BONITA - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		489.455,08	15,00	96,28
Liquidadas		489.455,08		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

VARGEM BONITA, 18/03/2014

MELANIA AP. ROMAN MENEGHINI
Prefeita Municipal

SUÉLEN FAVRETTO
Sec. de Administração e Finanças

DORNELES ANTONIO PELICOLI
CONTADOR CRC/SC - 16.633/O



Videira

PREFEITURA

Inexigibilidade Nº 03/2014 - FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03/2014 - FMAS

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03/2014

PROCESSO Nº 13/2014

HOMOLOGAÇÃO: 31/12/2014

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PASSAGENS PARA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS DE DESLOCAMENTO PARA AS PESSOAS QUE VEM DE OUTROS MUNICÍPIOS A PROCURA DE EMPREGO E NECESSITA DE RETORNO A ORIGEM; VISITA A FAMILIARES QUE SE ENCONTRAM EM PRESÍDIOS OU OUTRAS INSTITUIÇÕES DE ABRIGAMENTO E PARA VISITA DE FALECIMENTO DE PARENTES DE ATÉ SEGUNDO GRAU, QUE RESIDAM EM OUTROS MUNICÍPIOS, CONFORME DISPOSTO NO ART. 13 DA LEI MUNICIPAL Nº 3046/13. DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL.

CONTRATADO: REUNIDAS TURISMO S.A.

VALOR DA DESPESA: R\$ \$ 2.978,73 (Dois mil novecentos e setenta e oito reais e setenta e três centavos).

FUNDAMENTO: Art. 25, I e atentando também com o Art. 26 da Lei 8.666/93.

Videira - SC, 17 de MARÇO de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Encerramento Pregão Presencial Nº 13/2014 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2014 - FMS

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que a licitação modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2014-FMS, a qual tem por objeto o CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA ATENDIMENTO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, foi encerrada sem vencedores, ante a falta de interessados em participar do certame. Informações na Av. Manoel Roque, nº 188, fone (49) 3566-9026 ou 3566-9034.

Videira, 17 de Março de 2014.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Abertura Propostas TP Nº 01/2014 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2014

A Comissão Permanente de Licitações, transcorrido o prazo sem

interposição de recursos, torna pública a data de 20 de março de 2013 às 09:00 horas para a abertura dos envelopes contendo as propostas dos concorrentes habilitados no processo licitatório em epígrafe cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AMPLIAÇÃO DE SALAS DE AULA E BLOCOS SANITÁRIOS, REFORMA DE BLOCOS SANITÁRIOS EXISTENTES, DA COBERTURA E PINTURA EM GERAL DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA PAULO FIORAVANTE PENSO, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO.

Videira, 18 de março de 2014.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Portaria Nº 0462/2014

PORTARIA nº 0462/14

Nomeia Comissão de Avaliação de Bens Imóveis

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município, bem como no Processo Administrativo nº 2068/2014;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 19 e 20 do Decreto Federal nº 99.658/90, que regulamenta no âmbito da Administração Pública Federal, o reaproveitamento, a movimentação, a alienação e outras formas de desfazimento de material;

CONSIDERANDO o disposto na alínea "c" do artigo 7º da Lei Federal nº 5.194/66, que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro Agrônomo, bem como a alínea "c" do artigo 1º da Resolução do CONFEA nº 345/90, que dispõe quanto o exercício por profissional de Nível Superior das Atividades de Engenharia de Avaliações e Perícias de Engenharia;

CONSIDERANDO, ainda, NBR 14653-1 – Avaliação de Bens da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas;

RESOLVE

Art. 1º Designar MAURO ROBERTO CANAL, VANESSA FIGUEROA DE SOUZA SANTOS OLTRAMARI e RAQUEL BRUSCHI, para comporem a Comissão de Avaliação, a fim de avaliarem, no prazo de 10 (dez) dias, para fins de doação, os seguintes imóveis:

I - Um terreno urbano, sem benfeitorias, com área de 624,05 m2 (seiscentos e vinte e quatro metros e cinquenta decímetros quadrados), constante da área 01, sendo lote 07, e parte do lote 06, da quadra A, do loteamento Morada dos Pássaros, situado nas ruas Jaçanã e Sabiá, formando esquina estas duas, no bairro São Cristóvão, 1º subdistrito desta cidade e Comarca de Videira, conforme Matrícula nº 29.978.

II - Um terreno urbano, sem benfeitorias, com área de 630,00 m2 (seiscentos e trinta metros quadrados), constante da área 02, sendo lote 05, e parte do lote 06, da quadra A, do loteamento Morada dos Pássaros, situado na rua Jaçanã no bairro São Cristóvão, 1º subdistrito desta cidade e Comarca de Videira, conforme Matrícula nº 29.979.

III - Um terreno urbano, sem benfeitorias, com área de 420,00 m2 (quatrocentos e vinte metros quadrados), constante do lote nº 03, da quadra A, do loteamento Morada dos Pássaros, situado ao lado par da rua Jaçanã, no 1º subdistrito desta cidade e Comarca de Videira, conforme Matrícula nº 21.128.

IV - Um terreno urbano, sem benfeitorias, com área de 420,00 m2 (quatrocentos e vinte metros quadrados), constante do lote nº 04, da quadra A, do loteamento Morada dos Pássaros, situado ao lado par da rua Jaçanã, no 1º subdistrito desta cidade e Comarca de

Videira, conforme Matrícula nº 17.146.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 12 de março de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 12 dias do mês de março de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Extrato do Contrato N. 0005/14

Extrato do Contrato n. 0005/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ILIANE FÁTIMA DE OLIVEIRA
CPF: 028.814.739-11
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 31 de julho de 2014
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

Extrato do Contrato N. 0008/14

Extrato do Contrato n. 0008/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: PATRICIA MENDES DOS SANTOS
CPF: 010.424.039-37
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 31 de julho de 2014
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

Extrato do Contrato N. 0016/14

Extrato do Contrato n. 0016/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: SABRINA ROBERTA BRUNETTA
CPF: 006.617.549-60
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 31 de julho de 2014
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

Extrato do Contrato N. 0041/14

Extrato do Contrato n. 0041/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: SILVANA TEREZINHA PERAZZOLI
CPF: 018.440.789-30
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 31 de julho de 2014
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

Extrato do Contrato N. 0092/14

Extrato do Contrato n. 0092/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: GECÉLIA NUNES DA SILVA
CPF: 009.130.209-90
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 31 de julho de 2014
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

Extrato do Contrato N. 0093/14

Extrato do Contrato n. 0093/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ANA PAULA RODRIGUES
CPF: 063.815.229-17
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 31 de julho de 2014
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

Extrato do Contrato N. 0133/14

Extrato do Contrato n. 0133/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: SIMONE CAON TURMINA
CPF: 097.449.159-43
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA ZENIRA ZIMMERMANN ARIOTTI EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 21 de abril de 2014
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

Extrato do Contrato N. 0134/14

Extrato do Contrato n. 0134/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ARIELLY DE KASSIA DURLI FONSECA

CPF: 042.759.350-60

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 19 de dezembro de 2014

FUNÇÃO: ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.653,17 (dois mil, seiscentos e cinquenta e três reais e dezessete centavos)

Extrato do Contrato N. 0137/14

Extrato do Contrato n. 0137/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ISABELA GAMBATO

CPF: 077.978.579-70

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA MARIA ELVIRA ZAGO BELCHIOR EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 30 de abril de 2014

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

Extrato do Contrato N. 0146/14

Extrato do Contrato n. 0146/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JOSIANE FATIMA ZANOL

CPF: 040.919.299-66

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA MARILDE COSTA EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 01 de março de 2014

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

Extrato do Contrato N. 0175/14

Extrato do Contrato n. 0175/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: CIBELLE CERON DA ROSA

CPF: 005.105.959-28

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 19 de dezembro de 2014

FUNÇÃO: PROFESSOR – Ensino Fundamental Séries Iniciais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.575,90 (dois mil, quinhentos e setenta e cinco reais noventa centavos)

Extrato do Contrato N. 0176/14

Extrato do Contrato n. 0176/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: EDINA MARIA MORO

CPF: 960.160.949-00

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 19 de dezembro de 2014

FUNÇÃO: PROFESSOR – Ensino Fundamental Séries Iniciais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 20 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.287,95 (um mil, duzentos e oitenta e sete reais e noventa e cinco centavos)

Extrato do Contrato N. 0178/14

Extrato do Contrato n. 0178/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: TIANE BRANCHER

CPF: 059.070.879-19

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 19 de dezembro de 2014

FUNÇÃO: PROFESSOR – Ensino Fundamental Séries Iniciais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 20 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.287,95 (um mil, duzentos e oitenta e sete reais e noventa e cinco centavos)

Extrato do Contrato N. 0183/14

Extrato do Contrato n. 0183/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARLI TEREZINHA RIEDI

CPF: 017.816.259-05

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 19 de dezembro de 2014

FUNÇÃO: PROFESSOR – Ensino Fundamental Séries Iniciais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.575,90 (dois mil, quinhentos e setenta e cinco reais noventa centavos)

Extrato do Contrato N. 0186/14

Extrato do Contrato n. 0186/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: BERENICE PERETTI

CPF: 020.092.689-62

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA GRAZIELA PERONDI RIBEIRO EM LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 19 de dezembro de 2014

FUNÇÃO: PROFESSOR – Ensino Fundamental Séries Iniciais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.575,90 (um mil, quinhentos e setenta e cinco reais e noventa centavos)

Extrato do Contrato N. 0190/14

Extrato do Contrato n. 0190/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ADRIANA CAMILA WEISS FALETTI

CPF: 069.793.079-32

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA PAULA FERNANDA TURMINA AFASTADA PARA EXERCER SUAS ATIVIDADES NO SETOR ADMINISTRATIVO

VIGÊNCIA: de 10 de fevereiro de 2014 a 19 de dezembro de 2014
FUNÇÃO: PROFESSOR – Ensino Fundamental Séries Iniciais
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 2.575,90 (um mil, quinhentos e setenta e cinco reais e noventa centavos)

Extrato do Contrato N. 0192/14

Extrato do Contrato n. 0192/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: FRANCIELE FÁTIMA WEBER
CPF: 036.588.299-23
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA MARISA ROSANE DELANI AFASTADA PARA EXERCER SUAS ATIVIDADES NO SETOR ADMINISTRATIVO
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 19 de dezembro de 2014
FUNÇÃO: PROFESSOR – Ensino Fundamental Séries Iniciais
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 2.575,90 (um mil, quinhentos e setenta e cinco reais e noventa centavos)

Extrato do Contrato N. 0193/14

Extrato do Contrato n. 0193/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: TEOLINDA PADILHA SCHNEIDER KAUL
CPF: 006.286.219-73
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA MARIA LÚCIA DELUQUE ANTENHOFEN AFASTADA PARA EXERCER SUAS ATIVIDADES NO SETOR ADMINISTRATIVO
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 19 de dezembro de 2014
FUNÇÃO: PROFESSOR – Ensino Fundamental Séries Iniciais
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 2.575,90 (um mil, quinhentos e setenta e cinco reais e noventa centavos)

Extrato do Contrato N. 0197/14

Extrato do Contrato n. 0197/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: FABIANE BERTÉ
CPF: 022.058.309-96
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 04 de fevereiro de 2014 a 19 de dezembro de 2014
FUNÇÃO: PROFESSOR – Ensino Fundamental Séries Finais
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 2.575,90 (dois mil, quinhentos e setenta e cinco reais e noventa centavos)

Extrato do Contrato N. 0207/14

Extrato do Contrato n. 0207/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: GLACI BUSANELLO GANASINI
CPF: 543.684.809-53
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA IVANA TEREZINHA BERTI TORRES EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE
VIGÊNCIA: de 04 de fevereiro de 2014 a 10 de maio de 2014

FUNÇÃO: PROFESSOR – Ensino Fundamental Séries Iniciais
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 2.575,90 (um mil, quinhentos e setenta e cinco reais e noventa centavos)

Extrato do Contrato N. 0222/14

Extrato do Contrato n. 0222/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: SARA TRINDADE DIAS
CPF: 056.247.749-74
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 19 de dezembro de 2014
FUNÇÃO: PROFESSOR – Ensino Fundamental Séries Finais
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 2.575,90 (dois mil, quinhentos e setenta e cinco reais e noventa centavos)

Extrato do Contrato N. 0223/14

Extrato do Contrato n. 0223/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: JULIANA NAGANO
CPF: 267.784.978-07
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 10 de fevereiro de 2014 a 19 de dezembro de 2014
FUNÇÃO: PROFESSOR – Ensino Fundamental Séries Finais
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 2.575,90 (dois mil, quinhentos e setenta e cinco reais e noventa centavos)

Extrato do Contrato N. 0236/14

Extrato do Contrato n. 0236/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MIRIAN TEREZINHA DELLANI
CPF: 021.572.029-60
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 19 de dezembro de 2014
FUNÇÃO: PROFESSOR - Inglês
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 2.575,90 (dois mil, quinhentos e setenta e cinco reais e noventa centavos)

Pregão Presencial Nº 33/2014-PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2014-PMV
REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 33/2014 - PMV. 1. OBJETIVO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE EXTINTORES E RECARGAS PARA AS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, INFRAESTRUTURA, TURISMO E CULTURA, EDUCAÇÃO, AGRICULTURA, BOMBEIROS E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES 2. TIPO: MENOR

PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 09:00 horas do dia 15/04/2013. Abertura da sessão no mesmo dia às 09:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026.

Videira/SC, 18 de Março de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato N. 0243/14

Extrato do Contrato n. 0243/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: POLIANA ANTUNES DE LIMA

CPF: 016.947.249-30

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 31 de julho de 2014

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

Extrato do Contrato N. 0258/14

Extrato do Contrato n. 0258/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARLENE SALETE DALPOSSO

CPF: 629.340.669-91

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 31 de julho de 2014

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

Extrato do Contrato N. 0262/14

Extrato do Contrato n. 0262/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SOELI APARECIDA CORRÊA

CPF: 816.717.259-72

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 31 de julho de 2014

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

Extrato do Contrato N. 0265/14

Extrato do Contrato n. 0265/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARGARIDA DE FÁTIMA CORREA

CPF: 056.039.059-99

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 31 de julho de 2014

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

Extrato do Contrato N. 0276/14

Extrato do Contrato n. 0276/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MAGDA APARECIDA DE MORAIS DOS SANTOS

CPF: 944.551.209-04

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 31 de julho de 2014

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

Extrato do Contrato N. 0315/14

Extrato do Contrato n. 0315/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: GISELI MEZAROBIA ASCARI

CPF: 052.599.939-69

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 19 de dezembro de 2014

FUNÇÃO: PROFESSOR – Ensino Fundamental Séries Finais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 30 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.931,92 (um mil, novecentos e trinta e um reais e noventa e dois centavos)

Pregão Presencial Nº 34/2014-PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2014-PMV

REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 34/2014 - PMV. 1. OBJETIVO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇO DE ACESSO A INTERNET BANDA LARGA COM FIBRA ÓPTICA NAS DEPENDÊNCIAS DO QUARTEL DA POLICIA MILITAR E DA POLICIA MILITAR AMBIENTAL 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 15:30 horas do dia 01/04/2013. Abertura da sessão no mesmo dia às 15:30 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026.

Videira/SC, 18 de Março de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Inexigibilidade Nº 04/2014 - FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2014 - FMAS

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2014

PROCESSO Nº 14/2014

HOMOLOGAÇÃO: 31/12/2014

OBJETO: AQUISIÇÕES DE CRÉDITOS DE TRANSPORTE COLETIVO PARA SEREM DISTRIBUIDOS AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE CONVIVÊNCIA; CRIANÇAS, ADOLESCENTES E OU/ FAMILIARES QUE FREQUENTAM O CRAS, CREAS, CASAS LAR, PROGRAMAS E SERVIÇOS DO DEPARTAMENTO E TAMBÉM PARA ESTAGIÁRIOS DO DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL.

CONTRATADO: SANTA TEREZINHA TRANSPORTE E TURISMO S.A.-VIDEIRA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 32.500,00 (trinta e dois mil e quinhentos reais).

FUNDAMENTO: Art. 25, I e atentando também com o Art. 26 da Lei 8.666/93.

Videira - SC, 18 de MARÇO de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato N. 0003/14

Extrato do Contrato n. 0003/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARLI DE LIMA STRAUSS

CPF: 564.413.989-15

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 31 de julho de 2014

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

Extrato do Contrato N. 0013/14

Extrato do Contrato n. 0013/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ALINE TARUHN GHELLER

CPF: 063.889.469-76

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 31 de julho de 2014

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

Extrato do Contrato N. 0018/14

Extrato do Contrato n. 0018/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ZENAIR SPETIT

CPF: 074.912.779-18

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 31 de julho de 2014

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

Extrato do Contrato N. 0023/14

Extrato do Contrato n. 0023/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARIA OLGA ATT

CPF: 753.164.719-20

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 30 de abril de 2014

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

Extrato do Contrato N. 0063/14

Extrato do Contrato n. 0063/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SANDRA NATALI

CPF: 013.982.680-70

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 31 de julho de 2014

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

Extrato do Contrato N. 0075/14

Extrato do Contrato n. 0075/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MALGARETE DE LIMA PINTO

CPF: 642.639.919-15

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 31 de julho de 2014

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

Extrato do Contrato N. 0089/14

Extrato do Contrato n. 0089/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SALETE BONIATTI GRASSI

CPF: 057.256.549-66

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 31 de julho de 2014

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

Extrato do Contrato N. 0095/14

Extrato do Contrato n. 0095/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: EUNICE DA APARECIDA SALES DE QUADROS

CPF: 917.176.209-49

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 31 de julho de 2014

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

Extrato do Contrato N. 0142/14

Extrato do Contrato n. 0142/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: RAFAELA PIMENTEL DA SILVA

CPF: 096.569.679-09

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA BELONI

TEREZINHA RIBEIRO FADANI EM GOZO DE LICENÇA PRÊMIO

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 01 de março de 2014

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

Extrato do Contrato N. 0147/14

Extrato do Contrato n. 0147/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARILA ROSANI ORTH BRIDI

CPF: 767.230.119-53

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA ADELE LUCIA BALDISSERA AFASTADA PARA EXERCER SUAS ATIVIDADES NO SETOR ADMINISTRATIVO

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 31 de julho de 2014

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

Extrato do Contrato N. 0154/14

Extrato do Contrato n. 0154/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ROSANA APARECIDA TESTA DE OLIVEIRA

CPF: 026.442.269-45

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA GLECI TE-REZINHA DA ROSA EM GOZO DE LICENÇA PRÊMIO

VIGÊNCIA: de 04 de fevereiro de 2014 a 03 de maio de 2014

FUNÇÃO: PROFESSOR – Educação Infantil

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.575,90 (dois mil, quinhentos e setenta e cinco reais noventa centavos)

Extrato do Contrato N. 0156/14

Extrato do Contrato n. 0156/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JOSIANE GHELLER

CPF: 064.229.449-69

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA ELIANE

BALDO FANTINEL AFASTADA PARA EXERCER SUAS ATIVIDADES NO SETOR ADMINISTRATIVO

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 19 de dezembro de 2014

FUNÇÃO: PROFESSOR – Educação Infantil

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.575,90 (dois mil, quinhentos e setenta e cinco reais noventa centavos)

Extrato do Contrato N. 0157/14

Extrato do Contrato n. 0157/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: BRUNA MANTOANI

CPF: 064.583.649-46

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 19 de dezembro de 2014

FUNÇÃO: PROFESSOR – Educação Infantil

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.575,90 (dois mil, quinhentos e setenta e cinco reais noventa centavos)

Extrato do Contrato N. 0163/14

Extrato do Contrato n. 0163/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARINÊS DE FÁTIMA PINHEIRO SCAIN

CPF: 701.305.669-34

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA MARIA CLARA KNEBEL DE SIQUEIRA LYRA AFASTADA PARA EXERCER SUAS ATIVIDADES NO SETOR ADMINISTRATIVO

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 19 de dezembro de 2014

FUNÇÃO: PROFESSOR – Educação Infantil

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.575,90 (dois mil, quinhentos e setenta e cinco reais noventa centavos)

Extrato do Contrato N. 0165/14

Extrato do Contrato n. 0165/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: PATRÍCIA GONÇALVES DIAS

CPF: 053.793.379-45

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA GEMANIR FELCKILCKER BETU AFASTADA PARA EXERCER SUAS ATIVIDADES NO SETOR ADMINISTRATIVO

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 19 de dezembro de 2014

FUNÇÃO: PROFESSOR – Educação Infantil

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.575,90 (dois mil, quinhentos e setenta e cinco reais noventa centavos)

Extrato do Contrato N. 0180/14

Extrato do Contrato n. 0180/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MIRIAN LUIZA PELLIN BERTUOL

CPF: 008.623.349-18

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 19 de dezembro de 2014
FUNÇÃO: PROFESSOR – Ensino Fundamental – Séries Iniciais
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 2.575,90 (dois mil, quinhentos e setenta e cinco reais e noventa centavos)

Extrato do Contrato N. 0187/14

Extrato do Contrato n. 0187/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: DANIELLA BISCOLLI RIBEIRO
CPF: 025.724.409-38
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 19 de dezembro de 2014
FUNÇÃO: PROFESSOR – Ensino Fundamental Séries Iniciais
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 2.575,90 (dois mil, quinhentos e setenta e cinco reais noventa centavos)

Extrato do Contrato N. 0195/14

Extrato do Contrato n. 0195/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: SANDRA DE FÁTIMA DE SOUZA
CPF: 649.395.539-49
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA ROSANGELA COMERLATO AFASTADA PARA EXERCER SUAS ATIVIDADES NO SETOR ADMINISTRATIVO
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 19 de dezembro de 2014
FUNÇÃO: PROFESSOR – Ensino Fundamental Séries Iniciais
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 2.575,90 (dois mil, quinhentos e setenta e cinco reais noventa centavos)

Extrato do Contrato N. 0213/14

Extrato do Contrato n. 0213/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: LAIS BONIATTI
CPF: 056.230.009-08
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA CRISTINA MOCCELINI AFASTADA PARA EXERCER SUAS ATIVIDADES NO SETOR ADMINISTRATIVO
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 19 de dezembro de 2014
FUNÇÃO: PROFESSOR – Ensino Fundamental Séries Finais
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 2.575,90 (dois mil, quinhentos e setenta e cinco reais noventa centavos)

Extrato do Contrato N. 0232/14

Extrato do Contrato n. 0232/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MÁRCIA FERREIRA LOSS
CPF: 998.362.979-87
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 19 de dezembro de 2014
FUNÇÃO: PROFESSOR – Artes Ensino Infantil e Fundamental

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 2.575,90 (dois mil, quinhentos e setenta e cinco reais noventa centavos)

Extrato do Contrato N. 0235/14

Extrato do Contrato n. 0235/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: LUCIANE BALESTIERI MOURA
CPF: 944.555.709-34
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 19 de dezembro de 2014
FUNÇÃO: PROFESSOR – Inglês
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 20 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 1.287,95 (um mil, duzentos e oitenta e sete reais e noventa e cinco centavos)

Extrato do Contrato N. 0285/14

Extrato do Contrato n. 0285/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: CÉLIA DONATTI MACEDA
CPF: 758.021.399-00
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 31 de julho de 2014
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

Extrato do Contrato N. 0292/14

Extrato do Contrato n. 0292/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ANDREA SANTOS DE OLIVEIRA
CPF: 989.215.173-91
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA SERIDONIA BENIGNEA ZAGO DIAS EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE
VIGÊNCIA: de 05 de fevereiro de 2014 a 20 de maio de 2014
FUNÇÃO: PROFESSOR – Educação Infantil
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 2.575,90 (dois mil, quinhentos e setenta e cinco reais noventa centavos)

Extrato do Contrato N. 0323/14

Extrato do Contrato n. 0323/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: CLARICE RAMOS DA CUNHA SOARES
CPF: 047.447.619-76
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 12 de fevereiro de 2014 a 31 de julho de 2014
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

Extrato do Contrato N. 0017/14

Extrato do Contrato n. 0017/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: IRIA INES GOULARTE

CPF: 609.460.599-34

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 31 de julho de 2014

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

Extrato do Contrato N. 0021/14

Extrato do Contrato n. 0021/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SALETE BASEI FRANCISCATTO

CPF: 656.155.229-68

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 31 de julho de 2014

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

Extrato do Contrato N. 0022/14

Extrato do Contrato n. 0022/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: DIVANIR APARECIDA FERREIRA

CPF: 034.909.629-58

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 31 de julho de 2014

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

Extrato do Contrato N. 0027/14

Extrato do Contrato n. 0027/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARIA DORVALINA DOMINGUES DE SOUZA

CPF: 036.622.229-57

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 31 de julho de 2014

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

Extrato do Contrato N. 0032/14

Extrato do Contrato n. 0032/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: INES RODRIGUES

CPF: 006.555.589-93

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 31 de julho de 2014

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

Extrato do Contrato N. 0043/14

Extrato do Contrato n. 0043/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARINES GOMES

CPF: 425.749.609-63

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA DAYSE VIVIANE FERREIRA DE DEUS TRENTO AFASTADA PARA EXERCER SUAS ATIVIDADES NO SETOR ADMINISTRATIVO

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 31 de julho de 2014

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

Extrato do Contrato N. 0051/14

Extrato do Contrato n. 0051/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ELIANE ALVES MOREIRA BETIATO

CPF: 032.941.989-73

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 31 de julho de 2014

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

Extrato do Contrato N. 0068/14

Extrato do Contrato n. 0068/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: DAIANA DA SILVA LAIDNES

CPF: 045.773.949-52

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 31 de julho de 2014

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

Extrato do Contrato N. 0069/14

Extrato do Contrato n. 0069/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ISABEL NOEMI ANDRIN

CPF: 048.094.689-25

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 31 de julho de 2014

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

Extrato do Contrato N. 0070/14

Extrato do Contrato n. 0070/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: GRISILDA LIESEMBERG BERGAMO

CPF: 614.116.559-15

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 31 de julho de 2014

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

Extrato do Contrato N. 0085/14

Extrato do Contrato n. 0085/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: CARLA JOSIANI BRESSIANI

CPF: 069.807.739-33

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 31 de julho de 2014

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

Extrato do Contrato N. 0098/14

Extrato do Contrato n. 0098/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: KELLY ANA MUHLBRANDT

CPF: 030.271.069-88

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 31 de julho de 2014

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

Extrato do Contrato N. 0099/14

Extrato do Contrato n. 0099/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MÁRCIA SANGALETI

CPF: 004.566.289-40

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 31 de julho de 2014

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

Extrato do Contrato N. 0101/14

Extrato do Contrato n. 0101/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: KEIDE DAIANE ALVES

CPF: 057.066.219-26

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 31 de julho de 2014

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

Extrato do Contrato N. 0250/14

Extrato do Contrato n. 0250/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: LOIRI DE FÁTIMA DE OLIVEIRA SALGADO

CPF: 020.675.149-46

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 31 de julho de 2014

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

Extrato do Contrato N. 0279/14

Extrato do Contrato n. 0279/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: PRISCILA DAYANA ALVES

CPF: 060.490.299-97

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA ARYANA SCHEYLA TRAGANCIN SOMMER EM GOZO DE FÉRIAS NOS MESES DE FEVEREIRO E MARÇO

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 31 de março de 2014

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

Extrato do Contrato N. 0260/14

Extrato do Contrato n. 0260/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JULIANA PINTO

CPF: 079.789.149-84

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 31 de julho de 2014

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

Extrato do Contrato N. 0324/14

Extrato do Contrato n. 0324/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: LUANA CARVALHO DOS ANJOS

CPF: 006.872.909-02

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 05 de fevereiro de 2014 a 31 de julho de 2014

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

Extrato do Contrato N. 0325/14

Extrato do Contrato n. 0325/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: IVANIR MARIA SILVA EV

CPF: 384.815.109-04

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 a 31 de julho de 2014

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais)

Vitor Meireles**PREFEITURA****Chamada Pública 001/2014**

CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2014

A Prefeitura Municipal de Vitor Meireles, pessoa jurídica de direito público, com sede a Rua Santa Catarina, nº 2.266, Centro, Vitor Meireles – SC, inscrita no CNPJ 79.372.520/0001-85, representada neste ato pelo Prefeito Municipal em exercício LUIZ LÚCIO FOSSA, no uso de suas prerrogativas legais, e considerando o disposto no art. 21 da Lei 11.947/2009, e na RESOLUÇÃO/CD/FNDE Nº 26, DE 17 DE JUNHO DE 2013, vem realizar Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar Rural, destinado ao atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar. Os grupos deverão apresentar documentação para habilitação e Projeto de Venda até o dia 09 de abril de 2014, às 14h00min horas na Secretaria de Administração e Finanças no Departamento de Licitações.

Vitor Meireles, em 19 de março de 2014.

LUIZ LÚCIO FOSSA

Prefeito Municipal em exercício

Extrato de Contrato Nº 009/2014

Extrato do Contrato Nº. 009/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES.

CONTRATADA: INDÚSTRIA MECÂNICA ZOLET LTDA - EPP.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÁQUINA PARA CLASSIFICAÇÃO DE FRUTAS ATRAVÉS DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, PROGRAMA TERRITÓRIOS RURAIS - INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS, CONTRATO DE REPASSE Nº 0370645-00/2011, CONVÊNIO SIAFI Nº 763172..

PRAZO VIGÊNCIA 03/03/2014 a 03/03/2015

VALOR: R\$ 35.100,00 (trinta e cinco mil e cem reais).

Vitor Meireles - SC, 03 de março de 2014.

LUIZ LÚCIO FOSSA

Prefeito Municipal em exercício

Xavantina

PREFEITURA

LRF 1º Bimestre

Município de XAVANTINA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

REO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)	RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
				No Bimestre (b)		Até o Bimestre (c)		
				(b/a)	% (c/a)			
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) RECEITAS CORRENTES RECEITA TRIBUTÁRIA IMPOSTOS TAXAS RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA RECETA PATRIMONIAL RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES RECETA DE SERVIÇOS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS Transf. de Conv. OUTRAS RECEITAS CORRENTES Multas e Juros de Mora INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES RECEITA DA DIVIDATIVA RECEITAS DIVERSAS RECEITAS DE CAPITAL ALIENAÇÃO DE BENS ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	16.586.160,00	16.586.160,00	2.769.141,69	16,70	2.769.141,69	16,70	13.817.018,31	
	15.866.560,00	15.866.560,00	2.714.541,69	17,11	2.714.541,69	17,11	13.152.018,31	
	831.000,00	831.000,00	145.131,70	17,46	145.131,70	17,46	685.868,30	
	761.000,00	761.000,00	116.508,03	15,31	116.508,03	15,31	644.491,97	
	70.000,00	70.000,00	28.623,67	40,89	28.623,67	40,89	41.376,33	
	62.000,00	62.000,00	9.447,85	15,24	9.447,85	15,24	52.552,15	
	62.000,00	62.000,00	9.447,85	15,24	9.447,85	15,24	52.552,15	
	78.000,00	78.000,00	19.524,18	25,03	19.524,18	25,03	58.475,82	
	70.000,00	70.000,00	17.716,09	25,31	17.716,09	25,31	52.283,91	
	8.000,00	8.000,00	1.808,09	22,60	1.808,09	22,60	6.191,91	
	68.000,00	68.000,00	11.628,18	17,10	11.628,18	17,10	56.371,82	
	14.771.560,00	14.771.560,00	2.509.562,81	16,99	2.509.562,81	16,99	12.261.997,19	
	14.618.560,00	14.618.560,00	2.506.740,91	17,15	2.506.740,91	17,15	12.111.819,09	
	153.000,00	153.000,00	2.821,90	1,84	2.821,90	1,84	150.178,10	
	56.000,00	56.000,00	19.246,97	34,37	19.246,97	34,37	36.753,03	
	6.000,00	6.000,00	705,13	11,75	705,13	11,75	5.294,87	
	0,00	0,00	9.754,15	0,00	9.754,15	0,00	-9.754,15	
	40.000,00	40.000,00	7.332,44	18,33	7.332,44	18,33	32.667,56	
	10.000,00	10.000,00	1.455,25	14,55	1.455,25	14,55	8.544,75	
	719.600,00	719.600,00	54.600,00	7,59	54.600,00	7,59	665.000,00	
	310.000,00	310.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	310.000,00	
	310.000,00	310.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	310.000,00	
	409.600,00	409.600,00	54.600,00	13,33	54.600,00	13,33	355.000,00	
	409.600,00	409.600,00	54.600,00	13,33	54.600,00	13,33	355.000,00	
	—	—	—	—	—	—	—	
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	16.586.160,00	16.586.160,00	2.769.141,69	16,70	2.769.141,69	16,70	13.817.018,31	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Continua 1/3



Continuação 2/3

Município de XAVANTINA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual						
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEFICIT (VI)						
TOTAL (VII) = (V + VI)	16.586.160,00	16.586.160,00	2.769.141,69	16,70	2.769.141,69	13.817.018,31
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)		25.703,31				
Superávit Financeiro		25.703,31				
Reabertura de Créditos Adicionais		0,00				

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	16.988.160,00	1.195.703,31	18.183.863,31	6.051.377,78	6.051.377,78	2.292.704,51	2.292.704,51	15.891.158,80
DESPESAS CORRENTES	14.485.260,00	145.703,31	14.630.963,31	5.831.119,83	5.831.119,83	2.189.722,37	2.189.722,37	12.441.240,94
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.194.000,00	0,00	6.194.000,00	1.050.999,50	1.050.999,50	960.551,25	960.551,25	5.233.448,75
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	10.000,00	0,00	10.000,00	5.000,00	5.000,00	956,35	956,35	9.043,65
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.281.260,00	145.703,31	8.426.963,31	4.775.120,33	4.775.120,33	1.228.214,77	1.228.214,77	7.198.748,54
DESPESAS DE CAPITAL	2.487.900,00	1.050.000,00	3.537.900,00	220.257,95	220.257,95	102.982,14	102.982,14	3.434.917,86
INVESTIMENTOS	2.387.900,00	1.050.000,00	3.437.900,00	131.368,82	131.368,82	89.648,82	89.648,82	3.348.251,18
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	100.000,00	0,00	100.000,00	88.889,13	88.889,13	13.333,32	13.333,32	86.666,68
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	15.000,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	16.988.160,00	1.195.703,31	18.183.863,31	6.051.377,78	6.051.377,78	2.292.704,51	2.292.704,51	15.891.158,80
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de XAVANTINA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	16.988.160,00	1.195.703,31	18.183.863,31	6.051.377,78	6.051.377,78	2.292.704,51	2.292.704,51	12,61
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	476.437,18	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	16.988.160,00	1.195.703,31	18.183.863,31	6.051.377,78	6.051.377,78	2.292.704,51	2.769.141,69	12,61

FONTE:

Município de XAVANTINA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00				
RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	768.200,00	768.200,00	117.081,70	15,24
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	200.000,00	200.000,00	457,97	0,23
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	97.000,00	97.000,00	9.120,00	9,40
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	260.000,00	260.000,00	92.605,49	35,62
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	204.000,00	204.000,00	14.324,57	7,02
Dívida Ativa dos Impostos	6.000,00	6.000,00	523,85	8,73
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	1.200,00	1.200,00	49,82	4,15
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	14.936.000,00	14.936.000,00	2.572.484,65	17,22
Cota-Parte FPM	6.300.000,00	6.300.000,00	1.230.024,26	19,52
Cota-Parte ITR	1.000,00	1.000,00	5,00	0,50
Cota-Parte IPVA	380.000,00	380.000,00	51.575,97	13,57
Cota-Parte ICMS	8.100.000,00	8.100.000,00	1.266.703,66	15,64
Cota-Parte IPI-Exportação	115.000,00	115.000,00	18.796,24	16,34
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	40.000,00	40.000,00	5.379,52	13,45
Desoneração ICMS (LC 87/96)	40.000,00	40.000,00	5.379,52	13,45
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	15.704.200,00	15.704.200,00	2.689.566,35	17,13
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE				
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)				
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100
			Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	2.991.000,00	2.991.000,00	1.169.895,72	39,11
Pessoal e Encargos Sociais	1.653.000,00	1.653.000,00	272.885,52	16,51
Outras Despesas Correntes	1.338.000,00	1.338.000,00	897.010,20	67,04
DESPESAS DE CAPITAL	158.000,00	158.000,00	7.732,00	4,89
Investimentos	158.000,00	158.000,00	7.732,00	4,89

Continua 1/4



Continuação 2/4

Município de XAVANTINA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	158.000,00	158.000,00	7.732,00	4,89	1.438,00	0,91
Investimentos	158.000,00	158.000,00	7.732,00	4,89	1.438,00	0,91
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	3.149.000,00	3.149.000,00	1.177.627,72	37,40	459.838,99	14,60
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/V)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/Vg)x100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVER:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	776.000,00	776.000,00	120.225,56	10,21	84.698,98	10,77
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	776.000,00	776.000,00	120.225,56	10,21	84.698,98	10,77
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	776.000,00	776.000,00	120.225,56	10,21	84.698,98	10,77
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	2.373.000,00	2.373.000,00	1.057.402,16	27,19	375.140,01	15,60
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						13,95
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI - (15 x IIIb)/100]³						-28.294,94

Continua 2/4

Município de XAVANTINA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA								
Inscritos em 2013		0,00	0,00	1.026,64	-1.026,64	0,00		0,00
TOTAL		0,00	0,00	1.026,64	-1.026,64	0,00		0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º								
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013	SALDO INICIAL		DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)		SALDO FINAL (NÃO APLICADO)			
	0,00		0,00		0,00			
	0,00		0,00		0,00			
TOTAL (VIII)								
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTÍCULOS 25 E 26								
	SALDO INICIAL		DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)		SALDO FINAL (NÃO APLICADO)			
	-		-		-			
	-		-		-			
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100		
	2.588.000,00	2.588.000,00	673.627,72	57,20	335.838,99	73,03		
	546.000,00	546.000,00	504.000,00	42,80	124.000,00	26,97		
	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL	3.149.000,00	3.149.000,00	1.177.627,72		100,00		459.838,99	
							100,00	

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula [V/(h+i) - (15 x IIIb)/100]

Continua 3/4

Município de XAVANTINA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 4/4

Município de XAVANTINA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")											R\$ 1,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)		
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	16.988.160,00	18.183.863,31	6.051.377,78	6.051.377,78	2.292.704,51	2.292.704,51	100,00	12,61	15.891.158,80		
	Legislativa	700.000,00	92.778,02	92.778,02	57.197,75	57.197,75	2,49	8,17	642.802,25		
	Ação Legislativa	700.000,00	92.778,02	92.778,02	57.197,75	57.197,75	2,49	8,17	642.802,25		
	Administração	1.834.300,00	698.171,03	698.171,03	252.505,86	252.505,86	11,01	13,77	1.581.794,14		
	Administração Geral	1.834.300,00	698.171,03	698.171,03	252.505,86	252.505,86	11,01	13,77	1.581.794,14		
	Assistência Social	706.860,00	852.563,31	87.252,67	87.252,67	33.968,04	33.968,04	1,48	3,98	818.595,27	
	Assistência ao Idoso	162.000,00	302.514,65	18.144,92	18.144,92	4.696,21	4.696,21	0,20	1,55	297.818,44	
	Assistência à Criança e ao Adolescente	194.000,00	194.000,00	40.608,34	40.608,34	13.072,43	13.072,43	0,57	6,74	180.927,57	
	Assistência Comunitária	350.860,00	356.048,66	28.499,41	28.499,41	16.199,40	16.199,40	0,71	4,55	339.849,26	
	Saúde	3.891.600,00	3.891.600,00	1.258.376,12	1.258.376,12	479.916,67	479.916,67	20,93	12,33	3.411.683,33	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	3.330.600,00	3.330.600,00	754.376,12	754.376,12	355.916,67	355.916,67	15,52	10,69	2.974.683,33		
	Atenção Básica	3.330.600,00	754.376,12	754.376,12	355.916,67	355.916,67	15,52	10,69	2.974.683,33		
	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	546.000,00	504.000,00	504.000,00	124.000,00	124.000,00	5,41	22,71	422.000,00		
	Vigilância Sanitária	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00		
	Educação	2.735.900,00	2.735.900,00	1.404.525,18	1.404.525,18	278.031,94	278.031,94	12,13	10,16	2.457.868,06	
	Ensino Fundamental	2.134.000,00	2.134.000,00	1.152.872,51	1.152.872,51	240.996,50	240.996,50	10,51	11,29	1.893.003,50	
	Ensino Médio	88.000,00	88.000,00	88.000,00	88.000,00	0,00	0,00	0,00	88.000,00		
	Ensino Superior	110.000,00	110.000,00	98.852,00	98.852,00	0,00	0,00	0,00	110.000,00		
	Educação Infantil	387.900,00	387.900,00	64.800,67	64.800,67	37.035,44	37.035,44	1,62	9,55	350.864,56	
	Educação de Jovens e Adultos	11.000,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00		
Educação Especial	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00		
	Cultura	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00		
	Diffusão Cultural	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00		
	Urbanismo	457.142,40	457.142,40	341.005,99	341.005,99	53.367,21	53.367,21	2,33	11,67	403.775,19	
	Infra-Estrutura Urbana	107.000,00	107.000,00	10.800,00	10.800,00	0,00	0,00	0,00	107.000,00		
	Serviços Urbanos	350.142,40	350.142,40	330.205,99	330.205,99	53.367,21	53.367,21	2,33	15,24	296.775,19	
	Agricultura	1.921.357,60	1.921.357,60	770.332,64	770.332,64	392.982,91	392.982,91	17,14	20,45	1.528.374,69	
	Extensão Rural	1.921.357,60	1.921.357,60	770.332,64	770.332,64	392.982,91	392.982,91	17,14	20,45	1.528.374,69	
	Indústria	465.000,00	465.000,00	1.634,54	1.634,54	1.634,54	1.634,54	0,07	0,35	463.365,46	
	Promoção Industrial	465.000,00	465.000,00	1.634,54	1.634,54	1.634,54	1.634,54	0,07	0,35	463.365,46	
Transporte	3.350.000,00	4.400.000,00	967.231,08	967.231,08	607.224,48	607.224,48	26,49	13,80	3.792.775,52		
	Transporte Rodoviário	3.350.000,00	4.400.000,00	967.231,08	967.231,08	607.224,48	607.224,48	26,49	13,80	3.792.775,52	

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de XAVANTINA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	16.988.160,00	18.183.863,31	6.051.377,78	6.051.377,78	2.292.704,51	2.292.704,51	100,00	12,61
Desporto e Lazer	268.000,00	268.000,00	118.502,30	118.502,30	87.269,09	87.269,09	3,81	32,56
Desporto Comunitário	188.000,00	188.000,00	50.195,84	50.195,84	18.962,63	18.962,63	0,83	10,09
Lazer	80.000,00	80.000,00	68.306,46	68.306,46	68.306,46	68.306,46	2,98	85,38
Encargos Especiais	628.000,00	628.000,00	311.568,21	311.568,21	48.606,02	48.606,02	2,12	7,74
Serviço da Dívida Interna	110.000,00	110.000,00	93.889,13	93.889,13	14.289,67	14.289,67	0,62	12,99
Outros Encargos Especiais	518.000,00	518.000,00	217.679,08	217.679,08	34.316,35	34.316,35	1,50	6,62
TOTAL (III) = (I + II)	16.988.160,00	18.183.863,31	6.051.377,78	6.051.377,78	2.292.704,51	2.292.704,51	100,00	12,61

FONTE:

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. E apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	769.000,00	769.000,00	117.081,70	117.081,70	15,23
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	208.000,00	208.000,00	1.031,64	1.031,64	0,50
1.1.1- IPTU	200.000,00	200.000,00	457,97	457,97	0,23
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	6.000,00	6.000,00	523,85	523,85	8,73
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	2.000,00	2.000,00	49,82	49,82	2,49
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	97.000,00	97.000,00	9.120,00	9.120,00	9,40
1.2.1- ITBI	97.000,00	97.000,00	9.120,00	9.120,00	9,40
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	260.000,00	260.000,00	92.605,49	92.605,49	35,62
1.3.1- ISS	260.000,00	260.000,00	92.605,49	92.605,49	35,62
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	204.000,00	204.000,00	14.324,57	14.324,57	7,02
1.4.1- IRRF	204.000,00	204.000,00	14.324,57	14.324,57	7,02
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	14.936.000,00	14.936.000,00	2.572.484,65	2.572.484,65	17,22
2.1- Cota-Parte FPM	6.300.000,00	6.300.000,00	1.230.024,26	1.230.024,26	19,52
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.300.000,00	6.300.000,00	1.230.024,26	1.230.024,26	19,52
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	8.100.000,00	8.100.000,00	1.266.703,66	1.266.703,66	15,64
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	40.000,00	40.000,00	5.379,52	5.379,52	13,45
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	115.000,00	115.000,00	18.796,24	18.796,24	16,34
2.5- Cota-Parte ITR	1.000,00	1.000,00	5,00	5,00	0,50
2.6- Cota-Parte IPVA	380.000,00	380.000,00	51.575,97	51.575,97	13,57
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	15.705.000,00	15.705.000,00	2.689.566,35	2.689.566,35	17,13
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.1- Transferências do Salário-Educação	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.2- Transferências Diretas - PDDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	135.000,00	135.000,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	135.000,00	135.000,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	259.000,00	259.000,00	21.090,59	21.090,59	8,14
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	394.000,00	394.000,00	21.090,59	21.090,59	5,35
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.987.200,00	2.987.200,00	514.496,53	514.496,53	17,22
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.260.000,00	1.260.000,00	246.004,78	246.004,78	19,52
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.620.000,00	1.620.000,00	253.340,56	253.340,56	15,64
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	8.000,00	8.000,00	1.075,90	1.075,90	13,45
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	23.000,00	23.000,00	3.759,25	3.759,25	16,34
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	200,00	200,00	1,00	1,00	0,50
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	76.000,00	76.000,00	10.315,04	10.315,04	13,57
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.107.000,00	1.107.000,00	194.224,67	194.224,67	17,55
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.107.000,00	1.107.000,00	194.224,67	194.224,67	17,55
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-1.880.200,00	-1.880.200,00	-320.271,86	-320.271,86	17,03
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	896.000,00	896.000,00	127.547,11	127.547,11	14,24
13.1- Com Educação Infantil	181.000,00	181.000,00	17.890,13	17.890,13	9,88
13.2- Com Ensino Fundamental	715.000,00	715.000,00	109.656,98	109.656,98	15,34
14- OUTRAS DESPESAS	211.000,00	211.000,00	0,00	0,00	0,00
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	211.000,00	211.000,00	0,00	0,00	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.107.000,00	1.107.000,00	127.547,11	127.547,11	11,52
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					127.547,11
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério' (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					65,67
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					0,00
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					34,33
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					816,68
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 *					0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 31)*	3.926.250,00	3.926.250,00	672.391,59	672.391,59	17,13
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	331.000,00	331.000,00	37.035,44	37.035,44	11,19
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	331.000,00	331.000,00	37.035,43	37.035,43	11,19
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	181.000,00	181.000,00	17.890,13	17.890,13	9,88
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	150.000,00	150.000,00	19.145,30	19.145,30	12,76
24- ENSINO FUNDAMENTAL	1.796.000,00	1.796.000,00	240.202,01	240.202,01	13,37
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	926.000,00	926.000,00	109.656,98	109.656,98	11,84
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	870.000,00	870.000,00	130.545,03	130.545,03	15,01
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	2.127.000,00	2.127.000,00	277.237,45	277.237,45	13,03
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-320.271,86
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					—
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO*					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-320.271,86
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					597.509,31
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDEs ((38) / (3) x 100) %					22,22
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	348.000,00	348.000,00	794,49	794,49	0,23
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	348.000,00	348.000,00	794,49	794,49	0,23
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	2.475.000,00	2.475.000,00	278.031,94	278.031,94	11,23

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2014/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	816,68	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	194.224,67	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	110.345,63	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	110.345,63	0,00
49.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	84.695,72	0,00

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 816,68, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

CÂMARA MUNICIPAL**Portaria 002/2014**

PORTARIA nº 002/2014

"DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE COMISSÃO ESPECIAL".

EUGENIO JOÃO COMIN, Presidente da Câmara de Vereadores de Xavantina, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 19, inciso I, alínea 'd', c/c artigo 60, caput e §1º, do Regimento Interno,

CONSIDERANDO o fato do Prefeito Municipal ter realizado viagem para a China sob o argumento de fechamento de contratos benéficos ao município, sendo que a tal viagem não foi autorizada pela Câmara de Vereadores e que, até o presente momento, após meses do retorno, não foram recebidas pelos vereadores quaisquer informações sobre os contratos e acordos comerciais supostamente fechados, somado ao fato de que as despesas com a tal viagem estarem empenhadas no orçamento da municipalidade quando deveriam ter sido custeadas pelo próprio Prefeito Municipal;

CONSIDERANDO que se trata de assunto de relevante importância e que pode ensejar a abertura de comissão de inquérito, cuja decisão de instaurá-la deverá ser tomada pela Câmara de Vereadores em caso de indícios de irregularidades;

RESOLVE:

Artigo 1º. Nomear a Comissão Especial com a finalidade de levantar informações e dados sobre o assunto de relevante importância acima narrado, de modo a auxiliar os vereadores sobre a decisão de instaurar Comissão de Inquérito;

Artigo 2º. Ficam designados os seguintes componentes:

HELIO DOMINGOS SORDI - Presidente
CLAUDI BABINSKI - Relator
NERI FALIGURSKI - Membro

Artigo 3º. Na ausência do Presidente, um dos membros assumirá as suas funções.

Artigo 4º. A Comissão será convocada com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas pelo seu Presidente para o comparecimento às reuniões.

Artigo 5º. O prazo dos trabalhos da Comissão será de 90 (noventa) dias, prorrogável por igual período diante de pedido fundamentado.

Artigo 6º. A presente Portaria entra em vigor na data da sua publicação junto ao Edital da Câmara de Vereadores de Xavantina (SC).

Xavantina (SC), 17 de março de 2014.
EUGÊNIO JOÃO COMIN
Presidente da Câmara de Vereadores

Portaria 003/2014

PORTARIA nº 003/2014

"DISPÕE SOBRE A IMPETRAÇÃO DE MANDADO DE SEGURANÇA".

EUGENIO JOÃO COMIN, Presidente da Câmara de Vereadores de Xavantina, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 19, inciso I, alínea 'e', e inciso IV, alínea 'c', do Regimento Interno,

CONSIDERANDO que oficiado o Prefeito Municipal sobre o ato de promulgação da Lei Ordinária Municipal nº 1.333, em data de 18/11/2013, e que até o presente momento não se teve notícia de sua publicação pelo Poder Executivo;

CONSIDERANDO que observa-se nos diários oficiais da municipalidade, que a Lei Ordinária Municipal 1.333/2013 simplesmente foi "pulada" na ordem de publicação, sendo publicadas as Leis 1.330, 1.331, 1.332 e a Lei 1.334, não havendo menção à Lei Municipal n. 1.333;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal em seu artigo 84, IV, dispõe que "compete privativamente ao Presidente da República sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução";

CONSIDERANDO que a Constituição do Estado de Santa Catarina em seu artigo 71, III, dispõe que "são atribuições privativas do Governador do Estado sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução";

CONSIDERANDO que pelo PRINCÍPIO DA SIMETRIA, mesmo que haja previsão diversa na Lei Orgânica Municipal, esta estará automaticamente revogada, pois deve respeito às Normas Constitucionais, hierarquicamente superiores;

CONSIDERANDO que dispõe o artigo 11, inciso II, da Lei 8.429/92, que "constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício";

CONSIDERANDO que o Decreto-Lei 201/67, em seu artigo 4º, IV, dispõe que "são infrações político-administrativas dos Prefeitos Municipais sujeitas ao julgamento pela Câmara dos Vereadores e sancionadas com a cassação do mandato retardar a publicação ou deixar de publicar as leis e atos sujeitos a essa formalidade";

RESOLVE:

Artigo 1º. Ingressar com mandado de segurança em nome da Câmara de Vereadores de Xavantina contra o ato coator omissivo praticado pelo Prefeito Municipal, de modo a determiná-lo judicialmente a proceder à publicação da Lei 1.333, de 2013, além de oficiar o Ministério Público sobre a infração administrativa e do ato de improbidade cometido;

Artigo 2º. A presente Portaria, após devidamente aprovada em Plenário, entra em vigor na data da sua publicação junto ao Edital da Câmara de Vereadores de Xavantina.

Xavantina (SC), 17 de março de 2014.
EUGÊNIO JOÃO COMIN
Presidente da Câmara de Vereadores

Xaxim

PREFEITURA

Aviso de Pregão 039/2014 - Social

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE XAXIM

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 039/2014 PROCESSO LICITATÓRIO N. 070/2014

O MUNICIPIO DE XAXIM - SC através do seu prefeito municipal COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Edital Pregão Presencial n. 039/2014, até às 08h45min do dia 01 de ABRIL de 2014, e farão abertura das mesmas às 09h00min do mesmo dia. Constitui-se objeto da presente licitação a aquisição parcelada de gêneros alimentícios fracionados e embalados em filme plástico, destinados aos atendimentos de concessão de benefícios da Secretaria de Assistência Social conforme especificações constantes neste Edital e seus anexos., tipo menor preço GLOBAL, conforme dispõem as Leis n. 8.666/93 consolidada, Lei Federal 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, e no que couber a legislação aplicável. O Edital e seus anexos poderão ser retirados no site www.xaxim.sc.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira, ou ainda pelo telefone 49 – 3353-8213.

Xaxim - SC, 13 de março de 2014.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Pregão 040/2014 PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE XAXIM

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 040/2014 PROCESSO LICITATÓRIO N. 071/2014

O MUNICIPIO DE XAXIM - SC através do seu prefeito municipal COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Edital Pregão Presencial n. 040/2014, até às 13h45min do dia 01 de ABRIL de 2014, e farão abertura das mesmas às 14h00min do mesmo dia. A presente licitação tem por objetivo a Contratação Empresa para prestar serviço de quilômetros rodados de Ônibus e Micro-ônibus, destinados ao transporte de atletas que representarão o município em competições e eventos oficiais em nível, microrregional, regional e estadual e até em outros estados, conforme especificações constantes no Edital e seus anexos, tipo menor preço POR ITEM, conforme dispõem as Leis n. 8.666/93 consolidada, Lei Federal 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, e no que couber a legislação aplicável. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site www.xaxim.sc.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira, ou ainda pelo telefone 49 – 3353-8213.

Xaxim - SC, 13 de março de 2014.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Aviso de Pregão 041/2014 Saúde

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE XAXIM

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 041/2014

PROCESSO LICITATÓRIO N. 075/2014

FUNDO MUNIC. DE SAÚDE

O MUNICIPIO DE XAXIM - SC através do seu prefeito municipal COMUNICA que estará realizando licitação na modalidade Pregão Presencial sob o n. 041/2014, com protocolo dos envelopes até às 08h30min do dia 02 de abril de 2014, e farão abertura das mesmas às 09h00min do mesmo dia. Constitui-se objeto da presente licitação, a contratação de empresa para fornecimento de Equipamento refrigerado para armazenamento de vacinas, destinado a manutenção das atividades realizadas pelo setor responsável do Posto de Saúde central através do Convênio TFVS, conforme Termo de Referência anexo ao este edital., tipo menor preço Global, conforme dispõem as Leis n. 8.666/93 consolidada, Lei Federal 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, e no que couber a legislação aplicável. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site www.xaxim.sc.gov.br maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira, ou ainda pelo telefone 49 – 3353-8213.

Xaxim - SC, 18 de março de 2014.

Idacir Antônio Orso

Prefeito Municipal

Aviso de Pregão 042 - Social

MUNICIPIO DE XAXIM

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N. 076/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 042/2014

O MUNICIPIO DE XAXIM, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Edital Pregão Presencial n. 042/2014, até às 08h45min horas do dia 31 de março de 2014, e farão abertura das mesmas às 09h00min horas do mesmo dia. Constitui-se objeto da presente licitação a aquisição parcelada de materiais de expediente, consumo, limpeza e higiene pessoal, destinados aos diversos departamentos da Secretaria de Assistência Social, tipo menor preço por item, de acordo com as regras do Edital, conforme dispõe as Leis n. 8.666/93 consolidada, Lei 10.520/2002 e Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, e no que couber a legislação aplicável. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site www.xaxim.sc.gov.br maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Xaxim - SC, 18 de março de 2014.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Aviso de Suspensão de Pregão 032/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE XAXIM

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 032/2014

PROCESSO LICITATÓRIO N. 059/2014

O MUNICÍPIO DE XAXIM - SC através do seu prefeito municipal COMUNICA que está suspensa temporariamente a referida licitação. Maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira, ou ainda pelo telefone 49 – 3353-8213.

Xaxim - SC, 18 de março de 2014.

Idacir Antônio Orso

Prefeito Municipal

Associações

AMMVI

Julgamento dos Recursos Administrativos Contra Decisão da Comissão de Licitações Que Julgou As Propostas

LICITAÇÃO nº 02/2014 – CONVITE

JULGAMENTO DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS CONTRA DECISÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES QUE JULGOU AS PROPOSTAS:

Recorrentes: ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA e ESPECIAIS SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELI.

Diante da análise dos recursos administrativos e dos autos da licitação, em especial pelas razões de mérito e de direito apontadas na impugnação aos recursos, homologo a decisão da Comissão de Licitações em relação à desclassificação da proposta da empresa ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, frente ao desatendimento da exigência prevista nos itens 3.2 e 3.3, "h" e "i", c/c item 5.3.1, "a", do Instrumento Convocatório, bem como em relação a classificação da proposta da empresa FERNANDO FERNANDES – ME, frente ao estabelecido no item 5.5 do Instrumento Convocatório, ratificando esta licitante como vencedora do certame em epígrafe.

Desta forma, conheço dos recursos administrativos apresentados pelas Recorrentes acima identificadas e, no mérito, nego-lhes provimento determinando-se a intimação dos licitantes e o prosseguimento regular do certame (adjudicação do objeto e homologação do certame).

P.R.I.

Blumenau (SC), 11 de Março de 2014.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Presidente da AMMVI

JOSÉ RAFAEL CORREA

Secretário Executivo

Termo de Adjudicação

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

LICITAÇÃO nº 02/2014

Através do presente termo, fica adjudicado o objeto constante do Processo Licitatório nº 01/2014 para empresa Fernando Fagundes ME – CNPJ nº 19.276.809/0001-79, consoante ata de julgamento da Comissão de Licitações.

Blumenau, SC, 12 de Março de 2014.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS

Presidente da AMMVI

JOSE RAFAEL CORREA

Secretário Executivo

Termo de Homologação

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

LICITAÇÃO nº 02/2014

Tendo em vista a decisão proferida pela Comissão Permanente de Licitação, designada através da Resolução nº 01/14, e Termo de Adjudicação,

Homologo,

Nesta data, a referida decisão, considerando vencedora da licitação, objeto do Convite nº 02/2014, a licitante Fernando Fagundes ME – CNPJ nº 19.276.809/0001-79 – com o valor mensal individual de R\$ 1.920,35 e valor mensal global de R\$ 3.840,70.

Blumenau, SC, 12 de Março de 2014.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS

Presidente da AMMVI

JOSE RAFAEL CORREA

Secretário Executivo

Publicação Oficial dos Atos da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – Ammvi:

PUBLICAÇÃO OFICIAL DOS ATOS DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAI – AMMVI:

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº DL 05/2014

CONTRATADO: COMPETI, inscrita no CNPJ 16.708.673/0001-30.

OBJETO: Prestação de serviços para apresentação de pesquisa sobre custos do lixo reciclável aos municípios da AMMVI e análise dos custos de operação da usina de Biometização de resíduos sólidos urbanos.

VALOR: R\$ 70,00 (setenta reais) por hora de serviço prestado estimando-se em 90 (noventa) horas o tempo necessário para os serviços com pagamento após a apresentação do trabalho final e até o quinto dia útil após a apresentação de Nota Fiscal de Prestação de Serviços.

DATA DE ASSINATURA: 07/03/2014.

BASE LEGAL: Lei no 8.666, de 21/06/93.

EGEM

Edital Nº 18.2014 - Chamamento - Oficina Prática Sobre Acolhimento Institucional

EDITAL Nº 18/2014

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO

OFICINA PRÁTICA SOBRE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

1. OBJETIVO DO CURSO

* Compreender as diferentes modalidades de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes



* Aprofundar a operacionalização dos serviços de acolhimento institucional – abrigo, casa-lar - com ênfase para a convivência familiar e comunitária.

* Discutir a possibilidade da constituição dos consórcios intermunicipais do serviço de acolhimento institucional.

2. PÚBLICO-ALVO

Trabalhadores e Coordenadores dos abrigos institucionais e casa-lar

Secretários Municipais de Assistência Social

Trabalhadores do SUAS responsáveis pelos serviços da alta complexidade nos municípios

Conselheiros tutelares e de direitos

Conselheiros de Assistência Social

Técnicos do judiciário, Técnicos do Ministério Público e demais interessados..

3. CALENDÁRIO

QUADRO I

Cidade/Local	Itá/SC ITÁ PARK HOTEL Rodovia Pedro Paludo, s/n - Lago Azul 89760 -000 – ITÁ - SC
Período das inscrições	20/03 a 12/05/2014
Vencimento do boleto de cobrança	12/05/2014
Homologação das inscrições	16/05/2014
Período de realização	27/05 a 27/06/2014 Verificar cronograma completo na página do curso: www.egem.org.br
Horário das aulas	8h30 às 12h30 – matutino (m) 13h30 às 17h30 – vespertino (v)
Carga horária total	45 h/a
Quantidade de vagas	60 vagas

QUADRO II

Cidade/Local	Florianópolis/SC Local a definir (acompanhe no site da EGEM a divulgação do local de realização)
Período das inscrições	20/03 a 10/07/2014
Vencimento do boleto de cobrança	10/07/2014
Homologação das inscrições	15/07/2014
Período de realização	24/07 a 21/08/2014 Verificar cronograma completo na página do curso: www.egem.org.br
Horário das aulas	8h30 às 12h30 – matutino (m) 13h30 às 17h30 – vespertino (v)
Carga horária total	45 h/a
Quantidade de vagas	60 vagas

4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES

QUADRO I – Dos Valores

Tipo de inscrição - PARCELA ÚNICA	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM	R\$ 500,00
Demais participantes	R\$ 750,00

Tipo de inscrição – PARCELAMENTO – 02 PARCELAS	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM	R\$ 250,00
Demais participantes	R\$ 375,00

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Caso a opção seja pelo parcelamento, o sistema gerará apenas a primeira parcela, a segunda parcela será encaminhada após a homologação e confirmação de participação.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua Santos Saraiva, 1546. Estreito - Florianópolis/SC – CEP 88070-101 - Telefone: 48 3221-8800 – Dados bancários: Banco do Brasil – Agência 5255-8 – Conta corrente 890742-0.

Nota Fiscal: A nota fiscal é gerada com a data de emissão do pagamento ou do primeiro dia do curso. As notas fiscais das inscrições pagas antecipadamente ou no vencimento são encaminhadas via Correios, imediatamente após o pagamento. As homologações efetuadas através da cópia da nota de empenho terão a nota fiscal emitida e enviada pelos Correios, juntamente com o certificado de participação emitido pela EGEM, para o endereço constante no cadastro informado no momento da inscrição no campo: "Dados para a emissão da nota fiscal".

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

5. Direitos de imagem

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

6. PROGRAMAÇÃO

Cronograma – Edição Florianópolis

MÓDULO I - AS MODALIDADES E OS PRINCÍPIOS DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL E A ARTICULAÇÃO INTERSETORIAL

Carga horária: 15h/a

24/07/2014 – 8h30 às 17h30

25/07/2014 – 8h30 às 12h

Docente: Janice Merigo

Conteúdo Programático:

Tipificação Nacional Dos Serviços Socioassistenciais

Proteção Social Especial De Alta Complexidade

As Modalidades De Serviços De Acolhimento Institucional Para Crianças E Adolescentes

Abrigo Institucional: definição, público-alvo, características, aspectos físicos e recursos humanos e infra-estrutura

Casa-lar: definição, público-alvo, características, aspectos físicos e recursos humanos e infra-estrutura

O reordenamento do Acolhimento Institucional

Princípios do Acolhimento Institucional:

Excepcionalidade E Provisoriedade Do Afastamento Do Convívio Familiar

Preservação E Fortalecimento Dos Vínculos Familiares E Comunitários

Oferta De Atendimento personalizado E Individualizado

Garantia de Liberdade de Crença e Religião

Respeito A Autonomia Da Criança E Do Adolescente

Articulação no âmbito do SUAS: CRAS, CREAS e Equipe de supervisão e apoio

Articulação com o SUS

Articulação com a Educação

Articulação com outras Políticas Públicas

Articulação com o Sistema de Garantia de Direitos

MÓDULO II - PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E O PLANO DE ATENDIMENTO INDIVIDUAL E FAMILIAR

Carga horária: 20h/a

07/08/2014 – 8h30 às 17h30

08/08/2014 – 8h30 às 17h30

Docente: Isabel Penteado

Conteúdo Programático

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

O significado do Projeto Político Pedagógico - PPP

Ítems que compõem o PPP

Apresentação

Valores

Justificativa

Organização do Serviço

Organograma do quadro de pessoal

Atividades Psicossociais

Fluxo de atendimento e articulação com os demais serviços

Fortalecimento da autonomia da criança

Monitoramento e avaliação do atendimento

Regras de convivência

Conteúdos que contribuem para a elaboração do PPP

Momento da chegada da criança no acolhimento

Não desmembramento de grupos com vínculos de parentesco

Organização de registros sobre a história de vida

Definição e valorização do educador

Relação do serviço com a família de origem

Preservação e fortalecimento da convivência familiar

Fortalecimento da autonomia

Desligamento gradativo

PLANO DE ATENDIMENTO INDIVIDUAL E FAMILIAR - PIA

Significado do Plano de Atendimento

Aspectos que devem constar no Plano de Atendimento

Metodologia de elaboração do Plano de Atendimento

MÓDULO III - HISTÓRIA DE VIDA DA CRIANÇA E OU ADOLESCENTE

Carga horária: 10h/a

21/08/2014 – 8h30 às 17h30

Docente: Isabel Penteado

Conteúdo Programático

4. Montar o álbum da história de vida

5. Atividades para a elaboração do álbum

6. Parâmetros para um bom álbum

* O que registrar

* Estética do álbum

* Organização

4. Mitos e medos

5. Magia das fotos

6. Para além do álbum

7. DOCENTES

JANICE MERIGO

Graduada em Serviço Social pela Universidade do Oeste de Santa Catarina. Especialista em Direitos Sociais e Competências Profissionais pela Universidade de Brasília – UNB. Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC/RS. Docente do Curso de Serviço Social da Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL. Coordenadora dos Estágios Supervisionados em Serviço Social da UNISUL. Docente no Curso de Especialização em Políticas Públicas e Demandas Familiares, Gestão da Política de Assistência Social. Coordenadora do Curso de Especialização em Gestão Social de Políticas Públicas e Sistema Único de Assistência Social e o Trabalho Interdisciplinar. Além das experiências na área da docência, trabalhou como Assistente Social no município de Dionísio Cerqueira e Palhoça/SC, no serviço de atendimento à crianças e adolescentes envolvidas em situações de violência. Atualmente é Assistente Social da Federação Catarinense de Municípios – FECAM, onde executa o trabalho de assessoria na Política de Assistência Social junto aos Assistentes Sociais das 21 Associações de Municípios e diretamente aos municípios catarinenses. Presidente do Colegiado Estadual de Assistência Social desde 2009. Coordenadora de Pós-graduação da Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM. Na EGEM ministra capacitações nas seguintes áreas: Conselhos Municipais de Assistência Social - CMAS, Processo de Inscrição de Entidades/Organizações nos CMAS, Trabalho Social com Famílias. Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Abrigos Institucionais, Proteção Social de Média e Alta Complexidade. Elaborou Planos Municipais de Assistência Social e Planos Municipais de Atendimento Socioeducativo. Ministrou Capacitações para o Ministério do Desenvolvimento Social CAPACITASUAS em 2013. Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS, na gestão 2010/2012.

Isabel Penteado

Psicóloga formada pela PUC-SP, trabalhou com educação formal por alguns anos até mudar para área social. Foi técnica do Programa Fazendo Minha História, do Instituto Fazendo História, por 3 anos, desenvolvendo ações e acompanhando profissionais de serviços de acolhimento no desafio de trabalhar com histórias de vida. Atualmente, coordena o Fazendo Minha História e atua no Projeto de Formação Profissional do Instituto Fazendo História.

DISPOSIÇÕES GERAIS

a) O material do curso será disponibilizado na página da EGEM na internet uma semana após a realização do curso, para que os participantes possam consultá-lo.

b) O curso terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.

c) a participação no evento está vinculada diretamente ao envio da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br)

FIQUE ATENTO!

8. ANEXOS

Resolução nº 001/2013

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

Resolve:

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento. §1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento.

§2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vanderlei Alexandre
Prefeito de Forquilha
Presidente da EGEM

Edital Nº 25.2014 - Chamamento - Curso Redação Oficial Blumenau - Ammvi

EDITAL Nº 25/2014

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO

CURSO DE Redação Oficial - "Comunicação escrita I – questões linguísticas e estilísticas que rodeiam os documentos oficiais"

1. OBJETIVO DO CURSO

Trabalhar as ocorrências de comunicação, que fazem parte do cotidiano, no âmbito do mercado de trabalho, visando à compreensão acerca de questões linguísticas e estilísticas que rodeiam os documentos oficiais.

Evoluíram as instituições e, como consequência, mudou o perfil do profissional, de quem hoje se exige competência e aprimoramento constante, a fim de que possa acompanhar as mudanças e se adaptar às inovações. Nesse contexto, os documentos produzidos no âmbito profissional são reflexos da organização laboral e, para que se tornem fator de produtividade e excelência, é necessário adequá-los a critérios específicos de escrita e comunicação.

2. PÚBLICO-ALVO

Secretários (as) e assessores de gabinete, assistentes administrativos, servidores responsáveis pela elaboração de atos oficiais e demais interessados

3. CALENDÁRIO

QUADRO I

Cidade/Local	Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI Rua Alberto Stein nº 466 Bairro: Velha Blumenau - SC CEP: 89036-200
Período das inscrições	20/03 à 23/04/2014
Vencimento do boleto de cobrança	23/04/2014
Homologação das inscrições	30/04/2014
Período de realização	05 e 06 de maio de 2014
Carga horária total	20 h/a
Quantidade de vagas	90 vagas

4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES

QUADRO I – Dos Valores

Tipo de inscrição - PARCELA ÚNICA	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM	R\$ 200,00
Demais participantes	R\$ 300,00

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua Santos Saraiva, 1546. Estreito - Florianópolis/SC – CEP 88070-101 - Telefone: 48



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

3221- 8800 – Dados bancários: Banco do Brasil – Agência 5255-8 – Conta corrente 890742-0.

Nota Fiscal: A nota fiscal é gerada com a data de emissão do pagamento ou do primeiro dia do curso. As notas fiscais das inscrições pagas antecipadamente ou no vencimento são encaminhadas via Correios, imediatamente após o pagamento. As homologações efetuadas através da cópia da nota de empenho terão a nota fiscal emitida e enviada pelos Correios, juntamente com o certificado de participação emitido pela EGEM, para o endereço constante no cadastro informado no momento da inscrição no campo: "Dados para a emissão da nota fiscal".

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

5. Direitos de imagem

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

6. PROGRAMAÇÃO

1º dia	
08h30 às 12h	Algumas questões práticas e funcionais da língua A comunicação e sua importância; a adequação da linguagem ao interlocutor; o uso da linguagem técnica; os níveis de linguagem (linguagem formal e informal); estilo e linguagem do moderno texto administrativo;
13h30 às 17h30	coesão e coerência; sinais de pontuação; questões práticas: ortografia de algumas palavras; expressões que causam dúvida: uso do "este/esse/aquele", "onde/aonde", "a princípio/em princípio", e outros.
2º dia	
08h30 às 12h	Redação Oficial Estudo introdutório à redação oficial; características e qualidades da redação oficial: impessoalidade; padronização; concisão;
13h30 às 17h30	objetividade; clareza; polidez; correção; principais problemas da redação oficial e empresarial;

7. PALESTRANTES

Ana Kelly Borba da Silva Brustolin

Graduada em Letras – Língua e Literatura Portuguesas pela Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC (2005) e mestre em Linguística (Variação Linguística e Ensino), área da Sociolinguística, pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC/CAPE/2009). Lecionou língua portuguesa em escolas da rede pública e privada, em curso pré-vestibular, curso técnico e ensino superior. Atualmente é revisora de texto e ministra cursos sobre o português e o mercado de trabalho. Tem experiência no ensino/aprendizagem de língua materna, (socio)linguística, correção/revisão de textos e redação oficial, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, o português e o mercado de trabalho, sociolinguística e língua portuguesa.

DISPOSIÇÕES GERAIS

a) O material do curso será disponibilizado na página da EGEM na internet uma semana após a realização do curso, para que os participantes possam consultá-lo.

b) O curso terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.

c) a participação no evento está vinculada diretamente ao envio da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br)

FIQUE ATENTO!

7. ANEXOS

Resolução nº 001/2013

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

Resolve:

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento. §1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento.

§2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vanderlei Alexandre
Prefeito de Forquilha
Presidente da EGEM

Consórcios

AGIR

Decisão do Procedimento Administrativo Nº 023/2013 - AGIR

AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO,
CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS
MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – AGIR

DECISÃO

PROCEDIMENTO: SOLICITAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA AGÊNCIA SOBRE PEDIDO DE AUMENTO DA TAXA DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE BLUMENAU.

INTERESSADO: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE –

A Agência, por intermédio de seu Diretor Técnico, tomou conhecimento extraoficialmente, de que o SAMAE de Blumenau estaria necessitando de uma manifestação formal sobre um projeto de lei que estaria tramitando junto a Câmara Municipal de Vereadores de Blumenau, projeto este que estaria tratando de pedido de aumento da taxa de coleta de lixo. Na mesma oportunidade, o Diretor Técnico informou que tal assunto deveria ser solicitado formalmente, vez que a Agência possui procedimentos e prazos para tais assuntos. Ainda verbalmente, informava o SAMAE que tal pedido teria partido da Câmara de Vereadores e que, tendo em vista o encerramento do exercício, tal manifestação seria urgente.

Por volta da 14:05 horas de terça-feira, dia 17 de dezembro, o ofício n.º 624/2013/PRES foi recebido, acompanhado de vários documentos, além de outros que foram remetidos, em complemento, em razão de pedido efetuado por e-mail pela diretoria administrativa, com o intuito de obter mais detalhes sobre o pedido.

A COMPETENCIA DA AGENCIA

De conformidade com o Estatuto, em seus artigos 5º[footnoteRef:1] encontra-se delimitada a competência desta agência reguladora para emitir o seus entendimentos sobre o assunto, de forma ampla e sem ingressar em digressões específicas sobre o objeto da Projeto de Lei Complementar 1335/2013, de 13/12/2013, que trata do pedido de atualização do valor da geração de lixo (GL), coleta (CC), disposição final (CTD) e gerenciamento (CG) e altera artigos do código tributário municipal, por parte do Executivo Municipal de Blumenau. [1: Art. 5º. Constitui-se objeto da AGIR, o controle, a regulação e a fiscalização dos serviços públicos municipais do setor de saneamento básico, compreendido como os serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas, nos termos da Lei Federal nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007.]

A discussão sobre os índices e valores da taxa, prima facie, não é da competência da agência de regulação, que tem sim, competências claras e indelegáveis para decidir sobre tarifas públicas, como no caso das concessões, p.ex.

Ao definir os seus objetivos no artigo 6º estabelece:

Art. 6º. São objetivos da AGIR:

...

II - garantir o cumprimento das condições e metas estabelecidas nas normas regulamentares e nos instrumentos da política

municipal de saneamento básico;

...

IV - definir tarifas que assegurem tanto o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos como a modicidade tarifária, mediante mecanismos que induzam a eficiência e eficácia dos serviços e que permitam a apropriação social dos ganhos de produtividade.

Já o artigo 7º do Estatuto assim dispõe:

Art. 7º. Compete a AGIR:

I - regular a prestação dos serviços públicos de saneamento básico, através da fixação de normas, regulamentos e instruções relativos, no mínimo:

...

d) ao regime, estrutura e níveis tarifários, bem como aos procedimentos e prazos de sua fixação, reajuste e revisão;

...

II- acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços públicos regulados, de acordo com as leis, contratos, planos, normas e regulamentos pertinentes;

...

IV - buscar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão, permissão e autorização, com modicidade das tarifas e justo retorno dos investimentos;

V - manifestar-se quanto ao conteúdo dos editais de licitação para concessão, permissão e autorização, e quanto aos contratos e demais instrumentos celebrados, assim como seus aditamentos ou extinções, nas áreas sob sua regulação, zelando pelo seu fiel cumprimento, bem como revisar e propor ajustes, no âmbito de suas competências, dos instrumentos contratuais já celebrados antes da vigência do protocolo de intenções;

...

IX - avaliar os planos e programas de metas e investimentos das operadoras dos serviços delegados, visando garantir a adequação desses programas à continuidade da prestação dos serviços em conformidade com as metas e disposições contidas no plano municipal de saneamento básico e demais instrumentos legais da política municipal de saneamento básico;

...

XIII - analisar e conceder a revisão e o reajuste das tarifas, mediante estudos apresentados pelas prestadoras de serviços, bem como autorizar o aditamento dos contratos de prestação de serviços de saneamento básico;

...

O caso em tela, a Agência, quando solicitada por qualquer de seus entes constitutivos ou de seus órgãos diretos e ou indiretos, através de seus representantes legais, tem a obrigação de se manifestar, como entidade municipal indireta que é.

Assim, como já tem sido prática desta Agência, outras manifestações já tem sido exaradas em resposta a interesses outros dos entes consorciados, fazendo então a Agência, o papel de órgão auxiliar expedindo informações no sentido de poder subsidiar as decisões, tanto de ordem administrativa como legislativa, como por exemplo, a manifestação ao pedido de instituição da taxa de coleta de lixo do município de Pomerode, cujo texto acha-se disponível em <http://www.agir.sc.gov.br/legislacoes/decisoess/2013>.

Uma análise mais técnica, contudo, seria temerosa emití-la neste momento, em razão da urgência solicitada pela autarquia blumenauense, tendo em vista que o procedimento em tal situação exige, por parte da Agência, estudos e reflexões mais acuradas e por isso essa manifestação é apenas de ordem formal, sem a consistência de um estudo conclusivo.

Uma manifestação mais técnica exige todo um estudo, que dentro

da agência deve passar pelos setores administrativo/financeiro, técnico, jurídico para então ser decidido pelo Diretor Geral, mas que não é possível, como já citado, dada a exeguidade temporal.

Há de ser mencionado, sob pena de inversões de conclusões, que a AGIR, de forma extraoficial, através de contatos pessoais em diversas oportunidades já vinha alertando sobre a data-base das revisões tarifárias da autarquia e a necessidade do encaminhamento dos pedidos formais, como ocorreu no caso da tarifa de água.

Não é nesta oportunidade que, por outro lado, serão discutidas as diferenças entre tarifas e taxas. Deixa-se esse tema para quando o tema assim o exigir.

O MÉRITO DA SOLICITAÇÃO

Vários são os aspectos que mereceriam uma análise detalhada da agência, para que estas então pudessem servir de apoio para a tomada de decisão por quem de direito. Como já acima apontado, a urgência solicitada não ajuda em nada para tal providência, ou seja, um estudo criterioso e detalhado, que, desde já afirmamos, nossa equipe tem condições de realizar.

Como não nos foi repassado pela Autarquia, nenhum documento formal da Câmara de Vereadores de Blumenau, não se tem um norte claro sobre quais os pontos e ou dúvidas que o projeto de lei complementar 1335/2013, de 13/12/2013 trouxe aos nobres membros do legislativo. Nos limitaremos em apresentar uma manifestação genérica, mas que trás em seu bojo, vários elementos e informações que devem dar auxílio às deliberações.

Um recente estudo encomendado pela AMMVI, nos catorze municípios que integram esse Consórcio e que por delegação são regulados pela AGIR, no sentido de dar sustentação para a solução regional dos resíduos sólidos de origem doméstica ou similar, foram levantados e compilados os valores que compõe as remunerações dos resíduos, possibilitando uma real posição sobre tais serviços.

Nas conclusões preliminares, ficou muito claro que o déficit dos custos da coleta de lixo no município de Blumenau era muito significativo e que tal "diferença" estava sendo "coberta" pela tarifa de água, forçando, de modo indireto, um subsídio cruzado municipal que não é bem visto na gestão do saneamento básico.

Tal déficit é agora confirmado através dos demonstrativos contábeis e também através dos documentos que foram apresentados, mas que em momento algum, até a presente data, não foram objeto de auditoria e ou confrontações, até porque então desnecessário.

Também, como mencionado nos documentos disponibilizados, inclusive na mensagem do Executivo Municipal, tal situação econômica/financeira está se tornando insustentável, comprometendo, a primeira vista, tanto o sistema de coleta de lixo, como todo o sistema de água do município.

A situação exposta pela Autarquia é preocupante e deve ser solucionada, inclusive naquilo que determina a Lei 11.445/07, ou seja, que os serviços do saneamento básico sejam, entre outros critérios, sustentáveis por si mesmo, sem esquecer, por outro lado, que a MODICIDADE DOS SERVIÇOS não pode ser olvidada.

Também não é, diante da nossa realidade econômica/financeira/social, impossível esquecer a parcela dos usuários que ainda se encontram à margem da inclusão econômica e que necessitam do amparo legal da sociedade e do Estado.

Está demonstrado que desde o ano de 2001, os investimentos vêm caindo até chegar a nenhum, em determinados anos, dados

estes apresentados pela autarquia e também não auditados até a presente data pela Agência pelos motivos já apresentados.

Tudo isso, contudo, neste momento não é passível de uma conclusão técnica mais profunda. É certo, contudo, que a defasagem ou como queiram denominar, não pode e nem deve ser suportada pelos usuários de uma única vez, sob pena de haver uma inversão de responsabilidades.

Os serviços de saneamento básico, por outro lado são serviços contínuos, ininterruptos e fazem parte de um quadro mais amplo de responsabilidades dos gestores públicos, independentemente de nomes, mandatos e ou datas.

Os usuários dos serviços do saneamento básico não podem e nem devem ser penalizados pela omissão, diligência e falta de gestões eficientes e eficazes dos entes públicos, não querendo com isso dizer que tais serviços, dentro de seus limites legais não sejam custeados pelos mesmos usuários, respeitada a legalidade e moralidade pública.

DOS INVESTIMENTOS INDICADOS COMO NECESSÁRIOS

Remeteram-nos ainda alguns documentos que mostram, sem um conteúdo técnico, alguns investimentos que devem ser realizados, mas que por outro lado deixam de ofertar prazos, cronogramas e demais detalhes técnicos que impedem, neste momento, uma análise mais criteriosa e conclusiva.

Tais detalhamentos, por outro lado, passariam a ser fiscalizados pela Agência e para tanto, concretizada a alteração da taxa, outros documentos (projetos básicos, executivos e cronogramas físico/financeiro) deverão ser exigidos e apresentados para a efetiva fiscalização por parte da AGIR, através de seu corpo técnico.

A URGÊNCIA DE RESTAURAR A CAPACIDADE DE INVESTIMENTOS

Não se pode, diante da real situação apresentada, que é mais do que urgente, a recuperação econômica do setor de coleta de lixo do município de Blumenau e essa deve, necessariamente passar pela majoração da taxa correspondente, que deve obedecer ao rito legislativo aplicável e legal, e para que tal seja o mais próximo possível, o texto legal deve respeitar os ditames da Constituição Federal, do princípio da anuidade das taxas e tributos e ainda obedecer ao prazo da chamada "noventena".

Diante desta cruel realidade, não cabe, por determinação legal e sob pena de haver intromissão em um poder autônomo, a Agência manifestar-se sobre o valor e ou índice a ser aplicado à TLC e em seus elementos de composição, neste momento específico. Tal decisão é em última instância, uma posição a ser tomada pelo nobre poder legislativo municipal, da melhor forma que lhe aprouver.

A AGIR caberá, de qualquer forma, através dos meios legais que lhe foram delegados, fazer no futuro, toda uma fiscalização criteriosa e técnica sobre a arrecadação, os investimentos programados e o efetivo cumprimento da política municipal do saneamento básico expresso formalmente através de Plano Municipal de Saneamento e suas diretrizes e assim cumprir a sua função primordial com o fim de proteger o usuário e equilibrar as forças com o prestador de serviços.

Diante daquilo que acima foi exposto e com lastro nos documentos encaminhados, não há como negar a necessidade de uma revisão nos valores cobrados pelos resíduos sólidos, de forma e recompor o déficit apresentado e para garantia dos futuros investimentos. De outra banda, há necessidade de restar observado e respeitado, que a inércia do poder público ou a gestão não eficaz não pode servir de fundamento para reposição financeira e penalizar

os usuários. Por isso um estudo detalhado deste impacto deveria apontar quais as medidas a serem implementadas, seus custos, a viabilidade, etc., tudo isso para que o serviço cobrado seja um serviço de qualidade e tenha um preço justo.

Esse o nosso breve entendimento e manifestação sobre o assunto, reservando-se o direito de em outra oportunidade, diante de novos fatos e informações, essa manifestação inclinar-se em outra posição.

Blumenau (SC), em 18 de dezembro de 2013
HEINRICH LUIZ PASOLD
Diretor Geral da AGIR

Decisão E Encaminhamento do Procedimento Administrativo Nº 023/2013 - AGIR

AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO,
CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS
MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAI – AGIR

DECISÃO

PROCEDIMENTO 023/2013:
SOLICITAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA AGÊNCIA SOBRE PEDIDO DE AUMENTO DA TAXA DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE BLUMENAU.

INTERESSADO: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE –

Tomado conhecimento através dos meios de comunicação (Jornal de Santa Catarina – CLIC/RBS, de 17/12/2013) de que a nobre Câmara de Vereadores de Blumenau votou e aprovou a Projeto de Lei n.º 1335/2013, de 13/12/2013, objeto do questionamento pelo SAMAE de Blumenau, resta prejudicado o parecer exarado e que ficou pronto no começo da manhã de hoje.

Mesmo assim, como foi um pedido formal, a abertura de um procedimento se fez necessário e este necessita a sua conclusão.

Tendo em vista que com a aprovação do texto legal pelo legislativo municipal o pedido feito pelo SAMAE restou prejudicado em seu mérito.

Destaco, porém, que as observações apontadas no parecer são de importância extrema, estas devem ser no próximo ano, objeto de estudos técnicos e acompanhamento mensal por parte da Agência.

Desde já fica determinada a abertura, a partir do próximo exercício, de procedimento específico para acompanhar a arrecadação, a gestão e os investimentos indicados e ainda, se tais ações estão em concordância com o Plano Municipal de Saneamento Básico do município de Blumenau.

Cumpridas as formalidades, archive-se.

Blumenau (SC), em 18 de dezembro de 2013.
HEINRICH LUIZ PASOLD
Diretor Geral da AGIR

Anexo I E II do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão Para Prestação do Serviço Público de Esgotamento Sanitário do Município de Blumenau – SC

Anexo 01 – Resolução 001/2012, do Comitê de Regulação da AGIR

RESOLUÇÃO Nº. 001/12

Reconhece o desequilíbrio econômico-financeiro e aprova as medidas para reestabelecimento de reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Esgotamento Sanitário no município de Blumenau celebrado entre o SAMAE de Blumenau e a empresa Foz de Blumenau S.A.

Anísio Fantini, Presidente do Comitê de Regulação da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 36 e seus Incisos e pelo Artigo 43 do Estatuto do Consórcio Público e, de acordo com os demais dispositivos legais aplicáveis:

a) CONSIDERANDO que a empresa Foz de Blumenau S.A. apresentou a esta Agência pleito de Reequilíbrio Econômico-Financeiro do Contrato de Concessão de Serviço Público de Esgotamento Sanitário do município de Blumenau, celebrado com o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto do Município de Blumenau – SAMAE, em 26.02.2010, cujo objeto consiste na prestação de serviços de coleta, afastamento e tratamento de esgotamento sanitário, bem como na gestão comercial dos serviços de fornecimento de água e esgotamento sanitário no município de Blumenau;

b) CONSIDERANDO que o município de Blumenau contratou a Fundação Getúlio Vargas – FGV em consonância com a Concessionária e com a AGIR, para a apuração do efetivo impacto dos eventos narrados em relação ao Contrato de Concessão e, que a FGV elaborou um Estudo Técnico no qual analisou a procedência de cada um dos pleitos da Concessionária, bem como as possíveis soluções para o reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato, conforme consignado na Ata de nº 005/2012;

c) CONSIDERANDO que todos os documentos necessários e indispensáveis para a apreciação do pleito de reequilíbrio econômico-financeiro foram apresentados à AGIR e encaminhados ao Comitê de Regulação, resultando no Procedimento Administrativo nº 010/2011;

d) CONSIDERANDO que ciente da situação de desequilíbrio em que se encontra o contrato, a Concessionária, o Poder Concedente e a Prefeitura de Blumenau - formularam e anuíram com proposta apta a restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, proposta esta objeto do Estudo Técnico elaborado pela FGV;

e) CONSIDERANDO a regular tramitação do Processo Administrativo nº 010/2011, o voto de seu relator requerendo a contratação de novo estudo independente para avaliação do estudo efetuado pela FGV e, a aprovação por unanimidade do Comitê de Regulação, em sua Reunião Ordinária datada de 27 de agosto de 2012, resultando na Ata nº 005/2012 de mesma data;

f) CONSIDERANDO a Nota Técnica REINFRA-AGIR nº 001/2012, a qual vem oferecer elementos para a fundamentação do processo decisório do Comitê de Regulação da AGIR;

RESOLVE:

Art. 1º: Reconhecer o desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Esgotamento Sanitário do município de Blumenau, celebrado entre o SAMAE e a empresa Foz de Blumenau S.A., no valor de R\$ 118.760,00 (cento e dezoito milhões, setecentos e sessenta mil reais), levando em consideração e como base técnica para decisão, o parecer técnico lavrado

pela Fundação Getúlio Vargas - FGV e a Nota Técnica da Reinfra Consultoria Econômica e de Regulação e Infra-Estrutura S/S/ Ltda. - REINFRA, a primeira apresentando dados econômicos financeiros e demais fundamentos técnicos e legais para o reconhecimento do desequilíbrio e a segunda dando seu parecer no sentido de corroborar com as metodologias apresentadas pela FGV.

Art. 2º: Estabelecer as seguintes medidas para o reequilíbrio, as quais foram pactuadas de comum acordo entre o Poder Concedente, a Concessionária e a Prefeitura de Blumenau:

(i) substituição de encargos da Concessionária, que ficará obrigada a executar até o final do mês de maio de 2015 as obras inicialmente de responsabilidade do Poder Concedente, objeto do Contrato de Repasse nº. 0218.134-11/2007 firmado entre o Município de Blumenau e a Caixa Econômica Federal, que seriam financiadas com recursos do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, conforme detalhamento que deverá ser inserido na minuta do Segundo Aditivo ao Contrato de Concessão;

(ii) substituição dos encargos do Poder Concedente, que ficará obrigado a realizar, até o final do mês de maio de 2020, obras inicialmente determinadas e de responsabilidade da Concessionária, conforme detalhamento a constar da minuta do Segundo Aditivo ao Contrato de Concessão;

(iii) aprovação do novo cronograma das obras financiadas com recursos da FUNASA, objetos dos Convênios 2.331/2005 ("José Reuter") e 2.332/2005 ("Itopavazinha I"), as quais serão concluídas pelo Poder Concedente até o final do mês de maio de 2020, conforme detalhamento a constar da minuta do Segundo Aditivo ao Contrato de Concessão;

(iv) adoção do cronograma de obras proposto pelas partes e determinação do ano 21 da concessão como prazo para atendimento das metas de cobertura dos serviços, conforme detalhamento a constar da minuta do Segundo Aditivo ao Contrato de Concessão;

(v) definição no Segundo Aditivo ao Contrato de Concessão e demais instrumentos legais pertinentes de um procedimento adequado para equacionar eventuais dúvidas e litígios associados à cobrança dos usuários pela manutenção dos cavaletes, nos termos da recomendação constante do Parecer da Diretoria Geral desta Agência;

(vi) troca de 50 mil hidrômetros pela Concessionária, a ser pactuado no Segundo Aditivo ao Contrato de Concessão, conforme cronograma a ser detalhado no referido aditivo; e

(vii) implantação de programa de incentivo de conexão à rede pública de esgotos aos usuários que estão inseridos no Programa de Tarifa Social pela Concessionária, oferecendo a esses usuários a possibilidade de aquisição de um conjunto de materiais necessários à ligação à rede de esgotos ("kit ligação"), por meio do parcelamento, em até 18 (dezoito) meses, do valor relativo à aquisição do material, conforme detalhamento constante da minuta do Segundo Aditivo ao Contrato de Concessão. Além disso, recomenda-se que as partes desenvolvam em conjunto plano de comunicação, com ênfase na educação ambiental e responsabilidade social no intuito de tornar efetiva a distribuição e implantação do programa "Kit ligação".

(viii) revisão das tarifas de esgotamento sanitário por meio do aumento de 12% (doze por cento), limitado ao percentual limitador do Contrato e inclusão de uma faixa de consumo adicional na "categoria pública" de consumidores que consomem de 500m³ a 9.999m³ constante da estrutura tarifária dos serviços de esgotamento sanitário, observados os trâmites legais pertinentes.

(ix) consideração de saldo remanescente de indenização de ativos R\$ 9.355.876,18 (nove milhões trezentos e cinquenta e cinco mil e oitocentos e setenta e seis reais e dezoito centavos) (atualizado até julho de 2012), dos quais o Poder Concedente dará quitação no valor de R\$ 5.755.876,18 (cinco milhões e setecentos e cinquenta e cinco mil e oitocentos e setenta e seis reais e dezoito centavos), por meio de compensação com parte do valor devido à Concessionária a título de indenização, sendo que o saldo remanescente será de R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil

reais) e a forma de pagamento será pactuada entre as partes no Segundo Termo Aditivo;

(x) pagamento pelo Poder Concedente, a título de compensação financeira para reequilibrar econômica e financeiramente o Contrato, de parcelas fixas e mensais, cujos valores e datas de vencimentos constarão da minuta do Segundo Aditivo ao Contrato de Concessão.

Art. 3º - Em atenção à Nota Técnica da REINFRA e também em observação às recomendações do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC), o Comitê de Regulação determina que a Diretoria Geral da AGIR, adote, no prazo máximo de 210 (duzentos e dez) dias, contados a partir da publicação desta resolução, as seguintes providências:

a) Disponibilize em consulta pública eletrônica, para conhecimento dos usuários e interessados, de todo o processo e documentos utilizados para o reconhecimento do desequilíbrio econômico/financeiro relativos ao Contrato de Concessão;

b) Que no mesmo prazo deste artigo, seja contratado/elaborado estudo técnico sobre os números/valores disponibilizados (inputs) no processo de reequilíbrio, para que sirvam de padrões, referências e aferição para acompanhamento do contrato e do reequilíbrio;

c) Que seja determinado pela Diretoria Geral da AGIR, estudo de viabilidade técnica e financeira pelo SAMAE (Concedente) para a demonstração de sua capacidade de pagamento frente aos encargos do reequilíbrio, no prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da publicação desta resolução, destacando:

i. Que seja comprovada a capacidade econômica/financeira do SAMAE-Blumenau quanto a manutenção e a aplicação de seu programa de investimentos;

ii. Que a Concedente comprove a sua capacidade econômico-financeira e cronograma de obras para cumprimento da assunção dos serviços da região da Rua José Reuter e Itoupava, em substituição dos Programas PAC/FUNASA;

iii. Que a Concedente demonstre de forma clara, com todos os dados e elementos legais, econômicos e contábeis, como será cumprido o Plano Municipal de Saneamento Básico, aprovado pelo Legislativo Municipal;

iv. Que cumpridas essas metas e prazos, sejam as mesmas apresentadas ao Comitê de Regulação para nova avaliação;

v. Que a Diretoria Geral da AGIR, dentro de suas competências e atribuições, institua um conjunto referencial de orientações básicas para a boa prática da regulação, em especial para o monitoramento e acompanhamento do Contrato de Concessão, conforme recomendado pela Nota Técnica da REINFRA.

vi. De posse de todos estes dados e informações, sejam comparados e confrontados os valores do reequilíbrio, e em sendo necessário, à partir daí sejam elaboradas diretrizes que deverão ser observadas no pedido de revisão ordinária.

vii. Em havendo a constatação técnica de eventuais divergências entre o atual reconhecimento do reequilíbrio e os resultados apurados pelas medidas acima determinadas, seja aberto um procedimento extraordinário, de ofício, pela AGIR, para a mudança e adequação da situação.

Art. 4º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

Blumenau (SC), em 19 de novembro de 2012.

ANÍSIO FANTINI

Presidente do Comitê de Regulação

Anexo II – Plano de Ações e Metas
PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 010/2011.

ATA Nº 007/2013, DE 18 DE ABRIL DE 2013.

Ordem do Dia: Convocação Ofícios nº 078-079/2013 – AGIR.

Realização: Data e Horário – 18.04.2013, 09h30min.

Presença: Valdair Matias, Diretor Presidente do SAMAE/Blumenau; Ademar Lingner, Diretor Financeiro do SAMAE/Blumenau; Dr. José Carlos Oechsler, Assessor Jurídico do SAMAE/Blumenau; Sandro Stroiek, Diretor de Operações da Foz de Blumenau S.A., Vanessa Fernanda Schmitt, Diretora Administrativa; Diandra Mendes Medeiros, Ouvidora da AGIR; e Heinrich Luiz Pasold, Diretor Geral da AGIR.

A reunião foi iniciada sob a presidência do senhor Heinrich Luiz Pasold, Diretor Geral da AGIR. Sob a concordância de todos os presentes, nomeou-se a senhora Vanessa Fernanda Schmitt – Diretora Administrativa da AGIR, para secretariar os trabalhos. Abrindo a reunião o senhor Heinrich Luiz Pasold explana sobre os trâmites do Procedimento Administrativo nº 10/2011, bem como informa que a presente reunião está pautada nos documentos Ofício 051/13/PRES. (13.03.2013) emitido pelo SAMAE de Blumenau e, FB-AGIR 036/2013 (02.04.2013) emitido pela concessionária Foz de Blumenau S.A. e em atendimento à Resolução nº 001/2013 – Comitê de Regulação (09.04.2013), a qual foi enviada para conhecimento das partes e publicada nos termos legais. Assim, conforme o Artigo 2º da citada Resolução, temos que o Comitê de Regulação estipulou como condicionante à prorrogação do prazo constante no Artigo 3º e alíneas da Resolução nº 001/2012 – Comitê de Regulação, o estabelecimento de um plano conjunto de trabalho, em que se definam as ações necessárias de cada uma das partes (Poder Concedente e Concessionária) para viabilizar a conclusão dos estudos de capacidade econômico-financeira, objetivando a solução do processo de reequilíbrio econômico-financeiro. Bem como em parágrafo único ainda determinou que o presente plano conjunto deve ter o acompanhamento da AGIR e ser encaminhado para conhecimento e ratificação do Comitê de Regulação. Assim, visando a discussão, elaboração e pactuação do referido plano de trabalho, o senhor Heinrich Luiz Pasold solicita que as partes se manifestem, iniciando pelo representante da concessionária Foz de Blumenau S.A.. O senhor Sandro Stroiek ao fazer uso da palavra informando que tem trabalhado com a administração atual para rever todo o contrato e para buscar uma solução conjunta alinhando cronogramas, atividades, fazendo um trabalho forte visando o bom atendimento e a qualidade dos serviços à população, pois entende que a Foz hoje torna-se uma extensão do poder público. Nesse sentido, os senhores Sandro Stroiek e Valdair Matias informam que Poder Concedente e Concessionária, quais sejam respectivamente, SAMAE de Blumenau e Foz de Blumenau S.A. conjuntamente, elaboraram e apresentam na presente reunião o Plano de Ações e Metas, constante como parte integrante desta ata como Anexo I, para apresentação posterior ao Comitê de Regulação. Segue-se a explicação do presente plano pelas partes e pontuações exaradas pelos representantes da AGIR. Ainda, o senhor Valdair Matias ressalta que o propósito é alinhar as partes, qualificar os trabalhos e ofertar qualidade nos serviços à população. Diante do exposto, o senhor Heinrich Luiz Pasold informa as partes que a presente ata deverá ser assinada por todos, inclusive ao Anexo I – Plano de Ações e Metas, o qual será apresentado para ratificação do Comitê de Regulação em reunião a ser marcada. Nada mais havendo a ser tratado, oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém a solicitou, o senhor Heinrich Luiz Pasold agradeceu a presença de todos, encerrando esta reunião e, determinando que eu Vanessa Fernanda Schmitt, secretária “ad hoc” lavrasse a presente ata que, depois de aprovada pelos presentes, será assinada por todos.

Valdair Matias Diretor Presidente do SAMAE/Blumenau	Sandro Stroiek Foz de Blumenau S.A.
José Carlos Oechsler Assessor Jurídico do SAMAE/Blumenau	Heinrich Luiz Pasold Diretor Geral da AGIR
Ademar Lingner Diretor Financeiro do SAMAE/Blumenau	Vanessa Fernanda Schmitt Diretora Administrativa da AGIR

Diandra Mendes Medeiros
Ouvidora da AGIR

ANEXO I

Plano de Ações e Metas

De acordo com os entendimentos havidos em reunião realizada em 18 de abril de 2013, entre a Foz de Blumenau S/A (“Concessionária”), o Serviço Público de Esgotamento Sanitário do Município de Blumenau - SAMAE (“SAMAE” ou “Concedente”) e a Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR (“AGIR”), a Concessionária e o SAMAE, com a anuência expressa da AGIR, resolveram implementar o presente Plano de Ações e Metas, com a adoção das medidas previstas abaixo, para mitigar temporariamente o desequilíbrio do contrato de concessão dos serviços públicos de esgotamento sanitário no Município de Blumenau e respectivos termos aditivos (“Contrato”) celebrado entre a Concessionária e o SAMAE, bem como estabelecer determinadas metas a serem cumpridas pelo SAMAE e pela Concessionária, até a celebração do terceiro termo aditivo (Terceiro Aditivo) ao Contrato que, dentre outros assuntos, formalizará as medidas necessárias para o reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato.

O presente Plano de Ações e Metas tem por objetivo estabelecer um procedimento de determinadas ações recíprocas do Concedente e da Concessionária, visando a generalidade, legalidade, eficiência, continuidade, atualidade, regularidade, aperfeiçoamento da prestação dos serviços objeto do Contrato de Concessão, bem como a solução do desequilíbrio econômico financeiro do Contrato, mediante a adoção das medidas abaixo previstas.

1. Tendo em vista, o período de transição envolvendo as negociações/estudos sobre o reequilíbrio econômico financeiro, pelo prazo de 180 dias, acordado pelas partes e concedido pela AGIR, bem como, as exigências operacionais presentes no dia, a dia, das operações, nesta fase transitória, foram aprovadas por unanimidade e sem restrições as seguintes medidas, que passam a produzir efeitos a partir da data de assinatura desta Ata, até a conclusão dos estudos, consolidando, ou ainda, alterando as medidas abaixo convencionadas, não importando, de qualquer sorte, em qualquer tipo de novação contratual entre as partes.

2. O Concedente e a Concessionária deverão implantar as seguintes medidas até 30 de setembro de 2013:

i. A Concessionária, fica desde já desobrigada a realizar quaisquer

atividades, com exceção daquelas identificadas neste Plano de Ações e Metas, não caracterizando descumprimento contratual por parte da Concessionária;

ii. A Concessionária fica desde já desobrigada a realizar a troca de hidrômetros de que trata o artigo 2º, item "vi", da Resolução nº 001/2012 – Comitê de Regulação da AGIR;

iii. As atividades de manutenção dos cavaletes passam a partir de 22.04.2013 a ser de responsabilidade do Concedente, por tratar-se de atividade relacionada exclusivamente com o sistema de fornecimento de água e de interesse estratégico do mesmo para redução de perdas;

iv. A Concessionária, por sua vez, fica desobrigada em realizar demais investimentos previstos no Contrato e no Segundo Aditivo até a conclusão definitiva dos estudos do reequilíbrio do Contrato;

v. O Concedente fica desde já desobrigado a realizar as obras e atender aos prazos constantes das cláusulas 3.2 e 3.2.1 do Segundo Aditivo até a conclusão dos estudos previstos nesta Ata de Reunião;

vi. O Concedente e a Concessionária concordam, em estabelecer uma pauta comum de estudos visando implementar programa de Gestão Comercial Compartilhada, considerando em princípio as obrigações do Concedente e da Concessionária compartilhadas da seguinte forma:

GESTÃO COMERCIAL COMPARTILHADA		
ATIVIDADE	Onde há serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário	Onde não há serviços de esgotamento sanitário
Atendimento a Clientes Personalizado	CONCEDENTE	CONCEDENTE
Atendimento Telefônico	CONCEDENTE	CONCEDENTE
Conta mensal de água / esgoto	CONCEDENTE	CONCEDENTE
Ações de Cobrança	CONCESSIONÁRIA	CONCEDENTE
Irregularidades (fraude)	CONCESSIONÁRIA	CONCEDENTE
Manutenção dos Hidrômetros	CONCESSIONÁRIA	CONCEDENTE

2.1 A Concessionária deverá assegurar a execução das seguintes atividades, no prazo estabelecido no presente documento:

i. Assegurar até 30.07.2013 a funcionalidade de redes, Estações Elevatórias de Esgoto e Estações de Tratamento de Esgoto em fase de implantação no Município, permitindo que o Município de Blumenau atinja, até referida data, 30% (trinta por cento) de disponibilidade de coleta e tratamento dos esgotos;

ii. Estabelecer até 30.06.2013 o plano de recuperação e melhoria da eficiência de tratamento dos sistemas isolados recebidos pela Concessionária ("Plano para Sistemas Isolados"), o qual deverá conter meta para atendimento dos parâmetros estabelecidos no Plano Municipal de Saneamento. Referida meta deverá ser aprovada pelo Concedente dentro de 30 (trinta) dias a contar do recebimento do Plano para recuperação dos Sistemas Isolados;

iii. Executar o cronograma de atividades para término das "obras nas vias principais de Blumenau" e o cronograma de "vistoria, finalizações e ajustes para o recebimento de ruas", nas datas previstas

nos anexos II e III, parte integrante desta ata;

iv. Concedente e Concessionária deverão definir durante o prazo de estudos previsto nesta Ata de Reunião e contemplar no Terceiro Aditivo ao Contrato o tratamento a ser dado à realização das obras do PAC, FUNASA e atribuídas ao Concedente, conforme constantes do Segundo Aditivo;

v. O Concedente e a Concessionária concordam, até 30.09.2013 a estudar, negociar e definir os termos e condições do Terceiro Aditivo ao Contrato, o qual, será consequência do resultado dos estudos e contemplará, os itens implementados por meio do presente Plano de Ações e Metas, bem como, sobre:

- a nova equação de equilíbrio econômico-financeiro do Contrato;
- revisão e definição clara do papel do fiscalizador (Concedente) e do regulador (AGIR) do Contrato;
- novo cronograma de investimentos e meta de atendimentos do Contrato, incluindo, mas não se limitando à Área do PAC e obras atribuídas ao Concedente no Segundo Aditivo;
- impactos da instituição da Taxa de Regulação da AGIR no equilíbrio econômico-financeiro do Contrato;
- proposta para revisão do Plano Municipal de Saneamento, com participação do Conselho Municipal de Saneamento, e indicação dos seus reflexos no Regulamento da Prestação dos Serviços de Esgotamento Sanitário;
- novo layout das faturas, com segregação do faturamento dos serviços de abastecimento de água e de coleta de lixo, cuja responsabilidade de cobrança é do Concedente, e dos serviços de esgotamento sanitário, cuja responsabilidade de cobrança é da Concessionária;
- previsão de oferta de serviço de Limpa Fossa;
- solução para imóveis abaixo da cota, em especial no que diz respeito a incentivos à ligação à rede de esgotamento sanitário;
- definição do programa de Gestão Comercial Compartilhada;
- definição dos critérios de Elegibilidade da Tarifa Social pelo Concedente;

3. As demais ações que não estiverem expressamente referidas neste Plano de Ações e Metas permanecerão de responsabilidade de cada uma das partes, conforme originalmente estabelecido no Contrato e respectivos Primeiro e Segundo Aditivos.

Assim acordadas e com o compromisso de levar adiante todas as medidas ora aprovadas, dentro dos prazos acima determinados, o presente anexo, que após lido e achado conforme, foi assinado pelos representantes das partes abaixo assinados;

HEINRICH LUIZ PASOLD

Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR

VALDAIR MATIAS

Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Blumenau – SAMAE

SANDRO STROIEK

Foz de Blumenau S.A.

(Originais assinados e arquivados)

Anexo VII do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão Para Prestação do Serviço Público de Esgotamento Sanitário do Município de Blumenau – SC

***EXECUÇÃO, APROVAÇÃO E ENTREGA
DE OBRAS EM VIAS PÚBLICAS***

SAMAE / CONCESSIONÁRIA

Índice

1. OBJETIVO	3
2. PROCEDIMENTO DE VISTORIA PRÉVIA	3
2.1 Características Originais das Vias:	3
2.2 Indicação da Solução de Interligação dos Imóveis:	3
2.3 Programação de Atividades:	4
2.4 Comunicação e Divulgação da Programação Definida:	4
2.5 Execução dos Trabalhos em Campo:	5
2.6 Finalização dos Trabalhos de Implantação:	5
3. REGISTRO DE VISTORIA PRÉVIA	6
4. REGISTRO DE INSPEÇÃO DE SERVIÇO	7
5. ETAPAS DO PROCEDIMENTO DE VISTORIA	9
6. PARÂMETROS E DIRETRIZES DE QUALIDADE	10
6.1 Poços de Visita (PVs) – <i>parte interna</i> :	10
6.1.1 Calha de escoamento	10
6.1.2 Acabamento desempenado	10
6.1.3 Largura da calha, definida em função do diâmetro da rede	11
6.1.4 Acabamento Interno (alinhamento dos anéis de concreto);	11
6.1.5 Acabamento das juntas	12
6.1.6 Estanqueidade	12
6.2 Poços de Visita (PVs) – <i>parte externa</i> :	13
6.2.1 Nivelamento da tampa em relação ao pavimento	13
6.2.2 Rejuntamento – acabamento lateral nivelado	13
6.3 Recomposição de Pavimentos:	14
6.3.1 Pavimento em Lajotão / Paralelepípedo	14
6.3.2 Pavimento Asfáltico	16

1. OBJETIVO

Esse procedimento de execução, aprovação e entrega de obras de implantação do sistema de esgotamento sanitário em vias públicas da cidade de Blumenau-SC, tem o objetivo definir as “diretrizes de execução” e o “padrão de qualidade” das atividades relacionadas à implantação do sistema de esgotamento sanitário no município de Blumenau entre SAMAE e Concessionária, compreendendo o atendimento as exigências técnicas previstas em contrato, normas e legislação aplicáveis e a forma de relacionamento com Clientes e a Comunidade local, compreendendo todo o ciclo de intervenção nas vias de forma programada, devidamente comunicada, rápida e eficaz, mitigando ao máximo os transtornos de quem ali reside e/ou transita diariamente.

Esta diretriz terá abrangência nas intervenções para implantação do sistema de esgotamento sanitário da cidade de Blumenau-SC.

2. PROCEDIMENTO DE VISTORIA PRÉVIA

2.1 Características Originais das Vias:

Durante a fase de preparação e programação das intervenções em vias públicas, antes de se iniciar a atividade em campo, será realizado o Processo de Vistoria Prévia do local. Esta tarefa será executada pela Concessionária que, então apresentará o respectivo Relatório de Vistoria da via ao SAMAE diretamente à Equipe de Fiscalização das atividades da Concessionária.

Neste relatório deverão estar apontadas todas as características do estado original da via antes das intervenções das obras de esgotamento sanitário, tais como pavimentação, bocas de lobo, passeio, ciclovias, faixas de sinalização de trânsito e de pedestres, entre outros; para que sirvam de parâmetro para comparação e aprovação da via, após as obras de implantação do sistema de esgoto.

2.2 Indicação da Solução de Interligação dos Imóveis:

Durante a vistoria prévia também deverá ser apurada a indicação do ponto de interligação de cada imóvel ao sistema de esgotamento sanitário a ser implantado e essa informação deverá constar no relatório.

Na prática, *in loco* os agentes terão o projeto executivo em mãos para identificar as residências que têm plena condição de escoamento/interligação pela rede coletora implantada de forma convencional (frente do lote) e também, as que eventualmente necessitem de ações complementares, tais como liberação de faixas sanitárias, desapropriações, autorizações de

passagens, rede condominial, etc. Desta forma, ficarão identificadas as ações a serem tomadas pela Concessionária e pelo SAMAE para garantir que ao final do processo, as residências possam ser interligadas ao sistema, evitando, ao máximo a necessidade de instalação de “bombeamentos residenciais de esgoto”.

2.3 Programação de Atividades:

Após o término do Relatório de Vistoria Prévia das vias programadas para intervenção o mesmo será encaminhado ao SAMAE para ciência e então será definida a programação de atividades, que servirá de base como material de divulgação da programação quinzenal de obras, das reuniões comunitárias e informações para agentes/veículos da imprensa local.

O SAMAE enquanto Poder Concedente e como Autarquia integrante da Administração Pública, terá importante função de vínculo para alinhamento com as demais Secretarias Municipais (SEMOB, SESUR, SEPLAN, SETERB e FAEMA), no sentido de garantir que as programações definidas possam consensadas para serem implementadas sem alterações que causem transtornos ao bom andamento das atividades.

2.4 Comunicação e Divulgação da Programação Definida:

Cumpridas as etapas indicadas anteriormente, a Concessionária fará a divulgação da programação de obras definida diretamente aos moradores da área de intervenção; através da visita porta-a-porta, com a entrega do “Protocolo de Comunicação de Obras” e também através da realização de reuniões comunitárias, que serão agendadas previamente através das Associações de Moradores da região beneficiadas com obras de implantação do sistema de esgoto, além do envio das informações para a “programação quinzenal de atividades” que é disponibilizada aos diversos agentes da imprensa local (TVs, rádios, jornais, sites, blogs, etc) e incluída no site da Concessionária, do SAMAE e da AGIR.

O SAMAE será convidado a participar das reuniões comunitárias que objetivam discutir o projeto, cronograma de obras e intervenções, bem como divulgar à população blumenauense a importância do sistema de coleta e tratamento de esgoto na melhoria da qualidade de vida, padrões ambientais e principalmente, na conscientização das pessoas de que se trata de um “bem público” do Município de Blumenau e disponível para todos.

2.5 Execução dos Trabalhos em Campo:

As ligações domiciliares (implantação do TIL), sempre que possível, deverão ser executadas concomitantemente à implantação das redes coletoras de esgoto, de acordo com as indicações dos pontos de interligação de cada residência, definidos no processo de vistoria prévia. Esta forma de atuação visa garantir que os trabalhos sejam executados de forma organizada e definitiva, no menor prazo possível a cada trecho, sem que haja a necessidade de mobilizar, desmobilizar e re-mobilizar equipes alternadas vezes no mesmo local, o que pode gerar desgastes juntos aos moradores e custos adicionais durante as obras de implantação.

2.6 Finalização dos Trabalhos de Implantação:

Todas as atividades técnicas realizadas em campo seguirão os critérios de execução baseados nas normas da ABNT - NBR9814 e NBR12266 e nas premissas do Contrato de Concessão. O acompanhamento da execução das obras, melhoria no procedimento e fiscalização dos trabalhos devem nortear o presente documento, sempre objetivando a melhoria contínua do processo. Por outro lado, sempre que evidenciando algum procedimento em desacordo com os padrões estabelecidos, o SAMAE deverá solicitar à Concessionária que faça os ajustes e adequações necessários. Paralelamente, Concessionária e SAMAE deverão manter agenda de reuniões técnicas de acompanhamento e registros das atividades normais e do andamento das obras.

Assim que concluída a implantação do sistema de esgotamento sanitário em determinada via, será realizada a Vistoria de Aprovação e Entrega Final. Em campo, os técnicos do SAMAE e da Concessionária farão a inspeção dos serviços executados, tanto em relação ao funcionamento do sistema de esgotamento implantado, quanto em relação à reposição das condições da via, o mais próximo possível de sua situação original, considerando os apontamentos indicados no relatório de vistoria prévia. Para tanto, será utilizado o Formulário de Registro de Inspeção de Serviços, que será preenchido em campo. Eventuais necessidades de melhoria e/ou correção que sejam apontadas serão classificadas como “não conformidades” e o prazo para regularização dos apontamentos identificados deverá ser pactuado entre as partes e ficar registrado no Formulário.

A via e/ou trecho de intervenção será considerado APROVADO quando todos os apontamentos do Formulário de Registro de Inspeção indicar “ACEITO”. Finalmente o Formulário de Registro de Inspeção de Serviços será assinado pelos representantes do SAMAE e da Concessionária e posteriormente arquivado, podendo servir como registro de controle.

3. REGISTRO DE VISTORIA PRÉVIA

Abaixo é apresentado modelo de Relatório de Vistoria Prévia que deve ser acompanhado de fotografias da via e/ou trecho que sofrerá intervenção através de obras para implantação do sistema de esgotamento sanitário:

1. Escopo:

1.1. Objetivo:

Este relatório tem como finalidade constatar as condições dos locais onde vão ser executadas as Obras do SES (Sistema de Esgotamento Sanitário) de Blumenau.

1.2. Identificação do local:

Micro Bacia 02, Bairro Itoupava Seca, Rua Engenheiro Paul Werner.

1.3. Data das fotos:

26 de setembro de 2011

Análise Técnica do Local

2.1. Pavimento Asfaltado.

2.2. Irregularidades no Pavimento.

Foto 04, 05, 06 e 07 – Pavimento com ondulações e fissuras.

Foto 08, 09 e 10 – Pavimento com acúmulo de água.

Foto 11 e 12 – Pavimento com fissuras.

Foto 13 – Pavimento com fissuras.

2.3. Calçadas.

Foto 13 - Calçada argamassada danificada.

2.4. Caixa Ralo.

Foto 14 – Caixa ralo parcialmente entupida.

Foto 15 – Caixa ralo parcialmente entupida.

Foto 16 – Caixa ralo parcialmente entupida.

Foto 17 – Caixa ralo danificada.

4. REGISTRO DE INSPEÇÃO DE SERVIÇO

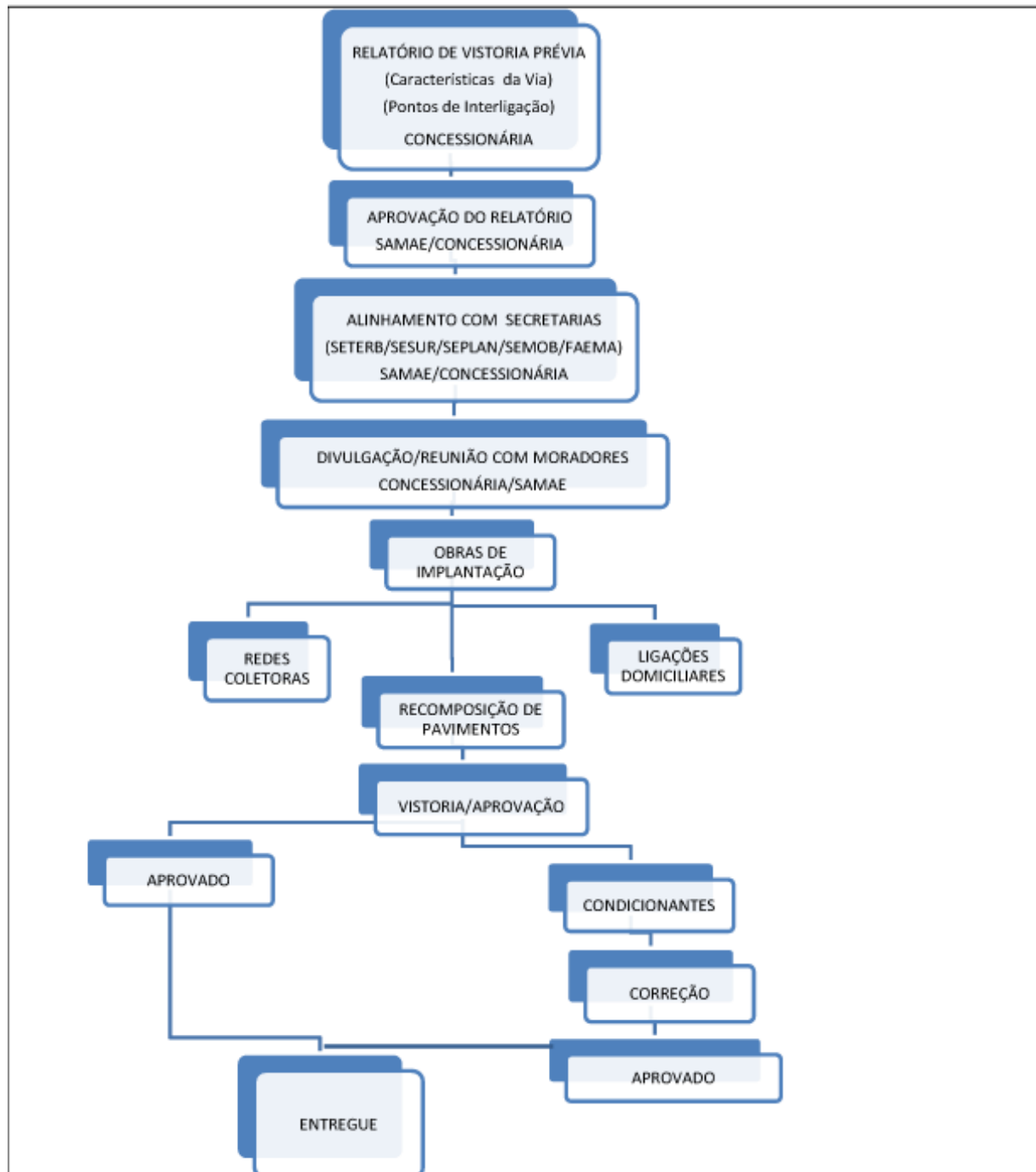
Abaixo é apresentado modelo de Registro de Inspeção de Serviço utilizado durante as vistorias de fiscalização de obras e para a aprovação final da via e/ou trecho:

 SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO FOZ DO BRASIL - BLUMENAU/SC REGISTRO DE INSPEÇÃO DE SERVIÇOS					
Nº PROTOCOLO	Nº VISTORIA	IDENTIFICAÇÃO (Rua, Sub Bacia, Micro Bacia, Bairro)			
00272	BV01	Rua / Boa Vista / BV01 / Boa Vista			
ITENS A VERIFICAR		1ª INSPEÇÃO		2ª INSPEÇÃO	
	AS	RE	AS	RE	
ORGANIZAÇÃO E LIMPEZA	0	0	0	0	
LOCAÇÃO E NIVELAMENTO	0	0	0	0	
DISPOSITIVOS DE INSPEÇÃO	0	0	0	0	
PAVIMENTAÇÃO	0	0	0	0	
PROJETOS	0	0	0	0	
PASSEIO	0	0	0	0	
DRENAGEM	0	0	0	0	
TOTAL	0	0	0	0	
INSPEÇÃO		DATA			
1ª INSPEÇÃO					
2ª INSPEÇÃO					
STATUS					
<input type="checkbox"/> ACEITO <input type="checkbox"/> REJEITADO					
OBSERVAÇÕES					
1ª INSPEÇÃO:					
PENDÊNCIAS REJEITADAS:					
2ª INSPEÇÃO:					
1ª INSPEÇÃO					
CONTRATADA					
NOME					
FOZ					
NOME					

SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO									
FOZ DO BRASIL - BLUMENAU/SC									
REGISTRO DE INSPEÇÃO DE SERVIÇOS									
LEGENDA: NA= NÃO APLICÁVEL AS= ACEITO SEM RESTRIÇÕES RE= REJEITADO									
	ITENS A VERIFICAR	1ª INSPEÇÃO			2ª INSPEÇÃO			OBSERVAÇÕES	
		NA	AS	RE	NA	AS	RE		
1	ORGANIZAÇÃO E LIMPEZA								
1.1	Limpeza de Materiais / Entulho								
2	LOCAÇÃO E NIVELAMENTO								
2.1	Conferência de Posição								
2.2	Conferência das Cotas								
2.3	Recobrimento / Proteção Mecânica								
3	DISPOSITIVOS DE INSPEÇÃO								
3.1	Acabamento / Impervieabilização								
3.2	Calha								
3.3	Nivelamento com Greide da Rua / Passeio								
3.4	Qualidade do Material								
3.5	Reforço da Base								
3.6	Tampa FoFo / Plástico / Concreto								
3.7	Cinturão do PV								
3.8	Disponibilidade de dispositivo								
3.9	Afogado (obstrução da rede)								
3.10	Afogado (sistema não interligado)								
3.11	Teste do Espelho								
4	PAVIMENTAÇÃO								
4.1	Acabamento / Colocação do Pavimento								
4.2	Continuidade do pavimento								
4.3	Nivelamento da via								
4.4	Qualidade do Material								
4.5	Rejunte do Calçamento								
4.6	Sinalização da Via								
5	PROJETOS								
5.1	Croquis								
5.2	Projeto "As Built"								
5.3	Projeto Estrutural								
5.4	Projeto Hidráulico								
5.5	Projetos Arquitetônicos								
6	PASSEIO								
6.1	Acabamento do passeio								
6.2	Disponibilidade do TIL nas Residências								
6.3	Acabamento do TIL de Ligação								
7	DRENAGEM								
7.1	Limpeza								
7.2	Nivelamento								
7.3	Tampas de Bueiro								
Total		0	0	0	0	0	0		
COMENTÁRIOS									
1ª Inspeção									
2ª Inspeção									
		1ª INSPEÇÃO			2ª INSPEÇÃO				
SAMAE		NOME E ASSINATURA			NOME E ASSINATURA				
FOZ:		NOME E ASSINATURA			NOME E ASSINATURA				

5. ETAPAS DO PROCEDIMENTO DE VISTORIA

O fluxograma a seguir representa as etapas do Procedimento que devem ser seguidas:



6. PARÂMETROS E DIRETRIZES DE QUALIDADE

6.1 Poços de Visita (PVs) – *parte interna*:

A execução dos Poços de Visita (PVs) deverá atender os parâmetros e diretrizes apresentados a seguir:

6.1.1 Calha de escoamento

Deverá apresentar o fundo nivelado com a geratriz inferior da tubulação de entrada e saída, preservando-se as suas dimensões, garantindo assim o perfeito escoamento do fluxo.



6.1.2 Acabamento desempenado



6.1.3 Largura da calha, definida em função do diâmetro da rede**6.1.4 Acabamento Interno (alinhamento dos anéis de concreto);**

6.1.5 Acabamento das juntas**6.1.6 Estanqueidade**

6.2 Poços de Visita (PVs) – parte externa:

A instalação e o acabamento dos tampões dos poços de visita deverão estar niveladas e alinhadas com as condições do pavimento ao seu redor.

6.2.1 Nivelamento da tampa em relação ao pavimento**6.2.2. Rejuntamento – acabamento lateral nivelado**

6.3 Recomposição de Pavimentos:

A execução/recomposição do pavimento da via e/ou trecho deverá seguir os parâmetros e diretrizes apresentados a seguir.

Utilização de areia média para a reposição dos pavimentos com lajotas ou paralelepípedo.

Na realização dos reparos de tubulações da drenagens pluviais que aparecem como interferências durante a execução do sistema de coleta de esgoto, no assentamento dos tubos deverão ser observados os seguintes cuidados:

- base deverá ser compactada;
- sugere-se a utilização "asfalto a frio" como material de rejuntamento nas bolsas dos tubos de concreto.

6.3.1. Pavimento em Lajotão / Paralelepípedo

a) Nivelamento

Manter as características originais da rua, conforme vistoria prévia realizada:



ANTES DA OBRA



APÓS OBRA

b) Alinhamento das pedras



c) utilização das cintas de travamento

pedras novas, com tons diferentes – aceitável;



d) lajotas/paralelepípedos devem apresentar dimensões semelhantes as do pavimento no local;



6.3.2. Pavimento Asfáltico

a) recomposição do pavimento sobre a extensão da vala escavada, garantindo o nivelamento entre camada de asfalto novo e o asfalto velho

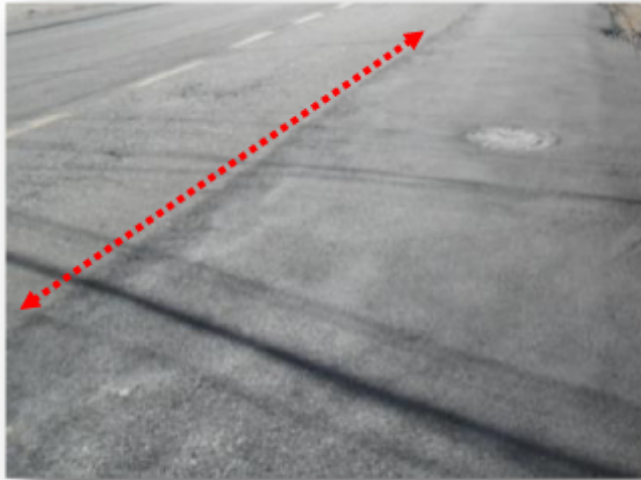


ANTES DA OBRA



APÓS A OBRA

b) capa final de asfalto – o acabamento deve possuir alinhamento nos bordos



c) recomposição da sinalização horizontal das vias (trânsito, pedestres, ciclovias)



d) Acabamento do TIL / passeio:

Nivelamento do tampão com a calçada



CIGA**Extrato Contrato 143 - PGC - Herval D'Oeste**

Extrato de Contrato nº 143/2014

Contrato de Prestação de Serviços – Programa de Gestão de Câmara de Vereadores – Herval d'Oeste

CONTRATANTE: Câmara de Vereadores de Herval d'Oeste

CNPJ: 04.446.350/0001-37

CONTRATO Nº: 002/2014

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão de Câmaras de Vereadores aprovado pelo CIGA, para gestão do processo legislativo e portal na Internet.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 1.792,00 (um mil e setecentos e noventa e dois reais).

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2014.

Florianópolis, 06 de março de 2014.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

Extrato Contrato 144 - PGT - Paial

Extrato de Contrato nº 144/2014

Programa de Gestão Tributária – Paial

CONTRATANTE: Município de Paial

CNPJ: 01.614.376/0001-59

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 23/2014

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NF-e conjugada), participação da lista de discussão do grupo de usuários, participação na proposição de novos aplicativos, realização de testes com novas ferramentas e recebimento de materiais informativos; gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN); e gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 270,00 (duzentos e setenta reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2014.

Florianópolis, 10 de março de 2014.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

Extrato Contrato 145 - PGC - Botuverá

Extrato de Contrato nº 145/2014

Contrato de Prestação de Serviços – Programa de Gestão de Câmara de Vereadores – Botuverá

CONTRATANTE: Câmara de Vereadores de Botuverá

CNPJ: 12.935.074/0001-07

CONTRATO Nº: 01/2014

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão de Câmaras de Vereadores aprovado pelo CIGA, para gestão do processo legislativo e portal na Internet.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 2.150,00 (dois mil e cento e cinquenta reais).

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2014.

Florianópolis, 18 de fevereiro de 2014.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

Extrato Contrato 146 - PGT - Saudades

Extrato de Contrato nº 146/2014

Programa de Gestão Tributária – Saudades

CONTRATANTE: Município de Saudades

CNPJ: 83.021.881/0001-54

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 11/2014

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NF-e conjugada), participação da lista de discussão do grupo de usuários, participação na proposição de novos aplicativos, realização de testes com novas ferramentas e recebimento de materiais informativos; gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN); e gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2014.

Florianópolis, 18 de março de 2014.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

CINCO

Aviso de Chamamento Público Nº 0007/2014 - Material Ambulatorial

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO – CINCO

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE FABRICANTES E/OU FORNECEDORES PARA O CADASTRAMENTO DE PRODUTOS Nº 0007/2014.

O CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO – CINCO, torna pública a realização de Chamamento Público solicitando o comparecimento de fabricantes e/ou fornecedores de Materiais Ambulatoriais, interessados em participar de futuras licitações a serem realizadas pelo Consórcio e Municípios consorciados, para que apresentem seus produtos em conformidade com as condições editalícias. Os fabricantes e/ou fornecedores interessados em obter o Atestado de Aprovação que poderá ser exigido nos certames licitatórios, deverão se dirigir a sede do consórcio, de segunda a sexta feira das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas, para solicitar a prévia aprovação do produto. Das marcas/produtos aprovadas será emitido pela comissão o Atestado de Aprovação, o qual será publicado no Diário Oficial dos Municípios DOM, bem como disponibilizado no site deste consórcio. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Rua Nereu Ramos, nº 761, 1º Andar, Sala 01, Centro. Fone (49) 3246 1206. Site: www.cinco.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 18 de março de 2014.

Elói Rønnau

Diretor Executivo do CINCO.

CIS/AMUREL

Extrato de Contrato de Credenciamento 16/2014

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato de Credenciamento nº. 16/2014.

Contratante: CISAMUREL - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL

Contratado: LABORATÓRIO PREVITAL LTDA.

Objeto: O Contratado prestará ao Consórcio e aos Municípios Consorciados, quando solicitado, exames de laboratório.

Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Credenciamento nº. 001/2009).

Data da Assinatura: 06/01/2014.

Assinantes: Jaime Wensing pelo Contratante e, Graziela Ricken pelo Contratado.

CISAM**Balancete Financeiro - por Categoria Econômica - Fevereiro/2014****Santa Catarina****CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Fevereiro/2014

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	11.775,85	Despesa Orçamentária	780,60
RECEITA PATRIMONIAL	3.885,85	Despesas exceto Intra-orçamentárias	780,60
RECEITA DE SERVIÇOS	7.890,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	780,60
Receita Extra - Orçamentária	780,60	Despesa Extra - Orçamentária	780,60
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	780,60	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	780,60
OBRIGAÇÕES A PAGAR	780,60	OBRIGAÇÕES A PAGAR	780,60
FORNECEDORES	780,60	FORNECEDORES	780,60
Saldos anteriores	564.482,65	Saldos atuais	575.477,90
BANCO C/ MOVIMENTO	564.482,65	BANCO C/ MOVIMENTO	575.477,90
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
Total	577.039,10	Total	577.039,10

Capinzal, 13/03/2014

MARIZA BRESSAN DE MORAES
Téc.Contab. 1 SC 017818-O-1

ANDEVIR ISGANZELLA
PRESIDENTE